Este livro dá prosseguimento à obra da vida de Will Durant, assistido por sua mulher Ariel: escrever a história da civilização. Os seis volumes publicados anteriormente trataram da história da humanidade dos primórdios da civilização asiática até a morte de Calvino, em 1564. O volume VII, *Começa a Idade da Razão*, passa em revista o agitado século de luta religiosa e progresso científico que vai da ascensão da Rainha Elizabeth I ao trono da Inglaterra, em 1558, à morte de Descartes, em 1650 — um século marcado por grandes homens como Bacon, Shakespeare, Galileu e Rembrandt.

Começa a Idade da Razão é extraordinariamente rico em personalidades famosas e grandes eventos. O Livro I, "O Êxtase da Inglaterra", começa com um retrato da fascinante Rainha Elizabeth I. Examina Sidney, Raleigh, Spenser, Marlowe, Jonson e Donne, e empreende uma original revisão da vida e da obra de Shakespeare. Traz a história dos amores e da morte de Maria Stuart, Rainha da Escócia, e o conflito entre o rei e o Parlamento que terminou com a vitória do Parlamento e a execução do rei. E toca no tema básico deste volume ao analisar em detalhe a filosofia de Francis Bacon, o "Chantecler da Razão".

O Livro II, "As Religiões Lutam Pelo Poder", examina a vida e a cultura da Europa continental, da ascensão ao trono de Filipe II da Espanha em 1556 ao final da Guerra dos Trinta Anos, em 1640. Vemos a Igreja Católica recuperar-se com vigor sob Sisto V; assistimos à espantosa infiltração dos jesuítas na Europa, e à sua organização comunista nas missões do Paraguai; presenciamos o nascimento da ópera com Monteverdi; acompanhamos Tasso em seus vôos poéticos de Jerusalém para a loucura; e estudamos o desenvolvimento do estilo barroco, quando Bernini ergue sua majestosa colunata diante da basílica de São Pedro, em Roma.

Will e Ariel Durant voltam-se para a complexa história da Espanha — Filipe II, a Armada, a Inquisição. Examinam a idade de ouro da literatura e da arte espanholas, com as obras de Cervantes, Lope de Vega, Calderón, El Greco, Velázques e Murillo. Na França, passam em revista as intrigas de Catarina de Médicis, as aventuras de Henrique IV, a postura de estadista do cardeal Richelieu, as criações artísticas de Corneille no teatro e de Poussin nas artes plásticas. Quinze páginas enfáticas são dedicadas a Montaigne, considerado por Sainte-Beuve "o francês mais sábio de todos os tempos".

COMEÇA
A IDADE DA RAZÃO

Por WILL e ARIEL DURANT
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I — Nossa Herança Oriental
Vol. II — Nossa Herança Clássica
Vol. III — César e Cristo
Vol. IV — A Idade da Fé
Vol. V — A Renascença
Vol. VI — A Reforma
Vol. VII — Começa a Idade da Razão
Vol. VIII — A Era de Luís XIV
Vol. IX — A Era de Voltaire
Vol. X — Rousseau e a Revolução
Vol. XI - A Era de Napoleão

WILL E ARIEL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

VII

COMEÇA A IDADE DA RAZÃO

A história da Civilização Européia no Período de Shakespeare, Bacon, Mantaigne, Rembrandt, Galileu e Descartes: 1558-1648

Tradução de Mamede de Souza Freitas

Revisão:
Hugo Roberto Wyler Filho
Marcos Roma Santa
Maria Cristina Ramos Brito
Máximo Ribera

Título original norte-americano
THE AGE OF REASON BEGINS

Impresso no Brasil

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052 — Rio de Janeiro, RJ — 20922

Ao Leitor

Era minha intenção terminar meu esboço da história da civilização com um sétimo volume que se chamaria *A Idade da Razão*, abrangendo o desenvolvimento cultural da Europa da ascensão de Elizabeth I ao trono até a irrupção da Revolução Francesa. No entanto, à medida que a narrativa se aproximava dos tempos que vivemos e de nossos interesses, nela foi surgindo um número cada vez maior de personalidades e fatos que ainda hoje exercem uma influência vital; e essas personalidades e esses fatos requeriam não apenas uma simples crônica sem vida, e sim uma visualização humanizante, o que, por sua vez, requeria mais espaço. Daí essa expansão. O que começara como um volume final acabou resultando em três, e um dos autores, já numa idade inadequada, tornou-se uma verdadeira *prima donna* a fazer uma sucessão de *tournées* de despedida.

Dois desses três volumes ficaram prontos já na primeira versão; um foi reescrito, e agora vai para o prelo. Propõe-se a cobrir a história da vida econômica, do governo, da religião, da moral, dos costumes, da música, das artes plásticas, da literatura, da ciência e da filosofia em todos os países da Europa, e no Islam da Turquia e da Pérsia, desde a ascensão de Elizabeth I (1558), e os nascimentos de Bacon (1561) e Shakespeare (1564), até o Tratado de Vestfália (1648) e as mortes de Galileu (1642) e Descartes (1650). Nesse período, os desenvolvimentos básicos foram o surgimento de nacionalismos sanguinários e o declínio das teologias sanguinárias.

A menos que ocorra alguma surpresa letal aos autores ou à civilização, o Volume VIII, *A Era de Luís XIV*, deve ficar pronto em 1963; e se o declínio pessoal permitir, o volume final, *A Era de Voltaire*, deve ser publicado em 1965. O tema que unifica esses três volumes deverá ser o crescimento da importância da razão.

Nesses volumes ou nos anteriores, não se procurou confiar basicamente em fontes e documentos da época para a pesquisa da história econômica ou militar; proceder desse modo em relação a todas as nações da Ásia e da Europa ao longo de todas as suas gerações e de todas as suas atividades teria sido fisicamente impossível em uma só vida. Mas no que se refere à história cultural, que tem sido a principal preocupação desta obra, as fontes utilizadas foram quase sempre as fontes originais: cada uma das grandes religiões foi estudada em seu *habitat* principal, todas as principais obras literárias foram lidas ou relidas, todas as principais obras de arte foram visitadas, todas as contribuições importantes à filosofia foram exploradas.

Já que o grande debate entre a religião e a ciência se encontra na vertente principal da corrente do pensamento moderno, ele será registrado nestas páginas com mais franqueza do que poderia parecer razoável a homens do mundo. Já faz tempo que estes homens concluíram que as crenças religiosas desempenham uma função tão vital na sustentação do estado de espírito e da moralidade individual, e na ordem e no controle social, que sua perturbação pela discussão pública não se justifica. Muito pode ser

dito em favor deste ponto de vista, e encontraremos alguns de nossos personagens dispondo-se a expressá-lo; mas é óbvio que isso não pode liberar o historiador de sua obrigação de descobrir e descrever os processos fundamentais ocorridos na história cultural da Europa moderna. Pode, contudo, obrigá-lo à imparcialidade na seleção e na apresentação dos episódios e das personalidades, de acordo com a influência que tiveram sobre os fatos e os resultados. Ouviremos tanto Pascal e Bossuet quanto Spinoza e Voltaire.

Devemos um reconhecimento agradecido à nossa filha Ethel, que datilografou com cuidado paciente e grande perícia o segundo rascunho praticamente ilegível e corrigiu alguns dos meus erros; ao Dr. C. Edward Hopkin, e a Flora, Sarah, Mary e Harry Kaufman, pela ajuda na classificação do material.

A participação da Sra. Durant nestes volumes finais foi tão substancial que nossos nomes devem aparecer unidos na folha de rosto.

WILL DURANT

Los Angeles, maio de 1961

NOTAS SOBRE O USO DESTE LIVRO

1. As equivalências entre as moedas do passado e do presente são na verdade pouco mais que palpites, duplamente arriscados devido à inflação periódica. Podemos assinalar que a paga diária de um marujo na Inglaterra de 1540 era de seis *pence* e, em 1880, de seis xelins (*shillings*) — ou seja, foi multiplicada por doze (Froude, *The Reign of Elizabeth*, V, 385). Hume calculou que os preços haviam triplicado na Inglaterra entre 1492 e 1740 (*Essays*, 175); podemos presumir, numa estimativa conservadora, que os preços tornaram a triplicar entre 1740 e 1960, e que portanto multiplicaram-se por nove desde 1492. De modo geral, podemos partir da premissa de que, no século XVII, as moedas européias valiam cerca de um décimo de seu poder de compra atual. O leitor poderá usar as seguintes equivalências aproximadas entre os valores de 1600 e 1960, em termos de dólares norte-americanos:

coroa, $ 12,50
ducado, $ 12,50
escudo (*écu*) $ 8,00
florim, $ 12,50
franco, $ 2,50
guilder, $ 10,50
guinéu, $ 52,50
gulder, $ 10,50
libra francesa (*livre*), $ 12,50
luís de ouro, $ 50,00
maravedi, $ 0,015
marco, $ 33,33
pêni (*penny*), $ 0,20
libra inglesa (*pound*), $ 50,00
reale, $ 0,50
rublo, $ 10,00
escudo (*scudo*), $ 1,16
shilling, $ 2,50
táler, $ 10,00

(*N. da E.*: O leitor da edição brasileira deve levar em conta que, de 1960, data da publicação original deste livro, a 1986, data desta edição, o dólar norte-americano teve seu poder de compra desvalorizado, reduzindo-se a cerca de um terço, segundo o U. S. Bureau of Labor Statistics. Desse modo, deve multiplicar os valores acima por três para obter sua atualização.)

2. A localização de obras de arte, quando não for indicada no texto, será geralmente encontrada nas Notas. Nesses casos, o nome da cidade indicará implicitamente sua principal galeria ou museu, de acordo com a relação que se segue:

Amsterdam — Rijksmuseum
Berlim — Staatsmuseum
Bolonha — Accademia di Belle Arti
Bruxelas — Museu de Bruxelas
Cassel — Museu de Cassel
Chantilly — Musée Condé
Chatsworth — Coleção do Duque de Devonshire
Chicago — Art Institute
Cincinnati — Art Institute
Cleveland — Museum of Art
Detroit — Institute of Art
Dresden — Gemälde-Galerie
Dulwich — College Gallery
Edimburgo — National Gallery
Ferrara — Galleria Estense
Frankfurt — Städelsches Kunstinstitut
Genebra — Musée d'Art et d'Histoire
Haarlem — Frans Hals Museum
Haia — Mauritshuis
Kansas City — Nelson Gallery
Leningrado — Ermitage
Lisboa — Museu Nacional
Londres — National Gallery
Madri — Museu do Prado
Milão — Galeria Brera
Minneapolis — Institute of Arts
Munique — Haus der Kunst
Nápoles — Museo Nazionale
Nova York — Metropolitan Museum of Art
Nuremberg — Germanisches Nationalmuseum
Philadelphia — Johnson Collection
Rouen — Musée Municipale
St. Louis — Art Museum
San Diego — Fine Arts Gallery

San Francisco — De Young Museum
Sarasota, Florida — Ringling Museum of Art
Sevilha — Museu de Arte
Estocolmo — Museu Nacional
Viena — Kunsthistorisches Museum
Washington — National Gallery

3. As passagens em tipo menor destinam-se especialmente a quem desejar aprofundar-se nos temas tratados, e não são indispensáveis ao quadro geral do período.

Índice

LIVRO I
O ÊXTASE DA INGLATERRA
1558-1648

CAPÍTULO I:
A GRANDE RAINHA: 1558-1603

CAPÍTULO II:
A ALEGRE INGLATERRA: 1558-1625

CAPÍTULO III:
NAS ENCOSTAS DO PARNASO: 1558-1603

CAPÍTULO IV:
WILLIAM SHAKESPEARE: 1564-1616

CAPÍTULO V:
MARIA STUART, RAINHA DOS ESCOCESES: 1542-1587

CAPÍTULO VI:
JAIME VI DA ESCÓCIA E I DA INGLATERRA: 1567-1625

CAPÍTULO VII:
APELOS À RAZÃO: 1558-1649

CAPÍTULO X:
GRANDEZA E DECADÊNCIA DA ESPANHA: 1556-1665

CAPÍTULO XI:
A IDADE DE OURO DA LITERATURA ESPANHOLA: 1556-1665

CAPÍTULO XII:
A IDADE DE OURO DA ARTE ESPANHOLA: 1556-1682

CAPÍTULO XIII:
O DUELO PELA FRANÇA: 1559-1574

CAPÍTULO XIV:
HENRIQUE IV: 1553-1610

CAPÍTULO XV:
RICHELIEU: 1585-1642

CAPÍTULO XVI:
A FRANÇA SOB AS GUERRAS: 1559-1643

CAPÍTULO XVII:
A REVOLTA DOS PAÍSES BAIXOS: 1555-1648

CAPÍTULO XVIII:
DE RUBENS A REMBRANDT: 1555-1660

CAPÍTULO XIX:
A ASCENSÃO DO NORTE: 1559-1648

CAPÍTULO XX:
O DESAFIO ISLÂMICO: 1566-1648

CAPÍTULO XXI:
O ARMAGEDOM IMPERIAL: 1564-1648

LIVRO III
AS EXPERIÊNCIAS DA RAZÃO
1558-1648

CAPÍTULO XXII:
A CIÊNCIA NA ÉPOCA DE GALILEU: 1558-1648

CAPÍTULO XXIII:
RENASCE A FILOSOFIA: 1564-1648

CAPÍTULO I

A Grande Rainha

1558-1603

I. AS VANTAGENS DA ADVERSIDADE

NO dia 17 de novembro de 1558, um mensageiro chegou a galope ao pátio do palácio real de Hatfield, 57 quilômetros ao norte de Londres, e anunciou a Elizabeth Tudor que ela era a rainha da Inglaterra. Sua meia-irmã, a Rainha Maria, de triste renome, havia morrido naquela madrugada. O Parlamento, em Londres, ao receber a notícia, bradou: "Deus salve a Rainha Elizabeth! Possa ela reinar muito tempo sobre nós!" — não imaginando que seu reinado seria de 45 anos. As igrejas, embora pressagiassem transtornos, fizeram vibrar os ares com o clangor dos sinos. O povo da Inglaterra, como fizera para Maria, espalhou mesas festivas pelas ruas e, nessa noite, coloriu o céu com fogueiras de eterna esperança.

No sábado, dia 19, os principais fidalgos, as damas e os plebeus do reino reuniram-se em Hatfield para prestar juramento de fidelidade e tirar partido da ocasião. No dia 20, Elizabeth falou-lhes em tom majestoso:

> Meus senhores: As leis da natureza fazem-me prantear minha irmã; a carga que caiu sobre mim deixa-me atônita; e, apesar disso, considerando ser eu uma criatura de Deus ordenada a obedecer a Sua ordem, a isso me submeto, desejando, do fundo do coração, poder ter o auxílio de Sua graça para ser o ministro de Sua vontade divina no cargo que me foi confiado. E como sou, materialmente considerada, apenas um corpo, se bem que, por Sua permissão, um corpo político para governar, desejarei que todos vós, meus senhores, principalmente vós que sois da nobreza, todos em sua posição e poder, me auxilieis; que eu, com meu governo, e vós, com vosso serviço, possamos prestar contas a Deus Todo-Poderoso e deixar algum conforto à posteridade na terra.[1]

No dia 28, envergando o manto de veludo purpúreo, Elizabeth atravessou Londres em procissão pública, dirigindo-se para aquela mesma Torre onde, quatro anos antes, estivera prisioneira aguardando a morte. Agora, à sua passagem, a população aclamava-a, coros cantavam sua glória, crianças recitavam acanhadamente, para ela, pequenos discursos de homenagem que haviam decorado, e "um troar de canhões, como jamais se ouvira antes", anunciava um reinado destinado a ser sem precedentes na Inglaterra, esplendoroso em homens e idéias.

Vinte e cinco anos de provações prepararam Elizabeth para o poder. Parecia, em

1533, boa sorte ter sido gerada por Henrique VIII, mas era perigoso ter nascido de Ana Bolena. O infortúnio e a execução da mãe ocorreram nos tenros anos em que se esquece tudo facilmente (1536); a dor dessa sombria herança, entretanto, sobreviveu à sua juventude e cedeu somente ante o bálsamo da soberania. Um ato do Parlamento (1536) declarou nulo o casamento de Ana, tornando Elizabeth filha ilegítima; discutia-se, em comentários grosseiros, a paternidade da jovem; seja como for, para muitos ingleses ela era filha do adultério. Sua legitimidade jamais foi restabelecida por lei; outro ato do Parlamento (1544), contudo, confirmou seu direito, depois de seu meio-irmão Eduardo e de sua meia-irmã Maria, à sucessão no trono. Durante o governo de Eduardo (1547-53), ela aderiu ao culto protestante; mas quando a católica Maria subiu ao trono, Elizabeth, preferindo a vida à constância, adaptou-se ao ritual romano. Depois do fracasso da Rebelião de Wyatt (1554) para destronar Maria, Elizabeth foi acusada de cumplicidade e enviada para a Torre; Maria, no entanto, julgou a acusação destituída de provas e concedeu-lhe a liberdade, mas para viver sob vigilância em Woodstock. Antes de morrer, Maria reconheceu a irmã como sua sucessora e enviou-lhe as jóias da Coroa. Devemos o reinado de Elizabeth à bondade da "sanguinária" rainha.

A educação formal de Elizabeth tinha sido severa. Seu célebre professor, Roger Ascham, vangloriava-se de que "ela fala francês e italiano tão bem quanto o inglês e, muitas vezes, conversa comigo facilmente e bem em latim e, moderadamente, em grego".[2] Tinha uma lição diária de teologia e tornou-se perita em doutrina protestante; parece, entretanto, que seus professores italianos transmitiram-lhe algo do cepticismo que eles haviam absorvido de Pomponazzi, de Maquiavel e da Roma da Renascença.

Ela nunca se sentiu segura de seu poder. O Parlamento (1553) havia novamente confirmado a invalidade do casamento de sua mãe com seu pai; o Estado e a Igreja concordaram que ela era bastarda; e a lei inglesa, ignorando Guilherme, o Conquistador, excluía do trono os bastardos. Todo o mundo católico — e a Inglaterra era em grande parte católica — acreditava que a herdeira legal do cetro inglês era Maria Stuart, bisneta de Henrique VII. Deram a entender a Elizabeth que, se ela fizesse a paz com a Igreja, o papa arrancá-la-ia de bom grado da bastardia e reconheceria seu direito à governança. Ela não se mostrou inclinada a isso. Milhares de ingleses conservavam propriedades que haviam sido expropriadas da Igreja, pelo Parlamento, durante os reinados de Henrique VIII e Eduardo VI. Esses influentes proprietários, temendo que o restabelecimento de um governo católico prolongado pudesse forçá-los à restituição das propriedades, prepararam-se para lutar por uma rainha protestante; e os católicos da Inglaterra preferiram-na à guerra civil. Em 15 de janeiro de 1559, em meio às aclamações da Londres protestante, Elizabeth foi coroada na Abadia de Westminster "Rainha da Inglaterra, França e Irlanda, Defensora da Fé", pois os monarcas ingleses, desde Eduardo III, haviam constantemente reivindicado o trono da França. Nada se deixou de fazer para que a rainha se visse a braços com problemas.

Ela contava então 25 anos, com todo o encanto da maturidade feminina. Era de altura mediana, de bom porte, belos traços, tez morena, olhos brilhantes, cabelos castanhos avermelhados e belas mãos, mãos que sabia como exibir.[3] Parecia impossível que tal jovem pudesse lutar com êxito em meio ao caos que a cercava. Religiões hostis

dividiam o país, empunhando armas e lutando pelo poder. O pauperismo era endêmico e a vadiagem havia sobrevivido às terríveis penas impostas por Henrique VIII. O comércio interno achava-se prejudicado por uma moeda depreciada; meio século de falsa cunhagem havia deixado o crédito do fisco tão baixo, que o governo tinha de pagar 14 por cento em empréstimos. Maria Tudor, absorvida pela religião, negligenciara a defesa nacional, deixando as fortalezas abandonadas, as costas desprotegidas, a marinha mal aparelhada, o exército mal pago e mal alimentado e com seus quadros desfalcados. A Inglaterra que, sob o governo de Wolsey, sustentara a balança do poder na Europa, era então um aleijado político oscilando entre a Espanha e a França; tropas francesas estavam na Escócia, e a Irlanda estava atraindo a Espanha. O papa mantinha sobre a cabeça da rainha a ameaça de excomunhão e interdito, e de invasão pelos Estados católicos. A invasão tornou-se iminente em 1559, e o medo de ser assassinada fazia parte da vida diária de Elizabeth. Foi salva pela desunião de seus inimigos, pela sabedoria de seus conselheiros e pela coragem de seu espírito. O embaixador espanhol sentiu-se chocado com "o espírito da mulher... Ela está possuída do Demônio, que a arrasta para sua morada".[4] A Europa não esperava encontrar o ânimo de um imperador por trás do sorriso de uma jovem.

II. O GOVERNO ELISABETANO

Seu discernimento revelou-se de imediato na escolha dos auxiliares. Como seu precavido pai — e a despeito de seu discurso político em Hatfield — optou por homens de origem plebéia, pois a maioria dos velhos nobres era católica, e alguns se julgavam mais aptos do que ela para usar a coroa. Como secretário e principal conselheiro ela nomeou William Cecil, cujo gênio para uma política prudente e meticulosidade nos pormenores veio a ser um fator tão preeminente em seu êxito que aqueles que não a conheciam tinham-no na conta de rei. O avô de William fora um pequeno proprietário rural bem-sucedido que se tornara senhor de terras; o pai, camareiro de Henrique VIII; o dote de sua mãe trouxe para a família uma boa situação financeira. William deixou Cambridge sem se graduar, estudou Direito em Gray's Inn, entregou-se aos desvarios da mocidade nas esferas inferiores de Londres,[5] ingressou na Câmara dos Comuns aos 23 anos (1543) e casou-se; teve como segunda esposa Mildred Cooke, cujo severo puritanismo fez com que ele se conservasse dentro das normas protestantes. William serviu ao Protetor Somerset, depois ao inimigo deste, o duque de Northumberland. Apoiou Lady Jane Grey para a sucessão de Eduardo VI, mas, no momento propício, ligou-se a Maria Tudor; concordou em ser católico por sugestão dela e foi nomeado para receber o Cardeal Pole na Inglaterra. Era homem de negócios que não permitia que seus saltos teológicos perturbassem seu equilíbrio político. Quando Elizabeth o fez secretário, dirigiu-se a ele com sua usual sagacidade:

> Entrego-vos este cargo para que sejais de meu Conselho Privado, disposto a vos esforçardes por mim e pelo meu reino. O juízo que formo de vós é que não sereis corrompido de qualquer modo por dádivas, e que sereis fiel ao Estado; e que, sem respeito a minha vontade pessoal, vós me dareis o conselho que julgardes melhor; e, se achardes necessário que qualquer coisa me deva ser declarada em sigilo, vós

a declarareis somente a mim. Podeis estar certo de que não deixarei de manter sigilo a respeito. E assim, por este meio, confio-vos o cargo.[6]

A prova de sua fidelidade e competência é que ela o manteve como secretário durante 14 anos, depois como lorde tesoureiro durante mais 26 anos, até a morte dele. Ele presidia o Conselho, tratava das relações exteriores, dirigia as finanças públicas e a defesa nacional, e orientou Elizabeth no estabelecimento definitivo do protestantismo na Inglaterra. À semelhança de Richelieu, achava que a segurança e a estabilidade de seu país exigiam o absolutismo unificador do monarca, para poder enfrentar as desarmonizadoras ambições dos nobres em suas disputas, os mercadores gananciosos e as religiões fratricidas. Tinha certos métodos maquiavélicos, raramente cruéis mas implacáveis, contra a oposição;[7] pensou, certa vez, em mandar assassinar o conde Westmorland;[8] isso, porém, representou um momento de impaciência durante meio século de retidão pessoal e paciente tenacidade. Tinha olhos e espiões para tudo; a eterna vigilância é o preço do poder. Era ganancioso e econômico, mas Elizabeth perdoava sua riqueza, considerando-lhe a sabedoria, e a ela agradava a parcimônia, visto permitir a acumulação de meios para derrotar a Armada. Sem ele, Elizabeth teria sido mal orientada por elementos levianos e esbanjadores, como Leicester, Hatton e Essex. Cecil — relatou o embaixador espanhol — "tem mais talento que todo o resto do Conselho reunido, e é, portanto, invejado e odiado por todas as facções".[9] Elizabeth, às vezes, dava ouvidos aos inimigos dele e, vez por outra, tratava-o tão asperamente que ele saía sucumbido e com lágrimas nos olhos; mas ela sabia, quando livre dos acessos de cólera, que ele era o pilar mais firme de seu reino. Em 1571 fê-lo Lorde Burghley, chefe da nova aristocracia, a qual, aos olhos dos nobres hostis, sustentava seu trono e engrandecia seu reino.

Seus auxiliares menores merecem umas linhas, mesmo numa rápida história, pois serviram-na de modo competente, com coragem e pouca remuneração, até o fim de suas vidas. Sir Nicholas Bacon, pai de Francis, foi Lorde Guardião do Grande Selo desde o começo do reinado até sua morte (1579); Sir Francis Knollys foi conselheiro privado desde 1558 e tesoureiro da casa real até o fim de sua vida (1596); Sir Nicholas Throckmorton foi seu hábil embaixador na França, e Thomas Randolph na Escócia, na Rússia e na Alemanha. O único quase tão devoto e astuto quanto Cecil foi Sir Francis Walsingham, Secretário de Estado de 1573 até sua morte (1590); era um homem de sensível refinamento, a quem Spenser chamou "o grande Mecenas de sua época"; chocado com as repetidas conspirações contra a vida da rainha, formou, para protegê-la, uma rede de espionagem que se estendia de Edimburgo a Constantinopla, colhendo em suas malhas a trágica rainha dos escoceses. Raramente um governante dispôs de servidores tão capazes, tão leais e tão mal pagos.

Pois o próprio governo inglês era pobre. As fortunas particulares superavam os fundos públicos. Em 1600, o total da renda foi de 500.000 libras,[10] a qual, mesmo agora, representaria a insignificância de $25,000,000. Elizabeth raramente cobrava impostos diretos; recebia, em taxas aduaneiras, apenas 36.000 libras. Contava, geralmente, com a renda oriunda das terras da Coroa, das doações da Igreja Inglesa e de "empréstimos" dos ricos, praticamente compulsórios mas pontualmente resgatados.[11] Honrou as dívidas deixadas pelo pai, pelo irmão e pela irmã, e adquiriu tal reputação

de solvência que pôde conseguir em Antuérpia empréstimos a cinco por cento, enquanto às vezes Filipe II da Espanha não conseguia levantar dinheiro algum. Ela era, porém, extravagante em gastos com vestidos e luxo e na concessão de privilégios de ordem econômica aos favoritos.

Raramente, e ainda assim com relutância, convocava o Parlamento para auxiliá-la nas finanças, pois não tinha paciência para suportar a oposição, a crítica ou a vigilância. Não acreditava nas teorias da soberania popular ou parlamentar; como Homero e Shakespeare, acreditava que somente uma cabeça devia governar — e por que não a dela, na qual corria o sangue e ardia o orgulho de Henrique VIII? Defendia o direito divino dos reis e das rainhas. Encarcerou pessoas, por sua própria e exclusiva vontade, sem julgamento ou causa declarada; seu Conselho Privado, agindo como tribunal da corte para julgar os transgressores políticos, suspendia, sem apelação, o direito de *habeas corpus* e de julgamento pelo júri.[12] Punia os membros do Parlamento que obstruíam seus objetivos. Sugeriu aos magnatas locais, que manobravam as eleições para o Parlamento, que facilitaria sua situação se escolhessem candidatos que não fossem dotados de idéias pueris acerca da liberdade de palavra; queria libras esterlinas sem palavrório. Seus primeiros parlamentos a isso cederam graciosamente; os da metade de seu reinado cederam rancorosamente; e os últimos quase se revoltaram.

Conseguia seus fins porque a nação preferia seu absolutismo judicioso à fúria das facções que disputavam o poder. Ninguém pensava em deixar o povo governar; a política era — como sempre — uma disputa entre minorias para determinar qual delas devia governar a maioria. Metade da Inglaterra sofria as conseqüências da política religiosa de Elizabeth, quase toda ela lastimava seu celibato; mas, em geral, o povo, grato pelos baixos impostos, pelo comércio florescente, pela ordem interna e pela paz prolongada, retribuía a afeição que a rainha lhe tributava. Ela lhe proporcionava espetáculos teatrais e "expedições reais", ouvia cada um sem enfado visível, participava de seus jogos públicos e, de uma centena de outras maneiras, "pescava a alma dos homens".[13] Ainda que deplorasse seu protestantismo, o embaixador espanhol escreveu a Filipe: "Ela é muito ligada ao povo e está segura de que todos estão do seu lado, o que, realmente, é verdade."[14] Os atentados contra sua vida fortaleceram sua popularidade e seu poder; mesmo os puritanos, que ela perseguia, rezavam pela sua segurança; e o aniversário de sua ascensão ao poder tornou-se dia de ação de graças e de festas nacionais.

Era Elizabeth uma verdadeira governante, ou apenas a fachada popular da nobreza inferior da Inglaterra e da oligarquia dos mercadores de Londres? Seus auxiliares, embora temessem sua cólera, corrigiam muitas vezes seus erros políticos — mas, também, às vezes ela corrigia os deles. Diziam-lhe verdades desagradáveis, davam-lhe conselhos contraditórios e obedeciam a suas decisões; eles administravam, mas ela governava. "Ela dá as ordens" — relatou o embaixador espanhol — "e impõe sua vontade absoluta do mesmo modo que o pai."[15] O próprio Cecil raramente sabia o que ela decidiria, e aborrecia-se com a freqüente rejeição a seus laboriosos e meticulosos conselhos. Quando instou para que não negociasse com a França e contasse tão-somente com o apoio dos protestantes, ela o chamou à ordem com alguma aspereza: "Senhor Secretário, pretendo liquidar esta questão; ouvirei as propostas do rei da França. Não vou mais ficar presa a vós e a vossos irmãos em Cristo."[16]

Sua direção, na barca do Estado, exasperava tanto os amigos como os inimigos. Era desnorteantemente vagarosa e irresoluta quando determinava uma orientação política; em muitos casos, porém, sua indecisão compensava. Sabia como aliar-se ao tempo, que resolve mais problemas do que é dado aos homens resolver; suas procrastinações permitiam que os fatores complexos de uma situação se pusessem em foco e aclarassem. Admirava o filósofo da fábula que, ao ser importunado para que desse uma resposta, recitou tranqüilamente o alfabeto e não respondeu. Adotava como divisa: *Video et taceo* — "Vejo e me calo". Descobriu que, na política como no amor, aquele que não hesita está perdido. Se sua política flutuava, dava-se o mesmo com os fatos e as forças que deviam ser considerados. Cercada de perigos e de intrigas, agia cautelosamente — o que era perdoável — tentando ora um meio ora outro e não pretendendo ater-se à constância em um mundo tão mutável. Suas vacilações tropeçaram em alguns erros graves, mas mantiveram a Inglaterra em paz até ficar preparada para a guerra. Herdando uma nação politicamente caótica e militarmente decadente, sua única política foi impedir que os inimigos da Inglaterra se unissem contra ela, estimular a revolta dos huguenotes contra a monarquia francesa, a revolta da Holanda contra a Espanha e a dos protestantes contra uma rainha escocesa demasiado ligada à França. Era uma política inescrupulosa, mas, a exemplo de Maquiavel, Elizabeth acreditava que os escrúpulos não assentam bem nos governantes responsáveis pelos Estados. Quaisquer que fossem os meios que sua sutil fraqueza pudesse arquitetar, soube preservar seu país da dominação estrangeira, manteve a paz — com breves intervalos — durante 30 anos e deixou a Inglaterra tão rica, material e espiritualmente, como jamais o fora antes.

Como diplomata, podia proporcionar aos secretários das relações exteriores da época muitas lições, informações preventivas, expedientes engenhosos e um sem-número de providências. Foi a mentirosa mais capaz de seu tempo. Das quatro mulheres — Maria Tudor, Maria Stuart, Catarina de Médicis e Elizabeth — que, segundo Knox, ilustraram o "monstruoso regimento [regime] de mulheres" na segunda metade do século XVI, Elizabeth foi, inquestionavelmente, soberana em sagacidade política e habilidade diplomática. Cecil julgou-a "a mulher mais atilada que até então houve, pois compreendia os interesses e as disposições de todos os príncipes de seu tempo, e possuía um conhecimento tão perfeito de seu próprio reino que nenhum conselheiro seu podia contar-lhe qualquer coisa que, de antemão, não soubesse"[17] — o que, naturalmente, deve ser aceito com reservas. Levava a vantagem de conferenciar diretamente com os embaixadores em francês, italiano ou latim; com isso, não dependia de intérpretes e intermediários. "Esta mulher" — declarou o embaixador espanhol — "é possuída de mil demônios; apesar disso, quer dar-me a entender que gostaria de ser freira, viver em uma cela e rezar o terço de manhã à noite."[18] Todos os governos do Continente condenavam-na e admiravam-na. "Se ela não fosse uma herege" — disse o Papa Sisto V — "valeria todo um mundo."[19]

III. A VIRGEM AMOROSA

A arma secreta de sua diplomacia era sua virgindade. Esta condição, naturalmente, constitui um pormenor obscuro sobre o qual os historiadores não devem aparentar

ter certeza; sejamos tão confiantes quanto Raleigh ao dar nome a uma colônia. Cecil, observando o longo flerte de Elizabeth com Leicester, teve algumas dúvidas passageiras; mas dois embaixadores espanhóis, um tanto inclinados a difamar a rainha, chegaram a conclusões favoráveis à sua honra.[20] Os mexeriqueiros da corte, conforme relatou Ben Jonson a Drummond of Hawthornden, afirmavam que "ela tinha uma membrana que a tornava incapaz para o homem, embora se deleitasse em tentar muitos... Um cirurgião francês propôs-lhe cortá-la, mas o medo impediu-a de aceitar a proposta".[21] "O povo" — escreveu Camden em seus *Annales* (1615) — "amaldiçoou Huic, médico da rainha, por tê-la dissuadido de casar-se em virtude de algum impedimento ou defeito nela."[22] Ainda assim, o Parlamento, solicitando-lhe constantemente que se casasse, julgava-a capaz de ter filhos. Algo de mal, a esse respeito, passava-se com a maior parte da nobreza Tudor: provavelmente os infortúnios de Catarina de Aragão durante o parto fossem devidos à sífilis de Henrique VIII; Eduardo, filho de Henrique, morreu na mocidade de uma moléstia mal definida; sua filha Maria esforçou-se ardentemente para ter um filho, confundindo, no fim, hidropisia com gravidez; e Elizabeth, embora flertando enquanto teve forças para andar, nunca se aventurou a casar. "Sempre o evitei" — disse. Já em 1559 declarou sua intenção de permanecer virgem.[23] Em 1566 prometeu ao Parlamento: "Casar-me-ei tão logo ache conveniente... e espero ter filhos."[24] Nesse mesmo ano, porém, quando Cecil lhe contou que Maria Stuart dera à luz um filho, quase chorou e disse: "A rainha dos escoceses é mãe de um belo filho, e eu não passo de um tronco estéril."[25] Nessa ocasião, por um momento, revelou sua eterna mágoa: não poder cumprir sua missão de mulher.

Os comprometimentos políticos agravavam a tragédia. Muitos de seus súditos católicos julgavam sua esterilidade um castigo adequado pelos pecados de seu pai, bem como uma promessa de que a católica Maria Stuart herdaria a coroa. Mas o Parlamento e o resto da Inglaterra protestante temiam tal perspectiva e importunavam-na para que procurasse um companheiro. Ela tentou fazê-lo, mas começou apaixonando-se por um homem casado. Lorde Robert Dudley, alto, belo, talentoso, cortês e valoroso, era filho do duque de Northumberland, que havia morrido no cadafalso por tentar deserdar Maria Tudor e fazer Jane Grey rainha. Dudley era casado com Amy Robsart; mas não vivia com a mulher e corriam rumores de que era um galanteador sem princípios. Estava com Elizabeth em Windsor, quando a esposa caiu de um andar em Cumnor Hall e morreu de pescoço quebrado (1560). Ele e a rainha tornaram-se suspeitos, para o embaixador espanhol e outros, de terem arquitetado essa inábil anulação de casamento; a suspeita era injusta,[26] mas deu fim, por algum tempo, às esperanças de Dudley de tornar-se consorte de Elizabeth. Quando ela pensou que ia morrer (1562), solicitou que ele fosse nomeado protetor do reino; confessou que o amara durante muito tempo, invocando, porém, o testemunho de Deus de que "nada de indecoroso" se passara entre eles.[27] Dois anos depois ofereceu-o à rainha dos escoceses e fê-lo conde de Leicester para realçar-lhe os encantos; a Maria, entretanto, repugnou ter em seu leito o amado de sua rival. Elizabeth confortou-o concedendo-lhe monopólios e cumulando-o de favores até a morte dele (1588).

Cecil tolerou esse romance com respeitosa hostilidade. Durante certo tempo pensou resignar em sinal de protesto, pois, em seus planos, cogitava de um casamento

que fortalecesse a Inglaterra com a amizade de algum Estado poderoso. Durante um quarto de século, uma série de pretendentes estrangeiros desfilou em torno da rainha. "Há 12 embaixadores nossos" — escreveu um deles — "todos competindo pela mão de sua majestade; e o duque de Holstein é o próximo que virá como pretendente em nome do rei da Dinamarca. O duque da Finlândia, que aqui se encontra representando seu irmão, o rei da Suécia, ameaça matar o enviado do imperador, e a rainha receia que eles se degolem uns aos outros em sua presença."[28] Ela deve ter sentido certo prazer quando Filipe II, o maior potentado do mundo cristão, ofereceu-lhe a mão experimentada (1559), mas recusou o oferecimento, que seria o meio de fazer da Inglaterra um Estado católico dependente da Espanha. Levou mais tempo para responder à proposta de Carlos IX, da França, pois enquanto isso mantinha a França bem-comportada. O embaixador francês queixou-se de que "o mundo fora feito em seis dias e ela havia despendido 80 sem tomar uma decisão". Elizabeth, muito habilmente, respondeu que o mundo "havia sido feito por um artista maior que ela".[29] Dois anos depois, permitiu que agentes ingleses propusessem seu casamento a Carlos, arquiduque da Áustria; a instâncias de Leicester, porém, cancelou esse plano. Quando a situação internacional favorecia a caprichosa França, em 1570, o duque de Alençon (filho de Henrique II e Catarina de Médicis) sentiu-se encorajado a pensar, aos 16 anos de idade, em ser o esposo da rainha de 37; mas as negociações soçobraram ante três obstáculos: a religião católica do duque, sua pouca idade e seu nariz com marcas deixadas pela varíola. Um desses obstáculos foi amenizado cinco anos depois, e Alençon — então duque d'Anjou — foi novamente considerado. Convidaram-no a ir a Londres e, durante cinco anos mais, Elizabeth flertou-o e também à França. Após uma agitação final (1581), o alegre namoro deu em nada, com Anjou retirando-se de campo ostentando, como troféu, uma liga da rainha. Entrementes, ela o havia impedido de casar-se com a Infanta e de, por esse meio, aliar suas duas inimigas: França e Espanha. Raramente uma mulher tirou tanta vantagem da esterilidade ou tanto prazer da virgindade.

IV. ELIZABETH E SUA CORTE

Havia maior prazer em ser cortejada por elisabetanos viris do que deitar-se com um jovem marcado pela varíola, e a corte durava enquanto o casamento não a reprimia. Elizabeth, portanto, desfrutava perene adulação e saboreava-a insaciavelmente. Cavalheiros arruinavam-se para obsequiá-la; bailes de máscara e representações teatrais alegorizavam sua glória; poetas cobriam-na de sonetos e dedicatórias; músicos dedilhavam alaúdes em seu louvor. Um madrigal celebrava seus olhos como um orbe a subjugar guerras e seu peito como "aquela bela colina onde habitam a virtude e a sagrada inteligência".[30] Raleigh disse-lhe que tinha o mesmo andar de Vênus, caçava como Diana, cavalgava como Alexandre, cantava como um anjo e tocava como Orfeu.[31] Ela quase acreditou nisso. Era imbuída de muita vaidade, como se todos os méritos de sua Inglaterra fossem o abençoado fruto por ela criado; e, até certo ponto, eram. Não confiando em seus encantos físicos, trajava-se com vestidos caríssimos, variando-os quase todos os dias; ao morrer, deixou dois mil deles. Usava jóias nos cabelos, nos braços, nos pulsos, nas orelhas e nos vestidos; quando um bispo censurou

seu amor pelo luxo, ela o advertiu para que não tocasse novamente no assunto, sob pena de chegar ao céu antes do tempo.[32]

Suas maneiras podiam ser inquietantes. Esbofeteava ou acariciava os cortesãos, e até mesmo os emissários estrangeiros. Fez cócegas no pescoço de Dudley quando este se ajoelhou para receber seu título de conde.* Cuspia enquanto ouvia — uma vez o fez em um manto suntuoso. Era geralmente amável e acessível, mas falava muito e sabia ser uma megera indomada. Praguejava como um pirata (o que ela era por procuração); "pela morte de Deus" estava entre suas imprecações mais suaves. Sabia ser cruel, como ao brincar de gato e rato com Maria Stuart, ou ao deixar Lady Catherine Grey definhar e morrer na Torre; basicamente, porém, era afável e clemente, misturando ternura aos seus golpes. Muitas vezes perdia a calma; logo, porém, reconquistava o domínio de si mesma. Ria às gargalhadas quando se divertia, o que era freqüente. Gostava de dançar, o que fez até os 69 anos. Brincava, jogava e caçava, e adorava bailes de máscara e representações teatrais. Conservava o espírito sempre animado, mesmo quando a sorte lhe era adversa, e, frente ao perigo, era toda coragem e inteligência. Era moderada na bebida e na alimentação, mas sedenta de dinheiro e jóias; foi com prazer que confiscou as propriedades dos rebeldes ricos, e arranjou meios de obter e conservar as jóias da coroa da Escócia, Borgonha e Portugal, além de um tesouro em gemas preciosas oferecidas por cavalheiros candidatos à sua mão. Não era conhecida como dotada de espírito de gratidão ou de liberalidade; procurava, às vezes, pagar os criados com palavras bonitas; havia, entretanto, certo patriotismo em sua parcimônia e seu orgulho. Na ocasião em que subiu ao trono, não havia uma nação tão pobre que prestasse homenagem à Inglaterra; quando morreu, a Inglaterra dominava os mares e desafiava a hegemonia intelectual da Itália e da França.

Que espécie de espírito tinha ela? Possuía todos os conhecimentos que uma rainha podia ostentar graciosamente. Enquanto governou a Inglaterra, continuou a estudar línguas; correspondia-se em francês com Maria Stuart, discutiu em italiano com um embaixador veneziano e censurou um emissário polonês em um latim viril. Traduzia Salústio e Boécio, e conhecia suficientemente o grego para ler Sófocles e traduzir uma peça de Eurípides. Afirmava ter lido tantos livros quanto qualquer outro príncipe do mundo cristão, e isso era provável. Estudava história quase diariamente. Compunha poesia e música, e tocava regularmente alaúde e virginal. Tinha, porém, senso bastante para caçoar de seu talento e para fazer distinção entre educação e inteligência. Quando um embaixador cumprimentou-a pelos seus conhecimentos lingüísticos, observou que "não constituía prodígio algum ensinar uma mulher a falar; era muito mais difícil ensiná-la a ficar calada".[34] Seu espírito era tão mordaz quanto suas palavras e estava atualizado com seu tempo. Francis Bacon relatou que "ela costumava comentar, em suas instruções a grandes oficiais, que eles eram como as roupas, muito justas na primeira vez em que eram usadas mas que, pouco a pouco, com o uso, iam-se alargando".[35] Suas cartas e seus discursos eram compostos em um inglês todo seu,

* Aubrey conta uma história travessa. Edward de Vere, "conde de Oxford, ao fazer uma reverência à Rainha Elizabeth, deixou escapar um traque, com o que ficou tão perturbado e envergonhado que partiu para Travell, onde permaneceu durante sete anos. Ao voltar, a rainha deu-lhe as boas-vindas e disse: Deus meu, tinha me esquecido do traque."[33]

cheio de rodeios, complicado e afetado, mas repleto de expressões interessantes, de caráter e eloqüência fascinantes.

Sobressaía mais pela inteligência que pelo intelecto. Walsingham classificou-a de "inapta para compreender qualquer assunto de peso";[36] mas talvez falasse com o amargor de uma devoção não recompensada. Sua habilidade estava na delicadeza e sutileza da percepção feminina, não na lógica laboriosa; e, às vezes, o resultado revelava mais sabedoria em suas tentativas felinas do que em seu raciocínio. Era seu espírito indefinível que prevalecia, confundia a Europa, empolgava a Inglaterra e dava incentivo e colorido ao florescimento de seu país. Restabeleceu a Reforma, mas ela mesma representava a Renascença — o desejo de viver esta vida terrena ao máximo, desfrutá-la e embelezá-la todos os dias. Não era um modelo de virtudes, mas um exemplo de vitalidade. Sir John Hayward, que foi mandado para a Torre por incutir idéias de rebelião no jovem Essex, perdoou-lhe o bastante para escrever sobre ela nove anos depois que o soube recompensar:

> Ora, se algum dia houve alguém que teve o dom de conquistar o coração do povo, ou soube conquistá-lo, foi esta rainha; se alguma vez o manifestou, foi... conjugando a afabilidade com a majestade, como o fez, e condescendendo soberanamente com os mais humildes. Todas as suas faculdades estavam em movimento, e todos os movimentos dela pareciam uma ação bem-orientada; seus olhos pousavam em uma pessoa, seus ouvidos ouviam outra, seu juízo voltava-se para uma terceira e a uma quarta dirigia a palavra; assim, seu espírito parecia estar em toda parte, e, entretanto, tão integrado nela mesma, que se afigurava não estar em parte alguma. A algumas pessoas manifestava sua piedade, a outras elogiava, a outras mais agradecia e de outras caçoava com graça e espírito, não condenando ninguém e não negligenciando ofício algum; e foi, tão habilmente, distribuindo sorrisos, olhares e graças que o povo, logo depois, novamente redobrou o testemunho de suas alegrias.[37]

Sua corte era seu caráter — amando as coisas que ela amava e cultivando sua inclinação pela música, pelos jogos, pelas peças teatrais e as alocuções brilhantes ante o êxtase de poemas, madrigais, dramas e mascaradas, e uma prosa tal como jamais a Inglaterra veio a conhecer de novo. Nos seus palácios em Whitehall, Windsor, Greenwich, Richmond e Hampton Court, lordes e *ladies*, cavaleiros e embaixadores, animadores e servidores movimentavam-se em excitante alternância de galante alegria e cerimônia real. Os divertimentos que iam desde "adivinhações" e gamão até mascaradas complexas e representações de peças de Shakespeare eram preparados por uma Comissão de Festejos especial. O Dia da Ascensão, o Natal, o Ano-Novo, a Véspera dos Reis, a Festa da Purificação da Virgem e o Carnaval eram regularmente celebrados com passatempos, competições atléticas, torneios, pantomimas, representações teatrais e mascaradas. A mascarada foi uma das muitas coisas italianas importadas pela Inglaterra elisabetana — espalhafatosa mistura de pompa, poesia, música, alegoria, bufonaria e balé, tudo reunido por teatrólogos e artistas, apresentado na corte ou em ricas mansões, com maquinaria e evolução complexas, e representado por damas mascaradas e cavalheiros envergando roupas muito finas, recitando diálogos curtos. Elizabeth era louca por teatro, especialmente por comédias; quem sabe quanto de Shakes-

peare teria chegado à cena ou à posteridade se ela e Leicester não apoiassem o teatro através de todos os ataques dos puritanos?

Não contente com seus cinco palácios, Elizabeth saía quase todo verão em "expedição" pelo país, para ver e ser vista, observar seus lordes vassalos e desfrutar as homenagens que eles, relutantemente, lhe prestavam. Acompanhava-a parte de sua corte, alegre com a mudança e resmungando ante as acomodações e a cerveja. A pequena nobreza das cidades vestia-se de veludo e seda para recebê-la com discursos e presentes; nobres arruinaram-se para acolhê-la; senhores feudais, que passavam por dificuldades, rezavam para que ela não aparecesse. A rainha viajava a cavalo ou em liteira aberta, cumprimentando alegremente as multidões que se reuniam ao longo das estradas. Emocionado ao avistar sua invencível soberana e enfeitiçado pelos graciosos cumprimentos e sua contagiante alegria o povo renovava seus votos de lealdade.

A corte adotou sua alegria, sua liberdade de maneiras, seus vestidos luxuosos, seu gosto pelo cerimonial e o seu ideal de cavalheiro. Ela gostava de ouvir o roçagar dos atavios, e os homens que a cercavam rivalizavam com as mulheres no amoldar os tecidos orientais ao estilo italiano. Os prazeres constituíam o programa habitual, mas havia de se estar preparado a qualquer momento para as façanhas marciais de além-mar. As seduções tinham de ser discretas, pois Elizabeth sentia-se responsável pela honra das suas damas de honor perante os pais delas; daí ter banido da corte o Conde de Pembroke por haver deixado grávida Mary Fitton.[38] Como em qualquer corte, a intriga tecia muitas malhas complicadas; as mulheres sem escrúpulos disputavam os homens, estes as mulheres, e todos, os favores da rainha e o que disso rendia. Os mesmos cavalheiros que, na poesia, exaltavam os requintes do amor e da moralidade ansiavam, em sua prosa, por sinecuras, recebiam ou davam propinas, agadanhavam monopólios ou tomavam parte nos despojos da pirataria; e a ávida rainha contemplava com indulgência a venalidade que compensava o pagamento deficiente de seus servidores. Através de suas concessões, ou com sua permissão, Leicester tornou-se o lorde mais rico da Inglaterra; Sir Philip Sidney recebeu extensas regiões na América; Raleigh adquiriu 16.188 hectares de terra na Irlanda; o segundo Conde de Essex desfrutou o monopólio da importação de vinhos doces, e Sir Christopher Hatton ascendeu de fraldiqueiro da rainha à posição de presidente da Câmara dos Lordes. Elizabeth não era mais sensível aos cérebros laboriosos que às pernas bonitas — pois estes pilares da sociedade não se achavam ainda cobertos por calças. A despeito de suas falhas, ela estabeleceu um ritmo e um método para extrair das pessoas ilustres da Inglaterra as energias em potencial; incitou-lhes a coragem para os grandes empreendimentos, o espírito para o pensamento ousado, as maneiras para a graça, a habilidade e o fomento da poesia, do teatro e das artes. Em torno dessa corte deslumbrante e dessa mulher reuniram-se quase todos os gênios da maior época da Inglaterra.

V. ELIZABETH E A RELIGIÃO

Mas dentro da corte e por todo o país rugia a amarga batalha da Reforma, criando um problema que muitos julgavam fosse desnortear e destruir a rainha. Ela era protestante; o país era católico em duas terças partes, talvez três quartas partes.[39] Mui-

tos magistrados, todos do clero, eram católicos. Os protestantes mantinham-se nas cidades industriais e nos portos do sul; predominavam em Londres, onde seu número foi aumentado pelos que fugiam da opressão no Continente; nos condados do norte e do leste, entretanto — quase inteiramente agrícolas — constituíam número insignificante.[40] O espírito dos protestantes, porém, era incomensuravelmente mais ardente que o dos católicos. Em 1559, John Foxe publicou seus *Rerum in ecclesia gestarum... commentarii*, descrevendo com paixão os sofrimentos dos protestantes sob o reinado anterior; os volumes foram traduzidos em 1563 com o título de *Actes and Monuments*; popularmente conhecidos como *The Book of Martyrs*, exerceram estimulante influência sobre os protestantes ingleses durante mais de um século. O protestantismo, no século XVI, tinha a energia ardente de uma nova idéia que lutava pelo futuro; o catolicismo, a força das crenças e costumes tradicionais profundamente enraizados no passado.

Em uma minoria que se expandia, o tumulto religioso havia gerado o ceticismo e, aqui e ali, até mesmo o ateísmo. O conflito dos credos, suas críticas mútuas, sua intolerância sanguinária e o contraste entre as confissões e a conduta dos cristãos haviam feito alguns espíritos positivos duvidarem de todas as teologias. Ouçamos o *Scholemaster* de Roger Ascham (1563):

> Aquele italiano que inventou o provérbio italiano contra nossos ingleses italianizados não se referia mais à vaidade de suas vidas do que à torpe opinião deles sobre a religião... Eles dão mais importância aos ofícios de Túlio [*De officii* de Cícero] do que às epístolas de São Paulo; a um conto de Boccaccio do que a uma história da Bíblia. Consideram, pois, fábulas os sagrados mistérios da religião cristã. Fazem com que Cristo e seu Evangelho sirvam apenas à política civil; neste caso nenhuma das religiões [protestantismo ou catolicismo] lhes contraria os planos. Às vezes, favorecem a ambas abertamente; outras, ridicularizam-nas secretamente... Pois ousam, onde e em companhia de quem lhes agrada, rir-se atrevidamente dos protestantes e dos papistas. Não se importam com as Escrituras... ridicularizam o papa; injuriam Lutero... O céu que desejam é apenas o de seus prazeres pessoais e vantagens particulares; com isso, declaram abertamente a escola... a que pertencem, isto é, são epicuristas no modo de viver e *atheoi* na doutrina.[41]

Cecil queixava-se (1569) de que "havia por toda parte ridicularizadores da religião, epicuristas e ateus",[42] John Strype declarou (1571) que "muitos haviam-se afastado inteiramente da comunhão da Igreja e não mais iam assistir ao ofício divino",[43] John Lyly (1579) julgou que "jamais houve tais seitas entre os pagãos... tal descrença entre infiéis como existem agora entre eruditos".[44] Teólogos e outros escreveram livros contra o "ateísmo" — o que, entretanto, podia significar crença em Deus mas descrença na divindade de Cristo. Em 1579, 1583 e 1589 queimaram-se alguns homens pelo fato de negarem a divindade de Cristo.[45] Vários dramaturgos eram reputados ateus: Greene, Kyd, Marlowe. A literatura dramática elisabetana, que, aliás, descreve tão extensamente a vida, pouca coisa contém — o que é singular — sobre a luta das religiões, mas faz da mitologia pagã um grande espetáculo.

Em *Love's Labour's Lost (Trabalhos de Amor Perdidos)* (IV, iii, 250), de Shakespeare, encontram-se dois versos obscuros:

O paradox! black is the badge of hell,
*The hue of dungeons and the school of night.** .

Muitos[46] interpretaram a última frase como uma referência às reuniões noturnas de Walter Raleigh, o astrônomo Thomas Harriot, o erudito Lawrence Keymis, provavelmente os poetas Marlowe e Chapman e alguns outros, na propriedade rural de Raleigh, em Sherborne, para o estudo da astronomia, da geografia, da química, da filosofia e da teologia. Harriot, aparentemente o líder intelectual do grupo, "tinha estranhas idéias sobre as Escrituras", relatou o antiquário Anthony à Wood, "e sempre depreciava a história antiga da criação... Ele escreveu uma *Philosophical Theology*, na qual rejeitou o Velho Testamento"; ele acreditava em Deus, mas rejeitava a revelação e a divindade de Cristo.[47] Robert Parsons, o jesuíta, escreveu em 1592 sobre "a escola de ateísmo, de Sir Walter Raleigh... na qual Moisés e nosso Salvador e o Velho e o Novo Testamentos são ridicularizados, e os eruditos ensinavam a soletrar o nome de Deus *(God-dog)* ao contrário".[48] Raleigh foi acusado de ter ouvido Marlowe ler um ensaio sobre *ateísmo*. Em março de 1594, reuniu-se uma comissão do governo em Cerne Abbes, Dorset, para investigar os rumores sobre um grupo de ateus nas vizinhanças, abrangendo a casa de Raleigh. Que saibamos, da investigação não resultou medida alguma, mas, durante seu julgamento, foram feitas acusações contra Raleigh relativas ao ateísmo (1603).[49] No prefácio a sua *History of the World*, Raleigh fez questão de discorrer longamente sobre sua crença em Deus.

A respeito de Elizabeth, havia certa suspeita de ser ela uma livre-pensadora. "Jamais viveu até então" — disse John Richard Green — "uma mulher tão inteiramente destituída de sentimento religioso."[50] "Elizabeth" — no juízo de Froude — "era sem convicções emocionais definidas... Elizabeth, a quem o credo protestante era tão pouco verdadeiro quanto o católico... devotava um franco desprezo pelo dogmatismo teológico."[51] Invocava Deus — com tremendas imprecações que chegavam a horrorizar seus ministros — para destruí-la se não mantivesse sua promessa de desposar Alençon, ao passo que, particularmente, pilheriava com as pretensões dele à sua mão.[52] Declarou a um emissário espanhol que a diferença entre os credos cristãos antagônicos era "uma simples bagatela", pelo que o emissário concluiu que Elizabeth era atéia.[53]

Admitia, contudo, a grande rainha, como quase todos os governos antes de 1789, que alguma religião, alguma fonte sobrenatural, alguma sanção moral era indispensável à ordem social e à estabilidade do Estado. Durante certo tempo, até consolidar sua posição, parecia hesitar e alimentou as esperanças dos potentados católicos de que talvez pudesse aderir publicamente à crença deles. Gostava das cerimônias católicas, do celibato do clero, dos mistérios da missa e talvez se tivesse reconciliado com a Igreja se isso não envolvesse uma submissão ao papado. Não confiava no catolicismo, considerando-o força estrangeira, capaz de levar os ingleses a colocar a lealdade para com a Igreja acima da fidelidade para com a rainha. Criada no protestantismo de seu pai, isto é, o catolicismo sem papado, foi justamente isso que decidiu restabelecer na Inglaterra. Esperava que a liturgia semicatólica de sua Igreja Anglicana apaziguasse os católicos dos campos, ao mesmo tempo que a rejeição do papado satisfizesse os

* Oh! paradoxo! negro é o símbolo do inferno, / A cor das masmorras e da escola da noite.

protestantes das cidades; nesse ínterim, o controle da educação pelo Estado formaria a nova geração nessa disposição elisabetana, fazendo descer a paz entre as religiões em luta. Utilizou-se de sua hesitação, no tocante à religião, da mesma maneira que com relação ao casamento, para servir a seus fins políticos; manteve seus inimigos potenciais desnorteados e divididos, até que pôde enfrentá-los com um fato consumado.

Muitas forças insistiram para que ela completasse a Reforma. Reformadores do Continente escreveram-lhe para agradecer, antecipadamente, o restabelecimento do novo culto, e suas cartas a sensibilizaram. Detentores de propriedades antes pertencentes à Igreja rezavam pela instituição do protestantismo. Cecil aconselhou Elizabeth a tornar-se líder de toda a Europa protestante. Os protestantes de Londres manifestaram seus sentimentos cortando a cabeça de uma estátua de Santo Tomás e arremessando-a à rua. Seu primeiro Parlamento (de 23 de janeiro a 8 de maio de 1559) foi predominantemente protestante. Os fundos que ela solicitou foram votados sem restrições e sem demora, e, para levantá-los, lançou-se um tributo sobre todas as pessoas, eclesiásticas ou seculares. O novo Ato de Uniformidade (28 de abril de 1559) transformou o Livro da Liturgia Comum de Cranmer, revisto, em lei da liturgia inglesa, e proibiu todos os outros ritos religiosos. A missa foi abolida. Exigiu-se que todos os ingleses assistissem ao ofício de domingo da Igreja Anglicana sob pena de multa de um xelim, destinada a socorrer os pobres. Um novo Ato de Supremacia (29 de abril) declarou Elizabeth a Governante Suprema da Inglaterra em todas as questões, espirituais ou temporais. Exigiu-se de todos os clérigos, advogados, professores, graduados em universidades, magistrados e empregados da Igreja ou da Coroa, o juramento de reconhecerem a soberania da rainha em religião. Todas as grandes nomeações e decisões de ordem eclesiástica deviam ser feitas por um Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação escolhido pelo governo. Qualquer defesa que se fizesse da autoridade do papa sobre a Inglaterra devia ser punida com prisão perpétua na primeira transgressão; com a morte, na segunda (1563). Por volta de 1590, todas as igrejas inglesas eram protestantes.

Elizabeth alegava que não perseguia a liberdade de opinião; qualquer homem — dizia — podia pensar e ter sua crença como bem lhe aprouvesse, contanto que obedecesse às leis; tudo que queria era conformidade de todos para o bem da união nacional. Cecil assegurava-lhe que "nunca podia haver segurança para o Estado em que se tolerassem duas religiões"[54] — o que não impediu Elizabeth de exigir tolerância para com os protestantes franceses na França católica.[55] Não fazia objeção à hipocrisia pacífica; achava, porém, que a liberdade de opinião não devia implicar liberdade de palavra. Pregadores que, em qualquer assunto importante, discordavam de sua opinião, eram reduzidos ao silêncio ou demitidos.[56] As leis contra a heresia foram redefinidas e impostas; unitários e anabatistas proscritos;[57] cinco hereges foram queimados durante o seu reinado, o que, para a época, pareceu um número modesto.

Em 1563, em um sínodo de teólogos, definiu-se o novo credo. Todos admitiram a predestinação; Deus, por Sua própria e livre vontade, antes da criação do mundo e independentemente do mérito ou demérito da criatura humana, havia escolhido algumas pessoas para serem eleitas e salvas, destinando todas as demais à condenação e ao inferno. Os teólogos aceitaram a justificação luterana (salvação) pela fé — isto é, os eleitos seriam salvos não pelas suas boas ações mas pela crença na graça de Deus e na redenção pelo sangue de Cristo; interpretaram a Eucaristia, contudo, segundo

Calvino: uma comunhão com Cristo, mais espiritual do que física. Através de um ato do Parlamento (1566), os "Trinta e Nove Artigos" em que se corporificava a nova teologia tornaram-se obrigatórios para todo o clero da Inglaterra; exprimem eles ainda o credo anglicano oficial.

O novo rito foi, também, uma solução de compromisso. A missa foi abolida, mas, para horror dos puritanos, o clero recebeu instruções no sentido de usar sobrepeliz branca à leitura do ofício, e pluviais (capa de asperges) ao ser ministrada a Eucaristia. A comunhão devia ser recebida de joelhos e nas duas formas: pão e vinho. Substituiu-se a invocação dos santos pelas comemorações anuais dos heróis protestantes. Foram mantidas como ritos sagrados a confirmação e a ordenação, mas sem serem consideradas sacramentos instituídos por Cristo; e estimulou-se a confissão a um sacerdote somente na expectativa de morte. Muitas orações conservaram a forma católico-romana, mas adotaram uma roupagem inglesa e passaram a constituir parte nobre e formativa da literatura da nação. Durante quatro séculos, essas preces e hinos, recitados pelas congregações e pelos sacerdotes no vasto esplendor das catedrais ou na austeridade simples das igrejas paroquiais, têm proporcionado às famílias inglesas inspiração, consolo, disciplina moral e paz espiritual.

VI. ELIZABETH E OS CATÓLICOS

Chegava, agora, a vez de os católicos sofrerem as perseguições. Embora fossem ainda maioria, estavam proibidos de celebrar ofícios católicos e possuir literatura católica. As imagens religiosas das igrejas foram destruídas por ordem governamental, e os altares retirados. Seis estudantes de Oxford foram enviados para a Torre por resistirem à retirada de um crucifixo da capela do colégio deles.[58] A maior parte dos católicos submeteu-se com tristeza aos novos regulamentos, mas considerável número deles preferiu pagar as multas a ter que assistir ao culto anglicano. O Conselho real calculou em 50.000 o número de tais "recusantes" na Inglaterra (1580).[59] Bispos anglicanos queixaram-se ao governo de que estavam sendo celebradas missas em casas particulares, de que o catolicismo erguia-se e transformava-se em culto público e de que, em algumas fervorosas localidades, não havia segurança para aqueles que fossem protestantes.[60] Elizabeth censurou o Arcebispo Parker por complacência (1565) e, depois disso, impuseram-se leis mais rigorosas. Os católicos que assistiram à missa na capela do embaixador espanhol foram encarcerados; casas, em Londres, foram vasculhadas; às pessoas estranhas nelas encontradas ordenou-se declarar sua religião; magistrados receberam ordem de punir todas as pessoas que possuíssem livros de teologia católico-romana (1567).[61]

Não devemos julgar essa legislação nos termos da relativa tolerância religiosa que os filósofos e as revoluções dos séculos XVII e XVIII conquistaram para nós. As religiões achavam-se, então, em guerra e emaranhadas na política — campo em que a tolerância sempre foi limitada. Todos os partidos e governos, no século XVI, concordavam em que as divergências teológicas eram uma forma de revolução política. O conflito religioso tornou-se explicitamente político quando o Papa Pio V, após o que julgou ter sido uma longa e paciente espera, expediu uma bula (1570) que, além de

excomungar Elizabeth, absolvia seus súditos do juramento de fidelidade prestado a ela, proibindo-os "de obedecer a suas intimações, ordens e leis". A bula foi abolida na França e na Espanha que, a esse tempo, procuravam a amizade da Inglaterra; uma cópia, porém, foi pregada clandestinamente na porta da residência episcopal, em Londres. O culpado desse ato foi descoberto e condenado à morte. Diante dessa declaração de guerra, os ministros da rainha pediram ao Parlamento leis mais severas contra os católicos. Foram aprovados estatutos que classificavam como crime capital chamar a rainha de herege, cismática, usurpadora ou tirana, assim como introduzir na Inglaterra uma bula do papa ou levar um protestante para a Igreja Romana.[62] O Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação foi autorizado a examinar as opiniões de qualquer pessoa suspeita e punir qualquer transgressão à lei, inclusive fornicação e adultério.[63]

Os monarcas católicos da Europa não podiam, na realidade, protestar contra essas medidas opressivas, que tanta semelhança tinham com as suas. A maior parte dos católicos ingleses continuou a submeter-se pacificamente a elas, o governo de Elizabeth esperava que o hábito gerasse sua aceitação e, com o tempo, a fé. Foi para impedir isso que William Allen, emigrado inglês, fundou em Douai, que então fazia parte dos Países Baixos espanhóis, um colégio e seminário destinados a formar católicos ingleses a fim de servirem como missionários na Inglaterra. Ele expôs com fervor seu objetivo:

> Constitui nosso primeiro e principal estudo... incitar... no espírito dos católicos... zelo e justa indignação contra os hereges. Fazemo-lo, colocando diante dos olhos dos estudantes a extraordinária majestade do cerimonial da Igreja Católica, no lugar onde vivemos... Recordamos, ao mesmo tempo, o lamentável contraste que reina em nossa terra natal: a completa desolação de todas as coisas sagradas que lá existem... nossos amigos e parentes, todos os que nos são caros, além de incontável número de almas, perecendo no cisma e no ateísmo; todas as prisões e masmorras repletas até o transbordamento, não de ladrões e vilões mas de sacerdotes e servos de Cristo, e até mesmo de nossos pais e parentes. Nada há, pois, que não devamos sofrer; antes isso do que apenas observar os males que afetam nossa nação.[64]

O colégio funcionou em Douai até 1578, quando os calvinistas conquistaram a cidade; depois em Reims e, em seguida, novamente em Douai (1593). A Bíblia de Douai — tradução inglesa da Vulgata — foi criada em Reims e Douai (1582-1610) e publicada um ano antes da versão do Rei Jaime. No período de 1574 a 1585, o colégio ordenou 275 graduados e enviou 268 para trabalharem na Inglaterra. Allen foi chamado a Roma e feito cardeal, mas sua obra continuou; 170 novos sacerdotes foram enviados à Inglaterra antes da morte de Elizabeth, em 1603. Do total de 438 diplomados, 98 sofreram a pena capital.

A chefia dos missionários passou para um jesuíta, Robert Parsons, homem cheio de entusiasmo e coragem, provocador de polêmicas e mestre da prosa inglesa. Anunciou francamente que a bula que depunha Elizabeth justificava o assassínio dela. Muitos católicos ingleses sentiram-se chocados, mas Tolomeo Galli, secretário de estado do Papa Gregório XIII, deu sua aprovação à idéia.*[65] Parsons insistiu com as potências

* Um historiador católico acrescenta: "Se o Secretário de Estado aprovou o assassínio de Elizabeth, isso estava em conformidade com os princípios da lei então em vigor. Também Gregório, que o Secretário de Estado indubitavelmente consultara antes de enviar sua carta... concordou com essa opinião."[66]

católicas para que invadissem a Inglaterra; o embaixador espanhol na Inglaterra condenou o plano, tachando-o de "loucura criminosa", e Everard Mercurian, geral da ordem dos jesuítas, proibiu Parsons de imiscuir-se em política.[67] Ele não se deu por vencido; resolveu fazer ele mesmo, sozinho, a invasão. Disfarçou-se em oficial inglês de volta do serviço nos Países Baixos; sua fanfarronice marcial, sua túnica de rendas douradas e seu chapéu emplumado permitiram-lhe passar pelos oficiais da fronteira (1580); chegou mesmo a aplainar o caminho para que outro jesuíta — Edmund Campion — o seguisse disfarçado em mercador de jóias. Abrigaram-se secretamente no coração de Londres.

Ambos visitaram os católicos encarcerados e constataram que eram tratados com tolerância. Recrutando auxiliares — sacerdotes e leigos — começaram sua obra: infundir nos católicos a idéia de permanecerem fiéis à Igreja, e tornar a converter para o credo católico os que, recentemente, tinham "apostatado" para o credo protestante. Sacerdotes seculares, que se mantinham ocultos na Inglaterra, alarmados com a audácia dos missionários, preveniram-nos de que logo seriam descobertos e presos, e que isso agravaria mais a situação dos católicos; pediram-lhes que voltassem para o Continente. Parsons e Campion, entretanto, não desistiram. Iam de uma cidade para a outra, realizavam reuniões secretas, ouviam confissões, rezavam missas e davam a bênção aos tímidos fiéis, os quais consideravam-nos mensageiros de Deus. Ao fim de um ano, desde sua vinda, haviam feito — alegava-se — 20.000 conversões.[68] Instalaram uma oficina tipográfica e espalharam folhetos de propaganda; foram encontrados nas ruas de Londres boletins declarando que Elizabeth, tendo sido excomungada, deixara de ser a rainha legal da Inglaterra.[69] Um terceiro jesuíta foi enviado a Edimburgo para incitar os escoceses católicos a invadirem, pelo norte, a Inglaterra. O conde de Westmorland atendeu a um chamado do Vaticano; trouxe de Roma para Flandres grande quantidade de ouro em barra para financiar uma invasão que partisse dos Países Baixos; no verão de 1581, muitos católicos acreditavam que as tropas espanholas de Alba fariam a travessia para invadir a Inglaterra.[70]

Prevenido por seus espiões, o governo redobrou esforços para a captura dos jesuítas. Parsons conseguiu atravessar o Canal, mas Campion foi capturado em julho de 1581. Foi levado para a Torre após passar por aldeias que lhe demonstraram simpatia e por uma Londres hostil. Elizabeth mandou que o trouxessem à sua presença e procurou salvá-lo. Perguntou-lhe se a considerava sua soberana legal. Ele respondeu que sim. Mas a uma segunda pergunta, se o papa podia legalmente excomungá-la, respondeu que não podia dar opinião sobre uma questão a respeito da qual homens letrados encontravam-se divididos. Ela o mandou de volta à Torre, mas com instruções para que fosse bem tratado; Cecil, porém, ordenou que o torturassem até revelar o nome dos companheiros conspiradores. Após dois dias de torturas, ele revelou alguns nomes, e novas prisões foram efetuadas. Recuperando sua audácia, Campion desafiou os teólogos protestantes para um debate público. O Conselho permitiu que se preparasse a capela da Torre para a discussão; admitiu-se a entrada de cortesãos, de prisioneiros e do público, e o jesuíta permaneceu horas e horas de pé — apesar de suas fracas pernas — defendendo a teologia católica. Nenhum oponente convenceu o outro; e quando Campion foi levado a julgamento, a acusação não foi de heresia mas de conspiração para derrubar o governo por meio de subversão interna e ataque do

exterior. Ele e 14 outros fôram julgados culpados e enforcados no dia 1º de dezembro de 1581.

Tinham razão os católicos que predisseram que a missão dos jesuítas iria exasperar o governo e provocar novas perseguições. Elizabeth fez um apelo a seus súditos para que escolhessem entre ela e os que lhe queriam o trono ou a vida. O Parlamento decretou (1581) que a conversão ao catolicismo seria punida como alta traição; que os sacerdotes que rezassem missa seriam multados em 200 marcos e condenados a um ano de prisão; e que os que se recusassem a assistir o ofício da Igreja Anglicana teriam de pagar 20 libras por mês[71] — o suficiente para arruinar qualquer pessoa, exceto os católicos mais ricos. Quem deixasse de pagar a multa incorria em prisão e confisco dos bens. As prisões ficaram logo tão abarrotadas de católicos, que tiveram de ser usados como cadeias os velhos castelos.[72] A situação tornou-se tensa de parte a parte, agravada ainda pela iminente execução de Maria Stuart e a intensificação do conflito com a Espanha e Roma. Em junho de 1583, um núncio papal ofereceu a Gregório XIII minucioso plano para a invasão da Inglaterra por três exércitos simultaneamente: da Irlanda, da França e da Espanha. O papa considerou com simpatia esse *disegno per l'impresa d'Inghilterra*, e foram tomadas medidas especiais;[73] mas espiões ingleses tiveram conhecimento delas, a Inglaterra tomou contramedidas e a invasão foi adiada.

O Parlamento revidou com legislação mais repressiva. Exigiu-se que todos os sacerdotes ordenados desde junho de 1559, e que ainda recusassem o voto de fidelidade ao Ato de Supremacia, deixassem o país dentro de 40 dias sob pena de morte como traidores e conspiradores; todos os que os ocultassem seriam enforcados.[74] Com base nessa lei e em outras, 123 sacerdotes e 60 leigos foram executados durante o reinado de Elizabeth e, provavelmente, 200 mais morreram na prisão.[75] Alguns protestantes reclamaram contra a severidade dessa legislação; alguns converteram-se ao catolicismo; o neto de Cecil, William, fugiu para Roma (1585) e hipotecou obediência ao papa.[76]

A maioria dos católicos ingleses opôs-se a qualquer ação violenta contra o governo. Uma facção deles dirigiu apelo a Elizabeth (1585), assegurando sua lealdade e pedindo que "considerasse misericordiosamente seus sofrimentos". Como que para confirmar, entretanto, a alegação do governo de que suas medidas eram justificadas pela guerra, o Cardeal Allen publicou (1588) um opúsculo destinado a incitar os católicos ingleses a apoiarem o ataque iminente da Espanha contra a Inglaterra. Chamou a rainha de "bastarda incestuosa, gerada e nascida do pecado de uma infame cortesã", acusou-a de "com Leicester e vários outros haver abusado de seu corpo... através de inenarrável e incrível variedade de atos lascivos", exigiu que os católicos da Inglaterra se levantassem contra essa "depravada, amaldiçoada e excomungada herege", e prometeu indulgência plenária a todos os que auxiliassem a depor a "principal encarnação do espetáculo do pecado e da abominação desta época".[77] Os católicos da Inglaterra, no entanto, responderam lutando, tão valorosamente quanto os protestantes, contra a armada espanhola.

Após essa vitória, continuou a perseguição como parte da guerra permanente. Sessenta e um sacerdotes e 49 leigos foram enforcados no período de 1588 a 1603; muitos foram arrancados do cadafalso, arrastados e esquartejados — isto é, foram estripa-

dos e tiveram os braços e as pernas extirpados — enquanto ainda vivos.[78] Em notável requerimento dirigido à rainha, no ano de sua morte, 13 sacerdotes solicitaram-lhe que os deixasse permanecer na Inglaterra. Repudiaram todos os ataques contra o seu direito ao trono e contestaram a autoridade do papa para depô-la, se bem que, em sã consciência, reconhecessem somente o papa como chefe da Igreja Cristã.[79] O documento só chegou às mãos da rainha poucos dias antes da sua morte, não havendo registro do que dele resultou; mas, incidentalmente, delineou os princípios pelos quais, dois séculos depois, seria resolvido o problema. A rainha morreu vitoriosa na maior batalha de um reinado maculado por essa vitória, a mancha mais negra de todas.

VII. ELIZABETH E OS PURITANOS

Contra um inimigo que parecia mais fraco — o grupo de puritanos — ela não saiu vencedora. Eram homens que haviam sentido a influência de Calvino; alguns haviam visitado a Genebra calvinista como refugiados marianos; muitos deles haviam lido a Bíblia em uma tradução feita e anotada pelos calvinistas de Genebra; alguns tinham ouvido ou lido as pregações candentes de John Knox; outros talvez tivessem ouvido o eco dos "sacerdotes pobres" lolardos, de Wyclif. Tomando a Bíblia como guia infalível, nada encontraram nela a respeito dos poderes episcopais e das vestes sacerdotais que Elizabeth havia transferido da Igreja Romana para a Igreja Anglicana; ao contrário, muita coisa descobriram a respeito de não terem os presbíteros outro soberano senão Cristo. Reconheciam Elizabeth como chefe da Igreja na Inglaterra, tão-somente para excluir o papa; em seus corações, rejeitavam qualquer atitude soberana do Estado sobre a religião e aspiravam controlar o Estado por meio de sua religião. Por volta de 1564, começaram a ser chamados de "puritanos" — como forma de tratamento pejorativa — porque exigiam que o protestantismo inglês se purificasse de todas as formas de fé e de culto não encontrados no Novo Testamento. Os puritanos levavam profundamente a sério as doutrinas da predestinação, da eleição e da condenação eterna, e achavam que somente se podia escapar ao inferno pela subordinação de todos os aspectos da vida à religião e à moral. Quando liam a Bíblia, nos domingos solenes de seus lares, a figura de Cristo quase desaparecia ante o cenário do cioso e vingativo Jeová do Velho Testamento.

O ataque dos puritanos a Elizabeth tomou forma (1569) quando Thomas Cartwright — professor de teologia em Cambridge — acentuou, em suas preleções, o contraste entre a organização presbiteriana da primitiva Igreja Cristã e a estrutura episcopal da instituição anglicana. Muitos elementos da Faculdade apoiaram Cartwright, mas John Whitgift, diretor do Trinity College, denunciou-o à rainha e conseguiu que ele fosse demitido do corpo docente (1570). Cartwright emigrou para Genebra, onde, sob a direção de Théodore de Bèze, embebeu-se ardorosamente da teocracia calvinista. De volta à Inglaterra, pôs-se, juntamente com Walter Travers e outros, a formular a concepção dos puritanos sobre a Igreja. Na concepção deles, Cristo havia prescrito que toda autoridade eclesiástica devia caber aos ministros e aos irmãos leigos eleitos em cada paróquia, província e Estado. Os consistórios assim formados deviam determinar o credo, o rito e o código moral de conformidade com as Escrituras. Deviam

ter acesso a todos os lares, autoridade para forçar, pelo menos exteriormente, a observância de uma "vida devota", e direito de excomungar os recalcitrantes bem como de condenar à morte os hereges. Os magistrados civis deviam pôr em execução esses decretos disciplinadores, mas não cabia ao Estado exercer qualquer jurisdição espiritual.[80]

A primeira paróquia inglesa organizada segundo esses princípios foi instalada em Wandsworth, em 1572, e "presbitérios" similares surgiram nos condados do centro e do leste. Já nessa ocasião, a maioria dos protestantes de Londres e da Câmara dos Comuns era puritana. Fortemente infiltrados de refugiados calvinistas procedentes da França e dos Países Baixos, os artesãos de Londres aplaudiram o ataque dos puritanos contra o episcopado e o ritual. Os homens de negócio da Capital consideraram o puritanismo como baluarte do protestantismo contra um catolicismo que, por tradição, não encarava com simpatia a "usura" e a classe média. Calvino por seu lado era um tanto severo para com eles, mas havia tolerado os juros e reconhecido as virtudes da indústria e da economia. Homens chegados à rainha encontraram, também, certo benefício no puritanismo; Cecil, Leicester, Walsingham e Knollys esperavam servir-se dele como arma contra o catolicismo, caso Maria Stuart viesse a subir ao trono da Inglaterra.[81]

Mas Elizabeth achava que o movimento dos puritanos ameaçava todas as disposições que traçara para abrandar as lutas religiosas. Julgava o calvinismo uma doutrina de John Knox, a quem nunca perdoara o menosprezo pelas mulheres governantes. Ela desprezava o dogmatismo puritano mais fortemente que o católico. Perdurava-lhe certo amor ao crucifixo e a outras imagens religiosas, e quando uma turba furiosa de iconoclastas destruiu pinturas, estátuas e vitrais nos primeiros tempos de seu reinado,[82] indenizou as vítimas e proibiu tais atos no futuro.[83] Não era muito exigente em seu próprio linguajar, mas ressentia-se da descrição que alguns puritanos haviam feito do Livro da Liturgia Comum como sendo "selecionado daquele monte de lixo papista, o Livro de Missa", e do Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação como sendo um "pequeno fosso fedorento".[84] Ela via como ameaça republicana à monarquia a eleição popular dos ministros, o governo da Igreja por presbíteros e os sínodos independentes do Estado. Ela pensava que apenas seu poder monárquico podia manter protestante a Inglaterra; o sufrágio popular restabeleceria o catolicismo.

A rainha encorajou os bispos a criarem dificuldades àqueles importunos. O Arcebispo Parker proibiu a circulação de suas publicações, reduziu-os ao silêncio nas igrejas e vetou-lhes as reuniões. Clérigos puritanos haviam organizado grupos para discutirem publicamente passagens das Escrituras; Elizabeth ordenou a Parker que desse um fim a tais "profecias"; e ele cumpriu a ordem. Seu sucessor, Edmund Grindal, procurou proteger os puritanos; Elizabeth suspendeu-o; e quando ele morreu (1583), ela foi até à Catedral de Canterbury para ver seu novo capelão, John Whitgift, que se dedicou a silenciar os puritanos. Whitgift exigiu de todos os clérigos ingleses o juramento de que aceitavam os Trinta e Nove Artigos, o Livro da Liturgia Comum e a supremacia da rainha em religião; intimou a todos os que a isso se opunham a comparecerem perante o Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação; e, ali, foram submetidos a tão minuciosa e insistente inquirição sobre sua conduta e crença, que Cecil comparou o processo ao da Inquisição espanhola.[85]

Agravou-se a rebelião dos puritanos. Certa minoria separou-se abertamente da comunhão anglicana e fundou congregações independentes que elegeram seus próprios ministros, deixando de reconhecer o domínio episcopal. Em 1581, Robert Browne, discípulo (e mais tarde inimigo) de Cartwright e porta-voz desses "independentes", "separatistas" ou "congregacionalistas", foi à Holanda e ali publicou dois opúsculos nos quais delineava uma constituição democrática para a cristandade. Qualquer grupo de cristãos teria o direito de organizar-se para praticar seu culto, formular seu próprio credo com bases nas Escrituras, escolher seus chefes e viver sua vida religiosa livre de interferências exteriores, ou seja, não reconhecendo outro código senão a Bíblia, nenhuma autoridade senão Cristo. Dois dos adeptos de Browne foram presos na Inglaterra, sendo julgados por desrespeito à soberania da rainha em questões religiosas, e enforcados (1583).

Na campanha das eleições para o Parlamento, em 1586, os puritanos desfecharam uma guerra de oratória contra os candidatos que não demonstraram simpatia pela sua causa. A um tacharam de "jogador vulgar e amigo da bebida"; de outro diziam que era "muito suspeito de papismo, que raramente ia à sua igreja e era homem devasso"; foram dias de linguagem viril. Quando o Parlamento se reuniu, John Penry apresentou uma petição solicitando a reforma da Igreja e responsabilizou os bispos pelos abusos do clero e o paganismo do povo. Whitgift ordenou sua prisão, mas ele foi logo posto em liberdade. Antony Cope apresentou projeto visando à abolição de toda a instituição episcopal e reorganização dos cristãos ingleses segundo o plano dos presbiterianos. Elizabeth ordenou ao Parlamento que retirasse da pauta de discussão o projeto. Peter Wentworth levantou a questão da liberdade parlamentar, sendo apoiado por quatro membros do Parlamento; Elizabeth mandou encarcerar todos os cinco na Torre.

Frustrados no Parlamento, Penry e outros puritanos recorreram à imprensa. Iludindo a severa censura de Whitgift sobre as publicações, inundaram a Inglaterra (1588-89) com uma série de panfletos impressos clandestinamente, trazendo todos a assinatura "Martin Marprelate, Cavalheiro", e atacaram a autoridade e o caráter pessoal dos bispos em termos veementemente satíricos. Whitgift e a Alta Delegação estenderam toda a sua máquina de espionagem para descobrir os autores e impressores, mas estes últimos fugiram de uma cidade para outra, com o público que lhes devotava simpatia ajudando-os a escapar da prisão até abril de 1589. Escritores profissionais, como John Lyly e Thomas Nash, foram contratados para responder a "Martin" e fizeram-lhe boa concorrência em impropérios. Finalmente, esgotados os destampatórios, acalmou-se a controvérsia, e os homens moderados prantearam a degradação da religião cristã, transformada na arte dos vitupérios.

Ofendida por esses panfletos, Elizabeth deu a Whitgift liberdade de ação para conter os puritanos. Os impressores de Marprelate foram descobertos; multiplicaram-se as prisões e seguiram-se as execuções. Cartwright foi condenado à morte, mas a rainha perdoou-o. Dois chefes do "Movimento Browniano", John Greenwood e Henry Barrow, foram enforcados em 1593, seguindo-se-lhes logo depois John Penry. O Parlamento decretou (1593) que todo aquele que contestasse a supremacia da rainha em matéria religiosa, ou persistentemente se ausentasse dos ofícios anglicanos, ou comparecesse a "quaisquer assembléia, conventículos ou reuniões sob pretexto de exercer

qualquer função religiosa" fosse preso e — a menos que hipotecasse sua submissão futura — saísse da Inglaterra para nunca mais voltar, sob pena de morte.[86]

Nessa conjuntura, e em meio aos tumultos e violências, um modesto pároco elevou a controvérsia ao nível da filosofia, da piedade e da prosa nobre. Richard Hooker foi um dos dois clérigos encarregados de oficiar os serviços religiosos no Templo de Londres; o outro foi Walter Travers, amigo de Cartwright. No sermão matinal, Hooker explicava o governo eclesiástico de Elizabeth; à tarde, Travers criticava esse governo da Igreja sob o ponto de vista dos puritanos. Cada um desenvolveu seus sermões em um livro. Como Hooker estava escrevendo trabalhos literários e teológicos, solicitou ao seu bispo que o transferisse para uma paróquia rural tranqüila. E assim, em Boscombe, em Wiltshire, ele terminou os primeiros quatro livros de sua grande obra, *Of the Laws of Ecclesiastical Polity* (1594); três anos depois, em Bishopsbourne, ele mandou imprimir o quinto livro; e ali, em 1600, morreu com a idade de 47 anos.

Suas *Laws* maravilharam a Inglaterra pela serena e bem-equilibrada dignidade de seus argumentos bem como pela sonora majestade de seu estilo quase latino. O Cardeal Allen elogiou a obra como sendo o melhor livro até então produzido na Inglaterra; o Papa Clemente VIII louvou sua eloqüência e seu saber; a Rainha Elizabeth leu-a e mostrou-se agradecida pela esplêndida apologia que fazia de seu governo religioso; os puritanos mostraram-se mais apaziguados com a delicada clareza de seu tom, e a posteridade recebeu-a como um nobre esforço para conciliar a religião e a razão. Hooker surpreendeu seus contemporâneos ao admitir que até mesmo um papa podia ser salvo; escandalizou os teólogos ao declarar que "a segurança daquilo em que acreditamos através do Verbo de Deus não é tão certa quanto aquilo que percebemos através dos sentidos";[87] a faculdade de raciocínio do homem é também uma dádiva e uma revelação divinas.

Hooker baseou sua teoria da lei na filosofia medieval conforme fora formulada por Santo Tomás de Aquino, e antecipou o "contrato social" de Hobbes e Locke. Depois de mostrar a necessidade e o benefício da organização social, sustentou que a participação voluntária em uma sociedade implica a aquiescência de ser governado por suas leis. Mas a derradeira fonte das leis é a própria comunidade: um rei ou um parlamento somente podem decretar leis como delegados ou representantes da comunidade. "A lei faz o rei; é nula a concessão de qualquer favor real contrária à lei... Para a satisfação e a paz de ambas as partes, parece necessário o assentimento daqueles que são governados... Não constitui lei aquilo que não tenha sido aprovado pelo povo."[88] E Hooker acrescentou uma passagem que talvez pudesse prevenir Carlos I:

> Do Parlamento da Inglaterra, juntamente com a Assembléia [eclesiástica] a ele ligada, é do que depende a própria essência de todo governo neste reino; é até mesmo o corpo de todo o reino; consiste no rei e em todos os que, no país, a ele estão sujeitos, pois todos estão ali presentes, quer pessoalmente quer por aqueles aos quais voluntariamente delegaram-se poderes.[89]

A religião para Hooker parecia parte integrante do Estado, pois a ordem social e, portanto, mesmo a prosperidade material dependem da disciplina moral, que se desmorona se não for inculcada e apoiada pela religião. Conseqüentemente, todo Estado

deve proporcionar formação religiosa a seu povo. A Igreja Anglicana talvez seja imperfeita, mas assim seriam todas as instituições organizadas e dirigidas pelos filhos de Adão. "Aquele que se ocupa de persuadir o povo de que não está em boa situação como devia não merece ouvintes atentos nem favoráveis, pois o povo conhece os muitos defeitos a que está sujeita toda espécie de regime [governo], mas as dificuldades e entraves secretos que nos processos públicos são inumeráveis e inevitáveis, ao povo em geral falta o discernimento para julgar."[90]

A lógica de Hooker era muito circular para ser convincente, sua cultura muito escolástica para atender às questões de sua época, seu espírito tímido muito apegado à ordem para compreender os anseios de liberdade. Os puritanos reconheciam sua eloqüência, mas continuaram a agir a seu modo. Obrigados a escolher entre seu país e sua religião, muitos deles emigraram, invertendo o movimento dos protestantes do Continente para a Inglaterra. A Holanda acolheu-os bem, daí terem surgido congregações inglesas em Middelburg, Leiden e Amsterdam. Ali, os exilados e seus descendentes trabalharam, ensinaram, pregaram e escreveram, preparando-se com serena paixão para seus triunfos na Inglaterra e suas realizações na América.

VIII. ELIZABETH E A IRLANDA

A Irlanda havia sido conquistada pelos ingleses em 1169-1171 e mantida, desde então, sob seu domínio, pois que, não fosse isso, seria utilizada pela França ou pela Espanha como base de ataques contra a Inglaterra. Por ocasião da ascensão de Elizabeth, o domínio direto dos ingleses na Irlanda limitava-se à costa oriental — "o Pale" — nas proximidades e ao sul de Dublin; o resto da ilha era governado por chefes irlandeses que reconheciam apenas nominalmente a soberania inglesa. Os intermináveis conflitos com os ingleses desorganizaram a administração tribal que gerara na Irlanda não apenas caos e violência, mas também poetas, eruditos e santos. A maior parte do país fora deixada às florestas e pântanos; os transportes e as comunicações constituíam empreendimentos heróicos, e a população céltica nativa, cerca de 800.000 habitantes, vivia numa miséria quase sem lei, em estado semibárbaro. Os ingleses, no Pale, eram quase tão pobres quanto os nativos e, com sua devassidão, peculatos e crimes, agravavam o problema para Elizabeth; roubavam ao governo de Londres com a mesma persistência com que saqueavam o campesinato irlandês. Durante todo o domínio inglês, colonizadores ingleses expulsaram os proprietários e arrendatários irlandeses das terras tratadas; os despojados revidaram com assassinatos; e a vida, tanto para os conquistadores como para os conquistados, tornou-se uma persistente febre de força e ódio. O próprio Cecil achava que "os flamengos não tinham um motivo como esse para rebelar-se contra a opressão dos espanhóis", como era o caso dos irlandeses contra o domínio inglês.[91]

A política de Elizabeth para a Irlanda estava baseada na convicção de que uma Irlanda católica seria um perigo para uma Inglaterra protestante. Ela ordenou que o protestantismo fosse inteiramente observado em toda a ilha. Proibiu-se a missa, fecharam-se os mosteiros e o culto do povo cessou fora do estreito Pale. Os sacerdotes sobreviveram, mantendo-se ocultos, e administravam secretamente os sacramentos a uns poucos. A moral, despojada da religião e da paz, quase desapareceu; o assassínio, o furto, o adultério e o estupro proliferavam, e os homens trocavam de esposas sem relutância ou escrúpulo. Os chefes irlandeses apelaram ao papa e a Filipe II pedindo proteção e auxílio. Filipe receou invadir a Irlanda, temeroso de que os ingleses invadissem e auxiliassem os rebeldes Países Baixos, mas criou centros e colégios para os refugiados irlandeses na Espanha. Pio IV enviou à Irlanda um jesuíta irlandês, David Wolfe (1560); com a coragem e a devoção características de sua ordem, Wolfe instalou missões clandestinas, man-

dou vir, disfarçados, outros jesuítas, e restabeleceu a devoção e a esperança católicas. Os chefes animaram-se e, um após outro, revoltaram-se contra o domínio inglês.

O mais poderoso desses chefes foi Shane (*i.e.*, John) O'Neill, de Tyrone. Era o tipo de homem que podia ser cantado em lendas, e por quem os irlandeses podiam lutar. Defendeu ferozmente seu título de *o* O'Neill contra um irmão usurpador. Ignorava os Mandamentos e venerava a Igreja. Frustrou todos os esforços ingleses para dominá-lo, arriscou sua cabeça indo a Londres para conquistar a aliança e o apoio de Elizabeth, e voltou triunfante para governar Ulster e Tyrone. Combateu encarniçadamente o clã rival, o O'Donnell; foi finalmente derrotado por ele (1567) e morto quando procurava refugiar-se junto aos MacDonnells, imigrantes escoceses cuja colônia em Antrim ele havia atacado anteriormente.

A história da Irlanda depois da morte de O'Neill foi um desfile de revoltas, massacres e de lordes representantes. Sir Henry Sidney, pai de Sir Philip, serviu fielmente Elizabeth nesse ingrato cargo durante nove anos. Ingressou na luta para derrotar O'Neill, perseguiu Rory O'More até matá-lo e foi removido do cargo (1578) por causa do alto preço de suas vitórias. Em dois anos, como lorde representante, Walter Devereux, primeiro conde de Essex, distinguiu-se com um massacre na ilha de Rathlin, ao largo da costa de Antrim. Os rebeldes MacDonnells haviam enviado para lá, como medida de segurança, suas esposas e filhos, os velhos e os enfermos, com uma guarda protetora. Essex despachou uma força para conquistar a ilha. A guarnição propôs render-se se lhe dessem permissão de partir para a Escócia; o oferecimento foi negado; a rendição foi incondicional; a guarnição, as mulheres e as crianças, os enfermos e os velhos, em número de 600, foram todos passados à espada (1575).[92]

A grande revolta do reinado foi a do clã Geraldine, em Munster. Após muitas prisões e fugas, James Fitzmaurice Fitzgerald atravessou o Canal e entrou no Continente, organizou uma tropa composta de espanhóis, italianos, portugueses, flamengos e emigrados católicos ingleses, desembarcando-a na costa de Kerry (1579) para, afinal, perder a vida em uma guerra acidental contra outro clã. Seu primo Gerald Fitzgerald, décimo quinto conde de Desmond, levou avante a revolta, mas o clã vizinho, Butler, sob a chefia do conde de Ormonde, protestante, declarou-se a favor da Inglaterra. Os católicos do Pale organizaram um exército e derrotaram as forças recrutadas pelo novo lorde representante, Arthur, lorde Grey (1580). Provido de reforços, Grey sitiou a principal força de Desmond por terra e mar em um promontório, em Smerwick Bay. Vendo-se indefesos contra a artilharia de Grey, os 600 rebeldes sobreviventes renderam-se e pediram misericórdia; foram todos massacrados, mulheres e homens, salvo os oficiais que pudessem prometer resgates substanciais.[93] A guerra dos ingleses contra os irlandeses, e de clã contra clã, devastou Munster de tal forma que — escreveu um cronista irlandês — "o mugido de uma vaca ou a voz de um lavrador não era ouvida, nesse ano, de Dingle até o Rochedo de Cashel"; e um inglês escreveu (1582) que "ali em Munster haviam morrido de fome... 30.000 pessoas em menos de meio ano, além de outras que foram enforcadas e mortas".[94] Pois "matar um irlandês nessa província" — escreveu um grande historiador inglês — "era a mesma coisa que matar um cão raivoso".[95] Quase desprovida de irlandeses, Munster foi dividida em fazendas para os colonizadores ingleses (1586) — um deles, Edmund Spenser, ali terminou *The Faerie Queene*.

Desesperados, os irlandeses sublevaram-se novamente em 1593. Hugh O'Donnell, lorde de Tyrconnel, juntou forças com Hugh O'Neill, segundo conde de Tyrone. A Espanha, agora em guerra aberta com a Inglaterra, prometeu auxílio. Em um intervalo entre lordes representantes, O'Neill derrotou um exército inglês em Armagh, conquistou Blackwater, fortaleza inglesa no norte (1598), e enviou uma tropa para reacender a revolta de Munster. Os colonizadores ingleses fugiram, abandonando as fazendas. A esperança e a alegria espalharam-se pela Irlanda, e até mesmo os ingleses esperaram que a própria Dublin caísse.

Foi nessa crise que Elizabeth nomeou o jovem Robert Devereux, segundo conde de Essex, seu lorde representante na Irlanda (março de 1599). Deu-lhe um exército de 17.500 homens — o maior que, até então, a Inglaterra enviara à ilha. Ordenou-lhe que atacasse O'Neill em Tyrone, não celebrasse a paz sem consultá-la e não regressasse sem sua permissão. Chegado a Dublin, ele perdeu tempo com frivolidades durante a primavera, fez algumas escaramuças, deixou o exército debilitar-se pelas doenças, assinou uma trégua com O'Neill e regressou à In-

glaterra (setembro de 1599) para explicar seu fracasso à rainha. Substituindo-o com presteza, Charles Blount, lorde Mountjoy, enfrentou com coragem e habilidade uma união do ardiloso O'Neill com o indômito O'Donnell e uma esquadra ancorada em Kinsale com tropas e armas da Espanha e indulgências de Clemente VIII para todos aqueles que defendessem a Irlanda e a religião. Mountjoy precipitou-se para o sul a fim de enfrentar os espanhóis; derrotou-os de modo tão decisivo que O'Neill se rendeu. A revolta deu por terra, e uma anistia geral trouxe consigo uma paz precária (1603). Entretanto, Elizabeth havia morrido.

A crônica da rainha na Irlanda diminuiu-lhe a glória. Ela subestimou a dificuldade de conquistar, em uma região quase sem estradas, um povo cujo amor pelo seu país e sua religião constituíam o único elo entre a vida e o decoro. Censurou seus representantes pelos fracassos que, em parte, eram devidos à sua própria parcimônia; eles não podiam pagar suas tropas, que acharam mais vantajoso roubar aos irlandeses que lutar contra eles. Ela vacilou entre a trégua e o terror, e jamais seguiu uma política até a uma decisão. Ela fundou o Trinity College e a Universidade de Dublin (1591), mas deixou o povo da Irlanda tão analfabeto quanto antes. Após o dispêndio de 10.000.000 de libras, a paz obtida foi um deserto de desolação em metade da encantadora ilha, e, em toda ela, um espírito de ódio indescritível que apenas aguardava uma boa oportunidade para outra vez matar e devastar.

IX. ELIZABETH E A ESPANHA

A rainha foi melhor na condução de sua política para com a Espanha. Deixou Filipe pensar que ela se casaria com ele ou com o filho. Em suas esperanças de conquistar a Inglaterra com um anel de casamento, Filipe entreteve-se naquele jogo de paciência até que seus amigos foram afastados e Elizabeth se sentiu mais forte. O papa, o imperador e uma desafortunada rainha escocesa podiam implorar-lhe para invadir a Inglaterra, mas Filipe duvidava bastante da França e enfrentava muitas dificuldades nos Países Baixos para se aventurar em tão imprevisível lance do jogo político. Ele não estava seguro de que a França perdesse a oportunidade de invadir os Países Baixos espanhóis, no momento em que ele se visse às voltas com a Inglaterra. Repugnava-lhe encorajar uma revolução em qualquer parte que fosse. Em sua dura maneira de protelar as coisas, confiava que Elizabeth encontrasse, no devido tempo, uma ou outra das muitas saídas que a engenhosa natureza costuma preparar em nossas vidas; e além disso, não tinha pressa em dar o trono da Inglaterra a uma moça escocesa que estava de amores com a França. Durante anos impediu que o papa decretasse a excomunhão de Elizabeth. Suportou, em sombrio silêncio, o tratamento que ela dispensava aos católicos na Inglaterra, bem como os protestos dela contra o tratamento aos protestantes ingleses na Espanha. Durante quase 30 anos manteve a paz, enquanto corsários ingleses faziam guerra contra as colônias e o comércio espanhóis.

A natureza do homem se manifesta na conduta dos Estados, pois estes nada mais são que o conjunto de nós mesmos, e, na maioria das vezes, procedem como presumivelmente se comportaram os homens antes que a moral e as leis lhes tivessem sido impostas pela religião e pela força. A consciência aceita a autoridade oriunda de um policial; mas não havia polícia para os Estados. Nos mares, não havia os Dez Mandamentos, e o comércio existia com a permissão da pirataria. Pequenas embarcações de piratas serviam-se dos braços de mar da costa inglesa como esconderijo, donde saíam para se apoderarem do que pudessem; se as vítimas eram espanholas, os ingleses regozijavam-se com fervor religioso por saquearem papistas. Homens ousados, como John Hawkins e Francis Drake, equiparam considerável número de barcos corsários,

adotando todos os oceanos como suas províncias. Elizabeth não os reconhecia como súditos mas não os perturbava, pois via naqueles navios corsários os elementos de uma marinha em formação e, naqueles bucaneiros, seus futuros almirantes. O porto huguenote de La Rochelle tornou-se o ponto de reunião favorito dos barcos ingleses, holandeses e huguenotes, os quais "saqueavam os navios mercantes católicos fosse qual fosse a bandeira sob a qual navegassem,"[96] e, se preciso, também os barcos dos protestantes.

Dessa pirataria, os bucaneiros passaram para o lucrativo comércio de escravos, encetado um século antes pelos portugueses. Nas colônias espanholas da América, os nativos estavam morrendo em conseqüência do trabalho demasiado árduo para o seu clima e sua constituição física. Iniciou-se a procura de uma raça de trabalhadores mais resistente. O próprio Las Casas, defensor dos nativos, lembrou a Carlos I da Espanha que os negros africanos, mais fortes que os índios caraíbas, podiam ser transportados para a América a fim de lá fazerem o trabalho que era pesado para os espanhóis.[97] Carlos I consentiu, mas Filipe II condenou esse comércio e recomendou aos governadores hispano-americanos que impedissem a importação de escravos salvo mediante licença — muito cara e rara — da administração da metrópole.[98] Percebendo que alguns governadores estavam desrespeitando essas restrições, Hawkins conduziu três navios rumo à África (1562), capturou 300 negros, levou-os para as Índias Ocidentais e vendeu-os a colonizadores espanhóis em troca de açúcar, especiarias e drogas. Voltando à Inglaterra, induziu lorde Pembroke e outros a investirem capital numa segunda aventura, e persuadiu Elizabeth a colocar à sua disposição um de seus melhores barcos. Em 1564 rumou para o sul com quatro navios, apoderou-se de 400 negros africanos, partiu para as Índias Ocidentais, vendeu-os aos espanhóis ameaçando-os com seus canhões, caso eles se recusassem a comprá-los, e regressou à metrópole onde foi recebido como herói e dividiu o produto de suas pilhagens com seus financiadores e a rainha, que obteve um lucro de 60 por cento sobre o seu investimento.[99] Em 1567, a rainha emprestou-lhe seu navio *Jesus*; com este e quatro outros barcos, Hawkins partiu para a África, capturou todos os negros que seus porões podiam comportar, vendeu-os na América espanhola a 160 libras por cabeça. Feliz, regressava Hawkins com bens avaliados em 100.000 libras, quando uma frota espanhola o apanhou ao largo da costa mexicana, em San Juan de Ulúa, destruindo todos os seus navios exceto duas pequenas chalupas, nas quais Hawkins, após mil perigos, voltou de mãos vazias para a Inglaterra (1569).

Entre os sobreviventes dessa viagem encontrava-se um jovem parente de Hawkins, Francis Drake. Educado a expensas de Hawkins, Drake tornou-se, por assim dizer, um nativo do mar. Aos 22 anos, comandou um barco na expedição infrutífera de Hawkins; aos 23, tendo perdido tudo menos a fama de bravo, jurou vingar-se da Espanha; aos 25, foi-lhe confiado por Elizabeth um barco corsário. Em 1573, aos 28 anos de idade, capturou um comboio que transportava barras de prata ao largo da costa do Panamá, e regressou à Inglaterra rico e vingado. Os conselheiros de Elizabeth mantiveram-no oculto durante três anos, enquanto a Espanha clamava por sua morte. Depois Leicester, Walsingham e Hatton equiparam para ele quatro pequenos barcos, num total de 375 toneladas; com eles, Drake partiu de Plymouth a 15 de novembro de 1577, realizando a viagem que se tornou a segunda circunavegação do globo. Quan-

do sua frota saía do estreito de Magalhães para entrar no Pacífico, foi colhida por forte tempestade; os navios espalharam-se e não se reuniram mais; Drake, sozinho, no *Pelican*, subiu a costa ocidental da América até São Francisco fazendo incursões contra os barcos espanhóis durante o trajeto. Depois, virou ousadamente para oeste, rumo às Filipinas, atravessou as Molucas em direção a Java, cruzou o Oceano Índico e foi até à África, contornou o Cabo da Boa Esperança e subiu o Atlântico, chegando a Plymouth no dia 26 de setembro de 1580, ou seja, 34 meses depois de ter deixado esse porto. Trouxe consigo 600.000 libras em pilhagem, das quais 275.000 foram entregues à rainha.[100] A Inglaterra aclamou-o, como o maior marujo e pirata da época. Elizabeth jantou em seu navio e conferiu-lhe o título de cavaleiro.

Todo esse tempo a Inglaterra estivera teoricamente em paz com a Espanha. Filipe enviou repetidos protestos à rainha; ela apresentou suas desculpas, reteve os bens apresados e fez ver a Filipe que ele também estava violando "leis" internacionais ao enviar auxílio para os rebeldes da Irlanda. Quando o embaixador espanhol ameaçou-a com uma guerra, ela ameaçou casar-se com Alençon e aliar-se à França. Filipe, ocupado em conquistar Portugal, ordenou a seu embaixador que mantivesse a paz. Como sempre, a sorte supria as deficiências oriundas do gênio vacilante da rainha. Que lhe teria acontecido se a França católica não tivesse sido dividida pela guerra civil, se a Áustria católica e o imperador não tivessem problemas com os turcos, e se a Espanha não estivesse indisposta com Portugal, a França, o papado e os súditos rebeldes dos Países Baixos?

Durante anos, Elizabeth procedeu levianamente com relação aos Países Baixos, mudando sua política de acordo com as circunstâncias, e sem que nenhuma acusação contra suas indecisões ou traições pudesse fazê-la seguir às cegas uma direção. Não apreciava mais o calvinismo holandês que o puritanismo inglês, e, como Filipe, não gostava de auxiliar revoluções. Reconhecia a importância que representava para a economia inglesa o comércio ininterrupto com os Países Baixos. Planejou apoiar-lhes a revolta o suficiente para impedir que eles se rendessem à Espanha ou se entregassem à França. Enquanto durasse a revolta, a Espanha permaneceria afastada da Inglaterra.

Uma abençoada e inesperada sorte permitiu à rainha auxiliar os rebeldes e obter apreciável lucro para seu tesouro. Em dezembro de 1568, vários barcos espanhóis, que transportavam 150.000 libras para pagamento das tropas de Alba nos Países Baixos, foram forçados pelos piratas ingleses a entrar nos portos do Canal. Elizabeth, que acabara de receber a notícia do desastre de Hawkins em San Juan de Ulúa, reconheceu ali a oportunidade providencial para compensar o que a Inglaterra havia perdido naquela derrota. Perguntou ao Bispo Jewel se tinha direito àquele tesouro espanhol; Jewel foi de opinião que Deus, sendo certamente protestante, teria prazer em ver os papistas saqueados. Soube a rainha, além disso, que Filipe tomara emprestado o dinheiro aos banqueiros genoveses, recusando-se a assinar qualquer título de crédito até que ele fosse entregue a salvo em Antuérpia. Elizabeth mandou recolher o dinheiro a seus cofres. Filipe reclamou; Alba seqüestrou todos os cidadãos e bens ingleses de que pôde lançar mão nos Países Baixos; a rainha prendeu todos os espanhóis na Inglaterra. As necessidades do comércio, contudo, restabeleceram gradativamente as relações normais. Alba recusou-se a estimular Elizabeth a fazer aliança com os rebeldes. Filipe conservou a calma. Elizabeth conservou o dinheiro.

Essa paz pouco tranqüila foi-se arrastando, até que as contínuas incursões de ingleses contra a navegação espanhola e os apelos dos amigos de Maria Stuart, que se achavam encarcerados, envolveram Filipe em uma conspiração para assassinar a rainha.[101] Convencida da participação do embaixador espanhol, Elizabeth expulsou-o (1584) e, abertamente, passou a auxiliar os Países Baixos. Tropas inglesas entraram em Flushing, Brill, Ostend e Sluys; Leicester foi enviado para comandá-las; foram derrotadas pelos espanhóis em Zutphen (1586). Mas o problema estava agora finalmente definido. Filipe e Elizabeth prepararam-se, com todos os recursos, para uma guerra que decidiria a supremacia dos mares e a religião da Inglaterra, talvez da Europa e, talvez, do Novo Mundo.

A Espanha enriquecera graças a Colombo e ao Papa Alexandre VI, cujos decretos de arbitragem, em 1493, outorgaram quase todo o território das Américas à sua Espanha natal. Com as viagens e as bulas papais, o Mediterrâneo deixou de ser o centro da civilização e do poder do homem branco; foi então que se iniciou a era do Atlântico. Das três grandes nações atlânticas da Europa, a França, às voltas com a guerra civil, estava excluída da disputa pela hegemonia nos oceanos. A Inglaterra e a Espanha, projetadas como promontórios vorazes, postaram-se voltadas para a terra da promissão. Parecia impossível desalojar a Espanha de sua posição dominante na América; por volta de 1580, ela possuía lá centenas de colônias, e a Inglaterra, nenhuma; e, anualmente, imensas riquezas eram transferidas das minas do México e do Peru para a Espanha. Parecia destino manifesto que a Espanha dominasse todo o hemisfério ocidental e fizesse as Américas à sua imagem política e religiosa.

Essa perspectiva não agradava a Drake. Durante certo tempo a guerra pela conquista do mundo foi entre ele e a Espanha. Em 1585, financiado pelos amigos e pela rainha, equipou 30 navios e saiu para lutar contra o império espanhol. Entrando pelo estuário do Vigo, a noroeste da Espanha, saqueou o porto de Vigo, despiu uma estátua da Virgem e levou consigo metais preciosos e caríssimos paramentos das igrejas. Pôs-se depois ao largo rumo às Ilhas Canárias e ao arquipélago de Cabo Verde, saqueou as ilhas maiores, atravessou o Atlântico, fez uma incursão contra São Domingos, recebeu 30.000 libras como *douceur* para não destruir a cidade colombiana de Cartagena; saqueou e incendiou a cidade de Santo Agostinho, na Flórida, e somente regressou à Inglaterra (1586) porque a febre amarela havia dizimado um terço de sua tripulação.

Era uma guerra não declarada. No dia 8 de fevereiro de 1587, o governo inglês condenou à morte a rainha da Escócia. Filipe informou Sixto V de que estava preparado para invadir a Inglaterra e destronar Elizabeth. Pediu ao papa que contribuísse com dois milhões de coroas-ouro; Sixto ofereceu 600.000 coroas, a serem pagas à Espanha somente se ocorresse realmente a invasão. Filipe ordenou a seu melhor almirante, o marquês de Santa Cruz, que preparasse a maior armada até então conhecida na história. Navios foram concentrados ou construídos em Lisboa, e as provisões foram armazenadas em Cádiz.

Drake insistiu com Elizabeth para que lhe desse uma frota a fim de destruir a armada espanhola antes que esta assumisse uma forma irresistível. Ela concordou em atendê-lo, e, no dia 2 de abril de 1587, com 30 navios, Drake apressou-se em sair de Plymouth antes que a rainha mudasse de idéia. Ela mudou de idéia, mas demasiado tarde para

detê-lo. No dia 16 de abril, Drake entrou no porto de Cádiz, manobrou fora do alcance das baterias do porto, afundou uma nave de guerra espanhola, atacou os barcos de transporte e de provisões, capturou-lhes as cargas, incendiou todos os navios inimigos e partiu ileso. Ancorou ao largo de Lisboa e desafiou Santa Cruz a sair para lutar. O marquês recusou-se a fazê-lo, pois seus navios ainda não estavam armados. Drake seguiu para o norte, rumo a La Coruña, e apoderou-se de grande quantidade de material ali reunido; seguiu depois para os Açores, onde apresou um galeão espanhol. Rebocando-o, voltou para a Inglaterra. Mesmo os espanhóis, surpreendidos com sua audácia e arte de navegar, disseram que, "não fosse o fato de ele ser luterano, não haveria no mundo um homem igual a ele".[102]

Filipe reconstruiu pacientemente sua armada. O marquês de Santa Cruz havia morrido em janeiro de 1588; Filipe substituiu-o pelo duque de Medina-Sidônia, grande fidalgo com mais genealogia que competência. Quando, finalmente, a armada ficou pronta, os barcos somavam 130, numa média de 445 toneladas; metade constituída de navios cargueiros, metade de navios de guerra, com uma tripulação de 8.050 marinheiros e 19.000 soldados embarcados. Filipe e seus almirantes entendiam o combate naval em termos antigos — abordagem dos barcos inimigos e luta de homem contra homem; o plano inglês era alvejar o costado dos barcos inimigos, pondo-os a pique com toda a tripulação. Filipe instruiu a armada para não procurar atacar a frota inglesa, mas se apoderar de algumas cabeças-de-ponte inglesas, seguir para Flandres e receber a bordo 30.000 soldados que o duque de Parma tinha preparados; assim reforçados, os espanhóis marchariam contra Londres. Entrementes, uma carta escrita pelo Cardeal Allen (abril de 1588) foi enviada clandestinamente para a Inglaterra, ordenando aos católicos que se unissem aos espanhóis para depor a rainha "usurpadora, herética e prostituta".[103] Centenas de monges acompanharam a armada sob a direção do vigário-geral da Inquisição, com a finalidade de restaurar o catolicismo na Inglaterra.[104] Um abnegado espírito religioso dominava os marinheiros espanhóis e seus chefes; eles acreditavam sinceramente estar cumprindo uma missão sagrada; expulsaram-se as prostitutas, a impiedade entrou em declínio e o jogo cessou. Quando, pela manhã, a esquadra deixou Lisboa (29 de maio de 1588), todo homem a bordo recebeu a eucaristia e toda a Espanha fez suas preces.

Os ventos favoreceram Elizabeth; a armada espanhola foi colhida por tremenda tempestade e sofreu muitos danos; abrigou-se no porto de La Coruña, reparou as avarias e partiu novamente (12 de julho). A Inglaterra esperou-a em meio a uma mistura de opiniões divididas, preparativos apressados e resoluções desesperadas. Chegara agora, para Elizabeth, a ocasião de gastar as somas que havia economizado durante 30 anos de sovinice e artimanhas diabólicas. Seu povo — tanto os católicos como os protestantes — foi corajosamente em seu socorro; milícias de voluntários exercitaram-se nas cidades; mercadores londrinos financiaram regimentos e, solicitados a equiparem 15 navios, forneceram 30 embarcações. Fazia 10 anos que Hawkins estava construindo navios de guerra para a marinha da soberana; Drake era agora vice-almirante. Piratas levaram seus próprios barcos para o fatídico encontro. Em princípios de julho de 1588, a tripulação de 82 navios sob o comando de Charles, lorde Howard, de Effingham, como lorde grande almirante da Inglaterra, reuniu-se em Plymouth para ir ao encontro do adversário que avançava.

No dia 19 de julho* a vanguarda da armada foi vista na embocadura do Canal. A esquadra inglesa deixou Plymouth e no dia 21 começou a batalha. Os espanhóis esperavam que os ingleses se aproximassem o bastante para fazerem a abordagem; mas os leves navios ingleses — construídos em linhas baixas e de pouca largura — deslizavam em torno dos pesados galeões espanhóis, alvejando-lhes os costados ao passarem por eles. Os conveses espanhóis eram muito altos; seus canhões atiravam muito acima dos barcos ingleses, causando-lhes apenas danos insignificantes; os navios ingleses corriam sob o fogo, e sua mobilidade e velocidade deixava os espanhóis impotentes e confusos. Ao cair da noite, os espanhóis fugiram o mais rápido que puderam, deixando um barco que Drake capturou. Outro foi parcialmente destruído por uma canhoneira alemã declaradamente rebelada, e os destroços caíram em mãos dos ingleses. Afortunadamente, os navios continham munições que logo foram transferidas para a frota da rainha. No dia 24 chegou mais munição, porém, mesmo assim, os ingleses tinham o suficiente para apenas um dia de luta. No dia 25 de julho, Howard dirigiu um ataque nas proximidades da Ilha de Wight; sua nave capitânia navegou pelo meio da armada espanhola, trocando tiros com os galeões pelos quais passava; e a precisão do fogo dos ingleses quebrou o ânimo dos espanhóis. "O inimigo persegue-me" — escreveu o duque de Medina-Sidônia, naquela noite, ao duque de Parma — "eles atiram contra mim desde as primeiras horas da manhã até ao anoitecer, mas não querem abordagem... Não há remédio, pois eles são ligeiros e nós vagarosos."[105] Pediu a Parma que lhe enviasse munições e reforços, mas os portos de Parma estavam bloqueados pelos navios holandeses.

No dia 27 a armada ancorou em Calais. No dia 28, Drake pôs fogo em oito barcos pequenos e dispensáveis e colocou-os a favor do vento para que navegassem por entre os navios da frota espanhola. Temendo-os, o duque de Medina-Sidônia ordenou que seus navios se fizessem ao mar. No dia 29, Drake atacou-os ao largo da costa francesa, em Gravelines; foi a principal batalha daquela guerra. Os espanhóis lutaram valorosamente mas com pouca perícia, tanto nas manobras de seus navios como em sua artilharia. Ao meio-dia, chegou a frota de Howard, e toda a esquadra inglesa despejou tal fogo contra a armada, que muitos de seus navios foram inutilizados e alguns foram a pique; as balas dos canhões ingleses penetraram os cascos de madeira dos navios espanhóis, embora esses tivessem noventa centímetros de espessura; milhares de espanhóis morreram; podia-se ver o sangue escorrer dos conveses para o mar. Ao fim daquele dia, a armada havia perdido quatro mil homens; quatro mil mais ficaram feridos, e foi com dificuldade que os barcos remanescentes mantiveram-se flutuando. Vendo que a tripulação não podia suportar mais, Medina-Sidônia deu ordem de retirada. No dia 30, o vento levou a enfraquecida esquadra para o Mar do Norte. Os ingleses seguiram-na até o estuário de Forth, no norte; então, por falta de mantimentos e munição, voltaram para o porto. Tinham perdido 60 homens e nenhum navio.

Para os sobreviventes da armada não havia porto mais próximo senão na própria Espanha, pois a Escócia era hostil aos espanhóis e os portos irlandeses estavam dominados pelas tropas inglesas. Desesperadamente, aqueles navios mutilados e homens

* Pelo calendário antigo 10 dias mais cedo que pelo calendário gregoriano, já adotado pela Espanha desde 1582, mas que a Inglaterra só veio a adotar em 1751.

famintos seguiram seu caminho contornando as ilhas britânicas. As águas estavam revoltas e o vento tempestuoso; mastros eram despedaçados e velas dilaceradas; dia após dia um barco afundava ou era abandonado; cadáveres eram lançados ao mar. Dezessete navios naufragaram nas acidentadas costas irlandesas; só em Sligo, 1.100 espanhóis afogados foram atirados à praia pelas ondas. Alguns tripulantes desembarcaram na Irlanda e pediram alimento e água; mas isto lhes foi recusado e centenas deles, fracos para lutar, foram massacrados pelos habitantes semibárbaros da costa. Dos 130 navios que haviam saído da Espanha, só 54 voltaram; dos 27.000 homens, 10.000 — a maioria deles ferida ou doente. Filipe, tendo conhecimento dia a dia daquele prolongado desastre, encerrou-se em sua cela, no Escorial, e ninguém ousava falar-lhe. Sixto V, alegando não ter havido a invasão da Inglaterra, não enviou um só ducado à Espanha fracassada.

Elizabeth era tão cuidadosa com ducados quanto o papa. Desconfiada da existência de peculato na marinha, ela exigiu uma prestação de contas de cada xelim gasto pela marinha e pelo exército, antes, durante e depois da batalha; Howard e Hawkins repuseram do próprio bolso toda diferença que não puderam explicar.[106] Na expectativa de uma guerra prolongada, Elizabeth manteve as tripulações dos navios e os soldados com rações reduzidas e soldo baixo. Sobreveio então violenta epidemia de uma doença parecida com o tifo, que grassou entre os homens que voltavam; em alguns navios metade da tripulação morreu ou ficou inutilizada; e Hawkins perguntava-se a si mesmo qual teria sido o destino da Inglaterra se a epidemia tivesse precedido o inimigo.

A guerra naval continuou até a morte de Filipe em 1598. Drake levou uma esquadra e 15.000 homens para auxiliarem os portugueses em sua revolta contra a Espanha (1589); mas os portugueses odiavam os protestantes mais que aos espanhóis; os ingleses embriagavam-se com os vinhos apresados, e a expedição terminou em vergonhoso fracasso. Lorde Thomas Howard comandou uma esquadra até os Açores para interceptar uma frota espanhola que transportava prata e ouro para a Espanha; mas a nova armada de Filipe pôs em fuga os navios de Howard — salvo o *Revenge* que, apanhado muito para trás dos demais, lutou heroicamente contra 15 barcos espanhóis até ser vencido (1591). Drake e Hawkins fizeram nova investida contra as Índias Ocidentais (1595), mas se desentenderam e morreram durante o trajeto. Em 1596, Elizabeth enviou outra frota para destruir navios nos portos espanhóis; os ingleses encontraram, em Cádiz, 19 vasos de guerra e 36 navios mercantes, mas todos eles escaparam para o alto-mar enquanto Essex saqueava a cidade. Essa expedição foi também um fracasso; todavia demonstrou o domínio dos ingleses sobre o Atlântico.

A derrota da armada espanhola afetou quase tudo na moderna civilização européia. Assinalou uma mudança decisiva na tática de guerra naval; a atração e a abordagem cederam lugar ao canhoneio do costado e do convés. O enfraquecimento da Espanha ajudou os holandeses a conquistarem sua independência, apressou a ascensão de Henrique IV ao trono da França e abriu a América do Norte à colonização inglesa. Preservou-se e fortaleceu-se o protestantismo; o catolicismo decresceu na Inglaterra, e Jaime VI da Escócia cessou seu flerte com o papado. Tivesse a armada sido mais sabiamente construída e comandada, o catolicismo poderia ter recuperado a Inglaterra, os Guises talvez tivessem dominado a França, e a Holanda talvez houvesse capitulado; talvez jamais tivesse ocorrido a grande explosão de orgulho e energia, que er-

gueu Shakespeare e Bacon como símbolos e frutos de uma Inglaterra triunfante, e o arrebatamento elisabetano teria de enfrentar a Inquisição espanhola. Portanto, as guerras determinam a teologia e a filosofia e a capacidade de matar e destruir é um pré-requisito para viver e construir.

X. RALEIGH E ESSEX: 1588-1601

Apesar de Cecil, Walsingham, Drake e Hawkins terem sido os instrumentos imediatos da glória e da vitória, Elizabeth personificava a Inglaterra triunfante, e, aos 60 anos, estava no auge de sua fama e poder. Seu rosto estava um tanto enrugado, seu cabelo rareava, faltavam-lhe alguns dentes e outros eram escuros, mas com a majestosa riqueza do toucado de rendas, as mangas bufantes e a saia em gomos, toda cintilante com incrustações de pedras preciosas, ela se mantinha ereta e altiva e, inegavelmente, rainha. O Parlamento queixava-se das maneiras autoritárias de Elizabeth, mas submeteu-se a elas; velhos conselheiros davam-lhe sua opinião com a timidez de jovens pretendentes; e jovens pretendentes cercavam-lhe o trono todos demonstrando adoração. Leicester e Walsingham pagaram seu tributo à natureza; Drake e Hawkins logo seriam tragados pelo mar que eles julgavam ter dominado. Cecil — o "Atlas desta comunidade", no dizer de Bacon[107] — estava agora velho e a gota fazia-o sofrer; Elizabeth logo cuidaria dele em sua última doença e dar-lhe-ia o último alimento com suas próprias mãos.[108] Ela foi-se entristecendo com esses desaparecimentos, mas não os deixou obscurecer o esplendor de suas viagens ou a animação de sua corte.

Novos rostos brilharam ao redor da grande rainha, trazendo-lhe uma ilusão de juventude. Christopher Hatton era tão belo que ela o fez chanceler (1587). Ela esperou nove anos antes de aceitar o conselho de Burghley para fazer seu filho sagaz e corcunda, Robert Cecil, secretário de Estado. Apreciava mais o semblante bonito e a espada barulhenta de Walter Raleigh, importando-se pouco com as dúvidas que, particularmente, ele tinha em questões teológicas; ela também tinha as suas.

Raleigh era quase um elisabetano completo: cavalheiro, soldado, marinheiro, aventureiro, poeta, filósofo, orador, historiador, mártir; nele estava o *uomo universale* dos sonhos da Renascença, quase um gênio em todos os setores, mas jamais deixando que uma parte se tornasse o todo. Nascido em Devonshire em 1552, entrou para Oxford em 1568, mas fugiu dos livros para a vida e juntou-se a um galante grupo de voluntários de fina estirpe que cruzou a França para lutar pelos huguenotes. Seis anos naquelas guerras talvez o tivessem ensinado certa inescrupulosa violência de ação e imprudente audácia de linguagem que mais tarde lhe moldou o destino. De volta à Inglaterra (1575), obrigou-se a estudar Direito, mas, em 1578, partiu outra vez como voluntário a fim de auxiliar os holandeses na sua luta contra a Espanha. Dois anos depois esteve na Irlanda, como capitão no exército que dominou a rebelião de Desmond, e exerceu papel ativo no massacre de Smerwick. Elizabeth recompensou-o com cerca de 5 mil hectares de terra na Irlanda e favores na corte. Satisfeita com sua figura, seus elogios* e seu espírito, ela ouviu dele, com menor ceticismo do que lhe era habitual, sua proposta de estabelecer colônias inglesas na América; ela lhe deu uma carta régia

* A história de seu manto na lama sob os pés da rainha não passa de uma lenda.

e, em 1584, ele enviou, mas não acompanhou, a primeira das várias expedições que tentaram — e fracassaram — estabelecer uma colônia na Virgínia; somente o nome sobreviveu como permanente lembrança da inacessibilidade da rainha. Elizabeth Throckmorton, uma dama de honra, demonstrou-se mais acessível; aceitou Raleigh como amante e, secretamente, casou-se com ele (1593). Como nenhum membro da corte podia casar-se sem o consentimento da rainha, o ardente casal teve uma inesperada lua-de-mel na Torre. Raleigh conseguiu a liberdade — com banimento da corte — enviando a Burghley uma carta na qual descrevia a rainha como a amálgama de todas as perfeições na história.

Raleigh retirou-se para sua propriedade em Sherborne, arquitetou viagens e descobertas, entreteve-se com o ateísmo e escreveu poesias, nas quais cada verso tinha um característico sabor mordaz. Dois anos de tranqüilidade, no entanto, esgotaram-lhe a estabilidade. Com o auxílio do Lorde Almirante Howard e de Robert Cecil, equipou cinco navios e rumou para a América do Sul à procura do Eldorado — país legendário de palácios dourados, de rios em cujas águas corria ouro e de amazonas dotadas de encantos sem fim. Percorreu 160 quilômetros subindo o Orinoco, mas não encontrou nem guerreira alguma nem ouro. Estorvado pelas corredeiras e quedas-d'água, regressou à Inglaterra de mãos vazias; mas contou como os nativos americanos haviam-se maravilhado com a beleza da rainha quando ele lhes mostrou seu retrato; foi logo readmitido na corte. Sua eloqüente narrativa *The Discovery of the Large, Rich and Beautiful Empire of Guiana* (Descoberta do Grande, Rico e Belo Império da Guiana) reafirmou sua fé em que "o sol não cobre tantas riquezas em qualquer outra parte do mundo" como na região do Orinoco. Pregou, incansavelmente, a conveniência de se passar a riqueza da América das mãos dos espanhóis para as dos ingleses; e expôs com perfeição a doutrina do poder marítimo: "Quem dominar o mar dominará o comércio; quem dominar o comércio mundial dominará as riquezas do mundo e, conseqüentemente, o próprio mundo." [109]

Em 1596, alistou-se na expedição que se destinava a Cádiz, lutou com o mesmo vigor com que escrevia e recebeu um ferimento na perna. A rainha então "serviu-se dele graciosamente" e fê-lo capitão da guarda. Em 1597, comandou parte da frota que Essex conduziu aos Açores. Separada do restante dos barcos por uma tempestade, a esquadra de Raleigh encontrou-se com o inimigo e derrotou-o. Essex jamais lhe perdoou essa antecipada vitória.

Robert Devereux, segundo conde de Essex, ultrapassou até mesmo Raleigh em fascínio. Tinha a ambição, a verve e a altivez de Walter, um pouco mais de seu temperamento irascível, um pouco menos de seu espírito e muito mais generosidade, bem como espírito de *noblesse*. Era um homem de ação enamorado do intelecto — vencedor nas justas e nos jogos atléticos, distinguido pela bravura e audácia na guerra, e além disso, um prestativo amigo e apreciador de poetas e filósofos. Quando sua mãe se tornou a segunda esposa de Leicester, este o elevou de categoria na corte para anular os encantos insinuantes de Raleigh. A rainha, em seus 53 anos, dispensou uma afeição maternal ao sensível e belo rapaz de 20 anos (1587); ali estava um filho para consolar sua esterilidade. Conversavam, cavalgavam, ouviam música, jogavam cartas juntos e, "meu Deus" — disse um mexeriqueiro — "não vá aos aposentos dele até

que os pássaros cantem ao amanhecer''.[110] O velho coração da rainha sofreu quando ele se casou secretamente com a viúva de Philip Sidney; logo, porém, perdoou-lhe, e, por volta de 1593, ele passou a ser um dos membros do Conselho Privado. Devereux, entretanto, estava mal preparado para a vida na corte ou a direção política do Estado; ''trazia no rosto seu amor e seu ódio'' — disse seu servo Cuffe — ''e não sabia como escondê-los''.[111] Criou inimizade com Raleigh, William Cecil, Robert Cecil e, finalmente, com o ingrato Bacon e a relutante rainha.

Francis Bacon, que estava destinado a influenciar o pensamento europeu mais que qualquer outro elisabetano, nasceu, em 1561, na atmosfera da própria corte, em York House, residência oficial do lorde guardião do grande selo, Sir Nicholas, seu pai; Elizabeth chamava o menino de ''o jovem lorde guardião''. Sua frágil constituição fê-lo afastar-se dos esportes e voltar-se para os estudos; seu ágil intelecto procurava, ansiosamente, o conhecimento; sua erudição figurou logo entre as maravilhas daqueles ''grandes tempos''. Após três anos em Cambridge, foi enviado à França com o embaixador inglês, para aprender a arte da administração do Estado. Durante sua permanência ali, seu pai morreu inesperadamente (1579), antes que pudesse comprar para Francis, que era o filho mais moço, uma propriedade. O jovem, subitamente reduzido a parcos recursos, retornou a Londres para estudar Direito em Gray's Inn. Sendo sobrinho de William Cecil, a ele apelou para que lhe conseguisse uma posição política; após quatro anos de espera enviou-lhe um extravagante lembrete dizendo que ''essa demora em atender minha solicitação fará desaparecer as objeções quanto à minha idade''.[112] Seja como for, naquele ano de 1584, foi eleito para o Parlamento, embora tivesse apenas 23 anos de idade. Distinguiu-se dispensando certa tolerância aos puritanos (a mãe era puritana). A rainha não deu atenção a seus argumentos, mas Bacon tornou a enunciá-los corajosamente em um trabalho que circulou em caráter particular, com o título de *Advertisement Touching the Controversies of the Church of England* (Advertência com Relação às Controvérsias da Igreja da Inglaterra) — (1589). Ele propôs que não se devia molestar, por motivo de crença religiosa, homem algum que prometesse defender a Inglaterra contra qualquer potência estrangeira — o papado inclusive — que ameaçasse a soberania e a liberdade da Inglaterra. Elizabeth e Cecil acharam o jovem filósofo um tanto avançado em suas idéias; e, na verdade, ele estava adiantado para sua época.

Essex apreciava o espírito sutil de Bacon e pediu-lhe conselhos. O jovem sábio aconselhou o jovem nobre a dar a impressão de modesto, caso não o fosse; a procurar um cargo civil ao invés de um militar, pois os percalços na política podiam ser esquecidos mais depressa que as derrotas nos campos de batalha; e a considerar sua popularidade junto ao povo como um perigo junto à rainha.[113] Bacon esperava que Essex amadurecesse e se transformasse em um estadista, dando a seu mentor uma oportunidade para subir. Em 1592, ele fez novo apelo a Cecil em linhas que se tornaram célebres:

> Eu agora estou ficando velho; 31 anos é muita areia na ampulheta... A pobreza de minha situação me perturba realmente... Confesso ter tão vastos objetivos contemplativos quanto objetivos civis moderados: pois adotei todo o conhecimento para ser minha esfera de ação... Isso, seja curiosidade ou vanglória ou natureza... está de tal forma fixado em meu espírito que não pode mais ser removido.[114]

Os apelos de Essex aos Cecils e a Elizabeth, no sentido de darem a Bacon o cargo vago de procurador-geral, foram em vão; em vez dele foi escolhido Edward Coke, mais velho e tecnicamente mais habilitado. Essex acatou galantemente a decisão, dando a Bacon uma propriedade em Twickenham e 1.800 libras.[115] Antes de poder fazer uso dessa doação, Bacon passou um breve e agradável período na prisão por dívidas contraídas.[116] Em 1597, foi nomeado para o "Conselho Erudito" dos advogados que atuavam como consultores do Conselho Privado.[117]

A despeito do conselho de Bacon, Essex ligou-se ao partido da guerra e planejou tornar-se chefe do exército. Sua ousada bravura em Cádiz fê-lo muito popular para o gosto do Conselho; o fracasso nos Açores e seu irredutível orgulho, extravagância e língua ferina indispuseram-no com a corte e irritaram a rainha. Quando Elizabeth rejeitou suas recomendações no sentido de nomear Sir George Carew para um cargo na Irlanda, virou-lhe as costas num gesto de desprezo. Furiosa, a rainha o esbofeteou e gritou: "Vá para o diabo!" Ele levou a mão à espada e bradou: "Isto é um ultraje que não vou tolerar. Não o teria suportado das mãos de vosso pai." Precipitou-se para fora da sala, e toda a corte esperava que ele fosse encerrado na Torre (1598).[118] Elizabeth nada fez. Ao contrário — ou terá sido para desembaraçar-se dele? — nomeou-o meses depois lorde representante na Irlanda.

Bacon prevenira-o a não procurar a ingrata tarefa de opor-se pela força a uma religião; Essex, entretanto, quis um exército. No dia 27 de março de 1599 ele partiu para Dublin em meio a aclamações populares, às apreensões dos amigos e à satisfação dos inimigos. Seis meses depois, falhando em sua missão, apressou-se em voltar para a Inglaterra, sem permissão da rainha, entrou sem se fazer anunciar em seus aposentos particulares e procurou explicar-lhe suas atividades na Irlanda. Ela o ouviu pacientemente, embora furiosa, e mandou-o ficar sob a custódia do lorde guardião em York House até que pudessem ser ouvidas as acusações contra ele.

O povo de Londres ressentiu-se com o fato, pois ignorava o fracasso dele e lembrava-se de suas vitórias. O Conselho Privado ordenou que o julgamento fosse semipúblico e nomeou Bacon — como membro do Conselho Erudito e advogado encarregado da defesa da rainha — para organizar a relação das acusações. Bacon pediu que o dispensassem; o Conselho insistiu e ele acabou concordando. A acusação que fez foi moderada; Essex reconheceu-a como verdadeira e ofereceu humilde obediência. Foi suspenso dos cargos que exercia e recebeu ordem de permanecer em sua casa até que aprouvesse à rainha pô-lo em liberdade (5 de junho de 1600). Bacon intercedeu a seu favor, e, em 26 de agosto, Essex foi posto em liberdade.

Já em casa, Essex continuou sua luta pelo poder. Um de seus íntimos era o protetor de Shakespeare, Henry Wriothesley, conde de Southampton; Essex mandou-o à Irlanda a fim de propor a Mountjoy, nessa ocasião lorde representante ali, que voltasse à Inglaterra com o exército inglês e o auxiliasse a assumir a direção do governo. Mountjoy recusou-se a fazê-lo. Em princípios de 1601, Essex escreveu a Jaime VI, da Escócia, pedindo sua ajuda e prometendo apoiá-lo como sucessor de Elizabeth; Jaime enviou-lhe uma carta de estímulo. Espalharam-se fantásticos boatos pela capital excitada: que Robert Cecil estava arquitetando planos para fazer da Infanta da Espanha rainha da Inglaterra; que Essex seria emparedado na Torre; que Raleigh havia jurado matá-lo. Talvez com o propósito de forçar Essex a mostrar seu jogo, o jovem Cecil convenceu

a rainha a mandar uma mensagem a Essex, dizendo-lhe que precisava que ele participasse das reuniões do Conselho. Seus amigos preveniram-no de que isso era um estratagema para pegá-lo. Um amigo, Sir Gilly Merrick, financiou a companhia de Chamberlain para que levasse à cena, naquela noite, em Southwark, *Ricardo II*, de Shakespeare, que mostra a justa deposição de um soberano.[119]

Na manhã seguinte (7 de fevereiro de 1601), cerca de 300 ardorosos partidários de Essex, ardorosos e armados, reuniram-se no pátio de sua casa. Quando o lorde guardião e três outros dignitários ali apareceram para indagar qual a razão daquela reunião ilegal, eles o encarceraram e arrastaram o hesitante conde para Londres e a revolução. Ele esperava que o povo aderisse à sua causa, mas os pregadores ordenaram ao povo para que não saísse de suas casas e todos obedeceram. As forças do governo estavam em prontidão, e desbarataram os rebeldes. Essex foi capturado e encerrado na Torre.

Essex foi logo submetido a julgamento sob a acusação de traição. O Conselho ordenou a Bacon que auxiliasse Coke a preparar a defesa do governo. Sua recusa teria arruinado sua carreira política; seu consentimento arruinou-lhe a reputação perante as gerações futuras. Com a hesitação de Coke em fazer a acusação, Bacon levantou-se e expôs a questão com convincente e incriminatória clareza. Essex confessou sua culpa e revelou os nomes de seus cúmplices.[120] Cinco deles foram presos e decapitados. Southampton foi condenado à prisão perpétua; Jaime I libertá-lo-ia mais tarde. Diz a lenda que Essex enviou à rainha um anel que certa vez ela lhe dera com a promessa de vir em seu auxílio caso o devolvesse em momento de necessidade. O anel não chegou às mãos de Elizabeth, se é que foi realmente enviado.[121] No dia 25 de fevereiro de 1601, com 35 anos de idade, Essex enfrentou corajosamente a sorte determinada por seu caráter. Raleigh, seu inimigo, chorou quando foi dado o golpe. Durante um ano a cabeça cortada e apodrecida foi exibida na Torre.

XI. DESAPARECE A MAGIA: 1601-3

A exibição daquela cabeça, ou o fato de saber que ela a fitava dia e noite, deve ter refletido na sombria disposição de Elizabeth em seus últimos anos. Ficava horas e horas sozinha, meditando em silêncio, presa de grande melancolia. Manteve as diversões para sua corte e, às vezes, simulou mesmo certa alegria; mas perdera a saúde e seu coração estava morto. A Inglaterra cessara de amá-la; achava que ela vivera demais, e devia ceder o lugar a um soberano mais jovem. O último de seus Parlamentos rebelou-se, mais vigorosamente que qualquer outro dos anteriores, contra suas violações da liberdade parlamentar, suas perseguições aos puritanos, suas crescentes exigências de fundos e suas concessões de monopólios comerciais aos favoritos. Para surpresa de todos, a rainha cedeu nesse último ponto e prometeu pôr fim aos abusos. Os membros da Câmara dos Comuns foram agradecer-lhe e ajoelharam-se quando ela lhes dirigiu aquela que veio a ser sua última alocução, a melancólica "Oração de Ouro" (20 de novembro de 1601):

> Não há jóia, por mais valiosa que seja, que eu prefira... a vosso amor. Pois para mim ele tem mais valor do que qualquer tesouro... E ainda que Deus nos tenha erguido a grandes alturas, ainda assim considero a glória de minha coroa ter reinado com vosso amor...[122]

Mandou que eles se levantassem e prosseguiu:

> Ser rei e usar uma coroa é coisa mais gloriosa para aqueles que a contemplam do que agradável para aqueles que a ostentam... De minha parte, não fosse pela consciência de desempenhar as obrigações que Deus impôs sobre mim, e de sustentar Sua glória e manter-vos em segurança, por minha própria vontade estaria disposta a resignar o cargo que ocupo em favor de outrem, e sentir-me-ia satisfeita de me libertar da glória com tais labores; pois não é meu desejo viver ou reinar indefinidamente, e o reinado deve ser realizado para vosso bem. E ainda que tenhais tido e possais ter príncipes mais poderosos e mais sábios ocupando este trono, jamais, entretanto, tivestes, nem tereis, um que mais vos tenha amado.[123]

Elizabeth protelara o mais que pôde o problema da sucessão, pois, enquanto vivia a rainha da Escócia como herdeira legal de seu trono, não podia conformar-se com a idéia de permitir que Maria desfizesse a instituição protestante. Agora que Maria estava morta e que o filho dela, Jaime VI da Escócia, era seu presuntivo herdeiro, proporcionava-lhe certo conforto saber que ele, por mais vacilante e tergiversador que fosse, era protestante. Sabia que Robert Cecil e outros de sua corte estavam em negociações secretas com Jaime, para facilitar-lhe a ascensão ao trono, e tirarem partido disso; sabia, assim, que contavam os dias que faltavam para sua morte.

Corriam boatos pela Europa de que ela estava morrendo de câncer. Mas estava morrendo vítima de uma vida demasiado intensa. Sua constituição não mais suportava alegrias e tristezas, nem os encargos e os golpes de anos inexoráveis. Quando seu afilhado, Sir John Harington, tentou distraí-la com versos espirituosos, despediu-o dizendo: "Quando sentirdes o tempo rastejar à vossa porta, pouco prazer encontrareis nessas tolices."[124] Em março de 1603, tendo-se exposto demasiado ao frio do inverno, apanhou uma febre. Durante três semanas foi consumida pela febre e passou a maior parte desse tempo em uma poltrona ou reclinada em almofadas. Não quis saber de médicos, mas pediu música, e alguns músicos foram tocar para ela. Persuadiram-na, finalmente, a descansar no leito. O arcebispo Whitgift manifestou-lhe a esperança de uma vida mais longa; ela o censurou. O prelado ajoelhou-se ao lado da cama e fez uma prece; quando julgou que rezara o suficiente, quis levantar-se mas ela lhe ordenou que continuasse; e novamente, quando "os joelhos do velho estavam cansados", pediu com um gesto de mão que rezasse mais. Só lhe foi permitido sair quando, tarde da noite, a rainha adormeceu. E não acordou. No dia seguinte, 24 de março, John Manningham escreveu em seu diário: "Esta madrugada, por volta das três horas, sua majestade partiu desta vida suavemente, como um cordeiro, com a mesma facilidade com que uma maçã madura se desprende da árvore."[125] Assim pareceu.

A Inglaterra, que há muito aguardava o trespasse, sentiu, entretanto, aquele golpe. Muitos homens compreenderam que estava terminada uma grande época, que uma poderosa mão tinha deixado de segurar o leme da nação; e alguns, como Shakes-

peare, temeram um caótico interlúdio.[126] Bacon considerava-a uma rainha tão notável que

> se Plutarco estivesse agora vivo e fosse escrever biografias tecendo paralelos, teria tido dificuldade... em encontrar para ela um paralelo entre as mulheres. Essa dama era dotada de uma cultura invulgar para seu sexo, e rara entre os próprios príncipes... Quanto a seu reinado... esta parte da ilha jamais teve melhores tempos nestes 45 anos; e isso, no entanto, não em conseqüência da calma das estações, mas por causa da sabedoria de seu governo. Pois, se se considerarem de um lado a verdade da religião estabelecida, a paz e a segurança constantes, a boa administração da justiça, o uso temperado das prerrogativas... o estado florescente da cultura... e se se considerarem, por outro lado, as diferenças de religiões, as dificuldades dos países vizinhos, a ambição da Espanha e a oposição de Roma, e, depois, o fato de que ela estava só: considerando tudo isto, eu, não podendo escolher um [outro] exemplo mais recente e apropriado, suponho não ter condição de apontar exemplo mais notável ou mais eminente... no que diz respeito à ligação entre o saber do príncipe e a felicidade do povo.[127]

Olhando retrospectivamente, devemos atenuar um pouco o retrato, anotando e perdoando as falhas dessa incomparável rainha. Ela não era santa nem sábia, mas uma mulher impulsiva e passional, intensamente apaixonada pela vida. A "verdade da religião" não foi completamente estabelecida, nem todos os seus súditos podiam, como Shakespeare talvez tivesse julgado, "comer com segurança o que plantavam à sombra de suas próprias vinhas, e cantar as alegres canções de paz".[128] A sabedoria de seu governo era, em parte, devida aos seus auxiliares. As vacilações de seu espírito mostraram-se freqüentemente afortunadas, talvez devido à sorte de uma mudança; e, às vezes, provocaram tal fraqueza em sua política que as dificuldades internas dos inimigos tinham de auxiliá-la a sobreviver. Mas ela sobreviveu e prosperou por meios lícitos ou desonestos. Libertou a Escócia dos franceses e ligou-a à Inglaterra; possibilitou a Henrique de Navarra contrabalançar sua missa em Paris com o Edito de Nantes; encontrou a Inglaterra falida e desprezada, e deixou-a rica e poderosa; e os nervos da cultura e da literatura fortificaram-se na riqueza do seu povo. Deu continuidade ao despotismo do pai, se bem que o moderasse com bondade e encanto. Não tendo marido nem filhos, foi mãe para a Inglaterra, amou-a abnegadamente e consumiu-se servindo-a. Foi o maior governante que a Inglaterra jamais conheceu.

CAPÍTULO II

A Alegre Inglaterra[1]

1558-1625

I. NO TRABALHO

QUE Inglaterra foi aquela que deu a Elizabeth seu poder e vitória, e a Shakespeare sua linguagem e inspiração? Que espécie de povo eram aqueles ingleses elisabetanos, tão despreocupadamente agressivos, tão francos e exuberantes? Como viviam e trabalhavam? Como se vestiam e pensavam? Como amavam, construíam e cantavam?

Em 1581, eram, aproximadamente, cinco milhões. A maior parte deles era constituída de agricultores, dos quais muitos eram meeiros; alguns, rendeiros que pagavam um aluguel fixo; havia também um número cada vez maior de pequenos proprietários livres. Prosseguia o cercamento das terras comuns, pois o apascentamento mostrou-se mais lucrativo que a lavoura. Desaparecera a servidão, mas o despejo de rendeiros por meio da adoção dos cercamentos e outras combinações estava gerando uma infeliz classe de mão-de-obra que vendia precariamente seu trabalho nas fazendas ou nas oficinas das cidades então em crescimento.

Com exceção da capital, as cidades eram ainda pequenas. Norwich e Bristol, as maiores depois de Londres, tinham, cada uma, pouco mais de 20.000 almas. Havia um lado agradável nisso: os citadinos eram sociáveis, e, mesmo em Londres, as casas, em sua maioria, tinham jardins ou eram próximas aos campos; podiam-se colher as variegadas flores que Shakespeare cantou em versos. As casas eram aquecidas a lenha; a maior parte das indústrias usava carvão como combustível; mas no século XVI o preço da lenha subiu, e a crescente procura do carvão pelas cidades obrigou os proprietários de terras a explorar os depósitos do solo. Importaram-se operários alemães para melhorar a mineração e a metalurgia. Elizabeth proibiu o uso do carvão em Londres, mas a proibição demonstrou ser menos categórica do que necessariamente econômica.[2] As lojas de tecidos expandiam-se, à medida que tecelões e pisoeiros chegavam à Inglaterra fugindo à opressão de Alba nos Países Baixos; os huguenotes trouxeram da França seus artesãos e sua arte mercantil; foi, no entanto, um inglês, o Reverendo William Lee, quem inventou em 1589 a máquina semi-automática para tecer meias.

A pesca era a indústria mais florescente, pois o governo encorajava-a a fim de habituar os homens à vida marítima e, assim, preparar uma reserva para a marinha; daí, Elizabeth, numa reverência à Igreja Romana, ter ordenado ao povo que se abstivesse de carne dois dias por semana, bem como nos dias tradicionais de jejum da Quaresma.

As corporações, paralisadas pelos seus regulamentos medievais, continuavam a perder mercados nessa era individualista e inovadora. Hábeis empreendedores reuniam capital, adquiriam matéria-prima que distribuíam às lojas e às famílias, compravam o produto e vendiam-no pelo preço mais alto possível. O capitalismo na Inglaterra começou no lar, com o trabalho do pai, da mãe, da filha e do filho para o empreendedor; nessas circunstâncias o "sistema doméstico" tomou um impulso que prevaleceria até fins do século XVIII. Quase todas as casas tornaram-se fábricas em miniatura, onde as mulheres teciam e urdiam linho e lã, cosiam e bordavam, preparavam ervas medicinais, destilavam bebidas e quase conseguiram desenvolver uma inglesa arte culinária.

O Estado elisabetano legislava tão zelosamente sobre a economia como sobre a religião. Percebendo que as restrições municipais sobre a manufatura e os negócios estavam dificultando o comércio e a indústria, a administração substituiu o regulamento comunal pelo nacional. O famoso Estatuto dos Aprendizes (1563) estabelecia um laborioso código de supervisão e coerção governamentais, que permaneceu lei na Inglaterra até 1815. Propondo-se a banir a indolência e o desemprego, exigia que todo jovem fisicamente capaz servisse como aprendiz durante sete anos, pois, "até que o homem chegue aos 23 anos, é, geralmente, se bem que nem sempre, rebelde, sem juízo e sem suficiente experiência para governar-se a si mesmo".[3] Todo homem com menos de 30 anos, propositadamente desempregado e sem um rendimento de 40 xelins por ano, podia ser obrigado a empregar-se segundo determinação das autoridades locais. Nos campos, todo homem válido com menos de 60 anos podia ser obrigado a participar das colheitas. Todo trabalhador devia ser empregado sob contrato anual, com salário garantido por ano. Os juízos de paz tinham poderes para fixação das remunerações máxima e mínima para cada tipo de trabalho em sua jurisdição; para os trabalhadores de Londres o pagamento estava fixado em nove penies por dia. Os patrões que demitissem empregados indevidamente seriam multados em 40 xelins; quem abandonasse ilegalmente seu emprego seria preso; e nenhum empregado devia deixar a cidade ou a paróquia sem permissão do empregador e do magistrado local. As horas de trabalho tinham sido estabelecidas em 12 por dia, no verão, e durante o dia claro, no inverno. Greve de qualquer espécie era proibida sob pena de prisão ou pesadas multas.[4]

Em seu conjunto, o Estatuto teve o efeito de proteger o patrão contra o empregado, a agricultura contra a indústria e o Estado contra a revolução social. Uma corporação de pedreiros, em Hull, gravou no cabeçalho de seu regulamento a consoladora proposição de que "todos os homens são iguais por natureza, feitos do mesmo barro por um só Trabalhador";[5] mas ninguém acreditava nisso, muito menos Cecil e Elizabeth; e, provavelmente, foi Cecil quem orientou a instituição da legislação econômica de 1563. O resultado para as classes trabalhadoras foi que a pobreza tornou-se compulsória. A lei propunha o reajuste periódico dos salários ao preço dos gêneros alimentícios; entretanto os magistrados encarregados de fazê-lo pertenciam à classe dos em-

pregadores. Os salários subiam mais vagarosamente que os preços; no período de 1580 a 1640, os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram 100 por cento; os salários, 20 por cento.[6] Durante a centúria de 1550 a 1650, as condições econômicas dos artesãos e dos trabalhadores pioraram dia a dia.[7] Os arredores de Londres "encheram-se de uma classe relativamente pobre e, muitas vezes, violenta, morando nos lugares mais miseráveis",[8] vivendo, em certos locais, do furto e da mendicância. Por ocasião dos funerais do conde de Shrewsbury (1591), cerca de 20.000 mendigos pediam esmolas.[9]

O governo atacou esses males com leis severíssimas contra a mendicância e uma série de Leis de Assistência aos Pobres (1563-1601) relativamente humanas, que reconheciam a responsabilidade do Estado em impedir que seu povo morresse de fome. Em cada paróquia cobrava-se um imposto, cujo produto permitia cuidar dos desempregados pobres e colocar os capacitados para o trabalho nas oficinas dirigidas pelo Estado.

A elevação dos preços demonstrou-se estimulante para a indústria e o comércio, mas constituiu uma tragédia para a classe pobre. As causas principais foram a exploração das minas de prata na Europa, a importação de metais preciosos da América e a depreciação da moeda pelos governos. No período compreendido entre 1501 e 1544, o valor total da prata importada ou produzida na Europa foi de cerca de $150,000,000 em termos de 1957; para o período de 1545 a 1600, foi de $900,000,000[10] aproximadamente. Elizabeth lutou nobremente contra o aviltamento da moeda inglesa. Aceitou a orientação de Sir Thomas Gresham, seu sagaz conselheiro, que a advertiu (1560), com palavras que se tornaram a "lei de Gresham", de que o dinheiro ruim afasta o bom, moedas com um justo teor de metal precioso são amealhadas ou enviadas para o estrangeiro, ao passo que moedas sem o teor adequado são usadas para outros fins, especialmente para o pagamento de impostos, sendo o Estado "pago com sua própria moeda". Elizabeth e Cecil reformaram o sistema monetário que o pai e o irmão haviam aviltado e restabeleceram o teor de ouro e de prata das moedas inglesas. Os preços, entretanto, subiram, pois o afluxo ou a produção de prata e ouro, bem como a circulação da moeda ultrapassaram a produção de mercadorias.

Os monopólios contribuíram também para a elevação dos preços. Elizabeth permitiu-os para a manufatura ou venda de ferro, óleo, vinagre, carvão, chumbo, salitre, amido, fios, peles, couros e vidros. Concedeu a rainha tais privilégios em parte para encorajar o capital a importar produtos e estabelecer novas indústrias, em parte como remuneração por cargos e serviços, de outro modo, não suficientemente bem pagos. Quando surgiram reclamações contra os monopólios até o ponto de o Parlamento se revoltar, Elizabeth concordou em suspendê-los até que suas operações tivessem sido investigadas e aprovadas (1601). Alguns foram mantidos.

Assim dificultado, o comércio interno desenvolveu-se mais lentamente que o externo. Salvo nas feiras, a ninguém era permitido vender mercadorias na cidade em que não residisse. Estas feiras, em muitas localidades, eram periódicas, e seu número atingia várias centenas por ano; a mais popular era a Feira de Bartolomeu, realizada todo mês de agosto nas proximidades de Londres, com um circo destinado a atrair a atenção do povo para as mercadorias. Sendo as mercadorias transportadas mais por água do que por terra, os rios fervilhavam de embarcações. As estradas eram ruins mas esta-

vam melhorando e os homens podiam percorrer nelas 160 quilômetros a cavalo em um dia; o mensageiro que levou a Edimburgo a notícia da morte de Elizabeth viajou 192 quilômetros no dia em que partiu. O serviço postal, criado em 1517, destinava-se apenas ao governo; a correspondência particular era enviada por intermédio de amigos, emissários, estafetas ou outros viajantes. As viagens pelo país eram feitas em grande parte a cavalo. As carruagens, introduzidas por volta de 1564, constituíram até 1600 um luxo que foi dado a poucos usufruir; já em 1634, no entanto, eram tão numerosas que uma proclamação proibiu sua utilização por particulares, devido ao congestionamento do tráfego.[11] As estalagens eram boas — como eram também suas serviçais — salvo quando muito procuradas; o viajante, contudo, era forçado a vigiar a bolsa e não dar a conhecer sua rota.[12] Precisava-se estar alerta na Inglaterra de Elizabeth.

A par com a indústria desenvolvia-se o comércio exterior. Preferia-se pagar a importação de matéria-prima e artigos de luxo do Oriente com a exportação de produtos manufaturados. O mercado expandia-se da comuna para a nação, desta para a Europa e até mesmo para a Ásia e para a América, e a esfera e o poder dos governos nacionais cresciam com a expansão e os problemas do comércio. A Inglaterra, à semelhança da Espanha e França, desejava exportar mercadorias e importar ouro, pois a teoria "mercantilista", então em voga, media a riqueza de um país pelos metais preciosos que possuísse. Francis Bacon, ao que parece, foi o primeiro a falar de uma "balança comercial" favorável,[13] expressão pela qual se referia a um excesso de exportação sobre a importação, e, conseqüentemente, a uma entrada de prata e ouro. Cecil declarou seu objetivo: "reduzir, por todos os meios, o uso de mercadorias estrangeiras que não nos sejam necessárias".[14] Sabia que a prata e o ouro não podem ser comidos ou desgastados; eram uma moeda internacional que, em uma emergência, podia comprar qualquer coisa, até mesmo os inimigos. As indústrias do país precisavam ser protegidas em tempo de paz, para que a nação não dependesse de produtos estrangeiros em tempo de guerra. Daí desencorajarem os governos, por meio de tarifas, as importações, e estimularem, com subsídios, as exportações. Dessa maneira, formaram-se "companhias mercantis" para venderem produtos ingleses no estrangeiro; "mercadores aventureiros" ingleses criaram um mercado de produtos exportados em Hamburgo; Anthony Jenkinson chefiou missões comerciais que foram à Rússia (1557) e à Pérsia (1562); outro seguiu para a Índia (1583-91); fundaram-se uma Companhia Anglo-Turca, em 1581, a Companhia Moscovita em 1595, e a histórica Companhia das Índias Orientais, em 31 de dezembro de 1600. Estava preparado o palco para Hastings e Clive. Homens apaixonados pelo mar ou pelo dinheiro aventuraram-se pelos oceanos a fim de descobrirem novas rotas de comércio; a ciência da geografia foi em parte um subproduto de seu zelo. As expedições à procura de mercados e colônias provocaram verdadeira fúria de construção naval; as florestas inglesas transformaram-se em mastros e cascos, a *Britannia* começou a dominar os mares e, em palavras e atos, nasceu o Império Britânico.

Enquanto o comércio disseminava seus veleiros, formaram-se instituições financeiras para suas expedições. Multiplicaram-se os bancos. Em 1553, os Mercadores Aventureiros organizaram uma sociedade anônima para comerciar com a Rússia; foram emitidas 240 ações de 25 libras cada uma; após cada expedição os lucros eram distribuídos e o capital empregado reembolsado.[15] A Companhia das Índias Orientais também fi-

nanciou suas viagens; e os 87,5 por cento dos lucros obtidos em seu primeiro empreendimento provocaram uma corrida de subscritores — cortesãos, juízes, clérigos, cavaleiros, viúvas, solteironas e negociantes — para se associarem à aventura seguinte. Homens e mulheres tinham, como agora, a mesma paixão pelo dinheiro. Juros sobre empréstimos já haviam sido proibidos pelo Parlamento em 1552, como um "odiosíssimo mal";[16] mas o crescente poderio das forças comerciais na Câmara dos Comuns provocou a decretação da Lei da Usura de 1571, que distinguiu os juros da usura e legalizou um ganho de 10 por cento. Com a intensificação do negócio de ações constituíram-se bolsas para a troca da propriedade de ações ou bens, e cunhou-se dinheiro adicional para facilitar a venda e a compra de mercadorias. Em 1566, Gresham criou a Bolsa Real, destinada a cobrir essas operações mercantis e financeiras. Em 1583 emitiu-se a primeira apólice de seguro de vida.[17]

À medida que Londres se tornava um dos mercados e centros mais prósperos do mundo, crescia o espírito comercial. As mercadorias abrilhantavam as ruas não iluminadas; um viajante, que percorrera muitos outros países, achou as joalherias de Londres as mais suntuosas que vira até então.[18] Negociantes comprimiam-se pelos quarteirões, e alguns deles utilizavam-se da nave da Catedral de São Paulo como escritório provisório, certos de que Cristo modificara Suas idéias desde o advento de Calvino; advogados tratavam ali com os seus clientes, homens contavam dinheiro sobre os túmulos e, no pátio, mascates vendiam pão, carne, peixes, frutas e cervejas. Pedestres, bufarinheiros, carruagens e carroças atravancavam as estreitas e lamacentas ruas. O Tâmisa constituía a via principal, nele deslizando barcaças, balsas e barcos de passeio; em qualquer ponto encontrava-se um barqueiro com seu barco pronto para transportar mercadorias ou passageiros de uma margem para outra, para descer ou subir o rio; daí seus vigorosos brados "Eastward Ho!" e "Westward Ho!", que deram título a peças teatrais do período jacobeu. Quando diminuíam seus odores, o rio era uma bênção para o comércio, a recreação e os amores, o cenário de grandiosos desfiles e de ricas mansões. Construída em 1209, a Ponte de Londres constituía o orgulho da cidade e a única via que ligava as partes norte e sul. A parte sul reunia tavernas, teatros, bordéis e prisões. A parte norte era o principal centro do comércio; ali, o negociante era o senhor e os lordes titulados apenas tolerados; grande parte da realeza e da nobreza vivia em palácios fora de Londres. Westminster, onde se reunia o Parlamento, era então uma cidade à parte. Também ali o homem de negócios se fez ouvir; por volta de 1600, atemorizou a rainha e, meio século depois, decapitou o rei.

II. NAS ESCOLAS

A época de Shakespeare não era assim tão dedicada à educação. Ensinava-se pouco latim e menos grego e mais italiano e francês. Liam-se com avidez os livros, porém rapidamente, na ânsia de submetê-los à prova da experiência. Aprendia-se na escola da vida e respondia-se ao mestre com inaudita insolência.

A linguagem comum não era a da escola mas toda a herança das falas celta, romana, saxã e normando-inglesa, repleta de espólios lingüísticos da França e da Itália, incorporando a gíria das ruas de Londres* e os dialetos das províncias, e, ainda não satisfeita, engendrando e criando

* No tempo de Shakespeare, *prat* já era popular para "nádegas" e *duds* para "roupas".

palavras numa exuberante orgia imaginativa, tudo isso produzindo uma fala original. Existira, por acaso, uma língua tão viva, tão poderosa, tão flexível e tão rica? Não se parava para pronunciá-la coerentemente; antes de 1570, não havia dicionários para nortear a ortografia, e o próprio Shakespeare jamais decidiu como escrever corretamente seu nome. Usava-se escrita abreviada, mas isso não moderava a impaciência dos negociantes atarefados nem a impulsividade dos poetas.

Todo o ensino organizado para as moças terminou quando Henrique VIII dissolveu os conventos; oferecia-se, entretanto, educação primária gratuita a qualquer menino, nas cidades. Elizabeth abriu 100 escolas secundárias livres; Jaime I e Carlos I fundariam outras 288. Para jovens de ascendência nobre havia escolas "públicas" estabelecidas em Winchester, Eton, Shrewsbury, e na Catedral de São Paulo; acrescentaram-se depois Rugby (1567), Harrow (1571) e a Merchant Taylors' School (1561), onde Richard Mulcaster deixou seu nome como grande pedagogo. O *curriculum* era clássico, acompanhado de surras, e a religião anglicana era compulsoriamente ensinada em todas as escolas. Na Westminster School, as classes começavam as aulas às sete horas e terminavam às seis da tarde, com intervalos para pequena refeição às oito, bem como a sesta e curto descanso à tarde. Era opinião geral dos pais que a escola devia preencher inteiramente uma de suas principais funções: aliviá-los dos cuidados com os filhos.

Oxford e Cambridge ainda monopolizavam o ensino universitário. Tinham perdido, durante os tumultos da Reforma, sua autoridade medieval e o apreciável número de matrículas, mas estavam se recuperando, e cada uma contava com cerca de 1.500 estudantes em 1586. Em Cambridge, Sir Walter Mildmay dotou o Emmanuel College com uma renda permanente (1584), e Frances, condessa de Sussex e tia de Philip Sidney, fundou o Sidney Sussex College (1588). Em Oxford, foi criado o Jesus College através de verbas governamentais e de outros recursos financeiros (1571), e, sob o reinado de Jaime I, foram acrescentados os colégios de Wadham (1610) e Pembroke (1624). Cambridge entusiasmou-se em 1564 com uma visita que a rainha lhe fez. Ela ouviu, com modestas objeções, um discurso em latim proferido em sua homenagem; no Trinity College respondeu em grego a outro discurso nesse idioma; conversou em latim com os estudantes nas ruas; terminou fazendo um discurso em latim, manifestando a esperança de poder fazer alguma coisa pelo ensino. Dois anos depois em visita a Oxford foi glorificada nos encantadores salões e deliciosos campos e, ao partir, exclamou com veemência: "Adeus, meus bons súditos! Adeus, meus caros mestres! Possa Deus favorecer vossos estudos!"[19] Ela sabia ser rainha.

Outras mulheres inglesas rivalizavam com Elizabeth em erudição. As filhas de Sir Anthony Coke eram célebres por sua cultura, e Mary Sidney, condessa de Pembroke, fez de sua mansão, em Wilton, um ponto de reunião de poetas, estadistas e artistas que, nela, encontraram um espírito capaz de apreciar o que neles havia de melhor. Tais mulheres recebiam de professores particulares, em casa, a maior parte de sua educação. As escolas secundárias eram franqueadas a ambos os sexos, mas as escolas públicas e universidades somente aos homens.

Foi um sinal dos tempos o fato de o mais capaz dos financistas de Elizabeth criar em Londres (1579) o Gresham College, para o estudo do direito, da medicina, da geometria, da retórica e outras disciplinas úteis à classe comerciante; ele especificou que as preleções deviam ser feitas em inglês, bem como em latim, uma vez que "negociantes e outros cidadãos" freqüentariam os cursos.[20] Completava-se, finalmente, com viagens a educação dos que fossem ricos ou nobres. Os estudantes iam à Itália para terminar sua educação médica e sexual, ou para travar conhecimento com a literatura e a arte italianas; muitos, no caminho, aprendiam a amar a França. A língua não constituía, nesse tempo, uma barreira, pois todo homem instruído, na Europa Ocidental e Central, compreendia o latim. Entretanto, quando os viajantes voltavam, traziam para a terra natal um verniz de francês e italiano, e uma especial afeição pela moral fácil da Itália renascentista.

III. VIRTUDES E VÍCIOS

"Todo aluno" conhece a invectiva de Roger Ascham contra o inglês "italianizado" (1563):

> Considero a ida para lá [à Itália]... um incrível perigo... A virtude fez outrora daquele país o senhor do mundo. O vício torna-o agora escravo daqueles que antes sentiam prazer em servi-lo... Conheço muitos que saíram da Inglaterra, homens de vida inocente, homens de excelente cultura, e que regressaram da Itália... nem sequer dispostos a viver disciplinadamente, tampouco capazes de falar com erudição como o faziam na Inglaterra antes de partir para o estrangeiro... Se pensais que julgamos mal... ouvi o que diz o italiano... *Englese Italianato e un diabolo incarnato*... Eu mesmo estive uma vez na Itália, mas agradeço a Deus de minha estada lá ter sido de apenas seis dias. E mesmo assim, naquele curto espaço de tempo, vi em uma cidade mais liberdade para pecar do que jamais ouvi dizer em nossa nobre cidade de Londres, em seis anos.[21]

O mestre de Elizabeth não foi o único a ferir essa tecla. "Roubamos a licenciosidade da Itália" — escreveu Stephen Gosson em *The Schoole of Abuse* (1579) — "comparai Londres a Roma e a Inglaterra à Itália, e vereis os teatros de uma e os abusos de outra grassando entre nós." Cecil aconselhou seu filho Robert a jamais deixar os filhos atravessarem os Alpes, "pois ali somente irão aprender orgulho, blasfêmias e ateísmo".[22] Philip Stubbs, um puritano, em *The Anatomie of Abuses* (1583), descreveu o inglês da época de Elizabeth como corrompido, futilmente voluptuoso e orgulhoso de seus pecados. O Bispo Jewel, em um sermão perante a rainha, lamentou que a moral dos homens, em Londres, "escarnece do Santo Evangelho de Deus, tornando-os mais dissolutos, mais lascivos, mais libertinos do que foram antes... Se nossa vida devesse dar testemunho e caracterizar nossa religião... ela exclamaria... 'Deus não existe'."[23]*

Muito das lamentações era exagero dos moralistas, a esbravejarem contra homens e mulheres que não mais levavam a sério os horrores do inferno. O grosso da população provavelmente não era pior nem melhor que antes. Mas no exato momento em que a minoria de puritanos apertava sua moral, sua bolsa e seus lábios, uma minoria pagã concordava com muitos italianos em que era melhor gozar a vida do que preocupar-se com a morte. Possivelmente os vinhos italianos, muito populares na Inglaterra, tenham ajudado a dilatar a moral bem como as artérias, aliás de modo mais duradouro. Da Itália, da França e da literatura clássica talvez tivesse vindo uma noção mais franca sobre a beleza, embora entristecida pela consciência mais nítida de sua brevidade. Mesmo a beleza do jovem macho incitava a alma e a pena dos elisabetanos; Marlowe fez Mefistófeles louvar Fausto como mais belo que o céu,[24] e os sone-

* Aubrey conta uma história que dá razão a Ascham: "Sir Walter Raleigh foi convidado para jantar com algumas personalidades notáveis... Seu filho sentou-se ao seu lado e manteve-se muito reservado durante pelo menos metade do tempo. Por fim, disse ele: 'Eu, esta manhã, sem temer a Deus... fui a uma meretriz. Desejava-a bastante... e quis desfrutar-lhe o prazer; ela, entretanto, repudiou-me afirmando que eu não poderia tê-la "Pois vosso pai deitou-se comigo faz apenas uma hora."' Sir Walter, estranhamente surpreso... em tão importante jantar, desfechou terrível soco no rosto do filho; e este, apesar de rude, não quis agredir seu pai, mas deu um soco no rosto do cavalheiro ao lado, dizendo-lhe: "Passe adiante, até chegar a vez de meu pai recebê-lo." — *Brief Lives*, 256.

tos de Shakespeare agitavam-se entre o amor homossexual e o heterossexual. O encanto da mulher não sendo mais mero conceito poético, porém uma exaltação que fervilhava no sangue, na literatura e na corte, transformava piratas em sonetistas, pois na corte as mulheres acrescentavam à graça os cosméticos, conquistando assim o espírito dos homens e seus corações. O pudor era um convite à caça e duplicava o poder da beleza. As litanias à Virgem desapareciam em protestos de virgindade. O amor romântico rompia em canções com todo o ardor do desejo insatisfeito. As mulheres ufanavam-se ao ver os homens lutarem por elas, e entregavam-se, pelo casamento ou sem ele, ao vencedor. Era significativo do declínio da autoridade religiosa, não se precisar de sanção ou de cerimonial religioso para a validade do casamento, embora assumir tal postura fosse considerado transgressão à moral pública, pois estava em desacordo com a lei. A maioria dos casamentos era arranjada pelos pais, após o cortejo mútuo das propriedades; depois, a estonteante deusa de um momento se tornava uma desiludida dona-de-casa, dedicada aos filhos e afazeres domésticos, e a raça sobrevivia.

Um relaxamento maior da moral assinalava a vida pública. A corrupção, em pequena ou grande escala, imperava nos serviços administrativos; Elizabeth fazia vista grossa, servindo-se disso para não aumentar os ordenados.[25] O tesoureiro de guerra recebia 16.000 libras por ano além de seus vencimentos; os capitães, seguindo uma prática que vinha de muito tempo, mantinham na folha de pagamento o nome de soldados mortos, embolsavam seus soldos e vendiam os uniformes a eles destinados;[26] assim, um soldado morto valia mais que um soldado vivo. Altos funcionários ingleses receberam, de Filipe II, grandes somas para adequar a política inglesa aos interesses espanhóis.[27] Almirantes praticavam a pirataria e vendiam escravos. Clérigos vendiam benefícios eclesiásticos.[28] Podia-se persuadir farmacêuticos a prepararem venenos, e alguns médicos a ministrá-los.[29] Mercadores adulteravam mercadorias a ponto de se criar um escândalo internacional; em 1585, "falsificaram-se mais tecidos e lã na Inglaterra do que em todo o resto da Europa".[30] A moral militar era primitiva; a rendição incondicional era, em muitos casos, recompensada com o massacre de soldados e de não-combatentes também. Queimavam-se feiticeiras e desciam-se jesuítas do cadafalso para esquartejá-los vivos.[31] O leite da bondade humana fluía avaramente nos dias da boa Rainha Bess.

IV. A JUSTIÇA E A LEI

A despeito de tantos séculos de religião e de governo, a natureza humana ainda se ressentia da civilização e exprimia seu protesto através de uma profusão de pecados e crimes. As leis, os mitos e as punições dificilmente continham esse fluxo. Havia, no coração de Londres, quatro escolas de Direito: a Middle Temple, a Inner Temple, a Lincoln's Inn e a Gray's Inn, coletivamente chamadas Inns of Court. Os estudantes de direito residiam nelas, da mesma maneira que outros moravam nos solares ou colégios de Oxford e Cambridge. O acesso a essas escolas era reservado apenas a "cavalheiros" de sangue azul; todos os graduados prestavam juramento de servir à Coroa; os que se sobressaíam ou os que eram mais servis tornavam-se juízes dos tribunais da rainha. Juízes e advogados, quando em função, usavam mantos imponentes; a lei devia cinqüenta por cento de sua majestade à tesoura do alfaiate.

Os tribunais eram considerados por todos como corruptos. Certo membro do Parlamento definiu um juiz de paz como "um animal que, por meia dúzia de frangos, dispensaria uma dúzia de leis";[32] Francis Bacon exigia maiores incentivos. "O ouro no prato do pecado torna inofensiva a forte lança da justiça" — disse, entristecido, o Rei Lear, de Shakespeare.[33] Como os juízes eram afastados de suas funções ao bel-prazer da rainha, eles pesavam essa circunstância em seus julgamentos, e os favoritos da corte aceitavam propinas para conseguir sua transferência nas decisões dos tribunais.[34] Exceto nos casos de traição, estava mantido o julgamento pelo júri, mas os jurados eram muitas vezes intimidados pelos juízes ou pelos oficiais da Coroa.[35] Definia-se de modo vago a traição, de maneira a incluir todos os atos que punham em perigo a vida ou o poder da soberana; tais casos podiam ser avocados pela Câmara da Estrela — o Conselho Privado em sua capacidade judicial; nela, negavam-se, ao acusado, o julgamento pelo júri, o advogado de defesa e o *habeas corpus*; sujeitavam-no a exaustivo interrogatório ou a torturas, e, geralmente, era condenado à prisão ou à morte.

As leis criminais apoiavam-se mais na repressão do que na vigilância ou investigação; sendo elas fracas, as punições eram severas. A morte era a pena instituída para qualquer das 200 transgressões, inclusive para a chantagem, a derrubada de árvores novas e o furto de mais de um xelim; na agradável Inglaterra da época de Elizabeth, enforcavam-se anualmente 800 pessoas, em média.[36] Puniam-se pequenos crimes com o pelourinho, o tamborete, a surra amarrando-se o indivíduo atrás de uma carroça, fazendo um buraco com fogo em suas orelhas ou sua língua, cortando-lhe a língua, uma orelha, ou uma das mãos.[37] Quando John Stubbs, advogado puritano, escreveu um panfleto condenando a proposta de casamento de Elizabeth com Alençon, como sendo rendição ao catolicismo, sua mão direita foi decepada por ordem de um magistrado. Erguendo o toco que sangrava e levantando o chapéu com a mão esquerda, Stubbs gritou: "Vida longa à rainha!"[38] Philip Sidney enviou a Elizabeth um protesto contra aquela barbaridade, e Cecil, envergonhado, deu a Stubbs uma sinecura no governo. A tortura era ilegal, mas a Câmara da Estrela dela se servia. Percebemos que a despeito da profunda e poderosa literatura daquele época o nível geral de sua civilização não havia ainda alcançado o da Itália de Petrarca ou o de Avinhão, muito menos o da Roma de Augusto.

V. NO LAR

A vida, na Inglaterra, começava com o risco da mortalidade infantil, cujo índice era elevado. Sir Thomas Browne era um médico preeminente, e seis de seus 10 filhos morreram na infância.[39] Havia, ainda, as epidemias, como a do "suor maligno", em 1550, e as visitas da peste, em 1563, 1592-94 e 1603. A expectativa de vida deve ter sido muito baixa; um cálculo coloca-a em oito anos e meio.[40] O homem atingia seu pleno desenvolvimento e envelhecia mais depressa do que hoje. Só os fortes sobreviviam, e suas aventuras com a morte enrijavam-nos para os estratagemas e pilhagens.

O cuidado com a higiene estava aumentando. O sabão passava, gradualmente, de artigo de luxo para artigo de primeira necessidade. Mais ou menos em 1596, Sir John

Harington inventou uma caixa de descarga para privadas. Eram poucos os quartos de banho; a maioria das famílias utilizava uma tina de madeira, colocada defronte do fogo. Em muitas cidades havia banhos públicos; Bath e Buxton criaram elegantes estabelecimentos de banhos para as classes superiores. "Bordéis" ofereciam banhos a vapor e facilidades para refeições e encontros. Somente os ricos dispunham de abastecimento próprio de água doméstica; a maioria das famílias tinha de ir buscá-la em fontes públicas onde as torneiras eram ornamentais.

Nas aldeias e vilas, as casas eram feitas de alvenaria, com cobertura de palha; exemplo disso é o chalé bem-restaurado de Anne Hathaway, nas imediações de Stratford-on-Avon. Nas cidades, as moradias eram em geral geminadas, construídas de tijolos e pedras e com telhados de ardósia; janelas oitavadas salientes, nos andares superiores, tornavam-nas atraentes para quem as visse pela primeira vez. Os interiores eram decorados com entalhes e pilastras; as lareiras davam à sala principal ou "grande *hall*" um ar de dignidade e calor; e os tetos — de madeira ou alvenaria — às vezes apresentavam desenhos simétricos ou fantasiosos. Chaminés sugavam a fumaça que antes saía através de um buraco no teto, e os fogões também eram usados como lareiras. As janelas de vidro eram, então, coisa comum; a iluminação à noite, contudo, ainda era feita por meio de tochas ou velas. O chão era coberto de junco e ervas, de suave odor quando novos mas, logo, malcheirosos e servindo de abrigo a insetos; os tapetes só apareceriam dali a 45 anos. As paredes eram adornadas com tapeçarias, as quais, no reinado de Carlos I, cederiam lugar aos quadros a óleo. A maioria das pessoas sentava-se em bancos ou tamboretes; a cadeira com espaldar constituía luxo reservado a visitantes ilustres ou ao dono ou dona da casa; daí a expressão tomar assento (*take the chair*) vir a significar presidir. O mobiliário, por outro lado, era resistente e admirável: bufês, armários, mesas, canastras e camas com quatro colunas eram talhados em nogueira ou carvalho para durar séculos; algumas camas, com grossos colchões de penas, colchas bordadas e dosséis de seda, custavam mil libras e constituíam bens móveis que, herdados, eram o orgulho das famílias. Em volta da casa ou atrás, em quase todas as classes, havia um jardim com árvores, arbustos, sombra e flores que as mulheres usavam para adornar suas casas e cabelos, e com as quais Shakespeare perfumava seus versos — primavera, jacinto, madressilva, consolda real, cravo-de-poeta, cravo-de-defunto, flor-de-cupido, amaranto, dama-entre-verdes, lírio-do-vale, rosas brancas ou vermelhas, Lancaster ou York. "O Todo-Poderoso plantou primeiro um jardim" — disse Bacon — "sem o que as casas e os palácios nada mais seriam que obras grosseiras."[41]

O enfeite pessoal era, muitas vezes, mais dispendioso que a decoração da casa. Época alguma superou a Inglaterra elisabetana no esplendor do vestuário. "Tão caras sejam vossas vestes quanto possa vossa bolsa alcançar" — aconselhou Polônio. Nos círculos endinheirados, fundia-se a moda da França, da Itália e da Espanha para livrar a figura humana das depredações do apetite e do tempo. Pórcia ridicularizou o jovem Falconbridge dizendo: "Creio que ele comprou seu gibão na Itália, seus calções largos em França, seu gorro na Alemanha e sua conduta em toda a parte."[42] Elizabeth constituiu o exemplo maior da moda e do luxo excessivo, de modo que, em seu reinado, a moda mudava constantemente e a imitação fazia com que as classes se parecessem. "A moda" — lamenta um personagem em *Much Ado about Nothing* (Muito Baru-

lho por Nada) — "gasta mais roupa que o homem."[43] Procurou-se, com leis suntuárias, dar fim a essa compulsão por roupas; dessa forma, para livrar "da dissipação e da ruína um grande número de jovens cavalheiros", que estava malbaratando seu patrimônio, foi decretado em 1574 um estatuto pelo qual somente a família real, duques, marqueses e condes podiam usar púrpura, seda, tecidos de ouro, zibelina; somente os barões e as pessoas que lhes eram superiores podiam ostentar peles, veludo carmesim ou escarlate, lã importada, bordados de ouro, de prata ou pérolas.[44] Logo tais leis foram burladas, pois a ambiciosa burguesia acusou-as não só de injustas como, também, de leis restritivas do comércio. Em 1604 foram revogadas.

Os chapéus tinham formas e cores variadas e eram de veludo, lã, seda ou pêlo fino. Fora de casa ou da corte, os homens usavam-nos quase sempre, até mesmo na igreja; descobriam-se cerimoniosamente ao encontrar uma dama, mas cobriam-se imediatamente. Os cabelos dos homens eram tão compridos quanto os das mulheres, eles deixavam crescer a barba em diversos estilos. Ambos os sexos ostentavam, em volta do pescoço, um rufo de linho ou cambraia feito sobre uma armação de papelão e arame, formando largas pregas endurecidas por meio de "certa matéria líquida que eles chamam de goma",[45] que na ocasião fazia sua entrada na Inglaterra. Catarina de Médicis introduziu-o na França (1533) como pequeno folho, mas a moda ampliou-o, transformando-o em uma canga que chegava até às orelhas.

A indumentária fazia da mulher um mistério temporariamente impenetrável. Ela passava a metade do dia a se vestir e a se despir: "apronta-se mais depressa um navio que uma mulher".[46] Até os cabelos podiam ser tirados ou postos, pois Elizabeth deu exemplo usando uma cabeleira, tingida de modo a que se assemelhasse aos anéis dourados de sua juventude. As perucas eram muito comuns; as mulheres pobres — dizia Shakespeare — vendem seus cachos "a peso".[47] Em vez de chapéu, muitas mulheres preferiam usar pequenina touca ou véu transparente que as deixava mostrar o encanto dos cabelos. Cosméticos coloriam o rosto e delineavam as sobrancelhas; furavam-se as orelhas para nelas se colocarem pingentes ou brincos; jóias cintilavam em tudo. A gola feminina era idêntica à dos homens, mas, às vezes, um pouco decotada.[48] Elizabeth, que tinha peito estreito e barriga caída, criou a moda de prolongar o corpete ou o colete em forma triangular que terminava em ponta abaixo da cintura espartilhada. A saia era armada a partir da cintura por meio de uma anquinha ou arco. Vestidos de delicado tecido e aprimorados desenhos cobriam as pernas. As meias de seda foram introduzidas pela rainha. As saias arrastavam-se, as mangas eram bojudas, as luvas, bordadas e perfumadas. No verão, as damas podiam exprimir com o leque enfeitado pensamentos demasiado doces para serem falados.

Mas em casa era raro o traje a rigor. Pequena refeição às sete horas, jantar às 11 ou às 12 horas, ceia às cinco ou às seis da tarde completavam o dia. A refeição principal, por volta do meio-dia, era abundante. "Os ingleses" — disse um francês — "abarrotam o estômago."[49] Os garfos só passaram a ser usados no reinado de Jaime I, pois até então comia-se com os dedos. Baixelas de prata adornavam as casas prósperas; sua conservação eram uma barreira contra a inflação. A classe média inferior usava vasilhas de estanho; os pobres serviam-se em pratos de madeira e colheres de chifre. Carne, peixe e pão constituíam o alimento básico, e quase todo mundo que mantinha essa dieta terminava sofrendo de gota. Os laticínios eram populares somente no cam-

po, pois os meios de refrigeração eram ainda deficientes nas cidades. Só os pobres se serviam de legumes em grande escala, pois que os cultivavam nos canteiros de seus jardins. As batatas, trazidas da América pelas expedições de Raleigh, eram cultivadas nas hortas; não eram produzidas ainda nos campos. Os pudins eram uma especialidade inglesa, saboreada não só como sobremesa. Os doces eram tão apreciados quanto hoje; daí, os dentes estragados de Elizabeth.

Essas refeições substanciosas exigiam lubrificantes líquidos: *ale* (espécie de cerveja inglesa, de sabor amargo e cor clara), sidra, cerveja e vinho. Chá e café ainda não haviam sido anglicizados. O uísque* passou a ser geralmente usado em toda a Europa nos séculos XVI e XVII, sendo destilado de cereais, no norte, e do vinho, no sul. A embriaguez era um protesto contra o clima úmido; a frase inglesa "*drunk as a lord*" (bêbado como um lorde) sugere que esse remédio era muito apreciado na sociedade. O tabaco foi levado para a Inglaterra por Sir John Hawkins (1565), Drake e Sir Ralph Lane; Raleigh criou na corte o hábito de fumar e deu umas tragadas antes de ir para o cadafalso. No tempo de Elizabeth, esse hábito era muito caro para se difundir; nas reuniões sociais, um cachimbo passava às vezes de mão em mão, para que cada conviva tivesse sua quota. Em 1604, o Rei Jaime expediu uma *Objurgatória contra o Fumo*, lamentando sua introdução na Inglaterra e prevenindo contra "certa qualidade venenosa" nele:

> Não constitui grande vaidade e imundície que, à mesa, lugar de respeito, de limpeza e de recato, os homens não se envergonhem de ficar atirando, uns nos outros, a fumaça dos cachimbos, fazendo-a, apesar de porca e fedorenta, exalar para os pratos e infeccionar o ar?... O uso público disso, em todas as ocasiões e em todos os lugares, está agora tão disseminado que vários homens... têm sido, pelo menos, forçados a adotá-lo também, sem o querer... vexados de poderem parecer singulares... Além disso, o que é uma grande iniqüidade... deveriam os maridos ficar envergonhados de, com esse hábito, enfraquecerem a compleição delicada, sadia e limpa da mulher, até o extremo, fazendo com que ela corrompa também seu doce hálito com tal uso, ou resolva, então, viver perpetuamente atormentada pelo mau cheiro... Um costume desagradável para os olhos, odioso para o nariz, nocivo para o cérebro, perigoso para os pulmões e, na sua malcheirosa fuligem preta, semelhante à horrível fumaça do infernal e infindável Estige.[50]

Apesar disso e dos pesados impostos, havia sete mil tabacarias em Londres. O ato de acender o cachimbo e soltar baforadas não tomava o lugar da conversação. Ambos os sexos discorriam livremente sobre questões agora limitadas às saletas, às esquinas e aos cientistas; e as mulheres rivalizavam com os homens nas imprecações que chegavam às raias da blasfêmia. Nos dramas elisabetanos, as meretrizes eram íntimas dos heróis, e as grandes tragédias estavam salpicadas de *double-entendres*. Os costumes eram mais cerimoniosos do que polidos; ia-se, muitas vezes, das palavras às vias de fato. Os costumes, como a moral, tinham vindo da Itália e de França, assim como os manuais de cortesia que se esforçavam para transformar os aristocratas em cavalheiros e as rainhas em damas. O modo de saudar era efusivo, às vezes acompanhado de um beijo. As casas estavam mais animadas pela iluminação e a alegria do que antes,

* Do gaélico ou céltico, *uisque-beatha*, "água-da-vida", *eau-de-vie*.

sob o terror medieval, ou depois, sob a severidade do puritanismo. Os festivais eram freqüentes, tudo servia de desculpa para um cortejo ou uma parada; casamentos, partos, até mesmo funerais eram pretextos para festividades, quando não apenas para refeições. Realizava-se toda espécie de jogos em casa, nos campos e sobre o Tâmisa. Shakespeare menciona o bilhar e Flório fala em críquete. Escarnecia-se do rigor das leis puritanas e dos domingos de guarda; se a rainha se divertia, por que não devia o povo seguir-lhe o exemplo? Quase todo mundo dançava, inclusive — disse Burton — "velhos e velhas que tinham mais pés do que dentes". E toda a Inglaterra cantava.

VI. A MÚSICA INGLESA: 1558-1649

Quem quer que conheça apenas a Inglaterra pós-puritana jamais poderá perceber o alegre papel desempenhado pela música na época elisabetana. Do lar, da escola, da igreja, da rua, do palco, do Tâmisa subiam cânticos sacros ou profanos — missas, motetes, madrigais, baladas e delicados poemas líricos de amor, como os que ambientavam os dramas elisabetanos. A música constituía o principal curso no ensino. Havia, na Escola de Westminster, duas horas de aula de música por semana; em Oxford havia uma cadeira de música (1627). Esperava-se que todo cavalheiro pudesse ler música e tocar algum instrumento. Em *Plaine and Easie Introduction to Practicall Musicke* (1597), Thomas Morley imagina um inglês que, não tendo aprendido música, confessa o motivo de sua vergonha:

> Terminada a ceia e trazidos à mesa os cadernos de música, segundo o costume, a dona da casa ofereceu-me uma partitura e pediu-me seriamente que cantasse; quando, porém, depois de muitas desculpas garanti sinceramente que não podia, todos se mostraram admirados, e alguns se perguntavam aos cochichos como eu havia sido educado.[51]

Os salões de barbeiro forneciam instrumentos para os fregueses tocarem enquanto esperavam.

A música elisabetana era predominantemente profana. Alguns compositores — como Tallis, Byrd e Bull — permaneceram católicos, a despeito das leis, e compuseram para o ritual romano; tais composições, no entanto, não eram executadas em público. Muitos puritanos opunham-se à música na igreja, declarando que desviava a atenção do ofício religioso; Elizabeth e os bispos protegeram-na na Inglaterra, da mesma forma que Palestrina e o Concílio de Trento o fizeram na Itália. A rainha apoiava, com sua habitual determinação, os mestres de capela que organizavam grandes coros e música para o cerimonial na capela real e nas catedrais. O Livro da Liturgia Comum tornou-se magnífico libreto para os compositores ingleses, e os serviços religiosos anglicanos quase rivalizaram com os cerimoniais católicos do Continente em esplendor e dignidade polifônicos. Mesmo os puritanos, seguindo o exemplo de Calvino, aprovaram o canto de salmos pelas congregações; Elizabeth ridicularizava essas "gigas de Genebra", mas algumas acabaram por se transformar em nobres hinos.

Como a rainha fosse dotada de espírito fundamentalmente secular e gostava de ser cortejada, era muito natural que a glória musical do reino fossem os madrigais — amor

em contraponto, uma melodia sem acompanhamento de instrumentos. Os madrigais italianos chegaram à Inglaterra em 1553 e deram o tom. Morley procurou seguir-lhes a forma, fê-lo em seu gracioso diálogo e teve imitadores. Um madrigal para cinco vozes, de John Wilbye, sugere a temática dessas "árias":

Alas, what a wretched life this is, what a death,
Where the tyrant love commandeth!
My flowering days are in their prime declining,
All my proud hope quite fallen, and life entwining;
My joys each after other in haste are flying
And leave me dying
For her that scorns my crying;
Oh, she from here departs, my Love restraining,
For whom, all heartless, alas, I die complaining. *[52]

William Byrd, o Shakespeare da música elisabetana, tornou-se célebre pelas suas missas e seus madrigais, bem como pelas composições instrumentais e vocais. Seus contemporâneos homenagearam-no chamando-o o *homo memorabilis*; disse Morley que "jamais seria uma irreverência colocá-lo entre os músicos".[53] Quase tão considerados e versáteis foram Orlando Gibbons e John Bull, organistas da capela real. Eles e Byrd uniram-se (1611) para produzir o livro inicial da música de teclado na Inglaterra: *Parthenia, or The Maydenhead of the first musicke that ever was printed for the Virginalls*. No entanto, os ingleses mantiveram sua reputação de compositores de canções para solo, que refletiam o sadio e perfumado frescor dos campos ingleses. John Dowland, célebre como virtuose do alaúde, conquistou louvores pelos seus *Longes or Ayres*, e Thomas Campion quase rivalizava com ele. Quem não conhece *Cherry Ripe*, de Campion?[54]

Os músicos achavam-se fortemente organizados numa liga, mas essa organização foi perturbada, durante o reinado de Carlos I, por uma luta interna.[55] Havia, tanto quanto hoje, grande variedade de instrumentos: alaúde, harpa, órgão, virginal ou espineta, clavicórdio ou cravo, flauta, flauta doce, oboé, cornetim, trombone, trompa, tambores e muitas formas de viola que, então, estavam cedendo lugar ao violino. Preferia-se o alaúde para a exibição de virtuoses e acompanhamentos para as canções; o virginal, modesto antepassado do piano, era muito popular entre as jovens, pelo menos antes do casamento. A música instrumental era composta principalmente para o virginal, a viola e o alaúde. Compunha-se uma espécie de música de câmara para conjuntos (ou *consorts*) de violas que variavam de tamanho e registro. Campion em uma mascarada para a Rainha Anne, esposa de Jaime I, usou uma orquestra de alaúdes, cravos, cornetins e nove violas (1605). Chegou até nós muita música instrumental de Byrd, Morley, Dowland e outros. Grande parte dela, baseada em formas de danças, segue os modelos italianos e prima pela delicada e suave beleza mais do que

* Ai de mim! Que vida miserável esta, que morte / Onde o amor tirano é dominante! / Meus dias floridos declinam em sua plenitude, / Minha orgulhosa esperança se esfacela, embaraçando-me a vida; / Céleres, fogem uma a uma as minhas alegrias / Deixando-me morrer / Por aquela que de meus lamentos escarnece; / Oh! eis que ela parte, meu amor enclausurado, / Enquanto eu, por um coração sem coração ai de mim!, / morro lamentando.

pelo vigor ou amplitude. A fuga e o contraponto foram desenvolvidos, mas não a variação temática, o engenho na modulação, nem a harmonização de dissonâncias ou às harmonias cromáticas. Contudo, quando nossos nervos se encontram maltratados pelas martelantes excitações da vida moderna, encontramos algo purificador e tranqüilizador na música elisabetana; nada de bombástico, nenhuma dissonância áspera, nenhum final tonitruante, apenas a voz de um jovem ou de uma jovem ingleses cantando, triste ou alegremente, os cânticos eternos dos amores contrariados.

VII. A ARTE INGLESA: 1558-1649

O período elisabetano foi uma época menor em arte. Os trabalhadores em metal produziram alguns encantadores utensílios em prata, como o saleiro de Mostyn, e majestosos gradis, como os da Capela de São Jorge, em Windsor. A fabricação de cristal veneziano começou, na Inglaterra, mais ou menos em 1560; muitos davam mais valor aos vasos desse cristal que aos de ouro ou prata. Não se distinguia a escultura da cerâmica. Nicholas Hilliard criou uma escola para o ensino da pintura em miniatura, e Elizabeth deu-lhe o monopólio da reprodução de suas feições. Importavam-se retratistas: Federigo Zuccaro, da Itália; Marcus Gheeraerts, e seu filho homônimo, dos Países Baixos. O filho deixou-nos um imponente retrato de William Cecil em resplendentes e volumosos trajes de cavaleiro da Ordem da Jarreteira.[56] Aliás, não houve na Inglaterra grandes pintores na época que decorreu de Holbein a Van Dyck.

Somente a arquitetura constituía uma arte maior na Inglaterra de Elizabeth e Jaime, tendo sido quase inteiramente secular. Enquanto a Europa travava a batalha das religiões, a arte — como o comportamento — negligenciava a fé. Nos séculos medievais, quando a arte e a poesia mais profundas tinham suas raízes no céu, a arquitetura dedicava-se à construção de igrejas e concebia as casas como uma espécie de prisão. Na Inglaterra dos Tudor, a religião abandonou a vida para ingressar na política; a riqueza da Igreja passou para as mãos dos leigos e transformou-se em estruturas cívicas e palácios majestosos. O estilo mudou, de acordo com essa tendência. Em 1563, John Shute voltou da Itália e da França rompendo em cena com Vitrúvio, Palladio e Serlio; publicou logo *The First and Chief Grounds of Architecture* (Os Primeiros e Principais Fundamentos da Arquitetura), louvando os estilos clássicos; assim o desprezo italiano pelo gótico entrou na Inglaterra, e as verticais góticas lutaram por um lugar nas alturas em meio às linhas horizontais da Renascença.

Essa época podia vangloriar-se de algumas belas realizações em arquitetura civil: o portão de honra do Caius College e o pátio quadrangular do Clare College, em Cambridge, a Biblioteca Bodleiana, em Oxford, a Bolsa Real, em Londres, e o Middle Temple. Como desde o tempo de Wolsey os advogados haviam substituído os bispos na administração da Inglaterra, era muito lógico que a obra-prima da arquitetura civil da Renascença elisabetana fosse o grande *hall* de uma escola de direito, terminado no Middle Temple em 1572. Nenhum trabalho em madeira, na Inglaterra, teve mais beleza que o revestimento em carvalho na extremidade interior desse *hall*. Foi destruído pelas bombas, na Segunda Guerra Mundial.

Quando puderam dar-se a este luxo, os magnatas elisabetanos construíram palácios que rivalizaram com os *châteaux* do Loire. Sir John Thynne ergueu Longleat House; Elizabeth, condessa de Shrewsbury, teve seu Hardwick Hall; Thomas, conde de Suffolk, construiu Audley End, despendendo 190.000 libras, "em grande parte conseguidas com os subornos espanhóis";[57] Sir Edward Phillips erigiu Montacute House no casto estilo da Renascença, e Sir Francis Willoughby levantou Wollaton Hall. William Cecil empregou parte de seus ganhos em um imenso *château* nas proximidades de Stamford; e seu filho Robert quase tanto em Hatfield House, cuja extensa galeria constitui um dos mais magnificentes interiores em toda a arquitetura da época. Essas longas galerias, em um andar superior, substituíam, nos palácios elisabetanos, o grande *hall*

de paredes revestidas de madeira das mansões senhoriais. Grandiosas lareiras, móveis maciços em nogueira ou carvalho, majestosas escadarias, balaústres entalhados e tetos de madeira davam a essas câmaras palacianas o calor e a dignidade que faltavam às salas mais brilhantes dos *châteaux* franceses. Tanto quanto sabemos, os projetistas desses palácios foram os primeiros a receber o título de arquiteto. O epitáfio de Robert Smythson, criador de Wollaton Hall, chamava-o *architector*, isto é, mestre construtor; a grande profissão havia, finalmente, encontrado seu nome moderno.

Também nesse tempo a arte inglesa tornou-se pessoal, e um homem imprimiu, em sua obra, seu caráter e sua vontade. Nascido em Smithfield, em 1573, Inigo Jones demonstrou, na mocidade, tal inclinação para o desenho de projetos, que um conde o enviou à Itália (1600) para estudar a arquitetura renascentista. De volta à Inglaterra (1605), Inigo preparou, para Jaime I e sua rainha dinamarquesa, o cenário de muitas mascaradas. Visitou novamente a Itália (1612-14), voltando entusiasmado pelas normas da arquitetura clássica que estudara na versão inglesa (1567?) de Vitrúvio, e que viu ilustradas nas construções de Palladio, Peruzzi, Sanmicheli e Sansovino, em Veneza e Vicenza. Repeliu as anômalas misturas de formas alemã, flamenga, francesa e italiana, que predominaram na arquitetura elisabetana; propôs um estilo clássico puro, no qual as ordens coríntia, jônica e dórica seriam mantidas à parte ou combinadas dentro de uma seqüência e uniformidade apropriadas.

Em 1615, foi encarregado de todas as construções reais como supervisor-geral dos trabalhos. Quando um incêndio destruiu o salão de banqueiros do palácio de Whitehall (1619), Jones ficou encarregado de construir novo salão para o rei. Projetou um imenso conjunto de estruturas — no todo, 351,360 metros por 266,57 — que, se completadas, teriam dado ao governante britânico um palácio muito mais vasto que o Louvre, as Tulherias, o Escorial ou Versalhes. Jaime, porém, preferiu a bebida passageira à construção para os séculos; limitou seus gastos tão-só à construção do novo salão de banquetes, que, privado de sua projetada ambientação, apresentava uma desagradável fachada de linhas clássicas e renascentistas. Quando o Arcebispo Laud pediu a Jaime I que reparasse a velha Catedral de São Paulo, o arquiteto cometeu o crime de encaixar a nave gótica em um exterior de estilo Renascença. Felizmente essa estrutura foi destruída no Grande Incêndio de 1666. Os frontais no estilo Palladio, de Jones, substituíram gradativamente o estilo Tudor; predominando na Inglaterra até meados do século XVIII.

Jones não só serviu a Carlos I como arquiteto-chefe como aprendeu a amar esse infeliz cavalheiro tão abertamente que, ao irromper a Guerra Civil, enterrou suas economias nos pântanos de Lambeth, e fugiu para Hampshire (1643). Os soldados de Cromwell prenderam-no ali; concederam-lhe, entretanto, a vida por 1.045 libras.[58] Durante sua ausência de Londres, projetou uma casa de campo para o conde de Pembroke, em Wiltshire. A fachada era em estilo renascentista simples, mas o interior constituía um modelo de grandeza e elegância; o *hall* de "cubos duplos", com cerca de 18 por 9 por 9 metros, foi considerado o mais belo aposento da Inglaterra.[59] Como os exércitos da realeza consumiam a riqueza dos aristocratas, Jones perdeu o patrocínio e a popularidade; retirou-se para a obscuridade e morreu na pobreza (1651). A arte hibernou enquanto a guerra refazia o governo da Inglaterra.

VIII. O HOMEM ELISABETANO

Como poderemos compreender o inglês elisabetano comparando-o com o aparentemente sério e silencioso britânico de nossa juventude? É possível que o caráter nacional seja função do lugar, do tempo e das mudanças? O puritanismo e o metodismo intervieram no período que decorreu entre essas duas épocas e tipos; séculos de Eton, Harrow e Rugby, e de conquistadores temerários que só se acalmavam quando estavam por cima.

Pensando bem, o inglês elisabetano era um rebento da Renascença. Na Alemanha, a Reforma esmagou a Renascença; na França, a Renascença rejeitou a Reforma; na

Inglaterra, os dois movimentos fundiram-se. Sob Elizabeth triunfou a Reforma; *em* Elizabeth, venceu a Renascença. Havia alguns puritanos obstinados e tagarelas; mas eles não deram o tom. O homem dominante da época era uma carga de energia livre de velhos dogmas e inibições, não ligada ainda à nova dogmática; ilimitado em suas ambições, ansioso por desenvolver suas capacidades, de humor irreverente, sensível à literatura se ela exalasse vida, dado a ações e palavras violentas, mas esforçando-se — em meio a palavras empoladas, vícios e crueldades — por ser um cavalheiro. Seu ideal vacilava entre as amáveis cortesias do *Cortesão*, de Castiglione, e a impiedosa imoralidade do *Príncipe*, de Maquiavel. O elisabetano admirava Sidney, mas aspirava ser um Drake.

Entrementes, a filosofia abria caminho entre as brechas da fé que desmoronava, e os melhores espíritos da época eram os mais perturbados. Havia almas ortodoxas e conservadoras, bem como almas tímidas e gentis em meio àquele fluxo irreprimível; havia homens bons, como Roger Ascham, pregando desesperadamente as virtudes do passado. Mas os estudantes tinham inclinações temerárias. Ouçamos Gabriel Harvey, sobre Cambridge:

> O Evangelho é ensinado, mas não aprendido; a doutrina cristã, com indiferença; nada de bom, senão por imputação; a lei do ritual é letra morta; a judicial, virtualmente abolida; a moral, realmente abandonada... Todos curiosos por notícias, novos livros, novos padrões, novas leis... alguns à procura de novos paraísos e de infernos também... Todos os dias espalham-se novas opiniões: heresia na teologia, na filosofia, nas humanidades, nos costumes... O demônio não é tão odiado quanto o papa.[60]

Copérnico abalara o mundo e fizera a Terra girar vertiginosamente pelo espaço. Giordano Bruno chegou a Oxford, em 1583, e discorreu sobre a nova astronomia e os mundos infinitos, o Sol morrendo de seu próprio calor e os planetas desintegrando-se em névoa atômica. Poetas — como John Donne — sentiram a terra fugir-lhes dos pés.

Em 1595, Flório começava a publicar sua tradução dos ensaios de Montaigne; depois disso nada era exato, e a dúvida tornou-se o próprio ar que os homens respiravam; assim como Marlowe é Maquiavel, Shakespeare é Montaigne. Enquanto os sábios duvidavam, os jovens projetavam. Se o céu parecia perdido em nuvens filosóficas, a mocidade podia sugar tudo desta vida até o esgotamento e experimentar todas as verdades, por mais letais que fossem, toda a beleza, embora passageira, e todo o poder, embora venenoso. Assim Marlowe concebeu Fausto e Tamerlão.

Foi erodindo velhas idéias e libertando o espírito para a manifestação apaixonada de novas esperanças e sonhos que a Inglaterra elisabetana se tornou memorável. Que interesse teríamos por suas rivalidades políticas e disputas religiosas, triunfos marciais e sede de ouro, se a literatura, confinada a esses pormenores passageiros, não tivesse exprimido os anseios, as hesitações e as soluções das almas pensadoras de todas as épocas? Todas as influências desse empolgante período levaram ao êxtase elisabetano: as viagens de conquista e descobrimento que expandiram o globo, os mercados e o espírito; a riqueza da classe média, aumentando a esfera de ação e os objetivos dos empreendimentos; a revelação da literatura e da arte pagãs; a revolução da Reforma; a rejeição da influência papal sobre a Inglaterra; os debates teológicos que, inconscien-

temente, conduziram os homens do dogma à razão; a educação e o aumento do número de interessados pela leitura e pelos espetáculos teatrais; a paz longa e profícua e, depois, o desafio e a estimulante vitória sobre a Espanha; a grande e crescente confiança na força e no espírito do homem: tudo isso foram elementos que incitaram a Inglaterra para a grandeza, foram esses os germes que a tornaram grande com Shakespeare. Após quase dois séculos de silêncio, desde Chaucer, ela irrompia de modo apaixonado em prosa e poesia, drama e filosofia, e dirigia corajosamente a palavra ao mundo.

CAPÍTULO III

Nas Encostas do Parnaso

1558-1603

I. LIVROS

ELES eram uma legião em crescimento. "Uma das grandes doenças desta época" — escreveu Barnaby Rich em 1600 — "é a multidão de livros que, sobrecarregando de tal forma o mundo, o impossibilita de digerir a abundância de matéria inútil produzida e apresentada diariamente." E Robert Burton escreveu em 1628: "Já temos um imenso caos e uma confusão de livros; eles nos tiranizam; nossos olhos sofrem por lê-los e nossos dedos, por folheá-los."[1] Esses dois queixosos escreveram livros!

A aristocracia, tendo aprendido a ler, recompensou com patrocínio material os autores que a lisonjearam com dedicatórias. Cecil, Leicester, Sidney, Raleigh, Essex, Southamptom, os condes e a condessa de Pembroke foram bons patronos, estabelecendo entre os nobres ingleses e os autores um tipo de relação que continuou mesmo depois do sermão de Johnson a Chesterfield. Os editores pagavam aos autores 40 xelins por folheto e cerca de cinco libras por livro.[2] Alguns autores conseguiam viver do que escreviam; por essa época, tomava forma, na Inglaterra, a desesperada profissão de "homem de letras". As bibliotecas particulares eram numerosas nos meios abastados, mas as públicas eram raras. Quando voltava para a Inglaterra vindo de Cádiz, Essex deteve-se em Faro, Portugal, no ano de 1596, apropriou-se da biblioteca do Bispo Jerônimo Osório e deu-a a Sir Thomas Bodley, que a incorporou à Biblioteca Bodleiana, legando-a depois a Oxford (1598).

Os editores levavam uma existência atormentada, sujeita às leis do Estado e aos caprichos do público. Havia 250 deles na Inglaterra de Elizabeth, pois editar e vender livros formavam ainda um único negócio. A maioria fazia sua própria impressão; a separação do impressor e do editor deu-se em fins do reinado de Elizabeth. Editores, impressores e livreiros uniram-se, em 1557, para a criação de uma Companhia de Editores e Livreiros; o registro de uma publicação nessa companhia estabelecia o direito autoral, que, entretanto, não protegia o autor e sim o editor. Normalmente, a companhia registrava apenas as publicações para as quais havia sido dada licença de impressão. Era crime escrever, imprimir, vender ou possuir qualquer material injurioso

à reputação da rainha ou do governo, publicar ou importar livros heréticos, bulas ou breves pontifícios, ou possuir livros que defendessem a supremacia dos papas sobre a Igreja da Inglaterra.[3] Houve várias execuções por violação desses decretos. À Companhia de Editores e Livreiros foram dados poderes para inspecionar todos os estabelecimentos gráficos, queimar todas as publicações não autorizadas e prender seus editores.[4] A censura elisabetana foi mais severa que qualquer outra anterior à Reforma; contudo, a literatura floresceu; como na França do século XVIII, o perigo que oferecia a impressão de livros aguçou os espíritos.

Poucos eram os eruditos; esta era uma época mais de criação do que de crítica, e a corrente humanista esgotara-se naqueles dias tumultuados dos debates teológicos. A maioria dos historiadores era constituída de cronistas, que dividiam suas narrativas pelos anos; Richard Knolles, porém, surpreendeu Burghley com a relativa excelência da sua *General History of the Turks* (História Geral dos Turcos), de 1603. As *Chronicles* (Crônicas) (1577), de Raphael Holinshed, proporcionaram-lhe excessiva fama por fornecerem histórias sobre os reis da Inglaterra a Shakespeare. As *Chronicles of England* (Crônicas de Inglaterra) (1580), de John Stow, eram dotadas de "certo colorido de sabedoria, convite à virtude e aversão pelos acontecimentos destituídos de importância";[5] sua erudição, porém, era lamentável e sua prosa tinha uma poderosa *virtus dormitiva*. Sua *Survey of London* (Descrição de Londres) (1598) era mais erudita, mas não lhe trouxe mais pão; na velhice, foi preciso dar-lhe licença para esmolar.[6] William Camden, em bom latim, registrou a geografia, o cenário e as antiguidades da Inglaterra em *Britannia* (1582); e seu *Rerum Anglicarum et hibernicarum annales regnante Elizabetha* (1615-27) baseou suas histórias em consciencioso estudo de documentos originais. Camden glorificou indiscriminadamente a grande rainha, louvou Spenser, ignorou Shakespeare e elogiou Roger Ascham, mas lamentando que tão excelente literato tivesse morrido pobre, dada sua paixão pelo jogo de dados e pelas brigas de galos.[7]

Ascham, secretário de "Maria, a Sanguinária", e professor particular de Elizabeth, deixou, ao morrer (1568), o mais célebre dos tratados ingleses sobre educação, *The Scholemaster* (1570), tratando principalmente do ensino do latim, mas contendo em inglês claro e simples um apelo para que se substituísse a severidade de Eton pela candura cristã, na educação. Ele contou como, em um jantar em companhia de homens que ocupavam altas posições no governo de Elizabeth, o tópico da conversação se voltara para o ensino por meio de chicotadas; como Cecil, então, se manifestara a favor de métodos mais suaves, e como Sir Richard Sackville havia confessado particularmente a Ascham que "um professor tolo... desviou-me do amor pelo estudo ao atemorizar-me com chicotadas".[8]

A maior e a mais profícua função dos sábios foi impregnar de pensamentos estrangeiros o espírito inglês. Da Grécia, de Roma, da Itália e da França veio, na segunda metade do século XVI, uma onda de traduções que se estendeu pelo país. Homero teve de esperar por George Chapman até 1611, e a falta de versões inglesas do teatro grego contribuiu para dar, ao drama elisabetano, forma mais "romântica" do que "clássica". Havia, entretanto, traduções dos idílios de Teócrito, do *Hero e Leandro* de Museu, do *Enchiridion* de Epicteto, da *Ética* e da *Política* de Aristóteles, da *Cyropaedia* e do *Oeconomicus* de Xenofonte, das orações de Demóstenes e Isócrates, das histórias de Heródoto, Políbio, Diodoro Sículo, Josefo e Apiano, das novelas de Heliodoro e Longo, e a tradução espirituosa de Sir Thomas North (1579) da versão francesa, de Amyot, das *Vidas* de Plutarco. Do latim vieram Virgílio, Orácio, Ovídio, Marcial, Lucano, as peças de Plauto, Terêncio e Sêneca, as histórias de Tito Lívio, Salústio, Tácito e Suetônio. Da Itália vieram os sonetos de Petrarca, o *Filocopo* e a *Fiammetta* de Boccaccio (o *Decameron* só apareceu em 1620), as histórias de Guicciardini e Maquiavel, os *Orlandos* de Boiardo e Ariosto, o *Livro do Cortesão*, de Castiglione, a *Jerusalém Libertada* e *Aminta* de Tasso, o *Pastor Fiel* de Guarini, e muitas fabulosas *novelle* de Bandello e outros, reunidas em coleções como *Palace of Pleasure* (1566) de William Painter. *O Príncipe*, de Maquiavel, só foi traduzido para o inglês em 1640, mas os elisabetanos já conheciam seu conteúdo; Gabriel Harvey relatou que, em Cam-

bridge, "Duns Scotus e Tomás de Aquino, com toda a confusão dos escolásticos... foram escorraçados da universidade", sendo substituídos por Maquiavel e Jean Bodin.[9] Da Espanha vieram *Amadis de Gaula*, um dos mais longos romances, bem como uma das primeiras novelas picarescas, *Lazarillo de Tormes*, e também um dos clássicos pastorais, *Diana*, de Montemayor. As melhores presas procedentes da França foram os poemas da *Plêiade* e os *Ensaios* de Montaigne, esplendidamente traduzidos para o inglês por John Florio (1603).

A influência dessas traduções sobre a literatura elisabetana foi imensa. Alusões clássicas começaram — e prosseguiram durante dois séculos — a sobrecarregar a poesia e a prosa inglesas. O francês era conhecido pela maioria dos autores elisabetanos de renome, de modo que as traduções de obras nessa língua não eram indispensáveis. A Itália fascinava a Inglaterra; as pastorais inglesas recordavam Sannazaro, Tasso e Guarini; os sonetos, Petrarca; a ficção, Boccaccio e as *novelle*; esses últimos forneceram enredos para Marlowe, Shakespeare, Webster, Massinger e Ford, e localidades italianas para muitos dramas elisabetanos. A Itália, que havia repelido a Reforma, tinha ido além dela para romper a antiga teologia, até mesmo a ética cristã. Enquanto a religião, na época de Elizabeth, se debatia entre o catolicismo e o protestantismo, a literatura elisabetana, ignorando tal conflito, voltava-se para o espírito e a verve da Renascença. A Itália, abalada por algum tempo em virtude de mudança nas rotas de comércio, entregou a tocha do Renascimento à Espanha, à França e à Inglaterra.

II. A GUERRA DOS ESPÍRITOS

Naquela exuberante época elisabetana, a poesia e a prosa fluíam em tumultuosa abundância. Conhecemos os nomes de 200 poetas elisabetanos. Mas até o aparecimento do *Faerie Queene* (1590), de Spenser, foi a prosa que se fez ouvir na Inglaterra de Elizabeth.

John Lyly fê-lo primeiro com seu fantasioso *Euphues, or the Anatomy of Wit* (Anatomia do Espírito) em 1579. Lyly propôs-se a mostrar como uma inteligência refinada e um caráter podem ser formados pela educação, experiência, viagens e sábios conselhos. Euphues (Bom Discurso) é um jovem ateniense, cujas aventuras fornecem material para prolixos discursos sobre a educação, as boas maneiras, o amor e o ateísmo. O que tornou o livro um *bestseller* em seu tempo foi o estilo — um fluxo de antíteses, aliterações, analogias, trocadilhos, orações equilibradas, alusões clássicas e conceitos que invadiram a corte elisabetana e constituíram moda durante uma geração. Eis um exemplo:

> Este jovem galante, dotado de mais inteligência que riqueza, e, ainda assim, de mais riqueza que sabedoria, não se julgando inferior a ninguém em pretensões agradáveis, considerando-se superior a todos em honestidade, considerou-se tão apto para tudo que não se dedicou a quase nada.[10]

Ainda é assunto controvertido de quem teria Lyly apanhado essa doença, se do italiano Marini, do espanhol Guevara ou do *rhetoriker* de Flandres. Seja como for, Lyly acolheu bem o vírus e transmitiu-o a uma legião de elisabetanos; estragou as primeiras comédias de Shakespeare, afetou os *Ensaios* de Bacon e deu expressão à língua.

Aquela era época em que se dava muito valor à palavra. Gabriel Harvey, professor em Cambridge, exerceu toda a sua influência na modificação da poesia inglesa, passando-a da acentuação e da rima para a metrificação clássica baseada na quantidade de sílabas. A instâncias suas, Sidney e Spenser formaram em Londres um clube literário, o Areópago, que por algum tempo esforçou-se para dar formas virgilianas à vitalidade elisabetana. Thomas Nash parodiou os "saltitantes" hexâmetros de Harvey e, literalmente, fê-los sair de moda na corte, como sendo ridículos. Quando Harvey acrescentou o insulto ao pedantismo condenando a moral de Greene, amigo de Nash, passou a ser o alvo principal em uma guerra de panfletos que carreou para a Inglaterra todos os recursos dos vitupérios renascentistas.

A vida de Robert Greene foi o resumo de mil carreiras literárias boêmias, desde Villon até Verlaine. Em Cambridge, foi companheiro de estudos de Harvey, Nash e Marlowe; ali gastou seu tempo entre "gaiatos tão lúbricos quanto" ele, com os quais "consumiu a flor da mocidade".

> Eu estava afogado no orgulho; a devassidão era meu exercício diário, e a glutonaria acompanhada de embriaguez constituía meu único prazer... Estava tão longe de invocar a Deus que raramente pensava Nele, se bem que me desse muito prazer praguejar e blasfemar-Lhe o nome... Se me é dado ter um desejo durante minha vida, fico satisfeito; que me arrumem como puderem depois de morto... Não receei os juízes do tribunal e tampouco receio o julgamento de Deus.[11]

Conta-nos ele que, viajando pela Itália e Espanha, lá "viu e praticou tais vilanias que seria abominável relatar". Regressando, tornou-se figura conhecida nas tabernas, com seus cabelos ruivos, barba terminada em ponta, meias de seda e escolta pessoal. Casou-se e escreveu ternamente sobre a fidelidade e a felicidade conjugais; depois, abandonou a esposa por uma amante, com a qual gastou a fortuna de sua mulher. De seus conhecimentos diretos descreveu as artimanhas do submundo londrino em *A Notable Discovery of Cozenage* (1591), prevenindo os visitantes rurais, em Londres, contra os artifícios dos escroques, trapaceiros, batedores de carteira, alcoviteiros e prostitutas; o que levou a relé a tentar matá-lo. É surpreendente que, levando vida tão assiduamente devotada ao vício, encontrasse tempo para escrever, com ligeireza e verve jornalísticas, uma dúzia de novelas (no estilo de *Euphues*), 35 panfletos e muitas peças brilhantes. Quando o vigor e o dinheiro se lhe tornaram escassos, viu certo sentido na virtude e arrependeu-se com a mesma eloqüência com que pecara. Em 1591 publicou *Farewell to Folly*. Escreveu em 1592 dois opúsculos de certa importância. Em um, *A Quip for an Upstart Courtier*, atacava Gabriel Harvey; no outro, *Greene's Groatsworth of Wit Bought with a Million of Repentance*, atacava Shakespeare e conclamava seus companheiros de devassidão — aparentemente Marlowe, Peele e Nash — a abandonarem a senda do pecado e se unirem a ele na piedade e no remorso. No dia 2 de setembro de 1592, enviou à esposa abandonada um apelo para que reembolsasse em 10 libras um sapateiro, sem a caridade do qual "eu teria perecido nas ruas".[12] No dia seguinte, na casa desse sapateiro, morreu — segundo Harvey — em conseqüência de "excesso de arenque condimentado e vinho renano". A dona da casa onde morava perdoou-lhe as dívidas em troca de seus versos, colocou-lhe na cabeça uma coroa de louros e pagou seus funerais.[13]

De todos os panfletistas elisabetanos, era Tom Nash, amigo de Greene, o de língua mais ferina e de maior público. Filho de um coadjutor, e cansado do decoro, Nash graduou-se pela Universidade de Cambridge e mergulhou na vida boêmia de Londres. Ganhou a vida com sua pena e aprendeu a escrever "tão rapidamente quanto lhe possibilitava a mão". Criou a novela picaresca na Inglaterra com *The Unfortunate Traveller, or The Life of Jack Wilton* (1594). Quando Greene morreu e Harvey atacou-o, bem como o próprio Nash, em *Four Letters*, este revidou com uma série de panfletos que culminaram em *Have with You to Saffron Walden* — terra natal de Harvey — em 1596.

> Leitores, alegrai-vos, pois em mim nada faltará que possa fazer para alegrar-vos... Custar-me-á uma queda, mas o farei sair vaiado da universidade... antes de dá-lo por acabado. Que me dareis quando o trouxer para o palco em um dos principais colégios de Cambridge?[14]

Harvey sobreviveu a essa experiência, resistiu aos boêmios e morreu aos 85 anos em 1630. Nash terminou a peça *Dido*, de seu amigo Marlowe, colaborou com Ben Jonson em *The Isle of Dogs* (1597), foi acusado de insubordinação aos poderes constituídos e aquietou-se, passando a viver cautelosamente na obscuridade. Com a idade de 34 anos (1601), coroou uma vida extravagante com morte prematura.

III. PHILIP SIDNEY: 1554-85

Distante dessa turba enlouquecida, Sidney encaminhou-se serenamente para um fim ainda mais prematuro. Fitando-nos na National Portrait Gallery de Londres, ele parece delicado demais para um homem: rosto delgado, cabelos castanho-avermelhados, e "não dotado de muita saúde", disse Languet;[15] "extremamente bonito", declarou Aubrey, [16] "não suficientemente masculino, contudo... de grande coragem". Alguns rabugentos consideraram-no um tanto pomposo[17] e achavam que levava a perfeição ao excesso; somente seu fim heróico conquistou-lhe o perdão por suas virtudes.

Mas quem não se orgulharia de ter tido por mãe Lady Mary Dudley, filha daquele duque de Northumberland que governara a Inglaterra durante o reinado de Eduardo VI, ter tido por pai Sir Henry Sidney, lorde-presidente de Gales e três vezes lorde-representante na Irlanda, e ter recebido seu nome de batismo do Rei Filipe II, da Espanha, seu padrinho? Parte da vida fugaz de Sidney foi vivida na imensa Penshurst Place, cujos tetos com vigas de carvalho, paredes cobertas de quadros e candelabros de cristal figuram entre as mais belas relíquias daquela época. Aos nove anos, foi nomeado reitor leigo de uma propriedade da Igreja, o que lhe proporcionou 60 libras de renda ao ano. Aos 10 anos, ingressou na Shrewsbury School, que não ficava muito distante do castelo de Ludlow, residência do pai como lorde-presidente de Gales. A esse menino, nos seus 11 anos, Sir Henry escreveu encantadoras palavras de sabedoria.[18]

Filipe aprendeu bem essas lições e tornou-se o favorito de seu tio Leicester e de William Cecil, amigo de seu pai. Após passar três anos em Oxford, foi enviado a Paris como membro secundário de uma missão inglesa. Foi recebido na corte de Carlos IX

e presenciou o Massacre da Noite de São Bartolomeu. Vagueou pela França, Países Baixos, Alemanha, Boêmia, Polônia, Hungria, Áustria e Itália. Em Frankfurt travou duradoura amizade com Hubert Languet, um dos chefes intelectuais dos huguenotes; em Veneza, Paolo Veronese pintou seu retrato; em Pádua, absorveu as tradições dos sonetos de Petrarca. De volta à Inglaterra, foi recebido na corte e, durante quase dois anos, cortejou os favores da rainha, perdendo-os por algum tempo ao opor-se ao projeto de casamento dela com o duque d'Alençon. Sidney possuía todas as qualidades de um cavalheiro — porte altivo, habilidade e bravura nos torneios, polidez na corte, honradez em todas as atitudes e eloqüência no amor. Estudou *O Cortesão*, de Castiglione, e procurou pautar sua conduta de acordo com o ideal que esse nobre filósofo fazia de um cavalheiro, e outros tomaram o próprio Sidney como exemplo. Spenser chamava-o "o Presidente da Nobreza e do Cavalheirismo".

Foi um sinal dos tempos o fato de a aristocracia, outrora despiciente das letras, escrevesse então poesia e tolerasse que os poetas aparecessem em seu meio. Sidney, conquanto não fosse rico, tornou-se o mais ativo patrono da literatura de sua geração. Auxiliou Camden, Hakluyit, Nash, Harvey, Donne, Daniel, Jonson e, principalmente, Spenser, que lhe agradeceu chamando-o "a esperança de todos os literatos e o patrono de minha jovem musa".[19] Foi bastante estranho Stephen Gosson ter dedicado a Sidney sua *Schoole of Abuse* (1579), que era descrita na página do título como "uma agradável invectiva contra poetas, flautistas, músicos, bufões e outras espécies de exploradores da comunidade". Sidney aceitou o desafio e escreveu o primeiro dos clássicos elisabetanos: *The Defence of Poesy*.

Seguindo o exemplo de Aristóteles e dos críticos italianos, definiu a poesia como "a arte de imitar... representar, simular ou simbolizar... um quadro vivo" destinada a "ensinar e deleitar".[20] Colocando a moral muito acima da arte, justificou-a dizendo que ela ensinava a moralidade por meio de exemplos imaginados:

> O filósofo... e o historiador... poderiam atingir seus objetivos, um, pelo preceito, outro, pelo exemplo; ambos, porém, não os possuindo ao mesmo tempo, vacilam. Pois o filósofo, escrevendo com espinhosos argumentos uma simples regra [de moral], fá-lo com expressões tão difíceis e com idéias tão obscuras que alguém, que não tenha outro guia senão ele, ver-se-á em dificuldades até à velhice, antes de encontrar razão para ser honesto, uma vez que seu saber está tão apoiado em abstrações e generalidades que será feliz o homem que puder compreendê-lo... O historiador, por outro lado, faltando-lhe o preceito, fica amarrado, não ao que deve ser mas ao que é... seu exemplo não estabelece uma conseqüência necessária e, portanto, torna-se uma doutrina menos fecunda.
>
> O poeta superior consegue ambas as coisas, pois, daquilo que o filósofo diz que se deve fazer, dá uma perfeita imagem criada por ele como tendo sido realizada por alguém, completando assim a idéia geral com um exemplo especial. Digo que um quadro perfeito cede,pela força do espírito, uma imagem daquilo que o filósofo apenas dá uma descrição prolixa, sem atingir nem penetrar a alma, tampouco possuindo uma visão dela comparável à que o poeta consegue com a sua.[21]

A poesia, portanto, na opinião de Sidney, inclui toda a literatura imaginativa — drama, verso e prosa imaginativa. "Não é rimando e versificando que se faz poesia. Pode-se ser poeta sem versificar e ser versificador sem fazer poesia."

Acrescentou um exemplo a esse preceito. Naquele mesmo ano de 1580, em que produziu *Defence*, começou a escrever *The Countess of Pembroke's Arcadia*. Essa condessa, sua irmã, foi uma das damas mais lisonjeadas daquele século. Nascida em 1561, e, portanto, sete anos mais jovem que Filipe, recebeu toda a instrução que pôde assimilar, aprendendo, inclusive, latim, grego e hebraico; mas sem perder seu encanto. Tornou-se membro da corte de Elizabeth, acompanhando-a em suas excursões. Seu tio Leicester adiantou-lhe parte do dote, o que lhe possibilitou casar-se com Henry, conde de Pembroke. "Ela era muito lasciva", segundo Aubrey, e tomou alguns amantes em complemento ao marido; isso, porém, não impediu que Filipe a venerasse e escrevesse a *Arcadia* a seu pedido.

Seguindo o exemplo da *Arcadia* (1504) de Sannazaro, Sidney imaginou, com minúcias e facilidade, um mundo de valorosos príncipes, delicadas princesas, nobres combates, disfarces mistificadores e fascinantes cenários. "A beleza de Urânia é a coisa mais esplêndida que o mundo pode mostrar, se bem que seja o mínimo que se possa louvar nela";[22] e Palladio tinha "um espírito penetrante completamente destituído de ostentação, elevados pensamentos abrigados em alma cortês, uma eloqüência tão doce em sua manifestação quanto branda em sua expressão, uma conduta tão nobre a ponto de dar majestade à adversidade".[23] Sidney, evidentemente, havia lido *Euphues*. A história é uma confusão amorosa: Pyrocles disfarça-se em mulher para ficar próximo da bela Philoclea; ela o decepciona, amando-o como irmã; o pai dela apaixona-se por ele, julgando-o uma mulher; a mãe apaixona-se também por ele, quando percebe que é homem; mas tudo termina bem, de acordo com os Dez Mandamentos. Sidney não levou a história muito a sério; não corrigiu os manuscritos que se apressara em enviar à irmã; no leito de morte, ordenou que os queimassem. Eles foram conservados, revistos e publicados (1590), tornando-se, durante uma década, o mais admirável trabalho da prosa elisabetana.

Enquanto escrevia esse romance e *Defence*, em meio à sua vida de diplomata e soldado, Sidney compôs uma seqüência de sonetos que preparou o caminho para Shakespeare. Precisava, para isso, de um amor em que fosse malsucedido. Encontrou-o em Penelope Devereux, filha do primeiro-conde de Essex; ela acolheu seus suspiros e rimas como jogo lícito, mas casou-se com o Barão Rich (1581); Sidney continuou a endereçar-lhe sonetos, mesmo depois de seu próprio casamento com Frances Walsingham. Poucos elisabetanos ficaram chocados com essa licença poética; ninguém esperava que um homem escrevesse sonetos à sua própria esposa, cuja generosidade silenciava as musas. A seqüência foi publicada (1591) depois da morte de Sidney sob o título *Astrophel and Stella* — o astro amante e a estrela. Seguia o estilo de Petrarca, cuja Laura estranhamente antecipara os olhos, cabelos, testa, faces, pele e lábios de Penélope. Sidney sabia perfeitamente que sua paixão era um mecanismo poético; ele mesmo havia escrito: "Se eu fosse uma senhora, [os sonetistas] jamais me persuadiriam de sua paixão."[24] Aceitos inicialmente como passáveis, esses sonetos são os melhores da Inglaterra antes do advento de Shakespeare. Até a lua sofre de amor:

With how sad steps, O Moon, thou clim'st the skies,
How silently, and with how mean a face!
What, may it be that even in heavenly place
That busy Archer his sharp arrows tries?
Sure, if that long-with-love-acquainted eyes
Can judge of love, thou feel'st a lover's case,
I read it in thy looks, thy languish'd grace
To me, that feel the like, thy state descries.
Then, even of fellowship, O Moon, tell me,
Is constant love deemed there but want of wit?
Are beauties there as proud as here they be?
Do they above love to be loved, and yet
Those lovers scorn whom that love doth possess?
*Do they call virtue there ungratefulness?**[25]

Em 1585, Sidney foi enviado por Elizabeth para auxiliar os rebeldes neerlandeses na luta contra a Espanha. Embora ainda não tivesse 31 anos, foi nomeado governador de Flushing. Desagradou a parcimoniosa rainha ao solicitar-lhe mais suprimentos e melhor soldo para os soldados, que estavam sendo pagos em moeda desvalorizada.[26] Conduziu seus homens para a conquista de Axel (6 de julho de 1586) e nessa batalha combateu na linha de frente. Na de Zutphen (22 de setembro), excedeu-se em bravura. Como seu cavalo morreu em um ataque, Sidney saltou para outro e, lutando, abriu caminho pelas fileiras inimigas. Uma bala de mosquete penetrou-lhe a coxa. Seu cavalo, desgovernado, fugiu para o acampamento de Leicester.** Dali Sidney foi levado para uma residência particular, em Arnhem. Durante 25 dias sofreu nas mãos de cirurgiões incompetentes. O ferimento começou a gangrenar e, no dia 17 de outubro, a "maravilha de nossa era" (assim Spenser o pranteou) recebeu a morte. "Eu não trocaria minha alegria" — disse ele nesse último dia — "pelo domínio do mundo."[28] Em Londres, para onde transportaram seu corpo, recebeu funerais que a Inglaterra só presenciaria, novamente, por ocasião da morte de Nelson.

IV. EDMUND SPENSER: 1552-99

"Sidney morreu" — escreveu Spenser — "morreu meu amigo, morreu o encanto do mundo."[29] Foi Sidney quem animou Spenser a ser poeta. Edmund começara desfavoravelmente como filho de um tecelão jornaleiro, parente muito afastado dos aristocráticos Spenser para que o rapaz pudesse ser notado. Graças a fundos caridosos,

* Com que tristes passos, ó Lua, sobes os céus, / Com que silêncio e com que rosto triste! / Como? Será que mesmo nesse lugar celeste / Experimenta o atarefado Arqueiro seus aguçados dardos? / Sem dúvida que se meus olhos que há tempos o amor conhecem / Podem julgá-lo, sofres do amor o mal, / Leio em teus olhos, em tua graça pálida como um sinal / Para mim, que sinto o mesmo, que teu estado descrevem. / Então, que seja por amizade, ó Lua, dize-me, / É o amor aí constante, mas de razão carente? / São as beldades aí tão orgulhosas como as daqui? / Amam aí nos céus para serem amadas, e ante / Os amantes desprezam a quem o amor converte? / Têm por desagradável a virtude?

** Uma história não suficientemente comprovada relata que, ao ser oferecida uma garrafa de água a Sidney, ele a deu a um soldado moribundo que se achava perto, dizendo: "Tua necessidade é maior que a minha." (Fulke Greville, *Life of the Renowned Sir Philip Sidney.*)[27]

foi enviado à Merchant Taylors' School, depois a Pembroke Hall, em Cambridge, onde trabalhou para pagar sua pensão. Aos 17 anos estava escrevendo — e até mesmo publicando — poesias. Harvey tentou guiá-lo nos modelos e temas clássicos; Spenser procurou humildemente satisfazê-lo, mas logo se rebelou contra os grilhões que uma metrificação incompatível com seu temperamento impunha à sua musa. Em 1579, mostrou a Harvey a primeira parte do *The Faerie Queene*; Harvey não gostou de seu conteúdo alegórico medieval, tampouco apreciou sua bela forma métrica. Aconselhou-o a abandonar o projeto. Spenser continuou-o.

Foi o ríspido e belicoso Harvey quem arranjou para Spenser um lugar a serviço do conde de Leicester. Ali, o poeta encontrou Sidney, gostou dele e dedicou-lhe *The Shepherd's Calendar* (1579). A forma lembrava a de Teócrito, mas seguia o plano dos almanaques populares, distribuindo a tarefa dos pastores segundo as estações do ano. O tema era o amor não correspondido do pastor Colin Clout pela cruel Rosalind. Sua leitura não é recomendável, se bem que os elogios de Sidney lhe tivessem granjeado boa acolhida. Para melhorar seus proventos, o poeta aceitou o lugar de secretário de Arthur, Lorde Grey, o novo lorde-representante da Irlanda (1579); acompanhou-o à guerra, presenciou e aprovou a matança ordenada por Grey de irlandeses e espanhóis que se renderam em Smerwick. Após sete anos de serviço clerical para o governo inglês, na Irlanda, foram-lhe concedidos, das propriedades confiscadas aos rebeldes irlandeses, o castelo de Kilcolman, à margem da estrada entre Mallow e Limerick, e mil e duzentos hectares.

Lá Spenser estabeleceu-se como fazendeiro e poeta elegante. Celebrou a morte de Sidney em eloqüente, porém longa, elegia, *Astrophel* (1586). Em seguida, poliu e ampliou *The Faerie Queene*. Cheio de entusiasmo, partiu para a Inglaterra em 1589, sendo apresentado por Raleigh à rainha, a quem dedicou os três primeiros "livros para viverem eternamente com sua fama". A fim de assegurar uma grande acolhida, prefaciou o poema com versos laudatórios à condessa de Pembroke, Lady Carew, Sir Christopher Hatton, Raleigh, Burghley, Walsingham, aos lordes Hunsdon, Buckhurst, Grey e Howard de Effingham, bem como aos condes de Essex, Northumberland, Oxford, Ormonde e Cumberland. Burghley, que estava em luta contra Leicester, chamou Spenser de frívolo fazedor de versos, mas muitos o aclamaram como o maior poeta depois de Chaucer. A rainha enterneceu-se suficientemente para conceder-lhe uma pensão de 50 libras por ano que Burghley, como lorde-tesoureiro, demorou em pagar. Spenser esperara algo mais substancial. Desapontado, voltou para seu castelo na Irlanda e continuou seu poema épico idealístico em meio ao barbarismo, ao ódio e ao temor.

Seu plano era compor o poema em 12 livros; publicou três em 1590 e outros três em 1596, não prosseguindo depois. Mesmo assim, *The Faerie Queene* é duas vezes maior que a *Ilíada* e três vezes maior que o *Paraíso Perdido*. Cada livro era dedicado a uma alegoria — à santidade, à temperança, à castidade, à amizade, à justiça, à cortesia; destinando-se o todo a "moldar um cavalheiro ou pessoa nobre numa disciplina virtuosa e moderada",[30] dando-lhe exemplos edificantes; tudo isso de acordo com a concepção de Sidney da poesia como moralidade comunicada por exemplos imaginados. Dedicado, assim, ao decoro, Spenser recorreu apenas a umas poucas passagens voluptuosas; lança uma vez o olhar para um "peito descoberto, alvo como a neve,

pronto para ser afagado",[31] mas não vai além disso. Canta, em seis cantos, o alto valor do amor fidalgo como um generoso serviço prestado às belas mulheres.

Para nós, que esquecemos o cavalheirismo, nos sentimos enfadados com cavaleiros e confusos com alegorias, *The Faerie Queene* é, a princípio, singularmente agradável, mas acaba sendo intolerável. Suas alusões políticas, que deleitavam ou magoavam os contemporâneos, nos são indiferentes; as batalhas teológicas esboçadas pelo poema nada mais são que os aquietados tremores de nossa infância; suas narrativas são, quando muito, ecos melodiosos de Virgílio, Ariosto e Tasso. Nenhum poema, na literatura mundial, supera *The Faerie Queene* em conceitos artificiais, inversões desajeitadas, arcaísmos e neologismos pretensiosos, assim como em grandiosidades românticas destituídas do sorriso de Ariosto. No entanto, Keats e Shelley gostavam de Spenser e elegeram-no "o Poeta dos poetas". Por quê? Seria talvez porque alguma perceptível beleza formal redimia, aqui e acolá, um absurdo medieval, e alguma descrição esplendorosa adornava uma irrealidade? A nova estrofe spenseriana de nove versos era um meio difícil, e Spenser muitas vezes nos surpreende com sua impecável perfeição e límpida fluidez; mas quantas vezes não prejudica seu argumento em favor de uma rima!

Interrompeu o *Queene* para escrever poemas mais breves que, talvez, justifiquem sua fama. Seus *Amoretti*, "pequenos amores", em forma de sonetos (1594), talvez fossem variações petrarquianas ou refletissem sua longa corte a Elizabeth Boyle. Spenser casou-se com ela em 1594 e cantou a alegria de seu casamento em seu mais belo poema: *Epithalamium*. Divide generosamente conosco seus encantos:

Tell me, ye merchants' daughters, did ye see
So fayre a creature in your towne before,
So sweet, so lovely, so mild as she,
Adornd with beautyes grace and vertues store,
Her goodly eyes like saphyres shining bright,
Her forehead yvory white,
Her cheekes like apples which the sun hath rudded,
Her lips like cherryes charming men to byte,
Her breast like to a bowl of cream uncrudded,
Her paps like lyllies budded,
Her snowie necke lyke a marble toure,
And all her body like a palace fayre... *

* Dizei-me, ó filhas de mercadores, se vistes antes / Em vossa cidade uma criatura tão bela, / Tão doce, tão encantadora e tão suave quanto ela, / Adornada com a graça da beleza e da virtude a riqueza, / Seus ternos olhos resplandecem a safiras semelhantes, / Sua fronte um marfim claro, / Suas faces maçãs avermelhadas pelo sol parecem, / Seus lábios cerejas, bocados que os homens atraem, / Seu peito um vaso de delicado creme, / Seus seios lírios abertos, / Seu pescoço um círculo de mármore nevado, / E todo o seu corpo como um palácio de encantos...

Ao fim do casamento e da festa, ordena aos convidados que saiam sem demora:

Now cease, ye damsels, your delights forepast;
Enough is it that all the day was yours;
Now day is doen, and night is nighing fast.
Now bring the bryde into the brydall bowres...
And in her bed her lay;
Lay her in lilies and in violets,
And silken curteins over her display,
And odoured sheets, and Arras coverlets...
But let the night be calme and quietsome,
Without tempestuous storms or sad afray,
Lyke as when Jove with fayre Alcmena lay...
And let the mayds and yongmen cease to sing;
Ne let the woods them answer, nor their echo ring. *

Houve alguma donzela que tivesse sido conduzida à sua plena realização de maneira tão melodiosa?

Spenser manteve esse êxtase em *Four Hymns* (1596), quando exaltou o amor e a beleza terrenos e o amor e a beleza celestes. Seguindo Platão, Ficino e Castiglione, e antecipando-se ao *Endymion*, de Keats, gritou *peccavi* a propósito de seus "muitos lais lascivos", e fez sua alma penetrar o encanto físico para descobrir e sentir a beleza divina que se oculta, em vários graus, em todas as coisas terrenas.

Vivendo no ambiente eruptivo da miséria irlandesa, a vida de Spenser a cada dia avizinhava-se da morte. Pouco antes de este vulcão de ressentimentos entrar em nova erupção, ele escreveu em bela prosa (pois somente um poeta pode escrever boa prosa) seu *View of the Present State of Ireland*, advogando melhor emprego dos fundos e forças inglesas para a completa sujeição da ilha. Em outubro de 1598, os irlandeses de Munster — que haviam sido expropriados — revoltaram-se, expulsaram os colonizadores ingleses e incendiaram o castelo de Kilcolman. Spenser e sua mulher, mal podendo escapar com vida, fugiram para a Inglaterra. Três meses depois, consumidas todas as reservas e a paixão, morria o poeta (1599). O jovem conde de Essex, que estava destinado a segui-lo logo, custeou os funerais; nobres e poetas acompanharam o féretro em procissão, compuseram elegias e lançaram flores sobre o túmulo, na Abadia de Westminster.

A mania de compor sonetos avassalou então a Inglaterra, rivalizando com o furor pelos dramas — quase todos excelentes na forma, estereotipados no tema e na expressão, quase todos dirigidos a virgens ou a patronos e deplorando sua puritana ou mesquinha frugalidade. Aconselhava-se que se colhessem as belas flores antes que definhassem nas hastes; intervinha às vezes uma nota original, e o amante prometia à

* Parai agora, donzelas, que a diversão já finda; / Basta o dia que vosso foi todo: / O dia terminou e com rapidez a noite é chegada. / Trazei agora a noiva para sua nupcial morada... / E deitai-a sôbre seu leito; / Deitai-a sobre lírios e violetas, / Realçai sua pompa com cortinas de seda, / E lençóis perfumados e colchas de Arrás... / Mas permiti que a noite seja calma e serena, / Sem tempestades violentas ou angústias, / Como quando Júpiter se deitou com a bela Alcmena... / Que cessem das donzelas e dos rapazes o canto; / E que as florestas a ele não respondam, nem façam eco.

dama uma criança como recompensa pelas uniões transitórias. Todo poeta procurava e encontrava uma Laura — a Delia, de Daniel; a Phillis, de Lodge; a Diana, de Constable; e a Caelia, de Fulke Greville. O mais célebre desses sonetistas foi Samuel Daniel; entretanto, Ben Jonson, que era mais rude que "raro", chamou-o de "um homem honesto, mas não poético".[32] O Pégaso, de Michael Drayton, percorreu todas as formas poéticas com seus pés de prosa, mas em um de seus sonetos feriu nova tecla, quando ao despedir-se de uma moça, fere-a em sua mesquinhez — "Como não há remédio, vinde, beijemo-nos e adeus!"

Considerando-se tudo em conjunto, a literatura elisabetana — com exceção do drama — encontrava-se ainda uma geração atrás da francesa. A prosa era vigorosa, flexível, muitas vezes rebuscada, prolixa e extravagante, se bem que, às vezes, se desenvolvesse com real dignidade ou com ritmo garboso; não chegou a produzir um Rabelais ou um Montaigne. A poesia imitava timidamente os modelos estrangeiros, exceto no *Epithalamium* e no *The Faerie Queene*. Spenser não encontrou ouvintes no Continente, mas deu-se o mesmo com Ronsard na Inglaterra; a poesia faz da linguagem e do sentimento uma música que não se pode ouvir através das fronteiras da língua. As baladas chegavam e tocavam mais intimamente o povo do que a poesia do palácio e da corte; elas eram pregadas nas paredes das casas e das tavernas, cantadas e vendidas nas ruas; "Lorde Randall" ainda nos comove com seus lamentos.[33] Talvez tivesse sido essa poesia popular, e não os belos artifícios dos sonetistas, que preparou os elisabetanos para apreciarem Shakespeare.

V. O PALCO

Como, então, a literatura inglesa, tão insignificante durante a longa esterilidade que mediou Chaucer e Spenser, ascendeu até Shakespeare? Devido à riqueza que aumentava e se espalhava; devido a uma longa e fecunda paz, a uma guerra estimulante e triunfante; devido à literatura estrangeira e às viagens que ampliavam o espírito inglês. Plauto e Terêncio ensinavam, na Inglaterra, a arte da comédia, Sêneca, a técnica da tragédia; atores italianos atuavam na Inglaterra (de 1577 em diante); faziam-se mil experiências; no período de 1592 a 1642, a Inglaterra assistiu à representação de 435 comédias. Farsas e interlúdios transformavam-se em comédias; mistérios e virtudes cediam lugar aos dramas trágicos seculares, ao perderem os mitos, outrora sagrados, seu suporte na fé. *Ralph Roister Doister* (1553), de Nicolas Udall, foi a primeira comédia inglesa em forma clássica. Em 1561, os advogados do Inner Temple ali apresentaram *Gorboduc*, a primeira tragédia inglesa em forma clássica.

Durante certo tempo, essa forma, vinda de Roma, parecia destinada a moldar o drama elisabetano. Mestres universitários, como Harvey, advogados-poetas, como George Gascoyne, homens de cultura clássica, como Sidney, preconizaram a observância das três "unidades" em um drama: deveria haver somente uma *ação* ou enredo, passado em um só *lugar*, não representado num espaço de *tempo* maior que um dia. Essas unidades, tanto quanto sabemos, foram primeiramente formuladas por Lodovico Castelvetro (1570) em comentário sobre a *Poética* de Aristóteles. O próprio Aristóteles requer apenas unidade de ação; recomenda que esta se passe "dentro de uma única revolução do sol", e acrescenta o que se poderia chamar de unidade de senti-

mento — que a comédia, como "representação de gente inferior", não deveria ser misturada à tragédia, "representação de ação heróica".[34] Em a *Defence of Poesy*, Sidney adotou a doutrina das unidades dramáticas de Castelvetro aplicando-a rigorosamente e, ainda, com bom humor, às peças elisabetanas, em cuja geografia arbitrária

> você terá de um lado a Ásia e, de outro, a África, e tantos outros reinos menores, que o ator, ao entrar em cena, deve sempre começar dizendo onde se encontra.... Agora, quanto ao tempo, eles são mais liberais; pois é comum dois jovens príncipes se apaixonarem; após muitos contratempos, ela fica grávida; dá à luz um belo menino; este... torna-se homem, apaixona-se, e está pronto para também arranjar um filho; e tudo isso no espaço de duas horas.[35]

A França seguiu as normas clássicas e produziu Racine; a Inglaterra repeliu-as, deu a seu drama trágico uma liberdade romântica e um alcance naturalístico, produzindo Shakespeare. O ideal da Renascença francesa era a ordem, a razão, a proporção e boas maneiras; o ideal da Renascença inglesa era a liberdade, a vontade, o humor e a vida. À platéia elisabetana, constituída de fidalgotes e de gente medíocre e comum, devia necessariamente ser proporcionada uma dieta esplêndida e variada; ela exigia ação e nenhum relato extenso de ações secretas; era dada ao riso e não se importava com o fato de coveiros trocarem filosofias com um príncipe; tinha imaginação indômita, que podia saltar de um lugar para outro e atravessar um continente a um simples sinal ou à sugestão de um verso. O drama elisabetano exprimia o inglês elisabetano, não o grego de Péricles ou o francês dos Bourbons; daí vir a ser uma arte nacional, ao passo que a arte que seguia modelos alienígenas não criava raízes na Inglaterra.

O drama inglês teve de travar outra batalha antes de poder avançar até Marlowe e Shakespeare. O nascente movimento puritano rejeitou o palco elisabetano, tachando-o de sede do paganismo, da obscenidade e da profanidade; condenou a presença de mulheres e prostitutas na platéia e a afinidade dos bordéis com os teatros. Em 1577, John Northbrooke publicou violenta diatribe contra "jogos de dados, dança, dramas e interlúdios", escrevendo:

> Estou persuadido de que Satanás não tem meio mais rápido nem escola mais apropriada para executar e ensinar seus desejos, a fim de atrair homens e mulheres para a armadilha da concupiscência e para os sórdidos apetites sensuais da perniciosa prostituição, do que essas representações e teatros; é, portanto, necessário que se proíbam e dissolvam esses lugares e atores, e que as autoridades os reprimam da mesma maneira que o fazem com os bordéis e lupanares.[36]

A *Schoole of Abuse*, de Stephen Gosson, era relativamente moderada e reconhecia certas representações e certos atores como "livres de censura"; mas, quando Lodge replicou-o, Gosson abandonou todas as distinções que fizera e, em *Players Confuted in Five Actions*, descreveu as representações como "alimento para iniqüidades, desordens e adultérios", e os atores como "mestres do vício, professores de licenciosidades".[37] Os críticos viam nas comédias quadros desmoralizadores, cheios de vícios e velhacarias, e, nas tragédias, exemplos que estimulavam o crime, a traição e a rebelião.[38] Nos primeiros anos do reinado de Elizabeth, o domingo era, geralmente, o dia das representações teatrais; clarins anunciavam-nas da mesma maneira que os sinos

das igrejas chamavam o povo para a oração da tarde, e os clérigos sentiam-se consternados ao verificarem que os fiéis faltavam ao ofício religioso para irem abarrotar os teatros. "Não é mais fácil que uma sórdida representação teatral chame a toque de clarim mais de mil pessoas para assistir a ela, do que o badalar dos sinos durante uma hora faça vir cem para assistir a um sermão?" — indagou um pregador.[39] E Northbrooke prosseguiu: "Se quiserdes aprender... a enganar vossos maridos, ou os maridos às vossas mulheres, a fazer o papel de meretrizes... a adular, mentir... matar... blasfemar, cantar canções torpes... não será em tais peças que ireis aprender?"[40]

Os dramaturgos respondiam com panfletos, e ridicularizavam os puritanos nas peças, como em *Twelfth Night*, de Malvolio. "Pensais vós, porque sois virtuoso" — pergunta Sir Toby Belch ao palhaço nessa peça — "que não haverá mais bolos e cerveja?" E o palhaço responde: "Haverá, sim, por Santa Ana! E a cerveja arderá na boca também!"[41] Os teatrólogos, mesmo Shakespeare, continuaram a temperar suas histórias com violências, coações, incestos, adultérios, prostituição; uma cena de Shakespeare, em *Péricles*, mostra um quarto de bordel cujo gerente se queixa de que seu pessoal "com aquela contínua atividade fica praticamente imprestável".[42]

As autoridades municipais de Londres — algumas delas puritanas — achavam que os puritanos tinham levado a melhor na discussão. Em 1574, a câmara municipal proibiu a representação de peças teatrais exceto depois de censuradas e licenciadas, daí o verso de Shakespeare sobre a "arte amordaçada pela autoridade".[43] Felizmente Elizabeth e seu Conselho Privado apreciavam o drama; vários lordes tinham companhias de atores e, sob essa proteção real e indulgente censura, seis *troupes* foram autorizadas a promover representações na cidade.

Antes de 1576, as representações teatrais eram realizadas principalmente sobre plataformas temporárias nos pátios das estalagens; naquele ano, porém, James Burbage construiu o primeiro teatro permanente na Inglaterra. Chamaram-no simplesmente de O Teatro. Para escapar à jurisdição dos magistrados de Londres, foi situado fora da cidade, no subúrbio de Shoreditch. Logo depois surgiram outros teatros: o Curtain (1577?), o Blackfriars (1596) e o Fortune (1599). Neste último ano, Richard e Cuthbert Burbage demoliram o Teatro do seu pai e ergueram o famoso Globe, em Southwark, do outro lado do Tâmisa. Exteriormente era octogonal mas provavelmente circular no interior; daí Shakespeare chamá-lo "este O de madeira".[44] Todos os teatros de Londres, antes de 1623, eram de madeira. A maioria deles era um grande anfiteatro, com capacidade para dois mil espectadores sentados em várias fileiras de galerias circundantes, e outros mil em pé, no "pátio" em torno do palco; estes últimos eram "a gente medíocre" que Hamlet censurava pelas suas "pantomimas e ruído".[45] Em 1599, o preço para um lugar em pé era de um pêni; para um assento nas galerias, dois ou três penies; com um pouquinho mais, comprava-se um lugar no palco. O palco era uma plataforma espaçosa que se projetava de uma parede para o centro do pátio. Ao fundo havia um "camarim", ou "vestiário", onde os atores se vestiam e o "guarda do teatro" cuidava dos bens. Estes incluíam ataúdes, crânios, arbustos em tinas, roseiras, escrínios, cortinas, caldeirões, escadas, armas, ferramentas, frascos de sangue e algumas cabeças decapitadas. Máquinas faziam deuses e deusas descerem do céu ou podiam erguer fantasmas ou feiticeiras do assoalho; fazia-se "chover" puxando-se um cordel, e "suportes duplos" podiam fazer o sol pairar no céu.[46]

Tinha-se de recorrer a esse material dada a ausência de cenários; o palco aberto e sem cortinas impedia qualquer mudança rápida de quadros. Em compensação, a ação transcorria no meio da própria assistência, que quase podia ser considerada parte do acontecimento.

A assistência não era parte secundária dos espetáculos. Fornecedores de provisões vendiam fumo, maçãs, nozes e panfletos aos espectadores; nos últimos tempos, se acreditarmos no puritano William Prynne, ofereciam-se cachimbos às mulheres.[47] Estas, em grande número, assistiam às representações, não obstante as advertências, feitas no púlpito, de que tal mistura com os homens era um convite à sedução. Às vezes — a luta de classes interrompendo o drama — o pessoal da platéia atirava os restos de suas refeições nos dândis que se encontravam no palco. Para compreendermos uma peça teatral elisabetana, devemos ter em mente aquela platéia: o sentimento que acolhia uma história de amor, o humor sadio que exigia palhaços com reis, a afetação que condimentava a retórica, a tempestuosa vitalidade das cenas de violência, e a proximidade daquele palco de três lados que convidava a solilóquios e apartes.

Havia abundância de atores. Viam-se artistas ambulantes em quase todas as cidades nos dias de festas, representando nas praças, no pátio das tabernas, num celeiro, ou num palácio ou em uma festa paroquial. No tempo de Shakespeare não havia atrizes; os papéis femininos eram representados por rapazes, e às vezes uma platéia elisabetana podia ver um jovem fazendo o papel de mulher disfarçada em menino ou em homem. Nas escolas públicas aristocráticas, os estudantes apresentavam dramas como parte do ensino. Companhias de tais rapazes atores concorriam com as *troupes* de adultos exibindo-se em teatros particulares para o público que pagava para assistir. Shakespeare queixou-se dessa concorrência,[48] que cessou depois de 1626.

Para evitar que os classificassem como vagabundos, os atores adultos organizavam-se em companhias sob o patrocínio de nobres opulentos — Leicester, Sussex, Warwick, Oxford, Essex. O lorde-almirante tinha uma companhia; o mesmo se dava com o camareiro-mor. Os atores eram pagos pelos patrocinadores somente pelas representações nos salões baroniais; de resto, viviam precariamente do quinhão que lhes cabia nos ganhos da companhia. A partilha, porém, era feita de maneira desigual; o empresário recebia uma terça parte, e, do restante, os principais atores ficavam com a parte do leão. Richard Burbage, o mais famoso desses "astros", deixou uma propriedade que lhe dava uma renda de 300 libras por ano; seu rival, Edward Alleyn, fundou e manteve o Dulwich College, em Londres. As celebridades do palco eram também recompensadas com a idolatria do público e uma série de amantes. Em seu diário de março de 1602, John Manningham narra uma famosa história:

> Quando Burbage, certa vez, representava *Ricardo III*, houve uma cidadã que gostou tanto dele que, antes de deixar o teatro, combinou com ele para que fosse ter com ela naquela noite sob o nome de Ricardo III. Shakespeare, ouvindo a combinação, foi antes do outro, sendo bem acolhido, com seu ardil, antes da chegada de Burbage. Chegando depois um recado informando que Ricardo III se achava à porta, Shakespeare mandou dizer que Guilherme o Conquistador chegara primeiro.[49]

VI. CHRISTOPHER MARLOWE: 1564-93

Os dramaturgos não passavam tão bem quanto os atores. Vendiam suas peças a uma das companhias teatrais, de uma vez para sempre, por cerca de quatro a oito libras sem reservarem para si direito algum sobre o manuscrito, e geralmente a companhia costumava impedir que o texto fosse publicado, receosa de que uma *troupe* rival o usasse. Às vezes, algum estenógrafo registrava um drama durante a representação, e um impressor publicava uma edição pirata e adulterada da peça, que ao autor apenas proporcionava hipertensão. Tais edições nem sempre traziam o nome do autor; daí o fato de algumas peças, como *Arden of Faversham* (1592), haverem passado séculos como anônimas.

Depois de 1590, abundaram peças de certa importância nos palcos ingleses, se bem que poucas fossem as que permaneceram mais de um dia em cartaz. John Lyly abrilhantou suas comédias com encantadores versos líricos; os maravilhosos encantamentos de seu *Endymion* prepararam o caminho para o *Sonho de Uma Noite de Verão*. O *Friar Bacon and Friar Bungay* (1589?), de Robert Greene, versando sobre as maravilhas da magia, talvez tivesse trocado idéias com o *Doutor Fausto* (1588? 1592?), de Marlowe. *Spanish Tragedy* (1589?), de Thomas Kyd, narrava uma sangrenta história de homicídio, quase não deixando pessoa alguma viva no final; seu êxito inspirou os dramaturgos elisabetanos a rivalizarem com os generais e os médicos no derramamento de sangue. Nela, como em *Hamlet*, temos um fantasma exigindo vingança e um drama dentro de um drama.

Christopher Marlowe foi batizado apenas dois meses antes de Shakespeare. Filho de um sapateiro de Canterbury talvez lhe tivesse faltado educação universitária se o Arcebispo Parker não lhe houvesse concedido uma bolsa de estudos. Durante os anos de colégio, Marlowe foi empregado como espião por Sir Francis Walsingham, para mantê-lo informado sobre conspirações contra a rainha. O estudo que fez dos clássicos transtornou sua teologia, e o contato com as idéias de Maquiavel deu a seu ceticismo um caráter cínico. Mudando-se para Londres, depois de receber seu diploma de Mestre em Humanidades (1587), Marlowe partilhou um quarto com Thomas Kyd e ingressou no círculo dos livres-pensadores de Raleigh e Harriot. Richard Barnes, agente do governo, informou à rainha (3 de junho de 1593) que Marlowe declarara que "o primeiro princípio da religião era, apenas, manter o homem atemorizado... que Cristo era bastardo... se há uma boa religião, é então a dos papistas, porque o culto de Deus se realiza com maior número de cerimônias... todos os protestantes são burros hipócritas... todo o Novo Testamento está torpemente escrito". Além disso — declarou Barnes — "este Marlowe... aparece em qualquer reunião de pessoas e as persuade a serem atéias, inclinando-as a não terem medo de fantasmas e duendes, e escarnece de Deus e de Seus ministros".[50] Para completar, Barnes — enforcado em 1594 por uma falta "degradante" — acrescentou que Marlowe defendia a homossexualidade.[51] Robert Greene, no apelo que, na hora da morte, fez aos amigos concitando-os a se reformarem, descreveu Marlowe como dado a blasfêmias e ao ateísmo.[52] E Thomas Kyd, preso no dia 12 de maio de 1593, declarou (sob torturas) que Marlowe era irreligioso, descomedido e de coração cruel", acostumado a "ridicularizar as Sagradas Escrituras" e a "zombar das orações".[53]

Muito antes que tais declarações tivessem sido feitas ao governo, Marlowe havia escrito e levado à cena dramas fortes, nos quais insinuava sua descrença. *Tamburlaine the Great*, ao que parece, foi composto no colégio; foi representado no ano de sua graduação, e sua exaltação do saber, da beleza e da força revela o temperamento faustiano do poeta.

> *Our souls, whose faculties can comprehend*
> *The wondrous architecture of the world,*
> *And measure every wandering planet's course,*
> *Still climbing after knowledge infinite,*
> *And always moving as the restless spheres,*
> *Will us to wear ourselves, and never rest*
> *Until we reach the ripest fruit of all.* *[54]

As duas peças sobre Tamerlão são imperfeitas e imaturas. A caracterização é demasiado simplificada — cada personagem constitui uma qualidade; assim, Tamerlão representa o orgulho do poder, e o orgulho é mais a presunção de um colegial cheio de novidades mal digeridas, do que a serena confiança que um soberano vitorioso tem em si. A história corre sobre rios de sangue, obstruídos por improbabilidades. O estilo inclina-se para o bombástico. O que foi, pois, que tornou essa peça o maior sucesso, até então, dos palcos elisabetanos? Presume-se que sua violência, o derramamento de sangue e a linguagem bombástica; mas, também, podemos acreditar que tenham sido suas heresias e sua eloqüência. Encerrava pensamentos dos mais ousados, imagens que eram sentidas mais profundamente, frases mais apropriadamente aplicadas do que as que, até então, o palco elisabetano tinha ouvido; havia grande número daqueles "vigorosos versos" que Jonson iria elogiar, e passagens de beleza tão melodiosa que se afiguraram a Swinburne absolutamente supremas em sua espécie.

Animado pelos aplausos gerais, Marlowe, com toda a pujança de seu espírito, escreveu seu maior drama: *The Tragical History of Doctor Faustus* (1588?). A ética medieval, talvez reconhecendo que "a alegria do conhecimento é uma triste alegria"[55], e que "há muita amargura em muita sabedoria",[56] tachou de grande pecado a ânsia irreprimida de adquirir o conhecimento; as aspirações dos medievais, entretanto, enfrentaram essa proibição, chegando mesmo a invocar a magia e Satanás para descobrirem os segredos e as forças da natureza. Marlowe representa Fausto como um culto e famoso físico de Wittenberg, que, aflito com as limitações de seu conhecimento, sonha com processos mágicos que o farão onipotente:

* Nossas almas, cujas faculdades podem compreender / A maravilhosa arquitetura do mundo / E medir o curso de todo planeta errante, / Lançando-se ainda à procura do conhecimento infinito / E sempre a se movimentar como as esferas incansáveis, / Obrigam-nos a resistir e jamais descansar / Até que colhamos os frutos mais maduros de todos.

All things that move between the quiet poles
Shall be at my command...
Shall I mak- spirits fetch me what I please,
Resolve me of all ambiguities,
Perform what desperate enterprise I will?
I'll have them fly to India for gold,
Ransack the oceans for orient pearl,
And search all corners of the new-found world
For pleasant fruits and princely delicates;
I'll have them read me strange philosophy,
*And tell the secrets of all foreign kings.**[57]

A um chamado seu, Mefistófeles aparece e oferece-lhe 24 anos de ilimitado prazer e poder, se vender sua alma a Lúcifer. Fausto concorda e assina o contrato com o sangue de seu braço cortado. Seu primeiro pedido é que a mais bela donzela da Alemanha venha a ser sua esposa, "pois sou voluptuoso e lascivo"; mas Mefistófeles dissuade-o do casamento, sugerindo, ao invés, uma série de cortesãs. Fausto pede Helena de Tróia; ela vem e ele eleva-se ao êxtase.

Was this the face that launch'd a thousand ships,
And burnt the topless towers of Ilium?
Sweet Helen, make me immortal with a kiss...
O, thou art fairer than the evening air
*Clad in the beauty of a thousand stars...***

A cena final é apresentada com grande vigor: a súplica desesperada a Deus, pedindo-Lhe misericórdia, pelo menos um prazo para a condenação — "Viva Fausto no inferno mil anos, cem mil anos, mas, por fim, seja salvo!" — e o desaparecimento de Fausto ao soar da meia-noite, em meio a um terrível estrondo, entre nuvens ofuscantes. O coro canta seu epitáfio — e o de Marlowe:

Cut is the branch that might have grown full straight,
*And burnéd is Apollo's laurel-bough.****

* Tudo que se movimenta entre os serenos pólos / Sob meu domínio ficará... / Devo mandar que os espíritos busquem para mim o que me apraz, / Resolvam-me todas as ambigüidades, / E realizem qualquer empresa temerária que eu deseje? / Mandarei que voem para a Índia em busca de ouro, / Sondem os oceanos à procura de pérolas orientais / E vasculhem todos os cantos do novo mundo descoberto / À cata de agradáveis e delicados frutos; / Mandarei que leiam para mim estranhas filosofias, / E contem os segredos de todos os reis estrangeiros.

** Foi este o rosto que lançou ao mar mil navios / E incendiou as altíssimas torres de Ílion? / Doce Helena, fazei-me imortal com um beijo... / Ó, sois mais agradável que o ar da noite, / Vestida com a beleza de mil estrelas...

*** Cortou-se o ramo que podia ter crescido altaneiro, / E queimou-se o galho de louros de Apolo.

Nesses dramas, talvez Marlowe tivesse purgado suas próprias paixões na procura do conhecimento, da beleza e do poder; a catarse — ou efeito da purificação — que Aristóteles atribuía ao drama trágico, purificaria antes o autor que a platéia. Em *The Jew of Malta* (1589?), a ânsia do poder assume a forma intermediária de sede da riqueza, e defende-se no prólogo falando como "Maquiavel":

Admired I am of those that hate me most.
Though some speak openly [publicly] against my books,
Yet they will read me, and thereby attain
To Peter's chair; and when they cast me off,
Are poison'd by my climbing followers.
I count religion but a childish toy,
*And hold there is no sin but ignorance.**

Barrabás, o agiota, é também uma qualidade personificada, a cobiça suscitando o ódio contra todos os que lhe dificultam seus ganhos, uma caricatura desagradável redimida por seus grandes vícios:

I learn'd in Florence how to kiss my hand,
Heave up my shoulders when they call me dog,
And duck as low as any barefoot friar,
*Hoping to see them starve upon a stall.***[58]

Contemplando suas jóias, vibra com a "infinita riqueza em um pequeno quarto".[59] Quando sua filha recupera seus sacos de dinheiro perdidos, exclama em uma confusão de sentimentos, antecipando Shylock: "Oh! minha filha! meu ouro, minha fortuna, minha felicidade!"[60] Há força, quase frenesi, nesse drama; uma mordacidade de epítetos e frases pujantes que elevam Marlowe, de vez em quando, quase à altura de Shakespeare.

Aproxima-se mais ainda em *Eduardo II* (1592). O jovem rei, coroado há pouco, manda chamar seu "amigo grego" Gaveston e prodigaliza-lhe beijos, cargos e riqueza; os nobres, desprezados, rebelam-se e depõem Eduardo II que, impelido para a filosofia, chama seus companheiros remanescentes:

Come, Spencer, come, Baldock, come sit down by me;
Make trial now of that philosophy
That in our famous nurseries of arts
*Thou suck'dst from Plato and from Aristotle.****

* Admirado sou por todos aqueles que mais me odeiam. / Embora alguns falem abertamente (publicamente) contra meus livros, / Ainda assim lerão o que eu escrever e, com isso, atingirão / A cadeira de Pedro; e quando me lançarem fora, / Envenenados serão por meus adeptos em ascensão. / Considero a religião simples brinquedo infantil, / E apoiar-se nela não é pecado mas ignorância.

** Em Florença aprendi a agradar, / A dar de ombros quando me chamam de cão, / E curvar-me tão baixo quanto um frade descalço, / Esperando vê-los morrer à míngua num estábulo.

*** Vinde, Spencer, vinde, Baldock, vinde sentar-vos a meu lado; / Ponde agora à prova essa filosofia / Que em nossas famosas escolas de artes / Bebestes de Platão e Aristóteles.

Esse bem arquitetado drama, esse poema cheio de sensibilidade, imaginação e força, esses caracteres distinta e consistentemente traçados, esse rei no qual se confundiam a pederastia e o orgulho, mesmo assim perdoáveis em sua jovial simplicidade e graça, tudo isso estava apenas a um passo do *Ricardo II* de Shakespeare, que surgiu um ano depois.

Que teria realizado esse dramaturgo de 27 anos se tivesse atingido seu pleno desenvolvimento? Shakespeare, nessa idade, estava escrevendo obras insignificantes como *Love's Labour's Lost, Two Gentlemen of Verona* e a *Comedy of Errors.* Em *The Jew of Malta*, Marlowe estava aprendendo a fazer cada seqüência de cena com um enredo bem ordenado; em *Eduardo II*, aprendia a conceber um personagem, mais do que uma simples qualidade personificada. Em um ano ou dois, teria podido expurgar de seus dramas o estilo bombástico e melodramático; teria se elevado a uma filosofia mais ampla, uma maior compreensão dos mitos e fraquezas do gênero humano. O que o desvirtuava era a falta de humor; não há, em seus dramas, nenhum riso cordial, e a comédia incidental não atende, como em Shakespeare, às suas próprias funções na tragédia, qual a de relaxar a tensão do espectador antes de transportá-lo a maiores emoções. Sabia apreciar a beleza física da mulher, não, porém, sua ternura, solicitude e graça; em seus dramas não há um só personagem feminino marcante — nem mesmo no inacabado *Dido, Queen of Carthage*.

O que resta é a poesia. O orador, às vezes, suplanta o poeta, e a declamação brada "um grande e trovejante discurso".[61] Em muitas cenas, no entanto, o verso límpido flui com imagens tão expressivas ou com palavras tão melodiosas que se poderiam tomar os versos por um fluxo de fantasias shakespearianas. Em Marlowe, fica provado que os versos brancos são o veículo adequado do drama inglês, às vezes monótonos, mas geralmente variados em seu ritmo, e atingindo uma continuidade aparentemente natural.

Sua própria "história trágica" encerra-se repentinamente. No dia 30 de maio de 1593, três espiões do governo — Ingram Frizer, Nicholas Skeres e Robert Poley — foram jantar com o poeta (talvez ele mesmo ainda um espião) em uma casa ou taverna de Deptford, a poucos quilômetros de Londres. Segundo o relatório do magistrado William Danby, Frizer e Marlowe "disseram um ao outro várias palavras insultuosas por não poderem... concordar com o pagamento" da refeição. Marlowe arrancou um punhal do cinto de Frizer e desferiu-lhe alguns golpes superficiais. Frizer segurou a mão de Marlowe, voltou contra este a arma e "ali mesmo no local feriu mortalmente o referido Christopher no olho direito, numa profundidade de cinco centímetros... do que Christopher Morley, citado anteriormente, morreu instantaneamente no lugar"; a lâmina havia atingido o cérebro. Frizer foi preso, alegou ter agido em legítima defesa e foi posto em liberdade um mês depois. Marlowe foi sepultado a 1º de junho, numa cova agora desconhecida.[62] Tinha 29 anos.

Deixou, além de *Dido*, dois fragmentos de alta qualidade. *Hero and Leander* é uma versão romântica, em parelhas de versos heróicos, da história que Museu havia contado no século V, do jovem que atravessou a nado o Helesponto para não perder um encontro combinado. *The Passionate Shepherd to His Love* é um dos grandes poemas elisabetanos. Shakespeare prestou bela homenagem a Marlowe colocando pequenos trechos desse poema nos lábios de Sir Hugh Evans em *The Merry Wives of Wind-*

sor (III,i) e por uma terna referência em *As You Like It* (III,v) — que é o verso 76 de *Hero and Leander*.

> *Dead Shepherd, now I find thy saw of might,*
> *"Who ever loved that loved not at first sight?"**

Grandiosa foi a realização de Marlowe em sua vida breve. Fez dos versos brancos uma flexível e vigorosa linguagem. Salvou o teatro elisabetano dos clássicos e dos puritanos. Deu forma definida ao drama de idéias e ao drama sobre a história inglesa. Deixou sua marca no *The Merchant of Venice*, no *Richard II* e nos poemas de amor de Shakespeare, bem como na tendência deste para a retórica grandiloqüente. Abrira-se o caminho através de Marlowe, Kyd, Lodge, Greene e Peele; prepararam-se a forma, a estrutura, o estilo e o material do drama elisabetano. Shakespeare não foi um milagre e sim uma culminância.

* Pastor morto, agora entendo seu velho e poderoso ditado, / "Quem não amou ao primeiro olhar terá amado?"

CAPÍTULO IV

William Shakespeare

1564-1616

I. JUVENTUDE: 1564-85

QUE nos permitam, para a justa proporção deste registro, fazer um breve resumo do que metade do mundo sabe a respeito de Shakespeare. Desde que o estudo devotado tem investigado suas relíquias por três séculos, é notável verificar o quanto sabemos — mais que o suficiente para deixar de lado, como não merecendo discussões, todas as dúvidas acerca da autoria de quase todos os dramas atribuídos a seu nome.

No entanto, não temos certeza quanto a seu nome. Elizabeth permitiu mais liberdade para a ortografia do que para a religião; o mesmo documento podia usar diferentes grafias para a mesma palavra, e um homem podia assinar o nome de várias maneiras, segundo sua pressa ou disposição. Assim, contemporâneos escreveram Marlowe, Marlo, Marlin, Marley e Morley; e seis assinaturas existentes de Shakespeare podem ser lidas: Willm̄ Shaksp, William Shakespē, Wm Shakspē, William Shakspere, Willm̄ Shakspere e William Shakspeare; a grafia agora prevalente não toma como base seus autógrafos. As três últimas figuram, todas elas, no mesmo testamento.

Sua mãe foi Mary Arden, de uma antiga família de Warwickshire. Trouxe para John Shakespeare, filho do inquilino de seu pai, um belo dote em dinheiro e terras, e deu-lhe oito filhos dos quais William foi o terceiro. John tornou-se um próspero negociante em Stratford-on-Avon, adquiriu duas casas, serviu sua cidade como provador de cerveja, guarda, regedor e meirinho, e auxiliava liberalmente os pobres. Depois de 1572 decaiu-lhe a fortuna; foi processado por uma dívida de 30 libras; e tendo deixado de pagá-la, foi contra ele expedida uma ordem de prisão. Em 1580, por motivos desconhecidos, o tribunal exigiu dele garantias contra violação da ordem pública. Em 1592 foi citado como "não comparecendo mensalmente à igreja de conformidade com a lei de Sua Majestade"; concluíram alguns, disso, que ele era um católico "não-conformista"; outros, que era puritano; outros, ainda, que não ousava enfrentar seus credores. William restabeleceu mais tarde as finanças do pai; quando este morreu (1601), duas casas em Henley Street continuavam no nome dos Shakespeares.

A igreja paroquial de Stratford lavrou o batismo de William no dia 26 de abril de

1564. Nicholas Rowe, o primeiro biógrafo de Shakespeare, registrou em 1709 a tradição de Stratford, agora por via de regra aceita, segundo a qual o pai "educou-o... por algum tempo em uma escola pública... Mas suas condições insuficientes e a necessidade de uma maior assistência sua em casa forçaram seu pai a retirá-lo de lá."[1] Ben Jonson, na elegia introdutória à primeira edição in-fólio das peças, referiu-se a seu rival morto dizendo: "Tu que sabes pouco de latim e menos de grego." Ao que parece, os dramaturgos gregos permaneceram gregos para Shakespeare, mas ele aprendeu latim suficiente para amontoar com miscelâneas latinas e trocadilhos bilíngües suas peças inferiores. Tivesse aprendido mais e ter-se-ia tornado outra figura letrada, laboriosa e desconhecida. Londres seria sua escola.

Outra tradição, registrada por Richard Davies por volta de 1681, descrevia o jovem William como "muito dado à malfadada sorte de furtar carne de veado e coelhos, especialmente de Sir [Thomas] Lucy, que muitas vezes mandou chicoteá-lo e prendê-lo".[2] No dia 27 de novembro de 1582, quando o dito vilão tinha 18 anos, ele e Anne Hatha Way, então com cerca de 25 anos, obtiveram licença para casar. As circunstâncias indicam que os amigos de Anne obrigaram Shakespeare a casar com ela.[3] Em maio de 1583, seis meses após o casamento, nasceu-lhes uma filha a quem deram o nome de Susanna. Tempos depois Anne presenteou o poeta com gêmeos, batizados com os nomes de Hamnet e Judith no dia 2 de fevereiro de 1585. Em fins desse ano, provavelmente, Shakespeare abandonou a mulher e os filhos. Não temos qualquer registro sobre ele no período de 1585 a 1592, quando vamos encontrá-lo como ator em Londres.

II. DESENVOLVIMENTO: 1592-95

A primeira referência que, em Londres, a ele se faz, não é lisonjeira. No dia 3 de setembro de 1592, Robert Greene advertiu seus amigos de que estavam sendo destronados, no teatro de Londres, por "um corvo pretensioso, embelezado com nossa plumagem, o qual, com seus tigres dissimulados em pele de artistas (paródia de um verso do 3º Ato de *Henry VI*), supõe poder compor muito bem um rutilante verso branco tanto quanto os melhores de vós; e, sendo um absoluto *Johannes fac totum*, é, em seu próprio conceito, o único *Shake-scene** do país".[4] Esse petisco foi composto para ser impresso como parte do *Greene's Groatsworth of Wit*, por Henry Chettle, que, mais tarde, em uma epístola, pediu desculpas a *uma* das duas pessoas (provavelmente Marlowe e Shakespeare) que haviam sido atacadas por Greene:

> Não mantinha relações com nenhum deles, que se ofenderam, e um deles prefiro não conhecer. [Quanto] ao outro... lamento... porque tenho observado que sua conduta é tão excelente quanto a qualidade de seu trabalho. Além disso, muitos que o veneram atestaram quão íntegro era em seus negócios, o que depõe a favor de

* Sem dúvida, trata-se de um trocadilho em que Robert Greene aproveita parte do nome de Shakespeare, ou seja, "Shake", significando "sacudir", "abalar", "vibrar", — querendo dizer literalmente "um elemento que, em cena, faz a platéia vibrar".

sua honestidade e da [agradável] graça de sua maneira de escrever, o que comprova sua arte.[5]

Parece não haver dúvida de que o ataque de Greene e o pedido de desculpas de Chettle referiam-se a Shakespeare. Por volta de 1592, portanto, o antigo caçador furtivo de Stratford havia-se tornado ator e dramaturgo na capital do reino. Dowdall (1693) e Rowe (1709) relataram que ele "foi recebido no teatro como serviçal", em "posição muito medíocre",[6] o que é provável. Mas atormentava-o a ambição ao "desejar a arte de um ator e a esfera de poder de um dramaturgo", com "o pensamento apenas voltado para a dignidade".[7] Começou logo a representar papéis secundários, tornando-se "uma espécie de colcha de retalhos";[8] fez, depois, o papel do amável Adão em *As You Like It* (Como quiserdes) e o do Fantasma, em *Hamlet*. Desempenhou provavelmente papéis mais importantes, pois seu nome encabeçava a lista dos atores em *Every Man in His Humour* (1598) de Jonson, e em *Sejanus* (1604), também de Jonson, ele e Richard Burbage eram atores citados como os "principais atores trágicos".[9] Em fins de 1594, era sócio da companhia de atores do camareiro-mor. Não foi porém como dramaturgo, e sim como ator e sócio de uma companhia teatral, que Shakespeare fez fortuna.

Em 1591, entretanto, já estava escrevendo peças. Parece ter começado como revisor, editando, retocando e adaptando manuscritos para sua companhia. Desse trabalho, passou à colaboração; as três partes de *Henry VI* (Henrique VI; 1592) parecem ter sido produzidas segundo este esquema. Depois disso começou a escrever peças teatrais à razão de quase duas por ano — 36 ou 38 ao todo. Várias peças escritas nesses primeiros tempos — *The Comedy of Errors* (A Comédia dos Erros); (1592), *Two Gentlemen of Verona* (Os Dois Cavalheiros de Verona); (1594) e *Love's Labour's Lost* (Trabalhos de Amor Perdidos); (1594) — são trabalhos ligeiros e insignificantes, com pilhérias fúteis e cansativas para os dias de hoje; mas é instrutivo verificar que Shakespeare teria de atingir a grandeza através de um trabalho árduo. Mas a ascensão foi rápida. Graças ao *Edward II*, de Marlowe, ele descobriu na história inglesa muitos temas dramáticos. Se o *Richard II* (Ricardo II; 1595) igualava-se à peça de Marlowe, o *Richard III* (Ricardo III; 1592) já a havia superado. De certo modo, errou ao conceber um homem completo com uma só qualidade — o rei corcunda feito de ambição traiçoeira e assassina; mas elevou o drama, de quando em vez, acima do alcance de Marlowe, pela profundidade da análise, pela intensidade do sentimento e pelo relampejar de frases brilhantes: "Um cavalo! Um cavalo! Meu reino por um cavalo!" tornou-se um clichê londrino.

Depois, em *Titus Andronicus* (1593), o gênio esmoreceu; a imitação tomou a dianteira e apresentou uma repulsiva dança da morte. Titus mata o filho no palco, e outros matam seu genro; uma noiva, nos bastidores, é violada, aparecendo em cena com as mãos decepadas, a língua cortada, a boca sangrando; um traidor decepa a mão de Titus diante dos olhos ávidos da gentalha; exibem-se as cabeças cortadas de dois dos filhos de Titus; mata-se uma enfermeira no palco. Críticos reverentes esforçaram-se por sobrecarregar os colaboradores com parte da responsabilidade, ou toda ela, por essa matança, com base na teoria errônea de que Shakespeare não poderia escrever tolices. Ele, no entanto, escreveu resmas e resmas delas.

Foi mais ou menos a essa altura de seu desenvolvimento que Shakespeare compôs seus sonetos e poemas narrativos. Talvez a peste que, no período de 1592 a 1594, obrigou o fechamento de todos os teatros de Londres, o tivesse deixado desocupado e na penúria; e, assim, ele julgou aconselhável compor alguns versos auspiciosos para algum patrono da poesia. Em 1593, dedicou *Venus and Adonis* (Vênus e Adônis) a Henry Wriothesley, terceiro-conde de Southampton. Lodge adaptara a história das *Metamorfoses*, de Ovídio; Shakespeare adaptou-a de Lodge. O conde era jovem, belo e dado aos prazeres carnais; talvez o poema estivesse condimentado para seu paladar. Muita coisa dele parece insípido em tempos difíceis, mas, em meio a tanta sedução há passagens de voluptuosa beleza (por exemplo, versos 679-708) que a Inglaterra raramente ouvira antes. Encorajado pelos aplausos do público e por um presente de Southampton, Shakespeare lançou em 1594 *The Ravyshement of Lucrece* (Lucrécia), onde a sedução se operou com uma maior economia de versos. Foi a última de suas publicações voluntárias.

Aproximadamente em 1593, começou a escrever, sem lhes dar publicidade, os sonetos que foram os primeiros a firmar sua preeminência entre os poetas de seu tempo. Tecnicamente, quase todos, os mais perfeitos da obra de Shakespeare, recorrem freqüentemente ao tesouro petrarquiano dos temas de sonetos — a beleza transitória da amada, suas cruéis hesitações e inconstância, o melancólico arrastar do tempo vazio, os ciúmes e a sede palpitante do amante e o orgulho do poeta por fazer brilhar para sempre em suas rimas o encanto e o nome da dama. Algumas frases e epítetos, mesmo, foram tomados a Constable, Daniel, Watson e outros sonetistas, os quais, da mesma forma, eram elos em uma cadeia de pilhagens. Ninguém conseguiu dispor esses sonetos em ordem de narrativa consistente; eles foram o fruto de um trabalho casual e esporádico. Não devemos levar muito a sério seu enredo confuso — o amor do poeta por um jovem, a paixão deste último por uma "dama morena" da corte, a recusa dela e a aceitação do amigo, a conquista desse amigo por um poeta rival e o galanteio desesperado de Shakespeare com idéias de morte. É possível que Shakespeare, atuando para a corte, lançasse, à distância, olhares concupiscentes às damas de companhia da rainha, tão embriagadoramente perfumadas e vestidas; não é provável que se tenha dirigido a elas ou as tenha seguido até conquistá-las. Uma dessas damas, Mary Fitton, tornou-se amante do conde de Pembroke. Parece ter sido loura, mas isso talvez fosse uma tintura passageira. Em todo caso, ela era solteira, ao passo que a dama de Shakespeare rompera os "votos do leito" amando o poeta e o "rapaz" dele.[10]

Em 1609, Thomas Thorpe publicou os sonetos, ao que parece sem o consentimento de Shakespeare. Como o autor não houvesse preparado uma dedicatória, Thorpe providenciou uma, para perplexidade dos séculos: "Ao único criador dos versos que se seguem, Mr. W. H., todas as felicidades e essa eternidade prometida pelo nosso sempre amado poeta, é o desejo do bem intencionado aventureiro nesta publicação." A assinatura "T.T." provavelmente signifique Thomas Thorpe; mas, quem era "W.H."? Estas iniciais talvez sejam as de William Herbert, terceiro-conde de Pembroke, que havia seduzido Mary Fitton e estava destinado, juntamente com seu irmão Philip, a receber uma dedicatória no primeiro *in-folio* póstumo como "o maior Mecenas, para os letrados, de entre os pares de seu tempo ou antes". Herbert tinha apenas 13 anos

quando os sonetos começaram a ser compostos (1593), e continuaram até 1598, ocasião em que Pembroke já se encontrava maduro para o amor e patrocínio. O poeta fala ardentemente de seu "amor" pelo "rapaz". A palavra "amor" era, então, muitas vezes usada implicando amizade; mas o Soneto 20 chama o jovem de "o amante-senhor de minha paixão" e termina com um erótico jogo de palavras; e o Soneto 128 (aparentemente dirigido ao "encantador rapaz" do Soneto 126) fala em êxtase de amor. Alguns poetas elisabetanos eram pederastas na literatura, prontos a se excitarem em um amor voluptuoso por qualquer homem de recursos.

O ponto importante acerca dos sonetos não é o enredo deles, mas sua beleza. Muitos (por exemplo: 29, 30, 33, 55, 64, 66, 71, 97, 106 e 117) encerram uma riqueza de versos cujos pensamentos profundos, calor de sentimento, imagens brilhantes e graciosidade das frases fizeram-nos ressoar pelos séculos afora no mundo da língua inglesa.

III. MESTRIA: 1595-1608

Mas os artifícios e as limitações do soneto cortavam as asas da fantasia, e Shakespeare deve ter-se rejubilado com a fluente liberdade dos versos brancos quando, ainda jovem e ardente, entregou-se a um dos grandes poemas de amor de todos os tempos. A história de Romeu e Julieta chegou à Inglaterra procedente da *novelle* de Masuccio e Bandello; Arthur Brooke reformulou-a em versos narrativos (1562); Shakespeare, seguindo Brooke — e talvez um drama anterior sobre o assunto — levou à cena o seu *Romeo and Juliet* (Romeu e Julieta) mais ou menos em 1595. O estilo está saturado de conceitos que talvez se tenham agarrado à sua pena desde que começara a compor os sonetos, as metáforas fluem desordenadamente, o caráter de Romeu é fracamente delineado em comparação com o de Mercúrio e o desfecho é uma concatenação de coisas absurdas. Mas aquele que se recorda da mocidade, ou em cuja alma tenha ficado um sonho, pode ouvir essa doce música do romance sem se desfazer de todos os cânones da credibilidade e sem se erguer ansioso ao chamamento do poeta para entrar nesse mundo de súbito ardor, de vibrante solicitude e de melodiosa morte?

Quase um ano depois, Shakespeare conquistou uma dramática vitória. No dia 7 de junho de 1594, o médico judeu de Elizabeth, Rodrigo López, foi executado sob a acusação de ter aceitado suborno para envenenar a rainha. O testemunho era inconcludente, e Elizabeth hesitou muito tempo antes de assinar a condenação à morte; mas a população londrina estava convencida de sua culpa, e o anti-semitismo incitava os ânimos nas tavernas.[11] Shakespeare, possivelmente, foi levado ou encarregado de questionar essa disposição de espírito ou escrever *The Merchant of Venice* (1596?). Partilha, de certo modo, dos sentimentos da platéia;* permitiu que Shylock fosse representado como um personagem cômico, em trajes desalinhados e com um enorme nariz postiço; rivalizou com Marlowe salientando o ódio e a cobiça do agiota; deu, no entanto, a Shylock algumas qualidades louváveis que deviam ter feito os injusticeiros sofrerem, e colocou-lhe nos lábios uma exposição de motivos tão ousada para

* Cf. *Two Gentlemen of Verona*, V, ii, 3, 6: *Merry Wives of Windsor*, II, i.

os judeus, que críticos competentes ainda discutem se fez de Shylock um pecador maior do que em verdade era.[12] Nisso, sobretudo, Shakespeare mostrou sua habilidade em tecer num só quadro harmonioso os vários fios de história vindos do Oriente e da Itália; e fez da convertida Jessica um receptáculo de uma poesia de tal modo lunática como somente um espírito sensibilíssimo poderia ter concebido.

Durante cinco anos Shakespeare dedicou-se principalmente à comédia; talvez tivesse aprendido que nossa atormentada espécie reserva suas mais ricas recompensas àqueles que sabem distraí-la com risos e fantasias. O *Midsummer Night's Dream* (Sonho de uma Noite de Verão) é um grande absurdo apenas redimido por Mendelssohn; Helena não salva o *All's Well That Ends Well* (Tudo é bom se acaba bem); *Much Ado About Nothing* (Muito Barulho para Nada) está à altura do título; *Twelfth Night* (Noite de Reis) somente é suportável porque Viola se porta como um graciosíssimo jovem; e *The Taming of the Shrew* (A Megera Domada) é tumultuosamente inacreditável — não se amansa uma megera. Todas essas peças ligeiras foram escritas para fins comerciais, uma espécie de manjar para o público ignaro, um meio de manter a plebe iludida e de afastar o espectro da fome.

Mas, com as duas partes de *Henry IV* (Henrique IV; 1597-1598), o grande mágico ascendeu de novo à mestria, misturando palhaços e príncipes — Falstaff e Pistol, Hotspur e o Príncipe Hall — com um sucesso tal que devia ter dado a Sidney motivos para pensar. Londres deliciou-se com esse prato de história da realeza guarnecido de velhacos e prostitutas. Shakespeare prosseguiu com *Henry V* (Henrique V; 1599), emocionando e divertindo sua platéia com "o sussurro dos verdes campos", do agonizante Falstaff, empolgando-a com a fanfarronice de Agincourt e deleitando-a com o galanteio bilíngüe do rei invencível à Princesa Kate. A acreditarmos em Rowe, a rainha não gostou de que Falstaff morresse; ordenou a seu criador que o revivesse e o mostrasse apaixonado;[13] e John Dennis (1702), relatando a mesma história, acrescentou que Elizabeth desejou que se operasse esse milagre em duas semanas. Se tudo isso é verdade, *The Merry Wives of Windsor* (As Alegres Comadres De Windsor) constituiu extraordinário *tour de force*, pois, conquanto seja turbulenta com suas palhaçadas e entremeada de trocadilhos, apresenta Falstaff no auge de sua verve até ser lançado ao rio, em um balaio de roupa suja. Consta que com isso a rainha ficou satisfeita.

É surpreendente encontrar-se um dramaturgo capaz de produzir, em uma só estação (1599-1600?), tão insignificante tolice e, ao mesmo tempo, um idílio tão etéreo como *As You Like It*. A peça — talvez pelo fato de Shakespeare ter-se guiado por *Rosalynde* (1590), novela de Lodge — tem requinte musical, ainda que prejudicado por áridas galhofas, e sentimentos doces e delicados, bem como linguagem alegre e elegante. Que bela amizade encontramos aqui entre Celia e Rosalind — e Orlando gravando na casca das árvores o nome de Rosalind, "pendurando odes em espinheiros e elegias nos silvados"; que inesgotável eloqüência a de um Fortunatus, espargindo frases imortais em cada página, e as canções que têm sido bem acolhidas por milhões de lábios: *Under the greenwood tree, Blow, blow, thou winter wind, It was a lover and his lass!* É todo um manancial de deleitosas tolices e sentimentos que não encontram paralelo em qualquer literatura.

Mas, em meio a essa cornucópia de doces frutos, Monsieur Melancholy Jacques mistura alguns frutos amargos, anunciando que "o grande e universal teatro [da vida]

apresenta quadros mais tristes que as cenas que representamos" no tablado, que coisa alguma é certa exceto a morte, em geral depois de uma velhice desdentada, cega e desenxabida.

> *And so, from hour to hour we ripe and ripe,*
> *And then from hour to hour we rot and rot,*
> *And thereby hangs a tale.**[14]

E assim, o Cisne de Stratford-on-Avon preveniu-nos de que *As You Like It* era o canto de cisne de sua alegria, e que depois disso até nova ordem, estava disposto a tirar a máscara da vida e mostrar-nos sua sangrenta realidade. Iria agora abrir sua veia de trágico e misturar fel à sua ambrosia.

Em 1579, a tradução de Plutarco de Sir Thomas North expôs um tesouro para o drama. Shakespeare tomou três das *Vidas* e moldou-as em *The Tragedy of Julius Caesar* (A Tragédia de Júlio César; (1599?). Achou a tradução de North tão cheia de vida que se apropriou de várias passagens, palavra por palavra, apenas metrificando a prosa para transformá-la em versos brancos; a oração de Antônio, contudo, perante o cadáver de César, foi criação do próprio poeta, uma obra-prima de oratória e sutileza, a única defesa que concede a César. Sua admiração por Southampton, Pembroke e o jovem Essex talvez o tivesse obrigado a encarar o assassinato sob o ponto de vista dos aristocratas que conspiravam quando se viam ameaçados; assim, Brutus torna-se a figura central do drama. Nós, que temos os pormenores de Mommsen sobre a flagrante corrupção da "democracia" que César derrubou, sentimo-nos mais inclinados a simpatizar com este último e surpreende-nos ver morto, no início do terceiro ato, o personagem que dá o título à peça. O passado torna-se impotente nas mãos do presente que o remodela constantemente ao capricho do momento.

Ao escrever *Hamlet* (1600?), como aconteceu com *Julius Caesar*, Shakespeare teve o auxílio e o repto de uma peça com o mesmo tema; havia apenas seis anos que um *Hamlet* fora representado em Londres. Ignoramos o quanto ele extraiu dessa tragédia que se perdeu, ou das *Histoires Tragiques* (1576) de François de Belleforest, ou da *Historia Danica* (1514) do historiador danês Saxo Grammaticus; tampouco podemos dizer que Shakespeare tivesse lido *Of the Diseases of Melancholy*, recente tradução inglesa da obra francesa de medicina, escrita por Du Laurens. Duvidando estoicamente de todas as tentativas para transformar os dramas em autobiografias, sentimo-nos, entretanto, justificados ao indagarmos se algum desgosto pessoal — além da seriedade do tempo — contribuiu para o pessimismo gritante em *Hamlet*, tornado mais amargo nos dramas seguintes. Talvez tivesse sido uma segunda desilusão de amor. Terá sido a primeira prisão de Essex (5 de junho de 1600), ou o colapso da rebelião de Essex, sua prisão e a de Southampton, ou, quem sabe, execução do próprio Essex (25 de fevereiro de 1601)? Tais acontecimentos, com toda a certeza, emocionaram o sensível poeta que tão calorosamente louvou Essex no prólogo ao último ato de *Henry V* e que, na dedicatória de *Lucrece*, empenhou para sempre seu voto de fidelidade

* E assim, de hora em hora vamos amadurecendo, / E depois de hora em hora vamos apodrecendo, / E com isso faz-se uma história.

a Southampton. Seja como for, as maiores obras de Shakespeare foram escritas durante essas calamidades ou depois delas. São mais sutis no enredo, mais profundas nas idéias e mais grandiosas na linguagem do que as que as precederam, se bem que dirijam à vida as mais amargas censuras de que há registro em todas as literaturas. A vacilante vontade de Hamlet e sua quase "nobre e muito soberana razão" tornam-se mórbidas ao descobrir ele a realidade e a proximidade do mal, e, ainda, ao alimentar o veneno da vingança até que ele mesmo mergulhe em insensível crueldade, enviando Ofélia não para um convento mas para a loucura e a morte. No fim, a matança é geral. Somente Horácio sobrevive — ele é demasiado simplório para ser louco.

Entrementes, Elizabeth encontrava também o bálsamo final, e Jaime VI da Escócia tornava-se Jaime I da Inglaterra. Logo depois de sua ascensão ao trono, ele confirmou e estendeu os privilégios da companhia de Shakespeare, que passou a se chamar "os Homens do Rei". Os dramas de Shakespeare passaram a ser regularmente representados perante o soberano, e receberam amplo estímulo real. As três temporadas que decorreram no período de 1604 a 1607 levaram o poeta ao pleno desenvolvimento de seu gênio e de seu amargor. *Othello* (1604?) é uma peça tão vigorosa quanto inacreditável. Os espectadores viram-se tomados de piedade ante a devoção e a morte de Desdêmona, sentindo-se fascinados pela inteligência maligna de Iago; mas ao pintar a maldade tão consumada e sem motivo em um homem, Shakespeare caiu no mesmo erro de Marlowe, com seus personagens monolíticos; e até mesmo Otelo, a despeito de sua combinação de capacidade de comando e estupidez, carece daquela rica mistura de elementos que tornam humanos Hamlet e Lear, Brutus e Antônio.

Macbeth (1605?) representa uma contemplação ainda mais macabra do mal implacável. Shakespeare poderia citar Holinshed para a dureza dos fatos, mas tornou a história mais sombria com sua forte desilusão. Em *King Lear* (Rei Lear; 1606?), a disposição de espírito atingiu seu nadir, e a arte seu apogeu. A história havia sido elaborada por Godofredo de Monmouth, aceita por Holinshed e, mais tarde, levada à cena por um dramaturgo agora desconhecido, em *The True Chronicle of King Lear* (1605); o enredo era propriedade comum. O primeiro drama havia seguido Holinshed ao dar a Lear um fim feliz, graças à sua reconciliação com Cordélia e à restauração do trono; Shakespeare, ao que parece, é o culpado pela loucura e morte do rei destronado, tendo ainda acrescentado, no palco, o enceguecimento sangrento de Gloucester. O amargor é o tom característico do drama. Lear ordena a prosperidade da fornicação e a intensificação do adultério, "pois faltam-me soldados";[15] toda virtude, em sua sombria opinião, é uma fachada para a lubricidade, todo governo uma fonte de suborno e toda história é uma humanidade a atacar-se a si mesma. Enlouquece ao perceber a profundidade e a aparente vitória do mal, e perde toda fé numa Providência protetora.

Antony and Cleopatra (Antônio e Cleópatra; 1607) atinge menores alturas e profundidades. Há algo mais nobre na derrota de Antônio que na cólera de Lear, algo mais acreditável e consistente na paixão louca do romano pela rainha egípcia que na improvável crueldade do bretão para com uma filha absurdamente franca; e Cleópatra, covarde na batalha, é magnificente no suicídio. Aqui também Shakespeare utilizou peças anteriores para seu trabalho, tornando-as melhores, renovando e abrilhantando a muitas vezes repetida história, com análises de caráter mais sutis, e com a incessante magia e brilho de sua linguagem.

Em *Timon of Athens* (Timão de Atenas; 1608?), o pessimismo é sardônico e absoluto. Lear aponta seus dardos contra as mulheres, mas sente certa piedade tardia pela humanidade; o herói de *Coriolanus* (Coriolano; 1608?) despreza o povo como volúvel, sicofanta e desmiolado produto da despreocupação; Timão, porém, denuncia a todos, grandes e pequenos, e amaldiçoa a própria civilização, que culpa de haver desmoralizado a humanidade. Plutarco, em sua biografia de Antônio, citou Timão como sendo um célebre misantropo; Luciano colocou-o em um diálogo; e um drama inglês havia sido escrito sobre ele, oito anos antes de Shakespeare adotar o tema, com um colaborador desconhecido. Timão é um milionário ateniense, cercado de amigos bajuladores. Quando perde a fortuna e vê os amigos o abandonarem da noite para o dia, espana dos pés o pó da civilização e retira-se — um Jaques tomado de grande seriedade — para a solidão da floresta, onde espera "encontrar nas feras mais cruéis mais humanidade que na humanidade".[16] Deseja que Alcibíades fosse um cão, "para que eu pudesse amá-lo um pouco".[17] Vive de raízes, escava o solo e descobre ouro. Os amigos aparecem novamente; expulsa-os com contundente desprezo; mas quando chegam as prostitutas, dá-lhes ouro com a condição de infeccionarem com doenças venéreas tantos homens quanto possível:

Consumptions sow
In hollow bones of man; strike their sharp shins,
And mar men's spurring [marriages]. Crack the
lawyer's voice,
That he may never more false title plead,
And sound his quillets [quibbles] shrilly; hoar
the flamen [priest],
That scolds against the quality of flesh,
And not believes himself; down with the nose,
Down with it flat; take the bridge quite away...
And let the unscarr'd braggarts of the war
Derive some pain from you: plague all;
That your activity may defeat and quell
The source of all erection. — There's more gold;
*Do you damn others, and let this damn you...**[18]

Num êxtase de ódio, pede à natureza que cesse de criar homens e espera que feras maldosas se multipliquem, para eliminarem a raça humana. Esse excesso de misantropia fá-lo parecer irreal; não podemos acreditar que Shakespeare sentisse essa superioridade ridícula sobre homens pecadores, essa incapacidade covarde para suportar a vida. Tal *reductio ad nauseam* sugere a depuração do mal, e sugere que Shakespeare haveria de sorrir novamente.

* Semeai a consumpção / Nos ossos ocos dos homens; atacai-lhes as pernas, / E destruí-lhes a força. Rouca tornai / a voz do advogado, / Para que jamais possa defender causas injustas, / Nem bradar, em tom de falsete, suas sofistarias. / De lepra recobri o sacerdote, / Que censura a condição da carne, / E não acredita em seus próprios discursos; que lhe caia o nariz, / Caia de uma vez; a ponte removei... / E que de vós receba fundas marcas o fanfarrão / Que da guerra cicatrizes não trouxe; / Que vossa atividade possa destruir e secar / A fonte de toda ereção. — Aí tendes mais ouro! / Destruí outros mais, e que isto vos destrua também...

IV. ARTE

Como é que um homem de tão limitado estudo chegou a escrever dramas de tão variada erudição? Realmente não havia erudição. Em campo algum, salvo no da psicologia, era ela desenvolvida ou precisa. Shakespeare conhecia a Bíblia somente até o ponto em que lhe foi possível estudar na juventude; suas citações bíblicas são casuais e comuns. O conhecimento que tinha dos clássicos é superficial, sem método, aparentemente limitado às traduções. Conhecia a maior parte das divindades pagãs, mesmo as secundárias e as devassas, mas é possível que seu conhecimento adviesse da versão inglesa das *Metamorfoses*, de Ovídio. Cometeu pequenos enganos que Bacon, por exemplo, jamais teria cometido: chamou Teseu de duque, fez Heitor, do século XI a.C., referir-se a Aristóteles (que era do século III),[19] e fez um personagem, em *Coriolanus*[20] (século V a.C.) citar Catão (do século I).

Conhecia pouco o francês, e o italiano menos ainda. Tinha alguns conhecimentos de geografia, e colocou seus dramas em locais exóticos desde a Escócia até Éfeso; deu, entretanto, à Boêmia uma costa,* enviou Valentina por mar, de Verona a Milão[23], e fez Próspero partir de Milão, rumo ao oceano, em um navio.[24] Muita coisa que escreveu sobre a história romana foi extraída de Plutarco, e, sobre a história da Inglaterra, de Holinshed e de peças anteriores. Deu alguns *faux-pas* em história, sem importância para um dramaturgo: colocou um relógio na Roma de César, um bilhar no Egito de Cleópatra. Escreveu *King John* sem mencionar a *Magna Carta*, e *Henry VIII* sem se preocupar com a Reforma; novamente vemos o passado mudar a cada presente. Em linhas gerais, os dramas históricos ingleses são exatos sob o ponto de vista corrente; nos pormenores, não são dignos de fé; o patriotismo torna-lhes os pontos de vista tendenciosos: Joana d'Arc, para Shakespeare, não passa de uma feiticeira impudica. Contudo, muitos ingleses, como Marlborough, confessaram que grande parte de seu conhecimento de história inglesa adveio-lhes dos dramas de Shakespeare.

À semelhança de outros dramaturgos elisabetanos, Shakespeare empregou muitos termos jurídicos, às vezes inadequadamente; talvez os tivesse colhido nas Inns of Court — escolas de direito nas quais foram levadas à cena três de suas peças — ou nos vários processos com os quais seu pai ou ele mesmo se viram às voltas. Nele são abundantes as expressões musicais, o que, evidentemente, demonstra sua sensibilidade à música — "Não é estranho que tripas de carneiro arranquem emoções dos corpos humanos?"[25] Recorda-se com ternura das flores da Inglaterra, fazendo delas um rosário em *The Winter's Tale* e cobrindo com elas Ofélia em seu delírio; cita 180 plantas diferentes. Conhecia os esportes do campo e as qualidades de um cavalo. Mas tinha pouco interesse pelas ciências, as quais logo haveriam de fascinar Bacon. Como este, manteve-se fiel à astronomia ptolomaica.[26] Às vezes (Soneto 15) pareceu aceitar a astrologia, falando de Romeu e Julieta como "amantes não favorecidos pelos astros";[27] mas Edmund, em *Lear*, e Cássio, em *Julius Caesar*, rejeitam-na energicamente: "O erro, caro Brutus, não está em nossos astros, mas em nós mesmos, seres inferiores."[28]

* Ben Jonson ressaltou isso em suas conversas com Drummond, em Hawthornden.[21] Shakespeare tirou-o de uma novela de Robert Greene, um universitário graduado. No reinado de Ottakar II (1253-1278) a Boêmia estendeu seu domínio até às margens do Adriático.[22]

Considerando-se tudo isso em conjunto, evidencia-se que Shakespeare possuía a cultura incidental de um homem de negócios demasiado ocupado com suas representações teatrais, atos administrativos e subsistência para poder mergulhar a cabeça nos livros. Ele conhecia as mais assustadoras idéias de Maquiavel, referia-se a Rabelais e recorria a Montaigne; mas é improvável que tivesse lido suas obras. A descrição que Gonzalo faz de uma comunidade ideal[29] é tirada de um ensaio de Montaigne, "Dos Canibais"; e Caliban, nessa mesma peça, talvez seja uma sátira de Shakespeare sobre a idéia que Montaigne fazia dos índios americanos. É problema ainda não resolvido se o ceticismo de Hamlet tem alguma coisa a ver com as dúvidas cheias de jovialidade de Montaigne; o drama foi publicado em 1602, um ano antes da impressão da tradução de Florio, mas Shakespeare conhecera Florio e talvez tivesse visto o manuscrito. A sutil crítica de Montaigne às idéias tradicionais pode ter contribuído para imprimir um sentimento mais profundo em Shakespeare, mas nada há no francês que corresponda ao monólogo de Hamlet ou à amarga acusação contra a vida em *Lear, Coriolanus, Timon* e *Macbeth*. Shakespeare é Shakespeare — e mesmo surripiando enredos, passagens, frases, versos em toda parte, ele é o mais original, o mais característico e o mais criativo escritor de todos os tempos.

Sua originalidade está na linguagem, no estilo, na imaginação, na técnica dramática, no humor, nos caracteres e na filosofia. A linguagem é a mais rica em toda a literatura: 15.000 palavras, incluindo termos da heráldica, música, esportes e profissões, os dialetos dos condados, a gíria das ruas, um sem-número de neologismos criados na ocasião — *occulted, unkenneled, fumitory, burnet, spurring*... Ele condimentava as palavras e explorava os ângulos bem como as frestas da linguagem; amava os vocábulos em geral e derramava-os com alegre abandono; ao citar uma flor, sentia necessidade de continuar citando uma dúzia — as próprias palavras são fragrantes. Fez com que modestos personagens exprimissem circunlóquios polissílabos. Devastou alegremente a gramática: transformou substantivos, adjetivos e até advérbios em verbos, e verbos, adjetivos e, mesmo, pronomes, em substantivos; deu um verbo no plural para um sujeito no singular, e um verbo no singular para um sujeito no plural; mas não havia, ainda, gramáticas para orientar o bom uso da língua inglesa, nenhuma regra. Shakespeare escrevia às pressas e não tinha tempo para arrependimentos.

O estilo admirável, "maneirístico e barroco",[30] tem as falhas de sua riqueza anárquica: frases singularmente artificiais ou complexas, imagens afetadas, jogos de palavras monotonamente elaborados; trocadilhos em meio a tragédias, metáforas caindo umas sobre as outras em contraditória confusão, inúmeras repetições, sentenciosos lugares-comuns e, de quando em vez, expressões hilariantes, grotescas e bombásticas brotando dos lábios mais inverossímeis. O estudo dos clássicos, evidentemente, teria corrigido o estilo e evitado os *doubles-entenderes*; considere-se, porém, o que então se teria perdido. Talvez ele estivesse pensando em si mesmo quando fez Ferdinando descrever Adriano como um homem

That hath a mint of phrases in his brain;
One whom the music of his own vain tongue
Doth ravish like enchanting harmony...
*But, I protest, I love to hear him lie...**[31]

Desse tesouro saíram frases preciosas, de curso quase universal: o universo de nossos infortúnios; [32] os doces tempos de paz; [33] o pensamento é fruto do desejo; [34] diga a verdade e confundirás o demônio; [35] sopra o vento desse lado?;[36] pesada sempre é a fronte coroada;[37] torne mais belo o que é belo;[38] um simples toque da natureza nivela todos;[39] que tolos são esses mortais!;[40] o demônio sabe citar as Escrituras quando lhe convém;[41] loucura de verão;[42] o caminho do verdadeiro amor nunca é suave;[43] tenho o meu coração nas mãos;[44] um rei na acepção da palavra;[45] educado para esse costume;[46] a brevidade é a alma do espírito...[47] — e esta última frase é uma sugestão para que nos detenhamos aqui. E metáforas, milhares delas, das quais esta é uma amostra: "contemplar as velas concebidas e crescidas com os ventos travessos."[48] Passagens inteiras nos são agora familiares, como estas frases: o desordenado recamo de flores de Ofélia; Antônio sobre o cadáver de César; Cleópatra em sua agonia; Lourenzo na música das esferas. E todo um repertório de canções: "Quem é Sílvia?,"[49] "Ouvi, ouvi! a cotovia canta às portas do paraíso";[50] "Afasta, oh, afasta estes lábios."[51] Provavelmente Shakespeare tinha audiência por causa de sua plumagem, bem como por suas histórias.

"O lunático, o amante e o poeta unem-se pela imaginação";[52] Shakespeare era dois destes e, talvez, tivesse algo do terceiro. Criou um mundo em cada peça e, não satisfeito ainda, encheu impérios, florestas e charnecas imaginários de magia infantil, fadas apressadas, horríveis feiticeiras e fantasmas. Sua imaginação cria seu estilo que pensa por imagens, transforma as idéias em quadros e todas as abstrações em coisas percebidas ou vistas. Quem senão Shakespeare (e Petrarca) teria feito Romeu, exilado de Verona, atormentar-se de inveja ao ver que os gatos e cães podiam contemplar Julieta sendo-lhe isso negado? Quem mais (salvo Blake) teria feito o desterrado duque, em *As You Like It*, lamentar-se por ter de viver de animais de caça, geralmente mais belos que o homem? Pouco é de admirar que um espírito, tão perspicaz em todos os sentidos, tivesse reagido apaixonadamente contra a feiúra, a cobiça, a crueldade, a luxúria, a dor e os reveses que, às vezes, pareciam dominar o panorama do mundo.

A originalidade de Shakespeare é menor na técnica dramática. Como homem de teatro, conhecia os truques de seu ofício. Começava os dramas com cenas ou palavras calculadas para atrair a atenção de espectadores que jogavam cartas, quebravam nozes, bebiam cerveja e namoravam. Tirava todo o proveito possível das abundantes "propriedades" e da maquinaria do palco elisabetano. Estudava os atores que para ele trabalhavam, e criava papéis apropriados ao físico e às peculiaridades mentais deles. Empregava todos os recursos proporcionados pelos disfarces e fazia todas as mudanças de cena e complicações de um drama, em uma só peça. Mostra, porém, em sua arte, falhas ocasionadas pela pressa. Às vezes o enredo dividia a peça em duas; que tem

* Que possui um tesouro de frases em seu cérebro; / A quem a música de sua própria língua vaidosa / Arrebata qual encantadora harmonia... / Mas, protesto, agrada-me ouvi-lo mentir...

a tragédia de Gloucester a ver com a de Lear? Quase todas as histórias giram sobre coincidências improváveis, identidades ocultas, revelações oportuníssimas; é razoável acreditarmos em certa fantasia que se cria, no drama e na ópera, motivada pela história ou pela música, mas um artista deve reduzir ao mínimo a "estrutura sem base" de seu sonho. Menos importantes são as inconsistências de tempo ou caráter;[53] Shakespeare, presumivelmente, pensando em uma produção rápida e não em uma publicação esmerada, talvez julgasse que tais falhas passassem despercebidas por uma platéia excitada. Tanto as normas clássicas como o gosto moderno condenam a violência que, muitas vezes, prejudica o teatro de Shakespeare; era outra concessão à platéia e um esforço para concorrer com o matadouro-escola dos dramaturgos elisabetanos e jacobeus.

Com seu desenvolvimento, Shakespeare redimiu a violência com humor, aprendendo a difícil arte de intensificar a tragédia aliviando-a, no entanto, com certa comicidade. As primeiras comédias são de espírito e humor monótonos, e os primeiros dramas históricos enfadonhos pela falta de humor; em *Henry IV*, a tragédia e a comédia se alternam, mas não estão bem integradas uma na outra; em *Hamlet*, essa integração se realiza. Às vezes, o humor parece demasiado livre; Sófocles e Racine franziriam seus clássicos narizes ante as pilhérias sobre a flatulência humana[54] ou micturição eqüina.[55] Um dito erótico espirituoso, de quando em vez, cala melhor no gosto moderno. Em sua generalidade, o humor de Shakespeare é complacente, não tendo a selvagem misantropia de Swift; sentia que o mundo seria melhor graças a um ou dois palhaços; tolerava pacientemente os tolos, e igualava-se a Deus ao ver pouca diferença entre eles e os filósofos explicadores do mundo.

Seu maior palhaço rivaliza com Hamlet, como sua realização máxima na criação de um personagem — o que é a prova suprema de um dramaturgo. Ricardo II e Ricardo III, Hotspur e Wolsey, Gaunt e Gloucester, Brutus e Antônio erguem-se do limbo da história para entrar em uma segunda vida. Nem no drama grego, nem mesmo em Balzac, encontram-se personagens tão dotados de caráter consistente e de força vital. Mais reais são essas criações, as quais apenas parecem contraditórias por causa de sua complexidade — Lear, cruel e depois meigo; Hamlet, pensativo e impetuoso, hesitante e valoroso. Às vezes, os personagens são demasiado simples — Ricardo III, apenas vilão; Timão, simplesmente cínico; Iago, só dotado de ódio. Algumas das mulheres, em Shakespeare, parecem retiradas do mesmo molde — Beatriz e Rosalind, Cordélia e Desdêmona, Miranda e Hermione — e perdem a realidade; depois, às vezes, umas poucas palavras fazem-nas reviver; Ofélia, por exemplo, quando Hamlet lhe diz que nunca a amara, responde sem recriminações mas com triste e tocante simplicidade: "Eu fui a mais enganada." Observação, sentimento, empatia, surpreendente receptividade dos sentidos, percepção penetrante, escolha atenta dos pormenores importantes e característicos, persistente lembrança reúnem-se para povoar essa palpitante cidade de almas mortas ou imaginárias. Em dramas consecutivos, esses personagens crescem em realidade, complexidade e profundidade, até que, em *Hamlet* e *Lear*, o poeta se aperfeiçoa e transforma-se em filósofo, e seus dramas passam a ser os cintilantes veículos do pensamento.

V. FILOSOFIA

"Possuis alguma filosofia, pastor?"[56] Assim indaga Touchstone a Corin, e é o que perguntamos a Shakespeare. Um de seus rivais confessos respondeu negativamente a essa pergunta;[57] e podemos aceitar esse julgamento concebido por Bernard Shaw pois não há metafísica em Shakespeare, nenhuma opinião quanto à natureza final da realidade, nenhuma teoria sobre Deus. Shakespeare era demasiado prudente para pensar que uma criatura pudesse analisar seu criador ou, mesmo, que *seu* espírito, sustentado em uma fase terrena, pudesse compreender o todo. "Há mais coisas entre o céu e a terra, Horácio, do que as sonhadas em tua filosofia."[58] Se ele fazia uma suposição, conservava-a consigo e talvez, com isso, demonstrasse ser um filósofo. Fala com irreverência dos filósofos professos e duvida que qualquer um deles suportasse pacientemente uma dor de dentes.[59] Escarnece da lógica e prefere a luz da imaginação; não se oferece para resolver os mistérios da vida ou do espírito, embora os sinta e visione com uma intensidade que humilha e sobrepuja nossas hipóteses. Põe-se de lado e observa os dogmatistas se destruírem mutuamente ou se desintegrarem na catálise do tempo. Oculta-se em seus personagens, e é difícil descobri-lo; devemos precaver-nos para não atribuir a ele uma opinião, a menos que seja expressa com certa ênfase pelo menos por dois de seus personagens.

É, à primeira vista, mais psicólogo que filósofo; não, porém, como teórico, antes como fotógrafo mental, a colher pensamentos secretos e ações sintomáticas, reveladores da natureza do homem. Não é, contudo, um realista superficial; as coisas não acontecem e as pessoas não falam, na vida, como em suas peças; somando tudo, entretanto, achamos que, através dessas improbabilidades e extravagâncias, nos estamos aproximando da própria essência do instinto e do pensamento humanos. Shakespeare sabe tão bem quanto Schopenhauer que "a razão é um instrumento da vontade";[60] é completamente freudiano ao colocar poemetos eróticos nos lábios virgens da angustiada e transtornada Ofélia; e vai além de Freud, até Dostoievski, ao estudar Macbeth e sua "pior" feição.

Se interpretamos a filosofia, não como metafísica mas como qualquer grande perspectiva das questões humanas, como um exame generalizado não apenas do cosmo e do espírito mas também da moral, da política, da história e da religião, veremos que Shakespeare é filósofo mais profundo que Bacon, assim como Montaigne o é mais que Descartes; não é a forma que faz a filosofia. Ele reconhece a relatividade da moral: "As coisas são boas ou más conforme as julgamos,"[61] e "nossas virtudes repousam na interpretação do tempo".[62] Percebe o enigma do determinismo: alguns homens são maus por hereditariedade, "de que não são responsáveis, pois a natureza [o caráter] não pode escolher sua origem".[63] Conhece a teoria de Trasímaco sobre a moral: Ricardo III sustenta que "consciência é palavra usada pelos covardes e inventada para atemorizar os fortes; que nossos braços vigorosos sejam nossa consciência, e as espadas nossas leis";[64] Ricardo II julga que "merece ter aquele que conhece o meio mais forte e mais seguro para conseguir";[65] mas esses nietzschianos têm um triste fim. Shakespeare observa também a ética de honra feudal e aristocrática, dando-lhe muitas frases elevadas; censura, porém, como em Hotspur, sua inclinação para o or-

gulho e a violência, "destituída de civilidade e de autodomínio".[66] Afinal, sua própria ética é a da medida aristotélica e do domínio estóico. Moderação e razão são o tema das palavras de Ulisses reprovando Ajax e Aquiles.[67] Não basta, porém, a razão; é indispensável uma fibra estóica para fortalecê-la:

> *Men must endure*
> *Their going hence even as their coming hither:*
> *Ripeness is all...**[68]

A morte é perdoável quando vem depois de nos termos saciado. Shakespeare dá, também, boa acolhida a Epicuro, não admitindo contradição entre o prazer e a sabedoria. Dirige-se rispidamente aos puritanos e manda a criada Maria dizer a Malvolio: "Vá pastar"[69], isto é, "Você é um asno."É complacente como um papa para com os pecados da carne, e coloca nos lábios do ensandecido Lear um alegre peã para a cópula.[70]

Sua filosofia política é conservadora. Conhecia os sofrimentos dos pobres e fez Lear exprimi-los com emoção. Um pescador, em *Pericles* (1609?), observa que os peixes vivem no mar

> como os homens na terra — os grandes devoram os pequenos. Melhor comparação para nossos ricos avarentos não encontro senão na baleia; ela brinca e pula, levando pela frente os infelizes peixinhos e, finalmente, devora-os de uma só vez: ouvi dizer que existem tais baleias na terra, que não deixam de escancarar a boca até que tenham engolido toda a paróquia, a igreja, o campanário, os sinos e tudo mais.[71]

Gonzalo, em *The Tempest* (A Tempestade), sonha com um comunismo anárquico, em que "todas as coisas que a natureza produz sejam propriedade comum", não devendo haver leis, magistrados, trabalho nem guerra;[72] mas Shakespeare afastou sorridente essa utopia que a natureza do homem torna impossível; em qualquer formação, as baleias devorarão os peixes.

Qual era a religião de Shakespeare? Nesse particular, é difícil pesquisar em sua filosofia. Manifesta-se ele, através de seus personagens, em quase todas as religiões; e com tal tolerância que deve ter feito os puritanos pensarem ser ele um infiel. Inúmeras vezes citou com reverência a Bíblia, e fez Hamlet, que se supõe cético, falar convictamente em Deus, orações, céu e inferno.[73] Shakespeare e os filhos foram batizados segundo os ritos anglicanos.[74] Alguns de seus versos revestem-se vigorosamente de caráter protestante. O Rei João fala sobre as indulgências papais como "manobras de feitiçaria" e antecipa-se a Henrique VIII:

* Os homens devem suportar / A morte tanto quanto a vida: / O pleno desenvolvimento é tudo...

...no Italian priest
Shall tithe or toll in our dominions;
But as we, under heaven, are supreme head,
So, under Him, that great supremacy,
Where we do reign, we will alone uphold...
So tell the Pope, all reverence set apart
*To him and his usurpt authority.** [75]

Não obstante, é claro, João acaba indo a Canossa. Uma peça posterior — *Henry VIII* —, somente em parte escrita por Shakespeare, apresenta uma caracterização muito favorável de Henrique e Cranmer, terminando com um elogio a Elizabeth — todos eles os principais arquitetos da Reforma na Inglaterra. Há alguns toques pró-católicos, como na compassiva descrição de Catarina de Aragão e na de Frei Lourenço;[76] essas últimas personalidades, no entanto, chegaram a Shakespeare já construídas pela *novelle* dos católicos italianos.

Sobrevive certa fé em Deus em todas as tragédias. Lear, em seu azedume, acha que

As flies to wanton boys are we to the gods, —
*They kill us for their sport.*** [77]

Mas "Os deuses são justos", responde o bondoso Edgar, "e de nossos agradáveis vícios fazem instrumentos para atormentar-nos";[78] e Hamlet afirma sua fé em "uma divindade que modela nosso destino, qualquer que seja a rudeza com que o tenhamos delineado".[79] A despeito dessa fé vigorosa em uma Providência que nos trata com justiça, existe, nas maiores peças de Shakespeare, uma generalizada sombra de descrença na própria vida. Jaques vê nas "sete idades" do homem apenas um lento amadurecimento e uma rápida decomposição. Ouvimos o mesmo refrão em *John King*:

Life is as tedious as a twice-told tale
*Vexing the dull ear of a drowsy man;**** [80]

e no desprezo de Hamlet pelo mundo:

* ...nenhum padre italiano / Cobrará dízimos ou tributos em nossos domínios; / Mas, como nós, sob o céu, somos chefe supremo, / Assim, sob Ele, onde reinamos, somente nós / Manteremos a grande supremacia... / À parte toda reverência, dizei-o ao papa, / A ele e a sua autoridade usurpada.

** Somos para os deuses como as moscas para os meninos peraltas — / Eles nos matam por divertimento.

*** A vida é tão tediosa quanto uma história contada duas vezes / Molestando os ouvidos moucos de um homem sonolento;

Fie on't! O, fie! 'tis an unweeded garden,
That grows to seed; things rank and gross in nature
*Possess it merely;**[81]

e no de Macbeth:

Out, out, brief candle!
Life's but a walking shadow; a poor player
That struts and frets his hour upon the stage,
And then is heard no more: it is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury,
*Signifying nothing.***[82]

Qualquer idéia de imortalidade suaviza esse pessimismo? Lorenzo, depois de descrever a Jessica a música das esferas, acrescenta que "tal harmonia se encontra nas almas imortais".[83] Claudio, em *Measure for Measure* (Medida por Medida), antevê uma vida após a morte, mas nos termos sombrios do Inferno de Dante ou do Hades de Plutão:

Ah, but to die, and go we know not where;
To lie in cold obstruction, and to rot;
This sensible warm motion to become
A kneaded clod; and the delighted spirit
To bathe in fiery floods, or to reside
In thrilling region of thick-ribbed ice;
To be imprison'd in the viewless winds,
And blown with restless violence round about
*The pendent world... 'its too horrible!****[84]

Hamlet fala casualmente da alma como imortal, mas, em seu monólogo, não sustenta fé alguma; e, ao morrer, suas palavras na antiga versão da peça: "Céu, recebe minha alma," foram trocadas por Shakespeare pelas seguintes: "O resto é silêncio."

Não podemos dizer com segurança o quanto desse pessimismo adveio das exigências do drama trágico e o quanto manifesta a disposição de espírito de Shakespeare; mas sua repetição e ênfase sugerem a expressão dos momentos mais sombrios de sua

* Vergonha! Oh, vergonha! este é um jardim dominado pelas ervas daninhas; / Somente o ocupam os seres grosseiros / Por sua natureza;

** Apaga-te, apaga-te, efêmera vela! / A vida é apenas uma sombra que se move; no palco, / um pobre ator pavoneia-se e, durante uma hora, gesticula, / Para depois não mais ser ouvido: é uma história / Narrada por um idiota, cheia de ruído e violência, / Mas que nada significa.

*** Ah, morrer e ir não se sabe para onde; / Jazer em fria rigidez e decompor-se; / Transformar esse calor sensível em argila / Amassada; e o aprazível espírito / Banhar-se num oceano de fogo, ou morar / Em regiões impressionantes, de gelo espesso; / Sentir-se preso a ventos impenetráveis, / E jogado, com implacável violência, para todos os lados / Neste mundo suspenso... é horrível demais!

filosofia. Sua única mitigação, nessas peças culminantes, está no hesitante reconhecimento de que, em meio aos males deste mundo, há bênçãos e prazeres; e entre os vilões, muitos heróis e alguns santos — para cada Iago, uma Desdêmona; para cada Goneril, uma Cordélia; para cada Edmund, um Edgar ou um Kent; mesmo em Hamlet, sopra uma doce brisa a partir da fidelidade de Horácio e da melancólica ternura de Ofélia. Depois que o fatigado ator e dramaturgo deixou o caos e a tristeza da apinhada Londres, em demanda dos campos verdejantes e do consolo de sua casa em Stratford, recuperou ali o forte amor do homem pela vida.

VI. RECONCILIAÇÃO

Entretanto Shakespeare não tinha qualquer razão óbvia para queixar-se de Londres. Ela lhe dera sucesso, aplausos e fortuna. Há mais de 200 referências sobre ele, quase todas favoráveis, na literatura remanescente de seu tempo. Em 1598, o *Palladis Tamia: Wits Treasury*, de Francis Meres, citou Sidney, Spenser, Daniel, Drayton, Warner, Shakespeare, Marlowe e Chapman, nessa ordem, como os principais autores da Inglaterra; e classifica Shakespeare como o primeiro entre os dramaturgos.[86] Nesse mesmo ano, Richard Barnfield, um poeta rival, declarava que a obra de Shakespeare (da qual o melhor ainda estava por vir) já colocara seu nome no "Livro imortal da Fama".[87] Ele era popular mesmo entre seus competidores. Drayton, Jonson e Burbage figuravam entre seus amigos mais íntimos; e, embora criticando seu estilo empolado, sua despreocupada facilidade na composição e sua corajosa indiferença para com as regras clássicas, Jonson, na primeira edição *in-folio*, classificou Shakespeare acima de todos os outros dramaturgos antigos e modernos e considerou-o dramaturgo "não de uma época mas de todos os tempos". Nos documentos que Jonson deixou por ocasião de sua morte, há estas palavras: "Eu amava esse homem... a ponto de idolatrá-lo".[88]

Segundo a tradição, Jonson e Shakespeare iam às reuniões dos literatos na Mermaid Tavern, na Bread Street. Francis Beaumont, que os conhecia, exclamou:

> *What things have we seen*
> *Done at the Mermaid! — heard words that have been*
> *So nimble and so full of subtle flame*
> *As if that everyone from whence they came*
> *Had meant to put his whole wit in a jest,*
> *And had resolved to live a fool the rest*
> *Of his dull life.* *[89]

E Thomas Fuller, em *Worthies of England* (1662), relatou:

> Muitas eram as pelejas de espírito entre Shakespeare e Ben Jonson, os quais encaro como um grande galeão espanhol e uma nave de guerra inglesa. Mestre Jonson

* Que coisas presenciamos / Na Mermaid! — ouvimos palavras iluminadas / Por uma chama viva e tão sutil / Como se a intenção de todos aqueles, dos quais / Elas tinham vindo, fosse imprimir todo o seu talento / Em uma pilhéria, e resolvessem eles, depois, viver / Tolamente o resto da insípida vida.

(como o primeiro) era dotado de maior cultura e solidez, porém vagaroso na ação. Shakespeare... de menor vulto era mais ligeiro na marcha, podia movimentar-se com todas as marés, mudar de rumo à vontade e aproveitar-se de todos os ventos, graças à rapidez de seu espírito e engenho.[90]

Aubrey, por volta de 1680, sustentou a tradição facilmente acreditável sobre Shakespeare, de ser ele de "espírito vivíssimo e agradavelmente suave", acrescentando que "era um belo homem, bem proporcionado e excelente companhia".[91] As únicas imagens dele existentes são o busto colocado sobre seu túmulo na igreja de Stratford e a estampa gravada na primeira edição *in-folio*; ambos assemelham-se bastante, mostrando um homem meio calvo, com bigodes e (no busto) barba, nariz afilado e olhos meditativos, se bem que não demonstrando a chama que arde em suas peças. Talvez elas nos eludam sobre seu caráter; sugerem um homem de energia e paixão muito tensas, pairando entre o ápice do pensamento e da poesia e as profundezas da melancolia e do desespero; seus contemporâneos, entretanto, descrevem-no como pessoa cortês e sincera, homem que não se irritava facilmente, "de natureza franca e livre",[92] que gozava a vida indiferente à posteridade e que demonstrava um espírito prático não condizente com o de um poeta. Graças a economias ou presentes já estava bastante rico em 1598 para participar do financiamento do teatro Globe; e, em 1608, ele e seis outros construíram o Blackfriars. Sua participação nesses empreendimentos e seus ganhos, como ator e autor, deram-lhe uma renda apreciável — calculada, por uns e outros, entre 200 libras[93] a 600 libras[94] anuais. Esta última cifra parece explicar melhor sua aquisição de propriedades em Stratford.

"Ele tinha o costume", diz Aubrey, "de ir à sua terra natal uma vez por ano."[95] Às vezes, nessas viagens, detinha-se em Oxford, onde um certo Jonh Davenant mantinha uma estalagem; Sir William Davenant (poeta laureado em 1637) gostava de dar a entender que ele era o resultado imprevisto das leviandades de Shakespeare, ali.[96] Em 1597 o dramaturgo, por 60 libras, comprou New Place, a segunda grande casa em Stratford; mas continuou a viver em Londres. O pai morreu em 1601, deixando-lhe duas casas na Henley Street, Stratford. Um ano depois, Shakespeare comprou, por 320 libras, nas imediações da cidade, 51 hectares de terra, que, provavelmente, arrendou a sitiantes. Em 1605, adquiriu por 440 libras uma participação nos dízimos eclesiásticos esperados para Stratford e três outras comunidades. Enquanto estava escrevendo suas maiores peças em Londres, era conhecido em Stratford principalmente como homem de negócios bem-sucedido, freqüentemente às voltas com litígios relacionados às suas propriedades e investimentos.

Seu filho Hamnet morreu em 1596. Em 1607, sua filha Susanna casou-se com John Hall, médico importante de Stratford, e, um ano depois, fez do poeta avô. Ele tinha, agora, novos laços que o atraíam à terra natal. Por volta de 1610 retirou-se de Londres e do palco e mudou-se para New Place. Foi ali, ao que parece, que compôs *Cymbeline* (1609?), *The Winter's Tale* (História de inverno; 1610?) e *The Tempest* (A tempestade; 1611?). As duas primeiras são obras menores, mas *The Tempest* mostra ainda Shakespeare senhor de sua força. Nela temos Miranda que, logo no início, revela sua natureza quando, contemplando da praia o naufrágio de um navio, exclama: "Oh! Como sofri com aqueles que vi sofrer!"[97] Temos Caliban, resposta de Shakespeare a Rousseau. Temos Prospero, o bondoso mágico, entregando a vara mágica de sua arte

e despedindo-se afetuosamente de seu mundo de fantasias. Nos versos de contínua e acentuada eloqüência de Prospero, repercute o eco da melancolia do poeta:

Our revels now are ended. These our actors,
As I foretold you, were all spirits, and
Are melted into air, into thin air:
And, like the baseless fabric of this vision,
The cloud-capp'd towers, the gorgeous palaces,
The solemn temples, the great globe itself,
Yea, all which it inherit, shall dissolve,
And, like this insubstantial pageant faded,
Leave not a rack behind. We are such stuff
As dreams are made on; and our little life
*Is rounded with a sleep.**[98]

Mas essa não é agora a disposição dominante de seu espírito. Ao contrário, Shakespeare nesse drama modera-se, fala em riachos e flores, canta canções como *Full fathom five* e *Where the bee sucks, there suck I.* E, a despeito de toda crítica cautelosa e escrupulosa, é o poeta quem, envelhecendo, se despede através de Prospero:

...graves at my command
Have waked their sleepers, oped, and let'em forth
By my so potent art. But this rough magic
I here abjure... I'll break my staff,
Bury it certain fathoms in the earth,
And deeper than did ever plummet sound
*I'll drown my book.***[99]

E talvez seja novamente Shakespeare, alegre pela presença das filhas e da neta, quem exclama através de Miranda:

O wonder!
How many goodly natures are there here!
How beauteous mankind is! O brave new world
*That hath such people in it!****[100]

* Eis que terminam nossos festins. Esses nossos atores, / Como vos preveni, eram todos espíritos e / Dissolveram-se, transformando-se em tênue ar: / E, à semelhança da textura sem base desta visão, / As torres pelas nuvens envolvidas, os palácios deslumbrantes, / Os templos solenes, o próprio globo, / Sim, tudo que lhe é próprio dissolver-se-á, / E, como este apagado desfile sem substância, / Não deixará atrás de si vestígio algum. Somos / Da matéria de que são feitos os sonhos, e / Nossa pequena vida se remata com o sono.

** ...a uma ordem minha / Os túmulos despertaram os que neles repousavam, / E, abrindo-se, libertaram-nos graças a minha poderosa arte. / Mas renuncio aqui à turbulenta magia... Vou quebrar / Minha vara mágica e enterrá-la a metros de profundidade, / E, mais profundamente ainda, onde jamais chegou o som / De um instrumento, enterrarei meu livro.

*** Oh! maravilha! / Quantos seres divinos aqui existem! / Como é bela a humanidade! Oh! Admirável mundo novo / Que encerra em si tais criaturas!

Em 10 de fevereiro de 1616, Judith casou-se com Thomas Quiney. Em 25 de março, Shakespeare fez seu testamento. Deixou sua propriedade a Susanna, 300 libras a Judith, algumas pequenas doações a atores seus companheiros, e seu "segundo melhor leito" à esposa, de quem estava separado. Talvez tivesse combinado com Susanna para que cuidasse da mãe. Anne Hathaway viveu sete anos mais que Shakespeare. Em abril, segundo John Ward, vigário (1662-81) da igreja de Stratford, "Shakespeare, Drayton e Ben Jonson tiveram uma reunião alegre e parece que beberam demais, pois Shakespeare morreu de uma febre contraída na ocasião".*[101] Sua morte ocorreu a 23 de abril de 1616. O corpo foi sepultado sob a capela-mor da igreja de Stratford. No solo, perto, lê-se, gravado em uma pedra que não traz nome algum, um epitáfio que a tradição local atribui à mão de Shakespeare:

GOOD FRIEND, FOR JESUS SAKE FORBEARE
TO DIGG THE DUST ENCLOASED HEARE.
BLESE BE YE MAN YT [THAT] SPARES THES STONES,
*AND CURST BE HE YT MOVES MY BONES.***

VII. POST-MORTEM

Tanto quanto sabemos, Shakespeare não cogitava da publicação de suas peças; as 16 que apareceram separadamente durante sua existência foram impressas sem sua cooperação, geralmente *in-quarto* e com vários graus de adulteração no texto. Irritados com tais piratagens, John Heming e Henry Condell, dois de seus antigos sócios, imprimiram em 1623 a primeira edição *in-folio,* reunindo em um só grande volume de 900 páginas de coluna dupla o texto autorizado de suas 36 peças teatrais. "Cumprimos apenas... um dever para com o morto" — dizia o prefácio — "...sem outra ambição, quer de granjear fama ou lucros para nós; desejamos somente manter viva a lembrança de tão digno amigo... como foi o nosso Shakespeare." Podia-se comprar o volume, naquela época, por uma libra; cada exemplar — 200 ao todo, aproximadamente — é agora avaliado em 17.000 libras, o preço mais elevado que atingiu qualquer livro, exceto a Bíblia de Gutenberg.

A fama de Shakespeare variou, curiosamente, com o tempo. Milton (1630) louvou "o mais doce Shakespeare, filho da fantasia"; mas a fama do bardo declinou durante o período do puritanismo, quando os teatros foram fechados (1642-60). Reviveu com a Restauração. Sir John Suckling, em seu retrato feito por Van Dyck (na Frick Gallery, de Nova York), aparece segurando o *in-folio* aberto em *Hamlet*. Dryden, o oráculo do fim do século XVII, elogia Shakespeare como tendo "de todos os poetas modernos e, talvez, antigos... a maior e mais compreensiva alma... sempre grande, quando grande

* "Não há razão para se rejeitar este relato." — Sir E. K. Chambers, *William Shakespeare*, I, 89.

** Bom amigo, por amor de Jesus abstende-vos / De escavar a terra aqui contida. / Abençoado o homem que poupar estas pedras, / E amaldiçoado aquele que tocar em meus despojos.

se lhe apresentava uma ocasião", se bem que "muitas vezes vulgar, insípida, sua comicidade degenerava em agressões, suas expansões de seriedade em termos bombásticos".[102] John Evelyn observou em seu diário (1661) que "as velhas peças desagradam a esta época requintada, desde a ausência prolongada de Sua Majestade" — isto é, desde que Carlos II e os realistas haviam trazido para a Inglaterra as normas dramáticas da França. Logo depois, os teatros da Restauração levaram à cena os mais obscenos dramas da literatura moderna. As peças de Shakespeare ainda continuaram a ser representadas, mas geralmente "adaptadas", por Dryden, Otway ou outros, ao gosto da Restauração.

O século XVIII restaurou as peças de Shakespeare. Nicholas Rowe publicou (1709) a primeira crítica e a primeira biografia; Pope e Johnson publicaram edições e comentários; Betterton, Garrick, Kemble e Mrs. Siddons deram a Shakespeare uma popularidade no palco até então desconhecida; e Thomas Bowdler teve seu próprio nome transformado em verbo na língua inglesa ao publicar (1818) uma versão expurgada, omitindo trechos "que não são convenientes para serem lidos em voz alta, em família". Em princípios do século XIX, o movimento romântico comoveu-se com Shakespeare, e os superlativos de Coleridge, Hazlitt, De Quincey e Lamb transformaram-no em deus tribal.

A França opôs dificuldades. Por volta de 1700, seus padrões literários haviam sido formados por Ronsard, Malherbe e Boileau na tradição latina de ordem, forma lógica, gosto delicado e domínio racional; havia adotado — com Racine — as regras clássicas do drama; perturbou-se com as peças de palavras empoladas de Shakespeare, com suas borbulhantes torrentes de frases, seus tumultos emocionais e rudes palhaços, e com o fato de ele misturar comédia com tragédia. Voltaire, regressando da Inglaterra em 1729, trouxe consigo algumas apreciações sobre Shakespeare e foi "o primeiro francês a mostrar algumas pérolas que encontrei em sua enorme estrumeira";[103] quando, entretanto, alguém classificou o poeta inglês acima de Racine, Voltaire levantou-se em defesa da França, chamando Shakespeare de "um amável bárbaro".[104] Fez, no seu *Dicionário Filosófico* (1765), algumas emendas: "Há, neste mesmo homem, passagens que exaltam a imaginação e penetram o coração... Ele atinge o sublime sem o ter procurado."[105] Mme. de Staël (1804), Guizot (1821) e Villemain (1827) auxiliaram a França a tolerar Shakespeare. Finalmente a tradução das peças por François, filho de Victor Hugo, em excelente prosa, fez Shakespeare conquistar o respeito da França, se bem que jamais a devota admiração ali tributada a Racine.

Teve o bardo melhor público na Alemanha, onde nenhum dramaturgo nativo lhe contestou o valor. Foi Gotthold Lessing, o primeiro grande dramaturgo da Alemanha, quem, em 1759, informou seus compatriotas de que Shakespeare era superior a todos os poetas antigos e modernos; e foi apoiado por Herder. August von Schlegel, Ludwig Tieck e outros líderes da escola romântica desfraldaram a bandeira shakespeariana, tendo Goethe contribuído com uma discussão entusiástica sobre *Hamlet*, no *Wilhelm Meister* (1796).[106] Shakespeare tornou-se popular nos palcos alemães, e, durante certo tempo, a erudição alemã superou a Inglaterra no esclarecimento da vida e das peças de Shakespeare.

Para aqueles que foram criados na atmosfera de Shakespeare, era impossível fazer uma avaliação ou comparação objetiva. Só quem conheça a língua, a religião, as artes,

os costumes e a filosofia dos gregos do tempo de Péricles poderá perceber a inigualável dignidade do drama trágico dionisíaco, a inflexível simplicidade e a inexorável lógica de sua estrutura, sua altiva contenção em palavras e ações, o tocante comentário de seus cantos corais, a elevada aventura de se ver o homem na perspectiva de seu lugar e seu destino no cosmo. Somente quem conheça a língua e o caráter franceses, bem como o cenário do *grand siècle*, poderá sentir nas peças de Corneille e Racine, não só a majestade e a música dos versos como, também, o heróico esforço da razão para espalhar emoções e impulsos, o estóico apego às normas clássicas, a concentração do drama em poucas horas de tensão ao fazer um resumo das vidas e ao decidir sobre elas. Somente quem conheça o inglês em sua opulência elisabetana, quem possa acompanhar com prazer as asas elisabetanas da retórica, da poesia e das verberações, quem não faça restrições ao teatro que reproduz a natureza e dá rédeas soltas à imaginação, poderá aceitar de braços e coração abertos as peças de Shakespeare, como elas merecem. Tal homem se sentirá empolgado pelo esplendor da linguagem, e do âmago de seu espírito ver-se-á obrigado a seguir e sondar seus pensamentos. São estas as três dádivas que marcaram três épocas dramáticas no mundo, e precisamos, a despeito de nossas limitações, acolhê-las todas com veneração, agradecer essa herança que nos legaram a sabedoria da Grécia, a beleza da França e a vida ao tempo de Elizabeth.

(Mas, naturalmente, Shakespeare é supremo.)

CAPÍTULO V

Maria Stuart, Rainha dos Escoceses

1542-87

I. A FADA RAINHA

EM meio aos dramas da Reforma escocesa e da política elisabetana desenrolava-se a tragédia de Maria Stuart com toda a fascinação da beleza, do amor apaixonado, dos conflitos religiosos e políticos, assassínios, revoluções e morte heróica. Sua ascendência quase lhe assegurava um fim violento. Era filha do Stuart Jaime V da Escócia e de Maria de Guise, Lorena e França; neta de Margaret Tudor que, por sua vez, era filha de Henrique VII, da Inglaterra; era, portanto, prima em segundo grau de "Maria, a Sangüinária", e de Elizabeth; por consenso, a legítima herdeira da coroa inglesa se Elizabeth morresse sem deixar descendentes; e para aqueles que — como todos os católicos (e, anteriormente, Henrique VIII) — consideravam Elisabeth uma bastarda e, portanto, impedida de governar, Maria, e não Elizabeth Tudor, é quem devia em 1558 ter ocupado o trono da Inglaterra. Para que a tragédia se tornasse coisa certa, Maria, ao tornar-se rainha da França (1559), permitiu que seus adeptos e documentos oficiais a chamassem de rainha da Inglaterra. De há muito era pretensão dos reis de França serem também reis da Inglaterra e vice-versa; mas, nesse caso, a pretensão chegava a ser quase uma reivindicação geralmente reconhecida. Elizabeth não podia se sentir segura da coroa enquanto Maria vivesse. Somente o bom senso poderia ter salvo a situação, mas os soberanos raramente se submetem a ele.

A Maria, logo no ano de seu nascimento, foram oferecidos diversos reinos. Com uma semana de nascida, a morte do pai fê-la rainha dos escoceses. Henrique VIII, esperando unir a Escócia como apanágio da Inglaterra, propôs que a infante fosse prometida como noiva de seu filho Eduardo, e enviada à Inglaterra e ali educada — presumivelmente como protestante — para ser rainha e esposa de Eduardo. A mãe de Maria, que era católica, em lugar disso aceitou o oferecimento de Henrique II de França (1548), para dá-la em casamento a seu filho, o delfim. Para evitar um rapto para a Inglaterra, Maria, então com seis anos, foi levada às pressas para a França. Ali permaneceu durante 13 anos, foi educada com os filhos da família real e imbuiu-se completamente do espírito francês, ela, cujo sangue era já metade francês. Ao tornar-

se moça, adquiriu todos os encantos da mulher na beleza das feições e das formas, na vivacidade do espírito e na encantadora graça de maneiras e palavras. Cantava docemente, tocava bem o alaúde, falava latim e escrevia poesias que poetas elogiavam fingidamente. Cortesãos vibravam ante "a brancura nívea de seu rosto puro" (Brantôme),[1] "o dourado de seus cabelos ondulados e trançados" (Ronsard),[2] a delicada elegância de suas mãos, seu busto perfeito; e até o grave e sóbrio L'Hôpital achava que tal encanto devia ser o revestimento de uma deusa.[3] Ela se tornou a figura mais atraente e mais perfeita na mais requintada corte da Europa. Quando, na idade de 16 anos, se casou com o delfim (24 de abril de 1558), e, ainda, quando aos 17 anos se tornou, pela ascensão do marido ao trono, rainha de França, parecia que se tinham concretizado todas as esperanças de um sonho fantástico.

Mas Francisco II morreu a 5 de dezembro de 1560, após dois anos de governo. Viúva aos 18 anos, Maria pensou em se retirar para uma propriedade em Touraine, pois amava a França. Entrementes, a Escócia passara a ser protestante; a França corria o perigo de perdê-la como aliada. O governo francês afirmou que era dever de Maria ir a Edimburgo reconduzir sua terra natal à aliança com a França e à religião católica. Embora com relutância, dispôs-se ela a deixar o conforto e os esplendores da civilização francesa pela vida em uma Escócia da qual dificilmente se lembrava e que imaginava ser um país bárbaro e frio. Escreveu aos principais nobres escoceses afirmando sua fidelidade à Escócia; não os informou, porém, de que em seu contrato de casamento havia assinado um documento transferindo a Escócia aos reis da França, caso morresse sem deixar descendentes. Os nobres, tanto os protestantes quanto os católicos, ficaram encantados; o parlamento escocês convidou-a a vir tomar posse do seu trono. Maria pediu a Elizabeth um salvo-conduto para atravessar a Inglaterra; foi-lhe recusado. No dia 14 de agosto de 1561, ela partiu de Calais, despedindo-se lacrimosa da França e contemplando a costa, que ficava para trás, até que nada mais restou senão o mar.

Cinco dias depois desembarcou em Leith, o porto de Edimburgo, e descobriu a Escócia.

II. ESCÓCIA: 1560-61

A Escócia era uma nação de raízes antigas e de costumes arraigados: confinada por acidentadas regiões montanhosas, no norte, a um regime feudal de nobres quase independentes, que organizavam e exploravam uma cultura um tanto primitiva de caça, pastoreio e arrendamento de lavouras; no sul, favorecida por belas planícies regadas por chuvas, porém obscurecidas por longos invernos e um frio paralisante; um povo que lutava por criar uma ordem moral e civilizada em um ambiente de analfabetismo, bastardias, corrupções, ilegalidades e violências: crivada de superstições e enviando feiticeiras às fogueiras, e, ao mesmo tempo, procurando, numa tensa fé religiosa, alguma esperança de uma vida menos árdua. Para contrabalançar a força desagregadora dos barões, os reis haviam apoiado o clero católico, dotando-o de uma riqueza que o conduzia à venalidade, à apatia e às concubinas.[4] Os nobres cobiçavam a riqueza da Igreja; aviltavam o clero, preenchendo os cargos eclesiásticos com seus

filhos mundanos; enfim, declararam-se a favor da Reforma e fizeram do Parlamento escocês, que dominavam, senhor da Igreja e do Estado.

O perigo externo era o mais forte incentivo à união interna. A Inglaterra sentia-se insegura nesta ilha partilhada com os indomáveis escoceses; por isso, procurou, repetidas vezes, por meio da diplomacia, do casamento ou da guerra, trazer a Escócia para o domínio inglês. Receando a absorção, a Escócia aliou-se a uma França tradicionalmente hostil à Inglaterra. Cecil aconselhou Elizabeth a apoiar os nobres protestantes contra a rainha católica; a Escócia, assim, ficaria dividida e deixaria de ser um perigo para a Inglaterra ou um apoio para a França. Os chefes protestantes, além disso, caso fossem coroados de êxito, poderiam rejeitar Maria Stuart, dar o trono a um nobre protestante e tornar toda a Escócia um país protestante; em seu íntimo, Cecil sonhava unir a Escócia à Inglaterra, para o que persuadiria Elizabeth a casar-se com tal rei.[5] Quando a França enviou tropas à Escócia para eliminar os protestantes, Elizabeth despachou um exército para protegê-los e expulsar os franceses. Derrotados no campo de batalha, os representantes da França assinaram, em Edimburgo (6 de julho de 1560), um fatídico tratado dispondo que os franceses deviam deixar a Escócia e que Maria devia cessar de reivindicar o trono da Inglaterra. A conselho de Francisco II, seu esposo, que morreria neste mesmo ano, Maria recusou-se a ratificar o tratado. Elizabeth anotou esse fato.

Também a situação religiosa era confusa. O "Parlamento da Reforma" escocês de 1560 aboliu, oficialmente, o catolicismo e estabeleceu o protestantismo calvinista como religião do Estado; esses atos, no entanto, não receberam de Maria, como soberana, a ratificação então necessária para que os decretos parlamentares se tornassem leis do país. Sacerdotes católicos ainda mantinham a maioria das prebendas escocesas; metade dos nobres era "papista", e John Hamilton, de sangue real, ainda ia ao Parlamento como primaz católico da Escócia. Todavia em Edimburgo, St. Andrews, Perth, Stirling e Aberdeen grande parte da classe média havia sido conquistada pelo calvinismo através de pregadores devotados sob a direção de John Knox.

No ano que antecedeu à chegada de Maria, Knox e seus auxiliares haviam redigido um Livro de Disciplina definindo sua doutrina e seus objetivos. Religião deveria significar protestantismo; "devotos", somente os calvinistas; a "idolatria" incluiria "a missa, a invocação dos santos, a adoração de imagens e a manutenção... delas", e "os sustentadores e mestres de tais abominações não deveriam escapar à punição do magistrado civil". Toda doutrina "incompatível com" o Evangelho deveria "ser completamente suprimida para a salvação do homem".[6] Os ministros seriam eleitos pelas congregações, estabeleceriam e franqueariam escolas para todas as crianças devotas e teriam o controle das universidades escocesas — de St. Andrews, Glasgow e Aberdeen. A riqueza da Igreja Católica e os dízimos eclesiásticos, que continuariam a ser cobrados, seriam dedicados às necessidades dos ministros, à educação do povo e à assistência aos pobres. A nova Kirk (Igreja Nacional da Escócia), e não o Estado secular, é que legislaria sobre moral e prescreveria as penas pelas transgressões — embriaguez, gula, profanações, extravagância no trajar, opressão aos pobres, licenciosidade, fornicação e adultério. Todos aqueles que resistissem à nova doutrina ou persistentemente se ausentassem dos ofícios religiosos seriam entregues ao braço secular, com a recomendação da Kirk para serem condenados à morte.[7]

Os lordes que dominavam o Parlamento, contudo, recusaram-se a aceitar o Livro de Disciplina (janeiro de 1561). Não lhes agradava absolutamente uma Kirk poderosa e independente. Tinham planos próprios para usar a riqueza da Igreja então vencida. O Livro ficou sendo o alvo e o guia do desenvolvimento da Kirk.

Derrotado em sua tentativa para estabelecer uma teocracia — governo de sacerdotes que afirmavam falar em nome de Deus — Knox esforçou-se com a maior tenacidade no sentido de organizar uma congregação de novos ministros, descobrir fundos para apoiá-los e espalhá-los por toda a Escócia para que fizessem face a um clero católico ainda em função. O poder dogmático de suas prédicas e o entusiasmo da congregação tornaram-no uma força em Edimburgo e no Estado. A rainha, católica, devia levar isso em conta antes de poder consolidar o governo.

III. MARIA E KNOX: 1561-65

Ela tomara providências para chegar à Escócia uma quinzena antes da data em que era esperada, pois temia certa oposição ao seu desembarque. Mas a notícia de sua chegada a Leith espalhou-se pela capital e logo as ruas ficaram cheias de gente. Todos se surpreenderam ao ver que sua rainha era uma bela jovem cheia de vivacidade, e que não tinha ainda 19 anos; a maioria aclamou-a enquanto ela cavalgava graciosamente seu palafrém a caminho do Palácio Holyrood; e ali, os nobres — protestantes e católicos — receberam-na orgulhosos por ter a Escócia uma rainha tão encantadora que poderia, algum dia, em pessoa ou por meio de um filho, trazer a Inglaterra sob o governo de um soberano escocês.

Os dois retratos[8] que chegaram até nós confirmam sua fama de ter sido uma das mais belas mulheres de seu tempo. Não sabemos dizer até que ponto os pintores, agora desconhecidos, a idealizaram, mas em ambos os casos vemos feições finamente modeladas, mãos delicadas e os abundantes cabelos castanhos que haviam fascinado barões e biógrafos. Mesmo assim, aqueles retratos mal revelam a verdadeira atração da jovem rainha — seu espírito alegre, seus "lábios sorridentes", sua linguagem fluente e viva, o frescor de seu entusiasmo, seu pendor para a bondade e a amizade, seu desejo de afeição, sua imprudente admiração pelos homens fortes. Foi uma tragédia desejar ser mulher e rainha — sentir todo o ardor do romance sem enfraquecer os privilégios do mando. Ela se via como heroína dos contos de cavalaria — altiva porém delicada e, ao mesmo tempo, casta e sensual, capaz de desejos ardentes e sensível sofrimento, de terna piedade, incorruptível lealdade e uma coragem que mais se acentuava com a aproximação do perigo. Era hábil amazona, saltava com arrojo cercas e fossos e, nas campanhas, suportava as dificuldades sem se mostrar fatigada e sem se queixar. Mas não estava física ou mentalmente preparada para ser rainha. Era frágil em tudo, exceto na vitalidade nervosa; sofria de desmaios que pareciam ataques epiléticos, e certo mal não diagnosticado muitas vezes a paralisava de dor.[9] Não possuía a inteligência masculina de Elizabeth. Mostrava-se muitas vezes hábil, mas raramente sábia; deixava constantemente que a paixão arruinasse a diplomacia. Demonstrava às vezes notável autodomínio, paciência e tato; e depois, novamente, deixava-se levar pela exal-

tação e uma língua ferina. Ela foi uma beleza marcada, não abençoada com a inteligência; e seu caráter ditou-lhe o destino.

Maria esforçou-se arduamente para afastar os inúmeros perigos de sua situação, equilibrada entre lordes ambiciosos, pregadores hostis e um clero católico decadente, que não honrava a confiança que ela depositava em sua religião. Escolheu para chefes de seu Conselho Privado dois protestantes: seu meio-irmão bastardo Lorde James Stuart — que mais tarde veio a ser Conde de Murray (ou Moray), com 26 anos — e William Maitland de Lethington, com 36 anos, que possuía mais inteligência que caráter e que até o dia de sua morte, sempre transacionando, constantemente mudava de facção. O objetivo da diplomacia de Maitland era admirável — a união da Inglaterra à Escócia como única alternativa para uma hostilidade destruidora. Em maio de 1562, Maria enviou-o à Inglaterra para conseguir uma entrevista entre ela e Elizabeth; esta concordou, mas seu Conselho hesitou, temendo que até mesmo o mais indireto reconhecimento do direito de Maria Stuart à sucessão inglesa encorajasse os católicos a tentarem assassinar Elizabeth. As duas rainhas correspondiam-se com diplomático afeto enquanto procuravam, uma e outra, fazer o jogo do gato na caça ao rato.

Os três primeiros anos do governo de Maria Stuart foram um sucesso em tudo, menos em matéria de religião. Conquanto não se adaptasse ao clima e à cultura da Escócia, ela procurou, com danças, mascaradas e atrativos, transformar o Palácio de Holyrood em uma pequena Paris em zona subártica; e a maioria dos lordes degelou-se sob o sol de sua alegria. Knox, resmungando, dizia que eles estavam enfeitiçados. Maria permitiu que Murray e Maitland administrassem o reino, o que fizeram razoavelmente bem. Durante certo tempo, mesmo o problema religioso parecia ter sido resolvido pelas concessões feitas. Quando os agentes do papa instaram para que ela restabelecesse o catolicismo como religião oficial do país, Maria respondeu que isso, na ocasião, era impossível; Elizabeth forçosamente haveria de intervir. Para apaziguar os protestantes escoceses expediu (26 de agosto de 1561) uma proclamação, proibindo aos católicos qualquer tentativa de modificação na religião estabelecida; pediu, entretanto, que lhe fosse permitido exercer em particular o próprio culto, e que fosse celebrada missa, para ela, na capela real.[10] No dia 24 de agosto, um domingo, celebrou-se missa ali. Alguns protestantes reuniram-se do lado de fora e exigiram "a morte do sacerdote idólatra";[11] Murray, porém, impediu que invadissem a capela, enquanto seus auxiliares conduziam o sacerdote para lugar seguro. No domingo seguinte, Knox denunciou os lordes por permitirem a celebração da missa e declarou à congregação que, para ele, uma só missa constituía maior ofensa que 10.000 adversários armados.[12]

A rainha mandou chamá-lo e procurou conquistar-lhe a indulgência. No dia 4 de setembro, em seu palácio, as duas religiões mantiveram uma entrevista histórica cujos pormenores são conhecidos somente pelo relatório de Knox.[13] Ela censurou-o por haver provocado rebelião contra a autoridade devidamente constituída de sua mãe, e por ter escrito sua "carga de explosivos" contra "o monstruoso governo de mulheres" — que compreendia todos os soberanos do sexo feminino. Respondeu ele: "Se a reprovação da idolatria implica levantar súditos contra os príncipes, então não posso ser desculpado, pois Deus quis... fazer com que eu (entre muitos) revelasse a este reino a vaidade das religiões papistas e a burla, o orgulho e a tirania daquele anticristo

romano", o papa. Quanto à "carga de explosivos": "*Madame*, aquele livro foi escrito especialmente contra a perversa Jezebel da Inglaterra", Maria Tudor. Continua o relatório de Knox:

> — Julgais — perguntou ela — que os súditos devem opor-se a seus príncipes?
> — Se — ele, Knox, respondeu — os príncipes passarem dos limites... não haverá dúvida de que encontrarão resistência, até mesmo pela força.
> ...A rainha quedou-se como que surpresa... Disse finalmente:
> — Bem, percebo então que meus súditos vos obedecerão, e não a mim.
> — Deus me livre — respondeu ele — de querer ordenar a qualquer um deles que me obedeça, ou mesmo de deixar os súditos com liberdade de fazer o que lhes aprouver. Meu trabalho é fazer com que príncipes e súditos obedeçam a Deus... E essa sujeição a Deus e a Sua conturbada Igreja, *Madame*, é o maior mérito que a carne poderá obter nesta terra.
> — Sim — declarou ela — mas vós não sois a Kirk (Igreja) que irei sustentar. Defenderei a Igreja de Roma, pois penso ser ela a verdadeira Igreja de Deus.
> — Vossa vontade, *Madame* — respondeu ele — não tem fundamento; tampouco o tem vossa idéia de fazer da cortesã romana a verdadeira e imaculada esposa de Jesus Cristo. E não vos admireis, *Madame*, se chamo Roma de cortesã, pois essa Igreja está completamente poluída por toda espécie de fornicação espiritual...
> — Minha consciência — retrucou ela — não diz isso.

Se essa conversa foi relatada com fidelidade, representou um confronto dramático da monarquia com a democracia teocrática, do catolicismo com o calvinismo. Se nos é lícito acreditar em Knox, a rainha recebeu suas censuras sem represálias, simplesmente dizendo — "Vós sois nossa cruz [a mais dolorosa] para mim"; com isso, ela foi jantar, e Knox foi para sua igreja. Lethington desejara que "o Sr. Knox a tratasse mais delicadamente, por ser uma jovem princesa ainda sem o espírito inteiramente formado".[14]

Seus adeptos, todavia, não acharam que ele a tivesse tratado muito duramente. Quando Maria apareceu em público, alguns chamaram-na de idólatra, e crianças disseram-lhe que ouvir missa era pecado. Os magistrados de Edimburgo decretaram o desterro de "monges, frades, padres, freiras, adúlteros e de todas as pessoas imundas".[15] A rainha depôs os magistrados e ordenou novas eleições. Em Stirling, os padres que procuraram servi-la foram expulsos, com a cabeça ensangüentada, "enquanto ela chorava perdidamente".[16] A Assembléia Geral da Kirk exigiu que a rainha fosse proibida de ouvir missa onde quer que fosse, mas os lordes do Conselho recusaram-se a concordar com tal proibição. Em dezembro de 1561 surgiu acalorada disputa entre o Conselho e a Kirk sobre a distribuição das rendas eclesiásticas: os ministros protestantes receberam uma sexta parte, a rainha uma sexta parte e o clero católico (ainda a grande maioria) dois terços. Knox resumiu a questão dizendo que duas partes haviam sido dadas ao demônio e uma terça parte fora dividida entre o demônio e Deus.[17] Os ministros protestantes recebiam, em média, 100 marcos ($3,333?) por ano.[18]

Durante todo o ano seguinte, a congregação da Kirk continuou a atacar a rainha. Sentia-se escandalizada pelas mascaradas e pelos festins, pelas danças e flertes na corte de Maria. Ela reduziu suas diversões em deferência aos protestos, mas mesmo assim os ministros protestantes achavam que ela ainda se excedia, pois continuava a ouvir

missa. "John Knox" — escreveu um contemporâneo — "troveja do púlpito, de modo que nada receio tanto quanto o dia em que ele prejudicará a todos. Quer dominar a todos, e todos o temem."[19] Também nisso a Reforma entrou em luta com a Renascença.

No dia 15 de dezembro de 1562 Maria intimou Knox a ir a sua presença. Perante Murray, Lethington e outros acusou-o de ensinar seus adeptos a odiá-la. Knox afirmou ter respondido que "os príncipes... ocupam-se mais em divertir-se do que em ler ou ouvir as santas palavras de Deus; e para eles os rabequistas e bajuladores... são mais preciosos que os homens sábios e graves, os quais, com uma advertência sadia, poderiam destruir, neles, certa parte dessa vaidade e desse orgulho que se vêem em todos, e que nos príncipes criam profundas e fortes raízes em virtude de uma má educação". Se dermos crédito a Knox, a rainha respondeu (com desusada brandura): "Se vós ouvirdes qualquer coisa minha que vos desagrade, vinde a mim e dizei-mo que eu vos ouvirei"; e ele redargüiu: "Fui chamado, *Madame*, para uma função pública na Igreja de Deus, e fui designado por Deus para censurar os pecados e os vícios de todos. Não fui nomeado para ir à presença de cada homem, em particular, a fim de apontar sua transgressão, pois esse seria um trabalho infinito. Se apraz a Vossa Majestade assistir aos sermões públicos, não me resta dúvida de que compreendereis, então, perfeitamente o que me agrada e o que me desagrada."[20]

Ela o deixou ir em paz, mas a guerra das religiões prosseguiu. Na Páscoa de 1563, vários sacerdotes católicos que haviam violado a lei, celebrando missa, foram presos por agentes locais e ameaçados de morte por praticarem a idolatria.[21] Alguns foram encarcerados, outros escaparam e ocultaram-se nas florestas. Maria mandou chamar Knox outra vez, intercedendo pelos sacerdotes que tinham sido encarcerados; ele respondeu que garantiria benevolência por parte dos protestantes se ela fizesse cumprir a lei; achava, entretanto, que os papistas mereciam uma lição. "Prometo fazer conforme desejais" — respondeu ela, e, durante certo tempo, permaneceram amigos. Por ordem dela, o arcebispo de St. Andrews e 47 outros sacerdotes foram submetidos a julgamento por celebrarem missa, sendo condenados à prisão. Os ministros protestantes rejubilaram-se; uma semana depois (26 de maio de 1563), entretanto, quando Maria e suas damas assistiam a uma sessão do Parlamento, em suas melhores vestes, e algumas pessoas do povo a aclamaram: "Deus abençoe este rosto suave!", os ministros atacaram "os enfeites de suas caudas", e Knox escreveu: "Jamais se viu antes, na Escócia... tão execrável orgulho de mulheres."[22]

Logo depois disso, ele soube que Lethington estava tentando arranjar o casamento de Maria com Don Carlos, filho de Filipe II. Sentindo tal casamento como fatal para o protestantismo na Escócia, Knox falou abertamente em sermão que pregou aos nobres que assistiam à sessão do Parlamento:

> E agora, meus senhores, para rematar tudo isso, ouço falar no casamento da rainha... Uma coisa meus senhores, direi eu: Toda vez que a nobreza da Escócia que acredita no Senhor Jesus consente que um infiel (e todos os papistas o são) seja o senhor de vossa soberana, vós tudo fazeis para banir Jesus Cristo deste reino.[23]

A rainha perdeu a calma. Mandou chamá-lo e perguntou-lhe (relata ele): "Que tendes a ver com meu casamento? Quem sois vós nesta comunidade?". Knox deu

uma resposta que ficou célebre: "Um súdito nela nascido, *Madame*. E, conquanto não seja conde, lorde ou barão, mesmo assim Deus me fez (por mais abjeto que possa parecer a vossos olhos) um aproveitável membro da mesma."[24] Ela rompeu em prantos e ordenou-lhe que a deixasse.

A temeridade de Knox atingiu o ponto máximo em outubro de 1563. Aglomerando-se uma multidão em torno da capela real para protestar contra a missa que estava prestes a ser celebrada ali, Andrew Armstrong e Patrick Cranstoun entraram na capela e ameaçaram o sacerdote, fazendo-o retirar-se. A rainha, que não estivera presente, ordenou que esses dois calvinistas fossem julgados por invadirem sua propriedade. No dia 8 de outubro Knox distribuiu uma carta, ordenando que todos os "meus irmãos, de todos os estados [classes], que preferem a verdade" comparecessem ao julgamento. O Conselho da rainha julgou traição esse pedido, e citou Knox para ser julgado perante ela. Ele atendeu à citação (21 de dezembro de 1563), mas era tão compacta a multidão de seus adeptos que se tinha reunido no pátio e nas escadarias, e "até mesmo junto à porta da câmara onde a rainha e o Conselho presidiam", e defendeu-se ele tão habilmente, que o Conselho o absolveu, e a rainha disse: "Sr. Knox, podeis voltar para vossa casa por esta noite"; ao que ele respondeu: "Rogo a Deus que expurgue o papismo de vosso coração."[25]

No domingo de Ramos, em 1564, o indômito profeta, com 59 anos de idade, contraiu segundas núpcias com Margaret Stuart — de 17 anos — parenta distante da rainha. Um ano depois a rainha também contraía segundas núpcias.

IV. A RAINHA APAIXONADA: 1565-68

Com quem Maria Stuart poderia casar-se sem que houvesse complicações diplomáticas? Um espanhol? A França e a Inglaterra protestariam e os protestantes escoceses haveriam de enfurecer-se. Um francês? A Inglaterra se oporia a uma renovação da aliança da Escócia com a França, recorrendo à guerra. Um austríaco — o Arquiduque Carlos? Já Knox trovejava, do púlpito, contra a união com um "infiel" católico, e Elizabeth levava ao conhecimento de Maria que o casamento com um Habsburgo — velhos adversários dos Tudor — seria considerado ato hostil.

Em um momento de paixão, Maria cortou o nó diplomático. Matthew Stuart, conde de Lennox, que se considerava pela linhagem o sucessor de Maria no trono escocês, havia perdido suas propriedades ao apoiar Henrique VIII contra a Escócia e fugira para a Inglaterra a fim de se esquivar a uma vingança dos escoceses; em outubro de 1564 achou que a ocasião de voltar era oportuna. Logo depois chegou seu filho de 19 anos, Henry Stuart, lorde Darnley, o qual, pelo lado materno (como Maria), descendia de Henrique VII da Inglaterra. Maria sentiu-se fascinada pelo imberbe jovem; admirou sua habilidade no tênis e no alaúde; perdoou-lhe a vaidade em razão de suas belas feições e ficou logo apaixonada por ele antes de poder discernir-lhe a falta de inteligência. No dia 29 de julho de 1565, indiferente aos protestos de Elizabeth e de metade de seu próprio Conselho, fez do rapaz seu esposo e nomeou-o rei. Murray retirou-se do Conselho e juntou-se aos inimigos da voluntariosa rainha.

Ela desfrutou alguns meses de turbada felicidade. Sua necessidade de amor crescera

nos quatro anos de viuvez; era-lhe agradável ser desejada! Entregou-se completamente a seu amor e, prodigamente, cumulou de presentes o esposo. "Ela já o investiu de todas as dignidades que pode conceder" — informou o embaixador de Elizabeth, Thomas Randolph — "Quem não agrada a ele não agrada a ela. ... Ela se submete inteiramente à vontade dele."[26] A boa sorte virou a cabeça do jovem; tornou-se ditatorial e insolente e exigiu as mesmas prerrogativas de poder da rainha. Ao mesmo tempo, entregava-se a farras, embriagava-se, indispunha-se com o Conselho, tinha ataques de ciúmes e suspeitava que Maria Stuart praticava adultério com David Rizzio.

Quem era Rizzio? Um músico italiano de 28 anos, que chegara à Escócia em 1561 na comitiva do embaixador de Sabóia. Maria, apaixonada pela música, colocou-o a seu serviço como organizador dos festivais musicais. Apreciava seu espírito, sua inteligência penetrante e sua variada cultura continental. Como ele conhecia bem o francês e o latim, e escrevia um belo italiano, empregou-o também como secretário. Logo ela o encarregou de redigir e cuidar de sua correspondência com o exterior; ele tornou-se conselheiro, uma força; participava da direção política; tomava suas refeições com a rainha; às vezes encerrava-se com ela no gabinete até altas horas da noite. Os nobres escoceses, vendo-se suplantados e suspeitando que Rizzio estava servindo à causa católica, planejaram para eliminá-lo.

O próprio Darnley sentiu-se, a princípio, cativado pelo inteligente italiano. Tinham jogado e dormido juntos. Mas, à medida que cresciam as funções e as honras de Rizzio, e as tolices de Darnley o tornavam politicamente impotente, a afeição do rei por esse servo tornado ministro baixou por toda a escala dos sentimentos até o ódio. Quando Maria ficou grávida, Darnley julgou que Rizzio fosse o pai da criança. Randolph acreditava nisso; e, uma geração depois, Henrique IV disse, com sarcasmo, que Jaime I da Inglaterra *devia* ser "o Salomão moderno", pois seu pai era o harpista David.[27] Encorajando-se com uísque, Darnley uniu-se ao conde de Morton, ao barão de Ruthven e a outros nobres, numa conspiração para assassinar Rizzio. Assinaram uma "faixa" comprometendo-se a sustentar o protestantismo na Escócia e a dar a Darnley a "coroa matrimonial" — plenos direitos como rei da Escócia — bem como o direito de suceder a Maria caso ela morresse. Darnley prometeu proteger os signatários das conseqüências de "qualquer crime", e recolocar em suas posições Murray e outros lordes que haviam sido banidos.[28]

No dia 6 de março de 1566, Randolph revelou a trama a Cecil.[29] Em 9 de março ela foi posta em execução. Darnley entrou no *boudoir* onde Maria, Rizzio e Lady Argyll ceavam; segurou a rainha; Morton, Ruthven e outros precipitaram-se pelo aposento, arrastaram Rizzio para fora, não obstante os protestos de Maria, e na escadaria mataram-no a punhaladas — 56 como boa medida de segurança. Alguém deu o toque de alarme para a cidade; uma multidão de cidadãos armados marchou para o palácio com o propósito de cortar Maria "em pedaços".[30] Darnley, porém, persuadiu-os a se dispersarem. Durante toda aquela noite e no dia seguinte, ela permaneceu no Palácio Holyrood prisioneira dos assassinos. Nesse ínterim, jogou com o terror e o amor de Darnley, e ele a auxiliou e a acompanhou quando, na noite seguinte, ela escapou e fugiu para Dunbar. Ali, jurando vingança, Maria lançou um apelo a todos os partidários leais para que corressem em sua defesa. Talvez com a idéia de desunir seus inimigos, chamou Murray para retornar ao seu Conselho.

O mais eficiente de todos os que lhe ofereceram proteção foi James Hepburn, quarto-conde de Bothwell. Personagem estranho e fatídico: não era belo, mas dotado de um corpo forte, cheio de paixões, e vontade inflexível; um aventureiro de terra e mar, hábil no manejo da espada e do florete; atemorizava os homens com sua fria audácia, fascinava as mulheres com sua conversa e seu arrojo, e com sua reputação de sedutor; mas era, também, homem de cultura superior, amante e escritor de livros numa época em que muitos nobres escoceses não sabiam sequer escrever o próprio nome. A princípio a rainha detestou-o, pois ele havia falado mal a seu respeito; é este, porém, um dos meios de conquistar o interesse da mulher. Percebendo depois suas qualidades marciais, nomeou-o tenente da fronteira; informada dos conhecimentos que ele possuía de navios, fê-lo seu lorde-almirante; sabendo que ele desejava a mão de Lady Jane Gordon, promoveu o casamento de ambos.

Agora, temendo os assassinos de Rizzio e suspeitando da cumplicidade do marido, Maria voltou-se para Bothwell em busca de proteção e conselhos. Não o fez precipitadamente; mas suas qualidades masculinas de coragem e vigor, e a confiança que inspirava, eram as que sua natureza feminina desejara e não encontrara em Francisco II, tampouco em Darnley. Ela observou os conspiradores se ocultarem e se submeterem por respeito à espada e às tropas dele; não demorou muito para se sentir bastante segura e regressar a Holyrood. Embora Knox houvesse aprovado o assassínio de Rizzio, Maria apaziguou os ministros protestantes durante algum tempo estabelecendo melhores provisões para a manutenção deles. Os plebeus escoceses, que não tinham afeição alguma pelos lordes, compartilharam dos seus sentimentos, e, durante mais alguns meses, a rainha desfrutou de geral popularidade. "Jamais vi a rainha tão amada, estimada e reverenciada" — escreveu o embaixador francês — "ou tão grande harmonia entre seus súditos."[31] Todavia, à medida que se aproximava a ocasião do parto, sentia-se obcecada pela idéia de que seria assassinada ou deposta em seu desamparo.[32] Quando, a salvo, deu à luz um filho (19 de junho de 1566), toda a Escócia exultou como se previsse que ele seria seu rei e rei da Inglaterra. Maria Stuart chegou ao seu apogeu.

Mas se sentia infeliz com Darnley. Ele se ressentia da confiança que ela novamente depositava em Murray, e de sua crescente admiração por Bothwell. Falava-se que este raptaria a criança real e governaria em seu nome.[33] Darnley acusou os nobres de haverem matado Rizzio e terem alegado inocência; para se vingarem, eles enviaram à rainha provas da participação dele.[34] Argyll, Lethington e Bothwell propuseram à soberana que se divorciasse; opôs-se ela a dar esse passo, dizendo que poderia pôr em risco a sucessão. Lethington respondeu que arranjaria meios de libertá-la de Darnley sem prejudicar o filho. Ela não concordou; ofereceu-se, ao invés, para retirar-se da Escócia e deixar Darnley governando, e terminou a entrevista com uma advertência: "Não quero que façais qualquer coisa que possa manchar minha honra e minha consciência; rogo-vos, portanto, deixardes a questão como está, a esperardes que Deus Misericordioso dê remédio a isso."[35] Várias vezes, depois, falou em suicidar-se.[36]

Em outubro de 1566, ou mais ou menos nesse período, Argyll, Sir Jaime Balfour, Bothwell e, talvez, Lethington assinaram um pacto com o fim de se desembaraçarem de Darnley. O conde de Lennox veio a saber da trama e preveniu o filho; Darnley, que vivia separado da esposa, foi ter com o pai em Glasgow (dezembro de 1566).

Foi ali que adoeceu — ao que parece atacado de varíola — se bem que corressem rumores de envenenamento. Enquanto isso, a intimidade que se ia formando entre Maria Stuart e Bothwell colocou-a sob suspeita de adultério; Knox chamou-a publicamente de prostituta.[37] Parece que ela procurou o Arcebispo Hamilton com a intenção de conseguir o divórcio de Bothwell com a esposa. Ofereceu-se para visitar Darnley; ele lhe mandou uma resposta insultuosa; entretanto, ela o visitou a 22 de janeiro de 1567, afirmando-lhe sua fidelidade e novamente despertando seu amor. Pediu-lhe que voltasse para Edimburgo onde — prometeu — trataria dele para que recuperasse a saúde e a felicidade.

A essa altura entram em cena as "Cartas do Escrínio", girando o resto da história em torno de sua autenticidade, que ainda continua ponto de debate após quatro séculos. Alegava-se terem sido encontradas em um escrínio de prata com que Maria presenteara Bothwell, e que foi tomado de um servo de Bothwell, no dia 20 de junho de 1567, por agentes dos nobres que, a esse tempo, procuravam destronar a rainha. O escrínio foi aberto no dia seguinte por Morton, Lethington e outros membros do Conselho Privado. O conteúdo, que foi exibido logo depois ao Parlamento escocês e, mais tarde, à comissão inglesa que julgou Maria Stuart em 1568, eram oito cartas e alguns fragmentos de poesias, tudo escrito em francês, sem data e sem o nome do destinatário, enviadas, ao que se alegou, por Maria a Bothwell. Os lordes do Conselho afirmaram sob juramento, ao Parlamento, que as cartas eram verdadeiras e não haviam sido adulteradas; Maria declarou que haviam sido forjadas. Parece que seu filho considerava-as autênticas, visto tê-las destruído;[38] ficaram apenas cópias. Governantes do Continente, aos quais foram mostradas as cópias, agiram como se acreditassem em sua autenticidade.[39] Elizabeth a princípio questionou, mas, depois, aceitou com hesitação sua autenticidade. Nosso primeiro impulso, ao lê-las, é duvidar que uma mulher que planejasse o assassínio do marido fosse imprudente e, ostensivamente, manifestasse suas intenções em cartas confiadas a mensageiros, os quais poderiam ser interceptados ou subornados; por outro lado, afigura-se improvável que cartas que tanto incriminavam Bothwell fossem conservadas por ele; e é igualmente improvável que qualquer pessoa, na Escócia, até mesmo o hábil Lethington (que é especialmente suspeito), pudesse ter forjado qualquer parte substancial dessas cartas naquele único dia que decorreu entre a apreensão do escrínio e a exibição das cartas ao Conselho ou ao Parlamento. A mais incriminadora — a segunda — é muito longa, o que causa estranheza; consta de 10 páginas impressas; se foi falsificada, trata-se de notabilíssima falsificação, pois o conteúdo emocional parece tão fiel à natureza de Maria quanto a caligrafia. Mostra a rainha como cúmplice infeliz, hesitante e envergonhada do assassínio de Darnley.*

Doente, amedrontado e, ao mesmo tempo, confiante, o rei permitiu que o levassem através da Escócia em uma liteira, e o colocassem no velho presbitério da Kirk o' Field, nas imediações de Edimburgo. Maria explicou que não poderia levá-lo ime-

* A verdade é que a opinião dos críticos tende a descrever as cartas como genuínas em sua maioria, com algumas interpolações. Lorde Acton, homem esclarecido, católico e sincero, era de opinião que quatro das cartas eram autênticas e que a segunda era falsa.[40] Pode-se ler o texto delas em *Mystery of Mary Stuart*, de Andrew Lang, págs. 391-414.

diatamente para Holyrood, pois receava que contagiasse o filho. Durante duas semanas ele permaneceu ali. Maria visitava-o diariamente e tratou-o com tanto desvelo que lhe voltaram as forças, e ele escreveu ao pai (7 de fevereiro de 1567) que "... a saúde voltou-me... mais depressa devido ao bom tratamento da... rainha, a qual, asseguro-vos, desvelou-se durante todo esse tempo e ainda continua a se desvelar, em cuidados de verdadeira e amorosa esposa. Ainda espero que Deus nos dê alegria e ilumine nossos corações que tanto sofreram com tormentos".[41] Por que haveria ela de cuidar do marido durante tediosas semanas, sabendo que ele seria morto? Isso constitui parte do mistério que cerca Maria Stuart. Na noite de 9 de fevereiro, ela o deixou para assistir ao casamento de uma de suas damas de honra, em Holyrood. Nessa noite ocorreu uma explosão na casa da Kirk o' Field, e, pela manhã, Darnley foi encontrado morto no jardim.

Maria conduziu-se, a princípio, como mulher inocente. Pranteou a morte do marido e jurou vingança; mandou drapejar de preto o quarto, vedar a luz com cortinas, e ali permaneceu na escuridão, isolada. Ordenou a instauração de inquérito judicial e fez uma proclamação oferecendo recompensa em dinheiro e terras a quem fornecesse informações que levassem à captura dos criminosos. Quando surgiram nos muros da cidade cartazes acusando Bothwell de assassino, alguns implicando a rainha, uma proclamação exigiu que os acusadores se apresentassem com provas; prometia aos informantes proteção e recompensa. O autor (ou autores) dos cartazes recusou-se a aparecer, mas o conde de Lennox instou junto à rainha para que submetesse imediatamente Bothwell a julgamento. Bothwell secundou o pedido. No dia 12 de abril, ele foi julgado; Lennox, quer por não dispor de provas, quer por temer os soldados de Bothwell, na capital, permaneceu em Glasgow; Bothwell foi absolvido, e o Parlamento declarou-o oficialmente inocente. No dia 19 de abril, ele persuadiu Argyll, Huntly, Morton e uma dezena de nobres a assinarem a "faixa de Ainslee", atestando fé em sua inocência, jurando defendê-lo e aprovando seu casamento com Maria. Ela, agora, favorecia-o publicamente e aumentou o número de caríssimos presentes com os quais já o havia cumulado.

Em 23 de abril, a rainha visitou o filho em Stirling; estava fadada a não o ver novamente. No caminho, de volta a Edimburgo, ela e Lethington foram atacados por Bothwell e seus soldados e levados à força para Dunbar (24 de abril). Lethington protestou; Bothwell ameaçou matá-lo. Maria salvou-o, e ele foi posto em liberdade. Ele uniu-se depois aos inimigos da rainha. Em Dunbar, retomaram-se as negociações para o divórcio de Bothwell. Em 3 de maio, ele e Maria regressaram a Edimburgo; ela se declarou livre de qualquer impedimento; no dia 7 de maio foi concedido o divórcio a Bothwell e, no dia 15, com a recusa do confessor católico de Maria em casá-los, foi o casamento realizado de conformidade com o rito protestante pelo então bispo católico de Orkney. A Europa católica, anteriormente devotada a Maria, voltou-se então contra ela estigmatizando-a como alma perdida. O clero católico da Escócia afastou-se completamente dela; os ministros protestantes exigiram sua deposição; o povo tornou-se hostil; uns poucos, condoídos, atribuíram sua temerária paixão a um filtro de amor que lhe havia sido dado por Bothwell.

No dia 10 de junho, um bando armado cercou o castelo de Borthwick, onde ela e Bothwell encontravam-se hospedados. Eles escaparam, Maria disfarçada em homem.

Em Dunbar, Bothwell reuniu mil homens; com eles e a rainha procurou forçar a volta a Edimburgo. Encontraram resistência em Carberry Hill (15 de junho) por parte de uma força em igual número que empunhava um estandarte com as figuras de Darnley morto e o menino Jaime VI. Bothwell propôs resolver a questão em combate singular; Maria recusou-se a permiti-lo; concordou em render-se se permitissem que Bothwell escapasse; tempos depois, ela alegou que os chefes rebeldes haviam prometido lealdade se a eles se entregasse pacificamente.[42] Bothwell fugiu para a costa, donde seguiu para a Dinamarca; ali, após 10 anos de prisão pelo rei dinamarquês, morreu aos 42 anos de idade (1578).

Maria Stuart acompanhou os captores até Edimburgo em meio aos gritos dos soldados e da populaça: "Queimai a prostituta! Queimai-a!" "Matai-a!" "Afogai-a!"[43] Foi colocada sob a vigilância de guardas na casa do prefeito; debaixo de sua janela, onde ela apareceu com os cabelos em desalinho e meio desarrumada, a multidão continuou a ameaçá-la com os mais grosseiros epítetos. No dia 17 de junho, não obstante seus mais veementes protestos, foi removida para uma prisão distante e mais segura, em uma ilha, em Loch Leven, um lago a 30 milhas ao norte da capital. Nesse local, segundo seu secretário Claude Nau, deu à luz, prematuramente, gêmeos.[44] Enviou um apelo ao governo francês; este recusou-se a intervir. Elizabeth deu instruções a seu enviado extraordinário no sentido de prometer proteção a Maria e ameaçar os nobres de terrível punição se fizessem mal à rainha. Knox exigiu a execução de Maria e vaticinou que Deus castigaria a Escócia com uma grande peste se a poupassem.[45] No dia 20 de junho os lordes apreenderam as "Cartas do Escrínio". Ela apelou ao Parlamento para que realizasse uma audiência com testemunhas; recusaram-lhe, sob o fundamento de que as cartas resolveriam o caso. Em 24 de julho, a rainha assinou sua abdicação em favor do filho, tornando-se Murray o regente.

Por quase 11 meses Maria permaneceu prisioneira no castelo de Loch Leven. Abrandaram-lhe, gradativamente, o rigor de seu confinamento; fazia suas refeições com a família de William Douglas, o senhor do castelo; George, o irmão mais novo dele, apaixonou-se por ela e auxiliou-a a fugir (25 de março de 1568). Foi capturada, mas no dia 2 de maio ela fez nova tentativa de fuga, coroada de êxito. Protegida pelo jovem Douglas, chegou à terra firme, onde foi recebida por um grupo de católicos. Cavalgaram toda a noite até o estuário do Forth, e, atravessando-o, foram abrigar-se na mansão dos Hamilton. Em cinco dias, seis mil homens ali se reuniram e juraram recolocá-la no trono. Murray, porém, chamou os protestantes da Escócia às armas; em Langside, nas proximidades de Glasgow, as duas forças se enfrentaram (13 de maio); o mal disciplinado exército de Maria foi sobrepujado. Ela fugiu mais uma vez e, durante três noites, cavalgou impetuosamente até a abadia de Dundrennan, no estuário do Solway. Devolveu então a Elizabeth o brilhante que ela lhe havia oferecido certa vez — a ela, "sua queridíssima irmã" — e acrescentou em uma mensagem: "Devolvo à rainha esta jóia, símbolo de sua prometida amizade e auxílio."[46] No dia 16 de maio de 1568, atravessou o estuário do Solway em um barco de pesca, entrou na Inglaterra e colocou seu destino nas mãos de sua rival.

V. EXPIAÇÃO: 1568-87

De Carlisle, ela despachou outra mensagem a Elizabeth, pedindo uma entrevista, na qual explicaria sua conduta. Elizabeth, avessa em princípio a suportar uma rebelião contra uma soberana legítima, achava-se inclinada a recebê-la; o Conselho, entretanto, deixou-a confusa com advertências. Se se permitisse a Maria prosseguir viagem rumo à França, o governo francês ficaria tentado a enviar um exército à Escócia, para reconquistar-lhe o trono e, novamente, transformar o país em aliado católico da França — o que seria um espinho nas costas da Inglaterra; a pretensão de Maria ao trono da Inglaterra seria, então, apoiada pelas armas francesas e pelos católicos ingleses. Se Maria permanecesse livre na Inglaterra, seria sempre uma possível fonte e um possível centro de revoltas católicas, pois, no íntimo, a Inglaterra ainda era predominantemente católica. Se a Inglaterra forçasse os nobres escoceses a reconduzirem sua rainha ao trono, suas vidas correriam perigo e a Inglaterra perderia seus aliados protestantes, na Escócia. Cecil provavelmente teria concordado com Hallam em que a detenção forçada da rainha dos escoceses violava todas as leis "naturais, públicas, e municipais",[47] mas sentia que era de sua rigorosa responsabilidade proteger a Inglaterra.

Como uma das funções da diplomacia é encobrir o realismo na moral, disseram a Maria que, antes de lhe ser concedida a entrevista com Elizabeth, deveria ela ser absolvida de várias acusações perante uma comissão de julgamento. Ela respondeu que era uma rainha, e não podia ser julgada por uma comissão de leigos, especialmente em outro país; solicitou permissão para regressar à Escócia ou seguir para a França. Pediu para encontrar-se com Morton e Lethington na presença de Elizabeth, prometendo provar que eles eram culpados da morte de Darnley. O Conselho da Inglaterra ordenou que ela fosse removida de Carlisle (por se achar muito próxima da fronteira) e levada para o castelo de Bolton, próximo a York (13 de julho de 1568). Maria Stuart submeteu-se ali à prisão com liberdade relativa, acreditando na promessa de Elizabeth que dissera: "Colocai-vos em minhas mãos sem reservas; não darei ouvidos a coisa alguma que disserem contra vós; vossa honra será salva e vós sereis recolocada no trono."[48] Tranqüilizada, Maria consentiu em nomear representantes para a comissão que examinaria seu caso. Procurou agradar a Elizabeth simulando aceitar a fé e o credo anglicanos; assegurou, porém, a Filipe da Espanha, que jamais abandonaria a causa católica.[49] Desse período em diante, Maria e Elizabeth disputaram uma mesma corrida dupla, uma a se desculpar como prisioneira real e traída, a outra como rainha em perigo.

A comissão de julgamento reuniu-se em York a 4 de outubro de 1568. Maria foi representada por sete homens, destacando-se entre eles John Leslie, bispo católico de Ross, e o lorde católico Herries, da região fronteiriça entre a Escócia e a Inglaterra; Elizabeth havia nomeado três protestantes: o duque de Norfolk, o conde de Sussex e Sir Ralph Sadler. Perante eles compareceram Murray, Morton, e Lethington, os quais, em particular, mostraram aos ingleses as "Cartas do Escrínio". Disseram que, se Maria reconhecesse Murray como regente e concordasse em residir na Inglaterra — para o que receberia vultosa pensão da Escócia — as cartas não viriam a público. O duque

de Norfolk — que sonhava casar-se com Maria e, assim, tornar-se rei da Inglaterra por ocasião da morte de Elizabeth — recusou a proposta, e Sussex escreveu a Elizabeth informando-a de que era bem provável que Maria provasse suas alegações.[50]

Elizabeth ordenou a transferência do julgamento para Westminster. Ali, Murray exibiu as "Cartas do Escrínio" ao Conselho. As opiniões divergiram quanto à autenticidade dos documentos; mas Elizabeth decidiu não receber Maria enquanto não fosse provada a falsidade dos documentos. Maria pediu que lhe mostrassem os originais ou as cópias das cartas; os membros da comissão recusaram-se a atender ao pedido, e a ex-rainha da Escócia acabou não vendo os originais, tampouco as cópias.[51] Dissolveu-se a comissão sem proferir uma decisão (11 de janeiro de 1569); Murray foi recebido por Elizabeth e, depois, voltou para a Escócia com as cartas; Maria, furiosa e desafiadora, foi removida para uma prisão mais severa em Tutbury, no Trent. Os governos estrangeiros protestaram, Elizabeth respondeu que, se eles vissem as provas apresentadas à comissão, haveriam de considerar mais benevolente que severo o tratamento dispensado a Maria.[52] O embaixador espanhol aconselhou Filipe a invadir a Inglaterra e prometeu a colaboração dos católicos do Norte da Inglaterra. Filipe mostrou-se cético no tocante a tal auxílio. Alba preveniu-o de que Elizabeth poderia ordenar a morte de Maria no primeiro sinal de invasão ou revolta.

No dia 14 de novembro de 1569, estourou a revolta, com os condes de Northumberland e Westmorland conduzindo um exército de rebeldes, de 5.700 homens, rumo a Durham: depuseram a junta da comunhão anglicana, queimaram o Livro da Liturgia Comum, restabeleceram o altar dos católicos e assistiram à missa. Traçaram planos para invadir Tutbury a fim de libertar Maria, mas Elizabeth frustrou-lhes os planos transferindo-a para Coventry (23 de novembro de 1569). O conde de Sussex, com um exército composto em sua maioria por católicos, sufocou rapidamente a rebelião. Elizabeth ordenou que todos os rebeldes capturados e seus servos coniventes fossem enforcados, e "os corpos não deveriam ser removidos, mas ficariam onde fossem enforcados, até caírem aos pedaços".[53] Cerca de 600 homens foram eliminados e suas propriedades confiscadas pela Coroa. Os condes de Northumberland e Westmorland escaparam para a Escócia. Em fevereiro de 1570, Leonard Dacres chefiou outra revolta de católicos; foi, também, derrotado e fugiu atravessando a fronteira.

Em janeiro de 1570, Knox escreveu a Cecil aconselhando-o a ordenar a morte imediata de Maria Stuart, pois "se não atacardes o mal pela raiz os ramos que parecem quebrados florescerão novamente".[54] Ele tinha terminado sua *History of the Reformation of Religioun within the Realme of Scotland* (História da Reforma da Religião no Reino da Escócia) — livro que não aparentava imparcialidade, de narrativa inexata porém viva e vigorosa, em estilo singular e idiomático, com a mesma linguagem ferina de um pregador que chamava uma prostituta de prostituta. Homem mordaz, mas um grande homem, a construir seus sonhos de poder de um modo mais completo que Calvino, odiando com franqueza, lutando corajosamente e consumindo até à última centelha a incrível energia de uma vontade tenaz. Por volta de 1572, estava completamente esgotado. Não mais podia andar sem se apoiar em alguém. Era com o auxílio de outras pessoas que, todos os domingos, conseguia chegar até o púlpito, em St. Giles. No dia 9 de novembro de 1572 pregou pela última vez, e toda a congregação acompanhou-o até em casa. Morreu em 24 de novembro com a idade de 67

anos, quase na mesma pobreza em que nasceu; "não fizera da Palavra de Deus uma mercadoria". Deixou que a posteridade o julgasse: "A verdade sobre o que fiz por meu país, embora este século ingrato ignore, será forçosamente reconhecida pelos séculos futuros."[55] Poucos foram os homens que tiveram influência tão decisiva sobre as crenças de um povo, poucos foram os de seu tempo que o igualaram no encorajar a educação, o fanatismo e o autogoverno. Ele e Maria Stuart dividiram a alma da Escócia entre si: ele era a Reforma, ela, a Renascença. Maria perdeu porque não soube uni-las como Elizabeth o fez.

Maria, inquieta como um tigre enjaulado, tentou todas as saídas e possibilidades para escapar. Em março de 1571, Roberto di Ridolfi, banqueiro florentino que exercia suas atividades em Londres, fez-se intermediário entre Maria, o embaixador espanhol, o bispo de Ross, Alba, Filipe e o Papa Pio V. Ele propôs que Alba enviasse tropas espanholas à Inglaterra, partindo dos Países Baixos, que uma força católica invadisse ao mesmo tempo a Inglaterra partindo da Escócia, que fosse Elizabeth destronada e Maria se tornasse rainha da Inglaterra e Escócia, e que o duque de Norfolk se casasse com ela. O duque foi informado desse plano; não deu sua aprovação explícita, tampouco o revelou. Maria, à guisa de tentativa, concordou com ele.[56] O papa deu a Ridolfi dinheiro para a empresa e prometeu recomendá-la a Filipe;[57] este condicionou sua aprovação à de Alba, que ridicularizou o projeto considerando-o fantasia, e deste plano nada adveio senão tragédia para os amigos de Maria. Foram encontradas cartas de Ridolfi e de Norfolk em poder de serviçais de Maria e do duque; Norfolk, Ross e muitos nobres católicos foram aprisionados; o duque foi julgado por crime de traição e condenado. Elizabeth hesitou em assinar a sentença de morte de um nobre tão preeminente, mas Cecil, o Parlamento inglês e a hierarquia anglicana exigiram a execução de Norfolk e Maria. Elizabeth comprometeu-se a enviar o duque para o cepo (2 de junho de 1572). Quando chegou à Inglaterra a notícia do Massacre da Noite de São Bartolomeu (24 de agosto), ressurgiram os apelos exigindo a morte de Maria[58], mas Elizabeth ainda se recusou a atender.

Se nos recordarmos de que Maria esteve prisioneira durante quase 19 anos, poder-se-á compreender seu desespero e sua nítida noção da cruel injustiça contra ela praticada. O local de sua prisão era mudado constantemente por receio que a simpatia que se pudesse sentir por ela nas vizinhanças, e entre seus guardas, criasse ou favorecesse novas conspirações. As condições de sua reclusão eram humanas. Permitiam-lhe receber de França sua pensão de 1.200 libras anuais; o governo inglês dava-lhe uma soma substancial para alimentação, tratamento médico, serviçais e entretenimentos; era-lhe permitido assistir à missa e outros ofícios católicos. Ela procurava passar aquelas longas horas bordando, lendo, cuidando de jardinagem e brincando com seus cães favoritos. Tendo-se desvanecido suas esperanças de recuperar a liberdade, perdeu todo interesse em cuidar de si: fazia menos exercício, tornando-se gorda e flácida. Sofria de reumatismo; suas pernas ficavam às vezes tão inchadas que não podia andar. Em 1577, com apenas 35 anos, seus cabelos já estavam encanecidos, ocasião em que os cobriu com uma peruca.

Em junho de 1583 propôs, caso lhe concedessem a liberdade, renunciar a todos os direitos à coroa inglesa, não mais se comunicar com conspiradores, viver algures na Inglaterra, onde aprouvesse a Elizabeth, não ir além de 32 quilômetros da residên-

cia e submeter-se à vigilância de cavalheiros das vizinhanças. Elizabeth foi aconselhada a não confiar nela.

Maria retomou seus planos de fuga. Por meio de vários processos desesperados conseguiu corresponder-se com os embaixadores e os governos da França e Espanha, com seus partidários na Escócia e com os representantes do papa. Cartas eram recebidas e expedidas clandestinamente, através de roupas usadas, livros, bengalas, perucas e forro de sapatos. Mas os espiões de Cecil e Walsingham descobriram os planos a tempo. Walsingham tinha em Reims, entre os estudantes e os padres do colégio dos jesuítas, um agente que o mantinha informado de tudo.

A aura romântica da rainha cativa tocou o coração de muitos jovens ingleses e despertou o ardor dos moços católicos. Em 1583, Francis Throckmorton, sobrinho católico do falecido embaixador de Elizabeth na França, organizou novo plano para libertá-la. Foi logo descoberto; torturado até confessar, lamentou: "Revelei os segredos dela, que era para mim a criatura mais querida deste mundo."[59] Morreu decapitado com a idade de 30 anos.

Um ano depois, William Parry, espião a serviço de Cecil, induziu um núncio papal em Paris a enviar a Gregório XIII um pedido de indulgências plenárias, alegando que ele, Parry, empreenderia uma ação perigosa para libertar Maria e trazer a Inglaterra de volta ao seio da Igreja Católica. O secretário de Estado papal respondeu (30 de janeiro de 1584) que o papa lera a petição de Parry, rejubilara-se com sua decisão, enviava-lhe as desejadas indulgências e recompensaria seus esforços.[60] Parry levou a resposta a Cecil. Outro espião inglês, Edmund Neville, acusou Parry de exortá-lo a assassinar Elizabeth. Parry foi preso, confessou, foi enforcado e, ainda vivo, descido da forca e esquartejado.[61]

Enfurecido com a longa sucessão de conspirações e assustado com o assassínio de Guilherme de Orange, o Conselho de Elizabeth elaborou (outubro de 1584) um "Pacto de Associação" pelo qual os signatários se comprometiam a não aceitar, como sucessora da rainha Elizabeth, qualquer pessoa que houvesse atentado contra a vida da rainha, e a perseguir até a morte qualquer um que estivesse envolvido em tal empresa. O pacto foi assinado pelo Conselho, pela maioria dos membros do Parlamento e por outros preeminentes homens de toda a Inglaterra. Um ano depois o Parlamento sancionou a lei.

Isso não impediu novas conspirações. Em 1586, John Ballard, sacerdote católico-romano, induziu Anthony Babington, rico jovem católico, a organizar uma conspiração para o assassínio de Elizabeth, a invasão da Inglaterra pelos exércitos da Espanha, França e Países Baixos e a entronização de Maria. Babington escreveu-lhe acerca da conspiração, contou-lhe que seis nobres católicos haviam concordado em "desembaraçar-se da usurpadora do trono" e pediu-lhe que aprovasse o plano. Em uma carta de 17 de julho de 1586, Maria aceitou as propostas de Babington; não deu consentimento explícito para o assassínio de Elizabeth, mas prometeu recompensas pelo êxito do empreendimento.[62] O mensageiro a quem seu secretário confiou a resposta era um agente secreto de Walsingham; este mandou copiar a carta, enviando a cópia a Walsingham e o original a Babington. No dia 14 de agosto, Babington e Ballard foram presos; 300 católicos ilustres foram logo encarcerados; os dois chefes confessaram e o secretário de Maria foi persuadido a reconhecer a autenticidade da

carta.[63] Treze dos conspiradores foram executados. Acenderam-se fogueiras em toda parte de Londres, os sinos repicaram e as crianças cantaram salmos em ação de graças pela preservação da vida de Elizabeth. Toda a Inglaterra protestante clamou pela morte de Maria.

Os aposentos de Maria foram vasculhados e todos os documentos apreendidos. No dia 6 de outubro, transferiram-na para o castelo de Fotheringay. Lá ela foi julgada por uma comissão composta de 43 nobres. Não lhe permitiram um defensor, mas ela se defendeu vigorosamente. Admitiu sua cumplicidade na conspiração de Babington, mas negou que tivesse aprovado o assassínio. Protestou que, como pessoa injusta e ilegalmente prisioneira durante 19 anos, tinha o direito de libertar-se por qualquer meio possível. Foi condenada, por unanimidade, e o Parlamento pediu a Elizabeth que decretasse sua morte. Henrique III de França solicitou polidamente o perdão, mas Elizabeth achou que tal apelo não tinha virtude alguma, pois vinha de um governo que massacrara milhares de protestantes sem julgamento. Agora,a maior parte da Escócia defendia sua rainha; mas seu filho limitou-se a uma fraca intercessão, pois suspeitava que a mãe o tivesse deserdado em seu testamento pelo fato de ser ele protestante. Seu agente em Londres sugeriu a Walsingham que Jaime VI, embora ansioso por que a mãe não fosse decapitada, talvez se conformasse com a situação se o Parlamento inglês confirmasse seu título de sucessor de Elizabeth e se esta lhe aumentasse a pensão que enviava. Esse sagacíssimo escocês agiu com tal cupidez que os cidadãos de Edimburgo vaiaram-no nas ruas.[64] Nada mais restava entre Maria e a morte senão a hesitação de Elizabeth.

A atormentada rainha deixou que se escoassem quase três meses antes de tomar uma decisão, e, depois desse tempo, não se pronunciou. Era capaz de generosidade e mercê, mas sentia-se cansada de viver todos os dias com o temor de ser assassinada pelos partidários de uma mulher que pretendia seu trono. Considerava o perigo de uma invasão por parte da França, Espanha e Escócia em sinal de protesto contra a execução de uma rainha; e calculava a possibilidade de ela mesma ser vítima de morte, natural ou violenta, a tempo de deixar Maria e o catolicismo herdarem a Inglaterra. Cecil insistiu para que assinasse a sentença de morte, prometendo assumir toda a responsabilidade do que disso resultasse. Elizabeth pensou em evitar sua decisão, insinuando que Sir Amias Paulet, guarda de Maria, podia resolver a confusão ordenando a execução ante um acordo meramente verbal de que a rainha e o Conselho a desejavam; mas Paulet recusou-se a agir sem uma ordem escrita de Elizabeth. Ela assinou finalmente a ordem; seu secretário, William Davison, entregou-a ao Conselho, que imediatamente a despachou para Paulet antes que Elizabeth pudesse mudar de idéia.

Maria Stuart, que durante essa longa espera começara a alimentar esperanças, recebeu a notícia a princípio com descrença, depois, com coragem. Escreveu tocante carta a Elizabeth, pedindo que "permitisse a meus pobres e desolados servos... carregarem meu corpo a fim de sepultá-lo em terreno sagrado, juntamente com os de outras rainhas da França". Consta que, na manhã da execução, ela escreveu, em latim, um pequeno poema que encerrava toda a graça e fervor de um hino medieval:

O Domine Deus! speravi in te.
O care mi Jesu! nunc libera me.
In dura catena, in misera poena, desidero te;
Languendo, gemendo, et genu flectendo,
Adoro, imploro, ut liberes me. *[65]

Ela pediu permissão para se confessar ao seu capelão católico; negaram-lhe a permissão. Seus carcereiros ofereceram-lhe, ao invés, um deão anglicano; ela o recusou. Vestiu-se com os trajes reais para enfrentar a morte, arranjou cuidadosamente sua peruca e cobriu o rosto com um véu branco. Pendia-lhe do pescoço um crucifixo de ouro; trazia nas mãos um crucifixo de marfim. Perguntou por que suas serviçais tinham sido proibidas de assistir à execução; disseram-lhe que talvez pudessem causar perturbações; Maria prometeu que elas não o fariam; permitiram-lhe, então, que levasse duas delas e quatro homens. Foi permitida a presença de 300 cavalheiros ingleses, aproximadàmente, no local da execução, o grande *hall* do castelo de Fotheringay (8 de fevereiro de 1587). Dois carrascos mascarados pediram-lhe perdão e receberam-no. Quando as mulheres começaram a chorar, ela as conteve dizendo: "Eu prometi em nome de vocês." Ajoelhou-se e fez uma prece. Colocou depois a cabeça sobre o cepo. A peruca caiu-lhe da cabeça decepada, revelando seus cabelos brancos. Ela estava com 44 anos de idade.

Perdão é a palavra para todos. Perdão para Maria, que trabalhou corajosamente para ser uma rainha justa e feliz. Não podemos acreditar que ela, que tratou do marido durante tanto tempo e fê-lo recuperar a saúde, tivesse concordado com seu assassínio; podemos perdoar à jovem que renunciou a tudo por um amor tolo; devemos compadecer-nos da mulher desolada que chegou à Inglaterra à cata de refúgio e, ao invés, encontrou 19 anos de prisão; e podemos compreender suas tentativas desesperadas para reconquistar a liberdade. Mas podemos também perdoar a grande rainha, cujos conselheiros insistiram na reclusão de Maria como sendo vital para a segurança da Inglaterra, que via sua vida e sua política continuamente ameaçadas por conspirações objetivando libertar sua rival e levá-la ao trono, e que prolongou aquele cruel cativeiro só porque não podia conformar-se com a idéia de dar um fim a ele com uma ordem de execução. Ambas eram nobres mulheres: uma, nobre e impetuosa em suas emoções, a outra, nobre e vacilante em sua prudência. Jazem, apropriadamente, uma próxima à outra na abadia de Westminster, reconciliadas na morte e na paz.

* Oh! Senhor Deus! em Ti esperei. / Oh! meu querido Jesus! liberta-me agora. / Em cruéis cadeias, em amarga dor, é a Ti que desejo; / Ansiando, gemendo e me ajoelhando, / Adoro, imploro que me libertes.

CAPÍTULO VI

Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra

1567-1625

I. JAIME VI DA ESCÓCIA: 1567-1603

JAIME VI foi coroado rei da Escócia no dia 29 de julho de 1567 com 1 ano e 1 mês de idade, enquanto sua mãe permanecia prisioneira em Lochleven. Tinha oito meses quando seu suposto pai, Darnley, foi morto; 10 meses quando viu sua mãe pela última vez. Ela não podia ser para ele senão um nome e o produto da imaginação toldado por remota e humilhante tragédia. Foi educado por lordes interesseiros e professores hostis a sua mãe. Recebeu ampla educação humanística, demasiada teologia e pouca moralidade, tornando-se o mais culto beberrão da Europa.

Quatro regentes governaram sucessivamente a Escócia em seu nome: Murray, Lennox, Mar e Morton; todos, exceto um, tiveram morte violenta. Bandos de nobres rivais lutaram pela pessoa do rei como escudo para o poder. Em 1582, alguns lordes protestantes, apoiados pela Kirk, mantiveram-no recluso no castelo de Ruthven, receosos de que ele viesse a submeter-se à influência de sua parenta católica, Esmé Stuart. Libertado, prometeu defender o protestantismo, assinou uma aliança com a Inglaterra protestante e, com 17 anos, assumiu a tarefa de ser o verdadeiro rei (1583).

Foi inigualável entre os soberanos. Tinha maneiras rudes, porte deselegante, falava alto, entremeando a conversa com grosserias e pedantismo. Contudo, alguém que não era muito indulgente para com ele julgava que "em línguas, ciências e negócios de Estado ele tinha maior cultura que qualquer outro homem na Escócia".[1] Mas esse mesmo observador acrescentou: "Ele é prodigiosamente vaidoso"; talvez esse traço fosse um salva-vidas em um mar tempestuoso, bem como a perspectiva deformada de uma pessoa que não podia lembrar-se de um tempo em que não tivesse sido rei. Deve ter-lhe sobrado inteligência para manter a coroa da Escócia na cabeça, e usar uma maior — a da Inglaterra — até uma morte natural. Era um tanto volúvel em relação ao sexo; casou-se com a princesa católica dinamarquesa Anne; sentia, entretanto, pouca atração por mulheres e prodigalizava seu afeto com favoritos a ponto de provocar muitos comentários.

Jaime VI precisava nortear-se habilmente em meio aos dogmatismos furiosos de seu tempo. Os Guise, na França, Filipe, na Espanha e o papa, em Roma, pleiteavam junto a ele o retorno da Escócia à Igreja Católica, mas a Kirk mantinha-se vigilante a cada palavra sua, receosa de que ele se desviasse da linha calvinista. Jaime VI, entretanto, não fechava o caminho para um possível recuo. Correspondia-se polidamente

com as potências católicas e inclinava-se a abrandar as leis que haviam sido decretadas contra o culto católico; deu, secretamente, liberdade a um jesuíta que havia sido capturado e foi conivente com a fuga de outro.[2] Mas irritava-se com as conspirações dos católicos, não deixava de se impressionar com a vitória dos protestantes na Inglaterra; conjugou seu poder com o da Kirk.

A Kirk não era companhia muito cômoda. Seus ministros formavam, por volta de 1583, a grande maioria do clero escocês. Pobres de rendimentos e de cultura secular, eram ricos em devoção e coragem. Labutavam na restauração das igrejas abandonadas, organizavam escolas, praticavam a caridade, defendiam os camponeses contra os lordes e pregavam longos sermões que eram absorvidos pelas congregações em lugar de matéria impressa. Nas sessões da Kirk, nos sínodos provinciais e na Assembléia Geral, o novo clero desfrutava então de uma força que rivalizava com a que à hierarquia católica havia exercido antes dele. Alegando inspiração divina e, portanto, infalibilidade na fé e na moral, exercia sobre a conduta do indivíduo e da coletividade um controle muito mais rigoroso que o dos indulgentes guardiães do antigo credo. Em muitas cidades, cobrava multas dos escoceses que deixavam de assistir ao culto. Prescrevia penitências públicas, às vezes mesmo castigos corporais, para os pecados que descobrissem.[3] Alarmado pela predominância das fornicações e dos adultérios, encarregou os mais velhos de manter rigorosa vigilância sobre os desvios de ordem sexual, a fim de comunicá-los nas sessões e sínodos da Kirk. Chocado com a licenciosidade do teatro inglês, tentou proibir a realização de espetáculos teatrais na Escócia; como falhasse nisso, proibiu seus membros de assistir a eles. Como seus antecessores, considerava crime capital a heresia. Perseguiu com zelo apaixonado as feiticeiras e forneceu lenha para as fogueiras.[4] Persuadiu o Parlamento a decretar a pena de morte para qualquer padre que celebrasse missa três vezes; esse edito, porém, não foi cumprido. Ao tomar conhecimento do Massacre da Noite de São Bartolomeu, a Kirk exigiu que se realizasse o massacre dos católicos na Escócia; o Estado, todavia, não cooperou nesse sentido.[5]

Se abstrairmos a pretensão dos ministros com respeito à inspiração divina e à infalibilidade, foi a Kirk uma das instituições mais democráticas de seu tempo. O pastor da paróquia era escolhido pelos membros mais velhos, sendo a escolha submetida à aprovação da congregação, e os leigos participavam das sessões, dos sínodos e da Assembléia Geral. Essas experiências democráticas irritavam o aristocrático Parlamento e o ungido rei. Este, argumentando — e talvez acreditando — que governava por direito divino, queixava-se de que "certos homens de espírito belicoso, no ministério, obtiveram tal domínio sobre o povo... que, achando agradável a governança, começaram a idealizar uma forma democrática... Fui caluniado em seus sermões, não por qualquer vício meu, mas porque era rei, o que eles julgaram o pior dos males".[6] Recomeçara a luta medieval entre a Igreja e o Estado.

Essa luta assumiu, depois, a forma de uma ataque dos ministros contra os bispos. Estes, herança católica da Kirk, eram formalmente escolhidos pelos ministros, mas, na realidade, nomeados e muitas vezes impingidos ao clero pelo regente ou pelo rei, entregando ao Estado grande parte de suas rendas eclesiásticas. Os ministros, não encontrando, nas Escrituras, justificação alguma para o episcopado, resolveram eliminá-lo da Escócia como incompatível com a organização popular da Kirk.

O chefe deles, Andrew Melville, era um belicoso escocês talhado, por natureza, para herdar o manto de John Knox. Após educação universitária, em St. Andrews, continuou os estudos em Paris e, depois, absorveu de Bèze, em Genebra, o evangelho calvinista. Voltando à Escócia (1574), foi logo nomeado, com a idade de 29 anos, diretor da Universidade de Glasgow, onde reorganizou com eficiência o currículo e a disciplina. Em 1578 participou da compilação do Segundo Livro de Disciplina, que denunciava o episcopado em nome da igualdade ministerial. Sustentou a necessidade da separação definitiva de áreas de atividade entre a Igreja e o Estado, e isto influenciou tal separação nos Estados Unidos da América; Melville reivindicou, porém, o direito de os ministros poderem instruir os magistrados civis de como exercerem seus poderes "na verdadeira acepção da palavra".[7] Mas Jaime VI desejava ser governante absoluto como haviam sido Henrique VIII e Elizabeth; acreditava no bispado como necessário à administração eclesiástica e intermediário conveniente entre a Igreja e o Estado.

Em 1580, a Assembléia Geral da Kirk "amaldiçoou" o cargo de bispo, tachando-o de "loucura inventada pelos homens"; todos os bispos tiveram ordem, sob pena de excomunhão, de cessar suas funções e de solicitar à Assembléia sua admissão como simples ministros. O governo rejeitou o Segundo Livro de Disciplina, declarando que nenhuma excomunhão seria válida se não fosse ratificada pelo Estado. Em 1581, Lennox, então regente, indicou Robert Montgomerie para arcebispo de Glasgow. O ministério de Glasgow recusou-se a elegê-lo; mesmo assim, ele insistiu em exercer a função; a Assembléia Geral, liderada por Melville, excomungou-o (1582); Montgomerie submeteu-se à decisão e retirou-se. Melville, acusado de sedição, recusou-se a ser julgado por um tribunal civil, exigindo um tribunal eclesiástico; foi condenado por desrespeito à corte, fugiu para a Inglaterra (1584). Jaime VI persuadiu o Parlamento a considerar crime de traição a recusa de qualquer indivíduo em submeter-se à jurisdição secular, toda e qualquer interferência de ministros nas questões de Estado, qualquer resistência ao episcopado e qualquer convocação que não tivesse sido permitida pelo rei. Muitos ministros, ao invés de aceitarem tais decretos, seguiram o exemplo de Melville indo para o exílio. Jaime VI, saboreando sua soberania, entregou-se a um reinado de terror: puniram-se ministros por fazerem orações por seus irmãos exilados; dois homens foram condenados à morte por se comunicarem com eles; dois outros foram executados sob a acusação de estarem conspirando.

O clero e suas congregações resistiram com a tenacidade própria dos escoceses. Panfletos de origem desconhecida difamavam o rei, baladas difundiam a vergonha de sua tirania, e até mulheres escreviam diatribes mandando-o para o inferno. Seus bispos recebiam cada vez menos dinheiro e, das importâncias recebidas, transferiam para o Estado quantias cada vez menores; Jaime viu-se desfalcado de numerário, a verdadeira força de sua vontade. Cada ano que passava, tornava-se mais impotente, até que o Parlamento de 1592, com seu pleno consentimento, votou uma carta de liberdade para a Kirk, restaurando todos os seus poderes de jurisdição e disciplina, e abolindo o episcopado. Os exilados voltaram.

Melville, mais ousado que nunca, atirou-lhe em rosto a pecha de "tolo vassalo de Deus", e pregou-lhe o evangelho teocrático em 1596 com a mesma firmeza com que Gregório VII o fizera ao imperador Henrique IV cinco séculos antes (1077): "Há dois

reis e dois reinos na Escócia: há Jesus Cristo e Seu Reino, a Kirk, cujo súdito, o Rei Jaime VI... não é um rei, nem um chefe, nem um lorde, porém um membro."[8] David Black, ministro em St. Andrews, declarou à sua congregação (1596) que todos os reis eram filhos do demônio; Elizabeth uma atéia, e Jaime, o próprio satanás.[9] O embaixador inglês protestou. O Conselho Privado citou Black a fim de comparecer ao tribunal. Ele se recusou a fazê-lo, dizendo que uma ofensa no púlpito somente estava sujeita ao tribunal da Kirk e que, além disso, recebera sua mensagem de Deus. Jaime ordenou que o julgassem *in absentia*. Um comitê de ministros procurou o rei; este não cedeu; ao contrário, exigiu que os atos da Assembléia eclesiástica, da mesma maneira que os do Parlamento, ficassem sujeitos a sua ratificação. Os ministros proclamaram uma greve de fome e, agourentamente, declararam que acontecesse o que acontecesse "eles estariam isentos do que viesse a ocorrer a sua majestade".[10]

Uma multidão revoltada reuniu-se à volta da casa onde Jaime se achava hospedado (17 de dezembro de 1596). Ele fugiu para o palácio de Holyrood e, na manhã seguinte, transferiu-se de Edimburgo com toda a sua corte. Declarou ao povo, por intermédio de um arauto, que aquela cidade não era apropriada para uma capital e que ele jamais voltaria, exceto para julgar os rebeldes; ordenou a todo o clero e aos não residentes que abandonassem a cidade. Os revoltosos, não tendo a quem matar, dispersaram-se. Os mercadores queixaram-se da perda dos negócios com a saída da corte; os cidadãos indagavam-se se a disputa compensava um martírio de ordem econômica; Jaime voltou num triunfo irado a 1º de janeiro de 1597. A Assembléia Geral, reunindo-se em Perth, ofereceu a submissão da Kirk; concordou em que nenhum ministro seria nomeado nas principais cidades sem o consentimento do rei e da congregação; que os ministros não fariam prédicas sobre os atos do Parlamento ou do Conselho Privado; e que ninguém seria atacado pessoalmente do púlpito. Os ministros tiveram permissão para entrar novamente na capital (1597), mas o episcopado estava restaurado. Uma lúgubre trégua desceu sobre aquela antiga guerra entre a Igreja e o Estado.

Dois personagens sobressaem na literatura escocesa desse período: o próprio rei e o mais célebre de seus mestres. George Buchanan teve uma carreira extraordinária. Nascido em Stirlingshire, no ano de 1506, estudou em Paris, serviu como soldado na França e na Escócia. Fascinado pela escolástica e pelo fogo da política com as preleções de John Major, voltou para o amor e o estudo em Paris. Regressou, depois, à Escócia como herege satírico, foi preso pelo Cardeal Beaton, mas escapou para Bordéus. Lá ensinou latim, escreveu poesias e dramas em esplêndido latim, viu seu aluno Montaigne atuar em um desses dramas. Dirigiu em seguida um colégio em Coimbra, mas foi preso pela Inquisição espanhola por escarnecer dos frades. Retornou à Escócia donde seguiu para a França, voltando novamente, depois, para a Escócia, onde foi professor de Maria Stuart, rainha dos escoceses (1562). Nomeado árbitro da Assembléia Geral (1567), sentenciou pela autenticidade das "Cartas do Escrínio", foi acusado de haver forjado parte delas.[11] Condenou Maria desapiedadamente em seu *Detectio Mariae Reginae* (1571), foi preceptor do filho da rainha, não obstante os protestos dela, e morreu em 1582. Em sua *Rerum Scoticarum historia* (1579) esforçou-se por libertar a história de seu país dos "laços ingleses e da vaidade dos escoceses".

Seu tratado *De iure regni apud Scotos* (1579) reafirmava ousadamente, ante seu futuro-autocrático-discípulo, a doutrina medieval, segundo a qual a única fonte do poder político, abaixo de Deus, é o povo; toda sociedade tem seu ponto de apoio em um implícito contrato social de obrigações e limitações mútuas entre governantes e governados; a vontade da maioria pode, por justiça, governar o todo; o rei está sujeito às leis aprovadas pelos representantes do povo, e pode-se com justiça resistir a um tirano, depô-lo ou matá-lo.[12] Aí estava o mito de um contrato social um século antes de Hobbes, dois séculos antes de Rousseau. O livro, condenado pelo Parlamento escocês e queimado pela Universidade de Oxford, exerceu poderosa influência. Samuel Johnson pensava que Buchanan era a única figura genial que a Escócia produzira.[13] Hume, modestamente, atribuiu a Napier este mérito; Carlyle, sendo um Knox *redivivus*, citou Knox; e Jaime VI, nesse particular, tinha sua própria opinião.

O rei orgulhava-se tanto de seus livros quanto de suas prerrogativas. Publicou, em 1616, em enorme fólio, *The Works of the Most High and Mighty Prince James* (As Obras do Altíssimo e Poderosíssimo Príncipe Jaime), que dedicou a Jesus Cristo. Escreveu poesias, pareceres a poetas, uma tradução dos Salmos, um estudo sobre o Apocalipse, um tratado sobre demônios e, no *annus mirabilis* de 1598, dois reais *in-octavo* em defesa da monarquia absoluta. Um deles, o *Basilikon Doron* (Dádiva Real; 1598), era um livro de conselhos para seu filho Henrique sobre a arte e deveres da soberania; acentuava o governo da Kirk como "parte não sem importância das ocupações reais". O outro, *The True Law of Free Monarchies* (A Verdadeira Lei das Monarquias Livres), explicava o absolutismo com bastante eloqüência: os reis eram escolhidos por Deus, pois todos os acontecimentos importantes eram ditados por Sua Providência; sua nomeação e unção constituíam um mistério tão sagrado e inefável quanto qualquer sacramento; portanto seu governo tinha todo o direito de ser absoluto, e a resistência a ele era uma loucura, um crime, um pecado e causaria necessariamente mais malefícios que qualquer tirania. O que a Elizabeth fora um mito útil, tornou-se para Jaime um princípio apaixonante, oriundo do fato de haver ele nascido de uma rainha. Seu filho Carlos herdou essa doutrina e pagou caro esta herança.

Mas a Inglaterra, em 1598, não podia prever o ano de 1649. Depois de Jaime submeter-se ao protestantismo, os líderes do Conselho Privado de Elizabeth reconheceram-no como herdeiro, através de Maria, da coroa inglesa. Quatro dias depois da morte de Elizabeth, Jaime iniciou (5 de abril de 1603) uma viagem triunfal de Edimburgo a Londres; deteve-se por algum tempo no percurso para ser homenageado pela nobreza inglesa: no dia 6 de maio, ele chegou a Londres, que estava toda engalanada para recebê-lo — a multidão ajoelhou-se diante dele e os lordes beijaram-lhe as mãos. Após um milênio de lutas inúteis, as duas nações (os dois Parlamentos somente em 1707) uniam-se sob o governo de um único rei. Assim, o ventre estéril de Elizabeth tornava-se frutífero.

II. JAIME I DA INGLATERRA: 1603-14

Que espécie de homem tornou-se Jaime aos 37 anos? De estatura mediana, pernas fracas, abdome um tanto proeminente, o casaco e os calções almofadados para proteger-se contra os punhais dos assassinos; cabelos castanhos, as faces coradas, nariz abatata-

do, olhos azuis desconfiados e tristes, como se os deuses se apercebessem de sua figura. Um pouco preguiçoso, apoiando-se nas asas de Elizabeth. Profano na linguagem, grosseiro nos seus divertimentos; indeciso e absoluto, um palrador a arrastar os *rr*. Vaidoso e generoso, assustadiço e manhoso por se ver muitas vezes em perigo e ludibriado; pronto a ofender e a se sentir ofendido, a perdoar assim como a pedir perdão. Quando John Gib negou ter perdido certos documentos preciosos, Jaime perdeu a calma e deu-lhe um pontapé; encontrando depois os documentos, ajoelhou-se humilhado diante de seu auxiliar e só se levantou depois que Gib o perdoou. Tolerante em meio à intolerância, às vezes rude, geralmente bom e afetuoso, suspeitava de seu filho Henrique por ser demasiado popular, e amava seu filho Carlos até à loucura; irrepreensível em suas relações com as mulheres, era, porém, dado a agradar aos rapazes bonitos. Supersticioso e culto, tolo e ao mesmo tempo astuto, acreditava em demônios e feiticeiras, mas favorecia Bacon e Jonson; invejava os eruditos e era um apaixonado dos livros. Um de seus primeiros atos, como rei da Inglaterra, foi conceder a Oxford e Cambridge poderes para enviarem representantes ao Parlamento. Quando viu a Biblioteca Bodleiana, exclamou: "Se eu não fosse rei, seria um universitário; e se eu tivesse que ser prisioneiro e me fosse permitido satisfazer um desejo, desejaria como prisão essa biblioteca e ficar preso nela com esse tão grande número de bons autores e mestres já mortos."[14] No todo, era homem um pouco instável; no fundo, de boa índole, bem-humorado, ridicularizado pelos espertos, mas perdoado pelo povo, porque, até o seu melancólico fim, lhe deu segurança e paz.

Era tão avesso à água que se ressentia por ter de usá-la para lavar-se. Bebia exageradamente e permitia que algumas festas na corte terminassem em embriaguez geral e bissexual. Na corte, predominava uma extravagância nos trajes e nas diversões, que ultrapassava a do período elisabetano. Elizabeth favorecera as mascaradas; mas agora, com Ben Jonson escrevendo os diálogos e Inigo Jones desenhando os costumes e cenários, e os papéis sendo representados por brilhantes lordes e damas à sombra das rendas do reino, essa arte fabulosa e fantástica atingia seu apogeu. A corte tornou-se mais alegre que nunca — e mais corrupta. "Penso" — diz uma dama em uma das peças de Jonson — "que me enforcaria se tivesse que ser amada somente por meu pobre marido."[15] Os cortesãos aceitavam "presentes" de valor para exercerem sua influência na obtenção de cartas-régias, privilégios, monopólios ou cargos para pretendentes; o barão Montagu pagou 20.000 libras para ser nomeado lorde tesoureiro;[16] uma fonte das não muito autorizadas nos conta que uma delicada criatura adoeceu e morreu quando soube quanto seus amigos haviam pago para que ele fosse nomeado juiz municipal.[17]

Jaime não se atrapalhava com tais questões e não se dava ao incômodo de trabalhar arduamente no governo. Deixava a administração aos cuidados de um Conselho Privado, composto de seis ingleses e seis escoceses, encabeçado por Robert Cecil, que ele tornou conde de Salisbury em 1605. Cecil tinha todas as vantagens da hereditariedade, salvo a saúde. Prejudicava-o a corcunda, que lhe dava um aspecto lamentável; mas possuía toda a perspicácia do pai na escolha e no manejo dos homens; uma silenciosa tenacidade e ardilosa cortesia que superava seus rivais no país e nas cortes estrangeiras. Quando "meu pequeno *beagle*" morreu (1612), Jaime enlevou-se pelo belo jovem Robert Carr, fê-lo conde de Somerset e permitiu-lhe afastar da política e da

administração homens muito mais talentosos, como Francis Bacon e Edward Coke.

Coke era a encarnação e o guardião da lei. Alcançou fama com a tenaz perseguição que, em 1600, moveu a Essex, em 1603 a Raleigh e, em 1605, aos "Conspiradores da Pólvora". Em 1610, emitiu uma opinião que se tornou histórica:

> Torna-se claro, em nossos livros, que, em muitos casos, a lei comum regulará os atos do Parlamento e que, às vezes, os julgará como sendo completamente nulos. Pois, quando um ato do Parlamento fere o direito comum e a razão... ou é impossível de ser executado, o direito consuetudinário pode cancelá-lo e decretá-lo nulo.[18]

Essa opinião não agradou ao Parlamento, mas Jaime fez Coke presidente do tribunal da justiça do rei (1613), e membro do Conselho Privado. De homem do rei, ele se tornou seu espinho, condenando as investigações sobre opiniões particulares, defendendo a liberdade de palavra no Parlamento e ferindo o absolutismo real por lembrar mordazmente que os reis são servos da lei. Em 1616, Bacon, seu rival, acusou-o de má conduta. Coke foi demitido de suas funções e voltou ao Parlamento; continuando a liderar a resistência ao rei, foi enviado para a Torre (1621), mas foi logo posto em liberdade. Morreu impenitente (1634), obstinadamente fiel à letra e ao rigor da lei, deixando atrás de si quatro volumes de *Institutes* que ainda permanecem como pilar e monumento da jurisprudência inglesa.*

Nesse meio-tempo Jaime travava com o Parlamento o debate que, no reinado de seu filho, resultaria em guerra civil e regicida. Ele não só assumiu todos os poderes que Henrique VIII e Elizabeth exerceram sobre seus acovardados ou taciturnos legisladores, mas, também, expôs sua pretensão como imperativo divino. Ele anunciou ao Parlamento em 1609:

> O Estado monárquico constitui a coisa suprema sobre a terra. Pois os reis não são apenas os lugares-tenentes de Deus na terra e ocupam Seu trono, como até são chamados deuses pelo Próprio Deus. ... São chamados deuses justamente porque exercem um poder na terra que, em sua forma, assemelha-se ao poder divino; se considerardes os atributos de Deus, vereis como se coadunam com a pessoa do rei. Deus tem o poder de criar ou destruir, de fazer ou desfazer a Sua vontade, de dar a vida ou enviar a morte, de julgar a todos sem ser julgado ou prestar contas a quem quer que seja... E o mesmo poder têm os reis; fazem e desfazem seus súditos, têm o poder de elevar e rebaixar, um poder de vida e de morte; o rei julga a todos e em todas as causas, sem que preste contas a outrem senão a Deus. Têm os reis o poder... de fazer com que seus súditos se assemelhem a peças de xadrez — a um peão para tomar um bispo ou um cavalo — deles dispondo da mesma maneira que eles dispõem de seu dinheiro.[20]

Era um passo que representava retrocesso, pois a teoria política medieval havia, praticamente, transformado o rei em delegado da soberania do povo; somente os papas

* Informa Aubrey que a segunda esposa de Coke, viúva de Sir William Hatton, "estava grávida quando se casou com ele. Pousando a mão sobre o ventre da mulher (quando se aproximou do leito) e sentindo a criança mover-se, disse: 'O quê! Carne no caldeirão?', ao que ela respondeu: 'Sim, caso contrário não me teria casado com um cozinheiro'."[19] — pois seu nome era pronunciado como *cook* (cozinheiro). Podíamos acrescentar que ela já havia recusado proposta de casamento de Bacon.

se consideravam os vice-reis de Deus. Dando a essa pretensão a melhor fachada filosófica, cumpre supor que os papas, como autoridade máxima na Idade Média, acreditavam ser tão poderosos os impulsos individualistas do homem que a ordem social só poderia ser mantida se se inculcasse no povo uma reverência tradicional pela autoridade eclesiástica e pelos papas, como voz e vigários de Deus. O enfraquecimento ou a destruição da autoridade dos papas pela Reforma havia deixado as forças políticas como responsáveis, fundamentais ou máximas, pela ordem social; e essas forças julgaram, também, que uma autoridade puramente humana estaria demasiado sujeita a desafios para que pudesse reprimir, eficaz ou economicamente, as tendências anti-sociais do homem. Daí o florescimento da doutrina do direito divino dos reis juntamente com o desenvolvimento do nacionalismo e a diminuição do poder papal. Os príncipes luteranos da Alemanha, tendo assumido o poder espiritual da antiga Igreja em seus reinos, sentiam-se justificados em transferir para si essa aura divina que quase todos os governantes, antes de 1789, consideravam indispensável à autoridade moral e à paz social. Jaime cometeu o erro de enunciar essa presunção tão claramente e de forma tão extremada.

Talvez o Parlamento se dispusesse (sorrindo discretamente) a aceitar um tanto teoricamente esse absolutismo real se, como nos tempos áureos de Elizabeth, seus membros fossem grandes proprietários de terras endividados com os Tudor, em função dos seus títulos de propriedade. Mas a Câmara dos Comuns incluía agora, entre seus 467 membros, muitos representantes da crescente classe mercantil — que não suportariam um poder ilimitado do rei sobre seu dinheiro — e muitos puritanos que repudiavam a reivindicação do soberano em governar sua religião. A Câmara definiu seus direitos, não reconhecendo, corajosamente, a divindade de Jaime. Declarou-se o único juiz no caso de eleições duvidosas de seus membros. Exigiu liberdade de palavra e garantia contra a prisão durante suas sessões; sem isso — alegou — o Parlamento não teria valor. Propôs legislar sobre as questões religiosas e negou autoridade ao rei para decidir sobre elas sem sua aprovação; os bispos anglicanos, entretanto, exigiram para seus sínodos o direito de decisão sobre questões eclesiásticas, sujeitando-se apenas à aprovação do rei. O presidente da Câmara dos Comuns informou Jaime de que ele não poderia instituir qualquer lei, mas apenas ratificar ou rejeitar as leis votadas pelo Parlamento. "Nossos privilégios e liberdades" — declarou a Câmara (junho de 1604) — "constituem para nós um direito e uma herança justa, não menos valiosos que nossas próprias terras e bens... Não nos podem ser retirados... a menos que se verifique serem evidente iniqüidade à situação geral do reino."[21]

Estavam traçadas, assim, as linhas para aquela luta histórica entre as "prerrogativas" do rei e os "privilégios" do Parlamento — luta que, depois de uma centena de vitórias e derrotas, criaria a democracia inglesa.

III. A CONSPIRAÇÃO DA PÓLVORA: 1605

Acima das lutas econômicas e políticas, mas nelas enraizadas profundamente, intensificava-se a guerra religiosa. Metade dos panfletos que feriam o ar eram explo-

sões de puritanos contra os bispos e o ritual anglicanos, de anglicanos contra o rigor e a intransigência dos puritanos, e de ambos contra as conspirações dos católicos para fazerem a Inglaterra voltar a obedecer ao papa. Jaime subestimava a intensidade desses ódios. Sonhava com uma *entente demi-cordiale* entre puritanos e anglicanos e, com esse propósito, convocou seus líderes para uma conferência em Hampton Court (14 de janeiro de 1604). Presidiu-a à semelhança de outro Constantino, surpreendendo ambos os partidos com seus conhecimentos teológicos e sua habilidade nos debates; mas insistiu em "uma só doutrina e uma só disciplina, em uma única religião em substância e cerimônias", [22] e declarou ser indispensável o episcopado. O bispo de Londres achou o rei divinamente inspirado, dizendo "não ter sido visto outro igual a ele desde os tempos de Cristo".[23] Os puritanos, todavia, queixaram-se de que Jaime agira mais como partidário que como juiz; e nada resultou da conferência exceto a inesperada e histórica decisão de se fazer uma nova tradução da Bíblia. O Sínodo de 1604 expediu cânones exigindo a sujeição de todos os clérigos ao culto anglicano; aqueles que se recusaram a fazê-lo foram rechaçados, vários foram presos; muitos resignaram-se; outros emigraram para a Holanda ou a América.

Jaime desonrou-se, mandando para a fogueira dois unitários por duvidarem da divindade de Jesus, a despeito das provas que ele lhes oferecera (1612); mas se distinguiu, depois, por não mais permitir execuções baseadas em dissensão religiosa; aqueles foram os últimos homens a morrerem por heresia na Inglaterra. Lentamente, à medida que crescia o domínio secular, ia progredindo a idéia de que a tolerância religiosa era compatível com a moral pública, e a união nacional ia ganhando terreno contra a convicção quase universal de que a ordem social necessitava de uma única fé e uma única Igreja incontestáveis. Em 1614, Leonard Busher, em seu *Religious Peace*, argumentava que as perseguições religiosas aumentavam as dissensões, forçavam a hipocrisia e prejudicavam o comércio, lembrando a Jaime que "os judeus, os cristãos e os turcos são tolerados em Constantinopla e, mais ainda, estão pacificados".[24] Busher, contudo, era de opinião que as pessoas, cuja religião estivesse "manchada pela traição" — provavelmente referindo-se aos católicos, que colocavam o papa acima do rei — deveriam ser proibidas de realizar assembléias ou de viver dentro dos limites de 32 quilômetros de Londres.

Jaime era, de modo geral, um dogmatista tolerante. Ofendia os puritanos permitindo — e encorajando — esportes aos domingos, contanto que, antes, se atendessem aos ofícios religiosos anglicanos. Inclinava-se atenuar as leis contra os católicos. Sem dar atenção a Robert Cecil e ao Conselho, suspendeu as leis contra os não-conformistas; permitiu que sacerdotes entrassem no país e celebrassem missas em casas particulares. Alimentava, com aquelas suas maneiras livres e filosóficas, a idéia de reconciliação entre católicos e protestantes.[25] Quando, porém, os católicos multiplicaram-se sob essa influência benéfica e os puritanos denunciaram sua complacência, ele permitiu que se renovassem, ampliassem e pusessem em vigor as leis anticatólicas da época de Elizabeth (1604). A pessoa que enviasse alguém ao estrangeiro, para cursar colégio ou seminário católico, era punida com multa de 100 libras. Todos os missionários católicos foram desterrados; o ensino católico, proibido. As pessoas que descurassem dos ofícios religiosos anglicanos eram multadas em 20 libras por mês; deixar de pagar tais multas resultava no confisco de propriedade, imobiliária e pessoal; todo o gado exis-

tente nas terras dos transgressores, toda a sua mobília e os aparelhos de uso seriam confiscados, passando a constituir propriedades da Coroa.[26]

Certos católicos meio enlouquecidos acharam que não havia outro remédio senão recorrerem ao assassínio. Robert Catesby presenciara a prisão de seu pai por se recusar a assistir aos ofícios religiosos anglicanos ao tempo de Elizabeth; participara da rebelião de Essex contra a rainha; e agora, era ele quem concebia a Conspiração da Pólvora para explodir o Palácio de Westminster quando o rei, a família real, os lordes e os Comuns ali estivessem reunidos para a abertura do Parlamento. Levou a participar da conspiração Thomas Winter, Thomas Percy, John Wright e Guy Fawkes. Os cinco homens juraram entre si manter sigilo e selaram seu juramento tomando a comunhão de um missionário jesuíta, John Gerard. Alugaram uma casa contígua ao palácio; trabalharam arduamente durante 16 horas por dia, cavando um túnel de um porão a outro; tendo êxito nesse trabalho, colocaram 30 barris de pólvora sob o salão de reuniões da Câmara dos Lordes. Constantes adiamentos da abertura do Parlamento mantiveram o projeto em precária inatividade; durante um ano e meio os conspiradores tiveram de alimentar a chama ardente de seu ódio. Duvidavam, às vezes, da moralidade de uma empresa em que muitas pessoas inocentes pereceriam juntamente com aqueles que os católicos julgavam culpados e sem perdão. Para reanimá-los, Catesby perguntou a Henry Garnett, provincial dos jesuítas na Inglaterra, se na guerra era permissível participar de atos que ocasionassem a morte de inocentes não combatentes; Garnett respondeu que as teologias de todos os credos entendiam que sim, mas preveniu Catesby de que qualquer conspiração contra a vida de funcionários governamentais traria apenas maiores sofrimentos aos católicos ingleses. O provincial transmitiu suas suspeitas ao papa e ao geral da ordem; ordenaram-lhe eles que se mantivesse afastado de quaisquer intrigas políticas e que desencorajasse todo e qualquer atentado contra o Estado.[27] A outro jesuíta, Oswald Greenway, Catesby revelou, em confissão, a conspiração, que agora incluía medidas para uma revolta geral dos católicos na Inglaterra. Greenway relatou o fato a Garnett. Os dois jesuítas não sabiam se deviam denunciar os conspiradores ao governo ou guardar silêncio; optaram pelo silêncio, mas decidiram fazer todo o possível para dissuadir os conspiradores.

Catesby procurou acalmar as apreensões de seus companheiros providenciando para que, na manhã do dia estabelecido, os amigos que fossem membros do Parlamento, recebessem mensagens urgentes que os mantivessem afastados de Westminster. Uma figura secundária da conspiração preveniu seu amigo Lorde Monteagle vários dias antes da data em que teria início a sessão. Monteagle expôs o fato a Cecil que, por sua vez, relatou-o ao rei. Seus agentes penetraram nos porões, e ali encontraram Fawkes junto aos explosivos, no lugar previsto. Fawkes foi preso (4 de novembro de 1605); confessou sua intenção de fazer ir pelos ares, no dia seguinte, o Parlamento, mas recusou-se, a despeito de extremadas torturas, a revelar os nomes dos cúmplices. Estes, porém, denunciaram-se empunhando armas e tentando fugir. Foram perseguidos e lutaram; Catesby, Percy e Wright ficaram mortalmente feridos e vários subalternos foram perseguidos e capturados. Ao serem julgados, os prisioneiros admitiram livremente a existência da conspiração, mas nenhuma ameaça ou tortura pôde induzi-los a envolver os jesuítas. Fawkes e três outros foram arrastados, em uma espécie de armação, da Torre à Casa do Parlamento e ali executados (27 de janeiro de 1606).

A Inglaterra ainda celebra o 5 de novembro como Dia de Guy Fawkes, com fogueiras e fogos de artifício e com desfiles pelas ruas, carregando "guys" ou efígies.

Gerard e Greenway escaparam para o Continente, mas Garnett foi capturado e, com ele, outro jesuíta: Oldcorne. Na Torre, eles descobriram meios — que supunham secretos — de se comunicarem, mas espiões relataram suas conversas. Acusados, separadamente, dessas conferências, Garnett negou-as; Oldcorne admitiu-as; Garnett confessou que havia mentido. Prostrado, admitiu que tivera conhecimento da conspiração, mas que isso lhe fora transmitido por Greenway, que recebera a informação sob o selo da confissão, não se julgando livre para revelá-la; fizera, entretanto, todo o possível para desencorajá-la. Foi julgado culpado, não de conspirar mas de ocultar o fato. Durante seis semanas o rei protelou a assinatura da pena de morte. Garnett, recebendo informações falsas de que Greenway estava na Torre, enviou-lhe uma carta; foi interceptada; perguntando se se comunicara com Greenway, Garnett negou-o; confrontado com a carta, alegou que se permitia aquele subterfúgio a uma pessoa que desejava salvar sua vida. No dia 3 de maio de 1606 foi enforcado, arrastado e esquartejado.[28]

O Parlamento sentiu-se justificado em ampliar a legislação contra os católicos (1606). Estes foram impedidos de exercer a medicina e a advocacia e de servir como testamenteiros ou curadores; foram proibidos de viajar para locais que distassem mais de 16 quilômetros de suas residências; exigiu-se deles um novo juramento, que não só negava o poder de os papas destituírem governantes seculares como também tachava de ímpio, herético e condenável esse poder.[29] O Papa Paulo V proibiu que se fizesse tal juramento; uma maioria de católicos ingleses obedecera-lhe; uma minoria aceitou fazer o juramento. Em 1606, seis sacerdotes foram executados por se recusarem a fazê-lo e por celebrarem missa; entre 1607 e 1618, 16 outros foram condenados à morte.[30] As prisões abrigavam várias centenas de padres e vários milhares de leigos católicos. A despeito dessa situação de terror, os jesuítas continuaram a entrar na Inglaterra; havia, em 1615, pelo menos uns 68; em 1623, 284.[31] Alguns acharam meios de entrar na Escócia; um deles, John Ogilvie, foi condenado à morte lá, em 1615, depois de ter as pernas esmagadas na câmara de torturas e sido mantido acordado durante oito dias e noites consecutivos mediante a inserção de alfinetes no corpo.[32] Todos os pecados da antiga Igreja pesaram sobre ela, trazidos pelas novas convicções e novas forças.

IV. O PALCO JACOBEU

O êxtase inglês continuou na literatura assim como na religião. À época de Jaime I pertence a melhor metade das peças de Shakespeare, muita coisa de Chapman, a maioria dos trabalhos de Jonson, Webster, Middleton, Dekker, Marston e algo de Massinger, tudo de Beaumont e Fletcher; na poesia, Donne; na prosa, Burton e — o mais nobre de tudo — a versão da Bíblia pelo Rei Jaime: são glórias o bastante para qualquer reinado. O rei gostava de dramas; numa única temporada de Natal, 14 peças foram representadas em sua corte. O Globe fora reduzido a cinzas, em 1613, pelos

disparos de dois canhões em uma representação de *Henry VIII*, sendo logo reconstruído; e por volta de 1631, havia 17 teatros em Londres ou em suas imediações.

George Chapman era cinco anos mais velho que Shakespeare e viveu 18 mais do que ele, atravessando três reinados (1559-1634). Levou tempo para chegar a seu completo desenvolvimento; em 1598 terminou com êxito *Hero e Leandro*, de Marlowe, e publicou sete livros da *Ilíada*; sua tradução da obra de Homero, entretanto, só terminou em 1615, e suas melhores peças apareceram entre 1607 e 1613. Abriu novo campo para o drama inglês, recorrendo a um tema da história francesa recente, em *Bussy d'Ambois* (1607?) — cinco atos de esbravejante oratória, raramente assinalada por frases envolventes, ganhando em força destruidora na página em que Bussy e seu inimigo trocam cumprimentos irônicos tão indigestos quanto a verdade. Chapman jamais chegou a libertar-se do que aprendera; o muito que sabia de grego e, mais ainda, de latim, sufocava sua musa; e ler, hoje em dia, suas peças é labor mais para eruditos que para apaixonados pelas letras. Tampouco nos impressionamos como Keats "ao examinarmos pela primeira vez o Homero de Chapman". Há uma força vigorosa naqueles heptâmetros que, num ponto ou noutro, coloca-os acima da versão, de modo geral, melhor, de Pope; mas a música da poesia desaparece na tradução; os hexâmetros saltitantes do original transportam-nos com melodia mais ligeira que os pés medidos e agrilhoados das rimas dos versos. Nenhum longo poema inglês em rimas escapou à sonolência de uma barcarola. Chapman modificou para "parelhas heróicas" — versos de 10 sílabas em pares rimados — sua tradução da *Odisséia*, com idêntico poder embalador. O Rei Jaime deve ter dormido sob esses dois maciços cobertores, fora os cochilos provocados pelo próprio Homero, pois esqueceu-se de pagar as 300 libras que o finado príncipe Henrique prometera a Chapman quando a tradução estivesse terminada; mas o conde de Somerset salvou da pobreza o velho poeta.

Devemos deter-nos um pouco perante Thomas Heywood, Thomas Middleton, Thomas Dekker, Cyril Tourneur e John Marston, ou devemos pedir-lhes que nos deixem partir com um humilde cumprimento à sua fama bruxuleante? Já para com John Fletcher não se pode ser assim tão parcimonioso, pois em seu apogeu (1612-25) a Inglaterra reverenciou-o, no drama, como inferior apenas a Shakespeare e Jonson. Filho de um bispo de Londres, sobrinho ou primo de três poetas sofríveis, foi alimentado de versos e criado com rimas; e a essa herança ele acrescentou o privilégio de haver colaborado com Shakespeare em *Henry VIII* e *The Two Noble Kinsmen* (Dois Nobres Cavalheiros), com Massinger em *The Spanish Curate* (O Cura Espanhol) e, com mais êxito, com Francis Beaumont.

"Frank" também estava familiarizado com as letras desde o berço, pois era filho de um preeminente juiz e irmão de um poeta secundário, que facilitou de um ano o caminho para a chegada de Frank ao mundo. Deixando de diplomar-se em Oxford ou em Inner Temple, Beaumont experimentou compor poesias cheias de voluptuosidade e associou-se a Fletcher para escrever peças. Os dois belos celibatários partilhavam cama e comida, bens e roupas, amantes e temas; "tinham apenas uma rapariga entre eles" — diz Aubrey — "e uma maravilhosa similitude em suas fantasias".[33] Durante 10 anos trabalharam em produção de peças como *Philaster, or Love Lies a-Bleeding*, *The Knight of the Burning Pestle*, *The Maid's Tragedy*. O diálogo é vigoroso porém bombástico, o enredo engenhosamente complicado, mas resolvido artifi-

cialmente, e a idéia raramente alcança as paragens da filosofia. Assegura-nos Dryden, contudo, que no final daquele século esses dramas eram duas vezes mais populares que os de Shakespeare.[34]

Beaumont morreu aos 30 anos de idade, no mesmo ano do falecimento de Shakespeare. Dessa época em diante Fletcher escreveu, sozinho ou com a colaboração de outros, uma longa série de peças teatrais bem-sucedidas que depois foram esquecidas; algumas de suas comédias, cheias de intrigas ruidosas e complicadas, originaram-se de modelos espanhóis e, por sua vez, com sua temática centrada no adultério, conduziram ao drama da Restauração. Por fim, cansado de cenas barulhentas e sangrentas, publicou (1608) uma peça pastoral: *The Faithful Shepherdess* (A Pastora Fiel), tão tola quanto *A Midsummer Night's Dream* e, às vezes, rivalizando com esta última em poesia. Clorin, tendo morrido o pastor que ela amava, retira-se para um caramanchão ao lado da cova dele, e jura ali permanecer intata até sua morte:

Hail, holy earth, whose cold arms do embrace
The truest man that ever fed his flocks
By the fat plains of fruitful Thessaly!
Thus I salute thy grave; thus do I pay
My early vows and tribute of mine eyes
To thy still-lovéd ashes; thus I free
Myself from all ensuing heats and fires
Of love; all sports, delights, and jolly games,
That shepherds hold full dear, thus put I off:
Now no more shall these smooth brows be begirt
With youthful coronals, and lead the dance;
No more the company of fresh fair maids
And wanton shepherds be to me delightful,
Nor the shrill pleasing sound of merry pipes
Under some shady dell, when the cool wind
Plays on the leaves: all be far away,
Since thou art far away, by whose dear side
How often have I sat crowned with fresh flowers
For summer's queen, whilst every shepherd's boy
Puts on his lusty green, with gaudy hook,
And hanging scrip of finest cordevan.
But thou art gone, and these are gone with thee,
And all are dead but thy dear memory;
That shall outlive thee, and shall ever spring,
Whilst there are pipes or jolly shepherds sing. *

* Salve terra sagrada, cujos frios braços envolvem / O mais honrado dos homens que seus rebanhos apascentaram / Nas abundantes planícies da fecunda Tessália! / Assim, saúdo eu tua cova; assim presto eu / Meus primeiros juramentos e os tributos de meus olhos / A tuas cinzas ainda amadas; assim me liberto / De todo o calor do amor; assim renuncio / A todos os divertimentos, prazeres e alegres jogos / Tão caros aos pastores: / Agora essa lisa fronte não mais será cingida / De viçosa coroa, e não mais guiará as danças; / Não mais me agrada a companhia de belas donzelas / E de travessos pastores, tampouco o agradável som estridente / De alegres flautas à sombra acolhedora dos vales, / Quando o vento frio brinca com as folhas: fique tudo distante, / Porque bem longe estás; a teu lado quantas vezes me senti / Coroada de flores frescas como a rainha do verão, / Enquanto todos os pequenos pastores envergavam seus novos trajes / Trazendo consigo seu cajado extravagante e, pendente, / Um bornal preso pelo mais fino cordão. / Mas tu partiste e tudo isso partiu contigo, / Tudo está morto menos tua lembrança querida; / Ela a ti sobreviverá, e surgirá sempre / Enquanto plantas houver e belos pastores cantando.

Este idílio bucólico foi representado uma vez apenas e depois desapareceu dos palcos. Que probabilidade de vencer tinha tal peã à castidade, numa época em que ainda ardia o fogo elisabetano?

O mais poderoso e desagradável dos dramaturgos jacobeus foi John Webster. Quase nada conhecemos de sua vida, e isto é bom. Conhecemos sua disposição de espírito pelo prefácio de seu melhor drama, *The White Devil* (O Diabo Branco; 1611), onde chama o auditório de "burros ignorantes" e declara que "o ar que vem desta multidão incapaz pode até envenenar... a mais profunda tragédia". É a história de Vittoria Accoramboni, cujos pecados e julgamento (1581-85) agitaram a Itália durante a infância de Webster. Vittoria acha que a renda do marido não faz justiça à sua beleza. Aceita as atenções do endinheirado duque de Brachiano e sugere que ele mate seu marido e elimine sua própria esposa. O duque aceita imediatamente a sugestão, e é auxiliado pelo irmão alcoviteiro de Vittoria, Flamineo, que fornece para esses crimes o mais cínico *obbligato* de toda a literatura inglesa. Ela é presa por suspeita, mas defende-se com tal audácia e habilidade que deixa embaraçados um advogado, com todo o seu latim, e um cardeal, com toda a sua púrpura. É arrebatada à justiça por Brachiano; são perseguidos; no fim, perseguidores e perseguidos, justos e injustos, são mortos em um holocausto dramático que deixou saciada por um ano a sede de sangue de Webster. O enredo é bem arquitetado, os personagens firmemente delineados, a linguagem muitas vezes viril ou vil, as cenas cruciantes são vigorosas, adquirindo a poesia, vez por outra, a eloqüência de Shakespeare. Mas a um paladar que a civilização tenha deixado enfastiado, a peça é deformada pela grosseria forçada e chã de Flamineo, pelas imprecações duras que partem de belos lábios ("Oh! Pudesse eu matar-te 40 vezes por dia e proceder assim durante quatro anos! Ainda seria demasiado pouco!"),[35] pela obscenidade difusa, com palavra *prostituta* figurando página sim outra não, pelo infindável número de frases de duplo sentido desfigurando de tal maneira o drama que teria feito até Shakespeare corar.

Webster ainda voltou a fazer carnificina em *The Duchess of Malfi* (A Duquesa de Malfi; 1613). Ferdinando, duque da Calábria, proíbe sua jovem irmã viúva — a duquesa de Amalfi — de casar-se novamente, pois, se ela morresse sem companheiro, ele herdaria sua fortuna. A duquesa lamenta sua castidade forçada:

The birds that live i' the field
On the wild benefit of nature, live
Happier than we, for they may choose their mates,
*And carol their sweet pleasures to the spring.**[36]

Excitada pelo desejo e pela proibição, atrai seu despenseiro Antônio a um casamento secreto e, logo, para o leito. Ferdinando quer matá-la. No último ato, um personagem é assassinado a quase cada minuto; médicos estão a postos com venenos, bandidos, com punhais; ninguém tem paciência de aguardar uma execução legal. Webster não era papista; daí o pior vilão da peça — o que mata a duquesa, lhe rouba as propriedades, o que toma uma amante para si e depois a assassina — ser um cardeal.

* Os pássaros que vivem nos campos, / Beneficiando-se da natureza selvagem, são mais felizes / Que nós, pois podem escolher seus companheiros, / E celebrar seus doces prazeres nos gorjeios à primavera.

Há, também, *doubles-entendres* de brutal franqueza, assim como a decisão de esgotar o vocabulário de palavras execrandas, e também uma feroz e indiscriminada condenação da vida humana. Somente em cantos esparsos dessa tela sombria vamos encontrar nobreza, fidelidade ou ternura. Ferdinando esquece-se de si mesmo, mostrando-se enternecido em um verso, ao contemplar a irmã ainda muito bela na morte:

> Cobri-lhe a cabeça! Meus olhos se ofuscam, ela morreu jovem...[37]

Logo, porém, retorna ao barbarismo.

Esperávamos encontrar algo mais suave do que tudo isso no homem que soube escrever *Drink to me only with thine eyes.*

V. BEN JONSON: 1573?-1637

Ben Jonson foi um produto póstumo, pois nasceu em Westminster um mês depois da morte do pai. No batismo recebeu o nome de Benjamin Johnson; mas ele mesmo cortou o *h* para tornar-se original, mas os tipógrafos continuaram a usá-lo, sobre seu cadáver, até 1840; ainda aparece em uma placa existente nas paredes da abadia de Westminster. A mãe, que tivera por primeiro marido um pastor, tomou para segundo um pedreiro. A família era pobre; Ben esforçou-se muito para adquirir educação; graças à bondade e ao financiamento de um amigo esclarecido, pôde matricular-se na escola de Westminster. Teve ali a felicidade de ficar sob a influência de seu "mestre-subordinado", o historiador e antiquário William Camden. Entregou-se aos clássicos com menos animosidade que o normal; travou relações com Cícero, Sêneca, Tito Lívio, Tácito e Quintiliano, afirmando mais tarde, aparentemente com justiça, que conhecia "mais grego e latim que todos os poetas da Inglaterra".[38] Somente seu "humor" excitável e a confusão do mundo londrino impediram que sua cultura destruísse sua arte.

Formado em Westminster, freqüentou a Universidade de Cambridge, "onde" — diz seu mais antigo biógrafo — "continuou os estudos por umas poucas semanas pois precisava se manter".[39] O padrasto necessitava dele como aprendiz de pedreiro; e podemos fazer idéia de Ben, transpirando e martirizando-se durante sete anos, enquanto manipulava tijolos e projetava poesias. Então, teve que ir subitamente para a guerra, ao ser recrutado, ou correu para ela com mais disposição do que para os tijolos. Serviu nos Países Baixos, travou duelo com um soldado inimigo, matou-o, despojou-o do que tinha e voltou para a Inglaterra para contar suas histórias já aumentadas. Casou-se, teve muitos filhos, sepultou três ou mais, desentendeu-se com a esposa, deixou-a durante cinco anos, voltou e com ela viveu, não obstante a incompatibilidade de gênios, até à morte dela. A própria Clio ignorava como ele conseguia sustentar a família.

O mistério torna-se maior quando sabemos que se tornou ator (1597). Mas ele estava repleto de idéias brilhantes e versos promissores, e recitar pensamentos de outros homens não mais podia contentá-lo. Exultou quando Tom Nash convidou-o para colaborar em *The Isle of Dogs* e, inegavelmente, contribuiu com seu quinhão para o

"material muito sedicioso e difamatório" que o Conselho Privado descobriu na peça. O Conselho mandou sustar as representações, fechar o teatro e prender os autores. Nash, um velho já experimentado em tais apertos, desapareceu em Yarmouth; Jonson viu-se encarcerado. Como era costume na prisão pagar a alimentação, o alojamento e os grilhões, pediu quatro libras emprestadas a Philip Henslowe e, ao ser posto em liberdade, juntou-se à companhia teatral (1597) de Henslowe (e Shakespeare).

Um ano depois escreveu sua primeira comédia importante, *Every Man in His Humour* (Cada homem em seu humor), e viu Shakespeare atuar nela no teatro Globe. Talvez o grande dramaturgo não apreciasse o prólogo que, a despeito do exemplo corrente, propunha-se a seguir as unidades clássicas de ação, tempo e lugar e não

To make a child, now swaddled, to proceed
Man, and then shoot up, in one beard and weed,
Past threescore years... You will be pleased to see
One such today as other plays should be,
Where neither chorus wafts you o'er the seas,
Nor creaking throne comes down, the boys to please...
But deeds and language such as men do use,
And persons such as comedy should choose
When she would show an image of the times,
*And sport with human follies, not with crimes.**

Assim Jonson voltou as costas à galhofa aristocrática das primeiras comédias de Shakespeare e às milagrosas geografia e cronologia do drama "romântico"; levou as favelas de Londres para o palco e ocultou sua erudição na notável reprodução dos dialetos e costumes da classe baixa. Os personagens são mais caricaturas do que complexas criações filosóficas, mas têm vida; são tão indignos quanto os de Webster, mas são humanos; são mentalmente rudes, não, porém, assassinos.

Os latinos usavam o termo *umor* para significar "umidade" ou "um fluido"; a tradição médica hipocrática havia usado *humor* para designar quatro fluidos do corpo: sangue, fleuma, bílis preta e bílis amarela; segundo a predominância de um ou outro na pessoa, dizia-se que ela era sangüínea, fleugmática, melancólica, ou colérica ou temperamental. Jonson fixou sua própria interpretação do termo:

As when some one peculiar quality
Doth so possess a man that it doth draw
All his affects [feelings], his spirits, and his powers,
In their confluctions, all to run one way —
*That may be truly said to be a humour.***[40]

* Fazer uma criança, envolta em cueiros, crescer / E forçá-la a viver, barba e roupa de homem, / Até mais de 60 anos... Tereis hoje o prazer de ver / Nesta peça, como todas deviam ser, / Não o coro a vos transportar pelos mares, / Nem a queda de qualquer trono, para gáudio dos jovens... / Mas atos e linguagem, próprios dos homens, / E pessoas escolhidas para uma comédia / Quando esta quer mostrar uma imagem dos tempos, / E divertir-se com as loucuras do homem e não com seus crimes.

** Quando certa qualidade peculiar / Domina o homem, a ponto de atrair / Todos os seus sentimentos, seu espírito e sua força, / Em sua confluência, para seguirem todos um só curso — / Pode-se dizer que isto é, verdadeiramente, o humor.

Essa palavra surgiu na hilariante descrição do Capitão Bobadil, um descendente direto de *miles gloriosus* de Plauto, mas que empestava o ambiente com seu próprio "humor" peculiar e seu humor inconsciente — sempre destemido exceto no perigo, ansiando por lutar salvo quando desafiado, um mestre da espada embainhada.

A peça foi bem recebida, e Ben pôde entregar-se aos prazeres e desvarios da mocidade com menos sovinice. Estava agora mais confiante em si, orgulhava-se de ser poeta, falava aos lordes sem se mostrar servil, mantinha tenazmente sua posição, absorvia rapidamente a vida em todas as oportunidades e por todos os poros, saboreando a franqueza e o humor grosseiro, seduzindo mulheres de vez em quando, mas no fim — declarou ele a Drummond — preferindo "a lascividade de uma esposa ao recato de uma amante".[41] Abandonando o palco, passou a viver corajosamente da sua pena. Prosperou durante certo tempo escrevendo mascaradas para a corte; escreveu versos leves e cheios de fantasia que adaptavam-se bem aos cenários que Jones desenhava. Ben, entretanto, de temperamento exaltado, discutia por qualquer bagatela. No ano de seu primeiro êxito, desentendeu-se com o ator Gabriel Spencer; bateu-se em duelo com ele, matou-o e foi preso por assassinato (1598). Para agravar sua situação, converteu-se ao catolicismo na prisão. Foi, contudo, julgado com justiça; permitiram-lhe que pleiteasse o "benefício do clero" porque lia o saltério em latim "como um clérigo"; foi posto em liberdade, mas somente depois de lhe ter sido gravada no polegar — com ferro em brasa — a letra *T*, a fim de poder ser prontamente identificado como criminoso reincidente se cometesse novamente outro crime de morte; ficou, pelo resto da vida, estigmatizado como criminoso.

Após um ano de liberdade voltou para a prisão por dívidas. Henslowe pagou fiança para que fosse novamente posto em liberdade; em 1600, Jonson cortejou a solvência escrevendo *Every Man out of His Humour* (Cada homem sem seu humor). Sobrecarregou a comédia com chavões clássicos; às *dramatis personae* ele acrescentou três personagens que serviam de comentaristas. Desabou invectivas sobre os puritanos que tinham a "religião em sua indumentária e os cabelos cortados mais curtos que as sobrancelhas"; e brandiu sua erudição contra os dramaturgos que estavam destruindo as unidades aristotélicas. Ao invés de romances impossíveis sobre lordes fabulosos, propôs-se mostrar Londres inexorável para consigo mesma, ao

> *oppose a mirror*
> *As large as is the stage whereon we act,*
> *Where they shall see the time's deformity*
> *Anatomized in every nerve and sinew*
> *With constant courage, and contempt of fear.**[42]

A peça deu-lhe mais inimigos do que renda, e, atualmente, não se recomenda sua leitura. Aborrecido com a audiência barulhenta do teatro Globe, Jonson escreveu sua comédia seguinte, *Cynthia's Revels* (A Festa de Cynthia; 1601), para uma companhia de jovens atores e um auditório menor, mais selecionado no teatro Blackfriars. Dekker e Marston julgaram-se satirizados na peça; em 1602, a companhia de Chamber-

* opor um espelho / Tão grande quanto o palco no qual representamos, / Onde eles verão a deformidade do tempo / Dissecada em todos os nervos e tendões / Com constante coragem e desprezo pelo medo.

lain, enfurecida com a concorrência dos rapazes do Blackfriars, apresentou o *Satiromastix* (ou seja, o satirista açoitado), de Dekker, que expunha Jonson ao sarcasmo público como pusilânime, bexiguento, pedante convencido, assassino e pedreiro. A briga terminou com troca de elogios, e durante certo tempo a fortuna bafejou-os. Um próspero advogado acolheu Ben em sua casa, e o conde de Pembroke enviou ao poeta 20 libras, "para comprar livros".[43] Assim fortalecido, ele tentou escrever tragédias. Tomando como tema Sejano, o perverso favorito de Tibério, Ben Jonson baseou cuidadosamente sua narrativa em Tácito, Suetônio, Díon Cássio e Juvenal. Realizou verdadeira obra-prima de erudição, com algumas cenas tocantes (por exemplo, V, x) e versos magistrais; mas o auditório ressentiu-se das longas orações, do entediante moralismo de personagens sem vida; e a peça foi logo retirada de cartaz. Jonson imprimiu o texto e, na margem, citou as fontes clássicas com anotações em latim. Lorde Aubigny, impressionado, deu asilo ao sofrido autor durante cinco anos.

Ben voltou à arena em 1605 com sua maior peça. *Volpone, or the Fox* (Volpone, ou a Raposa) atacava com causticante sátira a sede de dinheiro que grassava em Londres. Como era costume nas comédias — desde Plauto até *O Admirável Crichton* — um hábil criado é o cérebro pensante do enredo. Mosca traz a seu patrão avarento, Volpone — que finge estar gravemente enfermo — uma série de caçadores de heranças: Voltore (abutre), Corbaccio (gralha), Corvino (corvo). Estes deixam presentes valiosos para Volpone na esperança de serem seus herdeiros. A "raposa" aceita com ávida relutância cada presente, chegando mesmo a pedir emprestada por uma noite a mulher de Corbaccio. Mosca, finalmente, por meio de artifícios, faz com que Volpone o nomeie seu único herdeiro. Mas Bonario (boa índole) revela a artimanha, e o Senado de Veneza manda quase todo o elenco para a cadeia. Finalmente com esta peça, o auditório do teatro Globe rendeu-se a Jonson.

Ele passou rapidamente do êxito para a adversidade. Colaborou com Marston e Chapman em *Eastward Ho!* (1605); o governo prendeu os autores sob alegação de que a peça insultava os escoceses; os prisioneiros foram ameaçados de ficar sem o nariz e as orelhas, mas foram postos em liberdade intatos; e pessoas ilustres, tais como Camden e Selden, aderiram ao banquete oferecido pelo triunvirato libertado. Depois, no dia 7 de novembro de 1605, Ben foi intimado a comparecer perante o Conselho Privado como católico que talvez soubesse algo acerca da "Conspiração da Pólvora". Apesar de, um mês antes, ter jantado com o chefe dos conspiradores, Catesby, escapou de ser incriminado no caso; mas no dia 9 de janeiro de 1606 foi chamado ao tribunal, como delinqüente "inconformista". Como era demasiado pobre para ser multado de maneira lucrativa, a acusação não foi levada avante. Em 1610, voltou ao aprisco anglicano, "com tal entusiasmo que bebeu todo o vinho do cálice quando tomava" a comunhão.[44]

Nesse ano, levou à cena sua peça mais famosa. *The Alchemist* (O Alquimista) satirizava não só a alquimia — cujas pesquisas estavam em declínio — como também meia dúzia de imposturas que grassavam em Londres. Sir Epicuro Mammon está certo de que encontrou o segredo da alquimia:

This night I'll change
All that is metal in my house to gold,
And, early in the morning, will I send
To all the plumbers and the pewterers,
And buy their tin and lead up, and to Lothbury
For all the copper... I'll purchase Devonshire and Cornwall,
And make them perfect Indies... For I do mean
To have a list of wives and concubines
Equal with Solomon, who had the stone
Alike with me; and I will make me a back,
With the elixir, that shall be as tough
As Hercules, to encounter fifty a night
...And my flatterers
Shall be the pure and gravest of divines
That I can get for money...
My meat shall all come in in Indian shells,
Dishes of agate set in gold, and studded
With emeralds, sapphires, hyacinths, and rubies;
The tongues of carps, dormice, and camel's heels...
Old mushrooms, and the swelling unctuous paps
Of a fat pregnant sow, newly cut off...
For which I'll say unto my cook, "There's gold;
*Go forth, and be a knight".**[45]

Sir Epicuro é um tipo raro, mas os outros personagens são a escória, e a linguagem deles está impregnada de lixo escatológico; é lamentável ver um erudito como Ben misturado à ralé e falando a gíria das favelas. Os puritanos atacaram essas peças, o que é perdoável. Jonson, em represália, ridicularizou-os em *Bartholomew Fair* (A Feira de Bartolomeu; 1614).

Ben produziu muitas comédias mais, cheias de vida e de fezes; *non ragionam di lor*. Ocasiões há em que se revoltou contra seu próprio grosseiro realismo e, em *The Sad Shepherd* (O Pastor Triste), deixou sua imaginação vagar descuidadamente.

Her treading would not bend a blade of grass
Or shake the downy blowball from his stalk,
But like the soft west wind she shot along,
And where she went the flowers took thickest root,
*As she had sowed then with her odorous foot.***[46]

* Esta noite transformarei / Todo o metal de minha casa em ouro, / E, logo ao amanhecer, mandarei adquirir / De todos os encanadores e fabricantes de utensílios, / Todo o seu estoque de estanho e chumbo e / Para Lothbury trarei todo o cobre... / Comprarei Devonshire e a Cornuália, / E deles farei perfeitas Índias... Pois pretendo / Ter uma coleção de esposas e concubinas, / Como Salomão que tinha a mesma força que eu; / E, com um elixir, farei para mim um dorso / Que será tão forte quanto o de Hércules, / Para encontrar-me com cinqüenta mulheres cada noite / ...E meus bajuladores / Serão os mais graves e puros adivinhos / Que eu puder conseguir com dinheiro... / Minhas refeições virão em conchas das Índias, / Baixelas de ouro com inscrustações de ágata / E salpicadas de esmeraldas, safiras, jacintos e rubis; / Línguas de carpas, arganazes e patas de camelo... / Cogumelos, e as mamilas cheias de porca prenhe e gorda, / Recentemente cortada... / E direi então a meu cozinheiro: "Eis o ouro! / Vá e seja um cavalheiro!"

** Quando andava, seus pés pareciam nem tocar a relva, / Tampouco afetar os flocos de neve nos arbustos, / Mas como a brisa do oeste ela deslizava / E, por onde passava, as flores raízes criavam, / Como se as tivesse semeado com seus pés balsâmicos.

Mas deixou a peça inacabada e, quanto ao mais, limitou seu romantismo a belos versos espalhados por suas comédias, como pedras preciosas incrustadas em resíduos. Assim, em *The Devil Is an Ass* (O Diabo é um Asno; 1616), canta repentinamente:

Have you seen but a bright lily grow
Before rude hands have touched it?
Ha' you marked but the fall o' the snow
Before the soil hath smutched it?
Ha' you felt the wool of beaver,
Or swan's down ever?
Or have smelt o' the bud o' the briar,
Or the nard in the fire?
Or have tasted the bag of the bee?
*O so white! O so soft! O so sweet is she!**

Ainda mais bela é certamente a canção *To Celia*, que ele furtou do grego Filostrato, e transformou, com perfeita mestria e habilidade, em *Drink to me only with thine eyes*.

Depois da morte de Shakespeare, Jonson foi reconhecido como chefe da guilda dos poetas. Tornou-se poeta laureado, sem coroa, da Inglaterra: não era assim designado oficialmente, mas quase sempre era a posição reconhecida pelo governo, do qual recebia uma pensão de 100 marcos por ano. Os muitos amigos que se reuniam à sua volta, na Taverna Mermaid, percebiam nele uma boa índole que seu temperamento e sua língua ferina encobriam; incitavam-no a falar para ouvirem suas palavras interessantes e deixavam-no dirigir as reuniões de modo quase tão presidencial quanto seu homônimo do século seguinte. Ben era tão corpulento na ocasião quanto Samuel haveria de ser, e não mais bonito; lamentava sua "enorme barriga" e o "rosto duro" marcado pelo escorbuto; dificilmente deixava de quebrar uma cadeira quando visitava um amigo. Em 1624, mudou seu ponto de reunião para a Taverna do Diabo, na Fleet Street; os membros do Clube Apolo, que ele havia fundado, reuniam-se regularmente para banquetear-se com vitualhas, vinho e inteligência; e Jonson, em uma extremidade da sala, tinha uma cadeira alta, com um corrimão que conduzia seu corpanzil até o trono. De acordo com a tradição, seus adeptos eram denominados "a Tribo de Ben", e, entre outros, nela figuravam James Shirley, Thomas Carew e Robert Herrick, que o chamavam de "São Ben".[47]

Jonson precisava de uma paciência de Jó para suportar a pobreza e as doenças de seus anos de desintegração. Calculava que todas as suas peças lhe haviam rendido menos de 200 libras. Gastava depressa e passava fome quando estava desocupado; faltava-lhe o tino financeiro que fizera de Shakespeare um perito em imóveis. Carlos I continuou a pagar-lhe a pensão; mas quando o Parlamento limitou os fundos destinados ao rei, nem sempre a pensão lhe era paga. Carlos, contudo, enviou-lhe, em 1629, 100 libras, e o deão e o cabido da abadia de Westminster votaram cinco libras para "Mr. Benjamin Jonson, como auxílio em suas necessidades e enfermidades".[48] Seus

* Vistes, já um lírio brilhante crescer / Antes que mãos rudes o tenham tocado? / Observastes, porventura, a neve cair / Antes que o solo a suje? / Afagastes o pêlo do castor, / Ou, quem sabe, as penas do cisne? / Sentistes da urze branca a fragrância, / Ou do nardo no fogo o odor? / Ou provastes o mel das abelhas? / Oh! Que brancura! Que maciez! Que doçura!

últimos dramas fracassaram, sua fama declinou, desapareceram seus amigos e morreram-lhe a esposa e os filhos. Em 1629, vivia sozinho, preso ao leito pela paralisia, tendo apenas uma velha mulher para cuidar dele. Durou ainda oito anos, na penúria e padecendo dores. Foi sepultado na abadia de Westminster, e John Young esculpiu, na lápide defronte à sepultura, um epitáfio célebre:

O RARE BEN JOHNSON

Atualmente só permanecem legíveis as três primeiras palavras (Oh! inigualável Ben), mas todo inglês instruído sabe preencher o restante.

VI. JOHN DONNE: 1573-1631

Um delegado puritano propôs na Conferência de Hampton Court que se fizesse uma nova tradução da Bíblia. O bispo de Londres opôs objeção ao projeto, declarando que as versões existentes eram suficientes; o Rei Jaime rejeitou a objeção e ordenou que "sejam tomadas providências especiais no sentido de uma tradução uniforme que deve ser feita pelos melhores eruditos de ambas as universidades; sendo depois revista pelos bispos, apresentada ao Conselho Privado e, por fim, ratificada pela autoridade real para que somente ela possa ser lida em todas as igrejas".[49] Sir Henry Savile e 46 outros eruditos empreenderam a tarefa, apoiando-se nas primeiras traduções, de Wyclif e Tyndale, e terminaram-na em sete anos (1604-1611). Essa "versão autorizada" tornou-se oficial em 1611 e começou a exercer enorme influência na vida, na literatura e na linguagem da Inglaterra. Milhares de frases incisivas passaram dela para a língua. A veneração pela Bíblia, já então muito acentuada nos países protestantes, adquiriu novo ardor na Inglaterra, levando os puritanos, depois os *quakers* e os metodistas, a um conhecimento e um respeito pelo texto que só podiam ser igualados pela devoção dos muçulmanos para com o Corão. A influência da tradução sobre o estilo literário inglês foi inteiramente benéfica: desfez-se o fraseado longo e cheio de fantasias complicadas da prosa elisabetana, transformando-o em sentenças curtas, vigorosas, claras e naturais; substituíram-se as construções e os termos estrangeiros por vigorosas palavras anglo-saxônias e expressões idiomáticas inglesas. Cometeram-se mil erros de erudição, mas o nobre idioma hebraico e o grego comum dos Testamentos transformaram-se no mais belo monumento da prosa inglesa.

Duas outras obras em notável prosa honraram o reino: *History of the World* (outras se lhe seguiram), de Sir Walter Raleigh, e *Anatomy of Melancholy* (1621), de Robert Burton* — essa matriz maciça em que o vigário de St. Thomas em Oxford entesourou fragmentos de seus conhecimentos de teologia, de astrologia, dos clássicos e de filosofia. Os catedráticos da universidade julgavam-no, a princípio, "muito alegre e chistoso"; mais tarde, porém, na vida, ele se tornou tão melancólico que só encontrava prazer ouvindo a linguagem obscena dos barqueiros do Tâmisa.[50] Para aliviar-se de

* Alguns trabalhos comuns em prosa adquiriram distinção histórica: as folhas de notícias que circulavam pela Londres jacobéia passaram, em 1622, a formar o primeiro jornal inglês, *The Weekly Newes*.

sua "bílis preta", Burton "devorava autores" que a Biblioteca Bodleiana lhe fornecia. Com tais livros e seu manuscrito, com a astrologia e as funções sacerdotais, passava os dias sombrios e as noites estreladas. Fez seu próprio horóscopo e com ele predisse com tal exatidão o dia de sua morte, que os rapazes de Oxford suspeitaram que se tivesse enforcado para provar sua presciência.[51]

Robert Burton mostra-se muito vivaz em seu livro. Pondo-se a examinar a hipocondria e a receitar contra esse mal, acabou achando tal digressão mais agradável que seu plano original. Com excêntrico humor rabelaisiano, único e em suas caminhadas impossíveis, ele discute sobre todas as coisas com a mesma casualidade de Montaigne, apimentando suas páginas com latim e grego e acenando, cordial e continuamente, para que o leitor prossiga, sem o conduzir a parte alguma. Renuncia à originalidade, por pensar que toda autoria é furto: "Somente podemos dizer o que já foi dito; apenas a composição e o método são nossos."[52] Admite que conhece o mundo apenas por intermédio dos livros e das notícias divulgadas em Oxford:

> Ouço notícias e mais notícias todos os dias, e esses boatos comuns de guerras, pestes, incêndios, inundações, furtos, crimes, massacres, meteoros, cometas, espectros, prodígios, aparições, cidades conquistadas, cidades sitiadas na França, Alemanha, Turquia, Pérsia, Polônia, etc., revistas e preparativos diários, e coisas semelhantes, que estes tempos tempestuosos fornecem, batalhas que se travam, tantos homens mortos... naufrágios, pirataria e combates nos mares; paz, ligas, estratagemas e novos alarmes. Uma vasta confusão de juramentos, desejos, ações, editos, petições, processos, apelos, leis, proclamações... opiniões, cismas, heresias... casamentos, mascaradas, palhaçadas, divertimentos, jubileus... funerais[53] —

e acha (como Thoreau) que se lesse a notícia de um só dia, poderia admiti-la para o restante do ano, bastando mudar os nomes e as datas. Duvida do progresso humano, e contudo "farei uma utopia de minha própria criação... a qual dominarei livremente" — e a descreve com pormenores cheios de fantasia. Mas, na verdade, prefere ler sossegadamente em seu estúdio ou às margens do Tâmisa, a sair por aí reformando a humanidade. Entretanto, todos os bons autores do mundo trazem bons petiscos para seu festim. Vê-se embaraçado com citações, torna-se novamente tristonho e, depois de 114 suculentas páginas, resolve atracar-se com as causas da melancolia: pecado, concupiscência, intemperança, demônios, feiticeiras, estrelas, prisão de ventre, excessos sexuais... e seus sintomas que incluem "vento rugindo nas tripas... arrotos azedos... sonhos inquietantes".[54] Tendo terminado 200 digressões, receita os meios de curar a melancolia: orações, dieta, remédios, laxativos, diuréticos, ar fresco, exercícios, jogos, *shows*, música, companhias alegres, vinho, sonho, sangria, banhos; e, então, recomeça a digressão, de modo que cada página seria um desapontamento e um deleite — se o tempo parasse.

Decresce, nesse tempo, na poesia o número de sonetistas e surgem os "poetas metafísicos": Richard Crashaw, Abraham Cowley, John Donne e George Herbert — que exprimiram com delicada graça a paz e a devoção de um presbitério anglicano. Samuel Jonson chamou-os de metafísicos somente em parte, porque se inclinavam para a filosofia, a teologia e a argumentação, e, principalmente, porque adotavam — de

Lyly, Góngora ou da Pléiade — um estilo cheio de inovações e conceitos lingüísticos, espírito e rebuscamentos verbais, a par de citações de clássicos e elaborações obscuras. Tudo isso não impediu que Donne se tornasse o mais primoroso poeta da época.

Como Jonson e Chapman, Donne atravessou três reinados. No de Elizabeth, escreveu sobre o amor; no de Jaime sobre a piedade; no de Carlos sobre a morte. Criado como católico, educado por jesuítas e nas universidades de Oxford e Cambridge, conheceu a dor da perseguição e a solidão do degredo. Seu irmão Henry foi preso, por abrigar um sacerdote que havia sido desterrado, morrendo na prisão. Ocasiões houve em que John Donne alimentava sua melancolia com os trabalhos místicos de Santa Teresa e de Luís de Granada. Mas, por volta de 1592, seu jovem e altivo intelecto rejeitou as maravilhas de sua fé, e a terceira década de sua vida girou em torno de aventuras marciais, atividades eróticas e filosofia cética.

Durante certo tempo Donne dedicou sua musa à cândida promiscuidade. Na Elegia XVII, celebrou "A Variedade, a parte mais doce do amor" —

How happy were our sires in ancient time,
*Who held plurality of love no crime!** [55]

Na Elegia XVIII, mergulhou no "Helesponto, entre o Sesto e o Abido de seus seios". Na Elegia XIX, "À Sua Amante Indo para o Leito", despiu-a poeticamente e ordenou-lhe que "desse licença a minhas mãos errantes". Misturando entomologia com amor, afirmou que, ao serem ambos picados por uma pulga, esta lhes misturara o sangue e eles estavam agora casados pelo sangue, podendo entregar-se, sem pecado, ao êxtase.[56] Depois, saciado das aparências, destituído de generosidade, John Donne encontrou falhas nas generosas mulheres, esqueceu-se de seus encantos de antes e viu, apenas, as artimanhas que haviam aprendido em um mundo cruel; flagelou sua Júlia com furiosa litania cheia de execrações, aconselhando o leitor a escolher uma companhia simples, já que "o amor apoiado na beleza desaparece quando ela fenece".[57] E cantando uma antístrofe a Villon, lavrou um testamento poético no qual a cada estância desfere um golpe no "amor".

Embarcando em um navio com Essex, em 1596, auxiliou no ataque contra Cádiz, e seguiu novamente com ele para os Açores e a Espanha, em 1597. De volta à Inglaterra, encontrou um bom lugar como secretário de Sir Thomas Egerton, lorde guardião do grande selo; mas fugiu com a sobrinha do lorde guardião, casou-se com ela (1600) e pôs-se a sustentá-la com a poesia. Os filhos surgiram com a mesma facilidade das rimas; muitas vezes não os podia alimentar nem vestir; a saúde da mulher começou a decair; ele escreveu uma defesa do suicídio. Egerton acabou se compadecendo, e enviou um auxílio para a família (1608), e Sir Robert Drury deu-lhe, em 1610, um apartamento em sua mansão em Drury Lane. Um ano depois, Sir Robert perdeu sua única filha; Donne publicou anonimamente uma elegia em sua honra, seu primeiro grande poema: "An Anatomy of the World". Estendeu-se sobre a morte de Elizabeth Drury e passou a falar sobre a decadência do homem e do universo:

* Felizes nossos antepassados dos tempos antigos, / Que não consideravam crime a pluralidade no amor!

So did the world from the first hour decay...
And new philosophy calls all in doubt.
The element of fire is quite put out;
The sun is lost, and th' earth, and no man's wit
Can well direct him where to look for it.
And freely men confess that this world's spent,
When in the Planets and the Firmament
They seek so many new, then see that this
Is crumbled out again...
'Tis all in pieces, all coherence gone,
*All just supply, and all relation.** [58]

Lamentou ver "quão imperfeita e frustrada" é esta terra, outrora cenário da redenção divina, agora, pela nova astronomia, mero "subúrbio" do universo. Em um momento, exaltou a "sagrada fome da ciência"; em outro, se perguntou se a ciência não destruiria a humanidade:

With new diseases on ourselves we war,
*And with new Physic a worse Engine far.*** [59]

E assim voltou à religião. Suas constantes doenças, a morte nefasta levando os amigos, um após outro, conduziram-no ao temor de Deus. Embora sua razão ainda contestasse a teologia, começou a não confiar nela também, considerando-a outra religião; e assim, decidiu que o antigo credo devia ser aceito sem discussão, ainda que fosse para trazer paz de espírito e garantir o sustento. Tornou-se sacerdote anglicano em 1615; e, depois, não só pregou sermões em prosa sombria e enternecedora, como, também, compôs algumas das poesias de caráter religioso mais tocantes da língua inglesa. Em 1616 foi nomeado capelão de Jaime I; em 1621, tornou-se deão da catedral de São Paulo. Não publicara as poesias eróticas da mocidade, mas permitiu que cópias delas circulassem em manuscritos; ele, agora, "arrepende-se amargamente" — escreveu Ben Jonson — "e procura destruir todos os seus poemas".[60] Em vez disso, escreveu "Holy Sonnets" ("Sonetos Sacros") e, aparentando destemor, desafiou a morte:

Death, be not proud, though some have called thee
Mighty and dreadful, for thou art not so;
For those whom thou thinks't thou dost overthrow
Die not, poor Death, nor yet canst thou kill me...
Our short sleep past, we wake eternally,
*And death shall be no more; Death, thou shalt die.**** [61]

* Assim, desde o princípio, decaiu o mundo... / E a nova filosofia duvida de tudo. / O elemento fogo extinguiu-se completamente; / Perdeu-se o sol e também a terra, e do homem / A inteligência não sabe orientá-lo em suas buscas. / Confessam os homens livremente que este mundo se acabou / E, quando no Firmamento, entre os Planetas / Procuram outros, novos, descobrem então / Que tudo é cinza... / Tudo está despedaçado, não há mais coerência, / Nem substituição, nem relação.

** Lutamos com as novas doenças que nos atacam, / E com os piores remédios da medicina moderna.

*** Morte, embora te chamem alguns de poderosa / E horripilante, não te orgulhes porque não és; / Pois aqueles que julgas destruir não morrem, / Infeliz Morte, nem a mim podes matar... / Passado nosso curto sono, despertamos para a eternidade, / E não mais haverá morte; Morte, *tu* morrerás.

Em 1623, recuperando-se de grave enfermidade, Donne escreveu em seu diário uns versos que se tornaram célebres: "A morte de qualquer homem enfraquece-me, porquanto a espécie humana me abrange também; não manda, portanto, saber por quem os sinos dobram; eles dobram por ti."[62] Na primeira sexta-feira da quaresma de 1631, levantou-se do leito de enfermo para pregar o que logo chamariam de sermão de seu próprio funeral; seus ajudantes tentaram dissuadi-lo, ao verem que — disse seu devotado amigo Izaak Walton — "sua doença deixara-lhe de carne apenas o suficiente para cobrir-lhe os ossos".[63] Feito o sermão, eloqüente na confiança que depositava na ressurreição, e "sentindo grande alegria por ter-lhe Deus permitido cumprir aquela desejada obrigação, apressou-se em voltar para casa; dela somente saiu... quando foi carregado para a sepultura por homens devotos".[64] Morreu, no dia 31 de março de 1631, nos braços de sua mãe — que suportara pacientemente seus pecados e apreciara carinhosamente seus sermões.

Foi uma vida cheia e tensa, que percorreu a escala do desejo e do amor, da dúvida e da ruína, terminando no generoso conforto da antiga fé. Nós, homens de hoje, que logo dormimos quando lemos Spenser, sobressaltamo-nos quase a cada página escrita por essa moderna alma medieval, plena de um realismo singularmente fantasioso. Seus versos são rudes, mas ele desejava que assim fossem; rejeitava a afetada graça da linguagem elisabetana e apreciava palavras não usadas e uma prosódia imponente; gostava de discordâncias que pudessem ser transformadas em harmonias invulgares. Nada havia de cediço em seus versos, depois que deixou os lupanares. Esse homem, que havia polido a obscenidade como outro Catulo, adquiriu tal delicadeza e profundidade de sentimentos e pensamentos, tal originalidade nas frases e espírito, que nenhum outro poeta, naquela época extraordinária, salvo Shakespeare, conseguiu nivelar-se a ele.

VII. JAIME SEMEIA TEMPESTADES: 1615-25

O amor e a diplomacia são companheiros traiçoeiros. Em 1615, a sua maneira indulgentemente ambidestra, o Rei Jaime caiu de amores pelo belo, impetuoso e rico George Villiers, de 23 anos de idade. Fê-lo conde, depois marquês, em seguida duque de Buckingham e, depois de 1616, entregou-lhe a direção política do Estado. A esposa de Buckingham, Lady Catherine Manners, exteriormente de acordo com o rito anglicano, mas, no íntimo, católico-romana, deve ter prediposto o marido a travar relações amigáveis com a Espanha.

O próprio Jaime era homem pacífico e não permitia que a teologia ou a pirataria o indispusessem com o Continente. Logo depois de sua ascensão ao trono, pôs um fim à longa guerra que a Inglaterra travava com a Espanha. Quando Frederick, príncipe do Palatinado e marido de Elizabeth, a amada filha de Jaime, perdeu seu principado com o início da Guerra dos Trinta Anos, Jaime alimentou esperanças de que o rei Habsburgo da Espanha, devidamente apaziguado, exercesse influência sobre o imperador Habsburgo Fernando II no sentido de deixar Frederick reconquistar seu trono. Para desgosto de seu povo, Jaime propôs a Felipe IV o casamento da irmã deste — a Infanta Maria — com o Príncipe Carlos.

Raleigh chegou a seu fim sangrento como sacrifício a essa política com a Espanha. Opusera-se, particularmente, à sucessão de Jaime, e acirradamente ao apoio de Essex ao rei. Logo depois de chegar a Londres, Jaime demitiu Raleigh de todos os postos governamentais. Com o ardor e a impetuosidade que lhe eram característicos, Raleigh não impediu que o implicassem em várias tentativas feitas para destronar o rei.[65] Enviado à Torre, protestou inocência e tentou suicidar-se. Foi julgado culpado, não obstante as provas duvidosas coligidas, e condenado à morte — 13 de dezembro de 1603 — com todas as torturas reservadas a um traidor. No dia 9 de dezembro escreveu à esposa uma carta[66] cheia da ternura e da piedade que raramente demonstrava para com o mundo. Jaime rejeitou as súplicas da rainha e do Príncipe Henrique para que lhe perdoasse, mas permitiu que o prisioneiro vivesse durante 15 anos mais, fazendo pairar sempre sobre sua cabeça o espectro da pena de morte. A esposa de Raleigh teve permissão para morar com o marido em uma pequena casa que ele construiu nas imediações da Torre. Os amigos forneceram-lhe livros; ele realizou experiências químicas, compôs algumas poesias excelentes e escreveu sua *History of the World* (História do Mundo). Publicada em 1614, começava com um piedoso prefácio, complicado e prolixo, revelador de espírito atormentado e profundamente agitado. A narrativa iniciava-se em Nínive, daí passando para o Egito, Judéia, Pérsia, Caldéia, Grécia e Cartago, e terminando na Roma Imperial. Raleigh não quis chegar a períodos mais recentes, pois "qualquer um, ao escrever a história moderna, deve seguir a verdade bem de perto; e isso poderá, talvez, arrancar-lhe os dentes".[67] Seu estilo melhorava à medida que prosseguia no trabalho, atingindo nobre esplendor na descrição da batalha de Salamina, e seu ponto culminante na apóstrofe final à "eloqüente, justa e poderosa Morte".[68]

Mas Raleigh não se conformou com a derrota. Em 1616, tendo levantado 1.500 libras, subornou o duque de Buckingham para que intercedesse em seu favor junto ao rei.[69] Prometeu que, libertado, partiria para a América do Sul a fim de descobrir as minas de ouro da Guiana, que, dizia, eram muito ricas, e trazer a presa para o sedento tesouro real. Jaime concedeu-lhe liberdade provisória e concordou em que ele e seus sócios conservassem para si quatro quintos de qualquer tesouro capturado ao "povo pagão e selvagem"; mas o sagaz governante manteve, ainda, em vigor a sentença de morte como incentivo à boa conduta. O conde de Gondomar, embaixador espanhol, declarou que havia colônias espanholas na Guiana e esperava que não fossem perturbadas. Jaime, ansioso pela paz com a Espanha e pela realização do projetado casamento do Príncipe Carlos, proibiu Raleigh, sob pena de imediata execução da sentença de morte, de intervir em comunidades cristãs, onde quer que fosse, especialmente as espanholas.[70] Raleigh concordou, por escrito, com essas restrições.[71] Protestando ainda Gondomar, Jaime jurou que a sentença seria executada se Raleigh violasse as instruções recebidas.[72]

Raleigh, com a ajuda de amigos, equipou 14 navios e partiu (17 de março de 1617) para a foz do Orinoco. A colônia espanhola de São Tomás obstaculizava o caminho que, pelo rio, conduzia às supostas minas — absolutamente lendárias. Os homens de Raleigh (ele permaneceu a bordo) desembarcaram, atacaram e incendiaram a aldeia e mataram o governador. Depois, desencorajada por nova resistência dos espanhóis, a exaurida força abandonou a busca do ouro e voltou de mãos vazias para os

navios. Raleigh ficou desolado ao saber que seu filho havia sido morto no ataque. Censurou o subcomandante que, em conseqüência, suicidou-se. Seus homens perderam a confiança nele; um barco após outro abandonou a frota. Regressando à Inglaterra e descobrindo que o rei estava furioso com ele, negociou sua fuga para a França; foi preso; tentou novamente escapar, chegando até Greenwich; lá, um agente francês o traiu. Foi capturado e enviado para a Torre; o rei, ante a insistência de Gondomar, ordenou a execução da sentença de morte.

Por fim, cansado da vida e acolhendo a dádiva de uma morte rápida, Raleigh caminhou finalmente para o local da execução (29 de outubro de 1618) com a serena dignidade que o tornou herói de um povo que odiava a Espanha. "Vamos depressa" — pediu ao carrasco. — "A febre da malária ataca-me neste momento; não gostaria que meus inimigos pensassem que estou tremendo de medo." Experimentou, com o polegar, o gume do machado. "Este é um rápido remédio para curar-me de todas as doenças e misérias" — disse.[73] Sua fiel viúva reivindicou o corpo e mandou sepultá-lo em uma igreja. "Os lordes" — escreveu ela — "deram-me o cadáver, embora me tivessem negado sua vida. Deus, amparai meu espírito."[74]

A expedição de Raleigh foi uma das muitas que levaram súditos de Jaime cheios de esperanças à América. Camponeses famintos por sua terra própria, aventureiros em busca de fortuna no comércio e nos apresamentos, criminosos que fugiam à crueldade das leis, puritanos resolvidos a hastear a bandeira de sua religião em solo virgem — esses e outros mais suportaram os riscos e o tédio do mar para construírem novas Inglaterras por todas as partes. Fundaram-se Virgínia em 1606-7, Bermuda em 1609 e Terra Nova em 1610. Clérigos "separatistas", que recusaram aceitar o Livro da Liturgia e o ritual da Igreja Anglicana, fugiram para a Holanda com seus adeptos (1608). De Delft (julho de 1620), Southampton e Plymouth (setembro), esses "peregrinos" fizeram-se ao mar e atravessaram o Atlântico; após três meses de provações, pisaram eles o solo de Plymouth Rock (21 de dezembro).

Na Ásia, a Companhia Inglesa das Índias Orientais, com seus recursos limitados a 30.000 libras e 17 navios, tentou em vão arrancar portos e rotas de comércio da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que dispunha de 60 navios e era fortalecida por um capital de 540.000 libras. Em 1615, contudo, a missão de Sir Thomas Roe resultou no estabelecimento de depósitos comerciais em Ahmadabad, Surat, Agra e em outros locais na Índia; e o Forte St. George foi construído e armado para protegê-los (1640). Haviam sido dados os primeiros passos para o Império Britânico na Índia.

A despeito de todas as tentações dos interesses mercantis, das incitações do Parlamento e do chauvinismo popular, Jaime sustentou durante 16 anos sua política de paz. A Câmara dos Comuns suplicou-lhe que entrasse na Guerra dos Trinta Anos, ao lado dos protestantes que se encontravam em perigo na Boêmia e na Alemanha. Pediu-lhe que casasse seu único filho sobrevivente, não com uma princesa espanhola mas com uma princesa protestante. Condenou-lhe o afrouxamento na aplicação das leis contra os católicos, instou para que ordenasse o afastamento dos pais de todas as crianças católicas, para que elas fossem criadas como protestantes, e preveniu que a tolerância provocaria a expansão de uma Igreja Católica francamente presa à intolerância.[75]

Em 1621, as divergências entre o Parlamento e o rei foram quase um ensaio do conflito (1642) que se travou entre o Parlamento Longo e Carlos I. Os Comuns atacaram a extravagância da corte e a manutenção dos monopólios que restringiam o comércio; monopolizadores foram multados e banidos, rejeitando-se sua alegação de que uma indústria nascente devia ser protegida contra a concorrência. Quando Jaime verberou o Parlamento por imiscuir-se nos negócios da alta direção, o Parlamento expediu no dia 18 de dezembro o histórico "Grande Protesto", que reafirmava: "as liberdades, as isenções, os privilégios e a jurisdição do Parlamento constituem herança e patrimônio antigos e inquestionáveis dos súditos da Inglaterra", acrescentando: "os árduos e urgentes negócios que dizem respeito ao rei, ao Estado e à defesa do reino... são questões a serem debatidas e aconselhadas pelo Parlamento".[76] Enfurecido, Jaime rasgou dos anais dos Comuns a página que continha esse protesto; dissolveu o Parlamento (8 de fevereiro de 1622), ordenou a prisão de quatro de seus líderes — Southampton, Selden, Coke e Pym — e, desafiadoramente, reiterou o apelo de Buckingham no sentido de se fazer, através de um casamento, uma aliança com a Espanha.

Agora, o arrojado ministro aconselhava o rei a deixá-lo levar o Príncipe Carlos a Madri, a fim de ser visto, ver a infanta e concluir o contrato de casamento. Jaime consentiu com relutância, temeroso de que Filipe mandasse Carlos de volta para a Inglaterra tornando-o alvo de zombarias da Europa.

Chegando a Madri (março de 1623), o príncipe e o duque acharam inacessível a encantadora infanta, e a população espanhola tão furiosa com a perspectiva de casar-se ela com um protestante quanto os ingleses com a idéia de Carlos trazer para a Inglaterra uma católica. Filipe e seu ministro Olivares dispensaram todas as atenções aos visitantes; Lope de Vega escreveu uma peça para as festas de boas-vindas; Velázques pintou um retrato de Carlos, e Buckingham cortejou as beldades espanholas quase até o ponto de tocar-lhes a honra. Tornou-se, porém, condição *sine qua non* para casamento a liberdade religiosa dos católicos ingleses. Carlos concordou imediatamente; Jaime acabou concordando também; assinou-se o contrato; quando, porém, Jaime exigiu de Filipe que prometesse o emprego das armas espanholas, se fossem necessárias, para se restituir o Palatinado a Frederick, Filipe recusou-se a assumir tal compromisso; Jaime ordenou ao filho e ao favorito que regressassem. Podemos ver o lado humano de um rei em sua carta a Carlos (14 de junho de 1623): "Estou amargamente arrependido de vos ter deixado partir. Não me interessa o casamento, tampouco coisa alguma, se me é dado mais uma vez ter-vos novamente em meus braços. Que Deus o permita! Que Deus o permita! Que Deus o permita!"[77] A infanta, ao despedir-se de Carlos, fê-lo prometer que se interessaria pelos católicos da Inglaterra.[78] Em seu regresso, o príncipe foi aclamado pela Inglaterra como herói, por não ter trazido uma noiva. Ao invés, trouxe consigo uma coleção de Ticianos.

Buckingham, furioso por haver passado por tolo na Espanha (conforme Olivares lhe assegurara), voltou-se para uma aliança matrimonial, desta vez com a França, assegurando para Carlos a filha mais jovem de Henrique IV — aquela Henriette Maria cuja fé católica seria um dos muitos espinhos à ilharga dos futuros Parlamentos. O ousado jovem ministro reconquistou depois a popularidade na Câmara dos Comuns ao importunar Jaime — já de saúde e espírito alquebrados — com uma declaração de guerra à Espanha. Tornando a reunir-se em fevereiro de 1624, o Parlamento se-

guiu uma política formada em parte pelos interesses mercantis — ansiosos pela captura de presas, colônias e mercados espanhóis — e, em parte, pela determinação de impedir que a Espanha auxiliasse o imperador católico na luta contra os protestantes da Alemanha. O povo, que havia chamado Jaime de covarde por amar a paz, chamava-o agora de tirano por convocar os homens para o serviço militar. Os regimentos que se formaram e os fundos que foram votados eram, no entanto, deficientes, e Jaime teve a amargura de terminar um governo pacífico com uma guerra inútil.

Males diversos acumularam-se sobre ele nos últimos anos de sua vida. Intoxicara o organismo com excesso indiscriminado de alimentação e bebida; sofria agora dos brônquios, artrite, gota, cálculos, icterícia, diarréia e hemorróidas; faziam-lhes sangrias diariamente, até que o menos nobre de seus males tornou desnecessária essa prática.[79] Recusou medicamentos, recebeu os sacramentos da Igreja da Inglaterra, e morreu no dia 27 de março de 1625 murmurando as últimas palavras confortadoras de sua religião.

Apesar de sua vaidade e rispidez, foi melhor rei que alguns que o superaram em vigor, coragem e empreendimentos. Seu absolutismo era apenas teórico, temperado com uma timidez que quase sempre cedia a um Parlamento poderoso. Suas pretensões, no tocante à teologia, não impediram a tendência para uma tolerância muito mais generosa que a de seus predecessores. Seu valoroso amor pela paz deu à Inglaterra prosperidade, reprimindo a belicosidade venal do Parlamento e o exagerado ardor do povo. Seus bajuladores chamavam-no de Salomão britânico, por causa de seu saber prático; e Sully, que não pôde enredá-lo nas lutas do Continente, chamou-o "o tolo mais sensato da cristandade". Não era, porém, filósofo ou tolo. Era apenas o erudito pouco talhado para governante, o homem de paz em uma época ensandecida pela mitologia e pelas guerras. É preferível a Bíblia do Rei Jaime a uma coroa de conquistador.

CAPÍTULO VII

Apelos à Razão

1558-1649

I. SUPERSTIÇÃO

SÃO pobres as pessoas porque são ignorantes, ou ignorantes porque são pobres? É questão que divide os filósofos políticos em conservadores — os que acentuam a hereditariedade (desigualdades inatas de capacidade mental) — e reformadores — os que se apóiam no ambiente (poder da educação e oportunidade). Nas sociedades, o conhecimento desenvolve-se e a superstição decresce com o aumento e a distribuição da riqueza. E, mesmo assim, em um país muito próspero — especialmente entre os atormentados pobres e os ociosos ricos — o pensamento tem de viver numa selva de superstições: astrologia, numerologia, quiromancia, presságios, mau-olhado, feiticeiras, duendes, fantasmas, demônios, encantamentos, exorcismos, interpretação de sonhos, oráculos, milagres, charlatanismo, bem como qualidades ocultas, curativas ou prejudiciais, de minerais, vegetais e animais. Considere-se, pois, esse miasma intelectual envenenando as raízes e murchando as flores da ciência em um povo cuja riqueza é escassa ou está concentrada nas mãos de uns poucos. Para o pobre de corpo e espírito, a superstição é elemento entesourado na poesia da vida, dourando os dias sombrios com maravilhas excitantes, e compensando a miséria com poderes mágicos e esperanças místicas.

Sir Thomas Browne, em 1646, precisou de 652 páginas para relacionar as superstições correntes em seu tempo e, sobre elas, discorrer resumidamente.[1] Quase todo esse ocultismo floresceu entre os bretões no reinado de Elizabeth e dos primeiros Stuarts. Em 1597, o Rei Jaime VI publicou uma autorizada *Demonologie* (Demonologia), que se tornou um dos clássicos de horror da literatura. Ele atribuía às feiticeiras o poder de assombrar casas, fazer o homem e a mulher amarem ou odiarem, transferir a enfermidade de uma pessoa para outra, matar por meio da queima de uma figura de cera, provocar tempestades destruidoras; e no final advogava a pena de morte para todas as feiticeiras e mágicos, bem como para seus clientes.[2] Quando uma tempestade quase fez naufragar o navio em que regressava da Dinamarca com sua noiva, fez torturar quatro suspeitos para que confessassem que haviam conspirado para destruí-lo por

meios mágicos; um deles, John Fain, após os mais bárbaros tormentos, morreu queimado (1590).[3]

Nessa questão, a Kirk concordava com o rei, e ameaçava com a excomunhão os magistrados que fossem complacentes para com as feiticeiras.[4] Entre 1560 e 1600, cerca de oito mil mulheres foram queimadas como feiticeiras, em uma Escócia que mal tinha um milhão de almas.[5] Na Inglaterra, a crença em feitiçarias era quase universal; médicos cultos como William Harvey e Sir Thomas Browne participavam dessa crença; a obstinada Elizabeth permitiu que suas leis de 1562 fizessem da feitiçaria um crime capital; 81 mulheres foram executadas por esse crime, durante seu reinado.[6] Jaime moderou seu fanatismo depois de passar de Jaime VI para I; insistiu em que os acusados fossem julgados com justiça, divulgou as confissões e acusações falsas e salvou a vida de cinco mulheres que haviam sido acusadas por um jovem histérico.[7] A caça quase cessou no período de Carlos I, mas recomeçou e atingiu seu ponto culminante durante a atuação do Parlamento Longo, quando em dois anos (1645-47) 200 "feiticeiras" foram queimadas.[8]

Uma única voz, em meio àquela fúria, apelou para a razão. Reginald Scot, um inglês a despeito do nome, publicou em Londres, em 1548, *The Discouerie of Witchcraft*, inferior apenas à obra de Johann Wier, *De Praestigiis Daemonum* (Basiléia, 1564), na tentativa perigosa de moderar a superstição sádica. Scot descrevia as "feiticeiras" como pobres velhas que não podiam prejudicar ninguém; mesmo que Satanás operasse por meio delas, seriam dignas mais de piedade que de morte na fogueira; além do que, atribuir milagres a essas velhas ovelhas constituía um insulto aos milagres de Cristo. Expôs as horríveis torturas que invalidavam as confissões relativas à feitiçaria, as flagrantes irregularidades e injustiças dos julgamentos, as coisas incríveis que juízes e inquiridores engoliam. O livro não produziu qualquer efeito.

Era nessa atmosfera que a ciência tentava germinar.

II. CIÊNCIA

Entretanto, a expansão do comércio e da indústria obrigou a ciência a se desenvolver. As disposições platônicas e artísticas da Renascença dificilmente se harmonizavam com a crescente economia; aumentava a procura de um processo mental que se ocupasse de fatos e de quantidades, bem como de teorias e idéias; o empirismo aristotélico revivia, a despeito de suas máscaras alexandrinas e medievais. A ênfase do humanismo italiano nas glórias da literatura e da arte antigas abriu caminho para uma pressão menos sutil das necessidades práticas correntes. Os homens deviam contar e calcular, medir e desenhar, com exatidão e rapidez competitivas; precisavam de instrumentos de observação e registro; exigências surgiram que foram atendidas pela invenção do logaritmo, da geometria analítica, dos cálculos, das máquinas, do microscópio, do telescópio, de métodos estatísticos, guias de navegação e instrumentos astronômicos. Por toda a Europa Ocidental, dessa época em diante, quantas vidas passaram a se dedicar ao atendimento dessas necessidades.

Em 1614, John Napier, na Escócia, e em 1620, Joost Bürgi, na Suíça, propuseram, independentemente, um sistema de logaritmos (ou seja, a lógica dos números) pelo qual os produtos, os quocientes e as raízes poderiam ser rapidamente calculados da

relação tabulada dos números dados como potências de um número fixo usado como base. Henry Briggs (1616) modificou o método comum de cálculos, propondo o número 10 como base; publicou tábuas dando os logaritmos de todos os números de um a 20.000. Dois números poderiam, então, ser multiplicados ao ser encontrado, em tais tábuas, o número cujo "log" era a soma dos "logs" dos números a serem multiplicados; e *a* poderia ser dividido por *b*, ao encontrar-se o número cujo "log" seria o "log" de *b* subtraído do "log" de *a*. William Oughtred (1622) e Edmund Gunter (1624) construíram réguas de cálculos por meio das quais se leriam os resultados dos cálculos logarítmicos em poucos segundos. Essas invenções cortaram pela metade o tempo que matemáticos, astrônomos, estatísticos, navegadores e engenheiros despendiam com os cálculos aritméticos, e, assim, prolongaram-lhes a vida.[9] Kepler, que empregou o novo método no cômputo dos movimentos dos planetas, dirigiu entusiástico panegírico ao senhor de Merchiston (1620), ignorando que Napier morrera havia três anos. O próprio Napier cometera um pequeno erro de cálculo, afirmando que o mundo terminaria entre 1688 e 1700.[10]

Matemáticos e astrônomos achavam-se, até então, intimamente ligados pelo cálculo dos movimentos celestes e pela elaboração do calendário; e o guia de navegação exigia complexas manipulações de medidas astronômicas. Como matemático, Thomas Harriot estabeleceu a forma padrão da álgebra moderna, introduziu os sinais para as raízes "maior que" e "menor que", substituiu as desgraciosas letras maiúsculas por letras pequenas para indicar os números e descobriu o benéfico processo de colocar todas as quantidades de uma equação em um só lado e o zero no outro. Como astrônomo, descobriu as manchas do Sol, e suas observações dos satélites de Júpiter foram feitas independentemente das de Galileu. O próprio George Chapman, ele mesmo um portento de cultura, julgava "incomparáveis e infindáveis" os conhecimentos de Harriot.[11]

A astronomia trazia ainda consigo gotas de astrologia. A astrologia "horária" dizia se as estrelas favoreciam ou não o empreendimento de determinada hora; a "judicial" predizia os negócios em geral, comumente com judiciosa ambigüidade; a "natural" revelava o destino do indivíduo segundo seu horóscopo — exame da posição dos astros por ocasião do nascimento. Tudo isso encontra-se em Shakespeare (se bem que não prove sua crença) e em nossa época. A lua, na teoria astrológica, produzia marés, lágrimas, loucos e ladrões (cf. Shakespeare, *I Henry IV*, I, ii, 15), e cada signo do zodíaco controlava o caráter e a sorte de órgãos específicos na anatomia humana (*Twelfth Night*, I, iii, 146-151). John Dee simbolizou o tempo misturando astrologia, magia, matemática e geografia; ocupou-se da cristalomancia, escreveu um *Treatise of the Rosie Crucean Secrets*, foi acusado de praticar feitiçarias contra a Rainha Maria Tudor (1555), elaborou cartas geográficas e hidrográficas para Elizabeth, propôs uma passagem a noroeste para a China, inventou a expressão "o Império Britânico", pronunciou conferências sobre Euclides perante grandes assistências; em Paris, defendeu a teoria de Copérnico, advogou a adoção do calendário gregoriano (170 anos antes de a Inglaterra submeter-se a esse engenho papista) e morreu aos 80 anos de idade — eis uma vida bem cheia! Seu discípulo Thomas Digges promoveu a aceitação da hipótese de Copérnico na Inglaterra, e antecipou a noção de Bruno sobre um universo infinito.[12] Thomas e seu pai, Leonard Digges, usaram "lentes para perspecti-

va", provavelmente as precursoras do telescópio; e William Gascoigne inventou (em 1639, aproximadamente) o micrômetro, que possibilitava aos observadores ajustar o telescópio com exatidão até então nunca vista. Jeremiah Horrocks, um pobre coadjutor de Lancashire que morreu aos 24 anos de idade, atribuiu uma órbita elíptica à Lua e predisse — e observou (1639), segundo registros, pela primeira vez — a passagem de Vênus pelo Sol. Seus cálculos sobre as forças que movimentam os planetas auxiliaram Newton em sua teoria sobre a gravitação universal.

Entrementes, o estudo do magnetismo terrestre preparava também o caminho para Newton. Em 1544, Georg Hartmann, clérigo alemão, e em 1576 Robert Norman, um inglês fabricante de bússolas, descobriram, independentemente, a tendência da agulha magnética, quando livremente suspensa em seu centro de gravidade, para "inclinar-se" de uma posição horizontal a uma posição formando um ângulo com a superfície da Terra. O livro de Norman, *The Newe Attractive* (1581), sugeria que a "Junta Respectiva", para a qual a agulha se inclinava, jazia no interior da Terra.[13]

Esse fascinante rumo foi seguido por William Gilber, físico da Rainha Elizabeth. Após 17 anos de pesquisas e experiências — financiadas pela fortuna que herdou e às vezes sob a assistência da rainha — registrou seus resultados no primeiro grande livro de ciência inglesa *De magnete... et de magno magnete tellure* (Sobre o magneto... e o grande magneto, a Terra; 1600). Colocou uma agulha giratória de bússola sucessivamente em vários pontos de uma magnetita globular; marcou com linhas, no globo, as direções em que a agulha sucessivamente se imobilizava, prolongou cada linha a fim de formarem grandes círculos em torno da pedra e descobriu que todos esses círculos se cruzavam em dois pontos diametralmente opostos, no globo; eram os pólos magnéticos que, no caso da Terra, Gilbert identificou por engano com os pólos geográficos. Descreveu a Terra como um enorme magneto, explicando com isso o comportamento da agulha magnética, e mostrou que uma barra de ferro deixada, durante longo tempo, em posição norte-sul, torna-se magnetizada. Um magneto colocado em qualquer pólo da magnetita globular tomava a posição vertical ao globo; colocado em qualquer ponto, na metade do caminho entre os pólos (constituindo tal ponto o equador magnético), o magneto jazia em posição horizontal. Gilbert concluiu que a inclinação da agulha seria maior quanto mais próxima fosse colocada dos pólos geográficos da Terra; embora isso não fosse muito exato, foi mais ou menos confirmado por Henry Hudson em sua exploração do Ártico, em 1608. De suas próprias observações, Gilbert elaborou instruções para calcular a latitude partindo do grau de inclinação magnética. Aventou que "de ao redor de um corpo magnético a força magnética é irradiada para todos os lados" e atribuiu a rotação da Terra à influência desse campo magnético. Passando ao estudo da eletricidade — especialidade que pouco desenvolvimento tivera desde a antigüidade — provou que muitas outras substâncias, além do âmbar, podiam, quando friccionadas, gerar eletricidade; e da palavra grega para *âmbar* formou a palavra *elétrico* significando o poder de desviar a agulha magnética. Ele acreditava que todos os corpos celestes são dotados de magnetismo; Kepler usaria essa idéia para explicar o movimento dos planetas. A maior parte da obra de Gilbert constitui admirável exemplo do método experimental, e seus efeitos sobre a ciência e a indústria foram incomensuráveis.

O progresso da ciência mostrou-se mais dramático nos esforços de espíritos aventu-

reiros ou ambiciosos em explorar o "grande magneto" para fins geográficos ou comerciais. Em 1576, Sir Humphrey Gilbert (sem nenhum parentesco com William Gilbert) publicou o sugestivo *Discourse... for a New Passage to Cataia*, isto é, "Catai" ou China, propondo uma viagem a noroeste através, ou ao redor, do Canadá. Sir Martin Frobisher, nesse ano, partiu com três pequenos barcos para descobrir tal rota. Um dos navios naufragou, outro abandonou-o; ele prosseguiu viagem no *Gabriel*, de 25 toneladas; atingiu a Terra de Baffin, mas os esquimós atacaram-no, e ele voltou à Inglaterra para conseguir mais homens e suprimentos. Desviou o objetivo de suas viagens posteriores da geografia para uma inútil caça ao ouro. Gilbert retomou a busca de uma passagem a noroeste, mas afogou-se na tentativa (1583). Quatro anos depois John Davys atravessou o estreito que agora traz seu nome; lutou depois contra a armada espanhola, partiu para os mares do sul com Thomas Cavendish, descobriu as Ilhas Falkland e foi morto pelos piratas japoneses perto de Cingapura (1605). Cavendish explorou a parte meridional da América do Sul, realizou a terceira viagem de circunavegação do globo e morreu no mar (1592). Henry Hudson navegou pelo rio Hudson (1609) e, em outra viagem, alcançou a baía de Hudson; mas sua tripulação, enfurecida em conseqüência das dificuldades encontradas e saudosa da Inglaterra, amotinou-se e abandonou-o ao sabor das ondas em pequeno barco aberto, juntamente com oito outros homens (1611); não se teve mais notícia deles. William Baffin explorou a baía e a ilha que trazem seu nome, aventurou-se até 77°45' ao norte — latitude não mais atingida durante 236 anos — e conquistou novos méritos ao descobrir a longitude por meio de observação da Lua. Richard Hakluyt reconheceu em tais homens e navios de casco de carvalho um poema de coragem e terror que ultrapassava qualquer episódio da *Ilíada*, e reuniu suas narrativas em sucessivos volumes, cujos mais conhecidos são os publicados com o título *The Principal Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation* (1589, 1598-1600). Samuel Purchas aumentou o registro em *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes* (1625). Assim, pela sede de ouro ou de comércio, bem como pelo prazer dos perigos e cenários longínquos, desenvolveu-se involuntariamente a geografia.

Na química, medicina e biologia, o melhor trabalho daquela época foi realizado no Continente; na Inglaterra, contudo, Sir Kenelm Digby descobriu a necessidade do oxigênio para a vida, e Robert Fludd, médico e místico, advogou a excelência da vacinação, 150 anos antes de Jenner. As receitas médicas continuavam a contar com elementos repulsivos para seus efeitos; a farmacopéia oficial da Londres de 1618 recomendava bílis, sangue, garras, crista de galo, pele, suor, saliva, escorpiões, pele de cobra, baratinhas e teias de aranha como medicamentos; e a sangria era o primeiro recurso de que se lançava mão.[14] Esse período, no entanto, vangloria-se de Thomas Parr (o "velho Parr"), apresentado a Carlos I em 1635 como estando ainda no gozo de excelente saúde aos 152 anos que então alegava ter. Parr declarava não saber exatamente qual a sua idade, mas as autoridades de sua paróquia dataram seu nascimento como tendo sido em 1483; ele dizia ter ingressado no exército em 1500 e lembrava-se, com todos os pormenores, da dissolução dos mosteiros decretada por Henrique VIII (1536). "Vós vivestes mais tempo que quaisquer outros homens" — declarou Carlos I — "Que fizestes mais do que eles?" Parr respondeu que havia fecundado uma rapariga quando contava mais de 100 anos e que, publicamente, se penitenciara disso.

Alimentara-se quase exclusivamente de batatas, verduras, pão integral e soro de leite, raramente comendo um pedacinho de carne. Durante certo tempo tornou-se uma celebridade nos salões e *pubs* de Londres; e era tão magnificamente festejado que um ano após conhecer o rei... morreu. Sir William Harvey realizou autópsia no cadáver de Parr; descobriu que não sofria de arteriosclerose, diagnosticando que sua morte fora oriunda de mudança de ar e de alimentação.[15]

Foi Harvey quem atingiu o ponto culminante da ciência em sua época, ao explicar a circulação do sangue — "o acontecimento mais importante da história da medicina desde os tempos de Galeno".[16] Nascido em Folkstone, em 1578, estudou em Cambridge e depois em Pádua, sob a orientação de Fabrizio d'Acquapendente. Regressando, estabeleceu sua clínica médica em Londres, tornando-se o médico particular de Jaime I e Carlos I. Durante pacientes anos levou a efeito experiências com animais e cadáveres, realizando dissecações e, especialmente, estudando o fluxo e o curso do sangue nos ferimentos. Elaborou sua teoria principal em 1615;[17] retardou, porém, sua publicação, o que só fez em 1628, em Frankfurt, como uma modesta *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*, o primeiro e o maior clássico da medicina inglesa.

Os passos para a descoberta de Harvey ilustram o internacionalismo da ciência. Há mais de mil anos haviam sido interpretadas as funções do coração e do sangue por Galeno, no século II de nossa era. Galeno supusera que o sangue fluía para os tecidos, procedente do fígado e do coração; que o ar passava dos pulmões para o coração; que as artérias e as veias transportavam duas correntes de sangue, impulsionadas e recebidas pelo coração em ação de fluxo e refluxo; e que o sangue passava, no coração, do lado direito para o lado esquerdo através dos poros, no septo entre os ventrículos. Leonardo da Vinci (aproximadamente em 1506) contestou a afirmativa de que o ar passava dos pulmões para o coração; Vesálio (1543) negou a existência de poros no septo, e seus magistrais desenhos de artérias e veias revelaram seus pontos terminais tão minúsculos e vizinhos como quase a sugerir passagem e circulação; Fabrizio mostrou que as válvulas, nas veias, tornavam impossível ao sangue venoso fluir do coração. Apagou-se então a teoria de Galeno. Em 1553, Miguel de Villanueva e, em 1558, Realdo Colombo descobriram a circulação *pulmonar* do sangue — sua passagem do ventrículo direito do coração para os pulmões e através deles, pela artéria pulmonar, sua purificação ali por meio da oxigenação, e seu retorno pela veia pulmonar para o ventrículo esquerdo do coração. Andrea Cesalpino, por volta de 1571, antecipou experimentalmente — conforme veremos — toda a teoria da circulação. Harvey, com seu trabalho, transformou a teoria em fato demonstrado.

Enquanto Francis Bacon, seu paciente, exaltava a indução, Harvey prosseguiu até sua genial conclusão por meio de extraordinária combinação de dedução e indução. Avaliando a quantidade de sangue expelida do coração em cada sístole, ou contração, em metade de uma onça de líquido, calculou que, em meia hora, o coração lançaria nas artérias mais de 500 onças (cerca de 14.000 litros) de líquido — quantidade maior que a contida em todo o corpo. De onde vinha todo esse sangue? Parecia-lhe impossível que tão grande quantidade fosse produzida, hora após hora, do alimento digerido. Harvey concluiu que o sangue bombeado do coração a ele voltava, e que não havia, aparentemente, outro caminho para ele senão as veias. Por meio de simples expe-

riências e observações — como pela pressão de um dedo sobre alguma veia da superfície — demonstrou logo que o sangue venoso fluía dos tecidos em direção ao coração.

> Quando analisei meu acervo de provas, quer provenientes de vivissecções e de minhas reflexões anteriores sobre elas, quer derivadas dos ventrículos do coração e dos vasos que neles entram e deles saem... e freqüente e seriamente considerava... qual poderia ser a quantidade de sangue transportada... e não achando possível que isso pudesse ser fornecido pelos sucos do alimento digerido sem que as veias, por um lado, ficassem esvaziadas e as artérias, por outro lado, se rompessem devido à carga excessiva de sangue, a menos que este encontrasse de qualquer modo um caminho das artérias para as veias, e, assim, voltasse para o lado direito do coração; quando, digo, analisei todas essas provas, comecei a pensar que poderia haver um *movimento circular*... E agora me permito dar minha opinião sobre a circulação do sangue.[18]

Harvey hesitou muito tempo antes de dar publicidade a suas conclusões, pois conhecia o conservadorismo da classe médica de seu tempo. Predisse que ninguém, com mais de 40 anos de idade, aceitaria sua teoria.[19] "Ouvi-o dizer" — relatou Aubrey — "que, depois que lançou seu livro sobre a *Circulação do Sangue*, perdeu muitos clientes, pois julgavam-no louco."[20] Somente depois que Malpighi, em 1660, demonstrou a existência de vasos capilares que transportam o sangue das artérias para as veias, foi que o mundo científico admitiu a circulação como realidade. A nova teoria iluminou quase todo o campo da fisiologia, e afetou o velho problema da inter-relação entre o corpo e o espírito. Harvey disse:

> Toda emoção do espírito, seguida de dor ou prazer, esperança ou medo, é causa de uma agitação cuja influência se estende ao coração... Em quase toda emoção... o semblante altera-se e o sangue parece correr de um ponto para outro. Na raiva, os olhos tornam-se faiscantes e as pupilas se contraem; no pudor, as faces enrubescem... no desejo, como o membro se intumesce rapidamente pelo afluxo do sangue![21]

Harvey continuou a servir Carlos I quase até o amargo fim. Acompanhou Carlos quando a revolução expulsou o rei de Londres, esteve com ele na batalha de Edgehill, e escapou por um triz da morte.[22] Ao mesmo tempo, os rebeldes saquearam-lhe a casa em Londres e destruíram seus manuscritos e coleções de anatomia. Talvez tivesse feito muitos inimigos por causa do seu temperamento sarcástico e seus pontos de vista. Considerava o homem "apenas um grande babuíno daninho" — diz Aubrey, e achava que "nós, europeus, não sabíamos como conduzir e governar nossas mulheres", e que "os turcos eram o único povo que delas se servia sabiamente".[23] Ainda vigoroso aos 73 anos, publicou um tratado de embriologia: *Exercitationes de generatione animalium* (1651). Rejeitando a crença, então dominante, da geração espontânea de minúsculos organismos na carne apodrecida, Harvey afirmou que "todos os animais, mesmo os vivíparos, inclusive o próprio homem, originam-se de um ovo"; e cunhou a frase *Omne animal ex ovo* — "Todo animal nasce de um ovo". Morreu de paralisia seis anos depois, legando a maior parte de sua fortuna de 20.000 libras ao Colégio Real de Médicos, e 10 libras a Thomas Hobbes "como sinal de seu amor".

III. ASCENSÃO E QUEDA DE FRANCIS BACON: 1561-1621

Está na hora de tratarmos da maior e mais brilhante inteligência daquela época. Já anotamos seu nascimento e sua linhagem, sua cultura nas letras, na diplomacia e nas leis, sua inesperada pobreza, seus pedidos de emprego desatendidos, sua inútil advertência e relutante instauração de processo contra seu generoso e culpado amigo. O saber e a ambição esgotaram-no tanto que não lhe restou nenhum interesse por mulheres; mas gostava de rapazes.[24] Finalmente, aos 45 anos (1606), casou-se com Alice Barnham que lhe trouxe uma renda de 220 libras por ano. Não deu, entretanto, nada "em troca à fortuna": não teve filhos.

Por ocasião da ascensão de Jaime I ao trono, Bacon, em carta repleta de bajulação à moda da época, ofereceu-se ao rei como capaz e com direito a um cargo governamental. Filho do lorde guardião do grande selo, sobrinho ou primo dos Cecils, achava que sua longa espera para conseguir o cargo refletia certa hostilidade da parte dos ministros dirigentes; e talvez seu impaciente oportunismo fosse efeito e ao mesmo tempo causa da demorada admissão. Já servira no Parlamento durante 19 anos, geralmente defendendo o governo, adquirindo renome pelo vasto saber, idéias construtivas e linguagem clara e incisiva. Periodicamente enviava ao rei eloqüentes "memoriais" cheios de prudentes conselhos: como melhorar a compreensão e a cooperação entre os Comuns e os Lordes; como unir os Parlamentos da Inglaterra e da Escócia; como acabar com a diversidade de religiões; como pacificar a Irlanda pela conciliação dos católicos; como dar maior liberdade aos católicos, na Inglaterra, sem abrir a porta às pretensões do papa; e como encontrar um meio de acomodar anglicanos e puritanos. "A execução desse programa" — segundo o historiador que estudou minuciosamente a política desse período — "teria evitado os males de metade do século seguinte."[25] Jaime pôs de lado as propostas, considerando-as impraticáveis, dada a situação da opinião corrente, e contentou-se em incluir Bacon no número dos 300 cavaleiros que nomeou em 1603. Sir Francis Bacon foi ainda obrigado a esperar.

Contudo, sua habilidade como advogado aumentou-lhe gradualmente a fortuna, que, em 1607, era estimada em 24.155 libras.[26] Em sua luxuosa propriedade, em Gorhambury, servido por criados selecionados e caros e ativos secretários — como Thomas Hobbes — pôde desfrutar, com sabedoria, a beleza e o conforto que muito apreciava. Cuidava de sua saúde entregando-se à jardinagem, e construiu luxuoso retiro para seus estudos solitários. Escrevia como filósofo e vivia como príncipe. Não via motivo para que a razão fosse destituída de dinheiro ou para que Salomão não fosse rei.

Não permaneceu muito tempo sem alcançar seu objetivo. Em 1607, Jaime, reconhecendo-lhe finalmente o valor, fê-lo procurador-geral da Coroa; em 1613, fiscal-geral; em 1616, membro do Conselho Privado; em 1617, lorde guardião do grande selo; em 1618, chanceler. Foram-lhe acrescentadas novas honrarias para abrilhantarem seus poderes: em 1618, foi nomeado primeiro-barão Verulam; em janeiro de 1621, visconde de St. Albans. Quando Jaime viajou para a Escócia, deixou seu chanceler governando a Inglaterra. Bacon "deu audiências com grandes pompas a embaixadores", e viveu com tal esplendor em Gorhambury que "parecia que a corte era ali e não em Whitehall ou em St. James".[27]

Ele conquistou tudo, menos a honra. Na busca de posições, Bacon constantemente

sacrificou princípios. Como procurador-geral, usou sua influência para conseguir os veredictos judiciais desejado pelo rei.[28] Como guardião do selo, defendeu e protegeu os mais opressivos monopólios, aparentemente para conservar a boa vontade de Buckingham. Como juiz, aceitou caros presentes de pessoas que moviam processos em seu tribunal. Tudo isso era costume naquela época: os funcionários públicos eram mal pagos e recompensavam-se com "presentes" que recebiam daqueles aos quais ajudavam; Jaime I confessou que: "Se eu tivesse que... punir aqueles que aceitam suborno, logo não restaria um único súdito"; e o próprio Jaime recebia propinas.[29]

O Parlamento que se reuniu em janeiro de 1621 estava furiosamente revoltado contra o rei. Os parlamentares odiavam Bacon como o melhor advogado de Jaime, que decidira que os monopólios eram legais. Se ainda não podiam depor o rei, podiam, entretanto, aplicar o *impeachment* a seu ministro. Em fevereiro, nomearam uma comissão para proceder a um inquérito nos tribunais de justiça. Em março, a comissão relatou que havia descoberto muitas irregularidades, especialmente na conduta do lorde chanceler. Acusaram-no de 23 casos específicos de corrupção. Ele apelou ao rei para que o salvasse, predizendo que: "aqueles que agora atacam o chanceler logo atacarão a Coroa".[30] Jaime aconselhou-o a reconhecer a acusação, estabelecendo, assim, um exemplo para impedir novas venalidades em cargos públicos. Em 22 de abril, Bacon enviou sua confissão à Câmara dos Lordes. Admitiu que recebera presentes de litigantes, como haviam procedido outros juízes; negou, todavia, que isso tivesse exercido influência em suas decisões: em vários casos sentenciara contra os que lhe haviam dado presentes. Os Lordes condenaram-no a "pagar uma multa de 40.000 libras; a ser encarcerado na Torre durante o tempo que aprouvesse ao rei; a ficar para sempre impossibilitado de exercer qualquer função pública... na Comunidade; a não participar do Parlamento, e nem se aproximar dos recintos da Corte". Levado para a Torre em 31 de maio, foi posto em liberdade quatro dias depois por ordem do rei, que também o remiu da ruinosa multa. O chanceler punido retirou-se para Gorhambury e procurou viver com mais simplicidade. Em escrita cifrada, num documento deixado por Bacon ao morrer, seu primeiro biógrafo, Rawley, encontrou esta célebre declaração: "Fui o juiz mais justo da Inglaterra nestes 50 anos. Mas esta foi a censura mais justa feita pelo Parlamento nestes 200 anos."[31]

As conseqüências do *impeachment* foram boas. Diminuiu a corrupção nos cargos públicos, especialmente nos tribunais, e estabeleceu-se um precedente quanto à responsabilidade dos ministros do rei perante o Parlamento. O afastamento de Francis Bacon da política — na qual havia sido um liberal em teoria e um reacionário na prática — conduziu-o, como alternativa, a seus estudos científicos e filosóficos, nos quais faria "soar os sinos que reuniriam todas as inteligências" e proclamaria, em majestosa prosa, a revolução e o programa da razão.

IV. A GRANDE RENOVAÇÃO

Era a filosofia, há muito tempo, seu refúgio dos negócios, ou, pelo menos, era ela sua paixão secreta e mais bem-sucedida aptidão. Em 1603-5, já havia publicado um nobre trabalho, *The Proficience and Advancement of Learning*, que lhe pareceu mais um prospecto que uma grande realização. Em 1609, escreveu ao bispo de Ely: "Se

Deus me deixasse escrever um justo e perfeito volume de filosofia...";[32] e, em 1610, a Casaubon: "Sistematizar melhor a vida do homem... com o auxílio de contemplações justas e verdadeiras — eis o que almejo".[33]

Durante aqueles anos tormentosos no exercício das funções públicas havia concebido — presumindo precipitadamente dias de abundância — um plano magistral para a renovação da ciência e da filosofia. Sete meses antes de sua queda, anunciou o plano em um trabalho em latim dirigido a toda a Europa, ousadamente intitulado *Instauratio Magna* (A Grande Renovação). A própria página do título era um desafio: mostrava um navio passando com todas as velas desfraldadas pelas Colunas de Hércules rumo ao Atlântico; e onde um lema medieval havia sido colocado entre as colunas, advertindo: *Nec plus ultra* (Não [vá] mais além), Bacon escreveu: *Multi pertransibunt, et augebitur scientia* (Muitos atravessarão, e o saber será aumentado). Esse altivo exórdio acrescentava: "Francis de Verulam assim raciocinou consigo e julgou ser do interesse da presente e das futuras gerações que elas travassem conhecimento com suas idéias."[34]

Achando que "no que se faz agora com respeito à ciência há apenas um torvelinho e perpétua agitação terminando onde ela começa", ele concluiu que

> restava apenas um caminho... experimentar tudo com base em novo plano, e começar a reconstrução total das ciências, das artes [práticas] e de todos os conhecimentos humanos, erguendo-os sobre fundamentos adequados;... Além disso, por não saber quanto tempo essas idéias levariam para ocorrer a qualquer outra pessoa... ele resolveu publicar imediatamente o que pudera terminar... para que, no caso de sua morte, restasse o esboço e projeto daquilo que concebera... Todas as demais ambições pareciam, a seus olhos, medíocres, se comparadas à obra que tinha em mãos.[35]

Bacon dedicou o projeto a Jaime, desculpando-se por "ter furtado de vossos afazeres tanto tempo quanto o que foi preciso para realizar este trabalho", mas esperando que o resultado "acompanhasse a lembrança de vosso nome e honrasse vossa época" — e foi o que se deu. Jaime era homem de considerável cultura e boa vontade; se se pudesse persuadi-lo a financiar o plano, que progressos não poderiam ser feitos? Como Roger Bacon que, em 1268, enviara ao Papa Clemente IV seu *Opus majus*, procurando auxílio para uma proposta de expansão do conhecimento, seu homônimo também apelava agora a seu soberano para empreender, como "obra real", a organização de pesquisas científicas e a unificação filosófica dos resultados para benefício moral e material da humanidade. Bacon lembrou a Jaime os "reis filósofos" — Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio — que haviam dado bom governo ao Império Romano durante um século (96-180). Terá sido por causa de sua necessidade e esperança de receber fundos do Estado, que consistente e ruinosamente apoiara o rei?

Um novo prefácio pedia ao leitor que considerasse a ciência corrente eivada de erros e vergonhosamente estacionária, pois

> os maiores espíritos, em cada século precedente, têm sido obrigados a desviar-se de seu próprio curso; homens de capacidade e inteligência acima do vulgar foram forçados, a bem da reputação, a curvar-se ao julgamento do tempo e da multidão; e

> assim, quaisquer estudos de ordem mais elevada, levados a público em qualquer lugar, logo foram destruídos pelos fortes ventos das opiniões vulgares.[36]

E para pacificar os teólogos, que tinham poder junto ao rei e ao povo, prevenia o leitor para que "limitasse o sentido" de seu empreendimento "aos limites do dever no tocante às coisas divinas". Contestou qualquer intenção de tratar de crenças ou questões religiosas; "a questão em mãos... não é a opinião a ser sustentada, mas a obra a ser feita... Estou trabalhando arduamente para lançar os fundamentos não de uma seita ou doutrina, mas da utilidade e capacidade humanas".[37] Instava para que os outros viessem participar de seu trabalho, esperando que as gerações seguintes prosseguissem nele.

Em um prospecto pomposo, *Distributio operis*, ofereceu o plano do empreendimento. Primeiro, procuraria fazer nova classificação das ciências existentes ou desejáveis, dividindo-as segundo seus problemas e campos de pesquisas; isso ele realizou em *The Advancement of Learning*, que traduziu e ampliou em *De augmentis scientiarum* (1623) para ficar ao alcance dos leitores do Continente. Segundo, examinaria as falhas da lógica contemporânea e procuraria um "uso mais perfeito da razão humana", do que aquele formulado por Aristóteles em seus tratados de lógica coletivamente chamados *Organon*; e isso Bacon realmente fez em seu *Novum Organum* (1620). Terceiro, começaria uma "história natural" dos "fenômenos do universo" — astronomia, física, biologia. Quarto, exibiria, numa "Escala do Entendimento" *(Scala intellectus)*, exemplos de pesquisas científicas segundo seu novo método. Quinto, como *Forerunners* (Pródromos), descreveria "coisas que eu mesmo descobri". E, sexto, começaria a expor a filosofia que, partindo das ciências assim praticadas, seria desenvolvida e testada. "Mas a conclusão dessa última parte está... acima de minhas forças e de minhas esperanças." Para nós que, agora, nos debatemos e arquejamos em um oceano de conhecimentos e especialidades, o programa de Bacon afigura-se vão em sua grandiosidade; mas o conhecimento, naquele tempo, não era tão imenso e minucioso; e o brilhantismo das partes levadas a cabo desculpa a presunção do todo. Quando ele declarou a Cecil: "Adotei todo o conhecimento para minha esfera de ação", não quis com isso dizer que podia abraçar todas as ciências pormenorizadamente, mas, tão-somente, que se propunha a estudar as ciências "com firmeza", tendo por objetivo coordená-las e incentivá-las. Falando sobre Bacon, William Harvey declarou que ele "escrevia filosofia à semelhança de um lorde chanceler";[38] sim, e ele a planejou como um general do império.

Percebemos o alcance e a agudeza do intelecto de Bacon à medida que o seguimos em *The Advancement of Learning*. Apresenta suas idéias com invulgar modéstia, como "não muito melhor que o ruído... que fazem os músicos ao afinar os instrumentos";[39] fere, porém, nesse livro, quase todas as suas notas características. Solicita que se multipliquem e apóiem colégios, laboratórios, jardins zoológicos, museus de ciência e indústria; pede melhores salários para professores e pesquisadores, mais liberalidade nos financiamentos de experiências científicas; maior intercomunicação, cooperação e divisão do trabalho entre as universidades da Europa.[40] Não perde sua perspectiva no culto à ciência; defende uma educação geral e liberal, incluindo a literatura e a filosofia, as quais favoreceriam um sábio julgamento dos fins ao acompanharem

o progresso científico dos meios.[41] Procura classificar as ciências em uma ordem lógica, determinar-lhes os campos e limites e dirigir cada uma aos grandes problemas que aguardam pesquisas e soluções. Muitas de suas exigências foram atendidas pelas ciências — melhores registros clínicos, prolongamento da vida por meio de medicamentos preventivos, exame cuidadoso dos "fenômenos psíquicos" e desenvolvimento da psicologia social. Ele antecipou até nossos estudos contemporâneos sobre a técnica do êxito.[42]

A segunda e a mais ousada parte da Grande Renovação foi uma tentativa de formulação de um novo método científico. Aristóteles havia reconhecido e, ocasionalmente, pregado a indução; mas o método predominante em sua lógica era a dedução e seu ideal, o silogismo. Bacon achava que o antigo *Organon* mantivera a ciência estagnada ao apoiar-se mais no pensamento teórico do que na observação prática. Seu *Novum Organum* propunha um novo método e um novo sistema de pensamento: o estudo indutivo da própria natureza através da experiência e da experimentação. Embora esse livro tenha sido deixado incompleto, é, com todas as suas imperfeições, a obra mais brilhante da filosofia inglesa, o primeiro brado claro por uma Idade da Razão. Foi escrito em latim, mas com sentenças tão lúcidas e incisivas que metade dele fulge como epigramas. Mesmo as primeiras linhas condensam uma filosofia anunciando a revolução indutiva, prevendo a revolução industrial e proporcionando a chave do empirismo a Hobbes, Locke, Mill e Spencer.

> O homem, sendo o servo e o intérprete da Natureza, pode fazer e compreender tanto, e apenas, quanto tenha observado, em realidade ou em pensamento, no curso da Natureza; fora disso, nada sabe e nada pode fazer... O conhecimento e a força humana unem-se aí, pois onde não se conhece esse curso não se pode produzir o efeito. A Natureza, para ser comandada, deve ser obedecida.*

E assim como Descartes, no *Discurso do Método*, proporia, 17 anos mais tarde, começar a filosofia duvidando de tudo, também Bacon, em seu livro, exige a "depuração do intelecto" como primeiro passo para a Renovação. "O conhecimento humano, conforme o temos, é uma simples massa confusa e mal digerida, feita de muitas crendices e acidentes e, também, de noções infantis absorvidas desde seu início."[44] Devemos, portanto, eliminar logo do espírito, tanto quanto pudermos, todos os preconceitos, prevenções, suposições e teorias; devemos afastar-nos até mesmo de Platão e Aristóteles; devemos varrer de nosso pensamento os "ídolos" ou as antigas ilusões e argumentos falaciosos, nascidos de nossas idiossincrasias pessoais de julgamento ou das crenças e dogmas tradicionais de nosso grupo; devemos banir todas as artimanhas lógicas de um pensamento baseado no desejo, todo palavreado absurdo de pensamentos obscuros. Cumpre deixarmos para trás todos esses grandiosos sistemas dedutivos de filosofia, que se propõem traçar, de uns poucos axiomas e princípios, um sem-número de verdades eternas. Não há cartola mágica na ciência; tudo que se tira da cartola, em termos de resultados, deve ser antes posto nela pela observação ou experiência.

* A célebre frase "saber é poder" não se acha, formalizada desta maneira, nos trabalhos existentes de Bacon: mas em um fragmento das suas *Meditationes sacrae*, ele escreve: "...*ipsa scientia protestas est*" — o saber, ele mesmo, é poder.[43] Esta idéia, como é natural, percorre todos os trabalhos de Bacon.

E não pela simples observação casual nem pela "simples enumeração" de dados, porém através da "experiência... que procura a comprovação". Com isso, Bacon, tantas vezes depreciado como desconhecedor do verdadeiro método científico, passa a descrever o verdadeiro método da ciência moderna:

> O verdadeiro método experimental primeiro acende a vela (pela hipótese), e depois, por meio dela, mostra o caminho, começando como se faz com a experiência devidamente ordenada... e dela extraindo axiomas ("primeiros frutos", conclusões provisórias), e dos axiomas estabelecidos fazem-se novas experiências... As próprias experiências decidirão.[45]

Contudo, Bacon era muito precavido com relação às hipóteses; elas eram quase sempre sugeridas pela tradição, pelos preconceitos ou pelos desejos — isto é, pelos "ídolos" novamente; desconfiava de qualquer processo no qual a hipótese, conscientemente ou não, fizesse uma seleção de dados confirmados pela experiência e encobrisse, ou se mostrasse cega, a provas contrárias. Para evitar essa armadilha, propôs uma laboriosa indução pelo acúmulo de todos os fatos referentes a um problema, sua análise, comparação, classificação e correlação e, "por meio de um processo de exclusão e rejeição", a eliminação progressiva de uma hipótese depois da outra, até que se revelassem a "forma" ou a lei e a essência fundamentais de um fenômeno.[46] O conhecimento da "forma" proporcionaria um domínio cada vez maior do evento, e a ciência gradativamente refaria então o ambiente e possivelmente o próprio homem.

A verdade é que, no entender de Bacon, o objetivo final é: o método da ciência aplicado à análise rigorosa e ao remodelamento resoluto do caráter humano. Aconselha o estudo dos instintos e das emoções, que têm a mesma relação com o espírito como os ventos com o mar.[47] Mas especialmente nesse ponto a falha não está apenas na busca do conhecimento, porém em sua transmissão. Poder-se-ia refazer o homem por meio de uma educação esclarecida, se estivéssemos dispostos a atrair os intelectos mais brilhantes para a pedagogia, dando-lhes remuneração adequada e honrarias.[48] Bacon admira os jesuítas como educadores e deseja que eles estivessem "do nosso lado".[49] Condena os compêndios, aprova a arte dramática nos colégios e pleiteia maior número de ciências no currículo. A ciência e a educação, assim concebidas, seriam (como em *The New Atlantis*) não o instrumento e o servo, porém o guia e o alvo do governo. E o confiante chanceler conclui: "Nesta corrida, aposto tudo na vitória do saber sobre a Natureza."

V. FILOSOFIA DE UM ESTADISTA

Eis aqui um formidável espírito — um homem, o único do século, versado tanto em filosofia quanto em política. Seria interessante saber o que este filósofo pensava da política e o que este político pensava da filosofia.

Não que tivesse qualquer sistema filosófico ou deixasse qualquer exposição metódica de seu pensamento, exceto na lógica. O curso de suas idéias é claro, mas a forma é a de um homem que devia deixar precipitadamente a calma da filosofia para julgar um caso no tribunal, combater a oposição no Parlamento ou aconselhar um rei indó-

cil. Precisamos colher suas idéias de observações incidentais e de fragmentos literários, incluindo seus *Essays* (Ensaios, 1597, 1612 e 1625). Com a vaidade própria do escritor, Bacon escreveu, ao dedicar os *Essays* a Buckingham: "Julgo realmente... que (este) volume talvez dure tanto quanto duram os livros." Em suas cartas, seu estilo é trabalhado e complicado, a ponto de sua esposa confessar: "Não compreendo sua escrita enigmática e embrulhada";[50] nos *Essays*, ele dissimulou um labor ainda mais intenso, disciplinou a pena com vistas à clareza e atingiu uma força de expressão de tal forma compacta que poucas são as páginas em prosa inglesa que se lhe podem igualar em matérias importantes apresentadas com luminosos exemplos e de forma perfeita. É como se Tácito se tivesse dado à filosofia e condescendido em ser claro.

A sabedoria de Bacon é terrena. Deixa a metafísica para o místico ou temerário; mesmo em sua desmedida ambição raramente salta da parte para o todo. Às vezes, porém, parece mergulhar em um materialismo determinista: "Na natureza nada existe realmente além dos corpos individualizados que executam atos puramente individuais segundo uma lei determinada";[51] e "as investigações, na natureza, produzem melhores resultados quando começam com a física e terminam com a matemática";[52] mas "natureza", aqui, deve significar apenas mundo exterior. Ele preferia os filósofos céticos pré-socráticos a Platão e Aristóteles, e louvava o materialista Demócrito.[53] Aceita uma nítida distinção entre o corpo e a alma,[54] e antecipa-se a Bergson ao censurar o intelecto tachando-o de "materialista constitucional": "A compreensão humana encontra-se infeccionada pela visão do que ocorre nas artes mecânicas... e imagina então que algo semelhante continua a ocorrer na natureza universal das coisas."[55] Rejeita, antecipadamente, a biologia mecanicista de Descartes.

Com cautelosa ambigüidade "tempera" sua filosofia "com a religião, mas com a mesma parcimônia do sal".[56] "Prefiro acreditar em todas essas fábulas da Lenda (Dourada), do Talmude e do Corão, a acreditar que esta estrutura universal não tenha um espírito."[57] Coloca o ateísmo em seu lugar numa célebre passagem duas vezes repetida.[58] Sua análise das causas do ateísmo ilumina o tema deste volume:

> As causas do ateísmo residem nas cisões religiosas, se elas são muitas; pois se a divisão de uma grande religião em duas conduz ao fervor de ambas as partes, muitas divisões provocam o ateísmo. Outra causa é o escândalo dos sacerdotes. E, por fim, os tempos cultos, especialmente quando acompanhados de paz e prosperidade, pois os males e as adversidades fazem o espírito dos homens curvar-se à religião.[59]

Bacon estabelece como regra que "todo conhecimento deve ser limitado pela religião".[60] Segundo seu capelão, Rawley, ele "ia freqüentemente, quando sua saúde o permitia, assistir aos ofícios religiosos da igreja... e morreu na verdadeira fé estabelecida pela Igreja da Inglaterra".[61] Todavia, como seu grande predecessor Guilherme de Ockham, utilizava-se da distinção entre a verdade filosófica e a verdade teológica: a fé podia sustentar crenças para as quais a ciência e a filosofia não podiam encontrar provas, mas a filosofia só devia depender da razão, e a ciência devia somente procurar explicações seculares em termos de causas e efeitos físicos.[62]

A despeito de seu entusiasmo pelo saber, Bacon o subordina à moralidade; a humanidade nada lucraria se o aumento do conhecimento não estimulasse a benevolên-

cia. "De todas as virtudes e dignidades do espírito, a maior é a bondade."[63] Mas seu costumeiro entusiasmo diminui quando fala das virtudes cristãs. A virtude devia ser praticada com moderação, pois o mau pode aproveitar-se do indiscretamente bom.[64] Requer-se para o êxito, senão para a civilização, um pouco de dissimulação. O amor é uma loucura, e o casamento uma cilada. "Aquele que tem esposa e filhos entregou reféns à fortuna; pois eles são empecilhos para grandes empreendimentos... As melhores obras, e as de maior mérito para o público, vieram de homens solteiros ou sem filhos." Da mesma maneira que Elizabeth e Hildebrando, Bacon aprovava o celibato dos clérigos. "A vida solitária convém aos clérigos, pois a caridade dificilmente aguará um terreno quando precisa primeiro encher um poço."[65] (Observe-se o gosto pela metáfora e sua concisão anglo-saxônia.) A amizade é melhor que o amor, e os homens casados são amigos inconstantes. Bacon fala sobre o amor e o casamento com a disposição de um homem que sacrificou ternas emoções pela ambição, e que podia governar um reino melhor que seu lar.

Sua filosofia política orientava-se mais por circunstâncias do que por teorias. Corajoso, teceu comentários favoráveis a Maquiavel, e aceitou francamente o princípio de que os Estados não devem ficar presos ao código moral ensinado aos seus cidadãos. Como Nietzsche, era de opinião que uma boa guerra santificava qualquer causa. "Tampouco se deve acolher a opinião de alguns escolásticos, de que não se pode fazer com justiça uma guerra senão ante uma injúria ou provocação... O justo temor de um perigo iminente, embora não tenha sido desferido um ataque, é uma causa legítima para a guerra." Em qualquer caso, "uma guerra justa e honrosa constitui verdadeiro exercício" para manter uma nação em boa forma.[66] "Para o império e a grandeza é da máxima importância que uma nação reconheça nas armas sua principal honra, objeto de estudo e ocupação." Uma marinha poderosa é a garantia do respeito dos vizinhos; "ser o senhor dos mares constitui a própria síntese da monarquia".[67] "Na mocidade de um Estado, florescem as armas; na meia-idade, o saber; depois, ambas as coisas durante certo tempo; no declínio, os negócios mercantis e os mercadores".[68] Como guerreiros, os citadinos não fazem boa figura; melhores que eles são os camponeses e, melhores ainda, os pequenos proprietários rurais. Daí Bacon, à semelhança de More, ter condenado os cercamentos de terras que reduziam a proporção de proprietários de terras entre a população. Reprovava a concentração da riqueza como causa principal de sedições e revoltas. Para estas,

> o primeiro remédio ou prevenção é remover, por todos os meios possíveis, a causa material... que é a necessidade e a pobreza... Para se atingir tal objetivo, cumpre abrir e equilibrar a balança do comércio; alimentar as manufaturas; banir a ociosidade; reprimir o desperdício e o excesso por meio de leis suntuárias; melhorar e proteger o solo; regular os preços das coisas vendáveis; moderar os impostos... Deve-se, acima de tudo, usar boa política para que o tesouro e a moeda de um Estado não se acumulem em poucas mãos... O dinheiro é como o esterco, só é bom quando espalhado.[69]

Bacon não confiava em um Parlamento formado de proprietários e mercadores, ou de seus agentes, todos incultos e intolerantes; por outro lado, achava Jaime I esclarecido e humano; mesmo o absolutismo teórico do rei parecia benevolente ante a ambi-

ção das facções e a violência dos credos. Como seu contemporâneo Richelieu, considerava a centralização da autoridade na pessoa do rei e a subordinação dos grandes proprietários a ele um passo necessário na evolução de um governo ordeiro; e, como Voltaire, achava mais fácil educar um só homem do que uma multidão. Sua própria grande riqueza não o perturbava, e Jaime provou estar obstinadamente preso às extravagâncias, aos impostos e à paz.

Bacon rira dos "filósofos" que "fazem leis imaginárias para comunidades imaginárias; seus discursos são como as estrelas, que dão pouca luz por estarem muito distantes". Na sua idade avançada, porém, cedeu à tentação de descrever a espécie de sociedade na qual gostaria que os homens vivessem. Sem dúvida, lera a *Utopia* (1516), de Thomas More; Campanella acabara de publicar *A Cidade do Sol* (1623); agora (1624) Bacon escrevia *The New Atlantis* (A Nova Atlântida). "Partimos do Peru (onde permanecêramos por todo um ano) rumo à China e ao Japão, através do Mar do Sul." Uma longa calmaria, deficiência de rações, uma ilha providencial, um povo vivendo feliz à sombra de leis que lhes tinham sido feitas por um falecido Rei Salomão. Ao invés de parlamento, uma Casa de Salomão — um conjunto de observatórios, laboratórios, bibliotecas e jardins zoológico e botânico — dirigida por cientistas, economistas, técnicos, médicos, psicólogos e filósofos que, escolhidos (como na *República* de Platão) por meio de testes idênticos após idêntica oportunidade de educação, então (sem eleições) governavam o Estado ou, antes, dominavam a Natureza no interesse do homem. "O objetivo de nossa Instituição" — explica um desses governantes aos bárbaros procedentes da Europa — "é conhecer as causas e os movimentos secretos das coisas, bem como a ampliação dos limites do Império Humano para que a concretização de tudo se torne possível."[70] Nesse encantado Pacífico Sul os mágicos de Salomão já haviam inventado microscópios, telescópios, relógios automáticos, submarinos, automóveis e aviões; tinham descoberto anestésicos, a hipnose e meios de preservar a saúde e prolongar a vida; haviam descoberto processos de enxertos em plantas, de geração de novas espécies, de transformação de metais e de transmissão de música a lugares distantes. Na Casa de Salomão o governo e a ciência achavam-se irmanados, e todos os instrumentos e organizações de pesquisas, que Bacon pedira a Jaime, fazem, ali, parte do equipamento do Estado. A ilha é economicamente independente; evita o comércio com o estrangeiro, considerando-o armadilha para a guerra; importa conhecimento, não mercadorias. Assim, o humilde filósofo substitui o altivo estadista, e o mesmo homem que aconselhara uma guerra ocasional como tônico social, sonha agora, em seus últimos anos, com um paraíso de paz.

VI. O CHANTECLER DA RAZÃO

Ele continuou a trabalhar até o fim. Um ano após seu afastamento das funções públicas, publicou uma *History of the Reign of Henry VII*. Este livro estabeleceu um novo padrão para a historiografia: narrativa clara, em bela e vigorosa prosa, de questões políticas e acontecimentos; esboço justo, imparcial e penetrante de um governante não idealizado, iluminadoramente real.[71] Em seguida, uma miscelânea de tratados: *History* [*i.e.*, um estudo] *of Winds, History of Density and Rarity, History of Life and Death, Sylva Sylvarum* e outros ensaios. Ele desfrutava agora de um inespe-

rado descanso — nenhuma posição, nenhum filho, nenhum amigo, pois os que viviam à cata de emprego e se aglomeravam a sua volta, nos dias em que estava no poder, batiam agora em outras portas. "Quais os companheiros que tendes em vosso trabalho?" — perguntou a um correspondente. — "Quanto a mim, encontro-me na mais completa solidão."[72]

Procurando provar por quanto tempo a neve poderia manter a carne livre da putrefação, interrompeu uma viagem, certo dia, para comprar uma galinha. Matou-a e encheu-a de neve; sentiu-se depois, ele mesmo, resfriado. Dirigiu-se para a casa de Lorde Arundel, nas imediações, onde o colocaram na cama. Pensou que o mal passaria depressa; escreveu que a experiência fora "coroada de excelente êxito". Conservara a galinha, mas perdeu a vida. A febre consumia-o, o catarro sufocava-o; morreu no dia 9 de abril de 1626 com 65 anos de idade. Extinguia-se subitamente a luz brilhante.

Não fora, como o julgou o papa, "o mais sábio, o mais brilhante e o mais ignóbil dos homens".[73] Montaigne foi mais sábio, Voltaire mais brilhante e Henrique VIII mais ignóbil; os inimigos de Bacon consideravam-no bom, prestimoso e sempre disposto a perdoar. Era interesseiro, a ponto de tornar-se servil, e suficientemente orgulhoso para irritar os deuses; mas aceitamos essas falhas o bastante para perdoar suas características humanas, dada a luz que derramou. Seu egoísmo era a força que o impulsionava. Ver-nos, a nós mesmos, como os outros nos vêem, seria paralisante.

Bacon não era um cientista, mas um filósofo da ciência. O âmbito de suas observações era imenso, mas o campo de suas meditações era demasiado vasto para permitir-lhe muito tempo em investigações especiais; tentou algumas, com pouco resultado. Ficou muito para trás no progresso da ciência contemporânea. Rejeitou a astronomia de Copérnico, mas deu excelentes razões para isso.[74] Ignorou Kepler, Galileu e Napier. Notou muitas vezes — como em *The New Atlantis* — se bem que ainda depreciasse, o papel da imaginação, da hipótese e da dedução nas pesquisas científicas. Sua proposta para uma paciente coleta e classificação de fatos deu bons resultados na astronomia, onde as observações estelares e os registros de milhares de estudantes deram a Copérnico material indutivo para suas deduções revolucionárias; mas sua proposta metodológica pouca semelhança tinha com os métodos com que, em seu tempo, se descobriram as leis sobre os movimentos planetários, os satélites de Júpiter, o magnetismo da Terra e a circulação do sangue.

Não afirmou ter descoberto a indução; sabia que muitos homens a tinham praticado antes dele. Não foi o primeiro a "derrubar Aristóteles"; homens como Roger Bacon e Pierre de La Ramée estiveram fazendo isso há séculos atrás. E o Aristóteles que eles depuseram não era (como Francis Bacon às vezes julgava) o grego que quase sempre havia empregado e louvado a indução e os experimentos, porém o transfigurado *ille philosophus* dos árabes e escolásticos. O que Bacon quis derrubar foi a errônea tentativa de deduzir, da metafísica antiga, os credos medievais. Seja como for, ele auxiliou a libertar a Europa renascentista de uma deferência demasiado espinhosa para com a antigüidade.

Não foi o primeiro a salientar o saber como caminho para o poder; Roger Bacon já o fizera, e Campanella dissera com vigor baconiano: *Tantum possumus quantum*

scimus (O quanto soubermos, tanto poderemos).[75] Talvez o estadista acentuasse indevidamente os fins utilitaristas da ciência. Reconhecia, contudo, o valor da ciência "pura" em comparação com a "aplicada" — da "luz", que se distingue dos "frutos". Aconselhava que se estudassem os objetivos bem como os meios, e sabia que um século de invenções criaria maiores problemas do que seria capaz de resolver, se se deixassem inalteradas as motivações humanas. Talvez tivesse descoberto na fraqueza de sua própria moral o abismo criado pela marcha do progresso do conhecimento para além da disciplina do caráter.

Que resta depois de todas essas deduções de percepções tardias? Isto: que Francis Bacon foi a inteligência mais poderosa e mais influente de seu tempo. Shakespeare, naturalmente, paira acima dele em imaginação e arte literária; mas o espírito de Bacon estendeu-se pelo universo como um farol perscrutando e sondando curiosamente todos os recantos e segredos do espaço. Encerrava em si todo o estimulante entusiasmo da Renascença, toda a excitação e o orgulho de um Colombo a navegar destemidamente rumo a um novo mundo. Ouçamos o canto alegre desse galo anunciando a alvorada:

> Assim concluí essa parte do estudo que aborda o Conhecimento Civil; e com o conhecimento civil terminei a Filosofia Humana, e com a filosofia humana terminei a Filosofia Geral. Detendo-me agora por instantes, e volvendo os olhos pelo que passei, este trabalho parece-me — tanto quanto pode um homem julgar a própria obra — não muito melhor do que o ruído ou os sons que os músicos fazem quando afinam seus instrumentos, nada agradável de ouvir mas, mesmo assim, a razão por que, depois, a música se torna mais doce. Por isso alegro-me por afinar os instrumentos das musas, para que neles possam tocar os que têm melhores mãos. E, certamente, quando coloco diante de mim as condições desses tempos, em que a cultura realizou sua terceira aparição ou circuito, com todas as suas qualidades, com a excelência e a vivacidade dos espíritos dessa era, os nobres auxílios e luzes por nós recebidos das obras de antigos autores, a arte da impressão que transmite livros aos homens de fortuna, o franqueamento do mundo pela navegação que trouxe à luz grande número de experiências e um grande acervo para a história natural... não posso deixar de convencer-me de que esse terceiro período superará o da cultura greco-romana... Quanto a meus labores, se os há, se apraz a uns e outros censurá-los, farão eles o pedido antigo e paciente: *Verbere sed audi* (Atacai-me se quiserdes, mas ouvi-me); que os homens os censurem, pois, assim, os observarão e os avaliarão.[76]

Por ter manifestado a mais nobre paixão de sua época — a melhoria da vida através da ampliação dos conhecimentos — a posteridade ergueu em sua memória um monumento vivo de prestígio. Cientistas sentiram-se estimulados e fortalecidos, não por seu método mas por seu espírito. Como é reconfortante, após séculos em que os cérebros se viram presos às suas raízes ou retidos nas teias que eles mesmos teceram, encontrar um homem que apreciasse no sabor dos fatos o ar vitalizador das pesquisas e descobertas, o encanto de lançar a linha do anzol da dúvida nos mais profundos poços da ignorância, da superstição e do medo! Alguns homens naquela época — como Donne — achavam que o mundo estava apodrecendo, caminhando a passos largos para a destruição final; Bacon anunciou a seus contemporâneos que eles eram a juventude de um mundo exuberante e palpitante de vida.

Os homens a princípio não quiseram ouvi-lo; na Inglaterra, França e Alemanha,

preferiram submeter a competição das religiões ao arbítrio das armas; quando essa fúria esfriou, aqueles que não se achavam agrilhoados a convicções organizaram-se de acordo com o espírito de Bacon para ampliar o domínio do homem, não sobre os homens mas sobre as condições e as dificuldades da vida humana. Quando os ingleses fundaram a Sociedade Real de Londres para o Aperfeiçoamento dos Conhecimentos Naturais (1660), foi a Francis Bacon que homenagearam como seu inspirador, e a Casa de Salomão, em *The New Atlantis*, provavelmente indicou o objetivo.[77] Leibniz aclamou Bacon como o regenerador da filosofia.[78] E quando os *filósofos* do Iluminismo compilaram sua sísmica *Encyclopédie* (1751), dedicaram-na a Francis Bacon. Disse Diderot no prospecto: "Se fomos coroados de êxito, devemo-lo ao Chanceler Bacon, que propôs o plano para um dicionário universal das ciências e artes em uma época em que não existiam, por assim dizer, ciências nem artes. Esse gênio extraordinário, no tempo em que era impossível escrever a história do que se sabia, escreveu sobre o que era necessário aprender." E d'Alembert, num clímax de entusiasmo, chamou Bacon "o maior, o mais universal e o mais eloqüente dos filósofos". Quando o Iluminismo irrompeu na Revolução Francesa, a Convenção mandou publicar as obras de Bacon a expensas do Estado.[79] O teor e o percurso do pensamento britânico de Hobbes a Spencer — com exceção de Berkeley, Hume e dos hegelianos ingleses — seguiram as diretrizes de Bacon. Sua tendência para conceber o mundo exterior segundo Demócrito impulsionou Hobbes para o materialismo; sua ênfase na indução conduziu Locke à psicologia empírica, na qual o estudo do espírito se libertaria da metafísica da alma; e sua tônica nas "utilidades" e "frutos" partilhada com a filosofia de Helvétius levou Bentham a identificar o útil com o bom. O espírito baconiano preparou a Inglaterra para a Revolução Industrial.

Podemos, portanto, colocar Francis Bacon na vanguarda da Idade da Razão. Não era, como alguns de seus sucessores, um idólatra da razão; duvidava de todas as cogitações não verificadas por experiências positivas e de todas as conclusões maculadas pelo desejo. "A compreensão humana não é uma luz fria, mas recebe uma infusão de vontade e de emoções; daí procedem as ciências que podem ser chamadas de 'ciências subjetivas'. Pois o homem acredita mais prontamente naquilo que prefere seja verdadeiro."[80] Bacon preferia "essa razão arrancada dos fatos... De uma liga mais cerrada e mais pura entre as duas faculdades, a experimental e a racional... pode-se esperar muita coisa".[81]

Tampouco propôs ele, à maneira dos *filósofos* do século XVIII, a razão como inimiga da religião, ou como substituta para ela; pelo contrário, deixou lugar para ambas na filosofia e na vida. Repudiou, entretanto, o apoio em tradições e autoridades; exigiu explicações racionais e naturais, ao invés de presunções emocionais, intervenções sobrenaturais e mitologia popular. Desfraldou uma bandeira para todas as ciências e atraiu para ela os mais ávidos espíritos dos séculos seguintes. Fosse sua vontade ou não, o empreendimento que exigia — organização compreensiva de pesquisas científicas, expansão ecumênica e disseminação do conhecimento — continha em si mesmo as sementes do mais profundo drama dos tempos modernos: a cristandade, católica ou protestante, lutando pela vida contra a propagação e o poderio da ciência e da filosofia. Esse drama havia agora enunciado ao mundo seu prólogo.

CAPÍTULO VIII

A Grande Rebelião

1625-49

I. A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

A REVOLUÇÃO que entronizou o Parlamento e matou um rei — 144 anos antes de Luís XVI ter expiado a culpa de seus antepassados — teve suas raízes nos conflitos econômicos e na rivalidade religiosa.

O feudalismo era a forma de organização e dependência da agricultura; a monarquia, na Europa Ocidental, era a forma de organização e o ponto culminante do feudalismo; estava ligada pelas suas raízes a uma economia de proprietários de terras e à própria terra. Na Inglaterra, dois acontecimentos de ordem econômica cortaram essas raízes feudais. O primeiro foi o crescimento da "aristocracia", os donos de pequenas propriedades sem títulos de nobreza, abrangendo, no país, os que se situavam entre a nobreza titulada e os *yeomanry* ou pequenos proprietários rurais. Agitavam-se sob um rei, um tribunal e um código de leis ainda elaborados ou moldados em termos feudais; compravam ou conquistavam assento na Câmara dos Comuns; ansiavam por um governo que se submetesse a um Parlamento, por sua vez submisso a eles mesmos. O outro acontecimento foi a expansão da riqueza da burguesia — banqueiros, mercadores, manufatureiros, advogados e médicos — e sua exigência de uma representação política coincidente com seu poderio econômico. Esses fatores revolucionários não tinham interesses comuns; colaboraram apenas no esforço de pôr em xeque os proprietários de terras da nobreza, a corte esnobe e um rei que considerava a aristocracia hereditária como a fonte da estabilidade econômica e da ordem política.

Ano após ano a economia inglesa ia modificando seus fundamentos: da terra estática para a moeda móvel. Antes de 1540, uma fábrica de latão exigia um investimento de $ 300 (em moeda norte-americana de 1958); em 1620, $ 125,000. Por volta de 1650, os empreendimentos capitalistas, envolvendo grandes aplicações de fundos, fomentaram fábricas de alumínio em Yorkshire, manufaturas de papel em Dartford, fundições de canhões em Brendeley, e profundas minas, das quais se extraíam sempre maiores quantidades de carvão, cobre, estanho, ferro e chumbo. Em 1550, poucas minas produziam mais de 300 toneladas ao ano; em 1640, várias produziram 20.000

toneladas cada uma. Artesãos que usavam metais dependiam da mineração e das indústrias metalúrgicas concentradas sob o regime capitalista. As organizações têxteis forneciam material para oficinas, que empregavam de 500 a mil operários, e para tecelões e costureiras espalhados por milhares de casas nas cidades e aldeias. A própria agricultura participava dessa conversão capitalista da produção: os capitalistas compravam e cercavam grandes extensões de terra para prover de carne as cidades e de lã as manufaturas do país e do estrangeiro. O comércio exterior da Inglaterra decuplicou no período entre 1610 e 1640.

Nunca, na lembrança dos ingleses, fora tão grande a desigualdade existente entre ricos e pobres. "O trabalho do operário desceu à mais baixa escala de remuneração durante a primeira metade do século XVII, pois o preço dos alimentos subia enquanto os salários permaneciam estacionários."[1] Tomando 100 como base, os salários dos carpinteiros ingleses mantinham-se em 300 por volta de 1380; em 370, no ano de 1480; em 200, sob o reinado de Elizabeth; em 120, no governo de Carlos I — o mais baixo em 400 anos.[2] O desemprego em 1634 era tão grande que Carlos obrigou a demolição de uma serraria mecânica construída havia pouco tempo, porque deixara sem trabalho muitos serradores.[3] A guerra com a França fez subirem os impostos, guerra que nesse mesmo país desorganizou a exportação; as más colheitas (1629-30) inflacionaram os preços a ponto de quase se chegar a miséria;[4] a expansão econômica irrompeu em depressões (1629-32, 1638). Tais fatores, juntamente com as lutas religiosas, levaram muitas famílias inglesas a emigrarem para a América, e fizeram a Inglaterra mergulhar em uma guerra civil que modificou a face e o destino da nação.

A luta de classes transformou-se em conflito de regiões e de códigos morais. No norte predominava a agricultura, e seus habitantes eram, em grande parte, católicos, ainda que clandestinamente; Londres e o sul tornavam-se cada vez mais industriais e protestantes. A nova classe comercial, embora gostasse de seus monopólios e tarifas protetoras, exigia uma economia livre, na qual os salários e os preços fossem determinados pelo suprimento de mão-de-obra e mercadorias, sem qualquer controle feudal ou governamental sobre a produção, a distribuição, o lucro ou a propriedade; e na qual nenhum labéu fosse lançado às ocupações comerciais, à cobrança de juros ou à manipulação da riqueza. Os barões e seus lavradores apegavam-se aos conceitos feudais de obrigação mútua e responsabilidade grupal, de regulamentação do Estado sobre salários e preços, bem como de limitações impostas, pelos usos e pelas leis, às condições de emprego e de lucros. Os barões protestavam que a nova economia mercantil, produzindo para mercados nacionais e internacionais, destruía a estabilidade da ordem social e as relações entre as classes. Eles (a pequena nobreza e o governo) sentiam a própria solvência antecipada pelos efeitos da inflação sobre o valor das taxas tradicionais, rendas e tributos, dos quais dependiam. Encaravam revoltados e desdenhosos os advogados, que participavam de maneira tão preeminente da administração, bem como os negociantes, que dominavam as cidades. Temiam o poderio da Londres mercantil que, com uma população de aproximadamente 300.000 almas, em uma Inglaterra de cinco milhões de habitantes, podia financiar um exército e uma revolução.

II. O CALDEIRÃO RELIGIOSO: 1624-49

O novo rei, educado sob o antigo código feudal e social do país e perdido agora na grande Londres de negociantes e puritanos, ficou profundamente perturbado com a variedade e a intensidade de crenças religiosas. O direito individual de opinião, que toda nova crença pregava até galgar o poder, juntamente com a propagação da Bíblia, contribuía para encorajar a diversidade de seitas. Um panfletista (1641) relacionou 29 delas; outro (1646) apresentou 180 seitas. Além da divisão entre católicos e protestantes havia a cisão dos protestantes em anglicanos, presbiterianos e puritanos, e dos puritanos em independentes, que sonhavam com uma república, *quakers*, que se opunham a guerras, violências e juramentos, milenários — ou homens da quinta monarquia — que acreditavam que Jesus logo viria para estabelecer Seu reinado pessoal na terra, antinomianos, que alegavam estarem os eleitos de Deus libertos das leis humanas, os separatistas brownistas, *seekers* e os *ranters*. Um membro do Parlamento queixou-se de que "homens mecânicos" (artesãos) estavam instalando púlpitos e pregando seus próprios estigmas candentes de fé, muitos deles enfeitando exigências econômicas ou políticas com textos das Escrituras. E havia os anabatistas, que ministravam o batismo somente aos adultos; e os batistas, que se distinguiam dos separatistas (1606) e se dividiram (1633) em batistas gerais, que rejeitavam a doutrina calvinista da predestinação, e batistas particulares, que a aceitavam.

A multiplicação de seitas e seus veementes debates levaram pequena minoria a duvidar de todas as formas da religião cristã. O Bispo Fortherby lamentou (1622) que "as Escrituras (sobre muitos) haviam perdido sua autoridade e eram consideradas apropriadas apenas para os ignorantes e idiotas".[5] E o Reverendo James Cranford (1646) falou sobre as "multidões" que "trocaram sua fé quer pelo ceticismo... quer pelo ateísmo, para não crer em nada".[6] Um panfleto intitulado *Hell Broke Loose: A Catalogue of the Many Spreading Errors, Heresies, and Blasphemies of These Times* (1646) citava, como primeira heresia, a opinião de "que as Escrituras, sendo ou não um manuscrito fidedigno (texto autêntico)... são apenas humanas (feitas pelo homem) e não podem descobrir (revelar) a divindade de Deus".[7] Outra heresia declarava que "a verdadeira Razão é a soberana da Fé e... devemos acreditar nas Escrituras e nas doutrinas da Trindade, Encarnação e Ressurreição enquanto estiverem elas de conformidade com a razão, e não mais do que isso".[8] Entre os que duvidavam, grande número negava a existência do inferno e a divindade de Cristo. Um crescente número de pensadores, que passaram a ser chamados deístas, procurou uma solução de compromisso entre o ceticismo e a religião, propondo um cristianismo limitado à crença em Deus e na imortalidade. Edward, Lorde Herbert de Cherbury, deu a essa *via media* uma fórmula filosófica em notável ensaio sobre a verdade: *De veritate* (1624). A verdade — disse Herbert — é independente das Escrituras e não pode ser decretada por uma Igreja ou qualquer outra autoridade. A melhor prova da verdade está no consenso universal. Conseqüentemente, a religião mais sábia será uma "natural", ao invés de uma religião revelada, e se limitará às doutrinas geralmente aceitas pelos diferentes credos: a de haver um Ser Supremo, a de dever Ele ser adorado principalmente por meio de uma vida virtuosa e a de que a boa conduta será recompensada e a má condu-

ta punida, nesta vida ou na outra. Herbert — diz Aubrey — morreu "serenamente" depois de haver recusado os sacramentos.[9]

O Parlamento estava mais preocupado com o catolicismo do que com as heresias. Em 1634, os católicos constituíam na Inglaterra provavelmente uma quarta parte da população,[10] e, a despeito de todas as leis e perigos, havia no país 335 jesuítas.[11] Nobres ilustres aceitaram a antiga fé. George Calvert, lorde Baltimore, anunciou sua conversão em 1625; em 1632, Carlos deu-lhe uma carta patente para fundar a colônia que se tornou Maryland. Henrietta Maria, a rainha católica, enviou um emissário a Roma (1633) para solicitar o chapéu cardinalício para um súdito britânico. O rei anglicano ofereceu-se para permitir que um bispo católico residisse na Inglaterra se Urbano VIII apoiasse seu plano para a realização de certos casamentos diplomáticos (1634); mas o papa recusou. Os católicos clamavam por tolerância religiosa, mas o Parlamento — lembrando-se da intolerância católica, do Massacre da Noite de São Bartolomeu e da Conspiração da Pólvora, e não inclinado a correr o risco de investigações dos títulos que os protestantes mantinham sobre propriedades outrora pertencentes aos católicos — exigiu, ao invés, rigorosa aplicação das leis anticatólicas. Um forte sentimento contra o papa, especialmente entre os elementos da pequena nobreza e da classe média, opôs-se à entrada de sacerdotes católicos na Inglaterra e à crescente aproximação dos anglicanos à liturgia e pensamentos católicos.

A Igreja oficial gozava de toda proteção do Estado. O credo e o culto anglicanos eram legalmente compulsórios; mesmo os Trinta e Nove Artigos transformaram-se em lei no país (1628). Os bispos anglicanos reivindicavam a Sucessão Apostólica, pois — alegavam — haviam sido ordenados por um Apóstolo; e rejeitavam a asserção dos presbiterianos e puritanos de que não somente os bispos podiam ordenar um ministro. Muitos anglicanos daquela época eram homens de grande saber e boa vontade. James Ussher, arcebispo de Armagh, era um verdadeiro sábio, não obstante seu célebre cálculo (em seus *Annales Veteris Testamenti*, 1650) de que Deus criara o mundo no dia 22 de outubro do ano 4004 a.C. — um pequeno lapso cronológico que se tornou semi-oficial em edições da versão autorizada.[12] John Hales, capelão da embaixada inglesa na Holanda, pregava a dúvida, a razão e a tolerância:

> Os caminhos que nos conduzem a... qualquer conhecimento... são apenas dois: o primeiro é o da experiência, o segundo é o do raciocínio. Aqueles que vêm dizer-vos no que deveis acreditar e o que fazer, sem vos dizer por que, não são médicos, mas sanguessugas... A principal fonte e força da sabedoria não está simplesmente na crença... Essas coisas que reverenciamos pela sua antigüidade, o que eram elas quando nasceram? Falsas? O tempo não as pode tornar mais verdadeiras. A circunstância de tempo... não é pertinente... Não é a diversidade de opiniões, porém nossas próprias vontades perversas — que julgam reunir tudo que deva ser concebido (pensado) como reflexo de nós mesmos — que tantas inconveniências têm proporcionado à Igreja. Não estivéssemos nós tão prontos a anatematizar uns aos outros quando em desacordo, poderíamos estar unidos em nossos corações... Duas partes há que realmente compõem o homem cristão — uma fé verdadeira e uma conduta honesta. A primeira, que parece mais meritória, e dá-nos o nome de cristãos, e a segunda, que acaba provando ser a mais certa... Não há espécie de homem... embora pagã e idólatra, à qual o sopro da compaixão cristã não atinja.[13]

A generosidade de Hales não encontrou reciprocidade da parte de alguns "idólatras". Um jesuíta, escrevendo sob o pseudônimo de "Edward Knott" um panfleto intitulado *Charity Mistaken* (1630), sustentou que, excetuando-se casos acidentais, nenhum protestante poderia ser salvo.[14] Os condenados foram tranqüilizados por William Chillingworth, cujo tratado teológico *The Religion of Protestants a Safe Way to Salvation* (1637) foi, em seu tempo, um notável trabalho. Chillingworth conhecia ambos os lados: convertido ao catolicismo, retornara ao protestantismo, mantendo, não obstante, suas reservas. Clarendon afirmou que Chillingworth "contraíra tal hábito de duvidar que, gradativamente, começou a não crer em coisa alguma e tornou-se um cético, pelo menos no tocante aos maiores mistérios da religião".[15]

O mais eloqüente desses anglicanos carolinos foi Jeremy Taylor. Seus sermões, mais tocantes que os de Bossuet, ainda podem ser lidos; mesmo um francês sentiu-se empolgado por eles.[16] Taylor era ardente monarquista, capelão do exército de Carlos I. Quando os presbiterianos e os puritanos controlaram o Parlamento mostrando-se intolerantes para com os outrora intolerantes anglicanos, ele publicou *The Liberty of Prophesying* (1646), tímido apelo à tolerância: qualquer cristão que aceitou o Credo dos Apóstolos devia ser acolhido amistosamente pela Igreja, devendo-se deixar os católicos livres, a menos que insistissem na soberania do papa sobre a Inglaterra e os reis.* Taylor foi capturado e encarcerado pelo partido do Parlamento durante a Guerra Civil, mas depois da Restauração foi elevado ao episcopado, e seu ardor pela tolerância esfriou.

A crescente influência do catolicismo tornou-se manifesta com o anglicano que predominou nesse período. William Laud era homem de idéias e vontade, nascido para dominar ou morrer, estritamente virtuoso, tão austero e resoluto a ponto de ser inflexivelmente irascível. Como todo bom clérigo, admitia que a crença religiosa unificada era indispensável para um governo bem-sucedido e que uma liturgia complexa era necessária a uma fé tranqüilizadora e eficaz. Para mágoa dos presbiterianos e puritanos, propôs chamar novamente a arte ao serviço da Igreja para embelezar o altar, o púlpito e a pia batismal, restaurar a cruz no ritual e a sobrepeliz no sacerdote. Como grande ofensa especial, ordenou que a mesa de comunhão que, até então, era colocada no centro do coro (onde às vezes servira de cabide de chapéus), fosse posta atrás de um corrimão na extremidade oriental da igreja. Essas modificações eram mais a revivescência de costumes e leis do tempo de Elizabeth, mas para os puritanos, que amavam a simplicidade, representavam um retrocesso em direção ao catolicismo e a renovação de uma separação de classes entre os sacerdotes e a congregação. Parece que Laud sentia que a Igreja Católica tinha razão em cercar a religião de cerimônias e em dotar o sacerdote com uma aura de santidade.[17] Suas concepções agradaram à Igreja Romana, ao ponto de ela oferecer-lhe o chapéu cardinalício.[18] Ele o recusou cortesmente, mas o oferecimento fortaleceu as censuras dos puritanos. Chamaram-no de precursor do Anticristo. Carlos fê-lo arcebispo de Cantuária (1633) e secretário do tesouro. Outro arcebispo foi nomeado chanceler da Escócia. O povo queixou-se de que

* Em 1631, na colônia de Massachusetts Bay, Roger Williams defendeu tolerância ilimitada para com os católicos, judeus e infiéis.

os eclesiásticos estavam voltando ao poder político, como nos grandes dias da Igreja medieval.

De seu palácio em Lambeth, o novo primaz de toda a Inglaterra pôs-se a remodelar os rituais e a moral do país. Conquistou uma centena de novos inimigos, lançando, por intermédio do Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação (corpo judiciário criado por Elizabeth e, nesse tempo, predominantemente eclesiástico), multas severas sobre as pessoas condenadas por adultério; mas as vítimas ficaram um pouco confortadas com o uso devoto que ele fazia das multas, reparando os estragos na catedral de São Paulo e expulsando de suas naves os advogados, os mascates e os bisbilhoteiros.[19] Ministros que rejeitassem o novo ritual ficavam privados de seus benefícios; escritores e pregadores que o criticassem constantemente, duvidassem do credo cristão ou se opusessem à organização episcopal seriam excomungados e postos no pelourinho, e, talvez, perdessem as orelhas.

Deve-se ter em vista a brutalidade dos castigos impostos durante o regime de Laud, para compreender seu destino. Em 1628, por instigação dele, um ministro puritano — Alexander Leighton — foi condenado pela Câmara da Estrela como autor confesso de um livro que chamava de anticristã e satânica a organização episcopal. Foi posto a ferros e, durante 15 semanas, mantido numa cela sem aquecimento, "cheia de ratos e pulgas e exposta à neve e à chuva". Seus cabelos caíram e sua pele descascou. Foi amarrado a um poste e recebeu 36 vergastadas nas costas, com uma corda grossa; colocaram-no no pelourinho onde permaneceu duas horas em meio ao frio e à neve de novembro; marcaram-lhe o rosto com ferro em brasa, fenderam-lhe o nariz, deceparam-lhe as orelhas e foi condenado à prisão perpétua.[20] Em 1633, Ludowyc Bowyer, que acusara Laud de, no íntimo, ser católico, foi multado, ferreteado, mutilado e condenado à prisão perpétua.[21] William Prynne, agitador dos puritanos, em *News from Ipswich* (1636), acusou os bispos de Laud de servos do papa e do demônio, recomendando que fossem enforcados; foi ferreteado em ambas as faces, teve as orelhas decepadas e permaneceu encarcerado até o dia em que o Parlamento Longo (1640) colocou-o em liberdade. Uma mulher que insistia em guardar o domingo como dia santo ficou encarcerada durante 11 anos.[24]

Os principais inimigos de Laud, os puritanos, concordavam com ele quanto à necessidade da intolerância. Achavam-na decisão razoável, oriunda da origem divina do cristianismo e das Escrituras; qualquer um que se opusesse à fé assim alicerçada devia ser criminoso ou tolo, e a sociedade devia estar protegida contra os muitos males que adviriam de seus ensinamentos. Os presbiterianos pleitearam, junto ao Parlamento (1648), leis condenando à prisão perpétua todo aquele que continuasse a pregar teorias católicas, arminianas, batistas ou *quakers*, bem como à morte todo aquele que contestasse as doutrinas da Trindade ou da Encarnação. Os independentes de Cromwell, no entanto, mostravam-se tolerantes para com todos os que aceitassem os fundamentos da religião cristã, excluindo porém os católicos, os unitários e os defensores da prelazia.[25]

Havia, entre os puritanos, tantos partidos que dificilmente se poderá fazer uma generalização que abranja todos. A maioria deles aderiu a um calvinismo severo, à liberdade política do indivíduo, ao direito de poderem as congregações dirigir seus próprios negócios sem supervisão episcopal, e a um culto sem cerimoniais, igualitário

e divorciado das distrações da arte religiosa. Concordavam com os presbiterianos na teologia, mas rejeitavam os presbitérios, como inclinados ao exercício do poder episcopal. Insistiam na interpretação literal das Escrituras e condenavam a pretensão da razão em impor uma interpretação à verdade revelada. Demonstravam deferência tanto pelo Velho Testamento quanto pelo Novo; aplicavam a si mesmos a concepção judaica de povo eleito; batizavam os filhos com os nomes de patriarcas e heróis do Velho Testamento; pensavam em Deus em termos de um severo Jeová, e acrescentavam a convicção calvinista de que a maior parte dos homens era constituída de "filhos do ódio", condenados antes do nascimento ao fogo eterno pela vontade arbitrária de uma divindade inexorável; e atribuíam a salvação de uns poucos "eleitos" não às próprias obras mas à graça divina concedida por Deus em um momento de capricho. Alguns deles julgavam conversar com Deus; outros, julgando-se condenados, perambulavam pelas ruas lamentando-se antecipadamente dos sofrimentos eternos. Os raios de Deus pareciam pairar, sempre, sobre as cabeças dos homens.

Nesse terror auto-imposto, a "Agradável Inglaterra" quase desapareceu. O humanismo da Renascença bem como o saudável naturalismo elisabetano cederam lugar a uma sensação de pecado, a um temor da vingança divina, que considerava a maior parte dos prazeres como ardis de Satanás e desafios a Deus. Os antigos temores monásticos da carne voltaram, talvez para um maior número de pessoas, do que jamais antes ocorrera na história. Prynne declarou serem "lúbricos" todos os abraços e "lasciva" toda dança mista.[26] Para a maioria dos puritanos, a música, os vitrais, as imagens religiosas, as sobrepelizes e a unção dos sacerdotes constituíam obstáculos à comunhão direta com Deus. Estudava-se a Bíblia com devota diligência, e suas frases eram citadas em quase todas as conversas, em quase todos os parágrafos; alguns fanáticos bordavam em suas roupas textos das Escrituras; os devotos, em particular, acrescentavam "em verdade" ou "sim, em verdade" para atestar sinceridade ou veracidade. Os bons puritanos proibiam o uso de cosméticos e penteados como vaidades; eram chamados de "cabeças redondas", porque cortavam os cabelos rente à cabeça. Atacavam o teatro como escandaloso (e de fato era), o açulamento de ursos e touros como bárbaro, e a moral da corte como pagã. Condenavam os folguedos festivos, os toques de sinos, as danças ao redor do mastro enfeitado do 1º de maio, os brindes e os jogos de cartas. Proibiam todos os jogos no domingo; esse dia era reservado a Deus e não devia mais trazer seu antigo nome pagão (*Sun-day*). Protestaram enfurecidos — e com eles Milton — quando Carlos I e Laud, renovando um edito de Jaime I, publicaram (1633) a "Declaração de Esportes" sancionando os jogos dominicais após as orações dominicais. Os puritanos estenderam seu sabatismo ao Natal; lamentavam a moda de celebrar o nascimento de Cristo com festejos, danças e jogos; atribuíam, acertadamente, a origem de muitos costumes do Natal a práticas pagãs; exigiam que fosse um dia solene de jejum e expiação; e, em 1644, convenceram o Parlamento a sancionar, através de uma lei, essa exigência.

Como o protestantismo insistia na pregação de sermões, o que ia além do precedente criado pelos católicos, o puritanismo estendeu essa prática, chegando mesmo a superar o costume protestante. A ânsia de sermões consumia certos corações; o prefeito de Norwich mudou-se para Londres para ouvir maior número de prédicas; um vendedor de tecidos abandonou uma congregação, porque nela se fazia apenas um

sermão por domingo. Surgiram "preletores" especiais para aplacar essa ânsia — leigos contratados por uma paróquia para pregarem um sermão adicional aos domingos, além do que o ministro fazia regularmente. A maioria dos pregadores puritanos levava suas funções muito a sério: aterrorizavam a assistência com descrições do inferno; alguns denunciavam publicamente os pecadores, citando-lhes os nomes; um deles apontou os bêbados de sua congregação e, falando das prostitutas, citou como exemplo a esposa do mais importante membro da paróquia; outro declarou aos ouvintes que se o adultério, as blasfêmias, as trapaças e a não-observância do dia santo conduzissem o homem para o céu, toda a paróquia estaria salva.[27] Os ministros puritanos consideravam obrigação sua ditar ou reprovar a conduta, os trajes, os estudos e os divertimentos do povo. Proibiram a observância dos feriados estabelecidos pelos costumes pagãos ou pela Igreja Católica e, assim, acrescentaram ao ano uns 50 dias de trabalho.[28] O chamado ao dever soava por toda a ética puritana e, com ele, inculcavam-se inflexivelmente a coragem, a autoconfiança, a prudência, a parcimônia e o trabalho. Era uma ética compatível com a classe média; criou trabalhadores operosos e deu sanção religiosa aos empreendimentos mercantis e à propriedade privada. A pobreza, não a riqueza, era um pecado; revelava falta de caráter e graça divina.[29]

Politicamente, os puritanos aspiravam a uma teocracia democrática, onde não haveria senão diferenças de ordem moral e religiosa entre os homens, nenhum soberano senão Cristo, nenhuma lei senão o Palavra de Deus. Ressentindo-se dos pesados tributos que sustentavam a Igreja Anglicana, seus homens de negócios julgavam-se expoliados por essa dispendiosa Igreja; "a parte comercial de uma nação" — disse certo panfletista — "está sendo devorada nesse abismo de prelados".[30] Os puritanos defendiam a riqueza mas escarneciam do luxo ocioso da nobreza. Exageravam na moralidade, da mesma maneira que, em épocas anteriores, exagerara-se na liberdade; mas seu código inumano talvez fosse um corretivo necessário à moral por demais livre da Inglaterra elisabetana. Os puritanos produziram alguns dos mais fortes caracteres da história: Cromwell, Milton e os homens que conquistaram o sertão norte-americano. Defenderam e transmitiram-nos o governo parlamentar e o julgamento pelo júri. A eles, em parte, a Inglaterra deve a sólida sobriedade do caráter britânico, a estabilidade da família britânica e a integridade da vida pública britânica. Nada se perdeu.

III. OS PURITANOS E O TEATRO

A primeira vitória dos puritanos foi em sua guerra contra o teatro. Tudo que os caracterizava — sua teologia de "eleitos" e "condenados", sua severa moralidade, sua atitude solene e linguagem bíblica — fora ridicularizado no palco com grosseiras e imperdoáveis caricaturas. E em 1629 ocorreu o crime culminante: uma atriz francesa ousou substituir um rapaz que devia fazer o papel feminino em um drama, no Blackfriars. Atiraram-lhe maçãs e ovos podres.

Os novos dramaturgos talvez tivessem apaziguado o partido puritano, pois, embora se rebaixassem de quando em vez com irreverências para conquistar a platéia, eram em geral cavalheiros. *A New Way to Pay Old Debts* (1625), de Philip Massinger, satirizava não a virtude afetada mas a cobiça monopolista; nela não havia poesias subli-

mes nem espírito espalhafatoso nem imagens transcendentes; mas o inescrupuloso extorsionário, no final, era levado à justiça, e os cinco atos decorriam sem uma única meretriz. John Ford tentou pescar ardilosamente uma platéia, dando a uma peça o título *'Tis Pity She's a Whore*; mas esta peça e *The Broken Heart* (ambas de 1633) mantiveram um tom decente, e talvez estivessem ainda em cartaz se as platéias modernas pudessem suportar os holocaustos de seus desfechos.

Os puritanos desfecharam seu mais furioso ataque contra o teatro quando seu intimorato campeão, William Prynne, enviou ao prelo (1632) *Histriomastix, the Players Scourge*. Prynne era advogado e não fazia questão de ser imparcial; apresentou um arrazoado de mil páginas em favor do querelante. Com citações da Bíblia, de doutores da Igreja e, até mesmo, de filósofos pagãos, provou que o drama fora inventado por Satanás, e começara como uma forma de culto ao demônio. A maioria das peças são blasfemas, obscenas, cheias de abraços amorosos, gestos libertinos e música, canções e danças de envolvente lascívia; todos os bailados são diabólicos e cada movimento é um passo para o inferno; os atores, em sua maioria, são profanos e criminosos sem Deus. "A Igreja de Deus, não a casa de espetáculos, é a única escola 'conveniente'; as Escrituras, os sermões e os livros devotos e piedosos... constituem as únicas leituras" apropriadas para os cristãos. E se eles necessitam de diversão,

> têm os vários aspectos do sol, da lua, dos planetas, das estrelas, com toda a infinita variedade de criaturas, para poderem deleitar os olhos. Têm a música de todos os pássaros... para agradar seus ouvidos; a fragrância e os perfumes incomparavelmente delicados de todas as ervas, flores e frutos, para refrescar seus narizes; o saboroso gosto de todas as criaturas comestíveis... os prazeres que os pomares, rios, jardins, poços, florestas... podem dispensar-lhes; o conforto dos amigos, parentes, esposos, esposas, filhos, propriedades, riquezas e todas as outras bênçãos materiais que Deus lhes concedeu.[31]

A argumentação era erudita e eloqüente, mas, nela, todas as atrizes eram chamadas de prostitutas, e a rainha acabara de trazer algumas da França, e ela mesma estava ensaiando um papel para representar em uma mascarada da corte. Henrietta Maria ofendeu-se, e Laud denunciou Prynne por aquele libelo sedicioso. O autor protestou, dizendo que não tivera intenção de difamar a rainha; pediu desculpas pela intemperança de seu livro. Contudo, com uma severidade que permaneceu por muito tempo na lembrança dos puritanos, a corte cassou-lhe o direito de exercer a advocacia, multou-o exageradamente em 5.000 libras, e condenou-o à prisão perpétua. Puseram-no no pelourinho e cortaram-lhe as orelhas.[32] Do cárcere, Prynne publicou *News from Ipswich* (1636), no qual denunciava os prelados anglicanos como traidores diabólicos e lobos vorazes, e recomendou que se enforcassem tais bispos. Puseram-no novamente no pelourinho e tosquiaram o que lhe restara das orelhas. Permaneceu na prisão até 1640, quando foi libertado pelo Parlamento Longo.

Em 1642, o Parlamento ordenou o fechamento de todos os teatros da Inglaterra. Isso, a princípio, foi uma medida de guerra, aparentemente limitada a "estes tempos calamitosos"; mas a medida permaneceu em vigor até 1656. A extensa carreira do drama elisabetano chegou ao fim, ante um drama ainda maior que qualquer outro levado à cena nos palcos ingleses.

IV. A PROSA CAROLINENSE

Na Inglaterra, havia pelo menos dois homens que podiam olhar por sobre a agitada cena com calma e visão panorâmica. Um era John Selden, tão erudito que se costumava dizer: *Quod Seldenus nescit nemo scit* (O que Selden não sabe, ninguém mais sabe). Como antiquário, colecionou registros de Estado da Inglaterra pré-normanda e compilou um autorizado *Titles of Honor* (1614); como orientalista, granjeou renome na Europa com seu estudo sobre o politeísmo, *De diis Syris* (1617); como jurista, comentou a lei rabínica e escreveu *History of Tythes*, onde refutava a origem divina dos dízimos; como membro do Parlamento, participou do *impeachment* a Buckingham e Laud, e da elaboração da Petição de Direitos; esteve duas vezes encarcerado. Esteve presente à Assembléia de Westminster como delegado leigo "para assistir à selvagem luta dos burros", e pediu que se moderassem as disputas religiosas. Depois de sua morte, seu *Table Talk*, anotado por seu secretário, tornou-se um clássico inglês. Podemos citar um exemplo?

> É coisa vã falar de um herege, pois um homem não pode pensar diferentemente do que realmente pensa. Nos tempos primitivos, havia muitas opiniões. Sendo uma delas adotada por algum príncipe... as demais eram condenadas como heresias... Ninguém se torna mais sábio pela erudição que possui; esta pode fornecer material com o qual se pode trabalhar... mas espírito [inteligência] e sabedoria nascem com o homem... Os homens prudentes guardam silêncio nas horas de perigo. O leão... chamou a ovelha para perguntar-lhe se seu bafo cheirava mal; ela respondeu que sim, e o leão arrancou-lhe a cabeça por ter sido tola. Chamou o lobo e perguntou a mesma coisa; o lobo respondeu que não; o leão reduziu-o a pedaços por ter ele agido como um bajulador. Chamou, por fim, a raposa e fez a pergunta. A raposa desculpou-se dizendo que apanhara um resfriado e, portanto, não podia sentir cheiro.[33]

Sir Thomas Browne era uma raposa. Nascido em Londres (1605), educado em Winchester School, Oxford, Montpellier, Pádua e Leiden, absorvendo as artes, as ciências e a história a cada momento, entregou-se ao exercício da medicina em Norwich. Sublimou suas uroscopias anotando suas idéias *de omnibus rebus et quibusdam aliius* ("sobre todas as coisas e mais algumas"), e eloqüentemente dissimulou sua teologia em *Religio medici* (1642), um dos marcos da prosa inglesa. Nele temos um Montaigne inglês, singular e imaginativo, flexível, e multiforme, talvez tomando de empréstimo ao pensador francês o que escreveu nas páginas em que tratou da amizade;[34] subordinando seu ceticismo à submissão, saboreando a razão e professando a fé, cheio de alusões aos clássicos e de derivações, mas amando a arte e a música dos vocábulos e usando o estilo como "anti-séptico do declínio".

Era, por formação, inclinado à dúvida. Seu mais extenso trabalho, *Pseudodoxia epidemica* (1646), explicava e fustigava centenas de "falsas opiniões epidêmicas" na Europa — que o carbúnculo projeta luz no escuro, o elefante não tem articulações, a fênix renasce das próprias cinzas, a salamandra pode viver no fogo, o unicórnio tem chifre, os cisnes cantam antes de morrer, o fruto proibido foi uma maçã, "o sapo urina e, por esse meio, espalha seu veneno" etc.[35] Mas, como todo iconoclasta, tinha seus ícones. Admitindo a existência dos anjos e do demônio, acreditava em demô-

nios, na quiromancia e nas feiticeiras;[36] participou, em 1664, da condenação de duas mulheres como feiticeiras, que logo depois foram enforcadas, protestando inocência.[37]

Não sentia atração por mulheres e achava o sexo ridículo:

> Não me casei ainda, e louvo a resolução dos que não se casaram duas vezes... Ficaria satisfeito se pudéssemos procriar como as árvores, sem ligações, ou se houvesse qualquer meio de perpetuar o mundo sem esse processo trivial e vulgar de união; é o ato mais tolo que um homem sábio comete em toda a sua vida; nada existe que mais deprima sua imaginação acalmada, quando considera quão esquisita e indigna é essa pequena loucura que cometeu.[38]

No tópico relativo à religião, ele é apologeticamente cristão:

> Quanto à minha religião, embora haja várias circunstâncias que podem persuadir o mundo de que não tenho nenhuma (dados os escândalos que se generalizaram em minha profissão, o curso natural de meus estudos, a indiferença em minha conduta e discursos, no tocante às questões religiosas, nos quais não defendi ardentemente nenhuma delas, tampouco me opus a outras com ardor e virulência), ainda assim, a despeito disso, ouso, honrosamente, intitular-me cristão. Não que deva simplesmente esse título à pia batismal, à minha educação ou ao ambiente em que nasci... mas por ter, em meus anos mais maduros e na confirmação de meu juízo, visto e examinado tudo.[39]

Considera que as maravilhas e a ordem do mundo revelam um espírito divino — "a natureza é a arte de Deus".[40] Confessa ter alimentado algumas heresias e desfia algumas dúvidas sobre a versão que a Bíblia dá à Criação;[41] sente, entretanto, necessidade de uma religião oficializada para guiar os homens indecisos e errantes; deplora a vaidade dos hereges, que perturbam a ordem social com suas veementes alegações de infalibilidade.[42] Não lhe agradavam os puritanos; permaneceu serenamente fiel a Carlos I durante a Guerra Civil, e recebeu de Carlos II, pelos seus trabalhos, o título de cavaleiro.

Em seus últimos anos, sentiu-se atraído para meditações sobre a morte ao exumarem-se algumas urnas antigas em Norfolk, e registrou seus pensamentos em um trabalho ligeiro, obra-prima da prosa inglesa, *Hydriotaphia, Urne-Buriall* (1658). Recomenda a cremação como o método menos orgulhoso de arrancar de nós mesmos a terra. "A vida é uma chama pura, e vivemos graças a um Sol invisível em nós encerrado"; mas nos apagamos com ignominiosa pressa. "As gerações passam enquanto algumas árvores ainda permanecem de pé, e famílias antigas não duram a vida de três carvalhos."[43] O próprio mundo talvez esteja a se aproximar do fim "nesta parte crepuscular do tempo". Precisamos cingir-nos da esperança de imortalidade para enfrentarmos a brevidade do tempo; é um esteio precioso julgarmo-nos imortais — mas é muito lamentável que, para sermos decentes, devamos ser atemorizados por visões do inferno.[44] O céu não está no "vazio empíreo", mas "dentro do círculo deste mundo sensível", em uma condição de paz e alegria mentais. Depois, apressando-se a voltar ao limiar da heresia, termina sua *Religio* com uma modesta oração a Deus:

> Abençoai-me nesta vida dando-me apenas paz para minha consciência, domínio sobre minhas emoções, amor a Vós e a meus mais caros amigos, e serei feliz a ponto

de compadecer-me de César. Estes são, oh! Senhor, os humildes desejos de minha mais razoável ambição e tudo o que ouso chamar de felicidade na terra; nela, não estabeleço qualquer norma ou limite à Vossa Mão ou Providência. Disponde de mim com a sabedoria que Vos aprouver. Seja feita Vossa vontade, embora dela advenha minha ruína.[45]

V. A POESIA CAROLINENSE

Ao mesmo tempo um grupo de bardos menores — cada um deles o grande amor de alguém — divertia os ociosos com rimas amorosas e melodiosa piedade; e seja porque o rei gostasse deles e eles cantassem sua causa através de todas as vicissitudes, tornaram-se conhecidos na história como os Poetas Cavaleiros. Robert Herrick aprendeu sua arte poética com Ben Jonson e, durante certo tempo, imaginou que uma caneca de vinho faria um livro de versos; bebia em honra a Baco durante horas a fio e, depois, estudava para ser ministro. Cursou o amor, jurou preferir ter amantes a casar-se[46] e aconselhou as virgens a "colher os botões de rosa" enquanto floresciam. Sua "Corina" recebeu novas incitações:

Get up, get up for shame! The blooming morn
Upon her wings presents the god unshorn.
See how Aurora throws her fair
Fresh-quilted colors through the air;
Get up, sweet Slug-a-bed, and see
The dew bespangling herb and tree...
Come, let us go, while we are in our prime,
And take the harmless folly of the time!
We shall grow old apace, and die
Before we know our liberty...
Then while time serves, and we are but decaying,
*Come, my Corinna, come, let's go a-Maying.**[47]

E foram muitos destes poemas luxuriosos que ele publicou, em 1648, na coleção *Hesperides*; mesmo em nossos dias dissolutos, eles precisam ser expurgados para convir a todos. Mas comer é também uma necessidade, e, assim, Herrick deixou sua amada Londres (1629) e — levando Catulo consigo — foi mui tristemente se tornar vigário de uma modesta paróquia na longínqua Devonshire. Logo começou a escrever *Noble Numbers, or Pious Pieces*, e para começar uma prece de absolvição:

* Que vergonha! Levanta-te! Os primeiros albores da manhã / Apresentam em sua ascensão o deus glorioso. / Vê como a aurora esparze pelos ares / Suas frescas e suaves cores; / Levanta-te, doce flor, e contempla / O orvalho cintilando no relvado e nas árvores... / Vem, vamos enquanto estamos em pleno vigor de nossa vida, / E entreguemo-nos à inofensiva loucura do tempo! / Envelheceremos e morreremos / Antes que possamos conhecer nossa liberdade... / Vamos, minha Corina, vamos festejar nossa mocidade, / O tempo está passando e nós estamos decaindo.

For those my unbaptised rhymes,
Writ in my wild unhallowed times,
For every sentence, clause, and word,
That's not inlaid with Thee (my Lord),
Forgive me, God, and blot each line
Out of my book that is not Thine. *[48]

Em 1647, os puritanos privaram-no de sua prebenda. Passou fome por ser fiel ao rei, durante aqueles sombrios dias da Comunidade, mas foi reconduzido ao seu vicariato pela Restauração, onde morreu aos 84 anos, tendo Corina desaparecido na poeira da lembrança.

Thomas Carew não viveu tanto, mas achou tempo para as amantes. Embriagado pelos inexplicáveis encantos da mulher, cantava-os com tão arrebatados pormenores (*A Rapture*), e com tão cavalheiresco desprezo pela castidade, que outros poetas o censuraram por suas minuciosas licenciosidades. Os puritanos não perdoaram a Carlos I por fazê-lo cavalheiro da câmara privada, mas talvez o rei relevasse a matéria pela forma; pois nos poetas carolinenses, toda a *finesse* gaulesa de Ronsard e da Pléiade foi importada para adornar, com delicada arte, o indelicado desejo.

Sir John Suckling teve uma vida intensa até os 33 anos. Nascido em 1609, herdou grande fortuna aos 18 anos, viajou pelo Continente, foi nomeado cavaleiro por Carlos I, combateu sob as ordens de Gustavo Adolfo na Guerra dos Trinta Anos, e regressou à Inglaterra (1632) para tornar-se, graças a sua beleza, espírito e generosa riqueza, um favorito da corte. Era — diz Aubrey — "o maior galanteador de seu tempo e o maior jogador, tanto de críquete como de cartas... Suas irmãs costumavam ir ao... campo de críquete, chorando por temerem que ele perdesse a parte delas na fortuna".[49] Inventou um jogo de cartas. Não se casou, mas recebia "grande número de damas de qualidade"; em uma festa serviu às damas, como sobremesa, meias de seda — naquele tempo artigo de grande luxo.[50] Sua peça *Aglaura* foi levada à cena com cenários dispendiosos pagos de sua própria bolsa. Formou suas próprias tropas para combater pelo rei e arriscou a própria vida em uma tentativa para salvar da Torre Sir Thomas Wentworth, conde de Strafford, ministro do rei. Malogrando no intento, fugiu para o Continente e ali, privado de sua fortuna, suicidou-se com veneno.

Richard Lovelace serviu também o rei como guerreiro e poeta. Era, também, rico e belo, "a pessoa mais amável e bonita que meus olhos contemplaram"[51] — assim o viu Anthony à Wood em Oxford. Em 1642, ele chefiou uma delegação procedente de Kent para requerer ao Parlamento Longo (temporariamente presbiteriano) a restauração da liturgia anglicana. Por essa audaciosa ortodoxia ficou sete semanas encarcerado. Sua Althea veio consolá-lo, e ele a imortalizou com uma poesia:

* Pelas rimas pagãs, escritas / Em meus dias de impiedade, / Por todas as frases, sentenças e palavras / Que não provenham de Vós (meu Senhor), / Perdoai-me, ó Deus, e tirai cada verso / De meu livro que não seja Vosso.

When Love with unconfined wings
Hovers within my gates,
And my divine Althea brings
To whisper at the grates;
When I lie tangled in her hair
And fettered to her eye,
The birds that wanton in the air
Know no such liberty....

Stone walls do not a prison make,
Nor iron bars a cage;
Minds innocent and quiet take
That for an hermitage;
If I have freedom in my love
And in my soul am free,
Angels alone, that soar above,
Enjoy such liberty. *[52]

Ele partiu novamente para a guerra em 1645, e pediu desculpas a sua noiva (Lucy Sacheverell) em *To Lucasta, Going to the Wars*:

Tell me not, sweet, I am unkind
That from the nunnery
Of thy chaste breast and quiet mind
To war and arms I fly....

Yet this inconstancy is such
As thou too shalt adore;
I could not love thee, dear, so much,
Loved I not honour more. **[53]

Tendo corrido a notícia, falsa aliás, de sua morte na batalha, Lucasta (a casta Lucy) casou-se com outro pretendente. Com a perda de sua dama e de sua fortuna na causa realista, Lovelace tornou-se dependente da caridade dos amigos para sua subsistência; e ele que usara roupas de prata e ouro andava agora maltrapilho e vivia nos pardieiros. Morreu de inanição em 1658, aos 40 anos de idade.

Poderia ter aprendido a arte de sobreviver com Edmund Waller, que conseguiu exercer suas atividades durante 60 anos em ambas as facções da Grande Rebelião, tornou-

* Quando o amor, com suas asas soltas, / Adeja em torno de minha porta, / E traz minha divina Althea / Para segredar junto ao gradil; / Quando envolvido me vejo pelos seus cabelos / E preso a seu olhar, / Sei que os pássaros, que se divertem nos ares, / Essa liberdade desconhecem... / As paredes de pedra não formam uma prisão, / Tampouco as barras de ferro uma gaiola; / Os espíritos inocentes e tranqüilos recebem / Isso como um abrigo; / Se eu tenho liberdade de amar / E sou livre em minha alma, / Somente os anjos que pairam no céu / É que desfrutam dessa liberdade.

** Não me digas, querida, que sou indelicado / E que do abrigo / De teu casto peito e de teu doce espírito / Fujo para a guerra e para as armas. / Essa inconstância, no entanto, é tal / Que tu mesma a adorarás; / Eu não poderia amar-te tanto, querida, / Se não amasse mais a honra.

se o poeta mais popular do seu tempo, sobreviveu a Milton, e morreu na cama aos 81 anos (1687). Entrou para o Parlamento aos 16 anos, enlouqueceu aos 23, recuperou o juízo, casou-se com uma herdeira londrina aos 25, sepultou-a três anos depois e logo cortejou "Sacharissa" (Lady Dorothy Sidney) com uma nova variante de um tema antigo:

Go, lovely Rose!
Tell her, that wastes her time and me,
That now she knows,
When I resemble her to thee,
How sweet and fair she seems to be.

Tell her, that's young,
And shuns to have her graces spied,
That hadst thou sprung
In deserts, where no men abide,
Thou must have unrecommended died....

Then die! that she
The common fate of all things rare
May read in thee;
How small a part of time they share
*That are so wondrous sweet and fair!**

Outro poeta não muito secundário entra nesse período. Richard Crashaw ardia mais com seu fervor religioso que com a febre da carne. Seu pai, clérigo anglicano, escreveu alguns opúsculos contra o catolicismo e inculcou no filho o temor pelo papismo; mas Richard tornou-se católico. Foi expulso de Cambridge (1644) por apoiar o rei; fugiu da Inglaterra para Paris, onde consolou sua pobreza com visões divinas. Os místicos espanhóis foram para ele uma revelação de intensa e devota religiosidade. Contemplando um retrato de Santa Teresa, invejou sua transfixão pelo dardo de Cristo e suplicou-lhe que o aceitasse como seu abnegado discípulo:

By the full kingdom of that final kiss
That seized thy parting soul, and sealed thee His;
By all the heavens thou hast in Him
(Fair sister of the seraphim);
By all of Him we have in thee,
Leave nothing of myself in me.
Let me so read thy life that I
*Unto all life of mine may die.***

* Vá, linda rosa! / Dize-lhe que ela está desperdiçando seu tempo e o meu, / Que ela sabe agora / Por que a julgo parecida contigo, / E quão bela e doce me parece. / Dize-lhe que ela é jovem, / E procura evitar que se lhe contemplem os encantos, / Que tu surges em desertos / Onde não mora viv'alma e morres, / Também, sem seres apreciada. / Depois, morre para que ela / O fim comum de todas as coisas raras / Possa ler em ti; / Quão curta é a vida daqueles / Que são tão maravilhosamente doces e belos!

** Pelo pleno reino desse beijo final / Que dominou e arrebatou tua alma e a selou na Dele; / Por todos os encantos divinos que Dele recebeste, / (Bela irmã seráfica) / Por tudo Dele que temos em ti, / Nada de mim deixes em mim. / Permita-me identificar-me com tua vida / Para que eu possa morrer para todo o sempre.

Essa e outras poesias deu ele ao mundo em *Steps to the Temple* (1646), mistura ambivalente de êxtases piedosos e conceitos poéticos. Através dele e de outro poeta semelhante que surgiu depois, Henry Vaughan, percebemos que nem toda a Inglaterra, naqueles dias agitados, se achava dividida em puritanos e "cavaleiros", mas que, em meio à fúria daquela guerra de teologia e poesia, alguns espíritos encontraram a religião não em relicários maciços e rituais hipnóticos, nem em temerosos dogmas, nem na altivez dos eleitos, mas na comunhão infantil e confiante da alma frustrada e submissa com um humano e misericordioso Deus.

VI. CARLOS I *VERSUS* PARLAMENTO: 1625-29

E agora esse trágico rei, por causa de quem toda a Inglaterra iria lutar: que espécie de homem e monarca era ele? Antes que a tempestade diminuísse a bondade humana que nele havia, era homem razoavelmente bom — filho amoroso, esposo extraordinariamente fiel, amigo leal e pai idolatrado pelos filhos. Começara a luta pela vida combatendo uma debilidade física congênita: só pôde começar a andar quando tinha sete anos. Dominou esse defeito dedicando-se resolutamente a esportes violentos, até que na maturidade pôde cavalgar e caçar com os melhores cavaleiros. Sofria de certa dificuldade no falar; até os 10 anos mal podia se expressar compreensivelmente; o pai pensou em mandar operar-lhe a língua. Carlos foi melhorando gradativamente, mas até o fim da vida gaguejava e teve de vencer essa dificuldade falando vagarosamente.[54] Quando seu popular irmão Henrique morreu, deixando-o como herdeiro presuntivo, suspeitaram-no de cumplicidade na morte; a acusação era injusta, mas contribuiu para toldar a disposição de espírito do príncipe. À animação absorvente da corte do pai, Carlos preferia estudar na solidão. Tornou-se versado em matemática, música e teologia, e aprendeu algo de grego e latim; falava francês, italiano e um pouco de espanhol. Amava a arte; cuidou e ampliou a coleção de arte deixada pelo irmão; tornou-se experto colecionador e generoso patrono de artistas, poetas e músicos. Convidou o pintor italiano Orazio Gentileschi para ir à sua corte, depois Rubens, Van Dick e Frans Hals; Hals declinou o convite e Rubens para lá seguiu como embaixador; todo mundo, porém, conhece Carlos como o altivo e belo rei de barba à Van Dyck, repetidamente pintado por Van Dyck. William Dobson, discípulo do pintor, prosseguiu na idealização da família real.

A ascendência e o casamento de Carlos contribuíram para sua ruína. Herdara a concepção do pai sobre as prerrogativas do rei como sendo absolutas, com poderes para decretar e aplicar leis, governar sem Parlamento e passar por cima das leis votadas por este último. Essa disposição parecia justificada por precedentes e confirmada na França e na Espanha; foi, por outro lado, estimulada em Carlos por Buckingham, pela corte e pela rainha. Henrietta Maria fora educada na corte francesa nos mesmos dias em que Richelieu tornava seu irmão, Luís XIII, absoluto sobre todos menos sobre ele, Richelieu. Chegara à Inglaterra como católica confessa, trazendo sacerdotes em sua comitiva de noiva, tornando-se mais intensa sua fé ao presenciar as limitações que ela ali sofria. Tinha todos os encantos da beleza, da vivacidade e do espírito, e toda a inclinação dos Médicis para a política. Como era inevitável, aconselhou seu devota-

do esposo a aliviar a sorte dos católicos ingleses; sonhava, indubitavelmente, em converter o próprio rei. Deu-lhe seis filhos; deve ter custado muito a Carlos resistir ao desejo da rainha de educá-los como católicos. Mas ele desenvolvera um afeto sincero pela Igreja Anglicana e sabia que sua Inglaterra era predominantemente protestante e hostil a um papado ameaçador.

O primeiro Parlamento de Carlos reuniu-se no dia 18 de junho de 1625. Cem lordes — pares e bispos — ocupavam a Câmara Alta; 500 homens, três quartas partes deles puritanos,[55] haviam sido eleitos para a Câmara dos Comuns por várias formas de trapaças financeiras e políticas;[56] não havia simulação de democracia. É bem provável que o nível de capacidade desse Parlamento fosse mais alto do que se poderia ter conseguido em um sufrágio amadurecido; nele figuravam Coke, Selden, Pym, Sir John Eliot, Sir Thomas Wentworth e outros assinalados para a história. A riqueza total dos Comuns excedia de três vezes a dos lordes.[57] Os Comuns mostraram sua disposição exigindo a completa aplicação das leis anticatólicas. O rei pediu uma verba para as despesas governamentais e a guerra com a Espanha; o Parlamento concedeu-lhe 140.000 mil libras, que, propositadamente, era insuficiente; só a esquadra exigia o dobro dessa soma. Por dois séculos fora concedido aos monarcas, durante seu reinado, o direito de cobrar impostos sobre a exportação e a importação, geralmente de dois a três xelins por tonel, e de seis a 12 *pence* por libra de peso; agora, a lei do Parlamento sobre "cobrança de taxas por tonel e por libra de peso" concedia esse direito a Carlos por um ano apenas. O Parlamento alegou que as verbas anteriores haviam sido esbanjadas em extravagâncias pela corte de Jaime; queixou-se de que as taxas foram cobradas sem seu consentimento, e resolveu que dali por diante ele, o Parlamento, se reuniria anualmente para examinar os gastos governamentais. Carlos ressentiu-se com essa economia e tais intenções, e, quando a peste ameaçou Londres, aproveitou-se da oportunidade para dissolver o Parlamento (12 de agosto de 1625).

O governo achava-se agora nas mãos de Buckingham. Carlos não só herdara do pai esse duque amável e temerário; fora educado com ele, viajara com ele, e numa tal relação de camaradagem que ficou difícil para o rei ver no amigo um conselheiro insensato e desastroso. Buckingham, com o apoio do Parlamento, levara Jaime à guerra contra a Espanha; o Parlamento recusava-se agora a financiar a guerra. O duque organizou uma armada para se pôr ao largo e conquistar os portos ou os bens espanhóis; ela falhou completamente, e os soldados que voltaram, sem soldo e desmoralizados, entregaram-se a estupros, roubos e ao derrotismo, nas cidades costeiras.

Desesperado por recursos, Carlos resignou-se a convocar seu segundo Parlamento. A oposição a suas necessidades tornou-se mais acentuada. A Câmara advertiu-o para que não cobrasse tributos sem a sanção parlamentar. Eliot, outrora amigo do duque, acusou-o de corrupto, incompetente e de ter enriquecido a cada fracasso de estratégia e política. O Parlamento nomeou uma comissão para investigar os atos de Buckingham; Carlos exprobrou-o, declarando: "Não permitirei que a Câmara questione meus fâmulos. Muito menos um que é tão ligado a mim." Eliot aconselhou o Parlamento a suspender qualquer concessão de fundos até que o rei admitisse seu direito de exigir a destituição de um ministro; Carlos, enfurecido, lembrou ao Parlamento que poderia, em qualquer tempo, dissolvê-lo; os Comuns responderam decretando formalmente o *impeachment* de Buckingham — acusando-o de traição e exigindo sua remoção (8

de maio de 1626); informaram o rei que, até que isso fosse feito, não votariam qualquer concessão de fundos. O rei dissolveu o Parlamento (15 de junho). O problema da responsabilidade ministerial foi deixado para o futuro.

Carlos, entretanto, vendo-se novamente sem recursos, mandou vender grande quantidade de baixelas reais. "Benevolências livres" — doações ao rei — foram solicitadas ao país; o produto foi desprezível; o dinheiro britânico era pró-Parlamento. Carlos ordenou a seus agentes que cobrassem as taxas de exportação e importação mesmo sem o consentimento do Parlamento, e se apoderassem dos bens dos negociantes que não efetuassem o pagamento; deu ordens aos portos para que mantivessem a esquadra; permitiu aos agentes que forçassem os homens à prestação do serviço militar. As tropas inglesas e dinamarquesas, lutando pelo protestantismo na Alemanha, estavam sendo subjugadas pelos imperialistas; os aliados dinamarqueses da Inglaterra exigiram os subsídios que lhes haviam sido prometidos. Carlos ordenou o levantamento de um empréstimo compulsório; todo contribuinte deveria emprestar ao governo um por cento do valor de suas terras e cinco por cento do valor de seus bens pessoais. Oponentes ricos foram encarcerados, e os pobres foram colocados à força no exército ou na marinha. Neste ínterim, os negociantes ingleses enviavam armas a Bordéus e a La Rochelle para os huguenotes em luta contra Richelieu; a França declarou guerra à Inglaterra (1627). Buckingham chefiou uma esquadra para atacar os franceses em La Rochelle; a expedição falhou. As 200.000 libras levantadas pelo empréstimo foram logo despendidas, e Carlos viu-se mais uma vez sem dinheiro. Convocou seu terceiro Parlamento.

Este se reuniu a 17 de março de 1628. Coke, Eliot, Wentworth e John Hampden voltaram a participar dele, e, pela primeira vez, Huntingdon Borough enviou um robusto fidalgo rural chamado Oliver Cromwell. Carlos, em sua fala do trono, exigiu resolutamente os fundos, e acrescentou com temerária insolência: "Não recebais isso como ameaça; repugna-me ameaçar alguém que não seja meu igual."[58] O Parlamento propôs-se a conceder 350.000 libras; antes, porém, de votar essa importância, exigiu que o rei aprovasse uma "Petição de Direitos" (28 de maio de 1628) que se tornou um marco histórico na instituição da autoridade parlamentar:

A VOSSA EXCELENTÍSSIMA MAJESTADE O REI:

> Humildemente expomos a nosso senhor soberano o Rei... que considerando declarado e decretado por uma lei... de Eduardo I... que nenhum tributo ou auxílio será lançado ou recolhido pelo Rei... sem a boa vontade e consentimento dos arcebispos, bispos, condes, barões, cavaleiros, burgueses e outros homens livres da comunidade... seus súditos herdaram essa liberdade de que não seriam obrigados a contribuir com qualquer tributo, taxa ou auxílio ou outra obrigação semelhante que não tenham sido estabelecidos por consenso no Parlamento.

A petição prosseguia protestando contra os empréstimos forçados e a violação por parte do rei dos direitos de *habeas corpus* e julgamento pelo júri, conforme expressos na Carta Magna de 1215. "Saberemos por esta [petição] se os Parlamentos viverão ou morrerão" — declarou Coke. Carlos concordou ambiguamente; o Parlamento reclamou uma resposta mais clara, mantendo ainda em suspenso a concessão de verbas;

Carlos acabou, então, concordando formalmente. Londres compreendeu a importância dessa submissão; os sinos repicaram festivamente, como não o faziam havia muitos anos.

O Parlamento, avançando mais, pediu ao rei que demitisse Buckingham; Carlos recusou-se a fazê-lo. Subitamente, ambos os lados se surpreenderam ao ver que essa questão lhes era arrancada das mãos. John Felton, um ex-soldado ferido, abatido sob o peso das dívidas, enfurecido pelo atraso no pagamento de sua pensão e estimulado pelos panfletos, comprou uma faca de açougueiro, caminhou quase cem quilômetros — de Londres a Portsmouth — enfiou a arma no peito de Buckingham e entregou-se às autoridades (23 de agosto de 1628). A esposa de Buckingham, que estava às vésperas de dar à luz, desmaiou ao ver o cadáver do marido. Felton, dominado pelo remorso, enviou-lhe suas desculpas e pediu-lhe que o perdoasse. Ela o perdoou. Felton foi executado sem ser torturado.

O Parlamento advertiu o rei de que a continuação da arrecadação das taxas de importação e exportação violava a Petição de Direitos; Carlos respondeu que elas não haviam sido mencionadas no documento; o Parlamento incitou os negociantes a se recusarem a pagá-las.[59] Reafirmando seu direito de legislar sobre matéria religiosa, a despeito da supremacia eclesiástica do rei, o Parlamento proclamou uma interpretação estritamente calvinista, antiarminiana, dos Trinta e Nove Artigos, como lei da Inglaterra, e propôs, baseado em sua própria autoridade, fazer vigorar a conformidade religiosa segundo aqueles artigos, e decretar penalidades tanto para os católicos como para os arminianos.[60] Carlos ordenou ao Parlamento que suspendesse as sessões; o presidente, obedecendo-lhe, deixou o posto; mas o Parlamento recusou-se a obedecer-lhe, e seus membros obrigaram o presidente a reassumir. Sir John Eliot apresentou então (2 de março de 1629) três resoluções que declaravam crime capital defender "opiniões papistas, arminianas ou outras que discordassem da verdadeira igreja ortodoxa", aconselhar ou participar da cobrança de taxas de importação ou exportação não sancionadas pelo Parlamento ou pagar tais taxas não sancionadas. O presidente do Parlamento recusou-se a submeter as resoluções à votação; mas um dos membros o fez; a Câmara aprovou-as sob aclamações. Sabendo então que as tropas do rei estavam prontas para invadir o recinto e dissolver o Parlamento, seus membros suspenderam eles mesmos a sessão e dispersaram-se.

No dia 5 de março Carlos ordenou a prisão de Eliot, Selden e sete outros membros do Parlamento, sob acusação de sedição. Seis deles foram logo postos em liberdade; três, condenados a pesadas multas e a um longo encarceramento; Eliot morreu na Torre, com a idade de 38 anos (1632).

VII. CARLOS ABSOLUTO: 1629-40

Por um período de 11 anos — o mais longo intervalo na história da Inglaterra — o Parlamento não se reuniu. Carlos agora estava livre para ser um rei absoluto. Teoricamente, suas pretensões não eram maiores que as de Jaime, Elizabeth e Henrique VIII; na prática, porém, estava exigindo mais, pois seus antecessores jamais estenderam as prerrogativas reais a ponto de quase se romperem. E era o que Carlos estava

fazendo ao cobrar taxas não sancionadas, forçar empréstimos, ordenar a conscrição de cidadãos, fazer prisões arbitrárias — negando aos prisioneiros o direito a *habeas corpus* e julgamento pelo júri — ao ampliar a tirania e a severidade da Câmara da Estrela, nos julgamentos políticos e do Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação, nos julgamentos eclesiásticos. O erro básico de Carlos, entretanto, foi deixar de reconhecer que a riqueza, representada então pela Câmara dos Comuns, era muito maior que a controlada pelo rei ou a ele leal, e que o poder do Parlamento devia ser aumentado proporcionalmente.

Em meio a essa crise, antes de o país esvair-se em sangue, a economia prosperava, pois Carlos, à feição do pai, era homem amante da paz e, durante a maior parte do seu reinado, manteve a Inglaterra afastada da guerra, enquanto Richelieu esgotava a França, e a Alemanha se tornava um deserto. O atormentado rei fez o que pôde para reduzir a natural concentração da riqueza em poucas mãos. Ordenou que se desse um fim aos cercamentos de terras (*enclosures*), anulou todos os que haviam sido feitos em cinco condados da região central no período de 1625 a 1630, e multou 600 proprietários de terras recalcitrantes.[61] Mandou aumentar os salários dos trabalhadores têxteis em 1629, 1631 e 1637; ordenou aos juízes de paz que exercessem melhor controle sobre os preços; nomeou comissões destinadas à proteção da escala de salários e à supervisão da assistência aos pobres; e Laud criou novos inimigos ao sugerir aos patrões que não "oprimissem os pobres".[62] Mas ao mesmo tempo o governo concedeu — lucrando com isso — monopólios para o sabão, o sal, o amido, a cerveja, o vinho e os couros; manteve para si o monopólio do carvão, comprando-o a 11 xelins por caldeirão e vendendo-o a 17 no verão e a 19 no inverno;[63] e esses monopólios também oprimiam os pobres. Durante esse período, mais de 20.000 puritanos emigraram para a Nova Inglaterra.

Carlos declarou que precisava encontrar meios para fazer face às despesas governamentais. Em 1634 tentou, desastrosamente, impor um novo tributo. Existia, nas cidades costeiras, o precedente de elas retribuírem pela proteção que lhes era concedida pela marinha com o aparelhamento de navios para tal fim em tempos de guerra, ou contribuírem, com "dinheiro para barcos", para o governo, com vistas à manutenção da frota. Carlos, agora (1635), sem autorização, exigiu de toda a Inglaterra, em tempo de paz, esse dinheiro para barcos, alegando a necessidade (de fato verdadeira) de remodelar a desfalcada marinha para alguma emergência, e a fim de proteger o comércio britânico da pirataria no Canal. Muitos resistiram ao novo tributo. Para testar sua legalidade, John Hampden recusou-se a pagá-lo; foi processado, mas deixaram-no em liberdade. Era um abastado puritano de Buckinghamshire, homem pacífico, que evitava polêmicas (declarou o realista Clarendon), de "extraordinária sobriedade e integridade",[64] que, à sombra de cortesia e modéstia, encobria grande firmeza.

Seu julgamento foi protelado durante muito tempo mas acabou sendo realizado em novembro de 1637. Os advogados da Coroa citaram precedentes em favor do tributo destinado aos barcos e sustentaram que o rei, em tempo de perigo, tinha o direito de exigir auxílio financeiro sem esperar que o Parlamento se reunisse. Os advogados de Hampden responderam que não havia situação de emergência, havia tempo suficiente para convocar o Parlamento e aquela exação violava a Petição de Direitos aceita pelo rei. Os juízes votaram à razão de sete contra cinco a favor da Coroa, mas

o sentimento público foi em defesa de Hampden, colocando em dúvida a imparcialidade dos juízes, que estariam sujeitos a represálias do rei; Hampden foi posto em liberdade. Carlos, até 1639, continuou a cobrar o tributo para os barcos, empregando a maior parte da importância arrecadada na construção da esquadra que, por sinal, em 1652, combateu vitoriosamente contra os holandeses.

Neste ínterim, ele estendera seus erros à Escócia. Chocou os presbiterianos escoceses casando-se com uma católica e dando aos bispos autoridade sobre os presbitérios da Kirk. Alarmou metade da nobreza com o "Ato de Revogação" (1625), anulando todas as concessões de terras da Igreja ou da Coroa, feitas a famílias escocesas desde a ascensão de Maria Stuart. Nomeou para o Conselho Privado da Escócia cinco bispos e um arcebispo, John Spottiswoode, e, em 1635, fez deste prelado chanceler — o primeiro clérigo a ser nomeado para esse cargo desde a Reforma. Quando, após irritantes dilações, chegou à Escócia para ser coroado (1633), permitiu que os bispos realizassem o ritual com as cerimônias quase católicas da Igreja Anglicana: paramentos, velas, altar e crucifixo. Determinados a pôr em prática sua autoridade sobre os presbitérios, os bispos escoceses traçaram normas litúrgicas que, por terem sido retificadas e aprovadas pelo arcebispo de Cantuária, passaram a ser conhecidas como "Cânones de Laud". Elas davam ao rei completa jurisdição sobre todos os assuntos eclesiásticos, proibiam reuniões do clero exceto mediante convocação do rei, restringiam às pessoas licenciadas por um bispo o direito de lecionar e limitavam a ordenação a candidatos que aceitassem esses cânones.[65] Carlos sancionou-os e ordenou que fossem proclamados em todas as igrejas escocesas. Os ministros presbiterianos protestaram, dizendo que, com isso, metade da Reforma ficaria anulada; e preveniram que Carlos estava preparando a submissão britânica a Roma. Quando ocorreu em Edimburgo, na igreja de St. Giles, uma tentativa de se realizar um ofício religioso segundo as novas normas, irromperam distúrbios; paus e pedras foram arremessados contra o deão oficiante; Jenny Geddes atirou seu banco contra a cabeça dele, gritando: "Tu, miserável ladrão, queres dizer missa para eu ouvir?"[66] Todas as classes enviaram petições ao rei para que revogasse os cânones; ele respondeu tachando as petições de traição. A Escócia começou então a marcha em revolta contra o rei.

No dia 28 de fevereiro de 1638, representantes dos pastores e da laicidade escoceses assinaram, em Edimburgo, o Convênio Nacional, reafirmando a fé e o ritual presbiteriano, rejeitando os novos cânones e jurando defender a Coroa e a "verdadeira religião". Quase toda a Escócia, instada pelos ministros, subscreveu esse convênio. Spottiswoode e todos os bispos, exceto quatro, fugiram para a Inglaterra. A Assembléia Geral da Kirk, em Glasgow, repudiou todos os bispos e declarou a Kirk independente do Estado. Carlos transmitiu ordens à Assembléia para que se dissolvesse, sob pena de ser acusada de traição; ela continuou com suas sessões. O rei organizou um desanimado exército de 21.000 homens e avançou em direção à Escócia; os "convencionais" puseram em armas 26.000 homens que ardiam em patriótico e religioso fervor. Quando as duas forças se encontraram, Carlos concordou em submeter as questões a um Parlamento escocês livre e a uma Assembléia da Kirk, sem qualquer peia que lhe pudesse tolher os movimentos; assinou-se uma trégua em Berwick (18 de junho de 1639), terminando assim, sem derramamento de sangue, a "Primeira Guerra dos Bispos". Mas a nova assembléia, reunida em Edimburgo (12 de agosto de 1639), confirmou as "trai-

doras'' decisões tomadas na conferência de Glasgow, e o Parlamento escocês ratificou-lhe os atos. Ambas as facções prepararam-se para a ''Segunda Guerra dos Bispos''.

Nessa crise, Carlos chamou para auxiliá-lo um homem tão resoluto e meticuloso (esta palavra era seu moto) quanto era ele, o rei, vacilante e incompetente. Thomas Wentworth ingressara no Parlamento aos 21 anos (1614) e votara muitas vezes contra o soberano. Carlos conquistou-lhe a adesão fazendo-o presidente do Conselho do Norte, recompensou sua execução eficaz da orientação política real nomeando-o para o Conselho Privado e enviou-o como lorde representante à Irlanda (1632), onde sua ''meticulosa'' política de eficiência impiedosa esmagou a rebelião e criou uma paz irada. Em 1639 o rei o fez conde de Strafford e primeiro-conselheiro junto a Carlos. Recomendou ao rei que criasse um grande exército, suprimisse os convencionais e enfrentasse o recalcitrante Parlamento com força irresistível. Mas um grande exército exigia fundos extraordinários, que dificilmente seriam levantados sem o Parlamento. Carlos, relutantemente, convocou seu quarto Parlamento. Quando esse ''Parlamento Curto'' se reuniu (13 de abril de 1640), ele lhe exibiu uma carta que interceptara, na qual os convencionais solicitavam o auxílio de Luís XIII;[67] contra tal traição — argumentou o rei — ele tinha o direito de organizar um exército. John Pym comunicou-se secretamente com os convencionais convencido de que a causa deles estava ligada ao caso do Parlamento em sua atuação contra o rei, e persuadiu os parlamentares a negarem ao rei os subsídios e fazerem uma aliança com os escoceses. Carlos dissolveu o ''Parlamento Curto'' como traidor (5 de maio de 1640). Irromperam distúrbios em Londres; uma multidão atacou o palácio do Arcebispo Laud; não o encontrando, matou um católico que se recusara a participar do culto protestante.[68]

Carlos deslocou-se para o norte com um exército improvisado. Os escoceses desceram para a fronteira, derrotaram os ingleses (20 de agosto de 1640) e apoderaram-se do norte da Inglaterra. Privado de auxílio, o monarca concordou em pagar-lhes 850 libras por dia até que pudesse ser concluído um tratado razoável; não pôde pagar, e o exército escocês permaneceu em torno de Newcastle como aliado decisivo do Parlamento inglês em sua guerra contra o rei. Confuso e desesperado, Carlos convocou um conselho de pares do reino para um encontro em York. Eles alertaram-no de que sua autoridade estava à beira do colapso e que ele devia encontrar algum meio de entrar em acordo com seus inimigos. Pela última vez Carlos convocou um Parlamento, o mais longo e o mais fatídico da história da Inglaterra.

VIII. O PARLAMENTO LONGO

O Parlamento reuniu-se em Westminster no dia 3 de novembro de 1640. Compunha-se de cerca de 500 homens, a ''flor da alta burguesia e da laicidade educada inglesas... uma câmara aristocrática e não popular'',[69] representando mais a riqueza do que o povo da Inglaterra, mas projetando-se nitidamente para o futuro. A maioria do ''Parlamento Curto'' retornara, planejando vingança. Selden, Hampden e Pym ali estavam novamente, e Oliver Cromwell, embora não fosse ainda um líder, era alguém que se destacava.

Impossível, a esta distância, descrevê-lo objetivamente, pois os historiadores, desde sua ascensão até hoje, pintaram-no como um ambicioso hipócrita[70] ou um santo es-

tadista.[71] Uma personalidade tão ambivalente provavelmente encerra — e às vezes concilia — em seu caráter qualidades opostas que criam tais juízos contraditórios. E esta deve ser a chave para se compreender Cromwell.

Ele era um daqueles proprietários de terras sem *pedigree*, que se mantinham à margem das pompas governamentais, pagando, porém, contra a vontade, a manutenção delas. Tinha, contudo, seus antepassados. Seu pai, Robert Cromwell, possuía em Huntingdon uma modesta propriedade que lhe rendia 300 libras por ano; o avô, Richard Williams, sobrinho do ministro de Henrique VIII, Thomas Cromwell, mudou seu nome para Cromwell e recebeu, do ministro ou do rei, terras e rendas confiscadas à Igreja Católica.[72] Oliver era um dos 10 filhos e foi o único que sobreviveu à infância. Seu preceptor de primeiras letras foi um fervoroso pregador que escreveu um tratado provando ser o papa o Anticristo, e outro registrando a punição de Deus a pecadores notórios. Em 1616, Oliver ingressou no Sidney Sussex College, em Cambridge, onde o diretor era Samuel Ward, que morreu na prisão (1643) por assumir firmemente a defesa dos puritanos contra as inovações de Laud e a "Declaração de Esportes", de Carlos. Ao que parece, Oliver deixou Cambridge sem se formar. Mais tarde (1638), ele se auto-acusou de ter cometido algumas maldades na mocidade.

> Vós sabeis qual foi meu modo de viver. Oh! Vivi e amei a escuridão e odiei a luz; era um chefe, o chefe dos pecadores. Isto é verdade: odiei a divindade; Deus, entretanto, apiedou-se de mim. Oh! A riqueza de Sua misericórdia! Louvai-O por mim — orai por mim para que Ele, que começou uma boa obra, a aperfeiçoe no dia de Cristo.[73]

Oliver experimentou todos os êxtases do arrependimento; teve alucinações em que via a morte e sentia outros horrores mentais, o que o deixou presa permanente da melancolia; durante o resto de sua vida falou em termos de piedade puritana. Estabeleceu-se na vida, casou-se, teve nove filhos e tornou-se a tal ponto um cidadão modelo que, em 1628, com a idade de 28 anos, foi escolhido para representar Huntingdon no Parlamento. Em 1631 vendeu sua propriedade em Huntingdon por 1.800 libras e mudou-se para St. Ives, depois para Ely. Quando Cambridge elegeu-o novamente para o Parlamento, em 1640, foi descrito por outro membro como "muito ordinariamente trajado" em "uma roupa simples... Sua roupa branca não era muito limpa... uma ou duas manchas de sangue na pequena gola", o rosto "inchado e avermelhado", a voz "aguda e desafinada", o temperamento "excessivamente fogoso" porém firmemente controlado.[74] Ele aguardava uma boa oportunidade para si, conversava com Deus e tinha a força de 10 homens. Deus, contudo, escolheu nessa ocasião outros instrumentos.

Foi John Pym quem manifestou a violenta disposição do Parlamento, denunciando o conde de Strafford como sendo intimamente papista e por projetar trazer um exército da Irlanda para derrubar o Parlamento e "modificar as leis e a religião".[75] No dia 11 de novembro de 1640, a Câmara dos Comuns — que jamais lhe perdoara a deserção em favor do rei — declarou o *impeachment* do conde por traição e mandou-o para a Torre. Em 16 de dezembro, tendo declarado ilegais os novos cânones anglicanos, a Câmara promulgou o *impeachement* contra o Arcebispo Laud, sob acusações de "papismo" e traição, mandando-o igualmente para a Torre. Selden confessou mais

tarde: "Acusamos os prelados de papismo para torná-los odiados, embora saibamos não serem culpados de tal coisa."[76] Carlos sentiu-se tão embaraçado com esses movimentos, que não tomou medida alguma para proteger seus auxiliares. A rainha justificou os temores do Parlamento pedindo a seu confessor que solicitasse ajuda do papa.[77]

A agitação e a paixão ferviam em ambos os lados. Uma facção de reformadores ultraradical entre os radicais de Londres — da qual participava Milton — requereu ao Parlamento a abolição do episcopado e a restituição do governo da Igreja ao povo; tachou de abominável a opinião de certos bispos, de que "o papa não é o Anticristo... e que se consegue a salvação naquela religião [católica]".[78] A Câmara rejeitou a petição mas votou o afastamento do clero de todas as funções legislativas e judiciárias. Os Lordes concordaram, mas com a condição de que os bispos conservassem seus lugares na Câmara Alta. Mas era justamente com isso que os Comuns desejavam acabar, pois achavam que os bispos, na Câmara dos Lordes, votariam sempre a favor do rei. Panfletos defendendo ou atacando o episcopado fizeram ferver a questão. O Bispo Joseph Hall defendeu o direito divino do episcopado, sob o fundamento de que fora criado pelos Apóstolos ou Cristo; cinco publicistas presbiterianos a ele responderam em célebre panfleto, sob o pseudônimo de "Smectymnuus", formado de suas iniciais; Milton contribuiu, depois, com cinco outras dinamites. No dia 27 de maio de 1641, Cromwell propôs novamente a abolição total do episcopado; a proposta foi aprovada pela Câmara, sendo, no entanto, rejeitada pelos Lordes. E, no dia 1º de setembro, os Comuns resolveram que os "escandalosos quadros" da Trindade, todas as imagens da Virgem Maria, todas as cruzes e "figuras da superstição" fossem retirados das igrejas inglesas, e que todas as "danças e outros divertimentos" fossem impedidos no Dia do Senhor. Outra onda de iconoclastia varreu a Inglaterra; derrubaram-se grades e retábulos dos altares, os vitrais foram quebrados, as estátuas demolidas e os quadros estraçalhados.[79] A Câmara aprovou outra vez uma proposta (13 de outubro) excluindo os bispos. O rei apelou para os Lordes, declarando que estava resolvido a morrer pela manutenção da doutrina existente e da disciplina da Igreja Anglicana; e morreu mesmo. Sua intervenção assegurou o malogro da proposta, mas turbas hostis impediram que os bispos participassem das sessões do Parlamento. Doze desses bispos assinaram um protesto, declarando que qualquer lei aprovada em sua ausência seria nula e inútil. O Parlamento decretou o *impeachment* deles e encarcerou-os. Os Lordes, finalmente, ratificaram a proposta de exclusão (5 de fevereiro de 1642), e os bispos não mais tiveram assento no Parlamento.

Vitoriosos, os Comuns trataram de consolidar seu poder. Tomaram empréstimos da cidade de Londres para financiarem a manutenção de seu poder. Aprovaram leis exigindo Parlamentos trienais e proibindo a dissolução de qualquer um deles dentro dos 50 dias de sua abertura e do atual Parlamento sem seu consentimento. Reformaram a tributação e o poder judiciário. Aboliram a Câmara da Estrela e o Tribunal Eclesiástico de Alta Delegação. Terminaram com os monopólios e a tributação destinada à marinha, e anularam também o veredicto contra Hampden. Concederam ao rei o direito de cobrar tributos sobre a importação e a exportação, mas somente durante os períodos especificados pelo Parlamento. Carlos concordou com essas medidas, e o Parlamento passou da reforma à revolução.

Em março de 1641, o Parlamento submeteu o conde de Strafford a julgamento; em abril, acusou-o de traição e submeteu à assinatura do rei o decreto de condenação à morte e confiscação de seus bens. Contrariando os conselhos de Laud, Carlos compareceu à Câmara dos Lordes e declarou que, embora estivesse disposto a afastar o conde de Strafford de suas funções, jamais consentiria em condená-lo por crime de traição. Os Comuns pronunciaram-se contra o parecer real como sendo uma violação dos privilégios e da liberdade parlamentares. No dia seguinte, uma "grande multidão" aglomerou-se nas proximidades da Câmara dos Lordes e do palácio do rei, bradando "Justiça! justiça!" e exigindo a morte do conde. Assustado, o Conselho Privado solicitou a Carlos que cedesse; este recusou-se a fazê-lo. O arcebispo de York implorou também que o monarca assinasse a condenação à morte; os nobres preveniram o rei de que sua própria vida, a da rainha e a de seus filhos corriam perigo; ainda assim, ele se recusou a atender aos apelos. O próprio condenado, finalmente, enviou-lhe uma mensagem aconselhando-o a assinar, entendendo que era a única alternativa para acalmar a violência da multidão.[80] Carlos assinou a sentença e jamais perdoou a si mesmo esse seu gesto. No dia 12 de maio de 1641 o conde de Strafford foi conduzido ao local da execução. Laud estendeu-lhe suas mãos através das grades de sua cela, para abençoá-lo quando ele passou. O "Meticuloso" morreu sem um lamento, diante de uma multidão hostil.

A execução estimulou a divisão existente na Câmara, transformando-a mais tarde na rivalidade entre dois partidos, os Whigs e os Tories — os que eram a favor da transferência dos poderes do rei para o Parlamento e os que a isso se opunham. Homens como Lucius Cary (visconde de Falkland) e Edward Hyde (futuro conde de Clarendon), que apoiaram o Parlamento, perguntavam-se agora se o rei, tão severamente punido, não seria um baluarte desejável contra o domínio da multidão em Londres, o domínio puritano na religião e um Parlamento instável, que derrubariam a Igreja, ameaçariam a propriedade privada e poriam em perigo toda a estrutura de classes na vida britânica. Pym, Hampden e Cromwell talvez tivessem reconhecido a existência desses perigos, mas havia outro que os tocava mais intimamente: eles haviam se comprometido tanto que a volta de Carlos ao poder fazia-os temer por suas vidas. A qualquer momento o rei poderia trazer da Irlanda um exército metade católico, como o havia proposto o conde de Strafford. Para sua própria segurança, o Parlamento decidiu manter, no norte da Inglaterra, o exército de escoceses a ele favorável, enviando-lhe uma dotação inicial de 300.000 libras e comprometendo-se a dar-lhe um subsídio mensal de 25.000 libras.[81]

Acentuaram-se os temores do Parlamento quando ocorreu uma súbita e sangrenta revolta na Irlanda em outubro de 1641. Phelim O'Neill, Rory O'More III e outros líderes clamaram por uma guerra de libertação — guerra que libertasse o Ulster de seus colonizadores ingleses, os católicos, da opressão, a Irlanda, da Inglaterra. Inflamados pela lembrança de perseguições implacáveis e expulsões brutais, os rebeldes combateram com uma fúria que os transformou em bárbaros; os ingleses, defendendo na Irlanda o que então lhes parecia propriedade legítima, bem como suas vidas, retribuíram as barbaridades com ferocidade, e cada vitória transformou-se em massacre. O Parlamento inglês suspeitou, erroneamente, que o rei fomentara a revolta para restaurar o catolicismo na Irlanda e depois na Inglaterra; recusou seu pedido de fun-

dos para levantar um exército que fosse salvar os ingleses no Pale; pois tal exército poderia ser atirado contra o próprio Parlamento. A revolta dos irlandeses prosseguiu durante toda a revolução inglesa.

A revolução deu um passo adiante quando Carlos promoveu a altos postos dois bispos que haviam sido excluídos e impedidos pelo Parlamento. Os Comuns, indignados, propuseram uma "Grande Representação", na qual se divulgaria um resumo do caso do Parlamento contra o rei e o obrigaria a dar ao Parlamento o direito de veto sobre suas nomeações para cargos importantes. Muitos conservadores acharam que essa medida transferiria o poder executivo para o Parlamento, reduzindo o rei à impotência. A divisão nos partidos tornou-se aguda, os debates mais violentos, parlamentares sacavam de suas espadas, para dar maior ênfase às palavras. Cromwell declarou mais tarde que se o projeto não tivesse sido aprovado teria embarcado para a América.[82] O projeto foi aprovado por 11 votos e foi apresentado ao rei no dia 1º de dezembro de 1641. Começava afirmando a lealdade do Parlamento à Coroa; prosseguia relacionando, com minúcias, as faltas praticadas pelo rei contra o Parlamento e os males que causara ao país. Resumia os abusos que as reformas parlamentares corrigiram; acusava os "bispos... papistas e a parte corrupta do clero", bem como os conselheiros e cortesãos egoístas, de conspirarem para tornar a Inglaterra um país católico. Apontava as repetidas violações da Petição de Direitos e a arbitrariedade na dissolução dos parlamentos eleitos. Solicitava ao rei que convocasse uma assembléia de clérigos para restaurar o culto anglicano em sua forma anterior a Laud. Propunha ao rei que removesse do Conselho todos os que se opunham à política do Parlamento e nomeasse, dali por diante, somente "conselheiros, embaixadores e outros ministros... nos quais o Parlamento tivesse razões para confiar; sem o que não poderia dar a Sua Majestade meios para sua própria sustentação, ou até auxílio para o partido protestante de além-mar, conforme o desejado".[83]

Carlos não se apressou a responder a esse ultimato. No dia 15 de dezembro o Parlamento, arrogando-se autoridade popular, ordenou a publicação da Grande Representação. Foi então que Carlos respondeu. Concordou em convocar um sínodo para reprimir todas as infiltrações do "papismo"; recusou-se a privar os bispos de seus votos no Parlamento; insistiu em seu direito de chamar para o Conselho e para as funções públicas os homens que julgasse capazes, e, mais uma vez, insistiu na votação de fundos. Os Comuns propuseram, ao invés, a "Lei de Milícia", que lhes daria jurisdição sobre o exército.

Carlos, geralmente tão irresoluto, retrucou com um audacioso golpe que o Parlamento denunciou como ato de guerra. No dia 3 de janeiro de 1642, seu procurador-geral junto aos Lordes acusou, em nome do rei, cinco membros da Câmara Baixa — Pym, Hampden, Holles, Heselrige e Strode — de traição, por procurarem impedir que o exército obedecesse ao rei e por encorajarem uma "potência estrangeira" (Escócia) a invadir a Inglaterra e guerrear o rei. No dia seguinte, Carlos, protegido por 300 soldados que deixou à entrada da Câmara dos Comuns, entrou no edifício para prender os cinco homens; eles não se encontravam lá, pois se haviam refugiado em casas de amigos. "Vejo que todos os pássaros fugiram" — declarou desapontado o rei. Ao sair, foi verberado com gritos de "Privilégio!", pois aquela invasão real, com forças armadas, era manifestamente ilegal. Receando uma prisão em massa, os Comuns

mudaram-se para o Guildhall, sob a proteção dos cidadãos. Quando Carlos deixou Londres e seguiu para Hampton Court, os Comuns, inclusive os cinco acusados, retornaram a Westminster. A Rainha Henrietta fugiu secretamente para a França com as jóias da Coroa para comprar auxílio para o rei. Carlos partiu para o norte com o grande selo. Procurou entrar em Hull para conseguir suprimentos militares; a cidade recusou-se a admitir sua entrada; dirigiu-se então para York. O Parlamento ordenou a todas as forças armadas que somente a ele, Parlamento, prestassem obediência (5 de março de 1642). Trinta e cinco pares do reino e 65 membros da Câmara dos Comuns desligaram-se do Parlamento e uniram-se a Carlos, em York. Edward Hyde tornou-se então o principal conselheiro do rei.

No dia 2 de junho, o Parlamento transmitiu a Carlos 19 proposições cuja aceitação considerava essencial para a paz. O rei deveria passar para o Parlamento o controle do exército e de todas as praças fortificadas. O Parlamento faria uma revisão da liturgia e da questão do governo da Igreja. Nomearia e demitiria todos os ministros da Coroa e os guardiães dos filhos do rei, bem como teria autoridade para excluir da Câmara Alta todos os pares do reino que viessem a ser posteriormente criados. Carlos rejeitou as propostas, considerando-as como efetiva destruição da monarquia. Como se se tratasse de um ensaio para a Revolução Francesa, o Parlamento nomeou um Comitê de Segurança Pública e ordenou "que se formasse imediatamente um exército" (12 de julho). Cromwell e outros partiram para seus distritos a fim de organizarem forças de voluntários. Em um apelo ao país (2 de agosto), o Parlamento baseou sua revolta não no desejo de soberania parlamentar mas na iminência de um levante dos católicos da Inglaterra; e preveniu o país de que a vitória do rei seria seguida do massacre geral dos protestantes.[84] No dia 17 de agosto, seus agentes apoderaram-se dos depósitos militares em Hull. A 27 de agosto de 1642, Carlos desfraldou sua bandeira em Nottingham e começou a Guerra Civil.

IX. A PRIMEIRA GUERRA CIVIL: 1642-46

A Inglaterra viu-se então dividida como raramente estivera em toda a sua história anterior. Londres, os portos, as cidades manufatureiras, o sul e o leste em geral, a maior parte da classe média, parte da alta burguesia, e praticamente todos os puritanos apoiavam o Parlamento. Oxford e Cambridge, o oeste e o norte, a maior parte da aristocracia e do campesinato, e quase todos os católicos e anglicanos episcopais estavam com o rei. A própria Câmara dos Comuns estava dividida: cerca de 300 membros colocaram-se ao lado dos rebeldes, 175, aproximadamente, eram realistas. Na Câmara dos Lordes, 30 dos 110 pares do reino puseram-se ao lado do Parlamento. O fiel da balança da riqueza pendeu contra o rei; metade do dinheiro do país encontrava-se em Londres, e esta o emprestava francamente aos revolucionários; Carlos não pôde conseguir empréstimos em parte alguma; a marinha estava contra ele e bloqueava qualquer auxílio procedente do estrangeiro; precisava contar com doações e homens vindos das grandes propriedades, cujos senhores achavam que seus interesses fundiários dependiam da vitória do rei. Nas antigas famílias sobreviviam virtudes e sentimentos da cavalaria; elas prestaram, generosamente, voto de lealdade ao

rei; combateram e morreram como *gentlemen*. Esses cavaleiros brilhantes, de cabelos anelados e com seus cavalos finamente ajaezados, tinham a seu favor todos os romances da guerra e todos os poetas, exceto Milton. O dinheiro, porém, estava com o Parlamento.

O derramamento de sangue começou em Edgehill (23 de outubro de 1642). Cada exército tinha, mais ou menos, 14.000 homens. Os realistas eram comandados pelo Príncipe Rupert, de 22 anos, filho de Elizabeth da Boêmia, irmã de Carlos; os "cabeças redondas", por Robert Devereux, terceiro-conde de Essex. O resultado foi incerto; mas Essex retirou suas forças, e o rei marchou rumo a Oxford, para ali instalar seu quartel-general. Nehemiah Wallington, político e puritano fervoroso, classificou o resultado como uma grande vitória do Parlamento e de Deus.

> Nisso vemos a grande misericórdia de Deus... pois, conforme ouço, a matança abrangeu um total de 5.517 homens; para cada um de nossos mortos, morreram 10 das fileiras inimigas. E observai a maravilhosa obra de Deus, pois aqueles que morreram em nossas fileiras foram na maioria os que fugiam; os que resistiram com grande valor foram preservados...
>
> Pudesse eu relatar quão admiravelmente a mão da Providência guiou nossa artilharia e nossas balas para destruir o inimigo!... Oh! E como Deus guiou as balas deles... para que algumas caíssem em frente a nós, outras passassem de raspão, outras por cima e outras pelos lados. Oh! Como raramente ou nunca éramos atingidos pelas suas balas, e como resistimos denodadamente!... É essa uma obra de Deus, um espetáculo maravilhoso para meus olhos.[85]

As coisas, contudo, não correram bem para o Parlamento na primavera que se seguiu. A Rainha Henrietta voltou incógnita à Inglaterra com armas e munições, reunindo-se a Carlos em Oxford. Essex manteve-se inativo e seu exército desgastava-se com deserções e doenças. Hampden foi mortalmente ferido em uma escaramuça em Chalgrove Field. Uma força do Parlamento foi derrotada em Adwalton Moor (30 de junho de 1643), outra foi destruída em Roundway Down (13 de julho); Bristol rendeu-se ao rei. Com tais reveses, o Parlamento voltou-se para a Escócia e pediu-lhe auxílio. No dia 22 de setembro, foi assinado com os emissários escoceses um acordo denominado "Liga e Convênio Sagrados", pelo qual os escoceses se comprometiam a enviar uma força de auxílio ao Parlamento mediante pagamento de 30.000 libras por mês, sob a condição, porém, de o Parlamento estabelecer na Inglaterra e na Irlanda uma forma de protestantismo presbiteriano — governo da Igreja por meio de presbitérios isentos de jurisdição episcopal. Nesse mesmo mês, Carlos fez a paz com os insurretos irlandeses, mandando vir uma parte deles para combater a seu lado na Inglaterra. Os católicos ingleses exultaram. Os protestantes enfureceram-se mais ainda contra o rei. Em janeiro de 1644, os invasores irlandeses foram derrotados em Nantwich, e os invasores escoceses avançaram rumo à Inglaterra. A Guerra Civil envolvia agora três nações e quatro fés.

No dia 1º de julho de 1643, a Assembléia de Westminster — 121 clérigos, 30 leigos ingleses e (mais tarde) oito delegados escoceses — reuniu-se para definir o novo protestantismo presbiteriano da Inglaterra. Dadas as dificuldades criadas pela dominação parlamentar, suas conferências arrastaram-se por seis anos. Alguns membros, que eram a favor do episcopado, retiraram-se; um pequeno grupo de puritanos inde-

pendentes exigiu que toda congregação ficasse livre não só de presbíteros como de bispos; a maioria, seguindo o compromisso e a vontade do Parlamento, mostrava-se a favor do governo da religião, na Inglaterra e na Irlanda, assim como na Escócia, por meio de presbíteros, presbitérios, sínodos provinciais e assembléias gerais. O Parlamento aboliu o episcopado anglicano (1643), adotou e estabeleceu a organização e o credo presbiterianos (1646), mas outorgou-se o poder de veto sobre todas as decisões eclesiásticas. Em 1647, a Assembléia emitiu a Profissão de Fé, o Catecismo Maior e o Catecismo Menor de Westminster, reafirmando a doutrina calvinista da predestinação, eleição e condenação.* As decisões da Assembléia de Westminster foram postas de lado quando se deu a restauração da dinastia dos Stuarts e da Igreja Anglicana, mas a confissão e os catecismos permaneceram teoricamente em vigor nas igrejas presbiterianas do mundo de língua inglesa.

A Assembléia e o Parlamento concordaram em rejeitar a moção das seitas secundárias, com vistas a uma tolerância religiosa. A cidade de Londres em peso apresentou petição ao Parlamento pleiteando a supressão de todas as heresias. Em 1648, os Comuns aprovaram projetos de lei punindo com prisão perpétua os que se opusessem ao batismo das crianças, e com a pena de morte aqueles que negassem a Trindade, ou a Encarnação, ou a inspiração divina da Bíblia ou a imortalidade da alma.[87] Vários jesuítas foram executados no período de 1642 a 1650; e a 10 de janeiro de 1645, o Arcebispo Laud, já na idade de 72 anos, foi conduzido da Torre para o patíbulo. O Parlamento se deu conta de que estava empenhado em uma guerra de morte, e que não mais devia perder tempo com paliativos. Cromwell, porém, insistia na manutenção de certa tolerância. Organizou, em 1643, em Cambridge, um regimento que passou a ser chamado *Ironsides* — nome pelo qual o Príncipe Rupert designara o próprio Cromwell. Nesse regimento, acolheu os homens de todos os credos — exceto católicos e episcopais — "que tinham diante de si o temor de Deus e faziam de seus atos uma questão de consciência".[88] Quando um comandante presbiteriano quis demitir um tenente-coronel por ser anabatista, Cromwell protestou dizendo: "Senhor, o Estado, ao escolher os homens para o servirem, não leva em conta suas opiniões; se eles estão dispostos a servi-lo fielmente, isso é bastante."[89] Pediu ao Parlamento (1644) para "esforçar-se no sentido de descobrir um meio de verificar até onde consciências escrupulosas, que não podem submeter-se em todas as coisas aos preceitos comuns (eclesiásticos)... possam ser toleradas segundo a Lei".[90] O Parlamento não deu atenção ao pedido, mas ele continuou a mostrar relativa tolerância em seus regimentos e durante seu predomínio na Inglaterra.

Uma das surpresas da guerra foi a ascensão de Cromwell à posição de general. Dividiu com o Lorde Ferdinando Fairfax as honras de uma vitória em Winceby (11 de

* Fragmentos da Profissão de Westminster: cap. III: "Por decreto de Deus, para manifestação de Sua glória, certos homens e anjos foram predestinados à vida eterna e outros fadados à morte eterna... Entre os homens predestinados à vida, Deus, antes de ter sido criado o mundo, segundo Seu eterno e imutável propósito, juízo secreto e satisfação de Sua vontade, escolheu Cristo para a glória eterna, de Sua mera e livre graça e amor, sem qualquer previsão de fé ou boas obras ou perseverança em qualquer delas... e tudo para o louvor de Sua gloriosa graça... O restante dos homens a Deus aprouve, segundo o impenetrável juízo de Sua própria vontade, pela qual Ele estende ou retira a misericórdia como Lhe apraz, para a glória de Seu poder soberano sobre as criaturas, desdenhar e predestinar para a desonra e castigo pelos seus pecados, para louvor de Sua gloriosa justiça."[86]

outubro de 1643). Em Marston Moor (2 de julho de 1644), Fairfax foi derrotado, mas os *Ironsides* de Cromwell salvaram o dia. Outros líderes parlamentares — os condes de Essex e Manchester — sofreram reveses ou não conseguiram seguir seus êxitos; Manchester admitiu francamente que não se sentia disposto a destronar o rei. Para se desembaraçar desses generais da nobreza, Cromwell propôs uma "Lei de Renúncia" (9 de dezembro de 1644), segundo a qual todos os membros do Parlamento deveriam renunciar a seus comandos. A proposta foi rejeitada; novamente submetida à votação, foi aprovada (3 de abril de 1645); Essex e Manchester deixaram seus postos; Sir Thomas Fairfax, filho de Ferdinando, foi feito comandante-em-chefe e, logo depois, nomeou Cromwell tenente-general da cavalaria. O Parlamento ordenou a formação de um exército de "novo modelo", composto de 22.000 homens. Cromwell empreendeu a tarefa de treiná-los.

Cromwell não tivera nenhuma experiência militar antes da guerra, mas sua força de caráter, firmeza de propósitos e de vontade, sua habilidade em jogar com os sentimentos religiosos e políticos dos homens possibilitaram-lhe moldar seus regimentos numa única disciplina e lealdade. A fé dos puritanos igualava a ética espartana na formação de soldados invencíveis. Aqueles homens não "praguejavam excessivamente"; ao contrário, não se ouviam imprecações em seu acampamento, apenas muitos sermões e orações. Não furtavam, não praticavam violências, se bem que invadissem igrejas para desembaraçá-las de imagens religiosas e de clérigos "prelatistas" ou "papistas".[91] Gritavam de alegria ou fúria, quando encontravam o inimigo. E jamais foram vencidos. Em Naseby (14 de junho de 1645), quando os realistas estavam derrotando a infantaria de Sir Thomas Fairfax, Cromwell, com sua nova cavalaria, transformou a derrota em uma vitória total, em virtude da qual o rei perdeu toda a infantaria, toda a artilharia, metade da cavalaria e cópias de sua correspondência, que foram publicadas para demonstrar que ele projetava trazer mais tropas irlandesas para a Inglaterra e revogar as leis contra os católicos.

A partir desse momento, a situação de Carlos agravou-se rapidamente. O marquês de Montrose, seu heróico general na Escócia, após muitas vitórias foi derrotado em Philiphaugh e fugiu para o Continente. No dia 30 de julho de 1645, o exército do Parlamento conquistou Bath; a 23 de agosto, Rupert entregou Bristol a Fairfax. O rei procurou auxílio em todos os lados, mas em vão. Em toda parte, e sob qualquer pretexto, suas tropas, achando que a causa estava perdida, passavam para o lado do inimigo. Por meio de negociações separadas e tortuosas, procurou dividir seus adversários — os independentes, do Parlamento, e o Parlamento, dos escoceses — e fracassou. Já enviara sua esposa grávida, através de uma região hostil, em busca de um navio para a França; ordenou depois ao Príncipe Carlos que fugisse da Inglaterra por qualquer meio possível. Ele mesmo, disfarçado e com apenas dois acompanhantes, rumou para o norte e entregou-se aos escoceses (5 de maio de 1646). A Primeira Guerra Civil chegava ao fim.

X. OS RADICAIS: 1646-48

Carlos alimentara a esperança de que os escoceses ainda o tratassem como seu rei; eles preferiram considerá-lo seu prisioneiro. Ofereceram-se para auxiliá-lo a reconquistar o trono se assinasse o "Liga e Convênio Sagrados", tornando compulsória, em todas as ilhas britânicas, a forma presbiteriana de cristianismo; ele se recusou. O Parlamento inglês enviou emissários aos escoceses, em Newcastle, propondo aceitar Carlos como rei sob a condição de ele aceitar o Convênio, consentir na proscrição dos líderes realistas e permitir ao Parlamento controlar todas as forças armadas e nomear todos os altos funcionários do Estado; ele recusou. O Parlamento ofereceu aos escoceses 400.000 libras para pagar suas dívidas e despesas, se voltassem para a Escócia e entregassem o rei aos emissários ingleses. O Parlamento escocês concordou. Aceitou o dinheiro, não como preço pelo rei, mas como justo reembolso de seus gastos na guerra. Carlos, porém, achou que o haviam permutado por ouro. Foi removido para Holmby House, em Northamptonshire (janeiro de 1647), como prisioneiro do Parlamento inglês.

O exército inglês, agora acampado em Saffron Walden, cerca de sessenta quilômetros de Londres, recapitulando suas vitórias, exigiu recompensas equivalentes a elas. O custo para manter aqueles 30.000 homens obrigara o Parlamento a aumentar os impostos ao dobro do máximo sob o governo de Carlos; mesmo assim, devia aos soldados de 4 a 10 meses de soldos atrasados. Além disso, os puritanos independentes, derrotados no Parlamento, estavam ganhando vantagem no exército, e Cromwell, líder deles, estava sob suspeita de nutrir ambições incompatíveis com a soberania do Parlamento. Pior ainda, havia em seu regimento "niveladores", elementos que rejeitavam todas as diferenças de classe na Igreja e no Estado, e que exigiam o sufrágio universal e liberdade religiosa. Alguns eram comunistas anarquistas; William Walwyn declarava que tudo devia ser mantido em comum; em conseqüência, "não haveria necessidade de governo, pois não haveria ladrões nem criminosos".[92] John Lilburne, o mais destemido dos niveladores mesmo depois de preso e punido, era "o homem mais popular da Inglaterra" (1646).[93] Cromwell foi atacado como nivelador, mas, embora simpatizasse com eles, era contrário às suas idéias, achando que na Inglaterra daqueles dias a democracia conduziria ao caos.

O Parlamento, agora presbiteriano, ressentia-se da ameaça que implicava a proximidade de um exército tão grande, tão perigoso e tão poderosamente independente. Sancionou um projeto de lei dispondo sobre a dispersão de metade dele e a incorporação do restante para, como voluntários, servirem na Irlanda. Os soldados exigiram o pagamento dos soldos atrasados; o Parlamento votou créditos para pagamento da metade em dinheiro, e o restante em promessas. O exército recusou dissolver-se enquanto não fosse inteiramente pago. O Parlamento reabriu as negociações com o rei, quase chegando a um acordo com ele para repô-lo no trono se aceitasse o Convênio pelo período de três anos. Prevenido a respeito, um esquadrão de cavalaria atacou Holmby House, capturou o rei e levou-o para Newmarket (3-5 de junho de 1647). Cromwell precipitou-se para Newmarket e fez-se chefe de um Conselho do Exército. No dia 10 de janeiro, o exército encetou marcha pacífica em direção a Londres. A caminho da cidade enviou ao Parlamento uma declaração em grande parte formulada

por Henry Ireton, o competente genro de Cromwell, que condenava o absolutismo do Parlamento como não sendo melhor que o do rei e exigia a eleição de um novo Parlamento por meio de sufrágio mais amplo. O Parlamento viu-se entre dois fogos, pois os negociantes, os manufatureiros e a populaça de Londres, temendo a ocupação da cidade pelo exército, clamaram pela recondução do rei ao trono sob quaisquer condições. Uma turba da cidade invadiu o Parlamento (26 de julho) e obrigou-o a convidar o rei para vir a Londres a fim de colocar a milícia sob comando presbiteriano. Sessenta e sete independentes trocaram o Parlamento pelo exército.

No dia 6 de agosto, as tropas entraram em Londres trazendo consigo o rei. Os 67 independentes foram escoltados de volta a seus lugares no Parlamento. Desse período em diante, até que Cromwell assumisse a autoridade suprema, o exército dominou o Parlamento. Não era desorganizado nem destituído de princípios; manteve a ordem na cidade e em suas próprias fileiras, e suas exigências, embora provavelmente impraticáveis na ocasião, foram sancionadas pela posteridade. No panfleto *The Case of the Army Truly Stated* (A Verdade sobre o Caso do Exército) — 9 de outubro de 1647 — exigia a liberdade de comércio, a abolição do monopólio, a restituição das terras comuns aos pobres e aconselhava que nenhum homem fosse forçado a depor contra si próprio no tribunal.[94] Em *An Agreement of the People* (Um Acordo do Povo) — 30 de outubro — proclamava que "todo poder se encontra original e essencialmente no coração do povo"; só é justo o governo cujos representantes são livremente eleitos por sufrágio universal; portanto, reis e lordes, se lhes é permitido existir, devem submeter-se à Câmara dos Comuns; nenhum homem deve ficar isento da observância às leis, e todos devem gozar de completa liberdade religiosa.[95] "Todo homem nascido na Inglaterra, mesmo o pobre, o mais miserável dos homens do reino" — disse o Coronel Rainsborough — deve ter voz na escolha daqueles que fazem as leis do país, pelo qual viverá e morrerá.[96]

Cromwell serenou os debates convocando seus líderes para uma oração. Os niveladores acusaram-no de hipocrisia e de entabular negociações secretas objetivando repor o rei no trono, e ele confessou que ainda acreditava na monarquia. Explicou aos democratas que a resistência à proposta deles seria demasiado forte para que pudesse ser dominada por simples "força física" e, após longa argumentação, persuadiu os líderes a reduzirem suas exigências de sufrágio universal a um pedido de extensão dos direitos. Alguns soldados recusaram-se a assumir o compromisso; traziam inscrita em seus chapéus a palavra *Acordo* e não deram atenção à ordem de Cromwell para que a tirassem. Cromwell prendeu três cabeças; foram julgados pela corte marcial e condenados à morte; Cromwell ordenou-lhes que lançassem os dados por suas vidas; o que perdeu, foi morto. Restabeleceu-se a disciplina.

Entrementes, o rei escapava de seus captores do exército, seguia para a costa, rumo à Ilha de Wight, e se asilava no castelo de Carisbrooke (14 de novembro de 1647). Animou-se ao ter notícia das rebeliões realistas contra o Parlamento nos campos e na marinha. Emissários escoceses, em Londres, ofereceram secretamente a Carlos um exército escocês para reconduzi-lo ao trono se adotasse o cristianismo presbiteriano e suprimisse as demais religiões. Ele assumiu esse "compromisso", mas limitou-o a um período de três anos. Os emissários deixaram Londres a fim de formarem um exército. O Parlamento escocês ratificou o plano de invasão da Inglaterra e lançou um manifes-

to (3 de maio de 1648) exigindo que todos os ingleses aceitassem o Convênio, suprimissem todas as formas de religião, exceto a presbiteriana, e dissolvessem o exército independente. O Parlamento percebeu que seria suplantado e que a Inglaterra ficaria subordinada à Escócia se as propostas fossem postas em vigor. Apressou-se em fazer a paz com Cromwell e persuadiu-o a chefiar suas tropas contra os escoceses; sem dúvida, o Parlamento ficou satisfeito por mantê-lo à distância e em perigo. Após três dias de insistência junto ao exército, Cromwell conseguiu convencê-lo a segui-lo de novo para a batalha. O exército partiu com relutância, e alguns chefes juraram que, se salvassem novamente a Inglaterra, seria deles "o dever de... chamar Carlos Stuart, esse homem nobre, a prestar contas pelo sangue que derramara".[97]

XI. *FINIS*: 1648-9

A energia de Cromwell terminou rapidamente com a Segunda Guerra Civil. Enquanto Fairfax dominava as revoltas realistas em Kent, Oliver rumou para oeste e conquistou uma fortaleza realista em Gales. Os escoceses atravessaram o rio Tweed em 8 de julho e chegaram com extraordinária rapidez a uma distância de aproximadamente sessenta quilômetros de Liverpool. Em Preston, no Lancashire, os nove mil soldados de Cromwell enfrentaram o dobro de escoceses e cavaleiros, subjugando-os (17 de agosto).

Enquanto Cromwell e seu exército estavam salvando o Parlamento, este conspirava para proteger-se deles, reabrindo negociações destinadas a repor o rei no trono. Insistia, contudo, para que o rei assinasse e cumprisse o Convênio; mas o rei não o fez. O exército, em seu regresso, ofereceu apoio à sua restauração, se ele observasse as severas limitações às prerrogativas reais; o rei recusou (17 de novembro). Para impedir que ele fosse reconduzido ao trono pelo Parlamento, o exército capturou-o novamente e alojou-o no castelo de Hurst, em frente à Ilha de Wight. O Parlamento condenou esse ato e votou a aceitação das últimas condições do rei como base para um acordo. Os líderes do exército, prevendo a morte caso Carlos voltasse ao trono, declararam que não se devia permitir a entrada de pessoa alguma na Câmara, a menos que continuasse "fiel aos interesses públicos". Logo cedo, no dia 6 de dezembro, o Coronel Thomas Pride e forças militares cercaram e invadiram a Câmara dos Comuns e expulsaram ou impediram a entrada de 140 realistas e presbiterianos; os 40, que resistiram, foram encarcerados.[98] Cromwell aprovou o feito e participou da votação para um rápido julgamento do rei e sua execução.

Dos 500 membros que, em 1640, compuseram a Câmara dos Comuns, restavam então somente 56. Esse "Parlamento Remanescente" aprovou, por maioria de seis votos, uma ordenação declarando ser traição do rei a guerra contra o Parlamento. Os Lordes rejeitaram a ordenação afirmando que ia além da autoridade dos Comuns; estes, logo em seguida (4 de janeiro de 1649), decidiram que o povo era, "abaixo de Deus, a fonte de todo poder justo"; e que os Comuns, como representantes do povo, tinham "o poder supremo nesta nação"; portanto, seus decretos, mesmo sem o consentimento dos Lordes ou do rei, tinham a força da lei. No dia 6 de janeiro, nomearam 135 comissários para julgar o rei. Um deles, Algernon Sidney, declarou a Crom-

well que não tinham autoridade para julgar o rei. Cromwell perdeu a calma. "Uma coisa eu vos digo" — bradou — "cortaremos sua cabeça mesmo com a coroa sobre ela."[99] Os chefes do exército fizeram uma última tentativa para evitar o regicídio; propuseram absolver Carlos se ele concordasse com a venda das terras dos bispos e renunciasse ao direito de veto sobre as ordenações do Parlamento. Carlos respondeu que não podia fazer isso, porquanto havia jurado ser fiel à Igreja da Inglaterra. Não se pode duvidar de sua coragem.

O julgamento começou no dia 19 de janeiro de 1649. Os 60 ou 70 juízes improvisados, que concordaram em atuar nele, ocupavam uma plataforma erguida em uma extremidade do Hall de Westminster; soldados ocupavam a outra extremidade e espectadores lotavam as galerias. Carlos encontrava-se sentado no centro, completamente só. O presidente do tribunal, John Bradshaw, leu a acusação e pediu ao rei que respondesse a ela. Carlos negou autoridade ao tribunal para julgá-lo, ou para representar o povo da Inglaterra, alegando que o governo de um Parlamento Remanescente dominado pelo exército era a pior tirania que até então houvera. "Deus salve o rei!" — bradou o povo nas galerias. Os púlpitos condenaram o julgamento; Bradshaw receava por sua vida nas ruas. O Príncipe Carlos despachou da Holanda uma folha de papel com apenas sua assinatura, e prometeu aos juízes que cumpriria quaisquer condições que acima dela escrevessem se poupassem a vida de seu pai.[100] Quatro nobres ofereceram-se para morrer em lugar de Carlos; o oferecimento foi recusado.[101] Cinqüenta e nove juízes, Cromwell inclusive, assinaram a sentença de morte. No dia 30 de janeiro, perante enorme multidão horrorizada, o rei caminhou serenamente para a morte. Sua cabeça foi decepada de um só golpe pelo machado do carrasco. "Ouviu-se dos milhares de pessoas ali presentes um gemido tal como nunca ouvi antes, e jamais desejo ouvi-lo" — escreveu uma testemunha.[102]

Foi legal a execução? Naturalmente que não. Com base nas leis então existentes, o Parlamento progressiva e rudemente assumiu os direitos do rei sancionados pelos precedentes estabelecidos havia um século. Por definição, uma revolução é ilegal; ela só pode levar avante o que é novo violando preceitos antigos. Carlos foi sincero ao defender os poderes que herdara de Elizabeth e de Jaime; pecara, mas pecaram também contra ele; seu erro fatal foi não reconhecer que a nova distribuição da riqueza exigia, para a estabilidade da ordem social, nova distribuição do poder político.

Foi justa a execução? Sim, tanto quanto pode ser justa uma guerra. Uma vez que a lei é posta de lado pelo julgamento das armas, o derrotado pode pedir mercê, mas o vencedor pode exigir a pena máxima se a julga necessária como medida de prevenção contra nova resistência, ou como repressão para outros, ou ainda como proteção de sua própria vida ou da de seus partidários. Um rei triunfante teria, provavelmente, enforcado Cromwell, Ireton, Fairfax e muitos mais, talvez após torturas geralmente empregadas contra as pessoas condenadas por crime de traição.[103]

Foi prudente a execução? Provavelmente não. Ao que parece, Cromwell acreditava que um rei vivo, mesmo encarcerado com segurança, seria um estímulo para contínuas revoltas realistas. Mas o filho do rei, inacessível na França ou na Holanda, ainda não maculado pelas faltas do pai e logo romanticamente glorificado, também serviria de estímulo. A execução de Carlos I provocou uma previsível reação do sentimento

nacional, a qual, no decurso de 11 anos, restabeleceu sua linhagem. A história subseqüente dá a entender que a mercê teria sido medida sábia. Quando Jaime II, filho de Carlos, cometeu faltas igualmente graves, a Revolução Gloriosa de 1688, dirigida com aristocrática sutileza, permitiu-lhe deliberadamente que fugisse para a França; e os resultados dessa deposição foram permanentes. Foi, contudo, a primeira Rebelião que tornou possível a Revolução posterior com toda a sua eficaz rapidez.

A Grande Revolução correspondeu aos levantes dos huguenotes na França do século XVI e, a despeito de muitas diferenças, à Revolução Francesa de 1789. No primeiro caso, temos a insurreição de um severo e simples calvinismo sustentado pela riqueza mercantil, contra uma Igreja ritualista e um governo absolutista; no segundo, a revolta de uma assembléia nacional, expressando o poder da bolsa e da classe média, contra uma aristocracia de terras dirigida por um governante bem intencionado, mas cheio de erros. Por volta de 1789, os ingleses já haviam digerido suas duas rebeliões e puderam contemplar com horror e eloqüência uma revolução que, como a sua, ensangüentou um país e matou um rei porque o passado tentara permanecer estacionário.

CAPÍTULO IX

Itália, *Alma Mater*

1564-1648

I. A BOTA MÁGICA

APÓS o duplo furor da Renascença e da Reforma, a Itália, atormentada pela pobreza, consolada pela religião e dourada pela paz, começou a mergulhar em um estado de sujeição à Espanha. O Tratado de Cateau-Cambrésis (1559) concedera o ducado de Savóia a Emanuel Filiberto. Gênova, Lucca, Veneza e San Marino sobreviveram como repúblicas independentes. Mântua manteve-se obediente aos Gonzaga, Ferrara aos Estensi, Parma aos Farnese. Os Medicis governavam a Toscana — Florença, Pisa, Arezzo e Siena — mas seus portos estavam sob o domínio espanhol. Através de seus vice-reis a Espanha governava o ducado de Milão e o reino de Nápoles, que incluía a Sicília e toda a Itália ao sul dos Estados Pontifícios. Estes, estendendo-se pela parte central da península, do Mediterrâneo ao Adriático, eram governados pelos papas, cercados pelo poderio espanhol.

Tal poderio não era militarmente agressivo; não intervinha nos negócios internos dos estados, salvo em Milão e Nápoles; mas sua aversão ao comércio e seu temor pela liberdade intelectual empanavam a vida italiana. A conquista do comércio do Oriente e da América pelas nações do Atlântico a elas transferiu a riqueza que, outrora, financiara a Renascença e, agora, alimentava o florescimento cultural da Espanha, Inglaterra e Países Baixos. A Itália sofreu ainda com o declínio das rendas papais, conseqüência da Reforma. O paciente campesinato mourejava e rezava, os incontáveis monges oravam, os mercadores perdiam fortunas e sua posição social, e a aristocracia desgastava-se na busca de títulos e em espetáculos extravagantes.

Mesmo assim, porém, em meio àquela derrocada política, a Itália produziu o maior cientista do período, Galileu; a filosofia temerária e profética de Bruno; o maior escultor, Bernini; o mais influente dos compositores, Monteverdi; os mais valorosos missionários; um de seus maiores poetas, Tasso; e, em Bolonha, Nápoles e Roma, as escolas de pintura só encontravam rivais nos opulentos Países Baixos. Culturalmente, a Itália ainda continuava na supremacia.

1. Nos Contrafortes dos Alpes

É agradável atravessar de novo, ainda que com a rapidez do espírito e da pena, esse jardim e essa galeria chamados Itália. Turim tornou-se uma grande capital sob o governo capaz de Emanuel Filiberto e o estímulo dado à literatura e às artes pela sua consorte, Margarida de França e de Savóia. Milão, embora vassala, era ainda magnificente; Evelyn descreveu-a em 1643 como "uma das mais principescas cidades da Europa, com suas 100 igrejas, 71 mosteiros, seus 40.000 habitantes... suntuosos palácios e artistas raros".[1] Após o incêndio que devastou a basílica de San Lorenzo Maggiore (1573), Carlo Borromeu, o santo arcebispo de Milão, encarregou Martino Bassi de reconstruir o interior do templo, no majestoso estilo bizantino do de San Vitale, em Ravenna. O Cardeal Federigo Borromeu, sobrinho de Carlo, edificou o Palazzo Ambrosiano (1609) e nele instalou a célebre Biblioteca Ambrosiana. O Palazzo di Brera, originariamente construído para ser um colégio de jesuítas em 1615, tornou-se desde 1776 a sede da Accademia di Belle Arti, e, desde 1809, a da renomada Galleria di Brera, seriamente danificada na Segunda Guerra Mundial, mas agora primorosamente restaurada. Nela pode-se encontrar muita coisa da obra de Procaccini e de Crespi, as duas famílias que dominaram a pintura milanesa naquela época.

Gênova, *La Serenissima*, ainda contemplava orgulhosamente, de suas colinas decoradas de palácios, um Mediterrâneo pontilhado de navios genoveses. A república de mercadores perdera para os turcos suas possessões orientais, e parte de seu comércio com o Oriente passara para os estados do Atlântico; mas seu grande quebra-mar dava-lhe um porto tão belo que ela permaneceu (e ainda é) o principal porto italiano. Nela foram construídas por príncipes do comércio e das finanças algumas das mais ricas mansões da Itália. Evelyn considerava a Strada Nova — projetada por Rubens e de frente para palácios de mármore polido — "muito superior a quaisquer outras da Europa".[2] Galeazzo Alessi e seus discípulos projetaram muitas dessas suntuosas mansões, célebres por suas galerias de arte, imponentes escadarias, paredes revestidas de painéis e afrescos e seu mobiliário luxuoso — "mesas e armações de camas inteiramente de prata maciça". Os magnatas genoveses eram peritos em transformar o suor em ouro. Em 1587, Giacomo della Porta ergueu a basílica da Santissima Annunziata, cujas colunas estriadas, púlpito perfeito e abóbadas ornamentadas constituíam o orgulho da piedade genovesa. Esta e muitas outras igrejas e palácios de Gênova foram em grande parte destruídos na Segunda Guerra Mundial.

Até a época de Vasari, Florença era ainda denominada a Atenas da Itália, pois era fértil em literatura, erudição e ciências, bem como em arte. Tudo prosperava ali, menos a castidade. Sob o governo do Grão-Duque Francesco I (1574-1587), a grande família dos Medicis degenerou numa confusão de intemperança e adultério. O Cardeal Ferdinando de Medicis resignou às ordens sacerdotais para tornar-se o Grão-Duque Ferdinando I; durante 22 anos (1587-1609) deu à Toscana um governo justo e esclarecido; expandiu-lhe o comércio tornando Livorno um porto livre, aberto a todos os negociantes e a todas as religiões, e restabeleceu a moralidade do povo com o exemplo da moralidade de sua vida. Seus sucessores, Cosimo II e Ferdinando II, distinguiram-se financiando Galileu. Bartolommeo Ammanati esculpiu a grande fonte de Netuno para a Piazza della Signoria, em Florença, e projetou o Palazzo Ducale, em Lucca. Giovanni da Bologna terminou em 1583 o *Rapto das Sabinas*, que se encontra na Loggia dei Lanzi, e modelou a estátua de Henrique IV, que Cosimo III ofertou a Maria de Médicis para adornar a Pont Neuf, em Paris. Alessandro Allori e seu filho Cristofano continuaram, se bem que diminuindo gradativamente, a fantasia cromática da pintura florentina; e Pietro da Cortona pintou, com majestosos afrescos nos tetos do palácio Pitti, as virtudes do Duque Cosimo I.

Havia em Parma, naquele período, um duque muito famoso, Alessandro Farnese, que vivia tão ocupado com a chefia dos exércitos espanhóis nos Países Baixos que jamais ocupou seu trono. Sob o governo de seu filho, Ranuccio, a Universidade de Parma conquistou renome na

Europa, e Aleotti construiu (1618) o Teatro Farnese, com capacidade para 7 mil espectadores em um anfiteatro semicircular, rivalizável, na Itália moderna, apenas pelo Teatro Olimpico, de Palladio, seu mestre.

Mântua entrava então numa fase de prosperidade que lembrava os grandes dias de Isabella d'Este. A florescente indústria têxtil tornou os tecidos de Mântua muito populares até mesmo na Inglaterra e na França, suas rivais. A casa dos Gonzaga, que governava o ducado desde 1328, produzia ainda homens capazes. O Duque Vincenzo I novamente encarnava as qualidades de um príncipe da Renascença: belo e gracioso, patrono do feliz Rubens e do infeliz Tasso, colecionador de objetos de arte antiga e de arte chinesa, bem como de instrumentos musicais, tapetes flamengos, tulipas holandesas e belas mulheres, era amante da poesia e do jogo, destemido nas batalhas e ousado na administração do Estado; desgastava-se, porém, com adultérios e guerras. Morreu aos 50 anos, em 1612. Três filhos seus assumiram o governo sucessivamente; o último, Vincenzo II, não deixou filhos, e a concorrência da França, Áustria e Espanha para a escolha e o controle de seu sucessor transformou o ducado no indefeso teatro de uma devastadora guerra pela sucessão mantuana (1628-1631), que quase riscou Mântua da história.

Verona, nessa época, vadiava culturalmente, fixada na Renascença. Em Vicenza, as fachadas clássicas de Palladio estavam formando um estilo para Christopher Wren. Vincenzo Scamozzi terminou o Teatro Olimpico de Palladio e projetou o Palazzo Trissino-Barton. Um instinto para o ornamental, mal reprimido em Palladio, fez de Scamozzi uma ponte viva do estilo clássico para o barroco.

2. *Veneza*

À semelhança da antiga Roma, a Rainha do Adriático também sofreu longo e grandioso declínio. Estava perdendo para Portugal seu comércio marítimo com as Índias, e logo sentiria a concorrência dos holandeses. Suportou o impacto da expansão marítima dos turcos; sua marinha e seus comandantes foram os grandes fatores da vitória sobre os turcos em Lepanto (1571), mas ela acabou entregando Chipre alguns meses depois, e, dali por diante, seu comércio no Mediterrâneo oriental ficou subordinado à permissão e às condições impostas pelos turcos. Lutou valentemente para enfrentar o desafio que aquela mudança lhe impunha. Compensou até certo ponto os prejuízos que sofreu em seu comércio marítimo com o Oriente, fazendo, em Alepo, uma ligação com as caravanas procedentes da Ásia Central. Seus barcos dominavam ainda o Adriático. Participava dos lucros do comércio de escravos que então degradava Portugal, Espanha e Inglaterra. Suas possessões no Continente — Vicenza, Verona, Trieste, Trento, Aquiléia e Pádua — cresciam econômica e populacionalmente. Suas indústrias continuavam a se distinguir na produção de vidros, seda, rendas e objetos artísticos. Seu Banco di Rialto, criado em 1587, após a falência de diversos bancos particulares, subordinou a força do Estado às finanças venezianas, e serviu de modelo para instituições similares em Nuremberg, Hamburgo e Amsterdam. Viajantes maravilhavam-se com a beleza de sua arquitetura e de suas mulheres, com a limpeza das ruas e a persistente estabilidade de seu governo.

Sua política externa tinha por objetivo manter um equilíbrio de forças entre a França e a Espanha, temerosa de que uma ou outra absorvesse a enfraquecida república; daí o seu imediato reconhecimento de Henrique IV, a fim de fortalecer uma França duramente prejudicada pelas guerras. Em 1616, o vice-rei espanhol em Nápoles, du-

que de Osuna, tramou uma conspiração com o embaixador espanhol em Veneza, a fim de depor o Senado e transformar a república em estado-vassalo da Espanha. Filipe III, à moda delicada dos governos, abençoou o empreendimento mas ordenou a Osuna que procedesse "sem deixardes ninguém saber que o estais realizando com meu conhecimento, e fazei crer que agis sem ordem minha".[3] A Senhoria veneziana contava com os melhores espiões da Europa; a conspiração foi descoberta, os conspiradores locais foram presos, e certa manhã o povo surpreendeu-se ao vê-los enforcados na Praça de São Marcos, contemplando com olhos mortos as alegres pombas.

Aquela tranqüila e austera oligarquia mantendo o comércio com — e a liberdade de religião para — homens de todos os credos, assumiu de maneira notável uma atitude independente em relação ao papado. Lançou tributos sobre o clero, submeteu-o às leis civis e proibiu, a menos que desse seu consentimento, a construção de novos templos ou mosteiros, bem como a transmissão de terras para a Igreja. Um grupo de estadistas venezianos, chefiados por Leonardo Donato e Nicolo Contarini, resistiu firmemente às pretensões papais de domínio nos negócios temporais. Em 1605, Camillo Borghese tornou-se o Papa Paulo V; um ano depois, Donato foi eleito doge. Os dois homens que haviam sido amigos quando Donato fora emissário veneziano em Roma, viram-se então frente a frente na luta entre a Igreja e o Estado, repetição da que se travara, havia cinco séculos, entre Gregório VII e o Imperador Henrique IV. E o Papa Paulo V sentiu-se chocado ao descobrir que o chefe intelectual do partido anticlerical de Veneza era outro Paulo, Fra Paolo Sarpi, um monge servita.

Sarpi — disse Molmenti — foi "a mais alta inteligência que Veneza jamais produziu".[4] Filho de um mercador, entrou para a ordem servita aos 13 anos, absorveu apaixonadamente todo conhecimento possível e aos 18 anos defendeu 318 teses num debate público, em Mântua, com tal brilhantismo que o duque o fez teólogo da corte. Aos 22 anos, ordenou-se sacerdote e tornou-se professor de filosofia; aos 27 foi eleito provincial de sua ordem na república veneziana. Prosseguiu seus estudos de matemática, astronomia, física — tudo. Descobriu a contractilidade da íris. Escreveu tratados científicos, agora desaparecidos, e tomou parte nas pesquisas e experiências de Fabrizio d'Acquapendente e Giambattista della Porta, que dizia jamais ter encontrado "um homem mais culto ou mais sutil que ele, em todos os campos do conhecimento".[5] Talvez os estudos profanos tivessem prejudicado a fé de Paolo. Acolheu alguns protestantes no círculo de suas amizades, e foi acusado perante a Inquisição de Veneza — o mesmo órgão que logo apanharia Giordano Bruno. Três vezes o Senado o indicou para o bispado; três vezes o Vaticano o rejeitou; e a lembrança dessas rejeições acentuou sua hostilidade a Roma.

Em 1605, o Senado prendeu dois sacerdotes e condenou-os pela prática de crimes graves. O Papa Paulo V exigiu que eles fossem colocados sob jurisdição eclesiástica, e ordenou também a revogação das leis contra novas igrejas, mosteiros e ordens religiosas. A Senhoria veneziana recusou-se, cortesmente, a fazê-lo. O papa deu ao doge, à Senhoria e ao Senado o prazo de 27 dias pára acatar a ordem. O Senado chamou Fra Paolo para atuar como conselheiro em direito canônico; Sarpi aconselhou a resistência, sob o fundamento de que o poder do papa limitava-se apenas às questões espirituais; o Senado adotou seu parecer. Em maio de 1606, o papa excomungou Donato e a Senhoria, e lançou um interdito sobre todos os serviços religiosos em território

veneziano. O doge instruiu o clero de Veneza para que não desse atenção ao interdito e continuasse com suas funções; foi o que fizeram, salvo os jesuítas, os teatinos e os capuchinhos. Os jesuítas, obrigados por seus regulamentos a obedecer aos papas, deixaram, em massa, Veneza, não obstante a advertência da Senhoria de que, se saíssem, jamais lhes seria permitido retornar. Ao mesmo tempo, Sarpi, respondendo ao Cardeal Belarmino, publicou panfletos limitando o poder papal e proclamando a autoridade suprema dos concílios gerais sobre os papas.

O Papa Paulo V apelou para a Espanha e a França. Mas a Espanha quase sempre rejeitara os editos papais, e Henrique IV da França era grato a Veneza. Contudo, Henrique enviou a Veneza o judicioso Cardeal de Joyeuse, que preparou as necessárias fórmulas de acomodação. Os sacerdotes foram confiados ao embaixador francês, que logo os enviou para Roma; o Senado recusou-se a revogar as leis contra as quais o papa protestara, mas (na esperança de auxílio papal na luta contra os turcos) prometeu que a república "se conduziria com seu habitual espírito religioso". O papa suspendeu os interditos, e Joyeuse absolveu os excomungados. "As reivindicações de Paulo V" — diz um historiador católico — "tinham um caráter excessivamente medieval para serem aceitas."[6] Foi a última vez em que todo um estado se viu colocado sob interdito.

No dia 5 de outubro de 1607, Sarpi foi atacado por sicários que logo o deixaram, julgando-o morto. Ele se recuperou, e diz-se ter anotado em um epigrama bom demais para ser verdadeiro: *Agnosco stilum curiae Romanae* ("Reconheço o estilete pontudo da cúria romana").*[7] Os sicários receberam proteção e aplauso nos Estados Papais.[8] Desse momento em diante Sarpi viveu quietamente em seu claustro, dizendo missas todos os dias; mas seu próprio *stilus* não se tornou inativo. Em 1619, publicou, sob pseudônimo e através de uma firma de Londres, sua *Istoria del Concilio Tridentino*, uma volumosa acusação contra o Concílio de Trento. Fez uma exposição bem protestante da Reforma, e condenou o concílio por tornar o cisma irreconciliável com sua completa submissão aos papas. O mundo protestante aclamou o livro com entusiasmo, e Milton chamou seu autor "o grande desmascarador". Os jesuítas encarregaram um erudito escolástico de sua ordem — Sforza Pallavicino — de escrever uma contra-história (1656-1664), que expôs e se igualou a Sarpi em preconceitos e incorreções.[9] A despeito de seus *parti pris*, ambos os livros assinalaram um progresso na coleta e no uso de documentos originais, e a vasta síntese de Sarpi tem como atrativo adicional e perigoso uma eloqüência ardente. Ele foi mais além em seu tempo ao advogar a separação completa entre a Igreja e o Estado.

Sob aquele altivo governo, por entre aqueles plácidos e odorosos canais, Veneza continuou em busca de dinheiro e beleza, apaziguando Cristo com arquitetura e a Virgem com litanias. Toda semana havia um festival, pois qualquer santo servia de pretexto para isso; vemos tais arrebatamentos coletivos nas pinturas de Guardi; e nos retratos podemos notar a prodigalidade sensual e oriental de trajes e jóias. Quase todas as noites podia-se ouvir música vinda das gôndolas. Se subíssemos em uma dessas

* *Stilus*, originalmente, significava ferro pontudo; depois, a ponta de ferro usada para se escrever em tabuinhas de cera; em seguida passou a significar pena (com a qual se escrevia); por fim, a maneira de escrever, o estilo. O diminutivo italiano *stiletto* significava instrumento de gravar e pequeno punhal.

barcas mágicas e não déssemos instruções quanto ao destino, o gondoleiro, sem dizer uma palavra, nos conduziria à casa de alguma cortesã a ele associada. Montaigne, que tinha poucos preconceitos, como qualquer outro homem, ficou surpreso com a abundância e a liberdade das *filles de joie* venezianas. Elas pagavam um imposto ao Estado que, em retribuição, lhes permitia viver onde lhes aprouvesse e vestir como quisessem; e ainda as defendia contra os fregueses que deixavam de pagá-las.[10]

O Grande Canal e seus tributários, a cada ano que passava, tornavam-se mais belos com as imponentes igrejas, os novos e alegres palácios ou uma graciosa ponte. Em 1631, o Senado encarregou Baldassare Longhena de construir a nobre igreja de Santa Maria della Salute, em cumprimento de um voto à Virgem por restabelecer a saúde na cidade após uma grande peste. Em 1588-92, Antonio da Ponte substituiu uma velha ponte de madeira pela nova Ponte di Rialto, que se estende sobre o Grande Canal com apenas um arco de mármore de 27 metros de comprimento, aproximadamente, flanqueada por lojas em ambos os lados. Por volta de 1600, construiu-se sobre o canal, entre o Palazzo dei Dogi e a Prigioni di San Marco — "de um lado um palácio e do outro uma prisão"[11] — a Ponte dos Suspiros (Ponte dei Sospiri). Scamozzi terminou a Igreja de San Giorgio, de Palladio e a Libreria Vecchia, de Sansovino; Scamozzi e Longhena ergueram as Procuratie Nuove (1582-1640), contíguas à Praça São Marcos, com novos escritórios para a administração veneziana. Ao longo do Grande Canal erguiam-se, agora, palácios célebres: o Balbi, o Contarini degli Scrigni e o Mocenigo, onde Byron viveu em 1818. Aqueles que contemplam apenas a parte externa dos palácios venezianos não podem fazer idéia do luxo — perdoável pelo bom gosto — de seus interiores: os tetos com seus afrescos ou caixotões, as paredes guarnecidas de quadros ou tapeçarias, as cadeiras cobertas de cetim, as poltronas, mesas e canastras esculpidas, os armários marchetados e as escadarias, majestosamente amplas, construídas para durarem séculos. Nestes lugares, a ciumenta oligarquia de algumas centenas de famílias gozava de toda a riqueza própria dos príncipes mercadores e dos padrões característicos de antigas aristocracias.

Nesse período, somente um escultor veneziano, Alessandro Vittoria, sobressaiu, enquanto que a pintura veneziana produziu dois homens de importância secundária. Através de gerações, Palma Veccio (falecido em 1528) transmitiu sua arte a seu sobrinho Palma Giovane — isto é, Jacopo Palma, o Moço — que morreu justamente 100 anos depois. Giovane é considerado um decadente, pois pintava com descuidada pressa; algumas de suas pinturas, porém, como o *Papa Anacleto*, na igreja de Crociferi, chegam quase a ser grandiosas; e, em algumas linhas de Molmenti, esse descuidado Moço adquire vivacidade:

> Palma, il Giovane, não tinha outro objetivo... senão seu trabalho, do qual a dor mais profunda era incapaz de afastá-lo. Procurava, em sua arte, consolar-se da morte de seus dois filhos, um dos quais morreu em Nápoles e o outro após uma vida devassa. Na ocasião em que sua esposa estava sendo conduzida para o túmulo, pôs-se a pintar para fugir à dor.[12]

Bernardo Strozzi firmou-se na parte superior da Bota Mágica, nascendo em Gênova, morrendo em Veneza (1644) e deixando pinturas para quase todas as galerias existentes entre essas duas cidades. Durante certo tempo foi monge capuchinho; deixou

a batina mas jamais pôde se desfazer do apelido — Il Capuccino. Após muitas provações, encontrou tolerância e prosperidade em Veneza, produzindo ali sua melhor obra. Basta citar um exemplo: seu *Retrato de um frade dominicano* (Bérgamo) — a boina alta sublinhando a testa larga, os olhos sombrios e atentos, o nariz e a boca respirando caráter e a mão fina evidenciando linhagem; o próprio Ticiano dificilmente teria pintado melhor. Esses herdeiros de gigantes teriam sido gigantes em qualquer outro país.

3. *De Pádua a Bolonha*

A glória de Pádua estava toda ela em sua universidade; ali, naquele período, Harvey estudou e Galileu ensinou. Em Ferrara, Alfonso II (que reinou de 1559 a 1597) mostrou não descurar do vigor com que a família Este governara o principado desde 1208. O Museu Britânico possui uma gravura de autor anônimo com a figura de Alfonso II apresentando uma cabeça majestosa, barba imponente e olhos com expressão de inteligência resoluta e grave. Ele sabia ser impiedoso para com os que cruzavam seu caminho, bondoso para outros, paciente para com os acessos de mau humor de Tasso, destemido nas batalhas e ilimitável na tributação. Continuou a tradição dos Estensi de favorecer a literatura, as ciências e as artes, e de colher seus produtos para a cultura, o esplendor e a alegria de sua corte. O povo devia se contentar subsistir e usufruir, indiretamente, dos frutos de seus trabalhos. Com todo o seu poderio e três esposas sucessivas, Alfonso não conseguiu ter um filho; e por um acordo feito em 1539, Ferrara, durante muito tempo feudo do papado, passou a ser, em 1598, um Estado Pontifício. Foi então que teve fim sua história cultural.

Bolonha, sob o governo papal desde 1506, floresceu neste período, pela segunda vez, com uma escola de pintura que dominou a Itália durante dois séculos e estendeu sua influência sobre a Espanha, França, Flandres e Inglaterra. Lodovico Carracci, filho de um próspero açougueiro, regressou a Bolonha após estudar arte em Veneza, Florença, Parma e Mântua. Tintoretto tinha-o prevenido de que ele não tinha talento para a pintura; mas Lodovico achou que a operosidade poderia substituir o talento, e que também tinha talento. Estimulou, com seu entusiasmo, seus primos Agostino e Annibale Carracci — um, joalheiro, o outro, alfaiate. Partiram os dois para Veneza e Parma a fim de estudar Ticiano e Correggio. Ao voltarem, associaram-se a Lodovico para abrirem (1589) a Accademia degli Incamminati — "dos caminhantes". Ensinavam as matérias fundamentais, a história e técnica da arte, e um meticuloso exame dos mestres; rejeitavam a ênfase "maneirista" em maneirismos ou peculiaridades de qualquer mestre individualmente; propunham, ao invés, unir a ternura feminina de Rafael, a delicada eloqüência de Correggio, o vigor masculino de Michelangelo, o *chiaroscuro* de Leonardo e o colorido quente de Ticiano, tudo em um só estilo abrangente. Essa "escola Eclética" fez Bolonha rival de Roma como a capital da arte na Itália.

As pinturas legadas pelos Carracci são inúmeras; muitas delas estão na Accademia di Belle Arti, de Bolonha; algumas, no Louvre; mas podem ser encontradas em toda parte. A produção de Lodovico é a menos atraente, mas surge em sua melhor feição numa luminosa *Anunciação* e num excelente *Martírio de Santa Úrsula*, ambos na pinacoteca da academia. Agostino está

representado numa vigorosa *Comunhão de São Jerônimo* — o que não o impediu de atender a uma grande procura de quadros obscenos. Annibale era tecnicamente o mais dotado do clã, tendo colhido de Correggio linhas e colorido requintados, raramente conseguidos pelos seus primos; vejam-se a voluptuosa elegância de sua *Bacante*, na Galeria Uffizi, a perfeita forma feminina em *A Ninfa e o Sátiro* no Palácio Pitti, e a perfeita forma masculina em *O Gênio da Fama*, em Dresden; e, em *Cristo e a Samaritana* (Viena), produziu uma das obras-primas desse período — figuras dignas de Rafael e uma paisagem que antecipa Poussin.

Em 1600, Annibale e Agostino, aceitando um convite do cardeal Farnese para irem a Roma pintar a galeria de seu palácio, escolheram um tema apropriado e pintaram *O Triunfo de Baco*, uma orgia de encantos femininos à moda de Rubens. Agostino seguiu dali para Parma, onde pintou um grande afresco para o Casino; Annibale prosseguiu viagem para Nápoles, onde o Museo Nazionale ainda mostra seu característico contraste e *A Sagrada Família* entre *Vênus e Marte*. Os três primos, durante tanto tempo unidos na arte, distanciaram-se na morte: Agostino morreu em Parma (1602), Annibale, em Roma (1609) e Lodovico — ainda na morte fiel à Bolonha — foi o primeiro a chegar e o último a partir (1619).

A nova escola preparou vários dos mais famosos pintores da época. Um deles, Guido Reni, foi o pintor que teve maior número de seguidores na Europa. Após seus primeiros frutos sob os cuidados dos Carracci, não resistiu à atração de Roma (1602), trabalhou lá durante 20 anos, e retornou depois a Bolonha para produzir quadros cuja piedosa sensualidade e graça sentimental fizeram deles uma agradável ponte entre a ortodoxia da fé e as heresias da carne. O próprio Guido parece ter sido sincero em sua religião, e consta ter-se mantido virginalmente intacto até o fim. O auto-retrato, no Museu do Capitólio, mostra-o na mocidade, belo como uma jovem, os cabelos louros, a tez clara e os olhos azuis. Sua obra-prima é *Aurora*, afresco pintado no teto do Palazzo Rospigliosi, em Roma: a deusa do amanhecer, voando pelo éter, é seguida por galantes cavalos que puxam o carro de um Febo despenteado, e acompanhada de mulheres vaporosas, de formas e rostos encantadores, representando as horas, com um querubim alado dando o *imprimatur* cristão a um êxtase pagão. Guido pintou outras cenas mitológicas — o *Rapto de Helena*, no Louvre, *As Maçãs das Hespérides*, em Nápoles, o voluptuoso *Vênus e Cupido*, em Dresden. Do Velho Testamento extraiu seu famoso *Susana e os Anciãos* (Uffizi). Na maioria dos casos, porém, pintou antigos temas tão caros ao povo e à Igreja — como a história de Cristo e sua mãe — todos impregnados do que os críticos impiedosos classificam de "madalênico" exagero de sentimento. Ele se saiu bem, ainda, com os apóstolos, como, por exemplo, em *São Mateus*, no Vaticano; pintou uma magnífica cabeça de São José (Brera) e, no *Martírio de São Pedro*, do Vaticano, procurou imprimir o duro realismo de Caravaggio. Voltando ao sentimento, pintou para as galerias seu famoso *São Sebastião*, mostrando o santo a receber serenamente as flechas em seu corpo perfeito. Em toda essa obra, percebemos a habilidade de uma técnica bem desenvolvida; mas, quando comparamos esses sentimentos açucarados com as *Stanze* de Rafael ou o teto da Capela Sistina, de Michelangelo, não nos sentimos impressionados pelo brilhantismo das cores e pela limpidez das linhas, e sim pela "falta de nervos" na arte de Reni. Ele sonhava — o que é perdoável — quando escreveu: "Eu gostaria de dar à figura que estou fazendo tanta beleza como a que sói habitar o Paraíso";[13] traiu-se, no entanto, quando se vangloriou de ter "duzentos modos de fazer os olhos olharem para o céu".[14]

Domenichino (Domenico Zampieri) seguiu a política de Guido: agradar ao mesmo tempo aos pagãos e aos devotos; e como ambos eram muitas vezes um só, este desígnio provou ser lucrativo. Era mais complexo que Guido, modesto e tímido, amava a música e a esposa. Aprendeu sua arte também em Bolonha, indo procurar depois a fauna e os florins de Roma. Seu sucesso despertou a inveja dos competidores locais, que o acusaram de plagiário; retirou-se para a Bolonha, mas foi chamado por Gregório XV para servir como arquiteto-chefe e pintor-chefe no Vaticano. Com certa versatilidade da antiga Renascença, projetou a Villa-Ludovisi, em Roma, agora desaparecida, e parte da Villa Aldobrandini, em Frascati. Mudando-se para Nápoles, iniciou uma série de afrescos na catedral. A despeito das múltiplas dificuldades criadas pelos pintores napolitanos, tinha sua tarefa quase concluída quando morreu (1641) com a idade de 60 anos, ainda no vigor de sua arte. Sua maior obra é *A Última Comunhão de São Jerôni-*

mo, no Vaticano. Baseando-se nessa obra-prima, Poussin classificou Domenichino como o primeiro pintor depois de Rafael;[15] respeitamos mais o entusiasmo que a opinião. Ruskin considerava Domenichino "palpavelmente incapaz de fazer qualquer coisa boa, grande ou direita, em qualquer campo, modo ou processo";[16] não admiramos a opinião, tampouco a retórica.

O último dos três famosos discípulos dos Carracci, lamentavelmente, chamava-se Guercino — "Vesgo" — vítima que foi de um acidente, durante a infância, que lhe entortou o olho; sua mãe, porém, chamava-o Giovanni Francesco Barbieri. Era já um pintor, influenciado pelo estilo másculo de Caravaggio, antes de ir estudar com os Carracci; foi, na arte, intermediário entre Bolonha e Roma. Como Guido, permaneceu solteiro, viveu um tanto monasticamente, e demonstrou as melhores qualidades da reforma católica na vida tranqüila e decente que levou. Deixou-nos muitos quadros agradáveis, espalhados de Roma a Chicago. Foi o mais fraco e o mais cativante da escola bolonhesa.

A teoria básica da escola Eclética, de que se pode formar um grande artista tentando-se unir os vários atributos de seus predecessores, estava seguramente errada, pois, muitas vezes, está no caráter do gênio manifestar uma qualidade toda pessoal e enveredar por novos rumos; entretanto, a Accademia degli Incamminati serviu para transmitir tradição e disciplina, sem o que o gênio poderia entregar-se a excessos e extravagâncias. A prosperidade dessa escola era, em parte, devida à cooperação com as necessidades da Igreja. A reforma do papado e a expansão da ordem dos jesuítas exigiam novas reproduções da história cristã e vívidas incitações à piedade e à fé. Os pintores bolonheses feriram todas as teclas do sentimento nos fiéis; suas madonas e madalenas espalharam-se pela cristandade católica. Quem poderá negar que o povo sentia-se grato por essas inspirações ou que, ao proporcioná-las, a Igreja tenha demonstrado ser o psicólogo mais compreensivo da história?

4. *Nápoles*

Os Estados Pontifícios tinham, havia muito, absorvido Forlì, Ravenna, Rimini e Ancona; a esses territórios acrescentaram-se Urbino (1626) e Pesaro (1631). Dali para o sul, atravessando Foggia, Bari e Brindisi, até o calcanhar da Bota Mágica — e passando por Taranto, Crotona e Reggio di Calabria até o bico — e de Scilla a Caribdis através da Sicília, e pelo norte ao longo da costa ocidental até Cápua — era tudo isso o Reino de Nápoles, um vice-reino da Espanha desde 1504. Uma população de três milhões de almas ardentes trabalhava em dolorosa pobreza por todo aquele extenso território para financiar o esplendor de sua brilhante capital. Evelyn viu e descreveu Nápoles em 1645:

> Os principais magistrados, sendo prodigiosamente avaros, realizam prodígios para enriquecerem-se à custa do labor do povo miserável... A estrutura da cidade é, pela sua área, a mais magnificente do que a de qualquer outra na Europa: as ruas extraordinariamente grandes, bem pavimentadas, com muitas passagens subterrâneas para a rede de esgotos, o que as torna muito agradáveis e limpas... A ela pertencem mais de três mil igrejas e mosteiros, sendo estes os mais bem construídos e mais bem ornamentados da Itália. O povo, em seus hábitos, afeta a mesma gravidade dos espanhóis; diverte-se com bons cavalos; as ruas estão repletas de pessoas galantes a cavalo, em carruagens e liteiras... As mulheres têm geralmente belas feições, mas são excessivamente libidinosas.[17]

Toda gente parecia alegre, amante da música, romântica e piedosa; sob essa superfície musical, porém, e sob os olhos da Inquisição, fermentavam a heresia e a revolução. Viveu e morreu (1588) nesse *regno* o filósofo Telesio; em Nola, nas proximidades de Nápoles, nasceu Bruno (1548). Em 1598, Campanella participou de uma rebelião que objetivava fazer da Calábria uma república independente; a rebelião fracassou, e o poeta-filósofo passou os 27 anos seguintes na prisão.

Em 1647, Nápoles estremeceu com uma daquelas revoltas operísticas que periodicamente perturbavam a exploração agrária na Itália. Tommaso Aniello, popularmente conhecido como Masaniello, era um vendedor ambulante de peixe cuja esposa havia sido pesadamente multada por contrabando de milho. Quando o governador espanhol lançou um tributo sobre as frutas, para financiar a armada, e os agricultores e vendedores recusaram-se a pagá-lo, Tommaso bradou por uma revolta armada. Cem mil italianos seguiram-no, marchando em direção ao palácio do vice-rei para exigirem a revogação do tributo. O atemorizado vice-rei cedeu; Tommaso, com 24 anos de idade, tornou-se o senhor de Nápoles, governando-a durante 10 dias. Quinhentos oponentes fôram executados em meio ao delírio da ditadura; foi decretado um preço mais baixo para o pão, e um padeiro que deixou de cumprir o decreto foi torrado vivo em seu próprio forno[18] — mas os inimigos de Tommaso escreveram a história. Conta-se que Masaniello envergava roupas com fios de ouro, transformou sua humilde casa em um palácio palpitante de autoridade e percorria a baía em suntuosa gôndola. No dia 17 de julho foi assassinado por facínoras a soldo da Espanha. Seus adeptos reuniram as partes de seu corpo desmembrado, e fizeram pomposamente seus funerais. Já então sem chefe, a revolta cessou gradativamente.

Manteve-se durante o governo dos vice-reis e arcebispos uma sombria arte religiosa. Em 1608, a Igreja despendeu um milhão de florins para construir, na catedral de San Gennaro, a Cappella del Tesoro, um relicário para os dois frascos que contêm o sangue coagulado de São Januário, patrono de Nápoles. Duas vezes por ano o povo era informado de que o sangue devia liquefazer-se e fluir para que Nápoles prosperasse e ficasse protegida contra o Vesúvio.

A pintura em Nápoles foi durante certo tempo dominada por um triunvirato de artistas ciumentos — Corenzio, Caracciolo e Ribera — que estabelecera que toda pintura, em Nápoles, devia ser feita por eles ou por seus amigos. Ameaçaram de tal maneira Annibale Carracci que este fugiu para Roma, onde morreu logo depois em conseqüência de horrível viagem que teve de fazer sob um sol abrasador.[19] Quando Guido Reni chegou para decorar a Cappella del Tesoro, foi advertido para deixar Nápoles se não quisesse morrer; ele deixou a cidade quase imediatamente, mal havia começado o trabalho. Dois de seus ajudantes, que haviam permanecido na cidade, foram postos em uma galera e deles não se teve mais notícia. Domenichino ali chegou, terminou quatro afrescos na capela, apesar dos repetidos danos no seu trabalho, e fugiu ante as ameaças de Ribera; voltou sob garantia da proteção do vice-rei, mas morreu logo depois, possivelmente envenenado.[20]

Mesmo com todos os seus crimes, José ou Giuseppe Ribera deve ser celebrado como o maior pintor daquele período, na Itália. A Espanha reivindica-o para si, por ter ele nascido em Játiva (ex-Xátiva), nas proximidades de Valencia (1588); Ribera estudou, durante algum tempo, sob a direção de Francisco de Ribalta; mas ainda bem jovem

partiu para Roma. Viveu lá em extrema pobreza, copiando afrescos e alimentando-se de côdeas, até que um daqueles cardeais amantes da arte que ainda se empolgavam pela Renascença levou-o para seu palácio e deu-lhe cama e mesa, tintas e roupas. Giuseppe copiou diligentemente as obras de Rafael, no Vaticano, e as dos Carracci, no palácio Farnese. Percebendo depois que o conforto lhe embotava a paixão, Lo Spagnoletto — "o espanholzinho" — fugiu para Parma e Módena com o propósito de estudar Correggio. Voltando a Roma, brigou com Domenichino e mudou-se para Nápoles. Lá ou em Roma caiu sob a influência de Caravaggio, cujo estilo brutal confirmou-o no sombrio naturalismo que talvez já tivesse aprendido com Ribalta. Um rico *marchand* simpatizou com ele e ofereceu-lhe uma bela filha em casamento. Giuseppe, que vivia sem dinheiro, julgou fosse brincadeira a proposta; sendo-lhe feita novamente, lançou-se ao casamento e à prosperidade.

Pintou então *O Martírio de São Bartolomeu* com tão sangrenta verossimilhança e realismo que, quando o quadro foi exposto ao público, atraiu uma multidão de visitantes mais interessados em contemplar o sangue que a arte. O vice-rei — o mesmo Osuna que conspirara contra Veneza — requisitou o quadro e seu autor; o quadro fascinara-o, e ele encarregou Ribera de fazer toda a decoração do palácio. O insaciável espanhol amedrontou todos os concorrentes até que a incumbência de fazer o afresco da Cappella del Tesoro foi dada a seu amigo, Giovanni Lanfranco. Ele mesmo executou o retábulo do altar, representando o incombustível São Januário saindo intacto de uma fornalha ardente.

A partir de então Ribera tornou-se indiscutivelmente o mestre de sua arte em Nápoles. Parecia poder, quando bem quisesse, rivalizar com Rafael e Correggio em ternura, sem cair no sentimentalismo de Guido Reni ou Murillo, e imprimir ao realismo de Caravaggio maior força pela intensidade de sua concepção e pela profundidade de seu colorido. Citemos apenas como exemplos a *Pietà* e a *Lamentação*, na igreja e monastério de San Martino — "uma obra diante da qual, como uma encarnação da solene majestade da dor, todas as representações semelhantes daquele século reduzem-se a meros espetáculos teatrais".[21] Ou, da mitologia, tomemos *Arquimedes*, no Prado — precisamente um velho siciliano enrugado que se poderia encontrar hoje em dia em Siracusa. Saindo da Bíblia e da história para as ruas, Ribera encontrou variedades para sua arte nos relances realísticos da vida comum; e com *Menino Descalço*, no Louvre, abriu um precedente para Velázques e Murillo.*

As imperfeições de Ribera saltam aos olhos: exagerada violência, predileção por costelas e rugas, sede de sangue; Byron notou que o

Spagnoletto tainted
*His brush with all the blood of all the sainted.***[22]

Suas cores escuras e seus realces sombrios nos assustam e deprimem; mas naquela Nápoles afeita ao domínio e ao temperamento espanhóis, esse *tenebroso* estilo encon-

* O visitante de museus encontrará 63 Riberas no Prado e uma quantidade deles ocupando metade do vestíbulo do Salon Carré, no Louvre. Nova York tem *A Sagrada Família*, no Metropolitan Museum of Art e uma *Madalena*, na Hispanic Society.

** "Spagnoletto maculou / Seu pincel com o sangue de todos os santos."

trou pronta aceitação. Todas as igrejas ou monastérios disputavam-no; Filipe IV e os vice-reis napolitanos eram ávidos clientes; suas pinturas e gravuras estavam mais difundidas na Espanha que as de Velázques — que o visitou por duas vezes na Itália. A casa de Ribera era uma das mais belas de Nápoles, e suas duas filhas eram modelos de beleza morena. Uma delas teve a distinção de ser seduzida por outro Don Juan, filho natural de Filipe IV, que a levou para a Sicília e, depois de cansar-se dela, abandonou-a em um convento de Palermo. Ribera quase sucumbiu de dor e vergonha; procurou consolar-se dando aos quadros da Virgem as inesquecíveis feições de sua perdida Maria Rosa. Decorridos quatro anos do trágico episódio com a jovem, o pintor morreu (1652).

II. ROMA E OS PAPAS

A capital dos Estados Pontifícios* e do mundo católico-romano era então uma cidade de segunda categoria, com cerca de 45.000 almas em 1558, população que se elevou a 100.000 habitantes no pontificado de Sisto V (1590). Montaigne, ao chegar a Roma no ano de 1580, achou-a mais extensa que Paris, mas com apenas uma terça parte do número de casas. Criminosos e prostitutas (antes de Sisto V) constituíam quantidade apreciável da população; muitos nobres mantinham permanentemente facínoras a seu serviço. A pobreza era generalizada, porém temperada, aliviada pela caridade do papa, cerimônias eclesiásticas e esperanças devotas. As velhas famílias aristocráticas — Orsini, Colonna, Savelli, Gaetani e Chigi — declinaram em renda e poder, mas não em pretensão e orgulho; famílias mais novas — Aldobrandini, Barberini, Borghese, Farnese e Rospigliosi — estavam assumindo a liderança em fortuna e influência, geralmente através de relações com os papas. O nepotismo papal estava outra vez no auge: os Aldobrandini tiveram boa colheita com a eleição de Clemente VIII, os Ludovisi com a de Gregório XV, os Barberini com a de Urbano VIII e os Borghese com a de Paulo V. O sobrinho de Paulo V, Cardeal Scipione Borghese, desfrutando inúmeros benefícios e 150.000 escudos por ano, traçou a Villa Borghese e construiu o Casino (1615); formou suas ricas coleções de arte e conquistou moderada imortalidade no mármore de Bernini, seu protegido. Muitos cardeais usavam sua riqueza para sustentar a literatura e a arte.

Uma série de papas poderosos estava auxiliando a Igreja Romana a sobreviver, a despeito da perda da Alemanha, Países Baixos, Escandinávia e Grã-Bretanha para a Reforma. O Concílio de Trento confirmara e ressaltara a supremacia dos papas sobre os próprios concílios, e a jovem e vigorosa Companhia de Jesus — os jesuítas — prestara voto de obediência ao papa. Antonio Ghislieri, frade dominicano e grão-inquisidor, tornou-se, em 1566, o Papa Pio V aos 62 anos. A santidade de sua vida particular parecia-lhe plenamente compatível com sua severidade na perseguição aos hereges. Ele retirou aos católicos da Boêmia o direito, anteriormente concedido, de receberem

* Os Estados Pontifícios constituíam-se principalmente das seguintes cidades e seus arredores: Roma, Óstia, Viterbo, Terni, Spoleto, Foligno, Assis, Perugia, Gubbio, Urbino, Loreto, Ancona, Pesaro, Rimini, Forlì, Ravenna, Bolonha e Ferrara.

a comunhão sob as duas espécies. Excomungou Elizabeth da Inglaterra e liberou os católicos ingleses de obediência a ela. Insistiu, junto a Carlos IX da França e Catarina de Médicis, no prosseguimento da guerra contra os huguenotes até que fossem inteira e inexoravelmente destruídos.[23] Louvou as duras medidas de Alba nos Países Baixos.[24] Trabalhou até suas últimas forças para preparar a armada que derrotou os turcos em Lepanto. Nunca suavizou uma sentença condenatória;[25] encorajou a Inquisição a aplicar seus regulamentos e suas penas.

Foi igualmente severo ao ordenar a reforma eclesiástica. Bispos que deixaram de residir em suas dioceses foram depostos; monges e freiras deveriam permanecer completamente isolados do público; todo mau procedimento nas funções eclesiásticas seria investigado e punido. Quando alguns extranumerários, que haviam sido afastados da corte, queixaram-se de que morreriam de fome, respondeu Pio V que era preferível morrer de fome a perder a alma.[26] Suas nomeações e indicações eram determinadas pela competência, não pelo favoritismo ou nepotismo. Ele mesmo trabalhava assiduamente, presidindo sessões durante muitas horas como juiz, raramente dormindo mais que cinco horas por noite e dando exemplo ao clero pela simplicidade ascética de sua vida privada. Jejuava freqüentemente e usava, sob as vestes papais, uma camisa de frade feita de lã grosseira. Desgastava-se com sua austeridade; aos 68 anos parecia 10 anos mais velho — magro, macilento, os olhos encovados e os cabelos nevados. Embora mal pudesse caminhar, insistiu em fazer — a maior parte do caminho a pé — uma peregrinação às sete basílicas de Roma. Nove dias depois, após um mês de sofrimentos, morria envergando o hábito de São Domingos. "A poucos papas" — escreveu um grande historiador protestante — "deve o catolicismo tanto quanto a Pio V; pois apesar de impiedoso na perseguição à heresia, seu reconhecimento da necessidade de uma reforma e sua inflexível resolução de levá-la a efeito reconquistaram, para a Igreja, grande parte do respeito que havia perdido."[27] Pio V foi canonizado em 1712.

Gregório XIII (1572-85) continuou, com espírito mais brando, a reforma da Igreja. Pensamos nele como o homem que nos deu nosso calendário e que celebrou o Massacre da Noite de São Bartolomeu com uma missa de ação de graças a um Deus misericordioso. Contudo, era um homem de boa moral, hábitos moderados e caráter bondoso. Um filho natural que tivera antes de ingressar no sacerdócio foi pecadilho perdoado pelos robustos romanos. Era generoso em sua caridade, infatigável na administração. Suas nomeações conquistaram os louvores dos protestantes.[28] Montaigne viu-o em 1580, achando-o "um velho simpático, o rosto cheio de majestade, a barba comprida e branca. Com 78 anos vigorosos e saudáveis... De temperamento amável, pouco excitado com as questões do mundo".[29]

Entretanto, seus empreendimentos — financiamento das escolas jesuítas; supressão dos huguenotes, deposição de Elizabeth da Inglaterra — exigiam ducados. Para levantá-los, Gregório ordenou que se aplicasse a letra da lei aos proprietários e aos títulos de posse das propriedades em território papal; muitas propriedades, que deveriam ter passado ao domínio papal devido à quebra na linha direta de sucessão ou à falta de pagamento das taxas exigidas em feudos papais, foram depois confiscadas pelo papa. As vítimas ou futuras vítimas armaram seus servidores, resistiram ao confisco e em represália entregaram-se ao banditismo. Homens de linhagem aristocrática, como Al-

fonso Piccolomini e Roberto Malatesta, chefiavam bandos de homens fora da lei que conquistavam cidades e dominavam estradas. Não mais se pôde, então, arrecadar os tributos; cessou o fluxo de ouro para Roma; logo imperou o caos na administração papal. Gregório suspendeu os confiscos, fez a paz com Piccolomini e morreu humilhado pela derrota.

As necessidades fazem o homem e fizeram de Felice Peretti, como Sisto V (1585-90), um dos maiores papas. Viu pela primeira vez a luz do sol em Grottamare, próximo de Ancona, em uma casinhola tão mal colmada que os raios de sol penetravam pelo teto; tempos depois, ele costumava gracejar dizendo que era "*nato di casa illustre*" (nascido de uma casa ilustre — ou bem iluminada).[30] Educou-se no mosteiro franciscano, em Montalto, conquistou o título de doutor em filosofia após estudos em Bolonha e Ferrara, e ascendeu rapidamente graças à sua eloqüência no púlpito e capacidade administrativa; quando, aos 64 anos, foi eleito papa, isso se deu porque o conclave reconheceu nele o personagem resoluto de que se precisava para restabelecer a segurança e a solvência dos Estados Pontifícios.

Seus parentes procuravam-no à cata de favores, e ele não soube resistir-lhes. Recomeçou então o nepotismo. Mas nas questões que não diziam respeito a sua família, era inflexível. Sua própria aparência impunha respeito: baixo, de compleição larga e forte, testa grande, barba branca e espessa, nariz e orelhas grandes, sobrancelhas enormes e olhos penetrantes que silenciavam um opositor sem necessidade de palavras. Sua tez corada harmonizava-se com seu temperamento violento, e sua cabeça grande sugeria uma vontade de ferro. Apesar de toda a sua severidade, era dotado de bom humor e, muitas vezes, de uma graça envolvente; predisse que Henrique IV derrotaria Mayenne, porque Henrique IV passava menos tempo na cama do que Mayenne à mesa.[31] Ele mesmo dormia pouco e trabalhava arduamente.

Sisto V resolveu, antes de mais nada, suprimir os salteadores vitoriosos. Começou aplicando a proibição existente — e até então geralmente desprezada — de porte de armas. Na véspera de sua coroação, quatro jovens foram presos por violarem esse decreto; Sisto ordenou que fossem imediatamente enforcados. Os parentes dos jovens suplicaram o perdão ou o adiamento da execução; ele respondeu: "Enquanto eu viver, todo criminoso deverá morrer;" logo depois, em meio às festividades da coroação, os corpos dos jovens pendiam em um dos patíbulos, nas imediações da ponte de Sant'Angelo. O discurso de sagração de Sisto V foi uma declaração de sua política no tocante ao crime.

O papa ordenou aos nobres que dispensassem seus *bravi*; prometeu perdoar ou recompensar qualquer bandido que lhe entregasse, vivo ou morto, outro bandido, e a recompensa seria paga pela família ou pela comuna do malfeitor. Quando um deles lançou um desafio, Sisto V ordenou à família do bandido que o descobrisse e o trouxesse, sob pena de seus membros serem punidos com a morte. O duque de Urbino agradou ao papa[32] carregando mulas com mantimentos envenenados e ordenando aos tropeiros que passassem pelas proximidades de um covil de bandidos; estes roubaram a carga, comeram os mantimentos e morreram. Não se levavam em consideração ordens sacras ou posição social; os transgressores pertencentes às "primeiras famílias" eram executados sem mercê e sem demora; um sacerdote fora da lei foi enforcado com os demais transgressores. Os campos ficaram logo pontilhados de cadáveres ba-

lançando ao vento, e os espirituosos de Roma calcularam que havia mais cabeças decepadas pregadas na ponte de Sant'Angelo que melões nas barracas do mercado.[33] O povo murmurava que o papa era de uma crueldade bárbara, mas embaixadores lhe disseram que "em toda parte de seus Estados, para onde suas estradas convergiam, viajaram por terra abençoada com a paz e a segurança".[34] O orgulhoso papa mandou cunhar moedas com a inscrição *Noli me tangere*. Num estado de furiosa virtude, ordenou que um sacerdote e um rapaz fossem queimados por haverem mantido relações homossexuais, e obrigou uma jovem a presenciar o enforcamento da mãe que a lançara à prostituição. Todo adultério descoberto era punido com a morte. Homens eram presos por crimes cometidos em tempos já tão distantes, que um cartaz dizia que São Pedro estava tremendo de medo de que Sisto o julgasse por ter cortado a orelha de Malco quando da prisão de Cristo.

Em meio a tais loucas perseguições, Sisto V achou tempo para governar e reformar a Igreja. Terminou a guerra de confiscos que Gregório XIII encetara contra os nobres. Reconciliou aqueles antigos adversários — os Orsini e os Colonna — unindo-os pelo casamento. Distribuiu os cardeais por 11 novas "congregações" e quatro antigas, dividindo entre elas a administração da Cúria. Ordenou ao clero que observasse todos os decretos do Concílio de Trento sobre a reforma, exigindo dos bispos que visitassem periodicamente os mosteiros e corrigissem as irregularidades encontradas. Fornicação com uma freira seria punida com a morte de ambas as partes. Sisto V fez reviver em toda a sua atividade a Universidade de Roma. Para acomodar o número crescente de livros, encarregou Domenico Fontana de projetar novas e suntuosas instalações para a Biblioteca do Vaticano. Supervisionou pessoalmente uma edição melhorada da *Vulgata*, de São Jerônimo — que é uma tradução da Bíblia para o latim, tão esplêndida quanto a versão do Rei Jaime para o inglês.

Não compartilhou do respeito de seus predecessores renascentistas pelos espólios da arte pagã. Completou a destruição do Septizonium, de Severo, para prover de colunas a catedral de São Pedro. Propôs a demolição do túmulo de Cecília Metella. Ameaçou também demolir o próprio Capitólio, se as estátuas de Júpiter Tonante, Apolo e Minerva não fossem removidas; permitiu que ficasse a de Minerva, mas rebatizou-a com o nome de Roma e substituiu sua lança por uma cruz. Exorcizou as colunas de Trajano e Marco Aurélio, colocando-lhes em cima estátuas de São Pedro e São Paulo e rebatizando-as de acordo com seus novos donos. Para simbolizar ainda mais a sujeição do paganismo ao cristianismo, encarregou Domenico Fontana de transferir para a praça de São Pedro o obelisco que Calígula trouxera de Heliópolis e que Nero instalara no Circus Maximus. Esse monólito de granito vermelho tinha cerca de 25 metros de altura e pesava mais de trezentas toneladas. Mestres em arquitetura, como Antonio da Sangallo e Michelangelo, haviam declarado que sua remoção estava além da capacidade dos técnicos da Renascença. Domenico e seu irmão Giovanni levaram um ano para realizar a tarefa (1585-86). Imensas máquinas baixaram e transportaram o monumento; 800 homens, fortalecidos pela comunhão, e 140 cavalos puxaram 44 cabos, cada um tão grosso quanto um braço de homem, para erguê-lo em seu novo local. Domenico, coroado de êxito, tornou-se o herói de Roma; Sisto cunhou medalhas comemorativas do feito e expediu comunicações oficiais aos governos estrangeiros. A bola, no topo do monumento, foi substituída por uma cruz contendo um pedaço da

"cruz verdadeira", na qual Jesus morrera. Sisto V achou que o cristianismo reconquistara seu poder, após o interregno renascentista.

O infatigável papa, em seu breve qüinqüênio, renovou a Roma secular. Aumentou o abastecimento de água potável — abastecendo 27 novas fontes — graças à reconstrução da Acqua Alessandria, então em ruínas, à qual deu seu nome: Acqua Felice. Purificou o ar, financiando a drenagem dos pântanos; com os progressos feitos neste trabalho recuperaram-se cerca de 4.000 hectares de terras; mas o empreendimento foi abandonado por ocasião de sua morte. Por ordem sua, Domenico Fontana abriu novas avenidas segundo o plano clássico de linhas retas; a Via Sistina foi prolongada, passando a chamar-se Via Felice; a nobre igreja de Santa Maria Maggiore tornou-se o centro de várias ruas radiais; Roma começou a assumir sua forma moderna. Para financiar seus empreendimentos, Sisto, que começara com um tesouro vazio, tributou até mesmo as coisas necessárias à vida, depreciou a moeda, vendeu cargos e emitiu apólices anuais de seguro de vida (*monti*), em retribuição a doações feitas ao erário papal. Administrou suas reservas monetárias com competência e zelo, deixando, ao morrer, cinco milhões de coroas em seus cofres.

Sua maior preocupação era a política estrangeira. Nunca abandonou a esperança de reconquistar a Inglaterra e a Alemanha, e de unir toda a cristandade contra o Islam. Admirava a política de Elizabeth, mas prestou auxílio às conspirações para depô-la. Prometeu contribuir para as despesas da armada espanhola, mas não confiou nas protelações de Filipe e, sagazmente, condicionou o auxílio ao desembarque efetivo das tropas espanholas na Inglaterra. A França era seu maior problema. Os huguenotes, supostamente exterminados em 1572, estavam avançando para Paris sob a chefia do tenaz Henrique de Navarra. Filipe II estava financiando a Liga para salvar a França para o catolicismo — e para a Espanha; Sisto viu-se diante da alternativa de deixar a França tornar-se protestante ou de auxiliar Filipe a transformá-la numa possessão espanhola. Parecia-lhe, porém, indispensável à liberdade papal em relação ao domínio secular um equilíbrio de forças entre a França e a Espanha. Em 1589 ofereceu-se para participar da guerra contra Henrique; mas quando este prometeu tornar-se católico, Sisto retirou-se do plano. Filipe ameaçou desligar a Espanha do juramento de obediência ao papado, e um jesuíta espanhol acusou o papa de favorecer a heresia, mas Sisto manteve seu ponto de vista e acolheu o embaixador de Henrique. Justificou-se, afinal, sua confiança em Henrique: a França foi salva para a Igreja e continuou a manter o equilíbrio de forças com a Espanha.

Foi esse seu último triunfo, e, talvez, a tensão provocada por essa situação o tivesse esgotado. Nem os cardeais, nem os nobres, nem o povo lamentaram sua morte (1590); os cardeais sofreram com sua severidade; os nobres foram forçados, não obstante os mais tradicionais costumes, a obedecer às leis; o povo, tributado além do limite e disciplinado para uma paz não desejada, tentou demolir a estátua que, em sua honra, fora erguida no Capitólio. Mas depois que os golpes por ele desferidos perderam seu impacto, pôde a posteridade pesar na balança suas realizações e suas crueldades, seu orgulho e seu amor ao poder. Um historiador racionalista, Lecky, julgou-o: "Embora não fosse o maior dos homens, era o maior estadista que até então ocupara o trono papal."[35]

Entre seus sucessores, naquele período, dois são especialmente memoráveis. Cle-

mente VIII (1592-1605) era quase um cristão. "De todos os papas que há muito tempo têm ocupado a Santa Sé de Roma" — declarou o huguenote Sully — ele "era o mais destituído de preconceitos partidários e o que mais tinha daquele espírito de bondade e compaixão prescrito pelo Evangelho";[36] entretanto, negou o perdão a Beatrice Cenci (1599) e permitiu que a Inquisição queimasse Giordano Bruno na fogueira (1600). Urbano VIII (1623-44) a princípio auxiliou a Espanha e a Áustria na Guerra dos Trinta Anos; mas quando os dois países tentaram absorver Mântua, temeu ficar cercado e dirigiu suas manobras diplomáticas no sentido de cooperar com Richelieu, usando os exércitos protestantes de Gustavo Adolfo para enfraquecer o poder dos Habsburgos. Contagiado pelo espírito militar da época, subordinou os interesses espirituais à ampliação de seus domínios como um príncipe secular; conquistou Urbino e tributou-a pesadamente — bem como outras possessões suas — a fim de financiar um exército papal para uma guerra contra o duque de Parma. O exército provou ser inútil, e sua morte deixou o Estado Pontifício "em tais condições de decadência e exaustão" — relatou um embaixador veneziano — "que jamais lhe será possível erguer-se ou recuperar-se".[37] O embaixador estava enganado. Elementos de recuperação vieram de toda parte para a Igreja, e o papado se levantou. O povo simples da Itália, consolando-se dos sofrimentos imemoriais com intensa e sonhadora piedade, ainda se aglomerava em torno dos altares santificados, acompanhava solenemente as procissões religiosas, divulgava entre si novos milagres e, em doloroso êxtase, subia de joelhos a Scala Santa. Santos como Filipe Neri, Francisco de Sales e Vicente de Paulo revelavam a capacidade da antiga Igreja para inspirar uma devoção absorvedora; como o jesuíta Luís Gonzaga, que morreu aos 23 anos, quando ministrava os sacramentos às vítimas da peste em Roma (1591). O mundanismo e a corrupção na Cúria cederam terreno ante os ataques dos reformadores protestantes, as exortações dos santos e os exemplos inspiradores de prelados como São Carlos Borromeu, de Milão. O movimento de auto-reforma, embora hesitante, ia-se desenvolvendo de um papa a outro. Antigas ordens religiosas revigoraram-se, outras, novas, multiplicaram-se — os Oratorianos (1564), os Oblatos de Santo Ambrósio (1578), a Ordem Menor dos Clérigos Regulares (1588), os Lazaristas (1624), as Irmãs de Caridade (1633) e muitas outras. Criaram-se seminários em toda parte da cristandade católica para a preparação de um clero secular culto. Missionários católicos seguiram para todas as regiões não-cristãs, enfrentando dificuldades e perigos, expondo-se a doenças, educando a juventude e pregando a fé. E por toda parte, batalhando contra os protestantes na Alemanha, conspirando politicamente na França, morrendo pela sua causa na Inglaterra e levando o credo aos "infiéis" nos cinco continentes, movimentavam-se os indômitos e perseverantes jesuítas.

III. OS JESUÍTAS

1. *Na Europa*

Depois da morte de Diego Laynez (1565), a Companhia de Jesus elegeu para seu geral Francisco Borgia, cujo caráter e modo de viver eram dos mais severos da época. Nascido rico, neto do Papa Alexandre VI, duque de Gandía, vice-rei da Catalunha

e amigo de reis, ingressou na nova ordem em 1546, deu-lhe toda a sua riqueza particular e foi canonizado pela austera santidade de sua vida. Everardo Mercurian, que o sucedeu como geral, não deixou marca na história; já Claudio Aquaviva guiou a Companhia com tal sabedoria e tato, durante 34 difíceis anos (1581-1615), que muitos jesuítas o consideram, agora, o mais importante de todos os seus gerais, depois de Loyola. Quando ele assumiu a direção, os jesuítas eram cerca de cinco mil; quando morreu, eram 13 mil.

Sob sua direção, uma comissão de jesuítas eruditos traçou (1584-99) a *Ratio studiorum*, que continuou até 1836 a determinar a ordem e o método de estudo nos colégios jesuítas. Atraindo jovens de 11 a 14 anos, o curso de seis anos dava-lhes três anos das línguas e literaturas grega e latina; os anos restantes eram destinados à filosofia, em seu mais amplo sentido, incluindo ciências naturais, lógica, metafísica e ética. Conforme se evidenciou, todas essas matérias eram ensinadas de maneira admirável. A filosofia era a escolástica, uma vez que não havia ainda uma substituta aceitável. A biologia e a história secular moderna, como em quase todas as escolas daquele tempo, eram em grande parte desprezadas, talvez porque o desagradável espetáculo da luta pela existência entre os animais e o quase ininterrupto desfile de guerras entre os homens ofendessem a confiante simplicidade da fé. No todo, a *Ratio* era uma hábil solução de compromisso entre a Idade Média e a Renascença. Com notável espírito de adaptação, os jesuítas acolheram prazerosamente o renascimento do drama; traduziram, escreveram e levaram à cena peças teatrais, descobrindo no estudo da arte dramática o meio perfeito de ensinar a pregação e a eloqüência; na direção e na cenografia teatrais estavam adiante de seu tempo. Utilizavam-se de debates para aguçar o espírito e a razão, mas desencorajavam a originalidade de idéias, tanto no professor como no aluno. Seu objetivo era, aparentemente, produzir uma elite instruída mas conservadora, capaz de uma liderança inteligente e prática, sem ser perturbada por dúvidas de ordem doutrinária, e mantendo-se imutavelmente arraigada no credo católico.

Os colégios jesuítas, em quase todos os casos, eram fundados e mantidos por autoridades seculares, líderes eclesiásticos ou pessoas de recursos; mas os jesuítas mantinham o controle total sobre eles. Embora alguns de seus colégios fossem especificamente criados para os filhos da nobreza, quase todos estavam abertos, sem pagamento de taxas de ensino, a qualquer estudante qualificado, rico ou pobre.[38] Os professores, em geral membros da ordem, eram mais bem preparados que seus colegas protestantes; eram devotados e não recebiam pagamento; suas vestes sacerdotais e sua conduta conferiam-lhes uma respeitável autoridade que os capacitava a manter a disciplina sem recorrer ao temor ou ao castigo corporal. Muitos protestantes enviavam seus filhos aos colégios jesuítas,[39] esperando obter para eles não apenas uma sólida educação nos clássicos, como também uma disciplina superior em questões de moral, costumes e caráter. "Quanto à parte pedagógica" — escreveu Francis Bacon — "a medida mais eficaz seria 'consultar as escolas dos jesuítas', pois não se pôs ainda em prática coisa melhor."[40] Em 1615, os jesuítas tinham 372 colégios; em 1700, 769 colégios e 24 universidades espalhados por todo o mundo. Nos países católicos, a educação secundária caiu quase inteiramente nas mãos deles, dando-lhes imensa influência na formação do espírito nacional.

Na outra extremidade da escala social, eles aconselhavam os reis. Aquaviva proibiu-os de serem confessores da realeza e desencorajou sua participação na política; contudo, mesmo durante a existência de Aquaviva, o Padre Coton aceitou o convite de Henrique IV para ser seu diretor espiritual; e desde então, os jesuítas concordaram com seu mais brilhante pupilo, Voltaire, em que a melhor maneira de moldar uma nação é moldar seu rei. Por volta de 1700, eles eram confessores de centenas de personalidades ilustres. As mulheres eram especialmente sensíveis às suas boas maneiras e à tolerância que dispensavam às coisas do mundo; e como confessores de mulheres importantes os sutis padres chegavam aos homens importantes.

Declarando francamente seu propósito de se misturarem com a humanidade em vez de se isolarem em mosteiros, adaptaram seus preceitos morais às maneiras incorrigíveis dos homens. Em sua opinião, a severa moral cristã só era possível aos eremitas e santos; as realidades da natureza humana exigiam o abrandamento das normas de perfeição espiritual. Tais ajustes no código moral haviam sido feitos por Aristóteles, ao reagir contra o perfeccionismo de Platão, e pelos rabinos, ao adaptarem as antigas leis hebraicas às novas condições da vida urbana. Embora em sua doutrina — e geralmente na sua própria prática — os jesuítas desprezassem a carne, eles a compreendiam e davam-lhe certa largueza moral, receosos de que os pecadores se rebelassem e se afastassem da Igreja. Para reduzirem a tensão existente entre o código de Cristo e a natureza do homem, os jesuítas e outros teólogos criaram a casuística — aplicação de doutrinas morais a casos especiais. Mas deixemos de lado essa ciência sutil até chegarmos a seu maior inimigo, Blaise Pascal.

Em sua teologia, os jesuítas geralmente se inclinavam para pontos de vista liberais. Alguns, como os padres Less e Hamel, em Louvain (1585), julgavam desnecessário acreditar que toda palavra ou toda doutrina, na Bíblia, tivesse sido inspirada por Deus.[41] Quase todos os jesuítas davam ênfase ao dogma escolástico de que os governos seculares recebem seu poder do povo; e não poucos, como Mariana e Besenbaum, pregavam o direito de o povo, através de seus representantes legais, depor, e até mesmo matar, um "mau" rei; mas, neste contexto, a palavra *mau* significava herege, e essa ênfase democrática talvez tivesse nascido do desejo de os jesuítas, em sua lealdade "ultramontana" a Roma, exaltarem a autoridade do papa como a única divina e suprema. Sustentavam, ao contrário de Lutero, a eficácia das boas ações na conquista da salvação; depreciavam a importância do pecado original e contrabalançavam o sombrio predestinacionismo de Paulo, Agostinho, Lutero, Calvino e Jansen com a reafirmação do livre-arbítrio. Luís Molina, jesuíta português, provocou furor teológico ao alegar que o homem, através de sua própria vontade e suas ações, pode determinar seu destino eterno, e que, por sua livre escolha, pode cooperar com a graça divina, ou mesmo sobrepujá-la. Teólogos dominicanos exigiram que Molina fosse condenado como herege; os jesuítas correram em sua defesa; e a controvérsia adquiriu tal calor que Clemente VIII ordenou a ambas as partes que se aquietassem (1596).

A ética relativamente humana dos jesuítas, combinada com suas idéias radicais, associações conservadoras e propagação de seu poder, fê-los impopulares entre o clero católico secular e odiados com especial ardor pelos protestantes. São Carlos Borromeu acusou-os de escandalosamente complacentes para com os pecadores importantes.[42] Se São Pedro tivesse sido dirigido por um confessor jesuíta — declarou Sarpi — teria

chegado ao ponto de negar que Cristo não era pecador.[43] Múcio Vitelleschi, sucessor de Aquaviva como geral dos jesuítas, preveniu sua ordem de que a ânsia em acumular riquezas estava despertando censuras em toda parte.[44] Teólogos protestantes da Inglaterra, presos à doutrina de que seus reis governavam por direito divino, ficaram chocados com as idéias dos jesuítas sobre a soberania popular e o regicídio ocasional. Robert Filmer condenou a opinião do Cardeal Bellarmino, segundo a qual "o poder civil ou secular está... nas mãos do povo, a menos que este o conceda a um príncipe".[45] Os protestantes alemães combateram os jesuítas como sendo "criaturas do diabo, vomitadas do inferno"; e alguns exigiram que eles fossem queimados na fogueira, como feiticeiros.[46] Em 1612, apareceram na Polônia as *Monita secreta*, pretensas instruções confidenciais aos jesuítas sobre a arte de obter legados e poder político. O livro teve, daquele ano até 1700, o total de 22 edições. Acreditado quase até nossa época, hoje é geralmente considerado como uma engenhosa sátira ou uma impudente falsificação.[47]

2. *In Partibus Infidelium*

Aos olhos das populações católicas, as faltas dos jesuítas eram sobrepujadas por seus méritos como educadores e sua coragem como missionários. Outras ordens religiosas participaram da piedosa aventura de espalhar a fé; mas o que poderia ser comparado à audácia, ao empreendimento e aos martírios dos jesuítas na Índia, na China, no Japão e nas Américas? Na Índia, o esclarecido imperador mogol, Akbar, convidou alguns jesuítas para irem à sua corte, em Fatehpur Sikri (1579); ouviu-os com curiosidade e simpatia, mas recusou-se a abandonar seu harém. Roberto de' Nobili, um aristocrata italiano, ingressou na Companhia de Jesus, seguiu para a Índia como missionário (1605), estudou os credos e rituais hindus, adotou a indumentária e as regras da casta dos brâmanes, compôs textos em sânscrito e conseguiu algumas conversões ao cristianismo. Outros jesuítas tornaram-se iogues e trabalharam entre as classes baixas. Missionários jesuítas cruzaram o Himalaia em direção ao Tibet, por volta de 1624, e forneceram à Europa suas primeiras — e durante longo tempo suas últimas — informações fidedignas sobre aquele mundo oculto.

Já em 1549 os jesuítas entravam no Japão; em 1580, anunciaram ter feito 100.000 conversões; em 1587 receberam ordem de deixar as ilhas; em 1597, eles e os frades franciscanos sofreram feroz perseguição, na qual os sacerdotes, monges e milhares de cristãos japoneses foram crucificados — nova técnica que os matadores alegaram ter aprendido nos Evangelhos. Em 1616, aproximadamente, novo grupo de jesuítas entrou no Japão e arrebanhou considerável número de novos conversos. Mas os mercadores ingleses e holandeses, julgando que os jesuítas estivessem preparando caminho para o comércio de Portugal ou da Espanha, incitaram o governo a renovar a perseguição;[48] 31 jesuítas foram condenados à morte, e por volta de 1645 não mais havia cristianismo no Japão.

A China era um perigoso desafio, pois os imperadores prometeram a morte a qual-

quer cristão que ousasse entrar no "Celeste Império". Vimos, em outro lugar desta obra, como o jesuíta Francisco Xavier morreu (1552), quase diante da China que ele resolvera converter. Em 1557, mercadores portugueses estabeleceram uma colônia em Macau, na costa sudeste da China. Ali, alguns jesuítas entregaram-se ao estudo dos dialetos e costumes chineses. Dois deles, finalmente, Matteo Ricci e Michele Ruggieri, entraram na província de Kwantung armados de idiomas, astronomia, matemática, relógios, livros, mapas e instrumentos diversos. O vice-rei da província encantou-se com aquelas novidades; e como Ricci e Ruggieri tivessem adotado nomes e indumentárias chineses, vivendo com simplicidade, trabalhando arduamente e conduzindo-se com a modéstia que os chineses esperavam dos filhos de uma civilização tão jovem e tão imatura como a da Europa, tiveram permissão para ali ficarem. Ricci dirigiu-se a Cantão, onde impressionou os mandarins com seus conhecimentos científicos e geográficos. Construiu relógios de sol, desenhou mapas práticos e confiáveis, e realizou difíceis cálculos astronômicos. Iniciou seus novos amigos na doutrina cristã escrevendo um catecismo, no qual as crenças básicas dos cristãos eram explicadas e apoiadas por citações extraídas de textos clássicos orientais. Encorajado pela tolerância com que foi recebido, mudou-se para um subúrbio de Pequim (1601) e enviou um relógio ao Imperador K'ang-hsi. Quando o relógio parou e nenhum sábio chinês soube fazê-lo funcionar novamente, o "Filho do Céu" mandou chamar o doador. Ricci atendeu ao chamado, ajustou o relógio e apresentou outros instrumentos científicos ao curioso governante; Ricci e outros jesuítas logo se estabeleceram na corte Ming. O cordial imperador não criou obstáculos à conversão de muitos chineses da classe superior. Depois da morte de Ricci (1610), outro jesuíta, Johann Adam Schall von Bell, continuou o trabalho científico e o proselitismo missionário. Reformou o calendário chinês, construiu excelentes canhões para os exércitos chineses e tornou-se amigo íntimo e respeitado do imperador. Trajava a indumentária de seda dos mandarins, vivia em um palácio e entregava-se à política. Acabou sendo rebaixado e mandado para a prisão, morrendo um ano após ser posto em liberdade.

A seqüência da história, estendendo-se até o século XVIII, talvez divertisse um historiador-filósofo. Os jesuítas na China, tão versados em ciências, estavam deixando o dogmatismo da teologia. Ao estudarem os clássicos chineses, comoveram-se com a alta sabedoria que neles descobriram. O culto chinês aos antepassados parecia admirável estímulo à moral e à estabilidade da ordem social; e havia em Confúcio muita coisa que justificava sua veneração. Mas outros missionários queixaram-se à Inquisição de Roma (1645) de que os jesuítas estavam minimizando o crucifixo e a doutrina da redenção divina, julgando que provavelmente chocariam os chineses, não acostumados à idéia de que os homens pudessem matar um Deus; reclamaram de que os jesuítas diziam a missa em chinês, e não em latim; de que permitiam aos convertidos continuar com muitos ritos da religião nativa; e de que missionários jesuítas estavam enriquecendo como médicos, cirurgiões, mercadores, prestamistas e conselheiros de generais e imperadores. Os jesuítas, por sua vez, ficavam apavorados com a insistência dos dominicanos e franciscanos em dizer aos chineses que o cristianismo era o único caminho de escapar à condenação eterna, e que seus antepassados, a quem veneravam, estavam queimando nas chamas do inferno. Inocêncio X ordenou aos jesuítas que proibissem os sacrifícios de comida e bebida oferecidas aos espíritos dos antepas-

sados. Entretanto, os padres jesuítas enviavam à Europa descrições da vida, da religião e do pensamento chineses, narrativas que também contribuiriam para perturbar a ortodoxia cristã do século XVIII.

Na América do Sul, os missionários jesuítas conquistaram o respeito e a confiança dos nativos, abrindo escolas, instalando centros médicos e se empenhando no sentido de suavizar a brutalidade dos conquistadores espanhóis. Compilaram dicionários e gramáticas, pesquisaram as perigosas regiões do interior e adiantaram bastante os conhecimentos geográficos. Enviaram à Europa a casca da quina que, como quinino, passou a constituir o medicamento-padrão no tratamento da malária. E criaram, no Paraguai, uma utopia comunista.

Nos pampas e florestas que bordejavam o rio Uruguai, acima das perigosas quedas-d'água que desencorajavam os colonizadores, organizaram seus próprios povoados indígenas. Com permissão de Filipe III da Espanha, deles excluíram todo homem branco exceto jesuítas e o governador da colônia. Declararam ter verificado que os habitantes eram dotados de disposição infantil e amiga — "200.000 índios em todos os sentidos preparados para o Reino de Deus".[49] Aprenderam a língua dos nativos, mas não lhes ensinaram espanhol nem português; desencorajaram quaisquer relações com colonizadores. Atraíram o gentio para o cristianismo graças à caridade, à bondade e à música. Fundaram escolas para o ensino da música; formaram orquestras onde eram tocados todos os grandes instrumentos musicais europeus e executada quase toda variedade de composições, mesmo seleções de óperas italianas. Logo os nativos começaram a cantar grandes corais, e estamos convencidos de que em um coro de mil vozes não se ouvia uma só nota dissonante. Uma banda de música conduzia os nativos ao trabalho e voltava com eles, acompanhando-lhes o trabalho nas oficinas e nos campos. Os festivais cristãos eram celebrados com cantos, danças e jogos atléticos. Os padres jesuítas escreviam comédias e ensinavam seus rebanhos a representá-las.

A economia, assim como o governo, estava inteiramente sob a direção dos jesuítas. Os aborígines demonstravam notável aptidão no fabrico de produtos que eram uma réplica dos fabricados na Europa, até mesmo complexos relógios, rendas delicadas e instrumentos musicais. O trabalho era compulsório, mas permitia-se aos jovens escolher suas profissões, e proporcionavam-se lazeres para recreação e desenvolvimento cultural. Trabalhava-se, em média, oito horas por dia. Os jesuítas estabeleceram horários para trabalhar, para dormir, rezar e divertir-se. Um lote de terra era propriedade individual; a maior parte era propriedade comunal. O produto do trabalho da comunidade era entregue ao governo da comunidade; parte dele era posto de lado para a semeadura ou para os anos de crise; parte destinava-se ao pagamento de um imposto *per capita* ao rei da Espanha; a maior parte era distribuída às 20.000 famílias, segundo suas necessidades; certa quantidade, presumivelmente, destinava-se ao sustento, em nível modesto,[50] dos 150 jesuítas que serviam como diretores, supervisores, médicos, professores e sacerdotes. Um decreto real, sugerido pelos jesuítas, proibia-os de partilhar dos lucros daquela economia e exigia periódicas prestações de contas ao superior provincial. A lei era aplicada por juízes e policiais escolhidos entre os nativos. As penas incluíam açoites, prisão e desterro, mas não havia pena capital. Cada povoado tinha seu próprio hospital, colégio, igreja e facilidades para velhos ou enfermos. Era um comunismo teocrático: proporcionavam-se aos nativos sustento, segurança, paz

e uma limitada vida cultural, como pagamento por eles aceitarem o cristianismo e a disciplina.

Donde os jesuítas tiraram a idéia desse extraordinário regime? Talvez, em parte, da *Utopia* (1516), de Thomas More, em parte dos Evangelhos, em parte da constituição de sua própria companhia que, em si mesma, era uma ilha comunista em oceano de individualismo. Seja como for, o sistema mostrou-se popular entre os aborígines; estabeleceu-se pela persuasão, sem o uso da força; manteve-se por 130 anos (1620 a 1750, aproximadamente); e quando o atacaram de fora, defendeu-se com um ardor que surpreendeu seus atacantes. Até os céticos do Iluminismo francês ficaram impressionados. "Por meio da religião" — escreveu d'Alembert — "os jesuítas estabeleceram uma autoridade monárquica [?] no Paraguai, apoiada apenas nos seus poderes de persuasão e em seus métodos brandos de governo. Senhores da região, tornaram o gentio feliz sob seu controle." Voltaire descreveu a experiência como "o triunfo da bondade".[51]

A experiência terminou em desastre, porque não podia permanecer isolada do restante da humanidade. Negociantes espanhóis censuravam os jesuítas por se engajarem no comércio; colonos espanhóis ressentiam-se de serem excluídos de uma área convidativa à exploração dos recursos naturais e humanos.[52] Bandos de caçadores de escravos atacavam constantemente as aldeias dos jesuítas. Os padres e seus súditos evacuaram as regiões mais expostas a tais ataques. Quando os atacantes penetraram mais para o interior, os jesuítas obtiveram permissão do rei de Espanha para armar os nativos com armas européias; daí por diante, a resistência aos ataques foi coroada de êxito. Mais perigoso para as colônias era o curso da política e do pensamento europeus. As constantes intrigas políticas dos jesuítas na França, na Espanha e em Portugal, combinadas com a liberdade de pensamento e o anticlericalismo, contribuíram para provocar a expulsão da ordem de quase todos os países, na segunda metade do século XVIII. O marquês de Pombal, como ministro de governo em Portugal, mostrou-se especialmente ativo no movimento contra os jesuítas. Em 1750, concertou um tratado pelo qual Portugal cedia à Espanha a colônia do Sacramento, na embocadura do rio da Prata, em troca de terras espanholas mais ao norte — as quais incluíam sete aldeias jesuítas com 30.000 índios. Naquela ocasião, circulava o boato de que as terras em questão continham ouro que os jesuítas estavam amealhando. As autoridades portuguesas ordenaram aos padres e nativos que deixassem as sete missões dentro de 30 dias. Os jesuítas (exceto um) aconselharam a obediência à ordem; os índios preferiram resistir e contiveram os ataques dos portugueses durante cinco anos. Em 1755, o exército português recorreu à artilharia; centenas de índios foram massacrados; o restante fugiu para as florestas ou rendeu-se; os jesuítas receberam ordem de seus superiores para regressar à Espanha. Terminou assim a experiência a que Muratori chamou de *Cristianesimo felice*.[53]

Conhecemos melhor a história dos missionários jesuítas na América do Norte, e cingimo-nos apenas a uma simples nota para fechar essa perspectiva sobre as atividades dos jesuítas naqueles tempos. Entraram no México em 1572 e participaram da rápida conversão dos nativos ao cristianismo, mas o principal ônus desse empreendimento coube aos dominicanos e franciscanos; estes últimos deixaram uma esteira de excelentes missões e obras de beneficência por todo o caminho, do México à fascinan-

te cidade que traz o nome do fundador da ordem franciscana. Muitos jesuítas sofreram torturas e morte violenta na tentativa de conquistar os índios para o catolicismo. Isaac Jogues foi mutilado, escravizado e morto; Jean de Brébeuf, Gabriel Lalemant, Anthony Daniel e outros jesuítas foram queimados na fogueira ou morreram em água fervente entre os anos de 1648 e 1649. Talvez possamos discordar da teologia que esses homens procuraram inculcar nos nativos, mas devemos reverenciar seu espírito de humanidade e devoção, ao menos como um piedoso contraste à crueldade e à ambição dos colonos cristãos caçadores de escravos, que exploravam seus semelhantes e queixavam-se de que as atividades humanitárias dos missionários incapacitavam os índios para a civilização.

IV. DIAS E NOITES NA ITÁLIA

"O povo de Roma" — disse Montaigne, observando-o em 1581 — "parece menos religioso que o das boas cidades da França, porém muito mais dado à cerimônia."[54] As cerimônias da Semana Santa incluíam procissões de autoflagelados sangrando, a proclamação pública das excomunhões papais e uma exibição do véu com que Verônica enxugara o suor do rosto de Cristo. "Na véspera da Páscoa, vi na igreja de San Giovanni in Laterano as cabeças de São Paulo e São Pedro, que ali se encontram à mostra, as quais ainda têm carne, tez e barba como se estivessem vivas."[55] Praticavam-se exorcismos com impressionante ritual, talvez como psicoterapia de massa. O catolicismo, na Itália, desprezava deliberadamente as opiniões da elite e oferecia ao povo um código moral benévolo porém incômodo, envolvido em poesia, drama, simbolismo, catarse e esperança.

Montaigne testemunhou uma melhoria generalizada na esfera da moral, se bem que muito da antiga complacência permanecesse nas relações dos sexos. O teatro italiano era tão devasso na ação e nos diálogos que o Senado veneziano, que fechava os olhos à prostituição, expulsou todos os atores de seu território (1577).[56] Podia-se comprar literatura obscena em qualquer grande cidade, como ainda hoje em quase todos os lugares do mundo cristão. Pio V, para tristeza dos jovens da nobreza romana, considerou crime capital a prática de atos homossexuais. Oito uranistas portugueses que se casaram formalmente foram presos e queimados na fogueira.[57] Pio V decretou, também, a expulsão das prostitutas dos Estados Papais (1566). Homens de negócio queixaram-se de que esse edito despovoaria a cidade; o papa permitiu que algumas cortesãs permanecessem em local isolado, e forneceu auxílio substancial às mulheres que procuraram seguir melhor profissão. Sisto V, que vencera os bandidos, conseguiu apenas uma vitória de Pirro no tocante às cortesãs, como evidenciam seus repetidos editos de 1586, 1588 e 1589.

Como o amor romântico fosse ainda uma excentricidade extramarital, o casamento uma união de rendas e a Igreja proibisse o divórcio, esposos e esposas sonhadores entregavam-se ao adultério. Pio V pensou em torná-lo crime capital; um documento de 25 de agosto de 1568 dizia: "Aguarda-se a ameaça da pena de morte para o adultério, de modo que todo mundo terá de moralizar-se ou deixar a cidade." Pio V, aplacando-se, contentou-se com penas mais suaves: uma nobre dama romana foi con-

denada à prisão perpétua; um preeminente banqueiro foi açoitado publicamente, e muitos outros transgressores foram desterrados.

Pelo final do século XVI, surgiu a *cicisbeatura*, provavelmente da Espanha através de Nápoles e Milão: o marido, nas classes altas, podia permitir a um amigo que fosse o *cicisbeo* ou *cavaliere servente* (cavalheiro acompanhante de sua esposa). Ao que parece, esse costume surgiu na Espanha ao tempo em que as guerras eram freqüentes e os maridos se ausentavam de casa durante muito tempo. O cavalheiro servia à dama desde a hora em que ela se levantava até à hora em que se recolhia ao leito, mas a convenção não perdoava o adultério que, quase sempre, acompanhava esse costume na Itália do século XVIII.

Apesar da repressão teológica, o crime florescia. Abundavam os *bravi* nas mansões dos nobres, salteadores nas estradas, piratas no Mediterrâneo, assim como os crimes políticos e passionais. Paolo Giordano Orsini, como outro Otelo, estrangulou Isabella de' Medici em seu leito; Piero de' Medici assassinou a esposa por suspeita de adultério; vimos como John Wesbster transformou a sangrenta história de Vittoria Accoramboni em *O Diabo Branco*; e Shelley, mais tarde, faria o mesmo com Beatrice Cenci. O pai dela, Francesco Cenci, era o protótipo do indivíduo viciado e brutal. Em 1594, foi julgado sob acusação de sodomia, mas escapou pagando uma multa de 100.000 escudos. Sua primeira mulher morreu depois de dar-lhe 12 filhos. Tendo brigado com os filhos, deixou Roma e, juntamente com Beatrice e sua segunda esposa, Lucrezia Petroni, mudou-se para um castelo solitário à margem da estrada que conduzia a Nápoles. Ali, encarcerou-as nos aposentos do andar superior e tratou-as com grande crueldade — se bem que não haja provas de haver mantido relações incestuosas com sua filha. Beatrice descobriu meios de manter uma relação com Olimpio Calvetti, guarda do castelo. E por instigação ou a soldo de Beatrice, da madrasta e dos irmãos dela — Giacomo e Bernardo — o guarda, auxiliado por um assassino profissional, matou Francesco Cenci no leito (1598). Os conspiradores foram presos e julgados; alegaram provocações insuportáveis, e muitos cidadãos imploraram clemência a Clemente VIII; ele negou. Beatrice e Lucrezia foram decapitadas e Giacomo foi torturado até a morte.[58]

Contudo, a moral melhorava, os modos se tornavam gentis e a sociedade italiana adquiria encantos e graça rivalizados somente pelos franceses. A indumentária, nas classes altas, era uma fantasia colorida em veludos, cetins e sedas. Aproximadamente nesse período as mulheres aristocráticas começaram a emoldurar o rosto, coroando a cabeça e cobrindo os ombros, com uma *mantiglia* de seda preta, já muito popular na Espanha. Homens de pretensões sociais ainda usavam meias, ao passo que plebeus e mercadores, familiarizados com a indumentária turca, já começavam a envergar calças compridas. A comédia italiana satirizava esse costume com o personagem cômico Pantaleone do qual derivou a palavra pantalona.

Como na maioria dos países latinos, abundavam os divertimentos. Roma tinha seu carnaval anual antes da Quaresma; as ruas, como Evelyn as viu em 1645, "fervilhavam de prostitutas, bufões e todos os tipos da populaça";[59] havia corridas no corso, com corcéis velozes vindos da Berberia, sem cavaleiros mas espicaçados por esporas pendentes em suas ilhargas, e corridas de jumentos, búfalos, velhos, homens nus e meninos; as peças de teatro eram representadas em palcos móveis, ao ar livre. As artes

da dança, da conversação e do flerte alegravam as casas, os jardins e as ruas. E será que havia algum italiano que não soubesse cantar?

V. O NASCIMENTO DA ÓPERA

A religião, o amor, a dança, a corte e, até mesmo, o trabalho contribuíam para gerar música. Evelyn achou os italianos rurais "tão joviais e apaixonados pela música que os próprios agricultores, quase todos eles, tocavam guitarra... e geralmente iam para os campos com suas rabecas".[60] Toda corte ducal tinha seu coro e seu *maestro di cappella*; em Ferrara, um quarteto feminino célebre como "Concerto de damas", arrancou lágrimas e versos de Tasso. Madrigais de amor teciam seus queixumes polifônicos, tornando a veneração da mulher, até o casamento, quase tão reverente quanto as litanias à Mãe de Deus. Missas, vésperas, motetes e hinos brotavam de mil órgãos; coros de meninos emasculados (*evirati, castrati*) começaram, por volta de 1600, a empolgar as naves das igrejas. Um visitante protestante descreveu a música na igreja católica como sendo "cantada por eunucos e outras vozes raras, acompanhados por tiorbas, espinetas e violas, de modo que nos sentíamos realmente arrebatados".[61] Monges e freiras eram preparados para participar de coros que pudessem despertar a ortodoxia até em peitos selvagens. Andrea Gabrieli, Claudio Merulo e Giovanni Gabrieli, sobrinho de Andrea, atraíram sucessivamente milhares de pessoas à catedral de San Marco, em Veneza, para ali ouvirem suas execuções ao órgão, suas orquestras e seus coros. Quando Girolamo Frescobaldi tocou o grande órgão da catedral de São Pedro, cerca de 30.000 pessoas aglomeraram-se no interior ou em volta do templo, para ouvi-lo. Suas composições variadas, complexas em suas difíceis experimentações, influenciaram Domenico Scarlatti e prepararam o caminho para as evoluções harmônicas de Johann Sebastian Bach.

Havia quase a mesma variedade de instrumentos de hoje em dia. Mais ou menos em meados do século XVI, o violino, evoluindo da lira, começou a substituir a viola. Os primeiros grandes fabricantes de violinos, Gasparo de Salò e seu aluno Giovanni Maggini, trabalhavam em Brescia; deles, ao que parece, Andrea Amati aprendeu essa arte e levou-a para Cremona, onde seus filhos a legaram aos Guarnieri e Stradivari. A inovação encontrou oposição por parte daqueles que preferiam os tons mais suaves e delicados das violas; durante um século, as violas, os alaúdes e os violinos competiram entre si; quando, porém, os Amati descobriram o meio de temperar o som estridente do violino, esse novo instrumento, auxiliado pela crescente predominância das vozes soprano em música vocal, atingiu indiscutível liderança.

As composições destinavam-se, ainda, mais à voz humana que aos instrumentos. A esse período pertence a figura romântica de Carlo Gesualdo, príncipe de Venosa, que adornava linhagem com música e assassinato com madrigais. Nascido em Nápoles, por volta de 1560, tornou-se um *virtuose* do alaúde; casou-se com uma dama da nobreza, assassinou-a e ao amante sob suspeita de adultério, fugiu para Ferrara, casou-se com Donna Eleonora d'Este e publicou cinco livros de madrigais, cujas ousadas harmonias e modulações em sustenido afastaram-se da Renascença em direção às modernas formas polifônicas. Em fevereiro de 1600, Emilio de Cavalieri, no oratório, ou capela, de São Filipe Neri, em Roma, produziu uma alegoria semidramática com ação

apenas simbólica, mas com orquestra, dança, coro e solistas; esse "primeiro oratório" antecedeu de apenas oito meses à ópera *Eurídice*, de Peri, e, em muitos aspectos, a ela se assemelhava. Uma geração mais tarde, Giacomo Carissimi compôs oratórios e cantatas cujos cantos monódicos influenciaram o desenvolvimento dos recitativos líricos.

Muitos outros ramos da produção musical convergiram para dar origem à ópera. Algumas *sacre rappresentazioni* medievais haviam acrescentado música e canto à ação; nelas, como na sua música da Paixão de Cristo, a Igreja surgiu como a mãe ou mentora da ópera, como de tantas outras artes. Ouviam-se recitativos acompanhados de música nas cortes do fim da Idade Média. Eruditos da Renascença assinalaram que partes das tragédias gregas eram cantadas ou recitadas com acompanhamento instrumental. Na corte de Mântua, em 1472, Angelo Poliziano, em sua breve *Favola di Orfeo*, uniu a música ao drama; e essa triste fábula começou então sua longa odisséia através da ópera. A mascarada, tão popular nas cortes do século XVI, proporcionou outro caminho à ópera; provavelmente o balé, os cenários luxuosos e as suntuosas roupas da ópera moderna descendem da dança, da pompa e da deslumbrante indumentária que predominavam sobre a ação nas mascaradas da Renascença.

Quase no final do século XVI, um grupo de entusiastas da música e da literatura reunido em casa de Giovanni Bardi, em Florença, propôs-se a reviver o drama musical dos gregos e libertar a canção da pesada polifonia, bem como da linguagem abafada dos madrigais e assim restituir-lhe o que se acreditava ser o estilo monódico da antiga tragédia. Um dos componentes do grupo, Vincenzo Galilei, pai do astrônomo Galileu, pôs em música monódica partes do *Inferno*, de Dante. Dois outros, o poeta Ottavio Rinuccini e o cantor Jacopo Peri, compuseram o libreto e a partitura musical para a que pode ser considerada a primeira ópera, *Dafne*, apresentada em casa de Jacopo Corsi em 1597.[62] A representação foi tão aplaudida que Rinuccini recebeu convite para escrever a letra, e Peri e Giulio Caccini a música, de uma composição mais substancial para celebrar o casamento de Henrique IV e Maria de' Medici em Florença (6 de outubro de 1600). *Eurídice*, ali representada, é a ópera mais antiga que existe. Peri desculpou-se pelas imperfeições de seu trabalho feito às pressas, dizendo que esperava "ter aberto o caminho ao talento de outros, para que seguindo meus passos alcancem a glória que não me foi dado conquistar".[63]

Ela foi conquistada por uma das maiores figuras da história da música. Claudio Monteverdi tornou-se exímio violonista em sua terra natal, Cremona. Aos 22 anos (1589) tornou-se violonista do duque de Mântua; aos 35 era *maestro di cappella*. Críticos acusaram veementemente seus cinco livros de madrigais (1587-1605) por suas duplas dissonâncias, "modulações licenciosas", progressões harmônicas "ilegais" e quebra das regras do contraponto. "Esses novos compositores" — escreveu Giovanni Artusi em *Delle imperfezioni della musica moderna* (1600-1603) — "parecem sentir-se satisfeitos se podem produzir as maiores perturbações tonais, reunindo elementos completamente desconexos e uma enorme coleção de cacofonias."[64]

Voltando seu espírito arrojado para a nova forma que ouvira em Florença, Monteverdi levou à cena em Mântua sua primeira ópera, outro *Orfeo* (1607), com uma orquestra, ampliada, de 36 figuras. A música e a ação assinalaram um grande progresso sobre a *Eurídice*, de Peri. Na segunda ópera de Monteverdi, *Arianna* (1608), a ação era ainda mais dramática e a música mais atraente; toda a Itália começou a entoar

o lamento da abandonada Ariadne, "*Lasciate mi morire*" (Deixai-me morrer). Com sua ampliação e reorganização da orquestra, com sua caracterização de cada personagem com um tema musical específico (*leitmotiv*), nas *ouvertures* (sinfonias) com que prefaciava suas óperas, no aperfeiçoamento dos recitativos e árias, na complexa e íntima união da música com o drama, Monteverdi marcou um progresso decisivo na ópera, como estava fazendo seu contemporâneo Shakespeare no teatro.

Em 1612, Monteverdi mudou-se para Veneza como *maestro di cappella* da catedral de San Marco. Compôs mais madrigais, mas alterou essa forma em declínio para a declamação, a tal ponto que os críticos o acusaram de subordinar a música (como Bernini seria acusado de subordinar a escultura) ao drama; e inquestionavelmente Monteverdi — como quase toda ópera — é musicalmente barroco. Em 1637, Veneza abriu a primeira casa pública de ópera, o Teatro di San Cassiano; nela, o *Adone* de Monteverdi esteve em cena de 1639 até o carnaval de 1640, enquanto sua *Ariadne* atraía grande público a um outro teatro. Quando levou à cena sua última ópera, *L'incoronazione di Poppea*, em 1642, a Itália sentiu-se feliz por ver que, com 75 anos de idade, Monteverdi (à semelhança de Verdi com *Otello*, aos 74) continuava ainda em pleno vigor de suas forças. Morreu um ano depois, deixando o mundo da música inspirado e rejuvenescido por uma revolução criadora.

VI. LETRAS

É extraordinário apreciar o gênio da Itália, animar-se em todos os campos, mesmo neste período de suposto declínio. Em abundância e fervor, foi uma época fecunda para a literatura da Itália. Somente a falta de tempo, espaço e conhecimento nos impede de render-lhe aqui justiça.

Após a exaustão da inspiração renascentista, era natural que a cultura humanística italiana estivesse declinando, afinal não se podia redescobrir Grécia e Roma para sempre. A custódia da literatura estava agora a cargo das academias literárias cuja própria organização tornava-as conservadoras. Quase todas as cidades da Itália possuíam tais sociedades dedicadas ao cultivo da literatura e à mútua tolerância poética. A Accademia della Crusca (Academia do Farelo), fundada em Florença em 1572, precedeu a Academia Francesa na compilação de um dicionário da língua (1612 e seg.) e na tentativa de regular o estilo e o gosto literários.

Os historiadores italianos eram os melhores daquela época. Já mencionamos a apaixonada *História do Concílio de Trento*, de Sarpi. O Cardeal Guido Bentivoglio fez uma descrição realmente empática da revolta nos Países Baixos. Poderia ter feito mais; morreu, porém, justamente no conclave em que parecia prestes a ser eleito papa — liquidado, disse Nicius Erythraeus, pelos roncos de um cardeal na cela próxima à sua, que o impediram de dormir durante 11 noites consecutivas.[65] O Cardeal Cesare Barônio compilou uma história maciça da Igreja (*Annales ecclesiastici*, 1588-1607), em 12 volumes in-fólio que eruditos posteriores aumentaram para 38; Ranke julgou-os completamente destituídos de encanto,[66] mas Gibbon achou-os úteis, e o cardeal fez um louvável esforço para ser amável. "Amarei com especial amor" — escreveu ele — "o homem que, muito rígida e severamente, corrigir meus erros."[67] Isaac Casau-

bon tentou executar esse trabalho mas desistiu após escrever um trecho introdutório de 800 páginas in-fólio.

O teatro prosperava, ao passo que o drama declinava. Poucas peças memoráveis foram escritas, mas muitas delas foram representadas com tal luxo cênico e habilidade teatral que maravilharam e serviram de modelo a Inigo Jones. Atores italianos eram muito procurados por todo o Continente. Enquanto que na Inglaterra os papéis femininos eram representados por rapazes, na Itália eles eram representados pelas próprias mulheres. Já se endeusavam atrizes. Tasso dedicou um soneto a Isabella Andreini, não só uma bela artista, como também tolerável poetisa e uma boa esposa.

Duas peças destacaram-se neste período, em parte porque criaram um novo gênero no palco — o drama pastoral. Tasso estimulou-o com sua *Aminta* (1573); Giovanni Battista Guarini produziu o exemplo clássico em *Il pastor fido* (1585). "Se ele não tivesse lido *Aminta*" — disse Tasso — "não a teria sobrepujado."[68] O Cardeal Bellarmino reprovou Guarini pela licenciosidade da peça, dizendo que ela fizera mais mal à cristandade que todas as heresias de Lutero e Calvino; uma pesquisa minuciosa, contudo, não revelou qualquer cena mais apimentada que a da bela Corisca oferecendo as "duas maçãs" de seu peito ao indiferente Silvio, um caçador que "encontra mais prazer na caça de um animal... que no amor de todas as ninfas existentes".[69] Exceto Silvio, a peça, como quase toda poesia italiana daquele tempo, tem um ardor sensual que funde toda a vida em amor. A ação se desenrola em uma Arcádia pastoral, naquela "bela Idade de Ouro quando o leite era o único alimento", nenhum vício ou tristeza maculava a humanidade e o amor era livre de todas as censuras e cadeias.[70] Com *Aminta*, *Il pastor fido*, *Diana enamorada* (de Montemayor), *Arcádia* (de Sidney) e *Faithful Shepherdess* (de Fletcher) metade do público leitor da Europa foi levado a apascentar.

Crescimbeni relacionou 661 sonetistas que, na Itália do século XVI, não tiveram dificuldade em encontrar rimas ressonantes para suas variações de Petrarca.[71] Alguns dos mais belos sonetos da época foram lançados por Campanella e Bruno como centelhas oriundas de seu fogo filosófico. Alessandro Tassoni satirizou os sonetistas e os adoradores de Petrarca, Marini e Tasso, em um dos mais célebres poemas italianos, *La secchia rapita* (O balde furtado). Como sua vítima era um poderoso nobre, ninguém quis publicá-lo; mas a procura era tão grande, que os copistas prosperaram copiando o poema e vendendo-o a oito coroas por manuscrito; foi, finalmente, impresso na França e contrabandeado para a Itália. O que encantou os leitores italianos não foram apenas a inteligência e a agudeza das farpas, mas os episódios de pura poesia que interrompiam a hilaridade — a história de amor de Endimião delicadamente narrada, quase a par com o quadro de um senador viajando para o céu sentado em um vaso sanitário.

Apenas dois poetas italianos superaram Tassoni em fama, nessa época: Tasso e Giovanni Battista Marini. Nascido em Nápoles e educado para a advocacia, Giovanni abandonou a carreira para dedicar-se à poesia e, durante certo tempo, levou vida de vagabundo. O marquês Manso, perdoando a licenciosidade dos versos de Marini, deu-lhe um aposento em seu palácio, onde, a uma respeitosa distância, o jovem pôde contemplar o sombrio e decadente Tasso. Por ajudar um amigo a raptar uma jovem, foi posto na prisão. Libertado, partiu para Roma, onde o amável Cardeal Pietro Aldo-

brandino fê-lo seu secretário particular. O cardeal levou-o a Turim e ali o perdeu para Carlos Emanuel, duque de Savóia. Durante certo tempo, Marini sorveu o vinho e o vinagre da vida na corte. Ridicularizou um poeta rival, Gasparo Murtola, que o emboscou, atirou contra ele, não o atingiu, mas acabou ferindo um serviçal do duque. Murtola foi condenado à morte; Marini, que o perdoara, recebeu de seu rival apenas ingratidão. Encarcerado em conseqüência de sátiras dirigidas a certas pessoas, Marini aceitou um convite de Maria de Médicis para adornar sua corte em Paris (1615). Os italianos da comitiva da rainha acolheram-no como seu porta-voz na França; foi idolatrado e recebeu gordas sinecuras; cavalheiros e damas pagaram-lhe bem pelas cópias de seu poema épico, *Adone*, que ainda não fora publicado. Uma dessas cópias chegou às mãos do cardeal Bentivoglio, que apelou a Marini para que eliminasse do poema as passagens lascivas; ignoramos até que ponto o autor tentou fazê-lo. *Adone*, publicado em Paris, em 1623, foi colocado no *Index*, causou furor e comentários na Itália. Quando Marini voltou a Nápoles (1624), salteadores de estrada atiraram flores em sua carruagem, nobres vieram a seu encontro para acompanhá-lo, e das sacadas de suas casas, beldades ofereceram-se a ele. Morreu um ano depois, com 52 anos, no auge da fama e da riqueza.

Adone é um poema notável, mesmo num país em que a poesia é quase tão congênita quanto a canção. Seu tamanho nos intimida — mil páginas, 45.000 versos. Seu estilo entrega-se a todos os artifícios de linguagem que deliciaram Lyly na Inglaterra, Guevara e Góngora na Espanha, e algumas *précieuses ridicules* do Hôtel de Rambouillet, na França; o *marinismo* foi parte de uma praga européia. O engenhoso italiano nutria uma paixão quase sensual pelas palavras; jogava com elas em antíteses loucas, em conceitos fantasiosos, circunlóquios espirituosos e, até mesmo, em rápidos trocadilhos. Mas o público italiano do século XVI, ele mesmo de linguagem picante, não se ofendia com esse amor às artimanhas e às prestidigitações com as palavras. E que importância tinha essa prestidigitação verbal num poema épico que era um peã ao sexo em todas as suas formas — normal, bestial, homossexual, incestuoso? Nele são elegantemente narrados os mitos amorosos da Grécia; Marte e Vulcano divertem-se com Afrodite; Zeus seduz Ganimedes. Os encantos do corpo masculino são o tema corrente, e o sentido do tato é louvado como maravilhosa fonte dos prazeres mais sutis do homem. O herói, Adônis, dotado de toda a beleza de uma jovem, é cortejado por mulheres, homens e animais. Vênus faz-lhe a corte com sua arte mais insinuante; um chefe de bandidos procura torná-lo seu amante; o amado e infeliz rapaz, por fim, é mortalmente ferido na virilha por um javali que tinha as mais amorosas intenções. Era essa concentração efeminada no sexo um alívio e um meio de escapar a um excesso de religião e de Espanha?

VII. TASSO

Torquato Tasso teve muitos incentivos para a poesia. Nasceu em Sorrento (1544), onde o mar é um poema épico, o céu lírico, e cada colina uma ode. O pai, Bernardo, era poeta, cortesão e homem de sensibilidade e paixão, que, conspirando contra o vice-rei, foi banido do Reino de Nápoles (1551) e, vagueando de uma corte a outra, deixou, atrás de si, na pobreza, a esposa e o filho. A mãe de Torquato, Porzia de'

Rossi, vinha de antiga família toscana com cultura no sangue. Durante três anos o jovem estudou em Nápoles, numa escola jesuíta. Absorveu o latim e o grego em doses de abalar os nervos, sendo preparado para um profundo espírito religioso que lhe deu, alternadamente, tremores teológicos e indescritível paz. Aos 10 anos, juntou-se ao pai em Roma; a morte da mãe, dois anos depois, deixou-o profundamente abalado e por muito tempo desconsolado. Acompanhou o pai a Urbino e a Veneza; ali, Bernardo publicou seu *Amadigi* (1560), que transpunha para a poesia o romance medieval.

O próprio Torquato sentia-se agora agitado pela poesia. Foi enviado a Pádua para estudar advocacia, mas o exemplo do pai foi mais forte que seus preceitos; o jovem descuidou-se das leis e pôs-se a fazer versos. Há muito sentia-se fascinado por Virgílio; resolveu então aplicar o nobre e sério estilo de Mântua àquelas lendas de cavalaria que Ariosto tratara com tanta graça. Surpreendeu o pai, enviando-lhe *Rinaldo*, um romance em 12 cantos. Bernardo se entristeceu e, ao mesmo tempo, se alegrou; previa as vicissitudes de um poeta que nada mais tinha senão o gênio; exultava, entretanto, ao ver o filho, de 18 anos, rivalizando em versos delicados e imaginativos com os melhores poetas da época. Mandando publicar o pequeno poema épico (1562), entusiasmou-se com a grande acolhida que o trabalho recebeu e permitiu que Torquato abandonasse os estudos de advocacia em Pádua pelos de filosofia e de literatura em Bolonha. Ali, o talento do jovem mostrou ser perturbador; ele escreveu epigramas contundentes contra os mestres; foi ameaçado com um processo por crime de injúria e regressou apressadamente a Pádua.

Bernardo persuadiu o Cardeal Luigi d'Este, irmão do Duque Alfonso II, de Ferrara, a tomar Torquato como secretário (1565). O poeta, cheio de alegria, ingressou na corte considerada, na época, a mais bela flor da cultura italiana. Encontrou ali um ambiente palpitante de música, dança, literatura, arte, intriga e amor. Duas irmãs do cardeal cativaram Tasso: Lucrezia, altiva, bela e de 31 anos de idade, e Leonora, de 29, uma piedosa inválida cujas discussões com Alfonso tornaram-na o ídolo da corte. A lenda (como no drama de Goethe e no *Lament of Tasso*, de Byron) descreve o poeta enamorado por Leonora; ele, indubitavelmente, dedicou a ela poesias apaixonadas, como exigia o costume, e ambas as damas dispensaram-lhe uma amizade ornada com a auréola de uma ascendência ilustre; mas uma das irmãs era 11 anos mais velha que ele, a outra, nove anos, e nenhuma, ao que parece, lhe deu mais que delicada atenção. Tasso jamais casou; só podia amar princesas, e elas só podiam casar-se com quem possuísse bens. Talvez por desconfiar de suas forças tanto quanto se orgulhava de suas poesias, temesse as limitações e obrigações do casamento.

Em 1569, morreu seu pai na pobreza. Tasso teve que tomar dinheiro emprestado para sepultá-lo. Um ano depois, o cardeal d'Este levou o jovem para Paris. Torquato sentiu-se chocado ao ver Carlos IX cordialmente ligado aos líderes huguenotes; criticou abertamente o governo por associar-se aos hereges. O cardeal, ansioso por conservar os favores do rei, enviou seu importuno secretário de volta para a Itália; Tasso nunca lhe perdoou esse gesto.

Alfonso consolou o poeta ligando-o a sua própria casa com uma remuneração anual e nenhuma responsabilidade, salvo ter ele de dedicar ao duque o poema que — sabia-se — estava escrevendo sobre a Primeira Cruzada. Aqueles anos foram relativamente fe-

lizes. No verão de 1573, Tasso levou à cena, na corte, seu drama pastoral *Aminta*, e sentiu-se encorajado pelo êxito alcançado. Cavalheiros e damas de Ferrara, que viviam explorando o campesinato, vibraram ao ver a alegria dos campônios — no palco; e todos os galanteadores da corte rejubilaram-se com o quadro de uma idade de ouro, em que todos os prazeres eram lícitos e bons.

O bel età dell' oro
Non già perchè di latte
Sen corse il fiume,
e stillò mele il bosco...
Ma sol perchè quel vano
Nome senza oggetto
Quel idolo d'errori,
idol d'inganno,
Quel che dal volgo insano
Onor poscia fu detto,
Chi di nostra natura' l
feo tiranno,
Non mischiava il suo affano
Fra le liete dolcezze

Delle amoroso gregge;
Nè fu sua dura legge
Nota a quell' alme
in libertate avvezze,
Ma legge aurea e felice
Che Natura scolpì,
*"S'ei piace, ei lice."**[72]

Essa invulgar audácia espiritual abandonou-o quando (1574) se viu terminando seu poema épico, *Gerusalemme liberata* (Jerusalém libertada). Esta foi a realização máxima de sua vida. Se falhasse, ou se a Igreja o condenasse tachando-o de licencioso ou herético, jamais se sentiria feliz outra vez. Temerosamente, enviou o manuscrito a sete críticos, pedindo-lhes a opinião sobre o enredo, personagens, estilo e moralidade do poema. Fizeram-lhe tantas críticas que ele, não sabendo como agradar a todos, pôs de lado o poema. Permaneceu cinco anos inédito. O poeta, cônscio de ter escrito uma obra-prima, exigira demasiado de seus críticos e da vida. Confessou que "não podia suportar a vida em uma cidade onde os nobres não lhe cediam o primeiro lugar ou, pelo menos, não o admitiam como homem que lhes fosse absolutamente igual". Merecia, seguramente, este último tributo; mas ele acrescentou que "esperava ser venerado pelos amigos, servido por serviçais, mimado por fâmulos, honrado pelos senhores, celebrado por poetas e citado por todos".[74] Formou-se, em Ferrara, um grupo

* Oh, encantadora idade do ouro! / Não que os rios com leite / Rolassem ou que mel / derramassem as florestas... / Mas somente porque essa dor vã / E sussurrante, / Esse ídolo de enganos, que / venera e trapaça, / Essa honra — assim chamada / Por aterrorizados espíritos vulgares — / Não agia ainda com tirania / Sobre nossa natureza. / Ela não viera ainda atormentar / O doce e feliz rebanho.

Da delicada humanidade; / Tampouco suas duras leis / As almas acorrentaram / Criadas na liberdade; mas a lei / Áurea e feliz esculpida com a própria mão / Pela Natureza / "Aquilo que dá prazer é permitido."[73]

que lhe criticou a poesia, o caráter e as pretensões. Daí começou a sonhar com posições mais suaves em cortes mais amáveis.

Distúrbios mentais e físicos abalaram-lhe os nervos: a febre da malária, repetidas dores de cabeça, os golpes acumulados com o exílio do pai, a morte de sua mãe e, finalmente, a morte de seu pai na indigência. Além disso, as dúvidas teológicas — a respeito do inferno, da imortalidade e da divindade de Cristo — agravaram-lhe o espírito com uma sensação de pecado, impelindo-o a confessar-se e a comungar constantemente.[75] Estava convencido de que praticara a magia negra (satânica). Tinha visões horríveis do dia do juízo final e via Deus lançando os condenados ao fogo eterno.[76] Sofria de delírio persecutório — suspeitava que os servos traíam seus segredos, acreditava ter sido denunciado à Inquisição e, todos os dias, esperava ser envenenado. Era um hóspede difícil.[77]

Alfonso tratava-o compreensivamente, pois, apesar de tudo, o maior poema daquela época lhe fora dedicado e, na metade de um dos cantos (XVII), era celebrada sua linhagem. Permitiu que o poeta deixasse de servir na corte e enviou-o à agradável vila de Belriguardo para mudar de ares e tranqüilizar-se um pouco. Sua paciência, entretanto, chegou ao fim quando descobriu que Tasso, secretamente, estava negociando com Francesco de' Medici — o mais acerbo rival e inimigo de Alfonso — com o objetivo de aceitar uma posição remunerada na corte florentina. Em novembro de 1575, o poeta deixou Ferrara, dizendo que ia a Roma obter a indulgência do jubileu. Partiu, mas visitou Florença duas vezes, em sua viagem. O grão-duque não simpatizou com ele. Francesco escreveu a um amigo (4 de fevereiro de 1576): "Nem sei se devo chamá-lo de louco, ou dizer que tem um espírito divertido e astuto"; um ano depois, resolveu que "não desejava manter um louco em sua corte".[78] Foi com tristeza que Tasso regressou a Ferrara.

Solicitou a Alfonso o lugar de historiógrafo; foi-lhe concedido. Em janeiro de 1577, ele apresentou-se ante a Inquisição de Bolonha e confessou que, pecaminosamente, alimentara dúvidas sobre a fé católica; a Inquisição mandou-o de volta com palavras de conforto e encorajamento. Em junho daquele ano, quando se achava nos aposentos de Lucrezia d'Este, esfaqueou um serviçal que lhe tinha despertado suspeitas. Alfonso ordenou que isolassem o poeta em um quarto do castelo, mas logo colocou-o em liberdade e levou-o para Belriguardo. O duque conduziu-se — escreveu Tasso — "quase como se fosse um irmão e não um soberano".[79] O poeta pediu para ser enviado para o mosteiro de San Francesco. Alfonso atendeu ao pedido, recomendando-lhe que purificasse a alma. Tasso submeteu-se a essa recomendação; no mosteiro, porém, em um acesso de loucura, lançou a acusação de que lhe haviam adulterado o vinho; os monges pediram que o removessem de lá. Foi novamente enviado para o castelo ducal e colocado sob vigilância. Escapou, disfarçado de camponês, e vagueou a pé e só pelos Apeninos, até chegar à casa de sua irmã Cornélia, em Sorrento. Ela o recebeu com amorosa ternura.

Talvez ali seu espírito se tivesse desanuviado, encontrando, assim, certa felicidade, se ele não se preocupasse com o grande poema, ainda inédito, que deixara em Ferrara; e talvez, há muito acostumado à vida da corte, sentisse falta do conforto que acompanhava suas tribulações. Partiu para Roma e implorou ao embaixador de Ferrara que intercedesse por ele junto a Alfonso. O duque remeteu dinheiro para atender às ne-

cessidades do poeta e consentiu que ele regressasse, sob a condição, porém, de ele prometer manter-se calmo e submeter-se a tratamento médico. Chegando a Ferrara (1578), deram-lhe aposentos particulares fora do palácio; forneceram-lhe um criado e as refeições eram-lhe enviadas diretamente da mesa do duque. Tasso, obedientemente, aceitou sedativos e depurativos e continuou a escrever belas poesias. Esperara, entretanto, ser novamente o favorito da corte; ao invés disso, quase todos o tratavam como um louco. Nem o duque nem as princesas o admitiam em sua presença. O pior insulto de todos foi quando Alfonso ordenou que os manuscritos do poeta, inclusive o *Gerusalemme*, lhe fossem arrebatados, com receio de que ele os destruísse.

Em junho de 1578, Tasso novamente fugiu de Ferrara. Dirigiu-se para Mântua, depois para Pádua, Veneza, Urbino e Turim. Ali, o Duque Carlos Emanuel recebeu-o com honrarias e proporcionou-lhe todos os confortos que tivera em Ferrara. Mas o irrequieto poeta, após três meses, possivelmente ansioso por recuperar os manuscritos, requereu a Alfonso que o recebesse novamente. Alfonso concordou e, em fevereiro de 1579, achava-se Tasso mais uma vez alojado no palácio do Cardeal Luigi d'Este. Mas Alfonso, ansioso por ter herdeiros, ia casar-se pela terceira vez e não estava interessado em poesias; Tasso não foi convidado para as festividades. Durante duas semanas amargou agastado a omissão; foi então que deixou (12 de março de 1579) seus aposentos no castelo do cardeal e irrompeu pelo palácio de Bentivogli reclamando contra o duque, a nova duquesa e toda a corte. Correu depois para o castelo e insistiu em ver a duquesa e recuperar seus manuscritos. O duque ordenou que o removessem para o hospital de doenças mentais de Sant'Anna, que ficava nas imediações. Tasso ficou confinado ali por mais de sete anos.

Ele estava completamente louco. Tinha intervalos de lucidez, nos quais escrevia poesias e recebia amigos; Montaigne alega tê-lo visitado. Muitas damas da corte iam confortá-lo, e houve uma ocasião em que Lucrezia levou-o para sua vila em Belvedere; mas seu caráter violento assustou-a, e ela o mandou de volta ao hospital. Seu espírito alquebrado via-se projetado em intermitentes terrores pelas alucinações que o assaltavam, durante as quais dizia ouvir vozes de fantasmas e ver espíritos sobrenaturais invadirem-lhe o quarto para furtar-lhe os poemas.

Finalmente seu épico foi publicado. Os que estavam de posse do manuscrito, sabedores de que plagiadores de livros o haviam copiado, enviaram-no aos impressores (1580). Os críticos ainda encontraram falhas nele, mas a Itália o acolheu entusiasticamente, e as autoridades da Igreja louvaram o tema e o espírito religioso. Seguiram-se várias edições; dois mil exemplares foram vendidos em um só dia; lares e cortes ecoavam sua melodia. Homens discutiam se se devia colocar Tasso no mesmo nível de Ariosto ou Petrarca; Voltaire, sem qualquer preconceito de ordem cristã, preferiu o poema à *Ilíada*;[80] Elizabeth da Inglaterra, ouvindo trechos dele traduzidos para o latim, invejou o duque de Ferrara por ter encontrado um Homero para imortalizá-lo.[81]

Se estimularmos nosso sentido histórico poderemos começar a compreender por que a Europa reagiu tão calorosamente àquela empolgante narrativa da Primeira Cruzada. Ela foi aclamada como o poema épico da cristandade, há muito esperado e fortemente desejado. Pois quando Torquato Tasso o começou, a Europa estava reunindo a esquadra que enfrentou os turcos em Lepanto; travou-se a grande batalha enquanto o poeta escrevia; foi ganha, mas a rápida recuperação dos turcos ameaçava ainda a

Europa, especialmente a Itália; Roma, a cidade do cristianismo, achava-se em perigo quando o poema foi terminado. O temor ao islamismo era, naquela época, tão acentuado no mundo cristão quanto o atual receio europeu de um Oriente revitalizado. Naquela atmosfera, homens e mulheres liam, em versos sedutores, a estimulante história de como Godofredo de Bouillon, em 1099, conduzira uma hoste cristã exaurida, porém triunfante, à conquista de Jerusalém.

Tasso, assim, lembrando e desafiando *arma virumque cano*, de Virgílio, começa altivamente:

Canto l'arme pietose, e 'l capitano
Che il gran sepolcro liberò di Cristo — *

Roga à Musa que inspire ardores celestiais em seu peito e dedica seu poema ao "*magnanimo* Alfonso" por salvá-lo dos golpes da sorte e dar-lhe um agradável refúgio. Deus envia o Arcanjo Gabriel para ordenar a Godofredo que deixe de hesitações e marche contra Jerusalém. Ao se aproximarem os cristãos da cidade, o governador turco, Aladim, ordena a seus homens que transfiram uma estátua da Virgem de uma igreja cristã para uma mesquita muçulmana, acreditando que a imagem trará a vitória a seu possuidor. Os cristãos recuperam a estátua e a ocultam; Aladim decreta o massacre de todos os cristãos que haviam permanecido em Jerusalém. A encantadora donzela Sofrônia oferece-se para sacrificar-se pelo seu povo; mente a Aladim dizendo ter sido ela quem furtou e queimou a imagem; ele a condena à morte na fogueira. Olindo, que a ama sem ser correspondido, tenta morrer em lugar dela e assume a culpa; ambos são condenados à morte, mas são salvos pela heroína muçulmana Clorinda. Plutão, deus do mundo inferior, reúne o conselho de seus adeptos a fim de discutir os meios de derrotar os sitiantes cristãos. A bela Armida, donzela damascena com poderes de sedução, é escolhida como instrumento de seus planos. Rinaldo e outros cavaleiros são atraídos ao jardim encantado da jovem, e Rinaldo entrega-se aos braços dela. Tancredo, o perfeito cavaleiro cristão, nobre e valoroso, admira a coragem de Clorinda e, não obstante a barreira dos credos, apaixona-se por ela. Em um dos cantos mais vívidos do poema (XII), Clorinda disfarça-se e luta com Tancredo até morrer; agonizante, pede a ele que a batize em sua fé. Godofredo envia soldados à procura de Rinaldo e dos cavaleiros desaparecidos; descobrem o castelo de Armida, fogem das "belas mulheres nuas" que nadam em uma piscina, e libertam os cativos. Furiosa por ter sido abandonada por Rinaldo, Armida oferece-se como prêmio a qualquer pessoa que o queira matar. Tisifernes toma a si a tarefa, mas Rinaldo traspassa-o com a espada. Armida resolve suicidar-se, mas Rinaldo a dissuade com novas juras de amor; ela consente em converter-se e entregar-se a ele com a frase da Virgem: *Ecco l'ancilla tua.*[82] Os cristãos escalam as muralhas, massacram as hostes muçulmanas e rendem graças a Deus. A história não chega até à incineração dos judeus.

Ariosto ridicularizara o romance de cavalaria; Torquato Tasso reviveu-o em sua plena gravidade, acrescentando magia medieval e prodígios à maquinaria clássica das divindades em sua intervenção. A Contra-Reforma, durante certo tempo, reprimira o saudável senso de humor dos italianos; a falta de humor preparou Tasso para a insanidade. Não se deve levar o universo muito a sério. Tasso, em seu épico é a fé inconteste e a emoção irrefreada. Adornou o poema com conceitos tais, que Galileu o comparou a um museu de curiosidades[83] e escreveu acerbas críticas nas margens de seu exemplar.[84] As imitações são óbvias: de Homero, nas cenas de batalhas; de Virgílio, na visita ao inferno; de Ariosto, nos amores; de Virgílio, Dante e Petrarca, nas idéias e em versos inteiros. A magia é infantil, as amazonas absurdas. O *Gerusalemme* talvez

* Canto as armas piedosas, e o capitão / Que de Cristo o grão-sepulcro libertou

não seja tão majestoso quanto a *Ilíada*, nem tão cativante quanto a *Odisséia* ou tão nobre quanto a *Eneida*; mantém, entretanto, o interesse de qualquer poema épico, com seu estilo pontilhado de lances felizes e de melodia fluente; seus personagens têm vida, seus episódios fundem-se habilmente com o tema central. Muitas de suas cenas e incidentes inspiraram pinturas célebres. Seus versos e atmosfera ajudaram a formar a *Faerie Queene*, de Spenser. Suas estâncias, postas em música, alegraram o tedioso ritmo dos gondoleiros venezianos.

Tasso, em seus intervalos de lucidez, teve pouco prazer e menos lucro com o êxito de seu poema. Não recebeu um centavo dos editores. Como se dá com a maioria dos autores, um grama de crítica hostil pesa mais do que um quilo de elogios. Estremeceu ao ler os comentários de alguns críticos — segundo os quais suas rimas eram, muitas vezes, aliteradas, suas cenas de amor demasiado sensuais, seus muçulmanos admiráveis demais e suas heroínas quase sempre semelhantes a homens. O restante da Itália, todavia, aclamou-o como um Virgílio redivivo, e vozes levantaram-se exigindo melhor tratamento para o acabrunhado poeta. As pessoas que o visitavam, porém, perceberam que ele necessitava de cuidadosa assistência e que Alfonso estava tratando da questão com a mesma consideração que se podia esperar de um homem muitas vezes desgostoso e atarefado com o governo.

O estado de saúde do poeta apresentou melhoras. Em julho de 1586, Vincenzo Gonzaga, herdeiro legítimo do ducado de Mântua, conseguiu libertá-lo com a promessa de cuidar dele. Tasso viveu em Mântua durante um mês; abandonou-a depois para ir a Bérgamo, Módena, Bolonha, Loreto e Roma, vendendo seus poemas e louvores a quem quer que lhos pagasse. Foi bem recebido em Roma, mas logo pôs-se a perambular novamente; foi a Siena, a Florença, outra vez a Mântua e mais uma vez a Nápoles, onde o marquês Manso o amparou; e uma vez mais a Roma, onde os cardeais Cinzio e Aldobrandino o abrigaram em seus aposentos no Vaticano (1594). Tasso desejou voltar a Ferrara para lá morrer; Alfonso recusou-se a deixá-lo voltar. O Papa Clemente VIII destinou-lhe uma pensão e traçou planos para coroá-lo poeta laureado. No entanto, em abril de 1595, o esgotado poeta, velho e debilitado aos 51 anos, teve de ser levado para o mosteiro de San Onofrio, em Roma, para ter melhor assistência. Ali, após outra crise de delírio, morreu, no dia 25 de abril, murmurando: *In manus tuas, Domine*. A coroa de louros que não chegou a usar foi colocada sobre seu ataúde. O corpo foi carregado em procissão até à catedral de São Pedro e, depois, voltou acompanhado pela corte papal, por nobres e eruditos de Roma; foi sepultado na igreja do mosteiro, sendo o túmulo marcado com um simples epitáfio: *Hic jacet Torquatus Tassus*. A cela que ocupara tornou-se alvo de visitações, como ainda hoje o é.

VIII. O ADVENTO DO BARROCO: 1550-1648

A arte clássica — o Pártenon e seus frisos, as esculturas de Míron e Policleto, o Fórum Romano, A *Eneida*, as *stanze* de Rafael no Vaticano, as figuras de Michelangelo na capela dos Medici — fora a transformação do caos em ordem, da multiplicidade em unidade, do movimento em estabilidade, da sensação em pensamento, do indis-

criminado em significativo, do complexo e obscuro em simples e claro, da matéria em forma. Mas a perfeição torna-se monótona quando dura muito tempo. A mudança é necessária à vida, à sensação e ao pensamento; uma excitante novidade pode ser bela pela própria novidade, até que o antigo e esquecido retorne com o tempo, e seja acolhido como coisa inteiramente nova. Assim, a Renascença expulsou o gótico da Itália por achá-lo bárbaro, até que artistas e patronos, enfarados das belas proporções e da limitante simetria e rindo-se, como as gárgulas das catedrais, das colunas clássicas, das arquitraves, dos frontões, trouxeram de volta o espírito gótico nas exuberantes irregularidades e elaborações do barroco.*

A arte clássica procurara revelar o objetivo, o impessoal e o perfeito; o barroco permitiu ao artista como indivíduo, mesmo a seu estado de espírito passageiro, expressar na obra que executasse não tanto um objeto realisticamente retratado (como na pintura holandesa), mas uma impressão ou sentimento objetivado através de formas em parte imaginárias. Assim, as figuras alongadas de El Greco não representavam homens da Espanha, mas suas próprias lembranças ou disposições; as ternas *Madonnas* de Murillo e Guido Reni não eram as atormentadas mães que eles conheciam, mas a piedade exemplar que lhes haviam pedido que representassem. Além disso, uma Itália que sentira o abalo sísmico da Reforma, e na qual Loyola, Teresa, Xavier e Carlos Borromeu despertaram novas e ardentes emoções religiosas — esta Itália pós-Lutero não mais podia se apoiar na serena e altiva paz do ideal clássico. Ela reafirmou sua fé, exibiu desafiadoramente seus símbolos, adornou seus santuários e lançou na arte as cores e a sensibilidade de um novo entusiasmo, uma nova diversidade e incalculável liberdade de estrutura e movimento, liberta das regras clássicas, de suas limitações e de suas linhas. A arte passou a ser a expressão do sentimento através do ornato e não a compreensão da idéia pela forma.

A arquitetura não mais era a matemática grega nem a engenharia romana; era música, às vezes o *opus* como a Ópera de Paris. Projetistas e construtores passaram da estabilidade para a fluidez e o ritmo; rejeitaram a simetria estática pelo desequilíbrio e desunião deliberados; entalharam ou enroscaram, deliberadamente, colunas e arquitraves; estavam fartos das superfícies planas e conjuntos pesados; seccionaram cornijas, dividiram frontões em dois e espalharam escultura a cada passo. Os próprios escultores estavam cansados dos membros perfeitos, de rostos imóveis e da rígida pose frontal; colocaram suas figuras em atitudes inesperadas, convidando os olhos à sua contemplação de variados ângulos; introduziram os efeitos da pintura na estatuária, esculpindo na pedra a luz e a sombra e o movimento no corpo, bem como o sentimento e o pensamento no rosto. Os pintores deixaram para Perugino, Correggio e Rafael as linhas puras, a luz clara e a serenidade inócua; banharam o mundo em cores, à semelhança de Rubens, sombrearam-no com misticismos, à feição de Rembrandt, despertaram-no para a sensualidade, como Reni, ou inquietaram-no com o sofrimento e o êxtase, como El Greco. Os carpinteiros cobriram os móveis com decorações, os trabalhadores em metal deram a seu material formas bizarras e jocosas. Quando em 1568 os jesuítas contrataram Vignola para elaborar o projeto de sua igreja, Il Ge-

* Palavra de origem portuguesa — concha de formato irregular, usada com freqüência em decoração.

sù, em Roma, providenciaram para que ela reunisse todas as artes em uma profusão de colunas, estátuas, quadros e metais preciosos, destinados não a ilustrar a geometria mas a inspirar e irradiar fé.

Como a Itália ainda liderava a Europa em arte, o novo estilo de ornamentação, sentimento e expressão passou não só para a Espanha católica, Flandres e França, como também para a Alemanha protestante, onde atingiu uma de suas formas mais alegres. A literatura sentiu a influência do estilo barroco no extravagante jogo de palavras de Marini, Góngora e Lyly, na linguagem rebuscada de Shakespeare, no *Doutor Fausto* de Marlowe, e no *Fausto* de Goethe. A ópera é música *barroca*. O novo estilo não conquistou uma vitória generalizada. Os holandeses preferiram o realismo sereno às excitações do barroco. Velázques, em sua melhor feição, era clássico ou realista, e Cervantes, após uma vida romântica, escreveu *Don Quixote* com a calma e o equilíbrio clássicos. Corneille, Racine e Poussin eram devotadamente clássicos. Mas os clássicos eram sempre clássicos? Poderia alguma coisa ser mais barroca que o *Laocoonte* a debater-se horrivelmente? A história ridiculariza todas as tentativas de forçar-lhe o curso para padrões teóricos ou esquemas lógicos; ela destrói as nossas generalizações, quebra todas as nossas regras. A história é barroca.

Um só poderoso fator permaneceu constante na arte italiana: a Igreja era ainda o mais ativo e plástico patrono. Havia, é claro, outros patronos e outras influências: príncipes e cardeais cultos construíram palácios particulares e, nos ornamentos, serviram-se de alguns temas pagãos. Assim, Odoardo Farnese mandou que os Carracci pintassem para ele *O Triunfo de Baco* e *O Domínio do Amor*. Contudo, o Concílio de Trento e a Reforma Católica, que se lhe seguiu, estabeleceram um tom mais grave; os nus deixaram de figurar na arte italiana, e os temas piedosos não mais serviram como veículos sensuais. Somente as súplicas de artistas romanos dissuadiram o Papa Clemente VIII de cobrir completamente o *Juízo Final*, de Michelangelo e tudo o mais de Daniele da Volterra. O concílio defendeu as imagens religiosas contra os ataques dos huguenotes e puritanos, insistindo que tais símbolos inspirariam antes devoção que qualquer apelo à carne. Enquanto os reformadores desaprovavam a veneração à Virgem Maria e a invocação dos santos, os pintores e escultores da Itália da Contra-Reforma descreviam, mais uma vez, freqüentemente com realismo cru, os sofrimentos dos mártires e, com sentimento consciencioso, a história da Virgem Mãe de Deus. A ansiedade da Igreja em eliminar da arte o paganismo, e de inculcar doutrina e piedade, cooperou com os reveses políticos e econômicos da Itália para fazer dessa época o último eco da Renascença.

IX. AS ARTES EM ROMA

Roma era ainda a capital artística do mundo. A grande época da pintura romana havia passado, e nenhum pintor italiano podia agora rivalizar com Rubens ou Rembrandt; a arquitetura romana, porém, prosperava, e Bernini foi, durante uma geração, o mais famoso artista da Europa. Embora Bolonha tivesse assumido a liderança na pintura, os astros dessa escola foram a Roma para uma última floração, e Vasari ali chegou em 1572 para pintar um afresco na Sala Regia do Vaticano. Pintores, que minorias aficionadas ainda reverenciam, povoavam as *botteghe* de Roma: Taddeo e Federigo Zuccaro, Girolamo Muziano, Francesco de' Salviati, Giovanni

Lanfranco, Bartolommeo Manfredi, Domenico Fetti e Andrea Sacchi. Muitos destes eram em geral classificados como "maneiristas" — artistas que pintavam à maneira de um ou outro mestre da Alta Renascença. Podemos admitir o "maneirismo" (1550-1600) como a primeira fase do estilo barroco.

Federigo Zuccaro espalhou suas cores por quatro nações. Em Florença, terminou os afrescos que Vasari começara no domo da catedral; em Roma, pintou a Capella Paolina, do Vaticano; em Flandres, executou uma série de desenhos; na Inglaterra, fez os célebres retratos da Rainha Elizabeth e de Maria Stuart; na Espanha, participou da decoração do Escorial; e, de novo em Roma, fundou a Academia de São Lucas, cuja organização sugeriu a Reynolds a Academia Real Inglesa de Artes. De todos os pintores italianos daquela geração, Zuccaro foi o mais procurado; mas a posteridade preferiu Pietro Berrettini da Cortona. Com a versatilidade da Renascença, Berrettini projetou os palácios Barberini e Pamfili, em Roma, e pintou no palácio Pitti, em Florença, com toda a profusão do estilo barroco, afrescos apinhados de figuras fantásticas.

O verdadeiro mestre da pintura romana daquela época foi Michelangelo Merisi da Caravaggio. Era um homem com o espírito celliniano. Filho de um pedreiro lombardo, estudou em Milão, mudou-se para Roma, brigou umas 12 vezes, matou um amigo em duelo, escapou da prisão, fugiu para Malta, Catânia e Siracusa e morreu de insolação em uma praia da Sicília, aos 44 anos de idade (1609). Nos intervalos, realizou quase uma revolução no espírito e na técnica da pintura italiana. Gostava de contrastes violentos de luz e sombra, recorria a truques como o de iluminar uma cena com uma lareira oculta, modelava suas figuras com luz, ressaltava-as de um fundo escuro, e deu início ao reinado dos *tenebrosi* — Guercino, Ribera e Salvator Rosa — na Itália. Desprezando o sentimentalismo idealista dos pintores bolonheses, surpreendeu a época com seu realismo quase brutal. Ao pintar temas religiosos, fazia os apóstolos e os santos parecer robustos trabalhadores oriundos das docas. Seu *Jogadores de Cartas* (agora na Coleção Rothschild, em Paris) conquistou-lhe fama internacional. Seu *Músicos* — três cantores e uma encantadora alaudista — acumulou poeira durante três séculos antes de ser descoberto em uma loja de antigüidades no norte da Inglaterra, por volta de 1935; foi vendido a um cirurgião por 100 libras e adquirido por 50 mil dólares pelo Museu Metropolitano de Nova York (1952). Em geral, a Igreja repelia os quadros religiosos de Caravaggio por julgá-los demasiado plebeus e destituídos de sublimidade; hoje, eles são verdadeiros troféus de *connoisseurs*. Rubens admirou-lhe tanto a *Madonna del Rosario* que fez uma coleta de 1.800 florins entre os artistas de Antuérpia para comprar o quadro e presenteá-lo à igreja de São Paulo.[85] *A Ceia de Emaús* (Londres) não é tão profunda quanto a de Rembrandt, mas é uma vigorosa reprodução de figuras do campo. *A Morte da Virgem* (Louvre) — outra cena camponesa — foi um dos quadros que criaram a escola dos *naturalisti* na Itália e dos realistas na Espanha e na Holanda. Caravaggio acentuava freqüentemente o melodrama da violência e da crueza, mas a história, como a oratória, raramente deixa de exagerar ao demonstrar uma proposição. Aquela época, que esgotara os temas sentimentais e estremecia ante aqueles musculosos estivadores, acabou aceitando-os como uma entrada revigorante para a arte de homens esquecidos. Ribera adotou o pincel sombrio de Caravaggio e igualou-se a ele; Rembrandt captou desse italiano o *chiaroscuro* e melhorou-o; e até os pintores do século XIX sentiram essa influência tempestuosa.

A arquitetura assistiu, nessa época, ao advento e ao zênite do barroco. Uma sucessão de papas transformou o suor e os ceitis dos fiéis de boa vontade na glória de Roma. Pio IV terminou o Belvedere, e outras salas no Vaticano. Gregório XIII construiu o Collegio Romano e começou o palácio do Quirinal — que em 1870 passou a ser residência do rei. Domenico Fontana, arquiteto favorito de Sisto V, projetou o novo palácio de Latrão, a Capela Sistina na igreja de Santa Maria Maggiore, e, ainda nesse templo, o túmulo barroco de Pio V. Ao mesmo tempo, cardeais e nobres acrescentavam a Roma novos palácios (Giustiniani, Lancelotti, Borghese, Barberini e Rospigliosi), bem como novas *villas* (Pamfili, Borghese e Medici). Prosseguia também a destruição; nesse período, Pio V demoliu os Banhos de Constantino, que sobreviveram quase intatos, desde esse primeiro imperador cristão.

Abundavam os bons arquitetos. Havia Giacomo della Porta, que com eficiência terminou vários edifícios deixados inacabados por Vignola, seu mestre, como a fachada da Il Gesù e a cúpula da catedral de São Pedro; nessa mesma dimensão projetou a majestosa Cappella Gregoriana; deu os retoques finais ao Palazzo Farnese, que Michelangelo começara; e a ele se devem duas das mais magnificentes fontes que dão a Roma o frescor da eterna juventude. A mais bela delas é a Fontana delle Tartarughe (tartarugas), que Taddeo Lundini erigiu diante do Palazzo Mattei. Martino Lunghi, o Velho, participou com della Porta na construção, a partir dos esboços de Michelangelo, do Palazzo de' Conservatori; e ele mesmo começou o palácio Borghese, que Flaminio Ponzio terminou para Paulo V. Domenico Fontana contribuiu com a Fontanone dell' Acqua Felice e a Fontana dell' Acqua Paolina, e erigiu a bela Loggia da Bênção no pórtico norte da basílica de São João de Latrão. Seu sobrinho Carlo Maderna, que o sucedeu como arquiteto da catedral de São Pedro, modificou o plano básico da cruz grega de Michelangelo para a cruz latina, desenhou a fachada da grande capela e encontrou, nos banhos de Caracala e Diocleciano, a inspiração para sua imensa nave. O discípulo de Maderna, Francesco Borromini, reconstruiu de maneira grandiosa o interior da basílica de São João do Latrão e começou, como sua obra-prima, a suntuosa igreja de Sant' Agnese, que rivaliza com a Il Gesù na ilustração do barroco romano.

A igreja de Jesus — Il Gesù — foi planejada (1568) por Giacomo da Vignola para satisfazer ao desejo dos jesuítas de apresentar uma arquitetura cuja magnificência atemorizasse, inspirasse e enlevasse os fiéis. O arquiteto e seus sucessores construíram espaçosa nave sem corredores, com colunas ornamentadas, tímpanos, capitéis e cornijas; um altar imponente, uma cúpula luminosa e uma decoração brilhante com quadros, estatuária, mármore, prata e ouro. Em 1700, Andrea del Pozzo — ele mesmo um jesuíta — acrescentou o nobre túmulo e o altar de Santo Inácio. A atitude jesuítica para com a vida diferia da de outros clérigos católicos, e estava em pólo oposto ao ponto de vista dos puritanos; a arte, depurada de sensualidade secular, seria bem-vinda enquanto adorno da vida e da fé. Não havia, contudo, um "estilo jesuítico" específico. Il Gesù era o barroco petrificado, e muitas igrejas jesuítas, especialmente na Alemanha, eram barrocas sem desrespeitar as disposições e as formas correntes locais.

A última realização da arte romana foi a conclusão da basílica de São Pedro. Michelangelo deixara o modelo do domo, mas o tambor só foi colocado quando Sisto V ascendeu ao papado. Tinha 42 metros de diâmetro. Somente Brunelleschi, em Florença, ousara cobrir área tão grande, sem recorrer a suportes. Arquitetos e engenheiros sentiam-se desanimados ante a tarefa proposta por Buonarotti; financistas queixavam-se de que a construção absorveria um milhão de ducados e levaria 10 anos. Sisto V ordenou que se prosseguisse no trabalho, esperando celebrar missa sob o novo domo antes de morrer. Giacomo della Porta assumiu a direção do empreendimento tendo Domenico Fontana como auxiliar. Oitocentos homens trabalharam noite e dia, exceto aos domingos, desde março de 1589, até que, em 21 de maio de 1590, três

meses antes da morte do valoroso pontífice, foi Roma informada de que, "para sua glória eterna e vergonha de seus predecessores, nosso santo Papa Sisto completou a cúpula da catedral de São Pedro".[86]

A fachada barroca, que Maderna levantou em 1607-14, prejudicou o efeito do domo, salvo quando contemplado a certa distância. A própria igreja foi finalmente consagrada em 1626, 174 anos após seu projeto inicial. Em 1633, Bernini fundiu em bronze o aparatoso *baldacchino* (baldaquino) sobre o "túmulo de São Pedro" e o altar-mor. O grande escultor redimiu-se encerrando a via de acesso ao santuário em uma colunata maciça e elíptica (1655-7) que ajuda a fazer da basílica de São Pedro o mais sublime edifício da terra, sendo o seu domo a realização culminante da arte moderna.

X. BERNINI

Giovanni Lorenzo Bernini resumiu em uma vida controlada (1598-1680) a arte da Roma do século XVII. De seu pai florentino, um escultor, aprendeu sua arte; de sua mãe, napolitana, talvez tivesse recebido a intensidade emocional e a fé ardente. Em 1605, o pai foi chamado a Roma para trabalhar na igreja de Santa Maria Maggiore. Ali "Gian" cresceu em uma atmosfera de estatuária clássica e piedade jesuítica. Emocionou-se com o *Antinoo* e o *Apolo de Belvedere*, do Vaticano; mas sentiu-se mais profundamente comocionado com os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, que praticou até sentir o terror e a devoção de alguém que tivesse experimentado as dores do inferno e o amor de Cristo. Ouvia missa todos os dias; duas vezes por semana tomava a comunhão.

Experimentou primeiro a pintura, chegando a produzir cerca de 100 quadros. Destes, *Santo André e São Tiago* — da Coleção Barberini, em Roma — recebeu os maiores louvores, se bem que prefiramos o auto-retrato existente na galeria Uffizi — um jovem belo e moreno, entregue à meditação merencória. Saiu-se ele melhor na arquitetura. Terminou para Matteo Barberini o palácio Barberini; e, quando esse patrono se tornou o Papa Urbano VIII, Bernini, com 31 anos de idade, foi nomeado arquiteto-chefe da basílica de São Pedro. Ali, além da colunata e do baldaquino, construiu na abside a faustosa *Cathedra Petri*, abrigando a cadeira de madeira que os fiéis acreditavam ter sido usada pelo apóstolo; ao seu redor, agrupou quatro vigorosas figuras dos Padres da Igreja; e sobre essa bizarra estrutura espalhou estátuas de anjos, com o abandono de um homem que tinha no cérebro uma fábrica de obras-primas. Próximo a ela, colocou um maciço túmulo para seu amado Urbano VIII. Projetou os balcões e muitas das estátuas que adornam os pilares que sustentam o domo. Embaixo do domo, colocou uma monumental figura de São Longino e, na nave direita, ergueu um luxuoso monumento à Condessa Matilda de Toscana. Fora da Igreja, em estilo mais simples, remodelou a *Scala Regia*, que sobe passando por colunas pomposas até o palácio do Vaticano; e, em um recanto dessa Escada Real, erigiu uma estátua eqüestre de Constantino contemplando, no céu, seus apelos ao mundo cristão; a emotividade dessa figura estabeleceu um padrão para o período barroco. No fim de sua vida, Bernini construiu na capela do Santíssimo Sacramento, da basílica de São Pedro, um altar cujos brilhantes mármores, cibório, templo, cúpula e anjos enlevados na adoração não lhe pareceram a encarnação demasiado deslumbrante do mistério eucarístico da

missa. Todo esse trabalho no interior e em torno da basílica de São Pedro impressiona o artista moderno como exagero teatral e ilusório apelo aos sentidos; a Bernini pareceu o veículo exuberante de uma fé extasiante e contagiante.

Ele misturou, por toda parte, arquitetura e estátuas. Sonhava com uma arte que unisse a arquitetura, a escultura e a pintura em um conjunto que tocasse diretamente a alma. Na igreja de Santa Maria della Vittoria, reuniu preciosos mármores — verdes, azuis e vermelhos — e deu asas a seu gosto pelas decorações construindo a capela Cornaro, com maviosos pilares e graciosas colunas coríntias; ali colocou uma de suas mais notáveis e emocionantes esculturas: o *Êxtase de Santa Teresa*. Santa Teresa, lassa e inconsciente em transe extático, com um deleitável serafim preparando-se para traspassar-lhe o coração com uma seta flamejante, um símbolo da união da santa com Cristo. A figura de Santa Teresa, aparentemente sem vida, é um dos triunfos do barroco italiano, e o anjo com seta uma canção petrificada.

Bernini teve alguns rivais. Montaigne ficou fortemente impressionado com a estátua da Justiça, de Giacomo della Porta, sobre o túmulo de Paulo III na basílica de São Pedro. Torrigiano fundiu um busto vigoroso e realista de Sisto V, agora no Museu Vitória e Alberto. Borromini, à semelhança de Bermini, misturou escultura e arquitetura, como no túmulo do cardeal Villamarino na igreja dos Santi Apostoli, em Nápoles. Alessandro Algardi igualou Bermini ao esculpir três figuras para a sepultura de Leão XI na basílica de São Pedro, e superou-o esculpindo em alto relevo *O Encontro do Papa Leão I com Átila*, na mesma basílica; e o busto de Inocêncio X, de Algardi, no Palazzo Doria Pamfili, agrada mais que o de Bernini, e é quase tão admirável quanto o retrato de Velázques. Mas ninguém, nesse período, igualou Bernini em fertilidade artística, em imaginação e em realizações.

Ele deliciou Roma com bizarras fontes: a Fontana del Tritone, a Fontana dei Fiumi — onde escultores secundários esculpiram quatro figuras representando o Danúbio, o Nilo, o Ganges e o Prata. Dos projetos apresentados à concorrência para construção dessa fonte, Inocêncio X escolheu o de Bernini dizendo: "Não se pode contemplar seus desenhos a menos que se esteja preparado para adotá-los."[87] O gosto de Bernini por suntuosos túmulos deve ter proporcionado a seus patronos certas expectativas agradáveis em relação à morte. Urbano VIII viveu o suficiente para ver, na basílica de São Pedro, o túmulo preparado para receber seus despojos.

O Cardeal Scipione Borghese rivalizou com Urbano VIII em dar a Bernini escudos e tarefas. Para ele o escultor fez o vívido *Rapto de Prosérpina*, sonho de músculos masculinos e curvas femininas; *Davi*, atirando com sua funda contra Golias; e *Apolo e Dafne* — reprodução demasiado idealizada de um casal de jovens. Essas figuras (todas agora na galeria Borghese) fizeram com que Bernini fosse acusado de maneirismo e de exagero teatral. O próprio cardeal nos foi transmitido em dois bustos: a personificação da boa índole e do bom apetite. Naturalmente é mais atrativo o busto da encantadora Constanza Buonarelli, no Museo Nazionale, em Florença; ela era a esposa do assistente de Bernini, e Bernini — declarou seu filho — reproduziu-a na pedra quando estivera ardentemente enamorado de sua carne: *fieramente innamorato*.[88]

Mais que qualquer outro artista, Bernini ilustra as falhas do barroco. Apelou para a emoção e fê-lo de modo demasiado óbvio. Confundiu o teatral com o dramático, a graça com a beleza, o sentimento com a simpatia e o tamanho com a grandeza.

Deu à escultura a intensa expressão facial, geralmente privilégio da pintura. Com um realismo por demais meticuloso nos pormenores, amorteceu às vezes o impacto psicológico de sua obra. Raramente emprestou as suas figuras o repouso que proporciona qualidade eterna às esculturas da Atenas de Péricles. Mas por que deverá uma estátua exprimir sempre o repouso? Por que o movimento, a sensação e o entusiasmo da vida não deveriam invadir e animar o mármore e o bronze? É uma virtude, não uma falha, na escultura barroca, o fato de ter ela feito a pedra sentir e falar. Bernini observou o preceito de Horácio e sentiu o que ele exprimiu — a lisa textura da pele de uma moça, a ágil vitalidade do jovem, os cuidados e os labores dos chefes, a piedade e o êxtase dos santos.

Durante quase 50 anos foi reconhecidamente o maior arquiteto de sua época. Em 1665, quando Colbert e Luís XIV se propuseram a remodelar e estender o Louvre, convidaram Bernini para ir a Paris e empreender a tarefa. Ele foi, e projetou não sabiamente mas muito bem — com demasiada grandeza para o gosto e os recursos dos franceses. A fachada mais severa de Perrault foi preferida, e Bernini regressou a Roma desapontado. Então (1667) fez seu próprio e notável desenho a creiom, atualmente no castelo de Windsor — cachos brancos recuando sobre uma testa vigorosa, um rosto enrugado e assinalado pelo trabalho; os olhos, outrora delicados, tornados duros e temerosos como se estivessem vendo para onde conduz o caminho da glória. Mas não se sentia ainda derrotado; durante 13 anos mais construiu e esculpiu *con furia*, "o espírito decidido, resoluto no trabalho, ardente em sua ira".[89] Sobrevivera à Renascença italiana, quando se lhe extinguiu a chama (28 de novembro de 1680).

Milton, visitando a Itália em 1638, relatou que os próprios homens cultos da Itália achavam que a glória do país perecera com a vinda do domínio espanhol e a Contra-Reforma. Provavelmente a sujeição e a censura tivessem prejudicado o espírito e a arte da Itália — se bem que Cervantes, Calderón e Velázques florescessem sob uma Inquisição mais severa na Espanha. Mas foi um marinheiro português, não um general espanhol ou um *Index Expurgatorius*, quem deu um fim à Renascença italiana. Vasco da Gama descobrira uma rota marítima para as Índias, uma longa rota, porém mais barata que as vias de comércio de Veneza e Gênova, que haviam enriquecido a Itália. O comércio dos portugueses e holandeses estava suplantando o dos italianos; os tecidos flamengos e ingleses estavam arrebatando mercados aos florentinos. E a Reforma cortara pela metade o fluxo do ouro alemão e inglês para Roma.

A Itália brilhou em seu declínio. A arte caíra das alturas de Rafael e Michelangelo e o pensamento político perdera a profundidade e a coragem de Maquiavel. Mas não havia declínio; houve uma ascensão na diplomacia, de Leão X a Sisto V; houve uma ascensão na ciência, de Leonardo a Galileu; na filosofia, de Pomponazzi a Bruno; no drama musical, de Poliziano a Monteverdi; houve apenas um discutível declínio na poesia, de Ariosto a Torquato Tasso. Entretanto, qual mãe nutriz, a Itália ia espalhando sua arte e sua música, sua ciência e filosofia, sua poesia e prosa, através dos Alpes até a França e Flandres, e cruzando o Canal até a Inglaterra; e, pelo mar, até a Espanha.

CAPÍTULO X

Grandeza e Decadência da Espanha

1556-1665

I. A VIDA NA ESPANHA

AQUELES de nós que foram educados em conformidade com o que expuseram os historiadores ingleses facilmente se esquecem de que, tanto antes como depois da derrota da Armada, a Espanha era o maior, o mais rico e o mais arrojado império da Terra, e considerava-se, ela mesma, não sem razão, superior à Inglaterra elisabetana em literatura e à Itália contemporânea em arte. Quando Filipe II subiu ao trono (1556), a monarquia espanhola governava a Espanha, Roussillon, o Franco Condado, Ceuta, Oran, Países Baixos, o ducado de Milão, o Reino de Nápoles, Sicília, Sardenha, as Filipinas, as Índias Ocidentais, a maior parte da América do Sul, parte da América do Norte e toda a América Central; acrescentem-se (1580-1640) Portugal e as possessões portuguesas na Ásia, África e o Brasil; e também um protetorado sobre Savóia, Parma e Toscana, bem como uma aliança com o Sacro Império Romano governado pelo tio de Filipe, Ferdinando I. A Espanha tinha um exército de 50.000 homens que se destacavam pela bravura e disciplina, e comandados pelos melhores generais da época; uma marinha de 140 naves; uma renda anual 10 vezes maior que a da Inglaterra. O ouro e a prata da América fluíam para os portos espanhóis. A corte espanhola, nessa época, era a mais suntuosa, e a aristocracia espanhola, a mais altiva no mundo. A língua espanhola era falada por milhões de pessoas fora da Espanha, e, em muitos países, as classes cultas aprendiam o espanhol como iriam, no século XVIII, aprender o francês. A arquitetura espanhola adornava cidades em cinco continentes.

A Espanha tinha então uma população de oito milhões de habitantes, aproximadamente. A agricultura enfraquecia à medida que faixas de terra cada vez maiores eram destinadas à pastagem de carneiros, para a produção de lã. Por volta de 1560, só em Toledo havia 50.000 operários têxteis. As necessidades de suas colônias estimulavam as indústrias da Espanha; Sevilha tornou-se um dos portos mais movimentados da Europa; e as colônias, por sua vez, enviavam carregamentos de prata e ouro. O afluxo de metais preciosos fez subirem os preços espantosamente: na Andaluzia, em 500 por

cento no século XVI; os salários subiam febrilmente, e, afinal, inutilmente, para acompanhar o custo de vida. Muitas indústrias eram controladas por *moriscos* — mouros, aparentemente convertidos ao cristianismo. O serviço doméstico ficava, em grande parte, a cargo de escravos capturados nas incursões pela África ou nas guerras contra os "infiéis". Os plebeus espanhóis desdenhavam o trabalho e contentavam-se, filosoficamente, com pouco; dormir em um casebre, aquecer-se ao sol, dedilhar uma guitarra, e lamentar a mesquinhez de uma mulher bela pareciam coisas melhores que suar como escravo ou mouro. A expulsão dos mouros, em 1609, contribuiu com os altos preços dos produtos espanhóis para o declínio da indústria espanhola.

A expulsão dos judeus em 1492 deixara um vácuo na estrutura comercial e financeira da Espanha. Os genoveses e holandeses tornaram-se os principais transportadores do comércio estrangeiro do país. A Espanha, governada por grandes senhores mais inclinados à diplomacia e à guerra que aos negócios comerciais, permitiu que sua riqueza dependesse da importação de ouro; durante certo tempo o governo foi se tornando mais rico enquanto o povo permanecia pobre; mas grande quantidade desse ouro foi despendida com guerras, e boa parte dele com os mercadores estrangeiros que faziam o transporte comercial para a Espanha, até que o governo ficou quase tão pobre quanto o povo. Repetidamente a Espanha deixou de reconhecer suas dívidas (1557, 1575, 1596, 1607, 1627 e 1647) ou obrigou seus credores a convertê-las em novos empréstimos; foram essas crises financeiras que a forçaram a terminar a guerra com Henrique II, em 1559, com Henrique IV, em 1598, e com as Províncias Unidas, em 1609. Na história, devemos *chercher* não *la femme* e sim *le banquier*.

Na Espanha, precisamos procurar também o padre. Em parte alguma do globo teve a religião tão grande poder sobre o povo e, portanto, sobre o próprio governo. A Espanha rejeitou não só a Reforma como também — salvo por um período erasmiano — a Renascença. Permaneceu medieval em meio à modernidade, e sentia-se feliz assim. A pobreza do povo glorificava-se na riqueza da Igreja. Toda gente era religiosa, desde os reis — que eram "mais católicos que o papa"[1] — até os bandidos, que nunca eram encontrados sem medalhões religiosos e escapulários. Em 1615, uns 40.000 espanhóis marcharam, numa manifestação, exigindo que o papa proclamasse a Imaculada Conceição da Virgem (isto é, livre da mancha do pecado original) como um dogma *de fide* — crença obrigatória para todos os católicos.[2] Por toda parte havia padres, monges e frades que não sorriam para os prazeres da vida e do amor, como na Itália ou na França, mas ao contrário, lançavam um sopro da lugubridade à El Greco sobre todas as questões, salvo as touradas. A Espanha tinha então 9.088 mosteiros, 32.000 frades dominicanos e franciscanos[3] e um número crescente de jesuítas. As igrejas eram escuras, ricas em atemorizadoras relíquias e adornadas com realístico terror em sua arte. As histórias de santos e seus milagres eram a poesia consoladora do povo. Os versos líricos de San Juan de la Cruz e os escritos de Santa Teresa formavam o misticismo popular. A própria Igreja teve que protestar contra as pretensões dos "Quietistas" no tocante à comunhão divina e as visões beatíficas; em 1640, a Inquisição lançou suas garras sobre uma seita de *Alumbrados* (Iluminados), que alegavam que sua união mística com Deus os purificava do pecado até mesmo em seus êxtases eróticos. Cumpre-nos ter em mente esse geral e ardente espírito religioso, se quisermos compreender por que o povo espanhol podia contemplar com aprovadora paixão

a queima de hereges na fogueira, e empobrecer-se até a bancarrota e a exaustão na luta pela fé na Alemanha e nos Países Baixos. Havia algo nobre nessa insanidade. Era como se a nação sentisse como absurda e sem qualquer significação a vida, a menos que sua crença fosse a verdadeira.

E assim, a Inquisição continuava sua escrupulosa ferocidade. Reprimia com punições "moderadas" — 100 chibatadas, por exemplo — algumas heresias como a de que a fornicação não é pecado ou que o casamento é tão sagrado quanto o celibato dos monges. Mas para os marranos "relapsos" — judeus convertidos que secretamente retornavam ao judaísmo — a morte ou a prisão perpétua eram a expiação-padrão. Quando Filipe II chegou à Espanha (1559), recebeu as boas-vindas em Valladolid com um auto-de-fé no qual 200.000 pessoas, presididas pelo rei, assistiram ao enforcamento de 10 hereges e à morte de dois na fogueira.[4] Um dos condenados pediu ao rei que lhe perdoasse; Filipe recusou-se a fazê-lo e conquistou a admiração do povo ao dizer: "Se meu próprio filho fosse um miserável como vós, eu mesmo carregaria os feixes de lenha para queimá-lo."[5] Vez ou outra Filipe reprimia a tendência da Inquisição em estender sua autoridade a expensas do poder civil, mas, de modo geral, encorajava essa instituição como instrumento de fervor e união nacional. Convinha-lhe, de certo modo, que o condenado fosse usado como escravo de galé,[6] e que em um só ano (1566), recebesse 200.000 ducados-ouro como participação de duas terças partes do governo nas multas e nos confiscos da Inquisição.

A Inquisição orgulhava-se de preservar intacta a fé medieval e de proteger a Espanha contra a desunião religiosa que convulsionava a França. Sua ênfase na crença, mais que na conduta, deixava a defesa da moral a cargo do clero — que era, ele mesmo, notoriamente destemperado em seu comportamento — e aos funcionários civis cuja autoridade junto ao público era prejudicada por sua sujeição às prisões e multas impostas pela Inquisição. A pureza da mulher era observada não só por causa da religião e da lei, mas por ser um *punto* — ponto de honra — que exigia de todo homem defender ou vingar, pela espada, a castidade de qualquer mulher de sua família que tivesse sido ameaçada ou violada. O duelo era ilegal, mas popular. As mulheres recatadas permaneciam geralmente em casa, em reclusão semi-árabe; faziam suas refeições separadas dos homens, raramente os acompanhavam em público e usavam carruagens fechadas quando saíam. Os pretendentes à mão de uma mulher faziam seus apelos cantando, da rua, para as donzelas que se colocavam por trás de janelas gradeadas; raramente eram admitidos na casa enquanto os pais, de ambos os lados, não tivessem chegado a um acordo; havia, contudo, muitos casamentos por amor.[7] No reinado de Filipe II, o nível de moralidade mantinha-se alto enquanto a beleza das mulheres ou a imaginação dos homens o permitisse; a natural venalidade dos funcionários era moderada pela vigilância do rei; e até à derrota da Armada, a moral do país foi sustentada pela crença de que a Espanha estava conduzindo uma guerra santa contra o Islam, os Países Baixos e a Inglaterra. Quando se desfez esse sonho, a Espanha tombou física e espiritualmente.

No entanto, a vida na Espanha tinha seus esplendores e encantos característicos. A caridade era muito difundida, e as boas maneiras observadas em todas as classes. Metade da nação alegava ter sangue nobre nas veias, procurava viver sob a ostentação de uma cortesia cavalheiresca e insistia em trajar-se com a máxima elegância. Durante

o período de Filipe II, a indumentária era mais ou menos simples: os homens usavam golas de rufos engomados, gibões, calções escuros e apertados e botas afiveladas; as damas (todas eram damas) cobriam suas curvas com corpetes lisos e duros, velavam do outro sexo todo o rosto salvo os olhos (especialmente provocantes nas mulheres espanholas) e tão pudicamente ocultavam os pés que a visão deles constituía uma das mais excitantes recompensas às preces de um apaixonado.[8] Ao afrouxar-se a moral, em seguida à morte de Filipe, o traje feminino tornou-se mais extravagante, e os leques à mostra criavam códigos silenciosos, o ruge ruborizava as faces, os ombros, os colos e as mãos, e as misteriosas pernas ocultavam-se em saias-balão tão amplas que os proprietários de teatros cobravam, de cada mulher com tal enchimento, o preço de dois lugares.

A tourada continuou a ser o espetáculo favorito. O Papa Pio V expediu uma bula contra ela, em 1567; mas Filipe II protestou, dizendo que tal proibição desencadearia uma revolução na Espanha, e o edito foi ignorado. As procissões religiosas adicionavam uma poesia solene àqueles dias prosaicos, e as máscaras, no carnaval, encobriam uma profusão de pecados. A música, intimamente ligada à religião e ao amor, era uma paixão apenas secundária. A guitarra tangia hipnóticos *obbligati* aos amores, e os madrigais desfrutaram transitória popularidade. Na música sacra, a Espanha rivalizava com a Itália. Tomás Luis de Victoria, o Velázques da música espanhola, criou-se na Ávila de Santa Teresa, e talvez tenha sentido sua influência. Tinha boa voz e vocação; foi, provavelmente, ordenado sacerdote em 1564, e certamente, um ano depois, Filipe deu-lhe uma pensão para estudar música na Itália. Em 1571, era mestre do coro no Collegium Germanicum, em Roma. Em 1572, com a idade de 32 anos, publicou um livro de motetes contendo o inspirado *O vos omnes* para as lamentações de Jeremias sobre Jerusalém. Regressando à Espanha (1583), presenteou Filipe II com um livro de missas que incluía uma de suas mais nobres composições, a missa *O quam gloriosum*. Para as exéquias de Maria, irmã de Filipe, viúva do Imperador Maximiliano II, escreveu uma missa de réquiem profundamente comovedora, que um ilustre historiador da música classificou como "uma das mais magníficas composições de toda a literatura musical".[9] Chamou-a seu canto do cisne; após sua publicação (1603), entregou-se inteiramente a suas obrigações de sacerdote. Tomás Luis de Victoria figurou entre os ilustres ornamentos do mais famoso reinado da Espanha.

II. FILIPE II: 1555-98

Eis aí uma das figuras mais estranhas e mais poderosas da história; fanático e consciencioso, fortemente odiado fora da Espanha, ardentemente amado dentro dela, um desafio a qualquer estudioso que se esforce em atingir objetividade. Sua ascendência ditou-lhe o destino: seu pai foi Carlos V, que lhe deixou um reino e uma obrigação para com a intolerância; sua avó paterna, Joana a Louca, filha de Fernando, o Católico; o misticismo e a loucura estavam em seu sangue, o dogma e o absolutismo, em sua herança. Sua mãe, Isabel de Portugal, teve mais dois filhos, que morreram de

apoplexia durante a infância; ela mesma morreu aos 36 anos, quando Filipe tinha 12 anos. Ele nasceu em Valladolid, no ano de 1527, na mesma ocasião em que as tropas de seu pai saqueavam Roma e aprisionavam o papa. Foi educado por padres e mulheres que o mergulharam na religião e o convenceram de que a Igreja Católica era o suporte indispensável da moralidade e da monarquia. Enquanto o pai, educado em Flandres, tornara-se um homem do mundo, Filipe, vivendo a maior parte do tempo na Espanha, tornou-se, a despeito de sua tez clara e seus cabelos louros e sedosos, um espanhol no rosto e no credo, no corpo e no espírito.

Quase não aproveitou sua juventude, pois aos 13 anos tornou-se governador de Milão e, aos 16, regente da Espanha — e este último cargo não foi exercido em sentido apenas nominal. Carlos nomeou conselheiros para Filipe, explicou-lhe com argúcia suas características, ordenou-lhe que jogasse um conselheiro contra outro e aconselhou-o a manter todo o poder real e todas as decisões finais para si — o que Filipe fez até o fim de seus dias. Naquele ano de 1543, Filipe casou-se com a Princesa Maria de Portugal, sua prima; ela morreu em 1545, logo depois de presenteá-lo com um filho malfadado, Don Carlos. Filipe contratou, então, um casamento morganático com Isabel de Osorio, com a qual teve vários filhos. Seu pai aconselhou-o a anular essa união; era obrigação de todo príncipe Habsburgo ajudar a estabelecer, pelo matrimônio ou pela guerra, um círculo de aliados contra a antiga inimiga, a França. Para salvaguardar o poder espanhol nos Países Baixos contra a interferência da Inglaterra, Filipe devia fechar os olhos ao senso estético e casar-se com a rainha católica da Inglaterra — Maria Tudor — e dar-lhe filhos que mantivessem católica a Inglaterra. Assim, em 1554, Filipe atravessou o canal, casou-se com a simples, doentia e esperançosa Maria (11 anos mais velha que ele), fez o que pôde para engravidá-la, falhou e partiu (1555) para tornar-se governador dos Países Baixos.

Suas responsabilidades aumentavam a cada ano que passava. Em 1554, tornou-se governador do duplo reino de Nápoles e Sicília. Em 1556, Carlos resignou à coroa da Espanha em seu favor. Durante quatro anos Filipe governou, de Bruxelas, seus domínios espalhados. Esforçou-se para adaptar seu solene espírito espanhol à jovialidade flamenga e às finanças holandesas. Não tinha inclinação para a guerra, mas seus generais ganharam para ele, em Saint Quentin (1557), uma batalha que induziu a França a assinar a Paz de Cateau-Cambrésis. Para estabelecer certa amizade com a França, Filipe casou-se com Isabel de Valois, filha de Henrique II e Catarina de Médicis. Julgando, depois, estabilizada a situação, despediu-se dos Países Baixos, e de Gand (agosto de 1559) velejou para enclausurar-se pelo resto de sua vida na Espanha.

Transferiu a capital de Toledo para Madri (1560) e, logo depois, amando a solidão, e sentindo-se mal entre multidões, encarregou Juan Bautista e Juan de Herrera de construírem para ele, a 43 quilômetros a noroeste de Madri, um conjunto arquitetônico incluindo um palácio real, um centro administrativo, um colégio, seminário, mosteiro, igreja e mausoléu — pois Filipe era agora tão religioso quanto lhe permitia a política. Na batalha de Saint Quentin, seus canhões destruíram uma igreja consagrada a São Lourenço; arrependido desse sacrilégio e grato pela vitória, jurou erguer um santuário na Espanha, a esse santo. Assim, deu àquele imenso conjunto de estruturas o nome de El Sitio Real de San Lorenzo; o tempo, porém, batizou-o com o nome de Escorial, tirado de uma cidade próxima que recebera essa denominação das *scoriae*

— escórias — das minas de ferro locais.[10] Como se acreditava que São Lourenço morrera queimado sobre uma grade de ferro, Juan Bautista projetou o plano fundamental como uma grade entrecruzada de "halls" de um lado a outro, dividindo o espaço interno em 16 pátios.

Quem vai de automóvel de Madri ao Escorial pergunta-se como pôde Filipe, em uma época em que o meio de transporte mais rápido era o cavalo, governar seu império inteiro de tal santuário perdido entre colinas sombrias; mas Madri achava-se ainda mais distante do mundo. O grande edifício encontra-se hoje abandonado, salvo para os monges e seus ofícios religiosos; mas, nos dias de seu apogeu, com sua fachada renascentista de 226 metros de comprimento, suas torres e espirais e o maciço domo da igreja, serviu como impressionante símbolo do poder espanhol, adornado de religiosidade e arte. Dali, governava-se metade da cristandade; a religião e o governo unidos em um só labirinto de política e pedra; ali, o rei podia viver como tanto desejava, não entre cortesãos mas entre padres, monges e relíquias sagradas, ouvindo muitas vezes ao dia o badalar dos sinos para a missa. Ali, o Panteón receberia os despojos de reis e rainhas da Espanha; a biblioteca se tornaria uma das mais ricas da Europa; a galeria de quadros logo abrigaria obras-primas de Rafael, Ticiano, Tintoretto, Veronese, El Greco e Velázques; ali, Pellegrino Tibaldi, Bartolommeo Carducci e Federigo Zuccaro chegariam da Itália para juntar-se a Juan Fernández Navarrete, Luis de Morales, Luis de Carbajal e outros artistas para cobrirem de afrescos as infindáveis paredes e abóbadas. Deu-se ao palácio real uma construção absolutamente simples; mas a igreja, apesar da ordem rigidamente dórica, tinha um altar que cintilava com seus adornos de pórfiro, ágata e ouro, e ressaltava um retábulo de ornamentos primorosos. O salão de recepção de dignitários era imenso e cheio de ornatos; mas o quarto de Filipe era a câmara mais pobre do edifício, tão modesto quanto a cela de um ermitão.[11] O edifício simbolizava o poder de Filipe; o quarto exprimia seu caráter.

Ele se esforçava para ser um santo, mas não podia esquecer que era um rei. Sabia que era o governante mais poderoso da Terra e sentia uma obrigação política para com a *hauteur*; mas trajava-se com tanta simplicidade que alguns estrangeiros, encontrando-o no Escorial, tomavam-no por algum serviçal e permitiam que os ciceroneasse.[12] Seu saliente queixo de Habsburgo o traía, pois era um nítido desafio ao mundo. Em 1559, antes que o tempo e as provações o tivessem endurecido, fora descrito por um embaixador veneziano como "mostrando sempre tal delicadeza e espírito de humanidade que nenhum príncipe podia superar",[13] e um embaixador inglês referiu-se a ele (1563) como dotado "de boa disposição, natureza amável e dado à tranqüilidade".[14] Ninguém jamais o viu externar publicamente o que sentia; inimigos cruéis disseram que, em toda a sua vida, ele sorrira apenas uma vez: ao ter a notícia do Massacre da Noite de São Bartolomeu; particularmente, porém, apreciava brincadeiras e chistes, e ria prazerosamente.[15] Colecionava livros com gosto e zelo, mas preferia a arte à literatura; distinguia Ticiano com seu patrocínio e criticava El Greco; amava a música e, quando só, tocava guitarra. Tinha as maneiras corteses dos espanhóis, mas, nem por isso, deixava de ser acanhado e sentir-se constrangido com cerimônias. Tinha um belo aspecto, até que sua inclinação por massas e doces o deixou atacado de gota. Desde a juventude estivera sujeito a uma saúde precária; e se chegou a completar seus 70 anos foi, somente, devido à obstinada resolução de concluir suas

tarefas. Assumiu o governo como um dever sagrado e trabalhou nele arduamente, dia após dia, durante 50 anos. Parece ter realmente acreditado que Deus o escolhera para conter a maré protestante; daí sua inflexível tenacidade e sua relutante crueldade; "não tinha preferência natural por medidas violentas".[16] Nunca esquecia um favor (salvo no caso de Egmont) nem uma injúria. Era, às vezes, vingativo, mas quase sempre magnânimo. Distribuía esmolas com escrupulosa generosidade.[17] Em uma época corrupta, era incorruptível; nenhum suborno ou presente podia afastá-lo de suas piedosas perseguições.

Quanto à moralidade política, pode-se compará-lo bem a seus contemporâneos. Detestava a guerra — nunca iniciou uma — e suportou, durante quase toda uma geração, as injúrias da Inglaterra antes de construir a Armada. Sabia dissimular e usar de hipocrisia quando era preciso, superando mesmo, nessa arte, a maioria dos governantes. Ao que parece, participou de uma conspiração para matar Elizabeth, como último recurso para salvar Maria Stuart.[18] Seu governo na Espanha era autocrático, porém justo. "Dispensava grande solicitude a seus súditos e remediava toda e qualquer injustiça social que porventura viesse a descobrir."[19]

Sua moral particular era superior à da maioria dos reis do século XVI. Durante sua mocidade em Bruxelas — se dermos crédito a seus inimigos — "foi terrivelmente libertino", e "sua principal diversão era sair à noite disfarçado, a fim de poder entregar-se à incontinência vulgar e variada nos covis do vício".[20] Anos depois, Guilherme de Orange, chefiando a revolta dos Países Baixos, acusou o ermitão do Escorial de ter assassinado seu próprio filho e envenenado sua terceira esposa;[21] mas um homem indignado não deixa de ser mau historiador. Todavia, o jesuíta espanhol Mariana, historiador de valor inquestionável, dá um veredicto igualmente hostil: apesar de atribuir a Filipe "liberalidade, resolução, espírito vigilante e frugalidade nas refeições e na bebida", acusou-o de "luxúria, crueldade, orgulho, deslealdade e vários outros vícios".[22] Um historiador holandês recente conclui: "Não se pode censurar Filipe II de licensiosidade... dissipação e imoralidade... Depois de seu regresso à Espanha, levou, tanto quanto sabemos, uma vida de moral austera",[23] como esposo fiel e pai solícito. Quando sua terceira esposa, Isabel de Valois, caiu enferma de varíola (naquele tempo quase sempre fatal), Filipe raramente saiu de sua cabeceira, embora os ministros lhe pedissem para não correr o risco de contágio. Depois da morte de Isabel, Filipe empreendeu outro casamento diplomático (1570) com uma das muitas Anas da Áustria; Ana morreu em 1580, e, desse tempo em diante, Filipe passou a dedicar seus amorosos carinhos domésticos as suas filhas. As cartas que lhes dirigiu são humanas e cheias de humor e amor.[24] Isabel Clara tornou-se sua companheira mais chegada e seu principal consolo em meio aos cuidados e às derrotas da velhice. Em seu testamento, Filipe chamou-a de luz de seus olhos. Não encontrou nos filhos varões conforto algum.

A lenda, a literatura* e a piedade humana tornaram o primeiro filho de Filipe, Carlos, mais conhecido que seu pai. Carlos era de constituição fraca, sujeito a uma febre intermitente, à melancolia e a acessos de cólera e orgulho. Era prodigamente

* Don Carlos foi tema de peças de Schiller, Alfieri, Otway, Marie Joseph de Chénier, Juan Pérez de Montalván, etc.

generoso e de uma bravura feroz; divertia seu avô — outrora o grande Carlos V — censurando-o por ter fugido de Maurício de Saxe, em Innsbruck (1552): "*Eu* jamais teria fugido!"[25] Nos atos preliminares para o Tratado de Cateau-Cambrésis, Carlos, então com 14 anos, fora prometido em casamento a Isabel de Valois; mas no mesmo tratado, Filipe, viúvo com a morte de Maria Tudor, tomou a princesa para esposa a fim de desviar, da Inglaterra para a Espanha, a amizade da França. Um ano depois (1560), a noiva chegou a Madri; Carlos, vendo sua recatada beleza, talvez se tivesse ressentido com a modificação que o pai fizera àquele *droit du seigneur*, mas não há prova de ter havido qualquer romance entre Carlos e a pequena rainha de 14 anos.[26]

Não obstante a doença, Carlos foi formalmente reconhecido como herdeiro do trono. Em 1561, foi mandado para a Universidade de Alcalá. Ali, em um arroubo de paixão, rolou por uma escada abaixo ao perseguir uma jovem; fraturou o crânio e passou a delirar. O grande Vesálio trepanou-lhe o crânio, conseguindo salvar-lhe a vida; mas o povo atribuiu sua salvação aos ossos de um frade franciscano — falecido fazia um século — que haviam sido tirados de seu esquife e colocados ao lado do príncipe, no leito. Durante a longa convalescença do jovem, Filipe permaneceu em Alcalá e passou grande parte do tempo junto ao leito do filho. Carlos foi levado de volta a Madri, onde recuperou força suficiente para unir-se a moços da nobreza e, nas ruas, praticar violências contra homens e mulheres. Suas tempestuosas crueldades deram margem a suspeitas de que sua queda lhe havia prejudicado o cérebro irremediavelmente. Não teve apoio algum de Filipe quando manifestou sua simpatia para com os rebeldes neerlandeses. Quando Alba foi designado para assumir o comando das tropas nos Países Baixos, Carlos protestou, dizendo que a missão lhe deveria ter sido confiada; proibiu Alba de seguir, chegando a sacar do punhal contra ele quando o duque insistiu em seguir.[27] Aparentemente, o príncipe pensou, durante certo tempo, em fugir para os Países Baixos e colocar-se à frente da revolta.[28] Filipe encarregou os ministros de o vigiarem, embora eles não se mostrassem muito dispostos a isso. Carlos traçou planos para a fuga; incumbiu agentes de colherem fundos, reuniu 150.000 ducados e ordenou que preparassem oito cavalos para sua escapada (janeiro de 1568). Confiou o plano a Don Juan da Áustria, que o revelou ao rei. Temendo que seu filho, se lhe permitisse deixar a Espanha, fosse usado por Elizabeth da Inglaterra ou por Guilherme de Orange como rival para depô-lo, Filipe ordenou uma vigilância mais severa sobre o príncipe. Carlos ameaçou suicidar-se; Filipe privou-o de todas as armas e confinou-o no palácio real de Madri.

Até então era defensável a atitude de Filipe; depois, entretanto, a intolerância intensificou a tragédia. Suspeitando que o filho fosse um herege, o rei ordenou que não lhe fosse fornecido livro algum a não ser um breviário e manuais de religião. Carlos rejeitou os livros e abandonou a observância de todas as práticas religiosas. Um padre preveniu-o de que a Inquisição talvez fosse levada a indagar se ele era cristão. Carlos tentou matar-se, mas impediram que o fizesse; conseguiu seu intento, contudo, recusando todo alimento por três dias, e depois empanturrando-se de carne e água gelada. Sobreveio forte disenteria; o príncipe acolheu com prazer a morte; aceitou os últimos sacramentos, perdoou ao pai e morreu com 23 anos de idade (24 de julho de 1568). Antonio Pérez, inimigo exilado de Filipe, acusou-o de ter envenenado Carlos; a maior parte das nações da Europa acreditou nele, mas as pesquisas provaram

a falsidade da acusação.* Contudo, a severidade do encarceramento do filho permanece como uma das muitas manchas sombrias na crônica deste rei.

Sua conduta para com seu meio-irmão Don Juan da Áustria lança outra sombra sobre o quadro. O filho natural de Carlos V e Barbara Blomberg parece ter despertado, em Filipe, uma admiração turvada pela inveja. Não obstante, elevou Juan à categoria de príncipe e encarregou-o de organizar uma expedição contra os piratas da Argélia. Juan saiu-se brilhantemente. Filipe deu-lhe o comando das forças terrestres contra os mouros rebeldes de Granada; Juan cumpriu sua missão sem perda de tempo e sem contemplação. Filipe nomeou-o — na idade de 24 anos — almirante-chefe dos navios reunidos para a "última cruzada"; Juan derrotou os turcos em Lepanto e tornou-se o herói da cristandade. Achou que merecia um reino, e ficou desolado quando Filipe o fez apenas governador geral dos Países Baixos.

O silencioso rei, sempre demasiado orgulhoso para dar explicações ou defender-se no fórum da opinião pública, arcou com toda a culpa de outra tragédia. Colocara em seu Conselho um hábil e elegante plebeu, Antonio Pérez, que se acreditava ser filho natural de Ruy Gómez — príncipe de Eboli — o mais fiel amigo de Filipe. Quando Gómez morreu (1573), Pérez tornou-se o confidente — e provavelmente o amante[29] — da duplamente intrigante viúva Ana de Mendoza, princesa de Eboli. Consta que o próprio Filipe tivera uma ligação com essa beldade de um só olho, 11 anos antes, mas, nesse ponto, é possível que a "história" tenha sido romanceada.[30] Pérez conspirou com ela, para se aproveitarem do conhecimento que tinham dos segredos do Estado. Quando Juan de Escobedo ameaçou revelar seus dúbios entendimentos, Pérez persuadiu Filipe de que Escobedo planejara uma traição; o rei deu a Pérez ordem para assassinar Juan. Pérez reteve a ordem consigo durante seis meses; depois, para surpresa e embaraço de Filipe, executou-a (1578). Um ano depois, os documentos secretos de Don Juan da Áustria convenceram Filipe da inocência de Escobedo. Mandou prender Pérez e confinou a princesa no palácio dela. Pérez confessou, sob tortura, e concordou em restituir 12.000.000 de maravedis ao tesouro. Com o auxílio da esposa, Pérez fugiu para Aragão onde, à instância de Filipe, a Inquisição o perseguiu por heresia. Fugiu para a França, atribuiu sua perseguição à paixão tardia do rei por La Eboli; traiu a Espanha, denunciando sua fraqueza militar e econômica aos governos francês e inglês, e incitou Essex a atacar os navios e as costas da Espanha. Morreu em Paris em 1611, depois de vãs tentativas para obter de Filipe III perdão e asilo.[31]

Filipe teve boas razões para seguir o conselho do pai de não confiar nos auxiliares. Os grandes senhores da Espanha, como os nobres franceses, invejavam o poder real e não estavam acima de qualquer conspiração contra o rei. Filipe mantinha-os em disputa entre si, jogava uns contra outros, recebia resumo de seus pareceres rivais e tomava suas próprias decisões. Perdendo a confiança em seus subordinados, trabalhava pessoalmente na elaboração dos pormenores da administração em todos os setores: política papal, obras públicas, irregularidades locais, estradas e pontes, dragagem de rios para a navegação, estabelecimento de bibliotecas, reforma e codificação das leis

* "No doloroso episódio do encarceramento e morte de Don Carlos, Filipe conduziu-se honrosamente." — *Encyclopaedia Britannica* XVII, 722c. Cf.Martin Hume, *Spain, Its Greatness and Decay*, 150, e R. Trevor Davies, *The Golden Century of Spain*, 149n.

espanholas e direção de extensa pesquisa de caráter geográfico, histórico e estatístico da Espanha, cujos 15 volumes in-fólio continuam ainda inéditos.[32] Assim, assumindo uma tarefa que nem mesmo toda a sua operosidade poderia realizar, caiu na filosofia da procrastinação; percebeu que muitos problemas perdiam sua urgência ou importância quando protelados; em vários casos, porém, como no dos Países Baixos, o curso dos acontecimentos pronunciou-se contra ele, enquanto pesava ou media os prós e os contras. Em seu cubículo real, ditava ou escrevia de próprio punho as instruções para seus representantes nos cinco continentes. Achava que o poder real devia ser absoluto; desprezava ou desautorizava as *cortes* — assembléias provinciais — salvo a de Aragão; expedia decretos, até mesmo de condenação à morte, sem julgamento público; e confortava sua autocracia com a convicção de que somente assim protegeria os pobres contra os ricos.[33] Com esse despotismo, criou, em uma Europa quase universalmente corrupta, uma burocracia e um corpo judiciário relativamente competentes e justos.[34]

Respeitava a Igreja como a modeladora tradicional da moral e a guardiã dos reis, mas mantinha a religião sujeita ao Estado espanhol, como o faziam Henrique VIII e Elizabeth na Inglaterra. Conferia tão alto valor à unidade religiosa enquanto instrumento de governo, que considerava "preferível não exercer governo algum a reinar sobre hereges".[35] Convencido de que os mouros, embora fingissem ser católicos, praticavam ainda o ritual islâmico, expediu (1567) uma pragmática proibindo todos os costumes mouriscos, o uso da língua árabe e a posse de livros nesse idioma. Os mouros revoltaram-se (1568), conquistaram uma vasta região ao sul de Granada, massacraram cristãos, torturaram padres e venderam mulheres e crianças aos berberes, como escravas, em troca de pólvora e canhões. A revolta foi sufocada depois de dois anos de atrocidades cometidas por ambas as partes. Todos os mouros foram expulsos de Granada e espalhados pelas comunidades cristãs de Castela; suas crianças foram colocadas em casas cristãs e a freqüência à escola tornou-se obrigatória a todas elas: foi a primeira exigência desse gênero na Europa.[36] Filipe, em guerra com os turcos, suspeitava de que os mouros que haviam permanecido em Valência e na Catalunha estivessem conspirando com o inimigo; tinha, porém, as mãos tão cheias de trabalho, que deixou a fase final do problema para seu sucessor.

Seu pai legara-lhe a defesa da cristandade contra o Islam como a parte mais importante da política dos Habsburgos. Em 1570, ele se uniu a Veneza e ao papado em uma cruzada para pôr fim ao domínio da Turquia sobre o Mediterrâneo. Chipre caiu em poder dos turcos enquanto Filipe formulava os planos e os três aliados formavam uma esquadra. No verão de 1571, eles reuniram em Messina 208 galeras, 50.000 marinheiros e 29.000 soldados; colocou-se um crucifixo em cada proa, os estandartes foram abençoados, ergueram-se preces em massa aos céus, e o jovem e inspirado almirante fez a proclamação à cruzada: "Cristo é vosso general, vós ireis travar a batalha da Cruz." No dia 16 de setembro de 1571, a esquadra partiu para uma vitória que pôs fim à predominância dos turcos no Mediterrâneo. Como a Espanha fornecera a maior parte dos navios e homens, o prestígio pela vitória em Lepanto coube a Don Juan e ao rei, e Filipe aproximou-se do ponto culminante de sua trajetória. Alcançou-o quando se tornou herdeiro do trono de Portugal (1580) e acrescentou esse país estratégico ao seu vasto império.

Sua mágoa constante era a revolta nos Países Baixos. Enfureceu-se quando soube que Coligny, líder protestante, quase convencera Carlos IX de que a França deveria aliar-se aos rebeldes. Quando chegou a notícia de que Carlos IX desencadeara o massacre contra os huguenotes na Noite de São Bartolomeu, Filipe exultou e endureceu o coração contra os Países Baixos. Aconselhou e pagou o assassinato de Guilherme de Orange. Tentou comprar a amizade de Henrique de Navarra, mas este provou que não se vendia. Foi então que comprou os Guise e a Liga Católica, e sonhou fazer de sua filha a rainha da França; assim, Espanha e França, unindo suas forças, subjugariam os Países Baixos, fariam Maria Stuart rainha da Inglaterra e terminariam com o protestantismo em toda a parte. Quando Elizabeth enviou auxílio à Holanda (1585) e Maria Stuart para a morte (1587), Filipe, após suportar durante alguns anos, politicamente paciente, a pilhagem dos navios, das costas e do tesouro espanhóis por corsários de Elizabeth, recorreu à guerra e dilapidou os cofres públicos para financiar a Armada. Toda a Espanha suportou esse esforço e ergueu preces à vitória, sentindo que a sorte da Armada determinaria a história da Europa.

Filipe acolheu a ignominiosa catástrofe com aparente estoicismo, dizendo que enviara barcos para lutar contra homens e não contra os ventos. O desastre, porém, quebrou seu espírito e quase arruinou a Espanha, embora ele sobrevivesse e lutasse durante 10 anos mais e a Espanha levasse um século para admitir sua ruína. Ele mal acreditava que Deus o tivesse abandonado depois de 30 anos de luta pela fé; contudo, depois de ter empobrecido seu povo com impostos, a sombria verdade deve ter-lhe chegado finalmente, pois falhara em tudo, salvo na aquisição acidental de Portugal e na expulsão temporária dos turcos — que reconquistaram Túnis e estavam recuperando seu poder. Henrique IV, na França, caminhava para a vitória; os Países Baixos mostravam-se irreconciliáveis em sua revolta; o papa recusava-se a arcar com parte das despesas da Armada; o protestantismo dominava o próspero norte; a Inglaterra estava assumindo o domínio dos mares e, portanto, logo haveria de dominar a América e o leste; e aquela virago incrível, Elizabeth, estava sentada triunfante em seu trono bem-protegido, tendo logrado todos os reis de sua época.

Provações, isolamento e doenças uniram-se para humilhar aquele rei outrora altivo e confiante. Sua quarta esposa morrera em 1580; dos três filhos que lhe dera, somente um sobreviveu, um jovem medíocre ao qual devia ser transmitido o primeiro império sobre o qual o sol jamais se punha. O povo ainda reverenciava Filipe, a despeito de seus erros e derrotas; estava convencido de que ele trabalhara por uma causa santa e não jogara com o poder com a mesma falta de escrúpulos de seus inimigos, e suportava, sem lamúrias, a miséria em que a política econômica, os impostos e os fracassos de Filipe o lançaram. Na velhice, a última herança do pai — a gota — torturava-lhe os membros, deixando-o paralítico; a catarata estava-lhe cegando de um dos olhos; chagas repulsivas laceravam-lhe a pele. Em junho de 1598, foi transportado em liteira para o Escorial, para o quarto favorito, de cuja janela podia contemplar o altar-mor da igreja. Durante 53 dias ficou ali apodrecendo, suportando tudo, confiante de que Deus estava submetendo sua fé à prova, mantendo-a até o horrível fim, segurando e beijando o crucifixo e repetindo, repetindo sempre, suas orações. Ordenou a libertação de alguns prisioneiros em um último ato de misericórdia. Mandou chamar o filho, aconselhou-o a ser sempre clemente e justo, ordenando-lhe que assistisse ao hu-

milde final do poder terreno. Seus sofrimentos terminaram no dia 13 de setembro de 1598.

Filipe fizera o melhor que pôde com uma inteligência por demais limitada pela educação, demasiadamente acanhada para seu império e excessivamente inflexível para suas diversas responsabilidades. Não podemos saber se sua fé era falsa; percebemos apenas que era intolerante e cruel, como quase todas as fés daquela época, e que havia obscurecido seu espírito e seu povo enquanto os consolava da pobreza e lhes sustentava o orgulho. Não foi, contudo, o ogro que a pena ardorosa de seus adversários descreveu. Foi tão justo e generoso, dentro dos limites de suas faculdades, quanto qualquer governante de seu século, com exceção de Henrique IV. Foi recatado na vida conjugal, amando a família e amado por ela, paciente ante as provocações, valoroso na adversidade e consciencioso no trabalho. Filipe II pagou o preço máximo pela sua rica e amaldiçoada herança.

III. FILIPE III: 1598-1621

O herdeiro de Filipe II foi um Filipe bem diferente. O pai, percebendo a improvidente lassidão do jovem, lamentou: "Deus, que me deu tantos reinos, não me concedeu um filho apto para governá-los."[37] Filipe III, então com 20 anos, era mais piedoso que seu pai e senhor, de modo que os fofoqueiros duvidavam que houvesse alguma vez cometido um simples pecado venial. Tímido e meigo, completamente incapaz de comandar, confiou todos os poderes e proventos do governo a Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, duque de Lerma.

O duque era homem de certa benevolência, pois nomeou quase todos os seus parentes para cargos lucrativos. Mas não esqueceu de si próprio; em seus 20 anos como primeiro-ministro acumulou tão grande fortuna que o povo, em seu ressentimento, estimou-a em uma quantia incrível: 44.000.000 de ducados.[38] Economizou para o tesouro o suficiente para equipar duas armadas contra a Inglaterra (1599, 1601); ambas foram destruídas por ventos desfavoráveis. Lerma teve o bom senso de acolher as propostas de paz de Jaime I, e, após 19 anos de guerra, a Espanha e a Inglaterra assinaram a Paz de Londres (1604). A guerra nos Países Baixos continuava, consumindo o ouro da Espanha com maior rapidez do que ele podia vir da América; Lerma julgou além de sua capacidade satisfazer com as rendas de um país esgotado as necessidades de seus generais em dificuldades e de sua bolsa particular. Percebendo a futilidade de novos esforços para evitar a independência das Províncias Unidas, assinou com elas uma trégua por 12 anos (1609).

Mas sua empresa seguinte foi tão dispendiosa quanto a guerra. Ele nascera em Valência, onde viviam 30.000 famílias mouriscas; tinha suficiente espírito religioso para odiar esses sitiantes e artífices, cuja operosidade e economia os mantinham prósperos em meio à penúria dos altivos e ineptos cristãos. Sabia que aqueles mouros cristianizados, ressentidos da perseguição que sofreram por parte de Filipe II, mantinham contatos traiçoeiros com os muçulmanos da África e da Turquia e com Henrique IV da França, que esperava provocar, oportunamente, revoltas na Espanha.[39] Era falta de patriotismo dos mouros evitar o vinho e comer tão pouca carne; desse modo, o peso

dos tributos sobre tais mercadorias recaía quase inteiramente sobre os cristãos espanhóis. Cervantes expressou seu temor de que os mouros, que raramente se mantinham solteiros, tivessem um índice de natalidade mais elevado que o dos "velhos cristãos" e, logo, viessem a dominar a Espanha.[40] Juan de Ribera, arcebispo de Valência, apresentou a Filipe III (1602) petições aconselhando a expulsão de todos os mouros acima de sete anos de idade; os infortúnios que caíram sobre a Espanha, inclusive a destruição da Armada, eram — explicou ele — castigos de Deus pelo fato de a Espanha abrigar infiéis; esses pseudocristãos deviam ser deportados ou enviados às galés ou para a América, onde trabalhariam como escravos nas minas.*[41] Apesar das advertências do papa, e a despeito dos protestos dos proprietários de terras que lucravam com seus arrendatários mouriscos, Lerma expediu (1609) um edito pelo qual — com algumas exceções — todos os mouros da província de Valência deveriam embarcar dentro de três dias em navios para eles preparados e ser transportados para a África, levando consigo apenas os bens que pudessem carregar sobre suas costas. Repetiram-se, então, as cenas que marcaram a expulsão dos judeus 117 anos antes. Famílias desesperadas viram-se obrigadas a vender, com grandes prejuízos, o que possuíam; seguiram em desoladora miséria para os portos; muitas foram roubadas, algumas assassinadas no percurso ou a bordo dos navios. Chegando à África, rejubilaram-se por pisar solo muçulmano, mas duas terças partes morreram de fome ou foram mortas como cristãs.[42] Durante o inverno de 1609, 10 expulsões semelhantes limparam outras províncias da presença de mouros; ao todo, 40.000 dos habitantes mais produtivos da Espanha foram expropriados e banidos. Aos olhos do povo, foi a mais gloriosa realização do reino; espanhóis simples previam uma era mais próspera, agora que Deus fora apaziguado, pois desembaraçara-se a Espanha dos infiéis. A corte exultou com o que foi apurado do confisco das propriedades mouriscas. Lerma embolsou 250.000 ducados, o filho 100.000, a filha e o genro 150.000.[43]

Em 1618, a ganância e o desleixo de Lerma, a extravagância do rei e da corte, a venalidade dos funcionários e a desorganização da economia, em virtude do êxodo dos mouros, reduziram a Espanha a uma condição tal que até o rei *fainéant* percebeu a necessidade de uma mudança. Num momento de resolução demitiu Lerma (1618), mas apenas para admitir o duque de Uceda, filho do próprio Lerma, como primeiro-ministro. Lerma retirou-se elegantemente, recebeu o chapéu cardinalício e viveu sete anos mais, entregue à religião e à riqueza. Em 1621, o Conselho de Castela preveniu o rei de que seu reino estava "se arruinando completamente devido ao excesso de encargos, taxas e impostos",[44] e suplicou-lhe que moderasse seus gastos. Ele concordou em fazê-lo — e logo depois realizou uma viagem principesca. Morreu nesse mesmo ano, deixando ao filho um reino enorme e impotente, um governo corrupto e incompetente, uma população reduzida à pobreza, à mendicância, e ao furto, uma nobreza por demais altiva para pagar impostos e uma Igreja que reprimira o pensamento e quebrara a vontade do povo, transformando suas superstições em reservas auríferas.

* Juan de Ribera foi canonizado em 1960.

IV. FILIPE IV: 1621-65

O filho diferia do pai em tudo, menos em extravagância. Conhecemo-lo exteriormente pelos muitos retratos que dele fez Velázques: no Museu Metropolitano de Arte, de Nova York, aparece, aos 19 anos (1624), belo, louro, já se desenvolvendo; na Galeria Nacional, de Londres, mostra-se jovial e confiante aos 27 anos, corpulento e sombrio aos 50; no Prado, vemo-lo nas cinco fases da glória e da decadência; ele está também em Florença, Turim, Viena e Cincinnati — parecendo ter passado metade da vida no ateliê de Velázques. Tais retratos, porém, mostram apenas suas feições oficiais; não era, de fato, tão solene e altivo; se estudarmos seus filhos nos retratos de Velázques poderemos imaginá-lo com mais justiça; é de presumir que os amasse desarrazoadamente, como nós aos nossos. Era na realidade um homem gentil, generoso com os artistas, escritores e mulheres; não um meio-santo como o pai, mas apreciando a comida e o sexo, o teatro e a pintura, a corte e a caça, resolvido a tirar o máximo da vida em uma Espanha agonizante. Talvez porque saboreasse a vida em toda a sua plenitude, a poesia, o drama, a pintura e a escultura floresceram em seu governo como jamais ocorreu na Espanha, antes ou depois. Quando seus prazeres pareciam demasiado promíscuos, multiplicava as preces e confiava em suas boas intenções no preparo do caminho para o céu. Teve 32 filhos naturais, dos quais reconheceu oito.[45] Como suas atividades lhe deixavam pouco tempo para governar, delegou seus poderes e tarefas a uma das personalidades predominantes na diplomacia do século XVII.

A carreira de Don Gaspar de Guzmán, conde de Olivares, desenvolveu-se de maneira notável, paralela e ao mesmo tempo contrária à de Richelieu. Durante 21 anos (1621-42), esse grande conde travou, com o astuto cardeal, um sangrento jogo de sabedoria e guerra pela hegemonia da Europa. Velázques revelou-nos Olivares como destituído de medo e livre de censuras, em toda a combatividade do poder, seu afetado bigode encrespando-se como uma feroz cimitarra, seus mantos, faixas, cadeias e chaves do Estado proclamando autoridade.[46] Suas falhas — orgulho dominador, fácil irritabilidade e severa implacabilidade — afastavam a todos, menos aqueles que conheciam seu dedicado zelo e sua operosidade em servir à Espanha, sua franca honestidade em um meio venal, seu desprezo pelos prazeres mundanos, salvo como meio de divertir o rei, sua alimentação frugal, sua vida particular muito simples e seu entusiástico apoio à literatura e à arte. Esforçou-se sinceramente por acabar com os abusos e a corrupção, por reconquistar o que fora arrancado pelo peculato, por reduzir o custo do funcionalismo da casa real, por impor economia e modéstia nos trajes e equipagens, e até mesmo por reprimir a crueldade da Inquisição. Tomou para si todos os encargos da administração, da política, da diplomacia e da guerra. Começava seu trabalho diário antes do alvorecer e prosseguia nele até sentir-se prostrado pela fadiga. Foi sua desgraça o fato de Richelieu, com igual devoção, minar vagorosa, sutil e inexoravelmente o poder dos Habsburgos na Áustria e na Espanha. Para enfrentar esse mortal desafio, eram necessários exércitos na Catalunha, em Portugal, na França, em Nápoles, em Mântua, nos desfiladeiros de Valtelline, nos Países Baixos e no vasto e sangrento caldeirão da Guerra dos Trinta Anos. Mas exércitos requeriam dinheiro, e dinheiro requeria impostos. O *alcabala* — imposto sobre vendas — elevado a 14

por cento sufocou o comércio; e os coletores apropriavam-se de duas terças partes dos impostos antes de o restante chegar ao tesouro. Assim, com patriótica resolução, Olivares sangrou a Espanha em sua vida econômica para salvar seu poder político.

Não precisamos seguir todos os movimentos dessa sanguinária partida de xadrez; nada acrescentarão ao conhecimento ou à opinião que temos sobre a espécie humana. Era uma disputa não de princípios mas de forças, em que cada facção punha de lado sua religião para conseguir a vitória militar: Richelieu financiando os exércitos protestantes da Alemanha contra a Áustria católica, Olivares enviando 300.000 ducados anualmente ao duque de Rohan, para prolongar a revolta dos huguenotes na França.[47] A Espanha acabou sendo esmagada; os holandeses, na batalha de Downs (1639), liquidaram seu poder nos mares e os franceses, nas batalhas de Roussillon (1642) e Rocroi (1643), puseram fim a sua supremacia em terra. Aproveitando-se da enfraquecida Espanha, Portugal e Catalunha libertaram-se (1640); e durante 19 anos a república catalã, auxiliada pela França, guerreou contra Castela. Por fim, o amável rei, que confiara em seu ministro durante todas essas calamidades, demitiu-o, embora o fizesse com relutância (1643). Olivares fugiu da Madri hostil, exilando-se voluntariamente na distante Toro; e ali, dois anos depois, morreu louco.

Filipe, então, assumiu durante certo tempo a direção do governo. Reduziu seus próprios gastos e dedicou-se conscienciosamente à administração. Mas as causas do declínio da Espanha estavam além de sua compreensão ou controle. A guerra prosseguia, os impostos não baixaram; a produção e a população decaíram. Com a Paz de Vestfália (1648), a Espanha viu-se impotente e teve de conceder a independência às Províncias Unidas após quase um século de guerra inútil. A Paz dos Pireneus (1659) sancionou oficialmente o predomínio francês na Europa. Em meio a tais desastres, morreu Isabel de Bourbon (1644), a leal e paciente esposa de Filipe; e dois anos depois seguiu-a na sepultura seu único filho sobrevivente, Don Baltasar Carlos, que Velázques pintara de maneira tão fascinante. Restou-lhe uma única filha legítima, Maria Teresa, a qual ele deu em casamento a Luís XIV. Desejando um herdeiro, Filipe, já com 44 anos, casou-se (1649) com sua sobrinha de 14 anos, Mariana da Áustria, que fora prometida em casamento a Baltasar. Ela o recompensou com dois filhos: Filipe Próspero, que morreu aos quatro anos, e o futuro Carlos II. O esgotado rei, atormentado pelos cálculos biliares, enfraquecido pelas hemorragias e acossado por monges traficantes de feitiçarias, resignou-se com a morte (1665), confortado pelo pensamento de ter um herdeiro, mas ignorando que esse filho meio-idiota legaria toda a Espanha à França.

V. PORTUGAL: 1557-1668

Três acontecimentos marcaram esses anos em Portugal: o país perdeu e reconquistou sua independência, e Camões escreveu *Os Lusíadas*.

Portugal partilhou com a Espanha o êxtase da expansão e a ferocidade dos dogmas, precedendo-a, entretanto, no declínio. A rapidez do desenvolvimento de suas colônias arrastara para o ultramar seus filhos mais empreendedores; a agricultura ficou abandonada ou entregue a escravos sem energia, e Lisboa, tomada de funcionários corruptos, mercadores ambiciosos e proletários paupérrimos, todos vivendo, afinal,

da exploração do império ou do comércio exterior. O jovem rei, Dom Sebastião, inspirado por jesuítas em seu zelo religioso, propôs a seu tio, Filipe II, conquistarem e cristianizarem, juntos, o Marrocos. Filipe II hesitou, tendo já as mãos cheias; Sebastião propôs-se realizar o empreendimento sem seu auxílio; Filipe preveniu-o de que Portugal não dispunha de recursos suficientes para tal empresa; como Sebastião insistisse, Filipe declarou ao seu Conselho: "Se ele ganhar, teremos um bom genro; se perder, teremos um bom reino."[48] Sebastião invadiu o Marrocos, foi vencido e morto (1578) na batalha de Al-Kasr-al-Kabir (Alcácer-Quibir). Celibatário convicto, Sebastião não deixou herdeiro; subiu ao trono seu tio-avô, o Cardeal Dom Henrique que, em 1580, também morreu sem deixar descendência. Terminou assim a dinastia real de Avis, que governara Portugal desde 1385.

Essa foi a oportunidade que Filipe aguardara. Na qualidade de netos do Rei Dom Manuel de Portugal, ele e Emanuel Filiberto de Savóia eram os herdeiros mais diretos do trono vacante. As cortes de Lisboa reconheceram Filipe; alguns pretendentes rivais resistiram a sua posse; o terrível Alba dominou-os, e em 1581 Filipe fez sua entrada em Lisboa como Filipe I de Portugal. Por meio de cortesias e suborno, esforçou-se por conquistar a amizade da nação. Proibiu seus exércitos de fazerem pilhagens nos campos, e Alba enforcou tal número de soldados seus, por transgredirem a ordem, que temeu fosse haver falta de corda. Filipe prometeu manter o território português sob administração de portugueses, não nomear espanhol algum para cargos públicos e conservar os privilégios e a liberdade do povo. Essas promessas foram mantidas enquanto ele viveu. E assim, com extraordinária facilidade, Filipe herdou a marinha de Portugal e suas colônias na África, na Ásia e na América do Sul. Desapareceu, então, a velha linha demarcada pelo papa entre as possessões espanholas e portuguesas; e o mais poderoso dos reis da Europa, agora mais poderoso ainda, preparou-se para destruir a si próprio, invadindo a Inglaterra.

Enquanto o império português ia passando para os espanhóis e holandeses, seu maior poeta cantava a glória de suas conquistas. Mais uma vez as barreiras da nacionalidade e da língua frustram nosso desejo de compreensão. Como podem aqueles, aos quais não foi ensinada a história de Portugal, e que não percebem o sentido e a música da língua portuguesa, render justiça a Luís Vaz de Camões?

Camões viveu seu poema antes de escrevê-lo. Um de seus antepassados foi, como ele, soldado-poeta; sua avó era parenta de Vasco da Gama, o herói de *Os Lusíadas*; o pai, um pobre capitão, encontrava-se no navio que naufragou nas imediações de Goa e ali morreu logo depois do nascimento de Luís em Lisboa ou Coimbra. Provavelmente o jovem cursou universidade, pois em seu poema ressoam Catulo, Virgílio, Horácio e Ovídio. Sua própria aventura começou numa igreja, em um momento de adoração; viu uma bela mulher com "o rosto branco como a neve e os cabelos de ouro", e sentiu-se impulsionado para a poesia. Alguns de seus versos devem ter ofendido a corte; foi banido para uma aldeia do Tejo Superior, ali sonhou com um poema épico "capaz de aumentar a glória de Portugal e causar inveja a Esmirna, não obstante ter sido ela a terra natal de Homero".[49] O governo, que não o apreciava, mandou-o para o exílio ou para o serviço militar em Ceuta, onde, em uma batalha ou em uma briga, perdeu um olho. De volta a Lisboa, defendeu alguns amigos em um distúrbio,

feriu um cortesão, permaneceu preso durante oito meses e foi libertado ao que parece sob promessa de alistar-se no exército e servir no estrangeiro. No dia 26 de março de 1553, com 29 anos de idade, partiu para as Índias como soldado, na nau capitânia de Fernão Álvares Cabral.

Suportou o tédio das noites úmidas, naquele meio ano de viagem, compondo os dois primeiros cantos de *Os Lusíadas*. Em setembro, o navio alcançou Goa, a Sodoma portuguesa nas Índias. Participou de muitas campanhas: na costa de Malabar, ao largo das costas da Arábia, em Mombaça, nas Índias Orientais e em Macau, a Sodoma portuguesa na China. Descreveu-se a si mesmo brandindo a espada com uma das mãos e a pena com a outra; seus companheiros chamavam-no de Trincafortes, respeitando, provavelmente, mais sua espada que sua pena. Costuma-se, ainda, mostrar em Macau uma gruta como sendo o local onde Camões escreveu parte de seu poema. Uma história duvidosa descreve-o sendo levado de Macau acorrentado, preso por motivos ainda desconhecidos. Outra história (liberto das correntes) conta como o seu navio naufragou ao largo da costa do Camboja e como Luís nadou para a terra com o poema preso entre os dentes,[50] perdendo, nesse naufrágio, sua amada concubina chinesa. Após meses de provações, conseguiu chegar até Goa para ser metido em uma prisão. Libertado, foi preso novamente, dessa vez por dívidas. Um bondoso vice-rei libertou-o, e, durante um breve interlúdio, pôde o poeta desfrutar a vida e um caleidoscópio de amantes negras. Em 1567, tomou dinheiro emprestado e comprou passagem para Portugal; esgotaram-se-lhe os recursos em Moçambique, onde viveu dois anos na indigência. Alguns amigos em trânsito por lá pagaram-lhe as dívidas e a passagem, levando-o finalmente para Lisboa (1570). Seu único bem era seu poema. O Rei Dom Sebastião deu-lhe uma modesta pensão; o poema acabou sendo impresso (1572), e a Camões foi permitido viver tranqüilamente na penúria durante oito anos. Morreu em Lisboa em 1580, sendo enterrado, com outras vítimas da peste, em uma vala comum. Portugal celebra o dia de seu nascimento, 10 de junho, com um feriado, e aclama, como seu poema épico nacional, *Os Lusíadas*, cujo título significa "os portugueses". Camões tomou o termo Lusia do antigo nome romano dado à parte ocidental da Espanha: Lusitânia.

A sinuosa narrativa desenvolve-se em torno da viagem histórica (1497-99) de Vasco da Gama, de Portugal às Índias, contornando o Cabo da Boa Esperança. Após uma invocação ao Rei Dom Sebastião e às "ninfas do Tejo", a história prossegue com a frota de Vasco da Gama subindo a costa oriental da África. Sentindo-se na obrigação de imitar Homero e Virgílio, o poeta descreve um conclave dos deuses debatendo se devem ou não permitir que a expedição chegue às Índias. Baco vota contra, e incita os mouros de Moçambique a atacar os portugueses que estão descendo à terra em busca de água. Vênus intercede junto a Júpiter em favor dos marinheiros; os mouros são rechaçados, e Mercúrio ordena a Vasco da Gama que prossiga a viagem. A frota detém-se na costa do Quênia, sendo recebida com hospitalidade; o rei nativo, aceitando um plano de Camões, pede a Vasco da Gama que lhe conte a história de Portugal. Por fim o almirante o atende e narra a tragédia de Inês de Castro, descreve a batalha decisiva de Aljubarrota (1385), onde os portugueses conquistaram pela primeira vez sua liberdade da Espanha, e termina com a partida de sua própria expedição, de Lisboa. Ao atravessarem os novos argonautas o Oceano Índico, Baco e Netuno provocam um tufão contra ele, e Camões, que passara por essa tormenta, dela faz uma empolgante descrição. Vênus aplaca as ondas, e a frota chega triunfante a Calicute.

Na viagem de volta, Vênus e seu filho Cupido preparam uma festa para a fatigada tripulação; a uma ordem dela, encantadoras nereidas surgem do mar, preparam mesas palacianas com iguarias e flores, e confortam os marinheiros com alimentos, bebidas e amor.

What famished kisses were there in the wood!
What gentle sound of pretty lamentation!
What sweet caress! What angry modest mood
That into bright mirth knew sweet transformation!
From dawn till noon such pleasures they pursued
As Venus kindled to a conflagration,
Which men would rather taste of than condemn,
Rather condemn who cannot taste of them. *[51]

Receoso de que alguns portugueses reclamassem que esses versos eram um insulto à monogamia, Camões assegura-nos que o caso era apenas alegórico e que as ninfas "outra coisa não eram que as honrarias... que a vida exaltam e sublimam".[52] Seja como for, os marinheiros, alegoricamente, voltam cambaleando para os navios, e a frota regressa a Lisboa. O poema termina com um apelo ao rei para que ele, em toda parte, recompense o mérito e não menos esse cântico patriótico.

Pode-se sentir a música ondulante e os êxtases líricos do notável poema, o veemente entusiasmo de um poeta-soldado que nos transmite uma história repleta das vigorosas e ardentes aventuras dos portugueses naqueles tempos de expansão. Consta que Torquato Tasso citou Camões como o único poeta contemporâneo com o qual não se atrevia a medir; e Lope de Vega, quando espanhóis e portugueses não eram tão separados quanto o são agora, classificou *Os Lusíadas* acima da *Ilíada* e da *Eneida*.[53] Hoje, o poema é um elo de união, uma bandeira de orgulho e esperança onde quer que se fale a língua de Camões — na encantadora Lisboa, nas decadentes Goa e Macau, bem como no próspero, emergente e valoroso Brasil.

Conta-se que Camões, tendo ouvido que Filipe tomaria Portugal, disse como se fossem suas últimas palavras: "Amei tanto meu país que morrerei com ele."[54] Enquanto Filipe viveu, o país cativo passou razoavelmente bem; mas os sucessores violaram seus juramentos. Olivares propôs fundir em uma só as duas nações e as duas línguas; a Espanha tomou para si a maior parte dos ganhos provenientes das colônias e do comércio de Portugal; os ingleses e holandeses, em guerra com a Espanha, arrebataram ou pilharam tanto de Portugal como de Espanha, possessões, mercados e frotas. Os espanhóis passaram a ocupar cargos públicos em Portugal e os eclesiásticos espanhóis as dioceses do país. A Inquisição baixou seu manto sombrio sobre a literatura e o pensamento portugueses.

O descontentamento do povo aumentava à medida que a renda nacional decrescia, até que, por fim, a nobreza e o clero levaram a enfurecida nação à revolta. Encorajados pela Inglaterra e por Richelieu, os patriotas declararam Dom João, duque de Bragança, rei de Portugal (1640). Os franceses e holandeses enviaram ao Tejo, a título

* Oh! que famintos beijos na floresta, / E que mimoso choro que soava! / Que afagos tão suaves, que ira honesta, / Que em risinhos alegres se tornava! / O que mais passam na manhã e na sesta, / Que Vênus com prazeres inflamava, / Melhor é experimentá-lo que julgá-lo; / Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.

de proteção, suas esquadras e a França comprometeu-se a não celebrar a paz com a Espanha enquanto esta não reconhecesse a independência de Portugal. A Espanha, tão atormentada com a guerra no estrangeiro, quase não dispunha de soldados e dinheiro para reprimir a insurreição de seu vizinho; quando, entretanto, diminuíram as outras pressões, enviou contra o novo governo português (1661) dois exércitos, no total de 35.000 homens. Portugal pôde reunir apenas 13.000; mas Carlos II, da Inglaterra, em retribuição por Catarina de Bragança — uma belíssima prenda — e a um lucrativo tratado de livre comércio com os portos portugueses em todos os continentes, despachou para Portugal uma força sob o comando do brilhante General Friedrich Schomberg. Os invasores espanhóis foram derrotados em Évora (1663) e Montes Claros (1665), e, em 1668, a esgotada Espanha reconheceu a independência de Portugal.

CAPÍTULO XI

A Idade de Ouro da Literatura Espanhola

1556-1665

I. *EL SIGLO DE ORO*

CERVANTES escrevia em 1584:[1] "É grande o número de gênios divinos que vivem hoje em nossa Espanha." Provavelmente só ele sabia que era o maior deles; não havia ainda escrito *Don Quijote* (1604). Naquele período, o "Século de Ouro" (1560-1660) estava em pleno curso e esplendor.

Qual teria sido a causa dessa explosão cultural, desse brilhante concurso de luminares na literatura e na arte? Possivelmente as vitórias políticas, econômicas e religiosas da Espanha — a conquista e a exploração das Américas, o poder e as vantagens da Espanha na Itália, nos Países Baixos, em Portugal e na Índia, bem como o triunfo sobre os mouros na própria Espanha e sobre os turcos em Lepanto. Nós, hoje, longe das crises da alma espanhola, dificilmente podemos compreender como os perigos e os êxitos daqueles dias empolgantes vivificaram o ardor da fé católica e tornaram os espanhóis tão orgulhosos de sua religião e de sua linhagem. A nação aceitava a censura e a Inquisição, que teríamos julgado sufocantes, como medidas de guerra necessárias à unidade nacional na cruzada contra o Islam; e o espírito espanhol, proibido de apartar-se do credo consagrado, elevou-se de seus limites acanhados para um mundo sublime de ficção, poesia, drama, arquitetura, escultura e pintura.

Era também uma época de eruditos conscienciosos e historiadores ousados, de notáveis obras sobre teologia, política, leis, economia, geografia e estudos clássicos e orientais. O douto Hallam era de opinião que "o saber estava muito mais adiantado no governo de Filipe II que no de Elizabeth".[2] O ensino era, certamente, mais abundante. Tanto o pobre quanto o rico podiam ingressar nas muitas universidades; vinte novas, naquele período, foram acrescentadas às existentes, que já gozavam de grande renome; somente Salamanca, em 1551, tinha 5.856 estudantes.[3] "Ninguém podia ser chamado *caballero* [cavalheiro] se não fosse também homem de letras."[4] Reis, ministros, nobres e prelados abriam suas bolsas aos eruditos, poetas, artistas e músicos. Havia, entretanto, algumas disparidades nesse desenvolvimento: a Igreja mantinha sob sujeição todos os professores, e Filipe II, para conservar as universidades espanho-

las repletas e as mentes espanholas teologicamente puras, proibiu à juventude espanhola estudar em quaisquer universidades estrangeiras, exceto nas de Coimbra, Bolonha e Roma. Talvez essa endogamia intelectual tivesse exercido, depois daquele Século de Ouro, certo papel na esterilidade cultural da Espanha.

Nesse ponto, entram em cena dois notáveis jesuítas. Um deles é Baltasar Gracián. Diretor de um colégio jesuíta em Tarragona, achou ele tempo para escrever (1650-53) um romance em três volumes — *El Criticón* — no qual descreve o naufrágio de um cavalheiro espanhol na ilha de Santa Helena, a educação que proporcionou aos selvagens solitários que ali encontrou (uma fonte para *Robinson Crusoe*?), suas viagens juntos pelo mundo, e suas críticas penetrantes à civilização européia. Seu pessimismo e misoginia deleitaram Schopenhauer, que classificou o livro como "um dos melhores do mundo".[5] Um amigo deu popularidade internacional a Gracián, selecionando 300 parágrafos de seu livro e publicando-os como *Oráculo manual y arte de prudencia* (1653). Schopenhauer fez uma das muitas traduções. Eis alguns exemplos do oráculo:

> Evitai ofuscar o mestre... A superioridade sempre foi detestada, e o é ainda mais se for grande. Um pouco de cautela servirá para encobrir vossas virtudes comuns, tanto quanto ocultaríeis, em trajes descuidados, vossa beleza.[6]
>
> A mediocridade produz mais com a operosidade do que a superioridade sem ela.[7]
>
> Há normas para a sorte, pois para o sábio nem tudo é acidente.[8]
>
> O perfeito não está na quantidade, porém na qualidade... Alguns julgam os livros pelos seus dorsos, como se eles tivessem sido escritos para exercitar os braços.[9]
>
> Pensai como os poucos, falai como os muitos... A verdade é para os poucos... Deixai o homem prudente refugiar-se no silêncio; e quando ele se dignar a falar que seja à sombra dos poucos e da compreensão.[10]
>
> Sabei dizer não... A recusa nunca deve ser peremptória, devendo a verdade aparecer gradativamente... Usai a cortesia para preencher o vazio da recusa.[11]
>
> Pode-se reconhecer a maturidade na lentidão com que o homem acredita.[12]
>
> Há sempre tempo para se acrescentar uma palavra, mas nenhum para se tirar uma.[13]

Eram os historiadores espanhóis, nesse tempo, os melhores da Europa. Filipe II reuniu em seus arquivos, em Simancas, uma grande coleção de documentos oficiais e outros papéis, porque — disse — "cronistas e historiadores eram mal informados sobre as questões do Estado, e seria desejável, a fim de prevenir essa falha, reunir todo esse material, pois poderia ser útil".[14] Esses arquivos têm sido, desde então, um verdadeiro tesouro para os historiadores. Jerônimo de Zurita consultou milhares de documentos originais ao preparar seus *Anales de la Corona de Aragón* (1562-80) e granjeou, na Europa, reputação de *exactissimus scriptor*.

Juan de Mariana, o maior dos historiadores espanhóis, era filho natural de um cônego e nasceu em Talavera. Entregue à própria sorte na juventude, aguçou sua sabedoria com as duras necessidades da vida e a atormentadora pobreza. Os jesuítas, sempre perspicazes em reconhecer o talento, deram-lhe rigorosa educação. Aos 24 anos,

enviaram-no a ensinar no colégio que mantinham em Roma; mais tarde, à Sicília; depois a Paris, onde suas preleções sobre Tomás de Aquino costumavam atrair entusiásticas audiências. Ao enfraquecer-lhe a saúde com a idade de 37 anos (1574), foi-lhe permitido retirar-se para a casa da ordem em Toledo, de onde raramente saiu em seus restantes 49 anos de vida. Ali escreveu importantes tratados, um dos quais — conforme veremos depois — causou furor internacional; outro — *O Sistema Monetário do Reino* — foi um corajoso ataque à depreciação da moeda feita por Lerma; outro ainda, que ele deixou inédito, expunha *Os Erros na Administração da Companhia de Jesus*. O principal trabalho de seus últimos 40 anos foi a redação das *Historiae de rebus Hispaniae* (1592), escritas em latim para que toda a Europa culta pudesse saber como a Espanha ascendera à liderança e ao poder. À instância do Cardeal Bembo, traduziu a maior parte desse trabalho para o mais puro castelhano, com o título de *Historia de España* (1601), a mais brilhante realização da historiografia espanhola, vívida na narrativa, bela no estilo, suprema nas caracterizações, indômita na sinceridade — "a mais notável união de crônicas pitorescas à história sóbria, que o mundo jamais viu".[15]

Do mesmo modo que, em tais obras, antigas crônicas passaram gradativamente para a história como formas de literatura e filosofia, a ficção espanhola, nessa época, passou do romance pastoral e da cavalaria para um nível que, de um salto, alcançou o ponto culminante na história do próprio romance. Havia, ainda, abundância de romances de cavalaria; todos na Espanha, desde Santa Teresa até Cervantes, liam-nos sofregamente. Talvez servissem, para certos leitores, como alívio para a intensa exaltação da religiosidade espanhola, pois o credo dos romances era o amor, e a devoção dos cavaleiros não tinha por alvo a Virgem e sim as damas de sua eleição ou fantasia; para defendê-las ou possuí-las eles quebrariam muitas lanças, e não poucas leis de Deus e dos homens. Mas o entusiasmo por tais histórias começou a arrefecer no período em que Cervantes escreveu; Montaigne e Juan Luis Vives já as haviam ridicularizado; e, havia muito (1538), as *cortes* de Castela se queixavam do "grande mal" que os romances "faziam aos homens, rapazes, moças e outros", e de que muitos, "seduzidos por eles, afastavam-se da verdadeira doutrina cristã".[16]

Um outro impulso levou a literatura a seu ponto mais elevado. Em 1553, um autor de identidade desconhecida escreveu *Lazarillo de Tormes*, o primeiro romance de *gusto picaresco*, o "estilo jocoso" que fez de certo velhaco alegre (*pícaro*) um herói, que reparava sua pobreza com atos ilegais e sua ilegalidade com bom humor. Em 1599, Mateo Alemán publicou a engraçada *Vita del pícaro Guzmán de Alfarache*. Cinco anos depois, Cervantes, tomando dois estados de ânimo — o sonho evanescente de um nobre cavaleiro e a bem-humorada sabedoria de um homem do povo — reuniu-os, alma com alma, no mais célebre e no melhor de todos os romances.

II. CERVANTES: 1547-1616

Segundo o costume espanhol de dar aos filhos o nome do santo que se comemora no dia de seu nascimento, o criador de Dom Quixote e Sancho Pança foi batizado com o nome de Miguel de Cervantes, em Alcalá, no dia 9 de outubro de 1547. Ele

— talvez seu pai — acrescentou o nome Saavedra, oriundo da família castelhana com a qual seus antepassados da Galícia se haviam ligado pelo casamento, no século XV. O pai, um médico que exercia a profissão sem estar devidamente licenciado, surdo e sempre sem dinheiro, viajava de uma cidade a outra encanando ossos e tratando de pequenos ferimentos; ao que parece, o jovem Miguel acompanhou-o a Valladolid, Madri e Sevilha. Nada se sabe sobre a educação do jovem; embora nascido em uma cidade universitária, parece não ter cursado uma universidade; permaneceu liberto dos clássicos e teve de adquirir seus conhecimentos através da própria vida.

O primeiro fato que dele sabemos, depois do registro de seu batismo, é que, em 1569, um mestre-escola de Madri publicou um volume que continha seis poemas de "nosso caro e amado discípulo" Cervantes. Em setembro daquele ano, um Myguel de Zerbantes foi preso em conseqüência de um duelo, e desterrado da Espanha por 10 anos, sob pena de perder a mão direita. Em dezembro, vamos encontrar nosso Miguel servindo na casa de um importante eclesiástico em Roma. No dia 16 de setembro de 1571, esse mesmo Miguel, provavelmente escolhendo (como Camões) o serviço militar para escapar à prisão, partiu de Messina no navio *Marquesa*, da armada de Don Juan da Áustria. Quando, em Lepanto, se deu o encontro da frota com os turcos, Cervantes jazia com febre no porão do navio; como insistisse em combater, colocaram-no como chefe de 12 homens em um barco junto ao costado do navio; recebeu três ferimentos produzidos por tiros de canhão, dois no peito e outro que lhe mutilou para sempre a mão esquerda — "para glória da direita", declarou ele. Mandaram-no para um hospital de Messina, e o governo espanhol pagou-lhe 82 ducados. Participou de outras operações militares: em Navarino, Túnis e Goletta (La Goulette). Permitiram-lhe, finalmente, voltar à Espanha; mas, na viagem para casa, ele e seu irmão Rodrigo foram capturados por corsários berberes (26 de setembro de 1575) e vendidos como escravos em Argel. As cartas que levava de Don Juan e outros convenceram os captores de que Miguel era homem de certo valor; exigiram uma alta quantia por seu resgate, e, embora seu irmão fosse libertado em 1577, Miguel foi mantido como escravo durante cinco anos. Tentou escapar repetidas vezes, e isso fez com que o tratassem com maior severidade. O dei (governador local) declarou que "se pudessem manter aquele espanhol maneta bem vigiado, consideraria salvos seu capital, seus escravos e suas galeras".*[17] Sua mãe esforçou-se para levantar as 500 coroas exigidas para sua libertação; as irmãs sacrificaram os dotes de casamento por essa mesma causa; finalmente foi ele posto em liberdade (19 de setembro de 1580), e, após fatigante viagem, juntou-se à família de sua mãe, em Madri.

Sem dinheiro e maneta, não achou meios de atender a suas necessidades senão realistando-se novamente no exército. Há indicações de ter servido em Portugal e nos Açores. Apaixonou-se por uma dama [18] anos mais moça e apenas rica de nomes: Catalina de Palacio Salazar y Vozmédiano de Esquivias. Estimulado pelo amor e pela penúria, Cervantes escreveu um romance pastoral — *Galatea* — que vendeu por 1.336 *reales*. A dama casou-se com ele (1584), após o que ele lhe apresentou uma filha ile-

* A história do cativo no *Don Quijote* — Parte I, Livro IV, capítulos 12-14 — é em grande parte autobiográfica.

gítima que tivera de um amor transitório, um ano antes, com uma beldade, e persuadiu-a a que a educasse como se fosse sua filha.[18] Catalina não lhe deu filhos. Censurava-o periodicamente por sua pobreza, mas, ao que parece, permaneceu leal a ele; sobreviveu a Cervantes e, ao morrer, pediu que a enterrassem ao seu lado.

Galatea não lhe proporcionou mais *reales*; seus pastores mostraram-se demasiado eloqüentes, salvo em suas poesias; e embora Cervantes planejasse continuar a história e até o fim a considerasse sua obra-prima, não achou tempo ou entusiasmo para terminá-la. Durante 25 anos dedicou-se a escrever peças teatrais, tendo composto umas 30; considerava-as excelentes e assegura-nos que "foram todas representadas sem que fossem arremessados pepinos",[19] mas nenhuma delas caiu no gosto do público ou lhe proporcionou uma mina de ouro. Contentou-se com um modesto lugar no armazém de abastecimento do exército e da marinha (1587), e, nessa qualidade, viajou por uma vintena de cidades deixando a esposa em casa. Auxiliou no aprovisionamento da Invencível Armada. Em 1594, foi nomeado coletor de impostos em Granada. Preso em Sevilha em virtude de irregularidades nas suas prestações de contas, foi solto três meses depois, sendo, porém, demitido do serviço público. Permaneceu vários anos em Sevilha, em obscura pobreza, procurando viver da literatura. Depois, vagueando pela Espanha, foi novamente preso em Argamasilla. Ali, na prisão e na miséria — diz a tradição — continuou a escrever um dos mais alegres livros do mundo. De volta a Madri, vendeu a Francisco de Robles o manuscrito de *El Ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*. O livro foi publicado em 1605, e, dessa vez, após 58 anos de luta, Cervantes teve êxito.

Todo mundo — exceto os críticos — aclamou a obra como sendo um festival de humor e filosofia. Filipe III (diz uma velha lenda), "achando-se um dia na sacada do palácio, em Madri, observou um estudante que, na margem oposta do Manzanares, segurava um livro. Estava lendo e, de vez em quando, interrompia a leitura e aplicava violentas palmadas na própria testa, acompanhadas de inúmeros movimentos de êxtase e alegria. 'Esse estudante' — disse o rei — 'ou está com o juízo fora do lugar ou está lendo... *Don Quijote*' ".[20]

Como em toda obra-prima, há algumas falhas em suas 800 páginas. O enredo não é muito engenhoso: uma cadeia de episódios obscurecidos por narrativas interpoladas e irrelevantes, tão desorganizada quanto o cavaleiro que "cavalgava, deixando a critério do seu cavalo a escolha do caminho". Alguns fios da trama ficam sem seqüência ou se emaranham, como a perda e a inesperada reaparição do burro de Sancho. De vez em quando a vigorosa narrativa torna-se monótona, a gramática descuidada, e a linguagem grosseira; e os geógrafos proclamam impossível sua geografia. Mas que importa isso? À medida que vamos lendo, levados pela irresistível atração da razão e do absurdo, maravilhamo-nos cada vez mais de como Cervantes, em meio a todas as suas atribulações, pudesse ter reunido tal panorama de idealismo e humor e conduzido os dois pólos distantes do caráter humano a tão brilhante adjunção. O estilo não é — como poderia ser em uma longa narrativa — o de uma fatigante torrente de palavras eloqüentes, mas o de uma corrente clara e fluente, cintilando vez ou outra com uma bela frase ("ele tinha um rosto de bem-aventurado").[21] A inventividade dos incidentes continua até o fim, a fonte de provérbios de Sancho não se exaure, e o último momento de humor ou patos é tão bom quanto o primeiro. Nesse livro, que Cer-

vantes diz ser "a mais séria, altissonante, minuciosa, suave e humorada história", estão a vida e o povo da Espanha, descritos com um amor que sobrevive à imparcialidade, através de mil pormenores que criam e vitalizam o todo revelado.

Seguindo um velho artifício, Cervantes pretende ter extraído sua "história" do manuscrito de um autor árabe, Cid Hamet Ben-Engeli. Expõe claramente seu objetivo no prefácio: descrever em "uma sátira do cavaleiro errante... a queda e a destruição desse monstruoso amontoado de romances mal-engendrados... que tão estranhamente têm apaixonado grande parte da humanidade". Chaucer fizera coisa semelhante em *The Canterbury Tales ("The Rhyme of Sir Topas")*; Rabelais, em *Gargantua*; Pulci, em *Il Morgante Maggiore*; Teofilo Folengo e outros poetas macarrônicos ridicularizaram os cavaleiros, e Ariosto, em *Orlando furioso*, zombou de seus heróis e heroínas. Cervantes não repele de vez os romances; ele poupa da fogueira alguns, como *Amadis de Gaula* e seu próprio *Galatea*; e introduz algumas histórias de cavalaria em seu livro. No fim, vê-se que seu cavalheiresco *Don*, depois de mais de uma centena de fracassos e ignominiosas catapultas, era o secreto herói da narrativa.

Cervantes descreve-o como um cavalheiro rural — *ingenioso hidalgo* — tão estupidificado pelas novelas de ficção acumuladas em sua biblioteca que se arma da cabeça aos pés com uma armadura de cavaleiro e sai em seu Rocinante para defender os oprimidos, reparar as injustiças e proteger as virgens e os inocentes. Odeia a injustiça e sonha com um passado dourado em que não existia ouro, quando "se ignoravam as duas palavras fatais *teu* e *meu*; tudo era comum naquela época divina... tudo era concórdia, amor e amizade no mundo".[22] Como requeria a tradição da cavalaria, dedicou não apenas suas armas, mas sua vida a uma dama, Dulcinea del Toboso. Como ele nunca a viu, imagina-a uma perfeição de pureza recatada e graça delicada. "Seu pescoço é de alabastro; seu peito, de mármore; suas mãos, de marfim; e a neve perderia sua brancura, comparada à brancura de seu colo."[23] Fortalecido com esse mármore e aquecido por essa neve, Dom Quixote move ataque aos males do mundo. Nessa batalha contra grandes desigualdades, não se sente superado, pois "eu mesmo valho cem". Cervantes, que lhe faz companhia nas tavernas, moinhos de vento, fossos imundos e na aventura suína, passa a amar o "Cavaleiro da Triste Figura" como a um santo e um louco; em meio a todas as desventuras e dolorosas quedas Dom Quixote permanece a alma da cortesia, da compaixão e da generosidade. Por fim, o sombrio lunático é transformado em filósofo pelo seu autor; e, mesmo na lama, fala bondosa e sensatamente, perdoando o mundo que ele não compreende; e começamos a sentirnos magoados quando Cervantes, para levar a cabo seu projeto, continua a lançá-lo ao solo. Compadecemo-nos do desiludido cavaleiro quando Sancho assegura-lhe que a única Dulcinea del Toboso que a vila conhece é "uma robusta rapariga... moça volumosa, gorda e corajosa" de família humilde. O cavaleiro responde com uma frase lapidar: "A virtude enobrece o sangue."[24] "Todo homem" — diz a Sancho — "é filho de seus próprios atos."[25]

O que falta ao Quixote é humor, que é a parte melhor da filosofia. Cervantes, portanto, dá-lhe como escudeiro e serviçal um atarracado trabalhador de aldeia e filho da terra: Sancho Pança. O cavaleiro contrata-lhe os serviços, prometendo-lhe comida, bebida e a governança de alguma província dos reinos que irão conquistar. Sancho é homem de espírito simples e grande apetite, que, embora sempre à beira da misé-

ria, permanece gordo até a última página; é uma criatura bondosa, que gosta de sua mula como sendo seu *alter ego* e aprecia sua "doce companhia". Não é um típico camponês espanhol, pois é dotado de muito humor e nenhuma altivez; mas, como qualquer espanhol livre de pruridos teológicos, é bondoso e caridoso, sábio, apesar de inculto, e fiel ao mestre, apesar do sofrimento. Logo conclui que Dom Quixote é um louco, mas passa a amá-lo. "Tenho-me mantido sempre ao lado de meu bom senhor e feito companhia a ele em todos esses meses" — diz quase no fim — "de modo que ele e eu somos agora um só."[26] É verdade, pois ambos representam duas feições de uma só humanidade. O cavaleiro, por sua vez, passa a respeitar a sabedoria do escudeiro, julgando-a com melhores raízes que a sua — se não mais nobre. Sancho expressa sua filosofia através de provérbios que desfia de ponta a ponta até quase sufocar as próprias idéias: "É vadiando que a galinha e a mulher se perdem;" "Entre o *sim* e o *não* de uma mulher, não me empenharia em colocar a ponta de um alfinete, tão juntos estão um do outro;" "O médico dá a receita de acordo com a bolsa do paciente;" "Todo mundo é como Deus o fez, e, às vezes, pior."[27] Cervantes, provavelmente, usou uma antologia de tais provérbios que definiu como "sentenças curtas, concebidas a partir de uma longa experiência".[28] Sancho desculpa-se de sua adagiorréia, alegando que esses ditos lhe entupiam a garganta e era preciso lançá-los fora, "primeiro chegado, primeiro servido". Dom Quixote resigna-se a essa torrente. "Na verdade" — diz ele — "ter-se-ia a impressão de que você não é mais ajuizado que eu... Declaro-o *noncompos*; perdôo-lhe e tenho dito."[29]

O êxito de *Don Quijote* trouxe a Cervantes dois patronos: o conde de Lemos e o cardeal de Toledo, que lhe concederam uma pequena pensão; podia, agora, sustentar a esposa, a filha natural, sua irmã viúva e uma sobrinha. Poucos meses após a publicação do livro, ele e toda a família foram presos por suspeita de cumplicidade no assassinato de Gaspar de Ezpeleta, à porta da casa de Cervantes. Comentava-se que Gaspar amara a filha do escritor, mas as investigações nada provaram e todos foram postos em liberdade.

Cervantes prosseguiu tranqüilamente com a Segunda Parte de *Don Quijote*. Em 1613, interrompeu esse apaixonante trabalho para publicar 12 *Novelas ejemplares*. "Dei a estas histórias o título de Exemplares" — dizia o prefácio — "pois, se olhardes atentamente, vereis que não existe uma que não ofereça um exemplo útil."[30] A primeira é sobre um bando de ladrões operando em exemplar união com o condestável de Sevilha; outra — *Colóquio dos Cães* — descreve os costumes e a moral daquela cidade. No prólogo às *Novelas*, Cervantes descreve-se a si mesmo:

> O homem que vedes aqui com semblante aquilino, cabelos castanhos, testa lisa e despreocupada, olhos brilhantes, nariz adunco, mas bem proporcionado, barba prateada, que há menos de 20 anos era dourada, bigodes grandes... dentes que quase não valem a pena contar... altura mediana... ombros levemente arcados, corpo um tanto pesado... este — permitam-me dizer — é o autor de *Galatea* e de *Don Quijote de la Mancha*.[31]

Cervantes surpreendeu-se em 1614, com o aparecimento da Segunda Parte de *Don Quijote* não feita por ele, mas por um larápio desconhecido que adotou o nome de

Avellaneda. O prefácio ridicularizava as mortificações de Cervantes e rejubilava-se com o hábil embuste que quase arruinava a Segunda Parte do livro de Cervantes. O atormentado autor apressou-se em terminar a sua continuação, publicando-a em 1615. A Espanha culta deleitou-se ao tomar contato com esta ampliação da narrativa das aventuras do Quixote, bem à altura da primeira parte em imaginação, vigor e humor; através daquelas 500 páginas, manteve-se o interesse até seu triste, se não amargo, fim; e os reveses de Dom Quixote e seu escudeiro, na corte do duque, o reinado de Sancho em sua província e a dolorosa história de seus fundilhos açoitados pareceram, a alguns, fazer da segunda parte melhor que a primeira. Quando Sancho é nomeado governador de Barataria, todos esperam que ele se exceda em fatuidade governamental. Ao contrário, seu bom coração e bom senso, suas reformas e regulamentos simples e justos, e suas decisões sábias em um caso de extorsão[32] envergonham nossos governos de hoje. Mas as forças do mal são demasiado fortes para ele; acabam por atormentá-lo até fazê-lo resignar ao cargo e voltar, com uma sensação de alívio, à sua vida como escudeiro de Dom Quixote.

Resta ao cavaleiro apenas empreender uma fuga semelhante dos sonhos para a realidade. Parte para novas aventuras, mas sofre uma derrota culminante na qual o vencedor lhe exige a promessa de voltar para sua terra e ali viver tranqüilo como simples cidadão, durante um ano. O esgotado guerreiro concorda; mas sua desilusão seca-lhe as fontes da vida. Chama os amigos para perto de seu leito, distribui presentes, faz seu testamento, repudia a vida de cavaleiro errante e deixa declinar duplamente seu espírito. Sancho, voltando para sua família, cultiva sua horta, com o contentamento de um homem que viu do mundo o bastante para apreciar o lar. No fim, a boa índole de seu realismo parece triunfar sobre o idealismo benfazejo, mas fantasioso, de seu senhor. Mas não é bem assim. A alma do cavaleiro ainda tem uma última coisa a dizer, no epitáfio que ele deixou para seu túmulo: "Se não realizei grandes coisas, pelo menos morri em busca delas." O realista sobrevive até sua morte, mas o idealista começa a viver depois dela.

Em seu último ano de vida Cervantes publicou oito peças; o tempo não confirmou sua apreciação sobre elas, mas deu alta projeção ao seu *La Numancia*, poema dramático cheio de força e beleza, que celebra a resistência dessa cidade espanhola ao cerco romano (133 a.C.). Como seu cavaleiro errante, sofreu consideráveis desilusões; pensou que a posteridade o honraria principalmente pelos seus dramas, e falou, com imprópria, ainda que perdoável inveja, do inacreditável êxito de Lope de Vega. E em quase seu último alento, depois de ridicularizar a maior parte dos romances, escreveu outro: *Pérsiles y Sigismunda*. Quatro dias antes de sua morte, dedicou-o ao conde de Lemos:

> Ontem recebi a extrema-unção e hoje redijo esta dedicatória. O tempo é curto, minha agonia aumenta, as esperanças diminuem... E assim me despeço das galhofas, de minha alegre disposição de espírito e de meus joviais amigos; pois sinto que estou morrendo e nada desejo senão ver-vos felizes na outra vida.[33]

Morreu no dia 23 de abril de 1616.*

À sua maneira quixotesca, predissera uma venda de 30 milhões de exemplares para seu *Don Quijote*; o mundo ridicularizou sua *naïveté* e comprou 30 milhões. Essa grande história foi traduzida para mais línguas que qualquer outra, com exceção da Bíblia. Na Espanha, os mais simples aldeões conhecem tudo que se refere a Dom Quixote; e em geral, novamente excluindo-se a Bíblia, é ele "o personagem mais vívido, mais terno e melhor conhecido em toda a literatura",[34] mais autêntico que centenas e centenas de orgulhosas notabilidades da história. Traçando em seu livro um painel de costumes, Cervantes fundou o romance moderno, abrindo caminho para Lesage, Fielding, Smollett e Sterne; e criou nova forma para a filosofia, fazendo-a revelar e iluminar a escala moral da humanidade.

III. OS POETAS

A ressonância viril da língua castelhana, como a melodiosa graça do italiano da Toscana, prestava-se perfeitamente à música e à rima; o espírito do povo reagia com mais afinidade à poesia do que à prosa. Havia abundância de poetas tanto quanto de padres. Em seu *El Laurel de Apollo* (1630), Lope de Vega descreveu um festival e torneio de poesias, onde, em sua fantasia, os 300 poetas da Espanha contemporânea lutavam pela coroa de louros. Tais certames poéticos eram quase tão populares quanto a queima de hereges na fogueira. Havia soporíferos poemas didáticos, homilias em versos, romances rimados, poesia pastoral, poemas herói-cômicos, baladas, poemas líricos e épicos; e nem todos os autores tinham a coragem de Francisco de Figueroa, que condenou seus próprios versos a um auto-de-fé.

O melhor dos poemas épicos foi *La Araucana* (1569-89), que descreve a revolta de uma tribo de índios da América do Sul; foi escrito por Alonso de Ercilla y Zuñiga, que combateu com distinção como soldado espanhol nessa guerra. Talvez o mais primoroso dos poetas líricos tivesse sido um monge agostiniano, Luis Ponce de León, cujos ascendentes, em parte judeus, não o impediram de mostrar os mais doces aspectos da piedade cristã. Mais notável ainda era a união, nele, do poeta e do teólogo; aos 34 anos de idade foi nomeado professor de teologia na Universidade de Salamanca, e jamais se desligou dessa universidade; seus estudos escolásticos e sua vida austera, contudo, não impediram seus vôos pelo mundo da poesia. A Inquisição chamou-o perante seu tribunal (1572) por ter ele traduzido o Cântico dos Cânticos em forma de écloga pastoral. Ficou encarcerado durante cinco anos; libertado, recomeçou suas preleções na universidade com palavras ambíguas: "Conforme observamos na última vez em que nos vimos..."[35] Concordou com os superiores em que a poesia não assentava bem em um teólogo; assim, deixou seus versos inéditos, e foram publicados somente 40 anos depois de sua morte. São, no consenso geral, quase as mais perfeitas produções em língua castelhana.

Luis de Góngora e Francisco Gómez de Quevedo y Villegas eram mais famosos ainda, pois agitaram o ar com controvérsias e poesias, deixando atrás de si escolas rivais:

* Apenas aparentemente no mesmo dia em que Shakespeare morreu. A Inglaterra ainda usava o calendário Juliano; pelo Gregoriano, que a Espanha adotara, a morte de Shakespeare ocorreu a 3 de maio de 1616.

a do *gongorismo* e a do *conceptismo*, como filosofias de estilo. Cervantes, que sempre tinha alguma coisa boa para dizer a todos os seus rivais, exceto a Lope e a Avellaneda, chamou Góngora de "um gênio raro, vigoroso e inigualável".[36] Captamos um eco distante do grito de ódio do poeta nesta estrofe extraída de sua *Ode à Armada*:

Oh ya isla católica, y potente
templo de fe, ya templo de herejía,
campo de Marte, escuela de Minerva,
digna de que las sienes que algún dia
ornó corona real de oro luciente
ciña quirnalda vil de estéril hierba,
madre dichosa y obediente sierva
de Arturos, de Eduardos y de Enricos,
ricos de fortaleza, y de fe ricos;
ahora condenada a infamia eterna
por la que te gobiena
com la mano ocupada
del huso en vez de sceptro y de la espada;
mujer de muchos, y de muchos nuera.
¡oh reina torpe, reina no, mas loba
libidinosa y fiera,
fiamma dal ciel su le tue trecce piova![37]

Eis aí uma pena digna de ser cortejada. Não é de admirar que Filipe IV fizesse do ardente poeta (já então sacerdote) seu capelão real, ligando seu talento ao trono. Góngora lutou para adquirir estilo polido e sutil frasal; declarou guerra a escritos ligeiros, tais como os de Lope de Vega, insistindo que cada verso deveria ser lapidado e depurado até transformar-se numa jóia. Em seu fervor, tornou sua arte artificial, sobrecarregou seus versos de antíteses, inversões, epítetos e metáforas extravagantes, superando o eufuísmo de Lyly, bem como as afetações de Marini. Assim, ao descrever os fascinantes encantos de uma jovem:

Ven, Himeneo, donde, entre arreboles
de honesto rosicler, previene el día
— aurora de sus ajos soberanos —
virgen tan bella, que hacer podría
tórrida la Noruega con dos soles,
y blanca la Etiopia con dos manos.
(Soledad Primera — Coro II)

Os poetas espanhóis dividiam-se, então, em três grupos: os que seguiam o *gongorismo (cultismo)*, os que adotavam o *conceptismo* de Quevedo e os que, como Lope de Vega, resistiam a ambas as calamidades.

Em Alcalá, Quevedo distinguiu-se em leis, teologia, latim, grego, francês, árabe, hebraico e duelos. Embora fosse míope e coxo, era um perigo com a pena e o florete, e suas sátiras eram tão penetrantes quanto suas cutiladas. Depois de matar vários adversários, fugiu para a Sicília e Nápoles. Lá, aos 35 anos, serviu como ministro das finanças; participou da conspiração de Osuna contra Veneza (1618); fracassando a cons-

piração, ficou encarcerado durante três anos. De volta a Madri, não silenciou com a sinecura de secretário de Filipe IV; seus versos feriram o próprio rei, o papa, Olivares, as mulheres e os monges. Seu escandaloso livrinho, *El perro y la calentura* (O Cão e a Febre) — 1625 — gritava contra tudo e lançava uma tempestade de provérbios mais ácidos e grosseiros que os de Sancho Pança; e seu conselho final, que ele próprio jamais seguiu, foi para que se ficasse fora da batalha e "deixasse passar o refugo".[38] Ávido de inimigos e vítimas, Quevedo atacou o *cultismo* dos gongoristas e contrapôs a ele o *conceptismo*; ao invés de caçar palavras e frases extravagantes, o poeta deveria procurar idéias — não noções óbvias, mofadas pelo tempo ou maculadas pelo uso comum, mas conceitos sutis, grandiosos, dignos e profundos.

Acusaram-no injustamente de escrever cartas com advertências ao rei para cessar as extravagâncias e demitir os ministros incompetentes. Foi encarcerado durante quatro anos em cela úmida; quando foi posto em liberdade, sua saúde estava arruinada. Três anos depois morria (1645). Não teve uma carreira literária pacífica, porém uma vida em que a tinta era sangue e a poesia, guerra. Ao terminá-la, advertiu seu país de que também ele estava agonizando:

Miré los muros de la patria mia,
si um tiempo fuertes, ya desmoronados,
de la carrera de la edad cansados,
por quien caduca ya su valentia.

Salíme al campo, vi que el sol bebía
los arroyos del hielo desatados;
y del monte, quejosos, los ganados,
que con sombras hurtó su luz al dia.

Entré en mi casa, vi que amancillada
de anciana habitación eram despojos;
mi báculo más corvo y menos fuerte,

Vencida de la edad sentí mi espada
y no hallé cosa en que poner los ojos
que no fuese recuerdo de la muerte.[39]

IV. LOPE DE VEGA: 1562-1635

Os dramaturgos, nessa animada época, eram tão numerosos quanto os poetas. Até então, como na Inglaterra contemporânea, o palco era uma estrutura improvisada; atores ambulantes vendiam sua arte nas cidades por pouco dinheiro; e a Inquisição, esforçando-se para dominar a vulgaridade de suas comédias, censurava todas as representações (1520). Quando Madri se tornou a residência real (1561), duas *troupes* de atores pediram permissão ao rei para se estabelecerem permanentemente lá. Foi-lhes dada permissão; levantou-se a barreira eclesiástica (1572) e construíram-se dois teatros: o Teatro de la Cruz e o Teatro del Príncipe — os dois nomes exprimindo essencialmente a lealdade e o poder da Espanha. Por volta de 1602, havia teatros também em Valença, Sevilha, Barcelona, Granada, Toledo e Valladolid; em 1632, havia mil

atores em Madri e 76 dramaturgos em Castela; alfaiates, mercadores e pastores escreviam dramas; até 1800, a Espanha tinha assistido a 30 mil peças diferentes. Em nenhum outro país na história, nem mesmo na Inglaterra elisabetana, houve tal arrebatamento pelo teatro.

A forma dos teatros evoluiu dos pátios — cercados de casas e de plataformas temporárias — nos quais se realizaram as primeiras representações, para os teatros permanentes, projetados com filas de bancos e caixotes dispostos em círculo. Os trajes eram espanhóis, qualquer que fosse o local ou o período em que se desenrolasse a peça. O auditório era constituído de elementos de todas as classes. As mulheres assistiam às representações, mas sentavam-se em uma divisão especial e usavam véus espessos. Os atores viviam em desmoralizadora insegurança, entre a fome e os festins, consolando sua pobreza e desenraizamento com promiscuidade e esperanças. Alguns "astros" enriqueceram e tornaram-se famosos; passeavam pelas principais avenidas de Madri ajustando suas espadas e retorcendo os bigodes; e algumas prima-donas chegaram a dormir com reis.

O monarca do palco espanhol foi Lope Félix de Vega Carpio. Em 1647, a Inquisição teve de impedir a vulgarização de um credo que começava assim: "Creio em Lope de Vega o Todo-Poderoso, o poeta do céu e da terra."[40] Provavelmente nenhum outro escritor desfrutou tal fama em vida; apenas a dificuldade que se tem de traduzir a poesia rimada fez com que essa fama se limitasse à Espanha; mesmo assim, durante sua vida, seus dramas foram representados na Espanha, em Nápoles, Roma e Milão; na França e na Itália, ligavam-lhe o nome a peças que não eram suas, para atrair espectadores.

Nasceu em Madri, dois anos antes de Shakespeare, filho de uma família pobre, porém — asseguram-nos — nobre. Aos 14 anos fugiu de casa e do colégio, alistou-se no exército e participou de certa campanha sangrenta nos Açores. Apaixonou-se, mas logo se curou com leves ferimentos, escreveu epigramas mesquinhos contra a dama, foi preso por crime de injúria e banido de Madri. Tornando a entrar secretamente na cidade, fugiu com Isabel de Urbina, casou-se com ela, foi perseguido e, para escapar à justiça, ingressou na Armada; participou de sua derrota; seu irmão, ferido mortalmente na batalha, morreu em seus braços. A morte da esposa libertou-o para outros casos amorosos. Teve dois filhos com a atriz Micaela de Luján,[41] casou-se novamente, tornou-se funcionário da Inquisição (1609), perdeu a segunda esposa, foi ordenado padre (1614?) e entregou-se a novos amores.[42]

A Espanha perdoou-lhe os amores em função das peças que escreveu. Foram cerca de 1.800 peças, além de 400 pequenos *autos sagramentales* (autos sacramentais) para representações em festas religiosas. Dizia-se que compusera 10 peças teatrais em uma só semana, e uma antes do café. Cervantes renunciou a suas críticas ante essa avalanche e chamou seu rival de "monstro da natureza". Lope era a própria *commedia dell' arte*, compondo à medida que improvisava. Criando com tão descuidada fertilidade, não tinha pretensões a ser artista ou filósofo. Em sua *El arte nuevo de hacer comedias*, confessou francamente que escrevia para melhorar seu sustento e, com isso, aprovisionar o público de acordo com seu paladar.[43] Talvez não tivesse mandado imprimir suas peças se não existissem editores espertos que mandavam homens de memória milagrosa assistirem a suas representações; após comparecerem três vezes ao mesmo espe-

táculo, podiam eles recitar a peça de cor e fornecer um texto adulterado aos editores que nada pagavam ao autor. Certa vez o elenco de Lope recusou-se a prosseguir em uma representação enquanto um desses prodígios mnemônicos não fosse posto para fora,[44] pois que a publicação da peça poderia diminuir o número de espectadores. Lope, entretanto, publicou com muito carinho seus romances poéticos: *Arcadia, San Isidro, Jerusalén conquistada, La hermosura de Angélica, La Dorotea* — todos melodiosos, porém medíocres.

Em suas peças o enredo é tudo. Os personagens raramente são analisados em seu íntimo, podendo-se dizer desses dramas o que Thoreau disse sobre os jornais: se trocarmos os nomes e as datas, veremos que o conteúdo é sempre o mesmo. A história gira quase sempre sobre dois motivos: a questão de honra e a pergunta sobre quem dormirá com a dama. O público não se aborrecia com as variações sobre último tema, não permitindo qualquer outro. Apreciava, entretanto, o humor incidental, o diálogo expressivo e os versos líricos que gotejavam dos lábios de belas mulheres e de homens valorosos. O espírito dos romances, jamais extinto, assumiu nova feição nos palcos espanhóis.

A mais célebre das peças de Lope de Vega é *La estrella de Sevilla* (A estrela de Sevilha). Sancho, o Audaz, rei de Castela, chega a Sevilha, louva o esplendor de suas ruas, mas pede a Arias, seu conselheiro, que lhe fale mais especialmente sobre as mulheres da cidade:

Rey — Y las divinas bellezas
¿por qué en silencio las pasas?
....

Y di, ¿cómo en tantos soles
como fueron, no te abrasas?

D. Arias — Doña Leonor de Ribera
todo un cielo parecía;
que de su rostro nacía
el sol de la primavera.

Rey — Sol es, si blanca no fuera
....

Sol que abrasase querría,
no sol que helado se bebe.

D. Arias — La que te arrojó las rosas,
doña Mencía se llama
Coronel.

Rey — Hermosa dama;
mas otras vi más hermosas.
....

Una vi de gracias llena,
y en silencio la has dejado
....

¿Quién es la que en un balcón
yo con atención miré,
y la gorra le quité
con alguna suspensión?

¿Quién es la que rayos son
sus dos ojos fulminantes,
en abrasar semejantes
a los de Júpiter fuerte,
que están dándome la muerte.
de su rigor ignorantes?
....

D. Arias — Es doña Estrella Tabera
su nombre, y por maravilla,
la llama Estrella Sevilla.

Rey — Y Sol llamarla pudiera.
....

En buena estrella he llegado
a Sevilla
....

¿Qué orden, don Arias, darás
para que la vea y hable?
....

epiciclo que me abrasa
con fuego que el alma siente.[45]

Stella, porém, apaixonada por Don Sancho Ortiz, repele indignada a proposta de Arias para que o rei desfrute o *droit du seigneur.* Arias suborna a criada para que deixe o rei entrar no aposento de sua senhora; o devotado irmão de Stella, Bustos, faz sua entrada justamente nessa questão de honra, detém o rei e ameaça matá-lo; mas, atemorizado pela figura real, deixa-o passar, ridicularizado mas intacto. Uma hora depois o rei vê pendurado no muro do seu palácio o cadáver da criada que fora subornada. Manda chamar Ortiz, pergunta se sua lealdade para com ele não tinha limites, recebe uma resposta altiva e satisfatória, e manda-o matar Bustos. Ortiz encontra-se com Bustos, recebendo dele uma mensagem de Stella na qual afirma que retribui seu amor e aceita sua corte; ele lhe agradece, mata-o e quase enlouquece. Temendo uma revolta do povo, o rei oculta o fato de ter sido o mandante do crime. Ortiz é preso e está prestes a ser executado quando Stella descobre meios de libertá-lo. Mas o final não é feliz: os amantes percebem que o assassínio envenenou para sempre seu amor.

Depois de produzir mil desses dramas, Lope de Vega tornou-se o ídolo de Madri. Nobres e plebeus o admiravam; o papa enviou-lhe a Cruz de Malta e o grau de Doutor em Teologia. Quando aparecia nas ruas, uma multidão entusiasmada o cercava; mulheres e crianças beijavam-lhe as mãos e pediam-lhe a bênção. Seu nome era dado a qualquer coisa que fosse a melhor de sua espécie: havia cavalos Lope, melões Lope

e charutos Lope.[46] Um crítico que achou defeitos nele vivia diariamente sob o temor de ser morto pelos admiradores do poeta.

Mesmo assim, Lope de Vega não foi feliz. Fora razoavelmente bem pago por suas peças, mas gastava ou distribuía seus ganhos com a mesma rapidez com que vinham; após tantos êxitos, viu-se empobrecido e obrigado a apelar para o auxílio de Filipe IV, o qual, apesar de falido, lhe enviou generosa dádiva. Mas as provações feriam mais profundamente que a pobreza. Sua filha Marcela entrou para um convento; seu filho Lope ingressou na marinha e morreu afogado; sua filha Antonia fugiu com Cristóbal Tonorio, levando consigo valiosa quantidade de seus próprios bens; Lope deserdou-a e Cristóbal desertou-a. Julgando serem essas tribulações a punição de Deus pelos seus pecados, Lope trancou-se em um quarto e macerou sua carne a ponto de as paredes terem ficado manchadas de sangue. No dia 23 de agosto de 1635, compôs seu último poema — "El Siglo de Oro". Morreu quatro dias depois, com 73 anos de idade. Metade de Madri acompanhou-lhe os funerais, passando o cortejo pelo convento onde se encontrava sua filha a fim de que esta pudesse dizer-lhe adeus pela janela de sua cela. Fizeram-lhe a apoteose em um palco público.

Não podemos, como Voltaire, colocá-lo ao lado de Shakespeare; mas podemos sobre ele dizer que, pela fecundidade de seu gênio, seus versos efervescentes e seu interessante caráter brilhando através de mil dramas, elevou-se ao pináculo daquela Idade de Ouro, que apenas Cervantes e Calderón puderam atingir.

V. CALDERÓN: 1600-81

Outros desafiaram efemeramente a supremacia de Lope de Vega. Guillén de Castro compôs (1591) *Las mocedades del Cid* (A Mocidade do Cid), que alguns preferiram à imitação mais célebre, produzida por Corneille. Luis Vélez de Guevara deixou o exercício de sua profissão de advogado a tempo de escrever 400 peças, entre as quais *El diablo cojuelo*, origem de *Le Diable boiteux* (O Diabo Coxo) de Lesage. E Tirso de Molina levou à cena em Barcelona (1630) *El burlador de Sevilla y convidado de pietra* (O libertino de Sevilha e o convidado de pedra), que criou um Don Juan lascivamente blasfemador, forneceu o enredo para *Le Festin de pierre* de Molière e o *Don Giovanni* de Mozart, e sugeriu o *Don Juan* de Byron. Nestas poucas linhas apenas aludimos à imensa influência do drama espanhol no exterior. E em 1803, August Wilhelm von Schlegel surpreendeu a Alemanha, anunciando que, no drama moderno, só um homem superava Pedro Calderón de la Barca: Shakespeare.

Calderón, à semelhança de Murillo, fechou e sobreviveu à Idade de Ouro. Filho de um ministro das finanças nos reinados de Filipe II e Filipe III, recebeu, em Salamanca, a educação que os jesuítas podiam dar e permitiam; a importância da religião em seus estudos deu um forte colorido ao seu trabalho e a sua vida. Estudou Direito em Salamanca, mas abandonou os estudos ao descobrir que podia ser bem-sucedido escrevendo para o palco. Uma de suas peças continha clara referência à verbosidade gongorista nos sermões de certo pregador influente; Calderón ficou, por isso, encarcerado durante certo tempo, mas sua reputação estava firmada. Um volume de suas peças, contendo *La vida es sueño* e publicado em 1636, conquistou-lhe imediatamente a liderança no teatro espanhol. Filipe, nesse ano, nomeou-o sucessor de Lope de Vega

como dramaturgo da corte. Em 1640, ele ingressou em uma companhia de couraceiros montados, distinguindo-se pela sua valorosa coragem em Tarragona; na Espanha, como no Islam, o homem de letras muitas vezes realizava seu sonho secreto de ser um homem de ação. Com o declínio de sua saúde, após dois anos de guerra, foi ele aposentado com uma pensão militar. Seus sofrimentos fizeram-no voltar-se para a religião; tornou-se membro leigo da ordem dos franciscanos, foi ordenado padre (1651) e, durante 10 anos, serviu em uma paróquia de Toledo, ao mesmo tempo em que continuava a escrever vez ou outra para teatro. Após receber todas as honrarias deste mundo, morreu à idade de 81 anos com elevadas esperanças de ser recompensado por haver composto centenas de *autos sagramentales* e ter tido somente uma amante.

Seus dramas religiosos são os mais belos no gênero, pois neles a força lírica é mantida por uma devoção sincera. Seus dramas seculares obtiveram, durante longo tempo, fama internacional mais extensa que a de Lope de Vega, sendo igualmente belos como poesia e superiores como idéia. Faltava-lhe algo da incrível vitalidade e variedade de Lope; produziu, contudo, peças "de capa e espada" com muita verve e habilidade. Somente alguém familiarizado com a língua castelhana poderá apreciá-lo completamente, mas notamos que dois poetas ingleses perceberam-lhe o gênio e esforçaram-se por evocá-lo de seu cadinho lingüístico. Shelley, que concordava com Schlegel no tocante a Calderón, traduziu livremente trechos de *El mágico prodigioso*, e Edward Fitzgerald, em *Six Dramas of Calderón* (1853), falhou na tentativa de fazer pelo dramaturgo espanhol o que seis anos depois fez tão bem por Omar Khayyam.

El Mágico Prodigioso é uma variante da lenda de Fausto. Cipriano, famoso erudito de Antiquia, interrompe um duelo entre dois alunos seus, ambos os quais desejam Justina; fá-los embainhar as espadas, concordando em procurá-la e saber qual dos dois ela prefere; vai e apaixona-se por Justina, à primeira vista; ela o repele com desdém e, depois, sente saudades dele. Os estudantes, também rejeitados, consolam-se com Lívia, irmã de Justina, mas Cipriano não pode exorcizar sua memória dos encantos de Justina.

Idólatra, me cegué;
ambicioso, me perdí;
porque una hermosura vi,
porque una deidad miré;
y entre confusos desvelos
de un equívoco rigor,
conozco a quien tengo amor,
y no de quien tengo celos.
Y tanto aquesta pasión
arrastra mi pensamiento,
tanto (¡ay de mi!) este tormento
lleva mi imaginación,
que diera (despecho es loco,
indigno de un noble ingenio)
al más diabólico genio
(harto al infierno provoco),
ya rendido, y ya sujeto
a penar y padecer,
por gozar está mujer,
diera el alma.[47]

"Aceito", diz o Demônio, embora achando Justina uma criatura difícil. Leva-a finalmente a Cipriano; quando, porém, o erudito procura abraçá-la, abre-se o véu de Justina, pondo à mostra apenas uma caveira. Lúcifer confessa que somente o poder de Cristo poderia ter preparado esse ardil contra ele. No final, ao serem Cipriano e Justina conduzidos para sofrer o martírio reservado aos cristãos, ela confessa seu amor.

Entre as peças traduzidas para a língua inglesa por Fitzgerald, *El alcalde de Zalamea* conquistou altos louvores pela sua excelência técnica. Mas *La vida es sueño* tem idéias mais profundas. Descartam-se os antigos temas de honra e amor, trazendo, ousadamente, ao palco um problema quase oriental: Até que ponto são permanentes e reais as vicissitudes e vitórias na vida? Serão elas ilusões superficiais, quimeras, parte do véu que oculta a realidade básica, eterna? Basileu, rei da Polônia, manda encarcerar seu filho, nascido recentemente, pois os astros prognosticam que se revoltará contra ele. Sigismundo é educado preso por correntes, chegando à maturidade mais feroz que qualquer animal bravio. O rei, envelhecido e arrependido, convida o filho para com ele partilhar o trono; mas Sigismundo, mal preparado para governar, age com tão irrefletida violência contra seu pai, que o drogam para submetê-lo. Quando volta a si, vê-se novamente em sua gruta, na floresta, acorrentado. Dizem-lhe que seu recente reinado fora um sonho sem nexo, e, acreditando nisso, fala como o derrotado Ricardo II de Shakespeare:

Es verdad; pues reprimamos
esta fiera condición,
esta furia, esta ambición,
por si alguna vez soñamos:
y sí haremos, pues estamos
en mundo tan singular,
que el vivir sólo es soñar;
y la experiencia me enseña
que el hombre que vive, sueña
lo que es, hasta despertar.
Sueña el rey que es rey, y vive
con este engaño mandando,
disponiendo y gobernando;
y este aplauso que recibe
prestado, en el viento escribe;
y en cenizas le convierte
la muerte (¡desdicha fuerte!);
¿que hay quien intente reinar,
viendo que ha de despertar
en el sueño de la muerte?

y en el mundo, en conclusión,
todos sueñan lo que son,
aunque ninguno lo entiende.

¿Qué es la vida? Un frenesí.
¿Qué es la vida? Una ilusión,
una sombra, una ficción,
y el mayor bien es pequeño;
que toda la vida es sueño,
y los sueños, sueños son.[48]

Depois, por meio de outra transformação inadequadamente explicada, Sigismundo passa de seu estado selvagem para o de um homem dotado de razão; e, quando uma revolução lhe dá o trono, torna-se rei bondoso, cônscio, em sua humildade, de que essa elevação é novamente um sonho, uma bolha sem substância na espuma da vida.

As falas são fastidiosamente longas, e um gongorismo de frases fantasiosas adultera o néctar da poesia; é, todavia, uma peça vigorosa, mesclando a ação e o pensamento e mantendo suspense dramático até o fim. Se morássemos num lugar diferente ou tivéssemos uma outra mentalidade e pudéssemos compreender bem o castelhano, provavelmente consideraríamos essa uma das grandes peças do mundo.

É impossível para nós escapar, pela imaginação, à prisão de nosso tempo e lugar e perceber a força do papel que o drama exerceu na Espanha do século XVII e qual sua influência. Na Itália, o drama trágico nativo quase foi rechaçado dos palcos por ele. Na França, forneceu enredos para Hardy, Corneille, Molière e uma dúzia de outros; moldou a forma da tragédia francesa antes de Racine, acentuando a honra e derramando figuras de retórica. Quando nos lembramos também da influência de Cervantes e de outros escritores espanhóis sobre Lesage, Defoe, Fielding e Smollett e, através deles, sobre Dickens e Thackearay, e quando comparamos a arte da Inglaterra elisabetana, ou mesmo a da França contemporânea, com a arquitetura, a escultura e a pintura da Espanha naqueles dias de apogeu, começamos a compreender por que os povos de língua espanhola, no mundo, não cedem lugar a ninguém no orgulho de sua herança e linhagem.

CAPÍTULO XII

A Idade de Ouro da Arte Espanhola*

1556-1682

I. *ARS UNA, SPECIES MILLE*

COMO poderemos explicar que naquele período, quando a Espanha havia perdido o domínio dos mares para a Inglaterra e o da terra para a França, e quando todos os seus empreendimentos materiais pareciam sofrer o colapso de uma ruína completa, tenha ela podido construir a catedral de Segóvia, guiar a escultura de Hernández e Montañes e inspirar a pintura de El Greco, Zurbarán, Velázques e Murillo? Teria sido pelo fato de a Igreja espanhola ainda ser rica, a corte espanhola continuar extravagante, o ouro americano ainda entrar em Sevilha e os artistas espanhóis, alimentados pela religião e pelos honorários, continuarem a sentir o brilho de uma glória ainda não extinta?

O esplendor na arquitetura era o menos importante, pois nela os triunfos do passado atendiam a todas as necessidades do espírito religioso. Em Sevilha, a Igreja atestou sua vitória sobre os mouros encimando um minarete muçulmano com um campanário cristão que completou a graça do Giralda (1567); e um ano depois Bartolomé Morel coroou o todo com a estátua de *La Fé*, pesando uma tonelada e, ainda assim, tão levemente pousada que gira com o sopro do vento para contemplar seu domínio sobre os fiéis. Em Valladolid, Juan de Herrera, arquiteto do Escorial, começou em 1585 a austera catedral da Assunção, numa escala tão imensa que ainda continua desguarnecida. Em um outeiro que domina Segóvia, dois séculos de arquitetos e artífices começaram em 1522 a construção da monumental catedral que orgulhosamente simboliza a dominante e imutável devoção da Espanha. Em Salamanca, Juan Gómez de Mora projetou para os jesuítas, em dórico paladiano, mais o domo, o imenso Seminario Conciliar (1617-1755).

Mas a própria Espanha estava se secularizando, e tanto os palácios como as igrejas exigiam arte. Em Aranjuez, Filipe II construiu (1575) uma residência de verão, cujos refrescantes jardins podiam abrigá-lo do calor e da solenidade do Escorial. Filipe III acrescentou, como sede para seus retiros, o palácio de El Pardo, cujo primoroso Salão dos Embaixadores é célebre por seus candelabros. Filipe IV e Olivares quase se anteciparam a Versalhes construindo, na porta

* Todos os quadros mencionados neste capítulo encontram-se no Prado, salvo citação diferente.

oriental de Madri, um aprazível jardim, Buen Retiro (1631-33); em teatro real muitas foram as peças de Lope e Calderón levadas à cena. Erigiram-se naquela época imponentes edifícios de prefeituras — *ayuntamientos* — em León e Astorga; e o próprio El Greco projetou um em Toledo.

A escultura era quase inteiramente eclesiástica na forma e no espírito. O estilo gótico fora modificado pela influência italiana e pela ornamentação barroca, mas o busto-retrato, tão popular na Itália, foi desencorajado na Espanha como quase um tabu maometano. Pintores — até mestres como Zurbarán e Murillo — contribuíram com sua arte para fazer a escultura impressionar os fiéis com o realismo das crucificações e dos martírios; quase todas as estátuas eram em madeira policroma. Sir William Stirling-Maxwell, o erudito escocês que tanto amou e analisou a arte espanhola, considerava Juan de Juni "o melhor escultor da Espanha".[1] Juan adquiriu renome com um altar.na igreja de Nuestra Señora de la Antigua, em Valladolid, e com a estátua da *Mater Dolorosa*, em outra igreja dessa cidade, estátua tão querida pelo povo que, em sua tocante e profunda fé, pediu que lhe fosse permitido vesti-la com luxuosa indumentária. A Espanha considera maior ainda Gregorio Hernández; também ele esculpiu em Valladolid uma *Mater Dolorosa*; com característico realismo pintou manchas de sangue em seu manto e colocou-lhe no rosto lágrimas de vidro; essa mãe, com o Cristo morto deitado em seu regaço, talvez seja a obra suprema da escultura espanhola daquela época.

O maior desses escultores foi Juan Martínez Montañes. Tinha apenas 18 anos quando, com sua esposa, chegou (1582) ao mosteiro do Dulce Nombre de Jésus, em Sevilha, presenteou-o com uma imagem da Virgem e recebeu, como agradável retribuição, permissão para ali residir livremente e para sempre. Agradou aos jesuítas com estátuas de Inácio e Xavier, e deleitou os monges hieronimitas com seu *São Jerônimo*. A catedral de Sevilha ainda mostra seu *Crucifixo*, classificado por um historiador da arte como "talvez a reprodução suprema da divina Vítima".[2] Quando o Papa Paulo V, atendendo a pedidos do povo, tornou a crença na Imaculada Conceição obrigatória para todos os católicos, a Espanha sentiu-se especialmente feliz pois, da mesma maneira que a França, concentrara sua piedade na Virgem. Montañes mostrou-se à altura do acontecimento esculpindo sua obra-prima (agora na catedral de Sevilha): a jovem Mãe de Deus meditando sobre o mistério de sua isenção do pecado original; essa imagem também foi classificada entre as obras-primas da escultura mundial,[3] mas a donzela andaluza parece demasiado calma e satisfeita, se bem que vergada sob o peso do panejamento.

Neste quadro da arte espanhola, para sermos justos a despeito da brevidade, teríamos de enumerar e celebrar também suas glórias secundárias: os gradis, grades e portões de ferro e bronze; a obra em madeira de muitos retábulos e os assentos dos coros, como os que foram talhados por Pedro de Mena para a catedral de Málaga; as luminárias, as cruzes, os cálices, os cibórios e os tabernáculos lavrados em prata e ouro, como as mundialmente famosas custódias de Juan de Arfe; as estatuetas em madeira, marfim, alabastro ou bronze; as rendas e brocados que ornamentavam os altares e as mulheres; os vidros esmaltados de Barcelona e as louças de cerâmica vitrificada de Talavera.

Na pintura, antes de Velázques, a Igreja era quase o único patrono e árbitro. A sombria predileção pela teologia e a piedade espanholas, refletindo talvez os lúgubres rochedos e o calor ardente do terreno, proporcionava pouco humor, luminosidade ou elegância na elaboração dos temas, banindo o nu, criticando os retratos e as paisagens, e encorajando um duro realismo que ressaltava mais os estágios assustadores da fé, do que as fases confortadoras; os quadros deviam instilar a crença e fazê-la arder na alma com imagens flamejantes e severidade monástica. Por fim, os próprios pintores tinham visões e alegavam receber inspiração divina. Filipe II rivalizou com a Igreja como patrono de pintores, se bem que os temas permanecessem religiosos; quando os nobres encomendavam pinturas, obedeciam geralmente a essa mesma regra; a secularização começou somente com Velázques e Filipe IV. Entraram algumas influências estrangeiras para modificar esta predominância eclesiástica. Carducci, Zuccaro e cerca de 18 outros italianos trouxeram um espírito mais suave para a arte espanhola; Anthonis Mor veio de Flandres em 1572; pintores espanhóis, visitando os Países Baixos, sentiram-se emocionados pelo espírito de Van Dyck; e o próprio Rubens, que empolgou Madri em 1603, pediu aos artistas do país que contemplassem mais a vida que a morte.

Além dos quatro mestres que dominaram a pintura espanhola daquela época, havia muitos outros de menor pujança: Alonso Sánchez Coello, que retratou, em estilo flamengo, o Infante Don Carlos e a Infanta Isabel, filhos de Filipe II; Juan Pantoja de la Cruz, discípulo de Coello, que nos deixou um sombrio *Filipe II*,[4] e um vigoroso *Santo Agostinho*; Francisco de Ribalta, cujo *tenebroso* estilo de luz cercada de sombras aparece em *São Francisco Enfermo Confortado por um Anjo*; e Francisco Pacheco, que ensinou Velázques, deu-lhe uma filha em casamento e expôs os princípios da pintura espanhola em sua *Arte de la pintura* (1649). "O fim supremo da arte" — escreveu ele — "é persuadir o homem a ser piedoso e incliná-lo para Deus."[5] Em 1611 visitou El Greco em Toledo e condenou os quadros do grego, como sendo *crueles borrones*.[6] Vejamos.

II. EL GRECO: 1548?-1614

Em Creta, onde ele nasceu, chamava-se Kyriakos Theotokopoulos — isso é, divino filho do Senhor; na Itália, chamavam-no Domenico Teotocopulo; na Espanha, Domingo Teotocópuli; ele assinava seu nome com letras gregas: Domenikos Theotokopoulos; o tempo encurtou-o para El Greco, apelido que lhe deram na Espanha. Nada sabemos de sua vida em Creta. Seus antepassados talvez tivessem emigrado para lá procedentes de Constantinopla, depois de essa cidade grega ter sido conquistada pelos muçulmanos (1453); seja como for, sentiu em Creta, como depois em Veneza, a austera influência dos mosaicos bizantinos. Em seu tempo, Creta pertencia a Veneza; tendo, naturalmente, notícia do apogeu da pintura na sereníssima república, o jovem artista tomou um navio, empolgado pela esperança, rumo aos canais; e é provável que se tenha juntado à grande colônia grega nessa capital cosmopolita. Estudou com Ticiano durante dois anos ou mais, admirou a arte de Tintoretto em agrupar imagens em uma pintura compacta, e talvez tivesse adquirido de Veronese a tendência para dar a seus mantos riqueza e colorido. Copiou quadros célebres com paciente humildade em Veneza, Reggio nell' Emilia, Parma e Florença, e chegou a Roma não muito depois da morte de Michelangelo (1564).

A primeira notícia definida que sobre ele temos encontra-se numa carta escrita em Roma, no dia 16 de novembro de 1570, por Giulio Clovio ao Cardeal Alessandro Farnese:

> Chegou a Roma um jovem, procedente de Cândia, aluno de Ticiano, que é, no meu entender, um pintor de raro talento.... Pintou o próprio retrato, que está sendo admirado em Roma por todos os pintores. Gostaria que ele ficasse sob o patrocínio de vossa venerável eminência sem qualquer outra contribuição para sua subsistência que um aposento no palácio Farnese.[7]

O cardeal concordou, El Greco recompensou Clovio com um magistral retrato.[8] Quando se começou a falar sobre os nus de Michelangelo no *Juízo Final*, Domenico ofereceu-se, caso o afresco fosse retirado na sua totalidade, para substituí-lo por outro que haveria de ser tão bom, e mais bem vestido.[9] Decaiu sua posição junto aos artistas romanos. Alguns prelados espanhóis, em Roma, informaram-lhe que Filipe II estava à procura de pintores para decorar o Escorial. Em 1572 mudou-se ele para a

Espanha, sacudindo dos sapatos o pó de Roma, mas levando em seu pincel algo das distorções do maneirismo italiano.

Depois disso, dele só temos registro em 1575, quando vamos encontrá-lo projetando e adornando a igreja de Santo Domingo el Antiguo, em Toledo, a capital eclesiástica da Espanha. Pintou para seu altar a magnificente *Assunção da Virgem*, que agora ocupa um lugar proeminente no Instituto de Arte de Chicago — em parte copiado da *Assunzione*, de Ticiano, nos Frari de Veneza, e ainda no estilo italiano de formas jovens e sadias e de majestosas cabeças de velhos. Pintou (1577) para a catedral, em Toledo, o célebre *Espolio de las vestiduras del Señor*. A comissão encarregada de julgar o quadro queixou-se que a túnica de Jesus era de um vermelho muito berrante e que as mulheres, na parte esquerda, embaixo — as três Marias — estavam deslocadas, pois as Escrituras diziam que elas haviam contemplado a cena de longe; os juízes, contudo, ao proferirem sua decisão, declararam profeticamente que o quadro era "inestimável, tão grande era seu valor".[10] Uma das Marias era a amante do pintor, Doña Jerónima de las Cuevas, cujo rosto triste e encantador aparece na maioria dos quadros de El Greco relativos à Virgem. Apesar de ser leal a ela e à Igreja, jamais a desposou; esse costume que não era antigo na Espanha estava há muito tempo sacramentado nos ateliês dos artistas.

Um escritor da geração seguinte, José Martínez, descreveu Domenico como já confiante na imortalidade:

> Ele se estabeleceu em... Toledo, indroduzindo um estilo tão extravagante que até hoje nada se viu que se lhe possa igualar; tentar discuti-lo seria confundir os espíritos mais sensatos. ... Ele deu a entender que nada existia que superasse seus trabalhos. ... Sua natureza era tão extravagante quanto sua pintura. ... Costumava dizer que nenhum preço era bastante alto para seus trabalhos, e assim entregava-os em garantia a seus donos, que de boa vontade lhe adiantavam o que ele pedia por eles.... Era arquiteto brilhante e muito eloqüente quando falava. Teve poucos discípulos, pois ninguém se preocupou em seguir seu estilo caprichoso e extravagante, que era conveniente apenas para ele.[11]

Mais ou menos em 1580, Filipe II mandou chamar El Greco e pediu-lhe que pintasse *São Maurício e a Legião Tebana*. Após quatro anos de trabalho, o artista apresentou o resultado ao rei. Filipe achou o grupo de imagens demasiado confuso; pagou o quadro mas não o aceitou, e El Greco regressou amargurado para Toledo, de onde, tanto quanto sabemos, não mais se afastou. Ainda bem, pois se sentiu livre para ser o místico que era.

Como para vingar-se, pintou para a igreja de Santo Tomé (1586) seu mais famoso quadro, um dos pontos altos na arte da pintura. O contrato estipulava que ele teria que mostrar a tradição eclesiástica que celebrava a descida dos santos, do céu, para sepultar Don Gonzalo Ruiz, conde de Orgaz; Santo Estêvão e Santo Agostinho (em vestes episcopais) deviam ser mostrados baixando o corpo ao túmulo, em meio a venerável assembléia de notáveis; e, sobre essas figuras, os céus se abrindo para mostrar o Filho de Deus em Sua glória. Tudo foi feito ao pé da letra, e ainda mais, pois quase toda cabeça é um retrato acabado, os trajes são maravilhas em ouro, verde e branco, e a armadura damasquinada do conde é toda uma luz cintilante; e ainda se pode ver

por trás de Santo Estêvão o próprio El Greco. A parte culminante dessa obra-prima é a cabeça com barba e mitrada de Santo Agostinho. Ou devemos preferir o belo cadáver? Ou o rosto encantador de Santo Estêvão? Ou o padre calvo lendo a encomendação do corpo? Ou o filho de oito anos de El Greco, Jorge Manuel, empunhando orgulhosamente o archote e deixando sair do bolso um lenço, para mostrar a assinatura de El Greco? Em *História de Toledo* (1612), de Francisco de Pisa, lemos o que já devíamos ter adivinhado: esse *Sepultamento do conde Orgaz* "é uma das verdadeiras excelências (pictóricas) de toda a Espanha. Vêm pessoas de todos os países para contemplá-la com especial admiração; e o povo de Toledo, longe de entediar-se com ela, continuamente descobre nela novos pormenores para admirar. Nela se vêem, retratados realisticamente, muitos homens ilustres de nosso tempo".[12] O conselho da paróquia, contudo, regateou no preço; o irritadiço grego levou a questão aos tribunais, ganhou a causa e recebeu duas mil coroas.

Agora não lhe faltavam encomendas. Ele se encontrara; não mais pensava em Ticiano ou Tintoretto; e podia fazer experimentos com o alongamento das formas, não porque sofresse de qualquer problema ótico, mas provavelmente por sentir que poderia, dessa maneira, simbolizar a exaltação espiritual de suas figuras — corpos que as almas estendiam em busca do céu. Em *Santo André* e em *São Francisco* no Prado, esta macilência parece ininteligível, a menos que a consideremos um simbolismo e nos lembremos das estátuas góticas adelgaçadas por questão de limitações arquitetônicas. Tudo isso se perdoa quando chegamos ao *Santo Ildefonso*, pintado para o hospital Caridad, em Illescas: neste caso, o espírito reverente e absorto, o rosto ascético, os ralos cabelos brancos e as mãos delicadas do arcebispo medieval são uma das concepções mais profundas de El Greco. "Essa única pintura compensaria uma viagem à Espanha."[13]

Não inferimos, do pouco que sabemos sobre a vida de El Greco, que ele fosse hispanicamente piedoso; parece ter-se inclinado mais para os prazeres do que para a santidade. Quando pintou *A Sagrada Família* para o hospital Tavera, dotou a virgem de beleza sensual e não de dedicação maternal. *A Crucificação* é anatomicamente erudita, porém emocionalmente fria; Grünewald sentiu aquela tragédia muito mais profundamente. Em seus quadros religiosos, o melhor de El Greco está nos retratos incidentais, como o dele mesmo com barba branca e cabeça calva em *Pentecostes*. Em uma cidade apinhada de eclesiásticos, não teve dificuldade em conseguir poderosos personagens para posar: seu amigo, o trinitário Paravicino (Boston), com um rosto ao mesmo tempo sábio e inquisitorial; ou o próprio grande-inquisidor, o Cardeal Niño de Guevara (Nova York), não tão bom quanto a cópia do retrato de Inocêncio X de Velázques. O próprio El Greco superou-o em *O Cardeal de Tavera*, cujo ossudo rosto magro de olhos sombrios exprime mais uma vez a concepção que o artista fazia da consagração eclesiástica. Mas os melhores de todos os retratos são os dos irmãos Covarrubias: Antônio, secular, grisalho, desiludido, cansado, perdoando; Diogo, em vestes sacerdotais, parecendo muito mais mundano, mais bem-humorado, perfeitamente ajustado. Somente uns poucos Rembrandt e Ticiano e o *Júlio II*, de Rafael, sobrepujam esses profundos estudos.

Eles figuram entre os tesouros reunidos no museu Casa del Greco, em Toledo. Ali também está a *Planta de Toledo*, onde o artista observa, como se estivesse numa nu-

vem, toda a cidade e as elevações que a cercam. Reproduziu-a mais tarde em *Vista de Toledo* sob um céu tempestuoso (Nova York) — quadro impressionista que desdenha minúcias realistas. Por volta de 1600, "o Grego" tornara-se um dos mais célebres cidadãos de Toledo, conhecido de todos pelo espírito altivo e caprichoso, um místico com certo gosto pelo dinheiro, ocupando 24 aposentos em um velho palácio, contratando músicos para tocar para ele durante as suas refeições, reunindo em torno de si os intelectuais de Toledo e gozando das honras de ser um "eminente filósofo".[14] Mais ou menos em 1605, pintou o que se presume ser um auto-retrato (Nova York): calvo, cinzento, quase desfigurado. Em 1611, Pacheco achou-o muito fraco para caminhar. Embora mantivesse seus 24 aposentos, não podia pagar suas dívidas; o conselho da cidade votava, constantemente, verbas substanciosas para ele. Morreu em 1614, com 73 anos de idade.

Sua posição no mundo da arte tem sido uma aventura póstuma. Góngora escreveu um soneto fazendo seu panegírico e Velázques reconheceu-lhe o gênio; mas sua estranha arte não inspirou imitações, assim como não deu origem a uma escola. Por volta de 1650, desapareceu no clarão da fama de Velázques. Durante dois séculos ele permaneceu quase relegado ao esquecimento. Foi então que Delacroix redescobriu-o, Degas, Manet e Cézanne começaram representando em seus trabalhos a melancolia de seus quadros; van Gogh e Gauguin viram nele seu próprio precursor. Em 1907, a *Viagem à Espanha*, de Julius Meier-Graefe, elevou El Greco, acima de Velázques, ao ponto mais alto da pintura espanhola. Tais oscilações da fama são precárias, estando sujeitas às "extravagantes vicissitudes do gosto".[15] El Greco, contudo, continuará sendo, por muitos séculos, o exemplo estimulante de um artista que se projetou para além dos objetos, rumo às idéias e aos sentimentos, para além dos corpos, rumo às almas.

III. ZURBARÁN: 1598-1664

Depois de El Greco, durante uma geração, a pintura espanhola marcou passo com homens menos importantes que muito se esforçaram e desapareceram. Depois, quase simultaneamente, Francisco de Zurbarán e Diego Velázques inundaram a Espanha com a grande arte. Durante 30 anos esses dois serviram de complemento um ao outro: Zurbarán pintando como um monge atemorizado, procurando adorar a Deus e aproximar-se Dele; Velázques prosperando no mundo e mantendo-se junto a seu rei.

Zurbarán foi batizado em Fuente de Cantos, na região sudoeste da Espanha, no dia 7 de novembro de 1598, filho de negociante abastado que, por isso mesmo, pôde mandá-lo desenvolver seu talento em Sevilha. Após dois anos de estudos, assinou seu primeiro quadro datado (1616), uma *Imaculada Conceição* que poderia ter-lhe arruinado a carreira. Um ano depois mudou-se para Llerema, distante 38 quilômetros de sua terra natal. As imediações estavam pontilhadas de conventos, igrejas e ermidas, dos quais Francisco recebia suas modestas encomendas e inspirações. Lá ele se casou com María Pérez, nove anos mais velha que ele, a fim de legitimar um filho; ela morreu depois de dar-lhe mais dois. Em 1625, casou-se com uma viúva 10 anos mais velha, porém com apreciável dote; com ela teve seis filhos, dos quais cinco morreram na infância. Depois da morte da esposa casou-se com uma próspera viúva; esta lhe deu seis filhos, dos quais também cinco morreram na infância. O amor lutava para manter a morte a distância.

Seu período criativo na arte começou com um contrato para pintar, em seis meses, 21 quadros para o mosteiro dominicano de San Pablo el Real, em Sevilha (1626). Tendo terminado a tarefa, Zurbarán, ao que parece, visitou Madri e sentiu a influência de Velázques. Anterior-

mente fora influenciado pelo estilo sombrio e maciço de Caravaggio e, talvez, de Ribera; agora acrescentava a seu rude naturalismo uma nova sutileza de sombras e um acabamento refinado. Logo depois vamos encontrá-lo em Sevilha, pintando 22 telas enormes para os monges da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, que se dedicavam ao resgate de prisioneiros cristãos em poder dos infiéis. Os quatro quadros que restam desse grupo não são obras-primas, mas é notável um rosto de menino em um deles, talvez de Juan, filho do artista. Sevilha deve ter apreciado essas pinturas, pois em 1629 pediu oficialmente a Francisco que morasse ali: "Sevilha sentir-se-ia honrada... considerando que a arte da pintura é um dos maiores ornamentos do Estado."[16] Zurbarán concordou.

Em 1630 pintou, para a igreja franciscana de San Buenaventura, algumas de suas maiores obras. Uma é *São Boaventura Apontando o Crucifixo para São Tomás de Aquino*: o grande teólogo — infelizmente um dominicano — é suavemente advertido de que a religião não consiste em teorias filosóficas mas na contemplação de Cristo. Esse quadro — tema da arte pictórica de Zurbáran — foi roubado da Espanha pelo Marechal Soult (1810), indo parar no Museu Kaiser Friedrich, em Berlim, sendo destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Outro da série, *São Boaventura em seu Esquife*, foi também roubado por Soult, vendido ao Louvre em 1858 e ainda continua lá; as quatro figuras à esquerda são notáveis. Ainda mais belo é *A Apoteose de São Tomás de Aquino*, que Zurbarán pintou para um colégio dominicano em Sevilha; o espírito surpreende-se ao contemplar aquela sucessão de rostos profundos — Ambrósio, Gregório, Jerônimo, Agostinho, Carlos V. Pagaram a Jerónimo Velázques, pela moldura, importância seis vezes maior que a que Zurbarán recebera pela pintura.

Passando-se para a igreja carmelita de San Alberto (1630), o ativo pintor mostrou São Francisco absorto em humilde devoção, e São Pedro Tomás como um monge enrugado e abatido de tanto esperar pelo Paraíso. Voltando ao mosteiro mercedário (1631), pintou alguns de seus monges mais veneráveis; entre esses retratos figura o magnificente *Frei Pedro Machado*. O ano de 1633 trouxe-lhe muitas encomendas: 12 apóstolos para uma igreja de Lisboa, três quadros para os cartuxos de Sevilha e 10 para a capela de São Pedro, na grande catedral; um destes, *São Pedro Arrependido*, ainda em seu lugar primitivo, constitui extraordinário ensaio de realismo, talvez lembrando Ribera.

Zurbarán viu-se tão requisitado que confiou muitos de seus trabalhos a seus auxiliares. Para o mosteiro de Guadalupe, na Estremadura, pintou a *Tentação de São Jerônimo*, quadro em que a cabeça e as mãos do santo são de maravilhosa técnica, e as delicadas damas tocando música dificilmente merecem que se resistam a suas tentações. Chegaram encomendas até de ordens estabelecidas no Peru e na Guatemala; uma série de apóstolos seguiu para Lima, outra para Antigua; e para a Cidade do México foi *Cristo em Emaús*, apresentando o Cristo ressuscitado como um aldeão guapo e feliz, em uma refeição. Algumas dessas telas foram feitas às pressas ou por outrem, e Zurbarán teve de mover um processo contra Lima para receber seus honorários.

A partir de 1645, sua predominância em Sevilha foi desafiada pelo jovem Murillo, que supria igrejas e conventos com tão ternas ilustrações da história cristã que a procura do desconcertante realismo de Zurbarán declinou nitidamente. O velho artista procurou amenizar seus terrores e, durante certo tempo, esforçou-se por rivalizar com Murillo em sentimentos piedosos e familiares, como em *A Virgem e o Menino com São João* (agora em San Diego, Califórnia); mas esse novo estilo não se coadunava com sua arte e disposição de espírito. Mudou-se para Madri (1658) a fim de restabelecer sua sorte, mas Filipe IV, ele mesmo sem dinheiro, não encontrou coisa melhor para o pintor fazer senão decorar um pavilhão de caça. Velázques mostrou-se bondoso para com ele, mas morreu subitamente. Zurbarán sobreviveu ao amigo e a sua fama.

Sua reputação mal ultrapassara os Pireneus até que os generais de Napoleão começaram a apreciar seus magníficos monges e sombrios santos e arrebataram alguns quadros levando-os para a França. Quando os mosteiros espanhóis foram secularizados em 1835, mais obras suas chegaram a Paris, e, em 1838, o Rei Luís Filipe abriu no Louvre uma Galeria Espanhola com 400 pinturas, das quais 80 eram atribuídas a Zurbarán. Para nosso gosto atual seus quadros são por demais acanhados e monásticos, seu espírito demasiado sombrio e enlevado. Nele sentimos a falta dos maltrapilhos de Murillo e dos filósofos e belas princesas de Velázques. Mas mesmo assim há em sua obra uma sólida sinceridade, uma profunda dedicação, cores e formas

vigorosas que o erguem acima do reino das preferências transitórias e asseguram-lhe um lugar na lembrança dos homens.

IV. VELÁZQUES: 1599-1660

Seu avô paterno era um nobre português que, tendo perdido a fortuna, mudou-se do Porto para Sevilha com a esposa. De seu filho Juan de Silva e de Doña Jerónima Velázques nasceu o artista, no mesmo ano que Van Dyck, um ano depois de Zurbarán e Bernini, e 18 anos antes de Murillo. Recebeu o nome de Diego Rodríguez de Silva y Velázques; usava geralmente o nome de sua mãe, prática comum no sul da Espanha. Recebeu boa educação, aprendeu alguma coisa de latim e filosofia e, durante algum tempo, tentou estudar ciência; passou depois a dedicar-se à pintura, estudando durante breve período com Juan de Herrera, e por um período maior com Pacheco. "Casei-o com minha filha" — diz-no Pacheco — "levado pela sua mocidade, sua integridade e suas boas qualidades, e pelas perspectivas de seu grande talento natural."[17]

Velázques instalou seu próprio ateliê e logo atraiu a atenção por sua predileção pelos temas profanos. Misturava-se com os humildes, deleitando-se em colocar seus pensamentos e biografias em seus rostos. Quando era ainda um rapaz de 20 anos, pintou um grande quadro: *O Aguadeiro de Sevilha*;[18] nele, andrajosa e paciente, vê-se a dignidade da pobreza honesta. Aos 23 anos pintou, já então com percepção amadurecida, o poeta Góngora (Boston) — os olhos e o nariz penetrando o mundo.

Presumivelmente o retrato foi feito durante a primeira visita de Velázques a Madri (1622). Sevilha e seus sacerdotes eram um campo demasiado acanhado para ele; alguma ambição estimuladora levou-o para a capital com seu *Aguadeiro* embaixo do braço. Lá, cortejou a corte, sem êxito, pois Filipe IV e Olivares encontravam-se atarefados com a política, casamentos e guerras, e uma dúzia de outros artistas estavam subindo os mesmos degraus. Diego regressou a Sevilha. Passou-se um ano. O Príncipe Carlos Stuart chegou a Madri, namorou uma infanta e demonstrou gosto pela arte; Olivares, então, mandou chamar Velázques. O jovem de olhos e cabelos negros rumou novamente para a capital, foi nomeado pintor da corte e caiu nas boas graças do rei, pintando-o como intrépido cavaleiro em um belo corcel. Filipe não só posou uma dúzia de vezes para Velázques como, também, encorajou a família real (irmãos, esposas, filhos) e a corte (ministros, generais, poetas, bufões e anões) a se revezarem diante daquele pincel imortalizador. Deram-lhe um ateliê no palácio real; e ali, ou em suas proximidades, Velázques passou quase todos os restantes 37 anos de sua vida. Foi uma magnífica oportunidade e, ao mesmo tempo, uma prisão limitadora.

Dois grandes fatos exerceram influências sobre ele, alargando-lhe a visão. Rubens, então o mais famoso artista do mundo, visitou novamente Madri em 1628 — ele, mestre da luz e das sombras, o pintor ousado de divindades pagãs e nus voluptuosos; Velázques sentiu-se entusiasmado. Rubens aconselhou-o a ir à Itália, especialmente a Veneza, para estudar os grandes mestres da cor. Diego foi a Filipe, que lhe concedeu o *congé* e 400 preciosos ducados para a viagem. Tem-se uma amostra do tempo gasto nas viagens por mar nessa época ao se constatar que Velázques deixou Barcelona no dia 10 de agosto de 1629, e chegou a Gênova no dia 20 de agosto. Atravessou

a Itália rumo a Veneza e, durante vários dias, postou-se diante das grandes telas de Tintoretto e Veronese, bem como dos retratos e temas mitológicos de Ticiano. Prosseguiu depois para Ferrara e Roma, copiou os antigos mármores do Fórum e invejou os afrescos de Michelangelo no teto da Capela Sistina. Aquelas formas majestosas auxiliaram Velázques a passar das sombras pesadas de Caravaggio para uma reprodução mais nítida das figuras em luz clara. Dirigiu-se em seguida para o sul, em direção a Nápoles, a fim de visitar Ribera; e de Nápoles regressou à Espanha (janeiro de 1631).

Era a vaidade — a sombra sustentadora de todo ego — que fazia Filipe posar tantas vezes para um artista de tão penetrante visão, de tão meticulosa veracidade, ou era para oferecer seu retrato aos amigos que lho solicitavam? Triste é a transformação daquele jovem belo e alto dos primeiros quadros no velho de rosto emaciado, cabelos pintados e sombria autocracia a persistir, através dos anos e das derrotas, nos olhos azuis e frios e no acentuado queixo Habsburgo. Se existe algo de superficial nesses retratos reais, talvez seja porque nada existia sob a superfície visível. Houvesse ali alguma coisa — como nos retratos de Góngora e Olivares — transpareceria na tela.

Entre um e outro retrato do rei, há o da Rainha Isabel, o da Rainha Mariana e o da irmã de Filipe, a Rainha Maria da Hungria, posando sem grande resultado. O irmão mais moço de Filipe, o Cardeal Infante Fernando, posou como caçador com um cão todo músculos, nervos e devoção alerta. Olivares surge montando um corcel preto, no Prado, e um corcel branco na mesma pose, no quadro que se encontra no Museu Metropolitano de Arte, em Nova York, não deixando dúvida sobre quem detinha as rédeas na Espanha. Os mais agradáveis daqueles retratos da corte são os do jovem Don Baltasar Carlos, sobre quem repousavam todas as esperanças da dinastia. Velázques pintou várias vezes essa encantadora criança, com evidente prazer: em 1631, com um criado anão;[19] em 1632, já o encanto da corte;[20] em 1634, com cinco anos de idade, brandindo o bastão de comandante e cavalgando orgulhosamente um enorme cavalo; em 1635, como caçador segurando cuidadosamente a espingarda, mas demasiado delicado para matar ou governar; aquele rosto inocente responde aos que julgavam que Velázques expressava apenas superficialidades. E assim progrediu a série, desde Carlos na idade de dois anos até à de 16, quando o amado príncipe contraiu uma febre e morreu.

O anão visto em um desses quadros era um dos muitos que deram aos malogros da corte de Filipe uma confortadora sensação de superioridade e grandeza. Devia-se esse costume à Roma Imperial e ainda mais ao Oriente antigo. Mesmo a corte papal tinha anões; o Cardeal Vitelli reuniu 44 para servir seus convidados. O primeiro-duque de Buckingham presenteou a Rainha Henrietta Maria com uma torta que abrigava, em seu interior, um anão de meio metro de altura.[21] Para sua própria satisfação e divertimento de todos, os anões de Filipe IV trajavam suntuosa indumentária adornada com ouro e jóias cintilantes. Velázques pintou-os com simpatia e humor: um, chamado Antonio el Inglés, aparece orgulhosamente mais alto que seu cão, embora não tenha nem a metade da beleza do cão; outro, Sebastián de Morra, carrancudo em sua barba espessa, tem os punhos cerrados contra seu destino. Havia também bufões na corte. Velázques pintou cinco deles: um deles, cujo quadro se chama *O Geógrafo*,[22] porque aponta para um globo, parece mais racional que Olivares; o segundo, *Barbarossa*, puxa de uma espada com ar feroz; o terceiro está vestido como Don Juan da

Áustria; o quarto luta com um enorme livro; o quinto, pintado em *O Idiota*, é um inofensivo, quase agradavelmente, insano.

Apesar de cortesão e inegavelmente um cavalheiro, Velázques costumava libertar-se do protocolo para estudar a vida dos imponentes plebeus que ainda adornam o cenário espanhol. No princípio de sua carreira (1629), persuadiu dois belos jovens e meia dúzia de aldeões a posar para *Los borrachos*: um Baco quase nu, sentado em um barril, coroa com folhas de videira uma figura ajoelhada, enquanto ao redor deles se reúne um grupo de rústicos adeptos das uvas, alguns gastos pelo trabalho e outros já grisalhos pelos anos; é talvez a única memorável bacanal na arte espanhola da Idade de Ouro. Mais notável ainda que esses beberrões são as duas estranhas pinturas que Velázques intitulou *Esopo* — retrato de um velho e triste autor, pobre e quase cego, carregando suas fábulas ao longo dos anos — e *Menipo* — filósofo cínico do século III a.C. São rostos inesquecíveis. E no mundo que Velázques nos legou, não são poucos os animais: cavalos, que agora nos parecem desajeitadamente corpulentos, mas redimidos por altivas cabeças e olhos cintilantes; uma cabeça de veado com ar filosófico, resignado à ferocidade humana; e cães *qui vive* para a ação ou alertamente adormecidos.

Eram esses os passatempos do pincel de Velázques, talvez um meio de aliviar-se dos perigos de pintar, sem idealização, os dignitários da corte. Nosso julgamento dos espanhóis do século XVII se eleva quando contemplamos esses nobres despretensiosamente trajados e, mesmo assim, enfrentando com orgulhosa fé um mundo no qual sua amada terra parecia paralisada pela decadência. Don Diego del Corral y Arellano, o Cardeal Gaspar de Borja y Velasco,[23] o robusto escultor Montañes, o arrogante *Cavaleiro de Santiago*,[24] o belo e tímido Francesco II d'Este,[25] o magnífico e senhoril Don Juan Francisco Pimentel — eis retratos que nos tocam a alma. E se o *Retrato de um Homem*, na Galeria do Capitólio de Roma, é realmente do próprio Velázques, é impossível não amá-lo — os cabelos descuidadamente encaracolados, o traje modesto, os olhos ternos e meditativos.

É extraordinário como, em Velázques, a corte superou a Igreja e os temas religiosos consagrados. Ele não pôde rivalizar com El Greco ou Zurbarán ao pintar velhos apóstolos enrugados e santos; somente a *Coroação da Virgem*, entre suas pinturas religiosas, despertou toda a sua capacidade. Ele foi muito mais feliz nos temas seculares. Em *Las lanzas*, que conhecemos melhor como *A Rendição de Breda*, estendeu-se prodigamente, criando uma das maiores — aproximadamente 3 x 3,65m — e também uma das mais pormenorizadas telas da história da arte. Na longa guerra da Espanha contra os rebeldes dos Países Baixos, Ambrosio de Spinola reconquistara para a Espanha (1625) a estratégica cidade de Breda, no Brabante setentrional. Velázques, que conhecera Spinola em 1629, na viagem de volta da Itália, ficara impressionado com a nobreza e o cavalheirismo do grande general; registrou essa impressão numa obra-prima que mostra os vitoriosos lanceiros espanhóis erguendo bem alto seus piques, a cidade conquistada em chamas, o derrotado general da rendição, Justino de Nassau, oferecendo as chaves da cidade a Spinola e o cavalheiresco vencedor cumprimentando o vencido pela bravura de sua defesa. No extraordinário contraste das cores e na individualização das demais figuras, Velázques obteve um triunfo, que Filipe IV sentiu-se feliz de exibir no palácio do Buen Retiro.

Em 1649, como recompensa por 26 anos de trabalho, Filipe financiou a segunda visita de Velázques à Itália e encarregou o artista de adquirir peças da estatuária clássica e de comprar pinturas de mestres italianos. Velázques achou os preços já aterradores; dificilmente qualquer quadro importante dos grandes venezianos poderia ser adquirido por preço razoável; por cinco pinturas teve ele de pagar 12.000 coroas. Já estariam os milionários e outros mais se servindo da arte como meio de proteção contra a inflação?

A melhor pintura feita na Itália, naquele ano de 1650, foi o retrato de Inocêncio X executado por Velázques. Quando o papa consentiu em posar, o artista, sentindo-se fora de forma, preparou sua mão e seus olhos fazendo o retrato de seu escravo mulato Juan de Pareja.*[26] Esse quadro de Inocêncio X teve grande acolhida entre os artistas de Roma, que imediatamente o elegeram para sua Academia de São Lucas. O papa posou apenas algumas vezes para ele; Velázques fez estudos preliminares da cabeça, e um deles, na Galeria Nacional, de Washington, quase não se distingue do retrato acabado que passou como herança para a família Doria, à qual o papa pertencia; foi conservado no Palazzo Doria Pamfili, onde, contemplando-o, Reynolds considerou-o "o mais belo quadro de Roma".[28] Visto hoje, ali, percebe-se nele uma força, tanto em seu caráter como em sua arte, que o coloca, juntamente com o de *Júlio II* (Rafael) e do de *Paulo III* (Ticiano), entre os retratos mais admiráveis de todos os tempos. Inocêncio X tinha 76 anos quando posou para essa pintura; morreu cinco anos depois. Não fossem suas vestes e o anel pontifical, poder-se-ia tomá-lo por um daqueles chefes de bandidos que atormentaram tantos papas; estudando-se, entretanto, aquelas feições duras e resolutas, percebe-se que Inocêncio era o que tinha de ser — um dirigente governando um Estado de italianos indisciplinados, um pontífice guiando uma Igreja de cristãos não-cristãos que se estendia de Roma às Filipinas, de Roma ao Paraguai; era necessário que tivesse ferro no sangue, aço nos olhos e autoridade no rosto; e Velázques viu tudo isso e colocou em sua obra. Examinando o retrato, o papa comentou ambiguamente: "Demasiado fiel!"[29] Os artistas romanos extasiaram-se ante a compacta composição, a notável harmonia do vermelho, branco e ouro, o olhar, o brilho desconfiado e inquisitivo dos olhos oblíquos e azuis acinzentados, as próprias mãos denunciando caráter. Quando Velázques deixou a Itália (junho de 1651), não foi como um aluno à procura de velhos mestres, mas como mestre reconhecido pela época, pois Rubens estava morto e ninguém poderia sonhar que um obscuro holandês, lutando com dívidas e logo se retirando para um gueto em Amsterdam, erguer-se-ia do túmulo, após alguns séculos, para disputar essa supremacia.

Voltando a Madri, Velázques cometeu o grande erro de sua vida: pleiteou e obteve sua nomeação como *aposentador del rey*, isto é, administrador do palácio real. Talvez estivesse cansado de pintar ou percebesse que atingira o limite de suas possibilidades nesse campo. O cargo, todavia, não era uma sinecura; envolvia supervisão pessoal do palácio, de sua mobília e decoração, higiene e calefação; cumpria-lhe, além disso, fazer os arranjos para a realização de representações, bailes na corte, bem como torneios,

* Pareja, preparando há anos os pincéis, as tintas e as paletas de Velázques, observando-lhe ao mesmo tempo o espírito e o trabalho, serviu-se secretamente do seu material e acabou pintando tão bem que Filipe IV, tendo tomado uma das telas de Pareja como sendo de Velázques, deu-lhe a liberdade; Juan, entretanto, permaneceu como discípulo e servo na família do artista até morrer.[27]

e fornecer alojamentos aos elementos da corte por ocasião das excursões reais. Era seu dever acompanhar o rei em todas as grandes viagens, não só as de recreio como, também, as de natureza política e as relacionadas com a guerra. Poderia haver coisa mais absurda para um homem que pintara o retrato de Inocêncio X? O orgulho de ocupar o cargo dominou, em Velázques, a consciência do gênio.

Nos nove anos que lhe restaram dispensou à pintura apenas o tempo em que pôde repousar das suas tarefas oficiais. Recomeçou a pintar a família real, os cortesãos ilustres e o próprio rei. Fez três encantadores quadros da Infanta Margarida e pintou-a novamente como figura central de uma de suas obras-primas: *Las meninas*; servos, um anão e um cachorro em torno da princesa, e o próprio Velázques, visto em segundo plano, colocando-os todos na tela. Pintou-a outra vez com uma grande saia azul, que lhe tornou as pernas, dali por diante, um mistério sagrado e impenetrável;[30] e, pouco antes de morrer, pintou-a como um milagre de inocência em vestido de rendas. Em 1657 afastou-se da corte para pintar *Las Hilanderas*, magníficas figuras colhidas na agitação e dignidade do trabalho. Nesse mesmo ano desafiou a Inquisição, escandalizou e deleitou a Espanha com as formosas costas e nádegas de *A Vênus de Rokeby*, quadro assim chamado por causa de sua longa estada em casa de uma família inglesa que o comprou por 500 libras e, depois, o vendeu por 45.000 libras à National Gallery. Uma sufragista, enfurecida com a revelação de secretas regiões anatômicas, cortou as rosadas costas da Vênus em seis lugares; mas coseu-se a tela, que voltou a ser de novo atraente.

Em *Las Meninas* vemos Velázques como ele via a si mesmo nos seus últimos anos: cabelos abundantes, bigodes altivos e olhos levemente sombrios. A boca parece sensual; não sabemos, contudo, pelos registros existentes, de desvios sexuais e conflitos pessoais que tanto desgastam grande número de artistas. Por suas belas maneiras, seu senso de humor e uma decente vida familiar, ocupava uma alta posição na corte. Deixou-nos retratos de sua esposa Juana e de sua filha Francisca;[31] talvez sua filha Francisca tenha posado para *A Dama do Leque*.[32] O marido de Francisca, Juan Bautista del Mazo, pintou *A Família do Artista*,[33] mostrando Velázques ao fundo do ateliê e cinco filhos que ajudavam a manter unida a família.

A morte de Velázques foi o resultado de suas próprias funções. Na primavera de 1660, providenciou as complexas cerimônias e festividades que acompanhariam, numa ilha do rio Bidassoa, na fronteira com a França, a assinatura do Tratado dos Pireneus e do contrato de casamento da Infanta Dona María Teresa com Luís XIV. Velázques teve de providenciar a viagem da corte através da Espanha até San Sebastián, a meio caminho, e de 400 mulas transportando mobília, quadros, tapetes e outras ornamentações. O pintor, agora mergulhado nas funções de provisor, regressou à capital "cansado com as viagens à noite e com os trabalhos durante o dia", conforme declarou a um amigo. No dia 31 de julho recolheu-se ao leito tomado de febre terçã. No dia 6 de agosto ou, nas palavras de seu primeiro biógrafo, "na Festa da Transfiguração do Senhor... entregou sua alma a Deus que a criara para ser a maravilha do mundo".[34] Oito dias depois sua esposa foi colocada a seu lado na terra.

Aqueles entre nós que não conhecem a técnica da pintura podem somente apreciar as obras de Velázques, sem julgar sua qualidade; elas, no entanto, mostram uma época, uma corte, um *roi fainéant* e uma alma altiva porém delicada. Mesmo assim pode-

mos saborear a clareza clássica, a simplicidade, a dignidade e a verdade daquelas pinturas; pressentimos o trabalho e a habilidade subjacentes a seus triunfos, os esboços de ensaio, a distribuição experimental das figuras, a aposição, a profundidade e a transparência das cores, o jogo modelador de luz e sombra. Os críticos, cansados de adulações vulgares, têm apontado defeitos no mestre espanhol: pequenas falhas como os tolos toucados de suas infantas, os ventres salientes de seus cavalos, o rosto fora de proporção refletido no espelho da *Vênus de Rokeby*; e grandes falhas como sua falta de emoção, imaginação, idealismo ou sentimento, seu interesse quase feminino mais pelos personagens que pelas idéias, sua aparente cegueira a tudo que seus olhos não viram.[35] Mesmo nos dias de Velázques, um de seus rivais, Vincenzo Carducci, acusou-o de naturalismo míope que tomava a reprodução conscienciosa da realidade exterior como a mais alta função da arte pictórica.

Quem responderá em nome de Velázques (que jamais teria respondido) que ele não era responsável por aqueles toucados e aqueles ventres eqüinos; que a emoção dominada é mais comovente que a emoção manifestada; que os retratos de Baltasar Carlos e as princesas, das damas de honra e *A Rendição de Breda* mostram um delicado sentimento; que o *Esopo* e o *Menipo* são estudos filosóficos, e que os retratos de Góngora, Olivares e Inocêncio X não são reproduções de coisas superficiais mas evocações de almas? Não há em Velázques a busca óbvia da beleza, antes uma procura do caráter revelador; poucas são as mulheres que suavizou com encantos, mas foram muitos os homens que traçou e caracterizou com vida.

Sempre venerado na Espanha como seu maior pintor, Velázques só se tornou conhecido ao norte dos Pireneus — talvez por que tanta coisa dele se achasse no Prado — depois que Raphael Mengs o aclamou na Alemanha, em 1761, e as guerras napoleônicas o revelaram à Inglaterra e à França. Manet e os impressionistas saudaram Velázques como seu precursor no estudo e na representação da luz e da atmosfera; e durante meio século Velázques figurou entre os maiores artistas. Whistler chamou-o "o pintor dos pintores", o mestre de todos eles; Ruskin declarou *ex cathedra* que "tudo que Velázques faz pode ser considerado absolutamente exato". Meier-Graefe foi à Espanha para ver Velázques no Prado, encontrou El Greco em Toledo e anunciou que Velázques "parara onde El Greco começara" e "permanecera sempre na antecâmara da arte".[36] Subitamente, metade do mundo acreditou que Velázques era uma figura de segunda categoria.

A fama é como a moda. Cansamo-nos de tecer encômios com nossas penas, e achamos estimulante afastar de nossa fantasia ídolos gastos, alijar de seus tronos os poderosos e dirigir nossos louvores a novos deuses, lançados por nossa originalidade ou exumados por alguma nova fama. Não se pode prever como parecerá o grande Velázques quando mudarem novamente os caprichos do gosto.

V. MURILLO: 1617-82

Houve um tempo em nossa confiante mocidade em que a *Imaculada Conceição da Virgem*, de Murillo, desfrutava de tão alto renome quanto a *Madonna Sistina*, de Rafael; agora, ninguém a reverencia mais. O declínio da fé cristã, na Europa e na

América, apagou metade da beleza dessas pinturas, que julgávamos belas por natureza. Murillo é uma vítima desse despojamento.

Mas façamos, primeiro, uma reverência a Alonso Cano. Um homem estranho: padre, duelista, pintor, escultor e arquiteto. Nascido em Granada, emigrou para Sevilha, estudou pintura (tendo Velázques como colega) com Pacheco e escultura com Montañes. Desenhou, esculpiu e pintou retábulos para o colégio de San Alberto e para a igreja de Santa Paula, onde, com êxito, competiu com Zurbarán. Para a igreja de Lebrija, esculpiu estatuária religiosa que atraiu a admiração de estudantes estrangeiros, os quais procuraram imitá-lo. Travou um duelo, feriu gravemente seu adversário, fugiu para Madri e obteve a proteção de Olivares através da intercessão de Velázques. Suas pinturas na capital e imediações proporcionaram-lhe um lugar na corte. Em 1644, sua esposa foi encontrada assassinada no leito; acusou o criado, mas ele mesmo foi considerado o autor do crime. Novamente fugiu do sucesso; ocultou-se em um mosteiro distante, foi descoberto, preso e torturado; suportou todas as dores sem admitir a culpa; libertaram-no, e começou novamente a pintar. Em 1651, com 50 anos de idade, voltou a Granada onde se tornou sacerdote e cônego da catedral, para a qual fez estátuas, pinturas, um atril e um portal, tão bons que lhe perdoaram até a arrogância. Encarregado pelo auditor real de Granada de fazer uma estátua de Santo Antônio de Pádua, terminou-a a contento desse funcionário que, no entanto, regateou no preço. Cano pediu 100 dobrões.

— Quantos dias levastes para fazê-la? — perguntou o funcionário.

— Vinte e cinco — respondeu Cano.

— Então calculais vosso trabalho à razão de quatro dobrões por dia? — disse o auditor.

— Vós sois um mau contador, pois levei 50 anos para aprender a fazer em vinte e cinco dias uma estátua como essa.

— E eu — retrucou o magistrado — despendi minha mocidade e meu patrimônio em meus estudos universitários e agora, sendo auditor de Granada, profissão mais nobre que a sua, ganho por dia apenas um dobrão.

— Vossa profissão é mais nobre que a minha! — exclamou o escultor. — Pois sabei que o rei pode fazer auditores do pó da terra, mas Deus reservou somente para Si a criação de um Alonso Cano.

Em seguida, enfurecido, Cano reduziu a estátua a pedaços.[37] Pensou-se durante certo tempo que a Inquisição o encarceraria, mas Filipe IV o protegeu e ele continuou a pintar e a esculpir — quase tudo sobre temas religiosos — o que fez com que os admiradores de seu múltiplo gênio o chamassem de Michelangelo da Espanha. Gastava seus ganhos com a mesma rapidez com que vinham, geralmente em esmolas, e envelheceu em tal pobreza que o cabido da catedral teve de votar recursos para auxiliá-lo. Em seu leito de morte, rejeitou o crucifixo que lhe ofereceram porque — disse — estava mal esculpido.

Completamente diferente era Bartolomé Esteban Murillo: modesto, delicado, piedoso, ídolo de seus alunos, amado pelos concorrentes, e cornucópia da caridade. Sevilha, naquele tempo metrópole da arte espanhola, viu seu nascimento em 1617, o caçula em uma família de 14 filhos. Estudou pintura com Juan de Castillo, mas como os pais tivessem morrido pobres quando ele tinha 14 anos, começou a ganhar seu pão

pintando quadros grosseiros e ligeiros para uma feira semanal. Tendo notícia de que Filipe IV era amigo dos artistas, dirigiu-se a Madri(?) onde, segundo tradição incerta,[38] Velázques alojou-o em sua casa, conseguindo-lhe a admissão nas galerias do rei e encorajando-o a estudar as obras de Ribera, Van Dyck, e dele, Velázques.

Em 1645, vamos encontrá-lo novamente em Sevilha. Um mosteiro de franciscanos oferecera uma quantia irrisória por sete grandes quadros; artistas da cidade ridicularizaram os honorários propostos; Murillo aceitou, e produziu sua primeira obra-prima, *A Cozinha dos Anjos*,[39] mostrando anjos descendo do céu, trazendo alimentos, cozinhando-os, estendendo mesas e dando de comer a devotos famintos. Apesar de procurar seguir o estilo másculo de Ribera e Zurbarán, Murillo descreveu a história com expressão própria de terno sentimento. Esse quadro e *A Morte de Santa Clara*[40] fizeram a fama do artista; metade da Sevilha culta foi admirá-los, e as encomendas surgiram. Como tais encomendas eram quase todas eclesiásticas, Murillo derramou Virgens, Sagradas Famílias e santos em alegre profusão, povoando as lendas cristãs de tão lindas mulheres, belos homens, garotos encantadores, cores róseas e atmosfera mística, que a Europa católica o enalteceu como o mais cativante expositor da mais amada religião.

Assim fortalecido, Murillo, aos 30 anos de idade, aventurou-se a casar, enchendo sua casa com os ruídos, as brigas e as alegrias de nove filhos e trabalhando alegremente para eles até sua morte. O cabido da catedral pagou-lhe 10.000 *reales* pelo *Santo Antônio de Pádua* que ainda lá se encontra. Uma história suspeita que faz lembrar a lenda sobre Zêuxis,[41] cunhada 11 anos antes da morte de Murillo, assegura-nos que os pássaros, voando para o interior da catedral, tentavam empoleirar-se nos lírios do quadro e bicavam os frutos.[42]

Embora seus temas fossem quase todos religiosos, ele os tornava mais humanos do que eclesiásticos. Se toda a Europa Católica Romana acolheu calorosamente as muitas cópias de sua *Imaculada Conceição da Virgem*,[43] não foi somente porque celebrassem um tema especialmente caro à Espanha e àquela época, mas, também, porque o quadro entronizava a mulher em uma nuvem de idealismo e santidade. As encantadoras e modestamente sensuais mulheres da Andaluzia inspiraram *A Madona do Rosário*,[44] *A Madona Cigana*[45] e a misteriosamente bela *Sagrada Família com o Pássaro*.[46]

E quem melhor pintou as crianças? A *Anunciação*, no Prado, mostra-nos uma jovem que acabara de completar 13 anos, tímida e delicada, a verdadeira obra-prima da vida. Para as muitas formas em que Murillo pintou Cristo quando criança, encontrou ele modelo nas belas crianças que o cercavam em sua casa ou em sua rua; eram elas, provavelmente, que o interessavam, mais que o próprio tema; e pintou-as tão encantadoras quanto quaisquer *bambini* da Renascença italiana. Pintava-as, independentemente de poder colocá-las em seus quadros religiosos. A Haus der Kunst, em Munique, tem uma parede repleta delas: meninos jogando dados, comendo melões como maneira suportável de lavar os rostos, um garoto mastigando pão enquanto a mãe cata piolhos de sua cabeça. *Um Menino Debruçando-se na Janela*[47] deixa claro que o dinheiro e a felicidade brigaram e se separaram; para *O Menino com um Cão*,[48] o mundo é seu paraíso. Em *O Menino Mendigo*, no Louvre, o pintor idealista despede-se do sobrenatural, contempla a vida na Terra e acha-a admirável mesmo em andrajos. Em seu realismo, Murillo é ainda o idealista.

Viveu como pintou, sem tragédia, exceto no fim. Subindo um andaime para terminar uma pintura em uma igreja de Cádiz, perdeu o equilíbrio, caiu e feriu-se tão gravemente que sobreveio uma gangrena; e o filho favorito da Andaluzia logo morreu (1682), tão repentinamente que não pôde terminar seu testamento. Sobre seu túmulo, de acordo com suas instruções, gravaram-lhe o nome, um esqueleto e duas palavras: *Vive moriturus* — "Vive como se estivesse para morrer."

Durante dois séculos, sua reputação manteve-se elevada para aqueles que se interessavam mais pelo que a pintura dizia do que pela maneira como ela dizia. Os generais de Napoleão espalharam-lhe a fama furtando suas obras e vendendo-as como legítimas presas de guerra. Copistas incompetentes multiplicaram-lhe as pinturas e provocaram críticas no tocante a sua arte. Ele conhecia a técnica de sua arte, mas seu âmbito ficara demasiado limitado pelos êxitos com a Igreja; entregava-se muito facilmente ao lado feminino e sentimental da vida; e o que a princípio era belo tornou-se, através de repetições estereotipadas, de uma beleza inexpressiva. Seus santos olhavam para o alto tão persistentemente que a Europa, ao desviar-se do céu, perdeu Murillo de vista. Foi por essa mesma razão que perdeu de vista a pintura espanhola em geral depois de 1680. Enquanto a Europa questionava o cristianismo, a Espanha agarrava-se a sua herança medieval; e somente com o advento de Goya sua arte surpreenderia o mundo outra vez.

Durante a vida de Murillo, uma centena de fatores fatais deu fim à Idade de Ouro. O próprio ouro e sua corrida no exterior foram fatores: a jovem e vigorosa Espanha irrompeu de sua prisão na Península para conquistar e explorar as Américas; e o ouro que lhe enviaram corrompeu sua vida, encorajou a indolência, elevou os preços ou caiu nos porões dos navios holandeses e genoveses que transportavam para a Espanha suas mercadorias. O governo entesourou os metais preciosos, depreciou a moeda, expulsou os produtivos mouros, criou um sem-número de cargos e vendeu-os, taxou tudo até criar uma apatia econômica e esbanjou a riqueza com expedições marciais e as extravagâncias da corte, enquanto a indústria enfraquecia, o desemprego se espalhava, o comércio decrescia, a população diminuía e as cidades entravam em decadência. O governo estritamente aristocrático perdeu toda a dignidade, colocou caixas coletoras nas ruas e solicitou dinheiro de porta em porta para financiar sua incompetência doméstica e suas derrotas no exterior.[49] Os exércitos espanhóis, aquartelados na Sicília, em Nápoles e Milão, forçando caminhos através das selvas e dos desertos do Novo Mundo, desgastando-se na Guerra dos Trinta Anos, lutando um vão combate contra a incrível tenacidade dos Países Baixos, esgotavam os recursos materiais e humanos de um pequeno Estado um tanto árido e montanhoso, limitado em suas fronteiras por um mar controlado por competidores comerciais e inimigos navais. Restaram somente os mosteiros e as igrejas agarrados as suas enormes, inalienáveis e intributáveis propriedades, multiplicando o número de monges em dispendiosa ociosidade. Enquanto a religião apaziguava a pobreza com notas promissórias do Paraíso, sufocava o pensamento e convidava a Espanha a viver de seu passado, a França e a Inglaterra recompensavam a indústria, conquistavam o comércio e entravam no futuro. A essência da vida e seu preço estão na adaptação a um ambiente que se vai transformando.

CAPÍTULO XIII

O Duelo pela França

1559-74

I. AS FORÇAS RIVAIS

ENQUANTO teme ou lembra a insegurança, o homem é um animal competitivo. Grupos, classes, nações e raças, similarmente inseguros, competem com a mesma ambição dos indivíduos que os constituem, e mesmo mais violentamente, como se não conhecessem lei e se sentissem desprotegidos; a Natureza conclama todos os seres vivos para a luta. Nas disputas ocorridas na Europa, entre a Reforma (1517) e o Tratado de Vestfália (1648), essa concorrência coletiva serviu-se da religião à guisa de manto e de espada para fins econômicos ou políticos. Quando, após um século de lutas, os combatentes depuseram suas armas, a cristandade sobrevivia com dificuldade entre as ruínas.

A França foi a primeira a sofrer e também a primeira a se refazer: suas "guerras religiosas" de 1562 a 1594 foram para ela o que a Guerra dos Trinta Anos (1618-48) foi para a Alemanha, e a Guerra Civil (1642-48) foi para a Inglaterra. Quando Henrique II morreu numa trágica luta (1559) e seu filho de 15 anos sucedeu-lhe como Francisco II, a nação francesa já tinha sido levada à falência pela longa disputa entre os reis Valois e Habsburgos. A renda bruta anual do governo era então de 12.000.000 de libras; a dívida pública de 43.000.000. Muitos magistrados deixaram de receber seus vencimentos durante quatro anos. Não se podia convencer o povo francês a pagar tributos.[1] Um colapso financeiro levou Lion ao caos econômico em 1559. O afluxo de prata e ouro da América, através da Espanha e de Portugal, para a França, depreciou a moeda, aumentou os preços e provocou uma corrida feroz entre salários e preços, vencida somente pelos financistas especuladores e informados. Em 1567 e 1577, o governo tentou, através de edito, fixar limites máximos para os preços e salários, mas a luta econômica sobrepujou as leis,[2] e a inflação prosseguiu, talvez como meio impiedoso de pagar as guerras pias. A única organização próspera no país era a Igreja Católica, com seus 94.000 padres (em 1600), 80.000 freiras, 70.000 monges e frades, 2.500 jesuítas, suas augustas catedrais e imponentes sedes episcopais, suas extensas e bem cultivadas terras. Uma terça parte — alguns disseram duas terças partes — da

riqueza da França pertencia à Igreja.[3] Por trás das guerras religiosas estava o desejo de reter ou obter essa riqueza eclesiástica.

Felizmente para a Igreja, Carlos de Guise, que fora elevado a cardeal de Lorena aos 35 anos, era então o primeiro-ministro de Francisco II. A família ducal dos Guides tomou seu nome de seu castelo nas proximidades de Laon; tinha, porém, sua residência principal em Lorena, região que só recentemente fora absorvida pela França. O cardeal era um belo homem, de inteligência muito viva e vida decente, bom administrador, eloqüente em latim, francês e italiano; mas seu gosto pela riqueza e pelo poder, sua suave duplicidade, sua presteza em perseguir dissidentes e vingar qualquer oposição, bem como seu corajoso corte nas despesas governamentais, criaram-lhe inimigos em quase todas as classes. Francisco, duque de Guise, seu irmão mais velho, já adquirira renome em estratégia e batalhas e agora era ministro da guerra; mas como a bancarrota nacional aconselhasse a paz, Francisco teve de alimentar suas ambições numa irritante ociosidade. Amando a glória, os belos trajes e as exibições eqüestres, suas maneiras corteses e a graça de sua presença tornaram-no o ídolo da França Católica. Intolerante com a heresia, propôs-se a exterminá-la pela força.[4] Ele e seu irmão estavam convencidos de que se a França, da mesma maneira que a Alemanha e a Inglaterra, adotasse o protestantismo, a Igreja estaria próxima de seu fim, e a França perderia o ardor religioso que sustentara sua ordem social e unidade nacional. Em defesa de sua fé e de seu poder os Guises arrostaram muitos perigos, sofreram morte prematura e participaram da responsabilidade pelos tormentos da França.

Os huguenotes já não eram uma pequena e indefesa minoria de protestantes franceses conduzidos e inspirados por Calvino, de Genebra, mas toda uma revolta social e doutrinária que se ia espalhando contra a Igreja. Calvino calculava-lhes o número em 10 por cento da população francesa em 1559;[5] Michelet calculou que seu número em aproximadamente o dobro por volta de 1572.[6] Mantinham núcleos em todas as províncias, desde o Delfinado até a Bretanha, sobretudo no sudoeste da França, onde, três séculos atrás, a heresia albigense parecia ter sido exterminada. A despeito da legislação repressiva de Francisco I e Henrique II, os huguenotes realizaram seus cultos, continuaram a fazer solenes sermões pregando a predestinação, expediram panfletos candentes denunciando os abusos da Igreja e a tirania dos Guises e realizaram um sínodo geral em Paris (26 de maio de 1559), sob as barbas do rei. Professavam lealdade à monarquia francesa, mas organizaram, sob moldes republicanos, as províncias onde tinham predominância. Como qualquer minoria perseguida, formularam uma ideologia temporária sobre a liberdade, mas concordaram com os católicos em que o Estado devia dar força à "verdadeira religião" em toda a França. Sua teoria ética era mais severa que o código, abrandado pelo tempo, de seus inimigos; evitavam a dança, a indumentária extravagante e o teatro; e denunciavam indignados a moral da corte, onde, como Jeanne d'Albret dissera a seu filho, "não são os homens que conquistam as mulheres e sim as mulheres que conquistam os homens".[7]

Catarina de Médicis, a rainha-mãe, achava que em ambos os partidos "a religião é uma máscara que serve apenas para encobrir o rancor... e, no entanto, o que eles menos têm em seu coração é religião".[8] Talvez ela se tenha pronunciado com muito rigor, mas, sem sombra de dúvida, os fatores sociais e econômicos é que sustentavam a luta religiosa. O campesinato permaneceu católico; não tinha interesse mate-

rial na luta e não via, no rígido fatalismo protestante, um sucedâneo para os mitos confortadores e os festivais aliviadores que a antiga fé proporcionava. O proletariado, pequeno em número porém revoltado, acusava os patrões e acolhia com simpatia "a Reforma" como uma promessa de mudança; e, como na Inglaterra, dos lolardos e puritanos, e na Alemanha das Guerras Camponesas, o Evangelho tornou-se o manual da revolução.[9] A classe média também dava ouvidos àqueles corajosos pregadores que Genebra preparava e enviava à França. Os comerciantes, que nas grandes feiras concorriam com os prósperos alemães, ingleses e suíços, observavam a bem-sucedida aliança destes mercadores com os governantes e as idéias protestantes. Já há muito tempo vinham sofrendo humilhações por parte de bispos e barões que desdenhavam o comércio e se apegavam aos costumes feudais; souberam, com prazer e inveja, que Calvino se mostrava favorável ao comércio e às finanças, e que proporcionava aos leigos o direito de participar no controle da moral e da Igreja. Ressentiam-se da riqueza e dos dízimos eclesiásticos, dos tributos feudais sobre o comércio. Não perdoavam a monarquia por sujeitar ao governo central as comunas municipais, as quais, durante séculos, defenderam suas prerrogativas políticas.[10] Até os banqueiros nutriam certa simpatia pelos huguenotes que não censuravam a cobrança de juros, prática que a Igreja, desde tempos imemoriais, criticara, se bem que, agora, fechasse solenemente os olhos a ela.

Muitos nobres estavam abraçando a causa dos rebeldes. Eles também não se conformavam com a centralização do poder num Estado unificado. Devem ter ouvido de parte de príncipes do território alemão que, ligados ao protestantismo, puderam desafiar imperadores e papas, enriquecendo-se com os espólios da Igreja. E se aqueles valentes huguenotes pudessem servir de instrumento oportuno para punir e subordinar o rei? Os nobres controlavam os campos, as colheitas e o campesinato da França, organizavam e dirigiam os regimentos franceses, defendiam as fortalezas e governavam as províncias. Se a Reforma conquistasse a aristocracia, ela teria, atrás de si, todo o poder do país. Já em 1553, o cardeal de Lorena prevenira Henrique II de que a nobreza estava desertando e passando para os huguenotes. Em 1559, nobres da Normandia, da Bretanha, de Poitou, de Anjou, do Maine e de Saintonge estavam chefiando abertamente a revolta dos huguenotes.

Os orgulhosos Bourbons não perdoaram a dinastia dominante dos Valois por ter levado Carlos, duque de Bourbon, à traição e a uma morte prematura (1527); tampouco apreciaram sua exclusão do governo francês pelo clã dos Guises, que consideravam como estrangeiros procedentes de uma Lorena que era mais alemã do que francesa. Luís I de Bourbon, príncipe de Condé, descendente do Rei Luís IX, sendo de sangue real, de linhagem muito superior aos Guises, aliou-se aos huguenotes e morreu na tentativa de galgar o poder amparado pela sua fé. Seu irmão Antoine de Bourbon, rei nominal de Navarra — mas na verdade governando apenas a província de Béarn, no sudoeste da França — esteve durante certo tempo ao lado dos huguenotes, em grande parte devido à influência de sua esposa, Jeanne d'Albret. Jeanne era a agressiva filha da delicada Margarida de Navarra, que se mantivera aparentemente ortodoxa por deferência ao seu irmão, Francisco I, mas protegera muitos hereges e huguenotes. Do mesmo modo que a mãe representara a Renascença no amor pela vida e pela poesia, também Jeanne exemplificou o papel e o caráter da mulher na Reforma francesa — ardente em sua religião a ponto de tornar-se intolerante, educando e consagrando

seus filhos à condução daquela guerra santa até a morte ou à vitória. Educou seu célebre filho — o futuro Henrique IV — em todas as virtudes espartanas e puritanas, e não viveu para vê-lo retornar à indulgente alegria da Renascença. Deve ter admirado intensamente Gaspar de Coligny, pois ele era tudo que idealizava: um nobre de linhagem e caráter, um líder, prudente, porém leal da causa huguenote, um severo soldado-estadista cuja moral irrepreensível humilhava as infidelidades douradas da corte.

Calvino advertira seu adeptos huguenotes contra qualquer resistência violenta ao governo,[11] mas a paciência deles enfraqueceu ao calor das perseguições. Henrique II ordenara a todos os juízes que decretassem a pena de morte contra os que persistissem em ser protestantes (junho de 1559). Francisco II, incitado pelos Guises, renovou esse edito, acrescentando que seriam demolidos todos os edifícios onde se realizassem assembléias reformadoras; todas as pessoas, mesmo parentes, que abrigassem um herege condenado, ou deixassem de denunciá-lo aos magistrados, sofreriam também a pena de morte. Naqueles últimos cinco meses de 1559, 18 pessoas foram queimadas vivas por não se arrependerem de suas heresias, ou por se recusarem a assistir à missa ou receber a comunhão católica. Centenas de huguenotes franceses fugiram para Genebra onde Calvino os socorreu. Os que permaneceram na França começaram a se organizar para a guerra civil.

No dia 23 de dezembro de 1559, Anne du Bourg, que ousara condenar no parlamento de Paris a perseguição aos hereges, foi queimado na fogueira. Logo depois, Gaspar de Heu foi estrangulado no Château de Vincennes por ordem dos Guises. Seu cunhado, Godofredo de Barri, seigneur de La Renaudie, conspirou com nobres e outros para capturar e depor os Guises em um *coup de main* que se realizaria em Amboise. O cardeal de Lorena descobriu a conspiração, mobilizou tropas, dominou e prendeu os conspiradores, enforcou alguns, decapitou outros e arremessou outros tantos no Loire dentro de sacos. "Durante todo um mês" — registrou uma crônica contemporânea — "só houve gente enforcada ou afogada. O Loire estava coberto de cadáveres" (março de 1560).[12] Condé foi chamado à corte real para responder às acusações de cumplicidade no movimento; foi, negou-a e desafiou qualquer dos acusadores a decidir a questão pelas armas. Como não houvesse provas contra ele, foi deixado em liberdade.

Perturbada com essa "Conspiração de Amboise", a alta linhagem dos conspiradores, a ferocidade da repressão e a sede de vingança que agitava os huguenotes e os nobres, Catarina persuadiu o débil rei e os relutantes Guises a adotar, a título de experiência, certa tolerância. Chamou Michel de l'Hôpital para o posto de chanceler (maio de 1560) e pediu-lhe que pacificasse a França. Como estudante na Itália Michel aprendera a ser mais humanista que dogmatista; como magistrado na França tratara católicos e protestantes com igual mercê e consideração. Agora, sugeria ao parlamento as idéias que levaram Du Bourg à fogueira: "Todo homem faz uma religião para si. Alguns... desejam que *sua* religião seja aceita, e que a fé dos restantes seja perseguida até a destruição... Devemos procurar agir delicadamente uns com os outros, e criar um acordo pelo qual possamos viver."[13] Seguindo seu exemplo, Catarina convocou a Assembléia dos Notáveis, composta de católicos e protestantes, que se reuniu em Fontainebleau no dia 21 de agosto de 1560. Nessa reunião Coligny apresentou ao rei uma petição dos huguenotes na qual, afirmando sua lealdade, solicitavam, po-

rém, total liberdade de culto. Alguns bispos pediram moderação a ambas as facções e aconselharam o clero a reformar sua moral. A Assembléia decidiu que os problemas em causa requeriam a convocação de delegados de todas as regiões e classes da França. O rei ordenou que se reunissem os Estados Gerais no dia 10 de dezembro, e ao mesmo tempo proibiu qualquer julgamento por heresia até que a nova reunião julgasse as questões básicas que dividiam o país.

Os Bourbons huguenotes, temendo a prisão, recusaram-se a comparecer à Assembléia dos Notáveis. Encarando com pessimismo qualquer conciliação, o príncipe de Condé e Antoine de Bourbon tramaram levantar um exército e criar um Estado independente tendo Lyon como sua capital. Um dos mensageiros de Condé foi interceptado por agentes do governo; os documentos encontrados em seu poder revelaram a conspiração; Condé foi preso, julgado e condenado a ser executado no dia 10 de dezembro. Os Guises recomeçaram seu governo ditatorial.

A situação modificou-se subitamente com a morte de Francisco II (5 de dezembro), então com 16 anos. Seu irmão, Carlos IX, sucedeu-o no seu poder formal, mas, tendo apenas 10 anos, aceitou a regência da mãe, que se uniu a Elizabeth da Inglaterra e a Filipe II da Espanha para conduzir a Europa ao caos de seus interesses rivais.

II. CATARINA DE MÉDICIS

Após quatro séculos de interpretações contraditórias ela ainda é um enigma. Descendente de Lorenzo, o Magnífico, sobrinha-neta do Papa Leão X, era uma típica Medici, com o poder em sua herança e a sutileza em seu sangue. Nascida em Florença (1519) de pais que morreram de sífilis antes de ter ela completado um mês de idade, tornou-se um peão indefeso e móvel na diplomacia de seus parentes guerreiros, até que seu tio, o Papa Clemente VII, deu-a em casamento, na idade de 14 anos, ao futuro Henrique II da França. Durante 10 anos permaneceu estéril, enquanto seu sombrio companheiro dedicava-se a Diane de Poitiers. Depois, começou a ter quase anualmente um filho, 10 ao todo. Cheia de esperanças, tudo fez para entronizá-los. Três deles morreram na infância; três foram reis da França; duas filhas tornaram-se rainhas. Quase todos passaram por tragédias, ela principalmente, que sobreviveu à morte do marido e de três filhos, reis consecutivos. Rainha ou rainha-mãe, suportou as vicissitudes de quatro reinados e a eles sobreviveu pela prudência, autodomínio e inescrupulosa duplicidade.

Um contemporâneo descreveu-a como "uma bela mulher quando traz o rosto coberto por um véu"[14] — isto é, tinha um belo corpo; e Brantôme assegura-nos que seu colo era "branco e cheio", suas "coxas muito bonitas" e suas mãos e seus dedos primorosos.[15] Suas feições, porém, eram brutas, os olhos muito grandes, os lábios grossos demais, a boca demasiado grande. Se seduzia homens, fazia-o por intermédio de terceiros. Dizia-se à boca pequena que mantinha a sua volta um *escadron volant* (esquadrão volante) de lindas mulheres que levavam os homens à realização de seus objetivos;[16] mas, ao que parece, isso não passa de fantasia.[17] Magoada pelo domínio de Diane na política e no amor, encontrou meio de vingar-se após a morte de Henrique tornando-se, durante 30 anos, o poder por trás do trono. Sua argúcia compensava a incompetência de seus filhos; eles se ressentiam de sua interferência, mas seus fra-

-cassos como reis obrigavam-nos a tal situação. Lançada no turbilhão de uma revolução religiosa, cercada de nobres agressivos e de dogmatismos intolerantes, combatia com as únicas armas de que podia dispor: o dinheiro dos Medici, a sagacidade dos italianos e a diplomacia maquiavélica. Maquiavel dedicara *O Príncipe* a seu pai; Catarina mal precisou das instruções ali contidas, pois vira seus princípios postos em prática em todas as partes da Itália e da França. Como Elizabeth da Inglaterra, excedeu todos os estadistas a sua volta, superou-os nas mentiras, "era mais astuciosa que todo o Conselho do rei".[18] Trabalhava árdua e eficientemente na administração. "Nada é feito sem seu conhecimento" — declarou um observador italiano — "mal tem tempo para tomar suas refeições,"[19] embora se tenha tornado de algum modo obesa. Sua moral pessoal estava acima de sua época. Parece ter sido fiel ao marido infiel e a sua memória; depois da morte dele usou luto até o fim da vida. Seu grande sucessor, Henrique IV, julgou-a brandamente:

> Pergunto o que poderia fazer uma mulher, que a morte do marido deixou com cinco filhos nos braços e duas famílias em França que viviam pensando em apoderar-se da coroa — os nossos (os Bourbons) e os Guises? Não seria obrigada a exercer papéis estranhos para ludibriar a ambas a fim de defender, como o fez, seus filhos, que reinaram sucessivamente graças a sua prudência e argúcia? Surpreende-me o fato de ela não se ter conduzido de maneira pior.[20]

Podemos aceitar essa declaração como uma avaliação justa da conduta de Catarina antes de 1570. Cercada por aquelas famílias e forças rivais, jogava umas contra as outras. "Com a vontade de Deus" — escreveu ela — "não me deixarei governar, quer por uma facção quer por outra, pois sei muito bem que todos eles amam seus lucros mais que a Deus, ao rei e a mim... e só desejam satisfazer suas ambições."[21] Era demasiado ligada à Renascença italiana para saborear a severa doutrina huguenote da predestinação; além disso, estava pedindo à Igreja um empréstimo para tirar o Estado da falência;[22] e contudo, sentia-se disposta, para benefício da França, a casar sua filha Margarida com o huguenote Henrique de Navarra, e seu filho Henrique com a excomungada Elizabeth. Encarava a situação mais em termos dinásticos e políticos do que em termos religiosos ou econômicos. Tinha de proteger seu país, então dividido, contra a união dos Habsburgos espanhóis e austríacos. O Tratado de Cateau-Cambrésis legara à Espanha o poder supremo em Flandres e transgredira perigosamente os limites territoriais no nordeste da França. A antiga guerra entre Valois e Habsburgos poderia novamente irromper a qualquer momento e, nessa ocasião, a França teria necessidade do sangue e das armas de huguenotes e católicos. O perigo externo exigia paz interna.

Com essa disposição de espírito, ela e seu chanceler L'Hôpital se prepararam para a Assembléia dos Estados Gerais em Orléans. Os "estados" não eram regiões e sim classes: a nobreza, o clero e, como *tiers état*, o restante da França — sobretudo a burguesia ou classe média das cidades ou burgos, mas também, com representação modesta, o campesinato e o proletariado incipiente. Eleitos mais pelos poderes e pelas classes locais que por qualquer sufrágio mais amplo, os delegados, teoricamente, não tinham autoridade legislativa, mas, tão-somente, o direito de "aconselhar" o monarca; entretanto, sua necessidade de recursos dava certa força a esses conselhos.

L'Hôpital abriu a sessão (13 de dezembro de 1560) com um apelo idealista a uma mútua tolerância. Era função do governo, acentuou, manter de maneira imparcial a paz, a ordem e a justiça entre todos os cidadãos, independentemente de suas opiniões religiosas. Era desejável que todos os franceses tivessem a mesma religião, pois isso favoreceria a união e a força do país; se não se pudesse, entretanto, chegar pacificamente a um acordo geral, seria aconselhável alguma tolerância. Quem sabe, afinal de contas, o que é heresia e o que é verdade? — indagou. "Dizeis que vossa religião é a melhor; eu digo que a minha é melhor; é mais razoável que eu adote vossa opinião ao invés de adotardes a minha?... Ponhamos um fim a esses nomes diabólicos, a esses rótulos, facções e sedições — luteranos, huguenotes e católicos; mudemos nosso nome para cristãos!"[23]

A reação não foi cordial. Um doutor da Sorbonne — naquela época faculdade de Teologia da Universidade de Paris — exigiu a pena de morte para todos os hereges, e o núncio papal aconselhou Catarina a começar pela queima de todos os delegados huguenotes seguindo-se a de todos os huguenotes de Orléans.[24] Os delegados huguenotes propuseram à rainha-mãe várias reformas: todos os pastores seriam eleitos por suas congregações; os bispos, pelos pastores e nobres das dioceses; uma terça parte das rendas eclesiásticas seria destinada à assistência aos pobres e outra à construção de igrejas, hospitais e escolas; e a doutrina da Igreja limitar-se-ia às Escrituras.[25] Isso era pedir muito a Catarina, que precisava desesperadamente do dinheiro da Igreja. Ela apaziguou os huguenotes libertando Condé, que estava preso, e instou Pio IV a permitir a retirada de imagens religiosas das igrejas e a administração do sacramento em pão e vinho.[26] No dia 28 de janeiro de 1561, Catarina pôs em liberdade todas as pessoas que haviam sido presas por "ofensas" religiosas, e ordenou que se pusesse termo, até nova determinação, a todas as perseguições religiosas. No dia 31 adiou a reabertura da Assembléia dos Estados Gerais para maio, ocasião em que deveria atender as suas necessidades de fundos.

Os huguenotes expandiram-se com aquele raio de sol. No dia 2 de março realizaram em Poitiers seu segundo sínodo nacional. Ministros protestantes pregaram livremente nos aposentos de Condé e Coligny, na corte de Fontainebleau. Em Castres, no sul da França, uma eleição municipal (1º de janeiro de 1561) escolheu protestantes para todos os cargos; logo depois, todos os cidadãos receberam ordem de assistir ao culto protestante;[27] proibiram-se os ofícios religiosos católicos; as imagens religiosas foram oficialmente condenadas a ser destruídas.[28] Em Agen e Montauban, os huguenotes apossaram-se das igrejas católicas que não estavam sendo utilizadas. O velho Condestável Anne de Montmorency formou com o duque de Guise e o marechal de Saint-André um "triunvirato" para proteger os interesses católicos (6 de abril de 1561). Romperam desordens em Paris, Rouen, Beauvais e em outros pontos do país. A rainha expediu um "Edito de Julho" (1561) proibindo violências e cultos huguenotes em público. Os huguenotes não deram atenção ao edito; em várias cidades atacaram procissões de católicos, invadiram suas igrejas, queimaram-lhes as relíquias e destruíram as imagens.[29] Em Montpellier, no outono de 1561, todas as 60 igrejas e conventos foram saqueados e muitos sacerdotes foram assassinados; em Montauban, o convento da Ordem Religiosa de Santa Clara foi incendiado e as freiras dispersadas com o conselho de arranjar maridos.[30] Em Carcassonne, os católicos mataram todos os pro-

testantes que encontraram.[31] Em Nîmes, os huguenotes expulsaram todos os padres, tomaram ou destruíram todas as igrejas católicas, incendiaram a catedral e pisotearam a hóstia consagrada (fevereiro de 1562).[32] No Languedoc e na Guienne, os huguenotes, quando assumiram o poder, se apoderaram das igrejas e propriedades dos católicos e expulsaram o clero.[33] Os ministros huguenotes, ainda que mais corretos que os sacerdotes católicos em sua moral individual, igualaram-se a eles em intolerância;[34] excomungaram huguenotes que foram casados por sacerdotes católicos ou que permitiram o casamento de seus filhos com católicos.[35] Nenhuma facção via qualquer motivo para ser tolerante.

Os Estados Gerais reiniciaram suas sessões em 1º de agosto de 1561, dessa vez em Pontoise. Ofereceram verbas ao governo sob a condição de, dali por diante, ser necessária sua aprovação à criação de novos impostos ou a qualquer declaração de guerra. O Terceiro Estado, agora principal provedor de recursos, acrescentou um pedido ousado — que toda propriedade da Igreja Católica na França fosse nacionalizada, que o clero fosse pago pelo Estado, e que dos 72.000.000 de libras assim obtidas, 42.000.000 fossem destinadas à liquidação da dívida pública. O clero católico, assustado, propôs apressadamente a paz a Catarina, oferecendo-lhe 16.600.000 libras, que seriam pagas em 10 prestações anuais. Ela aceitou a proposta, dissolvendo-se então os Estados Gerais.

Entretanto, L'Hôpital, com aprovação da rainha e sem dar importância aos protestos do papa, convidara os cleros católico e protestante para uma assembléia, a fim de se encontrar uma fórmula para a pacificação. Seis cardeais, 40 bispos, 12 doutores da Sorbonne, 12 canonistas, 10 ministros protestantes de França e um da Inglaterra, Théodore de Bèze, de Genebra, e 20 leigos protestantes reuniram-se em Poissy, 17 quilômetros a oeste de Paris, para a realização da célebre "Conferência de Poissy" (9 de setembro de 1561). O rei, a rainha-mãe, os príncipes de sangue real e o Conselho de Estado estavam presentes com toda a sua dignidade. Bèze, representando o idoso Calvino, foi recebido com honras quase reais; realizou um ofício protestante e pregou no palácio de Catarina. A princípio falou moderadamente, encantando a todos com seu francês perfeito; quando, porém, observou que na Eucaristia "o corpo de Cristo está tão distante do pão consagrado quanto o céu da terra", os delegados católicos protestaram aos brados, iniciando-se um tumulto. Os bispos insistiram na expulsão de todos os pregadores que duvidassem da Verdadeira Presença,[36] e o colóquio se dissolveu em meio ao conflito de dogmas inflamados e inamistosos.

Era costume dos huguenotes realizar suas reuniões em praça pública em frente a uma igreja católica, e perturbar a missa com o canto alegre dos salmos; os católicos, por sua vez, abafavam a salmodia fazendo badalar o sino do campanário. Em Paris, uma reunião de protestantes diante da Igreja de São Medardo foi perturbada por um forte clangor de sinos; um protestante, que entrou na igreja para reclamar, foi morto; enfurecidos, os demais saquearam o templo e destruíram as imagens e o crucifixo. O resultado foi uma verdadeira batalha em que 80 fiéis ficaram feridos (27 de dezembro de 1561).

Catarina pensou em apaziguar os católicos com seu "Edito de Janeiro" (1562), no qual exigia que os huguenotes entregassem todos os edifícios eclesiásticos a seus primitivos donos e realizassem suas reuniões fora dos muros da cidade. Os líderes católicos concordaram com Bèze em que esse edito demonstrava realmente certa tolerância,

pois reconhecia o protestantismo como religião legal na França; os líderes do Parlamento declararam pessoalmente a Catarina que preferiam morrer a referendar o edito. Quando Montmorency e Saint-André condenaram sua política, Catarina afastou-os da corte; e ao ser violentamente censurada pelo cardeal de Tournon, fê-lo voltar para sua diocese. Os pregadores católicos acusaram-na de ser uma Jezabel — o mesmo termo que o protestante Knox estava então aplicando à rainha católica dos escoceses.

No dia 1º de março de 1562, um domingo, Francisco, duque de Guise, passando com um grupo de 200 partidários armados pela aldeia de Vassy — cerca de 64 quilômetros a noroeste de Dijon — deteve-se em uma igreja para ouvir missa. O canto de salmos procedente de uma reunião de huguenotes, em um celeiro das imediações, perturbava o ofício religioso. Ele mandou uma mensagem pedindo-lhes que suspendessem os cânticos por 15 minutos, até que terminasse a missa. Os huguenotes acharam que isso não lhes convinha. Enquanto Guise continuava no templo, alguns de seus partidários trocaram insultos sectários com os huguenotes; sacaram de suas espadas e os huguenotes começaram a atirar pedras; uma acertou em Guise quando deixava a igreja, derramando-lhe o sangue ducal; seus seguidores lançaram-se sobre a assembléia de 500 homens, mulheres e crianças, matando 23 e ferindo uma centena.[37] O "Massacre de Vassy" despertou uma febre marcial nos protestantes da França; os católicos, especialmente em Paris, acolheram-na como uma oportunidade para punir uma minoria agitadora. Catarina ordenou a Guise que fosse ter com ela em Fontainebleau; ele se recusou a fazê-lo e seguiu para Paris; Montmorency e Saint-André uniram-se a ele no caminho, acompanhados de dois mil homens. Condé ordenou a seus soldados protestantes que se reunissem armados em Meaux. O triunvirato católico marchou com sua força rumo a Fontainebleau, aprisionou a rainha-mãe e a família real, obrigando-os a permanecer em Melun, a 43 quilômetros de Paris; formou um novo Conselho Privado constituído principalmente de partidários de Guise e excluindo L'Hôpital. Condé conduziu seus 1.600 guerreiros a Orléans e pediu a todas as congregações reformadoras que lhe enviassem tropas. A primeira das "Guerras Religiosas" estava começada (abril de 1562).

III. ARBITRAMENTO DE SANGUE: 1562-70

Ambas as facções procuraram e receberam ajuda estrangeira: os católicos, da Espanha; os protestantes, da Inglaterra e da Alemanha. Elizabeth da Inglaterra, subornada pela promessa de Calais, enviou seis mil homens; dois mil tomaram Rouen; Guise, no entanto, conquistou e saqueou a cidade (26 de outubro de 1562); seus soldados, famintos de despojos, assaltaram e massacraram os habitantes, católicos e protestantes, imparcialmente. Nesses feitos, Antoine de Bourbon — que se unira à fé e às forças católicas — foi mortalmente ferido. Os huguenotes assumiram o controle da maioria das cidades no sul da França, saqueando igrejas e destruindo imagens religiosamente. Sua tropa principal, formada de 17.000 homens sob o comando de Condé e Coligny, marchou em direção à Normandia para se unir aos reforços ingleses. Foi, porém, interceptada em Dreux por um exército católico de 17.000 soldados comandados pelo triunvirato. No dia 19 de dezembro, travou-se feroz batalha que deixou seis mil mor-

tos no campo; Saint-André foi morto, Montmorency ferido e capturado pelos huguenotes, Condé ferido e capturado pelos católicos. Durante algum tempo, prevaleceu a cortesia francesa: Montmorency foi tratado como herói, que, apesar de comandante-em-chefe dos exércitos do rei, sempre guerreara nas linhas de frente e fora ferido em sete batalhas; e o duque de Guise tratou Condé como hóspede de honra, jantou com ele e com ele partilhou o único leito existente no acampamento.[38] A vitória, embora não decisiva, coubera aos católicos; mas Paris e a família real acreditaram durante certo tempo que os huguenotes haviam sido os vencedores. Catarina recebeu calmamente a notícia, dizendo: "Muito bem, vamos então fazer nossas preces a Deus em francês".[39]

O próprio Guise encontrou a morte em seguida à vitória. Enquanto preparava seu exército para sitiar Orléans, foi morto a tiros, em uma emboscada, por Jean Poltrot de Méré (18 de fevereiro de 1563), um huguenote de 19 anos. Morreu após seis dias de sofrimentos. Poltrot, levado à presença de Catarina, afirmou que Coligny o contratara mediante uma grande quantia para assassinar Guise, e que Bèze lhe prometera o paraíso se fosse coroado de êxito. Catarina escreveu a Coligny pedindo-lhe que respondesse a essa acusação. Ele negou qualquer participação no plano de assassinato; declarou que muitas vezes prevenira o duque para que se acautelasse contra os assassinos; admitiu que ouvira Poltrot declarar sua intenção e nada fizera para impedi-lo; dera 100 coroas a Poltrot, mas para outros fins; não lastimava, contudo, que o atentado tivesse sido bem-sucedido, "pois... a sorte não poderia ter desfechado melhor golpe para o bem do reino e da Igreja de Deus e, muito especialmente, para mim e minha casa".[40] Poltrot foi esquartejado por cavalos no dia 18 de março; em sua agonia, renovou sua acusação contra Coligny.[41] Henrique, agora terceiro-duque de Guise, jurou vingar a morte do pai.

Catarina continuou a trabalhar pela paz; estava absolutamente claro que qualquer das facções que obtivesse a vitória decisiva pô-la-ia de parte e, possivelmente, deporia seu filho. Tornou a chamar L'Hôpital para seu Conselho, arranjou uma conferência com Montmorency e Condé e persuadiu-os a assinar o Edito de Amboise pondo fim à Primeira Guerra Religiosa, em 19 de março de 1563. Os termos representavam uma vitória somente para os nobres huguenotes: liberdade de consciência e de exercício da religião "chamada reformada" concedida "a todos os barões e senhores com alta jurisdição em suas casas, incluindo suas famílias e dependentes" e "aos nobres que tivessem feudos sem vassalos e vivessem em terras do rei, mas somente para eles e suas famílias". O culto huguenote seria permitido nas cidades onde fora praticado antes de 8 de março de 1563; caso contrário, seria limitado às vizinhanças de uma única cidade, em qualquer senescalia ou bailiado; em Paris, seria proibido. Coligny acusou Condé de haver sacrificado os huguenotes para proteger sua classe.

No dia 15 de setembro Carlos IX, que ainda não completara 14 anos, foi declarado maior; Catarina deixou a regência, mas não o comando. Em março de 1564 conduziu o rei e a corte numa viagem pela França, em parte para mostrar à nação seu novo monarca, em parte para consolidar a frágil paz. No Roussillon expediu um edito de tolerância parcial, pedindo a cada religião que respeitasse a liberdade da outra. Após 14 meses de excursão real, o grupo chegou a Bayonne (3 de junho de 1565), onde Catarina saudou com grande alegria sua filha Isabel, agora rainha da Espanha, e con-

ferenciou secretamente com o duque de Alba — o que alarmou os huguenotes. Estes, muito acertadamente, suspeitaram haver Alba aconselhado medidas violentas contra eles; mas pelas cartas do duque endereçadas a Filipe evidencia-se que Catarina rejeitou suas propostas, recusou-se a demitir L'Hôpital e manteve-se apegada a sua política de paz.[42] Logo depois de sua volta a Paris (dezembro de 1565), Catarina empregou toda a sua influência no sentido de promover a reconciliação de Coligny, Montmorency, Condé e os Guises.

Em 1564, os jesuítas chegaram à França; seus sermões despertaram o ardor dos católicos, e em Paris, especialmente, converteram certo número de huguenotes. Nas províncias, uma forte reação católica anulou muitas conquistas protestantes. Os editos de tolerância eram freqüentemente violados, e verificavam-se cenas bárbaras de ambos os lados. Não era incomum magistrados católicos ordenarem o enforcamento de cidadãos, simplesmente por serem huguenotes.[43] Em Nîmes os protestantes massacraram 80 católicos (1567).[44] Entre 1561 e 1572 houve 18 massacres de protestantes, cinco de católicos, e mais de 30 assassinatos.[45] Catarina importou mercenários da Suíça e não deu resposta satisfatória quando Condé lhe perguntou o que pretendia fazer com eles. Acreditando que suas vidas corriam perigo, Condé e Coligny, com seguidores armados, tentaram apoderar-se do rei e da rainha-mãe em Meaux (setembro de 1567), mas Montmorency frustrou essa tentativa. Catarina começou a temer Coligny da mesma maneira que outrora temera Guise.

Coligny e Condé sentiram que era necessário uma segunda guerra para que os limitados direitos dos huguenotes se restabelecessem. Por sua vez, mandaram vir mercenários — sobretudo da Alemanha — para reforçar seus exércitos desfalcados; conquistaram Orléans e La Rochelle e marcharam contra Paris. Catarina pediu reforços a Alba; ele os enviou imediatamente; em St.-Denis, bem nas vizinhanças da capital, Montmorency chefiou 16.000 homens contra a tropa de Condé, em uma das mais sangrentas e menos decisivas batalhas daquelas guerras. Montmorency morreu em conseqüência dos ferimentos recebidos. Mais uma vez a França se perguntava que religião era aquela que levava os homens a tal morticínio; e L'Hôpital serviu-se da oportunidade para conseguir a Paz de Longjumeau (23 de março de 1568), que restabelecia a pequena tolerância concedida no Edito de Amboise.

Os católicos denunciaram o tratado e recusaram-se a cumprir seus termos. Coligny protestou junto a Catarina; ela se declarou impotente ante a situação. Em maio de 1568, o embaixador espanhol em Roma, Juan de Zuñiga, relatou ter ouvido do Papa Pio V que o governo francês estava pensando em assassinar Coligny e Condé.[46] Os dois líderes huguenotes devem ter tido a mesma informação. Fugiram para La Rochelle, e a eles se reuniram Jeanne d'Albret e seu filho, agora com 15 anos e ansioso por ação. Formou-se novo exército de huguenotes e organizou-se uma frota; as muralhas foram fortificadas e todas as tentativas das forças governamentais de entrar na cidade foram rechaçadas. Barcos particulares ingleses aceitaram a incumbência de Condé de hastearem sua bandeira e apresarem todos os bens dos católicos que lhes fosse possível.[47] Condé, era, agora, o verdadeiro soberano ao sul do Loire.

Catarina considerou essa Terceira Guerra Religiosa como uma revolução, como uma tentativa para dividir a França em duas nações, uma católica e outra protestante. Censurou L'Hôpital pelo fracasso de sua política de conciliação; ele resignou o cargo de

chanceler; ela o preencheu com um inflexível partidário dos Guises. No dia 28 de setembro de 1568, o governo revogou os editos de tolerância e colocou fora da lei, na França, a fé reformada.

Durante todo aquele inverno as forças rivais prepararam-se para uma luta decisiva. No dia 3 de março de 1569, elas se encontraram em Jarnac, perto de Angoulême. Os huguenotes foram derrotados; Condé, exaurido pelos ferimentos, entregou-se, mas levou um tiro pelas costas e morreu. Coligny assumiu o comando e reorganizou as tropas para uma retirada em boa ordem. Em Moncontour os huguenotes foram novamente derrotados, mas Coligny reconquistou, por ação estratégica, o que perdera na batalha; e sem vitórias, quase sem mantimentos, os inquebrantáveis huguenotes avançaram até um ponto a poucas horas de marcha de Paris (1570). A despeito dos subsídios de Roma e Espanha, o governo encontrou dificuldade em financiar seus exércitos e manter os nobres católicos em campo mais de um ou dois meses seguidos. Entretanto, hordas de mercenários devastavam o país, saqueando indiscriminadamente católicos e protestantes e matando todos os que ousavam resistir.

Catarina propôs a Coligny a renovação do Tratado de Longjumeau; ele se recusou a fazê-lo, declarando-o inadequado, e prosseguiu seu avanço. A essa altura, o jovem Carlos IX impôs subitamente sua autoridade e assinou em St.-Germain (8 de agosto de 1570) uma paz que dava aos huguenotes, tantas vezes derrotados, mais do que tinham conseguido antes: liberdade de culto, salvo em Paris e nas imediações da corte, total elegibilidade para cargos públicos e, como garantia de que essas cláusulas seriam honradas na prática, o direito de conservar quatro cidades sob seu domínio independente durante dois anos. Os católicos esbravejaram e perguntaram qual a razão de tal capitulação após tantas vitórias. Filipe e o papa protestaram. Catarina esquivou-se com a afirmação de que estava apenas aguardando uma boa oportunidade.*

Todavia, pôs-se a fortalecer aquela nova paz oferecendo em casamento a Henrique, rei de Navarra e chefe titular dos huguenotes desde a morte de Condé, sua filha, Margarida de Valois. Foi o último e o mais audacioso golpe de Catarina. Não importava que ela e Jeanne d'Albret fossem inimigas figadais e que Henrique já tivesse matado sua cota de católicos na guerra. Ele era jovem e maleável; talvez a magia de uma princesa bonita e cheia de vivacidade o persuadisse a abandonar suas heresias. Haveria em Paris uma magnífica festa de casamento; homens e mulheres de ambas as fés seriam convidados. A alegre Renascença reviveria em meio àquela amarga Reforma; haveria uma trégua para a teologia, a guerra e os massacres.

IV. MASSACRE

Mas a mãe de Henrique daria seu consentimento? Jeanne d'Albret era huguenote de corpo e alma. Chegando à corte em 1561, declarou que "não iria à missa mesmo que a matassem; preferia atirar seu filho e o seu reino ao mar a ceder";[48] ao contrário, ordenou a seu capelão huguenote que pregasse com todas as portas abertas e, de-

* A opinião de que, havia dois anos, ela considerara a possibilidade de eliminar os dois líderes huguenotes assassinando-os é defendida com competência pelo historiador católico Lorde Acton, em *The History of Freedom* — Londres, 1907, págs. 101-149.

safiadoramente, ignorou as recriminações da população parisiense. Quando seu esposo se converteu ao catolicismo deixou-o e também à corte (1562), voltou para Béarn e levantou dinheiro e tropas para Condé. Após a morte do esposo, tornou o protestantismo obrigatório em Béarn (que incluía as cidades de Pau, Nérac, Tarbes, Orthez e Lourdes); os clérigos católicos foram destituídos de seus cargos e substituídos por ministros protestantes;[49] durante 50 anos, depois disso, não mais se ouviu missa em Béarn.[50] O Papa Pio IV excomungou-a e desejou depô-la, mas Catarina dissuadiu-o.[51] Quando Jeanne aceitou a proposta de unir os Valois e os Bourbons pelo casamento talvez tenha se lembrado disso e da longa luta da rainha-mãe pela paz. Além do mais, os filhos de Catarina eram doentes; não poderiam todos morrer e deixar o trono da França para Henrique de Navarra? O adivinho Nostradamus não profetizara que a dinastia dos Valois logo terminaria?

O mais doente dos filhos de Catarina, Carlos IX, poderia ter sido um jovem encantador, não fossem os acessos ocasionais de cólera e de crueldade que, às vezes, quase tocavam as raias da loucura. No intervalo entre tais ataques ele era como flauta soprada pelo vento, raramente tendo sua própria opinião sobre as coisas. Talvez ele se enfraquecesse com indulgências sensuais. Casou-se com Isabel, filha do Imperador Maximiliano II; mas seu ilícito e duradouro amor foi dedicado a sua amante huguenote, Marie Touchet. Era sensível à arte, à poesia e à música; adorava recitar versos de Ronsard e, em homenagem ao poeta, escreveu versos tão belos quanto os do próprio Ronsard:

Tous deux également nous portons des couronnes,
Mais roi je la reçus; poète, tu la donnes;
Ta lyre, qui ravit par de si doux accords,
Te soumet les esprits, dont je n'ai que les corps;
Elle amollit les coeurs, et soumet la beauté;
Je puis donner la mort, toi l'immortalité. *

Quando Coligny juntou-se à corte em Blois (setembro de 1571), Carlos afeiçoou-se a ele com a mesma intensidade com que a fraqueza acolhe a força. Ali estava um homem completamente diferente de tantos outros que viviam esvoaçando ao redor do trono: um cavalheiro, um aristocrata, porém sereno e sóbrio, carregando consigo metade da França com a força de sua palavra. O jovem rei chamou o idoso comandante de *mon père*, nomeou-o comandante da esquadra, deu-lhe da bolsa real um subsídio de 100.000 libras para reembolsá-lo das perdas que sofrera durante as guerras. Coligny ingressou no Conselho e presidia-o na ausência do rei.[52] Carlos sempre invejara e temera Filipe II; ressentia a dependência da França católica em relação à Espanha. Coligny propôs-lhe uma guerra contra a Espanha, que daria à França um motivo para a unificação e retificaria as fronteiras da região nordeste, que a Espanha estava usurpando. Essa era a ocasião para uma guerra, pois Guilherme de Orange estava chefiando uma revolta nos Países Baixos contra seu soberano espanhol; uma boa investida, e a Flandres seria francesa. Carlos ouviu-o com simpatia. No dia 27 de abril, escre-

* Ambos igualmente usamos coroas, / Mas recebi a minha como rei; poeta, fizeste a tua; / Tua lira, que arrebata com tão doces acordes, / Conquista os espíritos dos quais só tenho os corpos; / Ela suaviza os corações e domina a beleza; / Eu posso dar a morte; tu, a imortalidade.

veu ao Conde Luís de Nassau — chefe da rebelião dos protestantes em Hainaut — dizendo que "estava decidido... a empregar os poderes que Deus colocou em minhas mãos para libertar os Países Baixos da opressão que os fazia sofrer".[53] Luís e seu irmão Guilherme de Orange propuseram-se a entregar a Flandres e o Artois à França em pagamento pelo decisivo auxílio contra a Espanha.[54] No outono daquele ano, Carlos negociou com o Eleitor Augusto da Saxônia uma aliança defensiva entre a França e a Alemanha protestante.[55]

Catarina condenou as propostas de Coligny como fantasticamente impraticáveis. Agora, que tinha a paz de que a França tanto necessitava, seria loucura desencadear novamente, e tão cedo, os horrores da guerra. A Espanha estava tão falida quanto a França, mas ainda era a força mais poderosa da cristandade; acabara de cobrir-se de glórias derrotando os turcos em Lepanto; teria toda a Europa católica — e a maior parte da França católica — para apoiá-la se a França entrasse em aliança com os protestantes. Em tal guerra, Coligny seria o comandante-em-chefe e, através de sua influência sobre o impressionável Carlos, seria na realidade, o rei; Catarina seria afastada para Chenonceau, senão para a Itália. Henrique de Guise e Henrique d'Anjou — irmão do rei — souberam com tristeza que Carlos permitira a Coligny a remessa de tropas huguenotes para se unirem a Luís de Nassau; Alba, prevenido por seus amigos na corte francesa, esmagou essa força (10 de julho de 1572). Todo o Conselho do rei, reunido, ouviu Coligny defender suas propostas de uma guerra contra a Espanha (6-9 de agosto de 1572); foram unanimemente rejeitadas; Coligny não desistiu. "Prometi por conta própria" — declarou ele — "auxiliar o príncipe de Orange; espero não desgostar o rei se, por meio de meus amigos, e talvez pessoalmente, cumprir minha promessa." À rainha-mãe ele disse: "Madame, o rei está evitando hoje uma guerra que lhe prometeria grandes vantagens; Deus permita que não irrompa outra que ele não possa evitar."[56] O Conselho dissolveu-se ressentido com o que pareceu uma ameaça de outra guerra civil. "Que a rainha se acautele contra os conselheiros secretos, os projetos e as afirmativas do rei seu filho; se ela não o fizer, os huguenotes o envolverão" — preveniu o marechal de Tavannes.[57] Catarina chamou Carlos de lado e censurou-o por ter-se deixado dominar por Coligny; se ele persistisse no plano de uma guerra contra a Espanha, ela pediria sua permissão para retirar-se para Florença com seu outro filho. Carlos pediu-lhe perdão e prometeu-lhe obediência filial, mas continuou sendo o amigo dedicado de Coligny.

Foi sob essa atmosfera que Jeanne d'Albret chegou a Blois para preparar o casamento que devia unir os católicos e os protestantes da França. Insistiu para que o cardeal de Bourbon realizasse a cerimônia não como sacerdote mas como príncipe, não em uma igreja, mas fora dela, e que Henrique não acompanhasse sua esposa à igreja para ouvir missa. Catarina concordou com tudo isso, embora a situação suscitasse novas dificuldades com o papa, que se recusara a autorizar que Margarida se casasse com o filho protestante de uma protestante excomungada. Jeanne foi a Paris fazer compras, teve uma pleurisia e morreu (9 de julho de 1572). Os huguenotes suspeitaram de que ela fora envenenada, mas tal hipótese não vigorou por muito tempo.[58] A despeito de suas próprias suspeitas e de sua dor, Henrique de Navarra partiu de Blois para Paris em agosto, acompanhado de Coligny e 800 huguenotes. Quatro mil huguenotes armados entraram com eles na capital,[59] em parte para assistirem às festi-

vidades, em parte para protegerem seu jovem rei. A católica Paris, excitada por esse afluxo de gente e por uma centena de sermões inflamados,[60] acusou o casamento de capitulação do governo às forças protestantes. Apesar disso, realizou-se a cerimônia (18 de agosto), sem a licença papal; Catarina tomou medidas destinadas a impedir que o correio aparecesse com uma proibição do papa. Henrique levou sua esposa até as portas da catedral de Notre Dame, mas não entrou com ela; Paris ainda não valia uma missa. Provisoriamente, instalou-se com Margarida no Louvre.

Raramente Paris fervilhara de tanta excitação. Coligny ainda fazia pressão para que a França auxiliasse abertamente a revolta dos Países Baixos, e acreditava-se que já estivesse pronto para partir para as linhas de frente. Alguns católicos preveniram Catarina de que os huguenotes novamente projetavam raptá-la e ao rei.[61] O barulho do martelo sobre a bigorna soando pela cidade revelava que se estavam forjando armas às pressas. Nessa conjuntura, segundo seu filho Henrique, Catarina deu seu consentimento ao assassinato do almirante.[62]

No dia 22 de agosto, quando Coligny ia do Louvre para sua casa, dois tiros de uma janela deceparam-lhe o dedo indicador da mão esquerda e rasgaram-lhe o braço até o cotovelo. Seus companheiros precipitaram-se para o edifício, mas ali encontraram apenas um arcabuz fumegante; o atacante escapara pelos fundos. Transportaram Coligny para seus aposentos. O rei, informado, bradou enfurecido: "Será que jamais terei paz?" Mandou seu médico pessoal, o huguenote Ambroise Paré, tratar dos ferimentos, escalou guardas reais para a casa de Coligny, ordenou aos católicos que deixassem os edifícios adjacentes e permitiu que passassem a ser ocupados por huguenotes.[63] A rainha, o rei e seu irmão Henrique visitaram e confortaram o ferido; Carlos fez "o mais terrível juramento" de vingar o ataque. Novamente Coligny aconselhou Carlos a entrar em guerra para a conquista de Flandres.[64] Chamando-o à parte, segredou-lhe qualquer coisa. Quando a família real voltava para o Louvre, Catarina insistiu com o rei para que revelasse o segredo. "Muito bem então, pela morte de Deus" — respondeu ele — "já que vós *sabereis* mesmo, foi isto que o almirante me disse: que todo o poder ficou destruído em vossas mãos e que, em razão disso, males advirão para mim." Em estado de frenesi, o rei trancou-se em seus aposentos particulares. Ressentida e temerosa, Catarina pôs-se a remoer seus pensamentos.[65]

Henrique de Navarra procurou Coligny e com ele discutiu medidas de defesa. Alguns membros da comitiva do almirante desejavam ir imediatamente assassinar os chefes Guises; Coligny proibiu-os. "Se não se fizer ampla justiça, eles mesmos, certamente, irão fazê-la",[66] declararam os huguenotes. Durante todo aquele dia os huguenotes movimentaram-se pelas imediações do Louvre; um deles disse à rainha que se não fosse feita justiça, executariam a lei com suas próprias mãos.[67] Grupos de huguenotes armados passavam constantemente pelo Hôtel de Lorraine, onde os Guises moravam, bradando ameaças de morte.[68] Os Guises apelaram ao rei para que os protegesse e construíram barricadas em torno de sua casa. Carlos, suspeitando terem eles contratado o assassino, prendeu vários servos deles e ameaçou o duque de Guise. Henrique e seu irmão, o duque de Aumale, pediram permissão para sair de Paris; foi-lhes concedida; chegaram até a Porta de St.-Antoine e voltaram secretamente para o Hôtel de Lirraine.

No dia 23 de agosto reuniu-se o Conselho para investigar o crime. Soube-se que

a casa, donde partiram os tiros, era propriedade (embora desocupada) da viúva do duque de Guise, que jurara vingar o assassinato de seu marido, Francisco; apurou-se que o assassino escapara num cavalo retirado dos estábulos dos Guises, e que a arma havia pertencido a um dos guardas do duque d'Anjou. O assassino nunca foi encontrado. Segundo relato posterior de Anjou, ele e Henrique de Guise decidiram que Coligny e outros huguenotes deviam ser mortos. Enquanto Catarina e alguns membros do Conselho estavam reunidos nas Tulherias, Bouchavannes, agente de Anjou, entrou precipitadamente na sala e anunciou que os huguenotes, que se achavam na residência de Coligny, projetavam uma revolta violenta, provavelmente para a noite seguinte.[69] À ojeriza de Catarina pelo almirante, a sua cólera pelo fato de ter ele afastado o rei da sua orientação, a sua convicção de que a política de guerra com a Espanha seria desastrosa para a França e para sua dinastia, acrescentava-se agora o temor do perigo imediato que corria sua vida, e de que todo o poder passasse, em breve, para as mãos de Coligny e seus amigos. Concordou, por isso, em que os chefes huguenotes fossem mortos.[70]

Era, porém, desejável — se não necessário — o consentimento do rei; e ele estava ainda exigindo que se perseguissem todos os indivíduos relacionados ao ataque contra Coligny. Por volta das 10 horas da noite de 23 de agosto, a rainha-mãe mandou o conde de Retz prevenir Carlos da suposta insurreição. Logo depois, Catarina e seus conselheiros cercaram o jovem governante, cuja excitação o lançava quase às portas da loucura. Catarina assegurou-lhe que 30.000 huguenotes projetavam apoderar-se dele na manhã seguinte e levá-lo para uma fortaleza protestante, onde permaneceria prisioneiro e indefeso; já não tinham eles, por duas vezes, tentado esse golpe? Se vencessem agora, eles a matariam sob a suspeita de ter sido ela quem ordenara ou permitira o ataque contra o almirante. Fizeram ver ao jovem de 23 anos que devia optar entre a vida da mãe e a de seis huguenotes. Se se recusasse a dar seu consentimento e a católica Paris dominasse a revolta, seria afastado do poder como covarde e tolo. Ele resistiu a esses argumentos; perguntou por que não bastaria prender os chefes huguenotes e julgá-los legalmente; os conselheiros responderam que era tarde demais para, com essa medida, evitar a revolta. Catarina ameaçou retirar-se para a Itália e abandoná-lo a sua sorte. Finalmente, por volta de meia-noite, em violento colapso nervoso, Carlos bradou: "Pela morte de Deus! Já que preferem matar o almirante, dou meu consentimento! Deveis, porém, matar todos os huguenotes da França, a fim de que não sobre um para me repreender... Matai-os todos! Matai-os todos!" Blasfemando fugiu dos conselheiros e trancou-se em seus aposentos.

Os conspiradores tinham projetado matar apenas alguns, mas aproveitaram-se da ordem louca do rei para realizarem a matança dos huguenotes da maneira mais completa possível. Catarina insistiu em proteger Henrique de Navarra; o jovem príncipe de Condé — Henrique I — e os Montmorencys eram de linhagem demasiado nobre para serem mortos; o cirurgião Ambroise Paré foi salvo pelo rei; mas foram enviadas instruções aos capitães dos distritos de Paris no sentido de armar seus homens para a ação quando os sinos das igrejas badalassem às três horas da madrugada de 24 de agosto, dia de São Bartolomeu. Deu-se carta branca aos Guises para executarem sua vingança contra o almirante, há muito protelada. Henrique de Guise mandou avisar os oficiais da milícia para que, ao soar o toque de alarma, seus homens matassem to-

dos os huguenotes que encontrassem. As portas da cidade seriam fechadas para impedir fugas.

Era ainda noite quando o próprio Guise conduziu 300 soldados até o edifício onde Coligny se achava dormindo. Ao lado do almirante encontravam-se Paré, seu médico, Merlin, seu secretário e Nicolas, seu servo. Despertaram com o barulho dos soldados que se aproximavam; ouviram tiros e gritos — os guardas de Coligny estavam sendo assassinados. Um amigo irrompeu no quarto, gritando: "Estamos perdidos!" O almirante respondeu: "Há muito estou preparado para a morte. Tratai de salvar-vos. Não desejo que aqueles que vos amam me censurem pela vossa morte. Recomendo minha alma à misericórdia de Deus." Eles fugiram. Os soldados de Guise arrombaram a porta do quarto. Encontraram Coligny ajoelhado, orando. Um deles trespassou-lhe o corpo com uma espada e retalhou-lhe o rosto; outros apunhalaram-no; ainda vivo, Coligny foi atirado pela janela; caiu no pavimento de baixo, aos pés de Guise. Depois de assegurar-se da morte de Coligny, o duque ordenou a seus homens que se espalhassem por Paris e gritassem: "*Tuez! Tuez!* — Matem! Matem! — O rei ordena." Deceparam a cabeça do almirante e enviaram-na ao Louvre — alguns disseram que a Roma;[71] o corpo foi entregue à multidão que, ferozmente, o mutilou; cortaram-lhe as mãos e os órgãos genitais para serem vendidos, e dependuraram o resto pelos calcanhares.[72]

A rainha, sentindo remorso ou medo, deu ordem aos Guises para cessarem o massacre; eles responderam que era demasiado tarde; com a morte de Coligny, os huguenotes deviam ser mortos, pois, caso contrário, se revoltariam. Catarina cedeu e ordenou que fosse dado o toque de alarma. Seguiu-se tal mortandade como jamais as cidades presenciaram, mesmo no frenesi de uma guerra. A populaça rejubilou-se com a liberdade dada a seus impulsos recalcados de atacar, provocar dor e matar. Perseguiu e matou de dois a cinco mil huguenotes, além de outras pessoas; assassínios, anteriormente meditados, podiam ser agora perpetrados impunemente; esposas e maridos, atormentados ou ambiciosos, aproveitaram-se da oportunidade para se desembaraçarem de companheiros indesejáveis; mercadores foram mortos por concorrentes; parentes que estavam demorando para morrer foram apontados como huguenotes pelos herdeiros presuntivos.[73] La Ramée, o filósofo, foi morto à instância de um professor invejoso. Todas as casas suspeitas de abrigarem huguenotes foram invadidas e revistadas; os huguenotes e seus filhos foram arrastados para as ruas e assassinados; fetos foram arrancados de mulheres mortas e esmagados.[74] Logo as ruas cobriram-se de cadáveres, e os garotos brincavam sobre eles. Os guardas suíços católicos a serviço do rei entraram na luta e começaram a matar indiscriminadamente, pelo simples prazer de matar. O duque de La Rochefoucauld, que jogara tênis com o rei, na véspera, foi assassinado por homens mascarados que ele supôs tivessem ido convidá-lo a participar de algum festejo real. Nobres e oficiais huguenotes, que se tinham instalado no Louvre como membros da comitiva do rei de Navarra, foram chamados ao pátio do palácio e mortos a tiros, um a um, à medida que iam chegando. O próprio Henrique, levantando-se ao amanhecer, saiu para jogar tênis. Carlos mandou chamá-lo e também a Condé, ordenando-lhes que optassem entre "a missa ou a morte". Condé optou pela morte, mas foi salvo pela rainha. Henrique de Navarra prometeu submeter-se ao culto católico, o que lhe garantiu a vida. Sua noiva, Margarida, que dormia de-

sassossegadamente foi despertada por um huguenote ferido que se precipitou para dentro de seu quarto e chegou até seu leito; ela persuadiu os perseguidores a pouparem-no. "Neste momento em que escrevo" — relatou o embaixador espanhol — "eles estão matando a todos, esfolando a todos... não poupando nem as crianças. Louvado seja Deus!"[75] Agora, que a própria lei perdera sua força, os saques eram feitos livremente. O rei foi informado de que membros de sua corte estavam participando da pilhagem na capital. Por volta de meio-dia, alguns cidadãos horrorizados pleitearam, junto a ele, que mandasse cessar a matança; e um grupo de guardas da cidade ofereceu-se para auxiliar a restabelecer a ordem. O rei expediu instruções determinando a cessação do massacre; ordenou à polícia que encarcerasse os protestantes, para a própria segurança deles; alguns foram salvos, outros, por ordem do rei, foram afogados no Sena. A carnificina abrandou por algum tempo. Mas na segunda-feira, dia 25, um espinheiro floresceu, fora da época, no Cemitério dos Inocentes; o clero acolheu o evento como um milagre; os sinos de Paris repicaram para saudar o acontecimento; a populaça tomou o clangor dos sinos como um chamado para recomeçar a matança, e os assassinatos tomaram novo alento.

No dia 26, o rei, juntamente com sua corte, atravessou com grande pompa as ruas ainda apinhadas de cadáveres em direção ao Palácio da Justiça, e declarou orgulhosamente ao Parlamento de Paris que ordenara o massacre. O presidente respondeu com um longo discurso de felicitações. O parlamento decidiu que os herdeiros de Coligny seriam postos fora da lei, que sua casa em Châtillon devia ser demolida e que o restante de seus bens fosse confiscado pelo duque d'Anjou. No dia 28, o rei, a rainha-mãe e a corte visitaram várias igrejas, num cortejo religioso de ação de graças pela libertação da França da heresia e pelo fato de haver a família real escapado da morte.

As províncias imitaram Paris a sua maneira amadorística. Inspiradas pelas notícias procedentes da capital, Lyon, Dijon, Orléans, Blois, Tours, Troyes, Meaux, Bourges, Angers, Rouen e Toulouse encenaram assustadores massacres (24-26 de agosto). Jacques de Thou calculou em 800 o número de vítimas em Lyon e mil em Orléans. O rei estimulou e depois desencorajou esses holocaustos. No dia 26 transmitiu instruções verbais aos governadores das províncias para que matassem todos os huguenotes importantes;[76] no dia 27, enviou ordens escritas no sentido de serem protegidos os protestantes pacíficos e obedientes à lei. Escreveu, ao mesmo tempo, a seu agente em Bruxelas, determinando-lhe que convidasse o duque de Alba a cooperar com ele:

> O duque tem, em suas mãos, muitos dos meus súditos rebeldes, e meios de conquistar Mons e punir os que lá se encontram [sitiados]. Se ele responder que isso é exigir, tacitamente, a morte deles e a redução em pedaços dos que se acham em Mons, dizei-lhe que é isso o que deve fazer.[77]

Alba recusou o convite. Quando conquistou Mons, permitiu que a guarnição francesa saísse incólume. Ridicularizou, em particular, o Massacre da Noite de São Bartolomeu, como um meio vil de levar a efeito uma guerra; publicamente, ordenou que se comemorasse o massacre como um triunfo do único e verdadeiro cristianismo.[78]

Alguns governadores de províncias mantiveram suas populações dentro de limites civilizados. Não houve matança em Champagne, Picardia e Bretanha; ocorreram poucas mortes em Auvergne, Languedoc, Borgonha e Delfinado. Em Lyon, muitos católicos

condenaram o morticínio, e os soldados se recusaram a participar dele; em Vienne, o bispo tomou os protestantes sob sua proteção, e famílias católicas abrigaram os huguenotes que corriam perigo.[79] Em Troyes e Orléans, porém, os bispos deram plena liberdade para o massacre;[80] em Bordéus, um jesuíta anunciou que o Arcanjo São Miguel ordenara a matança, e condenou a demora dos magistrados em determinar as execuções. As províncias, provavelmente, contribuíram com cinco mil vítimas e Paris com cerca de duas mil; estima-se, entretanto, o total entre cinco mil[81] e 30.000.[82]

Os católicos, em geral, desculparam o massacre como uma explosão de ressentimento e vingança após os anos de perseguições sofridas por parte dos huguenotes.[83] Filipe II riu-se mais que de costume quando soube do fato; agora não haveria mais o perigo da interferência da França nos Países Baixos. O núncio papal em Paris escreveu a Roma: "Congratulo-me com Sua Santidade, do fundo do meu coração, que tenha agradado à Divina Majestade, no começo de seu pontificado, dirigir os negócios deste reino de maneira tão feliz e tão honrosa e, assim, amparado o rei e a rainha-mãe para que destruíssem essa raiz pestífera com tal prudência e em momento tão oportuno, quando todos os seus rebeldes se achavam cercados."[84] Quando a notícia chegou a Roma, o cardeal de Lorena, sem poder reprimir a satisfação, deu ao mensageiro mil coroas. Toda a Roma logo se iluminou; do Castelo de Sant' Angelo partiram salvas de canhão; os sinos repicaram alegremente; Gregório XIII e seus cardeais assistiram a uma missa solene de ação de graças a Deus por "esse sinal da graça mostrado ao povo cristão", que salvou a França e a Santa Sé de um grande perigo. O papa ordenou que se cunhasse uma medalha especial para comemorar *Ugonotorum strages* — a derrota ou matança dos huguenotes [85] — e contratou Vasari para pintar, na Sala Regia do Vaticano, um afresco representando o massacre, nele apondo as palavras *Pontifex Colignii necem probat.* "O papa aprova a morte de Coligny."*[86]

A Europa protestante estigmatizou o massacre como covarde e bárbaro. Guilherme de Orange declarou ao emissário francês que Carlos IX jamais poderia lavar o sangue que lhe manchara as mãos. Na Inglaterra, Elizabeth viu-se assediada por pedidos de vingança, e os bispos afirmaram-lhe que o único meio de apaziguar a fúria do povo era condenar à morte, imediatamente, todos os católicos presos por se recusarem a prestar o juramento de fidelidade; a rainha dos escoceses, pelo menos, deveria ser logo executada.[88] Elizabeth não perdeu a calma. Vestiu-se de luto profundo para receber o embaixador francês e acolheu com visível descrença sua afirmação de que o massacre fora necessário em virtude da iminência de uma revolta huguenote. Ela, entretanto, continuou a jogar a França contra a Espanha, e a protelar qualquer decisão no tocante a Alençon, que aspirava sua mão. Consentiu, em novembro, em ser madrinha da filha de Carlos IX.

Catarina emergiu, alegre e renovada, daquela carnificina; o rei era, outra vez, seu vassalo e o problema dos huguenotes parecia resolvido. Mas estava enganada. Apesar de muitos protestantes franceses se converterem ao catolicismo como alternativa contra a morte, tais abjurações demonstraram ser transitórias. Dois meses depois do mas-

* Pastor, historiador católico, conquanto não desculpe o massacre, tenta explicar o júbilo do papa como um alívio após o temor de que o triunfo de Coligny desse fim ao catolicismo na França e provocasse a união da França à Inglaterra, à Holanda, à Escandinávia e ao norte da Alemanha protestantes numa guerra de extermínio — como a que Lutero exigira — do catolicismo em todas as partes do mundo.[87]

sacre os huguenotes irrompiam a Quarta Guerra Religiosa; La Rochelle e várias outras cidades fecharam suas portas às tropas reais e, com êxito, resistiram ao sítio. No dia 6 de julho de 1573, Carlos assinou a Paz de La Rochelle, garantindo aos huguenotes liberdade de religião. Politicamente, o massacre dera em nada.

E agora os intelectuais huguenotes, que até então professaram juramento de fidelidade ao rei, afastavam-se horrorizados de Carlos IX, pondo em dúvida não só o direito divino dos reis como, também, a própria instituição da monarquia. François Hotman, jurista huguenote, fugira para a Suíça depois do massacre; passado um ano, publicou um veemente folheto contra Carlos, intitulado *De furoribus Gallicis*: os crimes desse rei libertaram seu povo de seu juramento de lealdade; ele praticou um crime e deve ser deposto. O ano não havia ainda terminado, e Hotman enviou de Genebra seu *Franco-Gallia*, primeira tentativa moderna de uma história constitucional. A monarquia franco-gaulesa — argumentou ele — era eletiva; o rei, até Luís XI, estava de uma maneira ou de outra sujeito a uma assembléia nacional; agora, esses aviltados *parlements* e esses Estados Gerais há muito omissos são os fracos remanescentes daquela força eletiva; e aquela força fora delegada a esses organismos pelo povo. "Somente ao povo cabe o direito de eleger e depor os reis."[89] Hotman exigia a reunião periódica dos Estados Gerais; somente esse órgão teria autoridade para decretar leis e declarar guerra ou celebrar a paz, fazer nomeações para os cargos mais importantes, regular a sucessão e depor os maus reis. Eis o antecipado trovão de 1789.

A própria vida logo depôs Carlos IX. O bem e o mal nele lutaram até ao ponto em que sua constituição congenitamente malformada se rompeu com os esforços despendidos. Ele às vezes exultava com a temeridade daquele seu crime extremo; outras, acusava-se por haver consentido no massacre, e os gritos dos huguenotes trucidados martelavam-lhe os ouvidos, provocando insônias. Começou a censurar a mãe: "Quem, senão vós, é a causadora de tudo isso? Pelo sangue de Deus! Sois a causadora de tudo isso!" Catarina queixou-se de ter um lunático como filho.[90] Carlos tornou-se melancólico e sombrio, magro e pálido. Sempre tivera propensão para a tuberculose; agora, enfraquecida sua resistência, ela o destruía; em 1574 começou a escarrar sangue. Na primavera, suas hemorragias tornaram-se mais graves; mais uma vez surgiram-lhe visões de suas vítimas: "Que derramamento de sangue! Que crimes!" — gritava ele para sua enfermeira. — "Que mal conselho fui seguir! Oh! Meu Deus! Perdoai-me!... Estou perdido."[91] No dia de sua morte, 30 de maio de 1574, mandou chamar Henrique de Navarra a quem abraçou afetuosamente. "Irmão" — disse — "estais perdendo um bom amigo. Tivesse eu acreditado em tudo que me disseram, não estaríeis vivo. Mas sempre vos amei... Somente em vós deposito confiança para que cuideis de minha esposa e de minha filha. Orai a Deus por mim. Adeus." Morreu logo em seguida. Não tinha, ainda, 24 anos.

CAPÍTULO XIV

Henrique IV

1553-1610

I. AMOR E CASAMENTO

A AVÓ de Henrique IV era Margarida de Angoulême, Valois e Navarra, a encantadora, sensível e piedosa irmã do amoroso, galante e impetuoso Francisco I. Sua mãe, a rebelde, intratável e herética Jeanne d'Albret. O pai, Antoine de Bourbon, descendente de São Luís, era homem belo, valoroso, afável, vaidoso, com tendência para flutuar de um credo para outro. Quando Henrique nasceu (14 de dezembro de 1553) em Pau, Béarn, após um parto difícil, talvez tivesse trazido em si todas essas qualidades ancestrais, exceto a piedade. Seu feliz avô, certo de que seria bom augúrio, persuadiu Joana, em suas dores, a entoar um cântico à Virgem; e, no batismo em Béarn, esfregou alho nos lábios da criança e fê-la beber vinho. O herói era amamentado diariamente por oito amas.

Não gostava de estudar. Detestava escrever e fugia da gramática, mas aprendeu a escrever em um estilo fascinante. Lia Plutarco como sua bíblia de feitos heróicos. Foi criado ao ar livre, dedicado a corridas, traquinagens, lutas, equitação e pancadarias; comia pão preto, queijo e cebolas; gostava do verão e do inverno, deixando transparecer todo o seu otimismo. Foi educado como huguenote, mas não permitia que a religião lhe prejudicasse a vida. Chamado à idade de nove anos para viver na corte, aprender seus hábitos graciosos e sua moral, adotou prontamente o catolicismo; voltando ao Béarn aos 13 anos, retomou a fé huguenote como se estivesse adaptando a indumentária ao clima. Passava com a maior facilidade de um amor para outro: La Petite Tignonville, Mlle. de Montagu, Arnaudine, La Garce, Cathérine de Luc, Anne de Cambefort. Mudava de credo e de amante sem que a consciência o afligisse ou sem negligenciar seus objetivos.

Aspirava ser rei da França. Aos 19 anos, morrendo-lhe o pai, Henrique tornou-se rei de Navarra, o que foi somente uma prova desagradável da realeza. Quando seguiu para Paris para casar-se com Margarida de Valois, receberam-no apenas como aquele que se seguia ao duque d'Anjou e ao duque d'Alençon na linha de sucessão ao trono. Quando após o casamento veio o massacre, conseguiu salvar sua cabeça tornando-se, em tempo, um apóstata.

Sua noiva, "Margot", era a mulher mais fascinante e afável de França. Ninguém contestava sua beleza; Ronsard cantou-a em seus versos; Brantôme teceu palavras maravilhosas sobre sua pele delicada, seus cabelos ondulados ou variadas perucas, seus olhos a projetar humor, cólera e diabruras, seu corpo perfeito como o de uma cortesã e imponente como o de uma rainha, seus ágeis pés a liderarem as danças da corte, sua contagiante vivacidade em uma época de luta e tristeza; todos esses ímãs atraíam uma dúzia de apaixonados a seu círculo, e as más-línguas atribuíam-lhe capitulações cheias de tato e, até mesmo, incestuosas.[1] Henrique dificilmente poderia queixar-se, sendo ele mesmo um espírito conquistador; mas quando Margot, que se casara com ele contra a sua vontade, recomeçou suas flutuações após breve reverência à monogamia, ele começou a imaginar quem seria o pai de seus filhos. Arranjou uma amante; caiu enfermo; Margot, generosamente, tratou dele, embora atribuísse seu distúrbio a "excessos com mulheres". Logo, porém, suas mútuas suspeitas deixaram-nos tão estranhos um para com o outro que ela escreveu: *Nous ne couchions plus, ni ne parlions plus ensemble* (Não mais dormimos juntos, nem falamos um com o outro).[2]

Durante três anos, Henrique permaneceu na corte contra sua vontade. Certa noite (1575), quando caçava, ultrapassou, galopando, as fronteiras e fugiu, disfarçado, através da França, conseguindo chegar a Nérac após um sem-número de peripécias. Governou Béarn e a Guienne com justiça e sabedoria. Abandonou o catolicismo, reconduziu os protestantes ao poder, em Béarn, e protegeu-os em Guienne. Três anos depois Margot uniu-se a ele, e o jovem rei, quando não caçava ou lutava contra os católicos, auxiliava-a a fazer com que as festividades de sua pequena corte encobrissem suas infidelidades. Em 1582, Margot, cansada de ajudar as amantes que ele mantinha reclusas, voltou a Paris; ali, entretanto, suas escapadas eram tão flagrantes que seu irmão, Henrique III, ordenou-lhe que retornasse depressa para junto do marido. Após dois anos mais em Béarn, ela se retirou para Agen. Os dois reis — agora dois Henriques — concordaram em mantê-la praticamente prisioneira no Château d'Usson e concederam-lhe uma pensão satisfatória (1587-1605). Margarida transformou sua prisão em salão animado por poetas, artistas, literatos e amantes, e escreveu suas memórias. Richelieu louvou-lhe o estilo, Montaigne dedicou-lhe ensaios, pregadores elogiaram-lhe a caridade. Após substanciais considerações, ela concordou em anular seu casamento, sendo-lhe permitido regressar a Paris e à corte (1605). Ali recomeçou seus romances e suas reuniões, engordou e tornou-se penitente; tomou Vicente de Paulo como seu capelão, fundou um convento e morreu em paz e piedosa (1615) com a idade de 62 anos. Findou assim — disse um contemporâneo — "Margarida, a única que restara da raça dos Valois, uma princesa cheia... de boas intenções... que não prejudicou a ninguém salvo a si mesma."[3]

II. HENRIQUE III: 1574-89

O duque d'Anjou, depois de ocupar por breve tempo o trono polonês, voltou, com 24 anos de idade, para ser Henrique III, o último rei Valois da França. Um retrato de autor anônimo, no Louvre, mostra-o alto, magro, pálido e meditativo — homem cheio de boa vontade mas confuso pela má hereditariedade. Era fisicamente fraco,

emocionalmente instável e fatigava-se com facilidade; tinha de evitar equitação e caça, e alguns minutos de amor ativo deixavam-no de cama por vários dias. Sofria de um prurido incurável na pele, dores de cabeça e de estômago, e corrimento em um dos ouvidos. Antes dos 36 anos tinha os cabelos brancos e perdera os dentes. Sua aparente altivez nada mais era que falta de confiança em si; sua crueldade, temor, sendo, normalmente, delicado e cauteloso. Infelizmente amava roupas femininas. Certa vez apareceu em um baile com um vestido de decote baixo, e usando um colar de pérola no pescoço; usava brincos e braceletes. Reunia em torno de si certa quantidade de *mignons*, jovens que frisavam seus longos cabelos, pintavam o rosto, adornavam-se com trajes extravagantes e borrifavam-se com perfumes que, à sua passagem, impregnavam o ar. Com esses homens indefinidos ia, às vezes, à noite, disfarçado de mulher, fazer travessuras pelas ruas, pregando peças nos cidadãos. Em um país à beira da falência e da anarquia, esvaziava o tesouro para beneficiar seus favoritos, tendo despendido 11.000.000 de francos no casamento de um deles e dobrado o preço de um cargo de juiz para comprar um presente de casamento para outro. Aplicou parte do dinheiro do povo em boas obras — construção da Pont Neuf, melhoramentos no Louvre e a eliminação de certos trechos miseráveis de Paris com edifícios de boa arquitetura e com obras de saneamento. Patrocinava a literatura e o teatro. Trabalhava de mau humor na administração. Para regularizar suas contas, fazia peregrinações a pé até Chartres e Cléry; em Paris, ia de igreja em igreja rezando terços, acumulando devotamente padres-nossos e ave-marias; acompanhava as fantasmáticas procissões noturnas dos Penitentes Azuis, seu corpo envolvido em um saco com furos para os pés e os olhos. Não teve filhos. A mãe, que lhe transmitira a semente da degenerescência oriunda de pais doentes, contemplava com tristeza a decadência e iminente extinção de sua raça.

A confusa situação política estava além da compreensão de Henrique. Não fora gerado para a guerra, e Catarina, envelhecida, ansiava pela paz; mas os huguenotes, desesperados porém insubmissos, continuavam em revolta. Seu irmão, o duque d'Alençon, cortejava a rainha protestante da Inglaterra, os protestantes dos Países Baixos e Henrique de Navarra, em Béarn. Uma minoria de chefes católicos, denominados *politiques* por seus críticos, adotou as idéias de L'Hôpital (que morrera magoado em 1573), propondo que as duas religiões em guerra observassem mútua tolerância e defendendo a idéia — tão impopular em ambos os campos — de que um país poderia sobreviver sem unificação de crenças religiosas. Se os papas proibissem tal disposição — argumentavam — a França romperia seus laços religiosos com Roma. Atemorizado pela cooperação entre *politiques* e huguenotes e pelas incursões de tropas alemãs que vinham reforçar os protestantes, Henrique fez cessar (1576) a Quinta Guerra Religiosa assinando a "Paz de Monsieur" em Beaulieu e expedindo um edito de pacificação — o Edito de Beaulieu — concedendo aos huguenotes plena liberdade de culto em todas as partes de França, o que os fazia elegíveis para todos os cargos públicos e concedia-lhes oito cidades nas quais teriam completo domínio político e militar.

A maioria dos católicos franceses — sobretudo a população ardentemente ortodoxa de Paris — sentiu-se chocada com essas concessões a um partido que se supunha destruído. Em 1562, o cardeal de Lorena propusera uma *ligue sainte*, cujos membros deveriam jurar defender a Igreja por qualquer meio e a qualquer custo; Henrique

de Guise organizara tal liga em Champagne, em 1568; agora, formavam-se associações similares em muitas províncias. Em 1576, o duque proclamou publicamente a formação da Liga Santa e entrou em campanha jurando esmagar os huguenotes de uma vez por todas.

Não devemos seguir a trajetória das Sexta, Sétima e Oitava Guerras Religiosas, exceto no que afetou o curso das idéias ou o caráter da França. Novamente a filosofia entrou na refrega. Em 1579, um autor não identificado — talvez Philippe Duplessis-Mornay, um dos conselheiros de Henrique de Navarra — emitiu de Basiléia um veemente pronunciamento intitulado *Vindiciae contra tyrannos* (Vindicação [dos direitos públicos] contra os tiranos). Escrito em latim, foi logo traduzido para diversas línguas. Sua influência durou um século; foi empregado pelos huguenotes na França, pelos holandeses contra Filipe, pelos puritanos contra Carlos I e pelos *whigs* para justificar a deposição de Jaime II. A antiga teoria sobre um implícito "contrato social" entre o país e seu governante assumia, aqui, uma forma definida; tornaremos a vê-la em Hobbes, Locke e Rousseau. O governo é, primeiro que tudo, um pacto entre Deus, o povo e o rei, com o objetivo de sustentar e obedecer a "religião verdadeira" — nesse caso o protestantismo; qualquer rei que deixasse de fazer isso poderia ser deposto. Em segundo lugar, o governo é um pacto entre o rei e o povo: um, para governar com justiça; outro, para obedecer pacificamente. Tanto o rei como o povo estão sujeitos à lei natural, isto é, à lei da razão e da justiça natural de acordo com o código moral divino, superior a toda lei "positiva" (feita pelo homem). A função do rei é manter as leis positivas, naturais e divinas; ele é um instrumento, não o ditador da lei. "Os súditos..., considerados em um organismo, são os senhores e donos absolutos do reino." Quem, entretanto, decidirá que o rei é um tirano? Não o povo como multidão, "esse monstro de inúmeras cabeças"; deixemos que os magistrados ou alguma assembléia — como a dos Estados Gerais, na França — decidam. Não convirá que cada um, individualmente, siga sua própria consciência; confundiria seus desejos com sua consciência e, disso, sobreviria o caos; se o magistrado, entretanto, o convocar para uma rebelião armada, deverá atender à convocação. De qualquer modo, se o tirano for um usurpador, poderá ser, com justiça, morto por qualquer pessoa.[4]

O conflito de forças e idéias tornara-se agudo quando o duque d'Alençon morreu (1584) e Henrique III reconheceu Henrique de Navarra como herdeiro presuntivo do trono. Os huguenotes cessaram, da noite para o dia, de falar em tirania e deposição, tornando-se ardentes adeptos da legalidade e esperando que o frágil rei Valois tombasse e cedesse a França ao Bourbon protestante. A *Vindiciae*, até então um manifesto huguenote, era vista com desagrado, e o próprio Hotman proclamou que a resistência a Henrique de Navarra era um pecado.[5] Mas a maioria dos franceses estremeceu ante a idéia de um rei huguenote. Como poderia um protestante ser ungido em Reims pela Igreja? E poderia alguém, sem essa unção, ser por direito um monarca da França? O clero ortodoxo, chefiado por ardentes jesuítas, denunciou o reconhecimento do direito à sucessão e conclamou todos os católicos para a Liga. Henrique III, arrebatado pela maré, uniu-se a ela e ordenou a todos os huguenotes que aceitassem o catolicismo ou deixassem a França. Henrique de Navarra apelou à Europa para que reconhecesse a justiça de sua causa, mas o Papa Sisto IV excomungou-o e declarou que, como herege impenitente, ele não poderia herdar o trono. Carlos, cardeal de

Bourbon, declarou-se herdeiro presuntivo. Mais uma vez Catarina esforçou-se pela paz, oferecendo apoio a Henrique de Navarra se ele renunciasse ao protestantismo; ele recusou. Henrique saiu em campo com um exército em parte católico, conquistou meia dúzia de cidades no mesmo número de meses e derrotou, em Coutras, um exército da Liga duas vezes maior que o seu (1587).

Os huguenotes, calculados em aproximadamente uma duodécima parte da população da França,[6] dominavam agora metade das grandes cidades do país.[7] Mas Paris, sendo o coração da França, era apaixonadamente favorável à Liga. Descontente com o tíbio apoio de Henrique III, a Liga estabeleceu na capital um governo revolucionário composto de representantes de 16 distritos; os "Dezesseis" negociaram com a Espanha para que ela invadisse a Inglaterra e a França e planejaram seqüestrar o rei. Henrique lançou mão dos guardas suíços; os "Dezesseis" pediram ao duque de Guise que assumisse o governo de Paris; o rei proibiu-o de fazê-lo; o duque chegou a Paris e foi aclamado pela populaça como líder da causa católica na França. Henrique III, humilhado e jurando vingar-se, fugiu para Chartres. Depois, perdendo novamente a coragem, não reconheceu os direitos de Henrique de Navarra, nomeou Henrique de Guise comandante-em-chefe dos exércitos reais e convocou os Estados Gerais para uma assembléia em Blois.

Quando os delegados ali se reuniram, o rei notou que quase todas as homenagens destinadas a um soberano eram dispensadas ao duque de Guise e isso o enfureceu. Em um dia em que se achava excitadíssimo, tomou a resolução de persuadir alguns de seus auxiliares a matarem o duque. Convidou-o para uma conferência em particular; quando o jovem nobre se aproximou dos aposentos do rei, nove atacantes mataram-no a punhaladas; e o rei, abrindo a porta, contemplou com excitada satisfação seu desejo realizado (24 de dezembro de 1588). Ordenou a prisão dos chefes da Liga e a morte do irmão do duque, o cardeal de Guise. Orgulhoso e, ao mesmo tempo, tomado de terror, narrou à mãe suas vicárias proezas. Ela torceu as mãos, desesperada. "Vós arruinastes o reino" — disse-lhe.

Doze dias depois ela morria, com 69 anos de idade, esgotada por tantas responsabilidades, ansiedades, intrigas e, provavelmente, remorsos. Dificilmente alguém lamentou sua morte. Foi sepultada em uma cova comum em Blois, pois, quando se cogitou de inumar seus restos mortais no túmulo que ela preparara em St.-Denis, os "Dezesseis" declararam que se levassem seu corpo para Paris eles o lançariam ao Sena. Metade da França acusou Henrique III de assassino; estudantes desfilaram pelas ruas exigindo sua deposição; os teólogos da Sorbonne, apoiados pelo papa, desobrigaram o povo do voto de fidelidade ao rei, e os sacerdotes pediram, por todas as partes, que se opusesse resistência armada a ele. Partidários do soberano foram presos; as igrejas encheram-se de homens e mulheres que temiam ser detidos como realistas. Os panfletistas da Liga adotaram a ideologia política dos huguenotes; o povo foi declarado soberano, com o direito de, através do Parlamento ou dos magistrados, depor o tirano; qualquer rei, no futuro, deveria se sujeitar às limitações constitucionais, e seu dever primordial seria o de impor a verdadeira religião — agora o catolicismo.[8]

Henrique III, então em Tours com alguns nobres e soldados, viu-se entre dois horrores: o exército da Liga, comandado pelo duque de Mayenne, procedente do norte, avançava contra ele; o de Henrique de Navarra, conquistando cidade após cidade,

vinha avançando do sul; qualquer uma das duas forças o capturaria. Henrique, o huguenote, aproveitou-se da oportunidade: mandou Duplessis-Mornay oferecer aliança, proteção e apoio ao rei. Os dois Henriques encontraram-se em Plessis-les-Tours e juraram mútua fidelidade (30 de abril de 1589). Ambos os exércitos derrotaram Mayenne e marcharam para Paris.

Na agitada capital, um monge dominicano — Jacques Clément — ouviu com fervor as acusações de assassinato contra Henrique III. Asseguraram-lhe que um grande feito pela causa divina purificá-lo-ia de todos os seus pecados; além disso, a dor e a beleza de Catarina — duquesa de Montpensier e irmã dos Guises assassinados — agitavam-lhe o espírito. Comprou um punhal, encontrou meios de entrar no acampamento real, apunhalou o rei no estômago e foi morto pelos guardas, confiante de que sua alma entraria no Paraíso. Henrique de Valois morreu na manhã do dia 2 de agosto de 1589, suplicando a seus partidários que aderissem à causa de seu primo de Navarra. O caos dominou o exército naquele cerco; parte dele se dispersou; adiou-se o ataque projetado contra Paris. Na cidade, a alegria da Liga e de seus adeptos atingiu as raias do delírio. Algumas igrejas colocaram o retrato de Jacques Clément no altar;[9] devotos aclamaram o assassinato como o ato mais nobre de Deus desde a Encarnação de Jesus Cristo.[10] A mãe de Clément foi trazida da província, pregou nas igrejas e foi saudada com um cântico sacro: "Abençoados sejam o ventre que vos gerou e os seios que vos amamentaram."[11]

III. O CAMINHO PARA PARIS: 1589-94

Henrique de Navarra vivia o momento decisivo de sua vida. Viu-se subitamente, pela lei e pela tradição, rei da França; repentinamente, porém, quase metade de suas tropas o abandonou. Os nobres que eram fiéis a Henrique III partiram para suas propriedades; a maioria dos católicos de seu exército desapareceu; duas terças partes da França repeliam veementemente a possibilidade de um rei protestante. Os *politiques* silenciaram por algum tempo em virtude dos dois assassinatos; o Parlamento de Paris reconheceu o cardeal de Bourbon como rei da França; Filipe da Espanha empenhou à Liga o ouro das Américas com o objetivo de manter a França católica. Entretanto, sem que Filipe se sentisse afetado por isso, a desordem na produção e no comércio de França levara o país a tal desolação que outro conforto não restou senão o êxtase destrutivo do ódio.

Estava fora de cogitação para Navarra atacar uma cidade tão esmagadoramente hostil, como Paris, com um exército tão desorganizado e tão reduzido. Cautelosamente, e com a habilidade dificultada mais por culpa de suas amantes do que pelo inimigo, retirou-se com suas forças para o norte a fim de receber auxílio da Inglaterra, sendo seguido por Mayenne, tão rapidamente quanto permitia sua corpulência. Em Arques, ao sul de Dieppe, os dois exércitos se encontraram: Henrique com sete mil homens e Mayenne com 23.000 (21 de setembro de 1589). Pode-se perceber o resultado da refrega pela mensagem de Henrique a seu camarada de armas, Crillon: *Pends-toi, brave Crillon; nous avons combattu à Arques, et tu n'y étais pas* ("Enforca-te, bravo

Crillon; combatemos em Arques, e tu não estavas lá"). A vitória encorajou os partidários secretos de Henrique em toda parte. Várias cidades abriram jubilosas suas portas para ele; a República de Veneza reconheceu-o como rei; Elizabeth, tão ansiosa quanto Veneza em impedir que a Espanha dominasse a França, enviou-lhe quatro mil soldados, 22.000 libras em ouro, 70.000 libras de pólvora e carregamentos de sapatos, mantimentos, vinho e cerveja. Em represália, Filipe mandou a Mayenne um destacamento de Flandres. Reforçados, os exércitos combateram em Ivry sobre o Eure, no dia 14 de março de 1590. Henrique colocou em seu capacete uma pluma branca — dificilmente se poderia chamá-la pena branca — e disse aos soldados: "Se o calor da batalha vos dispersar por algum tempo, reuni-vos... debaixo daquelas pereiras que vedes mais além, à minha direita; e se perderdes vossos estandartes, não percais de vista minha pluma branca; sempre a achareis no caminho da honra e, espero, também da vitória." Como sempre, lutou na primeira linha; seu braço direito ficou inchado e sua espada deformada com os golpes que desfechou. Sua reputação de homem clemente auxiliou-o, pois milhares de suíços das tropas de Mayenne, que não receberam soldo, renderam-se. A vitória de Henrique deixou a Liga sem exército; e, quase sem ser molestado, ele avançou para sitiar Paris novamente.

Sem soldo e famintos, os soldados permaneceram, de maio a setembro de 1590, acampados às portas de Paris, ansiosos por tomá-la de assalto e saqueá-la; mas Henrique manteve-se firme na recusa de sancionar uma carnificina que poderia se constituir em acontecimento mais terrível que a Noite de São Bartolomeu. Os parisienses, após o primeiro mês de assédio, começaram a comer cavalos, gatos, cães e capim; até que Henrique, apiedado, permitiu que a cidade recebesse provisões. O duque de Parma, governador de Filipe nos Países Baixos, veio em socorro de Paris com um bem equipado exército de veteranos espanhóis; Henrique, numa boa manobra, retirou-se para Rouen, sendo seguido, num duelo de estratégia, por Parma. O duque adoeceu, e Henrique, mais uma vez, sitiou Paris com seu exército.

Apresentava-se a ele, agora, a questão decisiva: poderia, como protestante, conquistar e *conservar* o trono de um país 90 por cento católico? Seu próprio exército era predominantemente católico. Não lhe saía do pensamento, por outro lado, que indubitavelmente se lhe esgotavam os recursos, e logo ele não mais poderia pagar suas tropas. Convocou os auxiliares e confessou-lhes que pensava em converter-se ao catolicismo. Alguns aprovaram a idéia como o único caminho para a paz; outros condenaram-na, como uma deserção cruel e escandalosa dos huguenotes que lhe haviam dado seu sangue e seu dinheiro na esperança de terem um rei protestante. A estes respondeu Henrique: "Se eu fosse seguir vosso conselho, dentro em pouco não haveria rei nem reino na França. Desejo proporcionar a paz a meus súditos e descanso a minha alma. Consultai-vos, uns aos outros, sobre o que precisais para vossa segurança. Estarei sempre pronto a satisfazer-vos."[12] E acrescentou: "Talvez seja grande a diferença entre as duas religiões apenas em virtude de animosidade daqueles que as pregam. Algum dia, através de minha autoridade, resolverei todas essas diferenças."[13] E definiu as bases de sua fé: "Aqueles que seguem resolutamente sua consciência são de minha religião, e eu sou da religião de todos os que são valorosos e bons."[14] Duplessis-Mornay, Àgrippa d'Aubigné e muitos outros líderes protestantes abandonaram o rei; o duque de Sully, o mais fiel conselheiro de Henrique, conquanto per-

manecesse firmemente protestante, concordou com a decisão de seu senhor: *Paris vaut bien une messe* ("Paris bem vale uma missa")[15].

Assim, no dia 18 de maio de 1593, Henrique enviou uma mensagem ao papa e aos altos dignitários religiosos de Paris, afirmando desejar ser instruído na fé católica. Gregório XIV renovara sua excomunhão, mas a hierarquia sacerdotal francesa, jamais obsequiosa para com Roma, preparou-se para transformar em rei piedoso o novo penitente. Henrique não era aluno muito fácil. Não estava a fim de garantir que faria guerra à heresia, e recusou-se a subscrever ou crer em "tolices nas quais, tinha certeza, a maioria deles não acreditava".[16] Concordou graciosamente com a doutrina do purgatório, porque "é a melhor parte de vossas rendas".[17] No dia 25 de julho escreveu a sua amante: *Je vais faire le saut perilleux* ("Vou dar o salto perigoso"). Foi à igreja da abadia de St.-Denis, confessou-se, recebeu absolvição e ouviu missa.

Milhares de vozes, de ambos os lados, acusaram-no de hipócrita. Os jesuítas repeliram sua conversão, e os chefes da Liga continuaram a resistir. Esta, porém, enfraquecera em conseqüência das mortes do duque de Parma e do cardeal de Bourbon, e os "Dezesseis" perderam sua posição junto aos patriotas franceses por terem apoiado o plano de Filipe para fazer de sua filha rainha da França. Muitos nobres eram favoráveis a Henrique por considerarem-no um general que poderia conter Filipe, bem como um governante humano que poderia restabelecer o bem-estar em um país desorganizado e quase a ponto de desmembrar-se. Um inteligente periódico, o *Satyre Ménippée* (1593-1594), exteriorizou os sentimentos dos *politiques* e da burguesia, ridicularizou os jesuítas e a Liga com espírito e ironia e declarou: "Não há paz, que por mais injusta, valha menos que uma guerra justa."[18] Até a fanática Paris clamava pela paz. Prosseguiram ainda durante oito meses pequenas hostilidades, mas, no dia 22 de março de 1594, Henrique marchou para Paris, e quase ninguém procurou detê-lo; tal era a multidão que o aclamava, que, ao procurar entrar em Notre-Dame, teve de ser alçado sobre as cabeças da multidão. Instalado como rei naquele mesmo Louvre onde, 22 anos antes, estivera prisioneiro e próximo da morte, deu vazão à alegria e decretou, a sua maneira de fácil entusiasmo, anistia para todos, inclusive para os Guises e os "Dezesseis". Conseguiu a aliança de alguns inimigos graças à presteza com que lhes perdoara e a sua galante cortesia; a outros subornou com dinheiro tomado por empréstimo.

Mas nem tudo foi conquistado. Em Lyon, Pierre Barrière comprou uma faca, afiou-a e partiu para Paris proclamando sua intenção de assassinar o rei. Foi preso em Melun e sumariamente enforcado. "Ai de mim!" — exclamou Henrique. — "Se eu tivesse sabido disso, ter-lhe-ia perdoado." O Papa Clemente VIII mandou sua absolvição ao rei, mas os jesuítas continuaram suas pregações contra ele. Em 27 de dezembro, Jean Châtel, de 19 anos, atacou o rei com um punhal, resultando do ataque, porém, apenas um corte nos lábios e um dente quebrado. Novamente Henrique se propôs perdoar o fanático; mas as autoridades submeteram Châtel a todas as torturas legais contra os regicidas. Châtel admitiu orgulhosamente seu desejo de matar o rei, que considerava um herege perigoso, e manifestou sua intenção de tentar outra vez, para salvação de sua própria alma. Confessou que era aluno dos jesuítas, mas recusou-se a implicá-los naquela empreitada. O jesuíta espanhol Juan de Mariana (que encontraremos novamente) foi citado como favorável ao assassinato de maus reis, especialmente de Hen-

rique III; e o jesuíta francês Jean Guignard foi julgado por ter escrito que Henrique IV devia ter sido morto no Massacre da Noite de São Bartolomeu, e que agora era necessário se desembaraçar dele "a qualquer custo e de qualquer maneira".[19] Em princípios de 1595, o Parlamento de Paris, ante uma petição do clero secular da Sorbonne, ordenou que os jesuítas deixassem a França.

IV. O REI CRIATIVO: 1594-1610

Henrique achou a tarefa de reconstrução mais árdua que a conquista do poder. Trinta e dois anos de guerras "religiosas" deixaram a França quase tão devastada e caótica quanto depois da Guerra dos Cem Anos, um século antes. A marinha mercante francesa praticamente desaparecera dos mares. Trezentas mil casas foram destruídas. O ódio declarara uma moratória para a moral e envenenara a França com a sede de vingança. Soldados desmobilizados saqueavam as estradas e vilas, roubando e matando. Os nobres projetavam exigir, como preço para sua lealdade, um retorno dos poderes dos senhores feudais; as províncias, há muito deixadas entregues a seus próprios recursos, estavam dividindo a França em estados autônomos; e os huguenotes clamavam por independência política, bem como por liberdade religiosa. A Liga ainda contava com um exército hostil em campo; Henrique comprou seu líder Mayenne, a fim de estabelecer uma trégua e, finalmente, a paz (janeiro de 1596). Assinados os seus termos, Henrique fez o gordo duque caminhar a pé até sentir-se arquejante e exausto, assegurando-lhe depois que essa seria sua única vingança.[20] Quando um de seus generais, Charles de Gontaut, duque de Biron, chefiou uma conspiração contra ele, Henrique lhe ofereceu seu perdão caso o duque revelasse o plano dos conspiradores; ante sua recusa, Henrique mandou submetê-lo a julgamento; foi condenado e decapitado (1602). Já nessa ocasião, a França compreendeu que Henrique de Navarra era o rei. O povo, cansado da anarquia, permitiu-lhe — as classes comerciais suplicaram-lhe — que tornasse absoluta a nova monarquia dos Bourbons. O absolutismo real, que ocasionara uma guerra civil na Inglaterra, foi, na França, conseqüência de uma guerra civil.

Como o dinheiro é a primeira necessidade do governo, Henrique tratou de cobrar impostos. O Conselho de Finanças, então existente, recendia, excessivamente, a corrupção; Henrique nomeou para superintendente das finanças o destemido Sully, dando-lhe plena liberdade para purificar o ar e sanear o caminho entre o pagamento dos impostos e seu recolhimento pelo tesouro. Maximilien de Béthune, barão de Rosny, duque de Sully, sendo o amigo fiel de Henrique há um quarto de século, combatera a seu lado durante 14 anos; agora (1597), com apenas 37 anos, atacava os peculatários e os incompetentes com tão inflexível energia que se tornou o mais valioso e o mais impopular membro do Conselho real. Seu retrato, feito por Dumonstier, acha-se no Louvre; cabeça grande, testa maciça, olhos desconfiados e penetrantes; ali estava o gênio prático de que se precisava para conter o espírito romântico de um rei tão ocupado quanto um Casanova para poder ser um Carlos Magno. Sully tornou-se o cão de fila da administração. Como superintendente das finanças, estradas, comunicações,

edifícios públicos, fortificações e artilharia, como governador da Bastilha e administrador geral de Paris, achava-se em toda parte, dirigia tudo, insistia na eficiência, na economia e na integridade. Trabalhava durante todas as horas do dia e vivia austeramente em um quarto simples, em cujas paredes se viam dependurados retratos de Lutero e Calvino. Defendia os interesses de seus companheiros huguenotes. Estabilizou a moeda, reorganizou e disciplinou o funcionalismo e obrigou os funcionários ladrões a restituírem os bens usurpados. Reclamou para o Estado todas as propriedades e rendas que haviam sido tomadas por indivíduos durante as guerras. Obrigou 40.000 sonegadores de impostos a pagar o que deviam ao Estado. Encontrara o tesouro nacional com uma dívida de 296.000.000 de libras; saldou-a, equilibrou o orçamento e apresentou um superávit de 13.000.000. Protegeu e encorajou todas as fases da vida econômica; construiu estradas e pontes, projetou os grandes canais para ligar o Atlântico ao Mediterrâneo e o Sena ao Loire;[21] declarou que todos os rios navegáveis eram parte dos domínios reais, proibiu que eles fossem obstruídos e renovou o fluxo de mercadorias através do país.

Com o auxílio de ministros assim tão sabiamente escolhidos, Henrique pôs-se a recriar a França. Restituiu aos tribunais e aos *parlements* suas funções e autoridade legais; e se permitiu aos funcionários da burocracia, mediante determinado preço, transmitir seus cargos aos filhos; procurava não só conseguir dinheiro, como também assegurar a estabilidade administrativa e tornar a classe média — especialmente as corporações legais ou *noblesse de la robe* — um elemento de equilíbrio ante a aristocracia hostil. Em geral muito ávido de viver e trabalhar para poder ler um livro, o rei estudou meticulosamente o *Théâtre d'agriculture et mesnage des champs* (1600), de Olivier de Serres, que sugeria métodos mais científicos de exploração agrícola; aplicou tais melhoramentos nas terras da coroa, como exemplo e incentivo ao campesinato vegetativo; ansiava por ver — como ele mesmo dizia — *la poule au pot*, um frango em cada panela, aos domingos.[22] Proibiu aos nobres cavalgarem pelos vinhedos ou campos de trigo em suas caçadas; obstou as devastações das tropas nas terras dos camponeses. Cancelou 20.000.000 de libras de impostos atrasados devidos pelos camponeses (talvez porque soubesse que jamais poderiam ser arrecadados) e baixou a captação de 20 para 14.000.000 de libras. Antecipando-se a Colbert, protegeu as indústrias existentes, através de tarifas, e introduziu novas indústrias, como a de vidros e cerâmica finos e a da seda; plantou amoreiras nos jardins das Tulherias e de Fontainebleau, e exigiu que fossem plantadas 10.000 em cada diocese. Auxiliou e ampliou os trabalhos de tapeçaria dos Gobelins. Para eliminar a política de restrições dos mestres das guildas, reorganizou a indústria francesa em bases corporativas: patrões e empregados unidos em cada ofício e sujeitos a regulamentos do Estado. A pobreza continuava, em parte por causa da guerra, da peste e dos tributos, em parte porque a natural desigualdade das capacidades, em meio à igualdade das ambições, contribui, em cada geração, para que a maioria dos bens seja absorvida por uma minoria de homens. O próprio rei vivia economicamente; era extravagante apenas com as amantes. Para dar ocupação aos desempregados e varrer dos campos os vadios e os famintos veteranos, financiou grande variedade de obras públicas: alargaram-se e pavimentaram-se ruas, abriram-se canais, plantaram-se árvores ao longo das estradas; construíram-se parques e praças — como a Place Royale (agora Place des Vosges) e a Place Dauphine

— para deixar Paris respirar. Para os pobres incapacitados, o rei fundou o Hôpital de la Charité. Nem todas essas reformas chegaram a seu amadurecimento antes da morte súbita de Henrique; ao fim de seu reinado, todavia, o país gozava de uma prosperidade que jamais conhecera desde Francisco I.

Mas a realização mais importante de Henrique foi pôr termo às Guerras Religiosas e ensinar católicos e protestantes a conviver pacificamente, embora não como amigos, pois nenhum católico radical admitiria a um huguenote o direito de existir, e nenhum ardoroso huguenote consideraria o culto católico senão como idolatria pagã. Arriscando deliberadamente sua vida, Henrique expediu (13 de abril de 1598) o histórico Edito de Nantes, autorizando o pleno exercício da fé protestante e liberdade para a imprensa protestante em todas as 800 cidades de França exceto 17, nas quais (como em Paris) o catolicismo predominava esmagadoramente. A elegibilidade de huguenotes para funções públicas foi confirmada; dois já se achavam no Conselho do Estado, e o huguenote Turenne seria marechal da França. O governo pagaria os salários dos pastores e dos reitores das escolas protestantes. Os filhos de protestantes seriam admitidos, em pé de igualdade com os de católicos, em todas as escolas, colégios, universidades e hospitais. Cidades já controladas pelos huguenotes — tais como La Rochelle, Montpellier e Montauban — assim permaneceriam; e seus fortes e guarnições seriam mantidos pelo Estado. A liberdade religiosa assim concedida era ainda imperfeita, pois incluía somente católicos e protestantes; foi, contudo, a tolerância religiosa mais avançada da Europa. Coube a um homem de fé duvidosa transformar em cristão "Sua Cristianíssima Majestade".

Por toda parte da França os católicos gritavam contra o edito, tachando-o de quebra da promessa de Henrique de apoiar-lhes o credo. O Papa Clemente VIII condenou-o como "o mais execrável que se podia imaginar, pois concedeu liberdade de consciência a todos, o que vem a ser a pior coisa neste mundo".[23] Escritores católicos proclamaram, novamente, que se poderia com justiça depor ou assassinar um rei herege; e autores protestantes — como Hotman que, no reinado de Henrique III, defendera a soberania popular — passaram então a louvar as virtudes do absolutismo num rei protestante.[24] O Parlamento de Paris recusou-se, durante muito tempo, a registrar oficialmente o edito, sem o que, segundo o costume, nenhum decreto real poderia tornar-se lei. Henrique convocou os membros do Parlamento, explicando-lhes que aquilo que fizera era indispensável à paz e à reconstrução da nação. O Parlamento cedeu e admitiu seis huguenotes entre seus membros.

Talvez para aplacar a oposição dos católicos e para aplacar o papa, Henrique permitiu que os jesuítas voltassem à França (1603). Sully manifestou-se energicamente contra essa medida. Os jesuítas — argumentou ele — eram "homens de gênio, mas cheios de astúcia e artifícios"; estavam comprometidos com a causa dos Habsburgos, portanto com a Espanha e a Áustria, inimigas da França; estavam empenhados em obedecer incondicionalmente ao papa, que geograficamente era um prisioneiro e, financeiramente, um dependente dos Habsburgos; cedo ou tarde orientariam a política de Henrique, e se falhassem nisso, persuadiriam algum fanático a "tirar-lhe a vida por meio de envenenamento ou qualquer outro processo". Henrique respondeu que o apoio dos jesuítas seria de grande valia para ele na unificação da França; e que a hostilidade e o continuado exílio dos jesuítas eram mais perigosos para sua vida que a read-

missão deles na França.* Aceitou o jesuíta Pierre Coton como seu confessor, achou-o amável e fiel, e devotou-se à administração da França e à turbulência do amor.

V. O SÁTIRO

No Museu de Condé, em Chantilly, há um delicioso retrato feito por Frans Pourbus, o Moço, mostrando Henrique em plena maturidade da força e do orgulho: talhe flexível, trajando com simplicidade largos calções, gibão preto e meias, mão esquerda no quadril, uma gola de rufos sob a barba cinzenta, o nariz majestoso, a boca firme, os olhos alerta, céticos e humanos. Seus longos anos de campanha deram-lhe o porte, a moral e o cheiro de um soldado: forte, ativo, incansável, ocupado demais para se preocupar com a limpeza ou, como conviria, mudar a roupa; disse um amigo que, às vezes, "ele fedia como um cadáver".[25] Após um dia de marcha ou de luta, alarmava seus auxiliares organizando uma caçada. Era um modelo de coragem, mas estava sujeito a diarréias quando se aproximava a hora da batalha;[26] em seus últimos sete anos passou a sofrer de disenteria, disúria e gota. Seu espírito era tão vivo e resiliente quanto seu corpo. Percebia rapidamente qualquer charlatanice dissimulada, apreendia imediatamente a essência das coisas, escrevia cartas verdadeiramente estimulantes e abrilhantou a França e a história com seus ditos espirituosos. Quando nomeou La Vieuville para um cargo e este, muito grato, disse-lhe em termos bíblicos: "Senhor, eu não sou digno", Henrique respondeu: "Sei muito bem disso, mas meu sobrinho pediu-me que vos nomeasse."[27] Certa vez, quando a caminho para jantar, um pedinte deteve-o e começou pomposamente: "Sire, Agesilau, rei da Lacedemônia..." "*Ventre saint-gris!*" — queixou-se Henrique. — "Já ouvi falar nele; mas ele já jantou, ao passo que eu não."[28] "Ele foi" — diz um historiador francês — "o mais inteligente dos reis franceses."[29]

Henrique IV foi também o mais amado, se bem que não tivesse sido o mais popular; metade da França ainda o aceitava com relutância. Mas aqueles que o conheciam mais intimamente estavam dispostos a ir para a fogueira por ele. Foi o mais acessível dos governantes, despretensioso, natural, de boa índole, não se sentindo ofendido com facilidade e sempre pronto para perdoar. Sua corte queixava-se do seu desinteresse em dar a sua figura a majestade de um verdadeiro rei. Permitia que poetas e dramaturgos o ridicularizassem, se bem que ficasse mais satisfeito quando Malherbe fazia dele um deus de virtudes e encantos. Costumava assistir às farsas que o satirizavam, amortecendo-lhes as alfinetadas com suas gargalhadas. Não se vingou daqueles que a ele se opuseram por meio de atos ou palavras. "Todas as florestas de meu reino não forneceriam forcas suficientes se eu tivesse de enforcar todos os que têm escrito ou falado contra mim."[30] Tinha a sensibilidade de um poeta e sentia a pobreza do povo quase tão intensamente quanto sentia a beleza das mulheres. Não era um estóico; o domínio das suas emoções não figurava entre suas virtudes. Teve muitas falhas. Podia ser impensadamente rude e alegremente grosseiro. Tinha em si um Rabelais, gostava de histórias picantes e contava-as de maneira inigualável. Carteava muito, perdia

* Sully, *Memoirs*, III, 10-11. Não dispomos de meios para determinar a exatidão dessa notícia a respeito de uma conversa particular.

bastante e muitas vezes trapaceava, mas restituía sempre os ganhos ilícitos.[31] Deixou de perseguir um inimigo em retirada para seguir uma mulher em fuga.

Não precisamos relacionar todos os seus amores. Três mulheres assinalaram de modo especial sua caminhada para o trono. À "La Belle Corisande" escreveu bilhetes ardentes: "Devoro vossas mãos... e beijo-vos os pés um milhão de vezes... Seria realmente desolado o lugar em que nos sentíssemos enfarados."[32] Em 1589 sentiu-se enfarado. Descobriu Esther Ymbert de Boislambert. Um ano depois, na idade de 37 anos e sem que o impedisse a blenorragia,[33] apaixonou-se por Gabrielle d'Estrées, então uma jovem de 17 anos, a quem um poeta dotou de "cabelos dourados, olhos cintilantes, pescoço de lírio, dedos de pérolas e seios de alabastro".[34] Seu amante, Bellegarde, imprudentemente descreveu sua beleza ao rei; Henrique, disfarçado, galopou cerca de 30 quilômetros através de um campo inimigo para vê-la. Ela lhe ridicularizou o nariz comprido; Henrique ajoelhou-se a seus pés e Bellegarde saiu de cena. Gabrielle cedeu à sedução dos francos e da realeza, dando a Henrique três filhos. Ele a levou para a corte e para suas caçadas; acariciava-a em público; pensou em casar-se com ela se Margot lhe concedesse o divórcio. Pregadores huguenotes e católicos acusaram-no de adúltero confesso, e o bravo Sully censurou-o por despender fundos públicos com cortesãs. O monarca pediu perdão alegando que, tendo trabalhado tão arduamente na guerra e no governo, e não tendo sido bem-sucedido no casamento, devia ter direito, como bom soldado, a certa recreação.[35] Durante oito anos, amou Gabrielle tão apaixonadamente quanto seria possível a um espírito tão *ondoyant et divers*. Gabrielle, porém, tornou-se gorda e gananciosa. Fez intrigas contra Sully, chamou-o de *valet*; Henrique enfureceu-se e disse-lhe que dava mais valor ao ministro que a 10 amantes iguais a ela. Depois enterneceu-se e, novamente, falou em casar-se com ela, mas no dia 10 de abril de 1599, ela morreu ao dar à luz uma criança morta. Henrique lamentou amargamente a perda e escreveu: "A planta do amor, que vicejava em mim, está morta."[36]

A planta reviveu dois meses depois quando ele encontrou Henriette d'Entragues, filha daquela Marie Touchet que servira a Carlos IX. A mãe, o pai e um meio-irmão proibiram-na de capitular, a menos que fosse em troca de um anel de casamento. Henrique escreveu-lhe uma carta prometendo casar-se sob a condição, porém, de ela dar-lhe um filho homem; Sully rasgou a carta diante do rei; Henrique escreveu outra, remetendo-a com 20.000 coroas. Isso desanuviou a consciência da dama, e ela se tornou amante do rei. Alguns diplomatas acharam que era tempo de Henrique acomodar-se. Persuadiram Margot a consentir no divórcio contanto que ele não se casasse com a amante. Clemente VIII concordou em conceder o divórcio nesses termos, oferecendo a Henrique, como noiva, Maria de Médicis, filha do grão-duque da Toscana; os banqueiros florentinos propuseram-se a cancelar a gigantesca dívida da França para com eles, se Henrique fizesse de Maria sua rainha.[37] O casamento foi realizado por procuração, em Florença no dia 5 de outubro de 1600. Henrique abandonou um campo de batalha para ir até Lyon a fim de cumprimentar sua esposa; achou-a alta, gorda e imperiosa; tributou-lhe toda a cortesia real, gerou Luís XIII e voltou para Mlle. d'Entragues. Periodicamente, porém, cumpria seus deveres maritais. Marie de Medicis (como a França a chamava) deu-lhe sete filhos em 10 anos. Henrique educou-os, juntamente com seus rebentos havidos com Gabrielle e Henriette, em St. Germain-en-Laye.

Henriette foi apresentada à rainha e instalada em um palácio nas imediações do Louvre; tendo dado um filho homem ao rei, insistia que ela, e não Maria, era por direito a rainha. O pai e o meio-irmão tramaram raptá-la e ao filho, conduzindo-os à Espanha a fim de fazer Filipe III reconhecê-lo como o verdadeiro delfim da França (1604). A trama foi descoberta, o irmão de Henriette foi preso, o pai foi posto em liberdade ao devolver a Henrique a carta que continha a promessa de casamento. Henrique continuou a perseguir Henriette como um sátiro faminto; ela lhe retribuiu as carícias com repugnância e ódio, sendo subornada por Filipe III para servir como espiã da Espanha.[38]

VI. ASSASSINATO

Em meio a todos aqueles incríveis absurdos, o rei maquinava um jeito de romper o cordão com o qual os Habsburgos aprisionaram a França — o círculo de ferro formado pelos Países Baixos espanhóis, Luxemburgo, Lorena, Franco Condado, Áustria, os desfiladeiros da Valtellina, Savóia, Itália e Espanha. Sully ao escrever suas memórias declarou ter proposto a Henrique e a Jaime I da Inglaterra um "Grande Projeto": a França, a Inglaterra, a Escócia, a Dinamarca, a Suécia, as Províncias Unidas (Holanda), a Alemanha protestante, a Suíça e Veneza se uniriam contra os Habsburgos, arrancariam a América da Espanha, libertariam do imperador a Alemanha e expulsariam os espanhóis dos Países Baixos; depois, os vencedores dividiriam a Europa — exceto a Rússia, a Turquia, a Itália e a Espanha — em uma "República Cristã" federada, composta de 15 estados autônomos, que comerciariam uns com os outros tarifas alfandegárias e submeteriam sua política externa a um conselho federal armado de uma força militar suprema.[39] Não parece que Henrique tivesse alimentado essa grandiosa concepção; suas esperanças, provavelmente, limitavam-se a estender a França até as "fronteiras naturais" no Reno, nos Alpes, nos Pireneus e no mar e libertá-la do temor à Espanha e à Áustria. Para tal objetivo, recorreu ao único meio que lhe parecia viável: procurou aliar-se às potências protestantes, auxiliou os holandeses em sua revolta contra a Espanha, projetou apoiar um levante dos mouros em Valência e encorajou o ataque dos turcos à Áustria.[40]

Uma disputa trivial serviu de estopim para transformar a inimizade entre Bourbons e Habsburgos numa guerra européia. No dia 25 de março de 1609, morreu sem deixar descendentes o Duque João Guilherme, do pequeno principado trino de Jülich-Cleves-Berg, próximo a Colônia. O Imperador Rodolfo, como seu suserano, reivindicou o direito de nomear um católico para esse pequeno trono. Henrique protestou que uma nova sujeição do ducado aos Habsburgos poria em perigo as fronteiras orientais da França. Uniu-se ao Brandemburgo, ao Palatinado e às Províncias Unidas em sua determinação de pugnar pela nomeação de um sucessor protestante para João Guilherme; e, quando o Arquiduque Leopoldo, da Áustria, ocupou Jülich com tropas imperiais, Henrique preparou-se para a guerra.

Seu último romance harmonizou-se sugestivamente com este chamado para o Armagedon. Embora estivesse com 56 anos, e aparentasse mais idade, desenvolveu-se nele, em 1609, um desejo veemente e incontrolável por Charlotte de Montmorency, então com 16 anos. Ela repeliu suas propostas mas consentiu, a uma ordem sua, em

casar-se com o novo príncipe de Condé. "Não é muita perversidade vossa" — disse sua amante Henriette, para insultá-lo — "querer deitar-se com a esposa de vosso filho? Sabeis perfeitamente que me dissestes ser ele [o príncipe] rebento vosso."[41] Condé fugiu com sua noiva para Bruxelas; Henrique teve ímpetos de ir em perseguição dela, e Malherbe transformou em versos os ardentes desejos do rei. Villeroi, ministro do exterior de Henrique, pediu ao Arquiduque Alberto, dos Países Baixos, a extradição da princesa para Paris; o arquiduque, encorajado por Filipe III da Espanha, recusou-se a fazê-lo; Villeroi ameaçou-o com uma guerra "que poderia incendiar os quatro cantos do mundo cristão".[42] Pareceu providencial, a Henrique, achar-se Bruxelas no caminho de Jülich: ele conquistaria a dama — e os Países Baixos espanhóis — como um prelúdio à destruição do império e à humilhação da Espanha. Contratou mercenários suíços e preparou-se para levantar um exército de 30.000 homens. Jaime I da Inglaterra prometeu enviar-lhe quatro mil mais.

A França católica estava alarmada. Deu bastante crédito aos comentários de que os encantos da princesa eram o verdadeiro *casus belli*; notou, com tristeza, que os aliados e generais do rei eram, na maioria, protestantes; indagou-se qual seria o destino do catolicismo e do papado em uma Europa onde o sul católico fosse conquistado pelo norte protestante e por um rei até muito recentemente huguenote. Os impostos destinados a financiar a temida guerra diminuíram a popularidade de Henrique, aliás sempre precária; a própria corte afastava-se dele por considerá-lo demasiado tolo para perceber que não mais poderia ser, ao mesmo tempo, um Lotário e um Alexandre. Pululavam profecias — talvez como esperançosas provocações aos sugestionáveis — sobre a morte próxima do rei.

François Ravaillac, de Angoulême, ouviu as profecias. Preso por um crime que não cometera, ruminou seus pensamentos durante sua prisão, teve visões, estudou teologia e leu tratados defendendo o tiranicídio. Forte no braço, porém fraco no espírito, alimentou a idéia de que Deus o escolhera para cumprir as profecias e salvar a França do protestantismo. Libertado, foi para Paris (1609), instalou-se em casa de Mme. d'Escoman — amiga de Henriette d'Entragues — e confessou-lhe que pensava em matar o rei. Henrique foi advertido; estava, no entanto, tão acostumado a essas notícias que não deu atenção ao caso. Ao passar o rei por uma rua, Ravaillac tentou aproximar-se dele; os soldados detiveram-no; declarou então que desejava perguntar ao rei se era verdade que projetava travar uma guerra contra o papa e se os huguenotes estavam preparando o massacre dos católicos. Tentou ingressar em um convento a fim de unir-se aos jesuítas; foi rejeitado. Voltou para Angoulême para cumprir suas obrigações da Páscoa; recebeu a comunhão e, de um monge, um pequeno saco contendo — foi-lhe dito — um fragmento da cruz na qual Cristo morrera. Comprou uma faca e retornou a Paris. Mme. d'Escoman mandou um aviso a Sully, advertindo-o, e Sully transmitiu-o ao rei.

Henrique estava se preparando para unir-se a seu exército em Châlons. No dia 13 de maio de 1610, nomeou a rainha como regente durante sua ausência. No dia 14, o duque de Vendôme, seu filho natural, pediu-lhe que ficasse em casa, pois as predições sobre seu assassinato diziam ser aquele o dia fatal. À tarde, Henrique decidiu dar um passeio de carruagem, visitar Sully que se achava enfermo e "respirar um pouco de ar". Para evitar ser notado, dispensou seus guardas, sendo acompanhado por ape-

nas sete membros da corte. Ravaillac, que estivera vigiando o Louvre, seguiu a carruagem. Em um ponto da Rue de la Ferronnerie, a carruagem foi detida por uma confusão de tráfego. Ravaillac saltou para o degrau do veículo e golpeou o rei com tal força que a lâmina lhe penetrou o coração. Henrique morreu quase instantaneamente.

Ravaillac, submetido a torturas, assumiu toda a responsabilidade pelo atentado, negou que tivesse qualquer cúmplice ou que o tivessem induzido ao crime; lamentou a violência de seu ato, mas mostrou confiança em que Deus o perdoaria por tratar-se de uma causa sagrada. Foi esquartejado por quatro cavalos, e queimaram-lhe o tronco em praça pública. Muitos acusaram os jesuítas de terem inflamado o espírito do assassino; ressaltou-se que o *De rege*, de Mariana, justificando o tiranicídio, era vendido livremente nas lojas de Paris. Os jesuítas responderam que esse livro fora explicitamente condenado em 1606 por uma assembléia de jesuítas, realizada em Paris. A Sorbonne julgou-os culpados de pregarem doutrinas perigosas, e o livro de Mariana foi queimado oficialmente.[43] Maria de Médicis, na qualidade de regente, protegeu os jesuítas contra qualquer mal e aceitou a orientação deles no tocante à fé e à política.

A última empresa e a morte súbita de Henrique deixaram a França confusa e dividida. Uma minoria aceitou o assassinato como um ato de Deus em defesa da Igreja; mas a grande maioria, tanto de católicos como de protestantes, lamentou a morte de um rei cujos trabalhos em prol de seu povo sobrepujaram, em muito, os erros, as loucuras e os pecados. Os franceses não haviam esquecido a pobreza, a desolação, o tumulto religioso, a incompetência e a corrupção do funcionalismo, que Henrique herdara com o trono; e viam agora uma nação depurada e em ordem, próspera a despeito da tributação elevada, e suficientemente poderosa para desafiar a longa ascendência da Espanha. Lembravam-se carinhosamente da simplicidade com que Henrique se trajava, portava e falava, de seu bom humor e natureza gentil, de sua alegre coragem na guerra, seu tato na amizade e na diplomacia; e a própria moral complacente dos franceses perdoava as escapadas amorosas do rei, nas quais ele apenas se mostrava como um homem seguindo seus próprios desejos. Henrique intitulara-se com razão "rei leal, fiel e sincero";[44] foi o mais humano e humanitário dos reis franceses; ele foi o salvador da França. Seu plano de estender a França até suas fronteiras naturais talvez tivesse parecido impraticável, mas Richelieu seguiu-o 20 anos depois e Luís XIV levou-o a cabo. Logo após sua morte, a Europa concordou em chamá-lo Henrique, o Grande. Na Revolução Francesa, todos os reis franceses que o sucederam foram condenados, ao passo que ele permaneceu supremo na afeição do povo.

CAPÍTULO XV

Richelieu

1585-1642

I. ENTRE DOIS REIS: 1610-24

A SÚBITA morte de Henrique IV deixou a França em renovada desordem e envolvida na luta dos nobres contra a monarquia, da classe média contra a aristocracia, dos católicos contra os huguenotes, do clero contra o Estado, do jovem Rei Luís XIII contra sua mãe e da própria França contra a Áustria e a Espanha. O gênio demoníaco e fascinante que transformou todo esse caos em ordem, venceu a reação feudal, pacificou os huguenotes, subordinou a Igreja ao Estado, salvou a Alemanha protestante de um colapso, destruiu o poder dos cerceadores Habsburgos e elevou a monarquia francesa à onipotência interna e à supremacia na Europa foi um sacerdote católico, o maior, o mais sutil e o mais implacável estadista da história da França.

Foi parte da tragédia de Henrique que, a sua morte, o herdeiro do trono — Luís XIII — fosse um indefeso menino de oito anos, e que a viúva, a quem ele deixara a regência, fosse uma mulher de mais coragem que inteligência, pronta a entregar o governo a favoritos italianos contanto que pudesse desfrutar as doçuras da vida em grande escala. Ela abandonou o plano de Henrique de desfechar uma guerra de morte contra os Habsburgos; ao contrário, aliou a França à Espanha casando seus filhos com os de Filipe III — seu filho Luís com Ana da Áustria e sua filha Isabel com o futuro Filipe IV. A força de vontade de Richelieu provaria ser mais sólida que essa mistura de sangues.

Henrique e Sully haviam deixado no tesouro 41.345.000 libras. Cincino Concini, sua esposa Leonora Galigai, o duque de Épernon e outros cortesãos gananciosos reuniram-se em torno dessa fortuna e prepararam-se para consumi-la. Sully protestou mas foi vencido; revoltado, demitiu-se do cargo, retirou-se para suas propriedades e escreveu as memórias de seu amado rei.

Os nobres viram na corrupta incompetência do governo central uma oportunidade para restabelecerem suas antigas suseranias feudais. Exigiram e obtiveram a convocação da assembléia dos Estados Gerais, pressupondo que ela seria — como geralmente fora no passado — sua voz e arma contra a monarquia. Quando, porém, ela se reali-

zou em Paris em outubro de 1614, ficaram desconcertados com a força e as propostas do Terceiro Estado — a massa do povo sem título e sem tonsura, representada antes, como agora, por advogados e exprimindo o poder e os desejos da classe média. Os nobres e o clero, considerando o nascimento e a unção acima da riqueza e da lei, se opuseram à nova hereditariedade dos cargos judiciais, que estava criando uma rival nobreza togada. O *tiers état*, em represália, pediu um inquérito sobre as enormes doações e pensões recentemente recebidas pelos nobres da parte do governo; exigiu que se corrigissem os abusos da Igreja; objetou a que se aplicassem, na França, os rigorosos decretos do Concílio de Trento; exigiu que o clero se submetesse às mesmas leis e aos mesmos tribunais, como os leigos o faziam, que fossem reprimidas novas aquisições de propriedades pela intributável Igreja e que o clero batizasse, casasse e sepultasse as pessoas, sem cobrança de taxas; defendeu, finalmente, a autoridade absoluta e o direito divino do rei sobre as pretensões dos nobres de governá-lo e dos papas de depô-lo. Era uma revolução inesperada. Aqueles delegados importunos foram aplacados com promessas, dissolvendo-se assim a assembléia (março de 1615). As promessas, em sua maioria, foram esquecidas; recomeçaram os peculatos e a má gerência dos negócios públicos, e não se convocou outra assembléia dos Estados Gerais até o colapso da monarquia, da nobreza e do clero em 1789.

O clero católico francês, contudo, fazia honra a si mesmo com sua auto-reforma sincera e eficiente. Nem sempre fora responsável pelos abusos que desorganizaram a Igreja, desde que muitos abusos tinham sua origem na nomeação de bispos e abades por reis ou nobres meio-pagãos na vida e, às vezes, céticos em matéria religiosa.[1] Henrique IV dera ao huguenote Sully quatro mosteiros para seu proveito pessoal e fez de sua amante "Corisande" abadessa de Châtillon-sur-Seine. Nobres concediam episcopados, abadias e conventos a seus filhos mais moços, a filhos ilegítimos, a seus soldados valorosos e as suas favoritas. Como os decretos do Concílio de Trento sobre a reforma da Igreja não tivessem sido ainda aceitos na França, poucos eram os seminários existentes para formação de padres; qualquer jovem tonsurado, que soubesse ler o missal em latim e adquirisse conhecimentos litúrgicos, era elegível para a função sacerdotal; e muitos bispos, que haviam levado vida descuidada de homens mundanos antes de serem recompensados com dioceses, nomeavam para o sacerdócio homens de pouca cultura e menos santidade. "A palavra padre" — disse um padre — "tornou-se sinônimo de ignorância e libertinagem."[2] "Os piores inimigos da Igreja" — disse São Vicente de Paulo — "são seus indignos sacerdotes."[3]

Père Bourdoise atacou o lado moral do problema, criando (1610) a *Communauté des Prêtres*, que exigia que todos os padres de uma paróquia vivessem juntos com simplicidade e fidelidade a seus votos. Em 1611, Père de Bérulle fundou a Congregação do Oratório, segundo o modelo de fundação similar, de São Filipe Néri, na Itália; ela tornou-se um seminário para a formação de jovens padres com maior preparo e dedicação. Em 1641, Père Jean Jacques Olier organizou a Ordem de São Sulpício para preparar homens para o sacerdócio, e, em 1646, abriu em Paris o seminário e a Igreja de São Sulpício. Em 1643, Père Jean Eudes (São João Eudes) formou a Congregação de Jesus e Maria, para preparar sacerdotes e missionários. Formaram-se, assim, nas gerações seguintes, Bossuet, Bourdaloue e Malebranche, e a força e o esplendor da Igreja no governo de Luís XIV.

Novas ordens religiosas revelaram e reviveram a religiosidade popular. As freiras ursulinas entraram na França por volta de 1600 e empreenderam a tarefa de educar moças; em um século, tinham elas mil casas e 350 congregações. A Ordem Hospitaleira, fundada na Espanha (1540) por Juan de Dios (São João de Deus), foi bem acolhida na França por Maria de Médicis e logo criou 30 hospitais. Em 1610, Jeanne Frémiot, baronesa de Chantal (Santa Chantal), auxiliada por Francisco de Sales (São Francisco de Sales), fundou a Congregação da Visitação de Nossa Senhora para cuidar dos doentes e dos pobres; em 1640, possuía 100 conventos; em 1700, somente um de seus ramos tinha 400 conventos. Ao todo havia em França, em 1600, cerca de 80.000 freiras.[4]

Dois homens destacaram-se com especial preeminência neste renascimento do catolicismo no século XVII. Francisco de Sales tirou parte do seu nome da cidade onde nascera, próxima a Annecy, na Savóia. Estudou Direito em Pádua e tornou-se funcionário do Senado da Savóia. Tinha, contudo, a religião no sangue; foi ordenado sacerdote e empreendeu (1594) a difícil tarefa de reconquistar para o catolicismo a região de Chablais, ao sul do lago de Genebra, que se tornara calvinista desde 1535. Essa missão foi cumprida em cinco anos, em parte pelo exílio dos não convertidos, mas, na maior parte, pela persuasiva piedade, paciência e tato de Francisco. Elevado a bispo, dedicou-se ao ensino de crianças e adultos. Quando visitou Paris, mulheres de alta linhagem cortejaram-no reverentemente, e, durante certo tempo, a piedade tornou-se moda.

A carreira de Vicente de Paulo seguiu um esquema menos tradicional. Começou como guardador de porcos, mas de algum modo achou meios de ingressar em um colégio franciscano na Gasconha. Seu pai, como todos os pais católicos, ansioso pela admissão da família no Paraíso, por dedicar um filho à Igreja, vendeu uma junta de bois para poder mandar o filho estudar teologia na Universidade de Toulouse. Lá Vicente foi ordenado sacerdote (1600). Em uma viagem pelo Mediterrâneo, piratas capturaram-no e venderam-no em Túnis como escravo. Ele fugiu, seguiu para Paris, serviu como capelão de Margot — que se divorciara do Rei Henrique — e tornou-se, depois, diretor espiritual de Mme. de Gondi. Com o dinheiro que lhe foi dado por essa dama, organizou missões junto ao campesinato; e após quase todo trabalho missionário organizava uma *conférence de charité* destinada à assistência da pobreza local; e a fim de poder dar continuidade a essas atividades fundou a Congregação dos Padres Missionários, muitas vezes denominados Lazaristas, do Priorado de São Lázaro, com sede em Paris. Quando Monsieur de Gondi era comandante das galeras francesas, Vicente tomou a si a tarefa de pregar aos que haviam sido condenados às galés. Revoltado com seus sofrimentos e doenças, abriu hospitais para eles em Paris e Marselha, despertando a consciência da França no sentido de melhorar o tratamento a seus prisioneiros. Convenceu as mulheres abastadas a prestar, periodicamente, serviços nos hospitais; levantou grandes somas para obras de caridade; para administrar esses serviços e auxiliar suas "Damas de Caridade", congregou (1633) as Irmãs (que preferia chamar de Filhas) de Caridade, as quais, hoje, servem à humanidade e sua Igreja em muitas partes do mundo.

Fisicamente sem atrativos, pobremente vestido, parecendo um rabino encarquilhado e barbado, Monsieur Vincent conquistou, pelo seu trabalho em prol dos pobres,

doentes e criminosos, o coração de quase todos aqueles que o conheciam. Colheu grandes somas de dinheiro, fundou hospitais, asilos, seminários, casas para pessoas idosas e retiros para leigos e sacerdotes; encheram-se volumes com relatos de seus benefícios. Durante a Fronda de 1648-53 e o bloqueio de Paris, administrou a alimentação de 15.000 indigentes; neste caso, porém, o dogma sobrepujou a caridade, pois ele exigia uma profissão de fé católica como condição para se receber alimento.[5] Participou da campanha contra Port-Royal, mas procurou suavizar a perseguição contra suas freiras.[6] Quando morreu, metade de Paris chorou; e foi universal a satisfação quando a Igreja (1737) o arrolou entre seus santos.

Através dele, de Francisco de Sales, dos incansáveis jesuítas e da ardente obra de inúmeras mulheres, o catolicismo francês experimentou um renascimento de vigor e devoção no reinado de Luís XIII. Antigas ordens monásticas retornaram aos seus regulamentos; reformaram-se os conventos; e começou, então, a atuação de Port-Royal com seus santos jansenistas. O misticismo encontrou novos defensores e adeptos completamente devotados à contemplação direta de Deus. O jovem rei, colhido pelo fervor da época, colocou solenemente a França sob a proteção da Virgem Maria, "a fim" — declarou um edito real — "de que seus súditos leais possam ser recebidos no Paraíso... sendo essa sua vontade e prazer".[7] Guardas continuaram, como na França medieval, a despertar os parisienses a cada manhã, conclamando-os a fazerem suas preces pelos mortos:

Réveillez vous, gens qui dormez,
*Priez Dieu pour les trépassés.**[8]

Mas o conflito de credos prosseguiu rancorosamente. Maria de Médicis aderiu fielmente, a despeito de sua fé católica, ao Edito de Nantes; mas, nem os católicos nem os protestantes se mostraram inclinados à tolerância. O papa, seu núncio e o clero católico acusaram o governo de permitir heresias. Onde os católicos dominavam, desorganizavam eles o culto dos protestantes, exterminavam-lhes as igrejas, as casas e, às vezes, as vidas;[9] as crianças eram arrancadas à força de pais huguenotes, sob a alegação de que eles as impediam de satisfazer seu desejo de serem católicas.[10] Onde os protestantes dominavam, pagavam na mesma moeda. Proibiam a celebração da missa em cerca de 250 cidades sob seu poder;[11] exigiam que o governo proibisse procissões católicas em territórios protestantes; ridicularizavam, perturbavam e ocasiões houve em que atacavam essas procissões; vedavam aos protestantes assistir a batismos, casamentos e funerais de católicos; e seus ministros declaravam que negariam o Sacramento aos pais cujos filhos se casassem com pessoas católicas.[12] Disse um célebre livre-pensador: "Embora teoricamente os católicos fossem mais intolerantes que os protestantes, estes se tornaram mais intolerantes que os católicos."[13] Os pregadores protestantes rivalizaram com o clero católico nas críticas e na repressão às heresias; excomungaram e "entregaram a Satanás" (mas não queimaram) Jérémie Ferrier por ter ridicularizado as assembléias eclesiásticas; e, em seus escritos, atacaram o catolicismo em "termos, cujos sentimentos cruéis, dificilmente foram igualados e que, certamente, não puderam ser superados".[14] Temendo a revogação do Edito de Nantes e ressen-

* Levantai, vós que dormis, / Rezai a Deus pelos mortos.

tidos da aliança da França com a Espanha, os huguenotes esforçaram-se em tornar sua parte da França politicamente independente e militarmente segura, com exército e leis próprios.

Quando Luís XIII visitou Pau (1620), ficou chocado por não achar uma única igreja católica onde pudesse cumprir suas devoções.[15] O jovem rei contemplou alarmado e ressentido uma religião que ameaçava dividir não apenas a alma mas também o corpo da França. Procurou ansiosamente, em sua corte, um homem com bastante ferro no sangue para transformar este caos separatista de credos e forças em uma nação forte e unida.

II. LUÍS XIII

Ele próprio sabia que lhe faltavam saúde física e força mental para enfrentar aqueles desafios. Gerado por um pai de 48 anos e talvez enfraquecido pela exuberância sexual, sofria de tuberculose, inflamação intestinal e embaraçosa dificuldade no falar. Durante longos períodos sentia-se demasiado fraco para praticar algum esporte; tocava e compunha música, cultivava ervilhas para o mercado, preparava conservas e auxiliava na cozinha. A hereditariedade e a doença não lhe deixaram atrativos no físico ou no rosto; era morbidamente magro, a cabeça e o nariz desproporcionalmente grandes, o lábio inferior caído, deixando a boca sempre semi-aberta, e seu semblante alongado e lívido combinava com sua indumentária deliberadamente pardacenta. Sofria mais com os médicos que com a natureza, pois em um só ano sangraram-no 47 vezes, aplicaram-lhe 215 enemas e enfiaram-lhe pela garganta 212 remédios.[16] Sobreviveu praticando esportes — quando podia — caçando, juntando-se ao exército, dormindo ao ar livre e tomando as refeições simples dos soldados.

Constantemente espancado pelos seus professores, abominava a instrução e parece nunca ter lido um livro, salvo o de orações. Lia todos os dias as horas canônicas, jamais questionava a fé que lhe ensinaram em seus anos de crescimento e sempre acompanhava, até o fim, qualquer procissão que levasse a hóstia consagrada. Uma tendência neurótica para a prática ocasional de atos cruéis maculava uma índole basicamente boa. Tímido, reservado e moroso, não amava muito a vida que não o tinha amado. A mãe considerava-o fraco de espírito, descuidava-se dele e, abertamente, demonstrava sua preferência pelo filho mais moço, Gastão; Luís reagia odiando-a e cultuando a memória do pai. Desenvolveu aversão pelas mulheres e, após algum tempo de tímida contemplação da beleza de Mlle. de Hautefort, dedicou sua afeição a rapazes. Casado politicamente com Ana da Áustria, teve de ser levado à força para o leito dela. Como ela teve um mau desempenho, deixou-a intata durante 13 anos. Pessoas da corte aconselharam-no a ter uma amante, mas seus gostos eram outros. Aos 37 anos de idade, cedendo ao pedido que toda a França lhe fazia por um delfim, tentou outra vez, e a grata Ana deu ao mundo Luís XIV (1638). Dois anos depois ela deu à luz Filipe I de Orléans que, como o pai, apreciava os encantos masculinos.

Às vezes Luís agia como um verdadeiro rei. Ainda rapaz de 16 anos, cansou-se da impudência e dos peculatos de Concini e deu ordens secretas para que o assassinassem (1617); e quando a rainha-mãe protestou contra esse fim de seu favorito, baniu-a para Blois e escolheu para seu primeiro-ministro Charles d'Albert, que sugerira o golpe

e recentemente fora feito duque de Luynes. Pressionado pelo duque e pelo Papa Paulo V, Luís ordenou que os huguenotes restituíssem todas as propriedades que eles tomaram da Igreja. Como Béarn ignorasse o decreto, marchou com suas tropas contra a província, obrigando-a a obedecer, e colocou Béarn e Navarra — outrora reino pessoal de seu pai — sob controle direto do rei. Os huguenotes não opuseram resistência imediata; mas em 1620, em sua Assembléia Geral — realizada em sua cidade mais forte, La Rochelle — exigiram a devolução das propriedades restituídas, afirmando que pertenciam mais ao povo que à Igreja; além disso, dividiram a França em oito "áreas" e, para cada uma delas, nomearam um administrador-chefe e um conselho incumbido de arrecadar impostos e formar tropas. Luís declarou que a França não toleraria tal Estado dentro do Estado. Em abril de 1621 dirigiu um exército — e seus generais, outros três — contra as cidadelas protestantes. Várias foram conquistadas exceto Montauban, governada por Henrique, duque de Rohan, que resistiu com êxito. Generais incompetentes permitiram que a guerra se arrastasse por um ano e meio. O tratado de paz de 9 de outubro de 1622 proibiu as assembléias protestantes; deixou, porém, Montauban e La Rochelle em mãos dos huguenotes. Durante essas campanhas, o duque de Luynes morreu (1621) e Richelieu subiu ao poder.

III. O CARDEAL E OS HUGUENOTES

Como pode um homem galgar as alturas? Naqueles dias, ser bem-nascido ajudava bastante. Armand Jean du Plessis de Richelieu tinha por mãe a filha de um advogado do Parlamento de Paris, e por pai o Seigneur de Richelieu, grande preboste da Casa Real no reinado de Henrique IV. A antiga família Poitou herdara o direito de recomendar ao rei os candidatos ao bispado de Luçon. Armand, com apenas 21 anos, foi indicado por Henrique (1606). Moço ainda, pois faltavam-lhe dois anos para poder assumir o episcopado, o jovem apressou-se a ir a Roma; mentiu acerca da idade e fez para Paulo V um discurso tão bonito em latim, que o papa entregou-lhe a diocese. *Fait accompli*, Richelieu confessou a mentira e pediu absolvição. O papa concedeu, observando: *Questo giovane sarà un gran furbo* ("Este jovem será um grande velhaco").[17]

O jovem bispo descreveu seu bispado como "o mais pobre e o mais desagradável" da França; mas, como havia algum dinheiro na família, teve logo sua carruagem e suas baixelas de prata. Não assumiu seu cargo como a uma sinecura; devotou-se assiduamente as suas obrigações, mas achou tempo para elogiar todas as pessoas influentes e mexer seus pauzinhos. Quando o clero de Poitou precisou eleger um delegado para os Estados Gerais (1614), Armand foi o escolhido. Nessa assembléia, seu rosto grave, sua alta e esbelta figura, sua capacidade para compreender as questões e apresentá-las de modo conveniente, impressionou a todos, especialmente a Maria de Médicis. Por intermédio dela e de Concini, Armand foi nomeado secretário de Estado (1616). Um ano depois, quando Concini foi morto, Richelieu perdeu seu posto. E após breve serviço junto à desterrada rainha-mãe, em Blois, ele regressou a Luçon. Maria tramou uma fuga; Richelieu foi acusado de cumplicidade; exilaram-no para Avignon (1618) e sua carreira política parecia terminada. Mesmo seus inimigos, porém, reconheceram-lhe a capacidade; e quando Maria fugiu por uma janela do castelo, à

noite, e juntou-se a uma força de aristocratas rebeldes, o duque de Luynes repôs o jovem bispo em suas funções e encarregou-o de trazer a rainha de volta à razão e ao rei. A missão foi coroada de êxito; Luís conseguiu-lhe o chapéu cardinalício e nomeou-o membro do Conselho de Estado. Evidenciaram-se logo a superioridade de espírito e vontade de Richelieu, e, em agosto de 1624, aos 39 anos de idade, tornou-se primeiro-ministro.

Nele o rei encontrou os recursos que lhe faltavam: inteligência objetiva, definição de propósitos, tenacidade em alcançar seus fins e flexibilidade nos meios empregados; e foi sábio o bastante para aceitar a orientação de Richelieu na tríplice tarefa de subjugar os huguenotes, os nobres e a Espanha. Em suas memórias, Richelieu observou reconhecidamente: "A capacidade de se deixar servir [de delegar autoridade] figura entre as principais qualidades de um grande rei."[18] Nem sempre Luís concordava com seu ministro; às vezes o censurava, invejava-o sempre e, vez ou outra, pensava em demiti-lo. Mas como poderia repelir um homem que o estava tornando absoluto na França e supremo na Europa, e estava arrecadando mais impostos que o próprio Sully?

O espírito do cardeal mostrou-se primeiramente no tratamento dispensado à religião. Aceitou, sem discussão, as doutrinas da Igreja, acrescentando-lhes algumas espantosas superstições para um intelecto tão brilhante. Mas desprezou a pretensão do partido dos "ultramontanos", que advogava a tese de que os papas tinham completo domínio sobre os reis; contrariando Roma, defendeu as "liberdades galicanas" da Igreja francesa; e, nas questões temporais, subordinou a Igreja ao Estado tão resolutamente quanto qualquer inglês. Baniu o padre Caussin que, como confessor real, interviera na política; nenhuma religião, em sua opinião, deveria mesclar-se com os negócios públicos. As alianças que fez para a França foram dirigidas, indiferentemente, a potências protestantes e católicas.

Aplicou firmemente seus princípios aos huguenotes que faziam política. A despeito da paz de 1622, eles haviam transformado virtualmente La Rochelle em cidade soberana, sob o governo de seus mercadores, ministros e generais. Desse porto estratégico, os mercadores exerciam seu comércio com o mundo, e navios piratas saíam para se apoderarem de qualquer presa ou barco, inclusive os da França; através desse porto, os huguenotes permitiam a entrada de qualquer inimigo da França. Luís também violara o tratado; prometera demolir Fort Louis, ameaça permanente à cidade; ao invés, fortificara-o e reunira, no porto de Le Blavet que lhe ficava próximo, uma pequena frota. Benjamim (irmão de Henrique) de Rohan, Seigneur de Soubise, comandando uma esquadra huguenote, capturou essa frota real e levou-a, em triunfo, para La Rochelle (1625). Richelieu organizou outra frota e um exército, e acompanhou o rei ao assédio da fortaleza huguenote.

Soubise conseguiu persuadir o duque de Buckingham a enviar uma armada de 120 navios para proteger a cidade. Ela chegou; mas sofreu tais danos por parte da artilharia dos fortes reais da ilha de Ré, que, desmoralizada, voltou para a Inglaterra (1627). Ao mesmo tempo, Richelieu, atuando como general para seu rei doente, conquistou toda a região vizinha a La Rochelle; faltava somente bloqueá-la por mar. Ordenou a seus engenheiros e soldados que construíssem um quebra-mar de pedras de um quilômetro e meio de comprimento, transversal ao porto, deixando uma abertura para

o movimento das marés. Estas eram tão fortes — elevavam-se e baixavam até aproximadamente quatro metros — que o empreendimento pareceu impraticável; cada noite, metade das pedras colocadas durante o dia era varrida pelas águas. O rei cansou-se dessa guerra sem derramamento de sangue e partiu para Paris; muitos cortesãos esperavam que demitisse Richelieu por não tomar a cidade de assalto. Mas o quebra-mar acabou sendo feito, e teve início o trabalho projetado. Metade da população de La Rochelle morreu de fome. Somente os mais ricos podiam obter um pouco de carne; pagavam 45 libras por um gato, duas mil por uma vaca. Jean Guiton, o prefeito da cidade, ameaçou matar com seu próprio punhal quem falasse em render-se. Contudo, após 13 meses de fome e doenças, a cidade, desesperada, capitulou (30 de outubro de 1628). Richelieu entrou nela a cavalo, seguido de soldados que, misericordiosamente, iam distribuindo pães.

Metade da França clamou pela extinção total dos huguenotes. Esgotados, eles só podiam orar. Richelieu surpreendeu-os com propostas de paz que, aos católicos, pareceram excessivamente complacentes. La Rochelle perdeu sua independência municipal, seus fortes e suas muralhas, mas as pessoas e as propriedades foram poupadas; permitiram-se às tropas huguenotes sobreviventes partirem com suas armas, e garantiu-se o livre exercício dos cultos protestante e católico na cidade. Outras cidades huguenotes, rendendo-se, receberam tratamento similar. As propriedades católicas tomadas pelos protestantes tiveram de ser devolvidas, mas os pastores protestantes, temporariamente desabrigados, foram compensados pelo Estado com um subsídio de 200.000 libras e, do mesmo modo que o clero católico, foram isentados do tributo *per capita* ou *taille*.[19] Concedeu-se anistia geral a todos os que participaram da rebelião. O Edito da Graça (28 de junho de 1629), de Richelieu, confirmou em toda a essência o Edito de Nantes, de Henrique IV. Foram franqueadas a todos, independentemente do credo professado, posições no exército, na marinha e no funcionalismo civil. A Europa surpreendeu-se ao ver católicos franceses seguirem e honrarem generais protestantes, tais como Turenne, Schomberg e Henrique de Rohan. "A partir desse tempo" — declarou Richelieu — "as diferenças de religião jamais me impediram de prestar aos huguenotes toda sorte de bons serviços."[20] Com uma sabedoria que tragicamente faltou a Luís XIV, o grande cardeal reconheceu — como Colbert também reconheceria — o imenso valor econômico representado para a França pelos huguenotes. Eles renunciaram à revolta, entregaram-se pacificamente ao comércio e à indústria e prosperaram como nunca antes.

IV. O CARDEAL E OS NOBRES

O cardeal Richelieu procedeu, com igual resolução e menos complacência, contra os nobres que ainda consideravam a França vários estados e não um só. O feudalismo ainda continuava vivo. Lutara nas guerras religiosas pelo controle do governo central. Os grandes nobres possuíam ainda seus castelos fortificados, suas forças armadas, mantinham suas guerras particulares, suas próprias cortes, e seus oficiais de justiça; sujeitavam ainda o campesinato, e cobravam pesadíssimos tributos para permitirem a passagem de mercadorias em seus domínios. A França, desmembrada pelo feudalismo e pela religião, não era ainda uma nação; não passava de uma assembléia instável e

agitada de barões orgulhosos e semi-independentes que podiam, a qualquer momento, quebrar a paz e desorganizar a economia do Estado. A maioria das províncias era governada por duques ou condes que se arrogavam o direito de governá-las para sempre e de legar esse direito aos filhos.

Parecia a Richelieu que a única alternativa praticável a esse caos enfraquecedor era centralizar a autoridade e o poder na pessoa do rei. É de se imaginar que tivesse trabalhado arduamente para equilibrar a situação ao restabelecer, até certo ponto, a autonomia municipal. Não pôde, contudo, restabelecer a comuna medieval, que se apoiara nas guildas e em uma economia local bem protegida; a passagem de uma cidade para um mercado nacional minara as guildas e as comunas, exigindo legislação mais central que local.* A espíritos imobilizados na perspectiva de hoje, aquele absolutismo do rei, desejado por Richelieu, nada mais é que um despotismo reacionário; do ponto de vista da história e da grande maioria dos franceses do século XVII, era um progresso libertador da tirania feudal em direção a um governo unificado. A França não estava madura para a democracia; a maior parte de sua população era mal alimentada, mal vestida, analfabeta, supersticiosa e sanguinária em suas convicções. As cidades eram controladas por homens de negócio que não pensavam em outros termos que não lucros ou perdas, e esses homens, dificultados em todos os passos pelos privilégios feudais, não se achavam dispostos a unir-se a pessoas menos nobres, como na Inglaterra, para criar um parlamento que controlasse o poder real. Os *parlaments* franceses não eram representativos nem legislativos; eram tribunais superiores, alimentados e apoiados por precedentes jurídicos; com seus membros não sendo eleitos pelo povo, tornaram-se cidadelas do conservantismo. A classe média, os artesãos e os camponeses aprovaram o absolutismo do rei como a única proteção que puderam encontrar contra o absolutismo dos senhores feudais.

Em 1626, em nome do rei, Richelieu expediu um edito que atingiu a própria base do feudalismo: ordenou a destruição de todas as fortalezas, exceto as das fronteiras, e proibiu que no futuro se fortificassem habitações particulares. Nesse mesmo ano (tendo seu irmão mais velho morrido em um duelo) tornou esta prática um crime capital; e quando Montmorency-Bouteville e o conde des Chapelles duelaram, não obstante a proibição, condenou-os à morte. Ele mesmo confessou que essa resolução lhe "acabrunhou muito o espírito", mas declarou a seu soberano: "É uma questão de fazer valer os duelos ou os editos de Vossa Majestade."[21] Os nobres juraram vingar-se e tramaram a queda do ministro.

Acharam um ardente aliado na pessoa da rainha-mãe. Outrora protetora de Richelieu, passara a odiá-lo quando o viu opor-se a sua política. Quando Luís caiu gravemente enfermo (julho de 1630), ela e a rainha trataram dele, fizeram com que recuperasse um pouco a saúde e pediram, como recompensa, a cabeça do cardeal. Em seu próprio palácio — o de Luxemburgo — Maria de Médicis, julgando Richelieu longe, reiterou veementemente o pedido, dando ao caso caráter urgente e propondo para substituí-lo no cargo Michel de Marillac, guardião dos selos. Richelieu, vindo por uma passagem secreta, entrou na sala sem se anunciar e enfrentou a rainha-mãe; esta confessou que dissera ao rei que ela ou ele, Richelieu, devia sair. O atormentado rei retirou-

* Um processo semelhante enfraqueceu os "direitos dos estados" nos Estados Unidos da América, no século XX.

se e partiu a cavalo para seu pavilhão de caça em Versalhes. Os cortesãos reuniram-se em torno de Maria, rejubilando-se com sua desejada vitória. Mas Luís mandou chamar Richelieu, confirmou-o no cargo de primeiro-ministro, assegurou-lhe seu apoio e assinou uma ordem para que se prendesse Marillac. Aquela "Jornada dos Tolos" — *Journée des Dupes* (10 de novembro de 1630) — lançou os nobres conspiradores em furiosa confusão. Poupou-se a vida de Marillac, mas seu irmão mais moço, um marechal da França, foi mais tarde denunciado por crime de peculato e, quase sumariamente, condenado à morte (1632). Luís ordenou a sua mãe que se retirasse para seu *château* em Moulins e se afastasse da política. Ao invés, ela fugiu para Flandres (1631), formou uma corte no exílio, em Bruxelas, e continuou a trabalhar para a queda de Richelieu. Ela jamais tornou a ver o rei.

Seu outro filho, Monsieur Gastão, duque de Orléans, levantou um exército na Lorena e dirigiu-o, em franca rebelião, contra o irmão (1632). A ele se juntaram vários nobres, entre eles o mais nobre de França: Henrique, duque de Montmorency, governador do Languedoc. Milhares de aristocratas uniram-se aos revoltosos. Nas proximidades de Castelnaudary (1º de setembro), Montmorency — de 37 anos — combateu contra as forças que Richelieu enviou contra ele. Lutou até cair com 17 ferimentos; seu exército e o de Gastão, ricos em nobres mas pobres em disciplina, desmantelaram-se ante o ataque, e Montmorency foi capturado. Gastão rendeu-se e, como preço do perdão, mencionou os nomes de seus cúmplices. Luís ordenou ao Parlamento de Toulouse que julgasse Montmorency por crime de traição; o veredicto foi a morte. O último dos duques de Montmorency morreu sem temor e sem queixa, dizendo: "Considero esse decreto da justiça do rei um decreto da misericórdia de Deus."[22] A maioria dos franceses reprovou no rei e no cardeal a cruel severidade; Luís respondeu: "Eu não seria rei se tivesse os sentimentos das pessoas comuns"; e Richelieu defendeu a execução como uma advertência necessária à aristocracia, qual a de que ela também estava sujeita às leis. "Nada sustenta tanto as leis" — disse — "como a punição de pessoas cuja posição é tão notável quanto seu crime."[23]

Restavam ainda dois obstáculos que impediam a supremacia de Richelieu: os governadores e os *parlements*. Ressentindo-se com a perda das rendas provinciais, em vista da administração corrupta e da incompetência dos governadores fidalgos, dos magistrados burgueses ou da pequena nobreza, o cardeal enviou "intendentes" para cada distrito, com a tarefa de supervisionar a administração das finanças e da justiça, e a execução das leis. Tais intendentes do rei tornaram-se mais importantes que os funcionários locais, quaisquer que fossem suas posições; a autonomia local entrou em declínio e subiram a eficiência e a arrecadação de impostos. Antecipado, de certo modo, por Henrique IV, suprimido pelos nobres na Fronda, consolidado por Luís XIV e adaptado por Napoleão, esse sistema de intendentes tornou-se a principal característica da burocracia controlada pelo governo central, que dali por diante passou a reger as leis da França.

O Parlamento de Paris julgou oportuno, sob o governo de uma monarquia fraca, estender suas funções de registro e interpretação das leis para um papel de conselho consultivo do rei. Richelieu não tolerou essa rivalidade com seu Conselho de Estado; provavelmente incitado, por ele e ante suas espertas explicações, Luís convocou os lí-

deres do Parlamento e disse-lhes: "Vós estais constituídos somente para dar seu julgamento; se continuardes a agir como o fazeis presentemente, cortar-vos-ei de tal maneira as asas que vos arrependereis."[24] O Parlamento de Paris capitulou, e os *parlements* provinciais seguiram-lhe o exemplo. Mesmo suas funções tradicionais foram reduzidas; Richelieu criou "comissões extraordinárias" para julgarem casos especiais. A França tornou-se um Estado policial; os espiões do cardeal estavam em toda parte, até nos salões; *lettres de cachet* (ordens secretas) passaram a ser instrumento freqüente do governo. Richelieu era agora, de fato, o rei de França.

V. O CARDEAL SUPREMO

Com esses poderes concentrados em suas mãos, Richelieu fez tudo pela França e pouco pelo povo. Considerava a França um poder e não a soma dos indivíduos vivos; não idealizava o homem comum e, provavelmente, achava *dulce et decorum* que tais homens devessem morrer pelo país; e ele os sacrificaria para proteger a futura França contra o cerco dos Habsburgos. Trabalhava até altas horas da madrugada nos negócios do Estado, quase sempre nos relacionados à política estrangeira. Não dispunha de tempo para implementar a economia, salvo para desentocar os sonegadores de impostos e canalizar rendas e "notícias" para Paris com menos dificuldades no caminho. Organizou, em 1627, um serviço público postal.

Os impostos eram ainda arrecadados por financistas, aos quais havia sido "arrendado" o serviço; esses homens exigiam o dobro, às vezes o triplo, da importância que transmitiam ao governo. A nobreza e o clero estavam isentos dos impostos mais importantes; negociantes espertos e funcionários enriquecidos achavam meios de ludibriar ou apaziguar os coletores; havia cidades que pagavam uma pequena contribuição para escapar à tributação *per capita*; o peso dos impostos recaía sobre o campesinato; Richelieu empobrecia-o, com suas sangrias, para fazer da França a mais forte potência da cristandade. À semelhança de Henrique IV, preferia conquistar os inimigos com dinheiro a fazê-lo com derramamento de sangue; muitos tratados, com os quais evitava guerras, incluíam subsídios a aliados e *douceurs* a adversários potenciais. Ocasiões houve em que, desesperado por dinheiro, adiantou do seu ao tesouro; contratou certa vez um alquimista para fabricar ouro.[25] A tributação e a *corvée* do Estado — trabalho não-remunerado nas estradas — cooperaram com as secas, a fome, as pestes e as pilhagens da soldadesca para levar os camponeses quase ao suicídio; vários deles mataram suas famílias e a si mesmos; mães famintas mataram os filhos para comê-los (1639).[26] Em 1634, segundo um relatório provavelmente exagerado, uma quarta parte da população de Paris vivia na mendicância.[27] Vez ou outra, os pobres revoltavam-se e eram impiedosamente esmagados.

Richelieu serviu-se dos impostos para formar exércitos e uma marinha; o direito não se fazia ouvir a menos que falasse pela boca dos canhões. Tendo comprado o cargo de grande-almirante, desempenhou resolutamente suas funções. Reparou e fortificou os portos, criou arsenais e depósitos de provisões nos portos, construiu 85 navios, fundou escolas de pilotagem e preparou regimentos de marinheiros. Criou 100 regimentos de infantaria e 300 de cavalaria; restabeleceu a disciplina no exército; falhou apenas em seus esforços no sentido de banir as prostitutas. Com o armamento revitalizado, enfrentou o caos legado pela regência de Maria de Médicis nas relações estran-

geiras. Assim, Richelieu retomou a política de Henrique IV e dirigiu todas as suas forças para um só alvo: a libertação da França do cerco poderoso dos Habsburgos nos Países Baixos, Áustria, Itália e Espanha.

Maria aliara a França à Espanha — o que na opinião de Richelieu significava a sujeição ao inimigo e o afastamento daqueles a quem Henrique IV confiava como amigos: os ingleses, os holandeses e os protestantes da Alemanha. Com o penetrante olhar estratégico de um general, Richelieu viu nos desfiladeiros da Valtellina, que ligavam a Áustria à Itália espanhola, a chave para a união do poder da Espanha com o império na troca de abastecimentos e tropas. Durante 12 anos lutou para conquistar esses desfiladeiros; suas guerras contra os huguenotes e os nobres privaram-no de atingir tal objetivo; mas conseguiu com a diplomacia muito mais do que perdera com a guerra. Conquistou a fiel colaboração de François Le Clerc du Tremblay, que adotara o nome de José ao tornar-se monge capuchinho; o "Frei José" era enviado a toda parte em delicadas missões diplomáticas, cumprindo-as com tanta habilidade, que a França começou a associar o monge de manto cinzento — a quem chamava *Éminence Grise* — ao purpurado Richelieu — a *Éminence Rouge*. Assim auxiliado, o cardeal jurou "provar ao mundo que a época da Espanha estava passando, e que a época da França havia chegado".[28]

Em 1629, o conflito histórico que se travava na Alemanha parecia próximo do fim com a completa vitória do católico imperador Habsburgo sobre os príncipes protestantes. Richelieu, com dinheiro, inverteu as posições. Assinou (1631) com Gustavo Adolfo um tratado pelo qual o viril rei da Suécia, auxiliado por um milhão de libras que a França lhe daria anualmente, invadiria a Alemanha para salvar os estados protestantes. Os ultramontanos da França acusaram o ministro de traidor da fé; ele retrucou que a neutralidade é que seria uma traição à França. Quando Gustavo Adolfo morreu, por ocasião da vitória de Lützen (1632), e a maioria dos príncipes alemães capitulou ao imperador, Richelieu entrou ativamente na guerra. Ampliou os exércitos franceses de 12.000 (em 1621) para 150.000 homens, em 1638; auxiliou a revolta dos catalães na Espanha; sua diplomacia deu-lhe o domínio sobre Trier, Coblenz, Colmar, Mannheim e Basiléia; suas tropas conquistaram a Lorena e forçaram o caminho, através da Savóia, até Milão, centro do poderio espanhol no norte da Itália.

Depois a roda da fortuna mudou de direção, e todas essas vitórias pareceram destituídas de importância. Em julho e agosto de 1636, uma poderosa força de tropas espanholas e imperiais atravessou os Países Baixos e entrou na França, conquistou Aix-la-Chapelle (Aachen) e Corbie, avançou rumo a Amiens e levou a desolação aos verdes vales do Somme e do Oise. Os exércitos de Richelieu estavam muito distantes; a estrada para Paris encontrava-se aberta e indefesa ante o inimigo. A rainha-mãe em Bruxelas, a rainha em St.-Germain e seu partido pró-Espanha na França exultavam e contavam os dias esperando a queda do cardeal. Em Paris, o povo enfurecido aglomerava-se nas ruas, exigindo sua morte. Mas quando ele apareceu no meio deles, aparentemente calmo, em seu majestoso cavalo, ninguém ousou tocá-lo e muitos rogaram a Deus para que lhe desse forças para salvar a França. Demonstrou, então, não só sua coragem como sua previdência e operosidade: há muito organizara os cidadãos de Paris transformando-os em uma milícia da reserva; armazenara armas e materiais para eles; agora estimulava-os ardorosamente, e eles responderam a seu chamado; o

Parlamento de Paris, as corporações e as guildas votaram os fundos necessários; em poucos dias um novo exército pôs-se em marcha e sitiou Corbie. Gastão de Orléans, no comando, desperdiçou tempo; Richelieu dirigiu-se para lá, assumiu o comando das tropas e ordenou o assalto. No dia 14 de novembro, Corbie foi conquistada, e as tropas dos Habsburgos retiraram-se para os Países Baixos.

Em 1638, Bernhard de Saxe-Weimar, chefiando um exército alemão financiado por Richelieu, tomou Elsass (Alsácia); morrendo um ano depois, legou-a à França; Elsass e Lothringen tornaram-se a Alsácia-Lorena que, então, passou a ser francesa. Em 1640, Arras foi conquistada. Em 1642, uma força sob o comando do rei e do cardeal tomou Perpignan, e a província circunvizinha de Roussillon foi desligada da Espanha. Richelieu parecia agora organizar vitórias em toda parte.

Os irreconciliáveis nobres, a facção espanhola da corte e as damas de alta linhagem fizeram com suas intrigas um último esforço para derrubar o ministro. Em 1632, após servir durante muito tempo o cardeal na diplomacia e na guerra, o marquês de Effiat morreu, deixando uma viúva e um belo filho de 12 anos, Henri Coiffier de Ruzé, marquês de Cinq-Mars. Richelieu tomou o jovem sob sua proteção e apresentou-o ao rei; talvez pensasse, com esse brinquedo, desviar Luís de Mlle. de Hautefort, que figurava entre as *intriguantes*. Foi o que transpirou. O rei, encantado com a aparência, o espírito e a insolência do rapazinho, fê-lo estribeiro-mor e pediu-lhe para compartilhar do leito real.[29] Mas Cinq-Mars, ao atingir a maturidade aos 21 anos, preferiu a bela cortesã Marion Delorme e a glorificada Maria de Gonzague, futura rainha da Polônia, então uma das mais encantadoras inimigas do cardeal. Provavelmente por sugestão dela e inflamado por suas retiradas estratégicas, o jovem insistiu junto a Luís para que o deixasse ingressar no Conselho Real e lhe desse um comando no exército. Como Richelieu não aprovasse essas propostas, Cinq-Mars pediu ao rei que demitisse o ministro. Ao ser-lhe isso recusado, uniu-se a Gastão de Orléans, ao duque de Bouillon e a outros, numa conspiração que objetivava entregar Sedan a um exército espanhol; com esse exército atrás de si, os conspiradores entrariam em Paris e se apoderariam do rei; Gastão prometeu providenciar o assassinato do cardeal em sua marcha para Perpignam. Jacques Auguste de Thou, amigo de Cinq-Mars, solicitou a cooperação da rainha. Ana da Áustria, porém, que aguardava para breve a morte de Luís e sua ascensão ao poder como regente, enviou um aviso ao cardeal fazendo referência à trama. Ele deu a entender que possuía uma cópia do acordo feito com a Espanha; Gastão, acreditando nisso, confirmou a existência da conspiração e, como sempre acontecia, denunciou seus companheiros. Cinq-Mars, de Thou e Bouillon foram presos; Bouillon, como preço do perdão, ratificou a confissão de Gastão. Os dois jovens, julgados por um tribunal em Lyon, foram condenados por unanimidade, e dignificaram sua traição com morte estóica. O rei apressou-se a voltar para Paris a fim de defender seu poder. Richelieu, gravemente enfermo, foi transportado em liteira através de uma França que agonizava com suas vitórias e clamava pela paz.

VI. EPITÁFIO

Qual a aparência desse cardeal que quase não era cristão, desse grande homem que julgava não poder permitir-se a si mesmo ser bom? Philippe de Champaigne registrou-o

para os séculos em um dos mais célebres quadros a óleo existentes no Louvre: a alta figura poupada da absurdidade pela indumentária, a autoridade conferida pelo manto vermelho e pelo chapéu cardinalício, posando como se estivesse em um pleito forense, proclamando sua nobreza nas feições definidas e mãos delicadas, desafiando os inimigos com seus olhos penetrantes, mas pálido com os anos de trabalho exaustivo e com a expressão entristecida pela consciência da passagem inexorável do tempo. Eis a força temporal cruzada com o ascetismo do espírito dedicado.

Ele teve que ser forte para evitar que seus erros prejudicassem seus objetivos. Começou sua carreira na corte com insinuante humildade, da qual se desfez depois com um orgulho que admitia somente um superior a ele. Certa vez, quando a rainha fez-lhe uma visita, não se levantou — descortesia permitida somente ao rei. Era (como muitos de nós) vaidoso de sua aparência, ávido de títulos, suscetível a críticas e ansioso por popularidade. Invejava Corneille e desejava ser, também, conhecido como dramaturgo e poeta; na verdade, escrevia em excelente prosa, como demonstram suas memórias. Com a mesma presteza de Wolsey, harmonizava sua obediência à religião de Cristo com uma cautelosa atenção a Mammon. Recusava subornos e não recebia honorários, mas apropriava-se da renda de muitos benefícios eclesiásticos alegando a necessidade de financiar sua política. Como Wolsey, construiu para si tão esplendoroso palácio que, antes de morrer, achou prudente dá-lo de presente ao delfim; assim, o Palais Cardinal tornou-se Palais Royal; supomos que tenha sido construído mais para pessoal administrativo e recepções diplomáticas do que para satisfação de uma extravagância pessoal. Não era sovina; enriqueceu os parentes e soube ser generoso com o dinheiro do Estado. Legou metade de sua fortuna pessoal ao rei, aconselhando-o a usá-la "nas ocasiões em que não possais suportar a demora dos arranjos financeiros".[30]

O que pode parecer insensível crueldade de sua parte, para ele era apenas uma necessidade de governo: tinha por certo que os homens — seguramente os estados — não podiam ser governados pela bondade; tinham de ser intimidados pela severidade. Amava a França, mas os franceses deixavam-no frio. Concordava com Cosimo de' Medici em que um estado não pode ser governado com padres-nossos, e também com Maquiavel em que a moral de Cristo seguramente não pode ser seguida ao se dirigir ou preservar uma nação. "Nunca é cedo para um cristão perdoar uma ofensa, mas nunca é cedo, também, para um governante puni-la quando se trata de crime contra o Estado... Sem essa virtude [da severidade] — que se torna mercê enquanto a punição de um só culpado impedir que mil a esqueçam — os estados não podem sobreviver" — escreveu.[31] Foi Richelieu quem deu curso à expressão *raison d'état*, isto é, o código moral deve ceder às razões de Estado.[32] Parece que jamais duvidou de que sua política estivesse identificada com as necessidades da França; daí ter ele perseguido seus inimigos pessoais com a mesma firmeza com que punia os adversários do rei.

Em seu castelo e no *front* diplomático era humano, desejava ter amigos e sentia a solidão dos glorificados. Tallemant, nas suas mexeriqueiras *Historiettes*, quis que acreditássemos que Richelieu tentou fazer de Maria de Médicis, 20 anos mais velha que ele, sua amante;[33] isso é muitíssimo improvável. Há outras lendas sobre os amores secretos do cardeal, até mesmo com Ninon de Lenclos; não teriam sido violados os costumes da época se o atormentado estadista se tivesse consolado com certos des-

vios. Tudo que sabemos, claramente, sobre suas afeições, é que era profundamente apegado a sua sobrinha Marie Madeleina de Combalet. Tornando-se viúva logo após o casamento, ela desejou entrar para um convento, mas Richelieu persuadiu o papa a impedi-la; manteve-a junto a si para dirigir sua casa, e dela recebeu uma devoção mais intensa que de muitos amores. Ela se vestia como uma freira e ocultava seus cabelos. Richelieu conduzia-se para com ela com toda a correção, mas as rainhas recusaram à sobrinha do cardeal o benefício de alguma dúvida e espalharam comentários maldosos que se constituíram em mais uma ferroada no primeiro-ministro. Ele "não teve amor por homem ou mulher", e ambos se vingaram.

Acima de tudo ele teve força de vontade. Poucas vidas, em toda a história, têm-se mostrado tão uniformes em seus objetivos, tão persistentes em alcançá-los; as leis da mecânica não poderiam ser mais constantes. Devemos admirar sua devoção as suas tarefas, o desgaste de si mesmo durante anos de trabalho e noites sem sono. Dedicava esse labor àqueles que podiam dormir sem temor sob a proteção de suas horas de vigília. Devemos reconhecer nele uma coragem inaudita ao enfrentar nobres poderosos e mulheres intrigantes, mantendo-os à distância, matando-os, não se intimidando em meio às freqüentes maquinações contra sua vida. Arriscou inúmeras vezes sua cabeça em função de suas políticas.

Raramente sentia-se bem. Tendo contraído uma febre nos pântanos de Poitou, estava sujeito a constantes dores de cabeça, que, às vezes, duravam vários dias. Não é improvável que seu sistema nervoso fosse geneticamente fraco ou congenitamente prejudicado; uma irmã era retardada, um irmão esteve louco durante certo tempo, e, na corte, dizia-se que ele mesmo tinha ataques epilépticos e alucinações.[34] Sofria de hemorróidas, furúnculos e de uma doença na bexiga; como no caso de Napoleão, suas crises políticas complicavam-se, vez ou outra, em virtude de sua impossibilidade de urinar.[35] Mais de uma vez suas doenças levaram-no a pensar em aposentar-se; mas, prisioneiro de sua própria vontade, reanimava-se e continuava a lutar.

Só poderemos julgar bem o Cardeal Richelieu se o encararmos no todo, inclusive pelas características que adquirirão forma à medida que prosseguirmos. Foi um pioneiro da tolerância religiosa. Homem de vasta e sensível cultura: conhecedor de música, perspicaz colecionador de arte, amante do drama e da poesia, amigo e protetor dos homens de letras, fundador da Academia Francesa. Mas a história lembra-se dele principalmente como o homem que libertou a França do domínio espanhol resultante das Guerras Religiosas que, com a Liga, tornaram a França quase um Estado-vassalo da Espanha. Realizou o que Francisco I e Henrique IV mais desejaram e não conseguiram realizar: romper o *cordon strangulaire* com o qual as forças dos Habsburgos cercaram a França. Páginas posteriores exporão mais pormenorizadamente a previdência e a estratégia com que ele decidiu a Guerra dos Trinta Anos, salvou o protestantismo alemão como aliado da França católica e tornou possível a Mazarino moldar a construtiva Paz de Vestfália. Para a própria França criou a união e a força a expensas de uma ditadura e de um absolutismo real que geraram a seu tempo a Revolução. Se é dever primarcial de um estadista tornar seu povo feliz e livre, a Richelieu não foi facultado satisfazer esse objetivo; o cardeal de Retz — juiz arguto, mas não imparcial — condenou-o por haver "criado a mais escandalosa e a mais perigosa tirania que talvez tenha escravizado um Estado".[36] Richelieu teria respondido que ao estadista cabe

considerar a felicidade e a liberdade das futuras gerações, bem como as de sua própria geração, tornar forte o seu país, para defendê-lo contra a invasão ou o domínio estrangeiros e, para esse fim, sacrificar a geração presente a fim de garantir a segurança das seguintes. Nesse sentido Olivares, o rival espanhol de Richelieu, classificou-o como "o ministro mais capaz que a cristandade possuiu nestes últimos mil anos";[37] Chesterfield considerou-o "o estadista mais capaz de seu tempo e, talvez, de qualquer tempo".[38]

Seu regresso da vitória final em Roussillon foi o cortejo fúnebre de um homem ainda vivo. De Tarascon a Lyon serviu-se de uma chata, no Ródano; permaneceu em Lyon até Cinq-Mars e de Thou serem julgados e mortos; depois, enfraquecido com as dores provocadas por uma fístula anal, fez-se transportar para Paris em uma liteira carregada por 24 homens da sua guarda pessoal, grande bastante para conter uma cama para ele, que estava à morte, uma mesa, uma cadeira e um secretário para tomar ditado de mensagens diplomáticas e ordens para o exército. A morte o acompanhou durante as seis semanas de percurso; e o povo aglomerava-se ao longo da estrada para ver, mesmo de relance, o homem a quem não podia dar sua afeição e que, no entanto, temia, respeitava e reverenciava como a majestosa encarnação da Igreja e do Estado, o vigário de Deus e do rei. Chegando a Paris, levaram-no para o palácio ainda na liteira. Enviou seu pedido de demissão ao soberano, que recusou aceitá-lo. Luís postou-se a sua cabeceira, cuidou dele, alimentou-o e perguntava a si mesmo o que faria se aquela encarnação da vontade cessasse de existir. O confessor de Richelieu, ministrando-lhe os últimos sacramentos, perguntou-lhe se perdoara seus inimigos; Richelieu respondeu que jamais os tivera, salvo os inimigos da França. Após um dia de coma, morreu — 4 de dezembro de 1642 — com a idade de 57 anos. O rei decretou toda uma semana para as cerimônias fúnebres; durante um dia e meio o povo desfilou diante de seu cadáver. Em muitas províncias, entretanto, o povo acendeu fogueiras, satisfeito por aquele cardeal de ferro estar morto.[39]

Richelieu continuou, durante certo tempo, a governar a França. Recomendara Jules Mazarin para seu sucessor no cargo de ministro; Luís atendeu à recomendação. Richelieu deixou 10 volumes de memórias, neles registrando as atividades do Estado como se não tivessem sido executadas por ele e sim pelo rei. Nos seus últimos anos dedicara a Luís um *Testament politique*, "a fim de servir, depois de minha morte, à administração e ao governo de vosso reino". Nele, em meio a algumas trivialidades, encontram-se máximas precisas e expressivas sobre a arte de governar, em estilo que rivaliza com qualquer outro trabalho em prosa da época. Aconselha o rei a evitar a guerra, como coisa para a qual Sua Majestade não tinha, por sua própria natureza, aptidão. "É mais vantajoso e mais glorioso reconciliar-se com uma dúzia de inimigos do que arruinar um só."[40] Além disso — confidenciou — os franceses não foram feitos para a guerra; no começo, são ardor e bravura, mas faltam-lhes paciência e *flegme* para aguardar o momento propício; à medida que passa o tempo, "perdem o interesse e tornam-se indulgentes até a um ponto em que se mostram inferiores às mulheres".[41] Um rei, como um general, deve ter uma coragem máscula, capaz de resistir às inclinações emocionais. Não deve dar à mulher o direito de opinar no governo, pois ela segue mais suas disposições de espírito e paixões que sua razão.[42] De qualquer modo, a aptidão

intelectual é imprópria em uma mulher; "nunca vi uma mulher de muita cultura não se arruinar em função de seus conhecimentos".[43] As mulheres não sabem guardar segredo, e "o sigilo é a alma da diplomacia".[44] "O estadista prudente deve falar pouco e ouvir muito."[45] Deve ficar alerta para não ofender com alguma palavra descuidada; não deve falar mal de ninguém, a menos que o interesse do estado o exija.[46] O rei deve possuir "um conhecimento geral da história e da constituição de todos os Estados, especialmente do seu".[47] E o autor solicita certa compreensão para seu ministério e seu caráter: "Os grandes homens, nomeados para governar estados, semelham aqueles que são condenados à câmara de torturas, apenas com uma diferença; estes últimos recebem a punição pelos seus crimes, aqueles pelos seus méritos."[48]

O rei sobreviveu a Richelieu pelo espaço de cinco meses. O breve governo de Luís foi gratamente lembrado, pois libertou os prisioneiros políticos, tolerou o regresso dos exilados e permitiu que a França respirasse. Queixou-se de o cardeal não lhe ter permitido agir como desejava. Sua mãe morrera alguns meses antes de Richelieu; Luís mandou trazer seus despojos de Colônia e deu-lhes um sepultamento pomposo; em seus últimos momentos, rogou constantemente a Deus e aos homens que perdoassem a rispidez com que a tratara.

Sentia-se definhar, mas rejubilava-se com o vigor e a beleza de seu filho de 4 anos. "Como é o seu nome?" — perguntava-lhe brincando o rei — "Luís XIV" — respondia o menino. — "Ainda não, meu filho, ainda não" — dizia-lhe o rei sorrindo. Pediu à corte que aceitasse a rainha como regente até que o filho se tornasse maior. Quando lhe foi dito que a morte estava próxima, disse: "Nesse caso, meu Deus, conformo-me de todo o coração."[49] Morreu no dia 14 de maio de 1643, aos 41 anos. "O povo compareceu a seus funerais como quem fosse a um casamento" — relatou Tallement — "e apareceu diante da rainha como se fosse assistir a um torneio."[50] O terrível cardeal preparara tudo para *le grand monarque* e *le grand siècle*.

CAPÍTULO XVI

A França sob as Guerras

1559-1643

I. MORALIDADE

A RELIGIÃO, cujas variações proporcionaram capciosas desculpas para tantas guerras, começava a sofrer as conseqüências de seu envolvimento com a política; havia um crescente número de homens que duvidavam da santidade de doutrinas que argumentavam através de um competitivo derramamento de sangue; e, nas classes superiores, as dúvidas sobre a moral cristã começaram a mesclar-se com o ceticismo em relação ao credo. Foi um verdadeiro sinal dos tempos quando um bom sacerdote, Pierre Charron, explicou a respeitabilidade do sexo e seu absurdo aparato.[1]

Os camponeses conservavam sua fé e honravam o código cristão mesmo quando o violavam; talvez matassem uns aos outros durante uma loucura passageira e divergissem da monogamia quando se lhes oferecia uma oportunidade e não havia vigilância, mas, fora isso, levavam uma vida toleravelmente decente, assistiam à missa com regularidade, e, pelo menos uma vez ao ano, recebiam o corpo e o sangue do Senhor. A classe média — católica ou huguenote — dava melhor exemplo de moral cristã: trajava-se modestamente, casava-se uma vez, cuidava de seus negócios e de seus filhos, ia à igreja e dava ao Estado seus sacerdotes, médicos, advogados, magistrados e estabilidade. Mesmo na aristocracia, havia mulheres exemplares; Carlos IX proclamava sua esposa, Isabel da Áustria, a mulher mais virtuosa do mundo. Mas, em geral, nas classes ociosas da capital e na dos artesãos das cidades, as questões eróticas estavam se tornando incontroláveis. Era uma época de franca atração pelos atributos físicos. Algo do amor platônico, que divertira Bembo e Castiglione, na Itália, e Margarida de Navarra, na França, sobreviveu no círculo de Mme. de Rambouillet (ela mesma uma italiana), era porém mais um artifício feminino, uma resistência em profundidade a fim de glorificar a cidadela.

Tanto quanto sabemos, Catarina de Médicis foi esposa fiel e mãe solícita, mas os mexericos acusavam-na de preparar mulheres bonitas para seduzirem seus inimigos e torná-los dóceis,[2] e Jeanne d'Albret (mulher um tanto puritana) descreveu a corte de Catarina como "a mais corrupta e a mais execrável sociedade que até então houvera".[3] Brantôme era um maledicente, mas seu testemunho deve entrar em cena:

> Quanto a nossas belas mulheres da França... aprenderam, nestes últimos 50 anos, a ser tão meigas e delicadas, a atrair com suas vestes encantadoras, suas belas feições e maneiras maliciosas... que agora ninguém pode negar que elas superam todas as outras mulheres em todos os aspectos. Além disso, a travessa linguagem do amor é na França mais caprichosa, mais excitante e de sonoridade mais doce do que em outras línguas. E, mais que tudo isso, essa abençoada liberdade que temos na França... torna nossas mulheres mais desejáveis e cativantes, mais tratáveis e fáceis de acesso do que todas as outras; ainda mais, geralmente não se pune tanto o adultério como em outros países... Resumindo: é bom amar em França.[4]

Os reis ditavam a moda. Francisco II morreu cedo demais para pecar. Carlos IX teve sua Marie Touchet. Henrique III passou das *mignonettes* para os *mignons*. Henrique IV era heterossexual convicto. Nem ele nem sua amante Gabrielle d'Estrées ao que parece puseram objeção a que ela fosse pintada nua até à cintura.[5] Quando sua filha Henrietta Maria da França, de 17 anos, casou-se com Carlos I, tivera antes tantas ligações que seu confessor aconselhou-a a tomar Madalena como modelo e a Inglaterra como penitência.[6]

Mesmo assim, a complacência das mulheres ficava muito aquém da fogosidade dos homens, e as prostitutas trabalhavam arduamente para satisfazer a crescente procura. Paris conhecia três tipos delas: a *chèvre coiffée* (cabra penteada) para a corte, a *petrel* (pássaro chilreador) para a burguesia e a *pierreuse*, que servia os pobres e morava em porões de chão de pedra. Havia as meretrizes cultas para os aristocratas, como Marion Delorme que, ao morrer, confessou-se 10 vezes porque, após cada confissão, se lembrava de pecados que esquecera de contar.[7] Carlos IX e Henrique III expediram editos colocando os bordéis fora da lei, e uma ordenação de Luís XIII (1635) exigia que todas as prostitutas detidas deviam ser "chicoteadas, ter seus cabelos raspados e desterradas", e que todos os homens relacionados a esse comércio deviam ser enviados às galés para sempre.[8] Vários homens, inclusive Montaigne e um clérigo huguenote, protestaram contra tais medidas e advogaram a legalização dos bordéis a bem dos interesses da moral pública.[9] Essas leis permaneceram nos códigos até fins do século XVIII, mas raramente eram aplicadas. Outros decretos combateram, em vão, as perversões e extravagâncias da natureza; Montaigne relata o caso de uma moça que, aos 22 anos, transformou-se em homem.[10] Havia pronta saída para os livros pornográficos, e as vitrinas de tipografias exibiam gravuras eróticas sem correr o risco de quaisquer interferências agora conhecidas.

A moralidade política e social sofreu com as guerras. A venda de cargos públicos estendera-se até o ponto de se tornar quase uma venalidade universal. A administração financeira, antes de Sully, era tão corrupta que se tornara caótica.[11] Não se faziam devastações indiscriminadas durante a guerra como sucedeu depois no governo de Luís XIV; temos, contudo, notícia de exércitos, tanto de huguenotes quanto de católicos, massacrando, pilhando, estuprando e dependurando cidadãos por cordões amarrados aos polegares ou com fogo aceso sob os pés com o objetivo de obrigá-los a revelar onde haviam escondido seu ouro. Os duelos tornaram-se muito mais freqüentes no século XVI, talvez porque a espada passara a fazer parte integrante da indumentária masculina. Foram proibidos por Carlos IX, a conselho de Michel de L'Hôpital, mas tornaram-se quase uma epidemia no reinado de Henrique III; esperava-se

que até as testemunhas lutassem; os duelos eram então verdadeiras batalhas, disse Montaigne. O edito de Richelieu, contra essa prática, diferiu dos de seus antecessores pelo fato de ser aplicado vigorosa e imparcialmente; mas esta prática reviveu depois que o cardeal morreu.

Os crimes eram freqüentes. À noite, a maior parte de Paris não era iluminada; os assaltos e assassinatos floresciam; brigas violentas punham as ruas em polvorosa, e nas viagens para o interior corria-se o risco de perder a vida ou algum membro do corpo. As penas eram bárbaras; não temos certeza de que fossem eficazes na repressão aos crimes, mas, provavelmente, a criminalidade teria sido pior sem elas. O encarceramento era mais brando para os cavalheiros; os aristocratas enviados à Bastilha podiam pagar alojamentos confortáveis, equipá-los com sua própria mobília e neles manter suas próprias esposas. Criminosos comuns costumavam ser enviados para masmorras abafadas ou deportados para as colônias, ou, ainda, condenados às galés. Vestígios desta última pena remontam a 1532, mas, ao que se sabe, sua introdução na legislação francesa data de 1561. Os *galériens* (galeotes) eram, geralmente, condenados a servir durante 10 anos; marcavam-lhes a fogo, nas costas, as letras GAL. No inverno, eles permaneciam nas galés atracadas ou eram conduzidos para os cárceres, em geral em Toulon ou Marselha. Durante as Guerras Religiosas, muitos huguenotes capturados foram condenados às galés, onde receberam tão brutal tratamento que a morte lhes deve ter parecido uma bênção. Irrompeu uma epidemia de suicídios naquelas décadas amargas, principalmente entre as mulheres de Lyon e de Marselha.

II. MANEIRAS

As maneiras melhoravam ao passo que a moral declinava. Catarina de Médicis trouxera consigo a cortesia italiana, o sentido da beleza, o gosto pela elegância e o requinte na mobília e nos trajes. Brantôme achava sua corte a mais bela que havia existido, "um verdadeiro Paraíso na Terra", cintilando com "pelo menos 300 damas e *damoiselles*",[12] vestidas no mais alto luxo. O cerimonial da corte francesa, estabelecido por Francisco I, superou o italiano como modelo da Europa. Henrique III criou o cargo de grão-mestre de cerimônias de França, e expediu um edito pormenorizando o ritual e o protocolo de conduta da corte, especificando as pessoas que seriam admitidas à presença do rei, a maneira de se dirigir a ele, de servi-lo ao levantar-se, em seu toalete, às refeições e ao recolher-se, quem o acompanharia em seus passeios ou caçadas e quem participaria dos bailes da corte. Henrique III, tímido e afetado, insistiu nessas regras; Henrique IV violou-as completamente, Luís XIII ignorou-as e Luís XIV ampliou-as, transformando-as em uma liturgia que rivalizava com uma missa solene.

O traje, na corte, tornou-se cada vez mais dispendioso e ornamentado. O marechal de Bassompierre usava um capote feito com brocado de ouro, cravejado de pérolas, que pesava 23 quilos e custara 14.000 escudos *(écus)*.[13] Maria de Médicis, no batizado do filho, usou um manto cravejado com três mil diamantes e 32.000 outras pedras preciosas.[14] Um cortesão considerava-se pobre a menos que possuísse 25 trajes em diversos estilos. As leis suntuárias eram numerosas, mas foram logo desprezadas. Um decreto de Henrique IV proibia "a todos os habitantes deste reino o uso de ouro e prata em seus trajes, exceção feita às prostitutas e aos ladrões"[15]; mesmo essa hábil

correlação fracassou. Pregadores queixavam-se do risco calculado que as damas corriam, cobrindo apenas parte de suas curvas; se dermos crédito a Montaigne — que nem sempre era culpado de pensar visionariamente — "nossas damas (por mais graciosas que sejam) são vistas muitas vezes com o peito descoberto até o umbigo".[16] Para acentuar a brancura da pele ou a cor rósea das faces, as mulheres começaram, no século XVII, a adorná-las com pintas, que os prosaicos chamavam de *mouches* (moscas). Enrijavam os suportes dos vestidos com barbatanas e enfunavam as saias-balão com arame. Usavam os cabelos penteados para cima em uma dúzia de formas tentadoras. Os homens usavam cachos compridos e cheios, coroando-os com chapéus largos e alegres plumas. Luís XIII, tornando-se prematuramente calvo, começou a usar peruca, fazendo-a virar moda. Ambos os sexos rivalizavam em vaidade.

Suas maneiras refinadas não os impediam de comer com os dedos. Mesmo entre a nobreza, os garfos não substituíram os dedos antes de 1600, e nas outras classes dificilmente antes de 1700. Um restaurante da moda, La Tour d'Argent, onde Henrique III jantava quando voltava da caça, granjeou fama ao fornecer garfos. Já no século XVII, os franceses comiam rãs e *escargot*. O vinho era a bebida favorita. O café começava a entrar em uso, mas não era ainda indispensável. O chocolate chegou à França através da Espanha, procedente do México; alguns médicos o condenavam, considerando-o laxativo inoportuno; outros o receitavam para as doenças venéreas; Mme. de Sévigné referiu-se a uma dama grávida que o tomava tão imoderadamente que deu à luz *un petit garçon noir comme le diable* (um menininho preto como o diabo).[17]

O progresso nas boas maneiras refletiu-se nos transportes e nas diversões. Carruagens públicas eram então comuns na Europa Ocidental, e na França as pessoas abastadas começaram a locomover-se em esplêndidas *carrosses* equipadas com cortinas e vidraças. O tênis tornou-se uma mania, e a dança atraía todas as classes. A imponente *pavane* veio da Espanha, tomando seu nome da palavra pavão em espanhol — *pavo*; suas majestosas e graciosas evoluções davam-lhe um quê aristocrático, e o beijo que fazia parte dela ajudava o sangue a circular. No reinado de Catarina de Médicis, o balé (*ballet*) tornou-se o coroamento das diversões da corte, combinando música e dança para a narração de uma história em versos ou pantomima; as mais belas damas tomavam parte nele, e os costumes e cenários eram artisticamente desenhados; um desses balés foi exibido nas Tulherias no dia seguinte ao do Massacre da Noite de São Bartolomeu.

Os músicos eram os heróis do momento. Exerciam tal fascinação nos franceses que um cortesão, em um concerto no ano de 1581, bateu com a mão em sua espada e jurou desafiar para um duelo o primeiro homem que encontrasse; o maestro, imediatamente, fez com que a orquestra executasse uma delicada ária, acalmando-lhe, assim, o coração selvagem.[18] O alaúde era ainda o instrumento favorito, mas em 1555, Balthazar de Beaujoyeux — o primeiro violinista famoso da história — trouxe um grupo de violinistas para a corte de Catarina e tornou popular a música para violino. Em 1600, Ottavio Rinuccini acompanhou Maria de Médicis à França e introduziu ali a idéia da ópera. A música cantada era ainda a forma musical favorita e, muito acertadamente, Père Mersenne declarou que não havia, na natureza, outro som que se pudesse igualar à beleza da voz feminina.[19]

A música, a literatura, as boas maneiras e a conversação culta reuniram-se para uma das mais básicas contribuições da França à civilização: o *salon*. A Itália, *alma mater* das artes modernas, mostrara o caminho para tais reuniões urbanas, como as atribuídas a Urbino em *O Cortesão*, de Castiglione; foi da Itália que o *salon* — como o violino, o *château*, o *ballet*, a ópera e a sífilis — chegou à França. Sua fundadora em França nasceu em Roma (1588) filha de Jean Vivonne, embaixador francês junto ao papado, e de Giulia Savelli, uma herdeira dos Orsini. Catarina de Vivonne recebeu uma educação excepcional para uma jovem do século XVI. Aos 12 anos, casou-se com Charles d'Angennes que, como marquês de Rambouillet, ocupou alto posto nos governos de Henrique IV e Luís XIII. A jovem marquesa queixava-se de que o modo de falar e as maneiras dos franceses estavam muito aquém dos italianos no tocante à correção e à cortesia, e notava, com desagrado, a separação entre a classe intelectual — poetas, eruditos, cientistas e sábios — e a nobreza. Em 1618, ela construiu para sua família em Paris, na Rue St.-Thomas-du-Louvre, o Hôtel de Rambouillet. Um salão achava-se revestido de painéis de veludo azul orlado de prata e ouro; nesse espaçoso *salon bleu* a marquesa recebia seus convidados que se tornaram a mais celebrada sociedade na história. Ela tomava cuidado em convidar homens e mulheres de costumes afins, mas de interesses diversos: nobres como o Grand Condé e La Rochefoucauld, eclesiásticos como Richelieu e Huet, generais como Montausier e Bassompierre, damas de alta linhagem como a princesa de Conti e as duquesas de Longueville e Rohan, mulheres letradas como Mmes. de La Fayette e de Sévigné e Mlle. de Scudéry, poetas como Malherbe, Chapelain e Guez de Balzac, eruditos como Conrart e Vaugelas, homens de espírito como Voiture e Scarron. Ali, aos 12 anos, Bossuet realizou uma prédica e Corneille leu suas peças. Neste *salon* os aristocratas aprenderam a interessar-se pela linguagem, ciências, erudição, poesia, música e artes; os homens aprenderam com as mulheres a graça da cortesia; autores, a esconder sua vaidade e sábios, a humanizar sua erudição; o espírito andava de mãos dadas com a alta linhagem; discutia-se e adquiria-se o linguajar correto, passando a conversação a ser um arte.

A marquesa dirigia esses leões e tigres com tal habilidade que aparava-lhes, sem dor, as garras. A despeito de ter tido sete filhos, manteve sua beleza tempo bastante para inspirar paixão em Voiture e Malherbe, os quais, sendo poetas, inflamavam-se com cada sorriso seu; apesar desses ardores, era respeitada por todos em virtude de sua fidelidade ao insípido esposo; não obstante sua má saúde, dava aos convidados o exemplo da boa disposição e da inteligência vivaz; apesar de ter perdido dois filhos para a morte e três filhas para a religião, silenciou sua tristeza até escrever seu próprio epitáfio. Em uma época de permissividade sexual e linguagem feroz, espalhou ao seu redor o vírus das boas maneiras e da decência. O bom gosto, o bom-tom e a boa inflexão tornaram-se um passaporte para seu *salon*. Marechais e poetas deixavam suas espadas e dardos no vestíbulo; a polidez contornava a diferença; floresciam os debates cultos e baniam-se as discussões.

Por fim, levou-se o refinamento ao excesso. A marquesa elaborou um código de linguagem e conduta corretas; aqueles que o seguiam com demasiada precisão passaram a ser chamados de *précieux* ou *précieuses*; e, em 1659, quando a marquesa já se retirara para a solidão, Molière lançou-se sobre aqueles caprichosos remanescentes de sua arte, cobrindo-os de ridículo. Mas mesmo o excesso teve sua utilidade; os *pré-*

cieuses ajudaram a elucidar o significado e o valor das palavras e frases, a expurgar da linguagem os provincianismos, a má gramática e o pedantismo; eis aí o germe da Academia Francesa. No Hôtel de Rambouillet, Malherbe, Conrart e Vaugelas desenvolveram os princípios do gosto literário que prepararam o caminho para Boileau e o período clássico. As *précieuses* contribuíram para a análise das paixões que ampliaram os romances e seduziram Descartes e Spinoza; auxiliaram a ornar as relações entre os sexos com a estratégia das retiradas e a conseqüente idealização do tesouro ilusório que tornou o amor romântico. Graças a este e aos outros salões que o seguiram, a história da França tornou-se mais que nunca bissexual. Elevou-se a posição das mulheres, crescendo sua influência na literatura, na língua, na política e nas artes. Aumentou o respeito pelo saber e pela inteligência e espalhou-se o senso de beleza.

Mas teriam os salões e a Academia tornado impossível um Rabelais? Teriam eles fechado o espírito francês à alegre fisiologia, à moral livre e ao pedantismo prolífero de Montaigne? Ou teriam forçado e erguido esses gênios a uma arte mais elevada e mais sutil?

Mas avançamos demasiadamente. Montaigne já estava morto havia 26 anos quando Mme. de Rambouillet abriu seu *salon*. Retrocedamos um pouco em nossa trajetória e ouçamos por uma hora o maior escritor e pensador da França nesta época.

III. MICHEL DE MONTAIGNE: 1533-92

1. *Educação*

Giuseppe Scaligero descreveu o pai de Montaigne como um vendedor de arenques. Esse grande erudito passou por cima de uma geração; era o avô, Grimon Eyquem, quem exportava vinhos e peixe seco de Bordéus. Grimon herdou o negócio do bisavô de Michel, Ramon Eyquem, que fez a fortuna da família e comprou (1477) a mansão e as terras conhecidas como Montaigne, em uma colina fora da cidade. Grimon aumentou seu patrimônio com um casamento criterioso. Seu filho Pierre Eyquem preferiu a guerra aos arenques; juntou-se ao exército francês, serviu na Itália como soldado de Francisco I, voltou com cicatrizes e verniz renascentista e chegou a ser prefeito de Bordéus. Casou-se em 1528 com Antonieta, filha de um rico mercador de Toulouse, judeu de nascimento, cristão de batismo e espanhol de formação cultural. Michel Eyquem — que se tornou depois Sieur de Montaigne — era filho de Pierre e Antonieta, com sangue gascão e judeu em seu cérebro. Para ampliar mais sua visão, o pai era católico piedoso, a mãe, provavelmente protestante e a irmã e o irmão, calvinistas.

Pierre tinha idéias próprias sobre educação. "Aquele bom pai" — diz-nos Michel "desde o berço enviou-me para uma pobre aldeia sua a fim de ser ali criado e onde me manteve durante todo o tempo que mamei e um pouco mais ainda, educando-me à maneira mais simples e mais humilde."[20] Quando o menino ainda estava sendo amamentado, foi-lhe dado um preceptor alemão que lhe falava somente em latim. "Eu tinha seis anos e entendia tanto de francês quanto de árabe."[21] Quando foi para o Collège de Guienne, seus mestres (salvo George Buchanan) mostravam-se pouco

dispostos a conversar em latim com ele, que falava esta língua fluentemente. Tal domínio ele adquirira "sem livros, regras ou gramáticas, sem chicotadas e sem lamúrias".

Provavelmente o pai lera Rabelais sobre questões de educação. Procurou educar o filho a partir de princípios indeterministas, substituindo a compulsão pela afeição. Montaigne saboreou esse regime e recomendou-o em uma longa carta sobre educação,[22] aparentemente escrita para a Lady Diane de Foix; mas em um ensaio posterior, ele se desdiz e recomenda a vara como um convincente suplemento à razão.[23] Não seguiu o pai ao dar prioridade ao latim ou aos clássicos. Embora em sua própria memória borbulhassem citações e exemplos dos clássicos, desaprovava uma educação meramente clássica, desdenhava a cultura livresca e o apego excessivo a ela, insistindo mais no preparo do corpo com vistas à saúde e ao vigor e à formação de um caráter prudente e virtuoso. "Temos pouca necessidade de cultura para sermos dotados de um bom espírito;"[24] um bom jogo de tênis é mais instrutivo que uma diatribe contra Catilina. Deve-se fazer com que o rapaz seja destemido e bravo, capaz de suportar o calor e o frio sem se queixar e de saborear os riscos da vida. Montaigne citava autores atenienses, mas preferia os hábitos espartanos; seu ideal era a virtude viril, quase no sentido romano, o que tornava tal expressão redundante — a que acrescentava o ideal dos gregos de "nada em excesso". Temperança em tudo, até mesmo na temperança. O homem devia beber moderadamente, mas devia ser capaz, se o exigisse a ocasião, de beber abundantemente sem se tornar estupidificado.

As viagens poderão tornar-se parte vital da educação, se deixarmos nossos preconceitos em casa. "Contaram a Sócrates que certo homem não melhorara nem um pouco com as viagens que fizera. 'Creio perfeitamente' — respondeu ele — 'pois levou consigo sua própria pessoa'."[25] Se mantivermos nossos espíritos e olhos abertos, o mundo será nosso melhor livro didático, pois "muitos caracteres estranhos, seitas várias... opiniões diversas, leis diferentes e costumes fantásticos ensinam-nos a julgar acertadamente os nossos".[26] Em seguida às viagens, o que mais instrui é a história, que é a viagem estendida ao passado. O estudante, "ajudado pela história, informar-se-á dos espíritos mais ilustres que existiram nas melhores épocas... Que bons frutos ele não colherá... lendo as *Vidas* de nosso Plutarco?"[27] Por fim, o estudante deve adquirir certa filosofia — não as "espinhosas sutilezas da lógica", mas a filosofia que "nos ensina a viver... o que se deve saber e o que não se deve; o que são valor, temperança e justiça; qual a diferença existente entre a ambição e a avareza, entre a escravidão e a liberdade; por que sinal poderá o homem distinguir a verdadeira e perfeita satisfação; e até onde devemos temer... a morte, a dor ou a desgraça... A criança recém-saída do período de amamentação tem mais facilidade em aprender essas lições do que em aprender a ler e escrever".[28]

Após sete anos no Collège de Guienne, Montaigne foi para a universidade estudar Direito. Nenhum outro estudo poderia ter sido menos compatível com seu espírito racional e sua linguagem clara. Não se cansava de louvar os costumes e criticar as leis. Observou com prazer que Fernando II da Espanha não enviara advogados para a América Espanhola, receoso de que fizessem recrudescer as disputas entre os indígenas; desejava que também os médicos fossem proibidos de para lá seguirem, temendo que criassem novas doenças com suas curas.[29] Montaigne considerava em pior situação os países que tinham muitas leis e calculava que a França tivera "mais que todo o resto

do mundo". Não via progresso no espírito humanitário da lei e duvidava de que se pudesse encontrar, entre os bárbaros, quaisquer selvagerias como as que juízes togados e clérigos praticavam nas câmaras de tortura dos estados europeus.[30] Glorificava-se de que "até hoje (1588?) mantenho-me virgem de todas as ações judiciais".[31]

2. *Amizade e Casamento*

Entretanto, vamos encontrá-lo em 1557 como conselheiro do Tribunal de Auxílios, em Périgueux, e, em 1561, membro do Parlamento de Bordéus — o tribunal municipal. Ali conheceu e tributou grande amizade a Étienne de La Boétie. Vimos algures como, mais ou menos aos 18 anos, esse jovem aristocrata escreveu, porém sem publicar, um veemente *Discours sur la servitude volontaire*, que veio a chamar-se *Contr'un*, isto é, contra o governo de um só homem. Com toda a eloqüência de um Danton, conclamava o povo a levantar-se contra o absolutismo. Talvez o próprio Montaigne sentisse, em sua mocidade, certo ardor republicano. Seja como for, sentiu-se atraído pelo nobre rebelde que, três anos mais velho, parecia o paradigma da sabedoria e da integridade.

> Procuramo-nos antes que nos tivéssemos visto e, pelas notícias que tivemos um do outro... creio que, por algum desígnio secreto dos céus, nos ligamos pelos nossos nomes. E em nosso primeiro encontro que, por acaso, foi em uma grande festa e em uma reunião solene de todo um distrito, sentimo-nos tão surpresos, tão... já conhecidos e tão... unidos que, dali por diante, nada nos satisfazia mais do que estarmos próximos um do outro.[32]

Por que essa profunda afeição? Respondeu Montaigne: "Porque se tratava dele, porque se tratava de mim"[33] — porque eram tão diferentes que se completavam. Pois La Boétie era todo idealismo, cândida devoção, ternura; Montaigne era demasiado intelectual, prudente e imparcial para ser assim dedicado; esse mesmo amigo descreveu-o como "igualmente propenso aos vícios e às virtudes preeminentes".[34] A mais profunda experiência que Montaigne sofreu na vida foi, talvez, assistir à morte do amigo. Em 1563, em Bordéus, durante a peste, La Boétie caiu subitamente com febre e disenteria. Suportou sua demorada doença com estóica fortaleza de ânimo e uma paciência cristã jamais esquecidas pelo amigo, que permaneceu junto a seu leito durante aqueles últimos dias. Montaigne herdou o manuscrito do perigoso ensaio de La Boétie, ocultando-o durante 13 anos; publicou-se uma edição pirata em 1576; imediatamente Montaigne publicou o original e explicou que se tratava de exercício de retórica de um rapaz "de 16 anos".

Aquela amizade fez com que parecessem insípidas a Montaigne todas as suas relações posteriores. Escreveu, repetidas vezes, que metade dele morrera com La Boétie. "Estava tão acostumado a ser sempre dois e nunca um só, que tenho a impressão de que sou apenas metade de mim mesmo."[35] No calor daquela lembrança, colocava a amizade acima do amor entre pais e filhos, entre moças e rapazes, entre marido e mulher. Ele mesmo parece não ter tido paixão romântica por qualquer mulher: "Em minha mocidade, opus-me à idéia do amor, que sentia como usurpação de mim; e

esforcei-me em diminuir seus prazeres receoso de que acabassem por... reduzir-me à sua mercê.''[36] Não que lhe faltassem horas eróticas; ao contrário, admite o alcance e a freqüência das relações pré-maritais.[37] Descreveu o amor sexual como não sendo ''outra coisa que o prazer provocado pelo esvaziamento das vesículas seminais *(sic)*, como o é o prazer que a natureza nos dá ao descarregarmos outras partes''; e julgava absurdo que a natureza ''tenha alojado juntos, *pêle-mêle*, nossos prazeres e imundícies''.[38]

Concordava com a maioria dos filósofos em que a ânsia de desintumescimento não era razão para o casamento. ''Não vejo casamentos que fracassem mais cedo ou que se tornem mais infelizes do que aqueles que se realizam em atenção à beleza ou à satisfação de desejos amorosos.''[39] Deve-se arranjar o casamento por meio de ''uma terceira força ativa''; nele, devem ser rejeitadas ''a companhia e as condições do amor [sexual]'' e deve-se procurar ''imitar as da amizade''; o casamento deve tornar-se um laço de amizade, para poder sobreviver. Montaigne inclinava-se para o ponto de vista dos pensadores gregos, segundo o qual o homem não devia casar-se antes dos 30 anos. Evitou fazê-lo o maior tempo que pôde. Ainda solteiro aos 28 anos, empreendeu uma viagem a Paris, apaixonou-se pela cidade,[40] gozou a vida da corte durante certo período (1562), viu alguns índios americanos em Rouen, hesitou entre os encantos rivais do mundo civilizado e do mundo selvagem, retornou a Bordéus e casou-se (1565) com Françoise de Chassaigne.

Parece ter-se casado por motivos estritamente racionais: ter um lar e uma família, transmitir suas propriedades e seu nome. Em meio a todas as suas 1.500 páginas, quase nada fala sobre a esposa — isso, talvez, por boas maneiras. Alega ter-lhe sido fiel: ''Embora o mundo me julgasse devasso, observei (de boa fé) rigorosamente as leis do matrimônio, mais do que prometera ou esperara observar.''[41] A esposa não levava a mal a auto-absorção do gênio; cuidava bem da casa, da propriedade e até mesmo das contas, pois ele não tinha inclinação para negócios. Montaigne, por sua vez, tributava-lhe todo o respeito e, de vez em quando, um sinal ou uma palavra de amor — como quando respondeu agradecidamente ao seu pronto auxílio depois de uma queda de cavalo, e quando lhe dedicou sua edição da tradução que La Boétie fizera da *Carta da Consolação*, de Plutarco. Foi um casamento bem-sucedido; não devemos levar muito a sério os apodos contra as mulheres nos *Ensaios*; estavam em voga entre os filósofos. Françoise deu-lhe seis filhos, todas mulheres; morreram na infância, exceto uma, de quem ele fala com ternura.[42] Quando ele tinha 54 anos, adotou na família uma jovem de 20 anos, Marie de Gournay, ''a quem dispensei amor maior que o de um pai e considerei uma das melhores partes de meu ser, enfurnado feudo em minha casa e em minha solidão''.[43] Ele não se colocava acima dos sentimentos comuns da humanidade.

3. *Os Ensaios*

Em 1568 morreu-lhe o pai, e Michel, como filho mais velho, herdou os bens. Passados três ou quatro anos, resignou o cargo no Parlamento de Bordéus e retirou-se do burburinho da cidade para a monotonia do campo. Mesmo ali a paz era precária,

pois a guerra religiosa estava dividindo a França, suas cidades e suas famílias. Os soldados invadiam as aldeias, penetravam nas casas, furtavam, violentavam e matavam. "Recolhi-me centenas de vezes... imaginando que, naquela mesma noite, seria traído ou assassinado em meu leito."[44] Para eliminar qualquer violência, deixava abertas as portas e dava ordens no sentido de que os assaltantes, caso aparecessem, fossem recebidos sem resistência. Eles não o procuraram, Montaigne pôde viver livremente em seu canto de filósofo, em meio ao choque de credos e armas. Enquanto em Paris e em algumas províncias assassinavam-se protestantes na Noite de São Bartolomeu, Montaigne escrevia a obra suprema da prosa francesa.

Seu recanto predileto era a biblioteca, localizada no terceiro andar da torre que se erguia na frente de seu *château* (destruído por um incêndio em 1885; a torre, porém, sobreviveu à catástrofe). Amava sua biblioteca como a si mesmo, como a um *alter ego*:

> Sua forma é circular e não tem qualquer lugar liso senão o que serve para minha mesa e minha cadeira; desse modo... a um só olhar, põe-me à vista todos os meus livros... Ali é meu sítio, ali está meu trono. Esforço-me por tornar meu reinado, ali, absoluto, e por isolar esse único canto da presença de minha mulher, meus filhos e conhecidos.[45]

Raramente um homem apreciou tanto a solidão, para quase todos nós uma das coisas mais horríveis e temidas.

> O homem deve isolar-se e reconquistar-se de si mesmo... Devemos guardar conosco uma reserva para nós mesmos... toda nossa... na qual possamos entesourar e estabelecer nossa verdadeira liberdade. O maior bem deste mundo está em o homem saber como ele próprio é.[46]

Tinha, naquela biblioteca, mil livros, a maioria encadernada em couro e com os títulos gravados a ferro quente. Chamava-os "*meas delicias*" ("meus prazeres"). Entre eles podia escolher os companheiros e, por meio deles, viver em companhia dos mais sábios e dos melhores. Somente em Plutarco, "na medida em que ele falava francês" (através de Amyot), podia encontrar uma centena de homens para virem conversar com ele, e, nas *Epístolas*, de Sêneca, saboreava um agradável estoicismo em frases melodiosas; esses dois (inclusive a *Moralia* de Plutarco) eram seus autores favoritos, "dos quais, à semelhança das Danaïdes, eu tirava minha água, enchendo meu tonel incessantemente com a mesma rapidez com que se esvaziava...[47] A familiaridade que tinha com eles e o auxílio que me deram na velhice, e a meu livro formado apenas de seus despojos, obrigam-me a pugnar por sua honra".[48]

Jamais citou a Bíblia (talvez por ser conhecida demais), se bem que cite muitas vezes Santo Agostinho. Quase sempre preferia os antigos aos modernos, os filósofos pagãos aos padres da Igreja. Apesar de humanista e amar as literaturas e as histórias da Grécia e da Roma antigas, não idolatrava indiscriminadamente os clássicos e os manuscritos antigos; achava Aristóteles superficial e Cícero um orador prolixo. Não era muito versado em autores gregos. Citava os poetas latinos com digressiva erudição, mesmo os mais obscenos epigramas de Marcial. Admirava Virgílio, mas preferia Lucrécio. Leu vorazmente os *Adagia*, de Erasmo. Nos primeiros ensaios mostrou-se pe-

dante, adornando-se com citações dos clássicos. Tais excertos estavam em moda na época; leitores incapazes de ler o original apreciavam aquelas amostras como se fossem janelas por onde vislumbravam o mundo antigo, queixando-se alguns de que não havia mais dessas janelas.[49] De toda essa pilhagem, Montaigne emergiu de modo incomparável, rindo-se do pedantismo e formando seu próprio pensamento e sua própria linguagem. Ele parece cola e tesoura, mas sabe a ambrosia.

Assim tranqüilamente, página por página, dia após dia, depois de 1570, ele escreveu seus *Ensaios*.* Parece ter inventado o termo,[50] quase o padrão; pois, embora já houvesse *discorsi* e *discours*, estes eram sobremodo formais e não conversações informais e cheias de meandros como as do próprio Montaigne; e seu estilo sereno e cativante contribuiu para caracterizar o ensaio a partir de sua morte, tornando-o um gênero predominantemente moderno. "Dirijo-me ao papel como costumo fazer à primeira pessoa que encontro."[51] O estilo representa o homem, natural, íntimo, confidente; é confortante ser tratado assim tão familiarmente por um *seigneur* do espírito. Abra-o o leitor em qualquer página e sentir-se-á tomado pelo braço e levado sem saber para onde, raramente pouco se importando com isso. Escrevia fragmentos sobre qualquer matéria que lhe estimulasse o pensamento ou condissesse com sua disposição, e divergia anarquicamente do tópico inicial à medida que divagava; assim, o ensaio "Sobre as Carruagens" rola pela antiga Roma e entra pelo Novo Mundo. Dos três volumes, três são puras digressões. Montaigne era preguiçoso, e nada é mais árduo do que produzir e manter ordem entre as idéias e os homens. Ele se confessava *divers et ondoyant* — distraído e inconstante. Não fez da coerência um ídolo; mudava suas opiniões ao sabor dos anos; só temos um retrato acabado de Montaigne com a sua morte.

Do fluxo confuso de suas idèias seu estilo emerge claro como a alma da simplicidade. Ainda assim, cintila com metáforas tão surpreendentes quanto as de Shakespeare e com anedotas luminosas que, instantaneamente, transformam a abstração em realidade. Sua penetrante curiosidade apodera-se de exemplos em todas as partes, sem admitir qualquer empecilho moral. Transmite-nos zelosamente a observação daquela mulher de Toulouse que, tendo sido usada por vários soldados, agradeceu a Deus "por haver-me fartado, uma vez na vida, sem que tivesse pecado".[52] *Nihil naturae alienum putat.*

4. *O Filósofo*

Declara Montaigne ter apenas um assunto: ele mesmo. "Olho para dentro de mim; não tenho outro interesse senão eu mesmo; incessantemente considero... e provo a mim mesmo."[53] Propõe-se primeiramente estudar a natureza humana, através de seus próprios impulsos, hábitos, gostos, aversões, doenças, sentimentos, preconceitos, temores e idéias. Não nos oferece uma autobiografia; quase não diz, nos *Ensaios*, coisa alguma sobre sua carreira como conselheiro ou prefeito, sobre suas viagens ou

* A primeira edição, em 1580, continha os Livros I e II; a segunda, em 1588, foi ampliada, e acrescida do Livro III; a terceira, contendo sua última revisão e editado por Mlle. de Gournay, apareceu em 1595, após a morte dele. As nove edições, no período de 1580 e 1598, atestam sua popularidade.

visitas à corte. Não traz na manga sua religião ou sua política. Dá-nos algo mais precioso: uma análise franca e penetrante de seu corpo, seu espírito e seu caráter. Expõe suas falhas e seus vícios com prazer e minúcias. Para atingir esse objetivo, pede permissão para falar com liberdade; quer violar o bom gosto para exibir um homem nu, de corpo e alma. Fala com sinceridade loquaz sobre suas funções naturais, cita Santo Agostinho e Vives sobre melódicas flatulências e medita sobre o coito:

> Toda gente evita ver o homem nascer, mas corre depressa para vê-lo morrer. Para destruí-lo procuramos um campo espaçoso e cheio de luz; mas para construí-lo escondemo-nos em algum canto escuro e trabalhamos o mais confinadamente que podemos.[54]

Mesmo assim, diz ter sido algo reticente. "Falo a verdade, não para saciar meu apetite, mas tanto quanto me atrevo."[55]

Fala-nos bastante sobre seu físico e cuida de sua saúde de uma página a outra. A saúde é o *summum bonum*. "Por Deus para um homem com minha disposição a reputação ou a glória custam muito caro."[56] Registra as vicissitudes de seus intestinos com ternos pormenores. Procurou a pedra filosofal e encontrou-a alojada em sua bexiga. Esperou fazê-la passar em algum êxtase amoroso, mas, ao invés, descobriu que "ela me afeta de modo estranho",[57] ameaçando-o de uma importuna incapacidade. Consolou-se com sua admirável capacidade de "reter minha urina durante 10 horas",[58] e de permanecer montado em uma sela durante muitas horas sem que a fadiga o exaurisse. Era corpulento e forte, e comia com tal apetite que, em sua sofreguidão, quase mordia os dedos. Amava-se com infatigável virtuosismo.

Orgulhava-se de sua genealogia, seu brasão de armas,[59] seus finos trajes e seu título de Chevalier de Saint-Michel — e não deixou de escrever um ensaio "Sobre a Vaidade". Considerava-se como tendo muitos vícios e assegura-nos que se havia alguma virtude nele devia ter entrado furtivamente. Tinha muitas, entretanto: honestidade, cordialidade, bom humor, equanimidade, piedade, moderação, tolerância. Lançava idéias explosivas para o ar, mas apanhava-as e sufocava-as antes que caíssem. Em uma era de matança por questões de dogmatismo, pedia a seus contemporâneos que moderassem suas convicções para que elas não os levassem ao assassinato; assim deu ao mundo moderno um dos primeiros exemplos de tolerância de espírito. Perdoamos suas falhas porque delas participamos. E buscamos fascinados suas auto-análises porque sabemos que é a nós que suas histórias se referem.

Para compreender melhor a si mesmo, estudou os filósofos. Amava-os, a despeito de sua orgulhosa pretensão de querer analisar o universo e traçar o destino do homem além do túmulo. Citava a observação de Cícero segundo a qual "nada há de tão absurdo que já não tenha sido dito por um dos filósofos".[60] Louvava Sócrates por "trazer a sabedoria humana do céu, onde estivera perdida durante muito tempo, para restituí-la novamente ao homem",[61] e repetia o conselho de Sócrates para estudarmos menos a história natural e mais a conduta humana. Não tinha "sistema" próprio; suas idéias evoluíam tão incessantemente que não se podem classificar suas divagações filosóficas.

Na esplêndida alvorada de seu pensamento, adotou o estoicismo. Desde que o cristianismo — dividindo-se em seitas fratricidas e ensangüentando-se com guerras e mas-

sacres — falhara aparentemente em dar ao homem um código moral capaz de controlar seus instintos, Montaigne voltou-se para a filosofia à procura de uma ética natural, uma moralidade que não estivesse presa à ascensão e à queda dos credos religiosos. Parecia-lhe que o estoicismo se aproximara desse ideal; pelo menos moldara alguns dos mais admiráveis homens da antigüidade. Durante certo tempo, Montaigne fez dele seu ideal. Procurava dominar sua vontade; evitava todas as paixões que pudessem perturbar a decência de sua conduta ou a tranqüilidade de seu espírito; enfrentava todas as vicissitudes com serenidade e encarava a própria morte como objetivo natural e perdoável.

Perdurou nele, até o fim, certa dose de estoicismo, mas seu espírito efervescente logo encontrou outra filosofia que o justificasse. Rebelou-se contra o estoicismo que pregava a imitação da "Natureza" e se esforçava em reprimi-la no homem. Ele interpretava Natureza como sendo a sua própria e resolveu seguir seus desejos naturais sempre que eles realmente não lhe prejudicassem. Agradou-lhe não ver em Epicuro um sensualista grosseiro, e, sim, um defensor sadio de prazeres sadios, e surpreendeu-se ao descobrir tanta sabedoria e grandeza em Lucrécio. Proclamou então, com entusiasmo, a legitimidade do prazer. O único pecado que reconhecia era o excesso. "A intemperança é a peste que mata o prazer; a temperança está em condimentá-lo, não em flagelá-lo."[62]

Da oscilação de suas opiniões e da degradação do cristianismo contemporâneo, na França, chegou ao ceticismo que, dali por diante, coloriu a maior parte de sua filosofia. Seu pai ficara impressionado com a *Theologia naturalis* de Raimond de Sebond (falecido em 1437?), teólogo de Toulouse, que continuara os nobres esforços dos escolásticos de provar a racionalidade da religião cristã. O pai pediu ao filho que traduzisse o tratado; Montaigne atendeu ao pedido e publicou a tradução (1569). A França ortodoxa ficou edificada, mas alguns críticos fizeram objeções aos argumentos de Raimond. Em 1580, Montaigne introduziu em seu segundo "livro" dos *Ensaios* 200 páginas de uma "Apologie de [Defesa de] Raimond Sebond" na qual se propunha a responder às objeções. Fê-lo, porém, abandonando a tarefa do autor, argumentando que a razão é instrumento limitado e inconfiável, e que é melhor apoiar a religião sobre a fé nas Escrituras e na Santa Madre Igreja; Montaigne, na realidade, demoliu Raimond quando seu propósito era defendê-lo. Alguns, como Sainte-Beuve, julgaram que sua "Apologia" era um argumento irônico a favor da descrença.[63] Seja como for, é a mais destruidora de suas composições, talvez a mais meticulosa exposição de ceticismo na literatura moderna.

Muito antes de Locke, Montaigne afirma que "todo conhecimento nos é transmitido pelos sentidos",[64] e que a razão depende destes últimos; mas os sentidos são enganosos em suas informações e sobremodo limitados em seu alcance; portanto a razão é falível. "As partes interior e exterior do homem estão cheias de fraquezas e erros."[65] (Aqui, no próprio início da Idade da Razão — uma geração antes de Bacon e Descartes — Montaigne faz a pergunta que eles não se detiveram para fazer, pergunta que Pascal faria 80 anos mais tarde e à qual os filósofos somente enfrentariam depois de Hume e Kant: Por que deveríamos confiar na razão?) Mesmo o instinto é um guia mais seguro que a razão. Veja como os animais se guiam pelo instinto — às vezes com mais sabedoria que os homens. "Há maior diferença entre um homem

em relação a outro homem do que entre um homem em relação a um animal."[66] O homem não é o centro da vida, como também a Terra não é o centro do Universo. É presunção do homem julgar que Deus se assemelha a ele ou que os negócios humanos são o centro do interesse de Deus ou que o mundo existe para servir a ele, homem. E é ridículo supor que seu espírito possa sondar a natureza de Deus. "Oh! homem insensato que não pode criar um verme e, ainda assim, pretende criar deuses às dúzias!"[67]

Montaigne chega ao ceticismo por outro caminho — pela contemplação da variedade e da flutuação das crenças nas leis e moralidades, na ciência, filosofia e religião; qual dessas verdades é a verdade? Prefere a astronomia de Copérnico à de Ptolomeu, mas: "Quem sabe se daqui a mil anos surgirá uma terceira opinião, que por acaso possa destruir essas duas", e "não será mais provável que esse gigantesco corpo, que chamamos mundo, seja diferente daquilo que julgamos?"[68] "Não existe ciência", apenas presunçosas hipóteses de espíritos imodestos.[69] De todas as filosofias, a melhor é a de Pirro, que afirma não sabermos coisa alguma. "A maior parte das coisas que sabemos é uma parte minúscula daquilo que não sabemos."[70] "Em nada se acredita com tanta convicção como naquilo que se conhece menos", e "a persuasão da certeza é um testemunho manifesto da tolice".[71] "Em poucas palavras, não há uma existência constante, quer de nosso ser quer dos objetos. E nós, nossos juízos e todas as demais coisas mortais vamos rolando incessantemente, transformando-nos e extinguindo-nos. Nada, portanto, pode ser definitivamente estabelecido. Não temos comunicações com o ser."[72] Depois, para curar todas as feridas, Montaigne termina reafirmando sua fé cristã e entoando um peã panteísta ao Deus incognoscível.[73]

Depois disso, aplicou seu ceticismo a tudo — sempre com uma reverência à Igreja. *Que sais-je?* ("Que sei?") tornou-se seu moto, gravado em seu sinete e no teto de sua biblioteca. Outros lemas adornavam os caibros: "Os prós e os contras são, ambos, possíveis"; "Talvez seja, talvez não seja"; "Não determino coisa alguma. Não compreendo as coisas; suspendo o julgamento; examino".[74] Algo de sua atitude foi tirado do *Ouden oida* ("Nada sei"), de Sócrates; algo de Pirro, de Cornélio Agripa, muito de Sexto Empírico. Daí por diante dizia: "Prendo-me àquilo que vejo e seguro, e não me afasto da terra firme."[75]

Agora ele via relatividade em toda parte, e em parte alguma o absoluto. Muito menos ainda nos padrões de beleza; e nosso vigoroso filósofo diverte-se em observar as diferentes opiniões de pessoas diferentes sobre o que constitui a beleza nos seios de uma mulher.[76] Acredita que muitos animais nos ultrapassem em beleza e acha que fomos sábios em cobrir-nos com roupas. Percebe que a religião e as idéias morais do homem são, geralmente, determinadas pelo seu ambiente. "O sabor do bem ou do mal depende da opinião que deles temos", como diria Shakespeare, e: "Os homens atormentam-se com a opinião que têm sobre as coisas e não com as próprias coisas".[77] As leis da consciência não procedem de Deus, mas dos costumes. Consciência é o desconforto que sentimos quando violamos os costumes de nossa tribo.[78]

Montaigne não tinha a insensatez de supor que a moral, por ser relativa, podia ser por isso desprezada. Ao contrário, seria o último a perturbar-lhe a estabilidade. Fala audaciosamente sobre o sexo e reivindica muita liberdade — para os homens; quando, porém, o reinquirimos, achamo-lo subitamente ortodoxo. Recomenda castidade

aos jovens, alegando que a energia despendida no sexo advém do acúmulo comum de forças no corpo; observa que os atletas que treinavam para os jogos olímpicos "abstinham-se de todos os atos venéreos e de contato com mulheres".[79]

Fazia parte de sua disposição estender seu ceticismo até à própria civilização, e antecipar-se a Rousseau e Chateaubriand. Os indígenas que vira em Rouen levaram-no a ler as narrativas de viajantes; dessas leituras compôs seu ensaio "Dos Canibais". Comer cadáveres — considerou — é menos bárbaro que torturar gente viva. "Nada encontro nesse país [a América indígena] que seja bárbaro ou selvagem, a menos que os homens chamem de barbarismo o que não é comum entre eles."[80] Imaginava que os nativos raramente adoeciam, viviam quase sempre felizes e pacificamente sem leis.[81] Exaltou a arte asteca e as estradas incas. Pôs na boca de seus índios de Rouen uma acusação contra a riqueza e a pobreza européias: "Eles perceberam que havia, entre nós, homens atulhados de toda sorte e conforto e outros que estavam morrendo de fome; e maravilharam-se de os necessitados poderem suportar tal injustiça e não esganarem os outros."[82] Comparou a moral dos indígenas com a de seus conquistadores e acusou "esses pseudocristãos... que levaram o contágio do vício àquelas almas inocentes, ansiosas por aprender e, por natureza, com boa disposição de espírito".[83] Por algum tempo Montaigne esqueceu-se da serenidade e explodiu em nobre indignação:

> Tantas cidades bonitas saqueadas e devastadas; tantas nações destruídas ou mergulhadas na desolação; tantos milhões de pessoas indefesas, de ambos os sexos e de todas as posições e idades, massacradas, saqueadas e passadas pela espada; e a melhor parte do mundo, a mais bela e a mais rica, em confusão, arruinada e desfigurada para o comércio de pérolas e pimenta! Oh! desumanas vitórias! Oh! abjeta conquista![84]

Era sincera a reverência de Montaigne à religião? Obviamente, sua forragem clássica há muito o desmamara das doutrinas da Igreja. Retinha uma vaga crença em Deus que, às vezes, concebia como a natureza, outras como uma alma cósmica, a incompreensível inteligência do mundo. Às vezes prenuncia o Rei Lear de Shakespeare: "Somos meros títeres nas mãos dos deuses;"[85] ridiculariza, porém, o ateísmo como sendo "não natural e monstruoso"[86] e rejeita o agnosticismo como outro dogmatismo — "como podemos saber que jamais saberemos?"[87] Descarta como pretensão e futilidade todas as tentativas de definir a alma ou explicar sua relação com o corpo.[88] Dispõe-se a aceitar a imortalidade da alma baseado na fé, mas não encontra prova da sua existência quer na experiência quer na razão;[89] e a idéia de uma existência na eternidade o apavora.[90] "A não ser pela fé, não acredito em milagres";[91] e antecipa-se ao célebre argumento de Hume: "Não é mais natural e mais provável eu achar que dois homens estejam mentindo do que julgar que um, no espaço de 12 horas, esteja sendo levado pelos ventos de leste para oeste?"[92] (Hoje em dia, ele teria de procurar outro exemplo.) Obtém vantagem sobre Voltaire ao falar do peregrino que julgou dever o cristianismo ser divino por ter-se mantido tanto tempo a despeito da corrupção de seus administradores.[93] Observa que é cristão devido a um acidente geográfico; não fosse isso, "eu teria feito parte daqueles que adoram o sol".[94] Tanto quanto se pode lembrar ao lê-lo, menciona Cristo apenas uma vez.[95] A doce história da

Mãe de Cristo despertou apenas moderada impressão em sua alma insensível; atravessou, contudo, a Itália para colocar quatro imagens votivas diante de seu santuário em Loreto. Faltavam-lhe as características do espírito religioso, tais como humildade, noção de pecado, remorso, penitência e desejo de receber de Deus o perdão e a graça redentora. Era um livre-pensador alérgico ao martírio.

Montaigne permaneceu católico ainda muito tempo depois de haver deixado de ser cristão.[96] À semelhança de alguns sensíveis cristãos primitivos que, temporariamente, reverenciaram uma divindade pagã, Montaigne, o mais pagão dos cristãos, afastava-se de quando em vez de seus seletos gregos e romanos para honrar a cruz de Cristo ou para beijar os pés de um papa. Não passou, como Pascal o fez, do ceticismo para a fé, mas do ceticismo para a observância. E não somente por cautela. Percebeu, provavelmente, que sua própria filosofia, paralisada pelas hesitações, contradições e dúvidas, só poderia regalar um espírito já formado para a civilização (pela religião?), e que a França, mesmo banhando seus credos em sangue, jamais os trocaria por um labirinto intelectual onde a morte seria a única certeza. Julgou sábia filosofia celebrar a paz com a religião:

> Espíritos simples, menos curiosos, menos bem instruídos, tornam-se bons cristãos e, através da veneração e da obediência, mantêm suas crenças simples e atêm-se a elas. Nas inteligências de capacidade e vigor moderados engendram-se as opiniões erradas... Os espíritos mais assentados, melhores e mais esclarecidos tornam-se outra espécie de crentes que, por meio de longas investigações religiosas, penetram o sentido mais profundo e mais incompreensível das Escrituras, e descobrem os segredos divinos e misteriosos de nosso governo eclesiástico... Os camponeses simples são gente honesta e o mesmo se dá com os filósofos.[97]

Assim, depois de todas as suas lancetadas contra o cristianismo e por julgar todas as religiões mantos para cobrirem nossa trêmula ignorância, aconselha-nos a aceitar a religião de nosso tempo e de nosso lugar. Ele mesmo, fiel a sua geografia, voltou para o ritual de seus pais. Gostava de uma religião sensória, fragrante e dotada de cerimoniais; assim, preferiu o catolicismo ao protestantismo. Repugnara-lhe a ênfase que o calvinismo dava à predestinação;[98] sendo de linhagem erasmiana, apreciava os amáveis e mundanos cardeais de Roma mais que ao Loyola de Genebra ou ao leão de Wittenberg. Lamentava, particularmente, que os novos credos seguissem o espírito de intolerância do antigo. Conquanto ridicularizasse os hereges, considerando-os tolos por fazerem barulho com mitologias a competirem umas com as outras, não via motivo para queimar tais dissidentes. "Afinal de contas, é querer impor um grande valor a nossas opiniões queimar pessoas vivas por causa delas"[99] ou permitir que outras nos queimem.

Na política também terminou confortavelmente conservador. Não adianta modificar as formas de governo; as novas serão tão ruins quanto as velhas porque a administração será ainda entregue a homens. A sociedade é uma "estrutura tão vasta", um mecanismo tão complexo de instintos, costumes, mitos e leis — lentamente moldado pelas sapientes experiências do tempo — que nenhuma inteligência, mesmo a mais poderosa e brilhante, poderá desmontar e montar novamente sem causar confusão e sofrimento incalculáveis.[100] É preferível submeter-se aos governantes do momento,

por piores que sejam, a menos que eles tentem dominar o próprio pensamento; Montaigne, então, poderia encorajar-se à revolta, pois "minha razão não foi projetada para curvar-se ou humilhar-se; meus joelhos sim".[101] O homem sábio evitará a função pública, embora a respeite; "a melhor vocação é a de poupar a comunidade e ser útil a muitos"; mas "quanto a mim, afasto-me dela".[102] Exerceu, contudo, funções em cargos públicos.

Lamentava ter vivido metade de sua vida durante a ruína da França,[103] "em uma época tão corrupta e um tempo de tanta ignorância". "Lede todas as histórias antigas, por mais trágicas que sejam, e não encontrareis uma que se iguale às que diariamente vemos ocorrer."[104] Não era neutro naquele duelo pela França, mas "meus interesses não me deixaram esquecer as qualidades louváveis de nossos adversários, tampouco as qualidades censuráveis daqueles aos quais apoiei".[105] Não empunharia uma arma, mas sua pena estava ao lado dos "políticos", aqueles católicos que preferiam a paz e defendiam uma acomodação com os huguenotes. Louvou Michel de L'Hôpital por sua perspicaz e humanitária moderação, rejubilou-se quando seu amigo Henrique de Navarra conquistou uma vitória apoiado na política de L'Hôpital. Montaigne foi certamente o mais civilizado dos franceses daquela época selvagem.

5. *Rolando Pedra*

Os cálculos de sua bexiga importunávam-no mais que as guerras da França. Em julho de 1580, logo depois da primeira publicação dos *Ensaios*, partiu para uma grande viagem pela Europa Ocidental, em parte para ver o mundo, em parte para visitar fontes medicinais na esperança de aliviar a "cólica" (segundo sua expressão) que, freqüentemente, o paralisava de dor. Deixou a esposa cuidando da propriedade; mas levou consigo um irmão mais moço, um cunhado, o barão de Estissac e um secretário, a quem ditou parte de seu diário de viagem; acrescente-se uma comitiva de criados e almocreves e não nos admiraremos de ser o diário intelectualmente minguado. Destinava-se mais à lembrança que à publicação; Montaigne, ao regressar, escondeu-o em uma canastra, onde foi descoberto 178 anos após sua morte.

A comitiva seguiu em primeiro lugar para Paris, onde o orgulhoso autor presenteou Henrique III com um exemplar dos *Ensaios*; depois, em pequenas etapas, para Plombières, onde Montaigne, durante nove dias, bebeu diariamente dois litros de água medicinal e conseguiu, se bem que com muita dor, eliminar algumas pequenas pedras.[106] Dali, atravessou Lorena, rumo à Suíça. "Ele sentiu um prazer infinito" — diz na terceira pessoa, no diário — "em observar a liberdade e o bom governo dessa nação."[107] Serviu-se das águas de Baden-Baden e avançou pela Alemanha. Assistiu ao culto dos calvinistas e luteranos, bem como ao dos católicos, e discutiu teologia com clérigos protestantes. Conta-nos de certo ministro luterano que jurara preferir ouvir mil missas a participar de uma só comunhão calvinista[108] — pois os calvinistas negavam a presença física de Cristo na Eucaristia. Passando para o Tirol, sentiu a grandeza dos Alpes muito antes de Rousseau. De Innsbruck a comitiva subiu o passo de Brenner, e Montaigne eliminou, no caminho, "uma pedra de tamanho médio". Depois atravessando Trento, foi a Verona, Vicenza, Pádua e Veneza, onde contribuiu com "duas grandes pedras" para o Grande Canal. Não achou esta última cidade tão

maravilhosa como pensara, nem as prostitutas tão bonitas. Seguiu para Ferrara onde — segundo os *Ensaios*, não o diário — visitou o insano Torquato Tasso; depois para Bolonha e Florença, onde o Arno recebeu "duas pedras e certa quantidade de areia";[109] e, atravessando Siena, chegou a Roma onde "eliminou uma pedra do tamanho de uma semente de pinheiro".[110] No todo, essas excreções reunidas teriam construído uma bonita pirâmide.

Em Roma, visitou uma sinagoga judaica, assistiu a uma circuncisão e discutiu com os rabinos sobre seus ritos religiosos. Filosofou com cortesãs romanas. Não foi (como julgou Stendhal) insensível à arte, em Roma.[111] Perambulou dia após dia entre as ruínas clássicas, não cessando de maravilhar-se ante sua grandeza. Mas o grande acontecimento foi a visita ao Papa Gregório XIII. Como qualquer filho da Igreja, Montaigne ajoelhou-se para beijar o sapato do papa, que bondosamente ergueu o pé para facilitar-lhe a operação.[112] Ao mesmo tempo, os funcionários da alfândega encontravam um exemplar dos *Ensaios* e o entregavam à Inquisição. Montaigne foi intimado a comparecer perante o Santo Ofício e ali o censuraram delicadamente por algumas passagens cheirarem a heresia; não quereria ele modificá-las ou eliminá-las nas futuras edições? Ele prometeu fazer o que pediam. "Acho que os deixei muito satisfeitos comigo"; de fato, convidaram-no a ir viver em Roma. (Mostrou-se indiferente a sua promessa, e em 1676 seu livro foi colocado no *Index*.) Talvez para tranqüilizá-los — e a si também — percorreu a Itália até o santuário da Virgem, em Loreto, e ofereceu-lhe uma pequena placa votiva. Tornou depois a atravessar os Apeninos para tomar das águas de Lucca.

Lá (7 de setembro de 1581), chegou-lhe uma mensagem informando que fora escolhido para prefeito de Bordéus. Pediu que o dispensassem, mas Henrique III ordenou-lhe que aceitasse o cargo, e a tradição das funções públicas que lhe legou o pai não podia ser ignorada. Não teve pressa em voltar para a França; somente tornou a ver seu *château* no dia 30 de novembro, 17 meses depois de iniciar a viagem. Os deveres do cargo de prefeito eram leves; os vencimentos, apenas honrarias. Exerceu suficientemente bem suas funções, pois foi reeleito (agosto de 1583) para mais dois anos. Em dezembro de 1584, Henrique de Navarra, com sua amante e 40 acompanhantes, visitou-o, tendo o futuro rei da França dormido no leito do filósofo. Em fins do segundo mandato na prefeitura, a peste assolou Bordéus, e Montaigne, como quase todos os funcionários públicos, deixou a cidade e seguiu para um retiro rural. No dia 30 de julho de 1585, entregou as insígnias do cargo a um sucessor e recolheu-se a sua casa.

Estava com apenas 52 anos, mas os cálculos da bexiga o deixavam periodicamente incapacitado, impedindo-lhe, às vezes, a micção.[113] Em princípios de 1588 teve forças o bastante para fazer uma terceira viagem a Paris. Durante sua estada ali foi preso como partidário de Henrique III, a mando da Liga que, nesse tempo, dominava a capital; colocaram-no na Bastilha (10 de julho de 1588), mas foi posto em liberdade na mesma noite graças à interferência de Catarina de Médicis. Em outubro assistiu à assembléia dos Estados Gerais em Blois, mas voltou para Bordéus a tempo de escapar de ser envolvido nas vicissitudes de Henrique III depois do assassinato do duque de Guise.

Em seu último e mais belo ensaio, "Da Experiência", incluiu a descrição de sua decadência física. Seus dentes, por exemplo, pareciam ter alcançado "o limite natural

de sua duração".[114] Suportou sua "nova fase" sem amargor. Vivera sua vida conforme projetara; e escreveu com orgulho: "Examinai todas as figuras antigas e vereis como é difícil apontar uma dúzia de homens que tenham dirigido suas vidas num rumo... certo, que é a mais agradável orientação da sabedoria."[115] Declarou que seu fim estava próximo, reuniu os familiares e legatários em torno de si e, pessoalmente, entregou-lhes as somas ou os objetos que lhes destinara em seu testamento. Recebeu os sacramentos da Igreja com a mesma piedade de quem nunca houvesse escrito uma palavra de dúvida. Morreu no dia 13 de setembro de 1592, aos 59 anos.

Sua influência atravessou três séculos e quatro continentes. Richelieu aceitou com prazer a última edição dos *Ensaios* que Mlle. de Gournay lhe dedicou. Seu amigo e discípulo Charron, já em 1603, deu-lhes ordem e forma filosóficas. Flório verteu-os num inglês clássico (1603), mas obscureceu a simplicidade do autor com verbosidade erudita. Shakespeare talvez tenha visto essa tradução e a ela recorrido para formar e dar fraseado ao ceticismo de suas maiores tragédias; já nos referimos a suas apropriações dessa espécie. Talvez Ben Jonson pensasse em Shakespeare quando acusou autores ingleses de plagiar Montaigne.[116] Bacon sentiu sua influência, e provavelmente Descartes tenha encontrado nos *Ensaios* o estímulo para suas primeiras dúvidas universais. Pascal quase enlouqueceu procurando salvaguardar sua fé das inquirições de Montaigne. De Montaigne originaram-se Bayle, Vauvenargues, Rousseau, Diderot, Voltaire — Rousseau, das confissões e dos ensaios "Da Educação" e "Os Canibais"; Voltaire, de todo o restante. Montaigne foi o avô — da mesma maneira que Bayle foi o pai — do Iluminismo. Mme. du Deffand, a menos enganada mulher de sua brilhante época, desejava "lançar ao fogo todos os imensos volumes dos filósofos, exceto os de Montaigne, que é o pai de todos eles".[117] Foi através de Montaigne que a análise psicológica do espírito e do caráter ingressou na literatura francesa, de Corneille e Molière, La Rochefoucauld e La Bruyère a Anatole France. Thoreau colheu muita coisa nessa fonte, e Emerson nela se banhou antes de escrever seus próprios *Ensaios*. De Montaigne, como de poucos autores anteriores ao século XVIII, pode-se ainda dizer que é lido hoje como se tivesse escrito ontem.

Há muito o mundo reconheceu e perdoou suas faltas. Ele confessou que cometera tantas que exauriu o arsenal de seus críticos. Sabia perfeitamente que era gárrulo e vaidoso. Vez ou outra cansamo-nos das citações clássicas e, por um momento, damos ouvidos à apreciação injusta de Malebranche sobre os *Ensaios* como "nada que não um amontoado de anedotas históricas, historietas, *bon mots*, versos e apotegmas... que nada provam".[118] Inquestionavelmente, Montaigne embaralha todo seu material expondo-o desorganizadamente, diminuindo assim seu impacto e importância. Contradiz-se em uma centena de assuntos; quer ser justo, porque diz tudo e também o seu oposto. Há algo paralisante no ceticismo universal; preserva-nos do homicídio teológico, mas tira-nos a força impulsionadora e esgota nossa resistência. Sentimo-nos muito mais profundamente emocionados pela tentativa desesperada de Pascal em salvaguardar de Montaigne sua fé, do que pela vontade de Montaigne em não ter fé alguma.

Não podemos entregar nossos corações a tal criticismo; ele interrompe apenas passageiramente nossas alegrias com a *gaya ciencia*, a risonha cultura e o *allegro pensiero*-

so desse loquaz comentador. Onde encontraremos novamente tão animada síntese de filosofia e humor? Existe uma sutil similaridade entre essas duas qualidades, pois ambas podem nos chegar da contemplação de coisas em perspectiva; em Montaigne elas se unificam. Sua loquacidade é redimida pela originalidade e clareza; não há, nela, frases bolorentas, nenhum absurdo aparatoso. Estamos tão cansados da linguagem usada para ocultar pensamentos ou a ausência deles, que podemos passar por cima do egoísmo existente nessas auto-revelações. Surpreende-nos ver como esse amável *causeur* conhece bem nossos corações; alivia-nos ver nossas falhas compartilhadas por um homem tão sábio e por ele tão prontamente perdoadas. Conforta-nos ver que também ele tem suas hesitações e limitações; agrada-nos saber que nossa ignorância, quando compreendida, torna-se filosofia. E que alívio, depois da Noite de São Bartolomeu, encontrar um homem que não é infalível o bastante para matar!

Finalmente — e a despeito de seus ataques contra a razão — percebemos que Montaigne começa na França, assim como Bacon na Inglaterra, a Idade da Razão. Montaigne, o crítico da razão, nada era senão ela mesma. Com todas as suas mesuras à Igreja, esse irracionalista era um racionalista. Concordou em adaptar-se a ela somente depois que lançou as sementes da razão no espírito da França. E se, como Bacon, procurou fazer isso sem perturbar a fé consoladora dos pobres, a nós não cabe criticar-lhe essa cautela ou ternura. Não foi feito para ser queimado na fogueira. Sabia que também podia estar errado; foi o apóstolo da moderação, assim como da razão; e era suficientemente cavalheiro para não incendiar a casa do vizinho, a menos que tivesse qualquer outro abrigo para dar-lhe. Foi mais profundo que Voltaire, porque simpatizava com aquilo que destruía.

Na opinião de Gibbon, havia "naqueles tempos de fanatismo apenas dois homens liberais (de idéias livres e generosas) na França: Henrique IV e Montaigne".[119] E Sainte-Beuve, após considerar Montaigne sem simpatia, através dos olhos de Pascal,[120] acabou aclamando-o em uma rara explosão de entusiasmo: "*le français le plus sage qui ait jamais existé*" ("o francês mais sábio que jamais existiu").[121]

IV. IMORTAIS POR UM DIA

Depois de Montaigne, a literatura francesa estagnou-se durante uma geração. Ele conseguira escapar quase ileso das Guerras Religiosas, fechando-se em si mesmo até que passassem. Algures, a febre marcial-teológica arruinava as letras na França: no interregno entre Montaigne e Corneille, a França foi superada na literatura pela Inglaterra e pela Espanha, da mesma maneira que a Inglaterra o foi pela França depois da Guerra Civil. Uma sucessão de astros cruzava o firmamento sem, porém, se fixar. Richelieu procurou criar gênios com pensões, mas estorvou-os com a censura e subornou-os para o louvarem. Quando ele morreu, Luís XIII cancelou as pensões com uma simples penada: "Não vamos mais nos preocupar com isso." Mais estimulantes para a literatura foram as noites literárias do Hôtel de Rambouillet e a criação da Academia Francesa por Richelieu.

A Academia começou com reuniões de eruditos e escritores em uma casa particular

— a de Valentin Conrart, um secretário do rei (1627). Richelieu, alerta às letras da mesma maneira que à guerra, invejando as academias da Itália e a literatura da Espanha, propôs-se constituir esse grupo como organismo público reconhecido pelo Estado. Alguns membros opuseram-se ao plano, considerando-o um suborno para a ortodoxia; mas o poeta Chapelain (que desfrutava de uma pensão concedida pelo cardeal) lembrou-lhes que "estavam lidando com um homem que sabia perfeitamente o que queria".[122] Prevaleceu a advertência de Chapelain; o grupo resolveu unanimemente "aceder à vontade de Sua Eminência" e foi incorporado (1635) como Académie Française. Seus estatutos declaravam que

> nada parece faltar à felicidade deste reino senão tirar o idioma que falamos da relação de línguas bárbaras... que, agora mais perfeito que quaisquer outras línguas vivas, poderia, por fim, suceder ao latim como este sucedeu ao grego, se se cuidasse mais dele do que até então; que a função dos acadêmicos seja a de purificar o idioma das deturpações que tem sofrido, quer na boca do povo quer nos agrupamentos dos tribunais de justiça... quer nos maus hábitos de cortesãos ignorantes.[123]

Um dos primeiros 30 membros, Claude Vaugelas, foi encarregado de compilar um dicionário; decorreriam 50 anos antes de sair a sua primeira edição (1694). Ao mesmo tempo, a Academia elevou de maneira significativa a posição dos literatos; ser um daqueles 40 "imortais" (em 1637) tornou-se honraria tão grande quanto ocupar um alto cargo no governo; nenhum país honrou tanto a literatura como a França. Freqüentemente a Academia, composta na maioria de homens idosos, atuou como um freio conservador contra inovações literárias ou lingüísticas; de vez em quando fechou suas portas aos gênios (Molière, Rousseau); manteve-se, porém, acima das facções e ensinou seus membros a tolerar cortesmente a variedade de idéias; e a França recompensou-a, fazendo-a uma instituição permanente que resistiu aos impactos de muitas transformações, enquanto tantas outras coisas lhe foram concedidas.

Tendo reunido os poetas e os letrados, Richelieu lançou seu olhar vigilante para os jornalistas. Em maio de 1631, Théophraste Renaudot, auxiliado pelo cardeal, iniciou a publicação do primeiro jornal francês, depois chamado *Gazette de France*. Apareceu semanalmente como uma folha dobrada em oito partes, registrando as notícias oficiais, que Richelieu fornecia ou permitia, e acrescentando algumas páginas com as *nouvelles ordinaires*. Luís XIII era colaborador constante; respondia, pela *Gazette*, às críticas contra o governo e defendia o desterro de sua mãe; às vezes, examinava pessoalmente os parágrafos que escrevia para supervisionar a graduação dos tipos; mesmo um rei sente-se fascinado quando se vê em um jornal. No seu começo, a imprensa francesa era um veículo de propaganda — nesse caso, um meio de explicar à minoria alfabetizada a política do Estado. O povo acabou não confiando mais na *Gazette*, preferindo comprar as folhas chulas que os pensionistas de adversários do cardeal vendiam nas ruas.

A produção mais amplamente lida na época era o romance. O de cavalaria estava caindo de moda, não só porque Cervantes e outros o ridicularizaram, mas porque o feudalismo, então subordinado à realeza, perdia cada vez mais seus privilégios e prestígio. As histórias do tempo em que crescia a cavalaria foram substituídas por romances repletos de desejos torturantes e insatisfeitos. Toda pessoa dotada de cultura e horas de lazer, no governo de Luís XIII, leu *Astrée* (1610-19), de Honoré d'Urfé. O gênio do autor surgiu de uma ferida de amor. Sua esposa, cujo nome — Diana — a definia muito bem, preferia os prazeres da caça aos prazeres do casamento; seus cães comiam com ela, à mesa, e partilhavam-lhe o leito. Fazia um aborto por

ano.[124] Honoré retirou-se para sua propriedade e disfarçou sua infeliz biografia em um romance pastoral. Achou essa cura por meio de palavras tão satisfatória que a estendeu por 5.500 páginas reunidas em cinco volumes publicados em intervalos, de 1610 a 1627. Na história do amor do pastor Céladon pela pastora Astrée, ouvimos o interminável eco da *Diana enamorada*, de Montemayor, e das *Arcadias*, de Sannazaro e Sidney; o eco era, porém, melodioso, o pastor e a pastora tinham toda a graça e o primor da corte francesa, a linguagem atendia a todas as exigências do Hôtel de Rambouillet, a variedade das experiências amorosas rivalizava com as de Henrique IV, e a veneração à mulher agradava às deusas dos salões, que fizeram do livro um código de boas maneiras para o amor platônico. Nele estava o forte manancial do qual jorraram os romances sentimentais de Mlle. de Scudéry, do Abade Prévost (Antoine Prévost d'Exiles), de Samuel Richardson e de Jean-Jacques Rousseau, que declarou ter lido o livro uma vez por ano durante a maior parte de sua vida. No decurso de quase um século os fidalgos das cortes francesa, alemã e polonesa adotaram os nomes e representaram os papéis de *L'Astrée*; e metade da prosa escrita na França cultivava o romance.

A outra metade continha alguma prosa memorável. *Lettres* (1624 e segs.), de Jean Louis Guez de Balzac, eram verdadeiros ensaios destinados a impressionar as *précieuses*; contribuíam com Vaugelas e Malherbe para a purificação da língua, dando à prosa francesa a forma e a lógica da idade clássica.... Pierre de Bourdeilles de Brantôme, após uma vida alegre no exército e na corte, deixou, quando morreu (1614), um acervo de memórias narrando minuciosamente e com gosto os amores das damas francesas, as virtudes de Catarina de Médicis, a beleza de Maria Stuart e o espírito de Margarida de Valois; é uma pena que suas mais fascinantes histórias não sejam verossímeis. "Não é agradável" — ele pensava — "envelhecer no mesmo buraco, e nenhum homem de espírito jamais o fez; há que se aventurar audaciosamente em todas as direções, tanto no amor como na guerra." Num momento em que se mostrou mais judicioso, reconheceu que "a maior bênção que Deus nos pode conceder no casamento é uma bela prole, não um concubinato."... Jacques Auguste de Thou, magistrado e conselheiro de estado no governo de seu amigo Henrique IV, ajudou a elaborar e negociar o Edito de Nantes e devotou metade de sua vida ao preparo da *Historia sui temporis* (História de seu Próprio Tempo; 1604-1608), livro que se distinguiu pela erudição e imparcialidade, bem como pela coragem em estigmatizar o Massacre da Noite de São Bartolomeu como uma "explosão furiosa, sem exemplo nos anais de qualquer país". ... O duque de Sully, em sua velhice e com o auxílio de secretários, compôs as famosas *Mémoires des sages et royales économies domestiques, politiques, et militaires de Henri le Grand*, que dedicou "à França, a todos os bons soldados e a todo o povo francês"... No último ano da vida de Luís XIII, um grupo de jesuítas flamengos, chefiados por Jean de Bolland, começou a publicar a *Acta Sanctorum*, narrando, com cautelosa crítica, a vida dos santos na ordem de suas comemorações pela Igreja Católica. A despeito das vicissitudes da Companhia de Jesus, prosseguiu-se zelosamente no trabalho até chegar, em 1910, a um total de 65 volumes. Alguns forjadores de mitos protestaram, mas essa obra depõe a favor da cultura da mais culta das ordens religiosas. Por fim, devemos listar novamente o ubíquo e incrível Richelieu, que mergulhou sua pena em todas as fontes literárias, deixando-nos suas *Mémoires* — um tanto prejudicadas por favorecê-lo, mas ocupando alta posição na notável seqüência de memórias da França, que não tem rival em qualquer outra língua.

Nunca fora tão grande o número de poetas menores. Théophile de Viau, Vincent Voiture e Honorat de Bueil, marquês de Racan, ainda são lidos por franceses leais, ao menos nas escolas. Os amores libertinos e as dúvidas escandalosas de Théophile tornaram-no o Villon daquela época; foi condenado à fogueira e depois solto, porém desterrado. O agradável espírito de Voiture tornou-o o *bel esprit* (quase ousaríamos dizer, o primeiro trocadilhista) do Hôtel de Rambouillet. Quando Bossuet, aos 12 anos, fez uma prédica à meia-noite naquele *salon*, Voiture declarou que jamais ouviria alguém pregar tão cedo e tão tarde.

Dois grandes poetas honraram esses domínios. François de Malherbe ilustrou o princípio de que cada época, para deleitar-se a si mesma, deve denunciar e revolver o passado. O grande Ronsard ainda poetava, durante a mocidade de Malherbe; ele e sua Plêiade purificaram os versos franceses, orientando-os para os modelos e temas clássicos; seus sucessores celebraram a França e as amantes em sonetos, fazendo-as dormir com expressões arcaicas, frases caprichosas, *concet-*

ti italianos; inversões canhestras, alusões obscuras e mitologia abstrusa. Malherbe achou que isso já passava da conta. Nascido em Caen (1555), estudou em Basiléia e Heidelberg, despendeu muitos anos em viagens e já tinha 50 anos quando ingressou na corte da França. A despeito de suas impudências e impiedades, progrediu e tornou-se o poeta favorito de Henrique, o Grande, que, entretanto, lhe deu "mais felicitações que dinheiro".[125] Vivia vendendo seus versos a quem fizesse maior lance e fomentava sua produção atacando seus predecessores. Como as *précieuses* do salão de Rambouillet, declarou guerra às palavras de cunho rural e às operações menos poéticas da bagagem humana; baniu as inversões, as ambigüidades, os dialetos, os provincialismos, os gasconismos (coisa difícil para o rei), o palavreado desnecessário, as cacofonias, os solecismos, os estrangeirismos, os latinismos, os tecnicismos, a liberdade poética e as rimas imperfeitas. Devia haver, agora, dignidade de idéias, simplicidade e clareza de expressões, harmonia no ritmo, consistência nas metáforas, ordem na exposição e lógica nas frases. O bom trabalho devia soar bem e ser agradável ao ouvido; o hiato era uma ofensa ao ouvido, uma doença das vias respiratórias. Malherbe experimentava suas poesias nos ouvidos de seu mordomo.[126]

Ouçamos uma delas — "Consolation" —, oferecida a um amigo que pranteava a morte da filha:

Mais elle était du monde, où les plus belles choses
Ont le pire destin,
Et rose elle a vécu ce que vivent les roses,
L'espace d'un matin...
La mort a des rigueurs à mille autre pareilles;
On a beau la prier,
La cruelle qu'elle est se bouche les oreilles,
Et nous laisse crier.
La pauvre en sa cabane, où le chaume le couvre,
Est sujet à ses lois;
Et la garde que veielle aux barrières du Louvre
*N'en défend point nos rois.**[127]

A prática de Malherbe era menos eficaz que seus princípios: seus versos, com as regras que estabelecera, pareciam um tanto frios; e Guez de Balzac — que a esse tempo estava reformando a prosa — na poesia de Malherbe só encontrava boa prosa. Mas o Hôtel de Rambouillet acolheu-o em seu seio, a Academia adotou seus preceitos e Boileau herdou-os como a fundação do estilo clássico. Foram, durante dois séculos, forte baluarte para os bardos líricos da França. Na velhice, Malherbe transformou-se em verdadeiro pontífice da poesia, um oráculo em questões de linguagem e estilo; admiradores seus saudavam-no como "o homem mais eloqüente de todos os tempos", e ele concordava, dizendo que "o que Malherbe escreve durará eternamente".[128] No leito de morte (1628), despertou de seu último torpor para censurar a enfermeira pelo seu francês incorreto.[129]

Mathurin Régnier julgava-o entediante, desprezava suas regras e, como Villon, ia lançando dos lupanares suas poesias ardentes. Tonsurado e destinado ao sacerdócio, abandonou-se de tal forma no *Venusberg* que se tornou velho e grisalho quando moço ainda. Aos 31 anos, estava fisicamente fraco, atacado de gota e sífilis. Ainda assim achava que "toda mulher me agrada"; elas, porém, eram mais discriminadoras. Régnier escreveu alguns dos mais vigorosos versos da

* Mas ela era o mundo, onde as mais belas coisas / Têm o pior destino, / Ela mesma uma rosa, viveu como vivem as rosas, / O espaço de uma manhã... / A morte é de um rigor sem paralelo; / Inúteis todas as súplicas, / Pois ela, cruel como é, fecha os ouvidos / E nos deixa chorar. / O pobre em sua cabana, sob um telhado de colmo, / Está sujeito as suas leis; / E o guarda dos portões do Louvre / Dela não pode defender nossos reis.

língua, audaciosamente afrodisíacos, selvagemente satíricos, rivalizando com Horácio na forma e com Juvenal no azedume, vivificando-os com pessoas e lugares que havia conhecido ou visto. Ridicularizava o purismo lingüístico das *précieuses* e o rigor clássico de Malherbe; o ardor de uma chama interior parecia-lhe mais vital para a poesia que a ortodoxia na gramática, na retórica e na prosódia; já no alvorecer da idade clássica, o romantismo começava a se agitar. A própria ciência e a filosofia foram justamente repreendidas por suas jactâncias:

Philosophes rêveurs, discourez hautement;
Sans bouger de la terre allez au firmament;
Faites que tout le ciel branle à votre cadence,
Et pesez vos discours même dans sa balance...
Portez une lanterne aux cachots de nature;
Sachez qui donne aux fleurs cette aimable peinture...
Déchiffrez les secrets de nature et des cieux:
Votre raison vous trompe aussi bien que vos yeux. *[130]

Em 1609, tornou-se poeta da corte de Henrique IV. Quatro anos depois, à idade de 39 anos, morria desgastado pela sua melodiosa devassidão. Compusera seu epitáfio:

J'ai vécu sans nul pensement,
Me laissant aller doucement
À la bonne loi naturelle,
Et ne saurais dire pourquoi
La mort daigna penser à moi,
Qui n'ai daigné penser à elle. **[131]

V. PIERRE CORNEILLE: 1606-84

Pierre Corneille foi a estrela literária no firmamento de Richelieu, pois com ele a dramaturgia francesa tornou-se literatura, e a literatura francesa, durante um século, foi predominantemente dramaturgia.

Muitas experiências aplainaram-lhe o caminho. Étienne Jodelle levara à cena, em 1552, a primeira tragédia francesa. Seguiram-se imitações semelhantes de Sêneca, todas baseadas no seu esquema de histórias de violências, estudos psicológicos e explosões de retórica, desprovido do coro clássico mas limitado às supostas unidades aristotélicas de uma só *ação*, representada como se ocorresse em um só *lugar* e em um só *dia*. Aristóteles (conforme vimos ao discutir a dramaturgia elisabetana) exigira unidade de ação ou enredo; não exigira unidade de lugar e não insistira na de tempo. Mas

* Filósofos sonhadores, discorrei com elevação; / Sem os abalardes da terra, saltai para as estrelas; / Fazei todo o firmamento dançar segundo vossa cadência / E pesai vossos discursos em sua balança... / Levai uma lanterna para os recessos da natureza; / Procurai conhecer quem às flores dá matizes encantadores... / Decifrai os segredos da natureza e dos céus: / Vossa razão vos engana e também vossos olhos.

** Vivi sem um pensamento. / Deixando-me levar docemente / Pela boa lei da natureza. / E não saberei dizer por que / A morte se dignou pensar em mim, / Eu que não me dignei pensar nela.

o erudito Julius Caesar Scaliger, em *Poetices libriseptem* (1561), exigia de todos os dramaturgos que aderissem às formas gregas e latinas; Jean Chapelain repetiu essa exigência em 1630; os argumentos, que na Inglaterra caíram ante o gênio tempestuoso de um homem que pouco conhecia de latim e menos ainda de grego, conquistaram vitória completa em uma França que herdara a língua e a cultura latinas; depois de 1640, a forma de Sêneca de três unidades dominou nas tragédias francesas através de Corneille, Racine, Voltaire e por todo o século XVIII, no decorrer da Revolução, do Império e da Restauração até que, em *Hernani* (1830), de Victor Hugo, o drama romântico obteve sua histórica vitória, ainda que tardia.

O drama francês, no século XVI, não dispunha de local regular para ser exercitado; sustentava-se nos colégios ou vagueava de uma corte a outra, de salão em salão. Em 1598, foi fundado o primeiro teatro francês permanente, no Hôtel de Bourgogne, na Rue Mauconseil, e, em 1660, abriu-se o *Théâtre des Marais*, na atual Rue Vieille du Temple. Ambos tinham uma *parterre* (platéia) central de forma alongada, onde ficavam as classes menos abastadas, que ali comiam, bebiam, jogavam, brigavam, assistiam às representações e observavam suas bolsas; enquanto que ao longo das paredes havia duas fileiras de camarotes que eram ocupados pela gente endinheirada. Antes do domínio de Richelieu, somente algumas mulheres, que nada tinham a perder, é que assistiam aos espetáculos. O palco, erguido em uma extremidade daquele retângulo, ficava tão distante de metade do auditório que a manifestação do pensamento ou do sentimento por meio de expressões faciais era quase inútil para os atores, e dava-se uma recompensa à retórica que pudesse alcançar os ouvidos mais afastados. As representações aconteciam à tarde, geralmente das cinco às sete; a lei exigia que os espetáculos terminassem antes de escurecer, pois ambos os teatros encontravam-se em locais perigosos da cidade. Os atores, antes de Molière, costumavam ser importados da Itália e da Espanha. Os papéis femininos eram representados por mulheres, e, nas comédias, a necessidade de renda fazia com que se acentuasse sobremodo a questão do sexo. A Igreja e o Parlamento tentaram, em vão, purificar ou suprimir o teatro cômico. Richelieu elevou o nível moral da dramaturgia francesa tomando alguns dos dramaturgos sob sua proteção e vigilância, para o que ele mesmo assistia às representações e colaborava com Rotrou, Scarron e outros na criação de peças. Gradativamente, sob seus olhos a tudo vigilantes, os predecessores de Corneille — Garnier, Hardy e Rotrou — prepararam o caminho para o sucesso da época: *Le Cid*.

Corneille passou pelas vicissitudes usuais no caminho para a mestria. Nascido em Rouen (1606), teve a desvantagem de crescer em uma capital provincial, distante dos estímulos literários e das oportunidades de Paris; mas seu pai era um distinto magistrado que pôde dar a Pierre a melhor educação possível no colégio local, dirigido pelos jesuítas. Esses zelosos educadores usavam o teatro como instrumento na educação; ensinavam os estudantes a representar, em latim, peças clássicas e outras, e essa prática influenciou os temas, a técnica e o estilo do drama francês. Obviamente, ninguém pretendia fazer de Pierre um dramaturgo; ele fora educado para a advocacia e exerceu-a durante certo tempo; talvez a arte e o hábito da eloqüência forense tivessem contribuído para moldar a oratória que ressoa em suas tragédias.

Aos 21 anos, quase simultaneamente, o amor e a poesia entraram em sua vida; a dama rejeitou-o e ele se refugiou nas rimas. Ferido e tomado de melancolia e timidez,

viveu no papel os dramas que a sua linhagem foram negados. Passaram-se 11 anos até que encontrasse uma esposa (1640) — e isso por intermédio do auxílio de Richelieu; mas, enquanto isso, concebeu uma dúzia de tragédias ou comédias, cujos enredos giravam em torno do amoroso ou galante heroísmo. Em 1629, levou para Paris sua primeira peça: *Mêlite*; foi representada no Hôtel de Bourgogne; era um absurdo quadrângulo de amor e intriga, mas sua vivacidade de diálogo proporcionou-lhe êxito, e Corneille animou-se ante a luminosidade da fama. Richelieu contratou-o, e a quatro outros, para escrever peças a partir de temas e numa linha sugeridos por ele, Richelieu. Corneille modificou por conta própria o esboço que lhe fora submetido; Sua Eminência Vermelha franziu o cenho; Corneille, agastado, retirou-se para Rouen, mas continuou a receber de Richelieu uma pensão de 500 coroas por ano.

Incitado pelo êxito da tragédia de Mairet — *Sophonisbe* — abandonou a comédia, estudou Sêneca e levou para Paris, em 1635, sua *Médée* (Medéia). Nela apareceram pela primeira vez suas qualidades básicas: força de pensamento e nobreza de linguagem. Daí por diante, com alguns lapsos, foi povoando suas peças de homens e mulheres de elevado *status*, dotando-os de sentimentos superiores e exprimindo tais sentimentos com linguajar esplêndido e vigoroso raciocínio. Waller, poeta inglês coevo, ouvindo *Médée*, aclamou Corneille como um novo mestre. "Os outros" — disse — "fazem... versos, mas Corneille é o único que sabe pensar."[132] A arte mais elevada é a que vem impregnada de filosofia. Dos dramas heróicos de Roma e da Grécia, de seus professores jesuítas, de suas próprias meditações sombrias e solitárias — majestosos alexandrinos marchando em seus sonhos — Corneille concebeu um plano de pensamento e estilo jamais conhecidos no drama francês, mesmo depois dele.

Houve outra literatura dramática que o atraiu e formou. Pôde extrair pouco do teatro elisabetano, pois este se descuidava bastante das regras clássicas para poder adaptar-se a um modelo clássico. Mas a Espanha, nessa época, estava arrebatada pelo teatro e cumulava de honrarias a Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderón de la Barca como os únicos dignos herdeiros de Sófocles, Eurípides, Terêncio e Sêneca. E no drama espanhol encontrou Corneille um tema naturalmente dramático: o código de honra que exigia a morte para cada insulto ou sedução. Aprendeu espanhol, leu *Las mocedades del Cid* (1599?), de Guillén de Castro, serviu-se do enredo com a mesma sem-cerimônia de Shakespeare e escreveu a mais famosa peça da literatura francesa.*

Le Cid foi levado à cena em 1636. A platéia sentiu que nunca antes surgira, no tablado gaulês, uma peça tão poderosa quanto essa. "É tão bela" — disse um contemporâneo — "que inspirava amor mesmo nas damas mais frias, a ponto de suas paixões irromperem até no teatro público. Viam-se nos camarotes pessoas que raramente deixavam seus salões dourados e poltronas forradas de *fleur-de-lis*."[133] Poucos sabiam que o enredo era um plágio, embora Corneille francamente o confessasse; todos se maravilhavam com sua complicada sutileza. A aristocrática Ximenes e o fidalgo Rodrigo vibram de amor. Mas o pai de Ximenes, Don Gomes, discute de maneira insultuosa com Don Diogo, o velho e enfermo pai de Rodrigo. Este vê-se obrigado pela honra a vingar o pai; desafia Gomes para um duelo e mata-o. Ximenes, ainda amando Rodrigo, vê-se compelida pela honra a pedir ao Rei Fernando que o decapite

* *El Cid* — isto é, *Sayyid*, nobre — foi o título dado pelos mouros a Rodrigo Díaz, o meio legendário herói que, por volta de 1085, ajudou a restaurar o cristianismo na Espanha.

ou desterre; o conflito, nela, entre o "ponto de honra" e o chamado do companheiro confere à história e as suas paixões divergentes uma extraordinária força e intensidade. Rodrigo oferece a Ximenes sua espada e pede-lhe que o mate, mas a jovem não pode tomar uma decisão. Ele parte para lutar contra os mouros; volta para Sevilha coberto de glórias arrastando os reis que capturou; toda Sevilha aclama seu nome, mas Ximenes ainda exige sua morte. Como Fernando se recusa a atendê-la, ela promete sua mão a quem desafie para um duelo e mate o homem a quem ama. Sancho aceita a tarefa. Rodrigo propõe-se a deixar que Sancho o mate. Ximenes arrepende-se de sua vingança, pede-lhe que se defenda; ele vence Sancho mas poupa-o; por fim, satisfaz-se o código de honra; Ximenes aceita seu amante e tudo acaba bem.

Durante meia estação Paris celebrou a beleza de Ximenes e discutiu sua sanidade mental. Fizeram-se comentários políticos. Richelieu proibira os duelos, e naquela peça eles pareciam parte integrante de leis superiores. Os nobres, que odiavam Richelieu, glorificavam a apresentação de uma aristocracia ainda capaz de fazer justiça com as próprias mãos. Tampouco o cardeal se sentiu satisfeito com o êxito de um homem que se recusara a aceitar suas diretrizes literárias. Pediu a sua recém-criada Academia que expedisse uma crítica judiciosa sobre a peça e mal ocultou a esperança de que o pronunciamento fosse adverso. A Academia prolongou seus debates para deixar que as paixões serenassem; finalmente, cinco meses depois, publicou seus "Sentiments". No todo, o veredicto foi moderado e justo. Pôs objeções à aparente exaltação do amor romântico, considerou o desenlace inverossímil e viu algo de indecoroso e absurdamente pretensioso nas palavras finais de Ximenes a Rodrigo, quando este partiu para lutar com Sancho: "*Sors vainqueur d'un combat dont Chimène est le prix*" ("Que tu venhas vencedor de um combate, do qual Ximenes é o prêmio"). Essa crítica foi graciosamente salva pela conclusão da Academia

> que mesmo aos homens cultos se deve conceder certa indulgência para com as irregularidades de uma obra que não teria a boa sorte de agradar tanto à comunidade se não fosse dotada de belezas incomuns... e que a naturalidade e a veemência de suas paixões, a força e a delicadeza de muitos pensamentos e o indescritível encanto que se mescla com todos os seus defeitos deram-lhe uma elevada posição entre os poemas franceses de caráter semelhante.[134]

A Academia nunca mais assumiu, depois disso, função de juiz literário. Corneille acalmou a situação dedicando *Le Cid*, então já publicado, à querida sobrinha do cardeal e sua obra-prima seguinte, *Horácio* (1640), ao próprio cardeal. Tito Lívio[135] contara a lenda em sua *História*. No mesmo dia, em cidades distintas, duas irmãs gêmeas deram à luz trigêmeos: um grupo em Roma, filhos de Horácio, e outro em Alba Longa, filhos de Curiácio. Uma geração mais tarde as duas famílias ligaram-se ainda mais pelo casamento de Sabina, filha de Curiácio, com o filho de Horácio, que tinha o mesmo nome do pai, e pelo amor de Camila, filha de Horácio, por um dos trigêmeos de Curiácio. Aconteceu, porém, que as duas cidades entraram em guerra; seus exércitos encontram-se frente a frente; Sabina e Camila tremem no acampamento romano e Sabina faz soar o tema feminino da composição:

Je suis Romaine, hélas! puisque Horace est Romain;
J'en ai reçu le titre en recevant sa main;
Mais ce noeud me tiendrait en éclave enchainée
S'il m'empêchait de voir en quel lieux je suis née.
Albe, où j'ai commencé de respirer le jour,
Albe, mon cher pays, et mon premier amour;
Lorsqu'entre nous et toi je vois la guerre ouverte,
Je crains notre victoire autant que notre perte.
Rome, si tu te plains que c'est là te trahir,
Fais-toi des ennemis que je puisse haïr.
Quand je vois de tes murs leur armée et la nôtre,
Mes trois frères dans l'une, et mon mari dans l'autre,
Puis-je former des voeux, et sans impiété
*Importuner le ciel pour ta félicité?** [136]

Portanto, Corneille mostra que seu tema não é o mero duelo de armas e homens, mas o conflito de lealdades passionais, a tragédia da justiça em luta com ela mesma; e, assim inspirado, sua pena cria frases de força compacta e versos que marcham em ritmo marcial e harmonias ressoantes.

O comandante albano lembra aos romanos que eles e os albanos (teria Corneille em mente os católicos e os huguenotes?) provêm de um só sangue e de um só país, e que será um ato criminoso desmembrar a Itália (França?) com a guerra civil; e propõe resolver a contenda por meio de um combate entre três albanos e três romanos, A proposta é aceita, e as mulheres têm uma hora de temerosa felicidade. O comandante albano escolhe os trigêmeos Curiácios; os romanos, os Horácios. As mulheres caem em pranto e os heróis, por um momento, sentem-se comovidos com suas lágrimas; mas Horácio, o pai, faz ressoar o tema masculino, censura-os por perderem tempo com mulheres enquanto a honra os chama:

*Faites votre devoir, et laissez faire aux dieux.*** [137]

Os deuses se atrapalham. Os três Curiácios são mortos; somente Horácio, um dos três filhos de Horácio, sobrevive. Sua irmã Camila censura-o por haver matado seu noivo e ataca Roma e seu código de honra e de guerra. Ainda empolgado pelo combate ele a mata por julgá-la indigna de ser romana. Sua esposa Sabina exprobra-lhe a crueldade, lamenta os irmãos que perdeu e pede a Horácio que também a mate. Ele procura convencê-la de que o patriotismo está acima do amor.

O enredo é, naturalmente, inverossímil; não mais, porém, que os de Shakespeare. O dramático é, por definição, excepcional; os dramas se empobreceriam se descrevessem objetivamente a realidade; eles se tornam arte se, desprezando o que é irrelevan-

* Ai de mim! Sou romana, pois Horácio é romano; / Recebi esse título ao receber sua mão; / Esse laço, porém, me faria uma escrava agrilhoada / Se ele me impedisse de ver o lugar onde nasci. / Alba, onde primeiro respirei o dia, / Alba, minha querida terra e meu primeiro amor; / Quando vejo a guerra declarada entre nós e vós, / Temo nossa vitória tanto quanto nossa derrota. / Roma, se vos queixais de que isso é trair-vos, / Criai inimigos que eu possa odiar. / Quando de vossas muralhas o exército deles e o nosso contemplo, / Meus três irmãos em um e meu esposo em outro, / Como poderei fazer minhas preces e, sem impiedade, / Importunar o céu por vossa felicidade?

** Cumpri vosso dever e deixai o resto aos deuses.

te e selecionando o que é importante, puderem aprofundar nossa compreensão da vida. Corneille herdou a exaltação renascentista da Roma antiga; sustentou a concepção estóica do dever contra a complacência do amor, que imperara no teatro francês antes dele; seus heróis não seriam fundamentalmente amantes, mas patriotas ou santos.

Ele tirou um santo do calendário católico para ser a figura dominante em um drama ainda mais vigoroso. "Todo mundo conhece *Polyeucte* de cor" — declarou Sainte-Beuve.[138] Em *Polyeucte*, a carpintaria é severamente clássica, aceitando todas as unidades, mas construindo sobre elas uma tragédia complexa de força concentrada. Hoje, em nossos estudos, somente a eloqüência contida na peça é que nos causa impressão; devemos ouvi-la dos lábios de atores franceses movimentando-se imponentemente pelo palco ou, à luz das estrelas, no átrio dos Inválidos ou no Louvre; e, mesmo assim, precisamos conhecer a língua e a alma francesas, e ainda revestir-nos da fé de nossa mocidade. O enredo gira em torno da resolução de Polyeucte — romano altivo e culto, convertido recentemente ao cristianismo — de destruir os altares dos deuses pagãos. A época é a das perseguições de Décio aos cristãos (249-51 d.C.); o local é Melitene, posto avançado dos romanos na Armênia; o drama inteiro se desenrola no palácio de Félix, governador romano. Todos os cristãos receberam, sob pena de morte, ordem de participar das preces e sacrifícios do império às divindades antigas, para que elas protejam as armas romanas contra a invasão e o cerco dos bárbaros. Tomado do fervor de um convertido, Polyeucte deseja, por meio de uma ação dramática, encorajar a resistência dos cristãos ao edito imperial. É contido pelo amor a Pauline, sua esposa e filha do governador, mas, como um verdadeiro herói de Corneille, sacrifica o amor ao dever. Na presença do próprio Félix, ele e um amigo interrompem os ritos pagãos; ambos apelam aos fiéis para que se afastem do adúltero Júpiter e se voltem para o Deus dos cristãos, o único "monarca absoluto do céu e da terra"; e para desmascarar os "impotentes monstros", sobem ao altar e arremessam ao chão os vasos dos rituais e a estátua de Jove. Félix manda prender os violadores. Pauline suplica a Polyeucte que se arrependa de seu sacrilégio; ele, entretanto, concita-a a unir-se a ele em sua nova fé. Pauline apela para o pai, pedindo-lhe que o perdoe; o pai recusa; ela anuncia sua conversão e prepara-se para acompanhar o marido até a morte. Félix impressiona-se de tal maneira que resigna o cargo e torna-se cristão. As perseguições aos cristãos cessam repentinamente; Félix é de novo nomeado governador, mas, nesse ínterim, Polyeucte sofreu o martírio.

Com exceção do martírio e da profanação do altar, todo o resto da história é embelezamento de Corneille; dele, também, são a insolência e a altivez do santo, bem como a violência do ato. Quando o autor leu a peça no Hôtel de Rambouillet, vários ouvintes, inclusive um bispo, condenaram Polyeucte como desnecessariamente ríspido e extremado, Corneille pensou durante certo tempo em suprimir a peça. Seu êxito no palco, entretanto, levou-o ao zênite de sua carreira (1643). Viveria ainda 41 anos, nos quais o veremos rivalizando com Racine; mas não podia saber que já tinha escrito suas três maiores peças — diriam alguns serem elas as melhores em toda a história do teatro francês. São tão diferentes do drama "romântico" da Inglaterra elisabetana ou da França do século XIX que é preciso a imaginação auxiliar a história para explicar sua influência na época de Corneille e no teatro de hoje em dia. Também em Corneille há romance, tanto quanto em Shakespeare; e as paixões são estudadas por

ele com mais desvelo e sutileza do que por Descartes; mas, seguindo os ideais clássicos da época, as paixões, embora vigorosamente expressas, sujeitam-se à "razão" — ou aos argumentos. A superabundância de argumentos constitui o lastro dessas peças, de modo que, raramente, elas contêm os lances arrebatadores que em Racine são tão numerosos. A ação mantém-se afastada do tablado; ali tudo é narrativa, exortação e eloqüência; em Corneille, cada personagem é um *raisonneur* consumado. Para os franceses, essas falhas desaparecem no esplendor do estilo e na majestade dos temas. Se, em alguma obra de arte, procurarmos nobreza, algum pensamento ou sentimento, que nos elevem acima de nós mesmos e do tempo, iremos encontrá-los freqüentemente em Corneille. Ele escreveu como se o fizesse para estadistas e filósofos; moldou seus versos como se estivesse compondo música; burilou frases que ainda perduram na memória da França. O clássico e aristocrático espírito — da razão reprimindo as paixões, da forma dominando a matéria — fundiu-se com o autodomínio estóico, a honra espanhola e a inteligência francesa para produzir um teatro completamente diferente do teatro elisabetano, e que até hoje, juntamente com Racine e Molière, empresta precioso brilho à herança da humanidade.

VI. ARQUITETURA

Foi visível a vitória do espírito clássico nas belas-artes do mesmo modo que na literatura? Ele nos aparece em quase todas as fachadas francesas da época. Algumas igrejas góticas foram restauradas no estilo gótico, como a catedral de Orléans; mas, com mais freqüência, antigas igrejas — como as de St.-Gervaise e St.-Étienne-du-Mont — foram remodeladas com fachadas de estilo Renascença. Talvez novas igrejas pudessem exibir um completo estilo neo-italiano; assim, Jacques Lemercier projetou a igreja da Sorbonne segundo o modelo da basílica de São Pedro — colunas, frontão e domo. Na arquitetura, como nos costumes, na literatura e na filosofia, o renascimento pagão deu nova e arrojada face ao espírito cristão.

Até os jesuítas foram colhidos pela corrente da Renascença e muito prontamente, pois, como ordem religiosa, não se viam presos a raízes medievais. Em suas primeiras gerações, sob a direção de Loyola e Laynez, tinham sido missionários austeros e destemidos, devotados defensores da ortodoxia e dos papas; salvaguardaram, porém, algum humanismo no Concílio de Trento; e, da mesma maneira que em seus colégios faziam dos clássicos antigos o núcleo dos seus currículos, também na arquitetura escolheram fachadas semiclássicas para seus santuários importantes. De sua brilhante igreja em Roma, a Gesù, levaram o estilo das decorações luxuriantes através dos Alpes e para além dos Pireneus. Não se prendiam uniformemente a copiosos ornamentos; seu mais famoso arquiteto — que ergueu a fachada em transepto da catedral de Orléans — projetou igrejas e colégios imprimindo-lhes linhas de severa simplicidade, compatíveis com seu caráter e com os recursos de que dispunha. Mas quando prosperou, a ordem passou a construir com alegre exuberância. Em 1627, teve início a edificação da bela igreja familiarmente conhecida em Paris como Les Jésuites — a fachada romana, o primoroso interior esculpido com seus capitéis, arcos e cornijas, as abóbadas do coro encontrando-se harmoniosamente para sustentar um luminoso domo; John Evelyn, visitando Paris em 1644, declarou ser esta igreja "uma das mais perfeitas pe-

ças de arquitetura na Europa".[139] Não era desagradavelmente barroca; nada havia que fosse deformado ou bizarro. Na França, esse estilo barroco foi temperado pelo gosto aristocrático — da mesma maneira que Ronsard e Malherbe refinaram as monstruosidades de Rabelais.

A arquitetura religiosa esmoreceu durante as Guerras Religiosas, e, nos intervalos da guerra, floresceu a arquitetura civil. Erigiram-se edifícios para as prefeituras de La Rochelle, Lyon, Troyes e Reims. Em Paris, Catarina de Médicis, desejando deixar o Louvre para Carlos IX e sua rainha, contratou Philibert Delorme para construir para ela e seus auxiliares as Tulherias (1564), que receberam seu nome dos estabelecimentos que fabricavam telhas *(tuiles)* nas imediações. O novo palácio, com fachadas em estilo Renascença e colunas coríntias, foi erguido a oeste do Louvre, na atual Place du Carrousel, com uma extensão de 246 metros ao longo do Sena. Foi destruído por um incêndio em 1871, durante a fúria da Comuna de Paris; ficaram somente os jardins — os agradáveis Jardins das Tulherias.

A construção civil retomou rápido impulso no governo de Henrique IV. A Pont Neuf, aberta para o tráfego em 1604, tornou-se a mais popular das pontes que atravessam o Sena. O Hôtel de Ville, terminado no ano da morte de Henrique, permaneceu até 1871 rival da Notre Dame e do Louvre no orgulho do povo. Como Francisco I e Luís XIV, Henrique reuniu artistas sob sua proteção, compreendeu-os e coordenou-lhes os trabalhos. Eles adicionaram ao Louvre, para o rei, o Pavillon de Flore e ligaram-no às Tulherias por meio da Grande Galerie. Em Fontainebleau, construíram a capela, a Galerie des Cerfs, a Cour e o Salon Ovale, a Porte Dauphine e a Galerie de Diane. Fontainebleau, sob o reinado de Henrique, o Grande, foi a sublime realização da Renascença francesa.

A viúva de Henrique IV, Maria de Médicis, antes de meter-se em dificuldades com Richelieu, contratou Salomon de Brosse para projetar seu próprio Palais du Luxembourg, na Rue Vaugirard, ao sul do Sena (1613-20). Quando Luís XIII e Richelieu se livraram dela, encarregaram Lemercier de ampliar novamente o Louvre para sede do governo; terminou-se então o Pavillon de l'Horloge, prolongaram-se as grandes alas e, com isso, o imponente edifício assumiu, em essência, sua forma atual. Com plantas de Lemercier, Richelieu construiu em Paris o suntuoso Palais Cardinal, onde reuniu suas coleções de pinturas, esculturas e outras obras de artes; ali estiveram Mantegna, Da Vinci, Veronese e os *Escravos*, de Michelangelo. A maior parte desse tesouro passou para Luís XIII e Luís XIV, para o Louvre e para nós.

Na arquitetura doméstica, François Mansart deu nova forma à silhueta do casario de Paris, desenvolvendo a mansarda: duas inclinações, a inferior mais íngreme que a superior, o que permitia rápido escoamento da neve e das águas da chuva e proporcionava maior espaço ao último andar das casas; muitos estudantes ou artistas de Paris viviam em *mansardas* ou águas-furtadas. Mansart projetou várias igrejas em Paris e muitos *châteaux* na França, a maioria com muito sucesso, no que agora constituem as Maisons Laffitte, um subúrbio da capital . Em 1635, "Monsieur" Gaston d'Orléans encarregou-o de reconstruir o *château* da família, em Blois; Mansart terminou apenas a ala noroeste; sua fachada em estilo Renascença e a magnificente escadaria continuam sendo as obras-primas "do mais hábil arquiteto que a França jamais produziu".[140]

VII. OUTRAS ARTES

No mesmo espírito da tradição clássica, abrandada pelo requinte e o sentimento franceses, os escultores adornaram as igrejas, as mansões, os jardins e os túmulos dos grandes. Germain Pilon herdou, de Cellini, Primaticcio e Jean Goujon, a graça da Renascença, mas também lembrou a união gótica da ternura e da força. Suas obras-primas são três túmulos. Um, na igreja da abadia de St.-Denis, reúniu na morte Catarina de Médicis e seu ocasional esposo Henrique II — a rainha dotada de uma beleza ideal que teria aquecido seu coração solitário. Outro, agora no Louvre, reverenciou René de Birague, chanceler de Francisco II e Carlos IX — a imagem do orgulho vencido pela piedade, uma maravilha de roupagem flexível captada no bronze. Ao seu lado, o túmulo da sua esposa, Valentine Balbiani: na parte de cima, a dama no vigor da mocidade, glorificada com mantos adornados; embaixo, a mesma beleza implacavelmente esculpida como cadáver, o rosto, as mãos e os pés ossudos, o colo enrugado e os seios afundados; é um vigoroso grito enfurecido contra a sardônica devastação da beleza pelo tempo. Só esses túmulos teriam colocado Pilon acima de qualquer outro escultor da época; a eles acrescentou, porém, um sem-número de obras, todas de notável mérito. Atualmente a maioria de seus trabalhos estão reunidos no inesgotável tesouro da França, o Louvre.

Lá também, a poucos passos, podem ser apreciados trabalhos dos sucessores de Pilon: a figura em tamanho natural de Henrique IV, criação de Barthélemy Tremblay, com um sorriso tão enigmático quanto o da Mona Lisa; o túmulo de Anne de Montmorency, de Barthélemy Prieur, e uma vívida *Renommée* (Fama), de Pierre Briard — um nu soprando com as bochechas inchadas e escrevendo no ar como que a dizer, superando Keats: "Aqui jaz alguém cujo nome foi escrito no vento". Na capela de Chantilly está um memorável monumento ao cardeal de Bérulle, obra de Jacques Sarazin. Alguns desses escultores estudaram em Roma e trouxeram de Bernini a tendência barroca para o excesso de ornamentos, movimentos e emoções; tais excessos, todavia, logo desapareceram ante o olhar frio de Richelieu e o gosto clássico de Luís XIV. A suave perfeição do *Le grand siècle* já aparece nos medalhões de Jean Varin, que chegou de Liège para viver na França, alcançando, em seus minúsculos retratos de Richelieu, Mazarin e Ana da Áustria, uma superioridade jamais superada por nenhum medalheiro posterior.

Se a França não nos tivesse deixado escultura, arquitetura ou pintura, ainda assim mereceria nossa terna homenagem por suas realizações nas artes menores. Mesmo no atormentado interregno entre Francisco I e Luís XIV, os desenhos, as gravuras, os esmaltes, as jóias, as lapidações, os trabalhos em ferro e madeira, os tecidos, as tapeçarias e a jardinagem franceses rivalizavam — alguns diriam superavam — os produtos similares de seus contemporâneos desde Flandres até a Itália. Os desenhos de ciganos, mendigos e vagabundos, de Jacques Callot, estão impregnados com o próprio odor da vida; e, com sua série de gravuras a água-forte *As Misérias da Guerra* adiantou-se a Goya em dois séculos. Deixemos a mestria com o ferro, daquela época, ser julgada pela grade que conduz à Galerie d' Apollon, no Louvre. A tapeçaria era uma arte tão importante quanto a escultura e a pintura. Jean Gobelin abrira, no século XV, duas tinturarias em Paris; no século XVI a elas acrescentou uma manufatura de tapetes; Francisco I fundou outra em Fontainebleau, Henrique II uma terceira, na capital. Quando Catarina de Médicis foi encontrar-se com os emissários espanhóis em Bayonne levou consigo, para mostrar a riqueza e a arte da França, 22 tapetes tecidos para Francisco I. Esse artesanato declinou sob o reinado de Henrique II, mas Henrique IV restabeleceu-o, trazendo uma nova geração de desenhistas, tintureiros e tecelões flamengos para a manufatura Gobelin, de Paris. Cinco famosos espécimes de seu período — *A Caçada de Diana* — adornam a Biblioteca Morgan, em Nova York.

A decoração de interiores sentiu a influência do estilo barroco, que se infiltrava na França vindo da Itália. Cadeiras, mesas, canastras, aparadores, armários, cômodas, armações de camas eram recurvados e talhados com exuberância, muitas vezes marchetados de ébano, lápis-lazúli, jaspe ou ágata, ou adornados com estatuetas. No período de Luís XIII, muitas cadeiras eram guarnecidas de veludo, bordados ou tapeçarias. As paredes, cornijas e tetos ostentavam alegres formas de plantas ou animais, esculpidos ou pintados. As lareiras perderam algo de sua rudeza medieval, sendo muitas delas embelezadas com delicados arabescos policromos.

Na cerâmica, sobressaíram dois homens idosos: Léonard Limousin, que continuou a produzir, até 1574, objetos esmaltados que o tornaram famoso no reinado de Francisco I* e Bernard Palissy, que, nascido em 1510, viveu até 1589. Palissy era um apaixonado pela cerâmica, dotado de ardente curiosidade, que se derramava pela agricultura, química e religião, e interessado em tudo, desde a formação das pedras até a natureza das divindades. Estudou a composição química de diversas terras para obter o melhor barro para seu forno e, durante anos, realizou experiências procurando um esmalte branco que recebesse e conservasse delicados matizes. Queimou metade de seus pertences para alimentar a fornalha de sua cerâmica e contava essa história como que para desafiar Cellini. Pobre demais para contratar auxiliares, fazia ele mesmo todo o trabalho; cortou suas mãos tão freqüentemente que disse: "Fui obrigado a tomar minha sopa com as mãos envolvidas em trapos". E mais: "Depois de trabalhar dessa maneira durante 10 anos, fiquei tão magro que não se via músculo algum em meus braços ou em minhas pernas; estas eram tão finas que as ligas com as quais segurava minhas meias [não mais as seguravam]... Quando andava, minhas meias caíam sobre meus sapatos esfarrapados".[141] Seus vizinhos acusaram-no de praticar feitiçaria e descuidar-se da família. Por volta de 1550, encontrou finalmente a mistura que procurava, fez um esmalte de brilho iridescente e usou-o para moldar vasos e estatuetas brilhantemente adornados de peixes, lagartos, serpentes, insetos, pássaros, pedras — toda a pletora da natureza. Catarina de Médicis sentia prazer em colocar esses fósseis artificiais nos canteiros de seu jardim; deu ao velho oleiro uma oficina nas Tulherias e ali, em seu novo ambiente, Palissy acrescentou náiades e ninfas a suas decorações. Apesar de ser huguenote devoto, foi poupado no Massacre da Noite de São Bartolomeu, pois Catarina e sua corte viviam fascinadas por seus vasos, taças, pratos, castiçais e idéias exóticas. Em 1558, porém, a Liga Católica ordenou nova perseguição aos protestantes, e Palissy foi enviado para a Bastilha. Um cronista escreveu, em 1590:

> Naquele ano [na realidade em 1589], morreu no calabouço da Bastilha, com 80 anos, Maître Bernard Palissy, preso por causa de sua religião; sucumbiu à miséria, aos maus-tratos e à angústia... A tia desse bom homem, indo indagar como passava... foi informada pelo carcereiro de que, se desejasse vê-lo, encontraria um cadáver junto aos cães, ao longo das muralhas, onde fez com que o lançassem, como cão que era.[142]

VIII. POUSSIN E OS PINTORES

A pintura francesa estava ainda escravizada a Flandres e à Itália. Os *tapissiers* flamengos dominavam sua arte em Paris, e os pintores, também flamengos, prosperavam em Paris, Lyon, Toulouse, Montpellier e Bordéus. Os melhores retratos franceses desse período foram pintados por flamengos radicados na França: a encantadora *Isabel da Áustria* (agora no Louvre), de François Clouet, o altivo *Henrique IV*, de Frans Pourbus, o Moço (em Chantilly), e, acima de todos, o *Richelieu*, de Philippe de Champaigne.

* Belos exemplares podem ser vistos na Coleção Wallace, em Londres, e na Coleção Frick, em Nova York.

Mas foi a Itália que exerceu influência maior na pintura francesa nesse período. Os estudantes de arte iam a Roma, às vezes como bolsistas do governo francês, e voltavam hesitantes entre o idealismo dos florentinos do século XVI e o sombrio realismo dos bolonheses ou napolitanos do século XVII. Simon Vouet, desde os 14 anos (1604), conquistou para si tal renome como pintor que três países concorreram para tê-lo consigo. Carlos I procurou conservá-lo em Londres, mas o barão de Sancy levou-o em uma embaixada a Constantinopla, onde Simon fez um notável retrato de Ahmed I, após estudar secretamente as feições do sultão em uma audiência de uma hora que este concedeu ao embaixador. Voltando pela Itália, Vouet entusiasmou-se com Veneza e Veronese, depois com Caravaggio, em Roma, cujos duques e cardeais o favoreceram de tal modo que permaneceu na Itália 15 anos. Em 1627, Luís XIII, que lhe concedera uma pensão anual de quatro mil libras, chamou-o à França para ser o pintor da corte, e deu-lhe um aposento no Louvre. Logo toda a França o queria. Ele decorou a capela do castelo de Richelieu, fez um retábulo para o altar da igreja de Santo Eustáquio, forneceu desenhos para as tapeçarias reais e pintou retratos para a corte. Mergulhado em encomendas, reuniu auxiliares e formou uma escola que veio a tornar-se a Academia Real de Pintura e Escultura; ali, preparou e empregou Le Sueur, Mignard, Le Nôtre, Bourdon e Le Brun. As obras dele que sobreviveram dificilmente sustentam sua fama, mas Vouet ocupa, na história de França, um lugar destacado na formação dos pintores da época culminante.

Três irmãos — Antoine, Louis e Mathieu Le Nain — diferenciaram-se da pintura de seu tempo, retratando a vida dos camponeses com sombria piedade, neles encontrando a pobreza silenciosa e a severa força da França do século XVII. Georges de La Tour (recentemente tirado do esquecimento por aclamação geral dos críticos) também dedicou seu pincel aos humildes; seus dois retratos, *Um Camponês* e *Uma Camponesa*, aproximam-se dos grandes quadros daqueles reinados; podemos avaliar seu *réclame* atual pelos $500,000 ou mais que o Museu Metropolitano de Arte de Nova York, em 1960, pagou por sua *Cartomante*. Semelhante a esse movimento de saída da corte para a pequena casa de campo foi a perfeita realização da pintura francesa nesse período — a revelação da paisagem como o mais importante elemento na arte pictórica.

O pai de Nicolas Poussin fora soldado do exército de Henrique IV. Alojado na casa de Nicolas Delaisement, depois da batalha de Ivry, casou-se com a filha do anfitrião — uma camponesa que nem sequer sabia escrever seu nome — e cultivou um sítio nas imediações de Les Andelys, na Normandia. O filho do casal aprendeu a amar os campos e as florestas e a captá-los, em alguns momentos, com o pincel ou a pena. Quando Quentin Varin foi a Les Andelys para decorar uma igreja, o jovem Nicolas acompanhou atentamente seu trabalho e, com adulações, conseguiu que ele lhe desse algumas lições de desenho e pintura. Quando Varin partiu, Nicolas, com apenas 18 anos (1612), fugiu para Paris a fim de estudar arte. Os meses que lá passou, à beira da inanição, foram glorificados pela descoberta das gravuras, feitas por Raimondi, das obras de Rafael. Nelas, duas coisas foram reveladas a Nicolas: que os traços, e não a cor, eram instrumentos da arte; e que Roma era a capital da arte. Durante oito anos de esforços procurou atingir essa cidadela. Chegou uma vez a ir até Florença, mas, sem dinheiro, descoroçoado e doente, voltou a Paris. Tentou novamente, mas foi de-

tido em Lyon, por um credor; teve de voltar a Paris, para pagar suas dívidas e conseguir o pão de cada dia pintando alguns trabalhos menores no palácio de Luxemburgo. Em 1622, o poeta italiano Giovanni Battista Marini, chegando a Paris, empregou-o para ilustrar o poema *Adone*. Os desenhos de Poussin conquistaram o louvor de Marini, e lhe garantiram algumas encomendas. De má vontade, Nicolas pintou retratos e economizou reverentemente seus francos; em 1624, finalmente, viu Roma.

Marini recomendou-o ao cardeal Francesco Barberini: "Vereis nele um jovem dotado de demoníaca impetuosidade" — (variando sobre a auto-análise de Hiroshighe) um jovem "louco pela pintura". Ele era louco também pela Itália, não tanto pelas pinturas dos mestres da Renascença quanto pela perfeição das ruínas do *Forum* romano, tampouco pelos afrescos dos tempos antigos que ainda existiam, e sim pela própria Roma, suas vistas, seus campos, suas árvores, colinas e pela própria terra. Como alguns entusiastas mais tarde, deve ter perguntado a si mesmo por que Deus não o deixara nascer na Itália.

O cardeal Barberini experimentou sua arte encarregando-o de pintar *A Morte de Germânico*; o resultado agradou, e logo Poussin teve todo o necessário para poder atender às encomendas. Seus patronos, leigos ou clérigos, desejavam nus; durante certo tempo ele os satisfez com essas exibições da beleza feminina, como *O Triunfo de Flora*,* para o cardeal Omodeo, e *Uma Cena de Bacanal*, para Richelieu. Estabeleceu-se em Roma, casou-se aos 36 anos com uma jovem de 17 anos e viveu 10 anos de felicidade com ela e suas tintas. Então (1640), Richelieu e Luís XIII chamaram-no a Paris. "Irei" — disse Poussin — "como um homem condenado a ser serrado ao meio."[143] Foram-lhe proporcionadas grandes honrarias e uma pensão de mil coroas, mas sentiu-se constrangido em meio à rancorosa concorrência dos artistas parisienses. Renunciando a ricas perspectivas, apressou-se em voltar para a Itália (1643). Comprou uma casa no Monte Pincio, próxima à de Claude Lorrain, e ali permaneceu tranqüilo, caseiro, absorto e contente, até à morte.

Sua vida, como seus quadros, era uma composição clássica, um modelo de ordem, moderação e autodomínio. Não parecia um artista, salvo por seus instrumentos; não era um amante ardente, como Rafael, nem um homem do mundo, como Ticiano, nem (a despeito de Marini) um gênio demoníaco, como Michelangelo; era um burguês que cuidava de sua família e pagava suas dívidas. O cardeal Massimo, vendo sua modesta casa, observou: "Como vos deploro por não terdes um criado!", ao que Poussin respondeu: "Como vos deploro por terdes tantos!"[144] Passeava todas as manhãs por sua colina; depois, passava o dia todo pintando, confiando mais no labor que na inspiração. Quando, mais tarde, alguém lhe perguntou como alcançara a mestria na pintura, respondeu: "Não descuidava de nada".[145]

Considerando seu método laborioso e o fato de não ter tido auxiliares, sua produção foi imensa. Deve ter pintado cerca de 400 quadros, pois sabemos que alguns se perderam e restam 342; acrescentem-se 1.300 desenhos, dos quais o castelo de Windsor conserva uma centena pela precisão e pureza de seus traços. Poussin não se distinguiu pela variedade. Muitos de seus nus são estátuas sem vida; teríamos apreciado maior sensualidade. Era um escultor que usava o pincel; inclinava-se a olhar as mu-

* Todos os quadros citados de Poussin encontram-se no Louvre, salvo indicação em contrário.

lheres como figuras esculturais, embora, às vezes, as considerasse divinos originais de arte. "As belas jovens que vemos nas ruas de Nîmes" — disse — "agradam a nossos olhos e nossas almas não menos que as encantadoras colunas da Maison Carrée, porquanto essas são apenas cópias antigas daquelas."[146] Não se sentia muito à vontade com os temas bíblicos. Em alguns saiu-se bem: *Os Filisteus Destroçados nos Portões*, e *Os Cegos de Jericó*; e como são encantadoras, apesar de imponentes, as mulheres em *Eliezer e Rebeca*! Seu forte era a mitologia clássica, pintada entre as ruínas clássicas frente a uma paisagem de serenidade clássica. Não desenhava suas figuras a partir de modelos vivos, mas de uma imaginação mergulhada no amor e na ilusão de uma antigüidade na qual todos os homens eram fortes e todas as mulheres belas. Veja-se a perfeição de uma figura feminina em *Pastores da Arcádia*, que Poussin pintou para Luís XIV por ordem de Colbert. E note-se de passagem a inscrição no túmulo do pastor: *Et ego in Arcadia* — "Eu também [estive uma vez] na Arcádia"; representava isso o sonho de Poussin de ter vivido na Grécia com Orfeu e os deuses?

O Funeral de Fócio é o mais vigoroso quadro de tema mitológico de Poussin; mas *Orfeu e Eurídice* é o mais tocante, talvez porque nos lembremos dos acordes desesperados de Gluck. A alma humana perturba-se ao ver a história perder-se na paisagem. Pois em verdade, Poussin não amava o homem, nem a mulher, mas a pura amplidão dos campos, florestas e céus — todo esse panorama envolvente no qual a mudança é calma ou finge estabilidade, e os males humanos são tragados pelas perspectivas de espaço e tempo. Suas maiores pinturas, portanto, são paisagens, nas quais o homem constitui incidente insignificante, como ocorre na pintura chinesa e na biologia moderna.

Essas paisagens são majestosas, porém monótonas. Com dificuldade distinguiríamos uma da outra se Poussin não tivesse lançado nelas algumas figuras, identificando-as ou dado-lhes um título qualquer. Ele amava sabiamente o contorno, mas de maneira excessiva; negligenciava a escala de cores, servindo-se demais do marrom; não é de admirar que, mais tarde, os artistas se tenham rebelado contra esse "tempero marrom" gotejando de suas árvores. Contudo, aquelas vistas suavemente coloridas e docemente iluminadas — que não satisfaziam a um Ruskin, fascinado pelo resplendor de Turner[147] — proporcionam um alívio depois da fermentação ideológica da pintura de nosso tempo. Vê-se nelas a concepção clássica da beleza, como a harmonia das partes em um todo, não a idéia juvenil da arte como "expressão" — que tanto pode ser um borrão de criança ou o grito de um vendedor ambulante. Em meio ao maneirismo e ao barroco, e contra a força e o sentimento da pintura italiana do século XVII, Poussin apegou-se ao ideal clássico do nada em excesso: nenhuma cor berrante, nenhuma lágrima, nenhuma bizarria, nenhum contraste teatral entre luz e sombra. É uma arte masculina, assemelhando-se mais a Corneille que a Racine, mais a Bach que a Beethoven.

O auto-retrato que fez em 1650 mostra seus olhos um tanto cansados, talvez em razão da pintura ou da leitura com pouca luz. Lia muito, procurando conhecer a vida na Grécia e na Roma antigas, em seus mínimos detalhes; desde Leonardo não houvera ainda um artista assim tão culto. Ao entrar na idade avançada, sentiu seus olhos fraquejarem, sua mão sem firmeza. A morte da esposa, aos 51 anos (1664), cortou um laço vivo; sobreviveu a ela apenas um ano. "Apeles está morto", escreveu um

amigo. Em seu túmulo ou nas proximidades dele, na igreja paroquial de San Lorenzo, Châteaubriand (1829) ergueu um monumento de mármore, como de um mortal-imortal para outro:

F. A. de Châteaubriand
à
Nicolas Poussin
Pour la gloire des arts et l'honneur de la France

Seu mais próximo rival como pintor de paisagens foi seu vizinho e também amigo, Claude Gellée, a quem chamaram Lorrain, nome da província onde nascera (Lorena). Ele também ansiou pela Itália; aceitou qualquer condição, mesmo a servil, para chegar e estabelecer-se lá, onde qualquer lugar a que dirigisse seus olhos inquiridores punha à mostra um monumento de arte cristã ou algum inspirador fragmento da antigüidade. Em Roma, serviu a Agostino Tassi, preparando-lhe a mistura das tintas, cozinhando para ele e, também, aprendendo com ele. Fez mil desenhos, a título de ensaio, e gravuras a água-forte, às quais os conhecedores dão grande valor. Trabalhava vagarosa e escrupulosamente, às vezes durante duas semanas em um só pormenor. Acabou sendo também um pintor, sustentado pelas encomendas feitas por cardeais e reis que o apreciavam. Teve logo sua casa no Monte Pincio e dividiu com Poussin o atendimento à nova procura de quadros que tivessem por tema cenários naturais.

Atendia a elas de bom grado, pois amava a terra e o céu de Roma tão apaixonadamente que, muitas vezes, levantava-se antes do alvorecer para contemplar a criação diária da luz, captar as furtivas mudanças de claridade e sombras decorrentes de cada mínimo deslocamento do sol. A luz não era para Claude mero componente pictórico; constituía seu maior tema, e, embora não se importasse, como Turner, em olhar o sol de frente, foi o primeiro a estudar e a transmitir a expansão do integumento da luz. Captava o intangível movimento do ar sobre os campos, as folhagens, as águas e as nuvens; cada momento do céu era novo, e ele parecia determinado a fazer cada momento fluido imobilizar-se em sua arte. Apreciava o tremor das velas ao vento e a majestade dos navios singrando o mar. Sentia a atração da distância, a lógica e a magia da perspectiva e ansiava por ver, para além do visível, o espaço infinito.

As paisagens eram o único interesse de Lorrain. A conselho de Poussin, introduziu em seus quadros estruturas clássicas — templos, ruínas e pedestais —, talvez para proporcionar a dignidade da velhice a uma cena passageira. Consentiu em acrescentar algumas figuras humanas ao panorama da natureza, mas sua alma não estava nessas excrescências. As figuras "eram lançadas de graça"; "vendia suas paisagens e dava gratuitamente as figuras".[148] Os títulos, e as histórias que elas sugeriam, eram concessões a espíritos que não podiam sentir o milagre da luz e o mistério do espaço sem a graça da lenda cristã ou de alguma nota explicando os contos clássicos. Na realidade, porém, havia apenas um tema para Claude: o mundo da manhã, do meio-dia e do entardecer. Dotou as galerias da Europa de variações apaixonadas, cujos nomes nada significam, mas cujo panteísmo é o enlace místico da poesia com a filosofia.

Podemos concordar, com Ruskin,[149] que Lorrain e Poussin mostram enganosamente a natureza em seus momentos mais delicados, não percebendo sua grandeza e igno-

rando sua fúria de destruição desapiedada. Mas criou-se, através de suas obras, uma grande tradição no tocante à pintura de paisagens. Agora, cada vez mais, elas competiriam com figuras e retratos, com cenas bíblicas e mitológicas. O caminho estava aberto para o desfile da natureza de Ruisdaels a Corot.

Richelieu e a unidade nacional, Corneille e a Academia, Montaigne e Malherbe, de Brosse e Mansart, Poussin e Lorrain — isso não foi uma diminuta colheita de um país em guerra. Agora, Luís XIV se colocaria sobre essa herança em ascensão e governaria a França em sua maior época.

CAPÍTULO XVII

A Revolta dos Países Baixos

1555-1648

I. *MISE-EN-SCÈNE*

NO dia 25 de outubro de 1555, o Imperador Carlos V transferiu a soberania dos Países Baixos para seu filho Filipe. No dia 26, em Bruxelas, perante os Estados Gerais, Filipe recebeu os juramentos de lealdade e prometeu manter os direitos e os privilégios das 17 províncias segundo as tradições, os tratados e as leis. Esses compromissos mútuos prepararam o palco para um dos grandes dramas da história da liberdade.

O cenário era complexo. Os Países Baixos compreendiam, nesse tempo, a Bélgica atual bem como o reino de Nederland, então existente. O holandês — baixo-alemão — era a língua falada não só nas sete províncias setentrionais (Holanda, Zelândia, Utrecht, Frísia, Groningen, Overijssel e Gelderland), mas também nas quatro províncias do norte da "Bélgica" (Flandres, Brabante, Mechelen e Limburgo), ao passo que o valão — dialeto francês — era falado em seis províncias do sul (Artois, Flandres Valã, Cambrai, Tournai, Hainaut e Namur). Todas essas províncias, bem como o ducado vizinho de Luxemburgo, estavam sob o domínio Habsburgo.

Em 1555, a maioria da população era católica,[1] mas seu catolicismo era do tipo humanisticamente humano, pregado por Erasmo meio século atrás e em geral praticado na Roma da Renascença — não do tipo sombrio e inflexível, desenvolvido na Espanha durante séculos de guerras contra os "infiéis" muçulmanos. Depois de 1520, os luteranos e os anabatistas procedentes da Alemanha foram-se infiltrando, e, em seguida, mais abundantemente, o calvinismo, procedente da Alemanha, Suíça e França. Carlos V procurou deter essas incursões importando a forma papal ou episcopal da Inquisição e cominando, por meio de "proclamações", as mais terríveis penas para qualquer desvio da ortodoxia católica; penas essas raramente aplicadas, depois do enfraquecimento de seu poder pela Paz de Passau (1552). Em 1558, em Rotterdam, uma multidão, empregando a força, salvou vários anabatistas da morte na fogueira. Alarmado com a expansão da heresia, Filipe renovou as proclamações e as penas. Espalhou-se, então, o temor de que ele pretendesse introduzir a forma espanhola da Inquisição com toda a sua severidade.

O calvinismo era congenial ao elemento mercantil na economia. Os portos de Antuérpia e Amsterdam eram o centro do comércio do norte da Europa, com intensa atividade de importação, exportação, especulação e todas as formas de transações financeiras; somente as companhias de seguro mantinham 600 agentes em afluência.[2] Os rios Reno, Mosa, Isère, Waal, Escalda e Lyz, e uma centena de canais suportavam em silêncio uma dúzia de diferentes tipos de embarcações. Os ventos do comércio marítimo alimentavam as fornalhas das indústrias e manufaturas em Bruxelas, Gand, Ypres, Tournai, Valenciennes, Namur, Mechelen, Leiden, Utrecht e Haarlem. Os negociantes que controlavam essas cidades respeitavam o catolicismo como um pilar, tradicionalmente enraizado, da estabilidade política, social e moral; mas não lhes agradava sua hierarquia pomposa, e apreciavam o papel que, na direção das congregações e da política calvinistas, havia sido dado aos leigos instruídos. Mais imediatamente, ressentiam-se das tributações impostas à economia dos Países Baixos pelo governo espanhol.

O campesinato foi o que mais sofreu e o que menos lucrou com a revolta. A maior parte das terras era propriedade de magnatas que semelhavam os senhores feudais da Alemanha e da França, e foram estes que organizaram a luta pela independência. Filipe de Montmorency, conde de Horn, possuía vastas regiões nas províncias do sul. Lamoral, conde de Egmont, era dono de imensas propriedades em Flandres e em Luxemburgo, e pôde dar-se ao luxo de casar-se com uma duquesa da Bavária. Lutou em várias campanhas, com tão destemido valor, que se tornou o favorito de Carlos e Filipe; foi ele quem conduziu o exército de Filipe à vitória em St.-Quentin (1557). Em seu principesco palácio, exibia generosa porém extravagante hospitalidade, e com isso viu-se embaraçado pelas dívidas. Tais homens e grande número de nobres menores cobiçavam a riqueza da Igreja, e ouviam invejosos que barões alemães haviam-se enriquecido com o seqüestro de bens eclesiásticos.[3] "Achavam que o rei faria melhor coisa se dividisse as terras de abadias em certo número de belos territórios sob comando militar", criando-se assim "uma esplêndida cavalaria... no lugar de uma horda de preguiçosos epicuristas rezando o terço."[4]

O mais rico e o mais capaz dos grandes proprietários de terras era Guilherme de Nassau, príncipe de Orange. A família possuía propriedades na província alemã de Hesse-Nassau e no distrito próximo de Wiesbaden, bem como nos Países Baixos; o título da família, entretanto, derivava de seu pequeno principado de Orange, no sul da França. Nascido na Dillenburg alemã (1533), Guilherme foi educado como luterano até os 11 anos; depois, para que pudesse herdar as terras de seu primo René, foi levado para Bruxelas e reeducado como católico. Carlos V simpatizou-se com ele, deu-lhe a mão de Ana de Egmont (herdeira do conde de Buren) e escolheu-o para principal auxiliar na histórica abdicação de 1555. Filipe enviou-o — ainda um jovem de 22 anos, mas já um mestre nas línguas flamenga, alemã, espanhola, francesa e italiana — como um dos seus plenipotenciários para negociar a Paz de Cateau-Cambrésis; lá, Guilherme se houve com sólido juízo e tão firme reserva que os franceses chamaram-no *le taciturne* (o silencioso). Filipe fê-lo conselheiro de estado, Cavaleiro do Tosão de Ouro e estatúder da Holanda, Zelândia e Utrecht. Guilherme, todavia, adquiriu uma independência de espírito que Filipe jamais perdoou.

O jovem príncipe era favorecido pelo físico e pela bolsa. Alto e atlético, de peso

normal, fascinava a todos, menos os inimigos, com sua eloqüência e cortesia. Como chefe militar era um grande fracasso, mas como estrategista político sua flexível persistência e paciente coragem eliminaram-lhe os defeitos, criando um novo Estado contra a oposição das forças políticas e religiosas mais poderosas da Europa. Dirigia melhor os homens que os exércitos, e, com o correr do tempo, isso demonstrou ser um grande dom. Seus adversários acusaram-no de haver mudado de religião para satisfazer suas conveniências pessoais e necessidades políticas.[5] Talvez tivesse sido assim; mas todos os líderes daquele século usaram a religião como instrumento político.* Muitos criticaram seus casamentos. Tendo morrido a primeira esposa, entrou em negociações para obter a mão de outra Ana abastada, filha do protestante Maurício, eleitor de Saxônia; casou-se com ela segundo o rito luterano, em 1561, mas se declarou protestante somente em 1573. Ana veio a ficar meio insana em 1567 e foi confiada aos cuidados de amigos. Embora ela ainda estivesse viva, Guilherme obteve de cinco ministros protestantes permissão para casar-se com Carlota de Bourbon, da casa real da França (1575), que fugira de um convento e abraçara a fé reformada. Ela morreu em 1582. Após pranteá-la durante um ano, Guilherme tomou uma quarta esposa, Luisa de Coligny, filha do almirante que perecera no Massacre da Noite de São Bartolomeu. A despeito desses casamentos — talvez por causa deles — Guilherme tornou-se rico em terras, mas pobre em dinheiro. Por volta de 1560, suas dívidas eram de quase um milhão de florins.[7] Em repentino gesto de economia, despediu 28 de seus cozinheiros.[8]

Filipe atrapalhou-se ruinosamente no tratamento com os nobres neerlandeses. Seu pai, educado em Bruxelas, conhecia esses homens, falava a língua deles e dirigia-os judiciosamente. Filipe, educado na Espanha, não falava francês nem holandês; achava difícil inclinar-se graciosamente àqueles magnatas, respeitar seus costumes e suas dívidas; desagradava-lhe suas extravagâncias, as bebedeiras e sua liberdade com as mulheres; e o que importava mais: não podia compreender suas pretensões de deter-lhe o poder. Eles, por sua vez, detestavam o sombrio orgulho de Filipe, sua inclinação para a Inquisição, suas nomeações de espanhóis para postos lucrativos nos Países Baixos e o estabelecimento de tropas espanholas nas suas cidades. Quando Filipe solicitou fundos aos nobres e negociantes que constituíam os Estados Gerais, eles ouviram com frieza sua alegação — através de intérpretes — de que seu pai e as recentes guerras haviam deixado o tesouro com grandes déficits; alarmaram-se com seu pedido de 1.300.000 florins e uma nova taxa de um por cento sobre propriedades imobiliárias e de dois por cento sobre bens imóveis; recusaram-se a sancionar tais tributos e votaram, para Filipe, apenas a soma que julgaram adequada para as necessidades correntes. Três anos depois, ele os convocou novamente e pediu três milhões de guldens. Cederam, mas sob a condição de as tropas espanholas serem retiradas dos Países Baixos. Filipe concordou, mas depois cancelou essa medida conciliatória, obtendo do papa permissão para criar 11 novos bispados nos Países Baixos e nomeando, para as dioceses, homens dispostos a aplicar os decretos de seu pai contra a heresia. Quando Filipe partiu para a Espanha, em 26 de agosto de 1559, para jamais rever os Países Baixos, os contornos da grande luta econômico-religiosa estavam se formando.

* "Os príncipes que estabeleceram, protegeram ou mudaram religiões, muito raramente tiveram uma que lhes fosse própria." — Voltaire.[6]

II. MARGARIDA DE PARMA: 1559-67

Filipe nomeou como sua regente a duquesa de Parma, Margarida, filha natural de Carlos V e de mãe flamenga. Nascida e educada nos Países Baixos, não obstante ter residido muito tempo na Itália, podia compreender o flamengo se não o holandês. Não era fanática ou intolerante, mas uma católica devota que anualmente, na Semana Santa, lavava os pés de 12 virgens e dava-lhes um dote para o casamento. Era uma mulher hábil e gentil, perdida no desconforto do redemoinho da revolução.

Sua autoridade fora limitada por conselheiros nomeados por Filipe. Egmont e Orange figuravam no seu conselho de Estado; vendo, porém, seus votos sempre vencidos pelos dos três outros membros, eles deixaram de participar das reuniões. No triunvirato resultante dessa circunstância, a figura predominante era Antoine Perrenot, bispo de Arras, conhecido na história como cardeal de Granvelle. Era homem de bom caráter, segundo seu próprio entendimento; como Margarida, preferia os meios pacíficos para solução das questões de "heresia"; era, entretanto, tão dedicado ao catolicismo e à monarquia que achava difícil compreender as dissensões. Ele e a regente viam-se embaraçados com a insistência de Filipe em não permitir que qualquer medida importante fosse tomada sem o consentimento real; e a anuência levava semanas para ser transmitida de Madri a Bruxelas. O cardeal sacrificou a popularidade obedecendo ao rei. Particularmente, opunha-se à multiplicação dos bispados; mas cedeu à insistência de Filipe, que julgava quatro dioceses insuficientes para 17 províncias. A minoria protestante notou, enfurecida, que os novos bispos estavam espalhando e intensificando as atividades da Inquisição papal. Em março de 1563, Orange, Egmont e Horn, eles mesmos católicos, escreveram a Filipe acusando Granvelle de violar os direitos das províncias, que o rei se comprometera a respeitar; julgaram o cardeal responsável pela criação de novos bispados e aconselharam seu afastamento do cargo. A própria Margarida não apreciava sua apropriação de poderes; desejava celebrar um acordo com os nobres descontentes, importante para a preservação da ordem social; e finalmente (setembro de 1563) ela também recomendou que Granvelle fosse apascentar em outro lugar. Após longa resistência, Filipe cedeu, e convidou o nobre ministro a entrar de licença por tempo indeterminado. Granvelle deixou Bruxelas (13 de março de 1564), mas continuou a ser um dos conselheiros em que o rei mais confiava. Os nobres voltaram a participar do conselho de Estado de Margarida. Alguns dos seus nomeados vendiam cargos, sentenças e perdões, e, ao que parece, a regente recebia sua parte.[9]

A Inquisição estendeu-se. Filipe observava-a da Espanha, incitava-a e enviava a Margarida os nomes dos suspeitos de heresia. Dificilmente um dia se passava sem que houvesse uma execução. Em 1561, Geleyn de Muler foi queimado na fogueira em Audenaarde; Thomas Calberg foi queimado vivo em Tournai; um anabatista morreu com sete golpes de uma espada enferrujada, na presença da esposa, que morreu de horror ante o espetáculo.[10] Enfurecido com essas barbaridades, Bertrand le Blas invadiu a catedral de Tournai, durante uma missa de Natal, precipitou-se para o altar, arrancou a hóstia das mãos do padre, pisoteou-a e bradou para a congregação: "Homens mal-orientados, considerais ser essa coisa Jesus Cristo, vosso Senhor e Salvador?" Levaram-no para a câmara de tortura, queimaram-lhe a mão e o pé direitos até o osso, arrancaram-lhe a língua e suspenderam-no sobre o fogo, onde, lentamente, morreu

queimado. Em Lille, Robert Ogier, sua esposa e seus filhos foram queimados por declararem ser uma blasfema e idolatria a adoração da hóstia consagrada.*

O Torquemada dos Países Baixos era Peter Titelman, cujos métodos eram tão arbitrários e brutais que o conselho da cidade de Bruges, cujos membros eram todos católicos, denunciou-o à regente como um bárbaro que arrastava as pessoas de suas casas, julgava-as sem quaisquer averiguações legais, forçava-as a dizerem o que desejava que dissessem e, depois, condenava-as à morte; e os magistrados de Flandres, em veemente petição a Filipe, suplicaram-lhe que desse um fim àquelas barbaridades. Margarida, timidamente, pediu ao Inquisidor para conduzir-se "com discrição e modéstia", mas as execuções continuaram. Filipe apoiou Titelman e ordenou à regente que aplicasse, sem mercê e sem demora, os decretos recentemente expedidos pelo Concílio de Trento (1564). O conselho de Estado protestou, afirmando que vários daqueles decretos violavam os privilégios reconhecidos das províncias, e suspendeu-lhe a publicação.

Guilherme de Orange, preocupado em manter os Países Baixos unidos na preservação de suas tradicionais liberdades políticas, propôs uma política de tolerância demasiado adiantada para seu tempo. "O rei engana-se" — declarou ao conselho de Estado — "imaginando que os Países Baixos... podem suportar indefinidamente esses editos sangüinários. Por mais fortemente que eu esteja ligado à religião católica, não posso concordar com príncipes que tentam governar as consciências de seus súditos e desejam roubar-lhes a liberdade de fé."[11] Os católicos uniram-se aos protestantes na condenação dos editos como tirânicos.[12] Egmont foi enviado a Madri, a fim de pedir que se abrandassem os editos; Margarida, particularmente, apoiou o pedido. Egmont foi homenageado na Espanha, mas voltou de mãos vazias. Os bispos de Ypres, Namur, Gand e St.-Omer dirigiram uma petição a Filipe (junho de 1565), pedindo-lhe que suavizasse os editos e "admoestasse o povo com a brandura e amor de pai, e não com severidade judicial".[13] A todos esses protestos Filipe respondeu que preferia sacrificar 100.000 vidas a mudar sua política,[14] e, em outubro de 1565, enviou esta explícita diretiva aos agentes da Inquisição:

> Quanto à Inquisição, minha vontade é que se mantenha em vigor... como antigamente e conforme o exigem todas as leis humanas e divinas. Isto é objeto de minha afeição, e exijo que executeis minhas ordens. Que todos os prisioneiros condenados sejam mortos e não tolereis que escapem por obra da negligência, da fraqueza e da má fé dos juízes. Se qualquer um deles for demasiado tímido na execução dos editos, eu os substituirei por homens de maior coragem e zelo.[15]

Margarida obedeceu a Filipe e ordenou o pleno cumprimento dos editos (14 de novembro de 1565). Orange e Egmont retiraram-se novamente do conselho. Orange, outros nobres e muitos magistrados recusaram-se a pôr em execução os editos. Os protestantes espalharam boletins e cartazes denunciando as perseguições. Mercadores estrangeiros, sentindo no ar a revolução, começaram a abandonar os Países Baixos. As lojas fecharam-se, o comércio debilitou-se, Antuérpia parecia uma cidade morta. Muitos protestantes neerlandeses fugiram para a Inglaterra e a Alemanha. Na Inglaterra, au-

* Para esses casos temos apenas autores protestantes, citados em *Rise of the Dutch Republic*, I, 283-90, de Motley.

xiliaram a desenvolver as indústrias têxteis que, no século XVII, fariam concorrência às das Províncias Unidas e que, no século XVIII, provocaram a Revolução Industrial.

Muitos nobres menores adotaram secretamente o credo protestante. Em dezembro de 1565, alguns deles — Luís, conde de Nassau (o mais jovem e cavalheiresco irmão de Guilherme), Filipe von Marnix, senhor de St.-Aldegonde, seu irmão Jean von Marnix, senhor de Tholouse, Hendrik, conde de Brederode, e outros — reuniram-se no palácio do conde de Culemborch, em Bruxelas, elaboraram um "Compromisso" condenando a introdução da Inquisição nos Países Baixos, e formaram uma liga para expulsá-la do país. No dia 5 de abril de 1566, cerca de 400 desses homens da pequena nobreza marcharam para o palácio da regente e apresentaram-lhe uma "Petição", no sentido de ela solicitar ao rei que desse um fim à Inquisição e aos editos nos Países Baixos, e que se suspendesse a aplicação desses mesmos editos até que se recebesse a resposta de Filipe. Margarida respondeu que levaria ao conhecimento do rei a petição deles, mas não tinha autoridade para suspender a execução dos editos; contudo, faria o que estivesse a seu alcance para diminuir suas operações. Um dos seus conselheiros, vendo-a assustada pelo número e a resolução dos peticionários, tratou de tranqüilizá-la: "Madame, o que receia Sua Alteza da parte desses mendigos *[ces gueux]*?" Desafiadoramente os confederados aceitaram o epíteto; muitos deles adotaram o uso da grosseira indumentária cinzenta, da sacola e da tigela, então características dos mendicantes; "*Vivent les Gueux!*" tornou-se o grito de guerra da revolução, e, durante um ano, esses jovens nobres conduziram e alimentaram a revolta.

Margarida informou Filipe sobre a "Petição" e seu grande apoio popular, renovando seus esforços no sentido de conseguir, do rei, moderação. Filipe respondeu de modo aparentemente conciliador (6 de maio de 1566): tinha esperança de poder suprimir a heresia sem outros derramamentos de sangue, prometia visitar, dentro em breve, os Países Baixos. O conselho de Estado enviou-lhe Florent de Montmorency, barão de Montigny, e o marquês de Bergheon para reforçarem o pedido da regente. Filipe recebeu-os amavelmente; escreveu a Margarida (31 de julho) consentindo na abolição da Inquisição episcopal nos Países Baixos e oferecendo perdão a todos a quem a regente o recomendasse.

Os calvinistas, luteranos e anabatistas aproveitaram-se desse período de calma na tempestade para realizar abertamente seu culto. Refugiados protestantes regressaram em grande número da Inglaterra, da Alemanha e da Suíça; pregadores de todos os tipos — ex-monges, teólogos cultos, chapeleiros ambiciosos, surradores de couros e curtidores — dirigiram a palavra a grandes agrupamentos de homens e mulheres fervorosos, muitos deles armados, todos cantando salmos e gritando "*Vivent les Gueux!*". Próximo a Tournai, Ambrose Wille — que estudara com Calvino — pregou a seis mil pessoas (28 de junho de 1566); dois dias depois, no mesmo local, outro ministro discursou perante 10.000; duas semanas após, perante 20.000.[16] Metade de Flandres parecia ter-se tornado protestante. Aos domingos, as igrejas e cidades ficavam quase desertas durante o tempo em que os cidadãos assistiam às reuniões protestantes. Quando correu a notícia na província de Holanda de que o eloqüente Peter Gabriel ia pregar em Overeen, próximo a Haarlem, protestantes acorreram aos milhares para lá e abalaram os campos com seus salmos. Nas imediações de Antuérpia, as assembléias protestantes reuniam 15.000 — alguns dizem 30.000 — quase todos armados. A regente

ordenou aos magistrados de Antuérpia que impedissem tais reuniões, que considerava um perigo para o Estado; responderam eles que sua milícia era insuficiente e não se podia contar com ela. A própria Margarida, desde a partida das guarnições espanholas, não tinha tropas a sua disposição. Era tal o tumulto em Antuérpia que sua vida econômica ficou seriamente prejudicada. A regente pediu a Guilherme de Orange que seguisse para aquela cidade e promovesse um acordo pacífico entre católicos e protestantes. Orange serenou a discórdia, persuadindo os pregadores a confinarem suas reuniões aos subúrbios e a mantê-las desarmadas.

Naquele mesmo mês (julho de 1566), dois mil "Mendigos", chefiados pelo conde Luís de Nassau, reuniram-se em St.-Trond, no bispado de Liège, e, em meio a ruidosas manifestações, traçaram planos visando a ampliação de sua causa. Resolveram comunicar-se com os protestantes da Alemanha e levantar, entre eles, um exército que viesse em auxílio dos protestantes dos Países Baixos, no caso de serem estes atacados. Em 26 de julho, Luís e 12 outros, envergando roupas de mendigos, apresentaram à regente um requerimento solicitando-lhe que convocasse a assembléia dos Estados Gerais, e que neste meio tempo fosse ela orientada por Orange, Egmont e Horn. Como Margarida tergiversasse, deram a entender que talvez fossem obrigados a procurar auxílio estrangeiro. Luís, com a conivência de seu cauteloso irmão Guilherme, tratou logo de levantar na Alemanha uma força de quatro mil cavalarianos e 40 companhias de infantaria.[17]

No dia 9 de agosto, Filipe assinou um instrumento formal declarando que sua proposta de perdão fora arrancada contra sua vontade, não obrigando a coisa alguma; e, no dia 12 de agosto, assegurou ao papa que a suspensão da Inquisição estava sujeita à aprovação papal.[18] Em 14 de agosto, uma multidão de protestantes, incitada por pregadores que condenaram as imagens religiosas como ídolos, invadiu as igrejas de St.-Omer, uma após outra, quebrou as imagens, os altares e destruiu toda a decoração. Naquela semana, multidões semelhantes realizaram igual destruição em Ypres, Courtrai, Audenaarde e Valenciennes. Em Antuérpia, nos dias 16 e 17, turbas entraram na grande catedral, destruíram os altares, quebraram os vitrais, os crucifixos e outras imagens, destruíram os órgãos, os adornos, os cálices e os ostensórios, abriram sepulcros e despojaram os cadáveres de seus atavios. Beberam o vinho sacramental, queimaram os luxuosos missais e pisotearam obras de arte. Mandaram buscar escadas e cordas e, por meio delas, desceram as imagens dos nichos e destruíram-nas a marteladas. Gritando em triunfo, a multidão percorreu as ruas de Antuérpia e destruiu imagens e ornamentos de 30 igrejas e mosteiros, incendiou bibliotecas monásticas e expulsou monges e freiras de seus conventos.[19] Quando chegou a Tournai a notícia dessa "Fúria dos Calvinistas", a loucura dos iconoclastas não teve limites, e todas as igrejas foram saqueadas. Somente em Flandres, 400 igrejas ficaram completamente despidas de imagens. Em Culemborch, o jovial conde presidiu à devastação e alimentou seus papagaios com hóstias consagradas;[20] em outros lugares, alguns ex-sacerdotes torraram hóstias espetando-as em garfos.[21] Vindo de Flandres, a Fúria invadiu as províncias do norte, em direção a Amsterdam, Leiden, Delft, Utrecht e, por fim, Groningen e Frísia. A maioria dos líderes protestantes condenou essas devastações; alguns deles, porém, notando que se cometera pouca violência contra pessoas, julgaram a destruição de imagens e quadros menos criminosa que a queima de "hereges" vivos.

Margarida de Parma ficou apavorada ante aquela tempestade. "Agora tudo é tolerado neste país, menos a religião católica" — escreveu ela a Filipe.[22] Este aguardava sua hora de vingar-se, mas a regente, vendo-se diante de bandos armados e chefes audaciosos, sentiu-se compelida a fazer concessões. No dia 23 de agosto, assinou, com representantes dos Gueux, um "Acordo" pelo qual o culto calvinista seria permitido onde já estivesse sendo praticado; com a condição, porém, de não prejudicar os ofícios religiosos dos católicos e de os protestantes deixarem suas armas em casa. Os porta-vozes dos confederados concordaram com a dissolução da liga se o governo respeitasse o acordo. Cessaram as perseguições e, durante certo tempo, fez-se a paz.

Nem Guilherme de Orange nem o rei de Espanha mostraram-se dispostos a deixar a questão naquele pé. Guilherme viu, no crescimento de um protestantismo apaixonado, o instrumento com o qual poderia conquistar a independência dos Países Baixos. Conquanto ainda fosse nominalmente católico, resignou todas as suas funções no Estado, organizou seu próprio sistema de espionagem e seguiu para a Alemanha (22 de abril de 1567) em busca de soldados e dinheiro. Cinco dias depois, o duque de Alba deixou a Espanha, encarregado por Filipe de levantar um número suficiente de soldados e deles servir-se para vingar as desordens dos calvinistas, bem como esmagar, num inflexível golpe de força, toda heresia, rebelião e liberdade nos Países Baixos.

III. ALBA NOS PAÍSES BAIXOS: 1567-73

Fernando Álvarez de Toledo, duque de Alba, ou Alva, então com 59 anos, parecia um personagem de El Greco: empertigado, alto, magro, olhos escuros, tez amarela e barba grisalha. Herdara seu ilustre título e extensas propriedades aos 20 anos de idade. Ingressara cedo na carreira militar, onde se distinguiu pela coragem, inteligência e severidade. Filipe admitira-o em seu conselho particular e ouvia atentamente seus pareceres. Naquela emergência, sua opinião era a de um soldado treinado na disciplina e piedade espanholas: esmagar os rebeldes impiedosamente, pois toda concessão fortalece a oposição. Filipe deu-lhe todos os poderes e desejou-lhe êxito.

Alba atravessou a Itália e ali reuniu, especialmente das guarnições espanholas em Nápoles e Milão, um exército seleto de 10.000 homens. Vestiu-os esplendorosamente, forneceu-lhes armas e armaduras mais modernas e confortou-os com duas mil prostitutas que recrutou para ficarem à disposição deles. Conduziu-os pelos Alpes e através da Borgonha, Lorena e Luxemburgo, entrando em Bruxelas no dia 22 de agosto de 1567. Egmont recebeu-o com toda a humildade e presenteou-o com dois cavalos de raça. Margarida acolheu-o ressentida, achando que o irmão a preterira e lhe tirara toda a autoridade, justamente quando ela acabara de restaurar uma ordem mais humana. Quando Alba guarneceu as grandes cidades com suas tropas espanholas, ela protestou; o duque, no entanto, respondeu friamente: "Estou pronto para suportar todo o ódio contra mim". Margarida solicitou a Filipe permissão para resignar; ele concordou, concedeu-lhe uma confortável pensão e, em dezembro, Margarida deixou Bruxelas e foi para sua casa em Parma, lamentada pelos católicos, que a reverenciavam, e pelos protestantes, que previam quão suave seu maior rigor haveria de parecer confrontado com a calculada brutalidade de Alba.

O novo regente e governador-geral instalou-se na fortaleza de Antuérpia e preparou-se para expurgar os Países Baixos da heresia. Convidou Egmont e Horn para um jantar, festejou-os, prendeu-os e mandou-os sob forte guarda para um castelo em Gand (7 de setembro). Instituiu um "Conselho dos Distúrbios" que os protestantes, aterrorizados, rebatizaram com o nome de "Conselho de Sangue"; sete de seus nove membros eram neerlandeses, dois eram espanhóis; mas somente estes dois tinham voto, e Alba reservou para si a decisão final nos casos de especial interesse para ele. Ordenou ao conselho que desentocasse e prendesse todas as pessoas suspeitas de oposição à Igreja Católica ou ao governo espanhol, julgasse-as em particular e punisse, sem contemplação e sem demora, as que fossem consideradas culpadas. Ativou-se uma rede de espionagem; encorajaram-se delatores a trair parentes, inimigos e amigos. Proibiu-se a emigração; capitães de navios que facilitassem a emigração seriam enforcados.[23] Toda cidade que falhara em dar um fim à rebelião ou que não a punira foi julgada e seus funcionários foram encarcerados ou multados. Milhares de pessoas foram presas; em uma só manhã, 1.500 pessoas, aproximadamente, foram arrancadas de seus leitos e arrastadas até a prisão. Os julgamentos eram sumários. Votavam-se, às vezes, sentenças de morte a grupos de 30, 40 ou 50 pessoas ao mesmo tempo.[24] Em um só mês (janeiro de 1568), foram executados 84 habitantes de Valenciennes. Dentro de pouco tempo, quase não havia uma família em Flandres que não panteasse um de seus membros preso ou morto pelo Conselho dos Distúrbios. Quase ninguém, nos Países Baixos, ousava protestar; a mais leve crítica significaria prisão.

Alba via seu êxito empanado pela impossibilidade de colocar Guilherme de Orange ao alcance de sua mão. O Conselho dos Distúrbios preparou uma denúncia contra o príncipe, seu irmão Luís, seu cunhado — o conde Van den Berg — o barão de Montigny e outros chefes, acusando-os de encorajarem a heresia e a revolta. Montigny achava-se ainda na Espanha; Filipe mandara prendê-lo. O filho de Guilherme, Filipe Guilherme, conde de Buren, era estudante da Universidade de Louvain; foi preso e enviado para a Espanha, onde, educado como fervoroso católico, repudiou os princípios do pai. Guilherme foi declarado proscrito, e qualquer um poderia matá-lo impunemente.

Orange continuou a organizar um exército e ordenou a seu irmão Luís que fizesse o mesmo. Solicitou auxílio aos príncipes luteranos, que responderam tibiamente, e à Rainha Elizabeth que, cautelosamente, fechou-se em copas; chegaram-lhe somas de dinheiro de Antuérpia, Amsterdam, Leiden, Haarlem e Flushing; os condes Van den Berg, Culemborch e Hoogstraaten enviaram, cada um, 30.000 florins; ele mesmo vendeu suas jóias, baixelas, tapetes e o valioso mobiliário, contribuindo com 50.000 florins. Havia abundância de soldados, pois os mercenários, que tinham sido dispensados em função da calmaria nas guerras religiosas da França, regressaram à Alemanha sem dinheiro. Para Guilherme, a tolerância era uma política necessária: ele precisava ganhar os luteranos e calvinistas para a sua causa, e devia garantir aos católicos dos Países Baixos que não impediria o seu culto ao liberar o país da Espanha.

Ele projetou uma ação simultânea com três exércitos. Uma força de huguenotes, procedente da França, atacaria Artois, no sudeste; Hoogstraaten dirigiria seus homens contra Maastricht, no sul; Luís de Nassau entraria na Frísia, pelo nordeste, vindo da Alemanha. As invasões dos huguenotes e de Hoogstraaten foram rechaçadas; Luís,

porém, conquistou uma vitória sobre os soldados espanhóis em Heiligerlee (23 de maio de 1568). Alba ordenou a execução de Egmont e Horn (5 de junho), a fim de deixar livres para a luta os três mil homens que guardavam a eles e a Gand. Com esse reforço avançou para a Frísia, esmagou o enfraquecido exército de Luís, em Jemmingen (21 de julho), e matou sete mil homens. Luís escapou, nadando no estuário do Ems. Em outubro, Guilherme conduziu 25.000 soldados em direção ao Brabante, resolvido a enfrentar Alba em uma batalha decisiva. O duque, com tropas menos numerosas porém mais disciplinadas, superou-o estrategicamente, e evitou a batalha, realizando, entretanto, ataques destruidores pela retaguarda. Os soldados de Guilherme, que não tinham recebido o soldo, recusaram-se a lutar. Ele conduziu-os a salvo para a França e dispersou-os. Depois, disfarçado em camponês, conseguiu ir da França à Alemanha, onde fugiu de uma cidade para outra a fim de evitar ser assassinado. Com essas desastrosas campanhas começou a "Guerra dos Oitenta Anos", travada pelos neerlandeses com perseverança sem precedentes, até o triunfo final em 1648.

Alba, que durante certo tempo foi o orgulhoso senhor dos campos de batalha, viu-se também paupérrimo. Filipe conseguira que os banqueiros genoveses enviassem ao duque, por mar, 450.000 ducados; mas os navios foram forçados a recolher-se ao porto de Plymouth pelos piratas ingleses; Elizabeth, que por tal preço não se mostrou contrária a auxiliar Guilherme, apoderou-se do dinheiro com a mais delicada das desculpas. O duque de Alba convocou a Bruxelas os nobres e burgueses dos Estados Gerais e propôs-lhes (20 de março de 1569) uma taxa urgente de um por cento sobre toda propriedade, uma taxa permanente de cinco por cento sobre cada transferência de bens imobiliários e outra permanente de 10 por cento sobre cada venda. A assembléia protestou, dizendo que muitos artigos mudavam de donos várias vezes ao ano, e que tal tributo sobre as vendas significaria quase um confisco. As propostas foram encaminhadas às assembléias provinciais, onde a oposição foi tão acirrada que Alba teve de retardar até 1572 a cobrança dos 10 por cento e contentar-se, nesse intervalo, com a taxa de um por cento e a verba anual de dois milhões de florins durante dois anos. Mesmo a arrecadação da taxa de um por cento era difícil e custosa. Utrecht recusou-se a pagá-la; um regimento de soldados alojou-se em residências particulares; a resistência continuou; Alba declarou traidor todo o distrito, aboliu suas cartas patentes e privilégios e confiscou, para o rei, todas as propriedades dos cidadãos.

Essa taxação e as medidas tomadas no sentido de impingi-las derrotaram o até então invencível Alba. Agora, quase toda a população — tanto a católica como a protestante — opunha-se a ele com crescente ódio, pois suas imposições dificultavam e desencorajavam as atividades comerciais sobre as quais os Países Baixos construíram sua prosperidade. Mais hábil na guerra que nas finanças, Alba, em represália à apropriação dos capitais genoveses pela Rainha Elizabeth, confiscou os bens ingleses nos Países Baixos e proibiu o comércio com a Inglaterra. Elizabeth imediatamente confiscou os bens neerlandeses na Inglaterra e desviou seu comércio para Hamburgo. Os neerlandeses logo sentiram o torpor da decadência comercial. As lojas fecharam-se, o desemprego cresceu e a poderosa classe comercial, que suportara tão pacientemente o enforcamento de protestantes e o saque das igrejas, começou secretamente a planejar e, finalmente, financiar uma revolta. O próprio clero católico, temendo o colapso da economia nacional, voltou-se contra Alba e preveniu Filipe de que o duque estava

arruinando o Estado.[25] O Papa Pio V, que exultara com as vitórias de Alba, associou-se ao cardeal de Granvelle nas queixas contra a severidade do regente,[26] e recomendou uma anistia geral a todos os rebeldes e hereges que se arrependessem. Filipe concordou e notificou, nesse sentido, o duque (fevereiro de 1569); Alba, entretanto, solicitou uma protelação, e a anistia só foi proclamada no dia 16 de julho de 1570. Nesse ano, o papa sagrou o chapéu e a espada de Alba e concedeu a Rosa de Ouro a sua esposa,[27] e Filipe condenou à morte Montigny (16 de outubro de 1570), que se achava prisioneiro.

Entrementes, uma nova força entrara em cena. Em março de 1568, um bando de homens desesperados, conhecido pelo nome de Mendigos Selvagens, desencadeava sua fúria saqueando igrejas e mosteiros e cortando orelhas e narizes de padres e monges, como se estivessem resolvidos a rivalizar com o Conselho de Sangue em barbaridades.[28] Em 1569-72, outro grupo, intitulando-se Mendigos do Mar, assumindo o controle de 18 navios, recebia ordens de Guilherme de Orange, atacava a costa neerlandesa, saqueava igrejas e mosteiros, assaltava a navegação espanhola, e se reabastecia nos amistosos portos ingleses — e até mesmo na distante La Rochelle, então controlada pelos huguenotes. Sempre que uma cidade costeira ficava sem guarnição espanhola, os Mendigos do Mar precipitavam-se sobre ela, apoderavam-se dos pontos estratégicos e, com o poder que tinham de abrir os diques, tornavam o acesso à cidade perigoso para os espanhóis. Alba não pôde mais receber suprimentos por mar. As principais cidades da Holanda, Zelândia, Gelderland e Frísia, assim protegidas, juraram fidelidade a Guilherme de Orange e votaram-lhe suprimentos para a guerra (julho de 1572). Guilherme transferiu seu quartel-general para Delft e declarou-se *calvus et calvinista* (calvo e calvinista) — o que era mais verdadeiro no tocante à sua cabeça que ao seu credo. Foi então que Filipe van Marnix escreveu a canção *Wilhelmus van Nassouwen*, que passou a ser, e ainda é, o hino nacional da Holanda.

Assim encorajado, Guilherme organizou outro exército e invadiu o Brabante. Ao mesmo tempo, Luís de Nassau, apoiado por Coligny, levantou uma força na França, entrou no Hainaut e conquistou Valenciennes e Mons (23 de maio de 1572). Alba marchou para reconquistar Mons, esperando com isso desencorajar novo apoio da França a Luís. Guilherme avançou para o sul, a fim de auxiliar o irmão; obteve pequenas vitórias, mas logo ficou sem recursos; suas tropas pagavam-se a si mesmas saqueando igrejas e divertiam-se matando padres.[29] A oposição católica aumentou; quando o exército de Guilherme se aproximou de Bruxelas, encontrou os portões fechados e os cidadãos armados para a resistência. Ao recomeçar a marcha, era apenas um grupo de confederados, procedentes de Mons, surpreendidos por 600 soldados espanhóis enquanto dormiam; 800 soldados de Guilherme foram massacrados antes que pudessem organizar a defesa; o próprio Guilherme mal teve tempo para escapar, fugindo com o restante de suas forças para Mechelen, no Brabante. Nesse ínterim, o assassinato de Coligny e o Massacre da Noite de São Bartolomeu acabaram com todas as esperanças de auxílio vindo da França. No dia 17 de setembro, Mons caiu em poder de Alba, que permitiu a Luís e o que sobrou de seus soldados deixarem incólumes a cidade; mas Filipe de Novarmes, general do duque de Alba, por sua própria conta, enforcou centenas de habitantes, confiscou-lhes as propriedades e arrematou-as a preços vantajosos.[30]

O fracasso de Guilherme em estratégia, os excessos de suas tropas incontroláveis e as barbaridades dos Mendigos frustraram-lhe as esperanças de unir os católicos, os calvinistas e os luteranos numa oposição à tirania do duque de Alba. Os Mendigos, que eram quase todos ardentes calvinistas, demonstraram, contra os católicos, a mesma ferocidade que a Inquisição e o Conselho de Sangue mostraram contra os rebeldes e hereges. Em muitos casos, deram aos católicos presos a oportunidade de opção entre o calvinismo e a morte e, sem hesitarem, mataram, às vezes após incríveis torturas, aqueles que se apegaram à antiga fé.[31] Ambas as facções em conflito condenaram à morte muitos prisioneiros de guerra. Escreveu um historiador protestante:

> Mais de uma vez foram vistos homens enforcando... seus próprios irmãos que haviam caído prisioneiros em poder das hostes inimigas.... Os insulanos sentiam um prazer feroz nesses atos de crueldade. Os espanhóis, a seus olhos, deixaram de ser criaturas humanas. Em certa ocasião, um cirurgião, em Veer, arrancou o coração de um prisioneiro espanhol, pregou-o na proa de um navio e convidou os habitantes da cidade a irem nele cravar seus dentes, coisa que muitos fizeram com satisfação selvagem.[32]

Foram esses implacáveis Mendigos que derrotaram Alba. Repousando de suas campanhas, o duque confiou ao filho — Don Federigo Álvarez de Toledo — a tarefa de reconquistar e punir as cidades que haviam se declarado a favor de Guilherme ou a ele se renderam. Álvarez começou com Mechelen, que ofereceu pouca resistência; padres e cidadãos saíram em uma penitente procissão para pedir que a cidade fosse poupada. Alba, todavia, ordenara uma vingança exemplar. Durante três dias as tropas de Don Federigo saquearam casas, mosteiros e igrejas, furtaram as jóias e os valiosos mantos das imagens religiosas, pisotearam as hóstias consagradas, massacraram homens e violaram mulheres, quer católicas quer protestantes. Avançando sobre Gelderland, seu exército dominou as fracas defesas de Zutphen, condenou à morte quase todos os homens, dependurando alguns pelos pés e afogando 500 no Ijesel, amarrados aos pares, costas contra costas. A pequena Naarden, após breve resistência, rendeu-se; os conquistadores espanhóis foram recebidos com mesas postas em banquete; os soldados comeram e beberam, e, depois, mataram todas as pessoas da cidade. Passaram-se depois para Haarlem, centro calvinista que demonstrara especial entusiasmo pela revolta. Uma guarnição de quatro mil soldados defendeu a cidade tão resolutamente que Don Federigo propôs uma retirada. Alba ameaçou não mais reconhecê-lo como filho se renunciasse ao cerco. Multiplicaram-se as barbaridades; cada lado enforcava os prisioneiros em cadafalsos que faziam frente ao inimigo, e os defensores da cidade enfureceram os sitiadores representando sobre as muralhas paródias dos ritos católicos.[33] Guilherme enviou três mil homens para atacarem o exército de Don Federigo; foram desbaratados, fracassando todos os novos esforços que se fizeram para auxiliar Haarlem. Após um sítio de sete meses e após ficar reduzida a comer ervas e couro, a cidade capitulou (11 de julho de 1573). Da guarnição, sobreviveram apenas 1.600 soldados, cuja maioria foi condenada à morte; 400 cidadãos ilustres foram executados; os restantes foram poupados depois de concordarem em pagar uma multa de 250.000 guldens.

Esta foi a última e mais cara vitória do regime de Alba. Mais de 12.000 soldados

do exército sitiante morreram em conseqüência de ferimentos ou doenças, e os frutos das odiosas taxas foram inutilmente lançados no saco sem fundo da guerra. Filipe, para quem o dinheiro era mais importante que as vidas, descobriu que o duque de Alba era não só impopular como também dispendioso, e que os métodos de seu general estavam unindo os Países Baixos contra a Espanha. Alba sentiu a mudança dos ventos e pediu para ser substituído. Vangloriou-se de haver executado 18.000 rebeldes;[34] mas os hereges estavam tão fortes como quando ele lá chegara; além disso, controlavam os portos e o mar, e o rei perdera completamente as províncias de Holanda e Zelândia. O bispo de Namur opinou que Alba, em sete anos, fizera mais mal ao catolicismo que Lutero e o calvinismo em uma geração.[35] O pedido de demissão de Alba foi aceito; ele deixou os Países Baixos (18 de dezembro de 1573), foi bem recebido por Filipe e, aos 72 anos de idade, chefiou os exércitos espanhóis na conquista de Portugal (1580). Voltando dessa campanha, foi atacado de uma febre intermitente e só conseguiu manter-se vivo tomando leite de peito de mulher. Morreu no dia 12 de dezembro de 1582, tendo vivido um ano à custa de leite e meio século à custa de sangue.

IV. REQUESÉNS E DON JUAN: 1573-78

Para substituí-lo, Filipe enviou Don Luis de Requeséns, que até pouco tempo tinha sido o vice-rei espanhol de Milão. O novo governador surpreendeu-se com o número e o espírito dos rebeldes. "Antes de minha chegada" — escreveu ao rei — "não compreendia como podiam eles manter tão consideráveis frotas, ao passo que Vossa Majestade não podia sustentar uma só. Mas parece que homens que estão lutando por suas vidas, lares, propriedades e falsa religião — pela sua própria causa, em suma — se contentam em receber apenas rações, sem receber soldo."[37] Pediu a Filipe que lhe permitisse conceder anistia geral a todos, exceto aos hereges persistentes, deixar estes últimos emigrarem e abolir a taxa de 10 por cento sobre as vendas. Guilherme viu, nessas propostas, apenas um recurso para ganhar tempo e um novo artifício para extirpar o protestantismo dos Países Baixos; ele só aceitaria a paz em troca da plena liberdade de culto, da restauração dos privilégios de que gozavam as províncias e da retirada de todos os espanhóis dos cargos civis e militares. A guerra continuou. Na batalha de Mook (13 de abril de 1574), os irmãos de Guilherme, Luís, de 36 anos, e Henrique, de 24 anos, perderam a vida.

A esta altura, dois acontecimentos auxiliaram a revolta: Filipe foi à bancarrota (1575) e Requeséns morreu quando sitiava Zierikzee (5 de março de 1576). O rei nomeou Don Juan da Áustria, seu meio-irmão, para o ingrato posto, mas Juan só conseguiu alcançar Luxemburgo em novembro. Durante este intervalo, os representantes da Holanda e Zelândia assinaram em Delft (25 de abril) um Ato de Pacificação, dando a Guilherme o comando supremo na terra e no mar, o poder de fazer nomeações para todos os cargos políticos e mesmo, em uma emergência, o direito de conferir o protetorado da confederação a um príncipe estrangeiro. Falando com sua nova autoridade,

Guilherme apelou às outras províncias no sentido de participarem da luta pela expulsão dos espanhóis dos Países Baixos. Prometeu liberdade de consciência e de culto, tanto aos católicos quanto aos protestantes.

Seu apelo teria tido, provavelmente, pouca ressonância nas províncias do sul se os soldados espanhóis, impedidos de saquear Zierikzee, não se tivessem amotinado (julho) e iniciado uma campanha de saques e violências indiscriminados, aterrorizando Flandres e Brabante. O conselho de Estado, em Bruxelas, repreendeu-os; eles o ignoraram; o conselho declarou-os fora da lei, mas não teve força para se opor a eles. Guilherme propôs mandar proteção militar e renovou sua promessa de liberdade religiosa. O conselho hesitou; o povo de Bruxelas derrubou-o e organizou outro conselho sob a presidência de Philippe de Croy, que encetou negociações com o príncipe. Em 26 de setembro, Gand acolheu um corpo de tropas enviado por Guilherme para protegê-la contra os amotinados espanhóis. No dia 19 de outubro, delegados do Brabante, Flandres e Hainaut reuniram-se em Gand; mostravam-se relutantes em aliar seus estados àquele príncipe proscrito; mas no dia 20 os amotinados saquearam Maastricht; no dia 28, os confederados, com o propósito de assegurar a proteção das tropas de Guilherme, assinaram a "Pacificação de Gand", que o reconhecia como governador da Holanda e Zelândia, suspendia todas as perseguições por motivo de heresias e concordava em cooperar na expulsão de todos os soldados espanhóis de suas províncias. Os Estados Gerais das províncias do sul, reunindo-se em Bruxelas, recusaram-se a assinar a "Pacificação", considerando-a uma declaração de guerra ao rei.

Uma vez mais os amotinados reforçaram os argumentos de Guilherme. No dia 4 de novembro de 1576, tomaram Antuérpia e sujeitaram-na ao pior saque de que há registro na história dos Países Baixos. Os cidadãos resistiram, mas foram vencidos; sete mil deles foram mortos; cerca de mil edifícios — alguns deles verdadeiras obras-primas de arquitetura — foram incendiados; homens, mulheres e crianças foram trucidados pelos soldados que, em seu delírio sangrento, gritavam: "*Santiago! España! A sangre, a carne, a fuego, a sacco!*" ("São Tiago! Espanha! Ao sangue, à carne, ao fogo, ao saque!"). Durante toda a noite os soldados saquearam a rica cidade; quase todas as casas foram roubadas. Para que confessassem onde estariam ocultos tesouros, reais ou imaginários, pais foram torturados na presença dos filhos, mataram-se crianças nos braços das mães e flagelaram esposas até a morte ante os olhos dos maridos. Durante dois dias mais essa "Fúria Espanhola" prosseguiu nas devastações até os soldados se saciarem de ouro, jóias e roupas finas, e começarem a jogar entre si, com seus ganhos, nas ruas ainda repletas de cadáveres. No dia 28 de novembro, os Estados Gerais ratificaram a Pacificação de Gand.

Foi uma vitória oportuna para o príncipe. Quando Don Juan mandou de Luxemburgo a notícia de que estava prestes a entrar em Bruxelas, os Estados Gerais responderam que não o receberiam como governador, a menos que aceitasse a Pacificação, restaurasse as cartas patentes das províncias e retirasse todas as tropas espanholas dos Países Baixos. Don Juan, valoroso na batalha, confuso na diplomacia, sem soldados e sem dinheiro, atormentou-se durante todo o inverno em Luxemburgo, e depois (2 de fevereiro de 1577) assinou o "Edito Perpétuo", no qual reconhecia a Pacificação e os direitos das províncias. No dia 1º de março, em meio a um grande cerimonial, fez sua entrada em Bruxelas; a cidade ficou satisfeita por ter um governador tão belo

e tão impotente. As tropas espanholas partiram, e, durante certo período, a paz sorriu sobre a terra devastada.

Os sonhos de Juan eram maiores que suas posses. Depois de suas proezas em Lepanto e Túnis, esta desamparada majestade esfriou-lhe o sangue romântico. Não muito longe, na Inglaterra, a encantadora Maria Stuart achava-se prisioneira daquela ogra Elizabeth. Por que não reunir um exército e alguns barcos, cruzar o mar, depor uma rainha, casar-se com a outra, ser rei da Inglaterra e da Escócia e trazer de volta para a Santa Madre Igreja aquelas regiões bárbaras? Filipe, que temia a brecha existente entre o dinheiro e os sonhos, achou que seu irmão estava se comportando como um tolo. Juan confirmou esta apreciação rapidamente, quando deixou Bruxelas (11 de junho), colocou-se à frente de um regimento de valões católicos e repudiou a Pacificação. Após infrutíferas negociações com Juan, os Estados Gerais chamaram Guilherme à capital. À sua chegada (23 de setembro) foi ele acolhido por grande parte dos cidadãos católicos como o único homem que poderia conduzir os Países Baixos à liberdade. Em 8 de outubro, os Estados Gerais informaram a Don Juan de que não mais o reconheceriam como governador, mas que aceitariam em seu lugar um príncipe de sangue real. No dia 10 de dezembro de 1577, todas as províncias, exceto Namur, formaram uma liga a que se deu o nome de "União de Bruxelas". Os membros católicos dos Estados Gerais, temendo o calvinismo de Guilherme, pediram a Matias, arquiduque da Áustria, que aceitasse o governo dos Países Baixos. Esse jovem de 20 anos chegou e foi empossado (18 de janeiro de 1578), mas os partidários de Guilherme persuadiram o novo governador a nomeá-lo seu representante — na verdade o chefe da administração e da política.

Somente a mútua tolerância, ante a diversidade de religiões, teria podido preservar essa união; a intolerância destruiu-a. Os calvinistas da Holanda, à semelhança dos católicos da Espanha, sustentavam que somente os descrentes podiam ser tolerantes. Muitos deles chamaram abertamente Guilherme de Orange de ateu.[38] O pregador calvinista Peter Dathenus acusou-o de fazer do Estado o seu deus e de mudar de religião como quem muda de camisa.[39] Os calvinistas, embora representassem (e até 1587 continuaram representando) apenas um décimo da população da província da Holanda, eram ativos e ambiciosos, e possuíam armas. Conseguindo o domínio nas assembléias políticas, substituíram os magistrados católicos por protestantes; e, em 1573, os Estados — ou conselho provincial — proibiram todo culto católico na Holanda,[40] alegando que todos os católicos eram servos virtuais da Espanha. Em 1578, o calvinismo era quase universal na Zelândia e, politicamente — ainda que não numericamente — dominante na Frísia. Ondas de destruições de imagens varreram a Holanda e a Zelândia em 1572 e, depois de 1576, outras províncias, e até mesmo Flandres e Brabante. Toda ligação da religião com a arte foi repudiada como idólatra e profana. Arrancaram-se das igrejas seus quadros, estátuas, crucifixos e decorações; fundiram-se os vasos de ouro e prata; as paredes ficaram nuas. Os Mendigos torturaram padres católicos e condenaram alguns à morte.[41]

Guilherme condenava essa conduta, mas fez vista grossa[42] quando as minorias calvinistas arrebataram, pelas armas, o poder político em Bruxelas, Ypres, Bruges e em todo o norte da Flandres.[43] Em Gand, os calvinistas vitoriosos aprisionaram os conselheiros, saquearam e esvaziaram igrejas e mosteiros, confiscaram os bens eclesiásti-

cos, proibiram todo culto católico, queimaram monges na praça do mercado[44] e instalaram uma república revolucionária (1577). Em Amsterdam (24 de maio de 1578), calvinistas armados invadiram a prefeitura, baniram os magistrados, substituíram-nos por calvinistas e entregaram as igrejas saqueadas ao culto reformado. No dia seguinte, idêntica rebelião transformou Haarlem. Em Antuérpia — onde agora Guilherme tinha seu quartel-general instalado — os protestantes expulsaram da cidade os padres e monges (28 de maio); o príncipe censurou seus partidários pelas violências cometidas e convenceu-os a permitirem o culto católico; mas em 1581 todo serviço católico foi proibido em Antuérpia e Utrecht. Os calvinistas acusavam os padres de terem ludibriado o povo com falsas relíquias e milagres forjados — a exibição de fragmentos da "cruz verdadeira", a apresentação para adoração, de ossadas velhas que afirmavam ser dos santos, e a colocação, às escondidas, de óleo na cabeça das imagens para, quando julgassem oportuno, fazê-las suar.[45]

Guilherme lamentou ver seus anos de luta em prol da unidade terminarem em dissensões, caos e ódio. A democracia protestante, que conquistara várias cidades, estava caindo em tal anarquia que homens possuidores de recursos — tanto protestantes como católicos — começaram a se perguntar se o novo regime não era, para eles, pior que o antigo, com suas proclamações e tudo o mais. Guilherme enfrentou aquela crescente demanda pela restauração da ordem negociando com Francisco, duque de Anjou, no sentido de ser retirada a governança das mãos do incompetente e desprezível Matias; mas Anjou se mostrou traidor e indigno. Para cúmulo das desventuras do príncipe, um novo exército espanhol, composto de 20.000 homens bem treinados, vinha marchando para o norte sob a direção do general mais capaz da época. Em dezembro de 1577, Alessandro Farnese, duque de Parma, levou seu exército para Don Juan, no Luxemburgo. No dia 31 de janeiro de 1578, eles derrotaram as indisciplinadas forças dos Estados Gerais, em Gembloux. Louvain e uma dúzia de pequenas cidades abriram suas portas ao novo conquistador. Os membros dos Estados Gerais dos Países Baixos fugiram de Bruxelas para Antuérpia. Don Juan, farejando nova glória, contraiu uma febre maligna e morreu em Namur, no dia 1º de outubro de 1578, aos 33 anos. Filipe nomeou Farnese governador-geral, e teve início, então, um novo capítulo.

V. PARMA E ORANGE: 1578-84

Alessandro Farnese, agora com 33 anos, era filho de Margarida de Parma, a antiga regente. Educado na Espanha, jurou lealdade a Filipe, combateu em Lepanto e dedicou os últimos 14 anos de sua vida à luta para salvar o sul dos Países Baixos para o rei. Em 1586, herdaria o ducado de Parma e seu título, entretanto jamais subiu ao sólio ducal. Seus olhos penetrantes, cabelos pretos e curtos, feições trigueiras, nariz aquilino e barba cerrada revelavam apenas parte de sua capacidade, coragem e sutileza. Dotado da arte militar de Alba — exceto sua crueldade —, era muitíssimo mais hábil nas negociações e nas atitudes. A batalha pelos Países Baixos tornou-se, então, um duelo entre a diplomacia e as armas do duque de Parma, apoiadas pelos recursos e esperanças católicos, e a heróica perseverança do príncipe de Orange, financiada por mercadores holandeses e auxiliada e dificultada pelo fanatismo de seus amigos.

No dia 5 de janeiro de 1579, um grupo de nobres católicos de Hainaut, Douai, Artois e Lille, inspirado pelo bispo de Arras, formou a Liga de Arras para a proteção de sua religião e suas propriedades. A 29 de janeiro, as províncias de Holanda, Zelândia, Groningen, Utrecht e Gelderland formaram a União de Utrecht para defesa de sua fé e seus direitos; logo a elas se associaram a Frísia e Overijssel; essas sete "Províncias Unidas" tornaram-se os Países Baixos holandeses da atualidade. As províncias restantes passaram a ser os "Países Baixos espanhóis" e, no século XIX, a Bélgica. A divisão das 17 províncias em duas nações foi determinada em parte pela predominância do catolicismo no sul e do protestantismo no norte, mas, também, pela separação geográfica das terras baixas pelos grandes braços de mar e rios, que, pela sua largura e seus diques controláveis, ofereciam portos e barreiras defensíveis contra as frotas e armas espanholas.

Em 19 de maio, a Liga de Arras assinou um acordo com Parma, pelo qual se comprometia a não tolerar outra religião senão a católica e aceitava a soberania da Espanha sob a condição de serem restaurados os privilégios das províncias e comunas. Por persuasão, suborno ou força, o duque logo reconquistou para a Espanha quase todas as províncias do sul. Os líderes calvinistas de Bruxelas, Gand e Ypres abandonaram suas conquistas e fugiram para o norte protestante. Em 12 de março de 1579, Parma conduziu um grande exército contra Maastricht, estrategicamente situada à margem do rio do qual tomara o seu nome. Houve cenas prodigiosas de heroísmo e barbaridade de ambos os lados. Os atacantes cavaram quilômetros de passagens subterrâneas, para minarem e invadirem a cidade; os defensores — as mulheres unidas aos homens — também cavaram passagens para irem ao encontro deles, e travaram-se batalhas nas entranhas da terra. Despejou-se água fervente através de túneis, acenderam-se fogueiras para enchê-los de fumaça; centenas de sitiantes morreram escaldados ou asfixiados. Uma das minas de Parma, explodindo prematuramente, matou 500 de seus homens. Quando seus soldados tentaram escalar as muralhas, foram recebidos com tições e aros de breu superaquecidos que lhes eram colocados em volta do pescoço. Após quatro meses de esforço e fúria, os sitiantes fizeram uma brecha nas muralhas e entraram por ela silenciosamente na cidade, durante a noite, surpreenderam os esgotados defensores dormindo e massacraram seis mil homens, mulheres e crianças. Das 30.000 almas que habitavam a cidade, somente 400 sobreviveram. Parma repovoou-a com valões católicos.

Foi um grande desastre para a causa protestante. Guilherme, que tentara em vão socorrer a cidade, foi, com certa razão, censurado por sua incompetência e demora. Os mesmos extremistas que, com suas violências e intolerância, frustraram sua política de unificação, acusavam-no agora de ter traído a causa deles em suas negociações com o católico duque de Anjou, ressaltando que Orange não assistira a nenhum ofício religioso no ano anterior. Filipe aproveitou-se da circunstância para promulgar uma proscrição contra Orange (15 de março de 1581). Após pormenorizar todas as ingratidões, deslealdades, casamentos e crimes do príncipe, estabeleceu:

> Portanto... por todas as suas más ações como principal perturbador da paz pública e por considerá-lo nocivo à ordem pública, banimo-lo para sempre e proibimos a todos os nossos súditos que se associem a ele ou se comuniquem com ele em pú-

blico ou secretamente, ou forneçam-lhe mantimentos, bebidas, fogo e outras coisas de que tenha necessidade. Declaramo-lo inimigo da raça humana e damos seus bens a todos os que deles se possam apoderar. A fim de tirarmos quanto antes nosso povo de sua tirania e opressão, prometemos, com a palavra de rei e como servo de Deus, que se encontrarmos um de nossos súditos tão generoso de coração... que descubra meios de executar este decreto, e nos livre da referida peste, quer no-lo entregando vivo ou morto, quer privando-o da vida, daremos a ele e a seus herdeiros propriedade ou dinheiro, como quiser, até a importância de 25.000 coroas em ouro. Se tiver cometido algum crime, qualquer que seja a espécie deste crime, nós o perdoaremos. Se não for nobre, nós o nobilitaremos.[46]

Os Estados-gerais das províncias responderam a essa proscrição nomeando Guilherme estatúder (magistrado supremo) da Holanda e Zelândia (24 de julho de 1581); e, dois dias depois, os representantes da Holanda, Zelândia, Gelderland, Utrecht, Flandres e Brabante assinaram em Haia um "Ato de Abjuração", renunciando solenemente ao dever de fidelidade para com o rei de Espanha. Em documento tão célebre para a história holandesa quanto a Declaração de Direitos do Parlamento (1689) para a história da Inglaterra, proclamaram que um governante que trata seus súditos como escravos e lhes destrói a liberdade não mais deve ser considerado por eles seu legítimo soberano, podendo legalmente ser deposto.[47] A resposta do próprio Guilherme à proscrição formalizou-se numa *Apologia*, escrita para ele por seu capelão, e enviada aos Estados-gerais e a todas as cortes da Europa. Ele recebia a proscrição como uma distinção. Acusava Filipe de incesto, adultério e do assassinato de sua própria esposa e do filho. Exprimia sua disposição de resignar seus cargos e retirar-se dos Países Baixos, e mesmo de renunciar à sua vida, se com isso pudesse beneficiar seu país. Assinou o documento com seu lema: "Je maintiendrai — "Defenderei".

Pouco tempo depois (18 de março de 1582), Filipe colheu os primeiros frutos da proscrição. Jean Jaureguy, estimulado pela recompensa prometida, armou-se de uma pistola, pediu a ajuda de Deus, prometeu à Virgem uma parte da recompensa, conseguiu chegar à presença de Guilherme de Orange, em Antuérpia, e deu-lhe um tiro na cabeça. A bala entrou debaixo da orelha direita, passou pelo céu da boca e emergiu através da face esquerda. O assassino foi imediatamente preso e morto pelos auxiliares de Guilherme, mas a missão afigurava-se cumprida; durante várias semanas o príncipe esteve às portas da morte. Farnese convidou as províncias rebeldes, agora que seu obstinado chefe estava morto, a celebrarem a paz com seu misericordioso rei. Mas Guilherme recuperou-se graças ao desvelo de sua esposa Carlota, que morreu de exaustão e febre no dia 5 de maio. Em julho, dois obscuros conspiradores traçaram um plano para envenenar o príncipe de Orange e o duque de Anjou; o plano foi descoberto e os dois criminosos presos; um matou-se na prisão, o outro foi enviado para Paris, onde o julgaram e condenaram, sendo esquartejado por quatro cavalos.

Durante aquele ano de 1582, Anjou reuniu alguns soldados em torno de si, em Antuérpia. Insatisfeito com seu título de duque, sonhava fazer-se rei. Subitamente, em 17 de janeiro de 1583, seus partidários, aos brados de "Viva a Missa!", tentaram dominar a cidade. O povo resistiu; quase duas mil vidas se perderam naquela "Fúria Francesa"; a rebelião fracassou, Anjou fugiu e Guilherme, mais uma vez, perdeu sua popularidade por tê-lo apoiado durante tanto tempo. Em março ocorreu novo atenta-

do contra sua vida. Considerando-se inseguro em Antuérpia, mudou seu quartel-general para Delft. As províncias de Groningen e Gelderland, nessa ocasião, fizeram a paz com o duque de Parma. Somente duas das províncias "unidas" achavam-se ainda aliadas a Guilherme; essas duas — Holanda e Zelândia — testemunharam sua lealdade tornando o cargo de estatúder hereditário para sua família (dezembro de 1583). Estabeleceram-se assim os fundamentos da casa de Orange que, em 1688, quase conquistaria, quase herdaria a Inglaterra.

Os assassinos insistiam. Em abril de 1584, Hans Hanszoon de Flushing tentou liquidar o príncipe; fracassou e foi condenado à morte. Balthasar Gérard, da Borgonha, tomado de fervor religioso, sem deixar de pensar nas 25.000 coroas,* procurou o duque de Parma e ofereceu-se para matar o príncipe de Orange. Parma não achou aquele jovem de 20 anos apto para tal empresa; recusou-lhe o modesto adiantamento que pediu, mas prometeu-lhe a recompensa integral se fosse coroado de êxito.[48] Gérard partiu para Delft, disfarçou-se em pobre e piedoso calvinista, recebeu de Guilherme 12 coroas de esmola e descarregou-lhe no corpo três balas (10 de julho de 1584). Guilherme gritou: "Meu Deus, tende piedade de minha alma... Tende piedade desse pobre povo!" Morreu em poucos minutos. Preso, Gérard foi julgado pelos magistrados da cidade, manifestou sua alegria pelo êxito e foi condenado à extrema tortura e à morte. Guilherme foi sepultado em Delft com as mais altas honrarias como "Pai de Sua Pátria". Tendo sacrificado quase todos os seus bens na promoção da revolta, deixou seus 12 filhos praticamente pobres — testemunho silencioso da nobreza na qual ele amadurecera.

A recompensa foi paga integralmente aos pais de Gérard. Os católicos dos Países Baixos rejubilaram-se, dizendo que o crime fora a vingança de Deus contra a profanação das igrejas e o morticínio de padres. Enviaram a cabeça do assassino para Colônia como relíquia preciosa e, durante meio século, trabalharam arduamente para que o canonizassem.[49]

VI. TRIUNFO: 1584-1648

A morte de Guilherme levou o desânimo ao espírito dos partidários que ele ainda tinha em Flandres e Brabante. Parma conquistou Bruges, Gand, Bruxelas, Mechelen e Antuérpia; em fins de 1585, todos os Países Baixos ao sul do Mosa — exceto Ostende e Sluys — caíram em poder da Espanha. Os Mendigos, porém, dominavam ainda os portos e o mar.

As províncias do norte apelaram com freqüência a Elizabeth para que as auxiliasse. Dessa vez ela respondeu. Sabia que a revolta dos Países Baixos impedira a Espanha de declarar guerra à Inglaterra; não desejava que essa bênção cessasse; além disso, os holandeses controlavam o mercado de lã da Inglaterra. Em dezembro de 1585, enviou à Holanda uma poderosa força sob o comando de Leicester e Sir Philip Sidney.

* Afirmam Ranke — *History of the Popes*, I, 472 — e Motley — *Rise of Dutch Republic* — que Gérard foi encorajado por um jesuíta; mas Pastor — *History of the Popes*, XX, 19-20 — nega-o.

Leicester, como governador-geral das províncias rebeldes, assumiu poderes quase soberanos. Vendo que as províncias do sul importavam do norte as coisas necessárias à vida, proibiu todo comércio com qualquer possessão espanhola. Mas os mercadores holandeses viviam desse comércio; exportavam mercadorias para a Espanha durante sua guerra com ela; recusavam-se a obedecer à proibição de Leicester. Derrotado em Zutphen (22 de setembro de 1586), Leicester deixou a Holanda humilhado e enojado. Durante um ano reinou o caos no norte. A pequena república foi salva pela absorção de Parma no plano de Filipe para a invasão da Inglaterra; pelas operações militares do duque contra Henrique de Navarra, na França; pelo domínio holandês das águas; pela riqueza e persistência dos mercadores holandeses; pelo gênio político de Jan van Oldenbarneveldt; e pelo gênio militar de Maurício de Nassau, filho de Guilherme, o Taciturno.

Logo depois da morte de seu pai, Maurício foi eleito estatúder da Holanda e Zelândia. Em 1588, aos 21 anos, comandante-em-chefe e almirante das Províncias Unidas. Em 1590, Utrecht, Overijssel e Gelderland conferiram-lhe a posição de estatúder. Aproveitando as preleções de Simon Stevin, em Leiden, sobre matemática, Maurício aplicou-a à balística, à engenharia e aos cercos. Deu ao exército holandês nova coesão e disciplina. Em uma série de campanhas (1590-94), notáveis pela rapidez dos movimentos e surpreendente estratégia, reconquistou Zutphen, Deventer, Nijmegen e Groningen. Parma, tendo desperdiçado sua habilidade e recursos nas vãs expedições de Filipe contra a Inglaterra e Henrique IV, morreu de exaustão e ferimentos em Spa (20 de fevereiro de 1592).

Filipe nomeou seu sucessor o Arquiduque Ernesto da Áustria, que logo morreu; depois, o Cardeal Arquiduque Alberto, que resignou suas dignidades religiosas e casou-se com a filha do rei, Isabel Clara Eugênia. Pouco antes de sua própria morte (1598), Filipe concedeu a Alberto e Isabel direitos soberanos nos Países Baixos, com a ressalva, porém, de que tais direitos reverteriam à Espanha se morressem sem descendentes. Ambos demonstraram ser governantes eficientes e justos; e embora não tivessem podido dominar as províncias do norte, estabeleceram no sul um regime civilizado, sob o qual a cultura eclesiástica floresceu em confortadora harmonia com os nus de Rubens.

Uma nova figura entrou em cena em 1603. Alberto sitiara Ostende, sem êxito, durante dois anos. Um banqueiro italiano, Ambrosio de Spinola, colocou sua fortuna a serviço da Espanha, levantou e equipou uma força de oito mil homens, sitiou e conquistou Ostende. Mas mesmo sua imensa riqueza não pôde contrabalançar com a dos mercadores holandeses. Estes persistiam na construção e no financiamento das frotas que continuavam a hostilizar a navegação espanhola e ameaçavam o transporte de ouro entre a América e a Espanha. Cansados do bloqueio e das matanças, Alberto e Isabel aconselharam que se entrasse em negociações com os holandeses, e Filipe III, não mais suportando a falência, concordou. Foi assinado um armistício (1609), que deu aos Países Baixos 12 anos de descanso da guerra.

A concórdia interna varia na proporção inversa da paz externa. Maurício sentiu o domínio de Oldenbarneveldt nos negócios da república. Tecnicamente, este grande

pensionista da Holanda — seu funcionário mais bem pago — tinha autoridade apenas sobre essa província; como, porém, a Holanda tinha tanta riqueza quanto todo o restante das Províncias Unidas, e pagava aos Estados Gerais uma importância equivalente em tributos, Oldenbarneveldt exercia na federação um poder proporcional a essa riqueza e à força de seu espírito e caráter. Além disso, os proprietários de terras, que governavam os campos, e os ricos mercadores, que governavam as comunas, sentiam-se atraídos por Oldenbarneveldt, pois, como eles, ele rejeitava a democracia. "Antes governado por um senhor supremo que por uma multidão"[50], ele dizia. Maurício, procurando apoiar-se no povo, percebeu que poderia conquistá-lo se fizesse dos ministros calvinistas seus amigos.

A questão religiosa, que ainda inflamava a república, apresentava três aspectos: a crescente oposição entre a Igreja e o Estado, o conflito entre os católicos e os protestantes, e a guerra de doutrinas no aprisco protestante. Os sínodos calvinistas procuravam determinar as normas políticas e empregar o governo como agente para dar força de lei ao seu credo; os Estados Gerais não tinham confiança nas congregações calvinistas, considerando-as perigosos exemplos e sementeiras da democracia, e Oldenbarneveldt fez muitos inimigos por pedir ao clero que deixasse o governo para os poderes civis. Por estranho que pareça, mesmo nas províncias do norte, em 1609, a população ainda era predominantemente católica.[51] As leis que proibiam o culto católico não estavam sendo aplicadas; 232 padres dirigiam os ofícios religiosos.[52] O conselho provincial de Utrecht ordenou aos padres que se casassem com suas governantas, mas a submissão a essa ordem foi esporádica e sem entusiasmo.

Nas comunidades protestantes, a luta verificava-se entre os calvinistas e uma minoria de "libertinos". Estes eram assim chamados não por serem desregrados, mas por serem a favor da liberdade religiosa, mesmo para os católicos, e por darem uma interpretação liberal e humana à teologia protestante. Estes herdeiros da tradição erasmiana (à qual Guilherme de Orange pertencera) foram denunciados como "papistas" enrustidos pelos rigoristas — ou calvinistas ortodoxos — que se apegavam a uma rígida predestinação e achavam que sua fé deveria tornar-se compulsória em todas as Províncias Unidas.[53] Dirck Coornhert, que servira como secretário do príncipe de Orange, defendeu a liberdade de culto em trabalhos que criaram a linguagem literária da Holanda. Um pregador de Amsterdam, Jacobus Arminius, recebeu a incumbência de refutar os pontos de vista de Coornhert; converteu-se a eles na ocasião em que os estudava para replicá-los, e, quando foi nomeado professor de teologia em Leiden, chocou os rigoristas ao contestar a predestinação e ao afirmar, contra a opinião de Lutero e Calvino, que o homem é salvo pelas boas ações e, também, pela fé. Admitiu que o pagão virtuoso poderia escapar ao inferno e presumiu que, no fim, todos os homens seriam salvos. Seu colega, o professor Franciscus Gomarus, tachou-o de herege traiçoeiro.

Arminius morreu em 1609. Já por essa época conquistara importantes adeptos, inclusive Oldenbarneveldt e Hugo Grotius, o pensionista de Rotterdam. Em 1610, esses "libertinos" elaboraram uma *Remonstrantie* contra as doutrinas da predestinação, eleição e condenação, e propuseram a realização de um sínodo nacional de clérigos e leigos para redefinir a fé reformada. Os rigoristas formularam uma *Contra-Remonstrantie* reafirmando a teologia calvinista:

> Depois da queda de Adão, Deus eximiu certo número de seres humanos da destruição e... destinou-os à salvação por intermédio de Cristo.... Nessa eleição, Deus não considera a crença ou a conversão, mas age simplesmente de acordo com Sua vontade. Deus enviou Seu filho Jesus Cristo para salvar os eleitos, e somente a eles.[54]

Os gomarianos insistiram em que tais questões somente podiam ser tratadas pelos clérigos; e rotularam com tal êxito os arminianos de papistas, pelagianos ou unitários, que uma grande maioria da população protestante arregimentou-se ao lado dos rigoristas. Maurício de Nassau desinteressou-se, desdenhoso, pelos debates teológicos e procurou ligar-se ao partido ortodoxo, achando que este lhe oferecia uma base popular para tentar reconquistar a direção nacional.

Sobreveio uma batalha de sermões e panfletos, mais acirrada que uma guerra. Violentos distúrbios quebraram a paz conferida pelo armistício. Invadiram-se as casas dos "libertinos", em Haia, e os pregadores calvinistas ortodoxos foram expulsos de Rotterdam. A Holanda formou um exército para defender sua teologia; outras províncias seguiram-lhe o exemplo; a guerra civil parecia prestes a destruir a república nascida há pouco tempo. No dia 4 de agosto de 1617, Oldenbarneveldt decretou, através do conselho da Holanda, uma *scherpe resolutie* — que Maurício achou por demais contundente —, proclamando a supremacia do Estado nas questões religiosas e instruindo às cidades da província no sentido de se armarem, por medida de precaução, contra as violências dos calvinistas. Passando por Utrecht, convenceu o conselho provincial a levantar tropas em apoio à Holanda. Em 25 de julho de 1618, Maurício de Nassau, como chefe legal do exército, entrou em Utrecht à frente de uma força armada, obrigando a dissolução do novo regimento ali formado. Em 29 de agosto, a assembléia dos Estados Gerais das Províncias Unidas ordenou a prisão de Oldenbarneveldt, Grotius e outros líderes remonstrantes. A 13 de novembro, um sínodo da Igreja Reformada, reunido em Dordrecht (Dort), ouviu os teólogos remonstrantes, condenou-os como hereges e ordenou que todos os ministros remonstrantes fossem demitidos dos cargos eclesiásticos e educacionais. Os arminianos, à semelhança dos católicos, foram excomungados e proibidos de realizar assembléias ou serviços religiosos em público. Muitos deles fugiram para a Inglaterra, onde foram bem recebidos pela Igreja Anglicana e influenciaram fortemente os anglicanos latitudinaristas.

Oldenbarneveldt foi julgado por uma corte especial que não lhe concedeu amparo legal. Foi acusado de traição por haver dividido a União, pondo-a em perigo, e por tentar criar um Estado dentro de um Estado. Do lado de fora do tribunal, uma chuva de panfletos expunha à multidão as faltas de sua vida privada. Ele se defendeu com tal eloqüência e vigor que seus filhos ergueram um mastro enfeitado diante de sua prisão e, confiantes, celebraram sua libertação imediata. No dia 12 de maio de 1619, o tribunal declarou-o culpado, sendo a sentença, de morte, executada no dia seguinte. Grotius foi condenado à prisão perpétua; graças, porém, à engenhosidade de sua esposa, escapou e viveu para escrever um livro memorável.

Não obstante esse triunfo da intolerância, a liberdade religiosa cresceu nas províncias. Os católicos eram demasiado numerosos para serem eliminados, e os decretos doutrinais do Sínodo de Dort não puderam ser aplicados. Naquele mesmo ano de 1619, os menonitas, com plena liberdade, fundaram em Rijnsburg, à semelhança dos

quakers, sua seita colegiada, junto à qual Spinoza iria encontrar refúgio seguro. Em 1629, Descartes louvaria a liberdade intelectual de que gozava em Amsterdam, e, em fins daquele século, a Holanda seria o paraíso dos hereges procedentes de muitos países.

No dia 9 de agosto de 1621, recomeçou a guerra com a Espanha. Como o Arquiduque Alberto morrera sem deixar descendente, o sul dos Países Baixos tornou a passar para a Espanha. Spinola atacou as cidades holandesas de fronteira. Maurício marchou contra ele mas, esgotado pelos anos de luta, morreu subitamente, com a idade de 57 anos (1625). Spinola conquistou Breda, abrindo assim a entrada para Amsterdam e dando um tema a Velázques.

Com sua tenacidade, os holandeses refizeram-se. Frederico Henrique, que sucedeu a seu irmão como estatúder, surpreendeu inimigos e amigos com seu talento, até então oculto, para a política e o generalato. Por meio da diplomacia de Francisco Aerssens, conseguiu um subsídio anual de um milhão de libras concedido por Richelieu; levantou novo exército; após longos sítios, conquistou Hertogenbosch, Maastricht e Breda; afortunadamente, Spinola fora requisitado para a Lombardia.

Entrementes, os mercadores holandeses transformavam dinheiro em navios, pois cada vitória no mar contribuía para a expansão do comércio. Em 1628, uma flotilha holandesa, sob o comando de Piet Hein, capturou uma esquadra espanhola que transportava ouro do México. Outra frota holandesa atacou uma força espanhola composta de 13 navios, no Rio Slaak, destruiu-a e fez cinco mil prisioneiros (1631). A mais brilhante dessas vitórias navais foi conquistada pelo Vice-Almirante Maarten Harpertszoon Tromp, no Downs — o canal inglês entre Dover e Deal. Os espanhóis, resolvidos a retomar dos holandeses o domínio dos portos dos Países Baixos, reuniram uma nova armada de 77 navios tripulados por 24.000 homens. Avistando-a no canal, Tromp solicitou reforços; em 21 de outubro de 1639, com 75 barcos, avançou diretamente contra o inimigo e pôs a pique, imobilizou ou capturou todos os navios espanhóis, exceto sete; 15.200 tripulantes espanhóis foram mortos na batalha ou morreram afogados. Essa Batalha de Downs é tão importante na história holandesa quanto a derrota da Armada na história inglesa; ela fez cessar todas as pretensões da Espanha de domínio nos mares, cortou a linha vital de comunicações entre a Espanha e suas colônias, e dividiu com a França a vitória sobre o exército espanhol em Rocroi (1643), no encerramento da era da supremacia espanhola na Europa.

Profundamente envolvida na Guerra dos Trinta Anos, a Espanha decidiu ceder tudo aos holandeses, a fim de sentir-se livre para lutar contra os franceses. A 30 de janeiro de 1648, em Münster, plenipotenciários espanhóis assinaram o Tratado de Vestfália, dando fim à "Guerra dos Oitenta Anos" nos Países Baixos. As Províncias Unidas, declaradas livres de quaisquer laços com a Espanha, tiveram suas conquistas reconhecidas; o comércio do Reno chegaria ao Mar do Norte somente através dos portos holandeses; e foi concedido aos mercadores holandeses liberdade de comércio nas Índias Orientais e Ocidentais. Terminou assim, triunfalmente, a mais demorada, a mais valorosa e a mais cruel das lutas pela liberdade, em toda a história.

CAPÍTULO XVIII

De Rubens a Rembrandt

1555-1660

I. OS FLAMENGOS

É SURPREENDENTE que em tão pequena região da Europa, como a ocupada pelos Países Baixos, se desenvolvessem duas culturas tão diferentes como a flamenga e a holandesa, duas fés incompatíveis como o catolicismo e o calvinismo e artistas de disposição e métodos tão opostos como Rubens e Rembrandt, e Van Dyck e Hals.

O contraste não pode ser explicado através da língua, pois metade de Flandres,* como todas as Províncias Unidas, falava o holandês. Algo da diferença talvez se tenha originado da proximidade da Holanda à Alemanha protestante, e de Flandres à França católica. Parte desta diferença originou-se da íntima associação da católica, realista e aristocrática Espanha com Bruxelas e Antuérpia. Flandres herdou a religião, a arte e os costumes medievais, enquanto a Holanda era pobre demais para ter cultura própria. Possivelmente nas províncias do sul, mais ensolaradas, as populações se inclinassem a uma vida sensual e moralmente mais livre, e, ao mesmo tempo, a um catolicismo indulgente, ao passo que a neblina e as dificuldades do norte devem ter encorajado uma religião severa e estóica. Ou seria porque os exércitos espanhóis tivessem triunfado no sul e, hostilizados pela intervenção dos rios e dinheiro holandeses, tivessem perdido no norte?

Antuérpia deve ter sido bela ao tempo em que sua catedral foi concluída com todas as suas agulhas, fachada e arte decorativa, enquanto a Bolsa, nas proximidades, palpitava com toda a vitalidade e chicana do comércio, e as águas brincavam com os barcos de todas as partes do mundo. Mas depois veio a guerra: a fúria de Alba e a Inquisição impeliram artesãos e mercadores protestantes para a Holanda, Alemanha e Inglaterra, a fúria calvinista esvaziou as igrejas, a fúria espanhola saqueou casas e incendiou

* Por conveniência, vamos empregar *Flandres* e *flamengo* para a totalidade dos Países Baixos espanhóis, e *Holanda* e *holandês* para todo o norte, ou Províncias Unidas.

palácios, a fúria francesa afogou seu fracasso em sangue; e o sítio de 14 meses de Farnese matou pela fome, indistintamente, católicos e protestantes. Os católicos, por fim, juntaram-se aos protestantes no êxodo, e o comércio de Antuérpia passou para Amsterdam, Rotterdam, Haarlem, Hamburgo, Londres e Rouen.

Se a ferocidade do homem é intermitente, sua resistência é permanente. Consola notar a rapidez com que certos países e cidades se têm recuperado da destruição das guerras. Foi o que se deu com Flandres depois de 1579. A indústria têxtil sobreviveu, as rendas flamengas ainda eram muito procuradas, as chuvas alimentavam a terra e o trabalho do povo supria o esplendor da corte. Sob o governo de arquiduques, amantes do luxo porém humanos, Antuérpia e Bruxelas desfrutaram notável ressurreição. Flandres retornou a suas catedrais, festivais religiosos e quermesses pagãs. Talvez Rubens tivesse exagerado esse fato em sua desordenada *Quermesse* (no Louvre), mas ouçamos o relato do Cardeal Infante Dom Fernando, de Antuérpia, a Filipe IV, em 1639: "Ontem eles realizaram seu grande festival... uma extensa procissão dirigiu-se para o campo com muitos carros triunfais. Após a procissão, foram todos comer e beber e, no fim, ficaram todos embriagados; pois sem essas coisas não consideram aquilo um festival".[1] Mesmo o cardeal, quando chegou a Bruxelas (1635), procedente da Espanha, fora recebido com apoteoses que duraram vários dias, em meio a grandiosas decorações de autoria do próprio Rubens. As cidades flamengas, antes da revolta, foram descritas por um visitante italiano como tendo "uma constante sucessão de reuniões festivas, bodas e danças, ao mesmo tempo que a música, os cânticos e alegres ruídos pairavam em todas as ruas";[2] nem tudo desse espírito se deixara dominar pela guerra. Havia ainda nas ruas os folguedos que Brueghel pintara em seus quadros; as igrejas tornaram a ouvir missas polifônicas, como as que fizeram dos cantores flamengos desejados em todas as cortes. Flandres entrou em sua era mais brilhante.

II. A ARTE FLAMENGA

A corte e a Igreja, os nobres e os burgueses cooperaram para financiar o renascimento da arte flamenga. Alberto e Isabel protegeram muitos artistas além de Rubens; durante certo tempo, Antuérpia foi o centro artístico da Europa. As tapeçarias de Bruxelas reconquistaram sua qualidade superior, auxiliadas pelos grandiosos desenhos de Rubens. Os fabricantes de vidro venezianos levaram sua arte aos Países Baixos em 1541; e os artesãos nativos reproduziram frágeis milagres nessa arte, alguns tratados com tanto carinho que sobreviveram a séculos de turbulência. Trabalhadores em metal criaram, eles mesmos, maravilhas, como as magnificentes relíquias que ainda podem ser encontradas nas igrejas católicas da Bélgica. A aristocracia mercantil encomendava objetos de arte, posava para retratos e construía palácios principescos e edifícios para prefeituras — como o que Cornelis de Vriendt ergueu para a glória de Antuérpia (1561-65) antes da tormenta. Quando o fanatismo desnudou as igrejas de sua arte, elas passaram a ser fervorosas patronas dos ateliês, encomendando estátuas e pinturas para tornar o credo visível ao povo.

Lá a escultura não cintilou, pois François Duquesnoy, de Bruxelas, realizou a maior

parte de sua obra em Roma, onde esculpiu um poderoso *Santo André* para o interior da basílica de São Pedro. Os poucos turistas que se empenham em ver "o mais antigo cidadão de Bruxelas", *Manneken-Pis* (1619) — o menino em bronze que, através de seus próprios recursos, abastece a cidade de água — sabem que esta é a mais duradoura das criações de Duquesnoy.

É incontável, porém, o número de pintores flamengos. Ao que parece, toda casa dos Países Baixos devia ter algum quadro no original; cerca de mil artistas viviam atarefados em uma centena de ateliês, pintando retratos, paisagens, animais, vitualhas, figuras e cenas da mitologia, sagradas famílias, crucificações e, como distintas contribuições para a história da arte, grupos de quadros de corporações municipais e pinturas de gênero da vida doméstica ou da aldeia. A princípio, esses pintores submeteram-se ao prestígio do estilo italiano. Navios italianos entravam todos os dias em Antuérpia, negociantes italianos abriam lojas lá e artistas italianos chegavam para escarnecer dos colegas e acabavam ficando para pintar. Muitos pintores flamengos iam estudar na Itália; alguns se estabeleciam lá; Justus Sustermans, de Antuérpia, por exemplo, tornou-se o retratista favorito dos grão-duques da Toscana; alguns dos mais belos retratos, no palácio Pitti, são de autoria desse vigoroso flamengo. Frans Floris, regressando de seus estudos com Michelangelo, em Roma, intitulou-se francamente "romanista"; apreciava a anatomia e subordinava as cores aos traços. Durante uma geração (1547-70), seu estúdio em Antuérpia foi o centro e o ponto máximo da pintura flamenga. Vale a pena ir a Caen para ver no museu da cidade, sua bela *Esposa do Caçador de Falcões*. Frans viveu na riqueza, construiu para si um palácio, era generoso, bebia muito e morreu pobre. Cornelis de Vos era o mais talentoso membro de uma família de pintores; quando muitos notáveis pretendiam posar para Rubens, este encaminhava alguns deles a Vos, assegurando-lhes que seriam também muito bem servidos. Ainda podemos ver Cornelis, sua esposa e duas lindas filhas pendurados confortavelmente no Museu de Bruxelas.

No final do século XVI, declinou a obsessão pelos italianos, e os artistas flamengos entregaram-se novamente aos temas e estilos nativos. David Teniers, o Velho, conquanto tivesse estudado em Roma, voltou a Antuérpia para pintar a *Cozinha Holandesa* e a *Quermesse da Aldeia*,[3] e ensinou depois pintura ao filho para que o ultrapassasse. Os descendentes do velho patusco aldeão Pieter Brueghel formaram uma dinastia de pintores dedicados às paisagens e cenas de aldeia: seus filhos Pieter Brueghel "do Inferno" e Jan Brueghel "de Veludo", seus netos Jan II e Ambrósio, seu bisneto Abraão e seu tataraneto Jan Baptist Brueghel — gerações que se estenderam por dois séculos (1525-1719); mas permitam-nos interromper por aqui esta genealogia. Eles adquiriram de seu formidável antepassado uma inclinação pelas cenas rurais e festas de aldeia, e alguns deles pintaram paisagens para o fundo dos quadros do atarefadíssimo Rubens.

Os artistas dos Países Baixos tiraram a arte das igrejas e mosteiros e levaram-na para as casas, campos e florestas. Daniel Seghers pintou flores e frutas com encantadoras minúcias; devotamente, pintou guirlandas para a Virgem e acabou ingressando na ordem dos jesuítas. Frans Snyders deu vida e fragrância a uma vintena de museus com empolgantes e, às vezes, sangrentas caçadas, e muitos pratos com carne de veado e frutas; ele ainda é, conforme Rubens o classificou, o maior pintor de animais; nin-

guém rivalizou com ele na captação do jogo de luz sobre o pêlo dos animais ou a plumagem dos pássaros.

Adriaen Brouwer voltou aos aldeões de Brueghel, imobilizando-os com seu pincel quando jantavam, bebiam, cantavam, dançavam, jogavam cartas, lançavam dados, lutavam, farreavam e dormiam. O próprio Adriaen, em seus 32 anos, já passara por inúmeras experiências na vida: estudou, durante certo tempo, com Hals, em Haarlem; depois, com 21 anos, era já um mestre registrado na guilda dos pintores, em Antuérpia; gastando mais do que ganhava, logo viu-se endividado; foi preso pelos espanhóis, por motivos hoje desconhecidos, mas viveu suntuosamente na prisão; obteve livramento e pagou suas dívidas com pequenos quadros, tão cheios de vida e de tão excelente técnica na delicadeza de seus desenhos e nos sutis jogos de luz, que Rubens adquiriu 17 deles e Rembrandt oito. Seus aldeões nunca parecem satisfeitos, exceto quando estupidificados com fumo forte e bebida barata; mas acontece que Brouwer preferia um aldeão bêbedo cantando a um hipócrita vestido de seda bajulando um príncipe. Em 1638, com 32 anos, foi encontrado morto diante da porta de uma taberna.

Jacob Jordaens era um homem mais sóbrio que registrou, em um de seus quadros, uma advertência para sua sede: *Nihil similius insano quam ebrius* — "Nada se assemelha mais a um lunático que um bêbado". Ele escolheu para pintar pessoas que sabiam beber, sem se tornarem inconvenientes, e mulheres majestosas em seus farfalhantes vestidos de seda. Nascido em 1593, chegou à provecta idade de 85 anos. Pintou seu próprio retrato em *O Artista e Sua Família*:[4] um homem ereto, confiante em si, belo, próspero, segurando um alaúde; a esposa à vontade em sua sufocante gola de rufos engomados; uma filha, cujos encantos flamengos começam a florescer; e uma menininha feliz em um lar confortável e religioso — vide a cruz que ela traz pendurada no pescoço. Jordaens converteu-se ao protestantismo, mas somente aos 62 anos. Pintou diversos quadros religiosos, mas preferia pintura de gênero e a mitologia, onde destacava as vigorosas cabeças e os fulgurantes peitos de homens e mulheres que ele vira nas casas de Antuérpia, como em *O Rei Bebendo*[5] ou, melhor, em *A Alegoria da Fertilidade*;[6] neste quadro, em meio às frutas (pintadas por Snyders, amigo de Jacob) e sátiros, surpreende-nos um magnífico nu visto somente de costas mas com toda a graça da mocidade. Onde, na Flandres de Rubens, encontrou Jordaens um modelo tão esbelto?

III. RUBENS: 1577-1640

O maior dos pintores flamengos nasceu em 1577, de uma longa linhagem de brilhantes homens de negócio; ele continuou a linhagem. Seu pai, Jan Rubens, estudou Direito em Pádua, casou-se com Maria Pypelinckx e foi eleito conselheiro municipal de Antuérpia aos 31 anos. Acusado de protestante e excluído nominalmente da anistia de 1574, fugiu com a esposa e quatro filhos para Colônia. Nomeado conselheiro legal por Ana da Saxônia (a esposa separada de Guilherme de Orange), cometeu adultério com ela e foi encarcerado pelo príncipe em Dilenburg. Maria perdoou ao mari-

do, escreveu-lhe carinhosas e tocantes cartas,* pediu e trabalhou para conseguir sua libertação e conseguiu obtê-la após dois anos exasperantes, com a condição de que Jan vivesse sob vigilância em Siegen, na Vestfália. Maria juntou-se ao marido em 1573, e provavelmente foi lá que Peter Paul nasceu. Batizaram-no de acordo com o rito luterano, mas ele era ainda criança quando a família converteu-se ao catolicismo. Em 1578, Jan mudou-se com a família para Colônia, onde exerceu a advocacia e prosperou. Quando morreu (1587), Maria e os filhos fôram residir em Antuérpia.

Rubens recebeu instrução formal somente até os 15 anos, mas a ela acrescentou muita leitura e experiência. Durante dois anos (1590-91) serviu como pajem da condessa de Lalaing, em Audenaarde; ali, presumivelmente, aprendeu francês e as belas maneiras que o distinguiram da maioria dos artistas de sua época. Sua mãe, percebendo sua inclinação pelo desenho, colocou-o como aprendiz de Tobias Verhaecht, depois de Adam van Noort, e depois de Otho Vaenius, homem de grande cultura e linguagem cortês. Após oito anos com esse admirável professor, Rubens, já então com 23 anos, partiu para a Itália, a fim de estudar as obras-primas cuja fama agitava o coração de todas as almas pictóricas. Em Veneza, mostrou um de seus trabalhos a um cavalheiro do séquito de Vincenzo Gonzaga, duque de Mântua; e logo Rubens foi morar no palácio ducal como pintor da corte. Dois quadros que lá pintou já tocavam as raias da mestria: *Justus Lipsius e Seus Discípulos*,[8] no qual figuravam entre os alunos desse famoso sábio Peter e seu irmão Philip; e um *Auto-Retrato*,[9] mostrando Rubens meio calvo, aos 25 anos, porém barbado, destemido e alerta. Fez viagens a Roma, a fim de copiar quadros para o duque, e a Florença, onde assistiu (e mais tarde pintou idealizadamente) ao casamento de Maria de Médicis com o ausente Henrique IV. Em 1603, o duque mandou-o em missão diplomática à Espanha, com presentes para o duque de Lerma; este ministro aceitou como originais as cópias de quadros que Rubens fizera, e o artista regressou a Mântua como brilhante diplomata. Em uma segunda viagem a Roma, instalou-se lá permanentemente com seu irmão, que era bibliotecário de um cardeal. Peter pintou grande número de santos; um desses quadros, *São Gregório Venerando a Madona*,[10] foi classificado como sua primeira grande pintura. Em 1608, tendo notícia de que sua mãe se achava enferma, apressou-se a partir para Antuérpia e ficou profundamente abalado ao encontrá-la morta. Seu doce e paciente amor contribuíra para dar a ele a alegre disposição de espírito que lhe abençoou a vida. Entretanto, ele aprendera muita coisa na Itália. O delicioso colorido dos pintores venezianos, a sensualidade dos afrescos de Giulio Romano, em Mântua, a flexibilidade graciosa das figuras femininas de Correggio, em Parma, a arte pagã da Roma pagã e cristã, a reconciliação do cristianismo com os prazeres do vinho, da mulher e do canto — tudo isso passou para seu sangue e sua arte. Quando o arquiduque Alberto fez dele o pintor da corte, em Antuérpia (1609), os remanescentes do estilo gótico desapareceram da pintura flamenga, e a fusão da arte flamenga com a italiana foi completa.

* *E.g.*: "Querido e amado esposo... Sua carta... trouxe-me alegria porque vejo nela que você ficou contente com meu perdão.... Nunca pensei que você julgasse que haveria alguma dificuldade de minha parte a esse respeito, pois na verdade não houve nenhuma. Como poderia eu ter coragem de ficar zangada com você em tal perigo, quando daria minha vida para salvá-lo?... Como poderia tamanho ódio impregnar tão rapidamente nossa longa afeição, a ponto de tornar impossível o meu perdão a uma pequena falta contra mim, se tenho de pedir a Deus que me perdoe as muitas faltas graves que cometo contra Ele todo dia?"[7]

Foi graças à sua involuntária sabedoria que Rubens permaneceu afastado dos Países Baixos durante os oito anos de guerra e aceitou sua nomeação no primeiro ano de trégua. Foi precisamente nos 12 anos seguintes que Antuérpia e Bruxelas restabeleceram sua vida cultural. Não foi pequeno o papel de Rubens nesse revivescimento; seu biógrafo relaciona 1.204 pinturas e 380 desenhos,[11] sendo que, provavelmente, muitos outros trabalhos escaparam à história. Essa fecundidade é sem paralelo na história da arte; e quase tão notáveis foram a diversidade dos temas e a rapidez na execução. "Minha capacidade chega a tal ponto" — escreveu Rubens — "que nenhuma encomenda, por maior que seja no tamanho ou por mais variado que seja o tema, jamais me atemorizou."[12] Terminou em 25 dias os três painéis de *A Descida da Cruz*, para a catedral de Antuérpia; e em 13 dias a imensa *Adoração dos Reis Magos*,, agora no Louvre. Além de seu ordenado de 500 florins anuais como pintor da corte, recebia pagamento por cada trabalho individual, e cobrava uma quantia principesca; por exemplo: 3.800 florins pelas duas obras-primas que acabamos de citar, isto é, cem florins por dia.[13] Naturalmente que parte dessa importância ia para seus inúmeros auxiliares, vários dos quais estavam registrados como mestres na guilda dos artistas. Jan Brueghel "de Veludo" pintava flores nos quadros de Rubens; Jan Wildens, paisagens e acessórios; Paul de Vos, minerais e frutas; Frans Snyders criou a bela e comprida cabeça de cão em *Diana Voltando da Caça*,[14] e não sabemos quanto de Snyders e quanto de Rubens há nas vigorosas cenas de caça que se encontram nas galerias de Dresden e Munique, assim como no Museu Metropolitano de Nova York. Em alguns casos, Rubens desenhava as figuras e deixava a pintura a cargo de seus auxiliares. Informava conscienciosamente seus clientes, aos quais vendia os quadros, da parte que havia sido executada por suas próprias mãos.[15] Somente assim podia atender aos pedidos com que o cumulavam. Seu ateliê tornou-se uma manufatura que refletia os métodos comerciais da economia neerlandesa. Sua fecundidade e celeridade prejudicavam, às vezes, a qualidade de seu produto, mas ele quase sempre se aproximou o bastante da perfeição para se tornar o deus da arte flamenga.

Considerou-se então seguro o suficiente para o casamento (1609). Isabella Brant era filha de um advogado e conselheiro de Antuérpia e, portanto, uma companheira ideal para o filho de um advogado e conselheiro de Antuérpia. Rubens foi viver em casa do pai dela até ficar pronto seu próprio palácio, à margem do canal Wappens. Em uma de suas mais belas pinturas,[16] Rubens e Isabella aparecem na plena felicidade dos primeiros dias após o casamento: ela oculta em exuberantes trajes, e apertada em um corpete florido, sua mão pousada confiante e possessivamente na dele, seu rosto altivo destacando-se da enorme gola azul de rufos engomados, sua cabeça coroada com um chapéu de cavaleiro; ele, no auge da virilidade e do sucesso, as pernas musculosas, a barba loura, as feições bonitas, exibindo um chapéu com fita. Isabella viveu apenas 17 anos mais; deu-lhe filhos que ele criou e pintou carinhosamente; vide o menino de cabelos cacheados no Museu Kaiser-Friedrich, de Berlim, rechonchudo e feliz, brincando com uma pomba; e vide-o, novamente, sóbrio em seus sete anos, em *Os Filhos do Artista*.[17] Somente um homem bom teria sabido pintar esses retratos.

Era, ao mesmo tempo, basicamente pagão, francamente apaixonado pelo corpo humano — tanto masculino como feminino — bem como por todas as exaltações da

força atlética e das curvas serenas. É significativo que sua Flandres tenha apreciado seus quadros de mitologia profana — conflitos da carne irrefreada — enquanto as igrejas acolhiam suas interpretações de temas religiosos. Ele não saberia pronunciar-se entre a Virgem Maria e Vênus; não via, provavelmente, contradição entre elas, pois ambas traziam-lhe dinheiro. Em *O Culto de Vênus*,[18] o elemento pagão não sofre restrições — um campo cheio de bacantes ocultando pudorosamente um cotovelo ou um joelho, e abraçadas por lascivos sátiros, enquanto uma dúzia de crianças dançam em torno de uma estátua da deusa do amor. Embora os temas pagãos reflitam sua estada na Itália, faltam às suas vênus linhas clássicas; elas não podem viver no norte, à base de sol, ar e vinho, como no sul; precisam comer e beber para resistir à chuva, à neblina e ao frio; a carne teutônica, como o uísque britânico — inglês ou escocês —, constitui uma defesa contra o clima. Um dos quadros de Rubens — três nus protuberantes — intitula-se *Sem vinho e sem pão Vênus é fria*;[19] ele era demasiado cortês para dizer "sem carne e cerveja". Assim, nada viu de desproporcional em um *Pastor Amando*,[20] que mostra o pastor procurando seduzir 135 quilos; nada há de bom ou de ruim, de belo ou de feio, mas a ambientação agrada. *O Rapto das Sabinas*[21] é tudo o que dois possantes romanos podem fazer para erguer uma de suas cativantes cativas para cima de um cavalo. Mesmo em *As Conseqüências de Guerra*[22] não há emagrecimento. *Diana Voltando da Caça*[23] não é uma deusa bem proporcionada e casta, mas uma dona de casa flamenga espadaúda, musculosa, matronal; em toda essa pintura maciça, somente o cão é delgado. As florestas de Rubens são cheias de sátiros levantando pesos, como em *Íxion e Hera*[24] e *Os Quatro Cantos do Mundo*;[25] e, como podíamos esperar, *A Origem da Via Láctea*[26] não é nenhuma nebulosa hipotética, mas uma gorda *Hausfrau* espremendo uma torrente de leite de um seio intumescido. Em *As Três Graças*,[27] porém, as figuras são relativamente esbeltas; e em *O Julgamento de Páris*[28] duas entre as três damas estão de acordo com os últimos padrões da moda; uma delas entre as mais formosas imagens femininas na arte. Geralmente, nesses quadros pagãos costuma haver mais do que carne; neles Rubens abandonou-se à riqueza de sua fantasia, enchendo a cena com um sem-número de detalhes, delineando-a com cuidadoso descuido e fazendo-a saltar aos olhos com suas cores, calor e vida. Não há lascívia nas cenas exibidas; apenas vitalidade animal, *mens plena in corpore pleno*; nenhum desses quadros oferece estímulo erótico. O próprio Rubens era anomalamente bem-comportado para um artista fortemente apegado e sensível às cores e às formas; era considerado bom marido, "um homem inteiramente da família", livre de qualquer escândalo de galanteria ou intriga.[29]

Os eclesiásticos de Flandres, Itália e Espanha reconheceram a inocência de sua sensualidade e não tiveram receio de pedir-lhe que ilustrasse novamente a história de Maria, Cristo e santos. Ele atendeu aos pedidos, mas à sua própria maneira fora do comum. Qual de seus inúmeros predecessores concretizou com mais imaginação ou pintou com mais sutil habilidade o antigo tema de *A Adoração dos Reis*?*[30] Quem teria ousado centrar a composição naquela barriga enorme de um etíope bronzeado e de turbante, contemplando com vivo desdém os rostos pálidos em torno dele? Quem teria sonhado que esse pagão, perscrutando com o olhar e o pincel todos os recantos

* Este quadro, em 1959, alcançou um lance de $770.000 em um leilão realizado em Londres.

do corpo feminino, amaria os jesuítas, ingressaria em sua Congregação Mariana e praticaria os exercícios prescritos por Inácio de Loyola para purificar a alma com visões do inferno?[31] Em março de 1620, os jesuítas o contrataram para desenhar, antes do fim desse ano, 39 quadros destinados a cobrir o teto da esplêndida igreja barroca que em 1614 começaram a construir em Antuérpia. Ele fez os desenhos, Van Dyck e outros transformaram-nos em pinturas, quase todas destruídas em 1718. Para o altar-mor, o próprio Rubens pintou duas obras máximas: *Inácio Curando o Possesso* e *Os Milagres de São Francisco*, ambos agora no Kunsthistorisches Museum, de Viena.

Rubens, contudo, era católico apenas no sentido da Renascença e cristão apenas circunstancialmente. Seu paganismo sobreviveu em sua piedade. Não se sentia totalmente à vontade com virgens e santos; suas Madonnas são mulheres robustas, mais apropriadas para lidar com homens do que para gerar um deus. Em *A Madoma numa Grinalda de Flores*,[32] Maria segura não uma divindade mas um belo menino mostrando seu equipamento ao mundo; e *A Volta do Egito*[33] mostra Cristo como um jovem de cabelos encaracolados e Maria como matrona flamenga usando seu novo chapéu em um passeio dominical, no parque. Mesmo em *A Elevação da Cruz* (na catedral de Antuérpia), o interesse de Rubens pela anatomia domina o motivo religioso: Cristo é um atleta viril, não um deus agonizante. Em *O Golpe de Lança*,[34] mais uma vez tudo é anatomia: Cristo e os ladrões são figuras maciças, todos os músculos mostrando-se tensos; as mulheres, ao pé da cruz, mais parecem posar para o artista que desfalecendo de dor; Rubens não sentiu a cena.

Rubens desafiou Ticiano, pelo menos cinco vezes, com uma *Assunção da Virgem*; na mais célebre dessas tentativas,[35] a Madona parece sem vida; as criaturas reais são Madalena e os perplexos apóstolos junto ao sepulcro vazio. Mais belo é o grande tríptico[36] encomendado pela Arquiduquesa Isabel para a confraria de Santo Ildefonso, em Bruxelas. No painel central, a Virgem, descendo do céu, presenteia o arcebispo de Toledo com uma casula vinda diretamente do Paraíso; o santo é todo humildade, "ofegante de adoração"; ao mesmo tempo, nos painéis laterais, Isabel e Alberto, põem de lado suas coroas e se ajoelhando em prece; aqui, uma vez pelo menos, Rubens deu vida à piedade. E em *Santo Ambrósio e o Imperador Teodósio*[37] ele captou e transmitiu a misteriosa força e autoridade da Igreja: o arcebispo de Milão, protegido somente por padres e um acólito, mas com uma cabeça majestosa, expulsa da catedral o imperador, acompanhado de temíveis guardas, mas sob o peso de inconfessável crueldade. Rubens raramente falhava na pintura de homens velhos, pois neles, especialmente, o rosto constitui uma autobiografia e apresenta traços visíveis à percepção artística. Vide a cabeça do patriarca em *Ló e Sua Família Deixando Sodoma*[38] — um dos mais belos quadros de Rubens na América.

Rubens retornara com prazer aos temas seculares misturados com mitologia, quando Maria de Médicis lhe ofereceu o mais tentador contrato de sua carreira. No dia 16 de fevereiro de 1622, assinou um compromisso propondo-se a pintar, no prazo de quatro anos, 21 grandes quadros e três retratos que evocassem acontecimentos da vida de Maria e seu marido, Henrique IV. A rainha convidou-o a viver na corte francesa; ele teve o bom senso de permanecer em sua terra. Em maio de 1623, levou para Paris as nove primeiras telas. Maria gostou delas, Richelieu achou-as admiráveis. A série foi terminada em 1624; Rubens levou as restantes para Paris e viu-as serem colo-

cadas no palácio de Luxemburgo. Em 1802, as pinturas foram transferidas para o Louvre, onde 19 ocupam uma sala só para elas. Aqueles que as contemplam e examinam não julgarão exageradas as 20.000 coroas pagas a Rubens por esses trabalhos, importância que, indubitavelmente, foi partilhada com seus auxiliares. No conjunto, essas pinturas constituem sua realização suprema. Se perdoarmos certos sinais de pressa e aceitarmos a inacreditável história nelas narrada — como o fazemos em Ovídio, Shakespeare e Verdi — acharemos nelas tudo de Rubens, exceto sua piedade ocasional. Ele amava o esplendor do ritual das cortes, a majestade do poder real; nunca se cansava de mulheres gordas, trajes ricos e mantos deslumbrantes; vivera metade de seus dias com deuses e deusas da mitologia clássica; agora reunia tudo isso em uma narrativa fluente, com episódios cheios de imaginação, opulência de cores, domínio da composição e do desenho, que fizeram dessa série uma epopéia e uma ópera na história da pintura.

Somente duas honrarias faltavam para a apoteose de Rubens: ser nomeado diplomata e receber um título de nobreza. Em 1623, a Arquiduquesa Isabel utilizou-o como negociador, na esperança de renovar o armistício com a Holanda; Rubens tinha suas próprias razões para promover a paz, porquanto sua esposa aspirava a herdar a fortuna de um seu tio holandês.[39] Seus esforços fracassaram; Isabel, contudo, persuadiu Filipe IV a dar-lhe um título nobiliárquico (1624), e fê-lo "Cavalheiro da Casa de Sua Sereníssima Majestade", isto é, dela mesma. Mais tarde, o rei protestou, pelo fato de ela empregar "tão insignificante [sem *pedigree*] pessoa" para receber embaixadores estrangeiros e discutir "questões da mais alta importância";[40] ainda assim, Isabel enviou Rubens a Madri um ano depois (1628), para ajudar na celebração da paz entre Filipe IV e Carlos I. Rubens levou consigo alguns de seus quadros; o rei reformulou sua noção de nobreza e posou para Rubens em cinco retratos, como se Velázques já não o tivesse pintado o suficiente. Os dois artistas tornaram-se bons amigos, o espanhol, então com 29 anos, acatando modestamente a opinião do amável flamengo, nesse tempo com 51 anos. Filipe, finalmente, nomeou o "insignificante" Rubens como seu embaixador na Inglaterra. Em Londres, o artista concluiu brilhantemente um tratado de paz, a despeito dos emissários e do suborno de Richelieu para sua não realização. Rubens pintou retratos de alguns ingleses: o duque e a duquesa de Buckingham,[41] o magnífico rosto, a barba e a armadura de Thomas Howard, conde de Arundel.[42] Tendo preparado o caminho para Van Dyck, regressou a Antuérpia (março de 1630) com o grau de doutor por Cambridge e o título de cavaleiro conferido por Carlos I.

Entretanto, sua primeira esposa morrera (1626) e, como exigiam os costumes flamengos, os funerais foram celebrados com um lauto banquete que custou ao artista-diplomata 204 florins "em alimentos e bebidas e baixelas alugadas";[43] a morte, na sociedade flamenga, era um luxo quase proibitivo. Rubens afogou sua solidão na diplomacia. Em 1630, com 53 anos, casou-se com Helena Fourment, que contava 16 anos. Ele precisava de beleza ao redor de si, e Helena possuía o aconchegante calor que preenchia sua arte e seus sonhos. Pintou-a várias vezes, em todos os trajes e sem eles: com seu vestido de casamento,[44] segurando uma luva,[45] feliz sob um elegante chapéu,[46] ocultando apenas os quadris em um manto de pele,[47] e, o melhor de todos, passeando com Rubens no seu jardim —[48] este último é um dos quadros máxi-

mos da pintura flamenga. Mostrou-a depois com o primeiro filho recém-nascido[49] e, mais tarde, com seus dois filhos[50] — um quadro que pressagia Renoir —; isso, sem falar nos quadros em que ela posou voluptuosamente como Vênus ou recatadamente como a Mãe de Deus.

Rubens pintou seus amados governantes, Alberto e Isabel, sem lisonjas; vemo-los nas galerias de Viena e Pitti provavelmente como eram — governando uma terra tumultuada com toda a boa vontade compatível com os ideais espanhóis. Encontrou belos tipos de homem e mulher em Flandres; pintou-os no quadro que fez de Jean Charles de Cordes e de sua bela e amuada esposa,[51] e no retrato de Michael Ophovius,[52] bispo de Hertogenbosch; e deixou-nos uma vigorosa imagem do invencível Spinola.[53] Mas o retrato não era o forte de Rubens; não nos oferece uma sutil compreensão interior, como Ticiano; nenhuma revelação profunda, como em Rembrandt. O maior de seus retratos é o que pintou de si mesmo, em 1624, para o futuro Carlos I:[54] um imenso chapéu com passamanaria dourada revelando, da cabeça calva, apenas a grande testa; olhos penetrantes, de expressão irônica; o comprido e afilado nariz parecendo harmonizar-se com o gênio; os bigodes hirsutos e a bela barba ruiva; um homem cônscio de que está no ápice de sua arte. Contudo, algo da vitalidade física, da satisfação de espírito e da serena alegria que brilhara em seu retrato com Isabella Brant fugiu-lhe com os anos. Somente o fracasso esgota o homem mais depressa que o êxito.

Rico, vivia fidalgamente; sua luxuosa casa em Antuérpia era uma das atrações turísticas da cidade. Em 1635, comprou por 93.000 florins uma extensa propriedade e um castelo feudal nos domínios de Steen, a 18 milhas da cidade, e adotou o título de senhor de Steen. Ali passava o verão, pintava paisagens e exercitava sua arte polifônica na pintura de gênero. Em meio ao luxo, com três criadas, dois palafreneiros e três cavalos, continuou a trabalhar arduamente, encontrando felicidade na família e no trabalho. Suas esposas, filhos, patronos e auxiliares amavam-no pela serenidade de espírito, generosidade e calorosa simpatia.[55]

A outros mais competentes cumpre analisar as qualidades técnicas da arte de Rubens, mas podemos, com segurança, descrevê-lo como o principal exemplo da pintura barroca: cores sensórias, variação de movimentos, riqueza de imaginação, deliciosos ornamentos em oposição à placidez clássica e à contenção da idéia e da forma. Mas em meio a essa confusão de coisas belas — dizem-nos os críticos — revela-se sua soberba qualidade nos desenhos. Os desenhos de Rubens alimentaram uma brilhante escola de gravadores que tornaram as pinturas do mestre conhecidas da Europa cristã, da mesma maneira que Raimondi fizera com os desenhos de Rafael. Das mãos ou do ateliê de Rubens saíram desenhos célebres para tapeceiros de Paris e Bruxelas, que criaram presentes reais ou decorações para Luís XIII, Carlos I e a Arquiduquesa Isabel.

Sua última década foi um triunfo universal obscurecido pelo declínio físico. Somente Bernini o igualou em fama artística; na pintura, ninguém sonhava contestar sua supremacia. Alunos acorriam de todas as partes; vieram-lhe encomendas de meia dúzia de cortes, mesmo do Estatúder Frederico Henrique, através das linhas de fogo durante a guerra. Em 1636, Filipe IV pediu-lhe que pintasse cenas das *Metamorfoses*, de Ovídio, para o pavilhão de caça do Prado; o ateliê de Rubens produziu 50 quadros dessa série, dos quais 31 estão no Prado; um deles, *O Julgamento de Páris*, pareceu

ao Cardeal Infante Dom Fernando "o melhor quadro até então pintado por Rubens".[56] Preferimos a ruidosa *Quermesse,*[57] pintada em 1636 — uma longa agitação à moda de Brueghel, na qual nenhuma mulher é demasiado velha ou enorme para não ser agarrada por algum homem.

O auto-retrato, aos 60 anos,[58] apresenta outra faceta de seus últimos anos: um homem ainda altivo, uma das mãos pousada na espada que lhe fora conferida com o título, mas o rosto emagrecido, a pele flácida, rugas sob os olhos — um quadro corajoso e sincero. Em 1635, a gota colocou-o na cama durante um mês; em 1637, paralisou-lhe a mão durante certo tempo; em 1639, impediu-o de assinar o nome; já em 1640 ambas as mãos estavam paralisadas. No dia 30 de maio de 1640, à idade de 63 anos, morria de artrite e arteriosclerose.

Foi uma carreira surpreendente. Ele não era o *uomo universale* do ideal renascentista; realizou, contudo, sua ambição de desempenhar um papel no Estado e no ateliê. Não era um artista universal como Leonardo e Michelangelo; não deixou esculturas, não projetou edifícios, a não ser sua casa. Mas, na pintura, atingiu a superioridade em todos os campos. Quadros religiosos, orgias pagãs, deuses e deusas, nus e indumentárias, reis e rainhas, crianças e velhos, paisagens e cenas de batalha, tudo saiu de seu pincel como de uma cornucópia caleidoscópica de cores e formas. Rubens terminou com a sujeição da pintura flamenga à pintura italiana; não por rebelião mas por absorção e união.

Não foi tão profundo quanto Rembrandt, porém mais rico; esquivava-se das profundidades sombrias que Rembrandt revelava; preferia o sol, o ar livre, a dança da luz, a cor e o sabor da vida; retribuiu sua boa fortuna sorrindo para o mundo. Sua arte é a voz da saúde, como a nossa, hoje, às vezes sugere doença na alma individual ou nacional. Quando a vitalidade nos falhar, abramos em qualquer página nosso livro sobre Rubens, para criarmos novo alento.

IV. VAN DYCK: 1599-1641

Era mesmo próprio de Rubens aclamar e encorajar o talento precoce do jovem Adônis que ingressou em seu ateliê por volta de 1617. Antoon Van Dyck (ou Vandyke) fora aprendiz, aos oito anos de idade, de Hendryk van Balen, professor de Snyders; aos 16, tinha já seus alunos; aos 19, era professor registrado, não tanto como discípulo, mas como um altamente considerado auxiliar de Rubens. Este considerou um dos primeiros quadros de Van Dyck como tendo o mesmo valor que seu próprio *Daniel*, feito no mesmo ano; conservou para sua própria coleção o *Cristo com a Coroa de Espinhos*, de Van Dyck, e somente mais tarde é que, relutantemente, o entregou a Filipe IV para o Escorial.[59] Nos quadros de temas religiosos Van Dyck entregou-se prazerosamente à influência de Rubens e, faltando-lhe a vitalidade de movimento e cores do velho artista, ficou — exceto nos retratos — aquém dele em tudo. No primeiro *Auto-Retrato* (1615?),[60] revelou as qualidades que marcariam e limitariam seu gênio: graça, *finesse* e uma suave beleza quase imprópria a um homem. Seus colegas artistas sentiam prazer em posar para ele como uma barreira contra o esquecimento; ele fez

admiráveis retratos de Snyders,[61] Duquesnoy,[62] Jan Wildens,[63] Jan de Wael,[64] Gaspar de Crayer[65] e Marten Pepijn;[66] uma das muitas encantadoras qualidades de Van Dyck estava em apreciar seus rivais. Tais retratos sugerem a existência, no ateliê de Rubens, de um agradável espírito de camaradagem, nem sempre presente no reino da arte.

Em 1620, o conde de Arundel recebeu de Antuérpia uma carta: "Van Dyck está morando com Rubens, e seus trabalhos estão sendo considerados quase tão excelentes quanto os de seu mestre".[67] Convidou o jovem artista a ir à Inglaterra. Van Dyck aceitou o convite, recebeu uma insignificante pensão de 100 libras de Jaime I, pintou alguns retratos, rebelou-se ante o fato de lhe ser exigida, pelo rei, a simples tarefa de fazer cópias, pediu oito meses de licença, obteve-a e estendeu-a por 12 anos. Em Antuérpia, tomou certas providências, no sentido de serem atendidas as necessidades da amante e do filho dela, e, depois, apressou-se em partir para a Itália (1621).

Lá, pela primeira vez, acertou o passo e deixou belos retratos em quase todo lugar que parou. Deteve-se nos grandes pintores venezianos, não tanto para estudar-lhes as cores e maciças composições — como Rubens fizera — mas para deslindar os segredos da poesia transparente nos retratos feitos por Giorgione, Ticiano e Veronese. Visitou Bolonha, Florença, Roma e até mesmo a Sicília. Em Roma, foi hóspede do Cardeal Guido Bentivoglio e compensou-o com um retrato.[68] Os artistas flamengos, que passavam fome na Itália, ressentiram-se de suas maneiras corteses; apelidaram-no "*il pittore cavalleresco*" e criaram-lhe tantos aborrecimentos que ele, prazerosamente, resolveu acompanhar a condessa de Arundel a Turim. Foi especialmente bem acolhido em Gênova que se lembrava de Rubens e soubera da inclinação de Van Dyck para enobrecer a nobreza, fazendo um modelo parecer um príncipe. O Museu Metropolitano de Nova York possui uma amostra desses aristocratas genoveses em *A Marquesa Durazzo* — rosto sensível e (como sempre em Van Dyck) belas mãos; a Galeria Nacional de Washington possui *A Marquesa Balbi* e *A Marquesa Grimaldi* — altiva e grávida; Berlim e Londres têm outros exemplares; Gênova conseguiu conservar, em seu Palazzo Rosso, *O Marquês e a Marquesa di Brignole-Sale*. Ao regressar a Antuérpia (1628), Van Dyck tinha seus bolsos recheados e seus trajes requintados.

Sua cidade natal retirou-o dos nobres e passou-o para os santos. Para adaptar-se a estes, ele se arrependeu de sua promiscuidade, legou sua recente fortuna a duas irmãs freiras, ingressou na Confraria Jesuíta dos Solteiros e passou a dedicar-se a temas religiosos. Não podia rivalizar com Rubens nesse campo, mas evitou os exuberantes exageros e o fulgor carnal do mestre, dando a suas pinturas um toque de elegância que aprendera na Itália. Reynolds considerou a *Crucificação*, de Van Dyck, na catedral de Mechelen, uma das maiores pinturas do mundo; essa talvez tenha sido a maneira de Sir Joshua pagar uma dívida.

Van Dyck experimentou seu talento em quadros sobre motivos mitológicos, mas, embora houvesse dado caça a muitas mulheres, não se sentia à vontade com nus. Seu forte sempre foram os retratos, e, durante os quatro anos que passou em Antuérpia, impediu que ficassem esquecidos o Barão Philippe Le Roy e um cão fiel,[69] o General Francisco de Moncada e seu cavalo,[70] o conde Rhodokanakis,[71] que se assemelha a Swinburne, Jean de Montfort,[72] parecendo Falstaff, e, o mais belo Van Dyck de Viena, o retrato do jovem Ruperto, encantador príncipe palatino que logo estaria combatendo por Carlos I, na Inglaterra. Atraente também é o retrato de Maria Luísa de

Tassis,[73] mergulhada em seus imensos trajes de cetim preto e seda branca. E tão bom quanto qualquer um desses é a sua água-forte retratando Pieter Brueghel "do Inferno" (o Moço) como um velho ostentando ainda a inesgotável vitalidade de uma extraordinária dinastia.

Levou consigo alguns desses retratos quando Carlos I o convidou para tentar a Inglaterra outra vez. Carlos, diferentemente de seu pai, apreciava de fato a arte. Percebeu que o belo flamengo faria para ele, seguramente, o que Velázques estava fazendo por Filipe IV. Van Dyck foi para a Inglaterra e legou à posteridade retratos do rei, da Rainha Henrietta Maria e de seus filhos, indelevelmente marcados pelo seu toque elegante. O mais célebre dos cinco retratos é o que está no Louvre — o altivo e incompetente rei posando em roupa de montaria, uma das mãos apoiada no quadril, a espada proeminente, o chapéu vistoso e a barba à Van Dyck; mas o cansado cavalo, mastigando o freio no intervalo da caçada, é mais digno de afeto. Em Dresden e Turim acham-se quadros rivais dos filhos de Carlos, quando ainda inofensivos e inocentes. Carlos era mais humano do que pretendia ser; sua capacidade para tributar terna afeição transpareceu em sua grande amizade por Van Dyck; fê-lo cavaleiro, deu-lhe luxuosas casas em Londres e no campo, concedeu-lhe uma pensão anual de 200 libras, um pagamento adicional após a conclusão de cada quadro e excepcional tratamento na corte.

O feliz artista vivia de acordo com sua renda, amava os belos trajes, tinha sua carruagem de duas parelhas, seus cavalos puros-sangues e suas amantes, e enchia suas casas com música e arte. Superou Rubens no ensino ao confiar trabalho aos alunos: deixava a pintura das roupas a cargo dos assistentes; terminava um retrato em uma hora, após fazer o desenho com uma única pose e aproveitar-se de todas as oportunidades em sua arte. Certa vez — diz a história —, Carlos I, sofrendo a parcimônia imposta pelo Parlamento, perguntou ao extravagante artista se sabia o que significava estar sofrendo de falta de dinheiro. "Sim, *Sire*" — respondeu Van Dyck. — "Quando alguém franqueia a mesa aos amigos e a bolsa às amantes, chega logo ao fundo da caixa de dinheiro."[74]

Se às vezes ficava endividado, não era por falta de patronos. Metade da aristocracia inglesa aguardava sua vez para receber seu *imprimatur*: Jaime Stuart, duque de Lennox,[75] tão belo quanto seu cão; Robert Rich, conde de Warwick;[76] lorde Derby e sua família;[77] Thomas Wentworth, conde de Strafford,[78] desafiando o destino. Os poetas também tiveram sua hora: Carew, Killigrew, Suckling. E, finalmente, o Velho Parr,[79] que alegou ter 150 anos de idade, e parecia ter mesmo. Van Dyck pintou 300 retratos na Inglaterra, quase todos distinguindo-se pela graça e dignidade que ele via num lorde, mesmo quando tais atributos lhe faltavam.

Sua amante, Margaret Lemon, concorreu dispendiosamente com a aristocracia por seus serviços. O rei sugeriu que o casamento seria mais barato e auxiliou Van Dyck a obter (1639) a mão de Lady Mary Ruthven, filha de uma família célebre na história escocesa. O artista pintou um lindo retrato de sua noiva;[80] este, porém, não pode ser comparado ao belo rosto que deu a si mesmo no *Auto-Retrato*[81] que o mundo todo conhece: abundantes cabelos ondulados, olhos penetrantes, traços finos, barba aparada e corrente de ouro proclamando seu título de cavaleiro. Estaria Van Dyck sendo lisonjeiro com Sir Antoön Van Dyck? Se o foi, de nada adiantou, pois sua saúde, con-

sumida tão liberalmente, já começara a definhar. Contrariado pelo fato de só se lembrarem de encomendar-lhe retratos, pediu a Carlos I que o deixasse pintar cenas históricas nas paredes da sala de banquete de Whitehall; Carlos, porém, estava com a bolsa vazia. Van Dyck cruzou o canal em direção a Paris (1640), esperando ser comissionado para pintar a Grande Galeria do Louvre; Luís XIII já escolhera Poussin, e, quando esse renunciou à tarefa, era demasiado tarde para Van Dyck. Ele caiu doente e apressou-se em voltar a Londres, para junto de sua esposa que estava para dar à luz. Morreu onze dias depois de ela ter tido uma menina (1641). Não completara ainda 42 anos.

Não fundou escola e não deixou marca na arte do Continente, mas na Inglaterra sua influência foi esmagadora. Pintores locais, como William Dobson, Robert Walker e Samuel Cooper, apressaram-se em copiar seu estilo bajulador e lucrativo; e quando veio a grande moda do retrato com Reynolds e Gainsborough, foi o legado de Van Dyck que serviu de escola e estímulo. Os retratos de Van Dyck não eram profundos; ele era muito apressado para poder pesquisar a alma e, às vezes, parava no rosto e na barba. Os cavaleiros que cercavam Carlos I eram conhecidos por suas maneiras refinadas, mas é improvável que tantos deles parecessem poetas; e algo do romance que encontramos em sua corajosa defesa do rei talvez nos chegue através dos olhos de Van Dyck. Seria injusto esperar de um jovem tão frágil e afortunado a vitalidade robusta de Rubens ou o *de profundis clamavi* de Rembrandt; continuaremos, contudo, a apreciar esses retratos de genoveses, flamengos e ingleses como brilhantes e "preciosas partículas" de nossa herança.

V. A ECONOMIA HOLANDESA

Mas que distância entre esses perfumados fidalgos ingleses e os robustos e tenazes burgueses de Haarlem, Haia e Amsterdam! Há um mundo singular por detrás dos diques, um mundo mais de água que de terra, um mundo mais fervilhante de navios e empreendimentos comerciais do que de cortes e cavalaria. Dificilmente algo nos surpreende mais na história econômica do que a ascensão dos holandeses à condição de potência mundial, ou algo é mais reconfortante na história da cultura que a maneira pela qual essa riqueza se foi transformando gradualmente em arte.

As Províncias Unidas tinham cerca de três milhões de habitantes em 1600. Somente metade desta população cultivava a terra; em 1623, metade desta última parte vivia nas cidades e muitas terras pertenciam a proprietários citadinos que acreditavam que os lucros comerciais podiam ser melhorados se aplicados no solo. Mesmo na agricultura, a energia e a habilidade dos holandeses tomaram a dianteira na Europa; novos diques e represas estavam sempre exigindo pôlderes do mar; os canais fertilizavam as terras e o comércio; a intensa horticultura complementava uma extensa criação de gado; e os engenheiros holandeses, em fins do século XVI, aperfeiçoavam o moinho de vento do mesmo modo que os pintores holandeses estavam aperfeiçoando a arte. Metade da indústria ainda era manual, mas na mineração e no tratamento dos metais, na tecelagem, no refinamento do açúcar e no fabrico da cerveja o progresso era em larga escala, menos feliz, mais remunerativo. Todos os anos, 1.500 dogres — na-

vios pesqueiros com dois mastros — saíam dos portos holandeses em busca de arenques. A construção naval era a principal indústria. Durante o armistício com a Espanha (1609-21), os Países Baixos lançaram ao mar 16.000 barcos, numa média de 57 toneladas, com uma tripulação total de 160.000 homens — mais que a Inglaterra, a Espanha e a França reunidas.[82]

Ansiosos por escoadouros comerciais e matéria-prima, os capitães holandeses exploraram mares não cartografados. Em 1584, mercadores holandeses estabeleceram-se em Archangel e avançaram rumo às regiões geladas do Ártico no esforço vão de descobrir uma "Passagem a Nordeste" rumo à China e, com isso, ganharem um prêmio de 25.000 florins oferecido pelo governo da Holanda. Nomes holandeses, nos mapas modernos do arquipélago de Spitzbergen, lembram viagens nas quais Willem Barents perdeu a vida durante o inverno, nos gelos de Novaya Zemlya (1697). Em 1593, holandeses aventureiros penetraram na África pelos rios da Costa do Ouro (Guiné), fizeram amizade com os nativos e inauguraram um ativo comércio.

Até 1581, os mercadores holandeses compravam produtos orientais nas docas de Lisboa para revendê-los no norte da Europa. Naquele ano, porém, Filipe II, tendo conquistado Portugal, proibiu o comércio com os holandeses, os quais, imediatamente, decidiram fazer suas próprias viagens às Índias e ao Extremo Oriente. Judeus refugiados da Espanha e Portugal, ou seus descendentes, estavam bem-informados a respeito dos postos comerciais dos portugueses no Oriente, e os holandeses beneficiaram-se de seus conhecimentos.[83] Em 1590, mercadores holandeses, mesmo durante a guerra com a Espanha, atravessaram o estreito de Gibraltar; logo estavam comerciando com a Itália, depois com os árabes, completamente indiferentes às diferenças religiosas. Conseguiram chegar a Constantinopla, assinaram um tratado com o sultão, venderam mercadorias aos turcos e a seus inimigos — os persas — e daí passaram para as Índias. Em 1595, Cornelis de Houtman comandou uma expedição holandesa que contornou o cabo da Boa Esperança, seguindo, via Madagascar, para as Índias Orientais; já em 1602, 65 navios holandeses fizeram viagens à Índia. Em 1601, organizou-se a Companhia das Índias Orientais Holandesas com um capital de 6.600.000 florins — o quádruplo do capital da Companhia das Índias Orientais Inglesas, criada três meses antes.[84] Em 1610, mercadores holandeses abriram o comércio com o Japão; em 1613, com o Sião; em 1615, assumiram o domínio das Molucas; em 1623, de Formosa. Em uma só geração, conquistaram um império de ilhas e governaram-no da capital de Java — Djacarta — que eles denominaram Batávia. Nessa geração, a companhia restituiu anualmente a seus acionistas um dividendo de 22 por cento. A pimenta era importada das ilhas das "Especiarias" e vendida na Europa a um preço 10 vezes maior do que se pagava aos produtores nativos.[85]

Considerando este planeta província sua, os holandeses enviaram navios à procura de uma passagem a noroeste que os conduzisse à China. Em 1609, contrataram um capitão inglês, Henry Hudson, para explorar o rio Hudson. Doze anos depois, organizaram a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. Em 1623, fundaram a colônia de Nova Holanda, que abrangia os atuais estados norte-americanos de Connecticut, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Delaware. Em 1626, compraram Nova Amsterdam (Manhattan) dos índios, pagando-a com bugigangas avaliadas em 24 dólares. Estavam desbastando e desenvolvendo rapidamente essas terras quando suas posses-

sões norte-americanas caíram, como presa de guerra, em poder dos ingleses (1664). Conquistas similares, na América do Sul, caíram em poder dos espanhóis e portugueses; restou apenas Suriname, a Guiana Holandesa.

A despeito dessas perdas, o império holandês participou ativamente com o comércio holandês na Europa na tarefa de dar aos mercadores da Holanda uma base financeira para seu poder político, suas esplêndidas casas e seu patrocínio às artes. Durante a primeira metade do século XVII, as Províncias Unidas mantinham a supremacia do comércio na Europa, e sua riqueza *per capita* era maior que a de qualquer outro país do mundo. Raleigh surpreendeu-se com a superioridade dos holandeses sobre os ingleses no tocante ao padrão de vida e aos empreendimentos comerciais.[86] Um embaixador veneziano (1618) achava que todo holandês vivia confortavelmente, mas, provavelmente, tinha pouco conhecimento das classes inferiores, cuja pobreza Rembrandt conhecia tão bem. Na Holanda, os "milionários" eram numerosos; alguns deles fizeram fortuna vendendo artigos ordinários ao exército e à marinha que defendiam o país;[87] e esses homens trabalhavam com ardor para impedir o restabelecimento da paz.[88]

A maior parte da riqueza desse povo estava na província da Holanda, cujo comércio, procedente do mar que lhe era vizinho, tornava-se muitas vezes mais intenso que o das outras províncias do norte. Várias cidades da Holanda tinham uma burguesia próspera — Rotterdam, Haia, Haarlem, Utrecht — mas nenhuma rivalizava com Amsterdam. Sobre o crescimento de sua população, os números falam por si: 75.000 habitantes em 1590; 300.000 em 1620. Mercadores, artífices e banqueiros para lá afluíram, vindos de Antuérpia, devastada pela guerra. Depois de 1576, os judeus de Antuérpia transferiram para Amsterdam suas atividades financeiras, seu comércio e sua indústria de jóias — os lapidários de Amsterdam ainda ocupam a liderança no mundo. Os mercadores que governavam a cidade permitiam considerável liberdade religiosa, pois somente assim podiam encorajar o comércio com povos de diferentes credos. O Banco de Amsterdam, fundado em 1609, era, naquela época; a instituição financeira mais forte da Europa. A moeda holandesa era muito procurada e gozava de confiança em toda parte.

VI. A VIDA E A LITERATURA HOLANDESAS

Os holandeses foram acusados, por seus rivais, de desmedido comercialismo, de estarem dominados pela febre do vil metal e de se mostrarem rudes, absorvidos como estavam, muitas vezes, pela vida econômica. Historiadores holandeses admitem, delicadamente, essas acusações.[89] E, entretanto, poderemos chamar de comercial uma cultura que tanto amou a higiene, as tulipas, a música e a arte, que fundou uma escola em cada aldeia, eliminando o analfabetismo, que criou uma atmosfera intelectual vibrante de controvérsias e idéias, e que permitiu tal liberdade de pensamento, de palavra e de imprensa, que logo transformou a Holanda no refúgio internacional de espíritos rebeldes? "Não há um país" — disse Descartes — "onde a liberdade seja mais completa, a segurança maior, o crime mais raro e a simplicidade de costumes antigos mais perfeita do que aqui."[90] E, em 1660, outro francês escreveu:

> Não há no mundo, hoje em dia, uma província que goze de tanta liberdade quanto a Holanda.... No momento em que um fidalgo traz para esta terra servos ou escravos, eles se tornam livres. Todo mundo pode sair dela quando lhe aprouver e levar consigo todo o dinheiro, como bem lhe agrade. Há segurança nas estradas tanto de dia quanto de noite, mesmo para um homem que esteja viajando sozinho. Não se permite ao patrão reter um empregado contra a vontade deste. Ninguém é incomodado por causa de sua religião. Tem-se a liberdade de se dizer o quiser, mesmo dos magistrados.[91]

A base dessa liberdade era a ordem, e a clareza de espírito refletia-se na higiene do lar. Coragem, operosidade e persistência caracterizavam os homens; diligência e proficiência na vida doméstica, as mulheres; ambos os sexos tinham um temperamento calmo e um franco bom humor. Muitos negociantes holandeses retiravam-se, após amealhar razoável fortuna, para se entregarem à política, à literatura, à música, à felicidade do lar e ao golfe.* Os holandeses "consideraram horroroso o adultério" — escreveu Lodovico Guicciardini. — "Suas mulheres são extremamente circunspectas, e, em conseqüência disso, lhes é dada muita liberdade. Saem sozinhas para fazer visitas e até mesmo viagens, sem que haja maledicência.... São donas-de-casa e amam seus lares."[93] Havia muitas mulheres de grande cultura, como Maria Schuurman, "a Minerva da Holanda", que lia em 11 idiomas, falava e escrevia em sete, pintava e esculpia muito bem e conhecia matemática e filosofia. A poesia de Maria Tesselschade era quase tão bonita quanto sua autora; ela traduziu *Gerusalemme liberata*, de Tasso, granjeando louvor universal; pintava, esculpia e gravava com água-forte; tocava harpa e cantava tão bem, que meia dúzia de pessoas ilustres, inclusive Constantijn Huygens, Joost van den Vondel e Gerbrand Bredero, propuseram-lhe casamento; ela se casou com um capitão do mar, tornou-se esposa e mãe devotada e deixou, atrás de si, uma tradição de inteligência, educação e nobreza que os holandeses ainda conservam, com amor, na memória.[94]

O amor pela música era ainda mais amplamente difundido que a estima pelas belas-artes. Jan Pieterszoon Sweelinck, de Amsterdam, o maior dos organistas holandeses, ensinou sua arte a Heinrich Scheidemann que, por sua vez, transmitiu-a a Johann Adam Reinken, que passou seus conhecimentos a Johann Sebastian Bach. Junto a essas qualidades, havia certa corrupção no comércio holandês, muita embriaguez, inúmeros bordéis e um grande prazer no jogo em todas as suas formas,[95] mesmo na especulação do futuro preço das tulipas.[96]

Haarlem era o centro da cultura de tulipas. Os bulbos haviam sido importados da Itália e do sul da Alemanha, em fins do século XV. Também Paris fez dessa flor uma moda e uma distinção; em 1623, um cultivador recusou 12.000 francos por 10 bulbos de tulipas.[97] Em 1636, quase toda a população da Holanda passou a especular com elas; existiam bolsas especiais onde se podiam comprar ou vender colheitas ou safras futuras; a tulipa, em 1637, sofreu seu próprio craque financeiro. Nesse ano, um leilão de 120 preciosos bulbos, em benefício de um orfanato, rendeu 90.000 florins; *credat qui vult* — acredite quem quiser.

Refugiados da Flandres, França, Portugal e Espanha, bem como negociantes estran-

* Esse jogo é, provavelmente, de origem holandesa e passou para a Escócia no século XV. Seu nome vem da palavra holandesa *kolf*, que é o *Kolb* alemão e o *club* (taco) inglês.[92]

geiros de metade do mundo, levaram para essa alegre atmosfera uma estimulante variedade de costumes exóticos. As universidades de Leiden, Franeker, Harderwijk, Utrecht e Groningen reuniam sábios mundialmente famosos e, por sua vez, produziam outros. Justus Lipsius, Josephus Scaliger, Daniel Heinsius e Gerard Vossius, todos eles lecionavam em Leiden na primeira metade de século (1575-1625) de sua existência; em 1640, Leiden era o mais afamado centro de cultura da Europa. O índice de instrução, entre a população das Províncias Unidas, era talvez mais elevado que em qualquer outra parte do mundo. A imprensa holandesa foi a primeira imprensa livre. O semanário *Notícias*, de Leiden, e a *Gazeta*, de Amsterdam, eram lidos em toda a Europa Ocidental, por que — sabia-se — falavam livremente, ao passo que em outros lugares a imprensa nessa época era controlada pelo governo. Quando um rei da França pediu que se eliminasse um editor holandês, admirou-se ao saber que isso era impossível.[98]

Havia muitos letrados na Holanda, mas sua desdita estava no fato de escreverem em latim — língua que estava morrendo — ou em holandês, o que limitava o número de leitores; os holandeses não puderam fazer de sua língua — como o fizeram com sua marinha — um veículo comum. Dirck Coornhert e Hendrik Spiegel defenderam o vigoroso vernáculo como um veículo literário, e esforçaram-se por libertá-lo de acréscimos indesejáveis. Coornhert — artista, escritor, estadista e filósofo — foi a primeira e a mais viril das figuras no florescimento cultural que coroou a revolta política. Elaborou, como secretário da prefeitura de Haarlem, para Guilherme de Orange o manifesto de 1566. Preso em Haia, fugiu para Cleves, e passou a ganhar a vida como perito gravador; traduziu *A Odisséia*, Boccaccio, Cícero e o Novo Testamento. Voltando à Holanda trabalhou em prol da tolerância religiosa e simbolizou a história intelectual do século seguinte — o dezessete — ao perder a fé que viu tão desfigurada nas disputas sangrentas. Tornou-se agnóstico, confessando que o homem jamais conhecerá a verdade.[99] Seu principal livro, *Zedenkunst (A Arte de Viver Bem)*, propõe um cristianismo sem teologia, um sistema moral independente dos credos religiosos. Devido, certamente, a um descuido, foi-lhe permitido morrer de morte natural (1590).

Era característico, na Holanda, os comerciantes misturarem seus negócios materiais com a literatura. Roemer Visscher, rico negociante de Amsterdam, proporcionou auxílio e hospedagem a jovens escritores, transformou sua casa em um salão que rivalizava com os da França e, ele mesmo, escreveu poesias que o fizeram conquistar o título de Marcial holandês. Pieter Hooft transformou seu castelo de Muiden, no Zuider Zee, no abrigo da Renascença holandesa; em seu Muiderkring, ou círculo de Muiden, recebia poetas, cientistas, diplomatas, generais e médicos; também ele escreveu, em seus últimos 20 anos, o *Nederlandsche Historien*, narrando a história da revolta neerlandesa em prosa tão rica e bela que a Holanda celebrou-o como seu Tácito.

Entre uma centena de poetas, três elevaram o vernáculo a seu cume literário. Jacob Cats, durante 22 anos grande pensionista da Holanda, expôs sua sabedoria proverbial em versos populares, condimentados com anedotas picantes; durante séculos, as obras de "Pai Cats" figuraram em todos os lares cultos da Holanda. Joost van den Vondel galgou, apesar dos infortúnios e inimizades, o lugar supremo na literatura holandesa. Seu pai, um chapeleiro, fora banido de Antuérpia por suas opiniões anabatistas, tendo Joost nascido em Colônia. Em 1597, a família instalou-se em Amsterdam, onde

o pai, passando de um extremo a outro, abriu uma casa de meias. Joost herdou o negócio, mas deixou sua administração a cargo de sua esposa e do filho, enquanto, para compensar a falta de uma educação formal, estudava latim, grego, italiano, francês e alemão. Suas vinte e oito peças teatrais foram escritas segundo os modelos grego e francês, obedecendo meticulosamente às unidades. Suas sátiras ridicularizavam a predestinação e os debates entre as seitas protestantes. Sentiu o apelo estético do ritual católico-romano e de Maria Tesselschade, que era católica e bonita. Depois da morte do marido dela (1634) e de sua própria esposa (1635), os dois poetas tornaram-se amigos íntimos. Em 1640, ele foi recebido na comunhão católica. Continuou a atacar a animosidade existente entre as religiões, as chicanas no comércio e a corrupção política, e conquistou a afeição dos holandeses ao cantar em versos a coragem e a glória dos Países Baixos. Em 1657, o negócio de meias — mal dirigido pelo filho — faliu. O filho fugiu para as Índias Orientais, o poeta vendeu todos os seus modestos bens para pagar os credores e, durante 10 anos, ganhou o pão como empregado em uma casa de penhores. Por fim, passou a receber uma pensão do governo e viveu em paz seus últimos 13 anos. Morreu aos 92 anos de idade.

A mais atraente figura na literatura dos Países Baixos nesta época foi Constantijn Huygens, um holandês com toda a versatilidade da Renascença italiana. Seu pai, Christian Huygens, foi secretário do conselho de Estado em Haia; seu filho, Christian Huygens, seria o maior cientista do Continente ao tempo de Newton; entre eles, Constantijn manteve perfeitamente a notável progressão das habilidades da família. Nasceu em Haia, em 1596. Lá e em Leiden, Oxford e Cambridge recebeu vasta educação. Compôs poesias em latim e holandês, sobressaiu-se no atletismo e tornou-se bom músico e artista. Aos 22 anos de idade, participou de uma missão diplomática na Inglaterra, tocou alaúde perante Jaime I e afeiçoou-se a John Donne, cujos poemas traduziu mais tarde para o holandês. Aos 23 anos, foi enviado em missão diplomática a Veneza; no regresso, quase perdeu a vida ao escalar o pináculo da catedral de Estrasburgo. Em 1625, foi secretário de uma série de estatúderes. Em 1630, foi nomeado membro do Conselho Privado. Entrementes, publicou vários volumes de poesias, distinguindo-se pela graça do estilo e pela delicadeza de sentimento. Sua morte, aos 90 anos (1687), assinalou o fim da era mais brilhante dos Países Baixos.

VII. ARTES HOLANDESAS

Os protestantes holandeses eram de opinião que a arquitetura e as decorações das igrejas medievais tinham sido formas de doutrinação que perpetuavam lendas e desencorajavam a meditação; resolveram adorar a Deus mais com orações e sermões do que com arte; o canto foi a única forma artística que conservaram em seu ritual. O alvo de sua arquitetura eclesiástica tornou-se, portanto, a simplicidade quase absoluta. Mesmo os católicos não ergueram igrejas memoráveis nas Províncias Unidas. Mercadores de além-mar trouxeram, no século XVI, talvez procedente da Síria ou do Egito, a idéia de cúpulas bulbosas; a moda espalhou-se da Holanda e da Rússia para a Alemanha, e tornou-se uma característica do barroco da Europa Central.

Homens de negócio, e não o clero, tiveram autoridade sobre a arquitetura holandesa. E, antes de tudo, construíram para si sólidas residências — quase todas iguais,

não inspirando temor, como os palácios florentinos, tampouco despertando inveja; o luxo e a arte residiam em seu interior e nos jardins floridos cuidadosamente tratados. Lieven de Key reuniu elementos franceses, alemães e renascentistas em um edifício notável pelas linhas harmoniosas, a *Rathaus* (prefeitura), que ele construiu em Leiden. A sede da guilda dos açougueiros, em Haarlem, construída também por Lieven de Key, é tão imponente quanto uma catedral gótica. A prefeitura de Haia mostra o estilo clássico completamente aclimatado na Holanda.

O Michelangelo da arquitetura e da escultura holandesas, nesta época, foi Hendrik de Keyser, que se tornou arquiteto da cidade de Amsterdam com a idade de 29 anos (1594). Lá, construiu o Westerkerk, a Bolsa e a casa das Índias Orientais, ambos em estilo renascentista ítalo-holandês. Em Delft, construiu a prefeitura e o monumento a Guilherme I; em 1627, em Rotterdam, fundiu em bronze sua obra-prima, a nobre estátua de Erasmo que, durante alguns anos, manteve-se completamente intata em meio às ruínas da Segunda Guerra Mundial. Algumas das mais belas obras datadas deste período deixaram de existir com o fracasso do governo.

A cerâmica resplandeceu entre as artes menores. O bom gosto transformou, em Rotterdam e Delft, a indústria de azulejos em arte. As faianças de Delft tiveram lugar em quase todos os lares dos Países Baixos. Próximo ao ano de 1610, logo após a abertura do comércio holandês com o Oriente, oleiros de Delft começaram a imitar a porcelana chinesa e produziram uma delgada maiólica azul denominada *Hollandsch porseleyn.*[100] Logo depois, metade do mundo ocidental europeu passava a exibir, em suas paredes e prateleiras, louças de Delft.

A única grande arte dos Países Baixos foi a pintura. Jamais, em algum lugar na história conhecida — sem exceção da Itália renascentista —, uma arte conseguiu conquistar tão universal popularidade. Entre 1580 e 1700, os catálogos de arte arrolam 15.000 pinturas holandesas.[101] A influência da arte italiana dominou a arte flamenga, mas, nas províncias do norte, a vitoriosa resistência ao governo espanhol despertou um espírito nacionalista e orgulhoso que precisou apenas da riqueza oriunda de seu comércio de além-mar para produzir uma explosão cultural. A arte voltou-se para os novos canais dos temas domésticos e do realismo, com o afastamento quase completo dos patrocínios eclesiástico e aristocrático. Os novos patronos foram os mercadores, burgomestres, advogados, corporações, guildas, comunas, hospitais e até asilos de pobres; daí os retratos e as pinturas de grupos e gênero. Quase todas as cidades holandesas tinham sua escola de artistas, sustentada pelo apoio local: Haarlem, Leiden, Utrecht, Amsterdam, Dordrecht, Delft, Haia. Cidadãos comuns, que em outras terras talvez permanecessem analfabetos dependentes da Igreja em matéria de arte, adornavam suas casas com quadros, às vezes comprados a alto preço; assim, um padeiro demonstrou seu bom gosto pagando 600 florins por uma simples figura criada por Vermeer.[102] A secularização foi quase completa: os santos deixaram de constituir temas, substituídos por negociantes; o lar e os campos triunfaram sobre as igrejas. O realismo floresceu; o burguês que posava gostava de ver-se e à sua esposa um pouco idealizados, enquanto diques e dunas, moinhos de vento e chalés, navios singrando as águas e docas atravancadas refrescavam agradavelmente, pendurados nas paredes, a lembrança da presença e trivialidade das coisas. Beberrões alegres, ébrios de tabernas e até *bordeeltjes* eram bem recebidos nas casas que, um século antes, talvez tives-

sem mostrado telas de santos mártires, heróis históricos ou deuses pagãos. Os nus estavam fora de moda; naquele clima úmido, com aquelas formas robustas, a nudez não proporcionava prazer. O culto italiano da beleza, do requinte e da dignidade pareciam deslocados nesse novo ambiente, que nada mais pedia à arte que a reprodução de cenas familiares e da vida cotidiana.

Havia um lado triste nesse quadro de uma nação apaixonada pela pintura: os artistas que a retratavam viviam, na maioria das vezes, na pobreza e gozavam de pouca consideração. Em Flandres, o arquiduque, os fidalgos e os bispos pagavam bem seus artistas favoritos. Na Holanda, porém, os pintores, em concorrência uns com os outros, produziam para o mercado comum e chegavam aos fregueses quase sempre através de revendedores que surgiam entre o produtor e o comprador e sabiam comprar barato e vender caro. Os artistas holandeses raramente recebiam grandes importâncias: no ápice da fama, Rembrandt conseguiu apenas 1.600 florins pela *Ronda Noturna*; Van Goyen somente 600 por sua *Vista de Haia* e muito menos pelos outros trabalhos; Jan Steen pintou três retratos por 27 florins, Isaac van Ostade vendeu 13 de suas pinturas por igual quantia. Muitos artistas holandeses tiveram de fazer trabalhos estranhos à sua atividade como pintores para um melhor passadio: Van Goyen vendia tulipas, Hobbema era coletor de impostos e Steen mantinha uma estalagem.[103] Os artistas eram tão numerosos que saturavam o mercado com suas produções. Encheria algumas páginas a relação dos que eram famosos, e o rol de suas valiosas obras abarrotaria um livro. Podemos agradecer-lhes numa nota de rodapé?*

VIII. FRANS HALS: 1580-1666

Seus antepassados viveram durante dois séculos em Haarlem; seu pai fora um magistrado lá; mas, por motivos que se desconhecem, Frans nasceu em Antuérpia; somente aos 19 anos ele passou a viver em Haarlem. Dele só temos notícia em 1611, quando o registro de uma igreja de Haarlem revela o batismo de Herman, filho de

* Aelbert Cuyp: *Pastores Flautistas* (Nova York).
Carel Fabritius: *Retrato de um Moço* (Rotterdam).
Jan Van Goyen, o maior deste grupo: paisagens magistrais em uma dúzia de museus, inclusive na Corcoran Gallery, de Washington.
Dirk Hals, irmão mais moço de Frans: *A Alegre Companhia* (Londres).
Gerard van Honthorst: *O Concerto* (Leningrado).
Thomas de Keyser (filho de Hendrik): belos retratos em Dresden, Nápoles, Louvre e Nova York; sua *Lição de Anatomia do Dr. Vrij* (1619) antecedeu de muito tempo a *Lição de Anatomia do Professor Tulp* (1632) de Rembrandt.
Karel van Mander escreveu um *Schilderbock* (1604), ou *Livro dos pintores*, quase rivalizando com seu modelo, Vasari.
Michiel van Mierevelt: retratos em muitos museus.
Adriaen van Ostade: *O Velho Tocador de Rebeca* e *Os Fumantes* (ambos em Nova York).
Isaac van Ostade: *A Praça do Mercado* (Coleção Wallace).
Frans Pourbus, o Velho: *Retrato de um Cavalheiro* (Coleção Wallace).
Frans Pourbus, o Moço: *Retrato de um Jovem* (Galeria Pitti).
Pieter Pourbus: *Uma Festa Alegórica* (Coleção Wallace).
Hercules Seghers: *Vista do Reno* (Berlim).

Frans Hals e de sua esposa Anneke. O registro seguinte é de um tribunal policial (1616), segundo o qual Frans Hals foi preso por bater demasiadamente na esposa, sendo severamente repreendido e depois solto, após comprometer-se a ser mais delicado e a evitar a companhia de beberrões. Sete meses depois, Anneke morreu; passados cinco meses (1617), Frans casou-se com Lysbeth Reyniers; nove dias depois ela lhe deu o primeiro dos dez filhos.[104] Ele nos deixou um admirável retrato seu com sua segunda esposa.[105] Lysbeth viveu com ele durante os seus 47 anos restantes, suportando toda falta de dinheiro e as bebedeiras do marido. Nada havia nele que o tornasse atraente, exceto o fato de ser ele um grande pintor e um espírito folgazão.

Tinha 36 anos quando obteve um grande êxito: *O Banquete dos Oficiais da Milícia de Haarlem da Companhia de São Jorge*[106] —, o primeiro dos cinco quadros de *Doelen* que lhe firmaram a reputação. *Doelen* eram os quartéis-generais de voluntários que exercitavam tiro ao alvo, realizavam competições e reuniões sociais, e serviam como milícia da comuna. Ocasionalmente, os oficiais dessas agremiações pagavam um artista para pintar seus retratos em grupo, cada um insistindo em que seu destaque no quadro fosse proporcional à sua graduação na companhia e à sua contribuição no pagamento dos custos da obra. Aparecem na tela, portanto, os oficiais envergando seus melhores ornamentos, reunidos em um banquete, um deles empunhando o estandarte colorido da companhia. Hals recebeu seu justo honorário, pois cada uma dessas cabeças, individualmente, é um majestoso retrato, cada qual diferente dos outros, cada qual uma biografia e uma obra-prima.

Somente temos notícia de outra tarefa dessa natureza 11 anos depois; no intervalo, contudo, ele produziu quadros que figuram entre as peças mais valiosas da arte holandesa: *O Vendedor de Arenques*[107] — outro rosto que conta uma história —; *O Alegre Trio* e *O Nobre e sua Namorada* (ambos em Nova York); o famoso *Cavaleiro Rindo*[108] — a encarnação do homem autoconfiante, irradiando riqueza com sua gola de rufos engomados e manto florido, e um sorriso quase tão sutil quanto o de La Gioconda. Foi nesse período (1624?) que Frans pintou seu *Auto-Retrato*[109] — um rosto firme e bonito, os olhos expectantes negando a satisfação pela bela indumentária, e os braços cruzados. O homem era uma peteca jogada entre a fome de perfeição e a sede pela bebida.

Em 1627, apareceu o segundo grupo de *Doelen*; outro *Oficiais da Milícia da Companhia de São Jorge*,[110] não tão claro e brilhante quanto o primeiro; Hals passara, propositadamente, durante certo tempo, do fácil brilho das cores fortes para um estilo de manipulação mais difícil: meios tons, sombras cinzentas e traços mais suaves. Outro *Doelen* desse ano, *Companhia de Atiradores de Santo Adriano*,[111] é também um quadro de tons contidos. Os atiradores devem ter ficado satisfeitos, pois encarregaram Hals de pintá-los novamente (1633);[112] mas, então, o artista retomou suas cores e revelou seu gênio tornando cada rosto interessante e inigualável. Em 1639, pintou outro *Oficiais da Milícia da Companhia de São Jorge*,[113] mas neste o indivíduo se perdeu no grupo. No todo, esses *Doelen* constituem as mais importantes pinturas de grupos, de todos os tempos. Ilustram a ascensão da classe média a uma altiva proeminência na história e na arte holandesas.

Em seu segundo período (1626-50), Hals pintou retratos que exigem ser lembrados: *O Alegre Beberrão*,[114] sob um enorme chapéu capaz de cobrir uma porção de

bebidas; o *Corredor da Areia*,[115] desalinhado, roto e cativante; *A Cigana* (ou *La Bohêmienne*), sorridente e destacada no Louvre; *O Bufão*, em Amsterdam; o fantástico *Balthazar Coymans*, em Washington; e, como ponto culminante dessa maturidade, o quadro supremo de Hals, *As Regentes do Hospital de Santa Isabel*,[116] tão parecido, tão diferente de *Os Síndicos da Associação de Comerciantes de Tecidos* de Rembrandt, pintado 21 anos depois.

As inúmeras bebedeiras de Frans, embora aparentemente não tenham prejudicado sua arte, afetaram bastante sua posição, mesmo em um país e em uma época em que a embriaguez ocasional era considerada uma ode à alegria. Ele continuou a pintar quadros que teriam celebrizado qualquer artista: *Hille Bobbe*[117], "a feiticeira de Haarlem"; o desencantador *Descartes*,[118] as sobrancelhas e o nariz enormes, os olhos dizendo "Dubito"; e — aos 80 anos de idade — *Um Moço de Chapéu sem Abas*.[119] Entretanto, os desastres se multiplicavam. Em 1639, Pieter, seu filho, foi enviado para um asilo de loucos a expensas da municipalidade. Em 1641, sua desobediente filha mais velha, a pedido da mãe, foi internada em um reformatório. Por volta de 1650, Frans ficou completamente sem dinheiro. Em 1654, o padeiro local processou-o por uma dívida de 200 florins e apreendeu os bens do pintor. Em 1662, velho e arruinado, requereu e obteve uma pequena ajuda. Dois anos depois, o conselho de Haarlem concedeu-lhe uma pensão anual e uma doação imediata de três carregamentos de turfa para sua lareira.

Provavelmente a título de esmolas adicionais, no ano de 1664, encomendaram-lhe dois quadros: *Os Regentes do Asilo de Velhos* e *As Regentes do Asilo de Velhos*. O grupo de homens mostra a mão trêmula do artista em seus 84 anos; em muitos rostos, falta firmeza na aplicação das cores. Mas na tela associada, a das *Regentessen*, a antiga habilidade do artista surpreendentemente retornou; vêem-se cinco criaturas de rostos submissos, cinco velhas gastas por tarefas não desejadas, empertigadas e graves em seu código puritano, esquecidas das alegrias e prazeres da mocidade; ainda assim, através destes rostos graves, transparecem, de alguma maneira, uma tímida bondade e uma cansada simpatia. Estas últimas pinturas, derradeiras flamas do fogo criador do artista, pendem agora — juntamente com as grandes telas de *Doelen* — no Museu Frans Hals que Haarlem construiu no local do asilo de velhos.

Ele morreu na indigência (1664), mas foi-lhe dada uma honrosa sepultura na capela-mor da igreja de São Bavon, na cidade cuja fama se apóia na longa resistência a um cerco e nas obras do maior de seus filhos. Depois disso, Frans Hals permaneceu quase esquecido durante dois séculos. Seus quadros eram vendidos por ninharias em leilões, ou simplesmente não tinham compradores. Se os historiadores da arte se lembraram dele, foi para assinalarem a estreiteza de seu campo de ação: nenhum quadro sobre tema religioso, nenhuma cena mitológica, nenhuma história, nenhuma paisagem, nenhum nu; ou, então, a aparente pressa descuidada de seu método: nenhum esboço preliminar e sim rápidos revestimentos e vergastadas de cores que confiavam na idéia e na lembrança do observador para preenchimento dos pormenores. Hoje, o enaltecimento de sua obra, possivelmente exagerado, contrabalança o longo esquecimento em que permaneceu; e um crítico generoso considera Hals "o mais brilhante retratista que o mundo já viu".[120] Contentemo-nos, entretanto, em admirar o que o tempo — o juiz mais seguro — vacila em julgar.

IX. REMBRANDT HARMENSZ VAN RIJN: 1606-69

Ele nasceu em Leiden, filho de um próspero moleiro, Gerrit Harmensz, que acrescentou "van Rijn" ao nome provavelmente porque sua casa dava vista para o Reno. O artista deve ter amado muito o pai, pois pintou-o 11 vezes ou mais: senhoril com seu chapéu e sua corrente,[121] como cambista[122] e como *Um Nobre Eslavo*[123] — rosto firme e bem modelado, de caráter áspero — e pintou-o ainda, em 1629, como um homem entristecido pela idade.[124] Pintou sua mãe igualmente uma dúzia de vezes; de maneira mais notável em *Mulher Velha* (na Galeria de Viena), onde a apresenta preocupada e gasta. No Museu Rijk, em Amsterdam, vemo-la lendo atentamente a Bíblia. Se, conforme alguns acreditam, ela era menonita, podemos então compreender melhor a predileção de Rembrandt pelo Velho Testamento e sua intimidade com os judeus.

Aos 14 anos ingressou na Universidade de Leiden. Pensava, no entanto, mais em formas que em idéias ou palavras; após um ano deixou a universidade e convenceu o pai a deixá-lo estudar arte. Saiu-se tão bem que, em 1623, foi enviado a Amsterdam como discípulo de Pieter Lastman, tido como o Apeles daquele tempo. Lastman estivera em Roma e regressara à Holanda empolgado pela ênfase clássica na perfeição do desenho; foi por intermédio dele, possivelmente, que Rembrandt aprendeu a ser um formidável desenhista. Mas após passar um ano em Amsterdam o irrequieto jovem voltou para Leiden, ansioso por pintar à sua própria maneira. Desenhava ou pintava quase tudo o que via, inclusive hilariantes absurdidades e impudicas obscenidades.[125] Aperfeiçoou sua arte com extremosas experimentações nos auto-retratos; o espelho passou a ser seu modelo; deixou-nos mais auto-retratos (pelo menos 62) do que muitos pintores com todos os seus quadros. Entre esses primeiros *autoritratti* está uma encantadora cabeça, atualmente em Haia: Rembrandt aos 23 anos, naturalmente bonito (pois todos os espelhos nos mostram bonitos), os cabelos descuidados de um jovem acima das convenções, os olhos alertas e altivos, convictos de uma capacidade comprovada.

Ele já se havia, realmente, estabelecido por conta própria. Em 1629, um *connaisseur* pagou-lhe 100 florins por um quadro — boa quantia para um jovem competidor em um país onde os pintores eram tão numerosos quanto os padeiros, embora não tão bem alimentados. Seus primeiros temas, depois dele mesmo e dos seus pais, foram bíblicos. *Jeremias Lamentando a Destruição de Jerusalém*[126] tem a aura mística que distingue os quadros religiosos de Rembrandt; e *Simeão no Templo*[127] capta inteiramente o espírito de *Nunc dimittis servum tuum, Domine*. Chegaram-lhe tantas encomendas de Amsterdam que, voltando para essa cidade em 1631, lá viveu o resto de sua vida.

Decorrido um ano de sua chegada, pintou uma das obras-primas universais, *Lição de Anatomia do Professor Nicolaes Tulp*.[128] Já houvera, na pintura holandesa, muitas lições de anatomia. Não se quebraram precedentes, nem se feriram brios quando o ilustre cirurgião, que quatro vezes ocupou o cargo de burgomestre de Amsterdam, encomendou a Rembrandt uma tela em que figurasse realizando uma aula prática de anatomia na sala da corporação dos cirurgiões; ele pretendia presentear a corpora-

ção com o quadro, como lembrança de suas funções como professor. Foi provavelmente o Dr. Tulp quem escolheu os sete "estudantes" que com ele deviam ser apresentados na pintura — e não eram, certamente, alunos e sim homens maduros e de elevada posição na medicina ou em outro setor da atividade humana; e Rembrandt aproveitou ao máximo a oportunidade para mostrar rostos iluminados pelo caráter e pela inteligência. O cadáver parece desnecessariamente inchado, e dois dos espectadores estão posando para a posteridade; o próprio Dr. Tulp conduz a demonstração com muita calma, como alguém acostumado e seguro; mas os dois homens que estão observando por cima da cabeça do cadáver são a curiosidade e a atenção vivificadas; e o jogo de luz sobre a carne e os rufos anunciam a especialidade de Rembrandt.

Então choveram pedidos. Em dois anos, 40 encomendas. Com dinheiro no bolso e ardendo de entusiasmo, o artista estava preparado para o casamento (1634). Saskia Uylenborch tinha lindo rosto, olhos brejeiros, cabelos sedosos e dourados, um corpo e uma fortuna confortadores; quem poderia ser mais encantadora que *Saskia*, em Cassel? Órfã de mãe, ela era filha de um rico advogado e magistrado. Talvez um primo dela, negociante de obras de arte, a tivesse induzido a posar para Rembrandt, a fim de que este lhe fizesse um retrato. Duas vezes que posou bastaram para uma proposta. Saskia levou um dote de 40.000 florins, que tornaram o futuro falido um dos artistas mais ricos da história. Ela foi boa esposa, não obstante seu dinheiro. Suportou pacientemente o gênio absorvente do marido; posou para muitos quadros, embora eles revelassem suas formas em expansão; deixou que Rembrandt a cobrisse com estranhas roupagens para a rósea *Flora*, agora em Londres, e para a anelante e mais natural *Flora*, em Nova York. Vemos a felicidade dele numa tela, em Dresden, onde ele a tem sobre os joelhos, iluminando a pintura com seu sorriso e erguendo um grande copo num brinde a seu êxtase físico e financeiro.

Naqueles anos agradáveis (1634-42), produziu uma obra-prima atrás de outra. Continuou a pintar a si mesmo: no *Auto-Retrato* (1634), no Louvre, belo e jovial, com jóias no chapéu e corrente de ouro sobre o peito; e também nesse ano, em *Um Oficial*,[129] — magnificente num chapéu de conquistador do mundo; e, em 1635, com suntuoso chapéu cuja pluma roça o céu. Procurando o caráter mais que a beleza, pintou (1634) a *Velha Dama* que nos olha sobranceiramente de uma parede da Galeria Nacional de Londres, com o rosto enrugado pelos anos, e, um ano depois, *Velha em uma Poltrona* (Nova York). Entre as ruínas de Amsterdam, encontrou um octogenário a quem vestiu com manto e turbante e pintou *Um Oriental*.[130] Rembrandt era propenso a colecionar trajes, jóias, espadas, chapéus extravagantes e sapatos; vide-os (salvo a espada) em *Martin Daey* — [131] com rendas em suas luvas, rufos em suas calças e fivelas em seus sapatos. Agora, ele se dedicava também à pintura dos já passados temas religiosos com uma viçosa sinceridade, tomando para seus modelos velhos e moças que encontrava nas ruas — são quadros tão notáveis na técnica, tão extraordinários no manejo da luz e de tão tocante intensidade de sentimento, que se pode considerar qualquer um deles como melhor do artista; servem de exemplos *O Sacrifício de Abraão*[132] e *O Anjo Rafael Deixando Tobias*.[133] Daqueles abençoados anos vieram alguns retratos célebres como *A Dama com um Leque*[134] e *Um Homem com Luvas*[135], ambos desprezando comentários.

A última realização desse período, e talvez o maior quadro que Rembrandt pintou,

foi a imensa tela (4,30m x 3,70m) que a história conhece como *Ronda Noturna*, mas que é mais apropriadamente denominada *A Companhia dos Arcabuzeiros do Capitão Cocq* (1642).[136] Nenhum pormenor ficou inacabado nesse enorme espaço, nenhum tom sombrio ou incidência de luz foi mal calculado e nenhum contraste de cores deixou de ser explorado. No centro, o altivo capitão ergue-se em marrom, branco e vermelho; à sua esquerda, um tenente com botas amarelo-ouro, capa e chapéu; espadas brilham, lanças cintilam, flâmulas ondulam; à direita, o corpo de pífaros e tambores; a companhia emerge de seu quartel-general, aparentemente para um desfile festivo. Rembrandt assinara com cada uma das 16 pessoas que aparecem no quadro um contrato, de acordo com o qual cada uma delas lhe pagaria 100 florins. Muitas acharam que, não obstante tivessem pago importância igual às demais, não tiveram na tela proeminência equivalente; queixaram-se outras de que Rembrandt as mergulhara muito na sombra, ou negligenciara em torná-las reconhecíveis pelos amigos. A partir daí, foram poucas as encomendas de grupos chegadas ao seu ateliê, e sua prosperidade começou a decair.

Sua fortuna deve ter atingido o ponto máximo em 1639, pois nesse ano comprou uma espaçosa casa em Joden-Breedstraet, uma rua habitada por judeus abastados. Custou-lhe 13.000 florins, soma enorme que ele jamais conseguiu liquidar. Provavelmente era sua intenção abrigar nela não apenas sua família mas seus alunos, seu ateliê e sua crescente coleção de objetos antigos, obras de arte e raridades. Depois de pagar metade do preço da compra no primeiro ano de residência, deixou o restante como dívida sobre a qual os juros não pagos elevaram-se a tal ponto que acabaram por levá-lo à falência.

Ao mesmo tempo, a saúde de sua amada Saskia começava a se deteriorar. Ela lhe dera três filhos, mas todos morreram na infância; os partos difíceis e o fim trágico dos filhos enfraqueceram-lhe o apego à vida. Em 1641, Saskia deu à luz outro filho, Titus, que sobreviveu; ela, porém, morreu em 1642. Em seu testamento, deixou todos os bens a Rembrandt com a condição de que, se ele casasse novamente, o que sobrasse de sua herança seria transferido para seu filho. Um ano depois de sua morte, Rembrandt pintou-a carinhosamente de memória.

Essa perda entristeceu-lhe o espírito; desse período em diante, parecia obcecado por idéias de morte. Embora fosse profundamente afeiçoado a sua família, sempre preferira a privacidade a ter uma companhia; agora, cortejava uma sombria solidão. Quando estava pintando, mandava que os admiradores prematuros de seu trabalho se retirassem, dizendo-lhes que "O cheiro da tinta não faz bem à saúde".[137] Não era um homem com a cultura mundana de Rubens. Lia pouco, quase nada, salvo a Bíblia. Vivia em um reino silencioso de cores, sombras e luz, tão variado quanto o mundo das letras, mas estranho a ele e único. Sentia dificuldade em observar certas amabilidades da vida social para com as pessoas que vinham posar, bem como em conversar um pouco com elas, a fim de mantê-las entretidas e quietas. O número dos fregueses foi diminuindo quando perceberam que Rembrandt não fazia, como a maioria de seus predecessores, um esboço em uma ou duas poses para então começar a pintar, preferindo ir diretamente à tela, o que exigia muitos dias de pose; além disso, à sua maneira impressionista, pintava o que pensava ou sentia, ao invés de simplesmente o que via; e o resultado nem sempre era lisonjeiro.

Não lhe adiantou muito que sua casa ficasse no quarteirão judaico. Há muito travara amizade com vários judeus; em 1636, pintara um retrato de Manassah ben Israel; depois, em 1647, pintou na madeira o rosto moreno do médico judeu Ephraim Bonus. Quase cercado de hebreus, e estimando-os, encontrou crescente número de temas entre os judeus espanhóis e portugueses de Amsterdam. Talvez tenha conhecido Baruch Spinoza, que viveu nessa cidade de 1632 a 1660. Algumas pessoas julgaram que o próprio Rembrandt fosse judeu; isso é improvável, pois fora batizado e educado na fé protestante, e seus traços eram completamente holandeses. Não tinha preconceitos religiosos ou raciais visíveis. Há em suas pinturas sobre judeus uma simpática compreensão, especialmente profunda. Sentia-se fascinado pelos seus velhos com suas barbas denunciando sabedoria e seus olhos lembrando sofrimentos. Metade do calvário hebraico transparece no rosto de *Um Judeu Velho* (1654), hoje no Hermitage de Leningrado, e no *Retrato de um Rabino* (cerca de 1657), em Londres. Quem posou para este último quadro foi o rabino que, depois da falência de Rembrandt, deu-lhe conforto espiritual e auxílio material.

Em 1649, vamos encontrá-lo pintando *Hendrikje Stoffels no Leito*,[138] e percebemos que Rembrandt arranjou uma amante. Ela fora criada de Saskia; permaneceu com o artista viúvo, cuidou carinhosamente dele e logo o consolou com o calor de seu corpo. Ele não se casou com ela, pois não estava disposto a passar para Titus, ainda um menino de oito anos, o legado de Saskia. Quando, em 1652, ele pintou Hendrikje,[139] ela era razoavelmente bela, com olhos de obsessiva tristeza. Foi provavelmente ela quem posou em 1654 para dois estudos de nus: *Betsabé no Banho*[140] e *Mulher Atravessando a Água*,[141] ambos gloriosos pelas cores e amplitude. Em julho desse ano, Hendrikje, intimada a comparecer perante os presbíteros da igreja paroquial, foi censurada duramente por adultério e excluída do sacramento. Em outubro, ela deu um filho a Rembrandt, que o reconheceu como seu e conseguiu que fosse batizado. Aprendeu a tributar à amante o mesmo amor profundo que tributara à esposa; não fosse isso, como poderia ter dado expressão de tal ternura a seu rosto quando a pintou em 1658 em um vestido vermelho combinando com seus cabelos?[142] Ela era boa madrasta para Titus, que crescia e se tornava um rapaz fascinante. Ele pode ser visto no Museu Metropolitano de Arte de Nova York, na idade de 14 anos, tão belo quanto uma garota, com os olhos maravilhosos da juventude, aturdido com a vida e sentindo-se parcialmente seguro apenas com o amor paternal; ou, então, aos 15 anos, na Coleção Wallace. Podemos imaginar o consolo que nele encontrou Rembrandt ao ver, nesse ano, a realidade econômica desabar sobre sua cabeça.

Rembrandt esforçou-se para equilibrar o orçamento. Alguns grandes quadros religiosos pertencem a esse período (1649-56) de adultério e dívida: *Jacó Abençoando seus Netos*,[143] *Cristo junto à Fonte*,[144] *Cristo e a Samaritana*[145] e a *Descida da Cruz*.[146] Entretanto, não havia na Holanda protestante interesse pelos temas eclesiásticos. Ele procurou, então, pintar cenas mitológicas, mas somente se saía bem quando vestia as figuras; *Dânae*[147] é pouco atraente, mas *Atena*[148] e *Marte*[149] são insuperáveis no gênero. Continuou a pintar retratos de notável qualidade. *Nicolaes Bruyningh*[150] é captado diretamente de um momento intenso de vida e pensamento, e *Jan Six*[151] é o burgomestre holandês em sua plena força e melhor feição. Por volta desse tempo, Rembrandt pintou algumas figuras desconhecidas, mas profundamente estudadas: *O*

Homem do Capacete Dourado,[152] *O Cavaleiro Polonês*,[153] *O Centurião Cornelius*;[154] ao lado desses, a maior parte dos retratos parece superficial.

Rembrandt estava com 50 anos quando ocorreu o desastre. Raramente se preocupara em calcular suas dívidas e seu crédito; arrojadamente comprara casa, objetos de arte e até ações da Companhia das Índias Orientais Holandesas;[155] agora, quando o que ganhava dos fregueses ficava muito aquém do que precisava para sua manutenção, viu-se completamente embaraçado pelas dívidas. Em 1656, a Câmara dos Órfãos de Amsterdam, a fim de proteger Titus, transferiu-lhe a casa e o terreno, se bem que permitisse ao pai viver nela durante certo tempo. Em julho, Rembrandt foi declarado falido; sua mobília, suas pinturas, seus desenhos e suas coleções foram vendidos às pressas (1657-58), mas o que se apurou ficou muito longe do que ele devia. Em 4 de dezembro de 1657, foi despejado. Mudou-se várias vezes de casa até instalar-se no Rozengracht, bairro judaico. Da catástrofe financeira salvaram-se apenas sete mil florins para Titus. Este e Hendrikje, para protegerem Rembrandt, formaram uma sociedade pela qual podiam vender suas obras restantes sem que o produto da venda fosse para os credores. Parece que cuidaram carinhosamente do velho artista.

Em meio àquelas atribulações, Rembrandt continuou a gerar obras-primas: *Homem a Cavalo*, recentemente vendido à Galeria Nacional de Londres, e avaliado na época de sua aquisição em $400,000; a maravilhosa *Cabeça de Um Velho*[156] — um Karl Marx com a desilusão de um octagenário; uma surpreendentemente vívida e natural *Mulher Cortando suas Unhas*[157] — talvez uma parte do ritual religioso que requeria a limpeza de todo o corpo na véspera do sábado. Pintou também alguns surpreendentes auto-retratos: *Rembrandt com seu Caderno de Esboços* (1657), em Dresden; o rosto grave e a envolvente corpulência do mais famoso retrato (1658), na Coleção Frick, de Nova York; o seu retrato de corpo inteiro (1659), em Viena; o rosto preocupado (1659), em Washington.

Em sua última década (1660-69), manteve-se vivo graças a seu filho e sua amante, mas seu quarto era atravancado, seu ateliê mal iluminado, sua mão tinha perdido algo de sua firmeza em conseqüência da idade e da bebida. *São Mateus, o Evangelista*[158] é rude na sua textura, mas o anjo sussurrando-lhe ao ouvido não é outro senão Titus, agora com 20 anos e ainda tão belo como uma noiva. E foi então que, naquele ano de 1661, surgiu o último triunfo do mestre: *Os Síndicos da Associação dos Comerciantes de Tecidos*.[159] Os *staelmeesters* — examinadores e superintendentes de tecidos — incumbiram o velho artista de celebrá-los em um quadro de grupo para ser dependurado na sala de sua corporação. Perdoamos-lhe certa hesitação na composição, certa crueza nos pormenores e algum desleixo na incidência da luz; a crítica, contudo, hesita em encontrar falhas na obra. O fundo e o primeiro plano fazem as cinco vigorosas figuras saltarem aos olhos, cada uma delas como "personagem único e independente" mas todos captados no vívido momento em que pensavam em comum. Em muitos quadros daqueles anos de ruína os *connaisseurs* encontram sinais de energia e técnica em declínio: simplicidade nas cores, negligência nos detalhes, pinceladas apressadas e cruas. Encontramos, ainda assim, quadros notáveis como *A Volta do Filho Pródigo* — [160] inesquecível representação pictórica do perdão amoroso — e *A Noiva Judia*,[161] maravilhoso fruto a cair de uma árvore que está morrendo.

Nada dissemos ainda de suas paisagens, seus desenhos e suas gravuras a água-forte. Poucas das paisagens sobressaem, mas os desenhos são a culminância em seu gênero. São célebres os bicos-de-pena *Vista de Amsterdam*, em Viena, e *Uma Velha Sentada*, em Berlim. As gravuras a água-forte, de Rembrandt, são tão valiosas quanto poucas na história dessa trabalhosa arte. Uma delas, *Cristo Curando o Enfermo*, passou a ser conhecida como "Peça de Cem Florins", porque foi adquirida por este preço sem precedentes; em 1867, contudo, uma cópia dessa gravura foi comprada por 25.000 francos.

Trezentas gravuras a água-forte, dois mil desenhos e 650 quadros a óleo, eis a *oeuvre* de Rembrandt que ficou, quase tão conhecida mundialmente quanto as peças de Shakespeare, quase tão variada, original e profunda. De sua própria mão saiu quase tudo, pois embora tivesse auxiliares nenhum deles participou de seu segredo de revelar o invisível.[162] Alguns de seus trabalhos demonstram negligência, outros são repulsivos — como *Boi Esfolado*, no Louvre. Ele, às vezes, deixava-se absorver pela técnica, outras, restringia-a em função da imaginação. Entre a beleza e a fealdade era neutro como a natureza, pois, para ele, a beleza final estava na verdade; assim, um quadro reproduzindo fielmente o feio era belo. Recusou-se a idealizar as figuras em suas pinturas de temas bíblicos; suspeitava que os hebreus do Antigo Testamento fossem tão belos quanto os judeus de Amsterdam; pintou-os assim e, como conseqüência, eles emergiram do mito ou da história para a vida. À medida que envelhecia, amava cada vez mais as pessoas simples que o rodeavam, mostrando-se indiferente aos embrutecidos pela sede de lucro. Enquanto artistas como Rubens procuravam seus modelos entre pessoas belas, felizes ou poderosas, Rembrandt, em sua arte, tributava simpatia aos repudiados, doentes e miseráveis, e, até mesmo, aos deformados; e embora não demonstrasse espírito religioso, parecia assumir, inconscientemente, a atitude de Cristo e de Whitman para com aqueles que haviam fracassado ou se recusado a competir na guerra de um contra todos.

Lancemos um último olhar a ele nos auto-retratos de sua velhice. Neles não há vaidade; ao contrário, há a autobiografia da derrota. Quando pintou a si mesmo em 1660,[163] ainda encarava a vida com um misto de coragem e resignação; o rosto rechonchudo e não barbeado era excêntrico mas não triste; ainda estava avançando em sua marcha. Mas em outro retrato[164] daquele mesmo ano, um olhar preocupado sombreia-lhe os sulcos do rosto em torno do nariz rubicundo. Em 1661, viu-se[165] frustrado, mas filosoficamente indiferente às suas rugas. Em seu último ano pintou seu retrato,[166] nele mostrando haver encontrado a paz ao aceitar o limite e o irônico humor da vida. Hendrikje morreu em 1662, mas a presença de Titus ainda era para ele uma bênção com o sinal da juventude; em 1668, o velho artista rejubilou-se com o casamento do filho. Quando, nesse mesmo ano, o filho seguiu a mulher, o artista perdeu seu apego pela vida. No dia 8 de outubro de 1669, o registro de óbitos da Westerkerk assinalou: "Rembrandt van Rijn, pintor... Deixa dois filhos".

Seus contemporâneos mal notaram seu desaparecimento. Nenhum deles sonhou considerá-lo do mesmo quilate de Rubens, ou mesmo de Van Dyck. Joachim von Sandrart, seu contemporâneo, escreveu a seu respeito: "O que nele faltava, principalmente, era o conhecimento da Itália e de outros lugares que proporcionam oportunidades para o estudo das coisas antigas e da teoria da arte. [Isso parece-nos agora

o segredo de sua grandeza.] Tivesse ele administrado seus negócios com mais prudência e demonstrado mais sociabilidade teria sido um homem rico.... Sua arte sofreu por haver ele preferido a companhia do vulgo."[167] Ruskin concordou com esse historiador da arte alemão: "A vulgaridade, a estupidez e a impiedade manifestam-se, sempre, através de uma arte, em cores escuras e cinzentas como no caso de Rembrandt.... O objetivo dos melhores pintores é pintar as coisas mais nobres que possam ver à luz do dia. O objetivo de Rembrandt era pintar as coisas mais feias que podia ver a uma luz fraca."[168] Mas Eugène Delacroix, refletindo o desenvolvimento da democracia na França, pensou que "Talvez achemos um dia Rembrandt maior pintor que Rafael. Registro — sem tomar partido — esta blasfêmia que fará os acadêmicos arrepiarem-se de horror."[169] A tendência, entre os críticos de hoje, é classificar Rembrandt acima de Rafael e Velázques, igualado apenas por El Greco.[170] Percebemos que a "verdade" é função e vassala do tempo.

De Rubens a Rembrandt, que escala e que hiato! — entre a luz alegre e a sombra triste, entre a corte e o abismo, entre a feliz sensualidade do nobre de Antuérpia, à vontade nos palácios e junto aos reis, e o falido de Amsterdam, que conhecia as camadas mais baixas e estava familiarizado com o sofrimento. Ver esses dois homens como elementos de contraponto em uma grandiosa harmonia é sentir, de outro modo, a grandeza da pequena nação que lutara contra um império gigante, é sentir a complexidade de uma civilização que pôde produzir, em uma extremidade, uma cultura católica adornando, feliz, seu incontestado credo com mitos e seus amados relicários com arte, e, noutra, uma cultura protestante, que pôde sustentar o maior artista e o maior filósofo da época.

CAPÍTULO XIX

A Ascensão do Norte

1559-1648

I. DINAMARCA COMO GRANDE POTÊNCIA

CONTEMPLEMOS o mapa, pois nos mapas, como nos rostos, estão as marcas da história.

Quando Frederico II subiu ao trono em 1559, a Dinamarca era um dos estados mais fortes e mais extensos da Europa; não havia, ainda, compreendido quão conveniente é ser pequeno. Na luta interminável com a Suécia pelo domínio do comércio entre o mar do Norte e o Báltico, a Dinamarca a princípio foi a vencedora, chegando mesmo a estender seu poder através do Skagerrak e por toda a Noruega, e através do Kattegat até ao que hoje é o sul da Suécia. Mantinha as cidades estratégicas de Copenhague e Helsingör, no lado ocidental, e Malmö e Hälsingborg, no lado oriental do Öresund ou Sound — as águas turbilhonantes, em um ponto de apenas seis quilômetros de largura, que agora separa a Dinamarca da Suécia. Mais a leste, manteve, durante a maior parte desse período, as ilhas de Bornholm, Gotland e Ösel, controlando assim o mar Báltico. No sul, incluía os ducados do Schleswig e Holstein, e mais além, no noroeste, dominava a Islândia e a Groenlândia. Os tributos, cobrados pela Dinamarca sobre a navegação comercial que passava pelos estreitos entre os mares, eram a principal fonte de renda e das guerras do reino.

A força política residia nos 800 nobres que eram senhores de metade do reino, mantinham os camponeses em regime de servidão, elegiam o rei e dominavam o país através do Riksdag (Dieta Nacional) e do Riksraad (Conselho de Estado). Tinham-se aproveitado da Reforma para absorver a maior parte das propriedades que anteriormente pertenciam à Igreja Católica. Como retribuição pela isenção de tributos, era esperado deles — se bem que muitas vezes se recusassem fazê-lo — que armassem e chefiassem seus camponeses na guerra, quando chamados pelo rei. O clero protestante, destituído de riqueza, ocupava posição social secundária e tinha pouca influência política; contudo, dirigia a educação e exercia a censura sobre a literatura que, em conseqüência, produziu essencialmente teologia e hinos. A população em geral, em número de um milhão, alimentava-se bem e bebia bastante. Um cirurgião-barbeiro aconselhava

aos seus fregueses: "Faz muito bem às pessoas embebedarem-se uma vez por mês, pela excelente razão de que isso liberta as forças, contribui para um sono profundo, facilita a passagem da urina, aumenta a transpiração e estimula o bem-estar geral".[1]

Nesse período, dois dinamarqueses têm direito a seu lugar na história: Tycho Brahe, o maior astrônomo de sua geração, e Cristiano IV, que não só foi rei da Dinamarca durante 60 anos (1588-1648) como, também, teria sido um líder de homens mesmo sem a vantagem do nascimento real. Omitimos seu pai, Frederico II, notando apenas que o arquiteto flamengo Anthonis van Obberger construiu para ele (1574-85) a fortaleza do castelo de Kronborg, em Helsingör — Elsinore, de Hamlet.

Quando Frederico morreu (1588), Cristiano era um menino de 11 anos; uma regência formada por quatro nobres governou o país durante oito anos; Cristiano, depois, tomou as rédeas. Durante o meio século seguinte, viveu uma vida plena de tal exuberância e versátil energia que provocou a admiração de toda a Europa. Melhorou os conhecimentos do seu já citado cirurgião-barbeiro, pois precisava regularmente de seu auxílio em casa, após uma noite de bebedeira. Sua profanidade estabeleceu um padrão que poucos de seus súditos superaram. O número de seus bastardos criou um problema contabilístico. Seu povo acolhia com gracejos essas suas faltas comuns e amava-o, pois ele dançava em suas festas de casamento, participava de seu trabalho e, muitas vezes, arriscava sua vida a seu serviço. A tudo isso, cumpre acrescentar o conhecimento que tinha de latim e ciências, um requintado gosto pelas artes e uma fé religiosa simples, que não provocava questões frívolas acerca da credibilidade nem remorsos pelos divertimentos. Em suas horas vagas, auxiliou a fazer de Copenhague (*Kobmannehavn* — porto dos comerciantes) uma das mais atraentes capitais da Europa. Seu programa de construções duplicou o perímetro da cidade.[2] Em seu reinado, o castelo de Rosenborg tomou forma; logo depois, a Bolsa ampliou sua fachada e ergueu seu alto e trançado campanário. Cristiano reformou o governo da Noruega, desenvolveu suas indústrias e reconstruiu sua capital, que durante três séculos chamou-se Cristiânia. (A cidade passou a chamar-se Oslo, em 1925.) Na Dinamarca, melhorou a administração, fomentou as manufaturas, organizou companhias comerciais, fundou colégios e cidades, e melhorou as condições de vida dos camponeses nas propriedades da Coroa.

A ambição derrubou-o, pois sonhava reunir toda a Escandinávia sob uma única cabeça — a sua. Os nobres alegaram que a Suécia era inconquistável e recusaram-se a apoiá-lo. Foi principalmente com mercenários estrangeiros que travou, contra os suecos, a Guerra de Kalmar (1611-13). Quando teve início a Guerra dos Trinta Anos, viu-se desconfortavelmente aliado à Suécia na defesa da causa protestante. Passado esse perigo, recomeçou a luta contra os suecos (1643), embora estivesse nessa ocasião com 67 anos de idade. Dirigiu suas inadequadas forças com romântico ardor. Na batalha naval de Kolberg (1644), lutou durante todo o dia, a despeito dos 20 ferimentos recebidos e de ter ficado cego de um olho; obteve uma vitória temporária. No fim, os suecos provaram ser mais fortes, e a Paz de Brömsebro (1645) libertou a Suécia do pagamento de taxas por seu comércio no Öresund e lhe concedeu Ösel, Gotland e três províncias na península escandinava. Quando Cristiano IV morreu, após 50 anos de trabalho construtivo e guerras destrutivas, seu reino ficara menor que ao tempo de sua ascensão, e a ascendência da Dinamarca passara.

II. SUÉCIA: 1560-1654

1. *As Religiões Rivais: 1560-1611*

Entre Gustavo Vasa, fundador da Suécia moderna, e Gustavo Adolfo, o salvador do protestantismo, a história sueca encontra-se anuviada pela luta dos credos religiosos pelo poder político. O primeiro Vasa libertara a Suécia da Dinamarca e unira o país sob um forte governo hereditário, enquanto as oligarquias dos nobres conservavam a Dinamarca e a Polônia feudais e fracas. O campesinato sueco era livre e, juntamente com os nobres, o clero e as cidades, tinha seus representantes no Riksdag (Dieta); a mesma palavra *bonde* que na Dinamarca passara a significar servo era, na Suécia, o orgulhoso título dos homens livres que cultivavam suas próprias terras. Mas os recursos do país eram fortemente limitados pelo clima, pela pequena população e pelo domínio que os dinamarqueses exerciam sobre as três províncias da península e sobre o Sound. Os nobres irritavam-se com aquela sua nova subordinação ao rei, e a Igreja Católica, despojada de sua riqueza na Suécia, tramava pacientemente seus planos de reconquista do povo, de seus bens e do trono.

Érico XIV (1560-68), filho de Vasa, não estava preparado para resolver esses problemas. Tinha coragem e capacidade, mas seu temperamento violento tornou estulta sua diplomacia e levou-o ao assassinato e à loucura. Enfureceu os nobres matando cinco de seus chefes, um deles com suas próprias mãos. Travou com a Dinamarca a "Guerra dos Sete Anos do Norte" (1563-70) e, conquistando a Livônia, preparou futuras guerras. Indispôs-se com seu irmão João, impedindo-o de realizar um casamento que o tornaria herdeiro da coroa polonesa; e quando João, mesmo assim, se casou com a princesa Catarina Jagelão, Érico encarcerou-o na fortaleza de Gripsholm. Catarina foi compartilhar do sofrimento de João na prisão, e fez com que ele se inclinasse à fé católica. Em 1568, Érico foi obrigado pelos irmãos a renunciar e, após seis anos de encarceramento, foi condenado à morte pelo Riksdag e pelo novo rei.

João III (1568-92) fez a paz com a Dinamarca e seus nobres, recomeçando o conflito de fés. Sua esposa pediu-lhe, mais à noite que durante o dia, para aceitar o catolicismo. Com permissão dele, os jesuítas entraram disfarçados na Suécia e o mais capaz deles, Antonio Possevino, empreendeu a tarefa de converter o rei. A lembrança de ter aprovado a morte do irmão atormentava João; para tal fratricídio as chamas do inferno pareciam o castigo inevitável; isso podia ser evitado — argumentava Possevino — pela confissão e pela absolvição da Igreja que todos acreditavam ter sido fundada por Cristo. João cedeu; recebeu o sacramento segundo o rito romano e prometeu fazer do catolicismo a religião do Estado, sob a condição, porém, de o papa permitir que os sacerdotes suecos se casassem, que a missa fosse celebrada na língua do país e que a eucaristia fosse ministrada sob as duas espécies. Possevino partiu para Roma; o papa rejeitou as condições; Possevino voltou de mãos abanando. João ordenou aos jesuítas que recebessem o sacramento das duas maneiras e celebrassem a missa em sueco. Eles se recusaram a fazê-lo e deixaram o país. Em 1584, morreu a católica Catarina; um ano depois, João casou-se com uma dama protestante que, também, mais à noite que durante o dia, conseguiu fazê-lo voltar à fé luterana.

Em agosto de 1587, seu filho católico foi eleito para o trono polonês como Sigismundo III. Pelo Estatuto de Kalmar, pai e filho concordaram em que, após a morte de João, Sigismundo governaria ambos os países — Polônia e Suécia. Sigismundo comprometeu-se a respeitar a independência política e a fé protestante da Suécia. Quando João morreu (1592), o Riksdag, sob a liderança de seu irmão, o Duque Carlos, reuniu-se em Upsala (25 de fevereiro de 1593) com a presença de 300 clérigos e 300 leigos — nobres, burgueses, mineiros e camponeses — e adotou a luterana Confissão de Augsburgo de 1530 como o credo oficial da Igreja e do Estado suecos. O histórico sínodo (Uppsala-möte) declarou que somente o luteranismo seria tolerado no país, somente luteranos ortodoxos seriam nomeados para cargos eclesiásticos ou políticos e que Sigismundo seria coroado na Suécia só depois de aceitar esses princípios. Neste meio tempo o Duque Carlos foi reconhecido como regente na ausência do rei.

Sigismundo, educado pelos jesuítas, sonhava levar a Suécia e a Rússia para o aprisco católico. Quando desembarcou em Estocolmo (setembro de 1593), percebeu que quase todos os chefes suecos eram unânimes em exigir-lhe solene garantia de que obedeceria aos princípios de Upsala. Ele procurou, durante cinco meses, chegar a uma solução de compromisso; os chefes, porém, mostravam-se inflexíveis, e o Duque Carlos reuniu um exército. Sigismundo, finalmente, deu a garantia exigida, e um bispo luterano coroou-o em Upsala (fevereiro de 1594). Logo depois, ele expediu uma declaração afirmando que sua garantia fora dada sob coação. Nomeou seis lordes-representantes para protegerem os remanescentes católicos na Suécia, e, em agosto, voltou para a Polônia.

O Duque Carlos e o Arcebispo Angermannus, de Upsala, prepararam-se para pôr em vigor os decretos do sínodo. A dieta de Süderköping (1595) exigiu que se pusesse fim a todo culto católico, e que se banissem "todos os sectários que se opusessem à religião evangélica". O arcebispo ordenou que fossem espancados com varas todos os que deixassem de atender ao culto luterano e, em sua visita às igrejas, atendeu pessoalmente a essas punições.[3] Todos os mosteiros existentes foram fechados e todos os sacrários católicos foram retirados.

Os conselheiros de Sigismundo pediram-lhe que invadisse a Suécia com um grande exército. Ele julgou que bastariam cinco mil soldados; desembarcou com eles na Suécia, em 1598. Em Stegeborg, o Duque Carlos ofereceu-lhe batalha e foi derrotado; em um segundo combate, em Stängebro, Carlos venceu; Sigismundo concordou novamente com os princípios de Upsala e regressou à Polônia. Em julho de 1599, a dieta sueca depôs o rei, e o Duque Carlos, ainda regente, tornou-se o verdadeiro governante do Estado. A dieta de 1604 aprovou um ato de sucessão vinculando a coroa aos membros masculinos ou femininos da família Vasa que aceitassem a religião luterana, então estabelecida, e decretando que a nenhum dissidente dessa religião seria permitido residir ou manter propriedade na Suécia. "Todo príncipe que se afaste da Confissão de Augsburgo perderá *ipso facto* a coroa."[4] Abriu-se, assim, o caminho para a ascensão do filho de Carlos, Gustavo Adolfo, e para a abdicação de sua neta Cristina. Em 1607, Carlos IX foi coroado rei.

Ele reformulou o desorganizado governo do país, desenvolveu vigorosamente a educação, o comércio e a indústria, e fundou as cidades de Karlstad, Filipstad, Mariestad e Göteborg; esta última deu à Suécia livre acesso ao mar do Norte e circunscreveu

o domínio dos dinamarqueses nos estreitos. Cristiano IV declarou guerra à Suécia (abril de 1611) e invadiu o país. Carlos, que contava 61 anos, desafiou Cristiano para um duelo; Cristiano recusou. No auge do conflito (outubro de 1611), Carlos morreu; antes, porém, de sua morte, pousou a mão sobre a cabeça de seu filho dizendo: *Ille faciet* ("Ele o fará").[5] E fez.

2. *Gustavo Adolfo: 1611-30*

A mais romântica figura da história sueca tinha então 16 anos. Sua mãe era alemã, filha do Duque Adolfo de Holstein-Gottorp. Seus pais proporcionaram-lhe rigorosa educação nas línguas sueca e alemã e na doutrina protestante. Aos 12 anos de idade já tinha aprendido latim, italiano e holandês; mais tarde adquiriu conhecimentos de inglês, espanhol e, mesmo, de polonês e russo; a isso foi acrescentada forte dose de clássicos, compatível com seu treinamento nos esportes, nos negócios públicos e na arte da guerra. Com a idade de nove anos começou a freqüentar as sessões do Riksdag; aos 13, recebia embaixadores; aos 15, governava uma província; aos 16, participou de uma batalha. Era alto, belo, cortês, generoso, clemente, inteligente e valoroso; o que mais poderia a história exigir de um homem? Sua popularidade na Suécia era tão universal que até os filhos dos nobres cujos pais Carlos IX executara por crime de traição se dispuseram prontamente a servi-lo.

Não revelou prontamente a tendência dos Vasa para a cólera e a violência pessoais, mas ela apareceu no gosto pela guerra. Herdara do pai a Guerra de Kalmar, com a Dinamarca; travou-a com ardor, mas achou que ela o estava conduzindo para um caminho errado e, em 1613, deu à Dinamarca um milhão de táleres em troca da paz e da passagem livre dos navios suecos pelos estreitos e o Sound. A essa altura de sua carreira, achava-se mais interessado em manter a Rússia fora do Báltico. "Se em qualquer tempo" — escreveu à sua mãe — "a Rússia... viesse a ter conhecimento de sua própria força, ela poderia não só atacar a Finlândia [então parte da Suécia] por ambos os lados, como, também, reunir uma esquadra de tal ordem, no Báltico, que poria em perigo nossa pátria."[6] Mandou seu mais habilidoso general, Jacob de la Gardie, conquistar a Íngria e, em 1615, ele mesmo sitiou Pskov. A resistência dos russos inquietou-o, mas, ameaçando aliar-se à Polônia, Gustavo convenceu o Czar Miguel Romanov a assinar uma paz (1617), na qual reconhecia o controle sueco da Livônia, da Estônia e do noroeste da Íngria, incluindo o que é hoje Leningrado. Por ora a Rússia estava bloqueada no Báltico. Gustavo vangloriou-se de, sem o consentimento da Suécia, a Rússia não poder lançar um só barco no mar.

Voltava, agora, sua atenção para a Polônia, cujo rei, Sigismundo III, ainda reivindicava o trono sueco. O catolicismo, nessa ocasião, estava vitorioso na Polônia e ansioso por outra oportunidade de conquistar a Suécia; além disso, a Polônia, com grandes portos em Dantzig, Memel, Libau e Riga, era então um concorrente mais forte que a Rússia ao domínio do Báltico. Em 1621, Gustavo conduziu 158 navios e 19.000 ho-

mens para o cerco de Riga, através de cujo porto passava a terça parte das exportações da Polônia. Sua população era na maior parte protestante e, talvez, não se opusesse a um governante luterano. Quando a cidade capitulou, Gustavo tratou-a com clemência, a fim de conseguir-lhe a adesão à sua causa. Durante uma trégua de três anos com a Polônia, fortaleceu o espírito e a disciplina de seu exército e, à semelhança de Cromwell, seu contemporâneo, fez da piedade um instrumento de moral marcial. Estudou a arte militar de Maurício de Nassau e aprendeu como vencer campanhas através de movimentos ligeiros e uma estratégia perspicaz. Mandou vir peritos da Holanda para instruírem seus soldados na tática dos cercos e no uso da artilharia. Em 1625, atravessou novamente o Báltico, conquistou Dorpat, confirmou o domínio da Suécia sobre a Livônia e fechou completamente o mar Báltico à Lituânia. Um ano depois, seus exércitos dominaram a Prússia Oriental e Ocidental, feudos da coroa polonesa; somente Dantzig resistiu. As regiões conquistadas tornaram-se províncias da Suécia, os jesuítas foram expulsos, a religião luterana passou a ser a oficial. Toda a Europa protestante olhava agora para Gustavo como um possível salvador na grande guerra que, então, estava devastando a Alemanha.

Nos intervalos de paz, Gustavo Adolfo enfrentara, com menos talento do que na guerra, os problemas da administração interna. Durante sua ausência deixou o governo aos nobres e, para garantir sua fidelidade, permitiu-lhes que monopolizassem os cargos e comprassem da Coroa vastas propriedades por pouco dinheiro. Apesar disso, achou tempo para estabilizar as finanças, reorganizar os tribunais, os serviços postais, os hospitais e a assistência aos pobres. Criou escolas livres, fundou a Universidade de Dorpat e fez ricas doações à Universidade de Upsala. Incentivou a mineração e a metalurgia, e não constituiu fator sem importância para seus êxitos o fato de a Suécia dispor de materiais e habilidade para a fabricação de armamentos. Desenvolveu o comércio exterior concedendo monopólios e deu privilégios à Companhia Sueca dos Mares do Sul. Seu ministro Oxenstierna, conhecido por sua calma em momentos críticos, admirou-se com a energia do seu soberano. "O rei" — disse — "controla e conduz minas, comércio, fábricas e costumes, da mesma maneira que um timoneiro pilota seu barco."[7] Pediu a Gustavo que esfriasse. "Se fôssemos tão frios quanto vós, congelaríamos" — respondeu o rei. "Se fôssemos tão quentes quanto Vossa Majestade — replicou o ministro — "nós calcinaríamos."[8]

Agora, a febre de entrar na Guerra dos Trinta Anos consumia esse cavaleiro sueco. "Todas as guerras da Europa acham-se ligadas umas às outras" — disse.[9] Ele notara com profunda ansiedade as vitórias de Wallenstein, o avanço dos exércitos Habsburgos no norte da Alemanha, o colapso da resistência dinamarquesa e a aliança da católica Polônia com a Áustria católica; logo o poderio dos Habsburgos procuraria controlar o Báltico, e o comércio, a religião e a vida dos suecos ficariam à mercê do império e do papado. No dia 20 de maio de 1629, Gustavo enviou à dieta sueca uma advertência sobre o plano de Wallenstein de fazer do Báltico um mar Habsburgo. Recomendou a ofensiva como a melhor defesa, e pediu à nação que apoiasse e financiasse sua entrada no Armagedon que estava prestes a decidir o destino das teologias. Os suecos já estavam fortemente sobrecarregados com as suas campanhas, mas a dieta e o povo atenderam a seu pedido. Com o auxílio de Richelieu, Gustavo persuadiu a Polônia a uma trégua de seis anos (setembro de 1629). Despendeu nove meses reu-

nindo navios, provisões, tropas e aliados. No dia 30 de maio de 1630, dirigiu à dieta uma eloqüente e tocante oração de despedida, como se adivinhasse que não mais reveria a Suécia. Em 26-28 de junho suas forças desembarcaram em uma ilha ao longo da costa da Pomerânia, e Gustavo partiu para a glória e para a morte.

3. *Rainha Cristina: 1632-54*

Gustavo Adolfo nomeou para regente um dos mais hábeis estadistas daquela época tão cheia de gênios, o Conde Axel Oxenstierna, pois sua filha, herdeira do trono, era ainda uma criança de quatro anos. Cristina descreveu-o mais tarde: "Estudara muito na sua mocidade, continuando a fazê-lo em meio às suas atividades. Sua capacidade e seu conhecimento dos negócios e interesses do mundo eram muito grandes; conhecia os pontos fortes e fracos de cada estado europeu.... Era ambicioso, porém fiel e incorruptível, além disso um pouco vagaroso e fleumático também".[10] Tinha fama de ser calado; mas não dizer coisa alguma, especialmente quando se fala, é metade da arte da diplomacia. Durante dois anos governou bem a Suécia enquanto Gustavo combatia em campos estrangeiros. Depois, como regente de Cristina, dirigiu os exércitos da Suécia na Alemanha tão bem quanto os negócios internos, e nenhum país na Europa, naqueles 12 anos, teve melhor governo. Em 1634, traçou uma "Forma de Governo" especificando a composição, os poderes e os deveres de cada departamento na administração; é esse o primeiro modelo de constituição escrita que se conhece.

Em 1644, Cristina, já então com 18 anos, assumiu o controle. Ela mesma sentia-se apta para dirigir aquela vibrante nação, cuja população atingira um milhão e meio de almas; e realmente possuía toda a capacidade de um varão precoce. "Vim ao mundo" — declarou — "toda armada de cabelos; minha voz era forte e severa. Isso fez com que as mulheres pensassem que eu fosse um menino e dessem expansão a seu júbilo com exclamações que, a princípio, enganaram o rei."[11] Gustavo acolheu a descoberta do verdadeiro sexo da filha como um cavalheiro, passando a amá-la tão carinhosamente que parecia inteiramente satisfeito de tê-la como herdeira de seu poder; mas a mãe, Maria Eleonora de Brandeburgo, nunca a perdoou por ter nascido mulher. Talvez essa rejeição materna tivesse contribuído para fazer de Cristina a figura de um homem, tanto quanto lhe permitia o físico. Descuidava-se conscientemente de sua aparência, desprezava os ornamentos, praguejava como homem, gostava de usar roupas masculinas, praticava esportes masculinos, galopava velozmente, caçava fantasticamente bem e acertava na presa logo ao primeiro tiro; mas "Nunca matei um animal sem que sentisse pena dele".[12]

A despeito de tudo isso, tinha certos encantos femininos. Pierre Huet, depois bispo de Avranches, relatou (1653): "O rosto dela é fino e belo, seus cabelos, dourados, seus olhos, cintilantes.... Traz gravada no seu rosto a modéstia, que demonstra ao ruborizar-se ante uma palavra atrevida".[13] "Não suporta a idéia de casar-se, porque nasceu livre e quer morrer livre" — informou o confessor jesuíta do embaixador espanhol.[14] Parece que achava o coito, para a mulher, uma forma de sujeição; e, indubitavelmente, como Elizabeth da Inglaterra, sabia que seu esposo haveria de desejar

ser rei. Conhecia perfeitamente seus defeitos e os reconhecia corajosamente. "Eu era desconfiada, suspeitosa e ambiciosa em excesso. Era exaltada, altiva e impaciente, insolente e satírica. Era impiedosa no ataque. Era muito incrédula e pouco devota."[15] Entretanto, ela era generosa até à extravagância e fiel a suas tarefas. "Ela dorme apenas três ou quatro horas" — disse o jesuíta. — "Quando acorda, lê durante cinco horas.... Não bebe coisa alguma, apenas água; nunca a ouviram falar de suas refeições, se estavam bem ou mal preparadas.... Assiste regularmente às sessões do conselho.... Durante os 28 dias em que esteve acometida de uma febre, não descurou os negócios de Estado.... Os embaixadores só tratam com ela, sem jamais serem encaminhados ao secretário ou ao ministro."[16]

Queria rivalizar não só com os jovens, nos esportes, e com os cortesãos, na política, como também com os sábios, em cultura; e, com estes, não só em línguas e literatura, mas também em ciência e filosofia. Aos 14 anos, conhecia o alemão, o francês, o italiano e o espanhol; aos 18, o latim; mais tarde estudou grego, hebraico e árabe. Lia e amava os poetas franceses e italianos, e invejava a brilhante vivacidade da civilização francesa. Correspondia-se entusiasticamente com eruditos, cientistas e filósofos de diversos países. Formou uma esplêndida biblioteca, onde havia, inclusive, manuscritos antigos e raros que estudantes procedentes de muitas nações vinham consultar. Por ocasião de sua morte, *connaisseurs* ficaram impressionados com o fino gosto por ela demonstrado na aquisição de quadros, estátuas, peças esmaltadas, gravuras e antigüidades. Reunia cientistas como quem reunia obras de arte; gostava de ter a sua volta pânditas e pensadores; atraiu à sua corte Claudius Salmasius, Isaac Vossius, Hugo Grotius, Nicolaas Heinsius, e a todos recompensou prodigamente. Os letrados que não podiam ir à corte enviavam-lhe seus livros e peãs — Scarron, Guez de Balzac, Mlle. de Scudéry; e o grave Milton, embora a tachasse de Salmasius, declarou-a "apta para governar não só a Suécia mas o mundo".[17] Pascal enviou-lhe sua máquina de calcular com uma carta singularmente bela, cumprimentando-a por ser uma rainha no reino do espírito e também da administração.[18]

Sua penúltima paixão foi a filosofia. Correspondia-se com Gassendi que, à semelhança de centenas de outros, felicitou-a pelo fato de ter realizado o sonho de Platão de reis-filósofos. René Descartes, o preeminente filósofo da época, veio, viu e maravilhou-se por ouvi-la deduzir que suas idéias prediletas provinham de Platão.[19] Quando ele procurou convencê-la de que todos os animais são mecanismos, ela observou que nunca vira seu relógio gerar relogiozinhos.[20] Outras coisas mais sobre isso veremos depois.

Cristina não se esqueceu dos talentos nativos. A Suécia possuía um verdadeiro polímata: Georg Stjernhjelm, lingüista, jurista, cientista, matemático, historiador, filósofo, pai da poesia sueca e figura central da vida intelectual sueca nesse período. Gustavo Adolfo admirava-o tanto que o elevou ao pariato; Cristina fê-lo poeta da corte até que ele se juntou aos inimigos dela.[21]

Atraída pelas teorias pedagógicas de Jan Comenius, trouxe-o a Estocolmo para reformar o sistema de ensino da Suécia. Como Elizabeth em Oxford e Cambridge, visitou Upsala a fim de, com sua presença, encorajar mestres e alunos da universidade; lá ouviu Stjernhjelm e outros discursarem sobre o texto hebraico do Antigo Testamento. Construiu um colégio em Dorpat, e deu-lhe uma biblioteca; fundou seis ou-

tros colégios; transformou em universidade o colégio que seu pai criara em Abo (Turku), na Finlândia. Enviou estudantes ao estrangeiro para estudar, alguns à Arábia, para conhecerem a cultura oriental. Importou tipógrafos holandeses para que organizassem uma casa editora em Estocolmo. Instou junto aos cientistas suecos para escreverem na língua vernácula, a fim de que o conhecimento pudesse se espalhar entre o povo. Ela foi indubitavelmente um dos governantes mais esclarecidos da história.

Tinha ela idéias próprias, ou era o receptáculo indiscriminado das correntes intelectuais que adejavam a sua volta? O testemunho unânime é de que, no governo, tinha suas próprias idéias, tomava suas próprias decisões e legislava tão bem quanto governava.[22] Veremos, em capítulo posterior, como vetou a política marcial de Oxenstierna, trabalhou pela paz e auxiliou a pôr fim à Guerra dos Trinta Anos. Suas fragmentárias memórias são vigorosas e fascinantes. As máximas que deixou em manuscritos nada têm de banais. Por exemplo:

> Mede-se alguém pela sua capacidade de amar.
> Os tolos são mais temíveis que os velhacos.
> Desiludir os homens é o mesmo que ofendê-los.
> O mérito extraordinário é um crime jamais perdoável.
> Há uma estrela que une as almas de primeira grandeza, embora os séculos e as distâncias as separem.
> Precisa-se de mais coragem para casar do que para ir à guerra.
> O homem se eleva acima de tudo quando não mais estima ou teme coisa alguma.
> Aquele que perde a calma com o mundo aprendeu tudo o que sabe sem que isso lhe adiante alguma coisa.
> A filosofia não modifica os homens nem os corrige.[23]

No fim, após experimentar uma dezena de filosofias, talvez após deixar de ser cristã, tornou-se católica. Foi acusada de ter-se embebido do ateísmo de seu médico Bourdelot.[24] Um historiador sueco, cujas palavras Voltaire repetiu,[25] achava que a conversão dela tinha sido uma farsa consciente: segundo essa teoria, ela chegara à conclusão de que, uma vez que não se podia conhecer a verdade, podia-se muito bem adotar a religião que mais atraísse o coração e o senso estético,[26] e desse maior conforto ao povo. Mas a conversão ao catolicismo é, quase sempre, uma reação sincera após um ceticismo extremado; o misticismo pode cavar seu poço nas profundezas da dúvida. Havia elementos místicos em Cristina; em suas memórias, ela se dirige intimamente a Deus. A crença é uma roupagem protetora; privar-se completamente dela é apresentar uma nudez intelectual que anseia por ser vestida e aquecida. E que maior calor que o da roupagem colorida e sensível do catolicismo da França e da Itália? "Como se pode ser cristão sem ser católico?"[27] — indagou ela.

Cristina refletiu bastante sobre a questão e sobre as muitas complicações que a conversão envolvia. Se abandonasse o luteranismo, deveria, de conformidade com as leis do reino e de seu amado pai, abandonar não só seu trono como também seu país. Que fim indigno seria a mudança de fé para aquela heróica defesa paterna da Europa protestante! Estava, porém, farta de suas obrigações oficiais, das arengas de pregadores e conselheiros e da pedante trivialidade dos eruditos, antiquários e historiadores. E talvez a Suécia estivesse cansada dela. Sua transmissão das terras da Coroa e seus caríssimos presentes aos seus favoritos empobreceram e consumiram suas rendas. A

maioria dos nobres coligaram-se contra sua política. Em 1651, houve uma tentativa de rebelião; os líderes foram logo executados,[28] mas sobreviveu um ativo ressentimento. E por fim, ela estava doente. Prejudicara sua saúde, provavelmente devido a muito trabalho e estudo. Freqüentemente sofria de febres perigosas, com sintomas de inflamação nos pulmões. Desmaiava muitas vezes, e ocasiões havia em que ficava inconsciente durante uma hora. Em 1648, no decorrer de uma grave enfermidade, diz ela que "fiz uma promessa de abandonar tudo e tornar-me católica se Deus me preservasse a vida".[29] Era uma alma mediterrânea a tiritar de frio no norte invernoso. Sonhava com os céus da Itália e os salões da França. Como seria agradável unir-se às mulheres cultas que estavam começando a exercer sua extraordinária função de alimentar o intelecto da França! Se ela pudesse levar consigo uma fortuna substancial...

Em 1652, enviou secretamente a Roma um *attaché* da embaixada portuguesa para pedir aos jesuítas que fossem à Suécia, a fim de discutir teologia católica com ela. Eles chegaram disfarçados. Sentiram-se desencorajados ante algumas perguntas que ela lhes fez: se haveria realmente uma Providência, se a alma sobreviveria ao corpo, se havia efetivamente alguma distinção entre o bem e o mal se omitíssemos completamente a idéia de utilidade. Então, quando eles estavam prontos a deixá-la como perdida, ela os animou: "Que pensaríeis se eu estivesse mais próxima de tornar-me católica do que imaginais?". "Ouvindo isso" — declarou um dos jesuítas — "sentimo-nos como homens que retornaram da morte."[30]

Tornar-se católica antes de abdicar era legalmente impossível. Mas antes de abdicar desejou proteger o caráter hereditário da monarquia sueca, persuadindo a dieta a ratificar a escolha de seu primo, Carlos Gustavo, como seu sucessor. As negociações processaram-se com lentidão, e Cristina só pôde abdicar a 6 de junho de 1654. A cerimônia final foi quase tão comovente quanto a abdicação de Carlos V, noventa e nove anos antes. Ela tirou a coroa da cabeça, despojou-se de todas as insígnias reais e de seu manto de rainha, postou-se diante da dieta num simples vestido de seda branca e despediu-se de seu país e de seu povo numa alocução que arrancou lágrimas aos velhos e taciturnos nobres e aos fleumáticos burgueses. O conselho providenciou para que ela tivesse uma renda futura, e permitiu-lhe conservar os direitos de rainha sobre sua comitiva.

Deixou Estocolmo, ao cair da noite, cinco dias depois de sua abdicação; deteve-se em Nyköbing para uma última visita a sua mãe, passou dois dias sem dormir, acometida de pleurisia, recuperou-se e prosseguiu viagem para Halmstad. De lá escreveu a Gassendi, concedendo-lhe uma pensão e enviando-lhe uma corrente de ouro. Nessa ocasião, recebeu uma proposta de casamento do recém-coroado Carlos X; recusou-a cortesmente. Depois, disfarçada em homem e com o nome de Conde Dohna, tomou um navio para a Dinamarca, ignorando que ainda haveria de exercer um papel na história durante 35 anos mais.

III. A POLÔNIA VAI A CANOSSA: 1569-1648

A Polônia também, nessa época, fez as pazes com a Igreja de Roma, e é instrutivo observar como o catolicismo recuperou rapidamente nesse reino quase todo o terreno

que perdera com a Reforma. Mas observemos antes, à nossa maneira resumida, o fundo político da evolução cultural.

1. O Estado

O período começa com uma notável realização na política. A sudeste da Polônia ficava o grão-ducado da Lituânia, que era governado por seus próprios duques e se estendia do Báltico a Odessa e ao mar Negro, atravessando Kiev e a Ucrânia. O crescimento do poderio russo ameaçava a Lituânia com a perda de sua autonomia. Embora seu cristianismo ortodoxo grego se harmonizasse largamente com o da Rússia, a Lituânia relutantemente decidiu que uma fusão com a Polônia católica romana preservaria melhor sua autonomia do que um abraço do urso russo. Sigismundo II marcou seu reinado assinando a histórica União de Lublin (1º de julho de 1569). A Lituânia reconheceu o rei da Polônia como seu grão-duque, enviou delegados seus ao Sejm (Dieta), em Varsóvia, e aceitou essa dieta, ou parlamento, como seu governo em todas as relações com o exterior; manteve, porém, sua própria religião, suas próprias leis e seu próprio controle sobre seus negócios internos. A Polônia, assim aumentada, ficou então com uma população de 11.000.000 de habitantes, que se estendia de Dantzig a Odessa, de mar a mar. Era, inquestionavelmente, uma das grandes potências.

A morte de Sigismundo II (1572), sem deixar herdeiro do sexo masculino, trouxe o fim à dinastia Jagelão, que se iniciara em 1386 e dera à Polônia uma série de reis criativos e uma civilização caracterizada pela tolerância religiosa e cultura humanística. Os nobres sempre se ressentiram da monarquia hereditária como uma violação de sua liberdade e seus direitos feudais; resolveram, pois, manter o poder nas próprias mãos, tornando a monarquia eletiva; fundaram uma república de nobres e tornaram os futuros reis da Polônia servos do Sejm. Como o Sejm incluía não só os grandes nobres ou magnatas mas também a pequena nobreza (*szlachta*), parecia que o plano concretizava o ideal aristotélico de um governo composto de elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos em mútuo controle e equilíbrio. No contexto da época, porém, a nova constituição significava uma reação feudal, uma fragmentação da autoridade e da liderança, enquanto a Suécia e a Rússia, concorrentes da Polônia no Báltico, transformavam-se em unidades marciais através de monarquias hereditárias com o privilégio de pensarem em termos de gerações. Toda eleição real tornava-se agora um leilão de votos dos nobres para quem, entre os candidatos rivais, geralmente financiados por potências estrangeiras, fizesse o lance mais alto. Assim, agentes franceses, pela distribuição pródiga de presentes, compraram a coroa da Polônia para o degenerado Henrique de Valois (1573) — apenas para chamá-lo de volta, um ano mais tarde, para governar mal a França como Henrique III.

A dieta eleitoral redimiu-se quando, após um caótico interregno, elegeu Estêvão Báthory como rei (1575). Como príncipe da Transilvânia fizera um nome para si na política e na guerra. Seus agentes em Varsóvia prometeram que, se fosse eleito rei, ele pagaria a dívida nacional, daria 200.000 florins ao tesouro, recuperaria todo território que a Polônia perdera para a Rússia e sacrificaria sua vida no campo de batalha, se necessário, pela honra e glória da Polônia. Quem haveria de resistir a tal proposta?

Enquanto alguns nobres ricos apoiavam a candidatura de Maximiliano II da Áustria, sete mil membros da dieta eleitoral clamaram por Báthory. Ele avançou com 2.500 soldados, conquistou muitos corações ao casar-se com Ana Jagelão, chefiou um exército contra Dantzig (que se recusara a reconhecê-lo) e obrigou o altivo porto a pagar uma multa de 200.000 florins ao tesouro nacional.

Mesmo assim os nobres não tinham certeza se gostavam do novo rei, com seus olhos vivamente penetrantes, seu espírito realista, seus bigodes assustadores e barba imponente. A ele não agradavam pompas e cerimônias, vestia-se com simplicidade, usava pintas no rosto e tinha na carne e no repolho seus pratos favoritos. Quando pediu recursos para uma campanha contra a Rússia, concederam-lhe com relutância uma verba insuficiente. Confiando em subsídios da Transilvânia, avançou com pequeno exército e sitiou Pskov, então a terceira cidade em tamanho da Rússia. Ivan IV, apesar de Terrível para seu povo, sentiu-se demasiado velho para enfrentar tão vigoroso adversário. Solicitou a paz, cedeu a Livônia à Polônia e permitiu que a Rússia ficasse isolada do Báltico (1582). Quando Ivan morreu (1584), Báthory propôs a Sisto V conquistar toda a Rússia, uni-la à Polônia, expulsar os turcos da Europa e fazer toda a Europa Oriental prestar obediência ao papado. O papa não opôs objeções, mas em meio aos laboriosos preparativos para essa cruzada Báthory morreu (1586). Quando ele cessou de perturbá-la, a Polônia reconheceu-o como um de seus maiores reis.

Após um ano de barganhas, a dieta deu o trono a Sigismundo III, que, como herdeiro da coroa sueca, poderia unir os dois países para controlar o Báltico e conter a expansão da Rússia. Metade de seu reinado — conforme vimos — foi consumida em esforços vãos para firmar sua autoridade e a da fé católica na Suécia. A súbita morte de Boris Godunov (1605), mergulhando a Rússia num caos indefeso, proporcionou a Sigismundo outra oportunidade. Sem consultar o Sejm, anunciou sua candidatura ao trono moscovita e avançou com um exército contra a Rússia. Enquanto passou dois anos sitiando Smolensk, seu general Estanislau Zolkiewski derrotou os russos em Klushino, marchou rumo a Moscou e persuadiu a nobreza russa a aceitar Ladislau, filho de Sigismundo, como seu rei (1610). Mas Sigismundo repudiou esse arranjo; ele é que devia ser o czar, não seu filho. Tendo finalmente conquistado Smolensk (1611), marchou em direção a Moscou. Nunca a alcançou, pois o inverno sustou-lhe o demorado avanço. Seus soldados, que não haviam recebido o soldo, rebelaram-se, e em dezembro de 1612 — dois séculos antes de Napoleão — seu exército retirou-se da Rússia para a Polônia, em meio a desordem e sofrimento. Tudo que restou daquelas dispendiosas campanhas foi a posse de Smolensk e Severski e uma forte infusão de influência polonesa na vida russa.

O restante do reinado de Sigismundo foi uma sucessão de guerras desastrosas. Sua aliança com os Habsburgos envolveu-o, para satisfação do imperador, em dispendiosa luta com os turcos, na qual a Polônia conseguiu salvar-se somente graças à habilidade de seus generais e à coragem de suas tropas. Gustavo Adolfo aproveitou-se das circunstâncias de a Polônia achar-se preocupada no sul para invadir a Livônia; a Paz de Altmark (1629) deixou a Suécia senhora da Livônia e do mar Báltico. Sigismundo morreu falido em 1632.

A dieta deu a coroa a seu filho, pois Ladislau IV, que contava então 37 anos, demonstrara seu valor como general e conquistara muitos amigos graças a seu caráter

franco e alegre. Ele ofendeu o papa, tolerando o protestantismo na Polônia e a Igreja Ortodoxa Grega na Lituânia; e em Thorn (Toruń), permitiu um pacífico debate público entre clérigos católicos, luteranos e calvinistas (1645). Incentivou a arte e a música, comprou quadros de Rubens e tapeçarias de Gobelin, fundou o primeiro teatro permanente polonês e encenou óperas italianas. Correspondeu-se com o aprisionado Galileu, e convidou para sua corte o sábio protestante Grotius. Morreu (1648) justamente quando uma grande revolta dos cossacos ameaçava a vida do Estado polonês.

2. *A Civilização*

A economia polonesa era ainda medieval. O comércio interno estava então na fase dos mascates; o comércio com o exterior limitava-se, em grande parte, a Dantzig e Riga; a classe dos mercadores era insignificante quanto à riqueza, e raramente era admitida no Sejm. Os nobres controlavam a dieta, o rei e a economia. As grandes propriedades eram cultivadas por camponeses sujeitos a regulamentos feudais, em certos aspectos mais severos que os dos domínios feudais da França medieval. O nobre proprietário fazia ele mesmo os regulamentos, e, por meio de seus próprios soldados, obrigava o seu cumprimento. Proibia aos seus rendeiros de deixarem sua jurisdição sem seu consentimento; transferia-os de um lugar para outro; aumentava ou diminuía, a seu bel-prazer, as terras deles; exigia-lhes, anualmente, vários dias de trabalho sem remuneração; obrigava-os a comprar e vender somente dele e para ele; forçava-os a comprar dele, todos os anos, certa quantidade de cerveja de má qualidade; podia recrutar seus filhos para servi-lo na paz ou na guerra. Legalmente, eles eram livres; podiam ter e legar propriedade; mas o padre jesuíta Skarga descreveu-os como escravos.[31]

A vida era principalmente rural. Os nobres reuniam-se em Varsóvia para votarem a vontade coletiva, mas viviam em suas propriedades, onde caçavam, brigavam, amavam, realizavam festas, eram liberalmente hospitaleiros uns para com os outros e preparavam-se para a guerra. Os casamentos eram arranjados pelos pais; a moça raramente era consultada, e raramente opunha resistência; supunha-se que o amor gerado pelo casamento e o parentesco era mais duradouro que o casamento gerado pelo amor. As mulheres eram modestas e industriosas. Mantinha-se firmemente a moralidade sexual; não temos notícias de casos de amor fora do casamento antes do século XVIII.[32] Os homens, em vez de as mulheres, moldavam os costumes, à exceção de Cecília Renata, que, casando com Ladislau IV em 1637, renovou a influência italiana, importada, em tempos anteriores, por clérigos e artistas; e Luísa Maria de Gonzaga — com quem ele se casou em 1648 — que levou consigo uma onda de costumes franceses e de conversação que durou até o século XX. As danças polonesas tinham uma graça sóbria que, em 1647, levou um francês a falar com admiração da *polonaise*.

A arte polonesa não manteve o passo dado por Veit Stoss em Cracóvia, no ano de 1477. As esplêndidas tapeçarias de Sigismundo II foram tecidas em Flandres. Arquitetos e escultores, vindos da Itália, ergueram os monumentos a Sigismundo, Báthory e Ana Jagelão na catedral de Cracóvia, as igrejas barrocas dos jesuítas em Cracóvia

e Nieświez, bem como a célebre Coluna de Sigismundo III em Varsóvia. A pintura decaiu sob o ataque dos protestantes às imagens religiosas; Martin Kober, porém, pintou um revelador retrato de Báthory.

A educação, da mesma maneira que as artes gráficas, sofreu em virtude dos tumultos religiosos. A Universidade de Cracóvia sofreu momentânea decadência; mas Báthory fundou a Universidade de Wilno (1578), e os jesuítas criaram, em Cracóvia, Wilno, Poznań, Riga e em outros lugares colégios tão excelentes que muitos protestantes davam preferência a eles para a formação intelectual e moral de seus filhos. Melhor ainda era a escola unitária, de Rakow, que atraiu para seus cursos mil estudantes de todos os credos. Jan Zamojski, o chanceler humanista de Báthory, organizou em Zamość uma nova universidade dedicada especialmente ao currículo clássico.

A literatura era abundante. A controvérsia religiosa, muitas vezes rude em epítetos, era polida na forma; assim, Estanislau Orzechowski, que defendia o catolicismo, portava-se em seus escritos com violenta intolerância, porém "num polonês maravilhoso, que está entre os melhores de nosso país".[33] Igualmente notável pelo seu estilo foi *O Cortesão Polonês* (1566), de Lukasz Gornicki, uma adaptação do *Cortegiano*, de Castiglione. O jesuíta Pedro Skargo sobressaiu na prosa e no verso, na educação e na política. Deixou a reitoria da Universidade de Wilno para ser, durante 24 anos, o Bossuet da Polônia, como o principal pregador da corte real; e denunciou com destemor a corrupção que via à sua volta. Predisse que uma nação, a menos que evoluísse para uma forma de governo mais estável e centralizada, cairia como presa nas mãos de potências estrangeiras; mas exigiu a criação de uma monarquia responsável, cujo poder fosse limitado e contido pela lei. A poesia de Jan Kochanowski permaneceu insuperável em seu próprio campo e idioma até o século XIX, e ainda é popular hoje em dia. Ele atingiu o ápice de sua inspiração em sua trenodia à sua filha Úrsula, morta em pleno encanto da infância.

O conflito de credos perturbou toda a cultura polonesa dessa época. Na primeira metade do século XVI, o protestantismo parecia destinado a conquistar a Polônia, assim como a Alemanha e a Suécia. Muitos nobres passaram para suas fileiras em atitude de rebelião contra a autoridade do rei e a corrupção dos sacerdotes, e como meio de se apropriarem dos bens da Igreja.[34] Sigismundo II outorgou uma ampla tolerância religiosa. Um ano após sua morte, uma comissão da dieta elaborou (28 de janeiro de 1573) a "Aliança de Varsóvia", garantindo liberdade religiosa a todos os *dissidentes de religione*, sem exceção. Posta em votação, encontrou oposição por parte dos membros episcopais da dieta, mas foi aprovada unanimemente por 98 membros leigos, incluindo 41 católicos.[35] Representa um marco importante na história da tolerância religiosa, pois, anteriormente, nenhuma proclamação oficial fora tão longe. Sob essa ampla proteção, floresceu uma variedade de seitas: luteranos, calvinistas, zuinglianos, anabatistas, irmãos da Boêmia, antitrinitários. Em 1579, Faustus Socinus chegou à Polônia e começou a organizar uma igreja nos moldes unitários; a populaça de Cracóvia arrancou-o de sua casa, destruiu sua biblioteca e tê-lo-ia matado se o reitor católico da universidade não tivesse corrido em seu auxílio (1598).[36] Os calvinistas uniram-se aos luteranos para exigirem a expulsão dos "socinianos" da Polônia. Em 1638, a dieta ordenou o fechamento das escolas unitárias e, em 1658, baniu a seita do país. Eles fugiram para a Transilvânia, Hungria, Alemanha, Holanda, Ingla-

terra e, por fim, para a América, quando encontraram sua mais forte expressão na figura de Emerson.

A intolerância do povo, a pedagogia jesuíta, a disciplina católica e a política real juntaram-se ao sectarismo protestante para destruir o protestantismo na Polônia. As novas seitas lutavam entre si com o mesmo vigor com que se opuseram ao antigo credo. Os camponeses apegavam-se à antiga fé, por ser antiga; tinha ela a seu favor a vantagem da tradição. Quando os reis — Báthory e Sigismundo III — cerraram fileiras em torno dela, muitos protestantes convertidos ou seus filhos acharam agradável fazer a paz com a Igreja. E o fato de a maioria dos alemães na Polônia ser protestante ajudou o catolicismo, emprestando-lhe um sentimento nacionalista. E a Igreja cooperou ativamente com esses auxílios extrínsecos ao reivindicar a Polônia para o papado. Ela enviou alguns de seus diplomatas mais sutis e jesuítas mais empreendedores para conquistarem a adesão dos reis, das mulheres e das crianças, e até dos próprios nobres protestantes. Estadistas eclesiásticos, como o Cardeal Estanislau Hosius e o Bispo Giovanni Commendone, advertiram os reis de que não se poderia assentar uma ordem social, moral ou política sobre as bases instáveis e conflitantes dos credos protestantes. Os jesuítas provaram ser hábeis na defesa das antigas incredibilidades contra as novas. Entrementes, o clero católico submeteu-se aos decretos do Concílio de Trento, entregando-se a uma rigorosa e admirável reforma.[37]

Os católicos enfrentaram também um problema. A união da Lituânia à Polônia colocou a Igreja Ortodoxa Grega num perturbador contato com a Igreja Romana. Seus credos diferiam ligeiramente, mas os ofícios religiosos ortodoxos empregavam o ritual eslavo, e sacerdotes ortodoxos tinham esposas. Em 1596, Jan Zamojski, através da União de Brześć (Brest Litovsk), organizou um grupo intermediário de clérigos e leigos, numa igreja uniata, que aderiu ao casamento clerical e ao rito eslavo, aceitando, porém, o credo romano e a supremacia papal. Os líderes católicos romanos esperavam que essa acomodação levasse, gradativamente, as comunhões grega e russa a prestarem obediência ao papa; a nova Igreja, contudo, encontrou ardente resistência, e seu arcebispo em Polock foi assassinado pela populaça ortodoxa.

Durante todo o século XVI, os reis poloneses continuaram a adotar um espírito de tolerância mais adiantado que em qualquer outro país cristão, mas a população católica voltou freqüentemente à velha política de violentas hostilidades. Atacou, em Cracóvia, uma igreja protestante, e exumou cadáveres de protestantes, espalhando-os ao redor dos seus túmulos (1606-7). Destruiu outra igreja em Wilno e espancou — dizem alguns que matou — os ministros (1611). Em Poznań, incendiou uma igreja luterana e arrasou um conventículo dos irmãos da Boêmia.[38] O clero católico não participou dessas demonstrações teológicas populares, mas tirou proveito delas. Todas as circunstâncias conspiravam a favor da velha Igreja e, por volta de 1648, sua vitória foi completa.

IV. A SANTA RÚSSIA: 1584-1645

1. O Povo

"Basta contemplar um mapa-múndi para que nos amedrontemos ante o destino da Rússia" — disse Nadiezdin em 1831. Já em 1638, ela atingira o Pacífico pela Sibé-

ria e, ao longo do Volga, o mar Cáspio; mas não, ainda, o mar Negro — donde muitas guerras. A população era de apenas 10.000.000 de almas em 1571.[39] O solo poderia facilmente ter alimentado esses milhões, mas uma cultura descuidada fez com que se esgotasse fazenda após fazenda, e os camponeses se mudassem para novos campos.

Essa tendência migratória parece ter contribuído para implantar a servidão. A maioria dos arrendatários recebia adiantamentos dos proprietários de terras boiardos para limpar, equipar e plantar em suas fazendas; e pagavam cerca de 20 por cento de juros sobre tais empréstimos;[40] muitos deles, impossibilitados de resgatar suas dívidas, tornavam-se servos dos donos de terras, pois uma lei de 1497 tornava escravo do seu credor o devedor insolvente, até o resgate do débito. Para escapar a essa servidão, alguns camponeses fugiam para os acampamentos cossacos, no sul; outros adquiriam a liberdade ao concordarem em cultivar regiões novas e difíceis — e assim povoou-se a Sibéria; alguns emigravam para as cidades, para se juntarem aos artesãos ou trabalharem nas minas ou nas indústrias metalúrgicas ou de munições, ou, ainda, para trabalharem com negociantes ou mascatearem mercadorias nas ruas. Os proprietários de terras queixavam-se de que o abandono das fazendas pelos arrendatários — geralmente deixando dívidas por pagar — desorganizava a produção agrícola e os impossibilitava de pagar os crescentes impostos exigidos pelo Estado. Em 1581, Ivan o Terrível, com o propósito de assegurar uma cultura contínua, proibiu os arrendatários de sua classe administrativa (os *oprichniki*) de deixarem suas terras sem consentimento dos proprietários. Conquanto essa classe especial estivesse então deixando de existir, a escravidão, assim estabelecida, continuou a vigorar nas suas propriedades, sendo exigida de seus locatários por parte dos nobres e do clero, que possuíam a maior parte das terras na Rússia. Em 1648, a maioria dos camponeses russos estava reduzida de fato, senão de direito, a condição de servo preso à terra.[41]

A Rússia ainda estava presa ao barbarismo. Os modos eram grosseiros, a limpeza era um luxo raro, a alfabetização era um privilégio de classe, a educação era primitiva, e a literatura consistia, em grande parte, de crônicas monacais, homilias de sacerdotes ou textos litúrgicos. Dos 500 livros publicados na Rússia, no período de 1613 a 1682, quase todos eram religiosos.[42] A música exerceu notável papel na religião e no lar, e a arte era serva da fé ortodoxa. Os arquitetos construíram igrejas abauladas, com capelas, absides e bulbosos domos, como a igreja da Virgem do Don, em Moscou. Pintores adornaram igrejas e monastérios com afrescos — a maioria agora cobertos — ou iconóstases mais ricos em imaginação pictórica do que em habilidade artística,[43] como na igreja do Milagre de São Miguel, em Cracóvia. Em 1600, a pintura de ícones cessara de ser uma arte e passara a ser uma indústria, produzindo peças estereotipadas, em grande escala, para os lares piedosos. O mais importante produto artístico do período foi a torre do sino de Ivã Viliki (João o Grande), com 100 metros de altura, erguida por um arquiteto alemão na Praça do Kremlin (c.1600) como parte do programa de obras públicas de Boris Godunov, destinado a aliviar o desemprego.

Nas pitorescas igrejas, esplendorosas em seus ornamentos luxuosos, calculadamente sombrias, hipnóticas com suas solenes cerimônias e sonoros cânticos e orações, o clero ortodoxo amoldava o povo à piedade, à obediência e à humilde esperança. Raramente uma religião cooperou tão intimamente com o governo. O czar dava o exem-

plo de fiel observância religiosa e caridade para com a Igreja; em retribuição, a Igreja investia-o de temível santidade, fazendo de seu trono um altar inviolável e inculcando submissão e culto a ele como uma obrigação devida a Deus. Boris Godunov criou o patriarcado de Moscou independente do de Constantinopla (1598); e durante quase um século o metrópolita de Moscou competiu com o czar em majestade, às vezes até desafiando-lhe o poder. Quando chegou a Moscou (1594) uma embaixada do Papa Clemente VIII para propor a união das igrejas Ortodoxa e Latina sob o papado, Boris rejeitou o plano com desdém. "Moscou é agora" — disse ele — "a verdadeira Roma ortodoxa"; e obrigou que a ele próprio dedicassem orações, na qualidade de "o único governante cristão sobre a terra".[44]

2. *Boris Godunov: 1584-1605*

Boris, contudo, era de fato apenas o governante. O czar era Feodor I Ivanovich (1584-1598), o abúlico filho de Ivan IV o Terrível, e o último da linhagem dos Rurik. Feodor, que vira o irmão mais velho morrer sob o golpe demoníaco do pai, permitira que lhe quebrassem a própria vontade; abrigou-se dos perigos palacianos na devoção à religião; e seu povo, embora o chamasse um santo, reconhecia que lhe faltava pulso de ferro para governar os homens. Ivan IV nomeara um conselho para orientar o jovem; um dos seus membros, Boris Godunov, cunhado de Feodor, tornou-se figura preponderante e passou a ser o governante do reino.

Ivan IV, com a última de suas sete esposas, tivera outro filho — Dimitri Ivanovich — que, em 1584, tinha apenas três anos. Para proteger a criança de intrigas outras que não as suas, o conselho enviou o menino e sua mãe para Uglich, a aproximadamente 200 quilômetros ao norte de Moscou, onde deveriam residir. Lá, em 1591, o jovem czaréviche morreu, em circunstâncias ainda não determinadas. Uma comissão chefiada pelo Príncipe Vasili Shuiski (membro do conselho) seguiu para Uglich, a fim de investigar o caso; relatou que o menino cortara sua garganta em um ataque epiléptico; mas a mãe de Dimitri afirmou que ele fora assassinado por ordem de Godunov.[45] A culpabilidade de Boris jamais foi estabelecida, e alguns historiadores a contestam.[46] A mãe do czaréviche foi obrigada a tomar o véu, e seus parentes foram expulsos de Moscou. Acrescentou-se o nome de Dimitri ao calendário dos santos ortodoxos e ele foi temporariamente esquecido.

À semelhança de Ricardo III da Inglaterra, Boris governou de modo mais brilhante como regente do que mais tarde no trono. Embora lhe faltasse uma educação formal e talvez fosse analfabeto, tinha uma capacidade sagaz, e parece que trabalhou com seriedade para enfrentar os problemas da vida russa. Reformou a administração interna, reprimiu a venalidade judiciária, favoreceu as classes média e inferior, empreendeu obras públicas para dar emprego aos citadinos pobres, suavizou a sorte e as obrigações dos servos e — diz uma crônica coeva — era "amado por todos os homens".[47] Desfrutou do respeito e da confiança das potências estrangeiras.[48] Quando o Czar Feodor I morreu (1598), Zemski Sobor, ou assembléia nacional, em sua unanimidade, pediu a Godunov que aceitasse a coroa. Aceitou-a com tímidos protestos de desmerecimento, mas há suspeitas de que a assembléia tivesse sido preparada por seus

agentes. Vários nobres, ressentidos por sua proteção à plebe,[49] contestaram seu direito ao trono e conspiraram para depô-lo. Boris prendeu alguns, exilou outros e obrigou Feodor Romanov (pai do primeiro czar Romanov) a tornar-se monge. Vários elementos do grupo derrotado morreram tão providencialmente para Boris, que ele foi acusado de os ter mandado assassinar. Então, vivendo de suspeitas e receios, espalhou espiões por toda parte, deportou suspeitos, confiscou-lhes as propriedades e condenou homens e mulheres à morte. Sua antiga popularidade declinou, e as fracas colheitas de 1600-04 deixaram-no sem apoio da populaça faminta contra as persistentes intrigas da nobreza.

Certa trama tornou-se célebre na história, na literatura e na música. Em 1603, apareceu na Polônia um jovem alegando ser o supostamente morto Dimitri, legítimo herdeiro do trono de Feodor Ivanovich. Boris, com bons motivos,[50] identificou-o como Grishka Otrepieff, um monge secularizado que servira à família dos Romanov. Os poloneses, temendo a expansão da Rússia, ficaram satisfeitos ao descobrirem em seu meio, disponível para seu uso, um pretendente à coroa da Moscóvia; rejubilaram-se mais quando "Dimitri" desposou uma jovem polonesa e uniu-se à Igreja de Roma. O Rei Sigismundo III, que acabara de assinar (1602) uma trégua de 20 anos com a Rússia, foi conivente com o recrutamento de voluntários poloneses por Dimitri. Os jesuítas esposaram calorosamente a causa do pretendente. Em outubro de 1604, Dimitri atravessou o Dnieper com quatro mil homens, inclusive exilados russos, mercenários alemães e cavaleiros poloneses. A nobreza russa, dizendo-se neutra, deu-lhe secretamente apoio; camponeses fugitivos uniram-se às forças então em marcha; o povo faminto, ansioso por ser enganado, aceitou sem delongas o novo Dimitri e empunhou sua bandeira como o símbolo da legítima monarquia e de suas desesperadas esperanças. Enquanto a ruidosa e esperançosa multidão avançava do oeste para Moscou, os cossacos, sempre prontos para uma refrega, precipitaram-se do sul. O movimento transformou-se em revolução.

Boris, considerando isso uma invasão por parte da Polônia, enviou seu exército em direção ao ocidente. Este derrotou um destacamento das forças de Dimitri, mas deixou escapar o resto. Em seus aposentos, no Kremlin, as notícias que Godunov recebia só se referiam à multidão que engrossava e avançava, ao descontentamento que se generalizava, aos brindes que os boiardos, mesmo em Moscou, erguiam à saúde de Dimitri, que eles anunciavam ao povo como o santo czaréviche escolhido por Deus para ser o czar. Subitamente, após dúvidas e sofrimentos mais conhecidos de Pushkin e Mussorgsky que da história, Boris morreu (13 de abril de 1605). Ele recomendara seu filho, Feodor, aos cuidados do Patriarca Basmanov e dos boiardos; mas o sacerdote e os nobres aderiram ao pretendente. O filho e a viúva de Godunov foram mortos, e, em um delírio de êxtase nacional, o "Falso Dimitri" foi aclamado e coroado Czar de Todas as Rússias.

3. *"Tempos Tumultuosos": 1605-13*

O novo czar não foi mau governante como é costume dos reis. Não se impunha pela estatura, não era atraente de rosto, mas sabia manejar uma espada e andar a ca-

valo como um boiardo de nascimento. Tinha um espírito perspicaz e dotado, alocução expressiva, modos cordiais e uma simplicidade natural que chocava o protocolo da vida palaciana. Surpreendeu seus auxiliares pela assiduidade na administração, e seu exército por instruí-lo pessoalmente. Sua superioridade sobre os que o cercavam era consciente e manifesta. Exprimia francamente seu desdém pela rudeza e pelo analfabetismo dos boiardos; propôs-se enviar os filhos dos nobres para serem educados no Ocidente; planejou importar professores para criarem colégios em Moscou. Ridicularizava os costumes russos e não dava atenção ao ritual ortodoxo; deixava de saudar as imagens dos santos, jantava sem antes espargir água benta sobre a mesa, comia carne de vitela, que era considerada ritualmente impura. Ocultou — talvez jamais tivesse levado a sério — sua conversão ao catolicismo, mas trouxe para Moscou sua esposa polonesa católica, escoltada por frades franciscanos e um legado papal; em sua própria *entourage* havia poloneses e jesuítas. Gastava muito livremente as rendas do tesouro, duplicando o soldo dos oficiais do exército e aquinhoando os amigos com propriedades confiscadas à família Godunov. Irrequieto e marcial, projetou uma campanha contra o cã da Criméia; e praticamente declarou-lhe guerra, ao enviar ao governante muçulmano um casaco de pele de porco. Quando quase desguarneceu Moscou de soldados, a fim de mandá-los para o sul, os boiardos temeram que estivesse abrindo a capital para uma invasão polonesa.

Algumas semanas depois da ascensão de Dimitri, uma facção de boiardos, sob o comando de Shuiski, conspirou para depô-lo. Shuiski confessou que o reconhecera como herdeiro do trono simplesmente para desembaraçar-se de Godunov; agora era necessário colocar o instrumento de lado, e entronizar um verdadeiro boiardo.[51] Dimitri descobriu a conspiração e mandou prender os chefes. Ao invés de executá-los sumariamente, como a tradição exigia, permitiu que fossem julgados pela Zemski Sobor — cujos membros, pela primeira vez, foram eleitos dentre todas as classes e categorias. Quando a Zemski Sobor condenou Shuiski e outros à morte, ele comutou a pena, exilando-os, e, após cinco meses, permitiu que os exilados regressassem. Muitos dos que o julgaram filho de Ivan o Terrível acharam que essa clemência não ortodoxa lançava dúvidas sobre sua ascendência real. Os conspiradores perdoados renovaram sua conspiração; a família Romanov, que Dimitri cumulara de benefícios, tomou parte na conspiração. No dia 17 de maio de 1606, Shuiski e seus seguidores invadiram o Kremlin com seus partidários armados. Dimitri defendeu-se bem, matando vários dos atacantes com suas próprias mãos, mas foi vencido e assassinado. Seu corpo foi exposto na praça de execuções; colocaram sobre seu rosto uma máscara obscena e na sua boca uma flauta; queimaram-lhe depois o corpo, e um canhão atirou suas cinzas aos ventos, a fim de desencorajar outras ressurreições.

Vitoriosos, os boiardos proclamaram Shuiski Czar Vasili IV. Ele se comprometeu a não condenar pessoa alguma à morte, e a não confiscar propriedades sem o consentimento da Duma — a assembléia dos boiardos; jurou solenemente, na catedral de Uspenski, "que nenhum mal será praticado contra homem algum sem o consentimento do conselho" — isto é, da Zemski Sobor, a assembléia de todas as classes. Tais garantias, apesar de muitas vezes violadas, constituíram um passo histórico na evolução do governo da Rússia.

Elas não conseguiram apaziguar aqueles amplos setores da população que lamenta-

vam a deposição de Dimitri. Irrompeu uma rebelião no norte; surgiu um segundo falso Dimitri como seu chefe, e Sigismundo III da Polônia deu-lhe apoio não oficial. Shuiski solicitou ajuda a Carlos IX, da Suécia, inimigo de Sigismundo; Carlos enviou uma força sueca para a Rússia; Sigismundo declarou guerra à Rússia; seu general Zolkiewski conquistou Moscou. Shuiski foi deposto (1610), levado para Varsóvia e forçado a tornar-se monge. Uma facção de boiardos concordou em reconhecer Ladislau, filho de Sigismundo, um jovem de 14 anos, como czar, sob a condição de ser mantida a independência da Igreja Ortodoxa e de o exército polonês auxiliar os nobres a subjugarem a revolta social que estava ameaçando o governo aristocrático na Rússia.

A revolta era, sobretudo, um repúdio religioso e patriótico a um czar polonês. Hermógenes, patriarca ortodoxo de Moscou, proibiu o povo de prestar juramento de fidelidade a um soberano católico romano. Os poloneses prenderam-no; ele morreu logo depois em sua cela, mas sua proclamação tornou impossível o governo de Ladislau. Os líderes religiosos concitaram o povo a expulsar os poloneses como hereges católicos romanos. O governo parecia dissolver-se, enquanto a Rússia caía em tumulto. Um exército sueco dominou Novgorod e propôs um príncipe sueco para o trono russo. Camponeses, no norte e no sul, e cossacos, no sul, repudiaram Ladislau e instalaram seu próprio governo nas províncias. Quadrilhas de salteadores saquearam aldeias e cidades, torturando todos os que resistissem. Desorganizou-se a agricultura, a produção de alimentos caiu, as vias de comunicação tornaram-se perigosas, a fome aumentou e em alguns distritos a população recorreu à carne humana para poder alimentar-se.[52] Uma turba de rebeldes invadiu Moscou e, em meio à confusão, a maior parte da cidade foi reduzida a cinzas (19 de março de 1611). A guarnição polonesa retirou-se para o Kremlin e esperou em vão que Sigismundo viesse em seu socorro.

Em Nizhni Novgorod, um açougueiro, Kosma Minin, organizou outro exército de rebeldes, inspirado pela devoção à fé ortodoxa. Pediu a cada família que renunciasse a uma terça parte de seus bens, a fim de ser financiado um ataque contra a capital; o que foi feito. Mas o povo seguiria apenas um chefe de linhagem. Minin convidou o Príncipe Dimitri Pozharski para servir como general. Ele aceitou o convite, e o novo exército marchou contra Moscou em meio a jejuns e orações. Lá chegando, sitiou a guarnição polonesa no Kremlin. Esta resistiu até ficar reduzida a comer ratos e homens e a ferver manuscritos gregos para o preparo de caldo de sopa; depois, capitulou e fugiu (22 de outubro de 1612). Esse ano foi, durante muito tempo, comemorado pelos russos como o ano da libertação; e quando, dois séculos depois, os franceses foram expulsos de Moscou, os vitoriosos russos ergueram em sua capital, novamente incendiada, um monumento a Minin e a Pozharski, o açougueiro e o príncipe que lhes deram tão heróico exemplo em 1612.

Pozharski e o Príncipe Dimitri Troubetskoy convidaram, entre os leigos e os clérigos de todas as religiões do império, representantes para participarem de um conselho que deveria eleger o novo governante. Várias famílias boiardas mexeram seus respectivos pauzinhos; prevaleceu finalmente a dos Romanov; o conselho elegeu Miguel Romanov, então com apenas 15 anos, e a população de Moscou, reunida e preparada às pressas, aclamou-o czar (21 de fevereiro de 1613). O povo, tendo salvado o Estado, devolveu-o humildemente à nobreza.

O novo governo reprimiu a revolta e a desordem social, confirmou e prolongou

o regime de servidão, pacificou os suecos cedendo-lhes a Íngria e assinou uma trégua de 14 anos com a Polônia. A trégua libertou do longo cativeiro o pai de Miguel, Feodor Romanov, que Boris forçara a tornar-se o monge Filareto. Miguel fê-lo patriarca de Moscou e acolheu-o como um conselheiro tão poderoso que o povo chamou Filareto de "o Segundo Czar". Sob o governo conjunto de pai e filho, a despeito de muitas revoltas e guerras, a Rússia conseguiu, após uma geração de tumultos, uma paz instável e insatisfeita. Os Tempos Tumultuosos (*Smutnoe Vremia*), que começaram com a morte de Boris, terminaram com a ascensão de Miguel; e este, por sua vez, começou a dinastia dos Romanov, que governaria a Rússia até 1917.

CAPÍTULO XX

O Desafio Islâmico

1566-1648

I. OS TURCOS

EM meio aos conflitos internos, políticos ou teológicos, da cristandade, alguns pensadores preocupavam-se com a aparente neutralidade com que a Providência encarava a grande luta entre o cristianismo e o maometismo. Essa fé fora expulsa da Espanha, mas o *Daru'l-Islam* ("o mundo do Islam) ainda era imenso. Incluía a Indonésia e o norte da Índia; com efeito, esta foi a época da brilhante dinastia mogol maometana, em Delhi (1526-1707). Abrangia o Afeganistão, grande parte da Ásia Central e todo o Irã, onde, nesse período, a arte persa exibia o crepúsculo de sua glória. A oeste da Pérsia, o reino muçulmano era o Otomano, ou Império Turco, cuja extensão só era rivalizada pela do império espanhol. Mantinha sob seu domínio toda a costa do mar Negro, controlava a foz do Danúbio, do Dneiper e do Dniester, e ajudava seus aliados — os cãs tártaros — a dominar a Criméia e a foz do Don. Abrangia a Armênia, a Ásia Menor, a Síria, a Arábia — todo o Oriente Próximo. Nele estavam as mais famosas cidades do mundo antigo e medieval: Babilônia, Nínive, Bagdá, Damasco, Antioquia, Tarso, Esmirna (Izmir), Nicéia (Iznik), Meca e Jerusalém, onde, com a permissão dos muçulmanos, os cristãos faziam suas devoções no túmulo de Cristo. No Mediterrâneo oriental, o império turco mantinha em seu poder as grandes ilhas de Chipre, Rodes e Creta. O norte da África era predominantemente muçulmano desde o mar Vermelho ao Atlântico: o Egito era governado por paxás nomeados pelos sultões; Trípoli, Tunísia, Argélia e Marrocos eram governados por dinastias maometanas, cuja submissão aos sultões variava inversamente à distância que as separava de Constantinopla. Esta foi a época da dinastia sa'diana (1550-1668) no Marrocos, quando Marrakech, sua capital, fervilhava com o comércio e brilhava com a arte. Na Europa, o poderio otomano estendia-se desde o Bósforo, atravessando a Hélade (geralmente incluindo Atenas e Esparta), os Bálcãs e a Hungria, até a uma distância de aproximadamente 150 quilômetros de Viena; através da Dalmácia até às portas de Veneza; através da Bósnia e da Albânia para, num salto, transpor o Adriático e chegar à Itália papal. Lá, e na sitiada Viena, o grande debate não era entre protestantes e católicos, mas

entre o cristianismo e o islamismo. Dentro desse cordão muçulmano a cristandade vivia a sua dividida vida.

Por mais a oeste que o Islam se estendesse, ele se conservou oriental. Constantinopla era uma janela aberta para a Europa, mas as raízes otomanas eram profundas demais na Ásia para permitirem que a orgulhosa Turquia macaqueasse o Ocidente. Em certas partes do mundo muçulmano, o calor do deserto ou dos trópicos destruía a vitalidade do espírito; as distâncias despovoadas desencorajavam o comércio; os homens não agiam tão aquisitivamente quanto os europeus ocidentais; cultivavam a imobilidade, e se contentavam mais facilmente. As artes imutáveis do Islam eram aprimoradas, mas requeriam tempo e critério e não se prestavam a uma indústria em grande escala. As caravanas eram pacientes, mas não podiam competir com as frotas comerciais de Portugal, Espanha, Inglaterra e Países Baixos, as quais se serviam de todas as rotas marítimas até às Índias; contudo, alguns portos do Mediterrâneo — o de Esmirna, por exemplo — prosperaram com a transferência de mercadorias entre navios e caravanas. A religião maometana inspirava nos homens bravura na guerra, mas um enervante fatalismo na paz; embalava-os com danças daroesas e sonhos místicos; e apesar de ter permitido, em seus primórdios, o estudo das ciências, afugentava agora a filosofia, transformando-a em um escolasticismo pedante e estéril. Os ulemás — doutores-teólogos que escreviam as leis com base no Corão — orientavam as crianças na observância da fé ortodoxa e providenciavam para que a Idade da Razão não erguesse a cabeça no mundo muçulmano. Lá, no conflito entre a religião e a filosofia, venceu a religião.

Além disso, o islamismo realizou fáceis conquistas nos países apresados à cristandade. Em Constantinopla, Antioquia e Alexandria, a Igreja Cristã Oriental mantinha ainda patriarcas, se bem que a população cristã estivesse decrescendo rapidamente. Na Ásia Menor, os armênios, e, no Egito, os coptas permaneceram cristãos; mas, em geral, na Ásia, na África e nos Bálcãs, a massa do povo passara para o maometismo. As razões, provavelmente, eram de ordem prática: se permanecessem cristãos seriam excluídos dos cargos públicos, pagariam apreciável tributo em vez de prestarem serviço militar e, de cada dez filhos, teriam que entregar um para ser educado como um janízaro muçulmano para o exército ou para a burocracia.

Por outro lado, os cristãos no Islam gozavam de uma tolerância religiosa que nenhum governante cristão sonharia conceder aos maometanos em seu estado. Em Esmirna, por exemplo, os muçulmanos tinham 15 mesquitas, os cristãos sete igrejas e os judeus sete sinagogas.[1] Na Turquia e nos Bálcãs, a Igreja Ortodoxa Grega era protegida pelas autoridades turcas contra qualquer perturbação em seu culto.[2] Pepys era de opinião que a maior parte da Hungria se entregou aos turcos porque teria mais liberdade religiosa sob um governo otomano que sob o governo de imperadores católicos.[3] Isso certamente foi verdade no tocante aos cristãos heterodoxos. "Os calvinistas da Hungria e da Transilvânia, bem como os unitários deste último país" — relatou Sir Thomas Arnold — "preferiam submeter-se aos turcos a cair nas mãos da fanática Casa dos Habsburgos", e "os protestantes da Silésia olhavam esperançosos para a Turquia e, de bom grado, ter-se-iam submetido ao jugo muçulmano em troca da liberdade religiosa."[4] Mais extraordinário ainda é o juízo de importante autoridade cristã em história moderna da Grécia:

> Muitos gregos de grande talento e caráter íntegro mostravam-se tão sensíveis à superioridade dos maometanos que, mesmo quando escapavam do recrutamento para a casa do sultão como crianças tributáveis, abraçavam voluntariamente a fé de Maomé. É de se admitir que a superioridade da sociedade otomana nas questões morais pesasse nos motivos determinantes dessas conversões... tanto quanto a ambição dos indivíduos.[5]

É difícil avaliar essa "superioridade moral" dos otomanos do século XVII. Tavernier, que em 1631-33, 1638-48 e depois, viajou e comerciou em terras muçulmanas, relatou: "A Turquia está repleta de ladrões que se reúnem em verdadeiros bandos e tocaiam mercadores nas estradas".[6] Os turcos eram conhecidos por sua calma benevolência; mas a mesma religião, que, na paz, dominava seus impulsos não sociais, lançava-os violentamente na guerra contra os "infiéis". Sancionava a escravização dos cristãos capturados e promovia incursões escravistas nos países cristãos próximos às suas fronteiras[7]; mas em número e crueldade o comércio turco de escravos ficava muito aquém das incursões escravistas cristãs na África negra. A indulgência sexual era aparentemente mais abundante e exacerbada no Islam que na cristandade, se bem que, em geral, se mantivesse dentro dos limites ordeiros da poligamia. A sociedade turca era quase exclusivamente masculina e, como não se permitiam ligações do homem com a mulher fora do lar, os homens se entregavam a relações de amizade homossexuais, platônicas ou físicas. O lesbianismo floresceu no zenana[8].

Entre uma ampla minoria havia um vida intelectual muito ativa, se bem que circunscrita. O índice de alfabetização na Turquia européia, no século XVII, era provavelmente maior que na cristandade. Podemos avaliar a abundância da literatura a partir de uma bibliografia que Hajji Khalfah compilou (1648) contendo mais de 2.500 títulos nos idiomas árabe, turco e persa. Havia centenas de volumes sobre teologia, jurisprudência, ciências, medicina, retórica, biografia e história[9]. Proeminente entre os historiadores foi Ahmed ibn Maomé, cuja *História das Dinastias Maometanas da Espanha* freqüentemente alimentou nossa história; conhecemo-lo principalmente por al-Maqqari, assim chamado por ser este o nome de sua aldeia natal, na Argélia. A maioria de seu livro é composta de trechos transcritos ou abreviados de narrativas anteriores; é, contudo, uma produção notável para sua época, pois compreende não só política e guerras, mas também costumes, leis, mulheres, músicas, literatura e medicina, e o registro da crônica da vida com detalhes expressivos e anedotas humanizantes.

Quase todo turco instruído escrevia poesias, e (como no Japão) os governantes concorriam entusiasticamente nesse passatempo. Mehmet Suleiman Oglou, mais melodiosamente conhecido como Fuzuli, compôs os mais belos versos de amor daquela época; soam tolamente na fraca tradução inglesa disponível, mas podemos depreender seu pensamento: que as mulheres de Bagdá eram afetuosas, agradáveis e suaves no trato, tímidas e delicadas até à submissão. Mahmud Abdu'l Baqi (falecido em 1600), o maior dos poetas líricos otomanos, depois de ser o cantor favorito de Suleyman, o Magnífico, continuou a cantar durante 34 anos depois da morte de seu patrono. Nefi, de Erzurum (falecido em 1635), escreveu sátiras mordazes, uma das quais deve ter atingido Alá, pois, quando Murad IV a estava lendo, um raio caiu aos pés reais; o sultão rasgou o volume e baniu o poeta de Constantinopla. Foi logo chamado de novo; mas uma outra sátira feriu o Vizir Beyram Paxá, que mandou decapitá-lo.[10]

A arte otomana ainda produzia obras-primas. A mesquita de Ahmed I foi erguida, em 1610, para dominar a capital com seus seis sublimes minaretes, sua série de bulbosos domos, as maciças colunas estriadas de seu interior, seus arcos com mosaicos, grandiosas inscrições e brilhantes ornamentos. Cinco anos depois, Ahmed dedicou à sua esposa favorita a bela mesquita de Yeni-Validé-Jamissi. Duas majestosas mesquitas foram acrescentadas a Damasco nesse período; e, em Adrianópolis, o incomparável arquiteto Sinan — que projetara a mesquita de Suleyman — construiu para Selim II um templo que alguns classificam acima de qualquer outro de Constantinopla.

Nenhuma civilização ultrapassou o Islam na fabricação de azulejos artísticos. Vide, por exemplo, os da mesquita de Ahmed I, ou, ainda mais belos, os que adornam a entrada do mausoléu de Selim II, próximo à Santa Sofia: buquês de flores azuis e brancas em campo de folhagens e ramagens verdes, azuis e vermelhas; flores verdadeiras não seriam mais belas e, talvez, invejassem essa permanência. Nesse período, Iznik — onde 13 séculos atrás Constantino presidira o histórico concílio que fixou o credo cristão — era famosa por seus esplêndidos azulejos; há disso provas convincentes no Museu Metropolitano de Arte.

A pintura de miniaturas, na Turquia, lembrava a da Pérsia, da qual dentro em pouco trataremos. A caligrafia gozava de tão elevada reputação (reza a história que uma linha manuscrita por Mir Imad foi vendida por uma peça de ouro ainda ao tempo em que ele vivia)[11] que nenhum livro foi impresso na Turquia antes de 1728. Nos tecidos, os turcos também foram discípulos dos persas; mas não cederam seu lugar a ninguém em excelência. Os tapetes turcos não eram tão delicados na textura, tão complexos nos desenhos e tão ricos em cores como os persas; ocupam, no entanto, elevada posição na história dessa arte. Já no século XV, os tapetes turcos haviam conquistado renome no Ocidente, pois vemo-los nas pinturas de Mantegna e, depois, nas de Pinturicchio, Paris Bordone e Holbein. Muitas mansões Tudor eram adornadas com eles; mesmo o audaz Cromwell possuía 22 deles;[12] e encontramo-los reproduzidos nas tapeçarias de Gobelin, ilustrando a vida de Luís XIV. O Ocidente estava aprendendo que o Oriente possuía sua arte e também seus canhões.

II. LEPANTO

Os governantes do Ocidente, porém, deviam levar em consideração os canhões, pois os sultões otomanos haviam anunciado sua intenção de tornar maometana toda a Europa. O poderio humano e a riqueza de seu espalhado reino deram-lhes o maior e o mais bem equipado exército na Europa. Só de janízaros havia mais de 50.000. Talvez a salvação do Ocidente e do cristianismo estivesse na própria imensidão do império otomano; as distâncias eram demasiado grandes para que os recursos espalhados pudessem ser encaminhados a determinado ponto. E os sultões, embora constituíssem uma dinastia mais duradoura (1288-1922) que qualquer família de governantes cristãos, estavam decaindo em conseqüência das oportunidades do harém e da confiança no governo de vizires transitórios, cuja insegurança no poder tentava-os a amortecer sua queda acumulando riquezas.

É o caso de Selim II, que sucedeu Suleyman o Magnífico em 1566. Ele era um vadio dissoluto, cujo único lampejo de gênio foi confiar a administração e a política

a seu inteligente vizir, Maomé Sokolli. Os ataques dos turcos ao Sacro Império Romano foram interrompidos; o Imperador Maximiliano II comprou a paz com um tributo anual de 30.000 ducados, e Sokolli voltou-se para um alvo mais próximo. A Arábia preservara religiosamente sua independência, mas agora (1570) fora conquistada para a Sublime Porta. O mar Egeu ainda continuava pontilhado de possessões venezianas, dificultando as frotas e o comércio turcos; Lala Mustafá foi enviado contra Chipre com 60.000 homens. Veneza apelou às potências cristãs para que a auxiliassem; somente o papa e a Espanha responderam a seu apelo. Pio V não esquecera que, em 1566, uma frota turca ameaçara Ancona, o porto e a fortaleza do papado no Adriático. Filipe II sabia que os mouros da Espanha, sofrendo com seus golpes, solicitaram ajuda ao sultão (1569), e que seus emissários tiveram acolhida favorável. A situação diplomática era clara. O imperador não participaria da guerra contra a Turquia, pois acabara de assinar um tratado de paz e, por uma questão de honra, ou segurança, não poderia rompê-lo. A França opunha-se a qualquer plano que pudesse aumentar o poder ou o prestígio da Espanha, e cultivava a amizade dos turcos como um auxílio contra o imperador. A Inglaterra temia que um compromisso com Filipe a deixasse à mercê da Espanha católica em caso de vitória. Veneza receava que a vitória levasse para o Adriático o poderio da Espanha e, com isso, pusesse fim ao monopólio veneziano sobre esse mar. Pio V trabalhou arduamente durante um ano para vencer essas hesitações; viu-se obrigado a consentir que Veneza e a Espanha se servissem das rendas eclesiásticas; finalmente, as três potências (20 de maio de 1571) uniram-se numa Liga Sagrada e prepararam-se para a guerra.

Durante essas negociações, o ataque dos turcos contra Chipre fora levado a efeito com grandes perdas para ambas as partes. Nicósia foi conquistada após um cerco de 45 dias; de seus habitantes, 20.000 foram passados à espada. Famagusta resistiu durante quase um ano; quando caiu (6 de agosto de 1571), seu heróico defensor, Marcantonio Bragadino, foi esfolado vivo, e sua pele, enchida com palha, foi enviada a Constantinopla como troféu.

Assim atiçada, a Liga Sagrada reuniu suas forças. Savóia, Florença, Parma, Lucca, Ferrara, Urbino e Gênova — a antiga inimiga de Veneza — contribuíram com navios e homens. Em Nápoles, Don Juan da Áustria recebeu do cardeal de Granvelle o pavilhão da nau-capitânia em solene cerimônia. No dia 16 de setembro, depois de os marinheiros e soldados receberem a eucaristia das mãos dos jesuítas e capuchinhos adidos à expedição, a armada partiu de Messina, passou pelo bico e o calcanhar da bota da Itália, atravessou o canal de Otranto e rumou para a ilha de Corfu. Lá chegaram notícias dos massacres e das atrocidades ocorridas quando da queda de Chipre. A sede de vingança animou as tripulações, e, quando Don Juan deu ordem de avançar para a batalha, gritos de *"Vittoria! Vittoria! Viva Cristo!"* ergueram-se da esquadra.

No dia 7 de outubro de 1571, a armada atravessou o golfo de Patras e entrou no golfo de Corinto. Lá, ao largo do porto de Lepanto, aguardava-a a esquadra turca com 222 galeras, 60 pequenos navios, 750 canhões, 34.000 soldados, 13.000 marinheiros e 41.000 remadores. Os cristãos dispunham de 207 galeras, seis galeaças venezianas com canhões pesados, 30 barcos pequenos, 1.800 canhões, 30.000 soldados, 12.900 marinheiros e 43.000 remadores.[13] A armada cristã levava um estandarte de Cristo crucificado; os turcos levavam o estandarte do sultão, ostentando o nome de Alá bor-

dado a ouro. A ala direita das forças cristãs cedeu ante os turcos, mas a esquerda, sob o comando dos venezianos, opôs forte resistência e realizou um ataque disciplinado, e a artilharia das galeaças matou milhares de turcos. Don Juan ordenou que sua nau-capitânia avançasse em direção à do almirante otomano, Muesinade Ali. Quando os dois barcos se encontraram, 300 veteranos espanhóis subiram a bordo da galera turca; um monge capuchinho conduziu o assalto, acenando-lhes com um crucifixo; decidiu-se a batalha quando a nave foi capturada e a cabeça decapitada de Ali foi içada sobre sua própria nau-capitânia.[14] Ruiu o moral dos turcos. Quarenta de seus navios escaparam, mas 117 foram capturados e 50 outros foram postos a pique ou incendiados. Mais de oito mil turcos morreram na batalha e 10.000 foram aprisionados, e a maioria destes foi distribuída entre os vencedores como escravos. Cerca de 12.000 escravos cristãos, que remavam nas galeras turcas, foram libertados. Os cristãos perderam 12 galeras e 7.500 homens, mortos em combate, entre eles membros das mais antigas e ilustres famílias da Itália. Foi, inquestionavelmente, a maior batalha naval dos tempos modernos. Cervantes, que estava entre os 7.500 cristãos feridos, descreveu-a como "o mais memorável acontecimento jamais visto, quer no passado quer no presente, e que talvez jamais tenha paralelo no futuro".*[15]

Deve ter sido a batalha mais decisiva da história moderna, mas a exaustão dos remadores, os danos sofridos pela esquadra vitoriosa e a violenta tempestade que se desencadeou impediram uma perseguição aos turcos. Surgiram divergências entre os cristãos, no tocante aos louros da vitória e à distribuição dos despojos. Como a Espanha contribuíra com metade dos navios e das despesas, Veneza com um terço e o papado com um sexto, dividiu-se a presa de guerra proporcionalmente. Repartiram-se os prisioneiros turcos na mesma proporção; Filipe II recebeu 3.600 escravos acorrentados, e do quinhão do papa, a título de honorários, foram concedidos a Don Juan 174 escravos.[16] Alguns líderes cristãos quiseram conservar como escravos os cristãos que foram libertados das galeras turcas, mas Pio V proibiu-o.[17]

Toda a Europa católica exultou à chegada da notícia do triunfo. Veneza enfeitou-se com grinaldas e arte; homens beijavam-se uns aos outros quando se encontravam nas ruas; Ticiano, Tintoretto e Veronese pintaram grandes quadros representando a batalha, e Sebastiano Veniero, comandante veneziano, foi festejado durante vários dias e noites e, por fim, eleito doge. Roma, onde, desde que a armada partiu de Messina, clérigos e leigos passaram diariamente muitas horas entregues a ardentes orações, rompeu em *Te Deums* de alegria e alívio; e Pio V, o organizador da vitória, quase canonizou Don Juan, aplicando a ele as palavras do Evangelho: "Houve um homem enviado por Deus, cujo nome era João" (João, I, 6). Celebraram-se missas, queimaram-se fogos de artifício e houve salvas de artilharia. O papa pediu aos vencedores que reunissem outra esquadra; suplicou aos governantes da Europa que se aproveitassem da oportunidade, unindo-se numa grande cruzada para expulsarem os turcos do continente e da Terra Santa. Apelou ao xá da Pérsia e ao xeque Mutahat, da Arábia Feliz, para que se juntassem aos cristãos no ataque aos otomanos.[18] Mas a França, desconfiando da Espanha, propôs ao sultão, logo depois da batalha de Lepanto, uma aliança

* A aproximadamente 150 quilômetros a noroeste, nas proximidades de Actium — Áccio —, no atual golfo de Arta, Otávio, com 400 navios de guerra, arrebatara de Antônio e Cleópatra, e de suas 500 belonaves, no dia 2 de setembro de 31 a.C., a supremacia no antigo mundo mediterrâneo.

contra Filipe II.*[19] Informações recebidas sobre essa proposta contribuíram com outros fatores para dissuadir Filipe de nova empresa contra a principal força turca. Achava-se ele às voltas com disputas com a Inglaterra e com a confusão que Alba estava fazendo nos Países Baixos; ressentia-se da insistência veneziana em monopolizar o comércio no Adriático e temia que outra vitória sobre os turcos revigorasse o periclitante império veneziano e o fortalecesse como rival da Espanha. Pio V, esgotado com a vitória e a derrota, morreu no dia 1º de maio de 1572, e a Liga Sagrada morreu com ele.

III. O DECLÍNIO DOS SULTÕES

Entretanto, os turcos, com uma energia que desanimou o Ocidente, construíram outra esquadra, tão grande quanto a que fora quase destruída. Decorridos oito meses após Lepanto, uma flotilha turca de 150 navios percorria os mares à cata da armada cristã, demasiado desorganizada para aventuras fora de seus portos. Encorajada por todos para que continuasse a guerra, mas sem o auxílio de quem quer que fosse, Veneza celebrou a paz com a Sublime Porta (7 de março de 1573), não apenas cedendo Chipre como também pagando ao sultão uma indenização que cobria o custo da conquista da ilha. Os turcos perderam a batalha mas ganharam a guerra. Sua distância do enfraquecimento se demonstra pela confiante proposta feita por Sokolli a Veneza (1573) de, caso ela se juntasse à Turquia na guerra contra a Espanha, ajudá-la na conquista do Reino de Nápoles, como substancial compensação pela perda de Chipre. Veneza recusou a proposta como um convite à Turquia para o domínio da Itália e da cristandade. Em outubro, Don Juan renovou sua glória conquistando Túnis para a Espanha; mas, decorrido um ano, os turcos, então com uma esquadra de 250 navios, reconquistaram a cidade e massacraram os espanhóis que se haviam estabelecido lá há pouco tempo; e por boa medida, atacaram as costas da Sicília. Selim II morreu em 1574, mas Sokolli prosseguiu na administração e na guerra.

É um problema para os filósofos o fato de os historiadores verem que o poderio dos otomanos declinou no reinado de Murad III (1574-95), que amava os filósofos. Mas ele amava as mulheres também e teve 103 filhos, se bem que não de igual número de esposas. Sua esposa favorita — "Baffo", a escrava veneziana — escravizou-o com seus encantos, interferiu nos negócios de Estado e aceitou subornos para usar de sua influência. Sokolli teve sua autoridade minada e, quando provocou uma fanática oposição da populaça ao propor a construção de um observatório em Istambul, foi assassinado (1579), provavelmente a mando de Murad. Sobreveio o caos. A moeda sofreu grande depreciação; os janízaros amotinaram-se por serem pagos em moeda vil; o suborno corroeu a burocracia, um paxá vangloriou-se de haver subornado o sultão. Murad entregou-se aos prazeres venéreos, e suas orgias o mataram.

"Baffo" exerceu sobre seu filho Maomé III (1595-1603) quase a mesma influência que exercera sobre o pai. Ele começou seu reinado à maneira ortodoxa, assassinando

* Em 1536, a França obtivera as primeiras "capitulações" dos turcos, renovadas em 1569. Não se tratava de rendições, mas de um tratado — cuja designação adveio de seus capítulos ou tópicos (*capitula*) — onde se acordou, principalmente, que os súditos franceses seriam governados e julgados, em terras turcas, segundo as leis da França ("jurisdição extraterritorial"). A Turquia assinou capitulações semelhantes com a Inglaterra em 1580 e com as Províncias Unidas em 1613.

19 de seus irmãos, como meio de persuasão à paz doméstica; mas a fertilidade de Murad tornara difícil esse problema; deixou muitos de seus filhos perigosamente vivos. Grassaram a corrupção e a desordem. A guerra com a Áustria e a Pérsia anulara as vitórias com derrotas. Ahmed I (1603-17), encarando a ascensão do Xá Abbas I como a de um poderoso líder na Pérsia, resolveu concentrar as forças turcas na frente oriental. Para libertá-las no Ocidente, ordenou a seus agentes que assinassem com a Áustria a Paz de Zsitva-Török (1606), o primeiro tratado que os orgulhosos turcos condescenderam em assinar fora de Constantinopla. A Áustria pagou ao sultão 200.000 ducados, mas ficou liberada de qualquer outro tributo. A Transilvânia aceitou voluntariamente a suserania otomana. A Pérsia também celebrou a paz (1611), fornecendo à Turquia, a título de indenização de guerra, um milhão de libras em seda. De modo geral, esse reinado foi marcado pelo êxito e pela sensatez, com exceção das contínuas revoltas dos janízaros. Ahmed foi um homem de espírito piedoso e boa vontade. Tentou, e falhou, dar um fim ao regime de fratricídio imperial.

Otman II (1617-22) propôs-se a disciplinar e reformar os janízaros; eles se opuseram e mataram-no. Forçaram seu imbecil irmão Mustafá I a assumir o trono; mas Mustafá foi são o bastante para abdicar (1623) em favor de seu sobrinho de 12 anos, Murad IV (1623-40). Os janízaros escolhiam os grão-vizires, assassinando-os sempre que lhes parecia oportuno uma troca. Invadiram o palácio real e obrigaram a Sultana Kussem a abrir os cofres do tesouro para apaziguá-los. Em 1631, vieram outra vez, perseguiram o jovem sultão até seus aposentos particulares, e exigiram as cabeças de 17 funcionários. Um deles, Hafiz, ofereceu-se à turba em sacrifício; cortaram-lhe em pedaços. Murad, conquanto ainda se sentisse impotente, enfrentou-os com o que parecia uma ameaça vã: "Que Deus me ajude, ó homens sangüinários, que não temeis Alá nem vos envergonhais diante de vosso Profeta, que uma terrível vingança caia sobre vós".[20] Aguardou sua oportunidade, formou um corpo de tropas leais e providenciou para que, um após outro, fossem assassinados os homens que chefiaram os motins. Novas tentativas de rebelião foram esmagadas com feroz selvageria, e ocasionalmente o sultão — à semelhança de Pedro o Grande — participava pessoalmente da execução de sentenças de morte. Matou todos os seus irmãos, menos um, por julgá-lo inofensivamente imbecil. No gozo de sua autoridade real, decretou a pena capital para quem fizesse uso do fumo, do café, do ópio e do vinho. Ao todo — consta — 100.000 pessoas foram executadas em seu reinado, sem contar os que morreram nas guerras.[21] Por um momento, a ordem social e a integridade administrativa foram estabelecidas. Julgando-se, então, razoavelmente seguro, Murad empreendeu uma campanha contra os persas; aceitou, ele mesmo, o desafio de um guerreiro persa para um combate singular, matou-o, conquistou Bagdá (1638) e firmou uma paz vitoriosa. Quando regressou a Constantinopla, a população recebeu-o com estrondosas ovações. Morreu um ano depois, vitimado pela gota causada por embriaguez. Ele estava com 28 anos.

Depois dele, recomeçou o declínio turco. Ibrahim I (1640-48) escapara de ser assassinado pelo irmão por ser — ou fingir ser — um débil mental. Sob seu descuidado governo, tornaram a reinar a anarquia e a corrupção. Guerreou Veneza e enviou uma expedição contra Creta. Os venezianos bloquearam os Dardanelos. O povo de Constantinopla começou a passar fome. O exército revoltou-se e enforcou o sultão. O Oci-

dente cristão, lembrando a história da guarda pretoriana de Roma, chegou à conclusão de que não mais precisava temer o poderio dos turcos. Não se passaram mais de 35 anos e os turcos novamente estavam às portas de Viena.

IV. O XÁ ABBAS, O GRANDE: 1587-1629

Foi uma bênção para o mundo ocidental que os turcos, ao tempo em que a França e depois a Alemanha estavam enfraquecidas pelas guerras religiosas (de 1577 a 1638), podendo ter estendido suas fronteiras ocidentais até Viena, tivessem dirigido suas energias contra a Pérsia. Aqui também a religião ofereceu um pretexto para encobrir a sede de poder. Os turcos, seguindo a suna — ou fórmulas tradicionais do maometismo — acusaram os persas de hereges, por aceitarem a heterodoxia xiita, e condenaram como usurpadores todos os califas desde Ali, genro do Profeta. O verdadeiro *casus belli*, naturalmente, era mais abdominal que teologal — o desejo de governar minorias para se anexar terras, recursos e uma população tributável. Por meio de uma série de constantes guerras, os turcos otomanos avançaram até o Eufrates, o Cáucaso e o mar Cáspio, absorvendo a nova capital da Pérsia — Tabriz — e a antiga capital árabe — Bagdá. Pedro Teixeira descreveu Bagdá, por volta de 1615, como uma cidade grande, povoada de árabes, persas, turcos e judeus, vivendo em 20.000 casas de tijolos em meio a intenso movimento de bois de carga, camelos, cavalos, burros e mulas; de homens que se vestiam asseadamente, e de "muitas mulheres graciosas e quase todas de olhos belos a fitarem por sobre ou através de seus véus".[22] Um funcionário público dedicava-se inteiramente à proteção dos estrangeiros.

A leste de Bagdá e do Eufrates, ficavam os desunidos estados do Irã, que atingiam o Cáucaso e o mar Cáspio a noroeste, o Turquestão a nordeste, o Afeganistão a leste, o oceano Índico ao sul e o golfo Pérsico a sudeste. Esses membros espalhados esperavam por uma alma unificadora.

Abbas o Grande foi o quinto xá, ou rei, da dinastia sefévida, que Ismail I fundara em Tabriz, em 1502. Durante o longo reinado (1524-76) do segundo xá, Tahmasp I, o novo estado sofreu diversas incursões dos turcos. Depois de sua morte, eles invadiram e anexaram as províncias persas de Iraque, Luristão e Kuzistão. Nessa ocasião, os usbeques desceram da Transoxiana, conquistaram Herat, Mechhed e Nichapur, e devastaram as províncias orientais da Pérsia. Quando Abbas, com 30 anos de idade, subiu ao trono sem uma capital (1587), fez a paz com os turcos e marchou para leste a fim de enfrentar o adversário mais fraco. Após anos de guerra, reconquistou Herat e rechaçou os usbeques da Pérsia. Sentiu-se, então, ansioso por enfrentar os turcos; seu exército, porém, ficara reduzido em virtude das perdas sofridas, desorganizado em conseqüência do ciúme reinante entre as tribos e destituído dos mais recentes meios de infligir a morte.

Mais ou menos nesse período (1598), dois ingleses aventureiros, Sir Anthony Sherley e seu irmão mais jovem Robert, chegaram à Pérsia em missão comercial da Inglaterra. Trouxeram consigo valiosos presentes, experiência militar e um perito fundidor de canhões. Com o auxílio deles, o Xá Abbas reorganizou seu exército, equipou-o com mosquetes e espadas, e, logo depois, estava com 500 peças de artilharia. Coman-

dou essa nova força contra os turcos, expulsou-os de Tabriz (1603) e reconquistou Erivan, Shirvan e Kars. Os turcos enviaram contra ele uma avalancha de 100.000 homens; Abbas, com 60.000, derrotou-os (1605); Azerbaidjão, Kurdistão, Mosul e Bagdá foram recuperadas, e Abbas governou desde o Eufrates até o Indo.

Mesmo antes dessas árduas campanhas, ele começara (1598) a construir uma nova capital mais afastada dos invasores do que Tabriz, e menos profanada com a lembrança de alienígenas e os pés dos sunitas. Isfahãn já contava dois mil anos (embora não com o mesmo nome) e tinha uma população de 80.000 habitantes. À distância aproximada de um quilômetro dessa antiga cidade, o xá mandou seus engenheiros construírem uma área retangular, a Maidan-i-Shah (ou praça real), com 510 metros de comprimento por 165 de largura e rodeada de árvores. Passeios protegidos contra a chuva e o sol estendiam-se nos dois lados. No lado sul foi erguida a Masjid-i-Shah (mesquita real); a leste, a mesquita de Lutf Allah e o palácio real; o restante da periferia foi ocupado por lojas, estalagens e escolas. A oeste da *maidan* estendia-se uma avenida de 61 metros de largura, Chahar Bagh (Quatro Jardins), flanqueada por árvores e jardins e adornada de tanques e fontes. Em ambos os lados dessa avenida estavam os palácios dos ministros de Estado. Atravessava a cidade o rio Zayandeh, sobre o qual foram estendidas três pontes de alvenaria; uma delas, a Allah Verdi Khan, era uma pitoresca estrutura de 355 metros de comprimento, com uma larga pista de rolamento pavimentada e arcadas, em ambos os lados, para os pedestres. Cascatas, fontes, reservatórios e ribeirões proporcionavam água e frescor à nova cidade. Todo o traçado constituía uma excelente peça de planejamento urbano desconhecido para a época.[23]

Chardin, ao visitar Isfahãn em 1673, surpreendeu-se ao ver uma grande metrópole dotada de administração, comércio, ofícios e arte, com 1.500 aldeias a sua volta e uma população urbana de 300.000 almas. A cidade e seus subúrbios tinham 162 mesquitas, 48 colégios, 273 banhos públicos e 1.800 caravançarás. Tavernier, visitando Isfahãn em 1664, descreveu-a como igual a Paris em extensão, mas somente com um décimo de sua população, pois cada família tinha sua própria casa e sua horta, e havia tantas árvores que "mais parecia uma floresta que uma cidade".[24] O quadro é agradável, mas Tavernier acrescentou: "Há, diante de cada porta, cochos fixos para receberem as imundícies e os excrementos dos membros de cada família, que os aldeões vêm diariamente buscar para adubarem seus terrenos.... Encontram-se também nas paredes das casas, em plena rua, pequenos buracos onde os persas não se acanham de agachar-se e urinar diante de todo mundo".[25]

Atento ao fato de a Europa Ocidental ser-lhe grata por manter os turcos atarefados no Oriente, o Xá Abbas enviou Sir Anthony Sherley e outros em missões com o objetivo de estabelecer relações com governos cristãos e iniciar a exportação de seda sem intermédio dos turcos. Quando emissários europeus chegaram a Isfahãn, acolheu-os principescamente e deu-lhes completa liberdade religiosa. Tendo capturado cinco mil armênios em suas campanhas turcas, não os escravizou, mas permitiu-lhes criar seu próprio centro em Julfa, próximo a Isfahãn; e aproveitou-se de suas atividades comerciais e *finesse*. Lá eles construíram sua igreja e decoraram-na com uma mistura de iconografia cristã e ornamentação muçulmana. Abbas cogitava, às vezes, em fundir todas as religiões em uma só e "impor a paz no céu e na terra".[26] Com disposição de

espírito mais realista, usou o fervor dos persas pelo xiismo como meio de manter a moral nacional. Encorajou seu povo a fazer peregrinações a Mechhed, cômo a Meca do islamismo persa, e ele mesmo percorreu, a pé, os doze mil quilômetros que separam Isfahān de Mechhed, para prestar seu culto e oferecer presentes.

Por conseguinte, a arquitetura com que fez cintilar Isfahān era, essencialmente, de caráter religioso; à semelhança da Igreja medieval no ocidente, ele transformaria os ceitis dos pobres em templos cuja grandeza, beleza e paz seriam o orgulho e propriedade de todos. A estrutura mais impressionante da nova capital era a Masjid-i-Shah, que Abbas construiu em 1611-29. A *maidan* é sua majestosa praça e via de acesso; a praça toda parece conduzir para aquele portal envolvente. Chamam a atenção os minaretes que a flanqueiam e suas decoradas torres projetadas, de onde o muezim proclama a unidade de Deus; depois, a resplendente faiança que cobre a estrutura do portal e o friso com a inscrição oferecendo esse santuário como presente de Abbas a Alá; na Pérsia, até o alfabeto é uma arte. No interior do arco as paredes estão apinhadas de estalactites recamadas de flores brancas. Segue-se o pátio interno, aberto ao sol; então, atravessando-se novos arcos, chega-se ao santuário sob o grande domo. Deve-se sair novamente para estudar o domo, seus majestosos caracteres cúficos, sua forma ao mesmo tempo protuberante e graciosa, revestida com ladrilhos esmaltados azuis e verdes fluindo em arabescos sobre uma superfície azul-celeste. A despeito da hostilidade do tempo, é, "mesmo agora, um dos mais belos edifícios do mundo".[27]

Menos imponente e mais delicada é a mesquita que o Xá Abbas ergueu (1603-18) em honra de seu santo padrasto, o Masjid-i-Sheikh-Lutf-Allah: um elegante portal, um santuário e um *mihrab* de requintada faiança, mas, acima de tudo, um interior de incrível beleza — arabescos, figuras geométricas, flores e pergaminhos em desenhos perfeitos e unificados. Aqui a arte é abstrata, com uma lógica, uma estrutura e um resultado que não oferecem caos desorientador ao espírito, mas ordem inteligível e paz mental.

Do lado leste da *maidan*, o xá construiu um trono aberto sob um grande arco, a Ala Kapi (ou Sublime Porta); nesse local ele dava audiência ou assistia às corridas de cavalos ou aos jogos de pólo na *maidan*.* Por trás dessa porta estendiam-se os jardins reais, onde se erguiam os vários palácios usados pelo xá para fins especiais. Um deles ainda existe, muito castigado pelo tempo: o Chihil Sutun (Quarenta Colunas), uma câmara de audiências e sala do trono sustentada por 20 colunas lisas revestidas de espelhos, e uma longa galeria adornada de pinturas a óleo representando acontecimentos da vida do xá. As portas do palácio eram de madeira laqueada, decorada com cenas de jardins e arabescos florais; duas dessas portas encontram-se no Museu Metropolitano de Arte. Vê-se ainda a brilhante decoração colorida e dourada do estuque do teto da câmara de audiências; aqui, outra vez, a arte abstrata atinge a perfeição em sua lógica e desenho.

De seus muitos palácios e de seu acampamento, o Xá Abbas dirigia a vida de seu imenso reino. Como a maioria dos grandes governantes, interessava-se por todas as fases da vida do seu povo. Construiu estradas e pontes e mandou calçar de pedras vários quilômetros de estradas. Encorajou a manufatura de produtos, o comércio ex-

* Ainda se encontram na praça as traves dos gols em mármore. O jogo de pólo chegou à Europa procedente da Pérsia.

terior e a extração de minérios. Construiu represas, ampliou os sistemas de irrigação e trouxe água limpa para as cidades. Restaurou cidades danificadas — Mechhed, Qasvin, Tabriz, Hamadhān. Tavernier disse que: "Muitas vezes ele saía disfarçado pelas ruas de Isfahān como um habitante comum, sob o pretexto de comprar ou vender alguma coisa, a fim de descobrir se os negociantes empregavam medidas ou pesos falsos.... Tendo descoberto dois criminosos desse tipo, mandou queimá-los vivos".[28] Era este o modo oriental de executar a lei: na imperfeição da vigilância e do policiamento, a severidade da punição objetivava conter a natural anarquia dos homens. Provavelmente, uma longa carreira na guerra acentuara no Xá Abbas o emprego da crueldade a título de repressão ou vingança; ele matou um de seus filhos e cegou outro.[29] Mas este mesmo homem compôs poesia, financiou muitas obras de caridade e patrocinou as artes.

Com sua morte (1629) terminou o zênite da arte e do domínio da dinastia sefévida; mas a ordem, que sua coordenada energia construíra, durou quase outro século. A despeito da sucessão de xás búlicos, a dinastia sefévida se manteve até seu colapso catastrófico, por ocasião da conquista da Pérsia pelos afegãos (1722-30). Mesmo nesse período de declínio político, a arte sefévida continuou a figurar entre os mais requintados produtos do gosto e da habilidade humanos.

V. A PÉRSIA SEFÉVIDA: 1576-1722

Contemplemos o período sefévida desde a morte de Tahmasp I (1576) até seu fim, em 1722, pois trata-se de um desenvolvimento cultural que não pode ser dividido, a fim de ser ajustado à cronologia européia. Vários viajantes ocidentais deixaram-nos relatos muito esclarecedores sobre a Pérsia desse período: Pedro Teixeira, que lá esteve em 1600; o padre jesuíta Kiusinski, que viveu em Isfahān de 1702 a 1722 e escreveu a *História da Revolução da Pérsia*, abrangendo toda a dinastia sefévida; Jean Tavernier, que descreveu pormenorizadamente suas viagens (1631-68) à Turquia, à Pérsia, à Índia e às Índias Orientais; e Jean Chardin, que relatou em 10 volumes sua estada na Pérsia, de 1664 a 1677. Embora tivesse encontrado o simum nas proximidades do golfo, Chardin apaixonou-se pelo Irã; preferia Isfahān a Paris no verão, e achou "uma beleza tão extraordinária no céu da Pérsia" que escreveu: "Não posso esquecê-lo nem deixar de mencioná-lo a todo mundo"; achava que o límpido céu persa influenciara a arte persa dando-lhe brilho e cor, e afetara venturosamente o corpo e o espírito dos persas.*[30] Acreditava que os persas haviam tirado proveito de sua miscigenação com o povo da Geórgia e do Cáucaso, que ele considerava o mais belo e bravo do mundo — mas não tão belo quanto um cavalo persa.[31]

Aquele Éden outrora fértil, terra de califas recamados de jóias e de poetas melodiosos, ficara arruinado pelas incursões dos mongóis, pela instabilidade do governo, pelo desleixo e obstrução de canais vitais, pela mudança das rotas comerciais; e o descobrimento de uma passagem por mar, da Europa Ocidental para a Índia e a China, deixou a Pérsia comercialmente estagnada. É verdade que certo comércio se fazia pelos

* Cf. Cícero (*De fato*, 7) quanto ao "límpido céu de Atenas", do qual "se diz ter contribuído para aguçar o espírito dos atenienses".

rios até o golfo Pérsico. Em 1515, os portugueses conquistaram Ormuz, o principal porto desse golfo, e o dominaram durante um século; mas, em 1622, o exército do Xá Abbas, auxiliado pelos navios da Companhia Inglesa das Índias Orientais, expulsou os portugueses de Ormuz; o xá construiu outro depósito comercial nas imediações de Bandar Abbas (o Porto de Abbas) e o comércio, lá desenvolvido, auxiliou a financiar a arte e o luxo de seu reinado. Caravanas ainda passavam do ocidente para o oriente através da Pérsia, deixando em seu caminho, nas cidades, alguma riqueza. Teixeira descreveu Alepo como uma cidade de 26.000 casas — muitas delas construídas de pedras bem trabalhadas e algumas próprias para príncipes — com uma população constituída de muçulmanos, cristãos e judeus; tinha belos e limpos banhos públicos, e várias ruas eram calçadas com lajes de mármore.[32]

A maior parte da indústria achava-se ainda na fase manual — medieval, esmerada, artística e vagarosa; entretanto, Alepo possuía uma fábrica de seda, e o tabaco era cultivado em todo o país. Segundo Chardin, os persas utilizavam um sistema de filtro para fumarem: eles passavam a fumaça através da água e, assim, ela ficava "purgada de todas as qualidades oleosas e grosseiras do tabaco".[33] Fumar tornou-se uma necessidade para os persas; "preferiam passar sem jantar a passar sem seus cachimbos".[34] O Xá Abbas era uma exceção; abominava esse vício e tentou, por meio de artimanhas, curar dele seus cortesãos. Mandara secar estrume de cavalo, e com ele substituiu o fumo dos recipientes de onde enchiam seus cachimbos; explicou que se tratava de um produto finíssimo que lhe fora dado de presente pelo vizir de Hamadhãn. Os cortesãos fumaram-no e elogiaram-no sobejamente; "cheira como se fossem milhares de flores" — um hóspede jurou. "Amaldiçoada seja essa droga" — exclamou o Xá Abbas — "que não se pode distinguir do estrume de cavalos."[35]

Todo homem talentoso e cortês podia galgar uma posição na corte do xá; não havia aristocracia hereditária.[36] A maneira de trajar era essencialmente a mesma para todas as classes e sexos: um manto que se estendia até os joelhos, mangas estreitas, uma faixa larga (às vezes de seda florida) em volta da cintura, camisa de seda ou algodão debaixo do manto, calças presas nos tornozelos, e, coroando tudo, um turbante. As mulheres apresentavam-se "ricamente trajadas" — escreveu Tavernier — "pouco se diferenciando dos homens.... Usavam calças como os homens".[37] Viviam retiradas no zenana, saindo raramente de suas casas e, quando saíam, raramente o faziam a pé. Havia três sexos. Muitas poesias de amor eram dedicadas por homens a rapazes, e Thomas Herbert, um inglês na corte de Abbas, viu "rapazes belos como Ganimedes, com vestes de ouro, turbantes ricamente ornamentados com lantejoulas e sandálias finíssimas, seus cabelos cacheados caindo sobre seus ombros, os olhos irrequietos e as faces rosadas".[38]

Chardin observou certo decréscimo na população, em seu tempo, atribuindo-o:

> *Primeiro*, à infeliz inclinação dos persas para cometerem o abominável pecado contra a natureza, com ambos os sexos.
>
> *Segundo*, à imoderada luxúria (liberdade sexual) no país. Lá, as mulheres começam a ter filhos muito cedo e permanecem fecundas durante pouco tempo; e assim que chegam à injuriosa fase dos 30 anos são consideradas velhas e imprestáveis. Os homens começam a visitar mulheres muito cedo também, e com tal excesso que, embora desfrutem de muitas, nem por isso continuam a ter filhos. Há, igualmente,

> grande número de mulheres que provocam abortos e tomam remédios para evitarem a gravidez, porque [quando] grávidas de três ou quatro meses, seus maridos tomam outras mulheres alegando ser... imoral deitarem-se com uma mulher que esteja em tão adiantado estado de gestação.[39]

A despeito da poligamia havia muitas prostitutas. Embora as leis maometanas proibissem o uso do vinho, a embriaguez era muito difundida. Os cafés abundavam; esta planta recebeu seu nome europeu do árabe, *qahwah*.[40] O indivíduo era mais limpo de corpo que de linguagem; as casas de banhos eram numerosas, e, às vezes, artisticamente ornamentadas, mas havia muita profanidade e obscenidade.[41] Tavernier considerava os persas "grandes dissimuladores e bajuladores"; eram muito dados a trapaças, relata Chardin, mas acrescenta: "Eram o povo mais amável deste mundo", tolerante e hospitaleiro, com "os modos mais cativantes, o temperamento mais condescendente, a fala... mais macia... no conjunto, o povo mais civilizado do Oriente".[42] Eram apaixonados pela música e seus poetas e por cantar os versos que compuseram.

Podemos avaliar a excelência dos poetas persas por sua popularidade na corte dos mogóis, em Délhi, mas nenhum deles encontrou um Fitzgerald que fraseasse suas composições para os ouvidos ocidentais. Verificamos que Urfi de Chīrāz estava no ápice da poesia persa no século XVI; ele mesmo, pelo menos, julgou-se superior a Saadi; mas quem de nós, provincianos, ouviu falar sobre ele? Pelo que depreendemos dos "amigos" que foram deleitar-se com sua doença mortal, seus versos eram mais apreciados que sua pessoa:

> Meu corpo caiu neste estado, e meus amigos eloqüentes
> postam-se como pregadores à volta de minha cama e travesseiro.
> Um, cofia a barba e inclina a cabeça,
> dizendo: "Ó vida de teu pai! A quem é constante a fortuna?
> Não se deve ambicionar desprezível posição nem riqueza;
> onde está o império de Jamshid e o nome de Alexandre?"
> Outro, com voz suave e fala triste, passando a manga
> pelos olhos úmidos, começa:
> "Ó minha vida! Todos passam por esta estrada
> E dela devem sair.
> Nela, somos todos viajantes, e o tempo
> leva para a frente os cavaleiros."
> Outro ainda, aprimorando seu discurso, com palavras macias, diz...
> "Anima-te... Não atormentes o coração,
> pois reunirei, com singular propósito, teus versos e prosa.
> Depois de copiá-los e corrigi-los, comporei uma introdução
> qual um escrínio de pérolas em apoio de tuas pretensões."...
> Possa Deus... dar-me novamente saúde, e verás
> a fúria que desencadearei sobre a cabeça desses
> miseráveis hipócritas![43]

O rival de Urfi na poesia foi Saaib de Isfahān. Seguiu a moda de emigrar para Délhi, como o faziam os artistas franceses e flamengos daquela época indo para Roma. Mas, depois de dois anos, voltou para Isfahān e tornou-se o poeta laureado do Xá

Abbas II (1642-66). Tinha qualquer coisa de filósofo, fértil em fragmentos de ponderada sabedoria:

> Toda essa conversa sobre infidelidade e religião, afinal, conduz a um só lugar;
> O sonho é o mesmo sonho, somente diferem as interpretações...
> A cura para a desagradável constituição do mundo está em ignorá-lo;
> Aqui está acordado quem se encontra mergulhado em sono pesado...
> A onda ignora a verdadeira natureza do mar;
> Como pode o temporal compreender o eterno?...
> A única coisa que me inquieta no tocante ao Dia da Ressurreição
> É ter que contemplar novamente a face da humanidade.[44]

Se a música da poesia persa nos escapa, o prazer que infunde a arte sefévida encontra-se a nosso alcance, pois ela é uma linguagem que todos podem compreender. A habilidade, a sutileza e o gosto que se formaram no Irã, durante o curso de dois milênios, agora floresciam na arquitetura, na cerâmica, na iluminura, na caligrafia, na madeira lavrada, nas obras em metal, nos tecidos, na tapeçaria e nos tapetes que figuram entre os tesouros dos museus do mundo hoje em dia. A melhor arquitetura da época, conforme notamos, foi executada no governo de Abbas I, em Isfahãn. Lá, Abbas II construiu o Talar Ashraf (1642); também lá, no crepúsculo dos sefévidas, o Xá Hussein ergueu o Madrasa Madar-i-Shah — o Colégio da Mãe do Xá — que lorde Curzon classificou como "uma das mais grandiosas ruínas na Pérsia".[45] Outras cidades, porém, vangloriavam-se de novas realizações na arquitetura: o Madrasa-i-Khan, em Chĩrãz, o grande mausoléu de Kwaja Rabi, em Mechhed, e agora arruinado — mas ainda admirável — santuário de Qadam-Gah, em Nichapur, e a Mesquita Azul, de Erivan.

O Xá Abbas I fundou, em Isfahãn, uma academia de pintura, onde se exigia dos estudantes, como parte de sua instrução, que copiassem miniaturas célebres onde a beleza do desenho e a delicadeza do traço predominassem sobre os temas e as figuras. Depois — aparentemente sob a influência européia — os pintores seculares permitiram-se desviar do costume maometano ortodoxo, criando miniaturas nas quais a figura humana se destacava como tema principal. Aqui temos o inverso da seqüência italiana; na pintura da Renascença, a princípio negligenciou-se a paisagem, que depois passou a ser um incidental pano de fundo, para, em seguida (talvez com o declínio do individualismo sob a Contra-Reforma), predominar sobre as figuras; mas na pintura muçulmana a figura humana fora, a princípio, excluída, depois, foi aceita incidentalmente, e somente em estágios posteriores (talvez ao crescer o individualismo com a riqueza) ela passou a predominar no desenho. Assim, em *O Falcoeiro*,[46] um nobre em trajes verdes diverte-se com um pássaro apoiado no seu pulso contra um fundo secundário de flores douradas; e, em *O Poeta Sentado num Jardim*,[47] todos os pormenores revelam a característica elegância persa. Outra inovação desenvolveu a pintura mural, da qual vimos um exemplo em Chihil Sutun. Mas os grandes mestres ainda se dedicavam, principalmente, ao adorno do Corão ou à ilustração dos clássicos da literatura, como o *Shahnama*, de Firdũsĩ, ou o *Gulistan*, de Saadi — que Mawlana Hasãn, de Bagdá, iluminou com ouro líquido.

Figura predominante na pintura desse segundo período sefévida foi Riza-i-Abbasi, que acrescentou o nome do xá ao seu em sinal de gratidão pelo patrocínio real. Gozou, durante uma geração, de mais renome que Bihzad. Depois dele, a arte declinou; a sensibilidade do artista

e o refinamento ou sutileza de seus desenhos tornaram-se exageradamente efeminados. Entrementes, o estilo persa, tendo sentido a influência chinesa, afetou, por sua vez, a pintura de miniaturas na corte dos mogóis e, até mesmo, sua arquitetura. Grousset pensava que o Taj Mahal fosse "apenas um novo capítulo na arte de Isfahãn".[48]

A caligrafia constituía ainda arte maior na Pérsia; Mir Imad foi quase tão querido pelo Xá Abbas, por suas meticulosas cópias de manuscritos antigos, quanto Riza-i-Abbasi por suas miniaturas. Apreciavam-se os livros tanto pela sua forma quanto pelo seu conteúdo; uma bela encadernação deleitava os olhos e o tato da mesma maneira que um delicado vaso. Artistas assinavam as capas dos livros com o mesmo orgulho com que assinavam pinturas; assim, em um volume encadernado de couro dourado, do princípio do século XVII, está escrito "trabalho de Muhammud Salih Tabrizi";[49] e uma capa de *papier-mâché*, de pintura laqueada, está assinada por "Ali Riza" e datada de 1713.[50] Ambos são tentadoramente belos.

Nas cidades persas são os azulejos pintados que, junto aos domos, ou sobre eles, despertam a atenção; e sua idade faz com que as pessoas se maravilhem com a arte da cerâmica que pôde dar tal permanência a tal brilho. Esta imortalidade da cor pela esmaltagem à base de fogo era uma antiga habilidade dos persas; os azulejos esmaltados da Susa aquemênida (400 a.C.) eram já perfeitos em sua espécie. Fundiam-se ligas de ouro, prata, cobre e outros metais para tornar mais brilhantes as cores, especialmente o vermelho-rubi e o azul-turquesa; um duplo aquecimento endurecia a argila e o esmalte contra a corrosão dos séculos. É bem provável que os armênios tenham empregado oleiros persas para fazerem os azulejos de sua igreja cristã em Julfa — desenhos tão delicados quanto uma miniatura. Mais belos ainda são os azulejos pintados na Coleção Kevorki, atribuídos a Isfahãn e à segunda metade do século XVII.[51]

Os oleiros continuaram, em Isfahãn, Kashan e em outros lugares, a produzir louça de barro esmaltado — garrafas, bacias, vasos, pratos, jarros e xícaras — pintados sob esmalte em diversas cores e com variados temas. A faiança para mosaicos tornou-se o material favorito no revestimento das paredes de mesquitas e palácios. O Xá Abbas importou porcelanas chinesas e seus oleiros tentaram reproduzi-las, mas faltaram-lhes o solo e a perícia precisos. Ainda sob o incentivo do soberano, fizeram-se tentativas em Isfahãn e Chīrāz para produzir vidros que rivalizassem com os de Veneza. Os trabalhadores em metal distinguiram-se cinzelando e marchetando metais; um bom exemplo, datado de 1579, é um castiçal persa no Museu Metropolitano de Arte. No Hermitage, em Leningrado, está uma bainha de sabre em ouro incrustada de grandes esmeraldas finamente lapidadas.

A tecelagem era uma indústria importante e uma arte. Desenhistas, tecelões e tintureiros ocupavam um grande bairro de Isfahãn e contavam-se aos milhares. Seus produtos se constituíam no principal artigo do comércio de exportação, dando à Pérsia renome mundial pelos cetins, veludos, tafetás, rendas e sedas. Quando Abbas desejava dar um presente especial, escolhia geralmente alguma obra-prima dos teares persas; "É infinito o número de peças de vestuário que ele assim concede" — relatou Chardin.[52] O xá e sua corte trajavam-se, nas grandes cerimônias, de seda e brocados, cuja beleza parecia a Chardin não ter igual nas cortes européias. "Parece que a arte da tintura" — escreveu ele — "foi mais aperfeiçoada na Pérsia que na Europa, sendo suas cores mais firmes e mais brilhantes, não descorando depressa."[53] Os veludos de Kashan não tinham rivais; alguns fragmentos estão entre os troféus existentes nos museus de Boston, Nova York, São Francisco e Washington. Um dos troféus, capturados pelos exércitos cristãos ao rechaçarem os turcos de Viena (1683), era um tapete de veludo com brocado de seda, aparentemente feito em Isfahãn no reinado do Xá Abbas.[54]

Os tecidos persas atingiram seu apogeu no desenho e na tessitura de tapetes, e o período do Xá Abbas viu a glória final dessa arte no Irã. Um tapete era quase tão necessário ao persa quanto sua roupa. Thomas Herbert relatou, no século XVII: "Em suas casas há pouca mobília ou utensílios domésticos, exceto tapetes e alguns trabalhos em cobre.... Comem no chão, sentados sobre tapetes com as pernas cruzadas, como fazem os alfaiates. Não há um homem, por mais simples, que não se sente em

um tapete, seja de qualidade superior ou inferior; e toda casa ou aposento... é totalmente atapetada''.[55] As cores iam do escarlate vivo ao vermelho-vinho; mas, para contrabalançar essa exuberância, o desenho era repousante, mesmo porque descrevia, com lógica satisfatória, algum tema básico. Este podia ser geométrico, e infindáveis eram as variações que neste caso tornavam. Euclides maravilhou-se. Muitas vezes, o desenho era floral, trazendo aos olhos, em rica porém ordenada exibição, os produtos favoritos de um jardim persa — flores em vasos ou livremente espalhadas, ou flores mais imaginadas que realmente vistas, rastejando em leves e graciosos arabescos. O próprio jardim, às vezes, proporcionava o desenho: árvores, arbustos, canteiros de flores, e água a fluir eram disciplinados geometricamente. Ou o desenho centralizava-se em torno de um medalhão com ornatos pendentes para as extremidades, ou exibia animais brincando ou caçando.

Era um trabalho infinito e paciente: esticar os fios em uma urdidura vertical no tear, entrelaçá-los com os fios horizontais do tecido e coser pequenos nós de lã ou seda colorida na urdidura para formar a ''estaca'' e o desenho; podia haver 1.200 nós em dois ou três centímetros quadrados ou 90.000.000 em um tapete de sete metros quadrados.[56] A escravidão parece estar entrelaçada com essa arte, mas o trabalhador orgulhava-se da exatidão e da *finesse* de seu trabalho ao transformar o caos de seu material em um todo onde reinavam a ordem, a harmonia e a hierarquia. Tais tapetes eram feitos em uma dúzia de centros, na Pérsia, no Afeganistão e no Cáucaso, para adornar palácios, mesquitas e moradias, e servir como preciosos presentes para potentados ou amigos.

Os tapetes persas e a iluminura persa passaram por desenvolvimentos semelhantes nos séculos XVI e XVII: receberam a influência dos chineses no tocante às ''nuvens'' e outros desenhos, e, por sua vez, exerceram influência na arte da Turquia e da Índia, atingiram seu ponto culminante de excelência no governo dos sefévidas. Em 1790, a produção de tapetes persas estava baseada na quantidade, apressadamente desenhada e tecida para um mercado cada vez maior e menos exigente, principalmente o europeu. Mesmo nesse tempo, porém, houve algumas peças excepcionais cuja tessitura, cores e desenhos não encontraram rivais em qualquer parte do mundo.

Assim era a Pérsia, assim era o Islam, nessa última floração de seu poder e de sua arte — uma civilização profundamente diferente da de nosso Ocidente, e às vezes desdenhosamente hostil, acusando-nos de politeístas e materialistas, ridicularizando nossa monogamia matriarcal e, outras vezes, vindo em avalanchas para deitar abaixo nossas portas; não era de se esperar que pudéssemos compreendê-la ou admirar-lhe a arte, quando o grande debate se travava entre muçulmanos e cristãos, e não ainda entre Darwin e Cristo. A disputa entre as culturas não está terminada, mas em sua maior parte parou de derramar sangue, e elas estão agora livres para se misturarem na osmose das influências mútuas. O Oriente está adotando nossas indústrias e armamentos e se ocidentaliza, o Ocidente está cansado de sua riqueza e guerras, e procura a paz interna. Talvez venhamos a auxiliar o Oriente a diminuir a pobreza e a superstição, e o Oriente nos ajude a ser humildes na filosofia e refinados em arte. O Oriente se volta para o Ocidente e o Ocidente se volta para o Oriente, e logo as duas metades se encontrarão.

CAPÍTULO XXI

O Armagedom Imperial

1564-1648

I. OS IMPERADORES

EM 1564, o Sacro Império Romano — embora, segundo Voltaire, ele não fosse nada disso — era uma imponente mistura heterogênea de estados semi-independentes: Alemanha, Luxemburgo, Franco-Condado, Lorena, Suíça, Áustria, Boêmia, Morávia e parte da Hungria. Todos eles reconheciam como sua cabeça o Imperador Maximiliano II, da antiga casa de Habsburgo, que governava o império desde 1438 e continuaria a governá-lo até 1808. Após a abdicação de Carlos V (1555-56), a família dividiu metade da Europa entre seus dois ramos: os Habsburgos austríacos reinaram sobre o império e os Habsburgos espanhóis reinaram sobre a Espanha e seus territórios dependentes. Raramente, na história, uma só família manteve tão prolongado poder sobre tantos homens.

O governo dos Habsburgos foi mais liberal no império do que na Espanha, porque os estados que o constituíam eram tão diferentes na administração, economia, língua, religião e caráter étnico que o poder e o prestígio dos Habsburgos não conseguiam impedir que essas forças centrífugas fizessem do império uma livre associação de unidades altivamente autogovernadas. A dieta imperial, reunindo-se vez ou outra, achava mais fácil conter a autoridade do imperador que fazer leis que fossem aceitas por todos os estados; e os sete eleitores imperiais, que elegiam o imperador, controlavam-no por meio de garantias que dele exigiam como preço de sua eleição. Esses eleitores eram o rei da Boêmia, os governantes da Saxônia, do Brandemburgo e do Palatinado, os "eleitores espirituais" — os arcebispos de Colônia, Trier e Mogúncia. O imperador governava diretamente apenas a Áustria, Estíria, Caríntia, Carníola e o Tirol, e, às vezes, também a Boêmia, a Morávia, a Silésia e a Hungria Ocidental. Seus recursos diretos procediam desses países; para qualquer coisa a mais tinha de apelar respeitosamente à dieta imperial, que era quem detinha o poder da bolsa.

Quando Fernando I (irmão de Carlos V) morreu em 1564, os eleitores transmitiram a coroa imperial a seu filho Maximiliano II, que recebera as coroas da Boêmia e da Hungria. Ele era demasiado amável para ser imperador. Todos aqueciam-se ao sol de sua boa natureza e bom humor, sua amabilidade e cortesia, sua receptividade e afeição por todas as classes; e acrescentando-se a essas qualidades sua inteligência e sua

tolerância, seu incentivo às ciências, à música e à arte, ele emerge como a figura incrível de um cavalheiro coroado. Pusera em perigo sua ascensão ao trono ao preferir pregadores luteranos a católicos e por insistir em receber o sacramento em vinho e pão; somente quando teve de escolher entre voltar à Igreja Romana ou retirar-se para a vida privada, foi que se conformou, exteriormente, à observância católica. Entretanto, protegeu os protestantes contra as perseguições. Condenou o Massacre da Noite de São Bartolomeu como um assassinato em massa[1] e permitiu que Guilherme de Orange recrutasse tropas na Alemanha para lutar, nos Países Baixos, contra Alba. Numa época de intolerância e guerras, deu ele aos estados e credos do império um notável exemplo de tolerância sem indiferença e paz sem covardia. Em seu leito de morte (1576), recusou-se a receber os últimos sacramentos da Igreja de Roma; todo o império, porém, associou-se para reverenciar-lhe a memória.

Persuadira os eleitores a aceitarem seu filho Rodolfo como seu sucessor, embora devesse ter visto nele traços de caráter ou conseqüências de educação recebida perigosos para a concórdia das religiões. Rodolfo II era, por temperamento, desconfiado e sombrio. Na condição de um possível herdeiro de Filipe II, fora enviado à Espanha como parte de sua formação, e lá os jesuítas não lhe ensinaram a ser tolerante. Logo após sua ascensão ao trono, Rodolfo restringiu severamente a liberdade e a área do culto protestante, alegando, com certa dose de razão,[2] que a violência da controvérsia religiosa e a mútua intolerância das seitas protestantes estavam minando a paz e estabilidade do império. Mas não foi completamente destituído das qualidades que fizeram de seu pai um soberano amado. Vivia em modesta simplicidade, sem assumir ares de soberano. Quando um de seus irmãos condenou sua familiaridade com gente de posição humilde, respondeu: "Embora estejamos acima dos outros pela nossa dignidade e nascimento, não devemos nos esquecer de que estamos unidos ao restante da humanidade pelas nossas fraquezas e defeitos".[3]

Na verdade, ele preferia ser sábio a ser imperador. Aprendeu meia dúzia de línguas, praticava quase todas as artes e ciências, formou valiosas coleções de quadros e estatuetas, variedades botânicas e espécimes zoológicos. Auxiliou poetas e historiadores e fundou muitas escolas. Tornou-se versado em matemática, física, química, astronomia e medicina, mas, também, em alquimia e astrologia. Financiou as pesquisas astronômicas de Tycho Brahe e Kepler, que lhe dedicou as tábuas rudolfinas dos planetas. Mergulhado no estudo das ciências em seu palácio, em Praga — da qual ele fez sua capital — não achou tempo para casar-se nem muito tempo para governar. Deixou de assistir às assembléias da dieta depois de 1594; recusou-se, depois de 1598, a assinar os documentos oficiais, e delegou seus poderes a favoritos incompetentes. À medida que lhe iam passando os anos, seu espírito enfraquecia; não caminhava, porém, para a loucura, mas para um isolamento taciturno e melancólico em que se via tomado do medo de ser assassinado. Sonhara — ou Tycho Brahe lera nos astros[4] — que seu assassino seria um monge; passou então a desconfiar de todos os eclesiásticos católicos, especialmente dos jesuítas.[5] Coagido por forças internas e externas, resignou em favor de seu irmão mais moço, Matias, em 1608, o governo da Áustria, Hungria e Morávia, e, em 1611, o trono da Boêmia e todos os seus restantes poderes. Morreu em 1612.

Matias já contava 55 anos, e estava por demais cansado com as campanhas militares

para exercer um governo ativo. Confiou a administração e a política a Melchior Klesl, o capaz e consciencioso bispo de Viena. Klesl ofendeu os católicos com suas concessões aos protestantes, e ofendeu os protestantes por conceder tão pouco. Fernando, arquiduque de Estíria, primo de Matias, aprisionou Klesl (1618) e obteve sua própria eleição para a suserania do império logo após a morte de Matias (1619). Por essa época começara o Armagedom.

II. O IMPÉRIO

A Suíça era parte integrante do império apenas formalmente; vigorosas vitórias sobre os imperadores e os arquiduques deixaram os cantões livres para lutarem entre si. A Savóia e a Espanha uniram-se aos cantões católicos, chefiados por Lucerna, num esforço diplomático ou marcial para a recuperação dos cantões protestantes para a Igreja Romana. Os jesuítas, de seu colégio em Lucerna, iniciaram, em 1577, uma resoluta campanha de educação, pregação e intrigas. Núncios papais, na Suíça, corrigiram os abusos do clero católico, puseram fim ao concubinato clerical e estancaram a influência protestante que se espalhava de Zurique, Genebra e Berna.

Genebra refazia-se vagarosamente do calvinismo. Théodore de Bèze sucedeu seu mestre (1564) como chefe da Venerável Companhia (de pastores) e do Consistório (de pastores e leigos) e, através deles, continuou a obra da Igreja Reformada com tato e urbanidade que só o *odium theologicum* podia destruir. Viajou para a França para assistir aos sínodos calvinistas, e vemo-lo abordar a questão a favor do protestantismo no Colóquio de Poissy. Procurou em seu país, não com muito êxito, manter a austera moralidade que Calvino impusera. Como os líderes do comércio divergiam cada vez mais desse código, Bèze induziu o clero a denunciar a usura, o monopólio e a exploração; e quando o conselho da cidade sugeriu que os pregadores se limitassem à religião, Bèze sustentou que tudo que dissesse respeito ao homem não devia ficar alheio ao domínio religioso.[6] Ele foi o único dos grandes líderes da Reforma a sobreviver no século XVII, morrendo em 1608 com a idade de 89 anos.

A Áustria exercia papel central no império. Era geralmente a morada dos imperadores; foi o baluarte da civilização ocidental contra as ambições turcas; e foi o bastião da Contra-Reforma e a sede do poder católico na Guerra dos Trinta Anos. E, contudo, vacilara durante certo tempo entre o catolicismo e o protestantismo, e mesmo entre o cristianismo e a descrença. Durante o reinado de Fernando I (1556-64), o catecismo luterano foi adotado na maioria das paróquias austríacas; o luteranismo predominou na Universidade de Viena; a dieta austríaca permitiu a comunhão sob as duas espécies, bem como o casamento do clero. "Considerava-se sinal de espírito esclarecido desprezar o sepultamento cristão e ser enterrado sem a assistência de um sacerdote... e sem uma cruz." Em 1567, um pregador calculou: "Milhares e dezenas de milhares de pessoas nas cidades — e mesmo nas aldeias — não mais acreditam em Deus".[7] Temendo o colapso do apoio religioso ao governo austríaco e ao poder dos Habsburgos, o Imperador Fernando convidou Pedro Canísio e outros jesuítas para a Universidade de Viena. Sob a direção deles, o catolicismo começou a recuperar terreno, pois esses homens de grande preparo eram dotados de paciente sutileza de espíri-

to a par de admirável simplicidade de vida. Por volta de 1598, a Igreja Romana predominava novamente.

A Hungria cristã sofreu transformação semelhante. Duas terças partes dela estiveram sob o domínio turco desde 1526; a fronteira turca distava menos de cento e cinqüenta quilômetros de Viena, e a paz com a Turquia fora preservada graças somente a um tributo anual que os imperadores pagaram aos sultões até 1606. A Transilvânia, a nordeste da Hungria turca, também pagou, mas, em 1606, seu príncipe, Estêvão Bocskay, morrendo sem deixar descendentes, legou a província aos Habsburgos.

A dieta austro-húngara, controlada por nobres sequiosos de se apropriarem de bens da Igreja Católica,[8] desde 1526 favorecera a Reforma. Sob a liberdade religiosa mantida por eles, o protestantismo ganhou ascendência sobre as classes instruídas. O protestantismo se dividiu logo em luteranismo, calvinismo e unitarismo, e os unitários por sua vez se dividiram em seitas menores em razão do modo de dirigirem suas orações a Cristo. Os nobres, seguros agora de suas apropriações, não mais viram motivo para continuarem com o protestantismo. Acolheram Pedro Pazmany e outros jesuítas, converteram-se de maneira exemplar ao catolicismo, expulsaram os pastores protestantes[9] e substituíram-nos por sacerdotes católicos. Em 1618, o Arquiduque Fernando da Estíria tornou-se rei da Hungria e favoreceu ativamente a Contra-Reforma. Na dieta de 1625, os católicos reconquistaram a maioria. Pazmany, filho de um calvinista, tornou-se cardeal e um dos mais eloqüentes autores húngaros da época.

A Boêmia e seus territórios dependentes — Morávia, Silésia e Lusácia — eram, em 1560, predominantemente protestantes. Todos esses quatro estados reconheceram o rei da Boêmia como seu soberano, mas cada um deles tinha sua própria assembléia nacional, leis e capital — Praga, Brünn (Brno), Breslau e Bautzen. Praga era então uma das mais florescentes e pitorescas cidades da Europa. Na dieta boêmia, somente os 1.400 proprietários de terras podiam votar, mas, entre seus membros, figuravam burgueses e representantes dos camponeses, cujo controle sobre a bolsa lhes conferia uma influência para além das palavras. A maioria dos nobres era luterana; a maioria dos burgueses, luterana ou calvinista; a maioria dos camponeses, católica, mas uma minoria era utraquista, que, em 1587, renunciou às suas tradições hussitas e insistiu em somente receber o sacramento sob ambas as espécies, até que, finalmente (1593), fez as pazes com a Igreja Romana. O mais sincero dos grupos religiosos era a Unitas Fratrum — irmãos boêmios ou morávios — que levava a sério o Sermão da Montanha, esquivava-se a qualquer modo de vida salvo a agricultura, e vivia numa pacífica simplicidade tolstoiana.

Em 1555, Fernando I levou os jesuítas para a Boêmia. Eles instalaram um colégio em Praga, criaram um quadro de católicos fervorosos e conseguiram a adesão de muitos nobres que se tinham casado com mulheres católicas.[10] Rodolfo II expediu editos banindo em primeiro lugar os irmãos boêmios, e, depois, os calvinistas; faltaram-lhe, contudo, meios para pôr em execução esses editos. Em 1609, os protestantes convenceram-no a assinar a célebre *Majestätsbrief* — Carta Real — garantindo-lhes liberdade de culto na Boêmia. Dois anos depois, Rodolfo cedeu a coroa a Matias, que mudou a capital do império para Viena, deixando Praga ofendida e rebelada. Em

1617, a dieta boêmia — cujo número de católicos aumentava, embora o país continuasse predominantemente protestante[11] — reconheceu como rei da Boêmia o Arquiduque Fernando da Estíria, que fora educado pelos jesuítas e jurara eliminar o protestantismo onde quer que governasse. Os protestantes da Boêmia prepararam-se então para a guerra.

A Alemanha era uma complexa confusão: não era uma nação, porém um nome, uma miscelânea de principados com a mesma língua e economia, mas desconfiadamente dessemelhantes quanto aos costumes, governo, moedas e credos.* Cada uma dessas unidades não reconhecia superior algum, exceto o imperador, a quem ignorava durante 50 semanas ao ano. Alguns estrangeiros achavam benéfica essa divisão da Alemanha. "Se ela ficasse inteiramente sujeita a uma só monarquia" — escreveu Sir Thomas Overbury em 1609 — "seria terrível para todo o resto" da Europa.[12] Mesmo para a Alemanha este foi, em muitos sentidos, um agradável arranjo. Esta situação enfraquecia-a na concorrência política e militar com os estados unificados, mas lhe conferia tal liberdade local e tal variedade religiosa e cultural que os alemães, razoavelmente, a preferiam àquelas autocracias centralizadas e exaustivas como as de Filipe II na Espanha e de Luís XIV em França. Aqui não germinara uma Paris tirânica a sugar a seiva de um país, mas uma galáxia de cidades famosas, cada uma com seu próprio caráter e sua vitalidade.

A despeito desse caleidoscópio de grandes cidades e pequenas cortes, a Alemanha não mais desfrutava a ascendência econômica que mantivera na Europa setentrional antes de Lutero. A descoberta de um caminho marítimo da Europa para as Índias, e a abertura do Atlântico ao comércio beneficiaram primeiro Portugal e Espanha, e, depois, a Inglaterra e os Países Baixos; prejudicaram a Itália, que antes dominara o comércio com o Oriente; e os rios e as cidades da Alemanha que ligaram comercialmente a Itália com o norte participaram do declínio italiano. No mar do Norte, os portos dos Países Baixos e, no Báltico, os da Dinamarca e da Polônia passaram a receber a maior parte do movimento comercial e dos tributos. A Liga Hanseática há muito perdera sua antiga ascendência. Lübeck ficara arruinada em sua longa guerra com a Suécia (1563-70). Somente Frankfurt-sobre-o-Meno manteve sua prosperidade; sua feira anual continuou a ser a mais visitada da Europa, e fez da cidade o centro do comércio interno da Alemanha e das finanças internacionais.

O dinheiro era, como sempre, popular. Editos proibindo taxas de juros acima de 5 por cento eram desrespeitados em toda parte. "Os cristãos praticam o ímpio vício

* No século XVI a Alemanha se dividia em sete "círculos" administrativos:
1. Francônia, incluindo Würzburg, Bamberg e Bayrenth.
2. Baviera, incluindo Munique, Regensburg (Ratisbona) e Salzburg.
3. Suábia, incluindo Baden, Stuttgart, Augsburgo e o ducado de Württemberg.
4. Alto Reno, incluindo Frankfurt-sobre-o-Meno, Cassel, Darmstadt, Wiesbaden, o condado de Nassau, o land-graviato de Hesse, o ducado de Lorena e parte da Alsácia.
5. Baixo Reno, incluindo Vestfália, Jülich e Cleves, o Palatinado, e os arcebispados de Colônia, Trier e Mogúncia.
6. Baixa Saxônia, incluindo Mecklenburg, Bremen, Magdeburg, e os ducados de Brunswick — Lüneburg e Holstein.
7. Alta Saxônia, incluindo Leipzig, Berlim, o ducado da Pomerânia Ocidental, e os eleitorados da Saxônia e do Brandemburgo.

da usura com mais ardor que os judeus antigamente'' — declarou um sacerdote em 1585. Uma ''adoração anticristã pelo ouro'' — queixou-se um pregador, em 1581 — ''apoderou-se de toda gente e de todas as classes. Quem quer que tenha algum dinheiro para investir, ao invés de empregá-lo em trabalho ativo e honesto... pensa em enriquecer... por toda sorte de especulação, transações financeiras e usura''.[13] Centenas de trabalhadores empregaram suas economias com os Fuggers, Welsers e Hochstetters e perderam tudo com sucessivas falências. Em 1572, a firma bancária dos Irmãos Loitz foi à bancarrota após reunir grandes somas de depositantes humildes, os quais perderam então suas economias e, até mesmo, suas casas.[14] Os Fuggers ficaram arruinados com a insolvência de Filipe II e Alba, aos quais auxiliaram com financiamento.[15] Os Welsers faliram em 1614, devendo 586.000 florins. Talvez o receio da inflação tivesse levado o povo a fazer tais investimentos, pois quase todos os príncipes alemães espoliavam seus súditos com o aviltamento da moeda, e era abundante o número de falsários e trapaceiros. Em 1600, todo o sistema monetário alemão era vergonhosamente caótico.

A população aumentava enquanto a produção estava aquém das necessidades, e a miséria colocava o povo às portas da revolução. Em todos os principados — exceto Saxônia e Baviera — os camponeses foram arrastados à escravidão. Na Pomerânia e no Brandemburgo, Schleswig, Holstein e Mecklenburg, a servidão se estabelecera legalmente em, ou logo após, 1616.[16] ''Em que terra alemã'' — perguntou um autor em 1598 — ''o camponês alemão goza ainda de seus antigos direitos comuns? Onde pode ele usar ou beneficiar-se dos campos, prados ou florestas? Onde existe limite ao número de serviços ou tributos feudais? Onde tem o camponês seu próprio tribunal? Que Deus tenha misericórdia dele!''[17] Muitos camponeses iam trabalhar nas entranhas da terra, mas os lucros e os salários reais da mineração declinavam à medida que a prata americana entrava na Alemanha para concorrer com o metal que laboriosamente era extraído de filões quase esgotados. Nas cidades, o companheirismo das antigas associações cedeu lugar à exploração dos jornaleiros (diaristas) pelos mestres. Em algumas indústrias a jornada de trabalho começava às quatro horas da madrugada e terminava às sete da noite, com ''pausas para a cerveja''; a guilda dos caldeireiros exigia semana de 92 horas em 1573.[18] Temos notícia de greves, já em 1579, contra a mecanização na indústria têxtil na Alemanha.[19] Faltava apenas uma guerra para deixar sem paralelo a situação de penúria.

III. MORAL E COSTUMES

Se dermos crédito aos moralistas dessa metade de século antes da guerra, o quadro moral era tão sombrio quanto o econômico. Professores se queixavam de que os meninos enviados a eles não eram cristãos e sim bárbaros. ''O povo educa tão mal seus filhos'' — escreveu Matias Bredenbach em 1557 — ''que se torna evidente aos pobres mestres... que eles têm de se haver... com animais selvagens.''[20] ''Toda disciplina parece ter acabado'' — declarou outro em 1561 — ''os jovens são insubmissos e insolentes ao extremo.''[21] Na maioria das cidades universitárias os cidadãos hesitavam em sair à noite, receosos dos estudantes que em algumas ocasiões os atacavam com facas.[22] ''A principal causa da depravação geral dos estudantes'' — disse Nathan

Chytränsin em 1578 — "está, indubitavelmente, no declínio da educação no lar.... Agora que conseguimos desvencilhar-nos do jugo das antigas leis e estatutos... não é de admirar que encontremos, em grande parte de nossos jovens, tão irrefreada licenciosidade, tão rude ignorância, tão indomável insolência e tão horrível impiedade."[23] Outros pensavam que "as comédias, os espetáculos e os jogos não estão entre as últimas causas por que os jovens se entregam à imoralidade e à lascívia".[24]

Quanto aos adultos, os pregadores descreviam-nos como hipócritas, briguentos, glutões, bêbedos e adúlteros.[25] O pastor Johann Kuno queixou-se em 1579 de que os "Vícios de toda espécie são agora tão comuns que passam a ser praticados despudoradamente; mais ainda, pessoas há que até se vangloriam deles, à maneira de sodomitas; os pecados mais grosseiros e mais indecentes passam a ser virtudes.... Quem ainda considera pecado a prostituição?".[26] O pastor Bartholomäus Ringwalt achava, em 1585, que aqueles eram "os últimos e os piores tempos que surgiram sobre a terra".[27] A profanidade era quase universal entre os homens, independentemente do credo que professassem.[28] A calúnia era uma diversão. "Meu administrador queixou-se a mim" — escreveu em 1594 o conde de Oldemburgo — "da maneira com que o Dr. Pezel, em Bremen, o ofendera e caluniara em um de seus livros, escrevendo que ele passava seus dias entregue a glutonaria, bebedeira e devassidão, que ele era... um lobo devorador de cordeiros, uma serpente, um bode, um aborto... e que se devia desembaraçar-se dele enforcando-o, afogando-o ou encarcerando-o, supliciando-o na roda ou passando-o a fio de espada." O pregador da corte do eleitor de Saxônia descobriu que "pelos quase quatro cantos da Alemanha tem sido dito, injuriosamente, que eu ganho grandes taças douradas em competições de bebedeiras, que... eu me encho tanto de vinho que... tenho de ser escorado e colocado em uma carroça e levado embora como um bezerro bêbedo ou uma porca".[29]

Comer e beber eram as principais atividades. Um alemão abastado consumia metade do dia passando comestíveis de uma extremidade a outra do seu corpo. Os burgueses orgulhavam-se de seu apetite que, à semelhança dos vestidos de suas mulheres, servia de arauto de sua prosperidade. Um artista de circo conquistou fama nacional ao comer, em uma só refeição, meio quilo de queijo, 30 ovos e um enorme pão — após esta proeza caiu morto. Jantares que duravam sete horas, com 14 brindes, não eram incomuns. As festas de casamento, em muitos casos, eram acompanhadas de extravagante glutonaria e bebedeira. Um príncipe jovial assinava suas cartas com a expressão *Valete et inebriamini* ("Esteja bem e se embriague"). O Eleitor Cristiano II da Saxônia, aos 27 anos, embriagou-se até morrer. Uma sociedade de temperança lutou contra o vício, mas seu primeiro presidente morreu de tanto beber.[30] Afirmava-se que a gula estava abreviando o tempo de vida. Disse Erasmo Winter, em 1599: "Devido à imoderação no comer e no beber, há agora pouca gente velha, e raramente vemos um homem de 30 ou 40 anos que não esteja afetado por algum mal qualquer: cálculo, gota, tosse, consumpção, etc".[31]

Não devemos levar muito a sério essas queixas contemporâneas. Provavelmente, a maioria do povo era trabalhadora, muito sofredora e literalmente temente a Deus; mas na história, como no jornalismo, a virtude não é notícia — o que comprova sua freqüência. As esposas dos burgueses viviam modesta e recatadamente em suas casas, absorvidas por uma centena de tarefas que não lhes deixavam tempo para pecados

maiores que a bisbilhotice; e muitas mulheres da classe alta — como Ana, esposa do Eleitor Augusto I da Saxônia — eram verdadeiros exemplos de consciencioso devotamento a suas famílias. Havia alguns aspectos agradáveis naquela turbulenta Alemanha: o amor pelas crianças e o lar, generosa hospitalidade, danças alegres, boa música, belos divertimentos e festivais. A primeira árvore de Natal de que se tem registro na história foi erigida por ocasião de uma comemoração na Alemanha, em 1605; foram os alemães que cercaram a Festa da Natividade com pitorescas relíquias de seu passado pagão.

As danças e as canções populares estavam criando as formas da música instrumental, e os hinos iam-se desenvolvendo em maciços corais. Os órgãos tornavam-se monumentos de arquitetura; espinetas, alaúdes e outros instrumentos eram, eles mesmos, produtos de encantadora arte; hinários, especialmente na Boêmia, eram, às vezes, maravilhosamente adornados. Os hinos protestantes eram quase sempre didáticos ou polêmicos, sacrificando a doçura da canção sacra medieval, mas os corais protestantes já apontavam para Johann Sebastian Bach. O ensino da música era compulsório nas escolas de todos os credos; o *kantor* — isto é, o professor de música — figurava na hierarquia escolástica logo em seguida ao reitor ou diretor. Os organistas eram tão famosos naquele tempo quanto os pianistas hoje; Jakob Handl gozava de alta reputação em Praga, e os irmãos Hassler — Hans, Kaspar e Jakob — empolgavam as congregações, em Dresden, Nuremberg e Praga, muitas vezes com suas próprias composições. O talento para a música parecia ser um dom de família, não em virtude de qualquer hereditariedade mística, mas pela influência no lar; assim, uma verdadeira legião de Schultzes tomou o nome de Praetorius. Michael Praetorius compôs não só muitos tomos de música como, também, em seu *Syntagma musicum* (1615-20), uma meticulosa e erudita enciclopédia sobre a história, os instrumentos e as formas da música.

O grande nome nesse período e nesse domínio foi Heinrich Schütz, unanimemente festejado como o pai da moderna música alemã. Nascido de família saxã, em 1585, exatamente um século antes de Bach e Händel, criou as formas e o espírito musicais que esses homens elevaram à perfeição. Aos 24 anos ele foi para Veneza, onde estudou com Giovanni Gabrieli. Voltando à Alemanha, hesitou entre seguir a música ou a advocacia; acabou, porém, por se estabelecer como diretor musical em Dresden, na corte de Johann George, eleitor da Saxônia. De 1618 em diante, criou músicas corais que, no seu uso e contraste de coros, vozes solistas e instrumentos, prepararam o caminho para os muitos Bachs. Pela primeira vez, então, o pesado contraponto dos corais alemães fundiu-se e suavizou-se com o mais melodioso estilo "concertante", que combinava vozes e instrumentos. Para celebrar o casamento da filha do eleitor (1627), Schütz compôs a primeira ópera alemã — *Dafne* — baseada na ópera homônima de Peri, que fora apresentada em Florença 33 anos antes. Uma segunda viagem à Itália levou Schütz a dar mais destaque aos solos e instrumentos em suas *Symphoniae sacrae* (1629), musicando textos latinos dos Salmos e dos Cantares. Em 1631, a Saxônia tornou-se um ativo teatro de guerra, e Schütz vagueou de uma corte a outra, indo mesmo à Dinamarca, à procura de coros e pão; só em 1645 conseguiu estabelecer-se novamente em Dresden. Criou, nesse ano, a paixão, estilo musical alemão, com um oratório, *As Sete Palavras da Cruz*; nele, introduziu a novidade de dar às palavras de um

só personagem uma mesma voz, e fazer preceder ou seguir essa voz com a mesma melodia, executada pelos instrumentos; Bach adotou esse método em *A Paixão Segundo São Mateus*. Tornando a abrir novos caminhos, Schütz publicou, em 1657, as *Deutsche Konzerten* — cantatas que o colocaram, com Carissimi, como co-fundador do oratório dramático. Seu *Oratório de Natal* (1664) estabeleceu outro alvo para Bach atingir. Um ano depois, alcançou seu apogeu com a *Paixão e Morte de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo*, rigorosamente orquestrada somente para vozes, sem a ajuda de árias. Logo depois ficou surdo. Retirou-se para a solidão de sua casa e morreu aos 87 anos, após ter musicado uma passagem do Salmo 119: "Os teus decretos são motivo dos meus cânticos, na casa da minha peregrinação".

IV. LITERATURA E ARTES

As produções literárias que se notabilizaram no império, nessa época, foram a tradução da Bíblia pelos irmãos boêmios (1588) e o épico húngaro *Zrinyiasz* (1644), de Miklós Zrinyi. A Alemanha, e especialmente Frankfurt-sobre-o-Meno, sucedeu a Itália, nesse período (cerca de 1600), como a mais ativa editora de livros. A feira de livros de Frankfurt começou, em 1598, a editar semestralmente um catálogo de publicações. As sociedades literárias encorajavam a poesia e o drama, mas a literatura via-se sufocada pela censura civil e eclesiástica. Os líderes luteranos, calvinistas e católicos concordavam em que as obras consideradas prejudiciais ao governo, à religião oficial ou à moral pública deviam ser proibidas; e, por estranho que pareça, o número total de livros proibidos pelas autoridades protestantes excedia o total dos que foram condenados pela Igreja Romana.[32]

A erudição declinava à medida que as controvérsias desfiguravam a verdade. Matthias Flacius Illyricus e seus auxiliares compilaram, em 13 volumes in-fólio, a história da Igreja cristã; mas *Os Séculos de Magdeburg*, como sua *Historia ecclesiae Christi* (1559-74) que recebeu esse nome do lugar onde foi composto e de sua divisão por séculos, era tão parcial quanto as histórias católicas daquele tempo, quando todo livro era uma arma; assim, Gregório VII, para esses centuriões, era "o mais monstruoso de todos os monstros nascidos", que maquinara a morte de vários papas antes de galgar o "Trono da Pestilência".[33] A mais bela historiografia alemã de seu tempo foi a de Johannes Sleidanus sobre a Reforma: *De statu religionis et reipublicae Carolo V Caesare* (1555), tão imparcial que nem mesmo Melanchthon pôde perdoar-lhe.

Em seguida às invectivas, a forma literária mais popular era o drama. Protestantes e católicos serviam-se do palco para propaganda; as peças dos protestantes ridicularizavam o papa e terminavam geralmente por levá-lo para o inferno. Os chantres católicos da Suíça produziram peças sobre a Paixão, a Páscoa e o Juízo Final desde 1549, uma delas com 290 atores. O drama da Paixão, de Oberammergau, foi apresentado pela primeira vez em 1634, em cumprimento a uma promessa feita durante a peste de 1633, sendo repetido a cada dez anos; durava de oito e meia da manhã às 18 horas, com duas horas de intervalo ao meio-dia. Atores italianos entraram na Alemanha em 1568, sendo seguidos pelos holandeses, franceses e ingleses. Essas *troupes* logo substituíram as representações de amadores pelas de profissionais, e arrancaram muitas reclamações por suas obscenidades remuneradas.

Mais popular ainda foi o viril e versátil satirista alsaciano Johann Fischart. Cedendo

alegremente ao espírito da época, ele publicou uma série de paródias anticatólicas tão inteligentemente devastadoras que ele logo se tornou o autor mais lido na Alemanha. Seu *Bienenkorb des heiligen römischen Immensschwarms* (1579) atacou, com apaixonada comicidade, a história, a doutrina, as cerimônias e o clero da Igreja; todos os conventos católicos eram estufas de libertinagem e aborto; a Igreja decretara que os sacerdotes "podiam servir-se livremente das esposas de outras pessoas"; foram encontradas seis mil cabeças de infantes em um poço nas proximidades de um convento; e assim por diante.[34] Outra sátira, *Jesuitenhütlein*, ridicularizava o chapéu de quatro bicos dos jesuítas e denunciava todos os seus métodos e idéias. Em 1575, sob um cômico título de oito linhas, Fischart publicou uma pseudotradução, na verdade uma imitação aumentada, do *Gargântua* de Rabelais; nela, o autor escarnecia de todos os aspectos da vida alemã — a opressão dos pobres, os maus-tratos aplicados aos alunos, a gula e a embriaguez, a fornicação e o adultério — numa mistura do estilo literário com o dialeto alsaciano, condimentada com obscenidades e chistes. Fischart morreu aos 43 anos, tendo esgotado todo o seu vocabulário.

Quase com a mesma vivacidade de espírito e morrendo naquele mesmo ano (1590), com a mesma idade, Nikodemus Frischlin passou pela experiência de uma dúzia de vidas em uma só. Aos 20 anos, era professor de história e poesia em Tübingen; escreveu versos em latim com uma sutileza quase horaciana, e comentários eruditos sobre Virgílio. Aos 35 foi demitido de suas funções por satirizar a nobreza. Passou, depois disso, a viver patusca e descuidadamente. Bebia em excesso, pois o vinho, dizia, era uma necessidade para o gênio, e os versos dos abstêmios não passavam de inutilidade insípida; foi acusado de desgraçar uma moça e envenenar outra; ameaçado de processo criminal por imoralidade, fugiu de uma cidade para outra; dedicou e publicou uma palestra a 11 notabilidades diferentes, distribuídas geograficamente para, assim, conseguir asilo nas respectivas regiões; morreu de uma queda, quando ainda não expressara completamente sua opinião sobre os seus inimigos. À moda do tempo, chamavam-no "um poeta fedorento e sarnento... um mentiroso e patife, um aborto do diabo";[35] mas foi o melhor poeta que a Alemanha pôde produzir naquela época infeliz.

A arte sofreu com a aversão dos protestantes pelas imagens, o declínio do patrocínio da Igreja, a corrupção dos estilos nativos pela destoante influência italiana, a decadência do gosto em razão da moral grosseira e das violentas controvérsias e, depois, com o fogo destruidor da guerra. É de admirar porém que, a despeito desses desencorajamentos, o engenho alemão tenha produzido, nas seis décadas anteriores à guerra, vários palácios suntuosos e grandiosas câmaras municipais, um bom pintor e algumas preciosidades em artes menores. As coleções do Imperador Rodolfo II e do Duque Alberto V, da Baviera, formaram os núcleos da célebre Alte Pinakothek de Munique. O próprio Alberto era um Medici alemão, fazendo de sua corte um abrigo para os artistas, embelezando sua capital com obras arquitetônicas e reunindo estátuas no imponente Antiquarium* — o primeiro museu de estatuária antiga ao norte dos Alpes.

Em 1611-19, um arquiteto holandês construiu para o Duque Maximiliano I, em Munique, a Residenz* que, durante séculos, serviu de moradia aos duques, eleitores

* Esta e outras construções assinaladas com asterisco nesta seção foram destruídas, ou seriamente danificadas, na Segunda Guerra Mundial.

e reis da Baviera. Gustavo Adolfo lamentou não ter podido remover para Estocolmo esse modelo favorito dos últimos tempos da Renascença alemã. Os jesuítas, em sua própria versão ornamentada do barroco, erigiram belas igrejas em Koblenz e Dilligen, e a maciça Hofkirche (igreja de São Miguel)* em Munique. Em estilo mais simples e mais majestoso, Santino Solari projetou a catedral de Salzburg, pouco antes de irromper a Guerra dos Trinta Anos.

Como os príncipes se tinham apropriado da maior parte da riqueza eclesiástica na Alemanha protestante, a arquitetura deixou de ser eclesiástica e tornou-se civil, por vezes suntuosa. Construíram-se imensos castelos: o Schloss Heiligenberg, em Baden, célebre pelo teto de madeira de tília entalhada na sua Rittersaal (Salão dos Cavaleiros); o castelo de Aschaffenburg*, no Meno; o castelo de Heidelberg, ainda um dos principais pontos de atração turística da Alemanha. Uma suntuosa *Rathus* (câmara municipal) foi erguida para abrigar a administração municipal em Lübeck*, Paderborn*, Bremen, Rotheburg, Augsburgo*, Nuremberg*, Graz. Os mercadores de tecidos de Augsburgo contrataram o principal arquiteto da cidade, Elias Holl, para construir sua Zeughaus (Casa do Tecido). Bremen construiu uma Kornhaus e Frankfurt uma Salzhaus para os negociantes de cereais e sal, respectivamente; e quem poderia imaginar que o vinagre pudesse encastelar-se, com tão apurado gosto, na Essighaus, de Bremen?

Nesse período e nos 150 anos seguintes, ergueram-se em toda parte, na Alemanha, palácios para abrigarem os vitoriosos príncipes no alegre e arabescado barroco. O margrave de Ansbach-Bayreuth despendeu 237.000 florins em seu palácio de Plassenburg, e isto num dos mais pobres principados do império. De melhor gosto foi o palácio do eleitor, construído para os arcebispos de Mogúncia. A arquitetura doméstica daquele período aparece fascinantemente pitoresca na tradição e na ilustração, se bem que um médico enfurecido descrevesse as casas alemãs, em 1610, como formadas de quartos escuros, malcheirosos e sujos, nos quais raramente se respirava ar fresco.[36] Entretanto, o interior das habitações dos burgueses era o verdadeiro lar das artes menores da Alemanha, rico de adornos feitos por habilidosos artesãos: painéis e tetos esculpidos, resistente mobília talhada e marchetada, grades de ferro lavrado, fechaduras e barras modeladas em formas grandiosas, estatuetas de marfim, taças de prata ou ouro. O burguês alemão jamais se cansou de adornar sua casa.

A gravura, especialmente em cobre, floresceu na Alemanha mesmo durante as guerras. Lukas Kilian e seu irmão Wolfgang deram início, por volta de 1600, a uma notável dinastia de gravadores que continuou pelo século XVII com os filhos de Wolfgang, Philipp e Bartholomäus, e com os bisnetos de Philipp até 1781. A escultura alemã, porém, sofreu com as tentativas de imitar as formas clássicas, estranhas ao feitio e ao caráter alemães. Quando os entalhadores nativos entregavam-se ao trabalho, produziam obras de excelente qualidade, como os altares central e lateral da Ulrichskirche, em Augsburgo, talhados na madeira por Hans Degler, ou as 70 figuras esculpidas por Michael Hönel para a catedral de Gurk, na Áustria. Obras características da época foram as maravilhosas fontes, inspiradas em modelos italianos; a fonte de Wittelsbacher, em Munique, defronte à Residenz, e a Tugendbrunnen (Fonte da Virtude) em Nuremberg, em frente à Lorenzkirche.

Rubens, ao tomar conhecimento da morte de Adão Elsheimer (1610), aos 32 anos

de idade, disse: "Essa perda devia mergulhar em profunda tristeza todos os de nossa profissão. Não será fácil substituí-lo, e, em minha opinião, jamais será igualado em [pintura] de pequenas figuras, paisagens e muitas outras coisas."[37] Nascido em Frankfurt, Adão partiu para a Itália aos 20 anos e, após uma estada em Veneza, passou o resto de sua vida em Roma. Rubens rogou a Deus que "perdoe a Adão pelo pecado da preguiça", mas não sabemos se foi a preguiça que fez Elsheimer limitar seu trabalho a pequenas pinturas em chapas de cobre. Dificilmente pode ter sido a preguiça que o tenha feito dar a suas paisagens tão aprimorado acabamento como em *A Fuga para o Egito*[38] ou tão extraordinárias reproduções da luz e do ar que, em sua modesta escala, o fizeram um Rembrandt antes de Rembrandt. Parece ter sido bem pago pelo seu trabalho, mas não o bastante para poder atender às suas necessidades e gostos. Faliu, foi preso por dívidas e morreu logo depois de sua libertação.

A pintura sobre o vidro foi a arte favorita nessa época, primeiro em Zurique e Basiléia, depois em Munique, Augsburgo e Nuremberg; as janelas nos conventos e nas casas passaram a ser tão coloridas quanto numa igreja medieval. A escultura em vidro apareceu em princípios do século XVII em Nuremberg e Praga. A família Hirschvogel, em Nuremberg, celebrizou-se pelas louças e vidros artísticos. Colônia e Siegburg alegravam os corações alemães com seus jarros e canecas de pedra, primorosamente talhados, e os fogões eram, muitas vezes, revestidos de cerâmica colorida e vitrificada. Nos trabalhos em madeira, marfim, ferro, gemas e metais preciosos, os alemães foram insuperáveis. Os marceneiros gozavam de tão alta estima que, quando um deles foi condenado à forca por furto, perdoaram-lhe por ser tão bom na "arte da carpintaria". As grades de ferro que cercam o túmulo do Imperador Maximiliano I, em Innsbruck, são soberbas. Anton Eisenhut confeccionou, em 1588, vasos litúrgicos de prata ostentando desenhos tão delicados e tão ricamente adornados que ainda são considerados o máximo no seu gênero. Joalheiros alemães eram muito procurados em toda parte, e seus produtos encontravam prontamente mercado na Europa. Fabricavam-se xícaras, taças e jarros de prata em uma centena de formas extravagantes; humorísticos; os alemães embriagavam-se bebendo em recipientes que representavam moinhos de vento, lanternas, maçãs, macacos, cavalos, porcos, monges e freiras. Até em seus copos travavam batalhas teológicas.

V. CREDOS HOSTIS

A dieta de Augsburgo (1555) trouxera para a luta religiosa uma trégua geográfica, baseada no princípio *Cuius regio eius religio*, "A cada região, sua religião", isto é, em cada estado a religião do governante seria a religião de seus súditos; os dissidentes teriam de emigrar. O acordo significou um progresso mínimo, pois substituiu a execução pela emigração; limitou-se, porém, ao luteranismo e ao catolicismo, e a dolorosa erradicação de inúmeras famílias aumentou o caos e a amargura na Alemanha. Quando um governante que observava determinado credo era sucedido por outro de credo diferente, esperava-se que, em conseqüência, a população modificasse sua fé. A religião tornou-se instrumento e vítima da política e da guerra.

Assim dividida teologicamente, a Alemanha, antes da Guerra dos Trinta Anos, apresentava um mapa religioso nada simples. De modo geral, o norte era protestante, e

o sul e a Renânia, católicos; mas, na medida em que o princípio de Augsburgo não podia ser posto em execução minuciosa ou apressadamente, havia muitos protestantes em áreas católicas e muitos católicos em terras protestantes. Os católicos tinham as vantagens inerentes à tradição e à união; os protestantes gozavam de maior liberdade de crença, e dividiam-se em luteranos, calvinistas, anabatistas e unitários; mesmo entre os luteranos havia uma guerra de credos, travada entre os adeptos e os oponentes do liberal Melanchthon. Em 1577, os luteranos formularam sua fé no Livro da Concórdia e, daí por diante, os calvinistas foram expulsos dos estados luteranos. No Palatinado, o Eleitor Frederico III favoreceu o calvinismo e transformou a Universidade de Heidelberg em seminário para a juventude calvinista. Lá, em 1563, teólogos calvinistas elaboraram o Catecismo de Heidelberg, que surpreendeu tanto os católicos quanto os luteranos pelo fato de rejeitar a Presença Real de Cristo no vinho e no pão da eucaristia. Os católicos eram tolerados no Palatinado, desde que restringissem seu culto às suas casas; os unitários, porém, foram reprimidos à força. Em 1570, dois homens, que contestaram ou limitaram a divindade de Cristo, foram condenados à morte por insistência dos professores calvinistas da Universidade de Heidelberg. O Eleitor Luís, filho de Frederico, preferiu e pôs em vigor o luteranismo; João Casimiro, irmão de Luís, como regente (1583-92), preferiu e pôs em vigor o calvinismo; o Eleitor Frederico IV (1592-1610) confirmou essa política. Seu filho Frederico V (1610-23) casou-se com Elizabeth Stuart (filha de Jaime I da Inglaterra), reivindicou o trono da Boêmia e precipitou a Guerra dos Trinta Anos.

A luta entre luteranos e calvinistas foi tão acirrada quanto entre protestantes e católicos, e prejudicou a cooperação dos protestantes durante a guerra, pois cada mudança de papéis entre perseguidores e perseguidos deixava uma herança de ódio. Em 1585, o Conde Wolfgang de Isenburg-Ronneburg destituiu todos os funcionários luteranos em seu território, substituindo-os por calvinistas; em 1598, seu irmão e sucessor, o Conde Henrique, informou os pregadores calvinistas de que deviam deixar a região dentro de poucas semanas, não obstante o tempo invernoso; em 1601, o Conde Wolfgang Ernest foi o sucessor no governo; expulsou os pregadores luteranos e restabeleceu o calvinismo. Substituições semelhantes de luteranos por calvinistas ocorreram em Anhalt (1595), Hanau (1596) e Lippe (1600). Na Prússia Oriental, Johann Funck, acusado de inclinação pelo calvinismo, foi executado na praça do mercado de Königsberg, em meio a grande júbilo popular (1566).[39] O Chanceler Nikolas Krell foi decapitado em Dresden (1601) por haver alterado o ritual luterano, imprimindo-lhe orientação calvinista, e por apoiar os huguenotes da França.[40] Em 1604, o Landgrave Maurício de Hesse-Cassel adotou o calvinismo; em 1605, fê-lo vigorar ali e no Alto Hesse; suas tropas rechaçaram uma multidão de luteranos reunida em resistência, e destruíram as imagens religiosas nas igrejas; pregadores que se recusaram a passar do luteranismo para o calvinismo foram banidos.[41] No eleitorado de Brandemburgo, luteranos e calvinistas travaram violentos debates sobre se a hóstia consagrada era realmente o corpo de Cristo; o governo acabou por decretar o calvinismo como a verdadeira religião (1613 e seg.).[42]

Em meio a essas variações da verdade, reinou — como raramente se verificou antes ou depois na história — o que Melanchthon denominara *rabies theologorum*. O pastor luterano Nivander (1582) relacionou 40 características do lobo e mostrou que elas

eram, precisamente, as marcas distintivas dos calvinistas. Descreveu as horríveis mortes de importantes líderes antiluteranos; Zwingli — disse ele — tendo tombado na batalha, "foi cortado em pedaços, e os soldados usaram sua gordura — pois ele era um homem corpulento — para engraxar suas botas e os sapatos".[43] Dizia um panfleto luterano, em 1590: "Se alguém quiser saber, em poucas palavras, sobre quais artigos de fé lutamos contra esse diabólico ninho de víboras calvinistas, a resposta é a seguinte: contra todos e cada um deles... pois eles não são cristãos e sim judeus e maometanos batizados".[44] Na feira de Frankfurt — escreveu Stanislaus Rescius (1592) — "temos observado, durante vários anos, que os livros escritos por protestantes contra protestantes são três vezes mais numerosos do que os escritos por protestantes contra católicos".[45] "Esses violentos teólogos" — queixou-se um autor protestante em 1610 — "agravaram e aumentaram, de tal maneira, a desastrosa luta entre os cristãos que se separaram do papado, que parece não haver esperança de toda essa gritaria, calúnias, abusos, condenações, anátemas, etc., chegar a um fim antes do advento do Dia do Juízo."[46]

Para compreendermos esta "raiva teológica", precisamos nos lembrar de que todos os partidos em disputa concordavam que a Bíblia era a palavra infalível de Deus e que a vida depois da morte devia ser a principal preocupação da vida. E esse quadro devia abrigar a verdadeira piedade que tornava humildes e exaltava muitos luteranos, calvinistas e católicos em meio ao delírio das religiões. Os pietistas fugiram das tribunas teológicas e procuraram na solidão um pouco da confortadora presença divina. O *Paradisgärtlein* (Pequeno Jardim do Paraíso), de Johann Arndt, ainda é lido na Alemanha protestante como um manual de devota contemplação. Jakob Böhme dispôs-se a uma mística união da alma individual com um Deus concebido como o Bem Universal e a Razão de todas as coisas, encerrando todas as contradições, todo "mal" e todo "bem". Böhme alegava ter visto o "Ser de todos os Seres, o Deus, o Abismo e também a origem da Santíssima Trindade".[47] Um espírito que não simpatize com o misticismo só encontrará em *De signatura rerum* (Sobre a Marca de Todas as Coisas, 1621), de Böhme, um turbilhão de absurdidades; conforta descobrir que outro místico, John Wesley, descreveu-o como "sublime tolice".[48] Melhores eram os hinos simples e sensíveis do jesuíta pietista Friedrich von Spee.

Como em toda parte da Europa, foram os jesuítas que lideraram a cruzada católica para a recuperação do terreno perdido. Começaram procurando reformar o clero católico. "Permita Deus" — escreveu o jesuíta Peter Faber, de Worms, em 1540 — "que haja nesta cidade pelo menos dois ou três sacerdotes que não se tenham entregado às relações ilícitas ou que não estejam cometendo outros pecados."[49] Mas a principal estratégia era conquistar a juventude; os jesuítas abriram, então, colégios em Colônia, Trier, Koblenz, Speyer, Dillingen, Münster, Würzburg, Ingolstadt, Paderborn e Freiburg. Pedro Canísio, cabeça e alma dessa campanha dos jesuítas, atravessou quase toda a Alemanha a pé, criando colégios, orientando os jesuítas em suas polêmicas e explicando aos governantes alemães as vantagens da antiga fé. Insistiu junto ao Duque Alberto V no sentido de extirpar pela força o protestantismo da Baviera.[50] Através dos jesuítas, dos capuchinhos, da reforma do clero, do zelo dos bispos e da diplomacia dos papas e núncios apostólicos, metade do terreno conquistado pelos protestantes alemães, na primeira metade do século XVI, foi retomado pela Igreja na se-

gunda metade. Aqui e ali usaram-se certas formas de coação, mas o movimento, em sua maior parte, foi de ordem psicológica e política: as massas estavam cansadas de dúvidas, controvérsias e predestinação; seus soberanos viram em um catolicismo unido e tradicional um esteio mais forte para o governo e a ordem social, que um protestantismo caoticamente dividido e precariamente novo.

Percebendo finalmente que suas dissensões internas eram suicidas, os protestantes voltaram seus púlpitos e suas penas contra o inimigo romano. Uma guerra de palavras e tintas preparou a guerra de canhões e sangue, e as injúrias mútuas atingiram quase um êxtase homicida. Palavras como *estrume, lixo, asno, porco, prostituta, assassino* entraram na terminologia teológica. O escritor católico Johann Nas, em 1565, acusou os luteranos de se entregarem ao "assassinato, ao roubo, às mentiras, fraudes, gula, embriaguez, incesto e vilanias, sem temor, pois somente a fé, dizem eles, tudo justifica"; e entendia que, provavelmente, toda mulher luterana era prostituta.[51] Os católicos consideravam a condenação dos protestantes um axioma de teologia; mas o pregador luterano Andreas Lang escreveu (1576) com igual segurança: "Os papistas, como os turcos, judeus e pagãos acham-se privados da graça de Deus, do perdão dos pecados e da salvação; estão destinados a uivar, lamentar-se e ranger os dentes por toda a eternidade no fogo ardente e no enxofre das chamas do inferno".[52] Autores de ambas as facções narravam casos escandalosos dos adversários, como agora fazemos na guerra de crenças políticas. O mito da Papisa Joana era popular na literatura protestante: "O povo via e sabia" — escreveu um clérigo em 1589 — "como eram consumados patifes e vilões esses jesuítas que, obstinadamente, persistiam em negar que a meretriz inglesa Agnes fora papisa em Roma e dera à luz uma criança durante uma procissão pública."[53] Os papas — foi dito em um sermão (1589) — sempre foram e ainda são, sem uma única exceção, sodomitas, nigromantes e feiticeiros; muitos deles são hábeis em cuspir o fogo do inferno de suas bocas. "Satanás muitas vezes tornava-se visível aos papas... e juntava-se a eles para amaldiçoar e pisotear a cruz de Cristo; dançavam nus sobre ela, dando a isso o nome de ofício divino."[54] Os fiéis bebiam avidamente esses venenos. "As crianças nas ruas" — um clérigo protestante disse em 1584 — "aprenderam a amaldiçoar e distinguir o Anticristo romano e sua horda maldita."[55]

Os jesuítas eram o alvo favorito. Em centenas de caricaturas, panfletos, livros e poemas, eles eram acusados de pederastia, adultério e bestialidade. Uma xilogravura, de 1569 (ainda conservada na coleção de Goethe, em Weimar), mostra o papa, na figura de uma porca, dando cria a jesuítas em forma de leitões. Em 1593, o teólogo luterano Polycarp Leiser publicou em latim uma *Historia Jesuitici Ordinis*, na qual descrevia os jesuítas praticando livremente os mais obscenos vícios com o consentimento e perdão do papa.[56] *Eine wahrhaftige neue Zeitung* (Novo Jornal Verdadeiro, 1614) informou seus leitores de que o jesuíta Cardeal Belarmino cometera adultério 2.236 vezes com 1.642 mulheres e, prosseguindo, descreveu a dolorosa morte do cardeal, que, no entanto, só morreria dali a sete anos.[57]

Os jesuítas, a princípio, responderam com prudência. Canísio aconselhara o emprego de linguagem serena; assim o fez o pastor protestante Johann Mathesius; mas o público preferia o insulto à moderação. Os polemistas protestantes acusaram os jesuítas de aceitarem a doutrina do jesuíta Mariana, que defendia o tiranicídio; um je-

suíta alemão respondeu que essa era precisamente a doutrina que se devia aplicar aos príncipes que forçavam seus súditos a seguir o protestantismo; outros jesuítas, porém, asseguraram aos governantes protestantes que eles eram considerados príncipes legítimos e que nem um fio de seus cabelos seria tocado.[58] O jesuíta Conrado Vetter publicou (1594-99) 10 panfletos nos quais usou os mais grosseiros e insultuosos termos, alegando, como desculpa, estar seguindo a orientação dos teólogos luteranos; tais panfletos eram adquiridos pelo público mal saíam da tipografia. Os jesuítas de Colônia declararam que "os obstinados hereges que espalhavam dissensões por toda parte" do território católico

> deviam ser punidos do mesmo modo que os ladrões, os salteadores e os assassinos; em verdade, com maior severidade que os tais criminosos, pois estes apenas ferem o corpo ao passo que aqueles mergulham as almas na perdição eterna.... Se Lutero tivesse sido executado ou queimado na fogueira 40 anos antes, ou se certas pessoas tivessem sido eliminadas do mundo, não estaríamos sujeitos a essas abomináveis dissensões ou a esse grande número de seitas que perturbam o mundo inteiro.[59]

Com esse mesmo espírito, o calvinista David Parens, professor de teologia em Heidelberg, conclamou (1618) todos os príncipes protestantes a realizarem uma cruzada contra o papado; nessa empresa, não deveriam "se deter ante qualquer ação severa ou castigo".[60] A barragem de panfletos culminou com 1.800 publicações em um só ano — 1618 —, o primeiro ano da guerra.

Como aumentavam o poderio e a irritação dos católicos, certo número de príncipes protestantes formou a União dos Estados Evangélicos (1608), ou União Protestante, para mútua proteção. O eleitor da Saxônia manteve-se à parte, mas Henrique IV da França prontificou-se a auxiliar qualquer empresa contra o imperador Habsburgo. Em 1609, vários governantes católicos, liderados pelo Duque Maximiliano I, da Baviera, formaram a União Católica, que veio a ser conhecida como Liga Católica; em agosto de 1610, quase todos os estados católicos do império já se haviam unido a ela, e a Espanha ofereceu auxílio militar. A União Protestante concordou (fevereiro de 1610) em ajudar Henrique IV a apoderar-se do ducado de Jülich-Cleves, mas o assassinato do rei francês (14 de maio) deixou os protestantes privados de seu mais forte aliado. O medo varreu a Alemanha protestante, mas a Liga ainda não estava preparada para a ação. Em janeiro de 1615, o Landgrave Maurício de Hesse-Cassel advertiu a União Protestante de que "a Liga Católica, protegida pelo papa, o rei da Espanha, a corte de Bruxelas e o imperador... encomendara munições de guerra... com o propósito... de extirpar a religião evangélica".[61] Caspar Scioppius fez aumentar a agitação, advertindo os católicos e luteranos (1616) de que os calvinistas "pretendiam destruir a Paz Pública e Religiosa, todo o Sacro Império Romano, e erradicar do império a Confissão de Augsburgo, assim como a fé católica";[62] isso talvez fosse uma tentativa para dividir ainda mais os principais organismos protestantes. Conflitos territoriais entre a Áustria e a Baviera enfraqueceram a Liga Católica em 1616, e os homens recomeçaram a sonhar com a paz.

Mas, em Praga, o Conde Heinrich von Thurn instou junto aos chefes protestantes no sentido de impedirem o ardoroso católico, Arquiduque Fernando, de assumir o trono da Boêmia. O Imperador Matias deixara cinco governadores representantes administrando o país durante sua ausência. Os governadores venceram os protestantes

nos debates sobre a construção de uma igreja em Klostergrab, e mandaram para a prisão os opositores. No dia 23 de maio de 1618, Thurn conduziu uma turba de protestantes enfurecidos ao castelo de Hradschin, invadiram as salas onde se encontravam dois dos governadores e atiraram-nos pela janela juntamente com um secretário que os defendia. Caíram os três de uma altura de 15 metros sobre um monte de lixo, escapando mais sujos do que feridos. Essa célebre defenestração foi um dramático desafio ao imperador, ao arquiduque e à Liga Católica. Thurn expulsou o arcebispo e os jesuítas e formou um diretório revolucionário. Mal percebeu que libertara os cães de guerra.

VI. A GUERRA DOS TRINTA ANOS

1. *A Fase Boêmia: 1618-23*

Matias enviou ao Diretório uma proposta de anistia e negociação; ela foi recusada.[63] O Arquiduque Fernando, sem dar atenção ao imperador, despachou dois exércitos para invadirem a Boêmia. Frederico V, eleitor do Palatinado, persuadiu Carlos Emmanuel, o anti-Habsburgo duque de Savóia, a mandar para a Boêmia uma força auxiliar comandada por um hábil *condottiere*, Peter Ernest von Mansfeld; Mansfeld conquistou Pilsen, a fortaleza dos católicos na Boêmia; os exércitos de Fernando puseram-se em retirada. Cristiano de Brunswick, chanceler de Frederico, sugeriu aos diretores que fortificassem suas defesas e afastassem Fernando do trono, se quisessem oferecê-lo a Frederico. No dia 20 de março de 1619, Matias morreu, deixando Fernando como rei legítimo da Boêmia e herdeiro presuntivo da coroa imperial. Em 19 de agosto, a dieta da Boêmia declarou a deposição de Fernando como rei; no dia 27, proclamou Frederico do Palatinado rei da Boêmia; em 28, os eleitores do império elegeram o arquiduque da Estíria Imperador Fernando II.

Frederico hesitou em aceitar seu novo título. Sabia que, como líder calvinista, não contaria com apoio luterano, tendo ainda contra si o império, o papado e a Espanha. Apelou a seu sogro, Jaime I da Inglaterra, para que ele lhe enviasse um exército; em vez de um exército, o cauteloso rei mandou-lhe um bom conselho — que recusasse o trono da Boêmia. A alegre e vivaz esposa de Frederico, Elizabeth, não instou para que ele aceitasse, mas prometeu partilhar com boa disposição a sorte que sua decisão pudesse trazer; e manteve sua promessa. Cristiano de Brunswick aconselhou-o a aceitar. Em 31 de outubro de 1619, os novos reis entraram em Praga e foram entusiasticamente recebidos pela dieta e pela populaça.

Frederico era ainda um jovem de 20 anos, de belo caráter e cavalheiresca disposição, mas demasiado imaturo para um estadista. Um de seus primeiros atos, depois de instalar-se em Praga, foi ordenar a retirada de todos os altares e imagens do santuário nacional — a Igreja de São Vito — e logo seus partidários trataram de limpar outros templos boêmios. A minoria católica denunciou o procedimento e os luteranos da Boêmia viram-no com desagrado; a Alemanha luterana olhou com frieza esse entusiasmo calvinista. Em 30 de abril de 1620, Fernando proclamou Frederico um usurpador e ordenou-lhe que deixasse o império até 1º de junho; se deixasse de fazê-lo,

seria declarado proscrito e sua propriedade seria confiscada. O imperador prometeu garantir imunidade contra ataques aos estados protestantes da Alemanha, se eles dessem aos estados católicos garantia idêntica; a proposta foi aceita no Tratado de Ulm (3 de junho de 1620). Os príncipes protestantes alegaram que Frederico pusera em perigo suas liberdades ao desafiar Fernando. O Eleitor Johann George, da Saxônia, colocou seu estado luterano ao lado do imperador católico.

Em agosto, um exército imperial de 25.000 homens, procedente da Áustria, entrou na Boêmia sob o comando de um general de Maximiliano da Baviera, Johan Tserclaes, conde de Tilly, que aprendera com os jesuítas sua religião e com o duque de Parma a arte da guerra. Nas proximidades da Montanha Branca, a oeste de Praga, este exército travou combate com os boêmios e os derrotou (8 de novembro). Frederico, Elizabeth e sua *entourage* fugiram para a Silésia. Não conseguindo levantar um exército lá, o rei e a rainha dispensaram seus acompanhantes e procuraram abrigo no Brandemburgo calvinista. No dia seguinte à batalha, Maximiliano da Baviera ocupou Praga. O catolicismo foi imediatamente restabelecido; as imagens foram repostas nas igrejas; os jesuítas foram novamente chamados; toda a educação passou para o controle católico; não se permitiria religião alguma com exceção do catolicismo e do judaísmo. Aboliu-se a comunhão com o vinho e o pão. O Dia de Jan Hus, antes celebrado como festa nacional, passou a ser dia de luto, com todas as igrejas fechadas. Trinta rebeldes importantes foram presos; 27 foram executados, e, durante 10 anos, 12 crânios destacados de seus esqueletos arreganharam seus dentes do alto da torre da ponte Carlos, sobre o Moldávia.[64] Proibiu-se a emigração a todos os rebeldes. Suas propriedades foram confiscadas para o Rei Fernando, que as vendeu aos católicos a preços de pechincha; formou-se uma nova nobreza católica alicerçada sobre a servidão camponesa. As classes média e comercial quase desapareceram.

Enquanto Maximiliano da Baviera estava, assim, repelindo o calvinismo na Boêmia, Spinola, durante a trégua nos Países Baixos, conduziu, de Flandres, um grande exército para conquistar o Palatinado. Alguns pequenos príncipes protestantes reuniram um exército para se opor a ele, e Frederico, deixando sua esposa em Haia, juntou-se a eles. Quando Spinola foi chamado de volta aos Países Baixos, em virtude do reinício da guerra holandesa com a Espanha, Tilly substituiu-o, derrotou os protestantes (1622), conquistou e saqueou Heidelberg. A grande biblioteca da universidade foi embarcada em 50 carros e transportada para Roma como presente de Maximiliano da Baviera a Gregório XV. A Maximiliano, que regressara triunfante da Boêmia, foram dados o Palatinado e seu privilégio eleitoral em retribuição aos serviços prestados ao imperador. Os estados católicos dispunham agora de maioria na dieta eleitoral.

O escopo e o alcance da vitória católica perturbaram os potentados católicos, assim como os protestantes. O prestígio e o poderio crescentes de Fernando II ameaçavam os "privilégios" dos príncipes alemães; Maximiliano inquietara-se ao perceber que lhe fora permitido manter o Palatinado e a Baviera somente como estados-vassalos do imperador. O Papa Urbano VIII simpatizava com o ponto de vista francês de que os Habsburgos estavam se tornando demasiado fortes para o bem da França e para a liberdade do papado, e fechou os olhos à tributação que Richelieu impôs aos católicos franceses, a fim de auxiliar os protestantes alemães — e mais tarde um rei sueco — contra o imperador católico. Em 1624, o extraordinário cardeal transformou subi-

tamente o cenário político com uma série de golpes diplomáticos. Assinou, em 10 de junho, uma aliança com os holandeses protestantes contra a Flandres e a Espanha católicas; em 15 de junho, conseguiu a adesão da Inglaterra protestante; em 9 de julho, a da Suécia e da Dinamarca; em 11 de julho, persuadiu Savóia e Veneza a se unirem a ele num esforço para cortar a via de abastecimento e reforços hispano-austríaca através dos desfiladeiros de Valtellina, nos alpes suíço-italianos. Em 1625, Cristiano IV da Dinamarca levou 20.000 homens para se unirem aos quatro mil de Mansfeld, na Baixa Saxônia. Alarmado, Maximiliano aconselhou o imperador a enviar auxílio a Tilly, cujos 18.000 soldados foram reduzidos a 10.000 pelas intempéries, fome e doenças. Fernando respondeu chamando Wallenstein da Boêmia.

2. *Wallenstein: 1623-30*

Seu verdadeiro nome era Albrecht von Waldstein, e era assim que ele regularmente o assinava.[65] Sua família era uma das mais antigas da nobreza boêmia. Nascido em 1583, foi a princípio educado pelos irmãos boêmios, depois, pelos jesuítas; casou-se com uma viúva rica, que logo morreu deixando-lhe sua fortuna. Multiplicou-a comprando — a preços tornados nominais pela depreciação da moeda boêmia — 68 propriedades confiscadas por Fernando. Era um proprietário inteligente e progressista; aperfeiçoou os métodos de produção agrícola, financiou a indústria, criou escolas, serviços médicos e assistência aos pobres, e promoveu o armazenamento dos excedentes para alimentar seu povo em tempos de escassez. Impressionava seus contemporâneos não só por seu gênio militar, mas também por sua figura alta e magra, seu rosto pálido e grave, sua inquietação nervosa, seu orgulho e arrogância, seu espírito dominador. Sua "imutável castidade"[66] fazia-o parecer sobre-humano. Sua confiança na astrologia era muito mais forte que sua fé em Cristo.

Granjeara a estima de Fernando apoiando-o em todas as fases da ascensão do arquiduque ao poder; e de 1619 em diante emprestou ao imperador grandes somas que quase financiaram o trono — por exemplo, 200.000 florins em 1621 e 500.000 em 1623. Não exigiu garantia para tais empréstimos; bastava-lhe a posse de uma quarta parte da Boêmia, o poder de levantar um exército quando bem entendesse e chefiá-lo com superlativa habilidade. Quando, em 1624, os desfiladeiros de Valtellina caíram sob o domínio franco-veneziano e os soldados e suprimentos espanhóis não mais puderam seguir da Itália para a Áustria, Wallenstein ofereceu-se para mobilizar 50.000 homens e colocá-los a serviço do imperador. Fernando, conhecendo o amor de Wallenstein pelo poder, hesitou em aceitar a proposta; mas Tilly, em 1625, clamava por reforços. Fernando incumbiu Wallenstein de mobilizar 20.000 homens. Esse novo exército marchou com extraordinária rapidez para a Baixa Saxônia, disciplinado, bem equipado, idolatrando o comandante e sustentando-se com os saques às áreas rurais.

Wallenstein rechaçou Mansfeld em Dessau, e Tilly derrotou Cristiano IV em Lutter (1626). Mansfeld morreu, e Cristiano viu seu desfalcado exército desamparado e amotinado. A grande aliança formada por Richelieu esboroou-se em virtude da inveja de Gustavo Adolfo por Cristiano IV, da declaração de guerra da Inglaterra à França e da expedição de Buckingham para auxiliar os huguenotes em La Rochelle; Richelieu

teve de retirar suas forças dos desfiladeiros da Valtellina, que novamente se abriram para a Áustria e a Espanha. Wallenstein, com seu exército crescendo a cada dia que passava, entrou no Brandemburgo e forçou o Eleitor Jorge Guilherme a tomar partido a favor do imperador. Prosseguiu em sua marcha, penetrou no Holstein, ducado do próprio Cristiano, vencendo facilmente toda resistência. Em fins de 1627, toda a região da Dinamarca estava em seu poder.

O ar salino do Báltico enfunou os planos de Wallenstein. Agora que quase toda a costa setentrional da Alemanha e a maior parte da Dinamarca se encontravam sob o domínio do imperador, por que não construir uma marinha imperial, reviver a Hansa e, em aliança com a Polônia católica, estabelecer o domínio imperial sobre os mares do Norte e Báltico? Depois disso, holandeses e ingleses não poderiam mais levar madeira dos portos bálticos através do Oresund para construírem suas frotas, a fim de dominarem o mar do Norte e seu comércio, ou fecharem o canal da Mancha à Espanha. A posse imperial do Palatinado deu ao imperador o controle do Reno; os holandeses, portanto, ficariam bloqueados pelas vias fluvial e marítima; seu poderio, sua riqueza e sua obstinada revolução cairiam por terra. Gustavo Adolfo ficaria encurralado na península escandinava. Já em 1627, Wallenstein se auto-intitulava Almirante do Oceano e do Mar Báltico.

Os príncipes alemães não se sentiram muito satisfeitos com suas vitórias. Observaram que enquanto o exército da Liga Católica, sob o comando de Maximiliano da Baviera e do conde de Tilly, ficara reduzido a aproximadamente 20.000 homens, Wallenstein comandava 140.000 soldados e reconhecia sua responsabilidade apenas perante o imperador. Enquanto o imperador tivesse tal exército atrás de si, estaria habilitado a terminar de vez com os "privilégios" dos príncipes. Na verdade, era provável que Wallenstein estivesse alimentando a idéia de pôr um fim às soberanias feudais e unir toda a Alemanha em um único e poderoso estado, como Richelieu estava fazendo na França e como Bismarck faria na Alemanha 240 anos mais tarde.

Durante o inverno de 1627-28, os eleitores imperiais reuniram-se em Mülhausen para debater suas esperanças e temores. Os eleitores católicos estavam dispostos a apoiar Wallenstein, confiantes de que ele extirparia o protestantismo de sua terra natal. Mas, quando Fernando depôs o duque protestante de Mecklenburg e transferiu a Wallenstein o ducado (11 de março de 1628), mesmo os príncipes católicos ficaram alarmados com a autonomia do imperador para depor e nomear duques à sua vontade. Os eleitores tinham apenas um trunfo para jogar contra Fernando. Ele pretendia pedir-lhes que nomeassem seu filho rei de Roma, para garantir ao filho o direito de sucessão ao trono imperial. Em 28 de março, os príncipes notificaram o imperador que não garantiriam a sucessão enquanto seus exércitos continuassem sob o comando de Wallenstein. E Maximiliano da Baviera preveniu-o de que o exército e o poderio do general, caso não fossem logo reduzidos, ditariam a política do império.

Como se fosse uma confirmação a essa advertência, Wallenstein, aparentemente por iniciativa própria, encetou negociações secretas com Cristiano IV, as quais culminaram na Paz de Lübeck (22 de maio de 1629). Para surpresa da Europa, restituiu ao rei dinamarquês a Jutlândia, o Schleswig e a parte real do Holstein, sem exigir qualquer indenização, mas apenas a cessão dos bispados alemães de Cristiano e autoridade militar. O que motivara essa generosidade? Em parte, o receio de uma coalizão

ocidental contra o domínio imperial sobre o Báltico e os estreitos; em parte, a crença de que Gustavo Adolfo estava planejando invadir a Alemanha. Afinal, Wallenstein previu que a disputa seria entre ele e Gustavo, e não Cristiano.

Fernando talvez tivesse ficado preocupado com o fato de seu general haver assumido tais poderes diplomáticos; teve, porém, de ocultar suas desconfianças e ciúmes, pois agora estava planejando o golpe mais ousado de sua carreira, e necessitaria do apoio das tropas de Wallenstein em todas as fases do perigoso jogo. Havia muito que seus conselheiros jesuítas vinham insistindo com ele para que se aproveitasse de seu novo poder e restituísse à Igreja Católica, através de um edito, e tanto quanto fosse possível, as propriedades e as rendas que lhe haviam sido arrebatadas desde a irrupção da Réforma, ou, pelo menos, desde 1552. Fernando, espírito fortemente católico, viu certa justiça no pedido; subestimou, no entanto, as dificuldades práticas do empreendimento. Desde 1552, muitas propriedades que anteriormente pertenciam à Igreja haviam sido adquiridas e pagas pelos seus donos atuais. Para ser efetuada a restituição, milhares de proprietários deviam ser desalojados — presumivelmente à força — e o caos que sobreviria poderia lançar toda a Alemanha em uma revolução. Maximiliano da Baviera mostrara-se uma vez a favor da idéia; sentia-se agora aterrorizado por seu alcance e implicações, e aconselhou o imperador a protelar a decisão até que a dieta considerasse meticulosamente o caso. Fernando temeu que a dieta não admitisse a restituição. No dia 6 de março de 1629, ele promulgou seu Edito de Restituição. "Nada nos resta" — dizia o edito — "senão amparar as partes prejudicadas e ordenar a nossos comissários que exijam dos atuais proprietários não autorizados a restituição de todos os arcebispados, bispados, prelazias, mosteiros e outras propriedades eclesiásticas confiscadas desde o Tratado de Passau" (1552). Isso era uma vingativa Contra-Reforma. Era, também, a afirmação do poder imperial absoluto, poder que até Carlos V talvez hesitasse assumir.

O edito foi recebido com ardentes e generalizados protestos, mas foi posto em execução. Toda vez que se tentava uma resistência, os soldados de Wallenstein eram chamados; em toda parte a oposição foi aniquilada, exceto em Magdeburg, que resistiu brilhantemente ao cerco de Wallenstein. Cidades inteiras — Augsburgo, Rothenburg, Dortmund — e 30 vilas passaram às mãos dos católicos; assim o fizeram cinco bispados e uma centena de mosteiros. Centenas de paróquias católicas foram reorganizadas. Com a aplicação pelos novos senhores do princípio do *Cuius regio eius religio*, exigindo que os súditos aceitassem a religião do governante, milhares de protestantes foram obrigados a abjurar sua fé ou emigrar; só de Augsburgo oito mil se exilaram, inclusive Elias Holl que acabara de construir o imponente edifício da prefeitura. Pastores protestantes exilados vagueavam pelas regiões esmolando pão; os sacerdotes católicos que os substituíram pediram ao governo que lhes desse auxílio.[67] Somente a vinda de Gustavo Adolfo impediu que o edito e a Contra-Reforma, na Alemanha, fossem coroados de êxito.

Tendo empregado o exército de Wallenstein para manter em vigor o edito, e não encontrando forças protestantes para com eles lutar, Fernando não mais persistiu em mantê-lo. Em maio de 1630, ele pediu ao general para que dispensasse 30.000 de seus homens para servirem na Itália. Wallenstein objetou, declarando que o rei da Suécia estava planejando invadir o império; sua declaração foi julgada improcedente

e os 30.000 homens foram retirados. Em julho, os eleitores propuseram novamente a remoção de Wallenstein. O imperador concordou, no dia 13 de setembro notificou os oficiais do exército de que seu general fora substituído no comando supremo por Maximiliano da Baviera. Wallenstein retirou-se pacificamente para suas terras na Boêmia, sabendo que Gustavo pisara em solo alemão e que o império logo precisaria de um general.

3. *A Saga de Gustavo: 1630-32*

Não precisamos descrever o grande rei como um Galahad saindo do país para salvar dos idólatras a verdadeira religião. Sua tarefa era preservar e fortalecer a Suécia, dando-lhe independência política e desenvolvimento econômico; para atingir esses objetivos, lutou contra a Polônia católica, contra a Rússia ortodoxa e contra a Dinamarca protestante; se agora ousava antepor seus modestos recursos contra o império, o papado e a Espanha reunidos, não o fazia por serem eles católicos, mas por ameaçarem transformar seu país em vassalo de potentados alienígenas e hostis. Sentia que a melhor defesa contra tal ameaça seria estabelecer bastiões suecos no continente. A Saxônia protestante mostrou-se indecisa, e a França católica foi levada a aliar-se a Gustavo, porque sabia que não se tratava de qualquer teorema teológico e sim de uma luta com o objetivo de manter a segurança através da força. A religião, contudo, embora constituindo motivo secundário na opinião dos chefes, era um ardente estímulo para o povo, e sua energia deveria ser acrescentada ao patriotismo a fim de animar a populaça para os holocaustos marciais.

Assim, Gustavo, desembarcando seus 13.000 homens na Pomerânia, ofereceu-se aos estados alemães do norte como salvador do protestantismo, e à França como a espada contra os expansionistas Habsburgos. Aguardou reforços da Suécia, Escócia, Brandemburgo e Polônia, até reunir cerca de 40.000 soldados bem disciplinados, armados de mosquetes de pederneira de novo tipo (não os antigos arcabuzes) e preparados para se movimentarem rapidamente com sua artilharia ligeira. Esse comandante era ainda jovem — apenas 35 anos de idade — mas, a despeito de suas campanhas, tornara-se corpulento, constituindo um verdadeiro problema não só para seus cavalos, como também para seus inimigos. Quase sempre, porém, colocava-se à frente da peleja com sua barba dourada confiantemente voltada para a vitória. Seus soldados idolatravam-no, não porque fosse complacente mas porque era justo. Enquanto os exércitos alemães eram seguidos por bandos de prostitutas — em tão grande número que se nomeavam oficiais para mantê-las em ordem —, Gustavo não permitia cortesã alguma em seus acampamentos, se bem que as esposas tivessem permissão de servir seus respectivos maridos.[68] Todas as manhãs e todas as tardes cada regimento assistia às orações, e aos sábados ouvia um sermão; via-se ali a disciplina dos cavaleiros de Cromwell uma década antes das guerras de Cromwell. Como Cromwell, Gustavo proibiu as conversões forçadas; onde quer que fizesse uma conquista, deixava plena liberdade de religião.

Ele passou o restante do ano de 1630 espalhando seu domínio através da Pomerânia e procurando aliados. Achava que se pudesse reunir em uma só cruzada todos

os adversários dos Habsburgos, poderia contar com um exército de 100.000 homens, pronto para enfrentar o de Wallenstein. No dia 13 de janeiro de 1631, a França e a Suécia assinaram uma aliança pela qual o rei providenciaria os soldados e a França forneceria 400.000 táleres anuais, para uma campanha de cinco anos; estava excluída a possibilidade de uma parte celebrar a paz sem consentimento da outra, e Gustavo comprometia-se a não intervir no exercício da religião católica. Richelieu convidou Maximiliano a juntar-se a essa aliança; ao invés disso, o duque-eleitor incumbiu Tilly de conter o avanço sueco. Tilly conquistou Neubrandenburg (19 de março de 1631) e massacrou os três mil homens da guarnição. Gustavo tomou Frankfurt an der Oder (13 de abril), e trucidou os dois mil soldados que guarneciam a cidade. Enquanto o rei despendia tempo esforçando-se para atrair Johann George da Saxônia para uma aliança, Tilly e o conde zu Pappenheim sitiavam Magdeburg, que ainda estava resistindo ao Edito da Restituição. Em 20 de maio, após defender-se por seis meses, a cidade foi tomada; as tropas vitoriosas entregaram-se a toda sorte de violências em quatro dias de pilhagens; na maior carnificina da guerra, 20.000 pessoas foram mortas — não só os três mil homens da guarnição, mas, também, 17.000 dos 36.000 habitantes; e tudo da cidade, exceto a catedral, foi reduzido a cinzas. Um escritor contemporâneo descreveu a cena:

> Depois, só houve espancamentos, incêndios, saques, torturas e assassinatos. Cada soldado inimigo tinha em mira, especialmente, conseguir o máximo de despojos. ...Com todo aquele tormento e ameaças de fuzilar, apunhalar e enforcar, o pobre povo sentia-se tão apavorado que, houvesse sobrado ainda alguma coisa, tê-la-ia entregue mesmo que estivesse... oculta em milhares de castelos. Naquela fúria intensa, a grande e esplêndida cidade, que se erguia qual uma bela princesa no campo, achava-se agora... envolta em chamas; e milhares de homens, mulheres e crianças inocentes, em meio a horríveis e lancinantes gritos, eram torturados e executados de maneira tão cruel e vergonhosa que não haveria palavras o bastante para descrever, nem lágrimas para chorar.[69]

Tilly, agora um velho de 71 anos, fez o que pôde para terminar o massacre; predisse, acertadamente, que os estados protestantes "indubitavelmente só se fortaleceriam mais em seu ódio" com a destruição de uma de suas mais belas cidades.

No dia 22 de julho de 1631, o eleitor do Brandemburgo colocou todos os seus recursos à disposição de Gustavo; em 30 de abril, Johann George aliou a Saxônia à Suécia; e, em 17 de setembro, os exércitos sueco e saxônio esmagaram as forças, numericamente superiores, de Tilly em Breitenfeld, perto de Leipzig. Essa foi a primeira vitória importante dos protestantes na guerra; ela animou o espírito da população protestante; e a figura do rei sueco, lutando sem armadura no auge daquela batalha, coberto de pó e suor, mas guiando destemerosamente seus homens; tornou-se o símbolo estimulante para um povo que, fazia pouco tempo, encontrava-se dividido, indefeso e intimidado pelo exército de Wallenstein. Mecklenburg foi reconquistada, sendo o duque deposto reconduzido ao trono. Um estado após outro ingressou na aliança; e, logo, Gustavo dominava uma linha que se estendia através da Alemanha desde o Oder até o Reno. Ele estabeleceu seu quartel-general em Mogúncia, no coração de uma região regularmente católica. Em novembro, Johann George marchou sobre Pra-

ga com seu exército saxônio sem encontrar resistência, poupando zelosamente no caminho as propriedades de Wallenstein.

Fernando, sem aliados, salvo a empobrecida Espanha, e sem general, exceto o idoso Tilly, voltou-se humildemente para Wallenstein (dezembro de 1631), e pediu-lhe que organizasse um exército para salvar a Boêmia e proteger a Áustria. O altivo general concordou em fazê-lo, mas mediante condições extraordinárias: teria o comando supremo de todas as forças imperiais; teria autoridade para negociar e assinar tratados, exceto com Adolfo; nas terras por ele conquistadas, teria o direito de confiscar e de conceder perdões. Em abril de 1632, todas essas condições foram-lhe concedidas. Wallenstein reuniu um exército e recursos para financiá-lo, ofereceu paz em separado a Johann George, e reconquistou Praga sem disparar um tiro. O exército saxônio retirou-se para a Saxônia.

Nesse meio-tempo, Gustavo pôs-se em campo e derrotou Tilly em Rain (15 de abril); Tilly morreu 15 dias depois, vítima dos ferimentos recebidos, e Gustavo ocupou Munique. Wallenstein, saindo da Boêmia com seu exército, juntou-se ao de Maximiliano. Gustavo, agora, fora sobrepujado em número pelo adversário; seus aliados, suspeitando de suas ambições imperialistas, mostravam-se inquietos e hesitantes; suas tropas, começando a passar fome, faziam pilhagens e indispunham-se tanto com católicos quanto com protestantes. Johann George revelou, em um momento de embriaguez, a ansiedade que sentia de desembaraçar-se do rei sueco. Gustavo esperara tomar Viena; mas temendo agora que Johann George se unisse a Wallenstein, voltou-se para o norte. Em Nuremberg, percebendo que a maré se virava contra ele, enviou instruções a Oxenstierna para que exercesse o governo na Suécia e levasse avante a guerra. Em Erfurt, despediu-se de sua esposa. No dia 16 de novembro de 1632, em Lützen, próximo a Leipzig, os dois maiores generais da época se encontraram finalmente frente a frente: Gustavo com 25.000 homens e Wallenstein com 40.000. Durante todo o dia os exércitos se digladiaram e sangraram, cambalearam e se reorganizaram. Wallenstein foi obrigado a ceder terreno, mas Pappenheim conseguiu modificar a situação até uma bala atravessar-lhe um pulmão; asfixiado pelo sangue, morreu. Gustavo, vendo suas forças do centro recuarem, colocou-se à frente de um regimento de cavalaria e comandou uma investida selvagem. Uma bala atingiu-lhe o braço com que segurava as rédeas; outra, seu cavalo; ele caiu, uma bala penetrou-lhe as costas; os couraceiros imperiais juntaram-se ao seu redor e lhe perguntaram quem era; ele respondeu: "Sou o rei da Suécia e estou selando com meu sangue a religião e a liberdade da nação alemã".[70] Eles enterraram, repetidas vezes, suas espadas no corpo do rei, e proclamaram sua morte. Bernhard, duque de Saxe-Weimar, assumiu o comando; e os suecos, enfurecidos com a morte do seu rei, avançaram, levando consigo tudo que havia na frente deles; conquistaram uma difícil vitória e reclamaram o corpo de Gustavo, crivado de balas e golpes de espada. Nessa noite, os derrotados rejubilaram-se e os vitoriosos choraram, pois o Leão do Norte estava morto.

4. *Degradação: 1633-48*

Depois disso, a guerra perdeu sua grandeza. Richelieu assumiu o comando dos protestantes alemães, Oxenstierna realizou com prudente diplomacia a vontade de seu

extinto soberano, Bernhard de Saxe-Weimar conduziu os franceses, Banér e Torstensson os suecos para novas vitórias; mas a glória partira, somente o horror ficara. Os príncipes protestantes sentiram-se um tanto aliviados com a morte de Gustavo; reconheceram com má vontade o alto preço que ele fora forçado a pagar para salvá-los de Fernando; e nesse processo, seus campos foram devastados pelos exércitos rivais, suas cidades destruídas, e um rei estrangeiro conduzira alemães contra alemães a um autêntico morticínio.

Wallenstein, tendo saboreado pela primeira vez a derrota, parecia ter perdido a calma. Depois de Lützen, retirou-se para a Boêmia e, com vagar, organizou outro exército. Mas ele também, agora com 50 anos, estava cansado da guerra e ansiava por uma folga para tratar de sua gota. Negociou isoladamente com os chefes protestantes, e até mesmo com Richelieu;[71] e, sem dúvida, Fernando deve ter sabido que exilados da Boêmia, com aprovação de Oxenstierna, tramavam colocar Wallenstein no trono da Boêmia.[72] Quando Bernhard de Saxe-Weimar conduziu um exército em direção a Baviera, Maximiliano e Fernando pediram a Wallenstein que viesse em seu auxílio; Wallenstein respondeu que não podia dispensar soldado algum para tal movimento. Aquartelou seu exército inativo em terras do império, na Boêmia; o imperador pediu-lhe que amenizasse as contribuições impostas sobre essas terras imperiais; Wallenstein recusou-se a fazê-lo.

No dia 31 de dezembro de 1633, Fernando e seu conselho resolveram que seu maior general deveria ser deposto. Espalharam-se pelo exército de Wallenstein boatos de que ele estava conspirando para fazer-se rei da Boêmia, e Luís XIII rei dos romanos. No dia 18 de fevereiro divulgaram-se comunicados em todo o seu exército, destituindo-o do comando. Quatro dias depois, Wallenstein, levando consigo mil soldados, fugiu de Pilsen. Em Eger, no dia 25, alguns soldados, esperando recompensa, irromperam em seu aposento onde o encontraram só e desarmado; assassinaram-no a golpes de espada. "Em seguida" — relatou um contemporâneo — "arrastaram-no pelos calcanhares, sua cabeça batendo em cada degrau da escada".[73] Os assassinos precipitaram-se para Viena, onde receberam promoção, dinheiro e terra. O imperador, que passara dias e noites orando, cheio de temor, agradeceu a Deus Sua cooperação.

A guerra prolongou-se por mais 14 anos. O homônimo filho de Fernando, de 26 anos, substituiu Wallenstein como comandante-em-chefe dos exércitos imperiais. Era um jovem simpático, educado, amável, generoso, amante da filosofia, escrevia música, esculpia no marfim e, mais ainda, não era tolo no campo de batalha. Auxiliado por generais mais velhos, sobrepujou Bernhard, em Nördlingen, na mais decisiva vitória imperial da guerra. As forças protestantes por pouco não sofreram um colapso total. Oxenstierna salvou a situação com o Tratado de Compiègne (28 de abril de 1635), que obrigava Richelieu a participar mais ativamente no conflito; mas os príncipes protestantes da Alemanha não apreciaram a perspectiva de um cardeal francês determinar-lhes o destino. Um após outro, seguiram Johann George da Saxônia, celebrando a paz com o imperador que os acolheu bem, pois viu-se frente aos exércitos e ao dinheiro da França. Pelo Tratado de Praga (30 de maio de 1635), ele concordou em suspender o Edito de Restituição por 40 anos e, em troca, a maioria dos príncipes protestantes prometeu auxiliá-lo e a seus aliados na recuperação de todos os territórios perdidos desde a chegada de Adolfo. Como tais territórios incluíam Lorena, o tratado visava

realmente à França, além da Suécia; reafirmou-se assim a união da Alemanha contra os invasores. A questão religiosa desapareceu da guerra. Em fins de 1635, o exército da Saxônia protestante estava lutando contra os suecos protestantes no norte da Alemanha, onde Banér e Torstensson, demonstrando um gênio militar digno de Gustavo, esforçavam-se por manter algumas possessões continentais para a segurança da Suécia.

No oeste, Bernhard resistiu galhardamente às crescentes forças do império. Em 1638, a França enviou-lhe recursos e, melhor ainda, dois mil soldados sob o comando de Turenne, que já estava adquirindo fama como general. Assim reforçado, Bernhard empreendeu uma campanha que se tornou memorável nos anais da história militar pela tenacidade demonstrada em seu objetivo e pela brilhante estratégia. Ele derrotou os imperialistas em Wittenweier e obrigou a grande fortaleza de Breisach a capitular. Depois, esgotado aos 34 anos, morreu (1639), e seus exércitos, bem como suas conquistas, inclusive a Alsácia, passaram para a França.

O velho imperador deixara a cena em 1637, e Fernando III, herdando um império de pobreza intributável, achou quase impossível financiar exércitos contra Richelieu, que ainda podia arrancar francos de uma França financeiramente exaurida. Em 1642, Torstensson levou as armas suecas até 32 quilômetros de Viena, conquistando importante vitória na segunda batalha de Breitenfeld, onde as forças imperiais perderam 10.000 homens. O derrotado Arquiduque Leopoldo Guilherme, irmão do jovem imperador, submeteu seus oficiais à corte marcial por crime de covardia, decapitou os de alta patente, enforcou os de menor graduação e fuzilou um soldado em cada fileira de 10 sobreviventes.[74]

Agora, cada ano parecia trazer novos golpes ao novo imperador. Em 1643, a Espanha, sua aliada, vira-se perdida com a vitória do duque de Enghien em Rocroi; em 1644, Enghien e Turenne conquistaram a Renânia até Mogúncia, no norte; em 1645, Torstensson novamente quase põe abaixo as portas de Viena, os franceses venceram uma sangrenta batalha em Allerheim, e um exército sueco, sob o comando do Conde Hans Christoph von Königsmarck, invadiu a Saxônia, tomou Leipzig e forçou Johann George a abandonar a guerra. O exército bávaro fora rechaçado do Palatinado em 1634; em 1646, Turenne invadiu e devastou a própria Baviera, e o outrora altivo Maximiliano pediu a paz e solicitou ao imperador que chegasse a um acordo com a França. Fernando III, não tão sombriamente inflexível quanto seu pai, ouvindo as súplicas do prostrado império, enviou seus mais hábeis diplomatas à Vestfália, a fim de conseguirem uma acomodação entre as fés e as dinastias.

Ele era muito jovem para saber que a carnificina e a desolação eram, provavelmente, maiores que as causadas antes pelos homens em uma geração, em qualquer país. Não havia apenas dois exércitos, porém seis: alemão, dinamarquês, sueco, boêmio, espanhol e francês; exércitos formados, em grande parte, de mercenários ou estrangeiros sem qualquer ligação com o povo, o solo ou a história da Alemanha, comandados por militares aventureiros que, por dinheiro, lutavam em defesa de qualquer fé; exércitos alimentados pelos cereais, frutos e gado dos campos, dos quais se apropriavam, alojando-se e passando o inverno nas casas do povo, recompensando-se a si próprios com o direito ao saque e o êxtase de matar e estuprar. Massacrar qualquer guarnição que se recusasse a capitular, depois de tornar-se inevitável a capitulação, era

um princípio aceito por todos os combatentes. Os soldados julgavam os civis presas legítimas; atiravam em seus pés nas ruas, recrutavam-nos como servos, raptavam-lhes os filhos para obterem resgate, incendiavam-lhes os montes de feno e as igrejas, por divertimento. Deceparam as mãos e os pés de um pastor protestante que opôs resistência à destruição de sua igreja; amarraram sacerdotes sobre carroças e forçaram-nos a andar de gatinhas até eles desmaiarem de cansaço.[75] Admitia-se ao soldado o direito de violação; quando um pai pediu justiça contra um soldado que violentara e matara sua filha, foi informado pelo oficial comandante que ela ainda estaria viva se não se tivesse mostrado tão mesquinha com sua virgindade.[76]

A despeito da difundida promiscuidade, a população da Alemanha declinou rapidamente durante a guerra. O declínio tem sido exagerado; foi temporário, mas catastrófico. Estimativas moderadas calculam-no, na Alemanha e na Áustria, de 21.000.000 para 13.500.000.[77] O conde von Lützow avaliou a redução da população, na Boêmia, de três milhões para 800.000.[78] Das 35.000 aldeias existentes na Boêmia em 1618, cerca de 26.000 ficaram desertas durante o conflito.[79] Por todo o império, centenas de aldeias foram deixadas sem um único habitante. Em algumas regiões, podia-se percorrer uns 100 quilômetros sem se ver uma aldeia ou uma casa.[80] Das 1.717 casas que existiam em 19 aldeias da Turíngia em 1618, somente 627 encontravam-se de pé em 1649, e muitas delas desabitadas.[81]

Milhares de hectares de terras férteis foram abandonados sem cultivo por falta de homens, animais de tração ou sementes, ou porque os camponeses não tinham garantia de poderem colher o que plantassem. Afinal de contas, as colheitas eram empregadas na alimentação dos exércitos, e o que delas sobrasse era queimado para impedir sua utilização pelos inimigos. Camponeses, em muitas localidades, ficaram reduzidos a comer restos que escondiam, ou cães, gatos, ratos, glandes, relva, etc.; alguns mortos foram encontrados com grama em suas bocas. Homens e mulheres disputavam com os corvos e os cães a carne dos cavalos mortos. Na Alsácia, infratores enforcados eram arrancados do patíbulo e devorados vorazmente; na Renânia, vendiam-se cadáveres exumados como alimento; em Zweibrücken, uma mulher confessou ter comido o filho.[82] Os meios de condução estavam completamente desorganizados para que as sobras de uma produção local pudessem ser enviadas para atender às necessidades de pontos distantes; as estradas estavam destruídas em virtude das batalhas travadas, ou ofereciam perigo dada a ação dos bandidos, ou ficaram apinhadas de desertores e fugitivos.

As pequenas cidades sofreram apenas um pouco menos que as aldeias. A população de muitas delas ficou reduzida à metade. As grandes cidades estavam arruinadas: Magdeburg, Heidelberg, Würzburg, Neustadt, Bayreuth. A indústria declinou por falta de produtores, compradores e intercâmbio; o comércio desapareceu; mercadores, outrora opulentos, esmolavam e roubavam para comer. Comunas, declarando-se falidas, não reconheciam suas dívidas. Financistas não se inclinavam a conceder empréstimos, receosos de que os empréstimos acabassem por se transformarem em doações. A tributação empobrecera toda gente, exceto os generais, os coletores, os prelados e os reis. As emanações de resíduos e carcaças, que apodreciam nas ruas, empestavam o ar. Epidemias de tifo, de febre tifóide, disenteria e escorbuto grassavam nas populações aterrorizadas, espalhando-se de uma cidade para outra. Tropas espanho-

las, ao atravessarem Munique, deixaram atrás de si uma peste que, em quatro meses, vitimou 10.000 pessoas.[83] As artes e as letras, que enobreceram as cidades, desapareceram na fúria da guerra.

A moral e os costumes entraram em colapso. O fatalismo da desesperança convidava ao cinismo e à brutalidade. Todos os ideais de religião e patriotismo desapareceram após uma geração de violências; homens simples lutavam agora pelo pão, pela bebida, ou por ódio, enquanto seus patrões mobilizavam suas paixões na disputa por terras tributáveis e poder político. Aqui e acolá viam-se algumas manifestações da bondade humana: jesuítas recolhendo e alimentando crianças abandonadas; pregadores pedindo aos governos que pusessem um fim ao derramamento de sangue e à destruição. "Permita Deus que tudo isto tenha um fim" — escreveu um camponês em seu diário. "Permita Deus que haja paz novamente. Deus, que estais no céu, enviai-nos a paz."[84]

VII. A PAZ DE VESTFÁLIA

Os governantes e seus diplomatas vinham, desde 1635, promovendo sondagens com vistas à paz. Nesse ano, o Papa Urbano VIII propôs a realização de um congresso para se discutirem os termos da reconciliação; os negociadores reuniram-se em Colônia, sem chegarem a um resultado. No ano de 1641, em Hamburgo, representantes da França, da Suécia e do império redigiram um acordo preliminar para uma dupla conferência que, em 1642, seria realizada na Vestfália: em Münster, a França trataria com o império, sob a mediação do papado e de Veneza; em Osnabrück, a aproximadamente 50 quilômetros de distância, a França e o império tratariam com a Suécia, sob a mediação de Cristiano IV, da Dinamarca. Essa segregação anti-séptica tornara-se necessária porque os emissários suecos não se mostravam dispostos a conferenciar sob a presidência de um núncio papal, e o núncio se recusava sentar à mesma mesa com um "herege".

Houve muita demora, provocada por questões de salvos-condutos e protocolos. A vitória de Torstensson em Breitenfeld estimulou o imperador a prometer que seus deputados chegariam a 11 de julho de 1643. Sucedeu, depois, que os delegados franceses procrastinaram sua ida, enquanto a França preparava uma aliança com as Províncias Unidas contra a Espanha. O Congresso de Vestfália foi formalmente aberto no dia 4 de dezembro de 1644, com a presença de 135 membros, incluindo teólogos e filósofos. Mesmo assim, consumiram-se seis meses para que se decidisse sobre qual a ordem de precedência os delegados entrariam nas salas e se sentariam à mesa. O embaixador francês não negociaria, a menos que lhe dessem o título de *Altesse* — Alteza. Quando o embaixador espanhol chegou, evitou o da França porque um não queria conceder a precedência ao outro; eles se comunicavam através de uma terceira pessoa. A França se recusou a reconhecer os títulos de rei de Portugal e de príncipe da Catalunha de Filipe IV; a Espanha recusou-se a aceitar o título de rei de Navarra de Luís XIV. Os representantes suecos brigaram e marcaram passo até que a jovem Rainha Cristina, resoluta e peremptoriamente, ordenou-lhes que fizessem a paz entre eles e com o inimigo. Neste meio tempo, os homens continuavam a morrer na guerra.

Sempre que os exércitos de uma das partes obtinham uma vitória ou sofriam uma derrota, seus emissários protelavam ou apressavam as negociações; advogados mantinham-se ativos, inventando dificuldades ou procurando fazer acomodações, atando ou desatando. Os generais da França estavam no auge de seus desempenhos; e assim ela insistiu para que todos os príncipes tivessem representantes na conferência, embora a maioria deles, há muito, tivesse celebrado a paz com o imperador; pediu-se a suspensão dos trabalhos até que todos os eleitores, príncipes e cidades do império tivessem enviado seus diplomatas. Para enfraquecer a França, a Espanha assinou (7 de janeiro de 1648) uma paz em separado com as Províncias Unidas — que haviam acabado de prometer à França que não assinariam a paz em separado; os holandeses, porém, não puderam resistir àquela oportunidade de, com uns poucos golpes de pena, adquirirem aquilo pelo que lutaram durante 80 anos. Em represália, a França recusou-se a celebrar a paz com a Espanha; a guerra entre ambas prosseguiu até a assinatura da Paz dos Pireneus (1659).

O congresso teria sido transferido para outra ocasião, sem apresentar qualquer resultado, se o imperador não fosse persuadido a firmar a paz pela força da devastação da Baviera feita por Turenne, pelo ataque dos suecos contra Praga (julho de 1648) e pela derrota dos espanhóis em Lens (2 de agosto); enquanto o desencadeamento da Fronda, na França (julho), compeliu Mazarin a fazer concessões que lhe deixariam as mãos livres para a guerra interna. Foi então, finalmente, que se concluiu o Tratado de Vestfália, em Müster e Osnabrück, em 24 de outubro de 1648. O derramamento de sangue prosseguiu durante nove dias mais, enquanto a notícia era levada para as linhas de batalha. Humildes e alegres *Te Deums* elevaram-se aos céus em centenas e centenas de aldeias e cidades.

Admitamos que as negociações tenham enfrentado problemas de ajustes mais complicados que os de qualquer conferência de paz antes do século XX, e que elas tenham solucionado as reivindicações em conflito tão judiciosamente quanto o permitiam os ódios, os orgulhos e as forças então dominantes. Não podemos deixar de resumir os termos desse tratado remodelador da Europa, pois eles condensaram e produziram muita história.

1. A Suíça e as Províncias Unidas conseguiram o reconhecimento formal de sua independência.

2. A Baviera recebeu o Alto Palatinado (sul) com o seu voto eleitoral.

3. O Baixo Palatinado (norte), como o oitavo eleitorado, foi restituído a Carlos Luís, filho do extinto Frederico.

4. O Brandemburgo adquiriu a Pomerânia Oriental, os bispados de Minden, Halberstadt e Cammin, bem como o direito de sucessão ao bispado de Magdeburg. A França auxiliou a ascendente dinastia dos Hohenzollerns a obter esses frutos com vistas a criar uma nova potência contra os Habsburgos; a França não podia prever que o Brandemburgo, tornando-se Prússia, iria, sob o governo de Frederico o Grande, desafiá-la, e sob o de Bismarck, derrotá-la.

5. A Suécia, sobretudo através de seus exércitos vitoriosos, mas em parte através do apoio da França no congresso, recebeu os bispados de Bremen e Verden, as cidades de Wismar e Stettin, bem como o território da foz do Oder. Como fossem feudos imperiais, a Suécia teve, então, assento na dieta imperial; e, mantendo já a Livônia,

a Estônia, a Íngria, a Carélia e a Finlândia, tornou-se uma das grandes potências, senhora do Báltico até o reinado de Pedro, o Grande.

6. Os principados alemães retiveram e confirmaram sua liberdade de antes da guerra perante os imperadores.

7. O imperador teve de contentar-se com o reconhecimento de seus direitos de rei na Boêmia e na Hungria; com isso, o império austro-húngaro tomou sua forma real dentro da estrutura do Sacro Império Romano. A base econômica do velho império se rompeu, em parte pela redução de sua população e pela desorganização de sua indústria e seu comércio em virtude da guerra, em parte, também, pelo fato de os escoadouros dos grandes rios passarem para potências estrangeiras — o do Oder e o do Elba para a Suécia e o do Reno para as Províncias Unidas.

8. Os maiores ganhos ficaram com a França, cujo dinheiro financiara os vitoriosos suecos e cujos generais forçaram a paz. A Alsácia, em conseqüência, foi-lhe cedida juntamente com os bispados de Metz, Verdun e Toul, além da fortaleza de Breisach, no lado germânico do Reno; Luís XIV achava-se agora em posição de tomar o Franco-Condado e a Lorena assim que lhe conviesse. O objetivo de Richelieu, já então falecido, fora atingido: quebrar o poder dos Habsburgos, estender as fronteiras da França, melhorar a união e a defesa da França, e manter no império uma mixórdia de principados, um conflito entre os príncipes e o imperador, e uma oposição entre o norte protestante e o sul católico, o que protegeriam a França contra o perigo de uma Alemanha unida. A França tomara o lugar da Espanha — os Bourbons substituíram os Habsburgos — como força dominante na Europa; logo Luís XIV seria equiparado ao sol.

A vítima oculta da guerra foi o cristianismo. A Igreja Romana teve de renunciar ao Edito de Restituição, voltar à situação que, no tocante às propriedades, imperava em 1624, e ver os príncipes determinando, novamente, a religião de seus súditos; isso, porém, possibilitou à Igreja banir o protestantismo da Boêmia, a terra da Reforma hussita. A Contra-Reforma foi contida; ficou fora de cogitação, por exemplo, a Polônia estabelecer o catolicismo em uma Suécia protestante duas vezes mais forte que antes. O núncio papal em Münster recusou-se a assinar o tratado; o Papa Inocêncio X declarou-o "nulo e sem valor, maldito e sem qualquer influência ou resultado para o passado, o presente ou o futuro" (20 de novembro de 1648).[85] A Europa ignorou o protesto. Desse período em diante, o papado deixou de ser uma grande força política, e a religião entrou em declínio na Europa.

Alguns protestantes também protestaram, especialmente aqueles que perderam suas casas na Boêmia e na Áustria. O tratado, no entanto — fruto de um cardeal morto, mas sempre revivido — foi uma vitória dos protestantes. Salvara-se o protestantismo na Alemanha. Ficara enfraquecido no sul e ao longo do Reno, mas, ao norte, tornara-se mais forte que nunca. A Igreja Reformada, ou Calvinista, foi oficialmente reconhecida no tratado. As linhas da divisão religiosa, estabelecidas em 1648, permaneceram essencialmente imutáveis até que, no século XX, com o aumento do índice de natalidade, o catolicismo começou a estender-se gradativa e pacificamente.

Mas embora a Reforma tivesse sido salva, sofreu, ao mesmo tempo que o catolicismo, com o ceticismo encorajado pela grosseria das polêmicas religiosas, a brutalidade da guerra e as crueldades da crença. Durante o holocausto, milhares de "feiticeiras" foram condenadas à morte. Os homens começaram a duvidar dos credos que prega-

vam Cristo e praticavam o fratricídio em massa. Descobriram os motivos econômicos e políticos que se ocultavam sob as fórmulas religiosas, e suspeitaram que seus governantes não tivessem verdadeiramente religião alguma e sim sede de poder — muito embora Fernando tivesse freqüentemente arriscado seu poder pela causa de sua fé. Mesmo nesta sombria era moderna, um número crescente de homens voltou-se para a ciência e para a filosofia, à procura de respostas menos encarniçadas que aquelas que as religiões haviam procurado impingir tão violentamente. Galileu estava protagonizando o drama da revolução copernicana, Descartes estava questionando toda a tradição e toda autoridade, e Bruno estava lançando seus brados para a Europa em sua agonia na fogueira. A Paz de Vestfália terminou o reinado da teologia sobre o pensamento europeu, deixando a estrada obstruída, porém transitável, para as experiências da razão.

CAPÍTULO XXII

A Ciência na Época de Galileu

1558-1648

I. SUPERSTIÇÃO*

AS religiões nascem e podem morrer, mas a superstição é imortal. Somente os afortunados conseguem viver sem mitologia. A maioria de nós sofre física e espiritualmente, e o mais sutil anódino da natureza é uma dose de sobrenatural. Até mesmo Kepler e Newton misturaram sua ciência com mitologia: Kepler acreditava em feitiçaria, e Newton escreveu menos sobre ciência que sobre o Apocalipse.

As superstições populares eram sem conta. Nossas orelhas ardem quando outros falam de nós. Casamentos realizados em maio tornar-se-ão infelizes. Podem-se curar ferimentos benzendo a arma que os infligiu. O cadáver recomeça a sangrar na presença do assassino. Fadas, elfos, duendes, fantasmas, bruxas e demônios estão de alcatéia em toda parte. Certos talismãs (por exemplo, os que foram encontrados com Catarina de Médicis depois de sua morte) garantem boa sorte. Amuletos podem afastar rugas, impotência, mau-olhado e praga. Um toque do rei pode curar a escrófula. Números, minerais, plantas e animais têm qualidades e poderes mágicos. Todo acontecimento é um sinal do prazer ou da ira de Deus, ou das atividades do demônio. Os eventos podem ser previstos pela forma da cabeça ou pelo desenho das linhas da mão. Saúde, força e poder sexual variam com o crescer e o minguar da lua. O luar pode causar loucura e curar verrugas. Os cometas pressagiam desastres. O mundo está — vez por outra — chegando ao fim.[1]

A astrologia, embora cada vez mais repudiada pelos letrados, era ainda popular. Em 1572, deixou de ser ensinada na Universidade de Bolonha; em 1582, a Inquisição espanhola estigmatizou-a; em 1586, o Papa Sisto V preveniu os católicos contra ela; mas ela persistiu, até 1770, na Universidade de Salamanca, se bem que não continuamente. A grande maioria do povo e muitas pessoas das classes altas solicitavam horóscopos que prediziam o futuro segundo a posição dos astros. Costumava-se fazer o horóscopo de todas as crianças importantes, logo após o nascimento. Ocultaram um astrólogo junto à alcova de Ana da Áustria por ocasião do nascimento de Luís XIV.[2]

* Relativamente à superstição, ciência e filosofia na Inglaterra, nesse período, confira o Capítulo VII.

Quando Gustavo Adolfo nasceu, seu pai, Carlos IX, pediu a Tycho Brahe que lhe fizesse o horóscopo; prudentemente, o astrônomo predisse que o menino se tornaria um rei. Kepler não acreditava na astrologia, mas aproveitava-se dela para ganhar a vida, dizendo: "Assim como todo animal recebe da natureza meios para viver, ao astrônomo foi dada a astrologia para possibilitá-lo a viver".[3] Wallenstein pagou por um horóscopo favorável, em 1609, e costumava levar consigo um astrólogo em suas viagens,[4] talvez para encorajar suas tropas. Catarina de Médicis e sua corte consultavam-se freqüentemente com astrólogos.[5] John Dee gozou de grande fama como astrólogo até o dia em que descobriu que a posição dos astros exigia que um de seus discípulos trocasse de esposa com ele.[6]

A crença na magia estava declinando, com uma sangrenta exceção: verificou-se, nesse período, o auge dos assassinatos judiciais por feitiçaria. Perseguidores e perseguidos acreditavam na possibilidade de se conseguir auxílio sobrenatural por meio da feitiçaria ou de processos semelhantes. Se se podia obter a intercessão de um santo por meio de orações, porque não o auxílio de um demônio cortejando-o? Um livro publicado em Heidelberg, em 1585, *Christlich Bedenken... von Zauberei* (Idéias Cristãs sobre Feitiçaria), estabeleceu, como axioma, que "por toda parte, o universo, em seu interior e fora dele, na água e no ar, está cheio de demônios e de malignos espíritos invisíveis".[7] Acreditava-se piamente que os seres humanos podiam ficar "possuídos" por demônios que entrassem neles. Em 1593, houve "um horrível pânico na pequena cidade de Friedeberg, pois correu a notícia de que o demônio se apoderara do corpo de mais de 60 pessoas... e as torturara assustadoramente.... Até o pastor... vira-se presa dele... enquanto pregava".[8] A história dos porcos dos gadarenos (Mateus 8, 28-34) descrevia Cristo expulsando o demônio de pessoas por dele estarem possuídas; e não havia Ele dado a Seus seguidores o poder de expulsar os demônios em Seu nome (Marcos 16, 17)? Paroquianos solicitavam a seus sacerdotes toda sorte de exorcismos — para afastar as pestes dos campos, para acalmar as tempestades no mar, para eliminar de um edifício os maus espíritos, para purificar uma igreja profanada, etc.; o Papa Paulo V expediu, em 1604, um manual para esses serviços sacerdotais. Autores protestantes condenavam o exorcismo dos sacerdotes, tachando-os de feitiçaria; a Igreja da Inglaterra, no entanto, reconheceu o valor do exorcismo como ritual para a cura.[9] Nele, como em tantas outras cerimônias, o efeito psicológico tem sido positivo.

Do mesmo modo que o povo tomara a iniciativa de solicitar exorcismos, foi também o povo o primeiro a exigir a condenação das "feiticeiras". O temor do poder das feiticeiras era generalizado. Um panfleto, em 1563, dizia: "Entrar em relacionamento com o demônio, tê-lo bem perto, em anéis ou cristais, conjurá-lo, fazer aliança com ele, exercer centenas de feitiçarias com ele, está em moda hoje em dia entre os grandes e os humildes, entre os cultos e os incultos, mais do que nunca". Eram muito populares os "livros do diabo", explicando como estabelecer comunicação com demônios prestativos; um homem vendeu 1.220 deles em duas feiras, em 1568.[10] Em alguns casos, os oficiais da Inquisição romana aconselhavam os sacerdotes das paróquias a "instruírem o povo sobre a falácia da feitiçaria", a não acreditarem no "sabá das feiticeiras" e recomendavam o afastamento dos sacerdotes que ouvissem credulamente as acusações de bruxaria.[11] O Papa Gregório XV (1623) exigiu a pena de morte para as pessoas culpadas de terem causado a morte por meio de bruxaria; já Urbano

VIII (1637) condenou inquisidores católicos "por causa de seus processos injustos e arbitrários contra bruxos... extorquindo dos acusados... confissões que não tinham valor, e abandonando-os ao braço secular sem motivo suficiente".[12] O imperador Maximiliano II decretou (1568) que se submetesse a uma prova a confissão dos condenados por atos de bruxaria, desafiando-os a que os realizassem em público; e a pena suprema, após três condenações, seria o desterro. A atemorizada população, contudo, exigia severidade nos processos e pressa nas execuções.

As autoridades civis e eclesiásticas, partilhando ou desejando refrear esse temor pelas feitiçarias, sujeitavam as acusadas a rigorosos julgamentos, usando com freqüência a tortura para arrancar confissões. Em Nördlingen, o conselho municipal dispunha de uma coleção de instrumentos especiais de tortura, que ele emprestava às comunidades vizinhas com a garantia de que "com esses meios, e, mais especialmente, por intermédio dos anjinhos, Deus muitas vezes se digna revelar graciosamente a verdade, se não logo, pelo menos no fim".[13] A tortura pela qual se impedia que a pessoa dormisse era um dos métodos mais suaves. As confissões desejadas eram, geralmente, obtidas através de torturas, e os juízes, apenas ocasionalmente, se sentiam desnorteados quando tais confissões não pareciam fidedignas.

Os processos eram menos severos na Espanha. Na província de Logroño, a Inquisição condenou 53 pessoas por feitiçaria, e executou 11 delas (1610); por outro lado, as acusações eram, geralmente, rejeitadas como invencionice ou vingança, e as execuções por feitiçaria eram raras. Em 1614, o supremo tribunal da Inquisição expediu instruções a seus oficiais determinando que considerassem as confissões de feitiçaria como ilusões de neuróticos, e mostrassem complacência nas punições.[14]

Uma epidemia de temor pela feitiçaria avassalou o sudeste da França, em 1609. Centenas de pessoas acreditaram estar possuídas por demônios; algumas julgavam-se transformadas em cães e latiam. Nomeou-se uma comissão do parlamento de Bordéus para julgar os suspeitos. Concebeu-se um método para descobrir os lugares pelos quais os demônios entravam no corpo do acusado: vedavam-lhe os olhos, espetavam-lhe agulhas na carne e o local em que deixava de sentir a espetada era então considerado o ponto de entrada. Esperando serem perdoados, os suspeitos acusavam-se uns aos outros. Oito foram condenados, cinco escaparam e três foram queimados na fogueira; os espectadores juraram, depois, terem visto demônios saindo da cabeça das vítimas em forma de sapos.[15] Em Lorena, 800 pessoas foram queimadas na fogueira por feitiçaria, durante 16 anos; em Estrasburgo, 134 em quatro dias (outubro de 1582).[16] Na Lucerna católica, 62 foram condenadas à morte no período de 1562 a 1572; na Berna protestante, 300 na última década do século XVI, e 240 na primeira década do século XVII.[17]

Na Alemanha, católicos e protestantes rivalizavam em enviar feiticeiras à fogueira. Incrível, mas fidedigna, é a notícia de que o arcebispo de Trier mandou para a fogueira em Pfalz, no ano de 1596, 120 pessoas sob a acusação de terem prolongado, diabolicamente, a estação fria.[18] Atribuiu-se às feiticeiras uma peste que atacou o gado no distrito de Schongau (1598); o conselho privado da Baviera, em Munique, aconselhou os inquisidores a "mostrarem mais interesse e severidade nos seus processos"; em conseqüência, 63 feiticeiras foram para a fogueira, e os parentes das vítimas tiveram de pagar a despesa dos julgamentos.[19] Em Hainburg, na Áustria, executaram-

se 80 por atos de bruxaria nos anos de 1617 e 1618. Em 1627-29, o bispo de Würzburg — ao que consta — condenou à morte 900 feiticeiras.[20] Em 1582, editores protestantes aprovaram e reeditaram o *Malleus maleficarum* (Martelo das Feiticeiras), que o inquisidor dominicano Jakob Sprenger publicara, em 1487, para orientar a prisão e o processo contra feiticeiras. O Eleitor Augusto da Saxônia decretou (1572) que as feiticeiras seriam queimadas até a morte, mesmo que não tivessem prejudicado ninguém. Em Ellingen, 1.500 feiticeiras foram queimadas no ano de 1590; em Ellwangen, 167 em 1612; em Westerstetten, 300 em dois anos;[21] houve loucuras semelhantes em Osnabrück, em 1588, em Nördlingen, em 1590, e em Württemberg, em 1616; estas últimas estatísticas, porém, provêm de fontes coevas, notórias pela inexatidão. Estudiosos alemães estimam um total de 100.000 execuções por feitiçaria, na Alemanha do século XVII.[22]

Houve algumas vozes que chamaram os homens à razão. Anotamos, alhures, os protestos de Johann Wier e Reginald Scot; e vimos como Montaigne considerou, à sua maneira cética, essa mania no ensaio "Do Coxo ou Paralítico": "Não é mais natural e mais provável eu achar que dois homens estejam mentindo, do que julgar que um, no espaço de 12 horas, esteja sendo levado pelos ventos do leste para oeste... [ou] que um de nós seja transportado em uma vassoura... de uma chaminé?".[23] Pessoas que acreditam em tais coisas precisam de remédio e não de morte. "Quando tudo é feito para se queimar um homem vivo na fogueira, isto se deve à supervalorização das conjeturas de alguém.[24] Cornelius Loos, professor católico em Mogúncia, atacou a caça às bruxas em seu *Über die wahre und falsche Magie* (1592), mas antes que pudesse publicar o trabalho, foi encarcerado e obrigado a retratar-se.[25] Outro jesuíta, o poeta pietista Friedrich von Spee, depois de servir de confessor para quase 200 pessoas acusadas de feitiçaria, denunciou as perseguições em um valoroso livro: *Cautio criminalis* (1631): admitia ele a existência de feiticeiras, mas deplorava as prisões por meras suspeitas sem base, os julgamentos injustos e as cruéis torturas que teriam forçado "os doutores e bispos de igreja" a confessar qualquer coisa.[26]

Para cada oponente havia uma dúzia de defensores da opressão. Teólogos protestantes — como Thomas Erastus, em 1572 — e teólogos católicos — como o Bispo Peter Binsfeld, em 1589 — concordavam em que a feitiçaria era real e que as feiticeiras deviam ser queimadas. O bispo aprovava a tortura, mas recomendava que as feiticeiras arrependidas fossem estranguladas antes de queimadas.[27] O advogado e filósofo católico Jean Bodin defendeu as perseguições em seu *Demonomanie* (1580); um ano depois, o poeta protestante Johann Fischart traduziu e ampliou prazerosamente esse livro, associando-se a Bodin na recomendação de uma severidade implacável.[28]

Contudo, a mania decaiu. Depois de 1632, quando a Guerra dos Trinta Anos se tornou francamente política, a religião deixou de ocupar lugar de destaque no ódio dos homens. A matéria impressa se espalhava, os livros se multiplicavam, reabriam-se escolas, novas universidades foram surgindo. Ano após ano, pacientes artífices iam colocando um tijolo na crescente pirâmide do conhecimento e, em uma centena de cidades, homens curiosos submetiam hipóteses a experiências. A área do sobrenatural retraiu-se vagarosamente, e a esfera do natural e secular cresceu. Trata-se de uma história incolor, impessoal e fragmentária, mas ainda assim; o maior drama dos tempos modernos.

II. A TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO

Os primeiros heróis da divulgação do saber foram os impressores-editores, que alimentaram a corrente de tinta na qual o conhecimento fluiu de espírito a espírito e de geração a geração. A grande casa editora dos Estiennes continuou em Genebra sob a direção de Henri Estienne II, e em Paris sob a de Robert Estienne III. Louis Elzevir fundou, em Leiden (por volta de 1580), uma dinastia similar; seus cinco filhos, seus netos e um bisneto levaram avante sua obra, dando seu nome a uma família de tipos. Em Zurique, Christopher Froschauer conquistou um lugar na história da imprensa e da cultura com suas esmeradas edições da Bíblia.

As bibliotecas constituíam novos abrigos para antigos tesouros. Já mencionamos a Bodleiana, em Oxford, a biblioteca do Escorial e a excelente Biblioteca Ambrosiana, em Milão (1606). Catarina de Médicis acrescentou muitos volumes e manuscritos à que é agora a Bibliothèque Nationale. A nova biblioteca do Vaticano, de Sisto V (1588), pareceu a Evelyn "a construção mais grandiosa, mais bem mobiliada e mais bela que qualquer outra no mundo".[29]

Os jornais estavam surgindo. Desde 1505, os *Zeitungen* (notícias), de uma única folha, eram impressos esporadicamente na Alemanha; por volta de 1599, havia 877 dessas publicações, saindo todas irregularmente. O mais antigo jornal de tiragem regular conhecido na história foi o semanário *Avisa Relation oder Zeitung*, fundado em Augsburgo, em 1609, e preenchido com notícias recebidas de agentes colocados por negociantes e financistas em toda parte da Europa. O *Frankfurt Oberpostamzeitung*, fundado em 1616, continuou a ser publicado até 1866. Semanários similares, saindo regularmente, começaram a aparecer em Viena em 1610, e em Basiléia no ano de 1611. Fischart começou logo a ridicularizar o público "crédulo em jornal" e sua ingênua avidez por notícias. A transmissão inadequada e tendenciosa de notícias e a lucrativa disseminação de tolices impediram que o público, em geral, pudesse participar inteligente ou organizadamente da política, e tornaram a democracia impossível.

A censura das publicações era praticamente universal na cristandade, católica e protestante, eclesiástica e secular. A Igreja criou, em 1571, a Congregação do Índex para proteger os fiéis contra os livros considerados prejudiciais à fé católica. A censura protestante não era tão poderosa e severa quanto a católica, mas era igualmente diligente; floresceu na Inglaterra, na Escócia, na Escandinávia, na Holanda, na Alemanha e na Suíça.[30] A diversidade de dogmas, nos diferentes estados, permitiu em certa medida que os hereges frustrassem a ação da censura, publicando seus livros no estrangeiro e importando exemplares clandestinamente. A literatura moderna deve algo de seu espírito e sutileza à censura.

Em diversas traduções, mas sempre interpretada como a palavra de Deus, a Bíblia continuou sua carreira como o mais popular de todos os livros e o de maior influência na doutrina e na língua, e mesmo na conduta, pois as piores brutalidades daquele tempo — guerras e perseguições — eram justificadas com citações da Sagrada Escritura. Com o recuo da humanista Renascença ante a teológica Reforma, a idolatria dos clássicos pagãos foi substituída pelo culto da Bíblia. Houve comoção quando eruditos descobriram que o Novo Testamento não fora escrito em grego clássico e sim no coiné da populaça; mas os teólogos explicaram que o Espírito Santo usara a linguagem comum para ser melhor compreendido pelo povo. Sobreveio outro pesar quando Louis Cappel, professor protestante de hebraico e teologia em Saumur, concluiu que os pontos vocálicos e os acentos no canonicamente aceito texto hebraico do Antigo Testamento eram acréscimos que os judeus massoretas de Tiberíades fizeram aos textos mais antigos, no ou depois do século V a.C., e que os caracteres quadrados do texto aceito eram sucedâneos aramaicos para as letras hebraicas. Johannes Buxtorf o Velho, o maior hebraísta daquele tempo, pediu a Cappel que não desse a público tais teorias, por considerá-las prejudiciais à crença na inspiração divina da palavra da Bíblia. Cappel, entretanto, publicou-as (1624); Johannes Buxtorf o Moço procurou refutá-lo, argumentando que os pontos e os acentos eram também de inspiração divina. A controvérsia prosseguiu durante aquele século; a ortodoxia finalmente entregou os pontos; com isso, deu-se um pequeno passo à frente na apreciação da Bíblia como a majestosa expressão de um povo.

Alguns dos mais famosos eruditos da história pertencem a esses anos. Justus Lipsius, oscilando entre Louvain e Leiden e entre o catolicismo e o protestantismo, conquistou fama na Europa

com suas edições corrigidas das obras de Tácito, Plauto e Sêneca, e superou todos os gramáticos anteriores com seu trabalho *Aristarchus, sive de arte grammatica* (1635). Lamentou a morte iminente da civilização européia, mas se animou com "o sol de outro império surgindo no ocidente" — as Américas.[31]

Josephus Justus Scaliger, "talvez o mais extraordinário mestre de erudição geral que jamais existiu"[32], herdou de seu famoso pai, Julius Caesar Scaliger, o trono da cultura européia. Em Agen, no sudoeste da França, serviu a seu pai como amanuense, absorvendo-lhe avidamente o saber. Leu Homero em três semanas e marchou triunfalmente por entre todos os grandes poetas, historiadores e oradores gregos. Aprendeu o hebraico, o árabe e outras oito línguas, aventurou-se pela matemática, pela astronomia e pela "filosofia" (que então abrangia a física, a química, a geologia e a biologia) e, durante três anos, estudou direito. Seus conhecimentos de direito talvez tivessem ajudado a aguçar seu espírito crítico, pois nas edições que publicou dos textos de Catulo, Tibulo, Propércio e outros autores clássicos ele elevou a crítica dos textos das suposições casuais às leis de procedimento e interpretação. Nutria um sábio respeito pelas datas na compreensão da história; em sua maior obra, *De emendatione temporum* (Da Correção das Datas, 1583), foi que se confrontaram, pela primeira vez, as datas fornecidas pelos historiadores gregos e latinos com as que foram dadas ou indicadas na história, no calendário, na literatura e na astronomia do Egito, da Babilônia, da Judéia, da Pérsia e do México. Em seu *Thesaurus temporum* (1606) reuniu e dispôs todos os pontos cronológicos da literatura clássica; e estabeleceu sobre essa base a primeira cronologia científica da história antiga. Foi ele quem sugeriu a idéia de que Jesus teria nascido no ano 4 a.C. Quando Justus Lipsius deixou Leiden, em 1590, a universidade ofereceu sua cadeira de cultura clássica a Scaliger. Após três anos de hesitação ele a aceitou; e, dali por diante até sua morte, em 1609, Leiden foi o olimpo dos sábios.

Scaliger, à semelhança do pai, orgulhava-se de sua família, que supunha descender dos príncipes della Scala de Verona, e criticava acidamente seus cultos colegas; mas, num momento de esquecimento, chamou Isaac Casaubon "o mais culto dos homens existentes".[33] A carreira de Casaubon aproveitou-se das vantagens da adversidade. Nasceu em Genebra porque seus pais huguenotes haviam fugido da França. Voltaram à França quando ele estava com três anos de idade, e durante 16 anos viveu em meio aos alarmes e terrores da perseguição. Seu pai ausentava-se durante longos períodos a serviço dos exércitos huguenotes; sua família, freqüentemente, se ocultava dos bandos fanáticos de católicos armados nas colinas; ele recebeu suas primeiras lições de grego em uma caverna das montanhas do Delfinado. Aos 19 anos, ingressou na Academia de Genebra; aos 22, tornou-se seu professor de grego; durante 15 anos ocupou essa cadeira, em meio à pobreza e ao cerco. O salário mal lhe dava para viver, mas, mesmo assim, economizava na comida para comprar livros, e confortava sua solidão de estudioso com as amáveis cartas que recebia do grande Scaliger. Editou obras de Aristóteles, Plínio o Moço, e Teofrasto, que cativaram o mundo intelectual não só pelas correções no texto como, também, pelas notas esclarecedoras sobre idéias e costumes antigos. Em 1596, quando Henrique IV atenuara a luta teológica, Casaubon foi nomeado para o corpo docente de Montpellier. Três anos depois foi convidado para ir a Paris; mas a universidade fechara suas portas aos não-católicos e Henrique teve de aproveitá-lo como conservador da Bibliothèque Royale, com o confortador salário de 1.200 libras anuais. O econômico Sully disse ao sábio: "Vós custais muito dinheiro ao rei, senhor; vosso salário ultrapassa o de dois bons capitães e não sois de utilidade alguma para vosso país".[34] Quando o grande Henrique morreu, Isaac achou que era hora de aceitar um convite que recebera da Inglaterra. Jaime I acolheu-o como colega de cultura e deu-lhe uma pensão anual de 300 libras esterlinas. Mas a rainha regente francesa recusou-se a deixar que seus livros o seguissem; o rei da Inglaterra importunou-o com disquisições, e os espirituosos de Londres não lhe perdoaram por não falar inglês. Após quatro anos de estada na Inglaterra, morreu (1614) com a idade de 55 anos, e foi sepultado na abadia de Westminster.

Naquela época, o título de sábio era glorificado acima do de poeta ou historiador, pois o sábio era reverenciado como alguém cujos pacientes estudos preservavam e esclareciam a sabedoria e a beleza ocultas na literatura e na filosofia antigas. Scaliger, ao entrar em Leiden, foi saudado como príncipe conquistador. Claude de Saumaise, conhecido do mundo da cultura como Salmasius, era desejado por muitas nações; depois da morte de Casaubon, foi considera-

do por unanimidade "o mais culto de todos os homens vivos" e, publicamente, "o milagre do mundo".[35] O que fizera ele? Nascido na Borgonha, educado — e convertido ao calvinismo — em Heidelberg, destacou-se, aos 20 anos de idade, com uma edição erudita dos trabalhos de dois autores do século XIV sobre a controvertida primazia dos papas, e, um ano após, com uma revisão do *Epítome*, de Florus. Seguiram-se outras obras, uma atrás da outra — 30 ao todo — notáveis pela vasta erudição. Atingiu seu apogeu com um extraordinário in-fólio de 900 páginas em colunas duplas: *Exercitationes in... Solini Polyhistora* (1629). Solinus, um gramático do século III, reunira a história, a geografia, a etnologia, a economia, a fauna e a flora de todos os grandes países da Europa em trabalho enciclopédico que um editor batizou mais tarde de *Polyhistor*; sobre esse texto, Salmasius teceu anotações, abrangendo com cósmica erudição todo o mundo da Roma Imperial. Escolhendo entre uma dúzia de convites, aceitou o cargo de docente em Leiden, onde foi, logo depois, nomeado diretor de uma brilhante faculdade. Tudo ia bem até Carlos II da Inglaterra, então exilado na Holanda, contratá-lo para escrever uma acusação contra Cromwell por haver decapitado Carlos I. Sua *Defensio regia pro Carolo I* apareceu (novembro de 1649) apenas 10 meses após a execução. Cromwell não a apreciou; contratou o maior poeta da Inglaterra para respondê-la; falaremos sobre isso novamente. Salmasius escreveu uma réplica a Milton, mas morreu (1653) antes de terminá-la, e creditou-se a Milton a morte dele.

Com tanta sabedoria em tão poucos, 80 por cento da população na Europa Ocidental era, provavelmente, constituída de analfabetos. Jan Comenius despendeu 40 anos procurando melhorar os sistemas educacionais da Europa. Nascido na Morávia (1592), elevou-se a bispo dos irmãos morávios, e jamais perdeu a fé na religião como base e fim da educação; não poderia haver sabedoria sem o temor a Deus. Embora sua vida fosse uma odisséia de tribulações dado o ódio entre as religiões em seu tempo, permaneceu fiel à tolerante filosofia da Unitas Fratrum:

> Somos todos cidadãos de um mesmo mundo, somos todos do mesmo sangue. Odiar um homem por ter nascido em outro país, por falar uma língua diferente ou porque tem opinião diferente sobre esta ou aquela questão é uma grande loucura. Desisti, suplico-vos, pois somos todos igualmente humanos.... Tenhamos apenas uma alvo em vista, o bem-estar da humanidade; e ponhamos de lado todo egoísmo nas considerações sobre a língua, a nacionalidade ou a religião.[36]

Após escrever uma centena de textos pedagógicos, resumiu seus princípios em *Didactica magna* (1632), um dos marcos na história da educação. Primeiro, a educação seria universal, independentemente do sexo ou dos recursos: toda aldeia deveria ter uma escola, toda cidade um colégio, toda província uma universidade; o acesso ao ensino superior deveria ser possibilitado a todos os que se mostrassem aptos; cumpre ao Estado financiar o descobrimento, o preparo e a utilização de todos os elementos capazes de sua população. Segundo, a educação seria realista: as idéias deveriam, a cada passo, ser mantidas em contato com as coisas; as palavras em vernáculo, ou em língua estrangeira seriam aprendidas por meio da visão ou do tato, ou do emprego de objetos que elas representam; o ensino da gramática viria depois. Terceiro, a educação seria tanto física quanto mental e moral: as crianças fariam exercícios e realizariam esportes ao ar livre, com vistas à saúde e ao vigor. Quarto, a educação seria prática: não permanecendo prisioneira do pensamento, mas acompanhada de ação e práticas, que preparariam o indivíduo para a vida. Quinto, se ensinariam mais ciências à medida que o estudante fosse avançando em idade; seriam criadas escolas de pesquisas científicas em toda cidade ou província. Sexto, toda educação e todo conhecimento deveriam ser orientados com o fim de melhorar o caráter e a piedade no indivíduo, bem como a ordem e a felicidade no Estado.

Fez-se algum progresso nesse sentido. Os príncipes alemães esforçaram-se por criar escolas elementares em todas as aldeias. O duque de Saxe-Weimar, em 1619, proclamou o princípio da compulsoriedade universal da educação para todos os meninos e meninas de seis a 12 anos de idade,[37] com um mês de férias por ocasião da colheita, e, por volta de 1719, tal sistema foi estabelecido em toda a Alemanha. As escolas secundárias eram ainda vedadas às mulheres,

mas multiplicaram-se e melhoraram. Abriram-se, naquela época, 22 novas universidades.* A Universidade de Oxford estava prosperando, segundo descrição de Casaubon, em 1613; ele se impressionou com a remuneração e a posição social dos professores, lá, ao compará-las com as de seus colegas no Continente. Os professores na Alemanha (1600) eram tão mal pagos que muitos deles vendiam cerveja e vinho para conseguirem sobreviver; em Jena, os estudantes se embriagavam nas tavernas mantidas por professores.[38] As universidades espanholas declinaram depois de Filipe II, petrificando-se sob o olhar da Inquisição; entrementes, fundaram-se várias universidades na América Espanhola — em Lima (1551) e na Cidade do México (1553), muito antes da criação do Harvard College em 1636. Os prósperos holandeses organizaram seis universidades neste período. Quando Leiden resistiu brilhantemente ao cerco dos espanhóis (1574), os estados-gerais das Províncias Unidas convidaram os cidadãos a dizerem qual a recompensa que desejavam; pediram uma universidade; deram-na. Nos países católicos e calvinistas, a educação era controlada pelos eclesiásticos; na Inglaterra e nos países luteranos ela era, em grande parte, ministrada por clérigos controlados pelo Estado. Em quase todas as universidades, exceto em Pádua, exigia-se que os professores e os estudantes seguissem a religião oficial; o Estado e a Igreja limitavam estritamente a liberdade acadêmica. As divergências religiosas puseram fim ao caráter internacional das universidades; os estudantes espanhóis ficaram confinados à Espanha, e os ingleses não mais puderam ingressar na Universidade de Paris, e Oxford continuou, até 1871, a exigir de todo candidato a um diploma sua aquiescência aos Trinta e Nove Artigos da Igreja Anglicana. O pensamento criador tendeu a desaparecer das universidades, procurando refúgio nas academias particulares e em estudos fora das instituições oficiais.

Assim, nessa época, surgiram academias particulares que não sofreram censura nos estudos e nas pesquisas, especialmente científicas. Em Roma, no ano de 1603, Federigo Cesi, marquês de Montebello, fundou a Accademia dei Lincei (Academia dos Linces), da qual Galileu passou a fazer parte em 1611. Sua constituição definia seu objetivo:

> A Academia dos Linces deseja ter como seus membros filósofos que anseiem os verdadeiros conhecimentos e se dediquem ao estudo da natureza, especialmente a matemática; ao mesmo tempo, não se descuidará dos ornamentos da literatura elegante e da filosofia que, à semelhança de graciosas granadas, adornam todo o corpo da ciência.... Não é do plano linceano procurar lazeres para sabatinas e debates.... Os linceanos abster-se-ão de toda controvérsia política e de toda espécie de discussão e contenda inútil.[39]

A academia foi dissolvida em 1630, mas seus objetivos foram levados avante (1657) pela *Accademia del Cimento* (prova e demonstração). Logo depois seriam formadas sociedades similares na Inglaterra, França e Alemanha, e a inspiradora Internacional da Ciência lançaria os fundamentos técnicos e intelectuais do mundo moderno.

III. OS INSTRUMENTOS E OS MÉTODOS DA CIÊNCIA

Primeiro que tudo tinha que haver instrumentos científicos. Os olhos não podiam enxergar tão nitidamente, tão longe, tão minuciosamente; a carne não podia sentir com a exatidão necessária a pressão, o calor e o peso das coisas; o pensamento não podia medir o espaço, o tempo, a quantidade, a qualidade e a densidade, sem misturar sua equação pessoal com os fatos. Eram necessários microscópios, telescópios, ter-

* Jena (1558), Genebra (1559), Lille (1562), Estrasburgo (1567), Leiden (1575), Helmstedt (1575), Wilno (1578), Würzburg (1582), Edimburgo (1583), Franeker (1585), Graz (1596), Dublin (1591), Lublin (1596), Harderwijk (1600), Giessen (1607), Groningen (1614), Amsterdam (1632), Dorpat (1632), Budapest (1635), Utrecht (1636), Turku (1640), Bamberg (1648).

mômetros, barômetros, hidrômetros, melhores relógios e balanças mais delicadas. Um após outro, eles apareceram.

Em sua *Magia naturalis* (1589), Giambattista della Porta escreveu: "Com uma lente côncava as coisas parecem menores, porém mais nítidas; com uma lente convexa, podem ser vistas imagens maiores, porém menos distintas; entretanto, se souberdes combinar estas duas espécies de lentes, vereis as imagens de perto e de longe, maiores e nítidas".[40] Nisto estava o princípio do microscópio, do binóculo para o campo e para o teatro, do telescópio, toda uma porção de invenções e toda a histologia. Havia muito que se conhecia o microscópio simples, uma única lente convexa. A invenção que transformou a biologia foi a do microscópio composto, combinando várias lentes convergentes. A indústria do esmerilhamento e polimento de lentes se desenvolveu especialmente nos Países Baixos — Spinoza viveu e morreu vítima dela. Por volta de 1590, Zacharias Janssen, um fabricante de óculos de Middelburg, combinou uma lente convexa dupla a uma outra, côncava, também dupla, criando, assim, o primeiro microscópio composto que se conhece. Dessa invenção vieram a biologia e a medicina modernas.

Uma aplicação posterior desses princípios transformou a astronomia. No dia 2 de outubro de 1608, outro fabricante de óculos de Middelburg, Hans Lippershey, apresentou aos estados-gerais das Províncias Unidas (ainda em guerra com a Espanha) a descrição de um instrumento que permitia ver objetos à distância. Lippershey colocara uma lente convexa dupla (a "objetiva") na extremidade mais afastada de um tubo e uma lente côncava dupla (a "ocular") na outra extremidade mais próxima. Os legisladores perceberam o valor militar da invenção, e premiaram Lippershey com 900 florins. Em 17 de outubro, outro holandês, Jacobus Metius, declarou que fizera, independentemente, um instrumento similar. Ouvindo falar sobre essas invenções, Galileu fez seus próprios telescópios em Pádua (1609), os quais aumentavam o diâmetro da imagem três vezes; foram esses os instrumentos com os quais ele começou a ampliar o mundo. Em 1611, Kepler sugeriu que melhores resultados poderiam ser obtidos invertendo a posição que Galileu dera às lentes, usando a convexa como "ocular" e a côncava como "objetiva"; e, em 1613-17, o jesuíta Cristóvão Scheiner, baseado nesse plano, construiu um telescópio mais aperfeiçoado.[41]

Ao mesmo tempo, apoiando-se nos princípios conhecidos por Herão de Alexandria, no, ou antes do, século III, Galileu inventou o termômetro (cerca de 1603). Colocou em uma vasilha de água uma das extremidades, aberta, de um tubo de vidro; a outra extremidade era um globo de vidro vazio, que ele aqueceu pelo contato de sua mão; quando retirou sua mão, o globo esfriou e a água subiu para dentro do tubo. Giovanni Sagredo (1613), amigo de Galileu, marcou no tubo uma escala graduada até 100.

Um discípulo de Galileu, Evangelista Torricelli, fechou um longo tubo de vidro em uma das extremidades, encheu-o de mercúrio e colocou a outra extremidade (aberta) submersa em um recipiente com mercúrio; o mercúrio do tubo não escorreu para o recipiente. Os físicos escolásticos explicaram o fenômeno dizendo que "a natureza aborrece o vácuo"; Torricelli explicou-o dizendo que se devia à pressão atmosférica circundante sobre o mercúrio do recipiente. Concluiu que a pressão exterior faria o mercúrio da vasilha subir para um tubo vazio liberto do ar; a experiência provou que

ele tinha razão. Ele mostrou que as variações na altura do mercúrio no tubo poderiam ser usadas como medida das variações na pressão atmosférica. Assim, em 1643, construiu o primeiro barômetro — ainda hoje o instrumento básico da meteorologia.

Armadas com esses novos instrumentos, as ciências apelaram aos matemáticos para que aperfeiçoassem métodos de cálculo, medida e notação. Napier e Bürgi, conforme vimos, atenderam com logaritmos, Oughtred com a régua de cálculo; mas um desenvolvimento maior veio com o sistema decimal. Como sempre, sugestões experimentais prepararam o caminho. Al-Kashi de Samarcanda (falecido em 1436) representara a razão da circunferência de um círculo para o diâmetro como sendo 3 1415926535898 732, que é uma fração decimal usando um espaço em vez de um ponto. Francesco Pellos de Nice, em 1492, usou um ponto. Simon Stevinus expôs o novo sistema em um tratado que marcou época, *A Decimal* (1585), no qual se propôs "ensinar com incrível facilidade como realizar todos os cálculos... por números inteiros sem frações". O sistema métrico da Europa Continental levou avante suas idéias quanto à avaliação de comprimento, volume e moedas; mas o círculo e o relógio renderam tributo à matemática da Babilônia, conservando a divisão sexagesimal.

Gérard Desargues publicou, em 1639, um tratado clássico sobre secções cônicas. François Viète, de Paris, reviveu o declinante estudo da álgebra, usando letras para as quantidades tanto conhecidas quanto desconhecidas, e antecipando-se a Descartes pela aplicação da álgebra à geometria. Descartes criou a geometria analítica num momento de inspiração, quando propôs que os números e as equações podem ser representados por figuras geométricas, e vice-versa (assim a depreciação progressiva da moeda no decurso de certo tempo pode ser demonstrada como gráfico estatístico), e que de uma equação algébrica, representando uma figura geométrica, podem, algebricamente, ser tiradas conseqüências que se revelarão geometricamente verdadeiras. Descartes ficou tão encantado com suas descobertas que considerou sua geometria superior à de seus predecessores, tanto quanto a eloqüência de Cícero estava acima do ABC das crianças.[42] Sua geometria analítica, a teoria dos indivisíveis de Cavalieri (1629), a quadratura aproximada do círculo, de Kepler, e a quadratura do ciclóide de Roberval, Torricelli e Descartes, tudo isso preparou Leibniz e Newton para a descoberta do cálculo.

A matemática era, agora, o objetivo e o instrumento indispensável a todas as ciências. Kepler observou que o espírito, ao deixar o reino da quantidade, vagueia na escuridão e na dúvida.[43] "A filosofia", disse Galileu, referindo-se à "filosofia natural", ou ciência

> está escrita neste grande livro do universo, que permanece continuamente aberto à nossa observação. Mas o livro não pode ser entendido a menos que aprendamos, em primeiro lugar, a compreender a língua e a ler as letras nas quais está composto. Ele está escrito na linguagem da matemática.[44]

Descartes e Spinoza ansiaram por reduzir a própria metafísica a uma forma matemática.

A ciência, então, começou a libertar-se da placenta de sua mãe, a filosofia. Desvencilhou-se de Aristóteles, virou o rosto à metafísica e volveu-o para a natureza, criou métodos próprios e procurou melhorar a vida do homem na Terra. Tal movimento teve seu lugar no coração da Idade da Razão, mas não depositou sua fé na

"razão pura" — razão independente da experiência e da experimentação. Freqüentemente, tais raciocínios teceram redes místicas. A razão, tanto quanto a tradição e a autoridade, seria agora checada pelo estudo e pelo registro dos simples fatos; e, de tudo que a "lógica" pudesse dizer, a ciência aspiraria a aceitar somente o que pudesse ser quantitativamente medido, matematicamente expresso e experimentalmente provado.

IV. CIÊNCIA E MATÉRIA

As ciências avançaram em lógica progressão através da história moderna: a matemática e a física no século XVII, a química no século XVIII, a biologia no século XIX e a psicologia no século XX.

O grande nome, na física desse período, foi o de Galileu; muitos heróis secundários, no entanto, merecem ser lembrados. Stevinus auxiliou na determinação das leis da roldana e da alavanca; realizou estudos valiosos sobre a pressão da água, o centro da gravidade, o paralelogramo de forças e o plano inclinado; e em Delft, por volta de 1690, antecipara-se à experiência atribuída a Galileu em Pisa, mostrando, ao contrário de crenças imemoriais, que quando dois objetos *iguais* caem de um ponto elevado, por diferentes que sejam seus pesos, atingem o solo ao mesmo tempo.[45] Descartes traçou bem claramente a lei da inércia — um corpo persiste em seu estado de repouso ou em movimento retilíneo, a menos que alguma força exterior o afete. Ele e Gassendi anteciparam a teoria molecular do calor. Baseou seu *Météores* (1637) em uma cosmologia não mais aceita, se bem que esse tratado muito tenha contribuído para estabelecer o caráter científico da meteorologia. Torricelli (1642) estendeu seus estudos sobre a pressão atmosférica à mecânica dos ventos; estes — afirmou — são correntes equilibradoras formadas pelas diferenças locais na densidade do ar. Gassendi, o notável sacerdote de todas às ciências, realizou experiências objetivando medir a velocidade do som; seus resultados revelaram 531 metros por segundo. Seu amigo, o frade Marin Mersenne, repetiu a experiência e registrou 421 metros, conclusão mais aproximada da cifra corrente: 331. Mersenne, em 1636, estabeleceu a série inteira dos sons harmônicos produzidos por uma corda de instrumento musical.

As pesquisas na óptica giraram em torno dos complexos problemas da reflexão e da refração, especialmente como se vêem no arco-íris. Mais ou menos em 1591, Marco Antonio de Dominis, arcebispo de Spalato, escreveu um tratado, *De radiis visus et lucis... et iride* (publicado em 1611), no qual explicou a formação do arco-íris primário (o único geralmente visível) como devida a duas refrações e a uma só reflexão da luz nas gotículas de água, no céu, ou no líquido nebulizado, e a do arco-íris secundário (o arco colorido, em ordem inversa, às vezes vislumbrado fora do arco primário) como devida a duas refrações e duas reflexões. Em 1611, o *Dioptrice* de Kepler estudou a refração da luz pelas lentes; e, 10 anos depois, Willebrord Snell, de Leiden, formulou as leis da refração com precisão tal que tornou possível o cálculo mais exato da ação das lentes sobre a luz, e a construção de melhores microscópios e telescópios. Descartes aplicou essas leis ao cálculo mecânico dos ângulos de radiação do arco-íris. A explicação da disposição das cores teve de esperar Newton.

Os notáveis debates de Gilberto sobre o magnetismo terrestre deram origem a uma

série de teorias e experiências. Famianus Strada, da Companhia de Jesus, sugeriu a telegrafia (1617), ao dizer que dois homens podiam comunicar-se à distância com a utilização da ação simpática de duas agulhas magnéticas feitas de maneira a indicarem, simultaneamente, as mesmas letras do alfabeto. Outro jesuíta, Niccolo Cabeo (1629), fez a primeira descrição, que se conhece, da repulsão elétrica. Outro ainda, Athanasius Kircher, descreveu no seu *Magnes* (1641) uma medida do magnetismo suspendendo um magneto do prato de uma balança e compensando sua influência por meio de pesos colocados no outro prato. Descartes atribuiu o magnetismo ao choque de partículas expelidas do grande vórtice, do qual acreditava ter evoluído o universo.

A alquimia era ainda popular, especialmente como um substitutivo real para depreciar a moeda. O Imperador Rodolfo II, os eleitores da Saxônia, do Brandemburgo e do Palatinado, o duque de Brunswick, o landgrave de Hesse, todos eles contrataram alquimistas para a fabricação de ouro ou prata.[46] A partir desses experimentos, das necessidades da metalurgia e da indústria de corantes, bem como da ênfase de Paracelso na medicina química, a ciência da química tomou forma. Andreas Libavius personificou a transição. Em sua *Defesa da Alquimia Transmutadora* (1604), continuou as velhas pesquisas; mas seu *Alchymia* (1597) foi o primeiro tratado sistemático sobre a química científica. Ele descobriu o cloreto de estânico, foi o primeiro a preparar o sulfato de amônio e figurou entre os primeiros a proporem a transfusão de sangue como terapia. Seu laboratório, em Coburg, era uma das maravilhas da cidade. Jan Baptista van Helmont, nobre opulento que se dedicava à ciência e à prestação de serviços médicos aos pobres, colocou seu nome entre os fundadores da química por sua discriminação entre gases e ar e análise de suas variedades e composição; cunhou a palavra *gás*, a partir do grego *chaos*. Fez inúmeras descobertas em seu campo favorito, desde os gases explosivos da pólvora até às possibilidades inflamáveis dos gases humanos.[47] Propôs o uso de álcalis para corrigir a desmedida acidez no trato digestivo. Johann Glauber recomendou o sulfato de sódio cristalino como "um esplêndido remédio para uso interno e externo"; e o "sal de Glauber" ainda é usado como laxante. Tanto Glauber como Helmont cultivaram a alquimia como amadores.

Todas essas "ciências naturais" contribuíram para incrementar a produção industrial e o morticínio nas guerras. Técnicos aplicaram os novos conhecimentos sobre movimentos e pressões em líquidos e gases, a composição de forças, as leis do pêndulo, o curso dos projéteis e o refinamento dos metais. Empregou-se a pólvora na exploração das minas (1613). Simon Sturtevant inventou, em 1612, um método para a produção do coque — qual seja, *coking* (cozinhando ou aquecendo) o carvão betuminoso para livrá-lo dos ingredientes voláteis; esse coque era valioso na metalurgia, na medida em que as impurezas do carvão vegetal afetavam o ferro; ele substituiu a lenha e, com isso, as florestas foram preservadas. A fabricação do vidro tornou-se mais barata; daí as vidraças terem se tornado muito comuns neste período. Os inventos mecânicos se multiplicavam proporcionalmente ao crescimento da indústria, devendo-se a multiplicação, freqüentemente, menos às pesquisas dos cientistas que à habilidade de artífices ansiosos em economizar tempo. Assim, vem de 1578 a primeira notícia sobre o torno mecânico, de 1589 a armação dos teares, de 1597 o palco giratório e de 1636 a máquina debulhadora e a caneta-tinteiro.

Engenheiros realizaram proezas que mesmo hoje em dia seriam dignas de admiração. Vimos como Domenico Fontana empolgou Roma erigindo um obelisco na praça de São Pedro. Stevinus, como engenheiro de Maurício de Nassau, criou um sistema de comportas para controlar os diques — guardiães da república holandesa. As minas eram ventiladas por foles gigantescos; bombas complicadas levavam água para as torres, a fim de que houvesse pressão suficiente para sua distribuição pelas casas e fontes de cidades como Augsburgo, Paris e Londres. Construíram-se pontes treliças com base no simples princípio geométrico de que não se pode deformar o triângulo sem modificar o comprimento de um dos lados. Em 1624, um submarino navegou aproximadamente três quilômetros, submerso nas águas do Tâmisa.[48] Jerome Cardan, Giambattista della Porta e Salomon de Caus desenvolveram a teoria da máquina a vapor; Caus, em 1615, descreveu uma máquina para fazer subir a água por meio da força dilatadora do vapor.[49]

A geologia ainda não nascera, mesmo como vocábulo; o estudo da Terra era chamado de mineralogia, e o respeito à história bíblica da criação do mundo impedia todas as aventuras na cosmogonia. Bernard Palissy foi acusado de herege por reviver a antiga teoria de que os fósseis eram restos petrificados de organismos mortos. Descartes aventurou-se a sugerir que os planetas, inclusive a Terra, foram outrora massas incandescentes, como o Sol, e que a Terra, ao esfriar, formou uma crosta de líquidos e sólidos sobre um fogo central, cujas exalações produziam gêiseres, vulcões e terremotos.[50]

A geografia progrediu à medida que missionários, exploradores e mercadores se esforçavam por estender sua fé, seus conhecimentos ou suas vendas. Os navegadores espanhóis (a partir de 1567) exploraram os mares do Sul e descobriram Guadalcanal e outras das ilhas Salomão — assim chamadas na esperança de encontrarem lá as minas do Rei Salomão. Pecho Paes, missionário português que foi feito prisioneiro na Abissínia (1588), visitou o Nilo Azul e resolveu um antigo enigma ao demonstrar que as inundações periódicas do vale do Nilo eram devidas à estação chuvosa na região montanhosa da Abissínia. Willem Janszoon, ao que parece, foi o primeiro europeu a desembarcar na Austrália (1606), e Abel Tasman descobriu a Tasmânia, a Nova Zelândia (1642) e as ilhas Fidji (1643). Negociantes holandeses entraram no Sião, na Birmânia e na Indochina, mas as informações sobre essas regiões e a China vieram, principalmente, dos missionários jesuítas. Samuel Champlain, sob as ordens de Henrique IV, da França, explorou a costa da Nova Escócia e subiu o rio São Lourenço até as vizinhanças de Montreal. Seus seguidores fundaram Quebec e cartografaram o lago que traz seu nome.

Os cartógrafos esforçaram-se para não ficar muito atrás dos exploradores. Gerardus Mercator (Gerhard Kremer) estudou em Louvain e lá fundou uma oficina para confecção de mapas, instrumentos científicos e globos celestes. Foi preso e julgado por heresia em 1544, mas conseguiu escapar às graves conseqüências que disso resultavam; achou prudente, contudo, aceitar um convite da Universidade de Duisburg, onde passou a ser cartógrafo do duque de Jülich-Clèves (1559). Em sua existência de 82 anos, trabalhou incansavelmente para cartografar a Flandres, a Lorena, a Europa e a Terra. Seu famoso *Nova et acuta terrae descriptio ad usum navigantium accomodata* (1568) introduziu os mapas de "projeção de Mercator", que facilitaram a nave-

gação por reproduzirem todos os meridianos de longitude paralelos uns aos outros, todos os paralelos de latitude como linhas retas e ambas as séries de linhas em ângulos retos entre si. Em 1585, começou a publicar seu grande *Atlas* (a ele devemos o emprego desta palavra), contendo 51 mapas regionais de precisão e exatidão sem precedentes, descrevendo toda a Terra até então conhecida. Seu amigo Abraham Oertel rivalizou com ele em seu abrangente *Theatrum orbis terrarum* (Antuérpia, 1570). Juntos, esses dois homens libertaram a geografia de sua sujeição milenar a Ptolomeu e criaram-na em sua forma moderna. Graças a eles, os holandeses quase mantiveram o monopólio da confecção de mapas durante um século.

V. CIÊNCIA E VIDA

A biologia teve ainda de esperar dois séculos para seu apogeu. A botânica desenvolveu-se vagarosamente através dos estudos médicos sobre ervas curativas e plantas exóticas importadas para a Europa. Missionários jesuítas trouxeram do Peru a quina (quinino), a baunilha e o ruibarbo. Por volta de 1560, a batata foi introduzida na Espanha, procedente do Peru, espalhando-se dali por todo o Continente. Prospero Alpini, professor de botânica em Pádua, descreveu 50 plantas estrangeiras que estavam sendo cultivadas recentemente na Europa. De seus estudos sobre as tamareiras deduziu a teoria relativa à reprodução sexual das plantas, enunciada por Teofrasto no século III a.C. "As tamareiras fêmeas" — declarou Alpini — "não geram frutos, a menos que os ramos das plantas masculinas e femininas se misturem, ou, como geralmente acontece, a menos que o pólen encontrado na bainha ou nas flores da planta masculina seja projetado sobre as flores da planta feminina."[51] Lineu classificaria, mais tarde, as plantas segundo seu modo de reprodução; mas enquanto isso não ocorria (1583), Andrea Cesalpino, de Florença, apresentava a primeira classificação sistemática de plantas — um total de 1.500 delas —, baseando-se em suas diferentes sementes e frutos. Gaspard Bauhin, de Basiléia, em seu maciço *Pinax theatri botanici* (1623), classificou seis mil plantas, antecipando-se a Lineu na nomenclatura binária por gêneros e espécies. Bauhin dedicou 40 anos de sua vida ao preparo do *Quadro do Mundo Botânico*, falecendo um ano após sua publicação. Durante três séculos, o livro permaneceu como texto padrão.

Os herbários particulares dos médicos começaram então a se transformar em jardins botânicos públicos, mantidos por universidades ou governos. O mais antigo deles, fundado em Pisa no ano de 1543, alcançou fama sob a direção de Cesalpino; Zurique teve o seu em 1560; depois, Bolonha, Cassel, Leiden, Leipzig, Breslau, Basiléia, Heidelberg, Oxford. Gui de la Brosse, médico de Luís XIII, organizou o célebre Jardin des Plantes Médicinales, em 1635, em Paris. Jardins zoológicos para diversão pública tinham existido na China (1.100 a.C.), na Roma antiga e no México dos astecas (*ca.* 1450); criaram-nos, em formas modernas, em Dresden (1554) e, sob o governo de Luís XIII, em Versalhes.

A zoologia recebeu menos atenção que a botânica, pois realizava — exceto na medicina mística — poucas curas. Ulisse Aldrovandi, em 1599, começou a publicação de 13 grandes tomos sobre "história natural"; viveu para ver seis deles publicados;

o Senado de Bolonha publicou os sete manuscritos restantes a expensas dos cofres públicos; foram superados apenas pela *Histoire naturelle* de Buffon (1749-1804). O polímata jesuíta Athanasius Kircher começou a histologia com seu *Ars magna lucis et umbrae* (1646), no qual descreveu os minúsculos "vermes" que seu microscópio descobrira em substâncias putrefatas. A crença na geração espontânea de minúsculos organismos na carne podre — ou mesmo na lama — era ainda quase universal, se bem que Harvey logo a rejeitasse em seu *De generatione animalium* (1651). A zoologia estava ainda atrasada, em parte porque somente uns poucos pensadores viam nos animais os ancestrais do homem. Mas, em 1632, Galileu escreveu ao grão-duque de Toscana: "Conquanto seja enorme a diferença entre o homem e os outros animais, poder-se-ia dizer razoavelmente que ela é pouco maior que a diferença existente entre os próprios homens".[52] O espírito moderno ia-se voltando lentamente para o que os gregos já sabiam há dois mil anos atrás.

A anatomia estava repousando depois de seus labores, sob a direção de Vesálio. A dissecação de cadáveres ainda encontrava oposição — como da parte de Hugo Grócio, por exemplo[53] — mas as numerosas "lições de anatomia" na arte holandesa refletem a aceitação geral desse processo. O nome de projeção nesse campo, bem como no da cirurgia, é o de Girolamo Fabrizio d'Acquapendente, discípulo de Fallópio e professor de Harvey. Durante seu reinado na Universidade de Pádua, construiu-se lá o grande teatro anatômico — a única de tais estruturas do período ainda conservada intacta. Sua descoberta das válvulas nas veias e seus estudos sobre o efeito das ligaduras abriram caminho para Harvey demonstrar a circulação do sangue. O conhecimento que se teve da circulação dos fluidos do corpo progrediu quando Gaspar Aselli descobriu os vasos quilíferos (em 1632), vasos linfáticos que conduzem o leitoso quilo procedente do intestino delgado. E Aselli, de fato, a despeito de seu nome ("asnozinho"), descreveu a circulação do sangue seis anos antes de Harvey *ter publicado* sua teoria. Andrea Cesalpino expusera a essência da teoria em 1571, meio século antes de Harvey; ele ainda estava preso à velha teoria de que certa quantidade do sangue passa através do septo do coração; mas soube explicar melhor que Harvey — pelas *capillamenta* — como o sangue vai das artérias para as veias. Em uma centena de frentes, o mais nobre dos exércitos ia avançando na maior de todas as guerras.

VI. CIÊNCIA E SAÚDE

Nessa guerra pela conquista do saber, a principal batalha é a da vida contra a morte — uma batalha que individualmente se perde mas coletivamente, com freqüência, se ganha. Na luta contra a doença e a dor, aos médicos e aos hospitais opunham-se muitos inimigos do homem: falta de higiene pessoal, sujeira pública, prisões infectas, charlatães com poções mágicas, místicos "científicos", fundas para hérnias, dissolventes de pedras da bexiga, especialistas em cataratas, arrancadores de dentes e uroscopistas amadores. E novas doenças apostaram corrida com novos processos de cura.

A lepra desaparecera, e dispositivos de proteção reduziram a incidência de sífilis; Fallópio inventara (1564) uma bainha de linho contra essa infecção. (A bainha logo passou a ser usada como preventivo contra a gravidez, e era vendida por barbeiros e caftinas.[54]) Entretanto, epidemias de tifo, febre tifóide, malária, difteria, escorbu-

to, influenza, varíola e disenteria apareceram em vários países da Europa nesse período, especialmente na Alemanha. Cifras provavelmente exageradas relatam quatro mil mortes em decorrência de uma peste de furúnculos em Basiléia, entre 1563-64; um total de 25 por cento dos habitantes de Freiburg-im-Breisgau morreram vitimados pela peste, em 1564; nove mil em Rostock e cinco mil em Frankfurt an de Oder, em 1565; quatro mil em Hannover e seis mil em Brunswick, em 1566.[55] Cidadãos aterrorizados atribuíram algumas pestes a envenenamento proposital; em Frankenstein, na Silésia, 17 pessoas foram condenadas à morte na fogueira sob suspeita de "espalharem veneno".[56] Em 1604, a peste bubônica foi tão severa em Frankfurt am Maim que não houve gente o bastante para sepultar os mortos.[57] Isso, evidentemente, é um exagero; mas, segundo um autor fidedigno, quando se repetiu na Itália uma epidemia de peste bubônica (1629-31), Milão perdeu 86.000 pessoas e "não menos de 500.000 morreram na República de Veneza.... Entre 1630 e 1631, só no norte da Itália houve um milhão de vítimas da peste".[58] A fecundidade das mulheres mal podia competir com os recursos da morte. A natalidade era duplamente dolorosa dada sua freqüente inutilidade, pois dois quintos das crianças morriam antes de completarem dois anos de idade.[59] As famílias eram grandes, as populações, pequenas.

As condições sanitárias estavam melhorando e os hospitais estavam se multiplicando. O ensino médico começava a assumir forma mais rigorosa — conquanto ainda se pudesse exercer a medicina sem diploma. Bolonha, Pádua, Basiléia, Leiden, Montpellier e Paris possuíam escolas famosas que atraíam estudantes de toda Europa Ocidental. Temos um exemplo peculiar de pacientes pesquisas médicas nos 30 anos de experiências pelas quais Sanctorius procurou reduzir os processos fisiológicos a medidas quantitativas. Executou grande parte de seu trabalho sentando à mesa sobre grande balança; registrou as alterações em seu peso ao tomar e ao eliminar sólidos e líquidos, pesando até mesmo seu suor. Descobriu que o corpo humano perde, diariamente, muitos gramas de peso através da transpiração normal, concluindo que essa é uma forma vital de eliminação. Inventou um termômetro clínico (1612) e um pulsímetro, para auxiliarem na diagnose.

A terapêutica estava passando gradativamente dos sapos para as sanguessugas. Alguns médicos, então bastante conceituados, receitavam sapos secos, costurados em um saco que se devia pendurar sobre o peito como armadilha para captar e absorver o ar infestado que cercava o corpo nas áreas atingidas pela peste.[60] Na sangria por meio de sanguessugas ou ventosas, o paciente ingeria bastante água, em virtude da teoria segundo a qual o líquido ingerido se transformaria em sangue novo, não infeccionado. Duas escolas de tratamento lutavam pela vítima: a iatromecânica, embasada nos ensinamentos de Descartes, defendia que todos os processos do corpo são mecânicos; e a iatroquímica, oriunda de Paracelso e desenvolvida por Helmont, interpretava toda a fisiologia como química. A hidroterapia era muito popular. Tomavam-se águas medicinais em Bath (Inglaterra), em Spa (Países Baixos), em Plombières (França) e em uma dezena de cidades ao longo do Reno e na Itália; vimos Montaigne experimentando-as e eliminando cálculos em sua viagem. Novos medicamentos — valeriana (*ca.* 1580), antimônio (*ca.* 1603), ipeca (1625) e quinino (1632) — foram introduzidos na Europa. A farmacopéia londrina de 1618 registrou 1.960 medicamentos. Montaigne fala dos regalos especiais que alguns médicos guardavam para seus pacientes pacientes:

> o pé esquerdo de uma tartaruga, a urina de um lagarto, o estrume de um elefante, o fígado de uma toupeira, o sangue tirado da asa direita de um pombo branco e, para nós que temos cálculos... os excrementos, em pó, de um rato; e outras bobagens que mais sugerem feitiçaria e encantamentos do que uma ciência séria.[61]

Tais acepipes eram bastante caros, e o povo, no século XVII, queixava-se mais dos preços cobrados pelos farmacêuticos que das contas dos médicos.[62]

A odontologia estava a cargo dos barbeiros e consistia, quase inteiramente, em extrações. Os "cirurgiões-barbeiros", naquele tempo, contavam em seu meio elementos hábeis, como Ambroise Paré, François Rousset — que reviveu a cesariana — e Gasparo Tagliacozzi — especialista na reconstrução plástica de orelhas, narizes e lábios. Ele foi condenado pelos moralistas por intervir na obra de Deus; seu corpo foi exumado de terreno consagrado e enterrado em solo profano.[63] Wilhelm Fabry, o "pai da cirurgia alemã", foi o primeiro a recomendar a amputação de um membro acima da parte infeccionada; e Giovanni Colle, de Pádua, foi quem fez a descrição mais antiga, que se conhece, de uma transfusão de sangue (1628).

Como em todas as épocas, os pacientes se queixavam dos honorários dos médicos; os artistas ridicularizavam-lhes os mantos compridos, os sapatos vermelhos e a gravidade junto ao leito dos enfermos. Se dermos crédito às sátiras desses artistas cômicos, a posição social dos médicos não estava muito acima da dos professores; mas ao notarmos a história que encerra a *Lição de Anatomia* de Rembrandt, percebemos uma classe de homens que devia ocupar posição respeitável na sociedade, capaz de pagar bem até mesmo por uma participação em uma grande obra pictórica. E o mais célebre filósofo do período, sonhando, como todos nós, com um futuro melhor para a humanidade, considerava tal melhora dependente do aperfeiçoamento do caráter humano e da ciência médica, o agente mais provável para essa revolução básica. "Pois mesmo o espírito" — declarou Descartes — "depende tanto do temperamento e da disposição dos órgãos do corpo que se é possível descobrir algum meio pelo qual se possa tornar o homem mais sábio e mais capaz... creio que é na medicina que se deve procurá-lo."[64]

VII. DE COPÉRNICO A KEPLER

Deixamos para o fim a astronomia, pois seus heróis surgiram ao final desse período e constituem suas *pièces de résistance*.

A mesma Igreja que silenciara Galileu conduziu o grande feito da astronomia moderna: a reforma do calendário. A revisão que Sosígenes fizera para César, por volta do ano de 46 a.C., calculara o ano com 11 minutos e 14 segundos a mais; conseqüentemente, em 1577, o calendário juliano atrasara-se na marcha das estações em 12 dias, e as festas eclesiásticas deixaram de enquadrar-se nas estações para as quais se destinavam. Fizeram-se várias tentativas para reformar o calendário — sob os pontificados de Clemente VI, Sisto IV e Leão X — mas surgiram dificuldades quanto a um acordo geral e ao atendimento aos requisitos do conhecimento astronômico. Em 1576, um calendário revisado, elaborado por Luigi Giglio, foi apresentado a Gregório XIII. O papa submeteu-o a uma comissão de teólogos, juristas e cientistas, incluindo o jesuíta

bávaro Christopher Clavius, famoso pelos seus conhecimentos de matemática e astronomia; o projeto final, ao que parece, foi obra dele. Longas negociações foram levadas a efeito junto a príncipes e prelados para assegurar a cooperação deles; criaram-se muitas objeções, fracassando todos os esforços no sentido de conseguir a aprovação das igrejas orientais. Em 24 de fevereiro de 1582, Gregório XIII assinou a bula que criava o calendário gregoriano nos países católico-romanos. Para igualar o antigo calendário às realidades astronômicas, deveriam ser omitidos 10 dias em outubro de 1582, ou seja, o quinto dia passaria a ser o décimo quinto, além dos complicados ajustes que deveriam ser feitos com vistas ao cálculo de juros e outras relações comerciais. Para compensar o erro do calendário juliano, somente aqueles anos dos séculos que fossem divisíveis por 400, teriam 29 dias em fevereiro. As nações protestantes resistiram a essa modificação; em Frankfurt am Main e Bristol, a populaça promoveu desordens julgando que o papa desejava despojá-la de 10 dias; até Montaigne, ávido de tempo, queixou-se: "O desaparecimento ou a redução de 10 dias, que o papa efetuou ultimamente, deixou-me tão prostrado que mal posso reanimar-me".[65] Aos poucos, porém, o novo calendário — que nos próximos 3.333 anos não necessitará de nova correção — foi conseguindo aceitação: pelos estados alemães em 1700, pela Inglaterra em 1752, pela Suécia em 1753 e pela Rússia em 1918.*

Idêntica demora ocorreu na aceitação da astronomia de Copérnico. Na Itália, ela poderia ser estudada e ensinada se tivesse sido apresentada mais como hipótese do que como fato demonstrado;[66] Giordano Bruno defendeu-a, e Campanela já imaginava se os habitantes de outros planetas se julgavam, como o fazem os terráqueos, o centro e o fim de todas as coisas.[67] Os teólogos protestantes na sua maioria rivalizaram com os católicos na condenação do novo sistema. Bacon e Bodin também repudiaram-no.[68] Mais surpreendente foi a rejeição pelo maior astrônomo do meio século que se seguiu à morte de Copérnico (1543).

Tycho Brahe nasceu em 1546 na então província dinamarquesa de Scania, agora a extremidade meridional da Suécia. Seu pai era membro do conselho de Estado dinamarquês; sua mãe era uma duquesa, camareira da rainha. Seu tio rico, Jorgen, que lamentava não ter um filho, raptou-o, engambelou os pais para que consentissem em deixá-lo com ele e deu ao jovem todas as vantagens de uma boa educação. Aos 13 anos, Tycho entrou para a Universidade de Copenhague. Segundo Gassendi, sentiu-se atraído pela astronomia quando ouviu um professor debater sobre um eclipse do sol que se daria brevemente. Observando que o eclipse aconteceu como fora predito, maravilhou-se com essa ciência que atingira tal poder de previsão. Comprou um exemplar do *Almagesto* de Ptolomeu, estudou-o atentamente, a ponto de negligenciar outras matérias, e jamais abandonou a teoria geocêntrica ali apresentada no século II de nossa era.

Aos 16 anos, foi transferido para a Universidade de Leipzig, onde estudava as leis durante o dia e os astros durante a noite. Preveniram-no de que esse regime poderia

* O calendário ideal teria 13 meses, cada um de 28 dias, com um dia santo sem data (ou nos anos bissextos, dois) ao fim do ano. Este único calendário, com dispositivos rotativos para indicarem o mês e o ano, serviria para cada mês indefinidamente; cada dia da semana cairia nas mesmas datas todos os meses e todos os anos; o ano comercial seria uniformemente divisível em meses e trimestres iguais. Mas — ai de nós! — isso confundiria os santos.

provocar problemas físicos e nervosos. Tycho persistiu nos estudos, gastando sua mesada na compra de instrumentos astronômicos. Em 1565, seu tio morreu, deixando-lhe uma grande fortuna. Depois de regularizar seus negócios, Tycho apressou-se a ir a Wittenberg para estudar mais matemática e astronomia; dali, fugindo da peste, seguiu para Rostock. Nessa cidade travou um duelo, no qual perdeu um pedaço do nariz; encomendou um novo e brilhante nariz de prata e ouro, e usou-o durante o resto de sua vida. Cultivou superficialmente a astrologia e predisse que a morte de Solimão o Magnífico se daria em futuro próximo, mas, por fim, descobriu que o sultão já havia morrido.[69] Após muitas viagens pela Alemanha, regressou à Dinamarca, ocupou-se com a química, e ao descobrir uma nova estrela na constelação da Cassiopéia (1572), voltou aos estudos de astronomia. Suas despreocupadas observações sobre esse astro passageiro e o relato que sobre ele fez em seu primeiro livro — *De nova stella* — deram-lhe renome na Europa, mas chocou alguns fidalgos dinamarqueses que consideravam a profissão de autor uma forma de exibicionismo incompatível com o sangue azul. Tycho deixou-os perplexos, casando-se com uma camponesa. Parece ter compreendido que uma esposa simples seria a melhor companheira para um astrônomo ocupadíssimo, além de ser a cara-metade ideal para um homem de nariz de ouro.

Insatisfeito com as condições para o estudo da astronomia em Copenhague, partiu para Cassel, onde o Landgrave Guilherme IV construíra (1561) o primeiro observatório com teto giratório, e onde Joost Bürgi aperfeiçoara um relógio de pêndulo que tornou possível marcar com exatidão sem precedentes o tempo de observação e de movimento dos astros. Tomado de novo entusiasmo, Tycho voltou para Copenhague e atraiu Frederico II para o projeto de construção de um observatório. O rei deu-lhe a ilha de Hveen (Vênus), no Öresund, e uma boa pensão. Com isso e com seus próprios recursos, Tycho construiu lá um castelo e jardins a que chamou de Uraniburg (Cidade Celeste), com aposentos, biblioteca, laboratório, vários observatórios e uma oficina para fabricação de seus próprios instrumentos. Ele não dispunha de telescópio; decorreriam ainda 28 anos até sua invenção; mesmo assim, foram suas observações que guiaram Kepler às descobertas que marcaram época.

Nos 21 anos passados em Hveen, Tycho e seus discípulos reuniram uma coleção de dados que excedeu em extensão e exatidão tudo que até então se conhecia. Todos os dias, durante muitos anos, ele registrava o movimento aparente do sol. Foi um dos primeiros astrônomos a levar em conta a refração da luz e a falibilidade dos observatórios e dos instrumentos; assim, repetia constantemente as mesmas observações. Descobriu e sintetizou em lei as variações no movimento da lua. Seu meticuloso traçado de um cometa, em 1577, levou-o à crença, agora universalmente aceita, de que os cometas, ao invés de serem gerados na atmosfera da Terra, constituem verdadeiros corpos celestes a se movimentarem em trajetórias fixas e regulares. Quando Tycho publicou seu catálogo de 777 estrelas e marcou-as com especial carinho no grande globo celeste em sua biblioteca, sua existência estava justificada.

Em 1588, Francisco II morreu. O novo rei era um menino de 11 anos; os regentes que o governavam não foram tão pacientes com o orgulho, o temperamento e as extravagâncias de Brahe como Frederico o fora; os subsídios governamentais logo decresceram e, em 1597, cessaram. Tycho deixou a Dinamarca e instalou-se no castelo Benatek, perto de Praga, como hóspede do Imperador Rodolfo II, que o procurara

para que lhe fizesse predições astrológicas. Brahe importou de Hveen seus instrumentos e registros, e pediu um assistente. Apareceu então Johann Kepler (1600), que trabalhou intermitente mas devotadamente para seu difícil senhor. Justamente quando Brahe esperava transformar seu maciço acervo de dados em uma teoria racional sobre os céus, foi acometido, à mesa, de uma ruptura na bexiga. Passou 11 dias sofrendo dores, e morreu (1601) lamentando não ter terminado sua obra. O orador, em seus funerais, disse que ele "nada ambicionara senão o tempo".[70]

VIII. KEPLER: 1571-1630

Foi benéfica para a ciência a mudança de Tycho para Praga, pois lá Kepler herdou suas observações e delas deduziu as leis planetárias que prepararam a teoria da gravitação de Newton. De Brahe a Kepler e a Newton, e de Copérnico a Galileu e a Newton saem as linhas básicas e convergentes da astronomia moderna.

Kepler nasceu em Weil, próximo a Stuttgart, filho de um oficial do exército que, a permanecer em casa, preferia sair freqüentemente para a guerra. Tornando, finalmente, ao lar, o pai abriu uma taberna na qual Johannes servia. O jovem era doentio; a varíola aleijara-lhe as mãos e com freqüência prejudicava-lhe a visão. O duque de Württemberg viu nele a possibilidade de tornar-se um bom pregador e custeou-lhe a educação. Em Tübingen, Michael Maestlin, que, como professor, ensinava a astronomia ptolomaica, converteu Kepler secretamente à teoria de Copérnico, e o jovem entusiasmou-se de tal maneira pelos astros que abandonou por completo a idéia de seguir a carreira eclesiástica.

Depois de diplomar-se, tornou-se professor em Graz, na Estíria, ensinando latim, retórica e matemática por 150 florins anuais, com moradia gratuita e mais 20 florins pela edição anual de um calendário astrológico. Aos 25 anos, casou-se com uma mulher de 23 que enterrara um marido e se divorciara de outro; ela trouxe consigo um dote e uma filha; com o correr do tempo, ele acrescentou à família seis filhos. Um ano após o casamento, foi forçado, como protestante, a deixar Graz (1597), pois o novo arquiduque da Estíria, Fernando, era um católico resoluto que ordenou a todos os clérigos e professores protestantes que saíssem da Estíria. Kepler agravara mais ainda sua situação ao publicar o *Mysterium cosmographicum* (1596), advogando ardentemente o sistema de Copérnico; esperançoso, enviou exemplares da obra a Brahe e Galileu. Após um ano de desalentada pobreza, foi salvo pelo convite de Tycho para ir a Praga. Mas era difícil lidar com Tycho; havia dificuldades relacionadas à religião e ao pão; a mulher tornou-se epiléptica. Com a morte de Tycho, Kepler foi nomeado seu sucessor, com vencimentos de 500 florins anuais.

Brahe legara-lhe seus registros, mas não seus instrumentos. Impossibilitado de comprar os melhores deles, Kepler viu-se obrigado a estudar as observações de Brahe ao invés de ampliá-las. Não pôde dizer, como Newton: "Não invento hipóteses"; ao contrário, elas fervilhavam em sua cabeça: "Tenho muita fantasia acumulada".[71] Sua habilidade peculiar estava em submeter a provas as hipóteses, e sua sabedoria em deixá-las de lado quando as conseqüências, deduzidas matematicamente, demonstravam

ser incompatíveis com os fenômenos observados.[72] Ao procurar traçar a órbita de Marte, experimentou 70 hipóteses durante quatro anos.

Finalmente (1604) realizou sua básica e histórica descoberta — que a órbita de Marte em torno do sol é uma elipse e não um círculo, como supuseram os astrônomos desde Platão até Copérnico, inclusive este último; somente uma órbita elíptica se harmonizava com as repetidas observações de Brahe e outros. Ao ágil espírito de Kepler assaltou logo a questão: e se todas as órbitas planetárias forem elípticas? Imediatamente ele testou a idéia com as observações registradas; elas concordavam quase inteiramente. No tratado em latim sobre os movimentos de Marte — *Astronomia nova de motibus stellae Martis* (1609) —, publicou suas duas primeiras "leis de Kepler": primeira, cada planeta se movimenta em uma órbita elíptica, na qual o sol ocupa um dos focos; segunda, cada planeta se movimenta mais rapidamente quando mais perto do sol do que quando mais distante dele, e o raio vetor traçado do sol ao planeta descreve, em seu movimento, áreas iguais em tempos iguais. Kepler atribuiu as diferenças na velocidade planetária à maior emanação da energia solar sentida pelo planeta quando próximo ao sol; quanto a essa conexão, Kepler desenvolveu uma idéia de Gilbert sobre a atração magnética intimamente ligada à teoria de Newton sobre a gravitação.

Quando o Imperador Rodolfo morreu (1612), Kepler mudou-se para Linz, e passou a viver novamente como professor. Tendo-lhe morrido a esposa, casou-se com uma jovem pobre e órfã. Ao prover de vinho sua nova casa, sentiu-se fascinado pela dificuldade em medir o conteúdo de um barril com lados curvos; o ensaio que publicou sobre o problema auxiliou a preparar a descoberta do cálculo infinitesimal.

Após dar tratos à bola, durante 10 anos, para descobrir a relação entre a velocidade de um planeta e a dimensão de sua órbita, Kepler publicou, em seu livro *Sobre a Harmonia do Mundo* (1619), sua terceira lei: o quadrado do tempo de revolução de um planeta em torno do sol é proporcional à raiz cúbica de sua distância média em relação ao sol. (Por exemplo: o tempo de revolução de Marte é, conforme se demonstra, 1,88 vezes o da Terra; o quadrado desse número é 3,53; a raiz cúbica deste último é 1,52; isto é, a distância média de Marte ao sol será 1,52 vezes a da Terra ao sol.) Kepler rejubilou-se de tal forma por haver reduzido a conduta dos planetas a tal ordem e regularidade, que comparou cada velocidade orbital a uma nota na escala musical, e concluiu que os movimentos combinados criam a "harmonia das esferas", a qual, no entanto, somente é audível para a "alma" do sol. Kepler misturou o misticismo à sua ciência, ilustrando mais uma vez o generoso dito de Goethe de que os defeitos do homem são as faltas de seu tempo, ao passo que suas virtudes lhe são próprias. Podemos perdoar o orgulho que, no prefácio de *Sobre a Harmonia do Mundo*, escreveu:

> O que prometi a meus amigos no título deste livro... o que, há dezesseis anos, insisti em que se procurasse — ou seja, a razão por que me liguei a Tycho Brahe... por que dediquei a melhor parte de minha vida — consegui finalmente trazer à luz.... Não se passaram 18 meses desde que vislumbrei os primeiros raios da verdade.... Nada me detém; compreendo minha fúria sagrada.... Se me perdoardes, alegrar-me-ei; se vos enfurecerdes, poderei suportar vossa fúria. A sorte está lançada, o livro está escrito, para ser lido agora ou pela posteridade, não me importa; ele bem pode esperar um século por um leitor, da mesma maneira que Deus esperou seis mil anos por um descobridor![73]

Num *Epítome da Astronomia de Copérnico* (1618-21), Kepler mostrou como suas leis apoiavam, esclareciam e corrigiam o sistema copernicano. "Eu o provei como verdadeiro no âmago de minha alma" — disse — "e contemplo sua beleza com incrível e extasiante prazer."[74] Esse tratado foi posto no *Index Librorum Prohibitomm* porque declarava que a teoria de Copérnico estava provada. Kepler, piedoso protestante, não se perturbou com o fato. Por um tempo, gozou de prosperidade e aplausos. Seu salário como astrônomo imperial era-lhe regularmente pago. Da longínqua Inglaterra, Jaime I convidou-o (1620) para que fosse adornar a corte inglesa; Kepler, porém, recusou o convite dizendo que sofreria se permanecesse engaiolado em uma ilha.[75]

Ele participava da crença dominante em feitiçaria. Sua mãe foi acusada de praticá-la; testemunhas que alegaram que seu gado, ou elas mesmas, adoeceram porque a Frau Kepler os tocara; certa testemunha jurou que sua filha, de oito anos de idade, adoecera, vítima do feitiço da velha Kepler, e ameaçou matar a "feiticeira" se ela não curasse a menina imediatamente. A acusada negou a culpa, mas foi presa e acorrentada em uma cela. Kepler lutou por sua mãe em todas as fases do processo. O promotor do Estado propôs que se lhe arrancasse uma confissão por meio de torturas. Levaram-na para a câmara de torturas e mostraram-lhe os instrumentos que seriam usados; ela, ainda assim, sustentou sua inocência. Após 13 meses de prisão, foi posta em liberdade, mas morreu logo depois (1622).

Essa tragédia e o impacto da guerra que se ia espalhando entristeceram os últimos anos de Kepler. Em 1620, Linz foi ocupada pelas tropas imperiais e seus habitantes quase morreram de inanição. Durante todo esse caos, ele continuou em seu trabalho de formular as observações de Brahe, de outros e dele mesmo nas tábuas rodolfinas (1627), as quais catalogaram e cartografaram 1.005 estrelas, e serviram de padrão durante um século. Em 1626, mudou-se para Ulm. Seu salário imperial passou a ser pago com atraso, e isso deixou-o em situação difícil para sustentar sua família. Solicitou a Wallenstein um emprego como astrólogo; foi atendido, e, durante alguns anos, seguiu o general fazendo-lhe horóscopos e publicando almanaques astrológicos. Em 1630, ele partiu para Regensburg, a fim de pedir à dieta o pagamento dos salários atrasados. Esse esforço consumiu-lhe as últimas forças físicas; foi acometido de febre e morreu poucos dias depois (15 de novembro de 1630), com 59 anos de idade. Todos os sinais de sua sepultura foram varridos pela guerra.

Sua função na história da astronomia foi a de mediador entre Copérnico e Newton. Ultrapassou Copérnico, substituindo as órbitas circulares por órbitas elípticas, abandonando a teoria de círculos excêntricos e dos epiciclos e colocando o sol não no centro de um círculo mas em um dos focos da elipse. Com tais modificações, libertou o sistema de Copérnico das muitas dificuldades que quase justificaram sua rejeição por Tycho Brahe; através dele, a teoria heliocêntrica ganhou rapidamente uma ampla aceitação. Transformou o que fora uma brilhante suposição em hipótese elaborada com admiráveis pormenores matemáticos. Proporcionou a Newton as leis planetárias que o conduziram à teoria da gravitação universal. Conquanto mantivesse fervorosa e inabalável sua crença religiosa, revelou o universo como uma estrutura de leis, um cosmo de ordem, no qual as mesmas leis governavam a Terra e os astros. "Meu desejo" — disse ele — "é poder conceber o Deus que encontro em toda parte do mundo exterior da mesma maneira que o concebo dentro de mim."[76]

IX. GALILEU: 1564-1642

1. *O Físico*

Galileu Galilei nasceu em Pisa no dia da morte de Michelangelo (18 de fevereiro de 1564), no mesmo ano em que nasceu Shakespeare. Seu pai era um florentino muito culto, que lecionava ao mesmo tempo grego, latim, matemática e música. Por pouco Galileu não foi, rigorosamente, contemporâneo de Monteverdi (1567-1643); a música foi uma de suas constantes consolações, especialmente em sua velhice de homem cego; tocava órgão louvavelmente e bem o alaúde. Gostava de desenhar e pintar e, às vezes, lamentava não ter se tornado um artista. Naquela maravilhosa Itália de sua mocidade ainda ardia a chama da Renascença, inspirando os homens a serem completos. Queixava-se de não poder projetar um templo, esculpir uma estátua, pintar um retrato, escrever poesia, compor música e pilotar um navio;[77] desejava poder fazer tudo isso; e, ao contemplá-lo, temos a impressão de que lhe faltou apenas tempo. Um homem como esse, em circunstâncias diferentes, poderia ter sido uma grande personalidade em qualquer uma daquelas situações. Fosse movido por sua natureza ou pelas circunstâncias, pôs-se na juventude a construir máquinas e a brincar com elas.

Aos 17 anos, foi enviado à Universidade de Pisa, para estudar medicina e filosofia. Um ano depois fazia sua primeira descoberta científica — que a oscilação de um pêndulo, independentemente de sua largura, toma tempo igual. Ao estender ou ao encurtar o braço de um pêndulo, poderia retardar ou apressar o ritmo das oscilações até sincronizá-lo com o de seu pulso; através dessa "pulsilogia" pôde medir com exatidão as batidas de seu coração.

Mais ou menos por essa época, descobriu Euclides. Ouviu por acaso um professor ensinando geometria aos pajens do grão-duque da Toscana; a lógica da matemática pareceu-lhe incomensuravelmente superior à da filosofia escolástica e aristotélica, cujos ensinamentos recebera na escola; clandestinamente, com os *Elementos* de Euclides na mão, assistiu às lições do professor aos pajens. O professor interessou-se por ele e deu-lhe aulas particulares. Em 1585, Galileu deixou a Universidade de Pisa sem se diplomar; mudou-se para Florença e, sob a orientação de seu professor, entregou-se apaixonadamente ao estudo da matemática e da mecânica. Um ano depois, inventou uma balança hidrostática para medir os pesos relativos de metais em uma liga, e foi elogiado pelo jesuíta Clavius por um ensaio sobre o centro de gravidade dos corpos sólidos. Entretanto, esgotaram-se os recursos de seu pai, e Galileu viu-se obrigado a ganhar o próprio pão. Candidatou-se a um cargo de professor em Pisa, Florença e Pádua; foi recusado por ser demasiado jovem. Em 1589, quando ele e um amigo planejavam ir à cata de fortuna em Constantinopla e no Oriente, ficaram sabendo que a cadeira de matemática, em Pisa, ficara vaga. Galileu candidatou-se a ela como um último recurso; estava ainda com 25 anos. Foi nomeado para exercê-la durante três anos, a 60 escudos anuais. Com isso passaria fome, mas poderia demonstrar seu valor.

Galileu era bastante arrojado, pois logo deu início, de sua cadeira de professor, a uma guerra contra a física de Aristóteles. Segundo o grego, "o movimento descendente de uma massa de ouro ou chumbo, ou de qualquer outro corpo dotado de pe-

so, torna-se mais rápido em proporção a seu peso".[78] Lucrécio[79] e Leonardo da Vinci[80] exprimiram essa mesma idéia. Mas já na antigüidade, Hiparco (c. 130 a.C.) questionara a opinião de Aristóteles "sobre os corpos arrastados para baixo pelo peso"; e Johannes-Philoponus (533 d.C.), comentando Aristóteles, pensou que a diferença de tempo na queda de dois objetos — um dos quais pesando o dobro do outro — será "nula ou imperceptível".[81] Neste ponto, ocorre-nos uma história célebre e controvertida. Ela aparece pela primeira vez na mais antiga biografia de Galileu, escrita por seu amigo Vincenzo Viviani em 1654 (12 anos depois da morte de Galileu), sob alegação de estar fundada no relato verbal do próprio Galileu:

> Para desalento de todos os filósofos, (Galileu) provou, por meio de experiências e sólidas demonstrações, serem falsas muitas das conclusões de Aristóteles... como, entre outras, que a velocidade dos corpos do mesmo material, de peso desigual, movendo-se pelo mesmo meio, *não* mantinha a mesma proporção de seu peso conforme ensinou Aristóteles e, sim, que todos eles se movimentavam com a mesma velocidade; demonstrou-o em repetidas experiências do alto da torre de Pisa, na presença de outros mestres e filósofos e de toda uma assembléia de estudantes.... Sustentou a dignidade dessa cátedra com tão grande fama... que muitos filósofos, seus rivais, movidos pela inveja, levantaram-se contra ele.[82]

Galileu não menciona em parte alguma de seus trabalhos existentes essa experiência em Pisa; tampouco ela é mencionada por dois de seus contemporâneos, que, em 1612 e 1641, relataram suas próprias experiências de deixarem cair objetos de pesos diferentes do alto da torre inclinada.[83] A história contada por Viviani tem sido rejeitada por eruditos alemães e americanos como lenda.* Incerta é também a notícia que diz respeito ao ressentimento dos professores, seus colegas, em Pisa. Ele deixou a universidade no verão de 1592, provavelmente porque lhe fora oferecida uma cadeira mais importante e com melhor salário. Em setembro, encontramo-lo instalado na Universidade de Pádua, lecionando geometria, mecânica e astronomia, e transformando sua morada em laboratório que os alunos e os amigos freqüentavam a convite seu. Evitou o casamento, mas arranjou uma amante que lhe deu três filhos.

Realizou então pesquisas e experiências que reuniu somente no final de sua vida nos seus *Discursos e demonstrações matemáticas sobre duas novas ciências* — isto é, relativos à estática e à dinâmica. Sustentou que a matéria é indestrutível. Formulou os princípios da alavanca e da roldana, mostrando que a velocidade de corpos que caem livremente aumenta em ritmo uniforme. Realizou inúmeras experiências com planos inclinados; argumentou que um objeto, rolando de um plano, subiria um plano similar até uma altura igual à da sua queda, a menos que houvesse atrito ou outra

* Os escritos de Aristóteles são quase sempre notas sincopadas que ele, provavelmente, ampliou ou modificou quando em conferência. A passagem de *De Coelo* talvez significasse que, em meio resistente, inclusive o ar livre, objetos de massa concentrada, como uma moeda, caem mais depressa que artigos grandes no tamanho porém pequenos no peso, como uma folha de papel; isso, naturalmente, é verdade. Mas, no vácuo, a moeda e o papel — ou uma bola de chumbo e uma pena — caem com a mesma velocidade; do mesmo modo, ao ar livre, o papel, se reduzido a uma massa compacta, cai quase com a mesma velocidade de uma moeda. Se notarmos a modificação na declaração de Viviani — de que os objetos devem ser "do mesmo material... movendo-se pelo mesmo meio" — a divergência entre o filósofo estagirita e o cientista pisano fica muito reduzida.

resistência; e concluiu, em relação à lei da inércia (a primeira lei do movimento, de Newton): um corpo em movimento prosseguirá indefinidamente na mesma linha e no mesmo ritmo de movimento, a não ser que alguma força externa interfira.[84] Provou que um projétil lançado numa direção horizontal cairá na terra descrevendo uma curva parabólica, e que para isso unem-se as forças do impulso e da gravidade. Reduziu os sons musicais a comprimentos de ondas de ar, e mostrou que a altura do som de uma nota depende do número de vibrações da corda tocada, num período de tempo determinado. Ele ensinou que as notas são sentidas como ressonantes e harmônicas quando suas vibrações ferem os ouvidos com regularidade rítmica.[85] As propriedades que pertencem à matéria são apenas as que podem ser tratadas matematicamente — extensão, posição, movimento, densidade; todas as demais propriedades — som, sabor, odor, cor, etc. — "residem apenas na consciência; se as criaturas vivas fossem eliminadas, todas essas últimas qualidades seriam eliminadas e anuladas".[86] Galileu esperava que com o tempo essas "qualidades secundárias" pudessem ser analisadas, transformando-se em qualidades físicas primárias da matéria e do movimento, matematicamente mensuráveis.[87]

Essas foram contribuições básicas e fecundas, prejudicadas pela falta de instrumentos adequados; assim, por exemplo, Galileu subestimou o ar como fator de resistência na queda de objetos e projéteis. Mas nenhum homem, desde Arquimedes, fez tanto pela física.

2. *O Astrônomo*

Nos últimos tempos de sua estada em Pádua, dedicou cada vez mais seu tempo à astronomia. Em uma carta (1596) a Kepler (sete anos mais moço que ele), agradecendo-lhe pelo *Mysterium cosmographicum*, escreveu:

> Considero-me feliz por ter um aliado tão grande como vós na minha busca da verdade.... Lerei vosso trabalho... com maior disposição ainda porque tenho sido, já há muitos anos, partidário da teoria de Copérnico e porque ela me revela as causas de muitos fenômenos naturais inteiramente incompreensíveis à luz das hipóteses geralmente aceitas. Para refutar estas últimas, reuni muitas provas; mas não as publico porque me sinto impedido pela sorte que teve nosso mestre Copérnico, o qual, embora tivesse conquistado fama imortal num pequeno círculo, foi ridicularizado e condenado por inúmeras pessoas (pois é muito grande o número dos estúpidos). Ousaria publicar minhas idéias se existissem mais pessoas como vós.[88]

Professou sua fé copernicana em preleção feita na cidade de Pisa, em 1604. Em 1609, construiu seu primeiro telescópio e, no dia 21 de agosto, fez uma demonstração dele aos funcionários e magistrados de Veneza. Ouçamos sua versão:

> Muitos nobres e senadores, embora de idade avançada, subiam mais de uma vez ao topo da igreja mais alta de Veneza (São Marcos) a fim de verem os barcos e a esquadra... tão distantes que levariam duas horas para serem vistos sem meu telescópio..., pois o efeito de meu instrumento é tal que faz com que um objeto a 50

> milhas pareça tão grande como se estivesse apenas a cinco milhas.... O Senado, conhecendo a maneira com que o servira durante 17 anos, em Pádua... ordenou minha eleição para o cargo de professor vitalício.[89]

Aperfeiçoou seu telescópio até aumentar os objetos mil vezes. Voltando-o para o céu, maravilhou-se ao descobrir um novo mundo de estrelas, em número 10 vezes maior que as que tinham sido catalogadas. Viu então que as constelações encerravam grande número de estrelas invisíveis a olho nu; que as Plêiades eram 36 em vez de sete e Órion 80, em vez de 37, e a Via Láctea aparecia não como massa nebulosa, mas como uma floresta de estrelas grandes ou pequenas. A Lua não mais era de superfície lisa, mas corrugada de montanhas e vales; e a vaga claridade de sua parte não-ensolarada podia ser explicada, em parte, como devido à luz do Sol refletida da Terra. Em janeiro de 1610, Galileu descobriu quatro das nove "luas" ou satélites de Júpiter; "esses novos corpos" — escreveu — "movimentavam-se em torno de outra estrela muito grande, do mesmo modo que Mercúrio e Vênus, e talvez os demais planetas conhecidos girem em torno do Sol".[90] Em julho, descobriu o anel de Saturno que, por engano, tomou por três estrelas. Os críticos de Copérnico alegaram que se Vênus girava em torno do Sol devia, como a Lua, mostrar fases — mudanças na claridade e na forma aparente —, e afirmaram que não se constatara sinal de tais mudanças. Em dezembro, porém, a luneta de Galileu revelou tais fases, acreditando ele que só podiam ser explicadas pela revolução do planeta em torno do Sol.

Parece inacreditável, mas Galileu, em carta a Kepler, afirmou que os professores, em Pádua, recusaram-se a dar crédito às suas descobertas, e até mesmo a contemplar o céu através de seus telescópios.[91] Cansando-se de Pádua e esperando encontrar um clima intelectual melhor em Florença (que passava da fase artística para a científica), Galileu denominou Sidera Medicea (Astros dos Medici) os satélites de Júpiter em homenagem a Cosimo II, grão-duque da Toscana. Em março de 1610, dedicou a Cosimo um tratado em latim, *Sidereus nuncius*, resumo de suas descobertas astronômicas. Em maio, escreveu uma carta ao secretário do duque, com o mesmo ardor e orgulho do apelo de Leonardo ao duque de Milão, em 1482. Relacionou as matérias que estava estudando e os livros nos quais esperava descrever seus resultados, indagando se poderia conseguir de seu senhor uma nomeação de professor, cujo exercício exigisse menor tempo e pudesse deixar mais liberdade para suas pesquisas. Em junho, Cosimo nomeou-o "Primeiro Matemático da Universidade de Pisa e Primeiro Matemático e Filósofo do Grão-Duque", com o salário anual de mil florins e sem obrigação de lecionar. Em setembro, Galileu mudou-se para Florença sem a companhia da concubina.

Insistira no título de filósofo bem como no de matemático, pois desejava influenciar tanto a filosofia quanto a ciência. Era de opinião — como o foram Ramus, Bruno, Telésio e outros antes dele, e como Bacon frisava nessa mesma década — que a filosofia (que ele compreendia como o estudo e a interpretação da natureza em todos os seus aspectos) acabara dormindo nos braços de Aristóteles e que chegara o tempo de sair daqueles 40 volumes gregos e encarar o mundo com categorias mais flexíveis, de olhos e espírito abertos. Possivelmente, ele confiava demais na razão. "Para demonstrar a meus oponentes a verdade de minhas conclusões, fui forçado a prová-las a partir

de uma variedade de experiências, se bem que, para satisfazer a mim mesmo, jamais tivesse julgado necessário tantas."[92]

Tinha o orgulho e a belicosidade de um inovador, embora, às vezes, falasse com prudente modéstia. "Nunca encontrei um homem que, por ignorante que fosse, dele não pudesse aprender alguma coisa."[93] Era ardente polemista, hábil em trespassar o adversário com uma frase ou em ridicularizá-lo com candente indignação. À margem de um livro do jesuíta Antonio Rocco, que defendia a astronomia ptolomaica, Galileu escreveu: "Ignorante, elefante, néscio, asno... eunuco".[94]

Mas isso foi depois de os jesuítas se unirem para condená-lo. Antes de enfrentar a Inquisição, teve muitos amigos na Companhia de Jesus. Christopher Clavius confirmara as observações de Galileu com as suas; outro jesuíta celebrou Galileu como o maior astrônomo da época; uma comissão de jesuítas eruditos, nomeada pelo cardeal Belarmino para examinar as descobertas de Galileu, pronunciou-se favoravelmente sobre todos os pontos abordados por ele.[95] Quando Galileu foi a Roma, em 1611, os jesuítas hospedaram-no em seu Collegium Romanum. "Permaneci junto aos padres jesuítas" — escreveu — "e eles verificaram a existência real dos novos planetas e, constantemente, ficaram a observá-los durante dois meses; comparamos as anotações e descobri que suas observações concordavam exatamente com as minhas."[96] Foi homenageado pelos dignitários da Igreja, e o Papa Paulo V afiançou-lhe sua inalterável boa vontade.[97]

Em abril, Galileu mostrou aos prelados e cientistas, em Roma, os resultados das observações que revelavam manchas no Sol, que interpretou como nuvens. Aparentemente, Galileu ignorava que Johannes Fabricius já havia anunciado a sua descoberta em *De maculis solis* (Wittenberg, 1611) e antecipara-se às conclusões de Galileu de que a periodicidade das manchas indicava a rotação do Sol. Em 1615, o jesuíta Christoph Scheiner, professor de matemática em Ingolstadt, endereçou a Markus Welser, principal magistrado de Augsburgo, três cartas nas quais afirmava ter descoberto as manchas em 1611. Galileu, de volta a Florença, recebeu de Welser uma cópia das comunicações de Scheiner. Discorreu sobre elas em *Três Cartas Sobre as Manchas Solares*, publicadas em Roma pela Academia dei Lincei, em 1613. Declarou que observara as manchas em 1610 e as mostrara a amigos, em Pádua. No choque de reivindicações de prioridade na descoberta das manchas, esfriou a amizade entre Galileu e os jesuítas.

Convencido de que só poderia explicar suas descobertas com base na teoria de Copérnico, Galileu começou a comentá-la como se estivesse provada. Os astrônomos jesuítas não se opuseram a considerá-la uma hipótese. Scheiner transmitiu a Galileu suas objeções à teoria copernicana, em carta conciliatória. "Se desejais apresentar argumentos contrários" — escreveu — "de forma alguma nos sentiremos ofendidos; ao contrário, examiná-los-emos com prazer, na esperança de que tudo isso auxilie na elucidação da verdade."[98] Muitos teólogos eram do parecer de que a astronomia de Copérnico era de tal forma incompatível com a Bíblia que, prevalecesse ela, o livro sagrado perderia sua autoridade e o próprio cristianismo sofreria com isso. Que aconteceria com a crença fundamental dos cristãos de que Deus escolhera a Terra para Sua morada humana — esta Terra agora destituída de sua primazia e dignidade, deixada livre entre planetas muitas vezes maiores que ela e entre uma infinidade de estrelas?

3. No Julgamento

Galileu enfrentou firmemente o problema. "Uma vez que a Bíblia" — escreveu ele ao padre Castelli (21 de dezembro de 1613) — "exige uma interpretação que difere do sentido real das palavras" (como quando fala sobre a ira, o rancor, o remorso, as mãos e os pés de Deus) "parece-me que, como autoridade em controvérsias matemáticas, falta-lhe todo apoio.... Creio que os processos naturais que percebemos, através de meticulosas observações, ou deduzimos por meio de demonstração convincente, não podem ser refutados por passagens extraídas da Bíblia."[99] O cardeal Belarmino alarmou-se. Advertiu claramente Galileu por intermédio de amigos comuns. "Parece-me" — escreveu a Foscarini, discípulo do astrônomo — "que seria prudente de vossa parte e de Galileu não falar em termos absolutos (sobre a nova astronomia como estando provada), porém, *ex suppositione*, como, estou convencido, o fez o próprio Copérnico."[100]

No dia 21 de dezembro de 1614, um pregador dominicano, Tommaso Caccini, começou o ataque, tomando como texto um excelente jogo de palavras, *Viri Galilei, quid statis aspicientes in coelum?* — "Varões galileus, por que estais olhando para os céus?" (Atos 1, 11) — e passou, em seguida, a demonstrar que a teoria copernicana estava em absoluto conflito com a Bíblia. Outros opositores menores enviaram reclamações à Inquisição; e, no dia 20 de março de 1615, Cassini apresentou uma acusação formal contra Galileu, perante a Congregação do Santo Ofício (a Inquisição). Monsenhor Dini escreveu a Galileu afirmando que não seria molestado se inserisse em suas publicações algumas frases declarando que a teoria de Copérnico era uma *hipótese*.[101] Galileu, porém — conforme ele mesmo se expressou —, recusou-se a "moderar" Copérnico. Em carta dirigida à grã-duquesa da Toscana, publicada em 1615, escreveu com audaciosa clareza: "Quanto à disposição das partes do Universo, sustento encontrar-se o Sol imóvel no centro da revolução das órbitas celestes,* ao passo que a Terra gira em torno de seu próprio eixo e em volta do Sol."[102] Prosseguiu com heresia ainda maior:

> A natureza... é inexorável e imutável; jamais as leis a ela impostas são transgredidas, e pouco se lhe dá que seus métodos de operação e suas razões obscuras sejam compreensíveis aos homens. Por esse motivo, parece que nada físico — que a experiência dos sentidos coloca diante de nossos olhos ou que as demonstrações necessárias nos provem — deve ser posto em dúvida (e muito menos ser condenado) com base no testemunho de passagens da Bíblia, cujas palavras podem conter significado diferente.

Contudo, ele prometeu submissão à Igreja:

> Declaro (e minha sinceridade nesse ponto se fará manifesta) que não só desejo submeter-me livremente a vós e renunciar a quaisquer erros em que possa incorrer nessa questão, ao ignorar problemas relativos à religião, como também não desejo

* Por um capricho da história, esta é uma proposição que nenhum astrônomo sustenta hoje em dia. Talvez toda a astronomia, como a história, devesse ser considerada como hipótese. Do além, como do passado, certeza não se tem.

> travar debates com quem quer que seja sobre tais assuntos.... Meu objetivo é um só: se, entre os erros que possam abundar nessas considerações sobre matéria fora da alçada de minha profissão, há alguma coisa que possa servir à Santa Igreja ao tomar uma decisão relativa ao sistema copernicano, seja ele aceito e utilizado da maneira que melhor parecer aos superiores. Caso contrário, seja meu livro rasgado e queimado, porquanto não tenciono nem tenho a pretensão de obter dele qualquer fruto que não seja piedoso e católico.[103]

Mas acrescentou: "Não me julgo obrigado a acreditar que aquele mesmo Deus que nos dotou de sentido, razão e inteligência tencionasse que nos abstivéssemos do seu uso".[104]

No dia 3 de dezembro de 1615, Galileu, por sua livre vontade, foi a Roma, munido de cartas amistosas ao grão-duque, a influentes prelados e ao embaixador de Florença no Vaticano. Em Roma, empreendeu a tarefa de converter os funcionários eclesiásticos, individualmente; defendia o sistema copernicano em todas as oportunidades; logo "todo mundo", em Roma, começou a discutir sobre os astros.[105] A Inquisição, a 26 de fevereiro de 1616, ordenou ao cardeal Belarmino que "chamasse à sua presença o referido Galileu e o advertisse a abandonar as opiniões e, no caso de recusa... lhe intimasse, perante um notário e testemunhas, a se abster de ensinar ou defender as referidas teorias e até mesmo de discuti-las. Se Galileu não concordasse em fazê-lo, deveria ser preso".[106] Galileu compareceu perante o cardeal Belarmino nesse dia e declarou que se submeteria à ordem.[107] No dia 5 de março, o Santo Ofício publicou seu edito histórico:

> A teoria de que o Sol permanece imóvel no centro do Universo é tola, falsa do ponto de vista filosófico e completamente herética, porquanto é contrária à Sagrada Escritura. A concepção de que a Terra não é o centro do Universo, e mesmo a de que tem ela uma rotação diária, não deixa de ser filosoficamente falsa; é, pelo menos, uma crença errada.[108]

A Congregação do Índex, na mesma data, proibiu a publicação ou a leitura de qualquer livro que advogasse as doutrinas condenadas; e, no caso de *De revolutionibus orbium coelestium* (1543), de Copérnico, proibiu o uso desse livro "até que fosse corrigido"; em 1620, permitiu aos católicos lerem edições das quais haviam sido eliminadas nove sentenças que apresentavam a teoria como um fato.

Galileu regressou a Florença, onde viveu isolado, imerso nos estudos, em sua vila Bellosguardo, mantendo-se afastado da controvérsia até 1622. Em 1619, seu discípulo Mario Guiducci publicou um ensaio no qual incorporou a teoria de Galileu (agora rejeitada) de que os cometas são emanações da atmosfera da Terra, e criticou vigorosamente as idéias do jesuíta Orazio Grassi. O enfurecido padre publicou, sob pseudônimo, um ataque contra Galileu e seus adeptos. Galileu enviou, em 1622, a Monsenhor Cesarini, em Roma, o manuscrito de *Il saggiatore (O ensaiador)*, respondendo a Grassi e rejeitando, em matéria científica, toda autoridade que não se fundamentasse na observação, na razão e na experiência. Alguns membros da Accademia dei Lincei, com o consentimento do autor, amenizaram certas passagens. Com isso, Urbano VIII aceitou a dedicatória que lhe foi feita e aprovou a publicação do manuscrito (outubro de 1623). É a mais brilhante composição de Galileu, uma obra-prima da prosa italia-

na, que encerra uma hábil controvérsia. Consta que o papa apreciou o trabalho; os jesuítas roeram-se de despeito.

Encorajado, Galileu partiu novamente para Roma (1º de abril de 1624), esperando converter o novo papa às idéias copernicanas. Urbano recebeu-o cordialmente, concedeu-lhe seis longas entrevistas, deu-lhe muitos presentes, ouviu os argumentos de Copérnico, mas recusou-se a levantar a proibição feita pela Inquisição. Galileu voltou para Florença consolado com a declaração de Urbano ao grão-duque de que "Há muito tempo temos estendido nosso amor paternal a esse grande homem, cuja fama resplandece no céu e marcha sobre a terra".[109] Em 1626, Galileu animou-se com a nomeação de Benedetto Castelli, seu discípulo, para o cargo de matemático do papa, e com a de outro discípulo, o padre Nicolò Riccardi, para a função de principal censor da imprensa. Apressou-se então a terminar sua maior obra, uma exposição dos sistemas copernicano e anti-copernicano. Em maio, levou o manuscrito a Roma, mostrou-o ao papa e obteve o *imprimatur* eclesiástico para sua publicação, com a condição, porém, de tratar do assunto como uma hipótese. De volta a Florença, Galileu reviu o livro e publicou-o (fevereiro de 1632) com um título extenso: *Dialogo... dei due massimi sistemi del mondo — Diálogo de G. G.... Onde em Quatro Dias São Discutidos os Dois Principais Sistemas do Mundo, o de Reunião Ptolomaico e o Copernicano, Apresentando Indeterminadamente os Argumentos Filosóficos e Naturais de Ambas as Partes.*

O livro teria trazido a Galileu menos tormento e renome não fossem seu começo e seu final. Dizia o prefácio "ao leitor esclarecido":

> Há muitos anos publicou-se em Roma um benéfico edito que, a fim de prevenir as perigosas tendências de nossa época atual, impôs um razoável silêncio sobre a teoria de Pitágoras de que a Terra gira. Houve os que afirmaram, imprudentemente, que esse edito teve origem não em estudos judiciosos, mas na exaltação daqueles que não se achavam muito bem-informados. Ouvir-se-iam queixas de que conselheiros completamente inexperientes em observações astronômicas não deveriam cercear as asas de inteligências ponderadas por meio de inconsideradas proibições.[110]

Destinava-se isso, na realidade, a notificar o leitor de que a forma dialogada era um artifício para iludir a Inquisição. No diálogo, dois personagens — Salviati e Sagredo, nomes de dois dos mais íntimos amigos de Galileu — defendem o sistema copernicano; um terceiro personagem, Simplicio, rejeita-o, porém, com evidente sofisma. Próximo ao fim do trabalho, Galileu põe na boca de Simplicio, quase literalmente, uma declaração que Urbano VIII insistia que fosse acrescentada: "Deus é Todo-Poderoso; todas as coisas são, portanto, possíveis para Ele; *ergo*, as marés não podem ser apresentadas como prova necessária do duplo movimento da Terra sem que isso limite a onisciência de Deus". É então que Salviati comenta sarcasticamente: "Um argumento admirável e verdadeiramente angélico".[111]

Os jesuítas — vários dos quais tratados no *Diálogo* (as idéias de Scheiner foram consideradas "vãs e tolas") — ressaltaram ao papa que sua declaração fora colocada nos lábios de um personagem que, em todo o livro, fazia papel de simplório. Urbano nomeou uma comissão para examinar o trabalho; ela, em seu relatório, informou que Galileu tratara o sistema copernicano não como hipótese mas como realidade, e que

conseguira o *imprimatur* graças a uma hábil deturpação dos fatos. Acrescentaram os jesuítas, previdentemente, que as doutrinas de Copérnico e Galileu eram mais perigosas para a Igreja que todas as heresias de Lutero e Calvino. Em agosto de 1632, a Inquisição proibiu que se continuasse a vender o *Diálogo*, ordenando o confisco de todos os exemplares que ainda restavam. No dia 23 de setembro, intimou Galileu a comparecer perante seu delegado em Roma. Seus amigos alegaram a idade (68 anos) e as muitas enfermidades, em vão. Sua filha, então uma freira fervorosa, enviou-lhe comoventes cartas pedindo-lhe que se submetesse à Igreja. O grão-duque aconselhou-o a obedecer à Inquisição, ofereceu-lhe sua liteira ducal e arranjou com o embaixador florentino para hospedá-lo na embaixada. Galileu chegou a Roma no dia 13 de fevereiro de 1633.

Passaram-se dois meses antes que a Inquisição o chamasse a seu palácio (12 de abril). Foi acusado de haver quebrado a promessa de obediência ao decreto de 26 de fevereiro de 1616, e instado a confessar sua culpa. Galileu recusou-se a fazê-lo, protestando haver apresentado a teoria copernicana apenas como hipótese. Foi mantido prisioneiro no palácio da Inquisição até 30 de abril. Adoeceu ali. Não o submeteram a torturas, mas talvez o tivessem levado a temê-las. Ao comparecer pela segunda vez perante a comissão, confessou humildemente que enunciara a questão mais a favor de Copérnico que contra ele, oferecendo-se para corrigir o fato em diálogo suplementar. Permitiram-lhe que voltasse para a casa do embaixador. Foi novamente interrogado em 10 de maio; propôs-se a cumprir uma pena, pedindo que levassem em consideração sua idade e má saúde. Em uma quarta inquirição (21 de junho), afirmou que, depois do decreto de 1616, "desapareceram de meu espírito todas as dúvidas, e sustentei e ainda sustento como absolutamente verdadeira e incontestável a teoria de Ptolomeu, segundo a qual a Terra está imóvel e o Sol é que se move".[112] A Inquisição contrapôs, dizendo que os diálogos de Galileu deixaram bem claro que ele aceitava Copérnico; Galileu insistiu que era anti-copernicano desde 1616. O papa manteve-se a par da inquirição, sem, no entanto, assistir pessoalmente a ela. Galileu esperava que Urbano VIII fosse em seu auxílio, mas o papa recusou-se a intervir. No dia 22 de junho, a Inquisição declarou-o culpado de heresia e desobediência; ofereceu-lhe absolvição sob a condição de completa abjuração; sentenciou-o a "prisão nesse Santo Ofício por um período que nos aprouver determinar", prescrevendo, como penitência, a recitação dos sete salmos penitenciais, diariamente, durante os três anos seguintes. Fizeram-no ajoelhar-se, repudiar a teoria copernicana e acrescentar:

> Com a sinceridade de meu coração e de minha fé, abjuro, maldigo e detesto os referidos erros e heresias, e, em geral, todos os demais erros e heresias contrários à... Santa Igreja, e juro que jamais, no futuro, direi ou afirmarei qualquer coisa... que possa causar suspeitas similares sobre mim; e que, se souber de algum herege ou algum suspeito de heresia, denunciá-lo-ei a este Santo Ofício.... Peço a Deus que me ajude e também a estes Seus Santos Evangelhos em que pouso minhas mãos.[113]

A sentença, assinada por sete cardeais, não recebeu ratificação do papa.[114] A história de que Galileu, ao deixar a sala de julgamento, murmurou desafiadoramente "*Eppur si muove!*" (E, apesar disso, ela se move!), é uma lenda da qual só se teve

notícia depois de 1761.[115] Após três dias na prisão da Inquisição, foi-lhe permitido, por ordem do papa, ir para a vila do grão-duque em Trinità dei Monti, em Roma; uma semana depois, foi transferido para um confortável aposento no palácio de seu antigo discípulo, o arcebispo Ascanio Piccolomini, em Siena. Em dezembro de 1633, deram-lhe permissão para mudar-se para sua própria vila em Arcetri, próxima a Florença. Tecnicamente era ainda prisioneiro, proibido de passear fora de sua propriedade, mas com liberdade para prosseguir seus estudos, lecionar, escrever livros e receber visitas. Ali o visitou Milton, em 1638. Sua filha freira passou a morar com ele e tomou para si a tarefa de cumprir a pena que lhe fora imposta: recitar os salmos.

4. *O Patriarca*

Era, aparentemente, um homem alquebrado, derrotado e humilhado por uma Igreja que se julgava guardiã da fé, das esperanças e da moral da humanidade. Sua abjuração, após meses de prisão e dias de inquirição que teriam esmagado o espírito e a vontade de um jovem guerreiro, era perdoável em um velho que se lembrava da morte de Giordano Bruno na fogueira 33 anos antes. Não se achava, porém, realmente derrotado. Seu livro espalhou-se pela Europa, através de uma dezena de traduções, sem se retratar.

Consolou sua dor em Siena e Arcetri, resumindo suas pesquisas relativas à física em outro grande trabalho: *Discorsi e dimostrazioni matematiche intorno a due nuove scienze (Diálogos... Relativos a Duas Novas Ciências).* Como as portas das editoras italianas lhe haviam sido fechadas em virtude da sua condenação, negociou secretamente com editores estrangeiros, até que, finalmente, a firma de Elzevir editou o livro em Leiden, em 1638. A obra foi aclamada em todo o mundo culto como erguendo a ciência da mecânica a um nível mais alto do que então vinha ocupando. Após a publicação, Galileu continuou a preparar diálogos adicionais, nos quais estudava a mecânica de percussão e prenunciava a segunda lei do movimento enunciada por Newton. "Nos últimos anos de sua vida" — diz seu primeiro biógrafo — "e em meio a muitos sofrimentos físicos, seu espírito vivia constantemente ocupado com problemas mecânicos e matemáticos."[116] Em 1637, pouco antes de sua visão começar a declinar, anunciou sua última descoberta astronômica: as librações (oscilações) da Lua — variações no lado da Lua que está sempre voltado para a Terra. E, em 1641, poucos meses antes de sua morte, explicou ao filho um plano para um relógio de pêndulo.

Seu retrato pintado por Sustermans em Arcetri (agora na Galeria Pitti) mostra a encarnação de um gênio: testa imensa, lábios agressivos, nariz inquiridor e olhos penetrantes; é um dos rostos mais nobres da história. Perdeu a visão em 1638, talvez devido às demoradas contemplações da abóbada celeste. Consolava-se com o pensamento de que nenhum homem, desde Adão, vira tanto quanto ele. "Este Universo" — disse — "que eu aumentei mil vezes... está agora reduzido aos limites estreitos de meu próprio corpo. Assim Deus o quer; assim devo querer."[117] Em 1639, sofrendo de insônia e de muitas dores, foi-lhe permitido, pela Inquisição, visitar Florença, sob severa vigilância, para consultar um médico e ir à missa. Novamente em Arcetri, ditava alguns trabalhos a Viviani e Torricelli e tocava alaúde. Fê-lo até que também

perdeu a audição. No dia 8 de janeiro de 1642, com quase 78 anos, morreu nos braços de seus discípulos.

Grotius chamou-o "o maior espírito de todos os tempos".[118] Tinha, naturalmente, suas limitações no tocante ao intelecto e ao caráter. Suas falhas — orgulho, temperamento irascível e vaidade — eram, literalmente, os defeitos ou o preço de suas qualidades: persistência, coragem e originalidade. Não reconheceu a importância dos cálculos de Kepler sobre as órbitas dos planetas. Demorava em dar valor à obra de seus contemporâneos. Dificilmente se deu conta de que muitas de suas descobertas em mecânica já haviam sido feitas antes dele — algumas por outro florentino: Leonardo. As idéias pelas quais foi punido não são, precisamente, as que os astrônomos sustentam hoje em dia; como muitos mártires, sofreu pelo direito de estar errado. Não errou, porém, ao julgar que transformara a dinâmica em uma ciência madura e que alargara o espírito e a perspectiva dos homens ao revelar, em grau até então não atingido, a espantosa imensidão do Universo. Compartilhou com Kepler a honra de conquistar a aceitação para Copérnico, e com Newton a distinção de mostrar que os céus manifestam a glória da lei. E, como um bom filho da Renascença, escreveu a melhor prosa italiana de seu tempo.

Sua influência impregnou a Europa. Sua própria condenação elevou a posição da ciência nos países setentrionais, ao passo que a rebaixou durante algum tempo na Itália e na Espanha. Não que a Inquisição tivesse destruído a ciência na Itália: Torricelli, Cassini, Borelli, Redi, Malpighi e Morgagni transmitiram-na a Volta, Galvani e Marconi. Mas os cientistas italianos, lembrando-se de Galileu, evitaram as implicações filosóficas da ciência. Depois da morte de Giordano Bruno na fogueira e da intimidação de Descartes em razão do destino de Galileu, a filosofia européia tornou-se monopólio protestante.

Em 1835, a Igreja retirou do Índex dos Livros Proibidos as obras de Galileu. Aquele homem alquebrado e derrotado triunfara sobre a mais poderosa instituição da história.

CAPÍTULO XXIII

Renasce a Filosofia

1564-1648

I. OS CÉTICOS

EM meio aos conflitos de estados nacionais, forças econômicas, partidos políticos e diversidade de crenças religiosas, ia tomando forma o drama essencial da moderna história européia: a luta pela vida de uma grande religião que se via sitiada e minada pela ciência, pelo sectarismo, pelo epicurismo e pela filosofia. Estaria morrendo o cristianismo? Essa religião, que proporcionou moralidade, coragem e arte à civilização ocidental, estaria sofrendo lenta decadência com a disseminação do conhecimento, com o alargamento dos horizontes astronômicos, geográficos e históricos, com a percepção do mal na história e na alma, com o declínio da fé em uma vida posterior e da confiança na benevolente direção do mundo? Se estava, isso constituiria então o acontecimento básico dos tempos modernos, pois a alma de uma civilização é sua religião, e ela morre com sua fé. Para Bruno e Descartes, Hobbes e Espinosa, Pascal e Bayle, Holbach e Helvetius, Voltaire e Hume, Leibniz e Kant não mais se tratava de uma questão de catolicismo *versus* protestantismo, e sim de um problema do cristianismo em si mesmo, das dúvidas e negações que surgiam acerca dos mais caros fundamentos do antigo credo. Os pensadores da Europa — a vanguarda do espírito europeu — não mais discutiam a autoridade do papa; seus debates giravam em torno da existência de Deus.

Muitos fatores contribuíam para a descrença. O princípio do discernimento pessoal, condenado pela Igreja Católica como um convite ao caos doutrinário e moral, fora proclamado, firmado e em seguida rejeitado por quase todos os organismos protestantes; entretanto, minara a cidadela da crença. Seitas, que se multiplicavam, combatiam entre si, à semelhança de uma superabundante progênie, revelavam as fraquezas umas das outras e deixavam a fé desprotegida ante os ventos racionalistas. Em sua guerra, chamaram as Escrituras e a razão em seu auxílio: o estudo da Bíblia suscitou dúvidas quanto ao significado dos textos e à sua infalibilidade, e o apelo à razão pôs termo à Idade da Fé. A Reforma protestante ultrapassara suas próprias pretensões. Os ataques da crítica à Bíblia prejudicaram especialmente um protestantismo que, destemidamente, se baseara em uma Bíblia de inspiração divina. A melhoria

da ordem social e da segurança humana mitigou o terror e a crueldade; os homens sentiram-se compelidos a repensar Deus em termos mais suaves que os de São Paulo e Santo Agostinho, Loiola e Calvino; o inferno e a predestinação perderam seu significado, e a nova moral confundiu a velha teologia. O aumento da riqueza e dos prazeres contribuiu para uma vida epicurista à procura de uma filosofia que a justificasse. A religião foi uma vítima das guerras religiosas. O crescente conhecimento que se foi tendo da moral e da filosofia pagãs, bem como dos cultos e rituais asiáticos, provocou inquietantes comparações com o cristianismo; não ouvimos Erasmo fazer suas preces a "São Sócrates", e não vimos Montaigne reduzir os credos religiosos a acidentes geográficos e arbitramentos de guerra? A ciência, em seu desenvolvimento, revelou operações da "lei natural" em muitos casos — por exemplo: a trajetória dos cometas — onde a fé via a mão da Providência. As classes cultas acharam mais difícil acreditar em milagres, ao passo que os iletrados glorificavam-se neles. E esta Terra que, na doce mitologia do povo, sentira os pés de Deus, seria ela, conforme Copérnico e Galileu inferiram, apenas uma bolha e um momento no Universo incomensuravelmente vasto para a ciosa e vingativa divindade do Gênesis? Para onde fora o céu, agora que o alto e o baixo mudavam de lugar duas vezes por dia?

Os céticos mais moderados eram os unitários que, na Itália, Suíça, Polônia, Holanda e Inglaterra, lançaram dúvidas sobre a divindade de Cristo. Existiam já alguns deístas que professavam a crença em um Deus indefinidamente identificado com a Natureza, rejeitavam a divindade de Cristo e desejavam fazer do cristianismo mais um princípio moral que um credo; eram, ainda, raros e cautelosos, exceto quando, à maneira de Edward Herbert de Cherbury, tiveram suficiente posição social para atemorizarem o carrasco; vamos encontrá-los mais altissonantes depois de 1648. Mais ousados foram os "epicuristas" da Alemanha, que ridicularizavam o dia do Juízo Final por levar tanto tempo para chegar e o inferno que, afinal de contas, não seria provavelmente tão horrível, porquanto todas as mais alegres companhias ali se reuniam.[1] Na França, chamavam a esses homens *esprits forts* ou *libertins*, cujos costumes livres começaram a dar seu significado moderno a uma palavra que, primitivamente, significava "livres-pensadores". Em 1581, Philippe Duplessis-Mornay escreveu um livro de 900 páginas: *De la vérité de la religion chrétienne, contre les athées*; em 1623, o jesuíta François Garasse publicou um *in-quarto*, de mais de mil páginas, no qual denunciou os *beaux esprits* que "crêem em Deus *pro forma* ou como máxima de Estado" e só admitem a Natureza e o destino.[2] Marin Mersenne, no mesmo ano, calculou em 50.000 o número de "ateístas" em Paris,[3] mas empregava-se tão livremente essa palavra que, talvez, quisesse Mersenne referir-se aos deístas. Em 1625, Gabriel Naudé explicou que a revelação divina das leis a Numa Pompílio e a Moisés era uma fábula inventada para promover a ordem social, e que os monges da Tebaida forjaram suas histórias de combates com o demônio, a fim de obterem renome e leite por parte da gente crédula.[4] François de La Mothe Le Vayer, secretário de Richelieu e preceptor do futuro Luís XIV, publicou em 1633 seus *Diálogos de Orasius Tabero*, onde professava integral ceticismo: "Nossos conhecimentos são asneiras, nossas certezas são ficções, todo o nosso mundo é... uma perpétua comédia".[5] Foi um dos que haviam perdido a fé ante a multiplicidade de credos infalíveis. "Dentro dessa infinidade de religiões, não existe um homem que não acredite possuir a verdadeira religião e não con-

dene todas as demais."[6] A despeito de seu ceticismo, casou-se aos 78 anos e morreu na cama aos 84. Como bom cético, fizera as pazes com a Igreja.

Grande parte do ceticismo francês era o eco negativo de Montaigne. Tornou-se força positiva e construtiva em um amigo de Montaigne — Pierre Charron — um sacerdote de Bordéus que lhe ministrou os últimos sacramentos e herdou sua biblioteca. O *Traité de la sagesse* (1601), de Charron — uma descrição da sabedoria, em três volumes —, fora descrito, impropriamente, como uma sistematização de Montaigne; é, antes, um tratado independente, com muita coisa dos *Ensaios*, trazendo porém a marca do caráter grave e delicado de Charron. Todo conhecimento — diz ele — deriva dos sentidos e, portanto, está sujeito aos muitos erros e limitações dos sentidos; a verdade não se destina a nós. Alegam os tolos que se prova a verdade pelo consenso universal e que *vox populi est vox Dei*; Charron, ao contrário, acredita que a voz do povo é a voz da ignorância, das opiniões fabricadas para eles e que se deveria ser cético, especialmente no tocante a uma crença generalizada.[7] A alma é uma atividade misteriosa, incansável e perquiridora ligada ao cérebro e, ao que parece, morre com o corpo.[8] A religião compõe-se de mistérios improváveis, muitos deles absurdos, tendo sido culpada de bárbaros sacrifícios, intolerantes crueldades. Se (como repetiria Voltaire) todos os homens fossem filósofos, amantes e praticantes da sabedoria, a religião seria desnecessária, e as sociedades sustentar-se-iam por meio de uma ética natural, independente da teologia. "Eu preferiria um homem que pudesse ser virtuoso sem temer o céu e o inferno."[9] Considerando-se, porém, a natural maldade e ignorância da humanidade, a religião é um meio necessário à moralidade e à ordem.[10] Conseqüentemente, Charron aceita todos os fundamentos da religião cristã, inclusive anjos e milagres,[11] e aconselha o sábio a observar todos os ritos religiosos prescritos pela Igreja, à qual, embora acidentalmente, ele pertence.[12] O verdadeiro cético jamais será um herege.[13]

A despeito dessas conclusões ortodoxas, um jesuíta coevo classificou-o de o mais perverso e o mais perigoso dos ateístas,[14] e quando Charron morreu subitamente, com a idade de 62 anos, vítima de apoplexia (1603), os piedosos disseram que fora a sentença de Deus contra suas infidelidades.[15] Pouco tempo antes de sua morte, havia preparado a segunda edição de seu livro, na qual abrandou as passagens mais arrojadas, afirmando aos clérigos seus companheiros que, quando mencionava a Natureza, referia-se a Deus: mesmo assim o livro foi colocado no Índex. Durante meio século ultrapassou bastante, em popularidade, os *Ensaios* de Montaigne; *De la sagesse* teve 35 edições na França, no período de 1601 a 1672, e no século XVIII Charron exerceu maior influência que seu mestre. Mas a mesma ordem de exposição que atraíra o clássico século XVII pareceu ao século XIX monótono didatismo escolástico e Charron acabou ofuscado pelo brilho e pela alegria redescobertos em Montaigne.

II. GIORDANO BRUNO: 1548-1600

Copérnico ampliara o mundo. Quem então haveria de engrandecer a Deus e repensar a divindade em termos dignos daquelas inúmeras e imperturbáveis galáxias? Giordano Bruno tentou.

Nasceu em Nola, 25 quilômetros a leste de Nápoles. Batizado com o nome de Filippo, mudou-o para Giordano quando, aos 17 anos, ingressou no mosteiro dos dominicanos, em Nápoles. Encontrou ali uma boa biblioteca, muito rica não só em teologia como também em clássicos gregos e latinos, em Platão e Aristóteles, e, até mesmo, em autores árabes e hebraicos que foram traduzidos para o latim. Sua natureza poética fê-lo, logo, inclinar-se para a mitologia pagã, que persistiu em seu pensamento muito tempo depois de a teologia cristã ter-se desvanecido em seu espírito. Fascinava-o o atomismo de Demócrito, que Epicuro estendera e que Lucrécio expusera tão majestosamente. Leu os pensadores muçulmanos Avicena e Averróis, bem como o filósofo judeu Avicebrón (Ibn Gabirol). Algo do misticismo hebraico penetrou nele, misturando-se com as idéias do pseudo-Dionísio e de Bernardino Telésio sobre a união dos contrários na natureza e em Deus; e algo, também, da visão que Nicolau de Cusa tivera de um universo infinito, sem um centro ou circunferência e animado por uma única alma. Admirava o rebelde misticismo médico de Paracelso, o simbolismo místico e os processos mnemônicos de Raymond Lully, e a filosofia esotérica de Cornelius Agrippa. Todas essas influências moldaram-no e inflamaram-no, tornando-o hostil a Aristóteles, à escolástica e a Tomás de Aquino. Encontrava-se, porém, em um mosteiro dominicano, e Tomás de Aquino era o herói intelectual dos dominicanos.

Inevitavelmente, o jovem monge perturbava seus superiores com objeções, perguntas e teorias. Além disso, o sexo fervia-lhe no sangue; confessou mais tarde que nem toda a neve do Cáucaso poderia extinguir sua excitação; e há alguma ligação sutil entre o despertar do desejo e o despertar da inteligência. Recebeu a ordenação sacerdotal em 1572, mas as dúvidas continuaram a agitá-lo secretamente. Como poderia haver três pessoas em um só Deus? Como poderia um padre, por um processo qualquer, transformar o pão e o vinho no corpo e no sangue de Jesus Cristo? Duas vezes, depois da ordenação, foi formalmente censurado por seus superiores. Em 1576, subitamente, após servir 11 anos como monge, fugiu do mosteiro e, durante algum tempo, ocultou-se em Roma. Desvencilhou-se de seu hábito monástico, adotou novamente o nome de batismo e procurou segurança e quietude como professor de uma escola para rapazes em Noli, perto de Gênova.

Iniciou, então, uma perambulação de 16 anos, durante os quais seu corpo irrequieto como que acompanhava as vacilações de seu espírito. Após quatro meses em Noli, mudou-se para Savona, depois para Turim, Veneza e Pádua. Para conseguir hospedagem nos mosteiros, envergou novamente o hábito de monge dominicano. Seguiu depois para Brescia, dali para Bérgamo e, atravessando os Alpes, foi a Chambéry, onde um mosteiro de dominicanos recebeu-o e alimentou-o. Rumou em seguida para Lyon. Depois para Genebra. Ali, na cidade do calvinismo, despojou-se novamente das vestes monásticas. Durante dois meses viveu em paz incomum, ganhando o pão de cada dia corrigindo manuscritos e provas. Entre estes figurava sua revisão de uma preleção dada por um teólogo calvinista na Universidade de Genebra. Bruno apontou 20 erros nesse trabalho. O impressor de sua revisão foi preso e multado; o próprio Bruno foi chamado a julgamento perante o Consistório. Pediu desculpas e foi desculpado. Desapontado por descobrir que escapara de uma censura para cair sob outra, deixou Genebra, voltou a Lyon e partiu depois para Toulouse, temporariamente tolerante, graças à moderação nas rivalidades entre católicos e protestantes e ao afluxo de judeus,

convertidos só em aparência, vindos de Espanha e Portugal. Foi provavelmente durante a estada de Bruno (1581) ali que François Sanchez publicou, em Toulouse, seu cético tratado *Do Nobre e Verdadeiro Conhecimento... de Que Nada se Sabe (Quod nihil scitur)*. Durante 18 meses, Bruno fez preleções sobre *De anima*, de Aristóteles. Depois, por motivos desconhecidos — talvez desejando maior fama —, mudou-se para Paris.

Adquirira renome não só como filósofo mas também como perito em mnemônica. Henrique III mandou chamá-lo e pediu-lhe que ensinasse os mágicos segredos de uma boa memória. O rei mostrou-se satisfeito com as lições de Bruno, nomeando-o professor do Collège de France. Durante dois anos, Bruno tolerou uma vida tranqüila. Em 1582, entretanto, publicou uma comédia, *Candelaio* (O archoteiro), na qual, com verve e furor, satirizou monges, professores, pedantes e... mas deixemos o prólogo falar:

> Vereis, em grande confusão, sovinices, embustes sem fim, empreendimentos de velhacos; também delícias desagradáveis, doçuras amargas, tolas decisões, crenças equivocadas, esperanças frustradas, caridades mesquinhas... mulheres viris, homens efeminados... e, por toda parte, o amor pelo ouro. Daí procedem febres quartãs, cânceres espirituais, pensamentos levianos, loucuras dominantes... sabedoria progressiva, ação fecunda, atividade útil. Vereis, por fim, por toda parte, nada seguro... pouca beleza e nada de bom.

Assinou a comédia com o nome "Bruno da Nola, Formado pela Academia, Denominado o Aborrecido".[16]

E assim, em março de 1583, tentou a Inglaterra. Henrique III, "mais inclinado a recomendá-lo a outros que a tomá-lo a seu serviço",[17] deu-lhe cartas de apresentação ao embaixador francês em Londres, Michel de Castelnau, Sieur de la Mauvissière. Começou então Bruno a fase mais feliz de sua vida. Durante dois anos, viveu e comeu na mansão do embaixador, livre de necessidades de ordem econômica, escrevendo alguns de seus mais importantes trabalhos, encontrando, ali, refúgio quando das tempestades desencadeadas por seu caráter, e confortado, em suas controvérsias, por um homem do mundo que, tolerante, preferia não levar a metafísica a sério. Naquela casa, Bruno encontrou Sir Philip Sidney, conde de Leicester, John Florio, Edmund Spenser, Gabriel Harvey e outros dos mais belos espíritos da Inglaterra elisabetana. Suas palestras forneceram a base para o simpósio de Bruno — *La cena de le Ceneri*. Travou conhecimento com a própria rainha e elogiou-a empregando termos que, depois, foram usados contra ele pela Inquisição.

Em 1583, Bruno solicitou à Universidade de Oxford o privilégio de fazer preleções em suas salas e expôs suas habilitações em termos que o isentaram para sempre de qualquer acusação de modéstia.[18] Sendo-lhe dada permissão, falou sobre a imortalidade da alma e a "esfera quíntupla", isto é, o sistema planetário de Copérnico. Foi importunado com perguntas feitas pelo reitor do Lincoln College, e por outros, conforme conta à sua própria maneira:

> Gostaríeis de ouvir como eles responderam aos argumentos dele (Bruno)? Como durante 15 vezes, por meio de 15 silogismos, um pobre doutor que, nessa ocasião solene, eles apresentaram como o verdadeiro Corifeu da Academia, ali ficou abandonado feito um pinto entanguido? Gostaríeis de saber com que incivilidade e descortesia aquele porco se conduziu, e a paciência e o espírito de humanidade daque-

le que se mostrou um napolitano nato, criado sob um céu mais benigno? Estais informados da maneira como eles encerraram suas preleções públicas?[19]

Mais tarde, Bruno chamou a Universidade de Oxford de *"vedova de le buone lettere"* (viúva das belas-letras), uma "constelação de pedantes e a mais obstinada ignorância e presunção, mescladas a uma rústica incivilidade que esgotaria a paciência de Jó".[20]

Nosso filósofo não era nenhum Jó. Escrevia brilhantemente sobre os astros e achava as coisas terrenas intoleravelmente estúpidas. Era de opinião de que o desenvolvimento filosófico que imprimira à astronomia de Copérnico constituía um progresso benéfico para o entendimento, e era "um crítico mordaz"[21] de todos aqueles que refutavam seus pontos de vista, se bem que Florio o considerasse, quando calmo, "delicado e urbano".[22] Sua vaidade era uma provação para os amigos, bem como a força que o movimentava. Conferia a si os títulos mais pomposos — "doutor da teologia mais avançada, professor da mais pura e inofensiva sabedoria".[23] Tinha a imaginação ardente e a eloqüência veemente de um napolitano; onde quer que fosse, o sol meridional esquentava-lhe o sangue. "Por amor à verdadeira sabedoria" — disse ele — "e zelo pela verdadeira contemplação, canso, atormento e crucifico a mim mesmo."[24]

Em fins de 1585, Bruno retornou a Paris na comitiva do exonerado embaixador. Fez preleções na Sorbonne, provocando a hostilidade dos aristotélicos, como de costume. A guerra da Liga contra Henrique III persuadiu Bruno a experimentar as universidades alemãs. Registrou-se, em julho de 1586, na Universidade de Marburg; recusou o direito de fazer preleções, atacou publicamente o reitor e transferiu-se para Wittenberg. Lecionou durante dois anos na universidade de Lutero; ao deixá-la, exprimiu sua gratidão em sublime discurso de despedida, embora a teologia dos reformadores não o atraísse. Procurou a proteção de Rodolfo II, em Praga; o imperador achou-o excêntrico, dando-lhe, entretanto, 300 táleres e permitindo que ele lecionasse na Universidade de Helmstedt, em Brunswick. Durante alguns meses sentiu-se feliz, mas o chefe da igreja luterana local acabou por declarar-se contra ele e excomungá-lo.[25] Desconhecemos o resultado disso, mas Bruno transferiu-se para Frankfurt, de lá para Zurique e, depois, novamente para Frankfurt (1590-91), onde se instalou para publicar suas obras em latim.

Nessa época — um ano antes de seu encarceramento pela Inquisição — sua filosofia estava completa, embora não tivesse alcançado clareza ou forma coerente. Consultando os principais trabalhos de Bruno, chamam-nos a atenção os títulos, que aqui reproduzimos em forma abreviada.* São, muitas vezes, textos poéticos e obscuros,

* *La cena de le Ceneri* (1584) — "A Ceia da Quarta-feira de Cinzas".
De la causa, principio, et uno (1584) — "Da Causa, Princípio e o Uno".
De l'infinito universo et mundi (1584) — "Do Universo Infinito e os Mundos".
Spaccio de la bestia trionfante (1584) — "A Expulsão da Besta Triunfante".
Degl' heroici furori (1585) — "Dos Heróicos Furores".
Cabal del cavallo Pegaseo (1585) — "A Revelação do Cavalo de Pégaso"
De magia (1590) — "Da Magia".
De rerum principiis et elementis et causis (1590).
De monade, numero, et figura (1591).
De innumerabilibus, immenso, et infigurabili.

advertindo-nos que deles devemos esperar mais sonhos e êxtases do que uma filosofia sistemática ou consistente. Dificilmente em outro lugar, exceto em Rabelais, encontraremos tal mistifório de epítetos, retórica, alegorias, símbolos, mitos, "humor", conceitos, expressões bombásticas, trivialidades, exaltação, coisas burlescas e espirituosas, empilhados uns sobre os outros em uma nebulosa confusão de dogmas, *insights* e hipóteses. Bruno herdou a habilidade dos dramaturgos italianos, a escandalosa hilaridade dos poetas macarrônicos, e a contundente sátira de Berni e Aretino. Se a filosofia significa perspectiva calma, controle racional, capacidade de divisar todos os aspectos de uma questão, tolerância para com a diferença e, até mesmo, simpatia pelos simplórios, Bruno não era um filósofo e sim um guerreiro que punha antolhos, receoso de que pontos perigosos ao redor o desviassem de seu alvo que era, dois séculos antes de Voltaire, *écraser l'infâme* — esmagar a infâmia — do obscurantismo e das perseguições. Há algo mais amargo que em Voltaire no sarcasmo selvagem com que Bruno satiriza a idealização teológica da fé irrefletida:

> Não há, não há, eu digo, melhor espelho para colocar diante dos olhos humanos que a estupidez ou o asno, ou que demonstre mais claramente o dever do homem que... procura a recompensa do juízo final.... Por outro lado, nada é mais eficaz para tragar-nos no abismo do Tártaro [inferno] do que as especulações racionais ou filosóficas que, nascidas da razão... amadurecem no intelecto humano desenvolvido. Procurai, procurai, pois, todos vós que sois homens, ser asnos; e vós que já sois, estudai... para irdes do bom para o melhor, a fim de que possais alcançar esse fim e essa dignidade que não se conseguem pelo saber nem pelo esforço, por maiores que sejam, porém pela fé, e que se perdem não pela ignorância e pela iniqüidade, por enormes que sejam, porém pela descrença. Se, por essa conduta, vós vos virdes escritos no livro da vida, obtereis a graça na Igreja militante e a glória na igreja triunfante, na qual Deus vive e reina por todos os séculos. Amém.[26]

A visão que Bruno tem do Universo é fundamentalmente estética, uma profunda e surpreendente apreciação de um infinito incandescente; é também, no entanto, uma tentativa filosófica para adaptar o pensamento humano a um cosmo, no qual nosso planeta é uma parte infinitesimal de uma imensidade incognoscível. A Terra não é o centro do mundo, tampouco o é o Sol; para além do mundo que contemplamos (não havia telescópios quando Bruno escreveu) há outros mundos (como os telescópios logo revelariam) e, para além desses outros mundos, há outros mundos também (como telescópios melhores haveriam de mostrar) e assim por diante, infinitamente; não podemos conceber um fim nem um começo. Em vez de serem fixas as estrelas "fixas", como pensava Copérnico, elas mudam constantemente de lugar; mesmo nos céus *panta rei* tudo flui. O espaço, o tempo e o movimento são relativos; não há centro nem circunferência, nem alto, nem baixo; o mesmo movimento difere quando apreciado de lugares ou astros diferentes; e como o tempo é a medida do movimento, o tempo é também relativo. Muitos astros, provavelmente, são habitados por seres vivos e inteligentes; Cristo terá também morrido por eles? Nessa imensidade infinita, contudo, há uma invariável conservação da matéria, uma eterna e inviolável constância da lei.

Desde que o Universo é infinito, e não pode haver dois infinitos, o Deus infinito e o Universo infinito devem ser um só (eis aqui o *Deus sive substantia sive Natura* — "Deus ou substância ou Natureza" — de Espinosa). Não há Primeiro Motor, como supunha Aristóteles; há movimento ou energia inerente em todas as partes do todo. "Deus não é uma inteligência exterior.... É mais condigno para ele ser o princípio interior do movimento, que é sua própria natureza, sua própria alma."[27] A natureza está fora do Espírito Divino; esse Espírito, contudo, não se encontra num "céu acima", mas em toda partícula da realidade.

O mundo compõe-se de mônadas minúsculas, de unidades de força indivisíveis, de vida, de espírito incipiente (aqui Bruno é uma ponte entre Lucrécio e Leibniz). Cada partícula tem sua própria individualidade, um espírito próprio; e, ainda assim, sua liberdade não é a da liberação de uma lei, porém (como em Espinosa), a conduta segundo as leis e o caráter que lhe são próprios e inerentes. Há um princípio de progresso e evolução na natureza, no sentido de que cada parte se esforça por desenvolver-se (*entelecheia* de Aristóteles).

Há opostos na Natureza, forças contrárias, contradições; mas na operação do cosmo inteiro — na "vontade de Deus" — todos os contrários coincidem e desaparecem; assim, os diferentes movimentos dos planetas formam a harmonia das esferas. Por trás da desconcertante e fascinante variedade da natureza, encontra-se uma unidade ainda mais maravilhosa, na qual todas as partes aparecem como órgãos de um só organismo. "É a Unidade que me encanta. Por seu poder, sou livre, apesar de escravo, feliz na tristeza, rico na pobreza, vivo mesmo na morte."[28] (Embora eu esteja sujeito à lei, expresso minha própria natureza; embora sofra, encontro consolo ao reconhecer que o "mal" da parte torna-se insignificante na perspectiva do todo; embora eu morra, a morte da parte é a vida rejuvenescedora do todo.) Daí ser o conhecimento da unidade suprema o objetivo da ciência e da filosofia e o remédio salutar do espírito ("o amor intelectual de Deus", de Espinosa).

Esse tosco resumo da filosofia de Giordano Bruno não realça todo o seu brilho e heróica exaltação, imprimindo ao seu pensamento uma continuidade e uma consistência absolutamente estranhas a ele, caracterizado tanto por contradições quanto por afirmações, e um fluxo de estados espirituais próprio somente de um inebriamento cósmico. Outra seleção de suas idéias podia torná-lo um místico mágico. Discorreu sobre as virtudes individuais dos vários planetas; era de opinião de que as pessoas nascidas "sob a influência de Vênus" inclinam-se para o amor, a retórica e a paz, e as nascidas sob Marte, para a luta e o ódio. Acreditava nas qualidades ocultas dos objetos e números, e também que as doenças talvez fossem demônios e pudessem, em alguns casos, ser curadas a um toque do rei ou com a saliva de um sétimo filho.[29]

Sua última ilusão foi a esperança de que, se regressasse à Itália e fosse interrogado pela Inquisição, poderia (e de fato poderia) citar muitas passagens ortodoxas de suas obras, com o que ludibriaria a Igreja, fazendo-a acreditar ser ele um filho extremoso. Talvez esperasse que a Itália não tivesse tido notícia do livro que publicara na Inglaterra — *A Expulsão da Besta Triunfante* —, no qual a besta a ser expulsa poderia ser interpretada como o catolicismo ou o cristianismo ou os dogmas teológicos em geral.[30] Deve ter ficado com saudades da Itália, pois como poderíamos explicar a presteza com que aceitou o convite de Giovanni Mocenigo para ir a Veneza como seu pro-

fessor e hóspede? Mocenigo pertencia a uma das mais ilustres famílias de Veneza. Era católico piedoso, mas interessado em poderes ocultos, e fora informado de que Bruno era versado em todos os ramos da magia e possuía os segredos de uma memória retentiva. A Inquisição havia muito declarara Bruno um fora-da-lei que devia ser preso na primeira oportunidade; mas Veneza gozava a fama de proteger tais foragidos e desafiar os inquisidores. Assim, no outono de 1591, apressou-se Bruno a deixar Frankfurt e, atravessando os Alpes, dirigiu-se para a Itália.

Mocenigo deu-lhe aposentos e recebeu dele lições de mnemônica. O progresso do discípulo era lento, e este se indagava se seu professor lhe estava ocultando algum conhecimento mágico-esotérico; entrementes, assustava-se com as heresias que o loquaz e incauto filósofo lhe expunha. Mocenigo perguntou a seu confessor se devia denunciar Bruno à Inquisição; o sacerdote aconselhou-o a esperar até haver arrancado de seu professor pormenores mais preciosos. Mocenigo obedeceu ao conselho; mas quando Bruno anunciou sua intenção de regressar a Frankfurt, Mocenigo notificou os inquisidores e, em 23 de maio de 1592, Bruno viu-se encerrado na prisão do Santo Ofício, em Veneza. Mocenigo explicou que agira "compelido por sua consciência e por ordem de seu confessor".[31] Informou os inquisidores de que Bruno era contrário a todas as religiões, embora gostasse mais do catolicismo, que renegara a Trindade, a Encarnação e a Transubstanciação, que acusara Cristo e os Apóstolos de terem ludibriado o povo com supostos milagres, que dissera que todos os padres eram asnos, a macularem a terra com sua hipocrisia, avareza e má vida, que a religião devia ser substituída pela filosofia, que a indulgência para com os "prazeres carnais" não era pecado e que ele, Bruno, satisfizera suas paixões em todas as oportunidades que tivera;[32] contara-lhe Bruno — acrescentou — que "as damas lhe agradavam bastante, embora não houvesse ainda atingido o número das mulheres de Salomão".[33]

A Inquisição interrogou o prisioneiro sem pressa, de maio a setembro de 1592. Bruno argumentou ter escrito suas obras como filósofo, aproveitando-se da distinção de Pomponazzi entre as "duas verdades" — a de que se podia contestar, como filósofo, doutrinas que ele aceitava como católico. Admitiu suas dúvidas sobre a Trindade. Confessou que se considerava culpado de muitos erros; manifestou seu arrependimento e suplicou ao tribunal que, "conhecendo minha enfermidade, acolha-me no seio da Madre Igreja, provendo-me de remédios apropriados para meu bem-estar e procedendo com misericórdia para comigo".[34] Os inquisidores não lhe deram conforto algum; ao contrário, fizeram-no voltar para a cela. No dia 30 de julho, interrogaram-no novamente, ouviram sua confissão e seu pedido de misericórdia; mandaram-no outra vez para a cela, por mais dois meses. Em setembro, o chefe da Inquisição de Roma instruiu os inquisidores de Veneza no sentido de enviarem o prisioneiro para Roma. O governo veneziano se opôs, mas os inquisidores ressaltaram que Bruno era um cidadão de Nápoles e não de Veneza, e que o Senado consentia em sua extradição. A 27 de fevereiro de 1593, Bruno foi deportado para Roma.

Fazia parte do procedimento da Inquisição deixar o prisioneiro meditar na prisão durante longos períodos antes, entre e depois dos interrogatórios. Passou-se quase um ano até que Bruno foi levado perante o tribunal romano, em dezembro de 1593. Examinaram-no outra vez — ou torturaram-no com perguntas — em abril, maio, setembro e dezembro de 1594. Em janeiro de 1595, os inquisidores reuniram-se duas

vezes para estudo do processo; em março de 1595 e em abril de 1596, Bruno — dizem os registros do processo — "foi levado à presença dos senhores cardeais e visitado" — em sua cela — "e interrogado por eles e ouvido sobre suas necessidades".[35] Em dezembro de 1596, ouviram-se-lhe as queixas "relativas à comida". Em março de 1597, foi levado à presença dos inquisidores que, novamente, "o ouviram no tocante às suas necessidades"; os registros não nos dizem quais eram elas, mas as repetidas súplicas sugerem um sem-número de provações, nelas não se incluindo a longa ansiedade provocada — presumivelmente — com o propósito de quebrar-lhe o espírito ardente e infundir-lhe humildade. Passou-se ainda outro ano. Em dezembro de 1597, houve outro interrogatório; depois, mais um ano na cela. Em dezembro de 1598, concederam-lhe papel e tinta. No dia 14 de janeiro de 1599, foi novamente chamado ao tribunal. Leram-lhe então oito proposições heréticas tiradas de seus livros pedindo-lhe que as renegasse. Bruno defendeu seus pontos de vista, mas concordou em aceitar a decisão do papa quanto às passagens citadas. No dia 4 de fevereiro, Clemente VIII e a Congregação do Santo Ofício decidiram que os trechos eram realmente heréticos. Não consta menção alguma, nos documentos do processo, à teoria copernicana de Bruno; as heresias diziam respeito à Encarnação e à Trindade. Deram-lhe mais 40 dias para reconhecer seus erros.

Ouviram-no novamente em 18 de fevereiro e em abril, setembro e novembro. No dia 21 de dezembro, ele declarou que não se retrataria. Em 20 de janeiro de 1600, dirigiu um memorial ao papa, afirmando que as proposições condenadas haviam sido erroneamente tiradas de seu contexto, oferecendo-se para defendê-las contra quaisquer teólogos e, mais uma vez, manifestando sua disposição de aceitar a decisão do papa. Imediatamente — dizem os registros — "Sua Santidade, o Papa Clemente VIII, decretou e ordenou que a causa fosse conduzida até às medidas extremas... pronunciando-se a sentença e sendo o referido Irmão Jordanus confiado ao tribunal secular". Em 8 de fevereiro, os inquisidores chamaram Bruno, repetiram as acusações e declararam que lhe haviam sido dado oito anos para arrepender-se; que ele concordara em aceitar a decisão do papa quanto ao caráter herético ou não de suas proposições; que o papa decidira pela afirmativa, e que o prisioneiro persistia nas suas heresias, mantendo-se "impenitente, obstinado e pertinaz"; com isso, sentenciavam-no agora a ser "entregue ao tribunal secular... ao governador de Roma aqui presente, para que possais ser punido com a pena merecida, embora supliquemos sinceramente que ele mitigue o rigor das leis relativas às dores de vossa pessoa, a fim de que não corrais o perigo de morrer ou ficar com vossos membros mutilados". A sentença foi assinada por nove cardeais, inclusive Belarmino. Segundo Caspar Scioppius, um erudito alemão recém-convertido ao catolicismo e, então, residente em Roma, quando o veredicto foi lido a Bruno, este declarou aos seus juízes: "Talvez vós, que pronunciais minha sentença, estejais mais atemorizados do que eu, que a estou recebendo".[36]

Bruno foi imediatamente transferido para uma prisão secular. No dia 19 de fevereiro, ainda impenitente, o corpo nu, a língua presa, foi amarrado a uma estaca de ferro sobre uma pira na Piazza Campo de' Fiori e queimado vivo, na presença de uma multidão moralista. Estava com 52 anos. Erigiu-se-lhe, em 1889, no mesmo local, uma estátua, por meio de uma subscrição proveniente de todas as partes do mundo.

III. VANINI E CAMPANELLA

Dezenove anos depois, um espírito afim passou rapidamente por uma sorte igual. Giulio Cesare Lucilio Vanini nasceu na Itália meridional, de pai italiano e mãe espanhola — pólvora unindo-se ao fogo. Após vaguear pela Europa, como Bruno, experimentando diferenças climáticas e teológicas e escrevendo livros cujos achados ocasionais (como o de que o homem fora outrora um quadrúpede) mal contrabalançavam as tolices sobre o ocultismo, instalou-se em Toulouse (1617) e, também à semelhança de Bruno, ali desfrutou de dois anos de paz. Mas um freqüentador de suas aulas denunciou-o como tendo zombado da Encarnação e contestado a existência de um Deus individualizado.[37] Outro ouvinte, Sieur de Francon, conquistou a confiança de Vanini e, conversando com ele, arrancou-lhe muitas coisas, como Mocenigo fizera com Bruno, e denunciou-o ao *parlement* municipal. No dia 2 de agosto de 1618, Vanini foi preso, não pela Igreja mas por ordem do procurador-geral do rei. Com base em suas preleções, foi acusado de ateísmo e blasfêmia, e ambas as coisas eram crimes puníveis pelo Estado. Vanini afirmou sua crença em Deus, mas Francon alegou que o prisioneiro, mais de uma vez, professara o ateísmo, dizendo que a Natureza era o único Deus. Os juízes aceitaram essa prova e, a despeito dos veementes protestos de Vanini e da piedade que demonstrou em sua cela, condenaram-no — aos 34 anos de idade —

> a ser entregue às mãos do executor da justiça, que o arrastará em uma armação, em camisa, com uma corda no pescoço e carregando sobre os ombros um cartaz com as palavras Ateu e Blasfemador do Nome de Deus, será conduzido assim à porta de entrada da Igreja de Santo Estêvão, onde se ajoelhará... pedirá perdão a Deus, ao rei e à justiça pelas suas referidas blasfêmias. Depois, o executor levá-lo-á à Praça de Salin, amarrá-lo-á a uma estaca ali erguida, cortar-lhe-á a língua e o estrangulará; em seguida, deverá seu corpo ser queimado... e as cinzas lançadas ao vento.[38]

Diz a tradição que, ao sair de sua cela para submeter-se a tortura (9 de fevereiro de 1619), Vanini exclamou: "*Andiamo, andiamo allegramente a morire da filosofo*" (Partamos, partamos alegremente para a morte como um filósofo).[39]

Tommaso Campanella também nasceu com a lava calabresa no sangue. Esfriou-a durante algum tempo em um mosteiro dominicano, estudou Telésio e Empédocles, repudiou Aristóteles, ridicularizou uma excomunhão do papa e foi encarcerado durante alguns meses pela Inquisição, em Nápoles (1591-92). Posto em liberdade, fez alguns cursos em Pádua e foi acusado de lascívia. Ali escreveu seu primeiro trabalho importante — *Prodromos philosophiae instaurendae* (1594) —, no qual, como Francis Bacon 11 anos depois, aconselhou os pensadores a estudarem a natureza em vez de Aristóteles e delineou um programa para o restabelecimento da ciência e da filosofia. Retornando a Nápoles, tomou parte em uma conspiração para libertá-la da Espanha; a conspiração fracassou, e Campanella definhou nas prisões do Estado durante 27 anos (1599-1626). Foi torturado 12 vezes, em uma delas durante 40 horas.[40] Sublimava seus sofrimentos com filosofia, poesia e visões de Estados perfeitos. No soneto *O Povo* exprime seu ressentimento por não haver o povo apoiado a revolta:

O povo é uma besta de mente turva,
Ignorante de sua força, inanimada
Como o pau e a pedra, detida e amordaçada
Pelas débeis mãos de uma criança.
Um leve impulso, e teria um fim a vida opressa;
Mas a besta teme, e a uma ordem sua ditada
Ela obedece, sem saber o quanto é temida.
Confusa e estupidificada por encantos vãos,
Coisa assombrosa — com suas próprias mãos
Se aprisiona e silencia — dá-se a morte e a guerra
Com doações de reis, os quais são cria sua.
Tudo lhe pertence entre o céu e a terra,
Mas isto ela ignora; e se alguma pessoa
Lhe aponta esta verdade, ela o mata e enterra.[41]

A mais famosa produção daqueles anos foi *Civita solis*. Campanella imaginou sua Cidade do Sol erigida em uma montanha, no Ceilão. Seus funcionários seriam escolhidos — e também dispensados — por uma assembléia nacional de todos os habitantes com mais de 20 anos de idade. Os magistrados assim escolhidos elegeriam o chefe do governo, um sacerdote chamado Hoh. Ele e seus auxiliares governariam em todas as questões, temporais e espirituais. Presidiriam também a união dos sexos, providenciando para que "os homens e as mulheres que assim se unem gerem a melhor descendência. Realmente, eles nos ridicularizam por demonstrarmos cuidados meticulosos na criação de cavalos e cães, negligenciando, entretanto, a criação de seres humanos".[42] Daí desconhecerem-se as deformações. As mulheres seriam partilhadas comunitariamente e rigorosamente disciplinadas. Deveriam tomar parte em exercícios ativos que "lhes dêem uma bela compleição.... Se qualquer mulher pintar o rosto ou usar sapatos de salto alto... será condenada à pena capital".[43] Ambos os sexos seriam treinados para a guerra. Aqueles que fugissem da batalha seriam, quando capturados, condenados à morte, colocados em um covil de leões e ursos.[44] Cumpriria a todos trabalhar, mas somente durante quatro horas por dia. As crianças seriam educadas em comum e psicologicamente preparadas para partilharem comunitariamente dos bens. Esse povo teria como religião o culto ao Sol como a "face e a imagem viva de Deus". "Eles asseguram que toda a terra passará a viver de acordo com seus costumes."[45]

Tal manifesto comunista, repetindo Platão, foi escrito na prisão, no ano de 1602, aproximadamente, e publicado em Frankfurt am Main em 1622. Talvez exprimisse as aspirações dos conspiradores napolitanos e tivesse contribuído para o longo encarceramento de Campanella. Providencialmente, restabeleceu a paz com a Igreja e foi posto em liberdade. Agradou a Urbano VIII ao sustentar o direito de os papas governarem os reis. Urbano enviou-o em 1634 a Paris, para impedi-lo de ficar implicado em outra revolta napolitana. Richelieu protegeu-o; e o fatigado rebelde, recordando a mocidade, morreu em uma cela dominicana (1639). "Eu sou o sino *(campanella)*" — disse — "que anuncia a nova alvorada."[46]

IV. FILOSOFIA E POLÍTICA

1. *Juan de Mariana: 1536-1624*

A principal característica da política medieval era a unificadora supremacia do papado sobre os reis; por outro lado, o aspecto predominante da história política moderna são os conflitos dos Estados nacionais libertos do poder papal; daí que a primeira questão a agitar a filosofia política no século após a Reforma foi o pedido dos pensadores católicos para que se restabelecesse a supremacia do papa e, por sua vez, o dos pensadores protestantes para que a destruíssem completamente. Os polemistas papais alegavam que os reis absolutos, arrogando-se o direito divino e repudiando todas as restrições impostas pela religião, a moral e a lei, retalhariam a Europa; os defensores da Reforma responderam que não se poderia acreditar que uma autoridade supranacional procurasse mais o bem da humanidade que seu próprio poder e lucro; além disso, uma Igreja suprema sufocaria toda liberdade de vida e de pensamento.

Os filósofos escolásticos da Idade Média, repetindo os juristas romanos, derivavam toda a autoridade do rei mais do consentimento do povo que de Deus; conseqüentemente, não existia, para os reis, qualquer direito divino, e um mau governante poderia, com justiça, ser destronado. Pensadores calvinistas, como Bèze, Buchanan e o autor de *Vindiciae contra tyrannos*, secundaram calorosamente essa opinião; os teólogos luteranos e anglicanos, entretanto, defenderam o direito divino dos reis como compensação necessária contra as violências do povo e as pretensões do papado, sustentando o dever de obediência até mesmo aos reis injustos.[47]

Entre os defensores da soberania popular havia muitos jesuítas que viam, nessa teoria, um meio de enfraquecer o rei perante a autoridade papal. Se a autoridade dos reis — argumentou o cardeal Belarmino — deriva do povo e, portanto, está sujeita a ele, fica, evidentemente, subordinada à autoridade do papa, a qual se origina da fundação da Igreja por Cristo e está, por conseguinte, subordinada somente a Deus. Luís de Molina, jesuíta espanhol, concluiu que o povo, como fonte de autoridade secular, poderá com justiça — por meio, todavia, de processo ordeiro — depor um rei injusto.[48] Francisco Suárez, "o mais brilhante teólogo que a Companhia de Jesus já produziu",[49] reafirmou essa opinião com prudentes modificações, contrapondo-se às reivindicações absolutistas de Jaime I, e defendeu o direito de os papas deporem os reis. O jesuíta Juan de Mariana, ao defender o tiranicídio, provocou furor internacional, pois se alegava que isso incentivara o assassinato de Henrique IV.

Mariana (a quem já nos referimos como o maior historiador de sua geração) era, em todos os sentidos, um indivíduo extraordinário, famoso pela cultura, eloqüência e audácia intelectual. Em 1599, publicou, dedicado a Filipe III, com permissão do censor jesuíta local, o tratado *De rege et regis institutione* (Sobre o Rei e Sua Educação). Antecipando Hobbes em meio século, descreveu o "estado da natureza" antes da origem da sociedade; os homens viviam como animais nas selvas, livres de todas as restrições, exceto suas limitações físicas, não reconhecendo lei nem propriedade privada e seguindo seus instintos na procura de alimento e companhia. Havia, entretanto, inconveniência nessa liberdade rousseauniana; por exemplo: abundavam os animais perigosos. Para se protegerem, os homens constituíram a organização social, o

maior de todos os instrumentos até então inventados e uma medida necessária aos órgãos fisiológicos de defesa e ataque dados pela natureza aos animais. Por meio de um pacto explícito ou implícito, os membros de um grupo concordaram em delegar sua autoridade coletiva a um chefe ou rei; a soberania permaneceu, entretanto, com o povo, e, em quase todos os casos (como nas Cortes da Espanha), uma assembléia nacional refreava esse poder então delegado, controlava a bolsa e formava um corpo de leis cuja autoridade se sobrepunha à do rei.

A democracia, na opinião de Juan de Mariana, é impossível devido à desigualdade na distribuição de capacidade e inteligência entre os homens. Seria ruinoso deixar a política ser determinada por plebiscitos.[50] A monarquia limitada ou constitucional é a melhor forma de governo, compatível com a natureza do homem e a sobrevivência do Estado. Deve ser hereditária, pois a monarquia eletiva constitui um convite periódico à anarquia.

A autoridade do rei deve ser limitada por meio de leis, de restrições religiosas e morais e pelo direito de o povo depô-lo se ele se torna tirano. Ele não deve mudar as leis ou cobrar impostos sem o consentimento do povo. O rei "não determinará coisa alguma no que se refere à religião",[51] pois a Igreja é superior ao Estado e ela mesma é que deve governar a si própria, devendo o rei, contudo, proteger a religião nacional, pois "se a religião é negligenciada, o Estado não poderá manter-se seguro".[52] O Estado deve auxiliar a religião a manter a moral; deve condenar as touradas, porquanto estas estimulam a brutalidade, e condenar o teatro, porque este encoraja a liberdade sexual.[53] Deve financiar a assistência aos doentes e pobres por meio de ampla distribuição de instituições hospitalares e beneficentes; e os ricos devem dar aos necessitados o que agora despendem com seu luxo e seus cães. Os impostos devem ser elevados para as coisas supérfluas e baixos para os artigos de primeira necessidade. Os bens da terra seriam suficientes para todos se fossem distribuídos com justiça [54] Um bom príncipe tomará precauções contra a concentração da riqueza. A propriedade privada substituiu o comunismo primitivo porque "a sôfrega e furiosa avareza apoderou-se das dádivas divinas e reivindicou tudo para si";[55] é agora uma instituição necessária, mas no céu o comunismo será restabelecido.[56]

O tirano poderá ser deposto e, justamente, assassinado, em determinadas circunstâncias, mesmo por um cidadão.

> Quem pode, com justiça, ser considerado tirano?... Não deixamos isso à decisão de qualquer indivíduo ou, mesmo, ao julgamento de muitos, a menos que a voz do povo dela participe publicamente e homens cultos e sérios se reúnam para tal deliberação.... (Mas) quando um príncipe leva um país à ruína, abusa dos bens do Estado e dos bens particulares, despreza as leis públicas e a religião sagrada, começa a impor-se arrogante, insolente e impiedosamente ... (quando) os cidadãos se vêem privados da possibilidade de se reunirem para tomar uma deliberação comum, tencionando, ansiosamente, pôr um fim à tirania existente — e supondo-se ser ela notória e insuportável... se em tal caso surgir um indivíduo que atenda ao desejo geral e se ofereça para matar tal tipo de governante, eu, pelo que me toca, não o considero um malfeitor... É salutar pensar que os príncipes estão persuadidos de que, se oprimirem o Estado... poderão ser mortos num ato não apenas justo, mas, também, digno de louvor e glória.[57]

Mariana lembrou a seus leitores os tiranicídios históricos — de Harmódio e Aristogíton, que mataram Hiparco, tirano de Atenas, e de Bruto, que expulsou de Roma o tirano Tarquínio; e assinalou que Atenas e Roma, na verdade toda a Europa culta, honraram a memória deles. Juan de Mariana seguiu seu pendor aprovando com reserva o recente (1589) assassinato de Henrique III por Jacques Clément:

> Henrique III, rei de França, jaz morto, golpeado nos intestinos, por um monge, com um punhal envenenado, espetáculo execrável... Jacques Clément... estudou teologia no colégio dominicano de sua ordem. Os teólogos, que consultara, afirmaram-lhe que se podia matar legalmente um tirano... Clément morreu honrado eternamente pela França, como pareceu a muitos.... Muitas pessoas acham que ele morreu digno da imortalidade, ao passo que outros — preeminentes em sabedoria e cultura — julgam o fato censurável.[58]

Convém lembrar que Henrique III opusera-se à Liga Católica e ordenara a seus auxiliares que matassem Henrique, duque de Guise, seu líder. Filipe II da Espanha apoiara e, em parte, financiara a Liga; concordara com o assassínio de Elizabeth I e de Guilherme de Orange. E Filipe III não opusera objeção à doutrina que justificava o assassinato de um inimigo de Espanha.

Em 1599, Cláudio Aquaviva, Geral da Companhia de Jesus, ordenou que se "corrigisse" o *De rege* de Mariana. Quando Henrique IV foi assassinado por Ravaillac (14 de maio de 1610), Aquaviva condenou os ensinamentos de Mariana sobre o tiranicídio (8 de julho) e proibiu sua propagação na formação de jesuítas. Entrementes, Juan de Mariana fora preso, não por louvar o tiranicídio mas por criticar a depreciação da moeda por Filipe III, advertindo-o em brilhante tratado — *De monetae mutatione* (1605) — dos males da inflação. Mariana sofreu filosoficamente seu encarceramento, sobreviveu a ele, morrendo em 1624, com a idade de 87 anos.

2. *Jean Bodin: 1530-96*

Como Bodin era diferente! Não era um voltado para o céu, nem um sombrio amante da Liga, mas sim um político com o mesmo ânimo de L'Hôpital, defensor da tolerância, conselheiro e admirador de Henrique IV. Nascido em Angers — provavelmente de mãe judaico-espanhola —, foi para Paris em 1560; exerceu ali a advocacia, sem grande proveito, e mergulhou profundamente no estudo da filosofia e da história. Estudou vorazmente o hebraico, o grego, o alemão, o italiano, Tito Lívio, Tácito, o Antigo Testamento, Cícero e as constituições de todos os Estados da Europa ocidental. Acreditava que o estudo da história era o marco inicial da sabedoria política. Sua primeira aventura editorial foi o *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566) — Método para a Fácil Compreensão da História. O estudante achá-lo-á insípido, cheio de retórica, prolixo, pois o espírito filosófico não amadurece cedo. Bodin, aos 36 anos, achava que a história inspira-nos à virtude, mostrando a derrota do mal e o triunfo do bem.[59] O livro, contudo, depois dos *Discursos* de Maquiavel, é o primeiro trabalho importante da filosofia da história.

Nele, e posteriormente em *De republica* — um século e meio antes de Vico e Montesquieu —, encontram-se considerações sistemáticas acerca do clima e da raça, como fatores na história. A história é uma função da geografia — da temperatura, da chuva, do solo e da topografia. A geografia determina o caráter, e o caráter, a história. Os homens diferem em caráter e conduta de acordo com suas vidas nas montanhas, nas planícies ou no mar. No norte, distinguem-se pela força física e energia muscular; no sul, pela sensibilidade nervosa e sutileza de espírito; os homens da zona temperada — como os das nações mediterrâneas e da França — reúnem em si as qualidades do norte e do sul: mais práticos que no sul, mais intelectuais que no norte. O governo de um povo deve ser adaptado a seu caráter geográfico e racialmente determinado, o qual dificilmente se modifica com o decorrer do tempo. Assim, os povos do norte devem ser governados pela força; os do sul, pela religião.

Em um trabalho menor — *Réponse au paradoxe de M. Le Malestroict*, Bodin quase fundou a "economia política".[60] Analisou as razões pelas quais os preços estavam subindo tão rapidamente na Europa, discorreu sobre os males da moeda depreciada, advogou a liberdade de comércio em uma época de protecionismo natural e regional, e salientou as relações entre as realidades econômicas e as políticas governamentais.

Sua obra-prima, porém — a mais importante contribuição à filosofia política entre Maquiavel e Hobbes —, foi *La République* (1576) — *A República*. Bodin usou esta palavra em seu sentido romano, significando qualquer Estado. Ele distinguiu o Estado da sociedade: a sociedade está baseada na família, que tem seus alicerces naturais nas relações dos sexos e das gerações; o Estado é fundado em uma força artificial. Em sua forma natural, a família era patriarcal — o pai tinha poder absoluto sobre suas esposas, seus filhos e os bens familiares; e é provável que a civilização tenha reduzido perigosamente os direitos patriarcais. A mulher deve estar sempre sujeita ao homem, por ser, mentalmente, mais fraca; elevá-la a uma situação de igualdade seria uma fatal desatenção à natureza. O marido deve ter o direito de divorciar-se à vontade, como no Antigo Testamento. O declínio da autoridade paterna e da disciplina na família (julgou Bodin) já estava minando os fundamentos da ordem social. Pois a família, não o Estado, constitui a unidade e a fonte da ordem e da moral, e quando decaem a união e a disciplina da família nenhum conjunto de leis poderá substituí-las.[61] A propriedade privada é indispensável à estrutura e à continuação da família. O comunismo é impossível, porque todos os homens nascem desiguais.[62]

Bodin é mais realista que Mariana e Rousseau ao discutir a origem do Estado; nele não há tolices acerca de um pacto ou contrato social. As comunidades de aldeias podiam, talvez, ter-se originado de tais contratos; mas o Estado originou-se da conquista de um grupo de famílias por outro grupo, com o chefe dos vitoriosos tornando-se rei.[63] A sanção, por trás das leis, não era a vontade ou a "soberania" do povo; era a força organizada do governo. Conseqüentemente, a monarquia absoluta é natural; ela continua no Estado o poder do pai na família patriarcal; nenhum governo é soberano se está sujeito a qualquer lei que não seja da natureza de Deus.[64] Da mesma maneira que Hobbes chegaria a essas conclusões para fugir ao caos causado pela Guerra Civil de 1642-49, na Inglaterra, também Bodin viu no governo absoluto o único modo de escapar às Guerras Religiosas e à divisão da França; note-se que seu livro foi publicado apenas quatro anos depois do massacre da Noite de São Bartolomeu;

poderia ter sido escrito com o sangue que corria nas ruas de Paris. Parecia a Bodin que, se a função do Estado é manter a ordem, ele só poderia fazê-lo por meio de uma soberania absoluta e inalienável.

A melhor forma de governo, por conseguinte, é a monarquia hereditária e sem limitações: não deve ter limitações se não quiser terminar em caos, e deve ser hereditária para evitar as guerras de sucessão. A monarquia, como a autoridade paterna, tem prevalecido sobre a maior parte da terra e durante o mais longo período de tempo; tem a sanção da história. As democracias têm governado Estados somente durante breves períodos. Desmoronam com a volubilidade do povo e a incompetência e venalidade dos funcionários eleitos pelo povo.[65] "Em todas as assembléias populares, contam-se os votos sem avaliá-los (pela qualidade do juízo existente por trás do voto); e sempre o número de homens tolos, maus e ignorantes é mil vezes maior que o de homens de valor". A salvação da democracia está no fato de que, por trás de uma suposta igualdade, somente uma pequena minoria governa, ou seja, o peso da inteligência supera o número de cabeças.[66]

Bodin reconhecia que se devia procurar um meio de fugir ao absolutismo, no caso de o monarca tornar-se um tirano; admitia portanto, talvez ilogicamente, o direito à revolução e ao tiranicídio. Admitia que mesmo as monarquias perfeitas, no decurso do tempo, decairiam e seriam derrubadas em razão de mudanças inevitáveis. Antecipando-se a Hegel, dividiu a história em três períodos: o primeiro, dominado pelos Estados orientais; o segundo, pelas nações do Mediterrâneo; e o terceiro, pelos países da Europa Setentrional. Através dessa concatenação de Estados ascendentes e decadentes, Bodin via certo progresso. A Idade de Ouro não repousa num passado místico, porém em um futuro que colherá os resultados da maior de todas as invenções: a máquina impressora.[67] E as ciências — escreveu (meio século antes de Bacon) — "contêm em si mesmas um tesouro que os séculos futuros jamais poderão exaurir".[68]

Bodin era um livre-pensador com salutar respeito pela Bíblia (ou, antes, pelo Antigo Testamento, pois quase não deu atenção ao Novo), e com fortes convicções acerca da realidade de feitiçarias, anjos, demônios, astrologia, bem como da necessidade de instituir-se um Estado em conformidade com as virtudes místicas dos números. Exigia as sentenças mais duras contra as feiticeiras. Aconselhava os príncipes a manterem a unidade da crença religiosa o mais longamente possível; mas se uma heresia viesse a tornar-se poderosa e generalizada, seria imprudente empregar a força para sua supressão; era preferível esperar que, com o tempo, se fosse conseguindo a adesão dos hereges à fé oficial.

Que tipo de fé seria, Bodin não disse. Mesmo a dele era duvidosa. Em seu estranho *Heptoplomeres colloquium* (Colóquio de Sete Homens), que habilmente deixou inédito (só foi publicado em 1841), descreveu um católico, um luterano, um calvinista, um judeu, um maometano, um epicurista e um deísta discutindo em Veneza. O judaísmo sai-se bem; os dogmas cristãos sobre o pecado original, a Trindade e a Encarnação são mais fortemente atacados que defendidos; somente a crença em Deus emerge incólume. Os críticos de Bodin acusaram-no de judeu, de calvinista e de ateísta, e declararam que ele morreu sem religião, "como um cão". A crença de que o mundo obedece a uma direção divina, contudo, está vigorosamente expressa em *A Repúbli-*

ca; e o ateísmo é colocado além dos limites da tolerância por fazer do Universo um absurdo.[69]

Bodin, como Hobbes, era um homem assustado que procurava justificar sua caminhada rumo à estabilidade em meio ao fluxo das revoluções e das guerras. Seu maior livro estava contagiado pelo seu tempo; era a filosofia para um mundo desorganizado que ansiava pela ordem e pela paz. Não pode ser comparado à sabedoria urbana dos *Ensaios* do menos atormentado Montaigne, naqueles mesmos anos. Ninguém, contudo, desde Aristóteles — exceto talvez Ibn Khaldun — disseminara a filosofia política sobre tão extenso campo ou defendera seus preconceitos com tanto saber e vigor. Somente no *Leviathan* (Leviatã, 1651), de Hobbes, encontraremos tão resoluto esforço para descobrir uma lógica na conduta dos Estados.

3. Hugo Grotius: 1583-1645

Se Huig van Groot é lembrado quando a maioria dos pioneiros em seu campo de direito internacional* se encontra quase esquecida, talvez seja porque viveu tão bem quanto escreveu, e porque compôs seus clássicos nos intervalos das atividades diplomáticas e perigosas políticas. Nascido em Delft, formado em Leiden — em matemática, filosofia e jurisprudência —, conquistou os louvores de Scaliger pelo estilo de seu latim, e, aos 26 anos, os aplausos de seu país pelo *Mare liberum* (Mar livre, 1604), que delineou o direito marítimo e defendeu a liberdade de navegação nos mares para todas as nações — especialmente para os holandeses, que estavam desafiando os portugueses na pretensão ao monopólio marítimo no Extremo Oriente. Nomeado historiógrafo das Províncias Unidas, compôs em latim quase clássico uma ardorosa, porém exata, história sobre a grande revolta. Vimo-lo lutando ao lado do liberalismo arminiano no conflito entre Oldenbarneveldt e Maurício de Nassau. Preso, confessou seus erros;[70] perdoaram-no, mas foi condenado à prisão perpétua. Sua esposa implorou que a deixassem compartilhar seu cativeiro, o que lhe foi concedido. Após quase três anos de encarceramento, escapou — escondido pela esposa em uma canastra de livros — e fugiu para Paris (1621). Luís XIII concedeu-lhe pequena pensão, e enquanto a Alemanha intensificava sua Guerra dos Trinta Anos, Grotius, vivendo na pobreza, escrevia seu *De iure belli et pacis* (A Lei da Guerra e da Paz, 1625).

> Vi prevalecer em todo o mundo cristão um descomedimento, no fazer a guerra, de que as nações bárbaras ter-se-iam envergonhado, pois recorrem-se às armas por razões fúteis ou por nenhuma razão; e, uma vez em armas, toda reverência às leis divinas e humanas é desprezada, como se os homens dali estivessem autorizados a cometer todos os crimes, sem restrições.[71]

* Sobretudo Francisco a Victoria, professor de teologia em Salamanca, com *Relectiones* (Preleções — 1557); Alberico Gentili, professor de direito civil em Oxford, cujo *De iure belli* (A Lei da Guerra — 1588) antecipou-se aos argumentos de Grotius em prol da liberdade de navegação nos mares; e Francisco Suárez, cujo maciço *Tractatus de legibus* (Tratado das Leis, 1613) delineou uma liga das nações unidas por leis internacionais.

Maquiavel argumentara que os Estados não poderiam ser preservados, a menos que fossem dispensados da obediência ao código moral traçado pelos seus cidadãos; os estadistas devem estar preparados — geralmente por procuração — para mentir, roubar e matar com a intensidade que lhes pareça desejável para o bem do Estado. Pois os Estados ainda vivem na fase primitiva, como a das famílias antes do advento deles; não conhecem outra lei senão a da própria preservação. Grotius admite que os governos possam ficar isentos da *lex*, isto é, da lei "positiva", feita pelo homem; mas considera-os obrigados a obedecer ao *ius naturale*. Ele define este "direito natural", ou lei natural, como "o ditame da razão justa mostrando a torpeza ou a necessidade moral de qualquer ato em sua concordância ou discordância com uma natureza racional, e, conseqüentemente (mostrando), que tal ato é proibido ou ordenado por Deus, o criador da natureza".[72] A lei natural é, portanto, esse sistema de direitos e deveres que advém da própria natureza do homem como ser racional, vivendo em sociedade. Qualquer coisa que seja necessária à sua existência e à sua participação na sociedade constitui seu direito natural, algo que é devido à sua natureza. Os Estados, em sua conduta, devem respeitar esses direitos.

Além disso — continua Grotius —, o Estado deve ficar sujeito ao *ius gentium*. A jurisprudência empregara esse termo para significar o direito dos povos não incluídos na cidadania romana. Quando se arruinou o Império Romano do Ocidente, os juristas medievais empregaram-no para as relações dos Estados entre si. Em Grotius, torna-se ele a vaga acumulação de regras e limitações costumeiramente aceitas, pelas nações mais desenvolvidas, em seus contatos mútuos. Sobre essas duas bases — *ius naturale* e *ius gentium* —, ele constrói sua estrutura teórica, a primeira formulação moderna do desejável direito internacional.

De modo geral, não proscreve a guerra. Sabe que um grupo, à semelhança de um animal, quando se sente ameaçado em seus bens mais preciosos ou em sua vida, defender-se-á por qualquer meio — através de argumentos ou pela lei, se possível; e depois, se esses meios provarem ser inadequados, por meio de qualquer força de que possa dispor.[73] Conseqüentemente, um Estado, em tais circunstâncias, está justificado em recorrer à guerra, a fim de poder defender a vida e as propriedades de seus cidadãos. Mas a guerra será injusta se for travada para fins de conquista ou saque, ou com o desejo real ou suposto de impor um governo benéfico a um povo que não esteja disposto a recebê-lo.[74] As guerras preventivas são injustas. "Alguns escritores têm apresentado uma doutrina que jamais poderá ser admitida: que a lei das nações autoriza uma potência a começar as hostilidades contra outra cuja crescente grandeza desperta seu temor. Como medida de conveniência, pode-se adotar tal recurso, se bem que jamais se possam invocar em seu favor princípios de justiça."[75] Um indivíduo tem obrigação de recusar-se a servir em guerras que ele julgue claramente injustas.[76]

Supondo-se, pois, que uma guerra possa ser justa, toda nação que nela entrar terá direitos garantidos. Poderá empregar ardis, fazer represálias, apreender despojos e capturar prisioneiros e deles se utilizar. Mas a nação tem deveres, da mesma maneira que direitos. Deve declarar a guerra antes de levá-la a efeito. Deve honrar qualquer tratado em que haja assumido responsabilidade, seja com quem for. Nas conquistas, mulheres, crianças e velhos — na verdade todos os não-combatentes — devem ser poupados. Os prisioneiros poderão ser escravizados, mas não devem ser mortos. Grotius

saúda um sinal de progresso: os cristãos e muçulmanos pararam de escravizar prisioneiros de suas próprias fés.

Era um argumento nobre e moderado, a despeito de suas falhas. Se a lei natural é o "ditame da razão justa", quem determinará qual razão é justa? Isso, em um Estado, é determinado por um governo armado com a força; obedece-se, afinal, à ordem de conduta porque o legislador pode fazê-la vigorar; o poder não gera o direito, mas gera a lei. O direito internacional espera uma legislação internacional sustentada por uma força internacional; entrementes, consistirá principalmente em modestas restrições e acordos violáveis, aceitos por conveniência para o momento pelas *potências* interessadas. Definir a "lei das nações" como os costumes dos povos mais desenvolvidos é pressupor, novamente, certa autoridade competente que possa designar quais os mais desenvolvidos; mas onde está ela? Na Europa? Na China? No Islã? E pode um governo dar-se o luxo de permitir que seus cidadãos julguem por si mesmos se uma guerra é justa ou não? Poderá, se sua máquina de doutrinação for adequada.

Era um livro ilógico, mas necessário. Travaram-se mil guerras injustas; convinha alguém traçar medidas para mitigar o homicídio em massa com restrições mutuamente aceitas; convinha que as guerras de conquista ou saque fossem condenadas; convinha que se pleiteasse misericórdia para com os não-combatentes e os prisioneiros. A Guerra dos Trinta Anos escarneceu dessas distinções e apelos; mas, quando terminou aquela loucura, o livro de Grotius pareceu ainda mais justificado ante a condição em que ficou a Alemanha.

Richelieu, resolvido a entrar na Guerra dos Trinta Anos, retirou a pensão de Grotius, e este, vendo-se em perigo, transferiu-se para Hamburgo. Em 1635, Oxenstierna enviou-o de volta a Paris como embaixador da Suécia. Mas, como a maioria dos filósofos, Grotius sentia-se mais à vontade com as idéias do que com os homens; permitiu que sua ojeriza por Richelieu, e depois por Mazarin, determinasse sua diplomacia; e, em 1645, voltou a confortar-se com os livros. A Rainha Cristina convidou-o a ficar em sua corte como um erudito bem pago; ele, porém, obteve a permissão dela para retirar-se para a Alemanha. A rainha providenciou sua passagem para Lübeck; a embarcação em que viajava foi lançada à costa por uma tempestade; Grotius ficou em estado de choque e exposto à inclemência do tempo, morrendo em Rostock, no dia 29 de agosto de 1645, aos 62 anos de idade.

Passados 267 anos, a Holanda perdoou-lhe o liberalismo e ergueu-lhe uma estátua (1886) na cidade de seu nascimento. Em 1899, os delegados dos Estados Unidos junto à Conferência Internacional de Paz, em Haia, colocaram sobre seu túmulo uma coroa de prata em reconhecimento pelo livro que durante certo tempo contribuíra para abrandar o esporte dos reis.

V. O SACERDOTE EPICURISTA

Façamos uma última pausa em nossa caminhada ao encontro de Descartes, e contemplemos o mistério de um sacerdote católico revivendo o materialismo de Epicuro. Constituiu certo grau do desenvolvimento mental da Europa que o filósofo grego do prazer, cujo nome fora durante séculos sinônimo de *ateísta*, em meio à aversão a Aris-

tóteles que então se ia estendendo, viesse a ocupar um lugar de honra pelas mãos de um piedoso e irreprochável vegetariano que morreu por ter jejuado com muito rigor na Quaresma.

Pierre Gassendi começou a vida como filho de camponês, nas proximidades de Digne, na Provença. Demonstrou possuir um espírito tão agudo e ávido que, à idade de 16 anos, foi nomeado professor de "retórica" (literatura) e, aos 25, professor de filosofia na Universidade de Aix. Recebendo as ordens sacerdotais, tornou-se em seguida cônego e prepósito da Catedral de Digne. Por essa época, já produzira um apaixonado livro de "exercícios paradoxais" contra Aristóteles. Queimou a maioria dos "exercícios" a conselho de amigos, mas as partes que publicou em 1624 defendiam a astronomia copernicana, o atomismo de Lucrécio e a filosofia moral de Epicuro. Via-se nisso um evidente convite ao martírio, mas Pierre era um jovem tão amável, tão modesto na conduta e tão regular nos deveres religiosos que ninguém, ao que parece, cogitou de mandá-lo à fogueira. Professou, durante toda a sua vida, a doutrina das "duas verdades": que as conclusões aparentemente compelidas pela razão poderiam ser aceitas na filosofia, ao passo que, na religião, como obediente filho da Igreja, se devia seguir a fé e o ritual ortodoxos. Gassendi, assim, desfrutou de dupla vantagem.

A convite de Mersenne, amigo de Descartes, apresentou algumas vigorosas objeções à filosofia cartesiana; deixemo-las para depois. Em 1645, assumiu a cátedra de matemática no Collège Royal, em Paris; logo, porém, adoeceu de um mal pulmonar e retornou para o clima ensolarado de Digne. Lá escreveu suas principais obras, todas em torno de Epicuro: *De vita, moribus, et doctrina Epicuri* (1647); *De vita, moribus, et placitis Epicuri* (1649); e *Syntagma philosophiae Epicuri* (1649), esta com 1.600 páginas em colunas duplas.

Embora continuasse afirmando sua fé católica, Gassendi expôs ao mundo, em latim cultivado, a filosofia de Epicuro e Lucrécio — materialismo, atomismo e legitimidade da felicidade. A "primeira causa" de todas as coisas é Deus; mas depois do impulso inicial tudo prosseguiu por suas próprias forças e leis inerentes. Todo conhecimento vem dos sentidos e é individual; os "universais", ou idéias gerais, são úteis instrumentos do pensamento, mas não têm correlatos objetivos. A alma, indubitavelmente, é imaterial e imortal, parecendo, contudo, depender do corpo, e a memória é, aparentemente, uma função do cérebro. O prazer sensual não é imortal, se exercido com prudente moderação; mas os prazeres menos traiçoeiros são os do espírito; a matemática, por exemplo, pode causar-nos arrebatamento de alegria. O próprio Gassendi, naturalmente, era um epicurista, e não um epicureu, isto é, aceitava a filosofia de Epicuro mas não se entregava aos prazeres sensuais; ao contrário, levava vida extremamente abstêmia. Atacado por uma febre, após um jejum prolongado demais, foi liquidado pelos seus médicos, que lhe aplicaram 13 sangrias (1655).

Molière e Cyrano de Bergerac figuraram entre seus discípulos, em Paris. Fontenelle, Saint-Évremond e Ninon de Lenclos aceitaram sua filosofia, sem sua teologia; Hobbes tirou proveito das palestras que manteve com ele; Locke talvez tivesse extraído dele alguns elementos de psicologia sensacionalista através de François Bernier, seu amigo e discípulo, de Gassendi, autor de *Abrégé de la philosophie de Gassendi* (1678). Newton preferiu os átomos de Gassendi aos corpúsculos de Descartes, encontrando no sacerdote da Provença um pressentimento da idéia da gravitação.[77] No século

XVIII, o materialismo latente em Gassendi e sua ênfase na ciência e na experiência, ao compará-las com a lógica de Aristóteles ou com a metafísica de Descartes, deram-lhe uma influência, sobre os filósofos, maior que a de qualquer outro pensador francês, exceto Descartes. O que foi, então, que tornou Descartes, durante um século, o manancial de uma absorvedora corrente na filosofia moderna?

VI. RENÉ DESCARTES: 1596-1650

Primeiro que tudo, ele teve uma educação jesuíta, fato que tem sido o ponto de partida e o estímulo dos hereges franceses desde Descartes, passando por Voltaire até Renan e Anatole France. "No Templo forjaram-se os martelos que destruíram o próprio Templo."[78]

Descartes nasceu em La Haye, na Touraine. Sua mãe morreu de tuberculose, alguns dias depois; dela ele herdou a moléstia; como infante, era tão pálido e fraco e tossia tão dolorosamente que o médico não deu esperança alguma de salvá-lo. A ama, porém, não o deu por perdido; deu-lhe o calor e o alimento de seu corpo. Ele voltou à vida e, talvez por esse motivo, foi chamado René — Renatus — renascido. Seu pai era um próspero advogado, conselheiro do Parlement de Rennes, que, ao morrer, deixou-lhe uma renda de seis mil francos por ano.

Com a idade de oito anos, ele entrou para o Collège de La Flèche, dos jesuítas, circunstância que — diz um ardente livre-pensador e famoso matemático — "parece ter-lhe proporcionado, na matemática, uma base melhor do que teria conseguido na maioria das universidades daquele tempo".[79] Os professores reconheceram sua fraqueza física e sua agilidade mental. Permitiam-lhe permanecer na cama além do horário de levantar, observando que ele empregava esse tempo para devorar um livro após outro. Em todas as suas divagações metafísicas, Descartes jamais perdeu a admiração pelos jesuítas, os quais, por sua vez, consideravam suas dúvidas com paternal indulgência.

Aos 17 anos, partiu para Paris, a fim de cometer as diabruras da juventude; mas nada fez, porque era ainda indiferente às mulheres; entretanto, como devotado matemático, pôs-se a jogar, achando que poderia quebrar a banca do cassino. Passou depois a cursar a Universidade de Poitiers, onde se graduou em direito civil e canônico. Obtendo mais saúde e força, surpreendeu os amigos ao alistar-se no exército do Príncipe Maurício de Nassau (1618). Ao tomar impulso a Guerra dos Trinta Anos, uniu-se às tropas de Maximiliano, duque da Baviera; uma história não muito certa mostra-o como tendo participado da batalha da Montanha Branca.

Em meio às campanhas e, especialmente, nos longos meses em que o inverno interrompia a matança, Descartes prosseguia nos estudos, principalmente os de matemática. Certo dia (10 de novembro de 1619), em Neuburg (próximo a Ulm, na Baviera), fugiu ao frio trancando-se em uma "estufa" (provavelmente um aposento devidamente aquecido). Ali — diz-nos ele — teve três visões ou sonhos, nos quais viu relâmpagos e ouviu trovões; pareceu-lhe que algum espírito divino lhe estava revelando uma nova filosofia. Quando saiu da "estufa", havia já formulado (assegura-nos ele)

a geometria analítica e concebido a idéia de aplicar o método matemático à filosofia.[80]

De regresso à França, em 1622, regularizou suas finanças e pôs-se novamente a viajar. Passou quase um ano na Itália: foi (a pé, dizem uns) de Veneza a Loreto, prestou tributo à Virgem, viu Roma no jubileu de 1625, passou por Florença, não visitou Galileu e voltou a Paris. Ali, e no campo, continuou seus estudos científicos. Acompanhou Gérard Desargues, matemático e engenheiro militar, no cerco de La Rochelle (1628). Mais tarde, nesse ano, mudou-se para a Holanda; e com exceção de algumas visitas à França, para tratar de negócios, passou quase o resto de sua vida nas Províncias Unidas.

Não sabemos por que deixou a França. Possivelmente, "tendo manifestado" suas "razões para duvidar de muitas coisas",[81] temesse ser acusado de herege; tinha, entretanto, muitos amigos no clero, na França, como Mersenne e Bérulle. Talvez procurasse evitar os amigos assim como os inimigos, esperando encontrar em país estrangeiro um retiro social (não, porém, intelectual) no qual pudesse formalizar a filosofia que nele palpitava. Detestava o alvoroço e a tagarelice de Paris, mas não se importava com o tráfego movimentado — suavizado pelos canais — de Amsterdam; nessa cidade, "repleta de uma grande e ativa multidão" — diz ele — pôde "viver solitário e retirado como se estivesse no deserto mais remoto".[82] Talvez fosse para ocultar-se ainda mais que mudou de residência 23 vezes nos 20 anos seguintes — de Franeker para Amsterdam, daí para Deventer, depois para Amsterdam, Utrecht e Leiden, quase sempre, porém, para perto de uma universidade ou biblioteca. Sua renda permitia-lhe viver confortavelmente em um pequeno *château* com vários empregados. Evitou o casamento, mas tomou uma amante (1634) que lhe deu uma filha. Agrada-nos saber que Descartes chorou humanamente quando a filha morreu com cinco anos de idade. Erraríamos se o considerássemos frio e desinteressado pelas coisas mundanas. Encontrá-lo-emos justificando muitas das paixões que os moralistas normalmente condenam. Ele mesmo tinha algumas, sujeito que era ao orgulho, à cólera e à vaidade.[83]

Seria necessário possuir um espírito admirável para se aventurar em sua esfera de ação. Considerem-se os estudos que empreendeu: matemática, física, astronomia, anatomia, fisiologia, psicologia, metafísica, epistemologia, ética e teologia; quem ousaria, hoje em dia, tal circunavegação? Para isso ambicionava ele uma vida segregada; fazia experiências, equações e diagramas, considerava sua possibilidade de poder escapar à Inquisição ou apaziguá-la, e procurava dar à sua filosofia um método matemático e à sua vida um método filosófico.

Onde devia começar? No célebre *Discours de la méthode,** anunciou um primeiro postulado que, por si só, poderia ter feito cair toda autoridade sobre sua cabeça, tanto mais que o ensaio foi escrito em francês bem inteligível e em estilo muito vivo, cativante e na primeira pessoa; quantas coisas revolucionárias nele! Começaria — disse ele — rejeitando todas as doutrinas e dogmas, pondo de lado todas as autoridades, especialmente *ille philosophus*, o filósofo, Aristóteles; principiaria com uma lousa limpa e duvidando de tudo — *de omnibus dubitandum*. "A principal causa de nossos erros

* Escrito em 1629, publicado em 1637, em um volume contendo também tratados sobre geometria, dióptrica e meteoros. *Meditationes de prima philosophia*, que se lhe seguiu em 1641, *Principia philosophiae*, em 1644, *Traité des passions de l'âme*, em 1650, *Traité de l'homme*, em 1662.

encontrar-se-á nos preconceitos de nossa infância[84]... de cujos princípios me deixei persuadir, na mocidade, sem ter averiguado se neles havia verdade."[85]

Mas se ele duvidava de tudo, como poderia prosseguir? Amando a matemática, acima de tudo a geometria — que seu próprio gênio estava transformando — aspirava a encontrar, depois de suas dúvidas iniciais e universais, algum fato que, geral e prontamente, fosse reconhecido, como os axiomas de Euclides. "Arquimedes, para poder tirar o globo terrestre do lugar e transportá-lo para algures, exigia apenas que um ponto fosse fixado e se mantivesse imóvel; da mesma maneira tenho o direito de conceber grandes esperanças de, se for muito feliz, descobrir apenas uma coisa certa e indiscutível."[86] Descobriu-a exultante: *Je pense, donc je suis — Cogito ergo sum* (Penso, logo existo)[87] — a sentença mais célebre da filosofia.* Não tencionava Descartes apresentar como um silogismo e sim como uma experiência imediata e incontestável, a mais clara e a mais distinta idéia que se pode ter. Outras idéias devem ser consideradas "verdadeiras" à proporção que se aproximem dessa intuição primordial — dessa percepção direta — em precisão e clareza. O novo "método" de Descartes em filosofia, seu *novum organum*, analisaria as concepções complexas nas suas partes constitutivas até que os elementos irredutíveis passassem a idéias simples, claras e distintas, e mostraria que todas essas idéias básicas poderiam derivar ou depender da consciência primária de um ser que pensa. Inversamente, tentaríamos deduzir dessa percepção primária todos os princípios fundamentais da filosofia.

Foi, também, um fato revolucionário na filosofia ter Descartes tomado como ponto de partida não os objetos externos, que se supõe conhecidos, mas o próprio consciente. A Renascença redescobrira o indivíduo; Descartes fê-lo o esteio de sua filosofia. "Vejo claramente que nada é mais fácil, para mim, que conhecer meu próprio espírito."[89] Se começarmos com a matéria e subirmos através dos níveis da vida orgânica até o homem, sentir-nos-emos tentados, pela lógica da continuidade, a interpretar o espírito como matéria. Mas a matéria somente nos é conhecida através do espírito: diretamente, só se conhece o espírito. Começa aqui o idealismo moderno, não como idealismo no sentido ético, mas como uma filosofia que principia com o fato imediato das idéias em vez de começar com coisas conhecidas através das idéias. Descartes estabelece o tema epistemológico da moderna filosofia européia: "Não se poderá propor uma pesquisa mais útil que aquela que procura determinar a natureza e o alcance do conhecimento humano."[90] Durante três séculos, a filosofia iria imaginar se o "mundo exterior" existe a não ser como idéia.

Da mesma maneira que é difícil passar do corpo para o espírito com qualquer teoria que faça justiça à fonte e à agência aparentemente material das sensações e à natureza aparentemente imaterial das idéias, também Descartes, tendo começado com o "eu", acha difícil passar do espírito para as coisas. Como sabe o espírito que as sensações, que parecem atestar um mundo exterior, são algo mais que seus próprios estados? Como pode o espírito confiar nos sentidos, que muitas vezes nos enganam ou em imagens mentais tão vívidas no sonho, ainda que "falsas", quanto as "verdadeiras" durante o dia?

* Santo Agostinho usara o mesmo ponto de partida ao procurar refutar os céticos, que afirmavam duvidar de tudo. Mas, quem "duvida que vive e pensa?" — perguntou. "Pois se ele duvida, ele vive."[88] Montaigne empregou o mesmo argumento contra os pirronistas na Apologie de Raimond Sebond. Descartes lera Montaigne.

Para escapar a essa prisão "solipsista" do eu, Descartes apela para Deus, que seguramente não faria de todo o nosso equipamento sensorial uma fraude. Quando, porém, entrou Deus nesse sistema que, tão ousadamente, começou duvidando de todas as crenças recebidas? Descartes não pode provar a existência de Deus partindo de evidências teológicas no mundo exterior, pois ele não demonstrou ainda a existência desse mundo. Então, Descartes concebe-o partindo do eu consciente, da mesma maneira que o fizera Anselmo na "prova ontológica", seis séculos antes. Tenho — diz ele — a concepção de um ser perfeito, onisciente, onipotente, necessário e eterno. Mas o que existe aproxima-se mais da perfeição do que o que não existe; portanto, um ser perfeito deve incluir a existência entre seus atributos. E quem teria podido colocar essa idéia em mim senão o Próprio Deus? "Não é possível que... eu tenha em mim a idéia de um Deus se Deus não existisse verdadeiramente."[91] Pois, se Deus me iludisse, Ele não seria perfeito. Por conseguinte, Ele não nos ilude quando temos idéias claras e distintas, tampouco quando permite a nossos sentidos que nos revelem um mundo exterior. "Não sei como se poderia defendê-lo da acusação de impostura, se essas idéias fossem produzidas por outras causas que não os objetos corpóreos. Com isso, devemos admitir que as coisas corpóreas existem."[92] Fecha-se assim, maravilhosamente, a brecha entre o espírito e a matéria, entre o sujeito e o objeto, e Descartes, com o auxílio de Deus, torna-se um real-ista. A própria ciência — nossa crença confiante em um universo lógico, bem organizado, obediente à lei e previsível — torna-se possível somente porque Deus existe e não mente.

À medida que seguimos Descartes vamos observando a infante Idade da Razão recuando, receosa dos perigos que o pensamento oferece e procurando reentrar no terno ventre da fé. As *Meditationes* foram intituladas de maneira tranqüilizadora *Meditações de René Descartes sobre a Filosofia Primeira, na qual se Demonstram a Existência de Deus e a Imortalidade da Alma*; o livro foi dedicado ao "muito sábio e ilustre deão da Sagrada Faculdade de Teologia de Paris" — isto é, da Sorbonne. O deão aceitou a dedicatória, mas, em 1662, o volume foi colocado no Índex dos Livros Proibidos "até que fosse retificado". Começava no mesmo tom destemido dos *Discours*: "Hoje... já que consegui para mim um lazer seguro em pacífico retiro, dedicar-me-ei finalmente, com liberdade e seriedade, à subversão de todas as minhas opiniões anteriores."[93] Lança-as pela janela, recebendo-as depois à porta. E não só a crença em um Deus justo e onipotente, mas, também, em uma vontade humana, livre em meio ao mecanismo universal, e uma alma imortal, a despeito de sua aparente sujeição à carne mortal. Como devemos ceder à lógica de uma inquebrantável cadeia de causa e efeito, no mundo da matéria e do corpo, a liberdade de nossa vontade é uma das idéias inatas tão claras e distintas, tão vívidas e imediatas, que ninguém, na prática, delas duvida, por mais que com elas possa jogar na teoria abstrata.[94]

A idéia de Deus, do "eu", do espaço, do tempo e do movimento, bem como os axiomas matemáticos — tudo isso é inato; isto é, a alma os deduz não da sensação nem da experiência, mas de sua própria essência e racionalidade. (Aqui Locke oporia objeções e Kant aplaudiria.) Essas idéias inatas, contudo, podem permanecer inconscientes até que a experiência as desperte e lhes dê forma consciente. A alma, pois, não é o produto da experiência, mas sua ativa e criadora parceira na produção do pensamento. Essa "alma racional" — a capacidade de raciocinar — é por definição ima-

terial; suas idéias não têm comprimento, largura, posição, peso ou quaisquer outras qualidades da matéria.[95] "Este eu, ou seja, a alma pela qual sou o que sou, é essencialmente distinto do corpo e, mesmo, até mais fácil de ser conhecido do que o corpo."[96] Portanto, a alma ou espírito imaterial pode — e certamente — sobreviver ao corpo.

Eram sinceras tais conclusões ortodoxas ou tratava-se de coloração protetora? Estava Descartes tão ansioso em prosseguir seus estudos científicos em paz, sem ser perseguido, que transpirava metafísica à semelhança de uma névoa estonteante que impedisse o ataque das aves de rapina? Não sabemos dizê-lo. É possível ao homem ser um bom cientista — pelo menos na física, química e astronomia, se não na biologia — e, ao mesmo tempo, aceitar as doutrinas básicas do cristianismo. Em certa passagem, Descartes afirmou que a razão "não nos impede de acreditar em questões que nos foram reveladas pela divindade como mais exatas que nosso conhecimento mais seguro".[97] Sua correspondência com a princesa palatina Elizabeth é eloqüentemente piedosa e ortodoxa. Salmasius visitando-o em Leiden, em 1637, descreveu-o como "o mais fervoroso católico".[98]

A última década de sua vida, contudo, foi dedicada à ciência. Transformou seus aposentos em laboratório e realizou experiências em física e fisiologia. Quando um visitante pediu para ver sua biblioteca, Descartes apontou para um quarto de vitela que estava dissecando.[99] Às vezes falava, à semelhança de Bacon, sobre os grandes benefícios práticos que para a humanidade adviriam quando a ciência tivesse transformado os homens em "senhores e usufrutuários da natureza".[100] Sua ênfase subjetivista e confiança na dedução levavam-no muitas vezes a conclusões dúbias, embora trabalhasse com criatividade em várias ciências. Insistiu em que se substituíssem, na ciência, as vagas e qualitativas abstrações da física medieval pelas explicações quantitativas em forma matemática. Já nos referimos a seu desenvolvimento da geometria analítica e a seu delineamento do cálculo infinitesimal. Resolveu os problemas de duplicação do cubo e de divisão do ângulo em três partes. Estabeleceu o uso das primeiras letras do alfabeto para representação de quantidades conhecidas e o das últimas para a das desconhecidas. Parece que descobriu a lei da refração independentemente de Snell. Estudou com bons resultados grandes forças exercidas por pequenos meios — como pela roldana, pela cunha, pela alavanca, pelo torno e pela roda, e formulou as leis da inércia, do impacto e do ímpeto. Talvez tivesse sugerido a Pascal que a pressão atmosférica decresce com a altitude,[101] embora se tivesse enganado ao declarar que o vácuo não existe em parte alguma, exceto na cabeça de Pascal.[102] Propôs que todo o corpo se acha rodeado por vórtices de partículas turbilhonantes em torno dele, em camadas esféricas — concepção não diferente da atual teoria dos campos magnéticos. Na óptica, calculou corretamente o ângulo de refração; analisou as mudanças a que o cristalino do olho submete a luz; solveu o problema relativo à correção da aberração esférica nos telescópios, e desenhou lentes com curvatura hiperbólica ou elíptica, livres de tal aberração.[103]

Dissecou e descreveu anatomicamente um feto. Dissecou — diz ele — "as cabeças de vários animais, a fim de verificar em que consistem a memória, a imaginação etc".[104] Realizou experiências sobre a ação reflexa, explicando o mecanismo pelo qual o olho pisca à aproximação de um golpe.[105] Desenvolveu uma teoria sobre as emo-

ções, que se assemelha à de William James e Carl Lange: a causa externa da emoção (por exemplo, a visão de um animal perigoso) gera, automática e simultaneamente, um ato responsivo (fuga) e a correspondente emoção (medo); a emoção é o acompanhamento da ação, e não a causa. As paixões estão enraizadas na fisiologia, devendo ser estudadas e explicadas como operações mecânicas. Não são más em si mesmas, pois são as forças que nos animam; mas poderão escravizar e arruinar uma personalidade se não forem moderadas pela razão.

Pode-se considerar mecânico todo o Universo, exceto Deus e a alma racional. Lembrando-se de Galileu e da Inquisição, Descartes preveniu-se apresentando a idéia como hipótese: supondo que Deus tenha criado a matéria e a tenha dotado de emoção, podemos imaginar o mundo evoluindo depois disso por meio de leis mecânicas, sem interferências. O movimento natural de partículas materiais, em um universo sem vácuo, tomaria forma circular, resultando em diversos vórtices ou turbilhões de movimento. O Sol, os planetas e as estrelas talvez tenham sido formados pela concentração de partículas no centro desses vórtices. Do mesmo modo que cada corpo é cercado por um turbilhão de átomos precisos — o que explica a coesão e a atração —, também cada planeta se encontra encerrado em um vórtice de partículas que mantém seus satélites em órbita. O Sol é o centro de um vasto vórtice, no qual os planetas se movimentam em torno dele, em círculos. Era uma teoria engenhosa, mas caiu por terra quando Kepler provou que as órbitas dos planetas são elípticas.

Expôs Descartes que se nosso conhecimento fosse completo seríamos capazes de reduzir a leis mecânicas não só a astronomia, a física e a química como, também, todas as operações da vida, exceto a própria razão. A respiração, a digestão e, mesmo, as sensações são mecânicas; veja-se quão beneficamente esse princípio atuou na descoberta da circulação do sangue por Harvey. Descartes, cheio de confiança, aplicou a concepção da lei mecânica a todas as operações dos animais, pois recusava-se a atribuir-lhes o poder de raciocínio. Talvez se tivesse sentido, em sua religião, obrigado a fazer essa injustiça aos animais, pois baseara a imortalidade da alma na imaterialidade do espírito racional, e se os animais possuíssem tal espírito este seria também imortal — o que poderia ser uma inconveniência, se não para os amantes de cães pelo menos para os teólogos.

Mas se o corpo humano é uma máquina material, como pode o espírito imaterial agir sobre ele ou governá-lo por meio de uma força tão destituída de mecânica como o livre-arbítrio? Nesse ponto Descartes perdeu a confiança; respondeu desesperadamente que Deus dispõe a interação do corpo e do espírito por processos misteriosos, além de nossa compreensão finita. Talvez — sugeriu ele — o espírito aja sobre o corpo através da glândula pineal, apropriadamente situada na base central do cérebro.

O ato mais precipitado na vida de Descartes foi seu pedido a Mersenne para que enviasse as provas das *Meditationes* a vários pensadores, com a solicitação de que apresentassem suas críticas. Gassendi, em resposta, demoliu, com a cortesia própria dos gauleses, os pontos sustentados por Descartes;[106] o sacerdote não se sentiu convencido com o argumento ontológico da existência de Deus. Hobbes contestou, dizendo que Descartes não provara a independência do espírito em relação à matéria e ao cérebro. Particularmente (segundo Aubrey), Hobbes "costumava dizer que Descartes se tinha dedicado inteiramente à geometria... fora o melhor geômetra do mundo, mas

sua cabeça não se coadunava com a filosofia''.[107] Huygens concordou com Hobbes e, a seu ver, Descartes tecera um romance de urdidura metafísica.

É simples agora, aproveitando-se de três séculos de discussões, assinalar fraquezas desse primeiro, vigoroso e moderno ''sistema'' de filosofia. A idéia de reduzir a filosofia à forma geométrica condenou Descartes a um método dedutivo no qual, a despeito de suas experiências, ele confiou excessivamente em sua aptidão para raciocinar. Fazer da clareza, da precisão, da nitidez e da qualidade imediata de uma idéia a prova de sua verdade foi um suicídio, pois sobre essa base, quem ousaria negar a revolução do Sol em torno da Terra? Alegar que Deus existe porque temos uma idéia clara e precisa de um ser perfeito e infinito (temos?) e, depois, argumentar que as idéias claras e precisas são dignas de fé porque Deus não nos lograria, é uma forma de raciocínio tão circular e duvidosa quanto as órbitas planetárias de Descartes. Essa filosofia respinga as concepções escolásticas que ela se propunha rejeitar. A dúvida de Montaigne foi mais básica e duradoura que a de Descartes, que apenas removeu tolices tradicionais para dar lugar às suas.

Mesmo assim, restou bastante coisa em sua ciência, se não em sua metafísica, para fazê-lo temer uma perseguição. Sua teoria do mecanismo universal deixou os milagres e o livre-arbítrio em situação difícil, apesar de sua profissão de fé ortodoxa. Quando soube da condenação de Galileu (junho de 1633), pôs de lado a grande obra *Le Monde* — na qual projetara reunir todo o seu trabalho científico e os resultados; e escreveu pesaroso a Mersenne:

> Isto me afetou tão fortemente que quase resolvi queimar todos os meus manuscritos ou, pelo menos, não os mostrar a ninguém.... Se a teoria [do movimento da Terra] é falsa, todos os princípios de minha filosofia [do mecanismo do mundo] estão errados, porquanto eles se apóiam mutuamente.... Mas de forma alguma publicarei qualquer coisa que contenha uma palavra que possa desagradar à Igreja.[108]

Por ocasião de sua morte, foram encontrados somente alguns fragmentos de *Le Monde*.

O ataque não veio (em sua vida) da Igreja Romana e sim dos teólogos calvinistas nas universidades de Utrecht e Leiden. Consideraram sua defesa do livre-arbítrio uma heresia perigosa para o predestinacionismo, e viram em sua cosmogonia mecânica um passo para o ateísmo. Se o Universo podia seguir seu curso com apenas um impulso inicial de Deus, seria então mera questão de tempo Deus vir a ser absolvido desse impulso inaugural. Em 1641, quando um professor de Utrecht adotou o sistema cartesiano, o reitor da universidade, Gisbert Voetius, persuadiu os magistrados da cidade a banirem a nova filosofia. Descartes replicou com um ataque a Voetius, que respondeu acerbamente e de novo foi contestado por Descartes. Os magistrados intimaram o filósofo a comparecer à sua presença (1643). Ele se recusou a fazê-lo; lavraram uma sentença contra ele, mas seus amigos em Haia intervieram; os magistrados contentaram-se, então, com um decreto proibindo qualquer novo debate público, quer a favor quer contra as idéias de Descartes.

Ele se consolou com a amizade da Princesa Elizabeth que, com sua mãe, a Eleitora Palatina Elizabeth — a destronada rainha da Boêmia —, vivia em Haia. A princesa tinha 19 anos quando o *Discours* apareceu (1637); leu a obra com agradável surpresa ao verificar que aquela filosofia era inteligível; e Descartes, ao travar conhecimento

com ela, sentiu prazer ao ver que a metafísica podia ser bela. Dedicou à princesa o *Principia philosophiae*, em termos de arrebatados elogios. Ela acabou como abadessa na Vestfália (1680).

Não se sentindo mais tão feliz na Holanda quanto em outros tempos, Descartes passou a visitar freqüentemente a França (1644, 1647 e 1648). Despertou-lhe o patriotismo uma pensão que recebeu do novo governo de Luís XIV (1646). Tentou obter um lugar na administração, mas a aproximação da guerra civil — a Fronda — assustou-o e fê-lo voltar para a Holanda. Em fevereiro de 1649, recebeu um convite da Rainha Cristina, da Suécia, para ir ensinar-lhe filosofia. Hesitou, mas sentia-se atraído pelas suas cartas que revelavam, em excelente francês, um espírito ansioso e já conquistado para aquele "doce prazer". Ela enviou um almirante para persuadi-lo a ir, e depois um navio de guerra para buscá-lo. Ele cedeu e, em setembro, partiu de Amsterdam para Estocolmo.

Foi recebido com todas as honras, mas alarmou-se ao descobrir que a rainha desejava receber as lições três vezes por semana, sempre às cinco horas da manhã; Descartes já se acostumara há muito tempo a levantar-se tarde. Durante dois meses, conformou-se com o horário real; ia em pleno inverno, ao alvorecer e em meio à neve, de seus aposentos à biblioteca da rainha. A 1º de fevereiro de 1650, apanhou um resfriado que se transformou em pneumonia; no dia 11 de fevereiro, morreu após receber os últimos sacramentos da Igreja Católica.

Tomara como lema *Bene vixit qui bene latuit* ("Viveu bem aquele que bem se escondeu"); sua fama, porém, tornara-se internacional muitos anos antes de sua morte. As universidades rejeitaram sua filosofia, e o clero farejava heresias em seu pietismo; os cientistas, porém, aclamaram sua matemática e sua física; e a sociedade elegante de Paris acolheu com prazer as obras que ele escrevera em um francês claro e cativante. Molière ridicularizou *les femmes savantes* que trocavam vórtices nos salões, mas "não sabiam suportar um vácuo". Os jesuítas tinham sido até então tolerantes para com o brilhante discípulo; silenciaram um dentre eles que o atacara;[109] depois de 1640, entretanto, retiraram sua proteção e, em 1663, colaboraram na inclusão de suas obras no Índex. Bossuet e Fénelon receberam bem as provas de Descartes quanto às crenças cristãs básicas, mas viram que constituía um perigo para a fé apoiar-se na razão. Pascal denunciou o apoio à razão como um junco agitado pelo vento.

Foi precisamente essa confiança cartesiana na razão que impulsionou o espírito da Europa. Fontenelle assim resumiu a questão: "Foi Descartes... quem nos deu um novo método de raciocinar, muito mais admirável que sua própria filosofia, na qual uma grande parte é falsa ou bastante duvidosa segundo as próprias regras que ele nos ensinou."[110] A dúvida cartesiana fez para a França — para o continente, em geral — o que Bacon fizera para a Inglaterra: libertou a filosofia do aziar do tempo e fê-la singrar corajosamente pelo mar aberto mesmo que, em Descartes, ela voltasse logo para portos familiares e seguros. Não que houvesse qualquer vitória imediata para a razão; através da mais brilhante época da França, o *grand siècle* de Luís XIV, a tradição e as Escrituras conseguiram manter-se firmes; foi mais a época de Port-Royal, Pascal e Bossuet do que dos herdeiros de Descartes. Na Holanda, contudo, aquele mesmo período foi a era de Espinosa e Bayle; na Inglaterra foi o tempo de Hobbes e Locke. A semente estava germinando.

A obra de Descartes teve certa influência na literatura e na arte da França. Seu estilo foi uma inovação refrescante. Via-se nela a filosofia do vernáculo, perigosamente aberta a todos e, raramente, um filósofo falara com tão encantadora intimidade, recontando as aventuras da razão com a mesma vivacidade com que Froissart recontara as proezas dos cavalheiros. O breve e digerível *Discours de la méthode* não foi apenas uma obra-prima da prosa francesa; estabeleceu o tom, pela sua linguagem e suas idéias, para a idade clássica na França, para a ordem, a inteligência e a moderação nas letras, nas artes, nas maneiras e na língua. Sua ênfase às idéias claras e precisas adaptava-se ao espírito gaulês; sua exaltação da razão tornou-se, em Boileau, o princípio primeiro do estilo clássico:

Aimez donc la raison; que toujours vos écrits
Empruntent d'elle seule et leur lustre et leur prix.

(''Amai, portanto, a razão; que vossos escritos sempre
Extraiam dela somente seu brilho e seu valor.'')[111] Durante dois séculos, o drama francês passou a ser a retórica da razão concorrendo com a turbulência da paixão. Talvez a poesia francesa sofresse com Descartes: sua disposição e seu mecanismo deixaram pouco campo para a imaginação ou o sentimento. Depois dele, o agitado caos de Rabelais, os meandros amorfos de Montaigne, mesmo as violentas desordens das Guerras Religiosas cederam caminho aos argumentos racionais de Corneille, às unidades rígidas de Racine, à piedade lógica de Bossuet, à lei e à ordem, à forma e à polidez da monarquia e da corte no governo de Luís XIV. Sem o perceber, Descartes partilhou da inauguração de um novo estilo não só na vida francesa como na filosofia.

Sua influência na filosofia foi provavelmente maior que a de qualquer outro pensador moderno antes de Kant. Malebranche originou-se dele. Espinosa exercitou-se na lógica cartesiana e descobriu suas fraquezas ao expô-la. Imitou o *Discours* em seu fragmento autobiográfico — *Do Aperfeiçoamento do Entendimento*; adotou o ideal geométrico da filosofia em sua *Ética*; baseou seu debate sobre a ''servidão humana'' no *Traité des passions*, de Descartes. A tradição idealista na filosofia moderna, de Berkeley a Fichte, começou com a ênfase cartesiana no pensamento como a única realidade diretamente conhecida, da mesma maneira que a tradição empírica flui de Hobbes para Spencer. Descartes, contudo, ofereceu um antídoto para o idealismo — a concepção de um mundo objetivo completamente mecânico. Sua tentativa para compreender as operações orgânicas bem como as inorgânicas em termos mecânicos deu um impulso ousado, porém frutífero, à biografia e à fisiologia; e sua análise mecânica da sensação da imaginação, da memória e da volição tornou-se uma grande fonte da psicologia moderna. Depois que o século XVII, em França, apoiou a ortodoxia com Descartes, o Iluminismo do século XVIII encontrou ricas raízes em sua dúvida metódica, em sua confiança na razão, em sua interpretação de toda a vida animal nos mesmos termos da física e da química.[112] Todo orgulho que o francês expatriado sustentava justificou-se com sua fecunda influência sobre o espírito da França.

O grande debate entre a razão e a fé estava assumindo forma consciente, mas sua história moderna havia apenas começado. Volvendo os olhos para aqueles 90 anos —

1558 a 1648 — de Elizabeth a Richelieu, de Shakespeare a Descartes, percebemos que as questões absorventes ainda se mantinham dentro dos limites do cristianismo, entre as variedades de fé religiosa em disputa baseada em uma Bíblia que todas aceitavam como palavra de Deus. Somente vozes isoladas sugeriam que o próprio cristianismo poderia ser posto em julgamento, e que a filosofia poderia rejeitar prontamente todas as formas de crença sobrenatural.

Após esses primeiros passos no conflito, o catolicismo permaneceu supremo na Espanha e em Portugal, onde a Inquisição ainda espalhava sua mortalha e seu terror. Na Itália, a velha religião assumira forma mais humana, embelezando a vida com a arte e ungindo a mortalidade com a esperança. A França fez uma acomodação; o cristianismo sobreviveu vigoroso e fecundo entre o povo — católico ou huguenote —, enquanto as classes superiores se divertiam com a dúvida, postergando a piedade para a véspera da morte. Os neerlandeses realizaram uma acomodação geográfica: as províncias do sul conservaram o catolicismo, ao passo que o calvinismo triunfava no norte. Na Alemanha, o protestantismo foi salvo por um cardeal francês; mas a Baviera e a Áustria foram confirmadas em seu antigo voto de fidelidade, enquanto a Hungria e a Boêmia eram reconquistadas para o papado. Na Escandinávia, o protestantismo tornou-se lei no país, embora a rainha da Suécia preferisse as cerimônias de Roma. Na Inglaterra, Elizabeth propôs uma graciosa união do ritual romano com a liberdade nacional, mas o protestantismo inglês, dividindo-se em um sem-número de seitas, exibiu sua vitalidade e arriscou sua vida.

Em meio a esse choque de exércitos e credos, a Ciência Internacional ia trabalhando para diminuir a superstição e o medo. Ia inventando ou aperfeiçoando o microscópio, o telescópio, o termômetro e o barômetro. Criava os sistemas logarítmico e decimal, reformava o calendário e desenvolvia a geometria analítica; já sonhava em reduzir toda a realidade a uma equação algébrica. Tycho Brahe fizera, pacientemente, repetidas observações que possibilitaram a Kepler formular as leis do movimento planetário, que iluminariam a visão de Newton de uma lei universal. Galileu revelava novos mundos mais vastos através de seus telescópios, cada vez de maior alcance, e dramatizava o conflito entre a ciência e a teologia nas salas da Inquisição. Na filosofia, Giordano Bruno deixava-se morrer na fogueira, na tentativa de reformular a divindade e o cosmo em termos dignos de Copérnico; Francis Bacon, convocando os grandes espíritos para a ciência, traçava suas tarefas para os séculos vindouros; e Descartes, com sua dúvida universal, dava outra deixa para a Idade da Razão. A moral e os costumes moldavam-se de acordo com as vicissitudes da crença. A própria literatura foi afetada pelo conflito; na poesia de Marlowe, Shakespeare e Donne sentia-se o eco das idéias dos filósofos. Todas as guerras e revoluções de Estados rivais logo mergulhariam em um plano secundário, se comparadas com a luta que surgia e se disseminava entre a fé e a razão, luta que haveria de agitar e transformar o espírito da Europa, talvez do mundo.

Bibliografia

livros referidos nas Notas

As letras C, P, J e R depois do nome do autor indicam se ele é católico, protestante, judeu ou racionalista, respectivamente.

ACKERMAN, PHYLLIS, Tapestry, the Mirror of Civilization, Oxford University Press, 1933.
ACTON, JOHN E., LORD (C), Lectures on Modern History, London, 1950.
ADAMS, BROOKS (P), Law of Civilization and Decay, New York, 1921.
ADDISON, JULIA, Arts and Crafts in the Middle Ages, Boston, 1908.
ALLEN, J. W. (P), English Political Thought, 1603 to 1660, London, 1938.
ALLEN, J. W. (P), History of Political Thought in the Sixteenth Century, London, 1951.
ALTAMIRA, RAFAEL, History of Spain, tr. Muna Lee, New York, 1955.
ALTAMIRA, RAFAEL, History of Spanish Civilization, tr. P. Volkov, London, 1930.
ARISTÓTELES, Poetics, Loeb Classical Library, London, 1922.
ARMSTRONG, EDWARD (P), The Emperor Charles V, 2v., London, 1910.
ARNOLD, SIR THOMAS W., Painting in Islam, Oxford U. P., 1928.
ASCHAM, ROGER (P), The Scholemaster, London, 1863.
AUBREY'S Brief Lives, ed. O. L. Dick, Ann Arbor, Mich., 1957.

BACON, FRANCIS, Philosophical Works, ed. J. M. Robertson, London, 1905.
BACON, FRANCIS, Works, ed. Spedding, Ellis, and Heath, 6v., London, 1870.
BAEDEKER, KARL, Belgique et Hollande, Paris, 1910.
BAIN, F. W. (P), Christina, Queen of Sweden, London, 1890.
BAKELESS, JOHN, The Tragicall History of Christopher Marlowe, Harvard University Press, 1942.
BARINE, ARVÈDE, La Grande Mademoiselle, tr. Helen Meyer, New York, 1902.
BASKERVILLE, HELTZEL, and NETHERCOT, Elizabethan and Stuart Plays, New York, 1950.
BATIFFOL, LOUIS, The Century of the Renaissance, New York, 1935.
BEARD, CHARLES, Towards Civilization, New York, 1930.

BEARD, MIRIAM, History of the Business Man, New York, 1938.
BELL, AUBREY, Cervantes, University of Oklahoma Press, 1947.
BELL, AUBREY, Portuguese Literature, Oxford U. P., 1922.
BELL, E. T., Men of Mathematics, New York, 1937.
BELLOC, HILAIRE (C), How the Reformation Happened, London, 1950.
BELLOC, HILAIRE (C), Paris, New York, 1907.
BELLOC, HILAIRE (C), Richelieu, New York, 1929.
BERNAL, J. D. (R), Science in History, London, 1957.
BERRY, ARTHUR, Short History of Astronomy, New York, 1909.
BISHOP, A. T., Renaissance Architecture of England, New York, 1938.
BLOK, P. J. (P), History of the People of the Netherlands, 3v., New York, 1898.
BLOMFIELD, SIR REGINALD, History of French Architecture from the Reign of Charles VIII till the Death of Mazarin, 2v., London, 1911.
BLOMFIELD, SIR REGINALD, Short History of Renaissance Architecture in England, 1500-1800, London, 1923.
BOAS, FREDERICK, Marlowe and His Circle, Oxford U. P., 1929.
BODIN, JEAN, Method for the Easy Comprehension of History, Columbia University Press, 1945.
BOULENGER, JACQUES, The Seventeenth Century, New York, 1920.
BOULTING, W., Tasso and His Times, London, 1907.
BOURNE, H. R. Fox, Sir Philip Sidney, New York, 1891.
BOWEN, CATHERINE DRINKER, The Lion and the Throne: The Life and Times of Sir Edward Coke, New York, 1956.
BRADBROOK, M. C., The School of Night: A Study in the Literary Relationships of Sir Walter Raleigh, Cambridge U. P., England, 1936.
BRANTÔME, SEIGNEUR DE, Book of the Ladies, Boston, 1902.
BRANTÔME, SEIGNEUR DE, Lives of Gallant Ladies, London, 1943.
BROCKELMANN, CARL, History of the Islamics Peoples, New York, 1947.
BROCKWAY, WALLACE, and WEINSTOCK, HERBERT, The Opera, New York, 1941.
BROCKWAY, WALLACE, and WINER, BART, Second Treasury of the World's Great Letters; New York, 1941.
BROWNE, EDWARD G., Literary History of Persia, 4v., Cambridge, 1929.
BROWNE, SIR THOMAS, Religio Medici, Everyman's Library, 1951.
BROWNE, SIR THOMAS, Works, 6v., London, 1928.
"BRUTUS, JUNIUS" (P), Vindiciae contra tyrannos, New York, n.d.
BUCHAN, JOHN, Oliver Cromwell, Boston, 1934.
BUCKLE, HENRY THOMAS (R), Introduction to the History of Civilization in England, 4v., New York, 1913.
BUPAL, PHILIPPE, Bernard Palissy, Paris, n.d.
BURCKHARDT, JACOB, Recollections of Rubens, Oxford U. P., 1950.
BURNEY, CHARLES, General History of Music, 2v., New York, 1957.
BURTON, ROBERT, Anatomy of Melancholy, New York, 1924.
BURY, J. B. (R), History of Freedom of Thought, Home University Library, New York, n.d.
BUTTERFIELD, H., The Origins of Modern Science, New York, 1951.

CAFFIN, C. H., The Story of Spanish Painting, New York, 1910.
CALVERT, ALBERT, The Escorial, London, 1907.
CALVERT, ALBERT, Royal Palaces of Spain, London, 1909.
CALVERT, ALBERT, Seville, London, 1907.
CALVERT, ALBERT, and HARTLEY, C. G., Velázquez, London, 1908.
Cambridge History of English Literature, 14v., New York, 1910.
Cambridge History of Poland, 2v., Cambridge U. P., 1950.
Cambridge Modern History, 12v., New York, 1907 f.
CAMÕES, LUIZ DE, The Lusiads, tr. Leonard Bacon, New York, 1950.
CAMPANELLA, TOMASO, The City of the Sun, *in* Ideal Commonwealths, New York, 1901.
CAMPBELL, THOMAS (C), The Jesuits, New York, 1921.
CARLYLE, R. W. (P), History of Medieval Political Theory in the West, 6v., Edinburgh, 1928.
CARLYLE, THOMAS (P), Oliver Cromwell's Letters and Speeches, 4v., New York, 1901.
CASSIRER, ERNST (P), The Philosophy of the Enlightenment, Princeton University Press, 1951.
CASTIGLIONI, ARTURO, History of Medicine, New York, 1941.
Catholic Encyclopedia, New York, 1912.
CERVANTES, MIGUEL DE, Don Quixote, 2v., Everyman's Library.
CERVANTES, Three Exemplary Novels, tr. Samuel Putnam, New York, 1950.
CHAMBERS, E. K., The Elizabethan Stage, 4v., Oxford U. P., 1951.
CHAMBERS, E. K., William Shakespeare, 2v., Oxford U. P., 1930.
CHARDIN, JEAN, Travels in Persia, London, 1927.
CHARRON, PIERRE, Of Wisdom, tr. George Stanhope, 3v., London, 1729.
CHENEY, SHELDON, A World History of Art, New York, 1927.
CHESTERFIELD, EARL OF, Letters to His Son, New York, 1901.
CHURCH, R. W., Spenser, New York, 1879.
CHURCHILL, WINSTON S., History of the English-Speaking Peoples, 3v., London, 1957.
CHUTE, MARCHETTE, Ben Johnson of Westminster, New York, 1953.
CHUTE, MARCHETTE, Shakespeare of London, New York, 1953.
CLARENDON, EARL OF, History of the Rebellion, 8v., Oxford, 1826.
CLARK, BARRETT H., Great Short Biographies of the World, New York, 1928.
CLARK, G. N., The Seventeenth Century, Oxford U. P., 1929.
COKER, F. W., Readings in Political Philosophy, New York, 1938.
COOPER, LANE, Aristotle, Galileo, and the Tower of Pisa, Ithaca, N. Y., 1935.
CORNEILLE, PIERRE, Théâtre, 2v., Paris, 1950.
COXE, WM. (P), History of the House of Austria, 3v., London, 1847.
CRAIG, HARDIN, The Enchanted Glass, Oxford, 1952.
CRAVEN, THOMAS, A Treasury of Art Masterpieces, New York, 1952.
CREIGHTON, MANDELL (P), Queen Elizabeth, London, 1927.
CROCE, BENEDETTO, Ariosto, Shakespeare, and Corneille, New York, 1920.

D'ALTON, REV. E. A., History of Ireland, 6v., Dublin, n.d.
DAMPIER, SIR WILLIAM CECIL, History of Science, Cambridge U. P., 1948.

DAVIES, GERALD S., Frans Hals, London, 1902.
DAVIES, R. TREVOR, The Golden Age of Spain, London, 1954.
DAY, CLIVE, History of Commerce, London, 1926.
DENOIRESTERRES, GUSTAV, Voltaire et la société française au XVIIIme siècle, 8v., Paris, 1871.
DESCARTES, RENÉ, Meditations, Chicago, 1925.
DESCARTES, Selections, New York, 1927.
DESJARDINS, PAUL, Poussin, Paris, n.d.
DIEULAFOY, MARCEL, Art in Spain and Portugal, New York, 1913.
DIMAND, M. S., Guide to an Exhibition of Islamic Miniature Painting, New York, 1933.
DISRAELI, ISAAC, Curiosities of Literature, 3v., London, n.d.
DONNE, JOHN, Poems, Everyman's Library.
DOWDEN, EDWARD (P), Michel de Montaigne, Philadelphia, 1906.
DU DEFFAND, MME., Letters à Voltaire, Paris, 1922.
DUNNING, W. A., History of Political Theories from Luther to Montesquieu, New York, 1905.

EDDY, SHERWOOD, The Challenge of Europe, New York, 1933.
EINSTEIN, LEWIS, The Italian Renaissance in England, Columbia University Press, 1935.
ELLIS, HAVELOCK, The Soul of Spain, Boston, 1937.
Encyclopaedia Britannica, 14th ed.
EVELYN, JOHN, Diary, 2v., Everyman's Library.

FAGUET, EMILE, Dix-septième Siècle: Études et portraits littéraires, Paris, n.d.
FELLOWS, OTIS, and TORREY, NORMAN (R), The Age of Enlightenment, New York, 1942.
FIGGIS, J. N. (P), From Gerson to Grotius, Cambridge U. P., 1916.
FIRTH, SIR CHARLES, Oliver Cromwell and the Rule of the Puritans in England, Oxford U. P., 1953.
FISCHER, KUNO, Descartes and His School, London, 1887.
FITZMAURICE-KELLY, JAMES, History of Spanish Literature, New York, 1928.
FITZMAURICE-KELLY, JAMES, Some Masters of Spanish Verse, Oxford, 1928.
FLETCHER, C. R. L., Gustavus Adolphus, London, 1890.
FLORINSKY, MICHAEL T., Russia: A History and an Interpretation, 2v., New York, 1955.
FORD, J. D. M., Main Currents of Spanish Literature, New York, 1919.
FOSDICK, HARRY EMERSON (P), ed., Great Voices of the Reformation, New York, 1952.
FRAME, D. M., Montaigne in France, New York, 1940.
FRANCE, ANATOLE, The Elm-Tree on the Mall, New York, 1910.
FRANCE, ANATOLE, The Gods Are Athirst, New York, 1913.
FRENCH, ALLEN (P), Charles I and the Puritan Upheaval, Boston, 1955.
FRIEDELL, EGON (R), Cultural History of the Modern Age, New York, 1930.
FROUDE, J. A. (P), Reign of Elizabeth, 5v., Everyman's Library.
FROUDE, J. A. (P), Reign of Henry VIII, 3v., Everyman's Library.

FÜLOP-MILLER, RENÉ, The Power and Secret of the Jesuits, New York, 1930.
FUNK, F. X. (C), Manual of Church History, 2v., London, 1910.

GADE, J. A., Life and Times of Tycho Brahe, Princeton, 1947.
GALILEI, GALILEO, Dialogue concerning the Two Chief World Systems, tr. Stillman Drake, University of California Press, 1953.
GALILEI, GALILEO, Dialogues concerning Two New Sciences, tr. Henry Crew and Alfonso de Salvio, New York, 1914.
GALILEO, Discoveries and Opinions, tr. and. ed. by Stillman Drake, Garden City, N. Y., 1957.
GARDINER, SAMUEL R. (P), History of England 1603-42, 10v., London, 1889-93.
GARNETT, RICHARD, History of Italian Literature, New York, 1898.
GARNETT, RICHARD, and GOSSE, EDMUND, English Literature, 4v., New York, 1908.
GARRISON, F., History of Medicine, Philadelphia, 1929.
GASQUET, FRANCIS (C), Henry VIII and the English Monasteries, 2v., London, 1888.
GEYL, P. (P), Revolt of the Netherlands, London, 1945.
GIBB, E. J. W., Ottoman Literature, New York, 1901.
GIDE, ANDRÉ, Living Thoughts of Montaigne, New York, 1931.
GOETHE, JOHANN WOLFGANG VON, Wilhelm Meister's Apprenticeship, tr. Thomas Carlyle, New York, 1901.
GOLDSCHEIDER, LUDWIG, El Greco, Phaidon ed., Oxford U. P., 1938.
GOOCH, G. P., English Democratic Ideas in the Seventeenth Century, Cambridge U. P., 1927.
GRACIAN, BALTASAR (C), The Art of Worldly Wisdom, tr. Martin Fischer, Springfield, III., 1942.
GRAVES, F. P., History of Education during the Middle Ages, New York, 1931.
GREEN, J. R. (P), Short History of the English People, 3v., London, 1898.
GROTIUS, HUGO, Rights of War and Peace, New York, 1901.
GROVE'S Dictionary of Music and Musicians, 5v., New York, 1927.
GUARINI, BATTISTA, The Faithful Shepherd, London, 1736.
GUÉRARD, ALBERT, Life and Death of an Ideal: France in the Classical Age, New York, 1928.
GUINARD, PAUL, El Greco, Skira ed., New York, n.d.
GUINARD, P., and BATICLE, J., Histoire de la peinture espagnole, Paris, 1950.
GUIZOT, F. (P), Corneille and His Times, New York, 1852.
GUIZOT, F. (P), History of France, 8v., London, 1872.

HALLAM, HENRY (P), Constitutional History of England, 3v., New York, 1862.
HALLAM, HENRY (P), Introduction to the Literature of Europe in the Fifteenth, Sixteenth, and Seventeenth Centuries, 4v., in 2, New York, 1880.
HAMMERTON, J. A., Outline of Great Books, New York, 1937.
HAUSER, ARNOLD, The Social History of Art, 2v., New York, 1952.
HAYDN, HIRAM, The Counter-Renaissance, New York, 1950.
HAYDN, HIRAM, The Portable Elizabethan Reader, New York, 1946.
HAZLITT, W. C., The Venetian Republic, 2v., London, 1900.

HEARNSHAW, F. J. C., ed., Social and Political Ideas of Some Great Thinkers of the Renaissance and the Reformation, New York, 1929.
HEFELE, K. J. VON, Life and Times of Cardinal Ximenes, London, 1885.
HERRICK, ROBERT, Poems, Everyman's Library.
History Today, London.
HOGBEN, LAUNCELOT, Science for the Citizen, New York, 1938.
HOLZKNECHT, KARL, Backgrounds of Shakespeare's Plays, New York, 1950.
HONEY, W. B., European Ceramic Art, London, 1949.
HOOKER, RICHARD, Works, 3v., Oxford, 1888.
HORN, F. W., History of the Literature of the Scandinavian North, Chicago, 1895.
HUGHES, PHILIP (C), The Reformation in England, 2v., London, 1952f.
HUME, DAVID (R), Essays, Literary, Moral, and Political, London, n.d.
HUME, DAVID (R), History of England, 5v., Philadelphia, n.d.
HUME, MARTIN (P), The Court of Philip IV, London, 1907.
HUME, MARTIN (P), Spain: Its Greatness and Decay, Cambridge U. P., 1899.
HUME, MARTIN (P), The Spanish People, New York, 1911.

INGE, W. R., (P), Christian Mysticism, London, 1899.

JACKSON, CATHERINE C., Old Paris, London, n.d.
JAMES, B. B., Women of England, Philadelphia, 1908.
JANSSEN, JOHANNES (C), History of the German People at the Close of the Middle Ages, 16v., St. Louis, Mo., n.d.
JOHN, EEVAN, King Charles I, London, 1952.
JOHNSON, SAMUEL, Lives of the English Poets, 2v., Everyman's Library.
JONSON, BEN, Plays, 3v., London, 1894.
JORDAN, G. J. (P), The Reunion of the Churches: A Study of G. W. Leibniz and His Great Attempt, London, 1927.
JUSTI, CARL, Diego Velázquez and His Times. London, 1889.

KELLOGG, J. H., The New Dietetics, Battle Creek, Mich., 1927.
KESTEN, HERMANN (R), Copernicus and His World, New York, 1945.
KIRBY, R. S., Engineering in History, New York, 1956.
KLUCHEVSKY, V. O., History of Russia, 3v., London, 1912.
KNACKFUSS, H., Van Dyck, tr. Campbell Dodgson, New York, 1899.
KNOX, JOHN (P), History of the Reformation in Scotland, 2v., New York, 1950.

LACROIX, PAUL, Arts of the Middle Ages, London, n.d.
LACROIX, PAUL, History of Prostitution, 2v., New York, 1931.
LACROIX, PAUL, Military and Religious Life in the Middle Ages, London, n.d.
LANDAU, R., Invitation to Morocco, London, 1952.
LANE-POOLE, STANLEY, Story of Turkey, New York, 1895.
LANG, ANDREW (R), History of Scotland, 4v., Edinburgh, 1902.
LANG, ANDREW (R), The Mystery of Mary Stuart, London, 1901.
LANG, P. H., Music in Western Civilization, New York, 1941.

LANGE, F. E., (P), History of Materialism, New York, 1925.
LASKI, HAROLD (R), Political Thought in England, Locke to Bentham, Oxford U.P., 1950.
LASSAIGNE, JACQUES, Spanish Painting from the Catalan Frescoes to El Greco, Skira ed., Geneva, 1952.
LA TOUR, P. IMBART DE (C), Les Origines de la Réforme, 4v., Paris, 1905f.
LEA, H. C. (P), History of the Inquisition of the Middle Ages, 3v., New York, 1888.
LEA, H. C. (P), History of the Inquisition in Spain, 4v., New York, 1906.
LEA, H. C. (P), Studies in Church History, Philadelphia, 1883.
LECKY, W. E. (R), History of European Morals, 2v., New York, 1926.
LECKY, W. E. (R), History of the Rise and Influence of the Spirit of Rationalism in Europe, 2v., London, 1910.
LEDNICKI, WACLAW, Life and Culture of Poland, New York, 1944.
LEE, SIDNEY, A Life of William Shakespeare, London, 1901.
LÉVY-BRUHL, LUCIEN, History of Modern Philosophy in France, Chicago, 1924.
LEWINSKI-CORWIN, E. H., Political History of Poland, New York, 1917.
LINGARD, JOHN (C), History of England, 9v., London, 1855.
LIPSON, E., Growth of English Society, London, 1949.
LIVIO, TITO, History of Rome, 6v., Everyman's Library.
LOCKE, JOHN, Two Treatises on Government, New York, 1947.
LODGE, RICHARD, Richelieu, London, 1896.
LOVELACE, RICHARD, Poems, Oxford, 1930.
LOWIE, R. H., Are We Civilized?, New York, 1929.
LÜTZOW, COUNT VON (P), Bohemia, an Historical Sketch, Everyman's Library.
LYLY, JOHN, Euphues: The Anatomy of Wit, London, 1928.

MACAULAY, THOMAS BABINGTON (P), Critical and Historical Essays, 2v., Everyman's Library.
MACAULAY, History of England, 4v., Everyman's Library.
MACLAURIN, C., Mere Mortals; New York, 1925.
MADARIAGA, S. DE, Spain, London, 1946.
MÂLE, ÉMILE, Religious Art from the Twelfth to the Eighteenth Century, New York, 1949.
MALHERBE, RACAN, MAYNARD, Poésies choises, Paris, n.d.
MANTZIUS, KARL, History of Theatrical Art, 6v., London, 1903f.
MARIANA, JUAN DE (C), General History of Spain, tr. John Stevens, London, 1669.
MARIANA, The King and The Education of the King, tr. J. A. Moore, Country Dollar Press, Chevy Chase, Md.
MARKUN, LEO, Mrs. Grundy: A History of Four Centuries of Morals, New York, 1930.
MARLOWE, CHRISTOPHER, Works, London, 1948.
MARX, KARL (J), Capital, 2v., Chicago, 1919.
MASSON, DAVID, Life of John Milton, 6v., New York, 1946.
MATHER, F. J., JR., Western European Painting of the Renaissance, New York, 1948.
MATTHEWS, BRANDER, The Chief European Dramatists, Boston, 1916.
MAULDE LA CLAVIÈRE, R. DE. The Women of the Renaissance, New York, 1905.

MAVERICK, L. A., China a Model for Europe, San Antonio, Tex., 1946.
MCCABE, JOSEPH (R), Candid History of the Jesuits, New York, 1913.
MCKINNEY, H. D., and ANDERSON, W. R., Music in History, Cincinnati, 1940.
MEIER-GRAEFE, JULIUS, The Spanish Journey, New York, n.d.
MENCKEN, H. L., New Dictionary of Quotations, New York, 1942.
MICHEL, ÉMILE, Rembrandt, 2v., New York, 1894.
MICHELET, JULES (P), Histoire de France, 5v., J. Hetzel et Cie., Paris, n.d.
MOLMENTI, POMPEO, Venice, 6v., London, 1906.
MONROE, PAUL, Text-Book in the History of Education, New York, 1928.
MONTAIGNE, MICHEL DE, Diary of a Journey to Italy, tr. E. J. Trechtmann, New York, 1929.
MONTAIGNE, Essays, 3v., Everyman's Library. References are to volume essay, and page.
MORLEY, JOHN (R), Oliver Cromwell, New York, 1902.
MOTTLEY, J. L., (P), Rise of the Dutch Republic, 2v., New York, n.d.
MOTTEVILLE, MME. DE, Memoirs, tr. K. P. Wormeley, 3v., Boston, 1901.
MOUSNIER, ROLAND, Histoire générale des civilisations: Tome IV: Les XVIme et XVIIme siècles, Paris, 1956.
MUIR, EDWIN, John Knox, London, 1920.
MUIR, KENNETH, ed., Elizabethan and Jacobean Prose, Pelican Books, 1956.
MUMFORD, LEWIS, The Condition of Man, New York, 1944.
MUMFORD, LEWIS, Technics and Civilization, New York, 1934.
MURRAY, R. H., Erasmus and Luther, London, 1920.

NEALE, J. E. (P), Queen Elizabeth, London, 1954.
NICHOL, J., Francis Bacon, Edinburgh, 1907.
NOSEK, VLADIMIR, The Spirit of Bohemia, New York, 1927.
NUSSBAUM, F. L., History of the Economic Institutions of Modern Europe, New York, 1937.

OGG, DAVID, Europe in the Seventeenth Century, London, 1956.
ORTEGA Y GASSET, JOSÉ, Toward a Philosophy of History, New York, 1941.
OWEN, JOHN (P), Skeptics of the French Renaissance, London, 1893.
Oxford History of Music, 7v., Oxford, 1929f.

PASCAL, BLAISE (C), Pensées, ed. Havet, 2v., Paris, 1887.
PASCAL, Pensées, Everyman's Library.
PASCAL, Provincial Letters, Boston, 1887.
PASTOR, LUDWIG (C), History of the Popes, 22v., St. Louis, 1898f.
PATER, WALTER, Plato and Platonism, London, 1910.
PAULSEN, FRIEDRICH (P), Germain Education, New York, 1908.
PAYNE, E. A., The Anabaptists of the Sixteenth Century, London, 1949.
PENROSE, BOIES, JR., Travel and Discovery in the Renaissance, Harvard University Press, 1952.
PETERSON, HOUSTON, ed., Treasury of the World's Great Speeches, New York, 1954.

PLÍNIO, Natural History, 6v., London, 1855.
POKROVSKY, N. M., History of Russia, New York, 1931.
POPE, ARTHUR UPHAM, Catalogue of a Loan Exhibition of Early Oriental Carpets, Chicago, 1926.
POPE, ARTHUR UPHAM, Introduction to Persian Art, London, 1930.
POPE, ARTHUR UPHAM, Survey of Persian Art, 7v., Oxford U. P., 1938.
POWYS, J. C., The Enjoyment of Literature, New York, 1938.
PRESCOTT, H. F. M., Mary Tudor, New York, 1953.
PRESCOTT, W. H., (P), History of the Reign of Philip II, 3v., London, 1878.
PRINZMETAL, MYRON, and WINTER, WILLIAM, Heart Attack, New York, 1958.
PUTNAM, G. H., Books and Their Makers during the Middle Ages, 2v., New York, 1898.
PUTNAM, G. H., (P), The Censorship of the Church of Rome, 2v., New York, 1906.

QUEVEDO, FRANCISCO DE, The Dog and the Fever, Hamden, Conn., 1954.

RALEIGH, SIR WALTER, Selections, Oxford, 1917.
RALEIGH, WALTER, Shakespeare, London, 1950.
RAMBAUD, ALFRED, History of Russia, 3v., Boston, 1879.
RANKE, LEOPOLD (P), Civil Wars and Monarchy in France, 2v., London, 1852.
RANKE, LEOPOLD, History of the Popes, 3v., London, 1878.
READ, CONYERS (P), Mr. Secretary Cecil and Queen Elizabeth, London, 1955.
RÉAU, LOUIS, L'Art russe, 2v., Paris, 1921.
RÉGNIER, MATHURIN, Poésies choisies, Paris, n.d.
RENARD, G., and WEULERSEE, G., Life and Work in Modern Europe, London, 1926.
RETZ, CARDEAL DE, Memoirs, London, n.d.
RICHELIEU, CARDEAL, Oeuvres, ed. Jules Tallandier, Paris.
RICKARD, T. A., Man and Metals, 2v., New York, 1932.
ROBERTSON, J. M. (R), Short History of Freethought, 2v., London, 1914.
ROBINSON, J. H., Readings in European History, Boston, 1906.
ROEDER, RALPH (P), Catherine de' Medici and the Lost Revolution, New York, 1937.
ROGERS, J. E., Economic Interpretation of History, London, 1891.
ROGERS, J. E., Six Centuries of Work and Wages, New York, 1890.
ROOSES, MAX, Rubens, 2v., Philadelphia, 1904.
RUSKIN, JOHN, Modern Painters, 5v., Everyman's Library.
RUSSELL, BERTRAND (R), History of Western Philosophy, New York, 1945.

SAINTE-BEUVE, CHARLES A., Portraits of the Seventeenth Century, 2v., New York, 1904.
SAINTE-BEUVE, Port-Royal, 5v., Paris, 1867.
SAINTSBURY, GEORGE, History of Elizabethan Literature, London, 1893.
SANDERS, E. K. Bossuet, London, 1921.
SANDYS, SIR JOHN, Companion to Latin Studies, Cambridge, 1925.
SANGER, W. W., History of Prostitution, New York, 1910.

SARTON, GEORGE, Introduction to the History of Science, 5v., Baltimore, 1930f.
La Satyre Ménippée, Extraits, Paris, n.d.
SCHAFF, PHILIP (P), The German Reformation, 2v., Edinburgh, 1888.
SCHAFF, PHILIP (P), The Swiss Reformation, 2v., Edinburgh, 1893.
SCHEVILL, R., Cervantes, New York, 1919.
SCHOENHOF, J., History of Money and Prices, New York, 1896.
SCHUSTER, M. LINCOLN, ed., Treasury of the Worlds Great Letters, New York, 1940.
SEDGWICK, H. D., Henry of Navarre, Indianapolis, 1930.
SÉE, HENRI, Modern Capitalism, New York, 1928.
SELLERY, G. C., The Renaissance, University of Wisconsin Press, 1950.
SHAKESPEARE, Plays, ed. W. A. Wright, Garden City, N. Y., 1936.
Shakespeare's England, 2v., Oxford U. P., 1950.
SHAW, GEORGE BERNARD, Man and Superman, New York, 1914.
SHELLEY, PERCY BYSSHE, Works, ed. Dowden, London, 1891.
SICHEL, EDITH, Catherine de' Medici and the French Reformation, London, 1905.
SICHEL, EDITH, The Later Years of Catherine de' Medici, New York, 1908.
SICHEL, EDITH, Michel de Montaigne, New York, 1911.
SIDNEY, SIR PHILIP, Works, 4v., Cambridge U. P., 1939.
SIGERIST, H. E., The Great Doctors, New York, 1933.
SINGER, CHARLES, Ed., Studies in the History and Method of Science, Vol. I, Oxford, 1917.
SINGER, D. W., Giordano Bruno, His Life and Thought, *with translation of* On the Infinite Universe and Worlds, New York, 1950.
SITWELL, SACHEVERELL, Southern Baroque Art, London, 1851.
SMITH, D. E., ed., Isaac Newton, Baltimore, 1928.
SMITH, PRESERVED (R), The Age of the Reformation, New York, 1920.
SMITH, PRESERVED (R), History of Modern Culture, 2v., New York, 1930.
SOMBART, WERNER, The Jews and Modern Capitalism, Glencoe, III., 1951.
SORIA, MARTIN, The Painting of Zurbarán, Phaidon ed., 1953.
SPEDDING, J., Life and Times of Francis Bacon, 2v., London, 1878.
SPENCER, THEODORE, Shakespeare and the Nature of Man, New York, 1943.
SPENSER, EDMUND, Poetical Works, Oxford U. P., 1935.
STEPHENS, H. M., Story of Portugal, New York, 1913.
STIRLING-MAXWELL, SIR WILLIAM, Annals of the Artists of Spain, 4v., London, 1891.
STRACHEY, LYTTON, Elizabeth and Essex, New York, 1929.
STRANAHAN, C. H., History of French Painting, New York, 1907.
SULLY, DUKE OF, Memoirs, 4v., London, 1856.
SUTRO, ESTHER, Nicolas Poussin, Boston, 1923.
SYMONDS, J. A. (R), The Catholic Reaction, 2v., London, 1914.
SYMONDS, J. A. (R), Italian Literature, 2v., New York, 1883.
SYMONDS, J. A. Shakespeare's Predecessors in the English Drama, London, 1904.

TAINE, HIPPOLYTE, History of English Literature, tr. Henry Van Laun, New York, 1873.
TAINE, Italy: Rome and Naples, New York, 1889.
TAINE, Lectures on Art, New York, 1884.

TALLEMANT DES RÉAUX, G., Miniature Portraits, New York, n.d.
TASSO, TORQUATO, Gerusalemme liberata, Milan, 1942.
TAVERNIER, J. B., Six Voyages, London, 1678.
TAWNEY, R. H., Religion and the Rise of Capitalism, New York, 1926.
TEIXEIRA, PEDRO, Travels, London, 1902.
THIEME, HUGO, Women of Modern France, Philadelphia, 1908.
THOMPSON, J. W., Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages, New York, 1931.
THORNDIKE, LYNN, History of Magic and Experimental Science, 6v., New York, 1929f.
THORNTON, J. C., Table Talk, from Ben Jonson to Leigh Hunt, Everyman's Library.
TICKNOR, GEORGE, History of Spanish Literature, 3v., New York, 1854.
TILLEY, ARTHUR, Studies in the French Renaissance, Cambridge U. P., 1922.
TOYNBEE, ARNOLD J., JR., A Study of History, 10v., Oxford U. P., 1935f.
TRAILL, H. D., Social England, 6v., New York, 1902.
TREND, J. B., The Civilization of Spain, Oxford U. P., 1952.
TREVELYAN, G. M., English Social History, London, 1947.
TREVOR-ROPER, H. R., Historical Essays, London, 1957.

USHER, A. P., History of Mechanical Inventions, New York, 1929.

VACANDARD, E., (C), The Inquisition, New York, 1908.
VAN DOREN, MARK, ed., Anthology of World Poetry, New York, 1928.
VAN LAUN, HENRI, History of French Literature, 3v., London, 1876.
VARTANIAN, ARAM, Diderot and Descartes, Princeton, U. P., 1953.
VERNADSKY, GEORGE, History of Russia, Yale U. P., 1929.
VOLTAIRE (R), Age of Louis XIV, Everyman's Library.
VOLTAIRE (R), Works, 22v., New York, 1927.

WALKER, WILLISTON (P), John Calvin, New York, 1906.
WALLACE, WILLARD, Sir Walter Raleigh, Princeton U. P., 1959.
WALSH, JAMES J. (C), The Popes and Science, New York, 1913.
WEBER, MAX, The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, London, 1948.
WEBSTER AND FORD, Plays, Everyman's Library.
WEDGWOOD, C. V., The Thirty Year's War, Yale U. P., n.d.
WEISBACH, WERNER, Spanish Baroque Art, Cambridge U. P., 1941.
WERNER, SIGVART, Copenhagen, Copenhagen, 1947.
WHEWELL, WILLIAM, History of the Inductive Sciences, 2v., New York 1859.
WILENSKI, R. H., Dutch Painting, London, 1947.
WILLIAMS, CHARLES, James I, London, 1951.
WILLIAMS, F. B., Elizabethan England, Boston, 1939.
WINCKELMANN, JOHN, History of Ancient Art, 4v., in 2, Boston, 1880.
WINEGARTEN, RENÉE, French Lyric Poetry in the Age of Malherbe, Manchester, England, 1954.
WOLF, A., History of Science, Technology, and Philosophy in the Sixteenth and Seventeenth Centuries, New York, 1935.

WOLF, A., History of Science, Technology, and Philosophy in the Eighteenth Century, New York, 1939.
WRIGHT, THOMAS, History of Domestic Manners and Sentiments in England during the Middle Ages, London, 1862.
WRIGHT THOMAS, Womankind in Western Europe, London, 1869.

ZWEIG, STEFAN, Mary Queen of Scots and the Isles, New York, 1935.

Notas

CAPÍTULO I

1. Froude, *Reign of Elizabeth*, I. 11.
2. Neale, *Queen Elizabeth*, 26.
3. Ibid., 37.
4. Froude, I, Introd., vii.
5. Read, C., *Mr. Secretary Cecil and Queen Elizabeth*, 32.
6. Ibid., 119.
7. Hughes, P.,*The Reformation in England*, III, 46.
8. Froude, *Elizabeth*, III, 306.
9. Froude, I, 448.
10. Barnes, H. E., *Economic History of the Western World*, 205.
11. Hallam, *Constitutional History of England*, I, 245.
12. Lingard, J.,*History of England*, VI, 324.
13. Christopher Hatton em *Shakespeare's England*, I, 80.
14. Neale, 61.
15. Ibid., 75-6.
16. *Shakespeare's England*, I, 5.
17. Neale, 386.
18. Froude, I, 120.
19. *Cambridge Modern History*, III, 289.
20. Froude, IV, 62.
21. Thornton, *Table Talk from Ben Jonson to Leigh Hunt*, 9.
22. Hallam, I, 133.
23. Neale, 80.
24. Read, 363.
25. Froude, II, 84.
26. *Camb. Mod. History*, II, 582.
27. Froude, I, 300.
28. Ibid., 103.
29. Ibid., 491.
30. Creighton, *Queen Elizabeth*, 254.
31. Church, R. W., *Spenser*, 116.
32. Lingard, VI, 321.
33. Aubrey, *Brief Lives*, 305.
34. Chute, *Shakespeare of London*, 145.
35. Bacon, Fr., *Philosophical Works*, 869; Aforismo, 55.
36. Froude, V, 206.
37. Sir John Hayward em Muir, K., *Elizabethan and Jacobean Prose*, I.
38. Chute, *Ben Jonson*, 164.
39. Froude, I, 8, 14.
40. Ibid., e 145; II, 338; Allen, J. W., *History of Political Thought in the Sixteenth Century*, 199-200.
41. Ascham, *The Scholemaster*, 81.
42. Froude, III, 4.
43. Taine, *English Literature*, 160.
44. Smith, Preserved, *The Age of the Reformation*, 634.
45. Robertson, J. M., *Short History of Freethought*, II, 5, 6.
46. Bradbrook, *The School of Night*, 7; Boas, *Marlowe and His Circle*, 90; e a ed. de *Love's Labour's Lost*, de A. T. Quiller Couch e J. Dover Wilson London, 1923.
47. Bradbrook, 39.
48. Ibid., 12.
49. Robertson, *Freethought*, II, 10.
50. Green, J. R., *Short History of the English People*, cap. vii, seção 3.
51. Froude, I, 183: IV, 65: V. 228.
52. Ibid., IV, 385-6.
53. *Camb. Mod. History*, II, 562.
54. Chute, *Ben Jonson*, 79.
55. Roeder, *Catherine de' Medici*, 492.
56. Froude, IV, 119; Neale, 215.
57. Payne, E. A., *The Anabaptists of the 16th Century*, 19; Lingard, VI, 170.
58. Pastor, *History of the Popes*, XVI, 250.
59. McCabe, *Candid History of the Jesuits*, 150.
60. Froude, I, 329.
61. Ibid., II, 345; Hughes, III, 159.
62. Macaulay, *Critical and Historical Essays*, I, 6; *Cam. Mod. History*, III, 349.
63. Lingard, VI, 122.

64. Hughes, III, 289.
65. Pastor, XIX, 441-2.
66. Ibid.
67. McCabe, *Candid History*, 148.
68. Ibid., 150.
69. Froude, IV, 284.
70. Ibid., 294-5.
71. Lingard, VI, 165; Froude, IV, 297.
72. Pastor, XIX, 458.
73. Hughes, III, 325-6.
74. Neale, 265.
75. Hughes, III, 363; Williams, F. B., *Elizabethan England*, 10.
76. Froude, V, 238.
77. Hughes, III, 380; Neale, 299.
78. Hallam, I, 169; Lingard, VI, 257.
79. Hughes, III, 392-6.
80. Allen J. W., *History of Political Thought in the Sixteenth Century*, 216-7; Hallam, I, 190.
81. Hallam, I, 198.
82. Hughes, III, 408.
83. Lea, H. C., *Studies in Church History*, 508.
84. Neale, 178.
85. Hallam, I, 205.
86. *Camb. Mod. History*, III, 345.
87. Walton, Izaak, *Life of Richard Hooker*, em *Great Short Biographies of the World*, 556, de B. H. Clark.
88. Hooker, Richard, *Works: Laws of Ecclesiastical Polity*, 1, x, 4, 8.
89. Ibid., VIII, vi, II.
90. Ibid., I, i, 1.
91. Froude, IV, 237.
92. Ibid., 191.
93. D'Alton, E. A., *History of Ireland*, III, 199.
94. Froude, IV, 233, 236.
95. Ibid., 233.
96. Froude, II, 466.
97. *Encyclopaedia Britannica*, 14ª ed., XV, 778b.
98. Froude, II, 211.
99. Nussbaum, F. L., *History of the Economic Institutions of Modern Europe*, 122; Froude, II, 468.
100. Barnes, *Economic History*, 265.
101. Acton, J. E., *Lectures on Modern History*, 152; Davies, E. Trevor, *The Golden Age of Spain*, 212; Froude, III, 309; V, 37.
102. Froude, V, 344.
103. Ibid., 400.
104. Michelet, Jules, *Histoire de France*, IV, 4.
105. Froude, V, 413.
106. Ibid., 430-1.
107. Spedding, J., *Life and Times of Francis Bacon*, 1, 56.
108. Strachey, *Elizabeth and Essex*, 173.
109. Em Eddy, Sherwood, *The Challenge of Europe*, 205n.
110. Strachey, *Elizabeth and Essex*, 6.
111. Clarendon, *Robert Devereux and George Villiers*, em Clark, *Great Short Biographies*, 603.
112. Spedding, I, 21.
113. Ibid., 179.
114. Ibid., 56.
115. Strachey, 65.
116. Spedding, I, 231.
117. Spedding, nota ao *Life of Bacon*, de Rawley's em *Philosophical Works*, 3, de Bacon.
118. Strachey, 172; Spedding, *Life of Bacon*, I, 227; Creighton, *Queen Elizabeth*, 279.
119. Holzknecht, *Backgrounds of Shakespeare's Plays*, 301; Chambers, E. K. *William Shakespeare*, I, 354; Strachey, 241.
120. Spedding, I, 343-8.
121. Strachey, 264-5.
122. Creighton, 295.
123. Strachey, 279.
124. Em Muir, *Elizabethan and Jacobean Prose*, 39.
125. Ibid., 40.
126. *Hamlet*, III, iii, 15-23.
127. Bacon, *Advancement of Learning*, Prefácio ao Rei.
128. *Henry VIII*, V, v, 18.

CAPÍTULO II

1. Frase de origem desconhecida, remontando a 1300. — Mencken, H. L., *New Dictionary of Quotations*, 343.
2. Bernal, *Science in History*, 284; Wolf, A., *History of Science in the Eighteenth Century*, 630.
3. Trevelyan, *English Social History*, 191.
4. Rogers, *Economic Interpretation of History*, 38; Traill, *Social England*, III, 365; Froude, *Henry VIII*, I, 19; Lipson, *Growth of English Society*, 157f.
5. *Shakespeare's England*, I, 320.
6. Rogers, *Economic Interpretation*, 37; Rogers, *Six Centuries of Work and Wages*, 84, 88, 100.
7. Renard e Weulersee, *Life and Work in*

Modern Europe, 94; *Shakespeare's England*, I, 331.
8. Creighton em Traill, III, 373.
9. Gasquet, *Henry VIII and the English Monasteries*, II, 515n.
10. Smith, P., *Age of the Reformation*, 476.
11. Beard, Chas., *Toward Civilization*, 227.
12. Trevelyan, *Social History*, 160-1.
13. Wolf, *History of Science in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, 614.
14. Thompson, J. W., *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages*, 497.
15. Sée, H., *Modern Capitalism*, 55.
16. Trevelyan, *Social History*, 120.
17. Sarton, G., *Introduction to the History of Science*, IIIa. 324.
18. Addison, J. D., *Arts and Crafts in the Middle Ages*, 26.
19. Froude, *Elizabeth*, II, 88.
20. Chute, *Shakespeare of London*, 63.
21. Ascham, *Scholemaster*, 71-8 e fim.
22. Einstein, Lewis, *Italian Renaissance in England*, 160.
23. Hughes, III, 137.
24. Goethe, *Faust*, Parte II, versos 616-8, citados em Haydn, H., *The Counter-Renaissance*, 362.
25. *Camb. Mod. History*, III, 362.
26. Chute, *Ben Jonson*, 41.
27. Trend, J. B., *Civilization of Spain*, 110.
28. Hughes, III, 144.
29. *Shakespeare's England*, I, 416.
30. Froude, *Elizabeth*, V, 462.
31. Trevelyan, *Social History*, 140.
32. Lingard, VI, 323.
33. *King Lear*, IV, vi.
34. Lingard, VI, 323.
35. Hallam, I, 35.
36. *Shakespeare's England*, I, 398.
37. Froude, *Elizabeth*, IV, 122-3; *Shakespeare's England*, I, 400.
38. Hallam, I, 234; Spenser, E., *Poetical Works*, Introd., xxiii.
39. Browne, Sir Thos., *Religio Medici*, Introd., x.
40. Garrison, *History of Medicine*, 819.
41. Bacon, Ensaio "Dos Jardins", em *Philosophical Works*, 791
42. *Merchant of Venice*, I, ii.
43. *Much Ado about Nothing*, III, iv.
44. Holzknecht, 44.
45. Philip Stubbs em James, B. B., *Women of England*, 250.
46. Wright, Thomas, *Womankind in Western Europe*, 334.
47. *Merchant of Venice*, III, ii, 89.
48. *Shakespeare's England*, II, 94.
49. Wright; Thomas, *History of Domestic Manners and Sentiments in England*, 456.
50. Jaime I, *A Counterblast to Tobacco* (1604), em Muir, 89.
51. McKinney e Anderson, *Music in History*, 278.
52. *Oxford History of Music*, II, 221.
53. Ibid., 208.
54. Haydn, H., *The Portable Elizabethan Reader*, 666.
55. Burney, C., *General History of Music*, II, 306.
56. Na National Portrait Gallery, Londres.
57. Blomfield, R., *Short History of Renaissance Architecture in England*, 37.
58. Brihop, A. T., *Renaissance Architecture of England*, 34; Blomfield, 86.
59. Ibid.
60. Haydn, *Counter-Renaissance*, 13.

CAPÍTULO III

1. Burton, Robert, *Anatomy of Melancholy*, 7.
2. *Shakespeare's England*, II, 183.
3. Putnam, G. H., *Censorship of the Church of Rome*, II, 258.
4. *Shakespeare's England*, II, 217.
5. Cambridge, *History of English Literature*, III, 369.
6. Garnett e Gosse, *English Literature*, II, 68.
7. Camb, *History of English Literature*, III, 372.
8. Ascham, *Scholemaster*, 17-23.
9. Haydn, *Portable Elizabethan Reader*, 183.
10. Lyly, *Euphues: The Anatomy of Wit*, 33.
11. Greene, Robert, *A Groats-worth of Wit Bought with a Million of Repentance*, em Taine, *English Literature*, 168.
12. Em Muir, 28.
13. Symonds, J. A., *Shakespeare's Predecessors*, 435.
14. Saintsbury, *History of Elizabethan Literature*, 233.
15. Bourne, *Sir Philip Sidney*, 75.
16. Aubrey, *Brief Lives*, 278.
17. Bourne, 115.

18. Ibid., 27-30.
19. Ibid., 277.
20. Sidney Philip, *Works: Defense of Poetry*, 9.
21. Sidney, *Works*, III, 14.
22. Ibid., I, 7.
23. Ibid., I, 16.
24. *Defense of Poetry*, 41.
25. Sidney, Soneto xxxi.
26. Bourne, 326.
27. Em Haydn, *Elizabethan Reader*, 394.
28. Bourne, 349.
29. Spenser, *Poetical Works*, 559.
30. *Letter to Raleigh*, Prefácio, em *Poetical Works*, 407.
31. *Faerie Queene*, II, xii, 78.
32. Thornton, *Table Talk*, I.
33. Van Doren, *Anthology of World Poetry*, 1026.
34. Aristóteles, *Poetics*, 1449-50.
35. *Defense of Poetry*, 38.
36. Mantzius, *History of Theatrical Art*, III, 11.
37. *Shakespeare's England*, II, 241.
38. Chambers, E. K., *The Elizabethan Stage*, I, 255.
39. Holzknecht, 110.
40. Chambers, *Elizabethan Stage*, I, 258.
41. Shakespeare, *Twelfth Night*, II, iii.
42. *Pericles*, IV, ii.
43. Chambers, *Elizabethan Stage*, IV, 273-5.
44. *Henry V*, I, i, 13.
45. *Hamlet*, III, ii, 10.
46. Holzknecht, 153.
47. *Shakespeare's England*, II, 277.
48. *Hamlet*, II, ii, 354.
49. Mantzius, III, 228.
50. Marlowe, *Works*, Apêndice, 428-30.
51. Bakeless, John, *Tragical History of Christopher Marlowe*, 112.
52. Symonds. *Shakespeare's Predecessors*, 437.
53. Bakeless, 113.
54. Marlowe, *Tamburlane*, 1ª. Parte, Ato II, vii.
55. France, A., *The Gods Are Athirst*, 57.
56. Eclesiastes, i, 18.
57. Marlowe, *Faustus*, I, i.
58. *The Jew of Malta*, II, iii.
59. Ibid., I, i.
60. Ibid., II, i.
61. *Tamburlane*, 1ª. Parte, Ato I, i.
62. Bakeless, 156; *Esquire Magazine*, dezembro 1954.

CAPÍTULO IV

1. Chambers, *William Shakespeare*, II, 264.
2. Ibid., 257.
3. Lee, Sidney, *Life of William Shakespeare*, 22.
4. Chambers, *Shakespeare*, II, 188.
5. Ibid., 189.
6. Ibid., 259, 265.
7. Shakespeare, Soneto XXIX.
8. Soneto CX.
9. Chute, *Shakespeare*, 269.
10. Soneto CLII.
11. Lee, 68.
12. Raleigh, W., *Shakespeare*, 150.
13. Chambers, *Shakespeare*, I, 434.
14. *As You Like It*, II, vii.
15. *King Lear*, IV, vi, 120.
16. *Timon of Athens*, IV, i, 35.
17. Ibid., IV, iii, 54.
18. Ibid., IV, iii, 151f.
19. *Troilus and Cressida*, II, ii, 166.
20. *Coriolanus*, I, iv, 57.
21. Thornton, *Table Talk*, 5.
22. *Encycl. Brit.*, III, 781b.
23. *Two Gentlemen of Verona*, I, i, 71.
24. *The Tempest*, I, ii, 129.
25. *Midssummer Night's Dream*, II, iii, 61.
26. *Hamlet*, II, ii, 310.
27. *Romeo and Juliet*, I, ii, 139.
28. *Julius Caesar*, I, ii, 139.
29. *Tempest*, II, i, 47.
30. Hauser, A., *Social History of Art*, I, 422.
31. *Love's Labour's Lost*, I, i, 166.
32. *Richard III*, I, i, 1.
33. Ibid., I, i, 24.
34. *2 Henry IV*, IV, iv.
35. *1 Henry IV*, III, i.
36. *Much Ado about Nothing*, II, iii.
37. *2 Henry IV*, III, i.
38. *King John*, IV, ii.
39. *Troilus and Cressida*, III, iii.
40. *Midsummer Night's Dream*, I, iii.
41. *Merchant of Venice*, I, iii.
42. *Twelfth Night*, III, iv.
43. *Mid. Night's Dream*, I, i.
44. *Othello*, I, i.
45. *King Lear*, IV, vi.
46. *Hamlet*, I, iv.
47. Ibid., II, ii.
48. *Mid. Night's Dream*, II, i.
49. *Two Gentlemen of Verona*, IV, ii.
50. *Cymbeline*, II, iii.
51. *Measure for Measure*, IV, ii.

52. *Mid. Night's Dream*, V, i, 7.
53. Exemplos em Chambers, *Shakespeare*, 228-30.
54. *Comedy of Errors*, III, i, 76.
55. *Tempest*, IV, i, 199.
56. *As You Like It*, III, ii.
57. Shaw, Bernard, *Man and Superman*, Prefácio, xxviii.
58. *Hamlet*, I, v.
59. *Much Ado about Nothing*, V. i.
60. *Hamlet* III, iv, 88.
61. Ibid., II, ii.
62. *Coriolanus*, IV, vii.
63. *Hamlet*, I, iv, 25.
64. *Richard III*, V, iii.
65. *Richard II*, III, iii.
66. *1 Henry IV*, III, i; cf. Haydn, *Counter-Renaissance*, 602f.
67. *Troilus and Cressida*, I, iii.
68. *King Lear*, V, ii, 9.
69. *Twelfth Night*, II, iii.
70. *King Lear*, IV, vi, 112f.
71. *Pericles*, II, i.
72. *Tempest*, II, i, 147-164.
73. *Hamlet*, IV, iv, 35.
74. Raleigh, *Shakespeare*, 61.
75. *King John*, II, i.
76. *Henry VIII*, II, ii; *Romeo and Juliet*, IV, ii.
77. *King Lear*, IV, i, 36.
78. Ibid., V, iii, 169.
79. V, ii, 10.
80. *King John*, III, iv, 108.
81. *Hamlet*, I, iii, 126-8.
82. *Macbeth*, V, v, 23.
83. *Merchant of Venice*, V, i.
84. *Measure for Measure*, III, i, 118.
85. *Hamlet*, I, iv, 67.
86. Chambers, *Shakespeare*, II, 194.
87. Em *Shakespeare*, Lee, 179.
88. Jonson, *Timber*, em Chute, *Ben Jonson*, 340.
89. Lee, 177.
90. Ibid., 178.
91. Aubrey, 275.
92. Jonson, *Timber*, em Lee, 277.
93. Chambers, *Shakespeare*, I, 84.
94. Lee, 203.
95. Aubrey, 275.
96. Ibid., 85.
97. *Tempest*, I, ii, 5.
98. Ibid., IV, i, 148.
99. V, i, 48.
100. V, i, 181.
101. Chambers, *Shakespeare*, I, 89.
102. Holzknecht, 380-1.
103. Voltaire, carta de 19 de julho de 1776, em Denoiresterres, G., *Voltaire et la société française au xviiime siècle*, VIII, 108.
104. Em Croce, B., *Ariosto, Shakespeare, and Corneille*; 284.
105. Voltaire, artigo sobre Arte Dramática, em Holzknecht, 387.
106. Goethe, *Wilhelm Meister*, Livro II, caps. xiii-xvi.

CAPÍTULO V

1. Brantôme, *Book of the Ladies*, 92.
2. Ibid., 124.
3. Sainte-Beuve, *English Portraits*, 6.
4. Pastor, XVI, 283.
5. Lingard, VI, 12.
6. *Book of Discipline*, Títulos I e III, em Knox, *History of the Reformation in Scotland*, II, 281-3.
7. Knox, *History*, II, 321-2.
8. Na National Portrait Gallery, e na Galeria Uffizi, Florença.
9. Lang, Andrew, *Mystery of Mary Stuart*, 13, 61.
10. Knox, *History*, II, 10; Froude, *Elizabeth*, I, 255.
11. Knox, II, 8.
12. Ibid., 12.
13. Ibid., 13f.
14. Lang, *History of Scotland*, II, 107.
15. Ibid.
16. Muir, Edwin, *John Knox*, 240.
17. Know, *History*, II, 29.
18. Lang, *History*, II, 110.
19. Fosdick, *Great Voices of the Reformation*, xxix.
20. Know, *History*, II, 44-6.
21. Lang, *History*, II, 126.
22. Know, II, 71-7; Lang, II, 127; Muir, *Knox*, 253.
23. Know, II, 81.
24. Ibid., 83.
25. Ibid., 93.
26. Zweig, *Mary Queen of Scots*, 108.
27. Neale, *Queen Elizabeth*, 141.
28. Lang, *History*, II, 160.
29. Ibid.; Froude, *Elizabeth*, II, 50.
30. Lang, II, 162.
31. *Camb. Mod. History*, III, 272.

32. Lang, *Mystery*, 75.
33. Ibid., 108-11.
34. *Camb. Mod. History*, III, 273.
35. Lang, *History*, II, 171; Lingard, VI, 67.
36. Lang, II, 170-172.
37. Ibid.; Knox, *History*, I, xxiii.
38. Zweig, 158.
39. Lang, *Mystery*, 236.
40. Acton, *Lectures*, 150-2; Lang, *Mystery*, 295, 353, 362.
41. Ibid., 133.
42. Lang, *History*, II, 188.
43. Neale, 161.
44. Lang, *Mystery*, 194.
45. Froude, *Elizabeth*, II, 307, 310.
46. Brockway e Winer, *Second Treasury of the World's Great Letters*, 112.
47. Hallam, I, 167.
48. Froude, *Elizabeth*, II, 407.
49. Ibid., 404; Lang, II, 200.
50. Lang, II, 203.
51. Lang, *Mystery*, 286.
52. Lingard, VI, 97.
53. Froude, III, 110.
54. Muir, *Knox*, 282.
55. Knox, *History*, I, vii.
56. Lingard, VI, 126.
57. Ibid., 128; Hughes, III, 278.
58. Roeder, *Catherine de Medici*, 491.
59. Neale, 263.
60. Pastor, XIX, 450-2.
61. Lingard, VI, 187.
62. Ibid., 205-6; Pastor, XXI, 7-19.
63. Ibid., 25; Froude, V, 259-61.
64. Williams Chas., *James I*, 76, 80-3; Froude V, 294.
65. Zweig, 291.

CAPÍTULO VI

1. Fontenoy, in Froude, V, 74.
2. Lang, *History*, 276, 294-6, 305, 395; Lingard, VI, 183.
3. Lea, *Studies in Church History*, 502-8.
4. Ibid., 500.
5. Lang, *History*, II, 243.
6. James I, *Basilikon Doron*, in Gooch, *English Democratic Ideas in the Seventeenth Century*, 41.
7. Lang, *History*, II, 278.
8. *History Today*, março de 1956, 159.
9. Buckle, *History of Civilization*, IIa, 199.
10. Williams, *James I*, 132.
11. *Encycl. Brit.*, IV, 310.
12. Allen, J. W., *History of Political Thought*, 339-40; cf. Carlyle, R. W., *History of Medieval Political Theory*, 332f; Figgis, J. N., *From Gerson to Grotius*, 167-72.
13. Allen, op. cit., 342.
14. Citado por Oliver Dick na Introdução de *Brief Lives*, xxx, de Aubrey.
15. In Chute, *Ben Jonson*, 249.
16. Ibid., 268.
17. Ibid., 217.
18. Bowen, C. D., *The Lion and the Throne*, 315.
19. Aubrey, 67.
20. In Robinson, J. H., *Readings in European History*, 349; Allen, 254; Dunning, W. A., *History of Political Theories*, II, 217.
21. Allen, J. W., *English Political Thought*, 26.
22. Ibid., 124.
23. Lingard, VII, 17.
24. Allen, *English Political Thought*, 223.
25. Williams, *James I*, 192-3.
26. Lingard, VII, 19-22.
27. Ibid., 29.
28. Ibid., 40-3.
29. Ibid., 46-8.
30. Ibid., 50, 96.
31. McCabe, *Candid History of the Jesuits*, 198.
32. Lang, *History*, II, 508.
33. Aubrey, 21.
34. Hallam, H., *Literature of Europe*, III, 324.
35. Webster, *The White Devil*, in Webster e Ford, *Plays*, p. 91.
36. Webster, *Duchess of Malfy*, in Webster e Ford., p.145.
37. Ibid., IV, ii.
38. Thornton, *Table Talk*, 15.
39. Thomas Fuller in Chute, *Ben Jonson*, 37.
40. Jonson, *Every Man out of His Humour*, Introdução.
41. Thornton, 7.
42. Jonson, *Every Man out of His Humour*, Introdução.
43. Thornton, 8.
44. Chute, *Ben Jonson*, 161.
45. Jonson, *The Alchemist*, II, i.
46. Baskerville, Read, etc., *Elizabethan and Stuart Plays*, 1077.
47. Herrick, *Poems*, 241.
48. Chute, *Ben Jonson*, 310.

49. Williams, *James I*, 189.
50. Introdução à *Anatomy of Melancholy*, p. x, de Burton.
51. Ibid.
52. Burton, *Anatomy of Melancholy*, 8.
53. Ibid., 3.
54. Ibid., 79-80.
55. *Donne, Poems*, 83.
56. Ibid., 26.
57. Elegia, XIII; Elegia, II.
58. *Poems*, 182.
59. Ibid., 180.
60. Thornton, 4.
61. *Poems*, 253.
62. In Peterson, *Treasury of the World's Great Speeches*, 91.
63. Ibid., 92.
64. Walton, *Life of Dr. Donne*, in Peterson, 95.
65. Hallam, *Constitutional History*, I, 347; *Encycl. Brit.*, XVIII, 961b; Lingard, VII, 7.
66. Texto in *Treasury of the World's Great Letters*, 82-4, Schuster, M. L..
67. Raleigh, Sir Walter, *Selections*, 61.
68. Ibid., 117.
69. Lingard, VII, 101.
70. Spedding, *Life of Fr. Bacon*, II, 288-9; Wallace, *Sir Walter Raleigh*, 261f.
71. Lingard, VII, 102.
72. *Encycl. Brit.*, XVIII, 961b.
73. Wallace, *Raleigh*, 315.
74. Raleigh, *Selections*, Introdução, 28.
75. Lingard, VII, 117.
76. Williams, *James I*, 258.
77. Hallam, *Constitutional History*, 109.
78. Ibid., 122.
79. MacLaurin, C., *Mere Mortals*, 137.

CAPÍTULO VII

1. Browne, Sir Thomas, *Pseudodoxia Epidemica*, in *Works*, Vols. II e III.
2. Thorndike, Lynn, *History of Magic and Experimental Science*, VI, 548-9.
3. Lecky, *Rationalism in Europe*, I, 38n; Williams, *James I*, 106-10.
4. Lang, *History*, II, 434.
5. Hughes, *Reformulation*, II, 286n.
6. Ibid., 285.
7. Thorndike, VI, 550; Chute, *Ben Jonson*, 229.
8. Trevelyan, *English Social History*, 232.
9. Smith, Preserved, *History of Modern Culture*, I, 97.
10. Ibid., 95.
11. Robertson, *History of Freethought*, II, 13.
12. *Huntington Library Bulletin*, abril de 1934, p. 90.
13. Wolf, *History of Science*, I, 292.
14. Ibid., 426.
15. John, Evan, *King Charles I*, 153; Kellogg, *The New Dietetics*, 847.
16. Garrison, *History of Medicine*, 248.
17. Sigerist, *The Great Doctors*, 141.
18. Harvey, *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis* in *Great Books*, 273, Hammerton.
19. Walsh, J. J., *The Popes and Science*, 396.
20. Aubrey, 131.
21. Prinzmetal, *Heart Attack*, 121-2.
22. Aubrey, 128.
23. Ibid., 130.
24. Ibid., 11.
25. Gardiner, S. R. in Garnett e Gosse, *English Literature*, II, 12.
26. Spedding, *Life of Bacon*, I, 542.
27. Aubrey, 9.
28. Macaulay, *Critical and Historical Essays*, II, 326-8.
29. Bowen, *The Lion and the Throne*, 428; *Camb. Mod. History*, III, 571.
30. Spedding, *Life*, II, 463.
31. Ibid., 633.
32. Ibid., I, 563.
33. Ibid., 569.
34. Bacon, *Philosophical Works*, 241.
35. Ibid.
36. Ibid., 244.
37. Ibid., 247.
38. Aubrey, 130.
39. Bacon, *Phil. Works*, 167.
40. Ibid., 76, 78; *De Augmentis scientiarum*, Prefácio.
41. *Philosophical Works*, 76.
42. *Advancement of Learning*, cap. 8.
43. Bacon, *Works*, ed. Spedding e Ellis, VII, 241.
44. *Novum organum*, i, 97.
45. Ibid., i, 82; e "Plan of the Work", in *Philosophical Works*, 250.
46. *Novum organum*, ii, 13, 17.
47. *Philosophical Works*, 144.
48. Ibid., 77.
49. Ibid., 50.
50. Spedding, *Life*, I, 111.

51. *Novum Organum*, ii, 2.
52. Ibid., ii, 8.
53. Ibid.
54. *De Augmentis*, iv, 3.
55. *Novum organum*, i, 66.
56. *De Augmentis*, fim.
57. Ensaio "Of Atheism".
58. Ibid.; *Advancement of Learning*, em *Philosophical Works*, 45; *De Augmentis*, iii, 2.
59. Ensaio "Of Atheism"
60. *Valerius Terminus*, cap. i, in *Philosophical Works*, 186.
61. *Vida* de Rawley, in *Phil. Works*, 9.
62. *De Augmentis*, ix, 1.
63. Ensaio "Of Goodness".
64. Ibid.
65. "Of Marriage and Single Life."
66. Ensaios "Of Empire" e "Of the True Greatness of Kingdoms".
67. *De Augmentis*, viii, 3, in *Phil. Works*, 610-11.
68. "Of Vicissitude of Things."
69. "Of Seditions and Troubles."
70. *Phil. Works*, 727.
71. *History of Henry VII*, in *Works*, VI, 238-45.
72. In Nichol J., *Fr. Bacon*, II, 4.
73. *Essay on Man*, linha 282, de Pope.
74. *Thema coeli*, in *Phil. Works*, 705; *Descriptio globi intellectualis*, ibid., 685.
75. In Friedell, *Cultural of the Modern Ages*, I, 335.
76. *The Advancement of Learning*, em *Phil. Works*, 167.
77. Wolf, *Science in the Sixteenth Century*, 640; Bernal, *Science in History*, 305.
78. Hallam, *Literature of Europe*, III, 72.
79. Nichol, J., II, 235.
80. *Novum organum*, i, 49.
81. Ibid., i, 26, 95.

CAPÍTULO VIII

1. Rogers, *Six Centuries of Work and Wages*, 103.
2. Ibid., quadro à pág. 73.
3. John, *Charles I*, 167.
4. French, Allen, *Charles I and the Puritan Upheaval*, 100-2.
5. Robertson, J. M., *Freethought*, II, 24.
6. Ibid., 77.
7. Ibid., 76.
8. Ibid.
9. Aubrey, 135.
10. Belloc, H., *Richelieu*, 49.
11. McCabe, *Candid History*, 202.
12. Toynbee, A., *Study of History*, IX, 178.
13. Allen, *English Political Thought*, 237.
14. Ibid., 242.
15. Ibid.
16. Taine, *English Literature*, 259-62.
17. Hume, D., *History of England*, IV, 183.
18. Gardiner, S. R., *History of England, 1603-1642*, VII, 302.
19. French, *Charles I*, 281.
20. Lingard, VII, 181; Taine, *English Literature*, 265.
21. *Camb. Mod. History*, IV, 279.
22. Allen, *English Thought*, 194.
23. Carlyle, T., *Oliver Cromwell*, I, 93.
24. French, 306.
25. Schaff, *History of the Christian Church: The German Reformation*, I, 79.
26. Allen, *English Thought*, 283.
27. French, 281.
28. Markun, L., *Mrs. Grundy*, 114.
29. Weber, Max, *The Protestant Ethic*, 177.
30. Beard, Miriam, *History of the Business Man*, 387.
31. Allen, *English Thought*, 279f; Lingard, VIII, 190.
32. Ibid., 191n.
33. Thornton, *Table Talk*, 72, 106.
34. Browne, *Religio Medici*, 77.
35. Browne, *Works*, II, 226.
36. *Religio Medici*, 70, 34.
37. Singer, *Studies in the History of Science*, 222.
38. *Religio Medici*, 82.
39. Ibid., I.
40. Ibid., 18.
41. Ibid., 25.
42. Ibid., 10.
43. Ibid., 179.
44. Ibid., 60.
45. Ibid., 92.
46. Herrick, *Poems*, 181.
47. Ibid., 178.
48. Ibid., 398.
49. Aubrey, 287.
50. Ibid., 289.
51. Ibid., 192.
52. Lovelace, *Poems*, 78.
53. Ibid., 18.
54. MacLaurin, *Mere Mortals*, 143-4; John, *Charles I*, 4; French, 16.

55. Bishop, *Renaissance Architecture*, 25.
56. John, *Charles I*, 65.
57. Ibid., 66.
58. Ibid., 133; Lingard, VII, 164.
59. Gardiner, S. R., *History of England 1603-42*, VII, 1.
60. Ibid., 41-3.
61. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, 173.
62. Ibid., 174; Allen, *English Thought*, 360.
63. Rickard, *Man and Metals*, II, 799.
64. Clarendon, *History of the Rebellion*, I, 323.
65. Ibid., 188f.
66. Carlyle, *Oliver Cromwell*, I, 94.
67. Lang, *History of Scotland*, III, 71.
68. John, *Charles I*, 207.
69. Morley, *Oliver Cromwell*, 72.
70. Clarendon, *passim*; Hume, D., *History of England*, IV, 174, 401.
71. Carlyle, *Oliver Cromwell*; Firth, *Oliver Cromwell*; Buchan, *Oliver Cromwell*.
72. Morley, *Cromwell*, 9.
73. Carlyle, *Cromwell*, I, 98.
74. Ibid., 108.
75. Clarendon, I, 300; Gardiner, *History of England*, IX, 230.
76. Thornton, *Table Talk*, 108.
77. Gardiner, IX, 251-2.
78. Allen, *English Thought*, 346f.
79. Morley, *Cromwell*, 91; Hallam, *Constitutional History*, II, 119; Allen, 354.
80. Clarendon, I, 452.
81. Ibid., 466.
82. Firth, *Cromwell*, 61.
83. Clarendon, II, 49f.
84. Allen, *English Thought*, 313, 403-4.
85. Robinson, J. H., *Readings*, 356.
86. Schaff, *History of the Christian Church: The Swiss Reformation*, II, 565.
87. Firth, 149; Bury, J. B., *History of Freedom of Thought*, 86; Robertson, J. M., *Freethought*, II, 76.
88. *Camb. Mod. History*, IV, 312.
89. Firth, 147.
90. Ibid.
91. Macaulay, *History of England*, I, 100.
92. Gooch, *English Democratic Ideas*, 119, 179.
93. Ibid., 124.
94. Ibid., 128.
95. *Camb. Mod. History*, IV, 345.
96. Firth, 175.
97. Morley, *Cromwell*, 240.
98. Lingard, VIII, 110.
99. Morley, 267.
100. John, *Charles I*, 294.
101. Hume, *History*, IV, 485.
102. Churchill, W. S., *History of the English-Speaking Peoples*, II, 223.
103. Robinson, *Readings*, 359.

CAPÍTULO IX

1. Evelyn, *Diary*, I, 225.
2. Ibid., 87.
3. *Camb. Mod. History*, IV, 631.
4. Molmenti, *Venice*, Ib, 218.
5. Ranke, *History of the Popes*, II, 119.
6. Funk, *Manual of Church History*, II, 147.
7. Hazlitt, W. C., *The Venetian Republic*, II, 221; *Encycl. Brit.*, XIX, 1002.
8. Symonds, J. A., *The Catholic Reaction*, II, 105.
9. Ranke, *Popes*, III, 106-38 — Sobre as incorreções em ambos os historiadores.
10. Montaigne, *Diary*, 93; *Shakespeare's England*, I, 216.
11. Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, Canto IV, verso 2.
12. Molmenti, Ib, 181.
13. Winckelmann, *History of Ancient Art*, II, 316.
14. Taine, *Italy: Rome and Naples*, 232.
15. Symonds, *Catholic Reaction*, II, 231.
16. Ruskin, *Modern Painters*, II, i, 7, 13.
17. Evelyn, I, 60.
18. Ogg, *Europe in the Seventeenth Century*, 387.
19. Sitwell, *Southern Baroque Art*, 43.
20. Stirling-Maxwell, *Annals of the Artists of Spain*, III, 893.
21. Justi, *Velásquez*, 343.
22. Byron, *Don Juan*, xiv, 71.
23. Pastor, XVIII, 121, 125.
24. Ranke, *Popes*, I, 286.
25. Ibid., 273.
26. Pastor, XVII, 172.
27. Lea, H. C., *Inquisition in Spain*, II, 77.
28. Ranke, *Popes*, 322.
29. Montaigne, *Diary*, 125.
30. Bacon, Fr., Aforismo in *Phil. Works*, 869.
31. Sully, *Memoirs*, I, 218n.
32. Ranke, *Popes*, I, 341.
33. Pastor, XXI, 83.
34. Ranke, I, 342.

35. Lecky, *History of European Morals*, II, 97.
36. Sully, *Memoirs*, III, 29.
37. *Camb. Mod. History*, IV, 687.
38. Graves, F. P. *History of Education*, 219.
39. Monroe, Paul, *Text-Book in the History of Education*, 422.
40. Bacon, *De Augmentis*, vi, 4, in *Phil. Works*, 559.
41. Ranke, *Popes*, II, 90.
42. McCabe, *Candid History*, 97.
43. Symonds, *Catholic Reaction*, II, 121.
44. Campbell, Thos., *The Jesuits*, 394.
45. Filmer, *Patriarcha* in Locke, *Two Treatises on Government*, 253.
46. Campbell, 271.
47. Symonds, *Catholic Reaction*, I, 218; McCabe, *Candid History*, 184.
48. McCabe, 191.
49. Fülop-Miller, *Power and Secret of the Jesuits*, 285.
50. Ibid., 290.
51. Ibid., 300-1.
52. McCabe, 299.
53. In Campbell, 445.
54. Montaigne, *Diary*, 141.
55. Ibid., 159.
56. Molmenti, *Venice*, IIb, 27.
57. Montaigne, *Diary*, 151.
58. Symonds, *Catholic Reaction*, I. 268-74. *The Cenci*, de F. D. Guerrazzi (Milão, 1872), é uma novela.
59. Evelyn, I, 172.
60. Ibid., 161.
61. Ibid., 8 de novembro de 1644.
62. Burney, *History of Music*, II, 510; Grove, *Dictionary of Music*, III, 591; Brockway e Weinstock, *The Opera*, 1-3.
63. McKinney e Anderson, *Music in History*, 321.
64. Ibid., 334.
65. Garnett, Richard, *Italian Literature*, 269.
66. Ranke, *Popes*, I, 369.
67. *Encycl. Brit.*, III, 132b.
68. Johnson, S. *Lives of the Poets*, I, 176.
69. Guarini, *The Faithful Shepherd*, p. 64.
70. Ibid., 177.
71. Hallam, *Literature*, II, 181.
72. Symonds, *Italian Literature*, II, 243.
73. Tr. livre, a partir do texto americano.
74. Symonds, *Catholic Reaction*, I, 367.
75. Boulting, *Tasso*, 172-3.
76. Ibid., 183, 174.
77. Symonds, *Catholic Reaction*, II, 35; *Encycl. Brit.*, XXI, 831a.
78. Symonds, I, 369.
79. Boulting, 212.
80. Smith, *History of Culture*, I, 552.
81. Boulting, 259.
82. Tasso, *Gerusallemme liberata*, xx, 1087.
83. Galileo, *Opere, ed. nazionale*, IX, 69, in Smith, P., *History of Culture*, I, 552.
84. Disraeli, Isaac, *Curiosities of Literature*, II, 444.
85. Burckhardt, J., *Recollections of Rubens*; 8.
86. Pastor, XXII, 309.
87. Justi, *Velásquez*, 350.
88. Wittkower, *Gian Lorenzo Bernini*, 197.
89. Ibid., 2.

CAPÍTULO X

1. El Greco, Phaidon, ed., 7.
2. Weisbach, *Spanish Baroque Art*, 35.
3. Robertson, *Freethought*, II, 38; Hume, M., *Spanish People*, 416.
4. Lea, *Inquisition in Spain*, III, 441.
5. Prescott, *Philip II*, II, 498.
6. Lea, *Inquisition*, IV, 253.
7. Cf. Cervantes, *Don Quixote*, 1ª. Parte, cap. 28; Vol. I, 223.
8. Stirling-Maxwell, I, 45.
9. Lang, P. H., *Music in Western Civilization*, 267.
10. Calvert, A. F., *The Escorial*, 7.
11. Ibid., 65; Calvert, *Royal Palaces of Spain*, 4-6; El Greco, Phaidon ed., 11.
12. Stirling-Maxwell, I, 209.
13. Davies, *Golden Age of Spain*, 120.
14. Froude, *Elizabeth*, I, 375.
15. Motley, *Rise of the Dutch Republic*, I, 125.
16. *Encycl. Brit.*, XVII, 722c.
17. Motley, I, 125.
18. Hume, M., *The Spanish People*, 382; Motley, II, 12.
19. Trend, *The Civilization of Spain*, 128.
20. Motley, I, 125.
21. Voltaire, *Works*, XIVb, 278.
22. Mariana, *General History of Spain*, Suplemento, pág. 30.
23. Blok, *History of the People of the Netherlands*, II, 289, 119; cf. *En. Br.* XVII, 722.
24. Cf. Robinson, *Readings*, 321; Arms-

trong, *Emperor Charles V*, II, 376; Hume, M., *Spain: Its Greatness and Decay*, 150.
25. Prescott, *Philip II*, II, 431.
26. Davies, *Golden Age of Spain*, 150.
27. Prescott, *Philip II*, II, 451.
28. Altamira, *History of Spain*, 384.
29. Madariaga, *Spain*, 36; Davies, *Golden Age*, 194.
30. Ibid., 198; *History Today*, junho de 1954, pág. 427.
31. Ibid.; Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 254-72.
32. Trevor-Roper, *Historical Essays*, 269; Altamira, *History of Spanish Civilization*, 133.
33. Davies, *Golden Age*, 121.
34. *En. Br.*, XXI, 132.
35. Prescott, *Philip II*, I, 68, 210; II, 26.
36. Ogg, 170.
37. Davies, 230.
38. Ibid., 233.
39. Hume, M., *Court of Philip IV*, 24; *Spain*, 211; *Camb. Mod. History*, III, 542.
40. *Don Quixote*, 2ª. Parte, cap. 54.
41. Ximenes, Juan, *Life and Virtues of Juan de Ribera*, in Buckle, *History of Civilization*, II, 46.
42. Lea, *Inquisition*, III, 397, 407-8; Ogg, 364; Hume, M., *Spain*, 212.
43. Lea, III, 410.
44. *Camb. Mod. History*, IV, 634.
45. Justi, *Velásquez*, 105.
46. Retrato na Hispanic Society of America, Nova York.
47. Rooses, *Rubens*, 486.
48. Stephens, H. M., *Story of Portugal*, 249.
49. Camões, *Lusíadas*, Introd, xvii.
50. Penrose, *Travel and Discovery*, 72.
51. Camões, *Lusíadas*, ix, 83.
52. Ibid., 89.
53. Bell, Aubrey, *Portuguese Literature*, 183.
54. Camões, Introd. xxix.

CAPÍTULO XI

1. Prefácio à *Galatea*.
2. Hallam. *Literature*, I, 53.
3. Schevill, R., *Cervantes*, 7.
4. Altamira, *History of Spanish Civilization*, 143.
5. Fitzmaurice-Kelly, *History of Spanish Literature*, 338.
6. Gracian, *Art of Worldly Wisdom*, 20.
7. Ibid., 29.
8. 32.
9. 36.
10. 49.
11. 71.
12. 144.
13. 150.
14. In Davies, *Golden Age*, 282.
15. Ticknor, *History of Spanish Literature*, III, 150; cf. Fitzmaurice-Kelly, *History*, 274.
16. In Smith, P., *History of Modern Culture*, I, 552.
17. Bell, Aubrey, *Cervantes*, 54; Ticknor, II, 58.
18. Ellis, H., *Soul of Spain*, 233.
19. Schevill, *Cervantes*, 134.
20. Lockhart, J. G., Introd. para a ed. da Everyman's Library de *Don Quixote*. p. xx.
21. *Don Quixote*, 1ª. Parte, cap. xii.
22. I, xi.
23. I, xiii.
24. II, xxxii.
25. I, iv.
26. II, xxxii.
27. II, xix; I, xx; II, iv.
28. I, xxxix.
29. I, xxxvi.
30. Cervantes, *Exemplary Novels*, 5.
31. Ibid., 3.
32. *Don Quixote*, II, xlv.
33. Schevill, *Cervantes*, 353.
34. Powys, J. C., *Enjoyment of Literature*, 174.
35. Ticknor, II, 42.
36. *Don Quixote*, I, xxi; Bell, *Cervantes*. 27.
37. No original, tr. de E. Churton in Fitzmaurice-Kelly, *History of Spanish Literature*, 281.
38. Quevedo, *The Dog and the Fever*, 52.
39. No original, tr. de John Masefield in Van Doren, *Anthology*, 645.
40. Fitzmaurice-Kelly, *History*, 254.
41. Id., *Some Masters of Spanish Verse*, 98.
42. Id., *History*, 249-50.
43. Ford, J. D., *Main Currents of Spanish Literature*, 129.
44. Fitzmaurice-Kelly, *Some Masters*, 43.
45. No original, traduzido de Lope de Vega, *The Star of Seville*, in Matthews, B., *Chief European Dramatists*, 171.

46. Lewes, G. N., *Lope de Vega,* in Clark, *Great Short Biographies*, 596; Fitzmaurice-Kelly, *Some Masters*, 25.
47. No original, tr. de Shelley, *Poetical Works*, 645.
48. No original, Calderón, *Life Is a Dream*, II, ii, tr. de D. F. McCarthy in Matthews, 219.

CAPÍTULO XII

1. Stirling-Maxwell, *Annals of the Artists of Spain*, I, 349.
2. Dieulafoy, *Art in Spain and Portugal*, 243.
3. Mâle, Émile, *Religious Art from the Twelfth to the Eighteenth Century*, 170.
4. No Escorial.
5. In Calvert, *Seville*, 108.
6. Lassaigne, J., *Spanish Painting from the Catalan Frescoes to El Greco*, 131.
7. *En. Br.*, XXII, 69.
8. Nápoles.
9. Lassaigne, 106; Guinard, *El Greco*, 54.
10. Goldscheider, *El Greco*, 10.
11. Caffin, C. H., *Story of Spanish Painting*, 72.
12. Guinard, 121.
13. Meier-Graefe, *The Spanish Journey*, 145.
14. Pacheco, in Guinard, 22.
15. Johnson, no Prólogo ao *Cato*, de Addison.
16. Soria, M. S., *The Painting of Zurbarán*, 30.
17. In Justi; *Velásquez*, 83.
18. Coleção do Duque de Wellington, Londres.
19. Museu de Belas-Artes de Boston.
20. National Gallery, Londres.
21. Justi, 445.
22. Rouen.
23. Nova York; Frankfurt.
24. Galeria de Dresden.
25. Módena.
26. Coleção do Conde de Radnor.
27. Stirling-Maxwell, III, 847.
28. Justi, 360.
29. Cheney, *World History of Art*, 619.
30. Viena.
31. Washington.
32. Coleção Wallace, Londres.
33. Viena.
34. Calvert e Hartley, *Velásquez*, 176.
35. Ellis, H., *Soul of Spain*, 153.
36. Meier-Graefe, 151, 200-5.
37. Stirling-Maxwell, III, 946.
38. Guinard e Baticle, *Histoire de la peinture espagnole*, 170.
39. Louvre.
40. Dresden.
41. Pliny, *Natural History*, xxxv, 36.
42. Stirling-Maxwell, III, 1003.
43. Prado, Sevilha, Cádiz, Louvre, Leningrado.
44. Dulwich.
45. Roma, Galleria Nazionale.
46. Prado.
47. Londres.
48. Leningrado.
49. Altamira, *History of Spanish Civilization*, 137f.

CAPÍTULO XIII

1. Roeder, *Catherine de' Medici and the Lost Revolution*, 170.
2. Sée, *Modern Capitalism*, 49.
3. Roeder, 250.
4. Guizot, *History of France*, III, 319.
5. Acton, *Lectures*, 156.
6. Michelet, *Histoire de France*, III, 483.
7. Thieme, *Women of Modern France*, 38.
8. Roeder, 309.
9. La Tour, *Origines de la Réforme*, IV, 255f.
10. Hearnshaw, *Social and Political Ideas of... the Renaissance and the Reformation*, 29.
11. Walter, W., *John Calvin*, 381.
12. Guizot, *France*, III, 303.
13. Sichel, *Catherine de' Medici and the French Reformation*, 111.
14. Ibid., 24.
15. Brantôme, *Book of the Ladies*, 51.
16. Michelet, *Histoire*, III, 490.
17. Sichel, 10.
18. Brantôme, 59.
19. Sichel, *The Later Years of Catherine de' Medici*, 116.
20. Sainte-Beuve in Brantôme, 88.
21. Roeder, 361.
22. Ibid., 386.
23. Allen, *Political Thought*, 295.
24. Roeder, 254-6.
25. Ranke, *Civil Wars... in France*, I, 278-80.
26. Sichel, *Catherine de' Medici*, 119.
27. Pastor, *History of the Popes*, XVI, 179.

28. Batiffol, *The Century of the Renaissance*, 201.
29. Ibid., 198; Pastor, XVI, 167; *Camb. Mod. History*, II, 300.
30. Pastor, XVI, 179.
31. Ibid.
32. Ibid., 180-1.
33. Allen, *Political Thought*, 305.
34. Sichel, 191, 196-7.
35. Lea, *Studies in Church History*, 496.
36. Pastor, XVI, 172.
37. Michelet, IV, 418; Batiffol, 203.
38. Guizot, *History*, III, 334.
39. Ibid., 335.
40. Batiffol, 211; Sichel, 224.
41. Froude, *Elizabeth*, I, 346.
42. Ranke, *Civil Wars*, I, 336; Batiffol, 215; Roeder, 366-9; Sichel, *The Later Years*, 19; Pastor, XVI, 203.
43. Guizot, III, 328.
44. Ibid., 330; Pastor, XVIII, 116.
45. Guizot, III, 331.
46. Pastor, XVIII, 154.
47. Froude, *Elizabeth*, II, 446.
48. Sedgwick, H. D., *Henry of Navarre*, 34.
49. Ibid., 90.
50. Batiffol, 241; Belloc, *Richelieu*, 139n.
51. Pastor, XVI, 195-6.
52. Roeder, 428.
53. Guizot, III, 380.
54. Janssen, J., *History of the German People*, VIII, 114.
55. Ibid.
56. Guizot, III, 384.
57. Ibid.
58. *Camb. Mod. History*, III, 18.
59. Ibid., 19; Pastor, XIX, 485.
60. Michelet, III, 458.
61. Batiffol, 227.
62. Sichel, *The Later Years*, 160.
63. Michelet, III, 462.
64. Sichel, *The Later Years*, 162.
65. Ibid., 164.
66. Ibid., 161.
67. Ibid.; Roeder, 453.
68. Batiffol, 229; Sichel, *The Later Years*, 164.
69. Ibid., 167; Batiffol, 230.
70. Ibid.
71. De Thou in Robinson, *Readings*, 331; Sichel, *The Later Years*, 180.
72. Michelet, III, 468; Roeder, 473.
73. Michelet, III, 476.
74. Ibid.
75. Acton, 160; Roeder, 463.
76. Ibid., 477.
77. Ibid., 479.
78. Ibid., 489.
79. Pastor, XIX, 488.
80. Michelet, III, 478.
81. Acton, 162; Pastor, XIX, 489.
82. Michelet, III, 483.
83. Pastor, XIX, 509.
84. Roeder, 464.
85. Batiffol, 236; Sichel, *The Later Years*, 194.
86. Pastor, XIX, 507; Froude, *Elizabeth*, III, 417.
87. Pastor, XIX, 500-12.
88. Froude, *Elizabeth*, III, 419.
89. Roeder, 506.
90. Sichel, *The Later Years*, 205.
91. Guizot, III, 415.

CAPÍTULO XIV

1. Lacroix, *History of Prostitution*, I, 1170-1, 1276-91.
2. Sedgwick, *Henry of Navarre*, 83.
3. In Brantôme, *Book of the Ladies*, 212.
4. Brutus, Junius, *Vindiciae contra tyrannos*, 97, 109, 169; Carlyle, R. W., *History of Medieval Political Theory*, VI, 335; Coker, *Readings in Political Philosophy*, 351f; Allen, *Political Thought*, 331.
5. Ibid., 377.
6. Voltaire, *Age of Louis XIV*, 397.
7. Ranke, *Civil Wars*, I, 163.
8. Allen, *Political Thought*, 347-50; Figgis, *From Gerson to Grotius*, 180.
9. Notas a Sully, *Memoirs*, 207.
10. Michelet, IV, 41.
11. Ibid., 42.
12. Sedgwick, *Henry*, 223.
13. Michelet, IV, 60.
14. Maulde La Clavière, *Women of the Renaissance*, 469.
15. Sully, I, 299, 311-4; Michelet, III, 463; Guizot, III, 521.
16. Ibid., 522.
17. Michelet, IV, 60.
18. *Satyre Ménippée*, 59-73.
19. Guizot, III, 556; Campbell, *The Jesuits*, 217; Ranke, *Popes*, II, 55; Sully, I, 447; Fülop-Miller, *Jesuits*, 317.
20. Sully, I, 2.

21. Kirby, *Engineering in History*, 141.
22. Guérard, *Life and Death of an Ideal*, 119.
23. Schaff, *Swiss Reformation*, II, 699.
24. Laski, H., in Brutus, *Vindiciae contra tyrannos*, 9, 35.
25. Lowie, R. H., *Are We Civilized?*, 241.
26. Tallement des Réaux, *Miniature Portraits*, 9.
27. Ibid., 5.
28. Sedgwick, 274.
29. Batiffol, 287.
30. Sully, IV, 128n.
31. Sully, III, 365; Michelet, IV, 86.
32. Sedgwick, 130-5.
33. Lacroix, *Prostitution*, II, 1306.
34. Ibid., 1300.
35. Sully, III, 31-2.
36. Sedgwick, 255.
37. Ackerman, Phyllis, *Tapestry*, 262.
38. Davis, *Golden Age*, 237.
39. Sully, II, 404-10.
40. *Camb. Mod. History*, III, 682, 684.
41. Janssen, *History of the German People*, X, 439n.
42. Sedgwick, 288-9.
43. Fülop-Miller, *Jesuits*, 127; Gooch, *English Democratic Ideas*, 23.
44. Sedgwick, 306.

CAPÍTULO XV

1. Barine, *La Grande Mademoiselle*, 279.
2. Ibid., 278.
3. Sanders, *Bossuet*, 54.
4. Michelet, IV, 197; Batiffol, 404.
5. Michelet, IV, 370.
6. *Catholic Encyclopedia*, XIV, 437.
7. Jackson, C. C., *Old Paris*, 45.
8. Belloc, *Paris*, 311.
9. Boulenger, *Seventeenth Century*, 49.
10. Michelet, IV, 200.
11. Acton, *Lectures*, 171.
12. Buckle, Ib, 399-406.
13. Ibid., 399.
14. 405.
15. 403.
16. *Boulenger*, 37; *Barine*, 15.
17. Jackson, 56.
18. Richelieu, *Oeuvres*, 18.
19. Michelet, IV, 156.
20. In Guizot, IV, 131.
21. Ibid., 46.
22. 63.
23. Richelieu, 173.
24. Guizot, IV, 79.
25. Michelet, IV, 295.
26. Schoenhof, *History of Money and Prices*, 186.
27. Nussbaum, *History of Economic Institutions*, 108.
28. In Acton, 179.
29. Michelet, IV, 327.
30. Guizot, IV, 173.
31. Richelieu, 152, 201.
32. Guérard, *Life and Death of an Ideal*, 123.
33. Tallement des Réaux, 63.
34. Belloc, *Richelieu*, 90.
35. Michelet, IV, 286; Boulenger, 35.
36. Retz, *Secret Memoirs*, 97.
37. Hefele, K. J., *Life and Times of Cardinal Ximenes*, 565.
38. Chesterfield, *Letters*, 28 (16 de out. 1747).
39. Lodge, *Richelieu*, 229.
40. Richelieu, *Memoirs*, 168.
41. Ibid., 125.
42. 181, 40.
43. 182.
44. 168.
45. 32.
46. 19.
47. 30.
48. 35.
49. Motteville, Mme. de, *Memoirs*, I, 67.
50. Tallement des Réaux, 27.

CAPÍTULO XVI

1. Charron, *De la Sagesse*, I, 24; in Haydn, *Counter-Renaissance*, 569.
2. Sichel, *Catherine de' Medici*, 6; Lacroix, *History of Prostitution*, II, 1159.
3. Sedgwick, *Henry of Navarre*, 55.
4. Brantôme, *Lives of Gallant Ladies*, 131-2.
5. Agora no Museu do Castelo d'Azay-le-Rideau.
6. Michelet, IV, 222.
7. Tallement, 132.
8. Sanger, Wm., *History of Prostitution*, 119.
9. Ibid.; Lacroix, *Prostitution*, II, 1350.
10. Montaigne, *Diary*, 6.
11. Sully, *Memoirs*, I, 482, 507.
12. Brantôme, *Book of the Ladies*, 79.

13. Wright, *Womankind in Western Europe*, 305.
14. Lacroix, *Arts of the Middle Ages*, 164.
15. Wright, *Womankind*, 302.
16. Montaigne, *Essays*, II, 12.
17. Lowie, *Are we Civilized?*, 34.
18. Burney, Charles, *General History of Music*, II, 217.
19. Ibid., 466.
20. Montaigne, *Essays*, III, 365.
21. Ibid., I, xxv, 185.
22. I, xxv.
23. III, xii, 300.
24. III, xii, 292.
25. I, xxxviii, 252.
26. I, xxv, 165.
27. Ibid., 163.
28. Ibid., 166, 172.
29. III, xiii, 324.
30. II, vi, 48.
31. Dowden, *Michel de Montaigne*, 45.
32. I, xxvii, 201.
33. Ibid.
34. Gide, A., *The Living Thoughts of Montaigne*, 14.
35. I, xxvii, 207.
36. III, x, 265.
37. III, v, 119.
38. Ibid., 105.
39. 73.
40. Cf. seu hino a Paris em III, ix, 216.
41. III, v, 76.
42. II, viii, 71.
43. Gide, 12.
44. III, ix, 213.
45. III, iii, 49.
46. I, xxxviii, 253-6.
47. I, xxv, 149.
48. II, xxxii, 448.
49. Sellery, G. C., *The Ranaissance*, 47.
50. Pater, *Plato and Platonism*, 174.
51. In Dowden, *Montaigne*, 240.
52. II, iii, 35.
53. II, xvii, 385.
54. III, v, 107.
55. III, ii, 24.
56. II, xxxvi, 523.
57. Ibid., 495.
58. III, xiii, 354.
59. Diary, 259.
60. II, xii, 256; Cicero, *De veritate*, ii.
61. III, xii, 291.
62. III, xiii, 379.
63. Sainte-Beuve, *Port-Royal*, II, 440.
64. II, xii, 306.
65. Ibid., 317.
66. In Spencer, Theodore, *Shakespeare and the Nature of Man*, 36.
67. II, xii, 237.
68. Ibid., 285-7.
69. 312.
70. 202.
71. 250.
72. 324.
73. 325.
74. Sichel, E., *Montaigne*, 54.
75. II, xvii, 371.
76. II, xii, 180.
77. I, xl, 269; *Camb. Mod. History*, II, 711.
78. II, v.
79. II, viii, 72.
80. I, xxx, 219.
81. II, xii, 198, 250.
82. I, xxx, 229.
83. In Dowden, *Montaigne*, 63.
84. III, vi, 144.
85. III, ix, 201; v, 105.
86. II, xii.
87. II, xii, 204.
88. Ibid., 251.
89. 225, 266.
90. I, xix, 90.
91. III, v, 78.
92. III, xi, 285.
93. II, xii, 130.
94. Ibid., 217.
95. 133.
96. Sainte-Beuve, *Port-Royal*, II, 428.
97. I, liv, 354; Tilley, A., *Studies in the French Renaissance*, 280.
98. II, xii, 225.
99. III, xi.
100. III, ix, 198.
101. III, viii, 173.
102. III, ix, 191.
103. III, xii, 301; ii, 26.
104. II, xi, 121.
105. III, x, 263.
106. *Diary*, 14.
107. Ibid., 17.
108. 49.
109. 107.
110. 150.
111. Cf. *Diary*, 166-9.
112. Ibid., 123.
113. *Essays*, III, iv, 59.
114. III, xiii, 368.
115. II, i, 8.

116. Jonson, *Volpone*, III, ii.
117. Mme. du Deffand, *Lettres à Voltaire*, 41; jan. 28, 1759.
118. Malebranche, *De la Recherche de la vérité*, III, v; p. 264.
119. In Gide, 3.
120. Sainte-Beuve, *Port-Royal*, II, 379-453.
121. In Frame, *Montaigne*, 139.
122. Guizot, IV, 194.
123. Van Laun, *History of French Literature*, II, 181.
124. Disraeli, I, *Curiosities of Literature*, I, 451.
125. Malherbe, in Sainte-Beuve, *Portraits of the Seventeenth Century*, II, 47.
126. Boileau in Malherbe, Racan, Maynard, *Poésies choisies*, 9n.
127. Ibid., 24-7.
128. Winegarten, *French Lyric Poetry in the Age of Malherbe*, 8, 18.
129. Boulenger, *Seventeenth Century*, 122.
130. Faguet, *Literary History of France*, 341.
131. Régnier, De Viau, etc., *Poésies choisies*, 50.
132. Guizot, *Corneille and His Times*, 148.
133. Corneille, *Le Cid*, V, i.
134. Guizot, *Corneille*, 168.
135. Livy, T. L., *History of Rome*, i, 25.
136. Corneille, *Horace*, I, i.
137. Ibid., II, viii.
138. Sainte-Beuve, *Port-Royal*, I, 124.
139. Evelyn, *Diary*, I, 48.
140. Blomfield, *History of French Architecture*, II, 134.
141. Bupal, *Bernard Palissy*, 43.
142. In Sichel, *Catherine de' Medici*, 318; Michelet, *Histoire de France*, IV, 51.
143. Guizot, *Histoire*, IV, 571.
144. Sutro, E., *Nicolas Poussin*, 77.
145. Desjardins, *Poussin*, 71.
146. Mousnier, *Histoire générale des civilizations*, IV, 218.
147. Ruskin, *Modern Painters*, II, ii, 1.8.
148. Craven, *Treasury of Art Masterpieces*, 172; Stranahan, *History of French Painting*, 45.
149. Ruskin, *Modern Painters*, II, i, 7.5; IX, v.

CAPÍTULO XVII

1. Geyl, *Revolts of the Netherlands*, 16.
2. Sombart, *The Jews and Modern Capitalism*, 65; Sée, *Modern Capitalism*, 31.
3. Motley, *Rise of the Dutch Republic*, I, 217; Janssen, *History of the German People*, VIII, 13.
4. Motley, I, 217.
5. Janssen, VIII, 14f.
6. Voltaire, *Essai sur les moeurs*, cap. cxxxvi, in *Works*, XIVb.
7. Motley, I, 207.
8. Ibid., 206.
9. Blok, *History of the People of the Netherlands*, III, 11; Motley, I, 375f.
10. Ibid., 283.
11. Geyl, 78.
12. Ibid., 86.
13. Janssen, VIII, 19.
14. *Cambridge Modern History*, III, 200.
15. Acton, *Lectures*, 144.
16. Motley, I, 453-4.
17. Ibid., 465-8.
18. *Camb. Mod. History*, III, 207-8.
19. Motley, I, 478f.
20. Janssen, VIII, 23.
21. Motley, I, 526.
22. Janssen, VIII, 25.
23. Prescott, *Philip II*, II, 161.
24. Blok, III, 42.
25. Pastor, *History of the Popes*, XVIII, 97.
26. Blok, III, 51.
27. Pastor, XVIII, 101.
28. Motley, I, 628; Janssen, VIII, 123.
29. *Camb. Mod. History*, III, 232.
30. Motley, II, 72-4.
31. Geyl, 128; Lacroix, *Military and Religious Life in the Middle Ages*, 440.
32. Motley, II, 40.
33. Ibid., 101.
34. Voltaire, *Essai*, cap. cxxxvi; *Works*, pág. 294; Hume, M., *The Spanish People*, 372.
35. Pastor, *Popes*, XX, 3.
36. Motley, II, 151.
37. Ibid., 169.
38. 515.
39. Geyl, 165.
40. Ibid., 130.
41. 128.
42. *Camb. Mod. History*, III, 250.
43. Blok, III, 121-3.
44. Geyl, 162; Pastor, XX, 9.
45. Motley, II, 646.
46. Robinson, J. H., *Readings in European History*, 325; Motley, II, 637.
47. Figgis, *From Gerson to Grotius*, 228.
48. *Camb. Mod. History*, III, 258.

49. Blok, III, 179.
50. Ibid., 239.
51. Geyl, 206, 215, 231; Ranke, *History of the Popes*, II, 221.
52. Blok, III, 415.
53. *Camb. Mod. History*, III, 646.
54. Blok, III, 413.

CAPÍTULO XVIII

1. Robinson, *Readings*, 556.
2. Prescott, H. F., *Mary Tudor*, 331.
3. Viena.
4. Prado.
5. Bruxelas, Viena, Louvre.
6. Bruxelas.
7. Rooses, *Rubens*, I, 9.
8. Galeria Pitti, Florença.
9. Galeria Uffizi, Florença.
10. Museu de Grenoble.
11. Rooses, I, 638.
12. Burckhardt, *Recollections of Rubens*, 21.
13. Janssen, XI, 161.
14. Dresden.
15. Knackfuss, H., *Van Dyck*, 4.
16. Munique.
17. Coleção Lichtenstein, Viena.
18. Viena.
19. Genebra.
20. Munique.
21. Londres.
22. Galeria Pitti.
23. Dresden.
24. Louvre.
25. Viena.
26. Madri.
27. Viena, Madri.
28. Londres.
29. Graven, *Treasury of Art Masterpieces*, 105.
30. Antuérpia.
31. Fülop-Miller, *Power and Secret of the Jesuits*, 422.
32. Munique.
33. Hartford Conn.
34. Antuérpia.
35. Catedral de Antuérpia e Museu de Bruxelas.
36. Viena.
37. Viena.
38. Sarasota, Fla.
39. Rooses, *Rubens*, I, 395.
40. Ibid., 417.
41. Galeria Pitti.
42. Boston.
43. Rooses, I, 414.
44. Munique.
45. Munique.
46. Hamburgo.
47. Viena.
48. Munique.
49. Munique.
50. Louvre.
51. Bruxelas.
52. Haia.
53. Coleção Frick, Nova York.
54. Castelo de Windsor.
55. Burckhardt, *Recollections*, 15.
56. Rooses, I, 600.
57. Louvre.
58. Viena.
59. Knackfuss, 8.
60. Munique.
61. Coleção Frick.
62. Bruxelas.
63. Detroit.
64. Munique.
65. Viena.
66. Antuérpia.
67. Knackfuss, 9.
68. Galeria Pitti.
69. Coleção Wallace, Londres.
70. Louvre.
71. Viena.
72. Viena.
73. Galeria Lichtenstein, Viena.
74. Knackfuss, 76.
75. Nova York.
76. Ibid.
77. Coleção Frick, Nova York.
78. Coleção Fitzwilliam.
79. Dresden.
80. Munique.
81. Galeria Uffizi.
82. Blok, III, 333; Mousnier, 160.
83. Maverick, L. A., *China a Model for Europe*, 5.
84. Adams, Brooks, *Law of Civilization and Decay*, 107.
85. Nussbaum, *History of Economic Institutions*, 123.
86. Gooch, *Democratic Ideas*, 45.
87. Geyl, 211.
88. Ogg, *Europe in the Seventeenth Century*, 412.
89. Geyl, 238; Blok, III, 354.

90. Fischer, K., *Descartes and His School*, 212.
91. Taine, H., *Lectures on Art*, 322.
92. *Enc. Brit.*, X, 498d.
93. In Taine, *Lectures*, 183.
94. Day, Clive, *History of Commerce*, 200.
95. Sée, *Modern Capitalism*, 32.
96. Wilenski, R. H., *Dutch Painting*, 132.
97. Baedeker, K., *Belgique et Hollande*, 383.
98. Chute, *Ben Jonson*, 301.
99. Geyl, 206.
100. Honey, W. B., *European Ceramic Art*, 31.
101. Wilenski, *Dutch Painting*, 10.
102. Taine, *Lectures*, 333.
103. Hauser, *Social History of Art*, I, 467.
104. Davies, G. S., *Frans Hals*, 19.
105. Amsterdam.
106. Haarlem.
107. Coleção Lord Northbrooke.
108. Coleção Wallace.
109. Devonshire House.
110. Haarlem.
111. Haarlem.
112. Haarlem.
113. Haarlem.
114. Amsterdam.
115. Antuérpia.
116. Haarlem.
117. Berlim.
118. Louvre.
119. Cassel.
120. Mather F. J., *Western European Painting of the Renaissance*, 461.
121. Chicago.
122. Berlim.
123. Nova York.
124. Haia.
125. Michel, E., *Rembrandt*, I, 63.
126. Amsterdam.
127. Haia.
128. Haia.
129. Haia.
130. Coleção Duque de Devonshire.
131. Coleção Rothschild.
132. Leningrado.
133. Louvre.
134. Nova York.
135. Bruxelas.
136. Amsterdam.
137. Michel, *Rembrandt*, II, 214.
138. Edimburgo.
139. Louvre.
140. Louvre.
141. Londres.
142. Berlim.
143. Cassel.
144. Berlim.
145. Nova York.
146. Washington.
147. Leningrado.
148. Londres.
149. Glasgow.
150. Cassel.
151. Ainda com a família Six em Amsterdam.
152. Berlim.
153. Coleção Frick.
154. Coleção Wallace.
155. Beard, Miriam, *History of the Business Man*, 316.
156. Coleção Marcus Kappel, Berlim.
157. Nova York.
158. Louvre.
159. Amsterdam.
160. Leningrado.
161. Amsterdam.
162. Froment in Wilenski, *Dutch Painting*, 93.
163. Auto-retrato no Louvre.
164. Nova York.
165. Coleção I. de Brüyn.
166. Coleção Rathenau.
167. In Michel, *Rembrandt*, I, 259.
168. Wilenski, *Dutch Painting*, 93.
169. Idid.
170. Meier-Graefe, *Spanish Journey*, 313.

CAPÍTULO XIX

1. Gade, *Tycho Brahe*, 150.
2. Werner, *Copenhagen*, 3.
3. Ranke, *Popes*, II, 150.
4. Fletcher, C. R., *Gustavus Adolphus*, 15.
5. Bain, F. W., *Christina, Queen of Sweden*, 8.
6. Fletcher, 43.
7. *Camb. Mod. History*, IV, 187.
8. Wedgwood, C. V., *Thirty Years' War*, 273.
9. Fletcher, 27.
10. Bain, 28.
11. Ibid., 10.
12. 42.
13. 162.
14. 96.
15. 97.

16. 95.
17. 166.
18. Pascal, *Provincial Letters*, introdução, 25.
19. Ranke, *Popes*, II, 355.
20. Ortega y Gasset, *Toward a Philosophy of History*, 18.
21. Horn, F. W., *Literature of the Scandinavian North*, 332.
22. Cf. Ranke, *Popes*, II, 353.
23. Bain, 358-61.
24. Ranke, II, 359; Bain, 180.
25. Voltaire, *Age of Louis XVI*, 60.
26. Gustafson in Bain, xvi.
27. Bain, 360.
28. Ogg, 446.
29. Bain, 224.
30. Ibid., 229.
31. Lewinski-Corwin, *Political History of Poland*, 216-8; *Cambridge History of Poland*, I, 566.
32. Lednicki, W., *Life and Culture of Poland*, 125-6.
33. Ibid., 94.
34. *Camb. History of Poland*, I, 413; Robertson, J. M., *History of Freethought*, I, 426.
35. Lednicki, 102n.
36. Robertson, *Freethought*, II, 37.
37. *Camb. History of Poland*, I, 403-5, 410-11.
38. Ranke, II, 161.
39. Pokrovsky, M., *History of Russia*, 154.
40. Florinsky, M., *Russia: a History and an Interpretation*, I, 213.
41. Kluchevsky, V., *History of Russia*, II, cap. xiii; III, 21; Florinsky, I, 217.
42. Vernadsky, G., *History of Russia*; 65.
43. Réau, L., *L' Art russe*, I, 285.
44. Ranke, II, 155.
45. Florinsky, I, 226.
46. Ex., Pokrovsky, 169-70.
47. Ibid., 177; Kluchevsky, III, 20; Florinsky, I, 223.
48. Rambaud, A., *History of Russia*, I, 320.
49. *Camb. Mod. History*, V, 496.
50. Florinsky, I, 227; Pokrovsky, 182.
51. Kluchevsky, III, 31.
52. Rambaud, I, 341.

CAPÍTULO XX

1. Tavernier, *Six Voyages*, ii, 7.
2. Brockelmann, C., *History of the Islamic Peoples*, 316.
3. Pepys, *Diary*, 9 de novembro de 1663.
4. Arnold, T., *The Preaching of Islam* in Toynbee, A., *Study of History*, VIII, 165.
5. Finlay, G., *History of Greece*, V, 29, in Toynbee, Ibid., 164.
6. Tavernier, i, 1.
7. Michelet, *Histoire de France*, IV, 444.
8. Brantôme, *Lives of Gallant Ladies*. 135; Landau, R., *Invitation to Morocco*, 64.
9. Gibb, E. J., *Ottoman Literature*, 3.
10. Ibid., 236.
11. Dimand, M. S., *Guide to Exhibition of Islamic Miniature Painting*, 4.
12. Pope, A. U., *Catalogue of a Loan Exhibition of Early Oriental Carpets*, 93-5.
13. Pastor, *Popes*, XVIII, 419.
14. Voltaire, *Essai sur les moeurs*, cap. cxxxi, in *Works*, XIBb; 270.
15. Prefácio à 2ª. Parte de *Don Quixote*.
16. Motley, *Rise of the Dutch Republic*, II, 338.
17. Pastor, XVIII, 422.
18. Ibid., 427.
19. 436.
20. Lane-Poole, S., *Story of Turkey*, 218.
21. *En. Br.*, XV, 969a.
22. Teixeira, P., *Travels*, 62-6.
23. Pope, A. U., *Survey of Persian Art*, II, 1406.
24. Tavernier, *Six Voyages*, iv, 5.
25. Ibid.
26. Michelet, *Histoire de France*, V, 130.
27. *En. Br.*, XII, 705. A narrativa segue a eloqüente descrição in Arthur Upham Pope, *Survey of Persian Art*, II, 1185, e as notas de minha visita a Isfahan em 1948.
28. Tavernier, v, 2.
29. Browne, E. G., *Literary History of Persia*, IV, 111.
30. Chardin, John, *Travels in Persia*, 134-6.
31. Ibid., 183, 167.
32. Teixeira, 114, 117.
33. Chardin, 143.
34. Ibid.
35. 146.
36. 279.
37. Tavernier, v, 14.
38. Arnold, Thomas, *Painting in Islam*, 89.
39. Chardin, 120.
40. Teixeira, 62.
41. Chardin, 187; Tavernier, v, 14.
42. Chardin, 191, 189.
43. Browne, E. G., *Literary History*, IV, 247.

44. Ibid., 287.
45. *En. Br.*, XII, 705b.
46. Coleção Sir Bernard Eckstein.
47. Boston.
48. Pope, *Survey*, I, 7n.
49. Coleção Gulbenkian. Pope, *Survey*, V, 978.
50. Boston.
51. Pope, *Survey*, V, 549.
52. Pope, A. U., *Introduction to Persian Art*, 162.
53. Chardin, *Travels*, 273.
54. Nova York.
55. In Pope, *Catalogue*, 17.
56. Pope, *Introduction*, 220.

CAPÍTULO XXI

1. Coxe, W., *History of the House of Austria*, II, 29.
2. Ibid., 67-72.
3. 130.
4. 94.
5. *Camb. Mod. History*, III, 719.
6. Tawney, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism*, 122-4.
7. Janssen, *History of the German People*, VIII, 297-9.
8. Robertson, J. M., *Freethought*, I, 420.
9. Campbell, *The Jesuits*, 69.
10. Lützow, Conde von, *Bohemia*, 217.
11. Acton, *Lectures*, 182.
12. Clark, G. N., *Seventeenth Century*, 136.
13. Janssen, XV, 32, 44.
14. Ibid., 29-31.
15. Thompson, J. W., *Economic and Social History of the Later Middle Ages*, 429; Rickard, *Man and Metals*, II, 565.
16. Janssen, XV, 148.
17. Ibid., 110.
18. 125.
19. Marx, Karl, *Capital*, I, 467.
20. Janssen, XIII, 147.
21. Ibid., 307.
22. 301.
23. 300.
24. Id., XII, 183.
25. X, 279.
26. XII, 96.
27. XI, 363.
28. Pastor in Janssen, XVI, 130.
29. Janssen, X, 277-8.
30. Wedgwood, *Thirty Years' War*, 46.
31. Janssen, XV, 421.
32. Putnam, G. H., *The Censorship of the Church of Rome*, I, 51.
33. Janssen, X, 11.
34. Ibid., 23, 45.
35. Id., XIII, 363f.
36. XIV, 12-4.
37. Wilenski, *Dutch Painting*, 61.
38. Viena.
39. *Camb. Mod. History*, III, 153.
40. Schaff, *The German Reformation*, I, 64.
41. Janssen, X, 287f.
42. Ibid., 303-7.
43. 262.
44. 258.
45. 257.
46. 256.
47. Inge, W. R., *Christian Mysticism*, 277.
48. Ibid., 278.
49. Fülop-Miller, *Jesuits*, 346.
50. Janssen, X, 214.
51. Ibid., 103, 110.
52. 165.
53. 32.
54. 30.
55. 24.
56. 334-41.
57. 345.
58. 386-90.
59. 215.
60. 219.
61. 589.
62. 594.
63. Wedgwood, 81.
64. Nosek, V., *Spirit of Bohemia*, 99f.
65. Michelet, IV, 289n.
66. Wedgwood, 171.
67. Ibid., 255.
68. Fletcher, *Gustavus Adolphus*, 300.
69. Robinson, *Readings*, 345.
70. Fletcher, 283.
71. Guizot, *History*, IV, 160.
72. Wedgwood, 353.
73. Ibid., 360.
74. 450.
75. 207, 256-7, 410.
76. 475.
77. 516; *Camb. Mod. History*, IV, 418.
78. Lützow, 311; *Camb. Mod. History*, IV, 418.
79. Ibid., 417.
80. Renard e Weulersee, *Life and Work in Modern Europe*, 294.

81. Jordan, G. J., *The Reunion of Churches*, 15.
82. Wedgwood, 412; Ogg, *Europe in the Seventeenth Century*, 168.
83. Wedgwood, 413.
84. Ibid., 229.
85. *Camb. Mod. History*, IV, 688.

CAPÍTULO XXII

1. Thorndike, L., *History of Magic and Experimental Science*, VI, 160-5, 221, 239-40, 295; IV, 247; Garrison, F., *History of Medicine*, 37.
2. Voltaire, *Age of Louis XIV*, 18.
3. Smith, P., *History of Modern Culture*, I, 428.
4. Berry, A., *Short History of Astronomy*, 195.
5. Jackson, C., *Old Paris*, 25.
6. Smith, P., *Modern Culture*, I, 427.
7. Janssen, XII, 346.
8. Ibid., 329.
9. Los Angeles *Times*, 2 de julho de 1958.
10. Janssen, XVI, 372-6, 495; XII, 325, 351.
11. Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 243-4.
12. Vacandard, E., *The Inquisition*, 199.
13. Singer, Chas., *Studies in the History of Science*, I, 213.
14. Lea, IV, 235.
15. Michelet, IV, 183-6.
16. Janssen, XI, 388.
17. Id. XVI, 398, 478.
18. Lea, *History of the Inquisition of the Middle Ages*, III, 549.
19. Janssen, XVI, 416.
20. *Camb. Mod. History*, V, 758 (não 9.000 como no IV, 423).
21. Janssen, XVI, 512, 424.
22. Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 246; cf. Janssen, XVI, 506.
23. Montaigne, *Essays*, III, xi, 285.
24. Ibid., 286.
25. Smith, *Culture*, I, 453.
26. Ibid., 454; Dampier, *History of Science*, 157.
27. Janssen, XVI, 390.
28. Janssen, XI, 379.
29. Evelyn, *Diary*, I, 139.
30. Putnam, *Censorship of the Church of Rome*, II, 237-69.
31. In Haydn, *Counter-Renaissance*, 531.
32. Hallam, *Literature*, II, 44.
33. Sandys, Sir John, *Companion to Latin Studies*, 855.
34. Putnam, G. H., *Books and Their Makers*, II, 96.
35. Masson, David, *Life of John Milton*, IV, 164.
36. Nosek, *Spirit of Bohemia*, 110.
37. Paulsen, F., *German Education*, 136.
38. Janssen, XIII, 277.
39. Galileu, *Discoveries and Opinion*, ed. Stillman Drake, 77.
40. Singer, *Studies*, 407.
41. Wolf, A., *History of Science, Technology, and Philosophy in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, 47; Singer, *Studies*, 412f.
42. Bell, E. T., *Men of Mathematics*, 55.
43. Butterfield, *Origins of Modern Science*, 67.
44. Galileu, *Il saggiatore*, in *Discoveries and Opinions*, 237.
45. Cooper, Lane, *Aristotle, Gatileo, and the Tower of Pisa*, 14; Dampier, 143.
46. Janssen, XV, 281.
47. Wolf, 327.
48. Mumford, L., *Technics and Civilization*, 440.
49. Wolf, 544-5; Usher, A. P., *History of Mechanical Inventions*, 303.
50. Descartes, *Principia philosophiae*, Parte IV, in Wolf, 351.
51. *En. Br.*, I, 689d.
52. Galileu, *Dialogue concerning the Two Chief World Systems*, Dedicatória, pág. 3.
53. Michel, *Rembrandt*, I, 123.
54. Mumford, L., *The Condition of Man*, 213.
55. Janssen, XIV, 68.
56. Ibid., 83.
57. 80.
58. Castiglioni, *History of Medicine*, 561.
59. Garrison, 307.
60. Janssen, XIV, 81.
61. Montaigne, *Essays*, tr. E. J. Trechmann, II, 222, citado em Craig, Hardin, *The Enchanted Glass*, 44.
62. Garrison, 291-2.
63. Ibid., 226.
64. Descartes, *Discours de la méthode*, Parte VI, pág. 62, in Vartanian, *Diderot and Descartes*, 18.
65. Montaigne, *Essays*, III, x, 262.

66. Putnam, *Censorship*, I, 128-9; Belloc, H., *How the Reformation Happened*, 281; Fülop-Miller, *Jesuits*, 399; Smith, P., *Culture*, I, 43.
67. Campanella, Carta a Galileu , 12 de jan. 1611, in Smith, *Culture*, I, 45.
68. Buckle, I, 101; Thorndike, VI, 42.
69. Gade, *Tycho Brahe*, 35.
70. Ibid., 187.
71. Kesten, H., *Copernicus and His World*, 346.
72. Whewell, *History of the Inductive Sciences*, I, 290-3.
73. Hogben, *Science for the Citizen*, 207; Kesten, 353.
74. Dampier, 139.
75. Berry, 194.
76. In Inge, *Christian Mysticism*, 298.
77. Galileu, *Dialogue concerning the Two Chief World Systems*, 105 (fim do Primeiro Dia).
78. Aristóteles, *De coelo*, 4.2. 309, in Cooper, L., *Aristotle, Galileo, and the Tower of Pisa*, 64.
79. Lucretius, *De rerum natura*, II, 230-1.
80. Leonardo da Vinci, *Codex Atlanticus*, fol. 123ra, in Cooper, 69.
81. In Cooper, 47.
82. Viviani in Cooper, 26.
83. Ibid., 29-31.
84. Galileu, *Two Chief World Systems*, 147.
85. Galileu, *Dialogues concerning Two New Sciences*, 103.
86. Galileu, *Il saggiatore*, in *Discoveries and Opinions*, 274.
87. Ibid., 276-7.
88. Kesten, 348.
89. In Singer, *Studies*, 228.
90. Carta de 30 jan. 1610, in Singer, 232.
91. Walsh, J. J., *The Popes and Science*, 393; Wolf, 29.
92. In Singer, 251.
93. Kesten, 396.
94. In Smith, *Culture*, I, 53.
95. Singer, 240.
96. Fülop-Miller, *Jesuits*, 397.
97. Singer, 240.
98. Fülop-Miller, 398.
99. Ibid.
100. Ibid.
101. Kesten, 371.
102. Galileu, *Discoveries and Opinions*, 277.
103. Ibid., 180.
104. 183.
105. Drake in Galileu, *Discoveries and Opinions*, 217.
106. Singer, 252.
107. Kesten, 375.
108. Wolf, 36.
109. Kesten, 379; Singer, 258.
110. *Galileu, Two Chief World Systems*, 5.
111. Ibid., 460.
112. Kesten, 388.
113. Singer, 269.
114. *En. Br.*, IX, 980b.
115. Ibid.; Wolf, 37.
116. Viviani in Singer, 279.
117. Kesten, 93.
118. Ibid., 395.

CAPÍTULO XXIII

1. Janssen, XVI, 132-4.
2. Robertson, *Freethought*, 483.
3. Ibid., 484.
4. Mousnier, *Histoire générale*, IV, 203.
5. Ibid., 201.
6. Owen, John, *Skeptics of the French Renaissance*, 676.
7. Ibid., 578-9.
8. Ibid.
9. 584.
10. 580.
11. Charron, Pierre, *Of Wisdom*, I, 61, 74, 79-80.
12. Owen, 598.
13. Cf. Charron, in Pascal, *Pensées*, ed. Havet, indrod. xii.
14. Bury, *Freedom of Thought*, 75.
15. Owen, 570.
16. Singer, D. W., *Giordano Bruno*, 22.
17. Ibid., 24.
18. Owen, 274.
19. Bruno, *La cena de le ceneri*, Diálogo IV, in Singer, D. W., 33.
20. In Owen, 274.
21. Singer, *Bruno*, 137.
22. Ibid., 35.
23. Symonds, *Catholic Reaction*, II, 53-4.
24. Owen, 125.
25. Singer, *Bruno*, 146.
26. In Owen, 294.
27. Cassirer, *Philosophy of the Enlightenment*, 41.
28. Bruno, Dedicatória a *De la causa, preincipio et uno*, in Singer, *Bruno*, 103.

29. Thorndike, *Magic and Experimental Science*, IV, 425-7.
30. Owen, 290-3.
31. Singer, *Bruno*, 161.
32. Symonds, *Catholic Reaction*, II, 62.
33. Kesten, 323.
34. Singer, *Bruno*, 166.
35. Ibid., 172.
36. 179.
37. Owen, 390.
38. Ibid., 399.
39. 400.
40. Symonds, 128; Kesten, 328.
41. Tr. J. A. Symonds in Van Doren, *Anthology*, 599.
42. Campanella, *City of the Sun*, in *Ideal Commonwealths*, 147.
43. Ibid., 157.
44. 164.
45. 168.
46. Murray, R. H., *Erasmus and Luther*, 443.
47. Ranke, *Popes*, II, 13.
48. Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, VI, 341.
49. Campbell, *The Jesuits*, 379.
50. Mariana, *The King and the Education of the King*, i, 2.
51. Ibid., i, 10.
52. Ibid., Prefácio, pág. 108.
53. Ibid., iii, 15.
54. In Laski, *Political Thought in England, Locke to Bentham*, 85.
55. Mariana, *The King*, i, 1.
56. Ibid., iii, 2.
57. i, 6, págs. 144-9.
58. Ibid.
59. Bodin, *Method for the Easy Comprehension of History*, 11.
60. Allen, *Political Thought*, 395.
61. Bodin, *De republica*, i, 4, in Allen, 408-409.
62. Ibid., 410.
63. Bodin, *De republica*, i, 6.
64. Ibid., i, 9.
65. Ibid., vi, 4, in Dunning, *Political Theories from Luther to Montesquieu*, 107.
66. Ibid., in Allen, *Political Thought*, 436.
67. In Allen, 406.
68. Bodin, *Method for the Easy Comprehension of History*, in Allen, 399.
69. Allen, 400-1.
70. Blok, III, 463.
71. Grotius, Prolegomena, in Dunning, 161.
72. Grotius, *Rights of War and Peace*, I, i, 10, pág. 21.
73. Ibid., I, ii, 1.
74. II, xxii.
75. I, xvii.
76. II, xxvi.
77. Lange, F. E., *History of Materialism*, I, 266.
78. France, A., *Elm Tree on the Mall*, 13.
79. Russell, B., *History of Western Philosophy*, 558.
80. Fischer, K., *Descartes*, 194f.
81. *Discours*, Parte III, in Descartes, *Selections*, 27.
82. Ibid., pág. 28.
83. Faguet, *Dix-septième siècle*, 6-7.
84. Descartes, *Principia philosophiae*, I, 71, in *Meditations and Principles of Philosophy*, 168.
85. *Discours*, Parte II, in *Selections*, 12.
86. Descartes, *Meditations*, II, em *Selections*, 96.
87. *Discours*, Parte IV, e *Meditations*, II, in *Selections*, 29, 99.
88. S. Augustinho, *De Trinitate*, x, 10.
89. *Meditations*, II, in *Selections*, 106.
90. "Rules for the Direction of the Mind", VIII, in *Selections*, 69.
91. *Meditations*, III, in *Selections*, 125.
92. Ibid., 154.
93. Ibid., 89.
94. *Principia philosophiae*, I, xxxix.
95. *Meditations*, IV, in *Selections*, 127.
96. *Discours*, IV, in *Selections*, 30.
97. *En. Br.*, VII, 249d.
98. Ibid.
99. Lévy-Bruhl, *History of Modern Philosophy in France*, 29.
100. *Discours*, in Vartanian, *Diderot and Descartes*, 16.
101. Fischer, *Descartes*, 406.
102. In Smith, *Culture*, I, 194.
103. Smith, D. E., ed., *Isaac Newton*, 18.
104. Fischer, 229.
105. Garrison, *History of Medicine*, 258.
106. *Selections*, 222-47.
107. Aubrey, *Brief Lives*, 95.
108. Fischer, 231.
109. Fülop-Miller, *Jesuits*, 124.
110. Fontenelle, *Digression sur les anciens et les modernes*, in Fellows e Torrey, *Age of the Enlightenment*, 57.
111. Lévy-Bruhl, 33.
112. Vartanian, *Diderot and Descartes*, 205 e *passim*.

Essa também foi a era da supremacia dos Países Baixos, em sua defesa heróica contra Filipe II e Alva. Foi a época de Rubens e Van Dyck, de Frans Hals e Rembrandt.

Na verdade, nada falta a esta crônica dos fatos, das personalidades, das idéias e da arte. Os autores abordam a Suécia e a Dinamarca, e Cristina, a rainha-filósofa; a Polônia assinando a paz com a Igreja; a Rússia em seu "Tempo de Tormentas", com a morte de Boris Godunov e a ascensão da dinastia dos Romanov; a Turquia no declínio do Seraglio e a derrota de Lepanto; a Pérsia sob o Xá Abbas, o Grande... Na Alemanha, atravessamos os horrores da Guerra dos Trinta Anos para chegar ao assassinato de Wallenstein, à morte de Gustavo Adolfo e finalmente à Paz de Vestfália, em que os poderes e as fés em guerra se reúnem para reconstruir um continente exausto.

Entre os conflitos de exércitos e credos, os autores nos mostram no Livro III o desenvolvimento da ciência e a ressurreição da filosofia. Essa foi a era de Kepler e Galileu, de Giordano Bruno e Descartes, do nascimento do microscópio, do telescópio, do termômetro e do barômetro, da invenção dos sistemas logarítmico e decimal, da descoberta das órbitas e das leis planetárias. Lentamente, a ciência e a filosofia derrotavam a superstição; a Europa moderna e o pensamento moderno tomavam forma.

Este sétimo volume de A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO — talvez a mais conhecida história da política, literatura, moral, religião, ciência, filosofia e arte jamais escrita — é parte indispensável da biblioteca de qualquer pessoa que pretenda conhecer a sabedoria e as lições do passado. É outra passagem fundamental da famosa série que se tornou uma instituição permanente do ensino, do conhecimento e da cultura universal, lida em todo o mundo e traduzida na maior parte das línguas da Europa, Ásia, África e América Latina. Trata-se de um presente para a posteridade.

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e ARIEL DURANT

VII

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

COMEÇA A IDADE DA RAZÃO

WILL DURANT

288274